



FVJ&CIÊNCIA

2022.2

Anais da FVJ & Ciência 2023.2

Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

ANAIIS

ISSN 2763-8375

Ano 4 - Volume 4 - Edição 2

Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Aracati – CE
Dezembro – 2023

ISSN 2763-8375
Centro Universitário do Vale do
Jaguaribe Aracati-CE
2023.2

Local: Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Prof. Antonio Henrique Dummar Antero, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

Reitor

Prof. Esp. Gilberto Zembrani Júnior, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

Pró-Reitora Acadêmica

Prof. Esp. Francisco Garcia de Sousa Junior, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

Pró-Reitor de Relacionamento

Prof. Esp. Lutiano Almeida Elmíro, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

Editor Chefe

Prof. Dr. Rodolfo de Melo Nunes, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

Editor Adjunto

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes;

Prof. Dr. Rodolfo de Melo Nunes;

Bibliotecária Esp. Jeovania Maria de Sousa

Auxiliar de Biblioteca Iranildo Rodrigues da Costa

Comissão Organizadora dos Anais FVJ & Ciência (UNIJAGUARIBE)

Profa. Dra. Abda de Souza Medeiros

Profa. Dra. Anielle Torres de Melo

Prof. Dr. Kamillo Karol Ribeiro e Silva

Profa. Ma. Francisca Neuma Almeida Nogueira

Ma. Amália Gonçalves Arruda

Conselho Editorial

Expediente

Endereço postal – Centro Universitário do Vale do Jaguaribe Rodovia Ce- 040 S/N, Km 138.

Bairro Aeroporto – Aracati-CE.

Fone: (88) 3421-9750

Idioma - Língua Portuguesa (Brasil)

Contato Principal

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes

Doutor em Engenharia de Teleinformática E-mail:

albano@fvi.br

Apresentação

O evento “FVJ & Ciência”, ocorre com periodicidade semestral sendo organizado pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. Objetivando tornar público à comunidade as atividades de pesquisa desenvolvidas por discentes e seus respectivos orientadores de graduação e pós-graduação em diversas áreas de estudo. Os trabalhos selecionados durante o evento são compilados em uma coletânea, oferecendo assim uma oportunidade para a comunidade acadêmica e geral conhecerem o trabalho de pesquisa realizado na intituição.

Missão e Objetivos

A FVJ & Ciência tem por missão a difusão e promoção do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento de forma multidisciplinar, a saber: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas,Ciências Educacionais e Ciências Humanas.

Através do meio digital, a FVJ & Ciência busca a divulgação da produção científica relevante, de forma gratuita, aberta a todos os interessados.

Abordagens

Tipologias teórico-empíricas (levantamentos, estudos de caso, experimentos) e teóricas (ensaios teóricos, proposição de modelos), utilizando análises quantitativas e qualitativas.

Temas de interesse

Os temas devem articular tendências teóricas estruturantes que propiciem forte base conceitual para a produção de conhecimento das diversas áreas do conhecimento e, consequentemente, contribuição ao avanço científico.

Periodicidade

Semestral.

**Centro de Gestão e
Hospitalidade Administração
Ciências Contábeis**

Administração

A IMPORTÂNCIA E IMPACTO DE SISTEMAS DE GESTÃO (ERP) PARA UMA GESTÃO ESTRATÉGICA NAS ORGANIZAÇÕES

Clara Carlos Ferreira¹ (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: clara22060@gmail.com), Lutiano Almeida Elmiro² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: lutiano.elmiro@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Esta pesquisa visa examinar a importância e impacto dos sistemas de gestão ERP na gestão estratégica das organizações. Utilizando uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica com ênfase qualitativa, o estudo se propõe a realizar análises apropriadas aos objetivos estabelecidos. Os resultados obtidos após a leitura e classificação dos estudos incorporados indicam que o emprego de sistemas ERP desempenha um papel crucial ao oferecer suporte à tomada de decisões estratégicas. Ao proporcionar uma visão abrangente de todos os processos organizacionais, esses sistemas estabelecem uma base sólida para as decisões estratégicas dos gestores. Apesar dos benefícios evidentes para a organização, a pesquisa ressalta a necessidade de considerar diversos fatores antes da implementação desses sistemas. Dada a sua complexidade, é imperativo que a empresa esteja adequadamente preparada para receber o sistema, garantindo, assim, uma implementação eficaz. Conclui-se então que para que os benefícios dos sistemas integrados sejam usufruídos, os gestores devem estar aptos e envolvidos no processo para orientar e treinar os colaboradores para a receptividade e utilização da nova ferramenta.

Palavras-chave: Sistemas ERP; Gestão estratégica; tomada de decisão.

INTRODUÇÃO

Com a crescente integração de recursos tecnológicos nas operações empresariais, as organizações que souberem efetivamente explorar as tecnologias estarão à frente em termos de vantagem competitiva, tornando-se mais aptas a enfrentar os desafios e a capitalizar as oportunidades do futuro. A rápida execução de atividades por meio de processos tecnológicos proporciona uma agilidade sem precedentes, favorecendo a otimização e a produtividade nas empresas (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2011).

O êxito de uma empresa está cada vez mais atrelado à eficácia de sua estratégia de negócios, sendo essa eficácia dependente da harmonia entre a estratégia empresarial e os recursos organizacionais capacitadores. As organizações estão constantemente em busca do alinhamento entre a estratégia de negócios e a tecnologia, reconhecendo a vantagem competitiva que essa integração pode proporcionar (Rodrigues e Fernandez, 2012).

Nesse contexto, os benefícios oriundos do uso de tecnologia de softwares exercem impactos positivos significativos nas organizações modernas. Essas tecnologias oferecem diversos recursos que impulsoram a eficiência operacional, simplificam a tomada de decisões e a comunicação, promovem a flexibilidade organizacional e contribuem para a redução de custos, inovação e fortalecimento da segurança da informação. A adoção de uma postura proativa em relação à tecnologia permite que as empresas se posicionem de maneira mais competitiva e adaptável em um ambiente de negócios caracterizado por constante evolução.

No entanto, para maximizar o potencial desses recursos tecnológicos, é essencial que as empresas implementem uma gestão que promova uma integração eficaz entre o trabalho manual e humano e as novas ferramentas de software. Isso visa aprimorar a eficiência dos processos, reconhecendo a premissa de que esses recursos podem ser incorporados de maneira rotineira no

cenário empresarial, facilitando a integração dos processos e promovendo uma análise crítica mais eficiente.

Apesar dos benefícios mencionados, observa-se a presença de desafios enfrentados pelas empresas, principalmente relacionados à falta de um gerenciamento eficiente e integrado de processos internos. Nesse contexto, a implementação de sistemas de gestão ERP emerge como uma solução abrangente para enfrentar esses desafios. Esses sistemas oferecem funcionalidades que possibilitam o controle otimizado e coordenado de atividades em diversas áreas, como vendas, finanças, recursos humanos, estoque e produção. Essa abordagem integrada visa superar obstáculos e promover uma gestão mais eficiente e estratégica nas organizações.

Entendendo este cenário, o problema de pesquisa visa responder: Qual é a relação entre a adoção de sistemas de gestão integrada (ERP) e a capacidade das organizações de atingir e manter uma vantagem competitiva no contexto de uma gestão estratégica eficaz?

A importância desta pesquisa relaciona-se com a crescente competitividade no cenário empresarial, onde as organizações que utilizarem os sistemas ERP como ferramenta para uma gestão estratégica de forma eficiente, poderão facilitar suas tomadas de decisão, assim tendo uma vantagem competitiva, pois poderão responder de forma mais ágil às demandas do mercado, fornecendo melhores serviços aos clientes.

Portanto, a justificativa do trabalho volta-se à necessidade de explorar a estrutura e o sistema de gestão integrado à tecnologia no processo de tomada de decisão estratégica. Dessa forma, visando compreender os impactos nas organizações que utilizam cada vez mais a tecnologia em seus processos, refletindo maior espaço para analisar o modo que o uso de ferramentas tecnológicas aprimora as tomadas de decisão, buscando compreender de que forma impulsionam estrategicamente um crescimento mais sólido e instantâneo através de otimizações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os sistemas ERP desempenham um papel vital, respondendo eficientemente às exigências do rápido desenvolvimento empresarial. Eles oferecem otimizações de gerenciamento ao integrar softwares, proporcionando uma gestão eficaz de recursos e processos dentro de uma entidade empresarial. Essa abrangência tecnológica estende-se por diversas áreas, incluindo finanças, contabilidade, recursos humanos, vendas, compras, produção e logística (DE SOUZA, 2000).

Mediante a isso, conforme destacado por Araújo et al. (2023), um sistema ERP age como o epicentro que centraliza e automatiza atividades operacionais e administrativas em uma empresa. Essa centralização oferece uma visão abrangente e instantânea dos dados do negócio, promovendo praticidade na coleta, armazenamento, análise e compartilhamento de informações entre diferentes setores e departamentos. Essa funcionalidade reduz a dependência de múltiplos sistemas isolados para cada processo, consolidando uma abordagem integrada.

Além disso, esses sistemas apresentam uma série de atributos que, quando considerados em conjunto, os distinguem dos sistemas desenvolvidos internamente em empresas e de outros pacotes comerciais. Entre essas características, destaca-se o fato de que os ERPs são pacotes comerciais de software, construídos a partir de modelos padronizados de processo. Além disso, esses sistemas são totalmente integrados, apresentam uma ampla abrangência funcional, fazem uso de bancos de dados corporativos e requerem procedimentos de ajuste. (SOUZA, 2000)

Assim, o sistema ERP não apenas centraliza informações, mas também promove a padronização de rotinas e procedimentos. Ao consolidar diversas áreas operacionais, estes sistemas facilitam a tomada de decisões, otimizando a eficiência produtiva em todos os setores empresariais. Sua contribuição vai além da eficiência operacional, abraçando a sinergia

organizacional e proporcionando às empresas uma base sólida para navegar no complexo cenário empresarial contemporâneo.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem abrangente de revisão da literatura para investigar a eficácia dos sistemas integrados (ERP) na promoção de uma gestão estratégica eficaz nas organizações. O objetivo primordial é compreender de que maneira a implementação de um sistema ERP pode impactar positivamente o crescimento e a produtividade das organizações empresariais, com um foco específico em avaliar a importância desses sistemas para contribuir com uma gestão estratégica eficiente.

No processo de seleção dos artigos, estabeleceram-se critérios de inclusão e exclusão para garantir a seleção de estudos relevantes. Os critérios abarcam livros e artigos publicados em língua inglesa ou portuguesa, que abordam a importância e impacto dos sistemas de gestão (ERP) nas organizações. Foram excluídos quaisquer estudos que não se alinharam ao objetivo da pesquisa, aqueles sem acesso completo ou que não atendem aos critérios de inclusão.

A pesquisa fundamentou-se em fontes acadêmicas encontradas no Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e materiais bibliográficos disponíveis nas livrarias digitais. Os termos de busca utilizados incluíram "Impactos do sistema ERP nas organizações", "Desafios e considerações para a implementação de sistemas ERP" e "Benefícios do uso de sistemas integrados". Esses termos foram selecionados com o intuito de delimitar os estudos a serem analisados para a realização da pesquisa.

As informações relevantes extraídas dos estudos selecionados foram minuciosamente examinadas e incorporadas ao trabalho. A organização desses estudos visou compreender a implementação e o uso dos sistemas ERP para a gestão estratégica nas organizações. Dentre os aspectos considerados, destacam-se os benefícios percebidos nos estudos e como esses benefícios se relacionam com tomadas de decisão estratégicas, tais como melhoria da comunicação interna, integração de processos, aumento da eficiência operacional e tomada de decisões mais fundamentadas.

O método empregado na condução deste trabalho consiste na análise de conteúdo, uma abordagem que visa identificar e selecionar informações pertinentes para uma compreensão aprofundada do cenário atual que envolve utilização dos sistemas ERP para a tomada de decisão estratégicas nas organizações. A essência desse método é fornecer respostas à problematização central abordada pelo tema, proporcionando uma visão abrangente que visa atingir os objetivos previamente delineados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Um estudo realizado por Bernardes (2022) analisou os impactos de um sistema integrado em uma empresa de pequeno porte, onde, segundo a autora, após a implementação observam-se vantagens nas práticas de controle, tais como a substituição dos registros físicos ou em papel, aprimoramento na gestão da informação e tomada de decisão, a implementação de um sistema personalizado adaptado às características e necessidades específicas, e a redução de custos.

Congruentemente a esses resultados, outro estudo realizado por Santos (2018) acompanhou em duas organizações os fatores pós implementação do sistema ERP, onde segundo sua pesquisa, uma das empresas enfatizou o benefício de mudança para uma gestão mais analítica com abordagens mais planejadas por parte da gerência. Os processos se tornaram controlados com confiança e rapidez, promovendo uma cultura orientada para resultados. Segundo os resultados na empresa 1, tornou-se hábil a adoção do trabalho remoto, permitindo

que o proprietário gerencie o negócio de forma remota, eliminando a necessidade de instalações físicas. Ainda houveram ganhos de agilidade na tomada de decisões e, consequentemente, redução dos custos relacionados a instalações e mão de obra.

No caso da segunda empresa analisada, observou-se uma melhoria notável no setor de produção, especialmente em relação aos pedidos de matérias-primas específicas. O sistema atuou fornecendo informações precisas sobre as necessidades imediatas da empresa para a produção.

Ademais, Maganha (2014) investigou a adoção do ERP em sua pesquisa que abordava a prática de implementação do sistema com múltiplos casos em pequenas e médias empresas. A pesquisa demonstrou que esses sistemas proporcionam notáveis benefícios às operações empresariais, destacando-se pela eficiência aprimorada das equipes e pela melhoria substancial no processo de tomada de decisões baseado em dados confiáveis. Anteriormente, a presença de sistemas isolados gerava redundâncias e desafios na gestão global de dados, problemas que são resolvidos com o ERP ao consolidar as informações em um único local de fácil acesso.

Conforme o supracitado ficou evidente ainda nos estudos analisados a influência dos sistemas de gestão integrado para a tomada de decisão, pois nos casos apresentados os sistemas proporcionaram a ampla visão dos processos, garantindo a fundamentação necessária para os processos decisórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal compreender a relevância dos sistemas de gestão integrados para as tomadas de decisão estratégica, investigando a seguinte indagação “De que modo a implementação de um sistema ERP pode impactar positivamente no crescimento e a produtividade das organizações?”, com foco específico em avaliar a importância desses sistemas para contribuir com uma gestão estratégica eficiente. Buscando responder essa questão, realizou-se a seleção e análise de dados provenientes de artigos que tratavam sobre o tema.

No âmbito do contexto examinado, tornou-se evidente que os benefícios resultantes do uso de sistemas ERP foram notáveis, influenciando positivamente na otimização e padronização dos processos, bem como no suporte à tomada de decisão fundamentada.

Considerando o panorama apresentado nesta pesquisa e os estudos analisados, destaca-se que a implementação de um ERP como estratégia organizacional pode acarretar benefícios significativos para as organizações, incluindo a integração de dados, a melhoria e padronização de processos, e a otimização da eficiência operacional.

Entretanto, é crucial ponderar sobre os desafios associados à implantação e adotar uma abordagem abrangente, envolvendo todos os colaboradores com o propósito de instigar uma cultura organizacional propícia à utilização eficaz do sistema nas atividades diárias. Desta forma, a implementação do ERP emerge como uma ferramenta crucial para impulsionar o crescimento e a competitividade das organizações.

A análise das evidências apresentadas revela que os sistemas ERP aprimoram as operações diárias e também desempenham um papel crucial na otimização das organizações, pois suas amplas funcionalidades atuam oferecendo às empresas de forma integrada e instantânea as informações necessárias para enfrentar os desafios complexos e dinâmicos do ambiente empresarial contemporâneo. A gestão estratégica de pessoas, a integração efetiva de processos e a promoção da sustentabilidade surgem como pilares interconectados, contribuindo para a construção de vantagens competitivas.

Portanto, pode-se afirmar que o objetivo de pesquisa deste trabalho, centrado na análise da importância e impacto do uso de sistemas ERP na gestão estratégica, foi plenamente alcançado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. G. de.; SILVA, A. de Q.; REIS, B. D. dos; FUKUOKA, D. M. L.; ELIAS, S. I. A importância dos sistemas ERP para a análise de negócios em uma empresa ou organização.

Revista Amor Mundi, [s. l.], v. 4, n. 8, p. 37–46, 2023. Disponível em:

<https://journal.editorametrics.com.br/index.php/amormundi/article/view/315>. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A. **Race Against the Machine: How the Digital Revolution is Accelerating Innovation, Driving Productivity, and Irreversibly Transforming Employment and the Economy**. [E-Book]. [s. l.]: Digital Frontier Press, Lexington, Mass e 2011, 2011. (92 p.). Disponível em: Race Against the Machine: How the Digital Revolution is Accelerating ... - Erik Brynjolfsson, Andrew McAfee - Google Livros. Acesso em: 15 jun. 2023.

BERNARDES, Joana Sofia Afonso. **O sistema enterprise resource planning para melhorar o controlo de gestão: estudo de caso numa pequena empresa**. 2022. Tese de Doutorado.

DE SOUZA, Cesar Alexandre; ZWICKER, Ronaldo. Ciclo de vida de sistemas ERP. **Caderno de**, 2000.

MAGANHA, Murilo Roberto Jesus. **Utilização dos sistemas integrados de gestão-ERP: estudo de múltiplos casos em pequenas e médias empresas**. 2014.

Rodrigues, L. C.; Fernandez, M. J. (2012). Alinhamento estratégico da tecnologia de informação e inteligência competitiva. **Revista Inteligência Competitiva**, 1(3), p. 328–344, 2012.

SOUZA, Cesar Alexandre de. **Sistemas integrados de gestão empresarial: estudos de casos de implementação de sistemas ERP**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Rodrigo Alves dos. **Análise dos resultados pós-implantação de sistemas integrados de gestão (ERP): estudo de múltiplos casos em Sergipe**. São Cristóvão, SE, 2018. Monografia (graduação em Administração) – Departamento de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018

A IMPORTÂNCIA DA CONSULTORIA EMPRESARIAL NA GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Edivânia Félix de Souza¹, (Aluna do curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: edivania.souza@fvj.br), Natalia Ribeiro de Paula de Miranda² (Aluna do curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: natalia.ribeiro@fvj.br) Edson Helison Sena do Nascimento³ (orientador do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: edson.nascimento@unijaguaribe.edu).

RESUMO

O nível de competitividade entre as micro e pequenas empresas está cada vez mais acirrada, a amplitude da internet e evolução dos pequenos negócios, fazem que o consultor seja diferente e faça a diferença, para muitas organizações na importância de sua entrega ao cliente. O caminho para a conquista de resultados no ambiente das micro e pequenas empresas incluem conquistas alinhadas a maneira como elas usam seu capital material e humano. Este trabalho tem como objetivo analisar a relevância da consultoria empresarial na gestão eficaz das micro e pequenas empresas, destacando as estratégias e práticas que contribuem para o desenvolvimento e crescimento sustentável desses empreendimentos, abordando o conceito de micro e pequenas empresas, seus desafios e oportunidades, os tipos de consultoria e as dificuldades enfrentadas e os fatores de insucesso para elas. O presente tema aborda as principais dificuldades enfrentadas por esse segmento, bem como os benefícios proporcionados pela implementação de consultorias especializadas. Para a análise e compreensão dos dados pesquisados, foi utilizada a abordagem bibliográfica feita consultas em trabalhos acadêmicos, internet, revistas e livros, na qual foi obtido um entendimento preliminar para o desenvolvimento do trabalho. Os resultados mostram que as micro e pequenas empresas continuam a enfrentar dificuldades para se manterem no mercado, e que a contratação do serviço de consultoria ainda vem sendo um desafio a ser implementado nas organizações pelos gestores.

Palavras-chave: consultoria; micro e pequenas empresas; competitividade.

1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPEs) costumam enfrentar dificuldades diárias para se manterem no mercado e se desenvolverem economicamente. Diante desta realidade, a busca para identificar os fatores que levam essas empresas ao declínio e as melhores soluções para os problemas organizacionais, a consultoria surge como principal aliada para a melhoria e execução das atividades e organização dos processos.

A presente pesquisa tem como objetivo geral, examinar a importância da consultoria empresarial no auxílio às micro e pequenas empresas a se manterem no mercado. Ademais, os objetivos específicos buscam: identificar as principais dificuldades enfrentadas no mercado e compreender como a contratação desse serviço influencia no crescimento das MPEs.

Com base neste contexto, justifica-se a importância de pesquisar e entender os efeitos da consultoria e sua atuação nas MPEs, pois, normalmente as pessoas abrem suas empresas sem ter o conhecimento de gestão necessário, e acabam enfrentando problemas para crescer e manter sua permanência no mercado.

2 MARCO TEÓRICO

Podemos concluir que consultoria é a prestação de um serviço, entregue por profissionais geralmente qualificados, pagos por hora ou projeto para algum cliente específico. A consulta é realizada por intermédio de diagnósticos e procedimentos que são capazes de

identificar as necessidades do cliente, identificar problemas e promover soluções, com o propósito de implementar melhorias de forma eficiente e eficaz.

A Consultoria é o ato de um cliente fornecer, dar e solicitar, pedir pareceres, opiniões, estudos, a um especialista contratado para que este auxílio apoie, oriente o trabalho administrativo, pode-se dizer que a consultoria é uma troca onde o cliente fornece informações da empresa e cabe ao consultor diagnosticar o problema e orientar da melhor forma possível. (PARREIRA, 1997 p.12)

Da mesma forma, as micro e pequenas empresas também representam um papel muito importante no cenário brasileiro, pois de acordo com uma pesquisa realizada pelo IBGE (1985), foi calculado em 21% a presença dos pequenos negócios no PIB do Brasil.

No entanto, o número progressivo das microempresas bem como a complexidade do cenário econômico em que operam, aumentou a necessidade de consultores. Isto significa que as MPEs estão ganhando cada vez mais espaço no mercado, já que elas são responsáveis por 78% dos empregos gerados de acordo com a Agência Brasil (2022), além de proporcionar maior inclusão e maior participação na economia.

Entende-se que a consultoria não ocorre apenas com o consultor, isto é, os profissionais da área se reúnem para realizar uma troca de informações com os clientes. Um fornece os dados necessários e o outro é orientado, este processo requer interação e confiança de ambas as partes, a fim de trabalhar em conjunto e alcançar resultados positivos.

De acordo com outra pesquisa realizada pelo Sebrae (2016) foi possível constatar que as empresas fundadas em 2011 e 2012, expôs que as maiores dificuldades enfrentadas no primeiro ano foram: falta de clientes (16%), falta de fundos (16%), concorrência (4%), burocracia (4%), falta de conhecimento (12%), dificuldades trabalhistas (10%), impostos/tributos (10%) e inadimplência (6%).

Observa-se então que se na maior parte dos cenários demonstrados pelo gráfico acima estivessem sendo acompanhados por profissionais qualificados em gestão, a possibilidade de permanência dessas empresas seria bem maior, acarretando assim o sucesso nas organizações.

3 METODOLOGIA

Com base nos objetivos da presente pesquisa, será realizada uma revisão da literatura. A revisão de literatura implica em constatar, examinar e obter bibliografia e outros materiais que atendam ao propósito do estudo.

A primeira etapa da pesquisa foi realizada com a compreensão do tema abordado e de que maneira ele afeta diretamente no cenário atual brasileiro, sua atuação influencia no processo de gestão e nas tomadas de decisões da empresa, dependendo da qualidade do serviço de consultoria a ser oferecido e da aplicação das mudanças propostas pelo empreendedor. É importante destacar que, o levantamento de informações após a leitura dos artigos pesquisados será de extrema importância para a resposta da pergunta problema apresentada.

4 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a manutenção das micro e pequenas empresas no mercado, ainda continua sendo um desafio para muitos gestores, pois os mesmos, por não terem conhecimento e planejamento antes de abrir o negócio, acabam por influenciar diretamente no crescimento empresarial. E os fatores conferidos foram: a alta carga tributária, descontrole do fluxo de caixa, acesso restrito ao crédito e as dificuldades na gestão financeira

Buscando identificar quais as fontes que levam um empreendimento ao insucesso, os autores tem em comum vários aspectos internos e externos. Dentre eles estão a gestão financeira

da empresa, do agente empreendedor do negócio, e de fatores externos que não são totalmente controlados pelo gestor, como: concorrentes, melhor preço, produtos inovadores e busca de novos clientes.

A falta de planejamento antes de abrir o negócio e durante o seu funcionamento, afetam diretamente como essas empresas vão se manter no mercado. Muitas vezes as pequenas e micro empresas se preocupam apenas com a venda e o lucro, e esquecem de realizar estratégias para que seus produtos ou serviços cheguem às mãos dos consumidores, fazendo com o que os mesmos não voltem ou indiquem os seus produtos e serviços.

Foi possível observar que, diante do contexto apresentado na pesquisa, observou-se que toda organização que enfrenta dificuldades internas e externas que possam oferecer riscos que prejudiquem as mesmas, e que necessitam de mudanças, precisam de uma consultoria

Isso significa que, o papel de uma consultoria empresarial dentro de uma empresa que almeja ter crescimento de mercado, é de extrema importância, pois através da troca de informações entre consultores e clientes, é possível identificar problemas e propor soluções que tragam benefícios para a organização.

Infelizmente a quantidade destes pequenos e micro negócios, costumam não ter conhecimento que existem empresas que fornecem serviços de consultoria, onde auxiliam na gestão e resolução dos problemas que cercam a organização, outro motivo para não contratação são geralmente porque também não possuem capital o suficiente para realizarem o investimento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Micro e pequenas empresas aumentam participação na economia brasileira. 2022. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-10/micro-e-pequenas-empresas-aumentam-participacao-na-economia-brasileira#:~:text=As%20micro%20e%20pequenas%20empresas,e%20riquezas%20produzidas%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 10 de abr.2023

AGÊNCIA BRASIL. Micro e pequenas empresas se destacam nos empregos gerados em 2022. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-10/micro-e-pequenas-empresas-se-destacam-nos-empregos-gerados-em-2022#:~:text=No%20Brasil%2C%2099%25%20de%20todas,sendo%2014%20milh%C3%B5es%20de%20MEI>. Acesso em: 10 de abr.2023.

SEBRAE. Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD#:~:text=Bras%C3%ADlia%20%2D%20Os%20pequenos%20neg%C3%B3cios%20respondem,presidente%20do%20Sebrae%2C%20Luiz%20Barreto>. Acesso em: 10 de abr. 2023.

MARANI, Felipe; CARDOSO, Matheus Fernandes. A importância da Consultoria Empresarial na gestão das micro e pequenas empresas. Americana SP, p. 26-30, 2021.

PARREIRA, Francisco E. Consultoria, consultores e clientes. São Paulo: Érica,1997.

DESAFIOS DE GERIR UMA ORGANIZAÇÃO DE FORMA ESTRATÉGICA NO PERÍODO PANDÊMICO DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE FIAÇÃO

Eliza Lara Silva Rebouças¹, (Aluna do curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: eliza.reboucas@fvj.br); Valberson da Silva Viana², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: valberson.viana@fvj.br)

RESUMO

O presente artigo apresenta as ações e estratégias da gestão empresariais utilizadas no período pandêmico da COVID-19 em uma empresa de fiação localizada no município de Jaguaruana, Ceará. O setor de ramo têxtil enfrentou a crise do coronavírus que atingiu vários fatores setores internos e externos de empresas nacionais e internacionais perpassando pelas atividades de produção têxtil, maquinários, vendas, logística, translado, até a entrega final de produtos. A investigação aconteceu através de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo e abordagem descritiva, através de estudo de caso, realização de pesquisa bibliográfica e entrevistas *in loco*. Identificou-se as dificuldades enfrentadas na crise econômica da pandemia e verificou-se as ações e estratégias utilizadas pela gestão empresarial que contribuíram para a permanência das atividades laborais e produtividade. Conclui-se que apesar do enfrentamento da COVID-19, a gestão empresarial utilizou estratégias adaptativas nas tomadas de decisões, com monitoramento dos ambientes e mudanças necessárias, envolvendo ambiente interno e externo, em prol do funcionamento e produtividade na empresa de fiação no período da pandemia.

Palavras-chave: estratégias empresariais; Gestão; Pandemia.

INTRODUÇÃO

No período pandêmico da COVID-19, as organizações enfrentaram diversas situações para se manter no mercado diante dos desafios surgidos no setor da produtividade, quadro de funcionários, padrão de qualidade, questões administrativas, vendas e outros aspectos que ocasionaram a permanência ou desistência das empresas em geral.

A disseminação do vírus causou preocupação em ambientes laborais públicos e privados. Na ocasião, houve a necessidade de isolamento social, distanciamento como medidas de proteção, e desta forma, as empresas se reinventaram com a intenção de permanecer com as atividades para atender a clientela com seus produtos e serviços prestados, em meio a adaptações de emergências em razão da pandemia.

Com intuito de reduzir a contaminação da doença, foram decretados através de documentos medidas para priorizar a saúde dos cidadãos de vários países. Durante a crise, as decisões foram tomadas de forma rápida e com eficácia, cabendo ao gestor agir de acordo com os fatos surgidos repentinamente, tentando solucionar os problemas, conduzindo de maneira eficiente para amenizar os impactos causados pela pandemia (MOTA, 2020).

Ainda de acordo com o autor supracitado, o cenário foi visto com insegurança e diversas dificuldades, em que o gestor, como líder de Estado, teve a preocupação de saber conduzir o momento considerado difícil, vivenciado em razão da pandemia do novo coronavírus. A restrição do contato físico, atingiu as organizações que foram forçadas ao fechamento de portas, reduzir o quadro de funcionários e colaboradores e adaptações necessárias.

Diante do exposto, indaga-se quais estratégias utilizadas pelas empresas do ramo de fiação no período da pandemia da COVID-19? O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar as estratégias utilizadas por empresas de fiação no período pandêmico da COVID-19. Desta forma, busca-se alcançar os objetivos específicos: a) identificar as dificuldades

enfrentadas no período pandêmico da COVID-19; e b) verificar as estratégias que contribuíram para a permanência das atividades laborais e produtividade.

A pesquisa justifica-se pelas observações e análises realizadas diante um quadro preocupante e desafiador em tempos de pandemia que amedronta nações, torna uma população propícia ao desemprego, desequilíbrio de trabalho, afeta a saúde de maneira geral e desestabiliza os setores de uma sociedade. Contudo, o setor empresarial do ramo de fiação assim como os demais, sofrem com as situações de equilíbrio e desestabilidades laborais no período pandêmico da COVID-19.

MARCO TEÓRICO

A gestão de uma organização influencia na cultura e formação de uma empresa, nos elementos que constituem um modelo gerencial. De acordo com Catelli, esta influência acontece por estes líderes que conduz uma empresa por um modelo de gestão e esse modelo de gestão é considerado produto do sistema institucional, que representa as ideias, determinações, anseios e expectativas do proprietário e/ou do gestor maior, sobre o andamento e organização da empresa (CARTELLI, 1997).

A gestão empresarial segue um modelo de gestão e esse aspecto é considerado um conjunto de normas e princípios que devem orientar os gestores na escolha das melhores alternativas, ações e estratégias que faz com que a empresa cumpra sua missão de maneira eficaz.

De acordo com a agenda da estratégia-como prática (s-a-p), a criação de estratégias representa o lugar onde as práticas, práxis e profissionais estão interconectados. A compreensão de práticas, conforme, Jarzabkowski et al. (2007), refere-se às tradições, regras e rotinas que orientam e legitimam a estratégia. Assim, dependendo das normas institucionais são formuladas os planejamentos organizacionais e respectivas estratégias.

O termo estratégia de acordo com Pettigrew (1977, p. 78), é definida pelo percurso intencional desenvolvido, a princípio, por dilemas organizacionais, transcorridas no cotidiano das instituições. Desta forma, o autor considera que as estratégias são feitas por escolhas postas em ações no desempenho das atividades individuais e coletivas em diferentes setores, estabelecendo padrões de concepção de mundo, formas de avaliá-lo e compreender determinadas atitudes.

Chaffee (1985), conceitua o fator “estratégia” em três conceitos partindo do pressuposto de que dependerá do pensar da junção de organização e ambiente que se pretende mudanças. Desta forma, a autora menciona os modelos de estratégias, a seguir, baseados nas tipologias e classificações agrupadas em definições preconizadas na literatura já existente.

O primeiro modelo chama-se estratégia linear, nome dado em função da percepção sequencial e metódica das ações que a envolve, partindo da definição de Chandler (1962). Além de Chaffee (1985) também de considerar outros autores que trabalharam com esse modelo na época 1960 e 1970, período em que se notou que problemas referentes à estratégia e sua complexidade eram maiores que o planejamento desenvolvido para determinadas ações.

Já o segundo modelo, trata-se de estratégia adaptativa, em que Chaffee (1985) utiliza o conceito de Hofer (1973, p. 47), numa perspectiva de ajustes variáveis entre oportunidades e presença de riscos que afeta o ambiente externo envolvendo capacidades e recursos de uma organização, garantindo a exploração de oportunidades, c monitoramento dos ambientes e respectivas mudanças.

Por último, o terceiro modelo, seguindo o conceito de estratégia destacado por Chaffee (1985, p. 93), numa perspectiva denominada de interpretativa. Nesse conceito, a estratégia refere-se a "metáforas orientadoras ou quadros de referência que permitem à organização e seu

ambiente serem compreendidos pelos seus *stakeholders*", estes, motivados a produzirem resultados que favoreçam a organização.

Em consideração ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus da COVID-19, o governo do estado do Ceará adotou medidas para combater a contaminação que atingiu milhares de pessoas no mundo.

METODOLOGIA

A investigação é uma pesquisa de campo de cunho qualitativo e abordagem descritiva e para a concretização deste trabalho foi realizado um estudo bibliográfico da literatura existente que servirá de base para a construção de cada etapa e fundamentação teórica. A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que busca informações diretamente com a população do local da pesquisa. Essa metodologia exige do pesquisador uma proximidade, um encontro mais direto. Desta forma, é necessário que o investigador esteja presente no local onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e fazer a reunião das informações a serem documentadas [...] (GONSALVES 2001).

A pesquisa foi realizada na Alfa, empresa do ramo de fiação, com sede no município de Jaguaruana, localizado na região do Baixo Jaguaribe, estado do Ceará. O sujeito da pesquisa foram duas funcionárias, identificadas como funcionária A do setor administrativo, responsável pela gerência geral e funcionária B, Técnica de Segurança do Trabalho, ambas da instituição investigada, que auxiliam na execução das operações do dia a dia, a primeira é responsável pela elaboração do planejamento estratégico e a segunda por reconhecer e analisar os riscos existentes no ambiente de trabalho, por isso justifica essa escolha.

O instrumento de coleta de dados utilizado, foi uma entrevista, agendada previamente, com datas e horários estabelecidos conforme disponibilidade da profissional escolhida. A coleta de dados foi feita por meio de questionário, com questões semiestruturadas, com perguntas abertas, relevantes sobre a empresa e condução de atividades no período da pandemia da COVID-19 e apresentação das estratégias executadas.

A técnica de análise de dados aconteceu através de análise de conteúdos de acordo com as respostas, organizadas por categorias, incluindo: i) estratégias empresariais ii) desafios das empresas no período pandêmico da COVID19, e iii) estratégias da empresa Alfa para superar os desafios nesse período.

RESULTADOS

No período da pandemia da COVID-19, a empresa Alfa, assim como outras empresas, passou por momentos difíceis e tiveram que se reinventar para alcançar as metas estabelecidas e atender os pedidos da clientela.

Durante o período pandêmico, a cada surgimento de informações e necessidades devido a determinação de isolamento social, foi preciso repensar as formas de atendimento ao cliente, reinventar a forma de trabalhar, readequando horários, funcionamento e preparação de recursos humanos e tecnológicos para atuar com o novo desafio.

O espírito coletivo fez a diferença na superação dos dias intensos, mesmo passando por um momento difícil, os níveis de ordem hierárquica tiveram seus significados, a administração demonstrou equilíbrio e firmeza na tomada de decisão ao encarar o problema durante esse período, com a colaboração dos supervisores e consequentemente os demais funcionários, mostrando ser uma equipe compromissada, mas também preocupada com a saúde e bem-estar de todos.

A rotina administrativa e operacional sofreu alterações na programação de trabalho, na condução das atividades pela exigência de manter isolamento social dentro e fora do ambiente de trabalho, e desta forma, houve alteração de horários, na organização e forma de dirigir cada

setor, com limites de responsabilidades para cada funcionário cumprindo as determinações da gestão administrativa, das atividades delegadas nesta empresa de fiação.

Durante o período destacado, surgiram dificuldade, riscos e oportunidades que identificados no decorrer da entrevista. Na entrada da empresa, especificamente no setor da portaria, era feito a verificação de saturação, uso do termômetro para medir a temperatura dos funcionários.

Em respeito aos decretos estabelecidos em âmbito nacional, estadual e municipal, foi mantido isolamento social, fiscalização do uso de máscara, higienização de máquinas e locais de trabalho, obrigatoriedade do uso de máquinas, disponibilidade de álcool, realização de exames, palestras de conscientização e informações sobre a COVID-19, com profissionais da saúde como enfermeiros e técnicos de enfermagem.

A empresa enfrentou várias dificuldades no período pandêmico da COVID-19, desde o recebimento de mercadoria externa, renúncia dos motoristas para usar máscaras, trabalhando com sintomas gripais, a compra das máscaras, por conta da disponibilidade da venda no mercado, de encontrar também com eficiência de proteção, incluindo um ambiente quente e com poeira que aumentava o manejo laboral.

Durante a pandemia os riscos identificados pela empresa estenderam-se desde ao ambiente interno à fatores externos em decorrência da contaminação e exigência sanitárias. Para tanto, houve limitações no uso de banheiros e refeitório, notificações do Ministério de Trabalho no cumprimento das medidas de proteção.

Ao trabalhar nesse cenário de riscos, surgiu em alguns trabalhadores o desenvolvimento de crises de ansiedade, choros, indício de depressão por conta do afastamento e casos de óbitos e ao mesmo tempo a exigência do trabalho para cumprir as metas estabelecidas. Em alguns casos foi preciso dar férias coletivas de 10 a 20 dias, em decorrência do pico de infecção.

Constata-se que foi necessário adaptação de novas regras e comportamentos do público interno e/ou externo, além de driblar o preconceito existente na época e as limitações em decorrência do distanciamento rigoroso. As ações voltadas para amenizar as situações de crises psicológicas foram importantes nesta superação.

A confiança entre os supervisores e os operários foi considerado um ponto forte dentro da equipe funcional, a maneira como foi encarada as dificuldades possibilitou oportunidades de percepção de compromisso, lealdade e companheirismo da equipe, tornando-os exemplo de competência na prestação de serviços à sociedade. E para manter o trabalho produtivo da empresa traçou-se algumas estratégias através de ações que contribuíram para a permanência das atividades laborais. Nesta perspectiva, logrou-se êxito nas vendas, atendendo as demandas existentes, favorecendo a organização e o público atendido.

CONCLUSÃO

Durante a fase turbulenta, marcada por momentos ruins, a empresa de fiação investigada contou a eficiência da equipe funcional, cabeceada pela presidente, para driblar os empecilhos surgidos nessa época, verificou-se as estratégias utilizadas pela gestão empresarial que contribuíram para a permanência das atividades laborais e produtividade. Consta-se que foi necessário adaptação de novas regras e comportamentos do público interno e/ou externo.

Conclui-se que apesar do enfrentamento da COVID-19, a gestão empresarial utilizou estratégias adaptativas nas tomadas de decisões, com monitoramento dos ambientes e mudanças necessárias, envolvendo o ambiente interno e externo, em prol do funcionamento e produtividade empresa de fiação no período de pandemia.

REFERÊNCIAS

CHAFFEE, E. Three models of strategy. **Academy of Management Review**, v. 10, n. 1, p. 89-98. 1985.

GONSALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

JARZABKOWSKI, P.; BALOGUN, J.; SEIDL, D. Strategizing: The challenges of a practice perspective. **Human Relation**, 60(1), 5-27, 2007.

PETTIGREW, A. M. Strategy formulation as a political process. **International Studies of Management & Organization**, v. 7, n. 2, p. 78-87, summer, 1977.

A RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

Lucas da Costa Ferreira¹, (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: lucas.costa@fvj.br); Valberson da Silva Viana², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: valberson.viana@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

No século XXI, as micro e pequenas empresas são responsáveis por grande parte da economia do Brasil, entretanto é relevante frisar que para que este cenário seja possível, muitos entraves são superados constantemente. Entre estes destacam-se: o fato de não conseguir manusear suas vantagens competitivas no mercado, precisando, portanto, que organizem planejamento estratégico que garanta sua permanência junto a ampla concorrência existente. O objetivo deste estudo foi apresentar como o planejamento estratégico é relevante aos micros e pequenos negócios. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão sistemática da literatura, visto que permite a identificação de documentos com informações relevantes acerca de como os micro e pequenos negócios têm se mantido no mercado formal. Diante as informações alcançadas, foi possível identificar que o planejamento estratégico permite que os empreendedores tenham recursos humanos e financeiros para atender suas demandas. Também permite que entendam melhor sobre seus negócios e consigam definir missão e qual a melhor maneira de manter o prédio em que atua, uma vez que estes são fatores primordiais para continuar atendendo as necessidades de seus clientes. Conclui-se a necessidade de uma pesquisa exploratória sobre a temática do estudo, a fim de que micros e pequenos empreendedores discorram sobre quais estratégias fazem uso para continuar empreendendo em pequenas empresas.

Palavras-chave: planejamento; gestão; estratégia.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as micro e pequenas empresas são as responsáveis por grande parte da economia do Brasil, entretanto é relevante frisar que para que este cenário seja possível, muitos entraves são superados constantemente. Entre estes destacam-se: o fato de não saberem comercializar, não entender sobre seu público de nicho e não conseguir manusear suas vantagens competitivas no mercado. Para esses mesmos autores, cabe destacar que “as Micro e Pequenas Empresas (MPE’s) compõem 99,1% de todos os negócios registrados e produzem boa parte das riquezas e criação de postos de trabalho” (FIGUEIREDO *et al.*, 2023. p. 02), sendo devidamente importante para o Estado buscar manter essas empresas em desenvolvimento. Nessa perspectiva, é interessante discorrer sobre as ferramentas que podem guiar a organização da empresa, como é o caso do planejamento estratégico, um mecanismo usado para verificar as atividades da empresa, ajudando nas tomadas de decisões de forma mais assertiva. Tais estratégias podem ser divididas em defensivas, prospectoras, analíticas e reativas. Considerando as informações que se apresentam, surge o seguinte problema de pesquisa: qual a relevância do planejamento estratégico para micro e pequenos negócios? Com relação ao objetivo geral, pretende apresentar como o planejamento estratégico é relevante aos micros e pequenos negócios. E no que tange aos objetivos específicos, estes visam: apontar os tipos de estratégias para manutenção de micro e pequenas empresas; e indicar o tipo mais adequado para PME.

MARCO TEÓRICO

O planejamento é um dos pontos mais importantes em uma organização, visto que é a partir deste cenário que se torna possível estabelecer os passos mais relevantes para o crescimento organizacional. De acordo com Pereira (2010), é a partir do planejamento estratégico que uma empresa, seja qual for seu tamanho, consegue identificar seus pontos fortes e aqueles que precisam ser melhorados, visando alcançar sucesso. É fácil identificar que nos últimos anos, as empresas têm realizado diversas mudanças, sobretudo, junto aos profissionais e seus papéis nas organizações, considerando que por meio dessas transformações torna-se mais fácil alcançar seus interesses. Dessa forma, fica esclarecido que para que o sucesso empresarial aconteça, se faz necessário definir as metas organizacionais, visto que a partir destas informações fica mais fácil minimizar os riscos que se apresentam a partir do desenvolvimento das atividades. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta é que ainda mais que as grandes empresas, faz-se necessário organizar um planejamento que atenda às necessidades de uma pequena empresa, a fim de que seja possível minimizar os riscos que comumente acontecem, tal como a rotatividade de profissionais que atuam na empresa.

METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida por meio de uma revisão sistemática da literatura visto que permite a identificação de documentos com informações relevantes acerca de como os micro e pequenos negócios têm se mantido no mercado formal. Este tipo de pesquisa “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Com relação à abordagem para este tipo de estudo é considerada qualitativa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Identifica-se que existem diversos micro e pequenos negócios no Brasil, uma vez que estes se apresentam como fundamentais para o produto interno bruto - PIB brasileiro, uma vez que são consideradas fundamentais para a garantia de empregabilidade de grande parte da sociedade, sobretudo, quando inseridas nos pequenos municípios brasileiros. Importante destacar que “só em maio de 2023, os pequenos negócios responderam por 70% (108.406 dos 155.270) dos novos vínculos empregatícios. Um aumento de 2 pontos percentuais em relação aos 68% obtidos no mesmo mês do ano passado” (MOURA, 2023, p. 01). Diante desse contexto, percebe-se a relevância de auxílio financeiro e de capacitação para os empreendedores, a fim de que estes negócios continuem a existir. Esse auxílio é fundamental porque a literatura evidencia que estas empresas são fundamentais para a economia brasileira, uma vez que suas atividades considerar quase 30% do PIB. As MPE representam, na atualidade cerca de 22 milhões de pequenos negócios, sendo essa uma alternativa considerável para sair do cenário de desemprego e vulnerabilidade social. Especificamente no Estado do Ceará, o SEBRAE aponta sobre o espaço temporal de 2012 a 2021, destacando uma crescente com relação ao número de trabalhadores que decidiram atuar por conta própria no mercado. Durante esse tempo de 26%, sendo que passou de 20,5 milhões de empreendedores para 25,9 milhões. Entretanto, o SEBRAE também aponta que nem todos os empreendedores são formalizados, porém houve crescente também nesse contexto, passando de 2,6 milhões para 11,3 milhões, ou seja, 12 vezes maior no ano de 2021 do que em 2012 (G1, 2022). Fica evidente a relevância desses empreendimentos para o cenário brasileiro, auxiliando no desenvolvimento econômico a sociedade. Cabe frisar que antes da pandemia do COVID-19, os micros e pequenas empresas já se faziam cruciais para a sociedade, mas posteriormente a esse cenário, mais empreendedores surgiram, uma vez que por certo tempo houve crise no setor econômico, ainda em recuperação

durante o ano de 2023. Os micros e pequenos empreendedores precisam se familiarizar melhor com seus negócios, aumentando sua disponibilidade de recursos financeiros e humanos, para manter suas atividades em andamento, sendo este um planejamento estratégico crucial para as organizações que atuam como micros e pequenos negócios. Entre as estratégias identificadas, é possível enfatizar a definição de missão e visão das empresas, o desenvolvimento de estratégias competitivas, levando em consideração as diversas micro e pequenas empresas em uma mesma atividade e a avaliação do ambiente de negócios, a fim de manter estas em desenvolvimento e capacidade para atender as necessidades de clientes e colaboradores. Também o melhor entendimento sobre o ramo do negócio em que atua e uma organização financeira e de recursos humanos para a empresa funcionar com qualidade.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Alexandre Leão de Castro *et al.* Desafios das Micro e Pequenas Empresas no Brasil: Uma Análise sobre o Papel do Gestor. Id on-Line **Rev. Psic.** V.17, N. 65, p. 480-488, fevereiro/2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.

G1. Renda gerada pelos pequenos negócios é de R\$ 420 bilhões por ano. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/especial-publicitario/sebrae-ce/inovacao-e-negocios/noticia/2022/08/04/renda-gerada-pelos-pequenos-negocios-e-de-r-420-bilhoes-por-ano.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MOURA, Bruno de Freitas. **Micro e pequenas empresas criam sete de cada 10 empregos no país.** Agencia Brasil, 2023. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/micro-e-pequenas-empresas-criam-sete-de-cada-10-empregos-no-pais>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Planejamento estratégico.** In: Planejamento estratégico. 2007.

Normando José da Silva Júnior¹, (Aluno de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail juniorxxv2@gmail.com); Valberson da Silva Viana², (Professor Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: valberson.viana@fvj.br).

RESUMO

O presente objetiva analisar o impacto da internet na administração de negócios, tendo como primícias que a presença online dentro de uma empresa projeta novos caminhos para eficiência da entrega do produto dentro tempo hábil fideliza os clientes, diminuir custos e aumentar a visibilidade do seu negócio, e de seus resultados. As empresas estão adotando cada vez mais a internet através das redes sociais de relacionamentos que são capazes de alcançar milhões de pessoas sendo um canal de comunicação com potencial mundial.

Palavras-chave: internet; administração; negócios.

1 INTRODUÇÃO

No que tange os conhecimentos em torno da administração de negócios é imprescindível abordar que a internet se apresenta como uma ferramenta poderosa para que os produtos e serviços sejam executados com perfeição dentro do mercado. As empresas que necessitam se manter atuantes dentro do mercado globalizado necessitam ter um bom sistema de comunicação, capaz de criar um diferencial competitivo.

. Para elaborar o estudo traçou-se como objetivo geral: analisar o impacto da internet na administração de negócios, tendo como ponto de partida a qualidade todo produto e as necessidades dos clientes. Já os objetivos específicos perfazem identificar os caminhos para uma maior aceitação da empresa no mercado, compreender; compreender o papel da funcionalidade da internet.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 O empreendedorismo na Recuperação Econômica Pós-Pandemia

A pandemia foi um momento que entra para história das epidemias globais, que afetou todos os setores da vida humana, e das empresas que tiveram que se reinventar para não ficar em desuso ou quebrar por falta de material humano, em todos os seus aspectos, toda economia quase parou, fruto desse problema a economia quase parou, portanto, as redes sociais advindas da internet. É de fundamental importância compreender que a restauração da economia está intimamente relacionada com a venda de produtos e serviços através do uso das redes sociais, com a pandemia as vendas passaram a ser pelos canais digitais e com o implemento da internet; que teve um crescimento exponencial. Muitas empresas fecharam suas portas e surgem os microempreendedores que foram se organizando de acordo com as necessidades do mercado (BALDE, 2010, p. 194).

2.2 As Contribuições das Redes Digitais no Marketing do Produto

Para Kotler (2010); O diferencial de qualquer empresa dentro do mercado é a sua e comprometimento com a fidelização do cliente, qualidade dos produtos, prazo de entrega, e comprometida com a regularização das legislações do meio ambiente, alinhadas com as redes digitais pode atingir os diversos ramos do mercado globalizado. Outro fator que pode ser

evidenciado dentro da economia de mercado é o marketing do produto que deve ser realizado de forma estrutural;

As ferramentas digitais dentro do seu amplo campo de abrangência têm auxiliado as empresas a se desenvolverem dentro dos setores empresariais com ações planejadas que promovam a concorrência justa no meio em que estão inseridos, objetivando a sobrevivência no mercado e o retorno financeiro sobre o investimento aplicado dentro de cada setor (HISRICH,2014, P- 27).

Infere-se na perspectiva de Gil (2012), que a necessário fazer uma pesquisa dentro dos anais do mercado e perceber as suas oscilações e melhor maneira de usar as novas tecnologias no processo de comunicação é ter foco no cliente.

2.3 A Sustentabilidade das Empresas Através da Administração Eficiente

O ato de administrar para Luz (2012), tem as suas especificidades e perpassam por longos processos de aquisição de conhecimentos gestados no decorrer das mudanças e transformações ocorridas na sociedade.

A organização eficiente insere a internet em sua estratégia tende a ter mais sucessos do que fracassos. Existe um padrão de atuação nesse espaço virtual, com o negócio da empresa e agrupa as práticas de gestão institucional, portanto, é vital a comunicação interna e administrativa dentro dos padrões da sociabilidade econômica das empresas (LUZ, 2012, p. 28).

3 METODOOLGIA

Os procedimentos metodológicos na realização deste estudo será a revisão de literatura. A pesquisa terá uma abordagem descritiva argumentativa. Com realização de uma consulta na internet nos sites: Google Acadêmico, Scielo, Revista de Administração Mackenzie, Revista Eletrônica de Administração, site domínio público, Revista Brasileira de Gestão de Negócios, Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios, e a leitura e fichamento de artigos sobre a temática. O trabalho está dividido em três seções nas quais vamos abordar um pouco dos achados das leituras. Na seção um, abordar o empreendedorismo na Recuperação Econômica Pós-Pandemia. Na segunda seção evidencia -se as Contribuições das Redes Digitais no Marketing do Produto. E na terceira seção abordaremos a Sustentabilidade das Empresas Através da Administração Eficiente.

Através da pesquisa de revisão, evidenciou-se, que as empresas precisam criar um diferencial no mercado, no mercado competitivo define a concorrência e exige os mais altos padrões de qualidade com serviços e produtos que de fato estejam de acordo com as normas das leis econômicas.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Segundo pesquisa realizada nos artigos, os resultados obtidos em sua maioria englobam a prática os percentuais revelam que 2013, houve alteração significativa no ranking de dispositivos mais utilizados nos domicílios brasileiros para acessar a Internet. A rede dentro do seu escopo de negócios e interatividade só fez crescer e se expandir como já foi mencionado nas discussões da temática. Os resultados revelam de positiva que a internet abriu as portas das empresas para a economia e o agronegócio. Já para a vida da população ampliou os serviços de telecomunicações e ampliou os campos da informação dos bens e dos serviços.

A internet alinhada as diversas mídias digitais possam trazer a qualidade de vida tanto das pessoas, quantos das empresas, que passem a ter suas legislações que respeite o meio ambiente e os seus recursos naturais e fatores bióticos dos ecossistemas. Em virtude desta nova Era Digital

ser muito mais tecnológica, com maior produtividade e um maior crescimento econômico, em larga escala. A analisar esta nova perspectiva de forma a considerar o Princípio da Sustentabilidade como norteador do desenvolvimento.

Os dados das leituras também revelaram que apesar de todo esse avanço, ainda existe uma parcela mais vulnerável da sociedade ainda encontra barreiras para o acesso pleno as tecnologias digitais, em virtude de vários fatores. O acesso à Internet é praticamente universalizado entre os campos da conectividade a partir do interligamento das redes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das leituras evidenciaram de forma clara e com o suporte da bibliografia levantada tornou-se visivelmente claro que as empresas necessitam estarem alinhadas com a internet através das mídias digitais pode ampliar os diversos campos da administração das empresas é grande fonte de vantagem competitiva para a organização.

É de fundamental importância entender e conhecer melhor as necessidades e desejos dos consumidores ao escutá-los e participar do que dizem a seu respeito e sobre o mercado. Portanto, nem todas as empresas que investem em novas tecnologias possuem conhecimentos das mesmas, por isso é de fundamental importância está alinhada com as novas tendências de mercado, e oferecer seus produtos e serviços acessível aos consumidores. As empresas precisam de um bom sistema de comunicação, capaz de criar um diferencial competitivo diante de uma sociedade baseada em informações.

Nesse novo cenário, o consumidor passou a ser mais exigente e o mercado com advento da tecnologia passou a ser tão seletivo e competitivo. O consumidor dentro do seu rol de trabalho cada vez mais tem buscado a qualidade dos produtos e se posicionado diante das demandas do mercado, quando o que está em jogo é a vontade de suprir as suas necessidades. Checam as informações dos produtos e estão mais exigentes em relação ao consumo consciente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Beatriz Alves; MOURA, Davi Jeremias da Silva. Marca, posicionamento e Brand Equity: um levantamento teórico. **Tecnologia & Informação**, v. 1, n. 3, p. 7-19, 2014.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Princípios da Administração:** o essencial em teoria geral da administração. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.P-15-153.

KOTLER, F. Marketing. **As Forças que Estão Definindo o Novo Marketing Centrado no Ser Humano.** São Paulo: Elsevier; Edição: 2010.

MANFROI, Luciana. **Marketing Digital:** livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2013.P-21-63.

LUZ, Rogério dos Santos Oliveira; LIGUORI, Vilma Carla Sarti. **Orientações sobre Sistema de Gestão da Qualidade:** Sistema de Gestão da Qualidade SGQ Um Guia para a Qualidade Organizacional - Campinas SP, 2012.

O NETWORKING COMO INSTRUMENTO POTENCIALIZADOR DE CARREIRA E VISIBILIDADE PARA O MERCADO DE TRABALHO

Vitoria Ellen Rabelo Ferreira¹, (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: vitoria.rabelo@fvj.br); Valberson da Silva Viana², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:valberson.viana@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O networking tem como propósito criar e manter relações que agreguem valor, tanto no âmbito pessoal como profissional por meio de uma rede de contatos mutuamente benéfica. O objetivo deste artigo é investigar como o networking pode potencializar a carreira de jovens universitários do curso de administração da Unijaguaribe. Sendo assim, pretendeu-se realizar um estudo de caso de caráter quantitativo, exploratório e descritivo com aproximadamente 120 alunos da instituição, aplicando um questionário/formulário online, a fim de assumir a relevância do tema no âmbito acadêmico. Conforme o período estabelecido para coleta de dados, foram registradas 120 respostas de alunos que cursam ou cursaram administração no Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. Mediante análise, observou-se que 94% dos respondentes assumem a relevância do networking como potencializador de carreira e visibilidade para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: mercado de trabalho networking; empregabilidade; carreira; marketing pessoal

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco principal tratar sobre a perspectiva do networking como instrumento potencializador de carreira e visibilidade para o mercado de trabalho. Sabe-se que o mercado de trabalho está em constante processo de mudança, seguido por novas tendências e pré-requisitos profissionais. Além disso, o cenário econômico imprevisível contribui para que ocorram mudanças significativas.

Tendo em vista que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente, competitivo e excludente (MINARELLI, 2010), evidencia-se que não só as habilidades técnicas têm sido alvo do mercado de trabalho, mas a capacidade humana como fator competitivo, seguido por um conjunto de competências, características e habilidades estratégicas, de: liderança; proatividade; persuasão; boa comunicação e oratória; boas relações internas e externas às organizações; adaptabilidade e; a capacidade de assumir riscos e enfrentar novos desafios (MADRIGAL *apud* SCHÖDER, et al. 2020).

Com base no contexto supracitado, realizar *networking* pode ser de suma importância para os profissionais da área de gestão, visto que, essa prática pode ajudá-los a expandir seus conhecimentos, aprimorar suas habilidades já existentes, aumentar suas chances de empregabilidade e avanço para suas carreiras. Por esse motivo, o estudo tem como objetivo geral investigar como o networking pode potencializar a carreira de jovens universitários.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Networking atrelado à Empregabilidade, Carreira e ao Marketing Pessoal

Barreira *apud* (SONNENBERG. F.K,1990) considera a prática do networking como um processo deliberado de troca de informações, recursos, apoio e acessos, de modo a criar relacionamentos mutuamente benéficos, tanto para o sucesso profissional como pessoal.

Partindo por esse pressuposto, o networking é a construção de ligações úteis, de forma a mobilizar recursos e alcançar objetivos específicos e positivos. Ao fazer networking, as pessoas têm mais possibilidades de conhecer outras pessoas que compartilham dos mesmos interesses, como por exemplo de uma mesma área de conhecimento. Podendo orientá-los sobre progressão de carreira, oferecer feedback e ajuda a se tornar um profissional mais competente.

Segundo Minarelli (2010), o *networking* está entre os seis pilares que sustentam a empregabilidade, isto é, a capacidade de um indivíduo ser ou se tornar empregável. Uma rede de relacionamentos humanos é o instrumento mais eficaz para se proporcionar acesso a informações, oportunidades e um plano de carreira para profissionais. O mesmo afirma que tanto o sucesso profissional como o pessoal pode ser mantido, desenvolvido e cultivado com facilmente com uma boa rede de relacionamentos. Para Sonnenberg (1990), numa perspectiva de marketing, o networking proporciona conhecimento, recursos, posicionamento, oportunidades, referências, solidificação de relações existentes e leads, sendo o *marketing pessoal* uma forma de revalorização das capacidades e competências de um indivíduo, o tornando atrativos ao mercado.

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

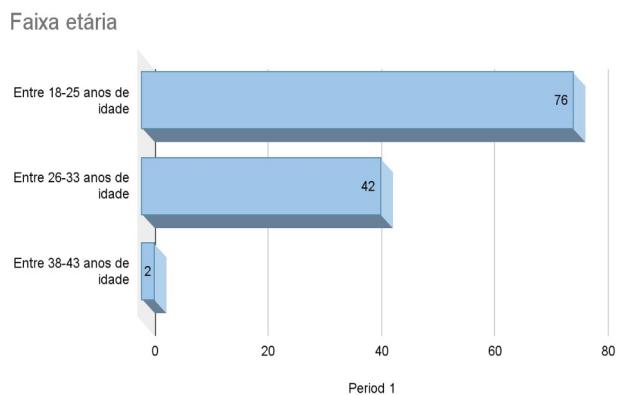
A pesquisa aplicada é de caráter quantitativo, exploratório e descritivo, em que pretendeu-se formular um questionário que deixasse explícito para o público-alvo qual o tema envolvido. Sendo assim, foi-se realizada uma amostragem por conveniência com os alunos do curso de administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, com o objetivo de se alcançar em média 120 alunos, sejam eles formandos ou já formados, sob a escala dos cursos feitos em EAD (Educação a Distância), como presencial.

O objetivo do estudo era tanto apresentar a temática abordada no artigo, como explorar o conhecimento da população selecionada referente ao tema. As informações coletadas por meio de fontes secundárias só comprovam a atual limitação do assunto no meio acadêmico. Já a coleta de dados da fonte primária foi por meio da ferramenta Forms. O modo de tabulação dos dados, foram expressas em gráficos (pizza, barra e em coluna) e em tabela. Para isso, obteve-se o auxílio da plataforma do Excel para ordenar os processos de coleta, tabulação e tratamento de dados.

ANÁLISES E RESULTADOS

A pesquisa realizada alcançou 120 alunos em que a predominância dos respondentes são do sexo feminino, abrangendo cerca de 56% do público-alvo. Quanto à faixa etária, se enquadram mais jovens entre 18 e 25 anos de idade, contando com um diferencial de apenas 2% da população selecionada que se enquadram na faixa dos 38 a 43 anos de idade na opção “outros”. A seguir apresenta-se o gráfico em barras sobre a distribuição de faixa etária entre os respondentes.

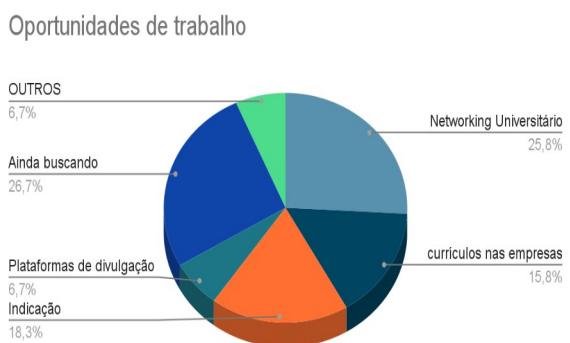
Gráfico 1- Distribuição da faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora

Em seguida, foi-se a observado a predominância entre a modalidade cursada dos respondentes e se os mesmos trabalham atualmente. Com base nos resultados analisados, o público selecionado obteve mais oportunidades no mercado de trabalho com o Networking universitário, ou seja, por meio da troca de conhecimentos e experiências dentro do meio acadêmico. No gráfico a seguir demonstra essa representação.

Gráfico 2 - Variação dos resultados sobre as oportunidades de trabalho obtidas



Fonte: Elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado de estudo, observou-se que o networking é efetivo de maneira natural, uma construção cotidiana e progressiva, possibilitando aos universitários maiores vantagens competitivas sobre o mercado e gerar oportunidades de se destacarem e desenvolverem seu marketing pessoal. Dentre os principais aspectos a serem alcançados, destaca-se no estudo a relevância do tema para o ambiente acadêmico. Conforme o objetivo da pesquisa, 94% dos respondentes assumem a relevância do tema e da prática em si, como uma forma de promover oportunidades e gerar visibilidade para o mercado ativo e competitivo. O campo acadêmico possibilita a interação entre pessoas e explora os seus cognitivos, possibilita que os indivíduos se identifiquem e criem relações positivas e duradouras.

Dessa forma, assumiu-se diante pesquisa a importância do tema trabalhado e que o networking pode-se considerar um instrumento potencializador de carreira e visibilidade para o

mercado de trabalho, visto que 70% dos respondentes estão inseridos no mercado de trabalho e em sua maioria afirmaram obter oportunidades de trabalho por meio do networking. Como estudos futuros, sugere-se que haja aprofundamento referente à temática no meio acadêmico. Levando em consideração a análise dos resultados nesta pesquisa, pontua-se a necessidade de mais eventos como masterclass e workshops que possam incentivar os alunos a se interessarem pelo assunto e por em prática.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, V. Potencialidades do Networking para a Educação, Cidadania e Valores no Terceiro Sector. **Educação, Valores e Cidadania**, n. 25^a, p. 34-35, 30 dez. 2010. Disponível em: https://issuu.com/dianovaportugal/docs/exit_25_educacaovalorescidadania. Acesso em: mar. de 2023.

MADRIGAL, A. G. **Em 2023 o mercado de trabalho estará cada vez mais exigente em relação ao perfil profissional desejado.** 21 fev. 2023. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/em-2023-o-mercado-de-trabalho-estara-cada-vez-mais-relacao-madrigal/> Acesso em mar de 2023.

MIRANELLI, J. A. **Como utilizar a rede de relacionamentos na busca de emprego e oportunidades de trabalho.** São Paulo: Ed. Gente, 2010.

MINARELLI, J. **Empregabilidade:** como entrar, permanecer e progredir no mercado de trabalho. Porto Alegre: Simplíssimo, 2020, 145 p. Disponível em <https://www.google.com.br/books/edition/Empregabilidade/TOQJEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpsv=0>. Acesso em abr. de 2023.

SONNENBERG. Os lucros profissionais (e pessoais) do networking. **Revista de Treinamento e Desenvolvimento**, 1990. Disponível em: <https://www.researchgate.net/search.Search.html?query=SONNENBERG+Os+lucros+profissionais%28e+pessoais%29+do+networking.+Revista+de+Treinamento+e+Desenvolvimento%2C+1990.&type=publication>. Acesso em maio de 2023.

Ciências Contábeis

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA AUDITORES INDEPENDENTES SOB A ÓTICA DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Alice Nunes do Nascimento¹, (Aluna do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alice.nascimento@fvj.br); Larissa Karoline Souza Silva², (Orientadora - Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

A Educação Profissional Continuada (EPC) tem o objetivo de renovar e ampliar as bases de conhecimentos dos profissionais contábeis, além da sua diversidade nas áreas de atuação, dentre estes contadores, está a figura do auditor independente, que tem a obrigatoriedade de realizar o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC). Diante do exposto, o estudo tem como objetivo analisar a importância da educação continuada para auditores independentes sob a perspectiva dos discentes do curso de Ciências Contábeis da UniJaguaribe. Para isto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, onde foram entrevistados 10 alunos da instituição que já cursaram ou estão cursando as disciplinas de auditoria ou controladoria, por meio de entrevista conduzida de maneira remota com o público-alvo. Concluiu-se que os estudantes consideram relevante a EPC na carreira do auditor independente e que a mesma causa um impacto positivo, visto que o auditor externo precisa atualizar-se sobre sua área de trabalho, para que dessa maneira possa fornecer um serviço com uma alta qualidade, permitindo aos clientes terem confiança perante o parecer elaborado, para que assim possam tomar as providências cabíveis. Além disso, possibilita aos usuários das informações da empresa auditada ter convicção de que as demonstrações contábeis foram passadas por uma auditoria de qualidade, proporcionando-lhes segurança quanto à fidedignidade dos dados apresentados.

Palavras-chave: auditoria; educação profissional continuada; auditor independente.

1 INTRODUÇÃO

A auditoria é a área da contabilidade que está preocupada em verificar se o controle patrimonial está sendo feito de maneira adequada (ATTIE, 2018), podendo ser subdividida em dois tipos, a interna e a externa. A auditoria externa, também conhecida como auditoria independente, é aquela que consiste em verificar a fidedignidade das demonstrações contábeis da organização auditada, gerando maior grau de confiabilidade junto àqueles que tem interesse na organização (CREPALDI; CREPALDI, 2016).

A auditoria externa é exercida pelo auditor independente, que deve estar devidamente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de sua jurisdição e possuir registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e deverá, consequentemente, realizar o Programa de Educação Profissional Continuada (CFC, 2016). As atividades relacionadas com a Educação Profissional Continuada (EPC) têm como objetivo expandir e atualizar os conhecimentos e habilidades dos profissionais da contabilidade, sendo uma característica indispensável à qualidade dos serviços fornecidos e ao atendimento das normas que regem a profissão contábil (CFC, 2017).

Diante do exposto, o estudo tem como objetivo geral analisar a importância da educação continuada para auditores independentes sob a perspectiva dos discentes do curso de Ciências Contábeis da UniJaguaribe.

2 MARCO TEÓRICO

A auditoria independente surgiu como fruto do desenvolvimento do sistema capitalista, visto que, com o aumento da concorrência, as empresas tiveram maiores demandas. Para acompanhar o ritmo do mercado, as organizações necessitaram adquirir recursos junto a terceiros que, para concessão desses bens, precisavam avaliar as demonstrações contábeis da entidade. Para os investidores terem segurança quanto às demonstrações contábeis apresentadas pela empresa que iria conceder os recursos, foi exigido que um profissional a parte da organização examinasse esses documentos (ALMEIDA, 2012).

Em 2003, iniciou-se o programa da educação continuada direcionado aos auditores, estabelecido por meio da Resolução CFC nº 945 (SILVA; SILVA; NIVEIROS, 2018). A EPC tem o objetivo de renovar e ampliar as bases de conhecimentos dos profissionais contábeis, além da sua diversidade nas áreas de atuação. Assim como pretende ascender as atitudes sociais, morais e éticas dessa classe profissional, sendo o conjunto desses fatores fundamental para garantir a qualidade dos serviços prestados (CFC, 2017).

A NBC PG 12 (R3) (2017) elenca em seu item 4 os profissionais contábeis que se encontram na obrigatoriedade de realizar a EPC, dentre eles está o auditor independente, devendo efetuar a quantidade mínima de 40 (quarenta) pontos de EPC por ano-calendário. Desse modo, o auditor externo irá se aperfeiçoar cada vez mais em sua área de estudo, fazendo com que tenha excelência em sua profissão, evitando erros por não saber o suficiente sobre as técnicas contábeis e, consequentemente, não gerar prejuízos para si e para a empresa que goza de seus serviços. Assim, o mercado é potencializado com profissionais mais capacitados e que passem mais credibilidade e confiabilidade.

3 METODOLOGIA

De acordo com a classificação sobre o tipo de pesquisa aplicado aos objetivos, o presente trabalho aborda a pesquisa descritiva, visto que foi analisada e descrita a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis da UniJaguaribe sobre a importância da educação continuada para auditores independentes. Para alcançar o propósito, o tipo de pesquisa utilizado foi um estudo de campo, onde o público-alvo foram 10 discentes que já cursaram ou estão cursando as disciplinas de auditoria ou controladoria.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando uma entrevista estruturada com perguntas abertas como instrumento para coleta de dados, a fim de obter informações a respeito da importância da educação continuada para auditores independentes na perspectiva do indivíduo entrevistado. A entrevista foi conduzida de forma remota com o público-alvo. As falas dos acadêmicos foram analisadas com base na relevância atribuída ao assunto. Para auxiliar na análise das respostas foram feitas nuvens de palavras através do site *Word Art*, além disso, utilizou-se a ferramenta *Excel* para elaborar tabelas e gráficos.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para Dantas Júnior (2020), é necessário aperfeiçoar o desempenho profissional para preservar alta qualidade da prestação de serviços para as partes interessadas. Dessa forma, a EPC contribui para que o ramo contábil forneça para diferentes usuários informações fundamentais para tomadas de decisão. Quando os entrevistados foram questionados sobre a importância da EPC, obtiveram-se respostas como: “*Todo profissional necessita buscar*

conhecimento para conseguir atuar em sua área com a experiência necessária, garantindo aos seus clientes soluções atuais para cada situação que venha a surgir". É possível perceber que a dissertação está em consonância com o que foi explanado por Dantas Júnior (2020), onde relatam sobre a importância da atualização de conhecimentos para fornecimento de um melhor serviço para os clientes.

Foi indagado também em relação à importância e ao impacto que a EPC pode exercer sobre a profissão do auditor independente, onde os entrevistados consideraram como relevante a EPC, visto que seus instrumentos de trabalho se atualizam rapidamente e o profissional precisa acompanhar esse ritmo para melhorar a qualidade de seus serviços. É possível observar isto na seguinte resposta:

"A contabilidade é uma área que se molda com o tempo, e as políticas e normas se adequam a situação do mercado. É importante para esse profissional manter-se informado e atualizado para que as empresas para as quais ele presta serviço possam contar com as melhores soluções e ele possa ter propriedade sobre os assuntos que precisam ser tratados". (Aluno 8).

Com base nas respostas obtidas, foi possível concluir que os 10 discentes entrevistados consideram relevante a EPC na carreira do auditor independente e que a mesma causa um impacto positivo, visto que o auditor externo precisa atualizar-se sobre sua área de trabalho, para que dessa maneira possa fornecer um serviço com uma alta qualidade, permitindo aos clientes terem confiança perante o parecer elaborado, para que assim possam tomar as providências cabíveis. Além disso, possibilita aos usuários das informações da empresa auditada ter convicção de que as demonstrações contábeis foram passadas por uma auditoria de qualidade, trazendo-lhes segurança quanto à fidedignidade dos dados apresentados.

Embora o estudo tenha alcançado o objetivo e respondido à pergunta de pesquisa, é importante ressaltar que o trabalho possui limitações, onde pode ser citada a questão do tempo para realização das perguntas por conta de fatores externos, onde a pesquisa teve que ocorrer de maneira *online*, perdendo um pouco da essência qualitativa, apesar de ter sido feita por áudios. Outros trabalhos podem ser feitos utilizando como método a entrevista em si, de maneira presencial, com a finalidade de ter mais precisão nas argumentações, visto que os entrevistados estarão de frente com o entrevistador e não terão como pesquisar, de alguma maneira, sobre o assunto. Pode-se sugerir que novos trabalhos busquem explorar mais a fundo a grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UniJaguaribe e verificar se o Programa de Educação Continuada é citado na ementa das disciplinas de Auditoria, Controladoria e Perícia Contábil, a fim de implementar caso não a possua.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: Um Curso Moderno e Completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ATTIE, W. **Auditoria**: Conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CNAI - Guia de orientação**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/01/GuiaCNAI2015.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC PG 12 (R3)**: Educação Profissional Continuada. São Paulo, 2017.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditória Contábil**: Teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Davi Lima da Silva¹, (aluno do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail: davi.lima.@fvj.br); Hyane Correia Forte², (Professora do curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: hyane.forte@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A gestão empresarial representa um desafio constante, marcado pela necessidade de equilibrar receitas, despesas e estratégias para alcançar o sucesso organizacional. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo analisar os desafios existentes na implementação do controle orçamentário por meio de um estudo bibliográfico. Para tanto, utilizou-se uma metodologia bibliográfica. Através da análise dos estudos da área, percebeu-se que a resistência organizacional e cultural emerge como um desafio significativo na implementação efetiva do controle orçamentário.

Palavras-chave: controle orçamentário; gestão empresarial; desafios; implementação; bibliográfico.

INTRODUÇÃO

A definição e importância do controle orçamentário constituem o cerne da compreensão dessa prática gerencial. De forma abrangente, o controle orçamentário refere-se à elaboração, monitoramento e análise sistemática de orçamentos, sendo essencial para a eficaz gestão dos recursos financeiros de uma organização. Ao delinear a importância do controle orçamentário, percebe-se que ele não apenas fornece uma visão clara das finanças empresariais, mas também contribui para a eficiência operacional, auxiliando na alocação estratégica de recursos.

No âmbito dos métodos e técnicas aplicados no controle orçamentário, são delineados três componentes essenciais: orçamento de custos, orçamento de receitas e orçamento de capital. Cada um desses elementos desempenha um papel específico na construção de uma estrutura orçamentária abrangente. O orçamento de custos aborda a exploração do subcapítulo sobre como o controle orçamentário é aplicado na gestão de custos, enquanto o orçamento de receitas destaca-se como um componente crucial na previsão e análise detalhada das receitas organizacionais. O orçamento de capital, por sua vez, concentra-se na análise das decisões de investimento e na influência do controle orçamentário nesse processo.

A pesquisa tem como objetivo analisar os desafios existentes na implementação do controle orçamentário por meio de um estudo bibliográfico. A análise abrangente desses elementos contribuirá para a compreensão aprofundada dessa prática, permitindo aos gestores tomar decisões informadas e estratégicas para o sucesso organizacional.

MARCO TEÓRICO

Definição e importância do controle orçamentário

O controle orçamentário é uma fase crítica que se desdobra após a execução das transações dos eventos econômicos previstos no plano orçamentário. É impensável conceber

um plano orçamentário sem o subsequente acompanhamento dos acontecimentos reais em comparação com o planejado, incluindo a análise de suas variações. De acordo com Padoveze (2010), a base desse controle reside no confronto entre os dados orçados e os dados reais obtidos pelo sistema de informação contábil. As variações identificadas possibilitam análises profundas, permitindo a identificação de suas causas, seja no plano, preços, quantidades, eficiência, entre outros.

Os objetivos principais do controle orçamentário incluem a identificação e análise das variações ocorridas, a correção de erros detectados e o ajuste do plano orçamentário para otimizar os resultados e a eficácia empresarial. A responsabilidade pelo controle orçamentário é atribuída aos gestores, que são considerados responsáveis pela geração de lucro em suas áreas de atuação. Assim, cada gestor deve realizar seu próprio controle orçamentário (PETROKAS; BUENO, 2016).

Métodos e técnicas aplicados no controle orçamentário: orçamento de custos

No âmbito do orçamento de custos, se abordará a aplicação do controle orçamentário com ênfase na importância da previsão e na análise detalhada. O orçamento estático, sendo o mais convencional, é caracterizado pela elaboração de todas as peças orçamentárias a partir da fixação de volumes específicos de produção ou vendas. Contudo, sua rigidez, ao não permitir alterações nas peças orçamentárias, pode comprometer o acompanhamento, controle e análise de variações, bem como a base para projeções e simulações (PADOVEZE, 2010).

Para superar as limitações do orçamento estático, surge o conceito de orçamento flexível. Este permite uma faixa de níveis de atividades em que os volumes de produção ou vendas podem variar. A distinção entre custos fixos e variáveis é fundamental no orçamento flexível, que se ajusta a qualquer nível de atividade.

Métodos e técnicas aplicados no controle orçamentário: orçamento de receitas

O orçamento de receitas, responsável por antecipar quantidades e preços unitários de mercadorias, produtos e serviços, constitui o principal orçamento de qualquer entidade. De maneira geral, é aquele que demanda maior atenção e diferenciação, especialmente em relação às empresas industriais. A estruturação do orçamento de receitas tem como base a demonstração de resultados de cada entidade, sendo a classificação contábil das principais receitas o caminho para sua elaboração (PADOVEZE, 2010). A diversidade de receitas em instituições como bancos, incluindo receitas de intermediação e taxas, por exemplo, serve como fundamento para estruturar o orçamento de receitas dessas entidades.

Outro elemento crucial para auxiliar na estruturação do orçamento de receitas é a identificação e classificação de mercadorias, produtos e serviços com base nas listas de preços de vendas. Essas listas individualizam cada item a ser vendido em seu mais alto grau de detalhe, e a partir delas, constrói-se o orçamento de receitas, considerando preços e quantidades de cada item vendável (PETROKAS; BUENO, 2016). Em casos nos quais a quantidade de itens vendáveis é extensa, como a venda de peças de reposição para automóveis, pode ser necessário um processo de seleção dos principais itens e sua classificação em grupos para facilitar o cálculo. A adoção do conceito de grupos de itens implica que os preços a serem utilizados tenderão a representar uma média dos itens do grupo.

METODOLOGIA

Refere-se ao estudo sistemático e lógico de métodos utilizados na ciência, seus fundamentos, valores e relações com teoria científica. Mesmo que seus campos façam variações

de acordos com o campo da ciência para outra área. Severino (2007) conceitua o método científico como o método próprio da ciência, que é essencial para a construção do conhecimento. Já para Gil (1999), a metodologia científica é momento em que devem ser expostos os meios utilizados para produzir resultados assim como os métodos adotados.

O estudo foi executado com a formação teórica sobre o tema, iniciando por uma pesquisa bibliográfica. Os arquivos utilizados foram encontrados por meios das seguintes palavras chaves: controle orçamentário, gestão empresarial. Nos seguintes locais, artigos científicos, sites como *Scielo*, livros, trabalhos científicos. A metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas seguidas, observa-se que é conhecimento construído com o propósito de prová-lo eficácia e utilidade em diversas áreas.

Segundo as autoras Lakatos e Marconi (2010) a pesquisa bibliográfica ou fontes secundárias que incluem toda bibliografia já publicadas relacionadas ao tema de pesquisa, a partir de publicações separadas, boletins informativos, livros, jornais, revistas, monografias, dissertações, documentos cartográficos etc. Tem como objetivo colocar seu pesquisador em contato direto.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar os desafios existentes na implementação do controle orçamentário por meio de um estudo bibliográfico. Diante dos resultados percebeu-se a importância do controle orçamentário consiste em proporcionar a capacidade de controlar, através da regulação e subordinação, duas relações básicas comuns: despesas versus receitas; custos por unidades de produtos acabados em relação a lucro.

O controle orçamentário, conforme discutido na literatura, é um elemento essencial na gestão financeira das organizações, proporcionando uma estrutura crucial para o planejamento, acompanhamento e análise do desempenho econômico. A abordagem estática e flexível dos orçamentos oferece opções estratégicas para as empresas, destacando a importância de se adaptar a mudanças no ambiente empresarial e nas condições de mercado. Nota-se que o controle orçamentário é uma forma da empresa entender, com profundidade, como andam as suas finanças e se estas são aplicadas nos lugares certos. Não se trata apenas de elaborar, mas sim, de acompanhar de perto se as expectativas em relação ao orçamento se tornaram reais ou não.

A resistência organizacional e cultural emerge como um desafio significativo na implementação efetiva do controle orçamentário. Contudo, estratégias que visam superar essas barreiras culturais são essenciais para garantir a aceitação e colaboração de todos os membros da organização. A compreensão das variações e incertezas no ambiente empresarial destaca a necessidade de flexibilidade e capacidade de resposta nas práticas orçamentárias, ressaltando que a adaptação contínua é fundamental.

REFERÊNCIAS

AKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PADOVEZE, C. L. **Planejamento Orçamentário**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PETROKAS, L. A.; BUENO, T. V. A. **Planejamento Financeiro e Orçamentário**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

A IMPORTÂNCIA DA FORMALIZAÇÃO PARA OS MICROEMPREENDEDORES E AUTÔNOMOS

Débora Pereira de Sousa¹, (Aluna do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: debora.sousa@fvj.br); Larissa Karoline Souza Silva², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email:larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

Entende-se que no país encontra-se uma parcela maior de empreendedores informais, do que formais, tendo em vista que para se formalizar existe critérios impostos pela Lei. Por isso, é considerado que trabalhar na informalidade é mais proficiente, tendo em vista que para se formalizar envolve custos e burocracia para o empresário. Por essa razão, é necessário conscientizar e incentivar os microempreendedores e autônomos não formalizados a se registrarem, instruí-los a buscar os seus direitos e deveres legais como empresários, trazendo como benefício para sociedade, empregos, oportunidades, serviços para os consumidores e fornecedores, gerando renda e fazendo com que a economia se mova.

Palavras-chave: formalização; microempreendedores; autônomos.

1 INTRODUÇÃO

Considera-se trabalhar na informalidade mais proficiente, tendo em vista que para se formalizar envolve custos e burocracia para o empresário (PRIMECONT, 2014). Por isso era fundamental uma lei nacional que tratasse da simplificação tributária do MEI e da criação de um regime ainda mais favorável para as microempresas, podendo contribuir para a redução da informalidade e o estímulo ao empreendedorismo. No entanto, é necessário considerar cuidadosamente “os impactos econômicos e fiscais dessas medidas para garantir sua efetividade e sustentabilidade” (SEBRAE, 2015, p. 22).

Portanto, houve a criação da Lei Complementar 128, em dezembro de 2008, ressalta por meio das “novas regras da Lei Complementar nº 128/08 também estabeleceu outras regras com relação ao MEI, dentre as quais destacam-se: processo de registro; redução a zero dos valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao seu registro; concessão de Alvará de Funcionamento Provisório”. Com a tributação mensalmente fixada e a redução de taxas, torna-se mais vantajoso para os microempreendedores e autônomos se oficializar e se manter de acordo com a lei (BRASIL, 2008).

Os Microempreendedores Individuais (MEI) têm uma grande relevância para o país, são milhares de micro empreendimento espalhados pelos estados brasileiros movimentando a economia. Embora seja essencial contar com grandes empresas nos setores intensivos em escala, capital e tecnologia, os pequenos negócios têm características únicas que os tornam vitais para o desenvolvimento econômico e social do país.

2 MARCO TEÓRICO

O Microempreendedor Individual (MEI) é um pequeno empresário que muitas vezes necessita de apoio, especialmente no que diz respeito ao tratamento tributário, fiscal e financeiro de sua empresa. Nesse contexto, a contabilidade desempenha um papel fundamental,

fornecendo suporte nas questões de apuração e recolhimento de impostos, taxas, DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), tributos e demais obrigações fiscais (CHUPEL; SOBRAL; BARELLA, 2014, p. 03).

O processo de formalização do Microempreendedor Individual (MEI) no Brasil traz diversos benefícios e oportunidades para os empreendedores, como a facilidade na abertura, CNPJ e emissão de notas fiscais, baixo custo de formalização, entre outros benefícios. A formalização do MEI é um importante passo para o crescimento econômico, tanto para os empreendedores individuais quanto para as comunidades em que estão inseridos.

Ao longo do tempo, pesquisadores têm explorado as motivações por trás do empreendedorismo e questionado a visão que categoriza as motivações como "necessidade" ou "oportunidade". Esses estudos sugerem que as motivações para empreender podem ser mais complexas e multidimensionais. Essa abordagem divide as motivações em necessidade e oportunidade, baseia-se na ideia de que alguns empreendedores iniciam negócios por necessidade, quando não têm alternativas de emprego, enquanto outros empreendem por identificação de oportunidades de mercado (VALE; CORRÉA; REIS, 2014, p. 03 a 04).

3 METODOLOGIA

Conforme a classificação de pesquisa sob o critério de seus objetivos gerais, entende-se que o presente estudo compõe o método questionário fechado, de natureza qualitativa, com técnicas em análise de dados em questionário. Esta pesquisa conterá um estudo baseado por questionários e usará da técnica de investigação causal comparativa. Estes entrevistados irão manifestar suas opiniões sobre as indagações formuladas, visando o assunto da importância da formalização para os seus negócios.

Como instrumento para coleta de dados, será utilizado a aplicação de um questionário adaptado de Souza et al. (2016), Stooc (2018) e Telles et al. (2016). A primeira parte deste questionário, é voltada para a identificação dos entrevistados. A segunda categoria do questionário, é destinada à caracterização dos empreendimentos. A terceira classe do questionário, é focada em mostrar os pontos positivos e negativos da formalização. Para uma análise eficiente da coleta de dados será feito um questionário no google forms, sendo assim, havendo mais facilidade em transcrever esses dados em tabelas, quadros e gráficos para a possível análise, fazendo a comparação dentre esses trabalhadores formais e informais, segundo o estudo metodológico.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

O perfil dos MEI, tem mostrado uma ferramenta significativa para incentivo ao empreendedorismo e a formalização de pequenos negócios. Algumas das razões pelas quais o programa foi considerado bem sucedido (SEBRAE, 2016, p. 76). Para elaboração do perfil (cidade, gênero, idade e escolaridade) foram utilizados os dados da pesquisa analisando o perfil dos empreendedores formais e informais.

No “Art. 18-C. Observado o disposto no caput e nos §§ 1º a 25 do art. 18-A desta Lei Complementar, poderá enquadrar-se como MEI o empresário individual ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural que possua um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional” (BRASIL, 2006). Na pesquisa efetuada os empreendedores informais tem mais tempo de operação no mercado de trabalho que os formais.

Nesta pesquisa apresentasse indagações relacionadas aos fatores que afetam na decisão de manter-se informal, aos benefícios do programa MEI, sobre o desempenho após a formalização e os pontos negativos após a formalização. Abordadas através da escala likert de 5

pontos, em discordo totalmente, discordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente e concordo totalmente. Com respondentes formais e informais representados pela quantidade do número de pessoas e porcentagens.

Para os microempreendedores em toda a pesquisa notasse que mesmo tendo os benefícios aplicados pelo MEI ainda não os deixam satisfeitos, se torna notório pela maioria das respostas serem indiferentes no questionário. No “Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)” (BRASIL, 2014). Os empreendedores formais manifestam insatisfações pelo fato de que os impostos aferidos se tornam gargalos durante o seu cotidiano, e um dos motivos é pelo o valor anual das microempresas e empresas de pequeno porte ainda está com o mesmo valor fixado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); mesmo estando a 9 anos sem atualizações desta Lei. Sendo que a infração a cada ano aumenta, o salário mínimo aumenta e o piso para eles permanece igual.

Concluísse que se faz necessário melhorias na legislação brasileira, para que este cenário se torne atrativo aos postulantes da formalidade. Contudo, a pesquisa mostra que os empreendedores informais desejam a formalização, porém a realidade que a lei vigente os impõe causa a desistência nesta decisão, já que os formais se mostram desmotivados com a legislação em vigor. Para que haja a mudança no objetivo desta pesquisa, é preciso que os formuladores revisem as Leis que regula a categoria, pois os microempreendedores e autônomos são considerados como motores da economia.

REFERÊNCIAS

CHUPEL, J. F; SOBRAL, E; BARELLA, L. A. **A importância da contabilidade para microempreendedor individual.** Mato Grosso, 2014. Disponível em: <http://www.refaf.com.br/index.php/refaf/article/view/161>. Acesso em: 22 maio 2023.

OLIVEIRA, O. V; FORTE, S. H. A.C. **Microempreendedor individual: fatores da informalidade.** Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/800>. Acesso em: 22 maio 2023.

SEBRAE. **5 anos Microempreendedor Individual - MEI.** Um fenômeno de inclusão produtiva. 2015. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f50b81419a26467c89174b15d48bd8af/\\$File/5359.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f50b81419a26467c89174b15d48bd8af/$File/5359.pdf). Acesso em: 19 mar. 2023.

SEBRAE. **Perfil do Microempreendedor Individual 2015.** Brasília, 2016. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Perfil%20do%20MEI%202015.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

SEBRAE, 2021. **Quer ser MEI? Conforme o passo a passo para a formalização.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empreendedorismofeminino/artigoempreendedorismofeminino/quer-ser-mei-confira-o-passo-a-passo-para-a-formalizacao,3cdd9e96b0269710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SISTEMA ESOCIAL: UM ESTUDO DE CASO, AS DIRETRIZES SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO – SST

Jackson Nicolas Oliveira dos Santos¹, (Aluno do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. Jacksonnicolas22@gmail.com); Larissa Karoline Souza Silva², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email:larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é especificar as novas diretrizes do SST, entender o que é o sistema do eSocial e as dificuldades enfrentadas pelas empresas em decorrência da nova maneira de transmissão das informações de Segurança e Saúde no Trabalhador. Nesse diapasão, foi realizado um estudo de caso com um olhar voltado para a transformação e modernização do sistema eSocial. Deste modo, faz-se necessário uma análise dos antigos métodos e das novas diretrizes voltadas a Segurança e Saúde no Trabalhador (SST). O estudo de caso foi desenvolvido a partir do estudo bibliográfico e ainda por meio da elaboração de uma pesquisa descritiva e documental, cuja coleta de dados se deu pela aplicação de um questionário voltado às empresas optantes do regime tributário Simples Nacional de Aracati-CE. A pesquisa é direcionada a entender como está o cenário atual no que se refere ao entendimento, desenvolvimento, dificuldades e adaptação ao novo método de transmissão das informações dentro do eSocial. Pelos questionamentos realizados na pesquisa, a amostra resultou em 21 participantes e os resultados obtidos transparecem o entendimento acerca do assunto, o processo de aceitação e adaptação das empresas acerca das diretrizes de SST e Escrituração Fiscal Digital-eSocial.

Palavras-chave: esocial; segurança e saúde no trabalhador; multas e sanções do sst; estudo de caso.

INTRODUÇÃO

A relevância e as diretrizes sobre Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no sistema do eSocial, são assuntos de grande importância e que abrangem os direitos dos trabalhadores, tratam da prevenção de acidentes de trabalho e doenças decorrentes das atividades exercidas. São obrigações das empresas assegurarem aos trabalhadores o exercício das atividades de forma confiável e garantir benefícios a estes empregados.

Já ao Estado, cabe a fiscalização e determinação das diretrizes no cumprimento desses deveres, através da utilização da ferramenta eSocial para esta efetivação. Esta ferramenta teve sua implantação pelo Decreto Nº 8373/2014, e de acordo com a plataforma unificada Gov.br (2017), é o sistema por meio do qual “os empregadores passarão a comunicar ao Governo, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.

Para isto, surgem questionamentos frente as mudanças voltadas ao SST e qual a melhor adequação destas na rotina do Departamento Pessoal das empresas, e os desafios desta adequação aos novos procedimentos. Ainda neste estudo será destacado um dos fatores de grande importância destas atualizações, que seria a maneira de transmissão das informações, ela será direcionada ao método de envio das informações de SST das empresas, onde através das atualizações tecnológicas do novo sistema puderam ser observadas notórias e significativas mudanças no processo das informações trabalhistas para o governo, tornando-se inevitável a comparação entre os métodos antigos e os atuais, além de sua eficácia e rapidez.

A pesquisa aqui mencionada foi proposta em virtude da vivência das rotinas de DP e ainda do entendimento da necessidade de estudo e aprofundamento nos pontos discutidos. É a vivência e a prática destes questionamentos, que instigam e fazem com que esta pesquisa seja ainda mais produtiva. A metodologia do estudo de caso se deu pela facilidade no acesso às informações necessárias, onde foram constatados os questionamentos que instigaram e direcionaram a pesquisa.

Ela traz uma estrutura de cinco seções, sendo divididas em introdução, referencial teórico, metodologia, análise, discussão dos resultados e considerações finais, mais as referências. Onde apresentação do Sistema eSocial e sua estrutura, a importância e outras características relevantes. A apresentação das diretrizes de SST, a aplicação destas no referido sistema e todas as peculiaridades destes processos. Por fim, temos a apresentação das vantagens e desvantagens observadas deste sistema com a apresentação do resultado final do estudo realizado.

MATERIAIS DE MÉTODOS

Para a elaboração da referida pesquisa, foram elaborados estudos sobre o Sistema eSocial e sua estrutura, a importância e algumas outras características que são de extrema relevância para a efetivação de direitos trabalhistas e previdenciários para os trabalhadores. Além das pesquisas, foi realizado leituras e fichamentos a respeito do tema e do conteúdo do estudo, por meio de livros, artigos, publicações periódicas e de sites de grande importância para a área da contabilidade em geral. Dentro deste contexto foi realizada uma seleção de leis e portarias que fundamentaram o estudo e a aplicabilidade do Sistema estudado.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Para alcançar o objetivo da pesquisa e analisar melhor o processo de adaptação das empresas, suas dificuldades vivenciadas em decorrência do novo processo de transmissão das informações trabalhistas, a pesquisa se direciona as novas diretrizes de envio das informações pelo sistema eSocial, onde através das atualizações tecnológicas do novo sistema puderam ser observadas notórias e significativas mudanças nos processos de transmissão para o governo.

Para a presente pesquisa, o estudo de caso realizado através do questionário aplicado trata-se de uma investigação para compreender como os empresários do município de Aracati-CE estão enfrentando as novas diretrizes de SST, quais meios estão utilizando para o cumprimento das obrigações, o que já está sendo feito, as dificuldades enfrentadas e se, no ponto de vista deles, as novas diretrizes trouxeram pontos positivos ou negativos.

Os dados coletados nesta pesquisa, se deu por meio de um questionário aplicado através do Google formulário com 10 perguntas fechadas, direcionadas ao entendimento do público acerca do sistema eSocial e as diretrizes voltadas a SST. Através deste estudo, pode-se observar que a pesquisa exploratória objetiva conhecer o contexto onde se insere a pesquisa bibliográfica realizada, ou seja, pressupõe-se que a visão real dos problemas é melhor compreendida no contexto social dos entrevistados.

Portanto, entende-se que o estudo de caso realizado durante a pesquisa bibliográfica, vem de forma secundária objetivando refletir sobre os assuntos abordados, através de livros, artigos e revistas científicas, seguido da análise prática vivenciadas pelas empresas entrevistadas.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto a presente pesquisa vem para dar ênfase a grande relevância às diretrizes de Segurança e Saúde no Trabalhador –SST no Sistema eSocial. O próprio sistema e suas diretrizes voltadas ao SST são assuntos que abrangem direitos trabalhistas e tratam da prevenção de acidentes de trabalho e doenças decorrentes das atividades exercidas pelos trabalhadores.

A pesquisa veio para reafirmar aos trabalhadores que o exercício da atividade segura é a melhor forma das empresas estarem em dia com as obrigações, frente ao eSocial, e para entender melhor os direitos e deveres desses trabalhadores e das empresas diante das diretrizes exigidas pelo sistema. A pesquisa demonstrou a importância desta ferramenta e de sua implantação pelo Decreto Nº 8373/2014, que veio para unificar e simplificar a prestação das informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

Em decorrência da análise bibliográfica feita, pode-se entender que o sistema estudado traz uma maior segurança e transparência no repassa dos dados para o Governo Federal, resultando assim na redução dos índices de sonegação pelas empresas, uma vez que o próprio sistema gera as sanções decorrentes da falta de comunicação ou ainda da comunicação defeituosa das informações necessárias de cada empresa.

O estudo de caso realizado através da aplicação do questionário veio a esclarecer o cenário atual no que concerne o desenvolvimento e entendimento dos processos, como também a adaptação e as dificuldades enfrentadas pelas empresas frente ao novo método de transmissão das informações dentro do eSocial. Em suma, pode se observar que a maior parte das empresas entrevistadas obtiveram conhecimento das novas diretrizes de SST e da Escrituração Fiscal Digital-eSocial por meio dos contadores.

Entretanto, foi possível identificar também que ainda é um percentual bastante significativo a falta de conhecimento por parte dos gestores destas empresas acerca dos procedimentos necessários a evitar penalidades junto as obrigações.

Para os pontos de vantagem do sistema, entende-se que o sistema traz a unificação dos dados, colaborando para que não haja negligencia ou omissão de direitos aos trabalhadores, ou seja, são visíveis a facilidade e a efetivação dos direitos trabalhistas. Por outro lado, as multas e penalidades, pela falta do envio das informações, assim como as custas de todos esses processos causam impacto negativo para os orçamentos das empresas. Tornando a pesquisa objeto de grande contribuição para novos estudos, pois analisa o sistema por completo, sua implantação e aplicação de suas diretrizes, como também o impacto destas nas empresas optantes do regime tributário Simples Nacional da região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Gov.br. Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas: eSocial. **Gov.br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Gov.br. Manual de orientação do esocial. **gov.br**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/mos-s-1-1-consolidada-ate-a-no-s-1-1-01-2023-com-marcacoes.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL, Presidência Da República Casa Civil Subchefia Para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 8.373: Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

PERCEPÇÃO DO DISCENTE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS QUANTO À RELEVÂNCIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA PARA A PROFISSÃO CONTÁBIL

Janielle Barbosa Santos¹, (Aluna do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: janielle.santos@fvj.br); Hyane Correia Forte², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: hyane.forte@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo identificar a percepção do discente do curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) do Ceará quanto à relevância do Programa de Educação Profissional Continuada para a vida profissional. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa, com a aplicação de questionários, sendo 99 o total de respostas apresentadas, que foram sujeitas a Análise Fatorial Exploratória [AFE]. Os resultados obtidos mostram que os discentes percebem que o Programa de Educação Profissional Continuada do Contador pode agregar de diferentes maneiras no desenvolvimento do Contador e na qualificação dos serviços prestados por esse profissional.

Palavras-chave: Ciências Contábeis; Programa de Educação Continuada; Percepção; Discente.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as normas contábeis encontram-se em um processo constante de adesão e convergência contábil às Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*). Essa situação tem obrigado ao profissional contador atualizar seus conhecimentos de maneira constante, para que os serviços contábeis sejam prestados com zelo e sabedoria. Nessa perspectiva, em 2014, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) que trata sobre a Educação Profissional Continuada do Contador (NBC PG 12, 2014).

Nessa perspectiva, dada a importância da NBC PG 12 (R3) (2017) e da sua aplicação aos diversos profissionais da contabilidade, o trabalho visa a responder a seguinte questionamento de pesquisa: *Qual é a percepção do discente do curso de Ciências Contábeis quanto à relevância do Programa de Educação Profissional Continuada para a vida profissional?*

Com isso, o objetivo do trabalho é identificar a percepção do discente do curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) do Ceará quanto a relevância do Programa de Educação Profissional Continuada para a vida profissional. Para o alcance do objetivo, realizou-se uma pesquisa quantitativa, com a aplicação de questionários, que foram sujeitos a análise fatorial.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Educação continuada do contador

Quando se aborda aspectos referentes à educação continuada, não se pode deixar de citar primeiramente a pedagogia, área em que foi iniciante em abordar esse tema em seus estudos. Segundo Furter (1968), a educação permanente é uma concepção dialética da educação, sendo um processo de aprofundamento que engloba tanto a experiência pessoal, quanto a vida social global, consistindo na participação ativa, efetiva e responsável de cada pessoa envolvida.

Portanto, tendo em vista a educação voltada aos profissionais contábeis, as empresas buscam, atualmente, além da formação de bacharelado na área, a contínua atualização dos profissionais, fazendo com que a educação continuada seja um importante instrumento para a sobrevivência e desenvolvimento na vida profissional (Dias; Da Silva, 2018).

2.2. Programa de Educação Profissional Continuada

A norma NBC 12 surgiu como meio de regulamentar o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), englobava, inicialmente, apenas os auditores independentes. No entanto, o Programa ampliou e, atualmente, compreende tanto os auditores independentes com registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), como também, os peritos que estejam no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC), os responsáveis técnicos pela elaboração de demonstrativos contábeis de empresas regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) ou pelas empresas de grande porte de acordo com a Lei 11.648/2007 (NBC PG 12 (R3), 2017).

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa e descritiva. O estudo teve como população-alvo os estudantes do curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior do Ceará. A coleta de dados foi realizada por meio de um *survey*. Para tanto, foi aplicado um questionário composto por 24 itens, dividido em dois blocos: o primeiro bloco contemplou as informações sobre o perfil respondente; e o segundo bloco foi composto por 15 afirmativas sobre as especificidades do PEPC, cujas respostas foram trabalhadas por meio da escala de *Likert* de 5 pontos. As afirmações foram elaboradas com base na NBC PG 12 (R3) (2017).

Com base em uma amostragem probabilística, foram obtidas 99 respostas válidas, de estudantes de diferentes IES do Ceará. Assim, para o tratamento dos dados, foi realizada uma estatística descritiva da amostra do estudo, na finalidade de caracterizar os respondentes da pesquisa. Além disso, realizou-se uma Análise Fatorial Exploratória [AFE], na perspectiva de se identificar fatores relacionados a escala de educação profissional continuada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos respondentes

A primeira parte da análise descreve as características dos respondentes da pesquisa. Observou-se que a graduação em Ciências Contábeis é a primeira para 88 respondentes (88,89%). Além disso, com base nos resultados obtidos, verificou-se que 65,66% da amostra é composta por estudantes do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe (Unijaguaribe), seguido dos alunos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) (20,20%), da Universidade Federal do Ceará (UFC) (13,13%) e da Universidade do Vale do Acaraú (UVA) (1,01%).

Observou-se, ainda, que o público-alvo respondente tem a faixa etária, predominantemente, entre os 16 e 21 anos (58,59%), são do sexo feminino (51,52%), ingressaram no curso de graduação em 2022 (41,41%), e estão, em sua maioria, nos semestres iniciais do curso, entre o 1º e o 4º semestre (61,62%).

4.2 Análise Fatorial Exploratória

Na segunda parte da pesquisa, foi realizada uma análise factorial exploratória. Realizou-se a matriz de correlação para se verificar a adequação da realização da AFE. Assim, aplicou-se o teste de esfericidade de Bartlett, cujo valor do *p-value* foi inferior a 0,01, apresentando significância estatística (HAIR et al., 2006). Em seguida, realizou-se a medida de adequação de Kaiser-Meyer-Olkin [KMO], que foi igual a 0,91, indicando um bom grau de variância para a realização da análise factorial (HAIR et al., 2006).

O método de rotação utilizado foi o *varimax*. Dessa forma, ao se realizar a AFE, com os 15 itens da escala, foram gerados quatro fatores, os quais apresentam Alfa de Cronbach superior a 0,7, como pode ser observado na Tabela 1:

Tabela 1 – Análise factorial da escala Educação Profissional Continuada

Campo de aplicação	Formação acadêmica e profissional	Conhecimentos técnicos	Qualificação do serviço contábil	Comunalidades	Alpha de Cronbach
AF1	0,8392	0,1190	0,2922	0,1975	0,84
AF2	0,6594	0,3345	0,5206	0,2085	0,86
AF3	0,6826	0,2306	0,4187	0,2819	0,77
AF4	0,2234	0,8459	0,2940	0,2875	0,93
AF5	0,2040	0,8056	0,3260	0,3840	0,94
AF6	0,1534	0,8220	0,2959	0,3761	0,93
AF7	0,2944	0,4207	0,6834	0,2479	0,79
AF8	0,3544	0,2565	0,7686	0,2698	0,85
AF9	0,3295	0,3563	0,7735	0,1804	0,87
AF10	0,4184	0,1528	0,7861	0,1744	0,85
AF11	0,2543	0,2879	0,6917	0,4731	0,85
AF12	0,1837	0,3128	0,7017	0,4622	0,84
AF13	0,2683	0,3749	0,2057	0,7401	0,80
AF14	0,1151	0,4011	0,4114	0,7317	0,88
AF15	0,2563	0,2703	0,2277	0,7285	0,72

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os resultados obtidos permitem a análise da educação profissional continuada. Inicialmente, verificou-se a formação do fator **campo de aplicação**. Nessa perspectiva, pode-se citar que os alunos entendem a importância da norma por meio do ramo de trabalho do Contador, destacando a importância dela, principalmente, para determinados campos de atuação do Contador.

O segundo fator formado foi a **formação acadêmica e profissional**. Percebe-se que os discentes compreendem que a educação profissional continuada faz com que o Contador se especialize e aprimore os seus conhecimentos, pois a partir do momento que ele se sente obrigado a se desenvolver academicamente, ele está aprimorando o seu conhecimento na área de trabalho.

O terceiro fator trata sobre os **conhecimentos técnicos**. Verifica-se a importância de se ter o conhecimento técnico sobre as normas, em específico, a de educação profissional continuada, uma vez que há regras para que a educação profissional continuada seja reconhecida pelo CFC.

O último fator é a **qualificação do serviço contábil**. Considera-se a educação profissional continuada como mecanismo agregador de conhecimentos ao profissional contábil, em que, consequentemente, pode proporcionar uma melhoria na qualidade dos serviços prestados que serão usufruídos tanto pelas instituições, quanto pelos indivíduos.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa permite ampliar o conhecimento sobre a importância do Programa de Educação Profissional Continuada. Além disso, permite analisar a visão do estudante de contabilidade que futuramente deverá seguir a NBC PG 12 (R3) para dar continuidade no seu aprimoramento profissional como Contador. Nesse sentido, o estudo apresenta que a PEPC pode desenvolver o conhecimento do profissional, para o aprimoramento dos serviços prestados por esse.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC PG 12 (R3)** – Educação Profissional continuada. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG 12\(R3\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG 12(R3).pdf). Acesso em: 03 mar. 2023.

DIAS, Rafael de Souza; DA SILVA, Leilson Vanderson Barbosa. Educação continuada como instrumento de atualização para os profissionais contábeis da cidade do recife. **Escola de Negócios**, Recife-PE, Volume 2, Número 1, p. 64-87, 2018.

FURTER, Pierre. **Educação e vida**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1968.

HAIR, J.; BLACK, W.; BABIN, B.; ANDERSON, R.; TATHAM, R. **Multivariate Data Analysis**. 6. ed. Pearson Prentice Hall, 2006.

UTILIDADE DOS SISTEMAS CONTABÉIS PARA OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS

João Carlos Freitas de Oliveira¹, (Aluno do curso de Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: 2018226981@fvj.br), Hyane Correia Forte², (Professora do curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: hyane.forte@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O estudo objetiva analisar a utilidade dos sistemas contábeis para otimizar os processos contábeis dos escritórios de contabilidade de Aracati/CE. Para tanto, a metodologia desenvolvida foi qualitativa, com fins exploratório-descritivos. Utilizou-se como instrumento de coleta a entrevista semiestruturada. Foram entrevistados 09 (nove) contadores do município de Aracati/CE. Como principais resultados, analisou-se adaptação e aceitação dos profissionais contábeis quanto à utilização dos sistemas contábeis e as contribuições dos sistemas contábeis informatizados para a profissão contábil. Os profissionais contábeis demonstram ter conhecimento sobre a velocidade das inovações tecnológicas e os impactos que elas representam, como também compreendem a importância de manter-se em constante atualização e do seu papel, que é fundamental para sustentar os interesses da classe contábil. Identificou-se que os profissionais têm conhecimento em um nível bom, de tecnologias voltadas à contabilidade e os sistemas contábeis podem tornar a vida dos contadores mais fácil economizando tempo, assim como reduzindo o estresse, permitindo, ainda que os contadores se concentrem em análises e estratégias financeiras mais complexas. Espera-se que este estudo contribua com os profissionais da área de contabilidade e desperte interesse dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis em relação a tecnologia e assim possa motivar pesquisas futuras.

Palavras-chave: sistemas contábeis; otimização dos processos; profissionais contábeis.

INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência diariamente presente na rotina das organizações. Ela pode ser trabalhada como um sistema estruturado de uma empresa, que abrange informações sobre as atividades de uma empresa. Sua principal função é auxiliar na tomada de decisões e fornecer informações úteis e importantes sobre o seu patrimônio (GODFREY et al., 2010; NEUHAUS, 2020; SCHROEDER; CLARK; CATHEY, 2019). Assim sendo, torna-se uma ferramenta necessária para a sobrevivência de qualquer empresa, independente do seu porte.

A contabilidade vem sofrendo transformações em diferentes aspectos, os quais tem relação com a convergência das normas contábeis nacionais às internacionais, mas sobretudo, com o avanço contínuo da tecnologia contábil, que se estabiliza de modo veloz através da utilização de recursos e ferramentas (BRYNJOLFSSON; ROCK; SYVERSON, 2017; MARTINS; IUDÍCIBUS, 2019).

Deve-se ressaltar que, com base em Silva, Eyerkauf e Rengel (2019), a profissão contábil é uma das que mais sofrem com o advento e a implantação tecnológica na profissão, diante da necessidade de se adequar às mudanças causadas nas organizações e no desenvolvimento das rotinas contábeis. Com o olhar voltado para a transformação e modernização, necessidade que é imposta pelo processo de globalização ao mercado associado às novas tecnologias, cabe ao setor contábil “quebrar” os paradigmas do modelo tradicional, e aliar-se às novas tecnologias, para inovar seus processos de trabalho, uma vez que a automação contábil permite um melhor uso dos recursos no setor (SILVA: EYERKAUF, RENGEL, (2019)). Diante do exposto, foi levantado o seguinte questionamento: Qual a utilidade dos sistemas contábeis para otimização dos processos contábeis?

Esse estudo tem como objetivo geral analisar a utilidade dos sistemas contábeis para otimizar os processos contábeis dos escritórios de contabilidade de Aracati/CE.

MARCO TEÓRICO

Os sistemas de gestão são ótimas ferramentas para otimização dos processos no escritório contábil. Isso, devido à economia de tempo e redução da quantidade de erros. Além do mais, seu uso traz mais segurança e agilidade para as atividades que precisam ser empreendidas (FERREIRA, 2021; NEUHAUS, 2020). A otimização dos processos na contabilidade é essencial para clientes e para o escritório. A implementação de novas tecnologias em escritórios de contabilidade, não traz apenas a automação de tarefas e otimização de processos, inclui, também, a melhor organização do fluxo de trabalho, a atribuição de responsabilidades para a equipe e a redução dos erros. Para Santos (2020, p. 26), essas mudanças devem acontecer “no sentido de acompanhar a evolução de forma globalizada”, porque as suas práticas devem ser apontadas, reconhecidas e entendidas de modo universal. Desde o aparecimento dos microcomputadores e dos sistemas de informações, na década de 80, aliado aos sistemas de gestão mais sofisticados e, a partir dos anos 90, quando já se buscava mais velocidade e otimização de tempo e resultados mais confiáveis (SANTOS, 2020). Com a velocidade e maior capacidade de processamento de dados o contador ganha mais tempo.

METODOLOGIA

A partir da pesquisa qualitativa, com fins exploratório-descritivos, objetivou-se analisar a utilidade dos sistemas contábeis para otimizar os processos contábeis dos escritórios de contabilidade de Aracati/CE. Utilizou-se como instrumento de coleta a entrevista semiestruturada. Foram entrevistados 09 (nove) contadores do município de Aracati/CE.

O roteiro do instrumento foi organizado em três blocos: o primeiro, busca a identificação do contador; o segundo busca obter informações a respeito da empresa e do processo de adaptação aos sistemas automatizados; e o terceiro, trata a respeito da utilidade dos sistemas contábeis para otimização dos processos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A utilização da tecnologia da computação possibilitou aos profissionais da área contábil muitas vantagens e beneficiamentos no processo de geração de informação contábil. A tecnologia vem proporcionando grandes avanços nos serviços prestados pelos profissionais da contabilidade (SANTOS, 2019). Os entrevistados concordam e afirmam que na área de contabilidade, são disponibilizados instrumentos de trabalho que possibilitam realizar os serviços com mais rapidez, agilidade e com maior qualidade. Portanto, a utilização dos sistemas pelas empresas tornou-se um diferencial competitivo, sendo os sistemas informatizados efetivos para agilizar os processos administrativos dentro de uma organização. Nessa perspectiva, os sistemas contábeis podem tornar a vida dos contadores mais fácil ao automatizar tarefas repetitivas, melhorar os resultados dos registros, fornecer acesso rápido às informações financeiras, simplificar relatórios e facilitar a conformidade com regulamentos fiscais e contábeis. Isso economiza tempo e reduz o estresse, permitindo que os contadores se concentrem em análises e estratégias financeiras mais complexas. Assim, o estudo considerou, em sua análise, que os profissionais contábeis demonstram ter conhecimento sobre a velocidade das inovações tecnológicas e os impactos que elas representam, como também compreendem a importância de manter-se em constante atualização e do seu papel, que é fundamental para sustentar os interesses da classe contábil. Verificou-se que os contadores concebem que o

avanço da tecnologia e a expansão de mercado, impulsionou os escritórios contábeis. Posto isso, esses têm na contabilidade oportunidade de modernizar suas organizações, negócios, projetos e realizações, e desse modo, atraem mais clientes, além de colocar em prática, empreendendo e empregando os sistemas contábeis para otimizar os processos. Assim, substituindo tarefas manuais por demandas automáticas, que elevam a produtividade e melhoram a entrega do serviço contábil ao cliente. Mesmo que, alguns escritórios contábeis ainda resistam a contabilidade tradicional. O estudo apresentou limitações, em relação ao conteúdo, que devem ser consideradas. Por ser visto como um assunto atual, tem-se mostrando um campo insipiente de pesquisas na área. É interessante destacar as limitações, relacionadas à ausência bibliográfica sobre o tema e a disponibilidade de tempo dos contadores para realizar a entrevista de forma presencial. Considera-se que os objetivos propostos foram alcançados, sendo que o estudo irá contribuir no esclarecimento das principais dúvidas que envolvem o uso dos sistemas contábeis. Ainda assim, sublinha que ainda há uma necessidade de mais explicações, nessa esfera de estudo, carece maior reflexão, a fim de proporcionar mais segurança aos profissionais contábeis. Percebe-se que é unânime a aceitação dos profissionais da área no uso e utilidade dos sistemas contábeis para otimizar os processos e que esses têm a capacidade de compreender e consciência de que eles chegaram para somar a profissão, não tornando mais fácil, mas trazendo agilidade na execução das atividades laborais na contabilidade. Considera-se que com o desenvolvimento da tecnologia, os profissionais contábeis se tornarão mais consultores e analistas, ao invés de escriturários, e isso vai tornar a profissão mais complicada, difícil e instável, precisando de constante aperfeiçoamento. Afinal, espera-se que este estudo sirva de base para outras pesquisas podendo ser questionado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. B. H.; MEHLECKE, Q. T. C. As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil do Vale do Paranhana/RS. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis**, v. 9, n. 1, p. 93-122, 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/1596>. Acesso em: 20. mai. 2023.
- FERREIRA, A. L. **Evolução da contabilidade e os avanços nos processos contábeis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté, 2021.
- NEUHAUS, H. H. **A informação contábil em pequenas e médias empresas**: os principais benefícios da contabilidade dentro da empresa, Centro Universitário - UNIFACVEST, 2020. Disponível em: <https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/6a813-tcc-hugo-henrique-neuhaus.pdf>. Acesso em: 18. mar. 2023.
- SANTOS, M. I. da C. **Tecnologias, desempenho financeiro e transformações na profissão contábil**: um estudo nos escritórios de contabilidade da Região nordeste do Brasil. João Pessoa, 2020.

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA FALTA DE CONSULTORIA CONTÁBIL EM MICROEMPRESAS

Júlio Gabriel Felix da Silva¹, (Aluno do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: julio.silva@fvj.br); Larissa Karoline Souza Silva², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email:larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

Independente do porte da empresa, o serviço do profissional contábil é importante, uma vez que este contribui para o desenvolvimento do negócio e auxilia na tomada de decisões. A Consultoria Contábil surgiu com a finalidade de auxiliar o empreendedor, sendo ele de pequenas ou grandes empresas, na gestão do negócio, direcionando as estratégias e apontando as áreas que necessitam de melhoria. O consultor contábil é uma figura externa que presta serviços junto a gerência da empresa, aplicando os conhecimentos por ele adquiridos na área da contabilidade. O objetivo da presente pesquisa é identificar os impactos causados pela insciência acerca da consultoria contábil em microempresas, visando sempre demonstrar a importância desse serviço para a continuidade dos pequenos negócios no cenário nacional, uma vez que estes são os maiores responsáveis pela geração de empregos e a movimentação da economia do país. A pesquisa foi realizada com um grupo de microempreendedores das cidades de Beberibe, Fortim e Aracati, para que fosse possível observar em casos práticos a opinião e os relatos descritos por eles quanto a utilização ou falta dos serviços em questão.

Palavras-chave: consultoria; microempresas; gestão.

1 INTRODUÇÃO

A consultoria, no geral, pode ser definida como “um processo interativo de um agente de mudanças externo, o qual assume a responsabilidade de auxiliar os executivos e profissionais da referida empresa nas tomadas de decisões, não tendo, entretanto, o controle direto da situação” (OLIVEIRA, 1999, p. 21). Começou a ser vista como profissão entre o final do século XIX e início do século XX, através das necessidades que passaram a existir no período da Revolução Industrial. No Brasil, esse mercado entrou em desenvolvimento na década 1960 e vem crescendo desde então (CARVALHO, 2015).

O consultor contábil, que pode ser interno ou externo, atua junto a gerência, aplicando o conhecimento e a experiência adquiridos por ele na área contábil, a fim de auxiliar a manutenção da empresa, visto que, atualmente, o número de empresários sem o conhecimento adequado para gerenciar seus empreendimentos tem sido grande, principalmente àqueles que estão há mais tempo no mercado e não conseguem acompanhar as recorrentes atualizações, tanto nas estratégias de venda quanto nas exigências contábeis e legais (CARNEIRO; DALL'AGNOL, 2005).

Para Neitzke e Oliveira (2014, p. 4), “a gestão de uma empresa é o principal fator para seu sucesso ou insucesso”. Nesse cenário a consultoria contábil tem um papel fundamental, uma vez que o contador devidamente preparado e munido do conhecimento e experiências necessários pode intervir nesse processo, contribuindo para a sobrevivência das empresas (CARNEIRO; DALL'AGNOL, 2005).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Manter uma empresa ativa no mercado requer do proprietário uma boa organização, gestão inovadora e controle de movimentações financeiras da empresa. Afim de que estas não

definham e extingam-se com o tempo, mas possam se desenvolver, resultando na criação de empresas de portes maiores, passando a ter mais estabilidade no mercado. Dessa forma deixam o conceito de gestão familiar e amadurecem a partir do aproveitamento de oportunidades (LIMA; MOURA, 2021).

Ao tratar de índice de mortalidade e/ou sobrevivência em empresas no geral, é extremamente relevante abordar o modelo de gestão que essas entidades adotam, visto que nesse aspecto é um fator crucial e que pode variar de acordo com a empresa em questão. Analisar a melhor maneira de reger as decisões tomadas serve de base para futuros empreendedores, que poderão seguir com seus negócios estáveis e aplicar as melhorias necessárias (LIMA; MOURA, 2021, p. 4).

Definido como “um processo interativo de um agente de mudanças externo a empresa, o qual assume a responsabilidade de auxiliar os executivos e profissionais da referida empresa nas tomadas de decisões, não tendo, entretanto, o controle direto da situação” (OLIVEIRA, 1999, p. 21), o serviço de consultoria tem a finalidade de orientar a intervenção adequada a cada situação, acompanhando a implementação na prática. É fator importante na tomada de decisão.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é um meio pelo qual se busca encontrar soluções aos problemas em análise (GIL, 2002). Partindo dessa questão, o presente trabalho abordou uma pesquisa classificada como descritiva. Fez-se importante a utilização desse método, visto que serão identificados os impactos causados pela falta da consultoria contábil em Micro e Pequenas Empresas.

Como meio de alcançar o objetivo da pesquisa, foi realizado um estudo de campo, uma vez que foi realizada a observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no contexto em estudo (GIL, 2002). Dessa forma, o público-alvo da pesquisa foi um grupo de micro e pequenos empreendedores que atuam nas cidades de Beberibe, Fortim e Aracati, uma vez que se encaixam exatamente no enfoque da pesquisa, selecionados a partir da disponibilidade, proximidade e classificação dentro do grupo de microempreendedores.

A coleta de dados para análise aconteceu através do preenchimento de formulário, por parte dos entrevistados. O formulário foi enviado de maneira *online*, após conversa com o empreendedor que aceitou fazer parte da pesquisa. Após a devolutiva de todo o grupo, as respostas foram avaliadas e comparadas a estudos anteriores que relatam as consequências da falta do serviço de consultoria contábil em uma empresa, sendo possível observar a veracidade das informações divulgadas por esses autores e chegar a conclusões dentro do cenário econômico atual.

As respostas objetivas foram elencadas como tópicos, e arquivadas em planilhas, de acordo com as semelhanças, e as dissertativas foram arquivadas para a análise do que será exposto pelos empreendedores, sendo separadas as palavras-chave do todo, visando o melhor entendimento do cenário estudado, chegando a conclusão das diferenças e consequências em empresas que contam ou não com os serviços de consultoria contábil.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Inicialmente procurou-se identificar o perfil dos respondentes. Na análise do gênero, notou-se uma presença quase total de pessoas do sexo feminino, representando 90,9% do público entrevistado, contrastando com os respondentes do sexo masculino que compõe 9,1%. Quanto à escolaridade foi possível perceber que todos são alfabetizados, e a maioria dos microempreendedores em questão estão em processo de formação (45,5%) ou já concluíram o ensino superior (27,3%). Foi dada a oportunidade não obrigatória para que os entrevistados

revelassem a que área de formação pertenciam e as respostas obtidas foram: letras (1), enfermagem (1), ciências contábeis (2), psicologia (1), química (1) e estética (1).

A cidade de Beberibe destaca-se ao sediar 81,8% das empresas que participaram da resolução do formulário, contudo também foram adquiridas respostas nas cidades de Fortim (9,1%) e Aracati (9,1%).

Dentre os setores de atuação dos negócios foi observado que 81,8% deles realizam atividades de comércio de variados produtos, 9,1% se destinam a prestação de serviços e 9,1% estão inseridos em atividades de construção civil.

A partir dos resultados torna-se perceptível que 91% dos empresários conhecem contadores que atuem em sua região. Isso indica que existe uma maior facilidade na distribuição de informações contábeis e acerca dos serviços prestados por cada profissional. Essa informação é comprovada no Gráfico 2, onde todos os respondentes afirmam conhecer a consultoria contábil, mesmo que superficialmente, mas, apenas 64% deles utiliza esse serviço.

A visão quanto à utilização da consultoria contábil pelos MEI's ainda é encurtada, em alguns casos tanto contadores quanto empreendedores acreditam ser inútil devido ao porte da empresa e a não obrigatoriedade de livros fiscais.

Conclui-se que são notórias as diferenças entre empresas que contam ou não com a contabilidade gerencial, no sentido da consultoria contábil, principalmente em relação à vida útil, que depende diretamente da tomada de decisões feita pela administração da empresa. O presente trabalho conseguiu responder a pergunta de pesquisa, apesar das limitações encontradas na busca de informações por parte dos empreendedores. É possível sugerir que novos trabalhos sejam realizados com o intuito de alertar sobre a importância desse serviço, alcançando um número maior de empreendedores.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Juarez Domingues; DALL'AGNOL, Roberto Mauro. A consultoria em gestão realizada pelo contabilista como alternativa de redução da mortalidade das MPE. **Revista Catarinense da ciência contábil**. Disponível em:

<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1134/1063>. Acesso em: 03 abr. 2023

CARVALHO, Rafael. 2015. **Como surgiu o mercado de consultorias?** Disponível em: <https://www.napratica.org.br/como-surgiu-o-mercado-de-consultorias>. Acesso em: 28 mar. 2023.)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017

NEITZKE, Ana Cláudia Afra; OLIVEIRA, Renata Mendes. **Um estudo dos fatores que influenciam o processo de gestão das micro e pequenas empresas gaúchas**. Congresso USP Controladoria e Contabilidade. 2014. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecap.org/anais/artigos/142014\107.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Manual de consultoria empresarial**: conceitos, metodologia, práticas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

.

O IMPACTO DA FALTA DE ACESSO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA AOS JOVENS ADULTOS DE BAIXA RENDA: UM ESTUDO NO LITORAL LESTE DO CEARÁ

Lilian de Oliveira Silva¹, (Aluna do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Unijaguaribe, e-mail: lilian.silva@fvj.br), Larissa Karoline Souza Silva², (Professora do Centro Universitário Unijaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

A educação financeira tem um papel fundamental na vida dos cidadãos, pois através dos conhecimentos adquiridos nessa área, o indivíduo tem auxílio no controle financeiro, criação de orçamento, reserva de emergência, poupança, investimentos etc. O atual estudo tem como objetivo demonstrar como a falta de acesso à educação financeira tem impacto na relação dos jovens adultos de baixa renda com o dinheiro. A pesquisa tem natureza qualitativa e os objetivos são descritivos. A metodologia consistiu na criação de um formulário composto por três seções que visavam identificar, principalmente, os conhecimentos acerca do tema. A aplicação do formulário foi feita *online* com o link disponibilizado nas redes sociais. A amostra final foi composta por 80 respondentes. Os resultados mostram que, apesar de parte dos respondentes terem conhecimento básico de educação financeira, outra parte não têm essa noção. Os dados evidenciam o interesse da população de baixa renda por ter acesso à educação financeira e utilizar dela para o controle de suas finanças pessoais através do planejamento financeiro, controle, orçamento e prioridades.

Palavras-chave: educação financeira; finanças pessoais; planejamento financeiro; baixa-renda; jovem adulto.

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é um ramo de aprendizagem que constrói e molda a relação do indivíduo com o dinheiro, devendo estar presente na vida de cada cidadão quando se leva em consideração o fato de que, em uma sociedade capitalista, todos irão se relacionar com recursos financeiros em algum momento da vida e é de extrema importância que esta relação seja saudável, benéfica e duradoura.

O próprio Governo do Brasil reconhece a relevância do tema e transmite interesse em estudá-lo e ensiná-lo ao instituir a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto nº 7.357/2010 (BRASIL, 2010), revogado pelo Decreto nº 10.393/2020 (BRASIL, 2020), que institui uma renovação da ENEF, atualizando sua estratégia e instaurando o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). O FBEF objetiva divulgar ações e compartilhar informações referentes à educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Lizote *et al.* (2016), a educação financeira trata-se da maneira pelo qual o indivíduo busca adquirir os conhecimentos necessários a fim de gerenciar coerentemente suas finanças. Segundo Pereira *et al.* (2009), ao realizar a abordagem do assunto, surgem diversos termos como, por exemplo, poupança, juros, investimentos e planejamento, cada um dos quais com significados complexos que são do conhecimento de poucos. Para Xavier (2018), independente da área de estudo, ter conhecimento sobre o tema da educação financeira é uma vantagem para o indivíduo, a fim de planejar uma vida financeiramente mais confortável.

A discussão sobre planejamento financeiro pessoal está cada dia mais em evidência, com o propósito de fazer com que as pessoas iniciem cada vez mais cedo a gestão de sua vida

financeira, com controle e planejamento, de modo a atingir reservas financeiras que lhe assegurem uma melhor qualidade de vida no futuro (VILAIN, 2011). Segundo Silva *et al.* (2017), o planejamento financeiro está além do controle das despesas, pois envolve também o controle de gastos, definição e revisão periódica de metas, investimentos e avaliação dos progressos que são feitos em determinado período.

Vivendo em uma sociedade capitalista, onde o consumo é não só uma forma de movimentar a economia como também de participação e pertencimento em grupos sociais, faz-se necessário existir um controle maior das finanças pessoais, objetivando não adquirir dívidas desnecessárias. Muitos indivíduos acabam contraindo dívidas por causas como o *status*, que remete a uma busca de posição social, sucesso profissional e bens materiais. Dependendo do caso, uma situação de pouco endividamento pode passar despercebida, mas ao não se ter prudência, pode haver um descontrole e chegar a níveis críticos de endividamento com grande prejuízo financeiro e emocional (VILAIN, 2011).

3 METODOLOGIA

Em conformidade com a classificação do tipo de pesquisa empregado aos objetivos, este trabalho se trata de uma pesquisa descritiva que consiste na utilização de “técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática” (GIL, 1991, p. 45). O público-alvo da pesquisa que foram os jovens adultos de baixa renda com idades entre 18 e 25 anos, residentes das cidades de Aracati, Beberibe, Fortim, Itaiçaba e Jagaruana, situadas no litoral leste do Estado do Ceará.

Para alcançar o objetivo, foi utilizado um levantamento por meio de formulário virtual, elaborado de maneira autoral, aplicado via plataforma Google *Forms*. Neste foram contidas perguntas de múltipla escolha e em escala *Likert*, divididas em três categorias: i. a primeira, composta por perguntas pessoais (como gênero, idade e escolaridade); ii. a segunda, composta por perguntas referentes à ocupação do indivíduo e; iii. a terceira, baseada na escala de *Likert*, onde o indivíduo, frente a diversas afirmações, poderá escolher entre “discordo totalmente” até “concordo totalmente”.

Após a resposta do questionário, os dados foram armazenados em uma planilha do Google *Sheets* para análise. Após o armazenamento, fez-se necessário utilizar uma análise minuciosa via os filtros disponibilizados pela própria plataforma do Google e montagem de gráficos para entendimento e posterior apresentação dos resultados da pesquisa. Os dados foram analisados e apresentados utilizando cálculo de porcentagem, tabelas e gráficos de pizza e colunas.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir do andamento da pesquisa, foi possível identificar que parte dos respondentes tem certa noção do que é educação financeira, conforme é possível visualizar no Gráfico 2, onde 52,50% afirmam já ter participado de algum curso, palestra etc. sobre o assunto. Entretanto, a quantidade de respondentes que nunca teve esse contato é bem próxima, sendo 47,50%. Ao levar em consideração que 98,75% dos respondentes veem a educação financeira como uma área que tem a necessidade de ser ensinada nas escolas brasileiras, e que a grande maioria (95%) gostaria que o Governo brasileiro tivesse mais ações voltada para esse tema, nota-se interesse e abertura da população para a aprendizagem, a fim de aplicar os conhecimentos em sua vida.

É possível observar que grande parte dos respondentes (59%) não possui reserva de emergência ou poupança, deixando-os de mãos atadas caso haja alguma situação emergencial, podendo recorrer à empréstimos, causando dívidas maiores com juros. Entretanto, vale salientar que só é possível guardar uma parcela da renda quando se recebe o suficiente para tal ato.

Ademais, 48,50% dos respondentes afirmou ter de 30% a 50% da renda mensal comprometida com contas de longo prazo, o que pode indicar falta de planejamento ao contrair tais dívidas.

Apesar de alguns dos dados coletados e analisados serem positivos em diversas categorias quanto ao conhecimento acerca da educação financeira, não exime a necessidade de ampliar o acesso à educação financeira, seja nas escolas, faculdades ou no ambiente virtual das redes sociais, como o youtube, visando contribuir para a formação de indivíduos financeiramente conscientes. Além disso, é importante salientar que o trabalho dispõe de limitações como tempo de aplicação da pesquisa e quantidade de respostas. É aberta a possibilidade de utilização do trabalho como forma de contribuição para outras pesquisas e pode-se sugerir que o questionário seja aplicado à mais pessoas, com mais tempo para coletar respostas e que sejam abrangidas mais cidades. Outrossim, é válido concluir que o objetivo do estudo foi alcançado e a pergunta de pesquisa foi respondida.

REFERÊNCIAS

Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 30 mar. 2023.

Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020. **Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEEF.**

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm. Acesso em: 30 mar. 2023

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIZOTE *et al.* **Finanças Pessoais:** um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/RevistaUnifebe/article/view/186>. Acesso em: 20 mai 2023.

PEREIRA *et al.* **Educação financeira infantil seu impacto no consumo consciente.** São Paulo, 2009. Disponível em:

<https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-educacao-financeira-infantil-seu-impacto-no-consumo-consciente.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

SILVA, et al. **Influência do planejamento financeiro nas decisões econômicas de universitários de administração em Caruaru – PE.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/139>. Acesso em: 24 maio 2023.

VILAIN, Juliana S. B. **O impacto do status no planejamento financeiro pessoal:** estudo de caso com os advogados de Florianópolis. Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121435>. Acesso em: 15 jun. 2023.

RELAÇÃO DOS SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO EMPRESARIAL E OS PROCESSOS CONTÁBEIS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Matheus Rodrigues Souza de Sousa¹, (Aluno do curso de Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: matheus.sousa@fvj.br), Hyane Correia Forte², (Professora do curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: hyane.forte@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a evolução da literatura sobre o relacionamento dos sistemas integrados de gestão empresarial e os processos contábeis. Para tanto, o estudo caracteriza-se como descritivo, exploratório e qualitativo. Foi realizado um estudo bibliométrico em que os dados foram coletados no *Research Rabbit*, resultando em 3.590 artigos científicos. Após a aplicação de filtros, o estudo teve como amostra final o total de 24 estudos. Os resultados apresentam a evolução da temática nos últimos anos. Além disso, é possível visualizar que a relação em análise é, comumente, verifica por periódicos de alto impacto, e internacionais. O maior quantitativo de pesquisas é do Brasil, com uma média de 3 autores em cada publicação. Verificou-se, que um grande quantitativo dos estudos apresenta uma metodologia qualitativa.

Palavras-chave: sistemas contábeis; contabilidade moderna; automação contábil.

INTRODUÇÃO

O ato de registrar está presente na humanidade desde os primórdios de sua existência, uma vez que existem indícios desde 4000 a.C., e posteriormente com a instituição da moeda que aumentou a relevância da contabilidade, pois em 1.100 a.C. houve um expressivo aumento do comércio.

Com o passar dos anos a humanidade evoluiu e junto com ela também evoluíram a contabilidade e a tecnologia, tendo como marcos históricos existem as Revoluções Industrial e Francesa, naquela época a grande maioria das empresas emergentes eram indústrias. Foram criados os sistemas de informação, capazes de aumentar a eficiência das empresas, melhorando o gerenciamento dos controles internos, que devida ao aumento da complexidade das informações, assim a contabilidade de custos e a industrial foram as mais utilizadas durante esse período.

Mesmo que a contabilidade seja vista muitas vezes como uma ciência exata, na verdade ela é uma ciência social que está relacionada ao comércio de bens, direitos e serviços e tudo a que estão relacionados. Assim como o comércio é um ramo muito diversificado a contabilidade também é já que existem diversas áreas as quais os profissionais do ramo podem estar inseridos. A contabilidade evoluiu a medida que a complexidade patrimonial foi aumentando e também os centros de comércio.

Existem ainda alguns empecilhos que acabam por dificultar essa implementação, pois para que ocorra de forma fluida e perfeita, a utilização de sistemas, ainda é necessário que alguém configure o sistema para que o próprio entenda as particularidades da empresa alocam de forma precisa os valores referentes a empresa.

Aos poucos a visam que as firmas possuem do contador que apenas transcreve valores irá se extinguir, entretanto o contador continuará existindo como alguém que auxilia a controladoria e na tomada de decisões.

A evolução da contabilidade e dos seus sistemas e, consequentemente, dos estudos da área, a pesquisa tem o seguinte questionamento de pesquisa: Como tem se caracterizado a

evolução da literatura sobre o relacionamento entre os sistemas integrados de gestão empresarial e os processos contábeis?

O estudo tem como objetivo analisar a evolução da literatura sobre o relacionamento dos sistemas integrados de gestão empresarial e os processos contábeis. A pesquisa justifica-se uma vez que os resultados terão utilidade para pesquisadores da área de tecnologia e suas aplicações e para os contadores, por apresentar um reflexo da realidade ao qual estão inseridos.

REVISÃO DA LITRATURA

Sistemas de informação

Os sistemas de informação são considerados como um conjunto de processos que reúne todos os dados inseridos, processa os dados para que sejam alocados de maneira correta posteriormente, revisa os resultados obtidos através da aplicação dos processos nas informações e produz relatórios de acordo com o que foi parametrizado, ou solicitado ao sistema.

Com o aumento da quantidade de informação que as empresas lidam, é imprescindível que sejam implementados os sistemas gerenciais por melhorem a eficiência empresarial. A aplicação desses programas em determinada organização é reconhecida como um meio de automatização, informatização e transformação baseadas na tecnologia da informação.

Sistema integrado de gestão empresarial (ERP)

ERP (*Enterprise Resource Planning*) é a definição de sistemas integrados de gestão empresarial amplamente utilizado como suporte para diversas operações da organização. Esse *software* reúne todas as informações segmentadas para uma base de dados onde serão aplicadas a filtros para serem alocados de forma sistemática.

Os benefícios de tal ferramenta estão na redução do custo de mão de bra, maior controle sobre as operações da empresa e a redução de trabalhos com o intuito de corrigir inconsistências, esses benefícios melhoram a eficiência da empresa. Porém o alto custo de implementação poucas são as empresas que adquirem esses sistemas, em sua grande maioria são as empresas de grande porte que possuem maiores quantidades de informação.

Os sistemas integrados e os processos contábeis

A união entre a Contabilidade e os novos sistemas de informação é indispensável por aumentar os níveis de confiabilidade das informações prestadas, além de facilitar a localização de inconsistências e na instituição de relatórios, é valido enfatizar que as utilizações de ferramentas de integralização geram mais benefícios internos (para empresa) do que externos. O contabilista precisa manter-se atualizado e desenvolvendo habilidades necessárias para a implementação, compreensão e utilização dessas ferramentas nas organizações.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como descritivo, exploratório e qualitativo. Qualitativo por ser algo evidenciado por meio de pesquisas e observações científicas realizadas na prática, mesmo que possua caráter científico e esteja referenciado por normas a interpretação dos resultados obtidos varias de acordo com cada pessoa.

Para obtenção de amostras foi aplicado o método documental, que reúne diversos tipos de documentos, esses dados não receberam processo analítico, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica foram reunidos materiais já publicados que estão relacionados ao tema do artigo

com a finalidade de dar veracidade aos resultados obtidos.

Para coletar a amostra da pesquisa foi utilizada a 1º Lei de Zipf, procura a frequência com que determinadas palavras surgem em determinado algoritmo. A fonte de dados utilizada foi o site conhecido como *Research Rabbit*, ferramenta que busca artigos científicos publicados virtualmente.

Após aplicar vários filtros no *Research Rabbit* foram obtidos 24 artigos científicos, que possuem tema e, ou, resumos semelhantes ao do presente artigo, a partir dessa amostra foram criados diversos gráficos e tabelas que expõe algumas características dos trabalhos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Tabela 1, apresenta-se as informações relativas à evolução das publicações na área do estudo. Observou-se que em 2021 e 2022, com 7 artigos cada ano, totalizando aproximadamente 60% dos artigos analisados. Já o ano de 2020 teve 6 artigos publicados e 2019 teve 3 artigos. É notável que houve um crescimento de 2018 a 2022 na quantidade de artigos publicados.

No Gráfico 1, notou-se que foram publicados no Brasil 15 (quinze) trabalhos publicados, representando aproximadamente 62,5% dentre os vinte e quatro do estudo. Os Estados Unidos abrangem 25% da amostra com seis artigos apresentando que o tema também é bem explorado em outros países.

Observando a Tabela 2, que apresenta a quantidade de autores por artigo publicados, é possível perceber que há mais artigos publicados por 2 autores (29%), enquanto por 1 autor e 4 autores representam 21% do total.

Verificou-se que um (1) estudo aplicou o método de pesquisa quantitativo, em contrapartida 17 (dezessete) artigos (70,83%) utilizaram a natureza qualitativa e seis (25%) amostras utilizaram ambas as naturezas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar a evolução da literatura sobre o relacionamento dos sistemas integrados de gestão empresarial e os processos contábeis. De modo geral, foi possível verificar que houve um aumento na quantidade de trabalhos publicados devido ao grande avanço da tecnologia. Esse desenvolvimento trouxe diversos benefícios para empresas e os profissionais da área contábil, entretanto é imprescindível relembrar os contabilistas devem manter-se atualizados afim de manejar tais ferramentas.

São inúmeros os benefícios podendo ser divididos em qualitativa como o aumento na confiabilidade das informações geradas, a rapidez com que os dados percorrem pelos sistemas passando por diversos processos, e em quantitativa pode-se citar a redução na quantidade de pessoal necessário para auferir a análise e conciliação de dados, o que corrobora com a redução dos custos e otimização do tempo.

REFERÊNCIAS

- AHRENS, T. C.; CHAPMAN, C. S. Doing qualitative field research in management accounting: Positioning data to contribute to theory. **Accounting. Organization and society**, v. 31, n. 8, p. 819-841, 2006.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- JAMIL, George Leal. **Repensando a TI na empresa moderna**: atualizando a gestão com a Tecnologia de Informação. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2002.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de informação:** um enfoque gerencial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

CATÂNIO, Antônio Ricardo; PEREIRA, Agnaldo. **Contabilidade de custos e industrial.** Londrina: Educacional S.A, 2018.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** São Paulo: Atlas, 2003.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil.** PortoAlegre: Bookman, 2000.

GESTÃO DE CUSTOS E A TOMADA DE DECISÃO FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO

Michael Silva Alexandre¹, (Aluno do curso de Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: michael.alexandre@fvj.br), Hyane Correia Forte², (Professora do curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: hyane.forte@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A diversificação das subáreas contábeis, como analista financeiro, perito contábil e consultor, reflete a crescente demanda por conhecimento contábil. A gestão de custos emerge como um elemento essencial, fornecendo informações cruciais para otimizar operações, identificar áreas críticas e aprimorar a tomada de decisões. O equilíbrio entre receitas e despesas revela-se vital para o êxito empresarial, ressaltando a importância da Gestão de Custos na busca por lucratividade, competitividade e sustentabilidade a longo prazo. O estudo analisou como a gestão de custos influencia o processo de tomada de decisão financeira. Para tanto, estabeleceu-se como metodologia a realização de uma entrevista com uma empresa do setor alimentício. Os resultados obtidos apresentam que a ausência de práticas de gestão de custos prejudica a eficiência operacional e a tomada de decisões financeiras sólidas. A falta de um plano estratégico limita a visão a longo prazo e a adaptabilidade às mudanças no ambiente de negócios. A contribuição do estudo transcende a esfera acadêmica, ampliando a literatura com informações bibliográficas e proporcionando a organização *insights* para uma compreensão mais profunda do empreendimento, impulsionando assim o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: contabilidade; gestão de custos; tomada de decisões; receitas e despesas.

INTRODUÇÃO

Ao falar de Gestão de Custos, é importante ressaltar qual é a sua função dentro das organizações. Ele fornece informações importantes sobre as oportunidades de melhoria das operações da empresa, mostrando onde e como os processos podem ser otimizados e o capital de investimentos necessário a ser aplicado para maximizar a rentabilidade da empresa.

Diante do contexto, o sucesso de uma empresa depende principalmente do equilíbrio de dois grandes pilares, as receitas e as despesas. Ou seja, para que a empresa se encontre em um estado considerado saudável, é indispensável o suporte da Gestão de Custos, sendo assim os recursos financeiros de uma organização deverão ter um rendimento superior aos seus gastos, visando garantir lucros, competitividade, desenvolvimento e longevidade à empresa. Nesse sentido, a fim de se compreender melhor esse cenário, o estudo tem o seguinte questionamento de pesquisa: *Como a gestão de custos influencia o processo de tomada de decisão financeira?*

O objetivo geral é analisar como a gestão de custos influencia o processo de tomada de decisão financeira. Adicionalmente, busca-se: i) compreender o processo de gestão de custos de uma empresa; ii) compreender o processo de tomada de decisão; e iii) apresentar vantagens e desvantagens do método utilizado.

Portanto, pode-se dizer que o artigo contribuirá para a literatura, já que o estudo técnico irá aumentar as informações bibliográficas sobre o tema apresentado. Como contribuição para a organização, os assuntos aqui abordados, servirão de fontes de informações para estabelecer uma nova visão a respeito do seu empreendimento, de forma que possa desenvolver-se e garantindo a melhoria e o desenvolvimento econômico da empresa.

MARCO TEÓRICO

Conceitos básicos na contabilidade de custos

A contabilidade de custos tem a finalidade de quantificar e demonstrar informações, tanto de caráter financeiro como não financeiro, que estão associadas à aquisição e ao consumo de recursos pela organização.

Para compreender plenamente esse conceito, é necessário compreender o significado do ciclo operacional interno de uma entidade (entradas dos valores primários e as saídas de bens e serviços). Ao considerar os conceitos estabelecidos, pode-se afirmar que os custos se referem ao uso de recursos mensurados em termos monetários, com o propósito principal de atingir objetivos específicos, o que permite a contabilidade de custos atuar com os seguintes objetivos:

- a) Oferecer dados para calcular o custo de serviços, produtos e outros elementos relevantes para a gestão.
- b) Disponibilizar informações para o planejamento e controle.
- c) Prover informações para a tomada de decisões.

Classificação dos custos

Com base na capacidade de atribuição dos custos às unidades produzidas ou na incapacidade de identificação dos custos por unidade produzida (custos associados a cada unidade produzida em um processo de fabricação ou produção):

- a) Custos indiretos: Trata-se de uma classificação abrangente dos custos que não podem ser atribuídos diretamente às unidades produzidas (ou vendidas). Esses custos incluem as despesas administrativas, os demais componentes dos custos de fabricação (como mão de obra indireta de produção, energia elétrica e materiais secundários) e as despesas financeiras. Essa categorização técnica permite uma análise mais precisa dos diferentes elementos de custos associados à operação de uma empresa.
- b) Custos diretos: são gastos associados diretamente à produção de um bem ou serviço, podendo ser facilmente atribuídos e identificados. Eles incluem materiais, mão de obra direta e outros custos específicos ligados diretamente à atividade produtiva.

Objetivos da gestão de custos na tomada de decisão financeira

Existe uma relação direta entre a linha de custos e o resultado econômico de uma organização, de modo que qualquer redução nessa linha resulta em um aumento proporcional do resultado econômico, mantendo uma proporção direta.

No contexto da gestão de custos, o processo de tomada de decisões desempenha um papel central, utilizando dados e informações fornecidos pela Contabilidade, que são derivados da análise do mercado e do desempenho interno da empresa. Essas decisões são cruciais para a gestão efetiva dos custos, permitindo que os gestores adotem uma abordagem embasada em informações precisas e relevantes, com o objetivo de alcançar resultados otimizados.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, descritiva e qualitativa, com intuito de observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros e suas características.

Para obter informações relevantes, foi adotada uma metodologia de pesquisa descritiva, contando com a colaboração de uma empresa do segmento de alimentação fora do lar e os profissionais do setor financeiro, que façam parte da equipe responsável pela tomada de

decisão. A coleta de dados foi realizada na empresa de nome fantasia **BONARI PIZZARIA**, localizada no município de Aracati, com o intuito de identificar e compreender os modelos de gerenciamento de custos utilizados pelos mesmos e como esses modelos influenciam na hora de visualizar a melhor decisão para questões financeiras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a resposta do entrevistado, até o momento, o empreendimento não adota nenhum método específico para mensurar e controlar de maneira eficaz o custo de cada unidade de pizza vendida. No entanto, há uma estimativa de que, mesmo sem a utilização formal de técnicas de custeio, o preço final do produto acaba sendo determinado pelo Custo de Mercadoria Vendida (CMV).

O estudo de caso revela que a empresa em questão enfrenta alguns desafios, uma vez que não adota qualquer método ou sistema de gerenciamento de custos. A ausência de um plano de negócios ou estratégico também destaca a necessidade de uma abordagem mais estruturada em relação à gestão. Mesmo que a empresa tenha mudado de porte recentemente e se tornado microempresa, possuir um sistema de gerenciamento de custos torna as decisões mais eficazes e uma ferramenta essencial, tendo como resultado um orçamento sob controle. A inexistência de um plano estratégico pode limitar a visão a longo prazo e a capacidade de adaptar-se a mudanças no ambiente de negócios.

Em conclusão, este estudo destaca a importância crítica da gestão de custos e do planejamento estratégico para o sucesso financeiro de uma empresa no setor alimentício, já que nesse ramo a gestão de custos se torna imprescindível na tomada de decisões financeiras. As considerações finais indicam que a implementação dessas práticas é importante para a competitividade, lucratividade e sustentabilidade da empresa, evidenciado que medidas corretivas para fortalecer suas bases operacionais e decisórias são indispensáveis. Este estudo não apenas contribui para a compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pela empresa em questão, mas também oferece insights valiosos para outras organizações do setor que buscam aprimorar suas práticas de gestão de custos e decisões financeiras.

REFERÊNCIAS

BRASILEIRO, Simone Hilário da Silva; SILVA, André Vasconcelos da. O processo de tomada de decisão em cenários financeiros: uma revisão teórica. In: Anais do Simpósio de Metodologias Ativas, São Paulo. Anais: Blucher, 2017. p. 220-228. ISSN 2318-695X. DOI: 10.5151/sma2016-020.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos**: planejamento, implantação e controle. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAGALHÃES, Diego Ventura *et al.* O papel da gestão de custo para tomada de decisão: um estudo de caso na empresa M. A. turbo diesel. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 04, v. 06, p. 5-22, 2019.

MOTTA, Wagner. **Análise da margem de contribuição em uma vitivinícola através do custeio variável**. 2013. Monografia (Ciências Contábeis) - Universidade de Caxias do Sul.

Direito

MEDIAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA O ENFRENTAMENTO DA MOROSIDADE JUDICIAL

Alfredo Jhonata Lima de Carvalho¹, (Discente do curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: alfrredo.carvalho@fvj.br); Orientadora: **Acemira Maria Ferreira Ribeiro²,** (Docente do Curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

Esta pesquisa monográfica analisa os atrasos judiciais no Brasil e propõe a mediação como uma solução potencial. A controvérsia é vista como uma parte natural da humanidade, assim como a busca por resoluções. A pesquisa se baseia em análises documentais e bibliográficas para examinar as causas dos atrasos judiciais e como a mediação pode ajudar a reduzir esses atrasos. O estudo também analisa o princípio da razoabilidade da duração dos processos e se a mediação pode ajudar a manter essa razoabilidade. A mediação é estudada desde o seu conceito, princípios, evolução, e principalmente, a sua capacidade de manter a razoável duração do processo. A pesquisa é crítica ao papel atual do poder judicial e sugere que a mediação pode ser uma maneira eficaz de lidar com a crescente litigiosidade.

Palavras-chave: eficácia; litigiosidade; mediação; morosidade; processo.

INTRODUÇÃO

Este estudo examina a mediação como uma possível solução para a morosidade judicial no Brasil, com base no Artigo 3º §3º do Código de Processo Civil (CPC) de 2015. A mediação é vista como uma maneira de acelerar processos judiciais, que geralmente levam anos para serem concluídos. O objetivo é verificar se a mediação realmente contribui para reduzir a lentidão judicial, tanto em processos em andamento quanto na fase pré-processual. A pesquisa se baseia em dois métodos: a pesquisa bibliográfica, que busca entender o que já foi produzido por estudiosos renomados sobre a mediação e sua contribuição para a efetividade do princípio da razoável duração do processo; e a pesquisa documental, que analisa diretamente as leis pertinentes e os dados estatísticos oficiais sobre o tempo necessário para resolver um conflito e a satisfação das partes. O estudo também analisa o impacto da promulgação do CPC há 8 anos no trâmite processual, considerando a alta demanda judicial que continua crescendo. Muitas vezes, os processos se arrastam por tanto tempo que perdem seu propósito original, causando prejuízos irreparáveis às partes e gerando sentimentos de descrença e injustiça. A mediação judicial, portanto, requer que o mediador esteja bem-preparado para lidar com as adversidades dos casos concretos e mediar as partes para uma solução consensual. Na mediação, as partes são incentivadas a dialogar e identificar a questão real em discussão, além de serem ouvidas atentamente, tudo para chegar a um consenso. Além de potencialmente acelerar o processo, a mediação judicial também pode acalmar os ânimos e restaurar o diálogo entre as partes, muitas vezes com vínculos pessoais ou familiares, estimulando a percepção do conflito e suas razões, que podem ser diferentes do problema trazido ao Judiciário, pois muitas vezes envolve mais o aspecto emocional do que o legal.

MARCO TEÓRICO

Doutrinadores como Maria Bernadete Miranda, Juan Carlos Velluza, foram bastante usados na conceituação teórica de importantes institutos da presente pesquisa, do contexto histórico e da aplicabilidade e o próprio conceito da mediação. Nos capítulos que exigiram uma maior conceituação teórica foram utilizados como legislações primordiais a Resolução nº

125/2010 do CNJ, Lei nº 13.140/2015, e a Lei nº 13.140/2015 para embasar e solidificar o tema abordado. São utilizados ainda artigos da Constituição Federal. A utilização de artigos científicos e de outras monografias se faz bastante presente para a modelagem do presente trabalho e construção de um sólido material de pesquisa.

METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica (com recurso a fontes secundárias, como importantes legislações que tratam sobre o tema, mormente a doutrina de renomados juristas e estudiosos do tema, presente em livros, revistas e artigos difundidos em publicações especializadas e de reconhecido status acadêmico e científico).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considerando os objetivos gerais e específicos traçados na presente pesquisa, o resultado alcançado trouxe importantes perspectivas acerca da aplicação da mediação para o enfrentamento da morosidade judicial. Apresenta um avanço significativo no sistema de justiça. Desde a promulgação da Lei 13.140/2015, que regulamenta o procedimento, a mediação ganhou mais espaço e visibilidade, oferecendo um método consensual de solução de conflitos que prioriza o diálogo e a participação das partes envolvidas. Isso visa à pacificação social e à celeridade dos processos judiciais. Embora existam desafios no processo de implantação, a mediação pré-processual e judicial demonstra um grande potencial para criar um ambiente mais pacífico e acessível para a resolução de disputas no Brasil. Isso favorece uma cultura de diálogo e colaboração, permitindo que as partes encontrem soluções mutuamente aceitáveis para seus litígios. Além disso, a mediação pode ajudar a aliviar a carga sobre o sistema judicial, proporcionando uma maneira mais eficiente e econômica de resolver conflitos. No entanto, também existem desafios, incluindo a resistência cultural à prática, a falta de consciência e compreensão da mediação por parte do público em geral, e a escassez de mediadores treinados e qualificados. Esforços estão sendo feitos para enfrentar esses desafios e promover o uso da mediação no Brasil, como a implementação de programas de formação para mediadores e iniciativas para aumentar a conscientização sobre os benefícios da utilização da mediação. A implementação da mediação como uma proposta para enfrentar a morosidade judicial é benéfica para todas as partes. Todas as soluções sugeridas exigem a colaboração dos participantes do sistema de justiça. Isso implica uma possível reforma do sistema pelo Estado, que é responsável por sua manutenção, maior incentivo dos tribunais junto aos seus servidores, execução efetiva de ideias e busca mais eficiente do Judiciário pelos litigantes. No entanto, este último ponto depende de um aprimoramento na educação da população em geral e na formação dos advogados para resolver conflitos fora do tribunal. Portanto, a mediação é uma estratégia promissora para enfrentar a morosidade judicial no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Brasília-DF: Palácio do Planalto, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 12.nov.2023

BRASIL. Lei 13.140, de 26 de junho de 2015. Lei de Mediação. Brasília-DF: Palácio do Planalto, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato 2015-2018/2015/lei/L13140.htm. Acesso em 12.nov.2023.

MIRANDA, Maria Bernadete. Aspectos relevantes do instituto da mediação no mundo e no Brasil. **Revista Virtual Direito Brasil.** 6.2. 2012. Disponível em: <https://silo.tips/download/aspectos-relevantes-do-instituto-da-mediaao-no-mundo-e-no-brasil-maria-bernadete>. Acesso em 26/11/2023

VEZZULLA, Juan Carlos. **Teoria e Prática da Mediação.** Florianópolis: Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil, 1999.

O IMPACTO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA APOSENTADORIA ESPECIAL E SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO

Amanda Lorrane Santiago Barbosa Gondim¹, (Discente do curso de Direito da Universidade do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE, e-mail: amanda.gondim@fvj.br); **Orientadora: Acemira Maria Ferreira Ribeiro²,** (Docente do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda sobre o impacto da reforma da previdência e a EC nº103/2019 na aposentadoria especial, referente ao princípio da vedação do retrocesso, abordando como esta reforma trouxe impacto nesse benefício. A evolução da pesquisa foi sobre as modificações trazida pela reforma a aposentadoria especial mostrando a idade mínima e o tempo de contribuição, tendo o risco inalterável, isto é, a preocupação com a saúde dos segurados que, ao longo dos anos de atividade, agiu exposto a agentes ou substâncias nocivas, sofrendo danos à sua saúde. O estudo teve como objetivo, discorrer acerca do conceito, procedimento, natureza jurídica, requisitos, evolução da aposentadoria especial; apresentar a evolução histórica do direito previdenciário e as mudanças trazidas pela reforma da previdência; analisar a possível aplicabilidade da Emenda nº 103 da Constituição Federal, no que se diz respeito aposentadoria especial; analisar o princípio da vedação do retrocesso, e sua importância na segurança dos direitos, frente a reforma previdenciária. Deste modo, por meio de pesquisas bibliográficas baseando-se em grandes autores, como, Castro e Lazzari (2023 e 2020), Pedro Augusto De Souza Brambilla; artigos científicos; livros; legislação; jurisprudência; doutrina; conteúdo publicados em sites e trabalhos teóricos, auxiliou como base para o presente trabalho.

Palavras-chave: aposentadoria; especial; previdenciário; princípio; vedação.

INTRODUÇÃO

A reforma previdenciária é um tema de grande relevância no cenário político e social, suscitando debates acalorados sobre as mudanças nas políticas de aposentadoria. Dentre os diversos aspectos impactados por essas transformações, a aposentadoria especial emerge como uma modalidade particularmente afetada. Neste contexto, a análise do impacto da reforma previdenciária na aposentadoria especial e sua relação com o princípio da vedação do retrocesso social assume uma importância fundamental.

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II do Título VIII, trata da Seguridade Social, buscando assegurar direitos relacionados à saúde, previdência e assistência social. O artigo 201, § 1º, prevê a aposentadoria especial para atividades de riscos, com requisitos diferenciados. No entanto, a reforma previdenciária pela emenda nº 103 da CF trouxe alterações para a aposentadoria especial, levantando questões sobre seus impactos.

Este trabalho se baseia em pesquisa bibliográfica, utilizando dados secundários, focando em trabalhos teóricos, legislação, jurisprudência e doutrina. O segundo capítulo aborda o histórico da previdência social, conceitos do direito previdenciário, regimes previdenciários e princípios.

O terceiro capítulo explora a aposentadoria especial, um benefício para reduzir o tempo de contribuição em atividades prejudiciais à saúde, detalhando requisitos, procedimentos administrativos e o período de carência.

O quarto capítulo investiga a aplicabilidade e da Emenda nº 103 à aposentadoria especial, examinando seus impactos e a aplicação do princípio da vedação do retrocesso social.

A aposentadoria especial sempre desempenhou um papel crucial na proteção dos trabalhadores que desempenham suas atividades em condições adversas, prejudiciais à saúde. Com as alterações normativas introduzidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, torna-se essencial compreender como essas mudanças reverberam na concessão desse benefício e, consequentemente, na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

Nesse contexto, o princípio da vedação do retrocesso social emerge como uma ferramenta analítica valiosa. Este princípio visa resguardar as conquistas sociais já alcançadas, evitando retrocessos nos direitos garantidos. Portanto, investigar a aplicabilidade desse princípio diante das mudanças na aposentadoria especial proporciona insights essenciais para entender os impactos mais amplos da reforma previdenciária na vida dos trabalhadores.

MARCO TEÓRICO

Para desenvolver a pesquisa foi utilizado como bibliografia os autores Castro e Lazzari (2023 e 2020), Pedro Augusto de Souza Brambilla, onde destacou-se entre os demais na busca de fortalecer, aprimorar e enriquecer a trabalho sobre o tema. Nos capítulos foi utilizada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, em seus artigos e na Emenda Constitucional que trata sobre o referido assunto.

METODOLOGIA

A metodologia empregada na condução deste trabalho foi centrada na pesquisa qualitativa, adotando uma abordagem bibliográfica. A investigação foi realizada por meio da análise de artigos científicos, livros, legislação, conteúdos disponíveis em sites, trabalhos teóricos, jurisprudências e doutrinas. O objetivo primordial era aprofundar os conhecimentos sobre o tema, destacando sua relevância na preservação dos direitos, especialmente no contexto da aposentadoria especial e da reforma previdenciária.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019 representou um marco significativo no sistema previdenciário brasileiro, impondo mudanças substanciais nas regras de aposentadoria. Onde seus impactos alteraram a dinâmica dessa modalidade previdenciária e, consequentemente, vem desafiando alguns princípios fundamentais do ordenamento jurídico.

Esta modalidade, que historicamente visava proteger trabalhadores expostos a condições prejudiciais à saúde, passou por readequações que suscitaram questionamentos quanto à sua eficácia e justiça. A importância da aposentadoria especial, enquanto mecanismo de salvaguarda para profissionais que desempenham atividades insalubres, tornou-se objeto de escrutínio diante das alterações promovidas pela EC nº 103/2019.

Neste contexto, destaca-se a atuação do ordenamento jurídico, que, por meio dessa reforma, se depara com um dilema ético e jurídico. A aposentadoria especial, enquanto direito fundamental, viu-se sujeita a transformações que desafiam o princípio da vedação do retrocesso. Este princípio, consagrado no âmbito do direito constitucional, proíbe a retirada, revogação ou eliminação de normas, sem a edição de medidas compensatórias destinadas a recompensar ou substituir o direito revogado.

A análise crítica desses impactos revela a necessidade premente de ponderar os interesses da previdência social e o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores. A violação do princípio da vedação do retrocesso na aposentadoria especial não apenas levanta questões éticas, mas também desafia a sustentabilidade e a equidade do sistema previdenciário como um todo.

Portanto, que a implementação da Reforma da Previdência através da EC nº 103/2019, tem repercussões profundas na aposentadoria especial, demandando uma reflexão crítica sobre os balanços entre a necessidade de ajustes econômico-financeiros e a proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Nesse contexto, torna-se essencial a busca por soluções que, ao mesmo tempo, assegurem a sustentabilidade do sistema previdenciário e respeitem os preceitos constitucionais que regem a proteção social no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03/11/2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm Acesso em: 03/11/2023

BRAMBILLA, Pedro Augusto de Souza. **Histórico da Previdência Social.** Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/4038/3798>. Artigo elaborado em 2011. Acesso em 30/09/2023.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira De, E Lazzari, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário.** 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS DECORRENTES DE ERRO JUDICIÁRIO

Ana Letícia Monteiro Pereira¹, (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: leticia.pereira@fvj.br); Orientadora: **Acemira Maria Ferreira Ribeiro²,** (professora-especialista do Curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo propõe-se a analisar as condições que envolvem a responsabilização do Estado por danos decorrentes de erro judiciário, adotando uma abordagem dogmática. A pesquisa fundamenta-se na análise de leis, doutrinas, jurisprudência e elementos essenciais para a compreensão teórica e legal desse tema. Dentre as leis examinadas, destaca-se o Artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, que tem como objetivo estabelecer a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos causados a terceiros, fundamentando-se na teoria do risco administrativo.

No desenvolvimento do estudo, foram exploradas diversas fontes, incluindo a Constituição e leis específicas, além de doutrinas jurídicas presentes em livros, artigos e teses. A análise de jurisprudências anteriores foi incorporada para compreender as diferentes interpretações judiciais. O escopo do estudo abrange três áreas cruciais: a seara Criminal, que examina o impacto dos erros judiciários em indivíduos e instituições; a seara Cível, que aprofunda essa análise no contexto civil; e a seara Administrativa, que investiga o papel da administração pública na prevenção e reparação de danos decorrentes de equívocos judiciários.

No sentido de enriquecer as reflexões, este trabalho busca inserir contribuições de autores renomados que fortaleceram as ideias centrais. Autores como Mazza (2013), Netto (2014), Cavalieri Filho (2012), Diniz (2009) e outros desempenham um papel essencial no embasamento teórico, trazendo perspectivas significativas para a compreensão do tema em questão. Espera-se que esta pesquisa não apenas ofereça uma análise aprofundada da responsabilidade civil do Estado em casos de erro judiciário, mas também contribua para decisões mais justas e equilibradas em situações envolvendo danos decorrentes desses equívocos. O estudo, ao identificar requisitos legais, estabelecer o nexo causal e analisar critérios de responsabilização estatal, soma-se aos esforços de outros estudos, promovendo uma reflexão abrangente sobre este importante tema.

Palavras-chaves: civil; estado; impacto; judiciário; responsabilidade.

INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de erro judiciário é um tema de grande relevância na área jurídica e desperta interesse em diversos profissionais do direito, trata-se de um assunto complexo que envolve diversas questões éticas, jurídicas e sociais, que impactam diretamente na sociedade e nos cidadãos.

O objetivo deste trabalho é analisar as condições de responsabilização do Estado pelos danos causados. Posto isso, apresentar os fundamentos jurídicos da responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de erro judiciário, incluindo a análise da jurisprudência e doutrina, bem como também, apurar a aplicação da responsabilidade civil do Estado, examinando as decisões judiciais que reconhecem a responsabilidade estatal, bem como aquelas que a rejeitam, assim como também os principais argumentos utilizados pelas partes envolvidas.

Dito isso, abordará casos concretos em três searas, a Criminal, objetiva garantir a justiça no processo penal, protegendo os direitos dos indivíduos e assegurando que as decisões judiciais estejam em conformidade com as leis criminais vigentes. Partindo para seara Cível, o centro encontra-se na aplicação das normas do Direito Civil e da responsabilidade civil,

analisando como os danos decorrentes de erro judiciário afetam indivíduos e instituições. Por fim, a seara Administrativa, será abordado o papel da administração pública na prevenção de erros judiciários, a fim de evitar a ocorrência de danos às pessoas físicas ou jurídicas, analisando os mecanismos existentes para a correção de erros judiciários e para a reparação dos danos causados.

Espera-se que este trabalho contribua para uma maior compreensão da responsabilidade civil do Estado em casos de erro judiciário, permitindo deste modo, uma análise mais crítica e aprofundada sobre o tema. Além do mais, espera-se que este trabalho possa fornecer subsídios para a tomada de decisões mais justas e equilibradas em casos de danos decorrentes de erro judiciário.

MARCO TEÓRICO

Doutrinadores como, Alexandre Mazza, Felipe Peixoto Braga Netto, Sérgio Cavalieri Filho, Maria Helena Diniz, se destacaram na conceituação histórica em que se deu a Responsabilidade Civil do Estado, que consequentemente abrange o erro do Judiciário. Nos capítulos foram utilizados artigos da Constituição Federal Brasileira, que fundamenta em seu artigo 37, §6º da CF/88, destaca-se com a importância de responsabilizar o Estado por tais erros, assegurando que os afetados recebam a devida reparação, mesmo quando as falhas são não intencionais. Além de que, os princípios da Administração Pública estão claramente delineados no artigo 37 da Constituição Federal do Brasil. Este artigo estabelece as bases para a atuação do Estado e dos agentes públicos, refletindo a grande importância de uma gestão governamental pautada por esses princípios, visualizando o melhor para todos, sem distinção.

METODOLOGIA

Foi adotada a metodologia dogmática, que se trata de uma abordagem amplamente utilizada no campo do Direito. A partir dessa metodologia a pesquisa se deu examinando as leis aplicáveis à responsabilidade civil do Estado. Além disso foi analisada a Constituição Federal e as leis específicas, buscando dispositivos que estabeleçam os fundamentos legais para a responsabilização estatal em casos de erro judiciário.

Além disso, me aprofundei nas doutrinas jurídicas que abordam o tema. Estudei leituras de livros, artigos acadêmicos e teses que tratam da responsabilidade civil do Estado por erro judiciário.

Outra etapa importante foi a análise da jurisprudência relacionada ao tema. Examinei decisões judiciais anteriores, tanto em tribunais superiores quanto em instâncias inferiores, que tratam de casos similares ao meu objeto de pesquisa. Essa análise me permitiu entender como os tribunais têm interpretado e aplicado as normas legais e as doutrinas no contexto da responsabilidade civil do Estado em casos de erro judiciário.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considerando os objetivos gerais e específicos traçados na presente pesquisa, O estudo concentrou-se na análise da responsabilidade civil do Estado frente a erros judiciários, explorando a evolução histórica do conceito e examinando a responsabilização e o dever de indenizar em tais casos. A pesquisa iniciou-se com uma análise das constituições ao longo da história, revelando a transformação constante desse conceito influenciada por diversos fatores. A abordagem prática envolveu procedimentos, órgãos responsáveis e princípios fundamentais da Constituição brasileira, além de casos notórios.

A análise concluiu com uma incursão nos erros judiciários nas esferas cíveis e criminais, reflexionando sobre casos reais e suas implicações. A constatação central foi a responsabilidade objetiva do Estado por danos causados a terceiros. A história da responsabilidade civil destacou sua importância para legisladores na elaboração de normas modernas. O erro judiciário, decorrente de ilegalidades, exige reparação pelo Estado, visando amenizar os prejuízos decorrentes de decisões injustas.

O trabalho contribui teoricamente e serve como ferramenta informativa, evidenciando que o Estado possui responsabilidade diante de erros judiciários. A responsabilidade civil é definida objetivamente como a obrigação de assumir as consequências jurídicas de atos praticados por agentes públicos. O compromisso do Estado em indenizar vítimas é essencial. Apesar das respostas minuciosas aos questionamentos iniciais, reconhece-se a necessidade contínua de pesquisa e reflexão, sendo este estudo um ponto de partida para uma compreensão mais profunda e abrangente da complexa questão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16/11/2023.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil.** 10. ed. São Paulo. Atlas, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** responsabilidade civil. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 7.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NETTO, Felipe Peixoto Braga. **Manual de Responsabilidade Civil do Estado:** À luz da jurisprudência do STF e do STJ e da teoria dos direitos fundamentais. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: AS GARANTIAS DO DIREITO POLÍTICO À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL

Ana Meire Silvestre Cambé Jucá¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: meirejuca@hotmail.com), Jéfter de Oliveira Sobreira², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar a relação entre a improbidade administrativa e as garantias do Direito Político, à luz do Direito Constitucional. A improbidade administrativa é um tema de extrema relevância para a sociedade, pois envolve atos ilícitos cometidos por agentes públicos, que comprometem a ética e a moralidade na gestão dos recursos públicos. Neste estudo, serão exploradas as implicações da improbidade administrativa sobre o exercício do direito político dos cidadãos, considerando as prerrogativas fundamentais previstas na Constituição. Serão examinados os mecanismos de proteção e garantias para o pleno exercício dos direitos políticos, tais como o direito de votar, de ser votado e de participar ativamente na vida política do país. Serão abordados os instrumentos legais e jurisprudenciais que visam combater a improbidade administrativa, destacando-se a Lei de Improbidade Administrativa, as punições cabíveis e as medidas de prevenção. Será dada ênfase aos princípios constitucionais que fundamentam o combate à improbidade administrativa, como a moralidade, a legalidade e a probidade. Por fim, será realizada uma análise crítica sobre a efetividade das garantias do direito político no contexto da improbidade administrativa, identificando possíveis lacunas e propondo recomendações para aprimorar a proteção dos direitos políticos dos cidadãos diante da conduta ímpresa por parte dos agentes públicos. Este estudo pretende contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados no enfrentamento da improbidade administrativa e para o fortalecimento das garantias do direito político, visando promover uma gestão pública ética, transparente e comprometida com o interesse coletivo.

Palavras-chave: improbidade administrativa; direito político; direito constitucional;

INTRODUÇÃO

A improbidade administrativa é um fenômeno que afeta a Administração Pública e tem consequências significativas para o exercício do direito político dos agentes públicos envolvidos. A conduta ímpresa compromete a ética, a legalidade e a probidade no trato da coisa pública, minando a confiança da sociedade nas instituições e nos seus representantes políticos. Nesse contexto, é fundamental compreender as garantias previstas no direito constitucional que visam assegurar a plenitude e o respeito ao direito político dos indivíduos.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a improbidade administrativa e as garantias do direito político à luz do direito constitucional. Para tanto, serão investigados os fundamentos teóricos relacionados à improbidade administrativa, abordando seu conceito, características, legislação aplicável e os diferentes tipos de condutas ímpreas. Além disso, serão explorados os aspectos do direito político, sua importância e as garantias constitucionais a ele relacionadas.

Uma análise das legislações e jurisprudências realizada, especialmente no que se refere às restrições impostas ao exercício dos direitos políticos dos agentes públicos condenados por práticas ímpreas. Será examinada a proporcionalidade das sanções e a presunção de inocência, levando em consideração as tensões existentes entre o combate à corrupção e a garantia dos direitos políticos dos indivíduos envolvidos.

Por meio de estudo de casos práticos, serão evidenciadas as complexidades e os desafios enfrentados na aplicação da lei de improbidade administrativa no que tange às garantias do direito político. Questões relativas à proporcionalidade das sanções, o devido processo legal e a possibilidade de reabilitação dos agentes públicos afetados serão abordadas com o intuito de ampliar o entendimento sobre a temática.

Posteriormente, será realizada uma análise das normas constitucionais que conferem garantias aos cidadãos no exercício de seus direitos políticos, incluindo o direito de votar, ser votado e participar ativamente na vida política do país. Será enfatizado o equilíbrio necessário entre o combate à corrupção e a preservação dos direitos políticos, propondo possíveis reformas ou aprimoramentos no sistema jurídico.

Ao final, as conclusões e recomendações serão apresentadas, visando contribuir para o entendimento e o aprimoramento das garantias do direito político diante da improbidade administrativa. Pretende-se, assim, oferecer subsídios para a reflexão e o aprofundamento do tema, destacando eventuais lacunas legais e sugerindo possíveis medidas que possam fortalecer a proteção dos direitos políticos no contexto da Administração Pública.

A justificativa para esta monografia é o argumento que explica por que o tema é relevante, o que se espera alcançar com o estudo e por que ele merece ser investigado.

Para concluir, consideramos um enriquecimento Acadêmico, onde, explorar essa área interdisciplinar proporciona uma oportunidade única para aprofundar o entendimento das relações entre direito, política e administração pública. Isso contribui para a expansão do conhecimento jurídico e científico em geral.

METODOLOGIA

Esta monografia baseia-se em pesquisa teórica, através da metodologia qualitativa onde foi usada para explorar e aprofundar o entendimento de teorias, conceitos e questões concretas e abstratas. Ao se identificar o conceito-chave, teorias ou ideias que seriam analisados e compreendidas de forma mais profunda, abriu o caminho para a aplicação da metodologia desejada, através da revisão literária, coleta e análise dos dados, contextualização e interpretação das informações coletadas. Em resumo, a metodologia qualitativa desempenhou um papel crucial nesta monografia de pesquisa teórica, pois permitiu uma exploração profunda e enriquecedora de conceitos e teorias, agindo de forma rigorosa e reflexiva, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento na área de estudo.

CONCLUSÃO

A presente monografia explorou de maneira abrangente e profunda o tema das garantias do Direito Político à luz do Direito Constitucional. Ao longo deste estudo, examinamos como a constituição desempenha um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos políticos dos cidadãos, como o direito de votar, de ser eleito, de participar ativamente na vida política e de se associar para fins políticos.

Constatamos que as garantias do Direito Político são a espinha dorsal de qualquer democracia saudável, e sua preservação é crucial para a manutenção do Estado de Direito e da representatividade. No entanto, também identificamos desafios significativos que podem ameaçar essas garantias, como a erosão da confiança nas instituições democráticas, a supressão de direitos políticos em situações de emergência e a manipulação do sistema eleitoral.

Nesse contexto, concluímos que a proteção dos Direitos Políticos requer um compromisso contínuo da sociedade, das autoridades governamentais e das instituições jurídicas em assegurar a integridade e a eficácia das garantias constitucionais. Além disso, enfatizamos a importância

da educação cívica e do engajamento cidadão como elementos fundamentais para fortalecer a democracia e garantir que os direitos políticos sejam exercidos de forma plena e equitativa. Portanto, a pesquisa e a reflexão contínuas sobre as garantias do direito político são essenciais para adaptar e fortalecer nossas democracias em um ambiente em constante evolução.

No entanto, é importante ressaltar que as garantias do direito político não são estáticas e podem enfrentar desafios e ameaças ao longo do tempo. É responsabilidade das instituições democráticas e da sociedade civil trabalhar constantemente para preservar e fortalecer essas garantias, garantindo que o sistema político permaneça aberto, inclusivo e responsável às necessidades e demandas da população.

Em um mundo em constante evolução, onde novas tecnologias e mudanças sociais estão redefinindo a forma como nos envolvemos na política, a análise das garantias do direito político continua sendo um tema relevante e crucial. Portanto, esta monografia contribui para a compreensão e a valorização dessas garantias, destacando sua importância na construção e na manutenção de sociedades democráticas justas e inclusivas.

Em última verificação, esta monografia demonstra a complexidade e a importância dos Direitos Políticos dentro do contexto do Direito Constitucional e destaca a necessidade contínua de vigilância e ação para proteger e fortalecer essas garantias, assegurando assim que nossas sociedades permaneçam verdadeiramente democráticas e representativas.

Concluímos, assim, que a proteção e a promoção das garantias do Direito são elementos essenciais para a preservação dos valores democráticos e a promoção do bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 14.230/2021, de 25 de outubro de 2021. Diário Oficial da União. Brasília, 26 de outubro de 2021.

FERNANDES, Priscila Lima Aguiar. **A aplicabilidade da lei de improbidade administrativa no direito brasileiro, sob a ótica do meio-termo aristotélico**: da impunidade ao excesso de punitivíssimo. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

FERREIRA, Daniel Cubas. **Análise automatizada da execução dos débitos e multas provenientes das decisões do Tribunal de Contas da União**: o protesto como forma de aumentar a efetividade das decisões dos Tribunais de Contas. 2022. 71 f., il. Dissertação (mestrado em Direito) – Universidades de Brasília, Brasília, 2022.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos; VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **Código Eleitoral interpretado**. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO NAS DECISÕES JUDICIAIS SOB O OLHAR DA CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO

Antônio César Mendes da Silva Filho¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: cesar.filho@fvj.br), Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: Alfredonarcisojuridico@gmail.com)

RESUMO

Trata-se de um trabalho de monografia que tem como objetivo analisar uma abordagem panorâmica da hermenêutica jurídica clássica, apontando distinções relevantes e os rumos que a empreitada metodológica de compreensão do Direito vem tomando após as críticas da Hermenêutica Filosófica da tese da lógica do razoável. A metodologia empregada na elaboração deste estudo foi a de pesquisa bibliográfica e científica, consistiu na exposição do pensamento de autores debateram sobre o presente tema. Está dividida didaticamente em três capítulos. A partir desse ponto, o presente texto elucida inicialmente o contexto histórico da hermenêutica jurídica, sua introdução etimológica, finalidade, aplicabilidade e os métodos clássicos utilizados. A hermenêutica jurídica está diretamente ligada a interpretação e aplicação do direito em suas normas, códigos, leis, doutrinas e jurisprudências. Embora o dever de fundamentação das decisões judiciais constitua uma garantia contra o arbítrio de juízes e Tribunais, muitas concepções a seu respeito vêm servindo para fortalecer decisionismos e arbitrariedades. Diante desse quadro, a presente monografia buscará oferecer, sob o olhar da Crítica Hermenêutica do Direito, um contraponto a essas versões fracas acerca do dever da fundamentação, defendendo um dever de fundamentação completa e no direito, respeitando-se, desse modo, a sua autonomia, constituindo um empreendimento democrático no qual o juiz deverá se esforçar para mostrar que a decisão em questão é a melhor (constitucionalmente adequada) para o caso concreto.

Palavras-chave: autonomia do direito; dever de fundamentação; crítica hermenêutica do direito.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade principal analisar a hermenêutica jurídica e seus aspectos fundamentais, refletindo suas concepções históricas, sob a ótica da interpretação jurídica. A origem da palavra hermenêutica deriva do adjetivo grego ao verbo hermenêuein. “Significa declarar, anunciar, interpretar ou esclarecer hermeneutike, também relativo e, por último, traduzir. Apresenta, pois, uma multiplicidade de acepções, as quais, entretanto, coincidem em significar que alguma coisa é ‘tornada compreensível’ ou ‘levada à compreensão’” (CORETH, 1973, p. 1).

Pondera-se então, que faz-se necessário aprofundamento na literatura jurídica, para o entendimento epistemológico do tema para tanto, durante este estudo fez-se vasta análise em obras (livros, revistas, periódicos, sites, legislação e artigos) que tratam do tema da pesquisa, isto porque, o estudo é de cunho bibliográfico com fundamentação em autores clássicos como:

(ANDRADE, 1987), (FERRAZ JÚNIOR, 2003), (GÈNY, 1925), dentre outros que se manifestam à luz da legislação regente, foram revisados os documentos jurídicos, leis dentre as quais destacamos a Constituição Federal e o Código Civil. A questão – problema que gerou a pesquisa foi uma inquietação em torno da seguinte indagação: “Em que parâmetros baseiam-se as decisões judiciais de modo que a lei seja aplicada com justiça, sem que haja imparcialidade?

Este trabalho objetiva na íntegra, apresentar uma visão crítica a respeito das decisões judiciais no ordenamento jurídico brasileiro. E como objetivos específicos: 1. Sintetizar a

hermenêutica jurídica de maneira clara e objetiva. 2. Analisar a interpretação jurídica, a partir da complexidade da compreensão da lei. 3. Refletir sobre a precariedade do dever de fundamentação nas decisões judiciais feitas pelos juízes no ordenamento jurídico brasileiro através das normas, códigos, doutrina e da Constituição Federal.

E está organizado em 5 capítulos, o texto introdutório como primeiro capítulo, o segundo traz o marco teóricos com suas reflexões epistemológicas sobre o tema descrito, no terceiro discorre-se sobre o dever de fundamentação das decisões judiciais sob o olhar da crítica hermenêutica jurídica do direito, o quarto propõe um estudo em torno da decisão do supremo tribunal federal acerca do “Caso Ellwanger” (HC/82424).

E por fim, as considerações finais do estudo com uma sucinta análise sobre o percurso da pesquisa e as conclusões inerentes aos temas pesquisados e expostos. De maneira clara e objetiva, este trabalho monográfico tratou do conjunto de questões emblemáticas e enfáticas que cercam a hermenêutica jurídica, usando-a para fazer uma crítica abrangente e complexa acerca da fundamentação nas decisões judiciais proferidas pelos julgadores sob a luz da Constituição Federal, Código Civil, Doutrina, Jurisprudência e normas pertinentes ao tema.

Considerando as discussões nesta pesquisa, pode-se entender que seus objetivos foram atendidos, sobretudo, quando fica evidente sob uma ótica direcionada à compreensão de que o dever de fundamentação sofreu transformações, sem, contudo, perder seu caráter essencial de garantia contra o arbítrio judicial. Essa monografia não impõe um resultado único ao final, e sim, postula argumentos a favor de incentivar debates e reflexões sobre o conteúdo apresentado.

METODOLOGIA

Esta monografia estruturou-se com fulcro numa pesquisa bibliográfica que, devido ao objeto estudado e ao seu objetivo, tem a seguinte classificação, adotando como referência Sakamoto & Silveira (2019). Quanto à natureza, foi básica e complexa, pois buscou principalmente articulações teóricas que explicam a realidade. Quanto à abordagem, foi qualitativa, ao explicitar o “[...] universo de significados motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2001 *apud* SAKAMOTO; SILVEIRA, 2019, p. 14) que se consolidaram como timoneiros da jurisdição. Quanto aos objetivos, foi explicativa, visto buscar a “[...] causa de determinação do Objeto estudado, aquilo que possa explicá-lo identificando fatores determinantes para sua existência” (SAKAMOTO; SILVEIRA, 2019, p. 37). Quanto ao procedimento, foi bibliográfica e teórica, pois realizou levantamento de referencial bibliográfico concernente ao tema e visou elaborar fundamentos teóricos que expliquem os conceitos da hermenêutica jurídica e seu uso para fazer crítica ao dever de fundamentação nas decisões judiciais.

Logo, observando as transformações do dever de fundamentação no decorrer da história, assim como a origem da hermenêutica jurídica no ponto de partida clássico até o contemporâneo sob a luz de (CORETH, 1973), (ANDRADE, 1987), (FERRAZ JUNIOR, 2003), (GÈNY, 1925), utilizando-se de uma pesquisa básica, explicativa, qualitativa e bibliográfica, por meio do emprego do método dedutivo, verificou-se que elementos jurídicos presentes na hermenêutica jurídica clássica e contemporânea condicionam o dever de fundamentação nas decisões judiciais, para que seja proferida a decisão correta em cada caso, fazendo garantia contra o arbítrio judicial, onde as decisões judiciais devem ser fundamentais no Direito em si e não somente apresentando justificativas racionais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De maneira clara e objetiva, este trabalho monográfico tratou do conjunto de questões emblemáticas e enfáticas que cercam a hermenêutica jurídica, usando-a para fazer uma crítica

abrangente e complexa acerca da fundamentação nas decisões judiciais proferidas pelos julgadores sob a luz da Constituição Federal, Código Civil, Doutrina, Jurisprudência e as Normas, considerando os textos que contribuem e conceituam o entendimento do tema.

Considerando todo o cenário que foi discutido nesta pesquisa, pode-se entender que seus objetivos foram atendidos, sobretudo, quando fica evidente sob uma ótica direcionada à compreensão de que o dever da fundamentação sofreu transformações, sem, contudo, perder seu caráter essencial de garantia contra o arbítrio judicial. Porém, ele deve ser contextualizado a partir dos paradigmas do Constitucionalismo Contemporâneo e do Estado Democrático de Direito, nos quais não mais se admite que o Direito seja predado por discursos morais, políticos e pragmáticos. A princípio foi apresentada introdução sobre a hermenêutica jurídica, apontando sua origem etimológica, utilizando para isso, principalmente, citações de autores, artigos e livros científicos, que possuem um olhar histórico e filosófico.

Na atual quadra da história, não se pode admitir que o dever da fundamentação continue sendo encarado como um mero ônus de justificação racional das escolhas do juiz. Decisão não é escolha, mas, sim, um ato de responsabilidade política da magistratura.

Com muito esforço, o Direito conquistou sua autonomia, de modo que não faz sentido fragilizá-la admitindo que o juiz cumpre com o dever de fundamentação tão somente apresentando justificativas racionais para a sua decisão. As decisões judiciais devem ser fundamentadas no direito em si, Juizes e Tribunais não têm o dever de proferir qualquer decisão.

Devem se empenhar para proferir a decisão correta para o caso (adequada a Constituição); e não basta qualquer fundamentação. As partes, em qualquer processo jurisdicional, têm o direito fundamental que as decisões sejam uma espécie de empreendimento democrático, em que seus argumentos sejam levados a sério e que a autonomia do direito seja respeitada, esforçando-se o órgão julgador para mostrar que a decisão em questão é melhor, de acordo com o direito, para o caso concreto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. A. D. de. **Ensaio sobre a teoria da interpretação das leis** In: FERRARA, Francesco. Interpretação e aplicação das leis. 4. ed. Coimbra: Armênio Amado — Editor Sucessor, 1987.

CORETH, E. **Questões fundamentais de hermenêutica**. Trad. Carlos Lopes de Matos. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

FERRAZ JÚNIOR, T. S. **Interpretação das normas constitucionais**. In: Estudos de direito constitucional. Salvador: Jus Podium, 2003a.

FERRAZ JÚNIOR, T. S. **Introdução ao estudo do direito**. Técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2003b.

GÉNY, F. **Método de interpretación y fuentes en derecho privado positivo**. 2.ed. Madrid: Editorial Reus, 1925.

SAKAMOTO.C.K; SILVEIRA.I.O. Como fazer projetos de iniciação científica. Pia Sociedade de São Paulo - Editora Paulus, 2019.

AUTISMO E SUAS DIMENSÕES: UMA ANÁLISE SOBRE O PAPEL DA FAMÍLIA E A PROTEÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

Bruna Farias dos Santos¹, (Aluna do Curso de Direito da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: bruna.farias@fvj.br); Orientador: Roseane Barbosa Capibaribe², (Professora Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: roseane.capibaribe@unijaguaribe-be.edu.br).

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição de desenvolvimento que geralmente se manifesta em tenra idade, afetando significativamente as habilidades de comunicação, comportamento e interação social. As famílias desempenham um papel crucial no processo, sendo o primeiro ambiente de socialização das pessoas com autismo. Desde o diagnóstico até a busca por direitos, as famílias tornam-se representantes dedicados, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento. O objetivo deste trabalho é refletir sobre o autismo no âmbito dos laços familiares e sua relação com a proteção social fornecida pelo Estado. A pesquisa bibliográfica destaca a importância da aceitação e adaptação da família diante do diagnóstico, especialmente no Brasil, onde o diagnóstico muitas vezes é tardio. A legislação brasileira, respaldada por tratados internacionais, busca garantir direitos fundamentais, como acesso à saúde, educação e assistência social, exemplificados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Leis recentes, como a Lei Berenice Piana, Lei Romeo Mion e Lei de 2023, reforçam esse compromisso, destacando a importância da colaboração com profissionais de saúde para melhorar o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas com TEA.

Palavras-chave: autismo; família; proteção social; direitos fundamentais.

INTRODUÇÃO

A complexidade do TEA se revela nas múltiplas dimensões que influenciam não apenas a vida da pessoa diagnosticada, mas também a de seus familiares e o contexto social em que estão inseridos. Este trabalho, intitulado "Autismo e suas Dimensões: Uma Análise sobre o Papel da Família e a Proteção Social para Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista – TEA," visa aprofundar a compreensão dessas interações complexas, explorando o papel crucial desempenhado pela família e a necessária proteção social para garantir o bem-estar e a inclusão de indivíduos com TEA. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre o autismo no âmbito dos laços familiares e sua relação com a proteção social fornecida pelo Estado.

A falta de compreensão pública sobre o autismo, aliada à escassez de recursos e apoio especializado, torna imperativa a investigação aprofundada das dinâmicas familiares e da proteção social disponível. Este estudo pretende preencher lacunas de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias eficazes de apoio, tanto por parte das famílias quanto das políticas sociais, visando uma sociedade mais inclusiva. A partir do exposto, busca-se responder a seguinte indagação: Como as dinâmicas familiares e a proteção social estão interligadas na jornada dos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), desde o momento do diagnóstico até a busca pela garantia de seus direitos, e de que maneira esses elementos influenciam o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas com TEA?

A escolha desta temática emerge da urgência em compreender as nuances que envolvem o universo do TEA, especialmente no que diz respeito ao papel desempenhado pela família e à proteção social necessária para proporcionar uma vida plena e digna as pessoas afetadas. A relevância deste estudo reside na compreensão de que o TEA não é apenas uma

condição individual, mas sim uma experiência compartilhada por famílias inteiras, que enfrentam desafios únicos e muitas vezes desafiadores.

O trabalho, dividido em três capítulos, proporciona uma compreensão abrangente do Transtorno do Espectro Autista (TEA). O primeiro capítulo explora o TEA e a Importância do Apoio Familiar, abordando definições, a história das pessoas com deficiência e a relevância do diagnóstico precoce. O segundo capítulo examina os Direitos Fundamentais das pessoas TEA, incluindo políticas sociais como o BPC-LOAS e legislação brasileira relevante. O terceiro capítulo aborda o Direito à Educação e a Inclusão Social no Brasil, explorando conceitos, efetividade do ensino regular e implicações da não inclusão de crianças com deficiência.

MARCO TEÓRICO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa do neurodesenvolvimento que impacta a comunicação, interação social e comportamentos repetitivos em diferentes níveis de gravidade. Este capítulo abordará as características, causas e conceitos do TEA, baseando-se em legislação, doutrinas e jurisprudências.

Características e Causas do TEA: O TEA apresenta uma ampla gama de sintomas, dificultando a compreensão e o diagnóstico preciso. Pesquisas sugerem que fatores genéticos e ambientais desempenham papéis importantes. Indivíduos com histórico familiar de TEA têm maior propensão ao transtorno, destacando seu componente genético. Fatores ambientais, como exposição pré-natal a toxinas, também foram associados ao risco de TEA, destacando a complexidade multifatorial da condição.

Diagnóstico Precoce e Intervenção: O diagnóstico precoce do TEA, preferencialmente antes dos três anos de idade, é crucial. Nos Estados Unidos, esse diagnóstico ocorre antes dos 3 anos, mas no Brasil, o atraso na identificação contribui para dificuldades adicionais. A intervenção precoce é fundamental, estimulando os neurônios responsáveis pela comunicação e relacionamentos sociais na fase apropriada, apoiando o desenvolvimento infantil.

Evolução nos Critérios Diagnósticos: CID-10 e a Quinta Edição do DSM: Até 2013, o diagnóstico baseava-se no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e na Classificação Internacional de Doenças (CID-10). A revisão em 2013 adotou o termo "Transtorno do Espectro Autista" (TEA), superando terminologias anteriores e enfatizando a complexidade do transtorno.

Manifestações e Diferenciação com a Síndrome de Asperger: As manifestações do TEA incluem dificuldades na interação social, comportamentos estereotipados, limitação de interesses e resistência à mudança. A Síndrome de Asperger, apesar de características semelhantes, difere pela ausência de atrasos na linguagem e habilidades cognitivas, ressaltando a importância do diagnóstico diferencial.

Direitos e Legislação Relacionados ao TEA: A invisibilidade histórica das pessoas com deficiência, incluindo autismo, destaca a importância da discussão e busca de informações para garantir direitos. A Lei Berenice Piana de 2012, e outras normativas, refletem avanços legais no Brasil em direção à proteção dos direitos das pessoas com TEA.

Direito à Saúde e Normativas Internacionais: Normativas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e convenções específicas, destacam o direito à saúde, incluindo serviços médicos e terapêuticos para pessoas com TEA.

Direitos Constitucionais e Inclusão Social: A Constituição Federal de 1988 garante direitos fundamentais, incluindo à vida, liberdade e igualdade, reforçando o compromisso do Brasil com a inclusão. Leis específicas asseguram direitos das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA.

Inclusão Educacional e Acessibilidade: A inclusão escolar é vital para o desenvolvimento de crianças com deficiência, incluindo TEA. Mudanças estruturais nas escolas, formação de professores e medidas de acessibilidade são necessárias para promover uma educação inclusiva e igualitária.

Desafios e Discriminação: A Não Inclusão de Crianças com Deficiência: A não inclusão de crianças com deficiência, incluindo TEA, no sistema educacional brasileiro é discriminatória e perpetua estereótipos prejudiciais. Isso afeta negativamente o desenvolvimento, a saúde mental e as oportunidades futuras dessas crianças.

Conclusão: O panorama apresentado destaca a complexidade do TEA, a evolução nos critérios diagnósticos, os direitos legais e a importância da inclusão social. Este marco teórico fornece a base para a análise crítica do contexto legal e social que envolve o TEA, oferecendo subsídios para propostas de melhoria na garantia de direitos e inclusão plena.

METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos deste estudo envolvem uma pesquisa bibliográfica científica e documental, utilizando doutrinas de autores renomados como Remédio (2021), Vilela (2019), Paiva Junior (2019), Pereira (2021), e Camargo (2019). A abordagem qualitativa permite uma análise crítica aprofundada do fenômeno social do TEA, enquanto os objetivos exploratórios e descritivos buscam uma compreensão profunda do tema. Essa pesquisa contribuirá para preencher lacunas de conhecimento, promovendo uma compreensão mais abrangente das dimensões do autismo e fornecendo subsídios para políticas sociais e estratégias de suporte mais eficazes.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os direitos fundamentais das pessoas do Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm sido objeto de atenção crescente, refletindo a necessidade de garantir a inclusão e a qualidade de vida dessas pessoas. O Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS) destaca-se como uma importante política social no Brasil, oferecendo suporte financeiro a pessoas com TEA e suas famílias. Além disso, leis como a de Berenice Piana, Romeo Mion e a Lei de 2023 com o símbolo de identificação, são passos cruciais na proteção dos direitos das pessoas com TEA, fortalecendo a luta por uma sociedade mais inclusiva.

O direito à educação e a promoção da inclusão social são fundamentais para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este capítulo explora aspectos conceituais e jurídicos da inclusão social, enfocando a efetividade do ensino regular e os desafios enfrentados pelas crianças com deficiência no Brasil. A não inclusão pode ter implicações significativas no desenvolvimento e bem-estar dessas crianças, tornando crucial a análise crítica das políticas educacionais existentes e a proposição de estratégias para promover uma educação inclusiva.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que impacta significativamente a vida dos afetados. Destacamos a importância do diagnóstico precoce para intervenções eficazes. As leis brasileiras, como a Lei Berenice Piana e a Lei Romeo Mion, e a recente Lei de 2023, são marcos na proteção dos direitos das pessoas com TEA. O apoio familiar é crucial, não apenas emocionalmente, mas na criação de ambientes propícios ao desenvolvimento. A aceitação e adaptação da família são essenciais, especialmente considerando o diagnóstico tardio no contexto brasileiro. A legislação brasileira, respaldada por tratados internacionais, busca garantir acesso à saúde, educação e assistência social para pessoas com TEA. A inclusão social, especialmente na educação, é desafiadora, mas reflete o comprometimento do Brasil com uma sociedade mais igualitária.

Este estudo ressalta a importância da conscientização sobre o TEA, buscando promover uma compreensão mais ampla e compassiva. O conhecimento, aliado a políticas públicas eficazes e uma atitude inclusiva, é fundamental para garantir que as pessoas com TEA alcancem seu potencial máximo e participem plenamente da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Andressa Rodrigues de Magalhães, 2021. **Inclusão escolar de crianças e adolescentes com transtorno de espectro autista (TEA) a efetividade da legislação no município de Goiânia**. Disponível em:
<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1444>. Acesso em: 18 set. 2023.
- BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
- BRASIL. **Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.html. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BRASIL. **[Código Civil (2002)]**. Brasília, DF: Senado Federal, 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 07 nov. 2023.
- BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 nov. 2023.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Bruno Leonardo de Lima Luccas¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe);
E-mail: bruno.luccas@fvj.br; Esp. Sandro L. B. Novais², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: sandro.novaes@fvj.br).

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é demonstrar que os Direitos Fundamentais são resultado de uma evolução histórica em prol de uma sociedade justa, e diferem dos Direitos Humanos, mas estão intimamente relacionados com o princípio da dignidade da pessoa humana, o qual pressupõe que todo ser humano deve possuir um mínimo existencial para ter uma vida digna. Com base nisso, cientes da importância destes direitos para as crianças e adolescentes, esta pesquisa, faz uma breve análise da legislação brasileira e das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes com intuito de identificar como as tem tratado enquanto sujeitos de direitos, buscando apresentar o rol dos direitos essenciais das crianças e adolescentes elencados em nossa Constituição Federal de 1988 e na Lei n. 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Neste trabalho foram apresentados os direitos sociais direcionadas a crianças e adolescentes, com destaque para a educação, considerado um direito de igualdade, que proporciona o desenvolvimento da criança e adolescentes, a fim de formá-los humanamente para ser um cidadão capaz de atuar criticamente na sociedade que vivemos.

Palavras-Chave: ECA; direitos humanos; direitos fundamentais; direito da crianças; direito do adolescente.

INTRODUÇÃO

Este projeto tem por objetivo pesquisar sobre o assunto de Direitos Humanos, sobre as violações das pessoas e observar como os Direitos Humanos regem a sociedade o Estado e o indivíduo.

Campos (1992) mantém-se ainda acesso à polêmica na busca da identificação da natureza dos direitos humanos, ou seja, se são direitos naturais e inatos, ou direitos positivos e históricos, levando em conta a ideia principal de cada um. Vale ressaltar também que, a noção de direitos fundamentais está intimamente relacionada com o princípio da dignidade da pessoa humana, o qual pressupõe que todo ser humano deve possuir um mínimo existencial para ter uma vida digna.

Conforme ensina Castilho (2012), a dignidade humana é a “peça chave” dos direitos humanos, ou seja, é o fundamento que valida à existência dos direitos inerentes a dignidade da pessoa humana. Os direitos humanos são importantes para todos nós, independentemente da condição social, sexo, orientação sexual, idade, opinião política, e condição social.

Os direitos humanos são importantes para todos nós, independentemente da condição social, sexo, orientação sexual, idade, opinião política ou raça. Bem como rege a relação entre o Estado, o indivíduo e as obrigações entre eles.

Nessa direção, o objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso é analisar as políticas públicas que resguardam os direitos das crianças e dos adolescentes, especificamente aquelas relacionadas à dignidade de tais pessoas, o que também leva à discussão de questões sociais e violações de tais prerrogativas.

Já os objetivos específicos desta pesquisa são os seguintes: (a) apresentar o rol de direitos fundamentais das crianças e adolescentes constantes em nossa Constituição Federal de 1988 e na Lei n. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) correlacionados mais

intimamente ao princípio da dignidade da pessoa humana; (b) apresentar as políticas públicas direcionadas à implementação de tais direitos das crianças e adolescentes; (c) investigar a efetividade das mencionadas políticas; (d) e identificar as situações que configurem violações de tais direitos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método escolhido foi à pesquisa bibliográfica, pois é uma maneira de pesquisar, solucionar e responder ou até mesmo se aprofundar sobre um fenômeno que se pretende investigar. A pesquisa bibliográfica foi escolhida por ser método investigativo que dispõe de diversas fontes como artigos, revistas, livros, acervo físico e digital facilitando assim a introdução ao assunto a ser debatido.

A técnica utilizada é a pesquisa exploratória da literatura existente, através da análise de obras como fontes. Em geral, foram utilizados livros e artigos científicos de forma qualitativa interpretando e analisando os dados e os significados fenômenos que surgirem ao longo deste trabalho.

A técnica de pesquisa utilizada foi acesso à internet, revisão de literatura e direito comparado. Através da pesquisa pode-se aliar o uso do conceito dado pelos autores e compará-los com o que pensam os mais renomados doutrinadores, além de fazer uso de fontes secundárias quando necessário.

RESULTADOS

Os avanços, no entanto, não chegaram a todos. Embora o percentual de estudantes na escola cresça, a exclusão escolar persiste. Em 2019, havia quase 1,1 milhão crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola no Brasil. A exclusão afeta principalmente as camadas mais vulneráveis da população, já privadas de outros direitos.

Além do desafio de acesso escolar, há quem esteja na escola sem aprender. O sistema de educação brasileiro não tem sido capaz de garantir oportunidades de aprendizagem a todos.

Portanto pode-se concluir que o grupo de Crianças e adolescentes, pobres, LGBT, com deficiência – entre outros –, sofrem mais com a discriminação, a gravidez na adolescência e a necessidade de trabalhar também afastam muitos estudantes da escola. Esses e outros fatores levam ao cenário atual de exclusão e vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como foco analisar as políticas públicas que resguardam os direitos das crianças e dos adolescentes, principalmente os direitos relacionados à dignidade do público supracitado, o que nos conduziu a perpassar por discussões que tocaram em questões sociais e educacionais.

REFERÊNCIAS

BELTRAMELLI NETO, Silvio. **Direitos humanos**. Salvador: Juspodivm, 2014.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

MORAES, Fernanda Luz. **O direito fundamental à educação de crianças e adolescentes e os instrumentos jurídicos para redução da infrequência/evasão escolar**. 2014. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2017/03/fernanda_moraes_2014_2.pdf. Acesso: 20 out. 2023.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7867267/mod_resource/content/1/A_afirmacao_historica_dos_direitos_human%20%281%29.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA: O IMPACTO GERADO NA SOCIEDADE RURAL

Calebe Alexandre Silva¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, e-mail: calebe.silva@fvj.br); Orientadora: **Sara Lima dos Santos²,** (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: sara.santos@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O presente estudo busca analisar o sistema da previdência social brasileira, no tocante a reforma da previdência. É abordado todo o contexto histórico da previdência, destacando a sua notável evolução desde os primórdios até os dias atuais. São trazidos conceitos de importantes nomes da história brasileira, como Karl Marx, Maria Batich e Luiz Fernando Silva, para embasar e dar sustentação à temática abordada. É mostrado as formas que surgiram de aposentadorias e auxílios ao longo dos anos e as formas de concessão. A forma de governo do brasil também foi explicitada nos capítulos da presente monografia, como maneira de contextualizar as diferentes épocas e surgimento de cada evolução da previdência. São usados também artigos da Constituição Federal no primeiro capítulo para a definição do tema da previdência e artigos de opinião de renomados juristas. Ainda no primeiro capítulo são mostradas as mudanças introduzidas com a reforma da previdência e os critérios para cálculo da aposentadoria. No segundo capítulos são destacados os pontos positivos e negativos no tocante à reforma da previdência para os trabalhadores rurais, demonstrando os impactos que a referida reforma gerou na qualidade de vida de cada um desses trabalhadores. Ainda nesse capítulo são mostradas as realidades dos trabalhadores rurais desde os tempos primórdios até os atuais, além de traçar as diferenças da aposentadoria antes e depois da reforma. No terceiro e último capítulo são analisadas as repercussões da nova reforma da previdência, sendo detalhado minuciosamente o impacto das mudanças, a sobrevida dos 65 anos e sobre a questão do seguro rural, sendo informações amplamente necessárias para o entendimento da reforma da previdência e dos trabalhadores rurais como um todo.

Palavras-chaves: previdência socia; trabalhador rural; reforma da previdência; aposentadoria.

INTRODUÇÃO

Esta monografia aborda sobre a importância da Previdência Social no Brasil, abordando seu início no século XVII após a Revolução Industrial e a criação de normas mínimas pela OIT em 1919. Discute-se a garantia de direitos, como aposentadoria para funcionários dos Correios em 1988, e criação de caixa de socorro para ferroviários. São mencionadas as reformas de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), além da controversa proposta de 2016 que buscava alterar significativamente as condições para aposentadoria. A análise ressalta a continuidade da agenda de reformas no governo Jair Messias Bolsonaro, com a PEC 6/2019, visando modificar regimes previdenciários para públicos, militares, parlamentares, trabalhadores rurais e urbanos. Destaca-se a preocupação com os impactos nas condições dos trabalhadores rurais, representantes significativos da economia agrícola brasileira, muitos dos quais atuam de forma informal. A taxa de informalidade no meio rural está atingindo 60%, e isso é apontado como um desafio para a Previdência Social. A dificuldade em adquirir documentos, somada às mudanças nas regras de aposentadoria, cria obstáculos para os trabalhadores rurais. A reforma é vista como uma resposta à necessidade de equilibrar as contas públicas diante do aumento populacional. O texto conclui ressaltando o envelhecimento populacional como uma das razões para a reforma, destacando a equidade e justiça social, e antecipa a intenção de analisar os impactos positivos e negativos da reforma da previdência no meio rural.

METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica, sendo utilizada a partir do conteúdo encontrado em livros, artigos, dissertações, teses, leis, doutrinas e jurisprudências; sem manipulá-los, sendo escolhidos informações de fácil acesso ao público, através das mídias. A pesquisa bibliográfica foi usada nesta monografia a partir do levantamento de referência teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como páginas de web sites, artigos e livros. As informações retiradas das pesquisas bibliográficas foram de suma importância para a construção da minha monografia. Com o recurso a fontes secundárias, de doutrinas de renomados juristas e personalidades sobre o tema tratado, presente em livros, legislação e artigos, usados durante os três capítulos abordados sobre o tema da nova reforma da previdência no âmbito rural.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Esta monografia abordou sobre a importância da Previdência Social, destacando sua evolução desde o século XVII até o século XXI, com ênfase nas leis e marcos históricos, como a Lei Eloy Chaves. Analisa as reformas previdenciárias recentes, enfocando os desafios enfrentados pelos beneficiários rurais, especialmente os agricultores, e a falta de reconhecimento do governo em relação à contribuição desses trabalhadores para a economia. A pesquisa destaca a informalidade entre os trabalhadores rurais, que enfrentam dificuldades de documentação para garantir benefícios previdenciários, mesmo ao atingir a idade mínima de aposentadoria. Menciona as longas jornadas de trabalho, exposição a condições adversas e a necessidade de amparo financeiro devido às novas regras de contribuição. Além disso, cita estudos que apontam os impactos negativos na saúde dos trabalhadores rurais, relacionando as penosidades do trabalho ao aumento de problemas crônicos e riscos de câncer de pele. Propõe a necessidade de uma nova reforma previdenciária, sugerindo a redução da idade mínima para homens e mulheres, mantendo os 15 anos de contribuição, como forma de facilitar o acesso à previdência e reconhecer as condições diárias dos trabalhadores rurais. A pesquisa conclui ressaltando a importância do amparo governamental aos trabalhadores rurais e critica as reformas recentes por agravarem a pobreza, prejudicando a acessibilidade aos benefícios previdenciários.

REFERÊNCIAS

GRAY, John. **Max estava certo... sobre o capitalismo.** BBC News Brasil. 18 de setembro de 2011. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/09/110918_marx_capitalismo_jf. Acesso em: 08 set 2023.

VASCONCELOS, João Paulo de. **História da previdência no Brasil.** Politize. 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/historia-da-previdencia-no-brasil/>. Acesso em: 10 nov 2023.

WESTIN, Ricardo. **Primeira lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos.** Senado Federal. Brasília-DF. Disponível:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>. Acesso 18 out 2023.

O FISHING EXPEDITION E SEUS REFLEXOS NO SISTEMA DEMOCRÁTICO: A PRÁTICA DE INVESTIGAÇÕES ESPECULATIVAS INDISCRIMINADAS NO PROCESSO PENAL

Celena Alves Matias¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE, e-mail: celenaalves354@gmail.com); José Lucas da Silva², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: jose.lucas@aracati.ce.gov.br)

RESUMO

Objetiva-se explorar de maneira aprofundada o instituto *Fishing Expedition* (pescaria probatória), temática relacionada à busca por evidências indiscriminada ou invasiva. A monografia busca fazer uma análise das práticas investigativas, questionando se estas respeitam os princípios legais e constitucionais, bem como seus impactos nos direitos individuais, quais sejam: Direito à privacidade; à proteção contra autoincriminação, bem como o Direito à eficiência processual, na justiça e no sistema democrático. A pesquisa recorre de estudos desenvolvidos por doutrinadores, bem como, da análise de fontes legislativas do CPP e CF além da verificação de jurisprudências e decisões judiciais proferidas no que concerne ao tema em questão. Procurou-se analisar se os Mandados de Busca e Apreensão estão em consonância com o devido processo legal. Além do mais, buscou-se analisar como se dar a admissibilidade de provas no âmbito processual penal. Para alcançar esse propósito, foram realizadas pesquisas sobre a temática, e apresentados os pontos necessários ao diagnóstico da ocorrência do *Fishing Expedition*. O problema a ser questionado, resume-se em: as investigações amplas e indiscriminadas, em que as autoridades de aplicação da lei coletam evidências especulativas, sem uma base sólida de suspeitas ou indícios concretos, é compatível com o ordenamento jurídico brasileiro? Tais investigações não são compatíveis com os princípios estabelecidos na constituição federal de 1988, uma vez que em um processo judicial, qualquer evidência coletada de forma especulativa ou sem base sólida de suspeitas pode ser considerada ilegal e anulada. Por conseguinte, o trabalho foi dividido da seguinte forma: inicialmente, foi dissertado sobre Estado, processo e prova, sobre como o Estado desempenha seu papel diante da sociedade e na criação das execuções das leis. Em seguida, foi apresentado a origem e o conceito do *Fishing Expedition*. Por fim, foi feito um estudo de casos com ocorrência do *Fishing Expedition*, dando ênfase nos mandados genéricos e coletivos, para verificar se estão de acordo com os postulados da Constituição Federal. Em suma, é importante ressaltar que, ao entender a complexidade do tema em questão, pode-se construir uma compreensão mais profunda e esclarecida do fenômeno.

Palavras-chave: *Fishing Expedition*; Constituição Federal; Direito.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo fornecer um estudo detalhado do fenômeno “*Fishing Expedition*” (pesca probatória). Esta temática está relacionada a busca especulativa de elementos capazes de levar alguém à responsabilidade penal, seja no ambiente físico ou digital, sem “causa provável”, objetivo definido, finalidade concreta ou para além dos limites autorizados (desvio de finalidade). Além disso, a pesquisa tem o propósito de apresentar sua relevância e suas implicações no sistema democrático.

Outrossim, é de suma importância compreender o surgimento do termo *Fishing Expedition*, para melhor compreensão. Em português significa uma “pesca probatória”, tendo suas raízes na linguagem coloquial, é comumente usada no domínio jurídico para se referir as investigações amplas e indiscriminadas, sem motivo ou suspeita específica com o objetivo de

encontrar evidências de irregularidades ou crimes, como mencionado anteriormente.

Para tanto, escolheu-se analisar casos específicos que ilustrem as implicações legais, ocasionadas pelo presente instituto. No entanto, em muitos sistemas legais, essa prática é ilegal e inconstitucional, e qualquer evidência obtida por meio de uma "expedição de pesca" pode ser excluída de um processo legal. Outrossim, o objetivo geral da pesquisa é avaliar as consequências éticas e legais da conduta de investigação em ambientes jurídicos, com ênfase em garantir a proteção dos direitos individuais e a justiça.

Todavia, os objetivos específicos deste trabalho, é examinar a legislação atual e decisões judiciais relacionada a temática em diferentes jurisdições; explorar os impactos nos direitos individuais; investigar e analisar os casos relevantes que tenha ocorrido esse fenômeno, identificando os desafios enfrentados pelos tribunais ao lidar com evidências obtidas por meio de *fishing expedition*; examinar as possíveis soluções propostas pelos especialistas para equilibrar a necessidade de investigação com a proteção dos direitos individuais e por fim, verificar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em relação ao uso sistemático dos Mandados de Busca e Apreensão genéricos.

Partindo deste raciocínio, a motivação para a elaboração deste trabalho emergiu da importância de mostrar como é relevante essa pesquisa, para garantir a proteção dos direitos individuais, como o direito à privacidade, o devido processo legal, e a presunção de inocência, que são fundamentais em um sistema de justiça justo.

Da mesma maneira, a temática é relevante por várias razões, como por exemplo, no contexto jurídico essa "pesca probatória" pode ser conflitante e pode violar os fundamentos do devido processo legal, ou seja, estudar casos legais relacionados a esse método pode contribuir para discussões posteriores sobre a justiça e a ética no sistema, da mesma forma pode contribuir para a criação de diretrizes éticas para investigações, garantindo que estas sejam conduzidas de maneira justa e transparente, além de ajudar na criação de políticas e regulamentos que regulem seu uso.

Em resumo, a prática conhecida como *Fishing Expedition*, no domínio jurídico tem sido objeto de grande debate e discussão, por isso, sua utilização indevida do processo de descoberta de evidências levanta questões éticas, legais e processuais importantes, apesar do fato de que esse processo é essencial para o sistema judicial.

É importante ressaltar que, embora a pesca probatória possa ser vista como uma tática desleal em muitas situações, a descoberta de evidências legítimas continua a ser um componente essencial na busca pela verdade e na administração da justiça. Como resultado, é fundamental encontrar uma maneira de equilibrar a necessidade de obter informações pertinentes com a proteção dos direitos individuais de cada um.

À medida em que o debate sobre o instituto continua, é essencial que as jurisdições continuem criando regras e regulamentos claros que regulamentem essas atividades. Em última análise, este estudo mostra que essa temática é complicada e variada, exigindo uma abordagem cuidadosa e equilibrada para garantir que o sistema de justiça cumpra sua função de forma eficaz e justa.

METODOLOGIA

O trabalho monográfico adotou uma abordagem qualitativa, com o objetivo de fornecer um estudo detalhado do instituto *Fishing Expedition* (pescaria probatória). Em relação a natureza, foi básica, uma vez que buscou aprofundar o conhecimento sobre a temática no contexto atual. Quanto aos objetivos, foi descritiva, tendo em vista, uma análise feita minuciosamente da legislação atual e decisões judiciais relacionada a temática em diferentes jurisdições. Quanto ao procedimento, foi bibliográfica, pois realizou levantamento de referencial bibliográfico concernente ao tema tratado.

O método utilizado foi o indutivo, devido aos casos específicos estudados em que se verifica a ocorrência do *Fishing Expedition*, onde se fez necessário fazer uma análise da legislação atual e decisões judiciais relacionadas ao tema, dando ênfase aos Mandados de Busca e Apreensão genéricos e coletivos.

Além do mais, foi realizado um estudo de artigos acadêmicos, jurisprudências, e as questões legais, éticas e práticas relacionadas ao instituto. Sendo assim, esta verificação revelou que quando o instituto em questão é permitido sem restrições suficientes, os direitos individuais são feridos.

CONCLUSÃO

Ao longo deste Trabalho exploramos a intrigante e, por vezes, controversa estratégia de pesquisa conhecida como "*fishing expedition*", e a prática de investigações especulativas indiscriminadas no Processo Penal, analisando-se se a sua utilização estaria em conformidade com as leis brasileiras e com a Constituição Federal de 1988, bem como com os princípios que regem o processo penal. Portanto, à medida que concluímos esta investigação, algumas conclusões e reflexões merecem destaque.

No contexto jurídico, observou-se que a busca indiscriminada por informações sem um objetivo de pesquisa definido frequentemente coloca a privacidade e os direitos individuais dos indivíduos em risco. Isso pode resultar em abusos e injustiças que prejudicam nossa sociedade e nosso sistema de justiça, bem como a falta de direção e foco pode resultar em investigações intermináveis e caras, prejudicando os processos legais.

Em vista dessas preocupações, é fundamental que a comunidade acadêmica, jurídica e de pesquisa analise cuidadosamente os riscos da "pescaria probatória". Para garantir que essa abordagem não seja abusada e que os direitos individuais sejam protegidos, regulamentação e supervisão rigorosas devem ser implementadas.

Outrossim, em um primeiro momento, foi dado destaque a uma análise fundamental do tema aqui discutido: a prova. Objetivou-se a compreensão da figura da prova ilícita e suas consequências no Código de Processo Penal, para que não haja irregularidades nas provas obtidas. Além disso, foi dissertado sobre o privilégio contra a autoincriminação e como se dar as suas limitações, uma vez que a vedação do *Fishing Expedition* é vista como uma consequência lógica da proteção contra a autoincriminação.

Por outro lado, a pesquisa objetivou investigar sobre a origem da pescaria probatória e seu significado e como se constituiria esta técnica, e quais seriam os casos que foi identificado esta ocorrência, cuja aplicação pode ser feita tanto na legislação processual quanto nos tribunais nacionais, além de ressaltar a violação das garantias fundamentais na realização deste instituto. Em seguida, buscou-se trazer alguns entendimentos judiciais e situações fáticas que poderiam ajudar na compreensão do tema, com o objetivo de demonstrar as possíveis implicações que o instituto ocasiona ao processo penal, e ao direito que este protege. Sendo assim, a pesquisa permitiu uma avaliação de casos notáveis em que a "pescaria probatória" foi amplamente utilizada no campo jurídico.

Contudo, esses exemplos mostram a versatilidade e a capacidade dessa abordagem de produzir descobertas surpreendentes e úteis, bem como a verificação da jurisprudência e decisões judiciais dos tribunais, trazendo casos concretos e decisões proferidas destes. Feito isso, também se realizou uma análise acerca dos Mandados de Busca e Apreensão genéricos e coletivos, e se esses estão em conformidade com o ordenamento jurídico, para isso houve o estudo das disposições constantes na legislação processual penal e constitucional.

Foi observado que, a maior parte da doutrina e da jurisprudência entende que esta diligência fere os dispositivos da ordem constitucional e infraconstitucional. É notório que a busca e apreensão está em conformidade com a Constituição Federal quando excepciona as

hipóteses em que é cabível adentrar na residência do indivíduo sem a sua permissão, como nos casos em flagrante delito, tema este destacado ao longo do trabalho. Além do mais, observa-se que os mandados genéricos e coletivos são somente realizados em locais periféricos, com alvo de público mais pobres, que já sofrem diversos outros tipos de restrições de seus direitos. Portanto, essa sociedade atingida jamais deve tolerar a atenuação das suas garantias fundamentais.

Então, apesar de tal instrumento ter sua utilização nas investigações policiais, a mesma não encontra amparo na legislação brasileira. Pelo contrário, são inconstitucionais e ilegais, pois ferem os princípios que regem o Processo Penal e seus dispositivos, além de desrespeitar os direitos fundamentais do indivíduo, dentre eles: o direito da intimidade e da vida privada. Portanto, é fundamental que o poder judiciário busque repelir ações que violem os direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

AACRIMESC, P. A prática das fishing expeditions nas ações penais e o entendimento dos tribunais superiores. Disponível em: <https://aacrimesc.org.br/a-pratica-das-fishing-expeditions-nas-acoes-penais-e-o-entendimento-dos-tribunais-superiores/#:~:text=A%20pr%C3%A1tica%20das%20fishing%20expeditions%20configura%20%E2%80%9Ca%20procura%20especulativa%2C%20no>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ADMISSIBILIDADE das provas ilícitas no processo penal - **Brasil Escola.** Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/admissibilidade-das-provas-ilicitas-no-processo-penal.htm#:~:text=As%20provas%20il%C3%ADcitas%20s%C3%A3o%20aqueelas>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ADVOCACIA, G. & S. Investigação Criminal: Entenda Tudo Sobre o Assunto. Disponível em: <https://www.galvaoesilva.com/investigacao-criminal/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

A INTERVENÇÃO Federal no Rio De Janeiro e as Organizações da Sociedade Civil Relatório de Pesquisa. [s. l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8695182358intervencaofederalrio.pdf>.

ANY MIRANDA, M. O Dano em Investigação Criminal na Busca e Apreensão de Provas Ilícitas. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/mandado-generico/933931050#_ftn76.

A PRÁTICA de fishing expedition no processo penal. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jul-02/limite-penal-pratica-fishing-expedition-processo-penal>.

A INSERÇÃO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA NO REGISTRO CIVIL: O PAPEL DA MULTIPARENTALIDADE NAS FAMÍLIAS HODIERNAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Débora Nascimento do Vale¹, (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, *e-mail:* debora.vale@fvj.br); Orientador: Prof. Me. Jaks Douglas Uchôa Damasceno², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, *e-mail:* jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por finalidade analisar a inserção da paternidade socioafetiva no registro civil e abordar acerca do papel da multiparentalidade nas famílias hodiernas brasileiras. A pergunta de partida deste trabalho é entender a partir de qual momento a multiparentalidade deixou de ser exceção na sociedade, considerando que laços biológicos, embora sejam essenciais para a construção de uma relação geneticamente biológica, não significa família. Considerando que a afetividade desempenha um papel cada vez mais importante nas questões familiares, e sua devida consideração no contexto jurídico é essencial para a compreensão e proteção dos vínculos familiares baseados em afetividade. No que tange à paternidade socioafetiva é indiscutível que representa uma evolução notável no entendimento do que significa ser pai. Ela vai além do sangue, se baseia na construção de vínculos afetivos e emocionais entre indivíduos, independentemente de laços biológicos. Essa concepção desafia a tradicional visão restritiva de paternidade, abrindo portas para reconhecer e valorizar as relações de afeto que se desenvolvem ao longo da vida. Esta monografia teve como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental e tem como problema central analisar os reflexos da possibilidade da inserção de um segundo pai socioafetivo no registro civil nas relações familiares atuais e seus efeitos. O objetivo geral da presente pesquisa é investigar acerca da possibilidade de inserção de um segundo pai na certidão de nascimento em razão da paternidade socioafetiva e qual o papel da multiparentalidade nas famílias hodiernas da sociedade brasileira. Os objetivos específicos da pesquisa são: analisar a evolução histórica do conceito de família juntamente com o significado de família reconstruída e a paternidade socioafetiva no âmbito do direito, compreender como se deu a aceitação jurídica da multiparentalidade conforme a sociedade evoluía, as resistências sociais e os efeitos dentro de outras questões jurídicas, como obrigação alimentar e sucessões.

Palavras-chave: famílias; multiparentalidade; paternidade socioafetiva.

INTRODUÇÃO

A família sempre foi um parâmetro para qualquer âmbito social, dessa maneira, assuntos que envolvam esse escopo social sempre causarão debates. Na linha do tempo, o conceito de família foi estabelecido como uma união estável entre um homem e uma mulher e, consequentemente, esse se fez o modelo socialmente aceito. Entretanto, hodiernamente, essa concepção é considerada atrasada e patriarcal visto que uma família pode apresentar diversas combinações, além de uma dupla de pessoas de sexo opostos unidas por um documento. A base de uma entidade familiar é inegavelmente o amor, carinho e bem estar entre duas ou mais pessoas independentemente do parentesco e gênero. Segundo essa lógica se percebe que pode ser citado que um casal homoafetivo é uma entidade. Além disso, mães e pais solteiros que têm um filho podem ser conceituados dentro de um núcleo parental. No trabalho foi explorado a inserção da paternidade socioafetiva no registro civil e o papel da multiparentalidade nas famílias atuais da sociedade brasileira. Será discutido também como as mudanças nas leis e nas normas sociais têm afetado a concepção de família, os direitos das crianças e o reconhecimento

das relações parentais que vão além do vínculo sanguíneo. Se buscou fazer apontamentos também acerca dos procedimentos cabíveis para concretizar essa inserção, pela via extrajudicial (direcionando o olhar para a importância e relevância dos serviços realizados pelos cartórios nesses casos) e a via judicial, nas situações que sem a qual não seria possível providenciar a inserção do nome do pai socioafetivo. Como objetivo geral a pesquisa se debruçou em investigar acerca da inserção de um segundo pai na certidão de nascimento em razão da paternidade socioafetiva e qual o papel da multiparentalidade nas famílias hodiernas da sociedade brasileira e como objetivos específicos se buscará analisar a evolução histórica do conceito de família juntamente com o significado de família reconstruída e a paternidade socioafetiva no âmbito do direito, assim como verificar como se deu a aceitação jurídica da multiparentalidade, assim como esmiuçar o processo legal para a inserção do nome do segundo pai e refletir o impacto social e jurídico da possibilidade da inserção de um segundo pai socioafetivo na certidão de nascimento.

MARCO TEÓRICO

A família sempre foi um parâmetro para qualquer âmbito social, pode-se afirmar que ela seria a base da humanidade tendo em vista que da mesma emana a sociedade em si, afinal o que seria a sociedade se não um conjunto de diferentes famílias interligadas entre si direta ou indiretamente, neste sentido a sociedade seria uma consequência das evoluções familiares, distribuindo-se assim em diversos outros âmbitos que somados compunham a vida do indivíduo, para tanto cabe dizer que a família é "o primeiro agente socializador do ser humano" (DIAS, 2007, p. 28). Inicialmente a família é definida como a união entre um homem e uma mulher consequentemente, por se tratar da doutrina majoritária esse se fez o modelo socialmente aceito e adotado como o padrão a seguir. Sobre essa temática, Gomes (2007, p. 1) narra em seu texto que "a família como é tradicionalmente vista ainda é decorrente significativamente do que foi determinado à época da Antiguidade". Entretanto, hodiernamente, essa concepção é considerada atrasada e patriarcal, visto que com a evolução do próprio indivíduo não só fisicamente, mas psicologicamente, uma família pode apresentar diversas combinações, além de uma dupla de pessoas de sexo opostos unidas por um documento. O Direito e a sociedade são dois elementos complementares, uma vez que, na medida em que um evolui, o segundo deve acompanhá-lo, tendo sempre um crescimento gradativo e igualitário em ambas as partes. Afinal, de que adiantaria ter uma sociedade com parâmetros e conceituações evoluídas e uma legislação antiquada que não observasse todas as novas especificidades dos integrantes e entendesse a nova dinâmica social? O conceito de família comumente é alterado e isso ocorre há muitos séculos. Por um longo período de tempo, se tinha a família tradicional formada por pai, mãe e os filhos do casal, mas assim como a sociedade, o conceito teve que evoluir para algo que compreendesse a realidade atual. A Constituição Federal de 1988 (CF) também conhecida como constituição cidadã veio como instrumento de garantia de direitos a sociedade brasileira, principalmente tendo em vista os episódios históricos que antecederam a mesma, foi através do advento de direitos difusos como o direito à vida, à propriedade, à saúde, que diversos direitos sociais foram garantidos, dentre eles o direito e proteção à família. A afetividade tem se tornado um elemento fundamental na definição das relações familiares, e, como tal, é essencial considerar o seu reconhecimento jurídico. O reconhecimento do vínculo socioafetivo familiar representa um avanço significativo no âmbito jurídico, uma vez que reflete a importância da afetividade na formação e estabilidade das relações familiares. Este reconhecimento implica em equiparar, perante a lei, laços baseados na afetividade aos laços sanguíneos, conferindo direitos e deveres a indivíduos que estabelecem uma relação de afeto duradoura. A multiparentalidade, atualmente reconhecida no registro civil, é um conceito jurídico que reflete a complexidade das relações familiares na sociedade contemporânea, cuja

abordagem reconhece que uma criança pode ter mais de dois pais ou mães legais, permitindo que múltiplas figuras parentais compartilhem direitos e responsabilidades em relação a ela. Isso é especialmente relevante em casos de famílias reconstituídas, adoções por casais homoafetivos e outras configurações familiares diversas. Embora a multiparentalidade também possua desafios legais, principalmente no que tange a definição de direitos e responsabilidades específicas para cada figura parental, é indiscutível como esse instituto, assim como as outras novas formas de filiação se tornaram grandes inovações do direito moderno, inclusive, os tribunais de justiça, em suas decisões têm adotado abordagens das mais variadas possíveis para adaptar as necessidades das famílias modernas e consequentemente contribuir para a evolução do próprio direito. Considerando que o reconhecimento da multiparentalidade é um reflexo da sociedade que está em constante mudança, assim como da necessidade de sistemas legais flexíveis e inclusivos que atendam às diversas realidades das famílias de hoje, se buscará nesse último capítulo, direcionar a pesquisa às figuras paternas socioafetivas e compreender os alcances que a inserção do nome de um pai socioafetivo na certidão de nascimento do filho socioafetivo gera na vida familiar e social dele.

METODOLOGIA

Esta monografia teve como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental e tem como problema central analisar os reflexos da possibilidade da inserção de um segundo pai socioafetivo no registro civil nas relações familiares atuais e seus efeitos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao longo dessa pesquisa foi abordado o contexto histórico do conceito de família e a sua evolução. Na sequência foi analisado o direito familiar atual e como ele vê as diferentes formações familiares, finalizando com a previsão legal da inserção de um segundo pai socioafetivo na Certidão de Nascimento e a importância do reconhecimento da multiparentalidade na sociedade hodierna. No decorrer do trabalho foi explorado de maneira profunda e abrangente o reconhecimento do vínculo socioafetivo no registro civil, bem como a emergente e complexa questão da multiparentalidade. Os temas abordados revelam a dinâmica em constante transformação das estruturas familiares na contemporaneidade e destacam a necessidade premente de adaptação do ordenamento jurídico diante dessas mudanças. Ficou claro, a partir das análises e discussões apresentadas, que o vínculo socioafetivo assume um papel crucial na formação e na consolidação dos laços familiares, tendo em vista que a compreensão de que a paternidade vai além da mera filiação biológica é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e sensível às nuances das relações familiares modernas. A multiplicidade de arranjos familiares, evidenciada pelo fenômeno da multiparentalidade, desafia paradigmas tradicionais e demanda uma abordagem jurídica que reconheça e respeite a diversidade. É essencial reconhecer que a possibilidade de múltiplos pais ou mães (cada um desempenhando um papel significativo na vida do filho), é um reflexo do entendimento de que o amor e o cuidado são elementos fundamentais na definição de paternidade e maternidade. A pesquisa também ressaltou a importância do papel dos cartórios e dos procedimentos extrajudiciais, que contribuem para a desjudicialização, considerando que é uma realidade no panorama jurídico nacional, tendo em vista que gera muitos benefícios para o acesso à justiça e colaborando para a célere prestação jurisdicional. O sangue não define amor. Inúmeras crianças e adolescentes crescem sem a oportunidade de se sentirem pertencentes a uma família de verdade. A presente pesquisa também buscou discutir como as mudanças nas leis e nas normas sociais afetaram a concepção de família e tiveram relevância e força para a evolução do reconhecimento das relações parentais além dos vínculos sanguíneos. Por certo, se

sabe que o vínculo sanguíneo é importante para a concepção da vida, mas são outras construções afetivas que constroem famílias de verdade e as conduzem da melhor maneira, preenchendo o coração de uma criança dos sentimentos mais nobres e verdadeiros. Verificou-se, por fim, que na contemporaneidade, a família não é vista apenas como a união de pessoas ligadas pelo sangue, mas sim, pelo fator afeto, esse sim fundamental para a construção de uma vida completa e feliz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da criança e do adolescente (1990)., Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 11 out. 2023.

DIAS, Maria Berenice. **Manual do Direito das Famílias.** 2. ed. Ed. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro.** 5. v. Direito de Família. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL: ASPECTOS JURÍDICOS, ORGÃOS DE CONCESSÃO, COMO OBTÊ-LAS

Douglas Yuri Lima de Oliveira¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: douglas.oliveira@gmail.com; Esp. Xeila Maiane da Silva Freitas², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: xeila.freitas@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O objetivo deste estudo é aprofundar o estudo do Licenciamento Ambiental no Brasil, afim demonstrar a importância do papel do ente Municipal na concessão das Licenças ambientais, uma vez que a maioria dos empreendimentos a serem licenciados estão diretamente ligados ao interesse local, pressuposto básico para que a titularidade passe a ser do ente municipal, instrumento este de grande relevância, não só social como também econômica, uma vez que o licenciamento ambiental, torna-se mais uma fonte de arrecadação, injetando assim verba na economia local, além de intensificar a fiscalização e combate a degradação ambiental dos recursos naturais, uma vez que todos os entes Federados estariam envolvidos no processo. Espera-se, que este trabalho, sirva como base para ampliar e embasar não só o conhecimento da sociedade, mas também do meio acadêmico, em especial o jurídico, tornando-se uma ferramenta importante no estudo e no auxílio da compreensão e cumprimento da legislação ambiental brasileira.

Palavras-chave: CONAMA; licenciamento ambiental; licença ambiental; municípios; meio ambiente.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo pesquisar o Licenciamento Ambiental no Brasil, instrumento criado pela Política Nacional do Meio Ambiente – PMNA, concebida para eliminar, minimizar ou mitigar os danos causados ao meio ambiente causados por empreendimentos ou atividades potencialmente danosas, além de gerenciar o uso correto dos recursos naturais, uma vez que estabelece normas e condições nos termos da legislação vigente garantindo o desenvolvimento social e econômico do país, tendo como dever de fiscalizar todos os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), demonstrando como se dá o Licenciamento Ambiental no Brasil, os procedimentos e critérios utilizados para a concessão das licenças, suas fases, normas a serem seguidas e os órgãos que licenciam.

Visa também demonstrar a importância do papel do ente Municipal na concessão das Licenças ambientais, uma vez que a maioria dos empreendimentos a serem licenciados estão diretamente ligados ao interesse local, sendo mais uma fonte de arrecadação, injetando assim verba na economia local, além de intensificar a fiscalização e combate a degradação ambiental dos recursos naturais, uma vez que todos os entes Federados estariam diretamente envolvidos no processo. Apesar das numerosas obras existentes sobre o tema, o presente trabalho surgiu como uma forma de responder alguns questionamentos: Quando surgiu o licenciamento ambiental no Brasil?; Quais as etapas que a legislação ambiental Brasileira exige?; Quais os órgãos responsáveis pela fiscalização e concessão da licença ambiental? E quais as suas condicionantes?

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, através da coleta de dados de artigos, livros, monografias, dissertações, internet e revistas científicas, utilizando-se de obras

já publicadas, tendo assim como objetivo reunir informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta.

Este Projeto de Pesquisa tem como objetivo se debruçar sobre o tema Licenciamento ambiental, sua natureza, além de aprofundar seu estudo no Brasil, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e da análise de materiais já publicados, obtendo referências sobre o fenômeno.

Para tanto o método escolhido foi pesquisa exploratória, através da análise das obras dos autores mais conceituados no assunto, cujo objetivo é conquistar maior familiaridade na compreensão do fenômeno, proporcionando conhecimento basilar sobre o assunto, reunindo informações e dados que servirão de base para compreender a investigação proposta.

Utilizou-se como fonte de pesquisa a internet, buscando revistas científicas, periódicos, legislação vigente e direito comparado de forma a ficar comprehensível ao público leitor e ao meio acadêmico, foi utilizado o método dedutivo com o fim de elucidar as características, visando esmiuçar as etapas para concessão da Licença Ambiental.

RESULTADOS

Conclui-se, portanto, que mesmo após a Constituição Federal de 1988, dar grande papel de destaque aos municípios, incorporando-os na cadeia dos entes federativos aptos a efetivarem o licenciamento ambiental, o seu papel ainda hoje é mitigado, seja pela falta de assistência (financeira ou estrutural) por parte da União e dos Estados, ou seja, pelo desinteresse dos gestores municipais em implementar as estruturas básicas definidas em lei e efetivarem as medidas capazes de minimizar, mitigar ou erradicar os danos ambientais. Em razão de não realizar o processo de Licenciamento Ambiental o município de Russas-CE, deixa de arrecadar, além de não cumprir com o seu papel definido constitucionalmente, qual seja, combater a degradação ambiental de forma efetiva.

É de fundamental importância enxergar o Município dentro da nova ordem constitucional, tornando-os assim aptos a promoverem o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que impactam, preponderantemente, suas áreas, bem como daquelas que o Estado lhes delegar, mediante lei ou convênio, tendo em vista que um Município atuante significa menos problemas para o Estado, e, por extensão, para a União e como consequência entrega para a população uma melhor qualidade de vida, tendo em vista que tem o seu meio ambiente cuidado e preservado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como foco analisar a importância dos municípios brasileiros realizarem o licenciamento ambiental, pois além de implementarem uma nova fonte de arrecadação, haverá maior engajamento no aparelhamento estatal de forma a preservar melhor o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

COELHO, B. **NBR 6023 ABNT: formatação de referências bibliográficas.** Disponível em: <https://blog.mettzer.com/NBR-6023>. Acesso em: 22 dez. 2023.

RIBEIRO, Gilvânia Saraiva. **Licenciamento ambiental: natureza e princípios.** Jus.com.br, 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/25888/licenciamento-ambiental>. Acesso em: 11 out. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Estudo de impacto ambiental – EIA, Relatório de impacto ambiental – RIMA**: manual de orientação. São Paulo, 1989. 48 p. (Série Manuais).

SILVA, Américo Luís da. **Direito do Meio Ambiente e dos recursos naturais**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2004.

OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: DISCURSO DE ÓDIO E A RELIGIÃO

Edson Helison Sena do Nascimento¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: edson.sena@gmail.com); Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredo.neto@fvj.br)

RESUMO

A liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais mais valorizados na sociedade democrática ao redor do mundo. No Brasil, a liberdade de expressão e a liberdade religiosa são direitos constitucionalmente protegidos. No entanto, nos últimos anos, tem havido um aumento preocupante de ataques a essas liberdades fundamentais. Discussões entorno do estado laico brasileiro e a laicidade praticada por alguns de seus representantes governamentais geram uma atmosfera de tensão, que frequentemente é avidada pelas questões políticas partidárias que nos últimos anos se torna um dos principais assuntos da população brasileira, onde as constantes discussões entre quais práticas deveriam ou não ser “toleradas” pelo estado, controlar ou não as rede sociais, criminalizar ou não a opinião são pautas que afetam toda a população e não apenas os envolvidos nos palanques políticos ideológicos. Esse cenário tem levantado questões sobre o papel do Estado na proteção desses direitos e sobre a necessidade de medidas para prevenir e punir a disseminação de discursos de ódio e fortalecimento das políticas integradoras do estado sem invasão ou supressão dos direitos fundamentais dos indivíduos. Como situações de ataques à liberdade de expressão e religião no Brasil, afetam a sociedade? Assim o presente trabalho se propõe através de uma abordagem interdisciplinar, envolvendo a análise de dados qualitativos, consultas a jurisprudência nacional realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema em destaque. Analisar a importância da liberdade de expressão, suas restrições e os desafios enfrentados por aqueles que buscam proteger e expandir esse direito fundamental, torna-se o elemento primário desta revisão bibliográfica. Portanto a partir desta pesquisa pretende-se analisar a situação dos ataques constantes a Liberdade religiosa e a Liberdade de expressão no Brasil, que muitas vezes ao ser praticada entra em conflito como outras liberdades constitucionais garantidas. Conclui-se mediante a pesquisa realizada que a liberdade de expressão é direito fundamental diretamente correlato à garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes políticas e ideológicas. É certo que a proteção da liberdade de expressão não é suficiente para assegurar a participação popular no debate político, pois os direitos fundamentais efetivam-se de modo interdependente: a eficácia de um direito fundamental depende da eficácia dos demais. Torna-se necessário buscar medidas ou estratégias eficazes para lidar com o discurso de ódio, tais como o incentivo ao contradiscursar e campanhas de combate à discriminação e ao preconceito, respeitando a diversidade cultura, respeitando os limites da identidade cultural do indivíduo.

Palavras-chave: liberdade de expressão; liberdade religiosa; direitos fundamentais.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem visto um aumento significativo de discursos de ódio e intolerância, especialmente nas redes sociais, que frequentemente visam atacar não somente as minorias religiosas, ou grupos marginalizados, mas a própria confissão de prática de fé, onde a busca por um país sem confissão religiosa seria a melhor alternativa, porém sem quaisquer respaldo social os idealizadores esquecem que a confissão e prática de fé são liberdades constitucionais brasileiras.

Partindo deste cenário e diante das questões levantadas sobre o papel do estado em face a proteção dos direitos fundamentais e a necessidade de medidas efetivas para prevenir e punir a disseminação de discursos de ódio e fortalecimento das políticas claras e integradoras do estado sem invasão, ou até mesmo supressão dos direitos fundamentais dos indivíduos.

Como situações de ataques à liberdade de expressão e religião no Brasil, afetam alunos de uma instituição de ensino superior do litoral leste cearense? Assim o presente trabalho se propõe em analisar situações dos ataques à liberdade de expressão e religião no Brasil, em uma instituição de ensino superior do litoral leste cearense. Quais são os direitos fundamentais em conflito no contexto do discurso de ódio religioso, será a liberdade de expressão, a liberdade religiosa a igualdade?

Analizar a importância da liberdade de expressão, suas restrições e os desafios enfrentados por aqueles que buscam proteger e expandir esse direito fundamental. Discutir a relação entre a liberdade de expressão e a liberdade religiosa, avaliando como esses dois direitos se interconectam e se influenciam mutuamente. Avaliar as iniciativas do Estado brasileiro para garantir a proteção da liberdade de expressão, discurso de ódio, fake News e outros tipos de abuso e a liberdade religiosa, bem como as críticas e desafios enfrentados por essas políticas.

É necessário avaliar o papel da liberdade de expressão e da liberdade religiosa na sociedade democrática, entender como os aspectos legais à liberdade de expressão e liberdade religiosa interagem na garantia dos preceitos fundamentais da população, buscando elencar os desafios em garantir a proteção efetiva da liberdade de expressão e da liberdade religiosa em um contexto de discurso de ódio e intolerância. Visto que este tipo de discurso, caracterizado por mensagens de violência, discriminação e hostilidade contra grupos ou indivíduos com base em sua raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião ou outras características, pode levar a conflitos, polarização e exclusão social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na Antiguidade, filósofos como Sócrates e Confúcio já discutiam sobre a importância da justiça e da dignidade humana. Contudo, foi somente com a Magna Carta de 1215, decorrente do resultado das pressões dos barões e bispos ingleses, que a sociedade europeia reagiu aos mandos e desencontros dos reis e soberanos, uma vez que cansados do regime feudal que vigorava, passaram a exigir proteção e garantias de seus direitos.

O debate sobre os direitos fundamentais da modernidade, foram iniciados por João Sem Terra o rei da Inglaterra e um grupo de nobres descontentes com o ritmo e governo existem na Inglaterra e os movimentos que impulsionava o novo mundo, tornam-se os autores significativos na história. De acordo com Sousa (2023),

"[...] o rei João acabou politicamente desgastado por conta do seu envolvimento em novos conflitos militares, a elevação dos impostos cobrados sob a população e a tentativa de impor a taxação das propriedades eclesiásticas. Dessa forma, os nobres organizaram um levante que colocaria a autoridade real em risco."

Visto que tais institutos com base na constituição federal de 1988 em seu art. 5º inciso IV e VI no entendimento de Dal Magro e Abreu (2022); vivemos dias em que tomamos nossas liberdades por garantidas. Sem saber das ameaças, continuamos nos comportando normalmente, ignorando de forma resiliente inúmeras ordens de censura, derrubada de posts e até mesmo bloqueios de usuários em redes sociais [...].

E a anotação vinculada existente no art. 5º, inc. IV sob a relatoria do Min. Alexandre de Moraes, ao proferir seu voto na ADI 4.451, ao esclarecer que; A Democracia não existirá e a livre participação política não florescerá onde a liberdade de expressão for ceifada, pois esta

constitui condição essencial ao pluralismo de ideias, que por sua vez é um valor estruturante para o salutar funcionamento do sistema democrático.

A afirmativa é pertinente ao analisarmos a tese de Pinto (2019, p. 17) ao afirmar que as liberdades fundamentais estão intimamente ligadas à dignidade humana, o entendimento de que todos os cidadãos são livres e iguais para se expressarem publicamente e terem suas próprias convicções éticas e morais decorrem diretamente desse princípio.

Ademais que ao tratar da Liberdade de expressão e liberdade religiosa Santos (2014, p. 70) afirma que, mesmo que inserida no meio social, grande parte dos seres humanos acredita em algum deus (ser superior) e nutre esperanças nessa crença, sendo assim, é bom alertar que entre o Estado e a Igreja haverá sempre o encontro de assuntos relacionados a ambos, ora de forma harmoniosa, ora de maneira conflituosa (...).

Mas, o consenso entre os autores é que nas garantias pelos direitos e liberdades fundamentais, precisamos enfrentar os dilemas éticos ao moderar conteúdo e definir limites para a liberdade de expressão, para guardar a sociedade de discursos de ódio, fake News e censuras.

METODOLOGIA

Para a elaboração da presente monografia, fez-se necessário realizar uma abordagem interdisciplinar do conceito de direitos fundamentais, contexto histórico, diversidade cultural e discurso de ódio para que fosse possível entender a origem e conceito de liberdade de expressão e liberdade religiosa conforme Vergara (2004, p. 48) analisa a pesquisa bibliográfica é vista como o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é todo o material acessível ao público em geral e na sequência será realizada uma pesquisa exploratória quantitativa que segundo Gil (2004, p. 41), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante da problemática central que embasa o presente trabalho, vislumbra-se a liberdade de expressão e liberdade religiosas constituem elementos principais dos direitos fundamentais, ambas são compostas de desafios impostos a democracia, encontrar o equilíbrio entre essas liberdades e o respeito pelos direitos fundamentais, como a aprendizagem humana e a igualdade, proporcionam uma evolução para a própria sociedade.

No que respeita à democracia, a liberdade de expressão é direito fundamental diretamente correlato à garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes políticas e ideológicas. É certo que a proteção da liberdade de expressão não é suficiente para assegurar a participação popular no debate político, pois os direitos fundamentais efetivam-se de modo interdependente: a eficácia de um direito fundamental depende da eficácia dos demais.

Conclui-se que o discurso de ódio é, antes de tudo, um fenômeno social complexo, que remete a situações diversas e heterogêneas entre si. A compreensão dessa complexidade é fundamental para uma adequada análise sistemática do problema, que não recaia em simplificações, casuismos ou reducionismos, comumente geradores de divergências artificiais entre aqueles que se debruçam sobre o tema.

A busca de medidas ou estratégias eficazes para lidar com o discurso de ódio, sejam essas medidas de ordem jurídica (civil ou criminal) ou extrajurídica, tais como o incentivo ao contradiscursso e campanhas de combate à discriminação e ao preconceito, deve partir, primeiramente, da compreensão de que se cuida de um fenômeno multifacetado do ponto de vista sociológico, porque pode revestir-se de um número virtualmente infinito de formas. E em

outras palavras, mais liberdade de expressão, e não menos, é o melhor caminho para enfrentar o problema do discurso de ódio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 4.451, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 21-6-2018, P, DJE de 6-3-2019. Disponível em: <https://constitucional.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-part-1-titulo-2-capitulo-1-artigo-5>. Acesso em: 25 nov.2023

DAL MAGRO, Pedro. ABREU, Rafael Sirangelo de. **Liberdade de Expressão:** Você é livre para discordar? Série Pensamentos Liberais. 26. ed. Porto Alegre: AGE, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. 12. reimpr. São Paulo. Atlas. 2009

PINTO, Lara de Coutinho. **Proselitismo religioso e discurso de ódio:** reflexões sobre os limites da liberdade de expressão religiosa. Recife, 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, Pernambuco.

SANTOS, Moisés da Silva. Os Sabatistas e os Concursos Públicos: a Liberdade Religiosa em Face da Igualdade. In: Conselho Nacional do Ministério Público. (Org.). **Ministério Público em Defesa do Estado Laico.** Brasília: CNMP, 2014. 300 p. il. v. 1 p. 67-104.

SOUZA, Luiza Nogueira. **Uma breve análise das gerações/dimensões de direitos humanos e fundamentais.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/96065/uma-breve-analise-das-geracoes-dimensoes-de-direitos-humanos-e-fundamentais>. Acesso em 24 de setembro de 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RESPONSABILIDADE CIVIL NA LGPD: INDENIZAÇÃO POR DANOS

Emanuelle Cristine Melo Sales¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuelle.cristine@fvj.br); Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredo.neto@fvj.br)

RESUMO

Objetiva-se verificar critérios de responsabilização e culpabilidade dos agentes de tratamento no texto da Lei 13.709/2018, (LGPD) Lei Geral de “Proteção de Dados”, tema que ganhou status de direito fundamental através da Emenda Constitucional nº 115, de 2022 que alterou o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira. Utilizou-se nessa produção literária dois grupos semânticos: o contextual e o hermenêutico. O presente trabalho faz uma análise investigativa sobre o regime de responsabilidade civil instaurado pela Lei Geral de Proteção de Dados. Inicia com o contexto histórico sobre a proteção da privacidade em nossa constituição e segue com a explanação da evolução da legislação até a origem da LGPD. Elenca se quais foram as motivações políticas, econômicas e sociais que deram causa a sua propositura, inclusive faz se na presente pesquisa uma análise comparativa do quanto a GDPR europeia influenciou na elaboração da Lei brasileira. Além dos aspectos gerais da lei, aborda se o entendimento do conceito e classificação dos dados pessoais e as bases principiológicas da lei, em especial atenção aquelas que versam sobre a responsabilidade civil dos agentes de tratamento. Antes de adentrar na problemática em questão vale se do estudo sobre a responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro e seus pressupostos. Da análise do artigo 42 a lei é clara ao responsabilizar os agentes de tratamento de dados ao pagamento de indenização para o resarcimento de eventuais danos decorrentes do tratamento irregular. Descobre-se com a leitura do artigo 6º, inciso X, através do princípio da responsabilização e prestação de contas (BRASIL, 2018), que a atividade de dados se caracteriza como sendo de risco, portanto mais adequado seria a adoção da responsabilidade objetiva. Os aspectos que dificultam tal entendimento e geram insegurança jurídica dizem respeito à ideia de culpa normativa implantada pela lei, pautada na conduta do agente ao risco da atividade de tratamento de dados. Há doutrinadores insatisfeitos com a dicotomia do debate entre as 2 correntes subjetiva e objetiva. falta uniformização de entendimentos sobre o tema. O presente trabalho objetiva-se a fomentar o debate com vistas a construção de um entendimento hermenêutico ao analisar no ordenamento jurídico brasileiro, os artigos pertinentes ao tema da responsabilidade civil e a opinião da doutrina. Sendo útil não apenas aos técnicos do direito como a toda sociedade, em especial aos titulares de dados que porventura tenham sofrido eventuais danos decorrentes da atividade de tratamento de dados.

Palavras-chave: agentes de tratamento; dados pessoais; lei geral de proteção de dados; responsabilidade civil; regime de responsabilidade subjetiva; regime responsabilidade objetiva.

INTRODUÇÃO

Ao passo que os dados se tornaram valiosos no mercado digital, observa-se um maior interesse das empresas em comercializar dados dos usuários, o que, consequentemente, elevou o risco de vazamento e crimes cibernéticos; fatores relevantes que levaram à evolução da proteção da privacidade, tomando por base fundamental a Constituição (1988). Destaca-se a necessidade de entender o regime de responsabilidade civil adotado pela nova Lei Geral de proteção de dados no Brasil, que foi promulgada em 2018. O artigo 42 da LGPD, disciplina a respeito da responsabilidade do controlador e do operador, que podem ser acionados por via judicial para reparação dos danos patrimonial, moral, individual ou coletivo (BRASIL, 2018). À posteriori,

com base na análise do artigo 44 constata-se a presença de risco inerente às atividades de tratamento de dados e o artigo 42 determina ser dos agentes o dever de indenizar danos. O Controlador e operador por atuarem diretamente nessa atividade são reconhecidos como agentes de tratamento e possuem deveres ditados pela lei, devendo observar os princípios e artigos que condicionam o tratamento de dados. O grande potencial danoso e risco intrínseco dessa atividade faz a comunidade jurídica tender a preconizar a responsabilidade objetiva nas atividades de tratamento de dados, porém a condição de avaliar a conduta do agente infere a LGPD um caráter subjetivo para a responsabilização e o dever de indenizar dos seus agentes. Confere-se que a LGPD em seu artigo 43 que determina as excludentes de ilicitude, especialmente a do inciso II, que relativiza a culpa do agente à sua conduta. Destaca-se, no entanto, no artigo 45 da LGPD, a determinação da aplicação do CDC nas relações consumeristas que envolvam atividade de tratamento de dados.

MARCO TEÓRICO

O desenvolvimento da tecnologia viabiliza o grande fluxo e rapidez na troca de informações que com a crescente popularização da internet propicia um ambiente onde os dados ficam cada dia mais expostos e vulneráveis oferecendo grande risco aos seus titulares. Enquanto a tecnologia avança de forma exponencial novas armas de segurança precisam ser elaboradas com o intuito de garantir a privacidade dos dados e das informações compartilhadas rotineiramente entre clientes e empresas. Do titular (usuário) à grandes empresas multinacionais todos necessitam de diretrizes para, respectivamente se obter e oferecer uma proteção adequada e, é exatamente sobre isso que trata a nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13.709/2018, aplicável desde 15 de agosto de 2020. A LGPD baseia-se nos direitos fundamentais de privacidade e liberdade individual. O seu objetivo principal é proteger os dados pessoais de pessoas naturais viventes através de um adequado processo de tratamento de dados por parte de empresas do setor público ou privado, aplicando-se a todas as utilizações feitas em território nacional. Antes de se falar em tratamento de dados, o ponto mais importante e básico da LGPD é o consentimento do titular sobre o tratamento de seus dados, o que é uma premissa desta Lei. Se antes o fluxo das informações pessoais deveria ser autorizado pelo Estado, agora cabe ao próprio cidadão tal ingerência que, por meio do consentimento, estabelece suas escolhas no tocante à coleta, uso e compartilhamento dos seus dados pessoais (BONI, 2019, p. 115). A LGPD define tratamento como toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, nos termos do inciso X do art. 5º da norma. Existem apenas algumas exceções em que os dados podem ser processados sem consentimento, apenas se for indispensável para cumprir uma obrigação legal ou atender a um interesse legítimo, que não fira direitos fundamentais do cidadão.

METODOLOGIA

Este trabalho monográfico adotou o método hermenêutico de natureza básica, pois buscou principalmente novas articulações teóricas que expliquem a realidade. Quanto à abordagem, foi qualitativa. Quanto ao procedimento, foi bibliográfica, pois realizou levantamento de referencial bibliográfico concernente ao tema. O método foi hermenêutico, analisando fontes do nosso ordenamento jurídico como a Legislação, lei 13.709/2028 (BRASIL, 2018), a Constituição Federal (CF/1988), Código Civil (2002), o Código de Defesa do Consumidor (1990); e observando o que diz e se baseia os principais doutrinadores:

(MULHOLLAND, 2020), (MORAES; QUEIROZ, 2019) E (GUEDES; MEIRELES, 2020). Utilizando-se de uma pesquisa básica, explicativa, qualitativa e bibliográfica, por meio do emprego do método hermenêutico, verificou-se que elementos jurídicos (dinâmica entre princípios e regras) como elementos determinantes para a conjuntura do entendimento.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Percebe-se um expressivo cuidado com os dados em si, pautados em deveres e obrigações dos agentes de tratamento. Debates intensos foram travados dentro da comunidade jurídica, observando- se os pareceres dos doutrinadores: (MULHOLLAND, 2020), (GUEDES; MEIRELES, 2020) e (MORAES ; QUEIROZ, 2019). As análises dos princípios e artigos que versam sobre a responsabilidade civil deixam claro os elementos subjetivos de culpa baseada na conduta do agente. Isso demonstra uma ruptura com a responsabilidade objetiva que estaria baseada no risco da atividade; interpretação consolidada no art. 927 do nosso Código Civil. Almeja-se chegar a um entendimento hermenêutico da dinâmica entre princípios e regras, que constituem a norma. Aprecia se o entendimento da teoria subjetiva defendida pelas autoras (GUEDES; MEIRELES, 2020) E Depois, os autores (MORAES; QUEIROZ, 2019), inovam ao interpretar uma nova responsabilidade civil objetiva proposta pela LGPD, chamada de ativa ou proativa. Reconhece se a responsabilidade objetiva inaugurada pela LGPD como sendo nem subjetiva e nem objetiva, ao invés disso (MORAES; QUEIROZ, 2019) interpretam como chamada responsabilidade pró ativa. Ressalta-se que de qualquer modo nada impede de se pleitear ação de indenização por danos sofridos decorrentes de tratamento irregular de dados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz; MEIRELES, Rose Melo Vencelau. Término do Tratamento de Dados. In: TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as suas repercussões no Direito Brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

MORAES, Maria Celina Bodin de; QUEIROZ, João Quinelato de. **Autodeterminação informativa e responsabilização proativa: novos instrumentos de tutela da pessoa humana na LGDP.** IN: Cadernos Adenauer, volume 3, Ano XX, 2019.

O DIREITO DO CONSUMIDOR EM COMPRAS VIRTUAIS: AS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

Evilene Silva Ferreira¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: evileneferreira20@gmail.com), José Lucas da Costa Silva², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: Jose.lucas@aracati.ce.gov.br)

RESUMO

O presente estudo trata-se sobre o Direito do Consumidor nas compras virtuais, frisando as principais violações aos seus direitos nesse contexto, com o objetivo de responder a problemática de identificar as principais violações sofridas pelos consumidores nas relações de consumo virtuais, bem como o impacto que essas violações acarretam na vida deles e quais medidas podem ser adotadas para garantir sua proteção e como se tornar um consumidor que conhece os seus direitos pode contribuir positivamente em suas vidas. Deste modo, é necessário frisar que este trabalho, surgiu de uma pesquisa qualitativa bibliográfica, buscando assim proporcionar uma maior compreensão sobre o tema abordado. Destaca-se que foi desenvolvida por meio de pesquisa exploratória, procurando evidências relacionadas ao tema em questão através de pesquisa bibliográfica, artigos, dissertações, livros e reportagens sobre o tema exposto. Ressalta-se ainda, que durante a pesquisa verificou-se as disposições legais específicas, como o Código de Defesa do Consumidor e a Constituição Federal de 1988, bem como outras doutrinas.

Palavras-chave: direito do consumidor; violações; compras virtuais.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o direito do consumidor nas compras virtuais, com ênfase nas principais violações aos direitos dos consumidores nesse contexto e na importância do conhecimento desses direitos por parte dos consumeristas. Para tanto é necessário compreender, primeiramente, o que seria direito do consumidor.

O direito do consumidor é um campo fundamental do direito que tem como objetivo proteger os consumidores em suas relações de consumo. Compreender e garantir os seus direitos é de extrema importância para estabelecer relações equilibradas e justas entre fornecedores e compradores. No contexto atual, em que as transações comerciais têm se intensificado no ambiente virtual, é essencial analisar especificamente o direito do consumidor no comércio eletrônico.

Diante da grande quantidade de compradores, destaca-se os consumidores de produtos e serviços no ambiente virtual. As compras virtuais se referem às transações realizadas por meio da internet, nas quais os compradores adquirem produtos e serviços de fornecedores online. Essa modalidade de comércio eletrônico tem se destacado em virtude de sua praticidade e comodidade, permitindo aos consumidores a realização de compras sem sair de suas casas. No entanto, essa conveniência também traz consigo desafios para a proteção de seus direitos. O comércio eletrônico apresenta diversas violações aos direitos consumeristas que devem ser discutidas e enfrentadas. Essas violações abalam a confiança dos consumidores no comércio eletrônico e prejudiquem seu bem-estar financeiro e emocional, por isso a necessidade de aprofundar o estudo sobre a temática.

Esta pesquisa procura responder a problemática de identificar as principais violações sofridas pelos consumidores nas relações de consumo virtuais, bem como o impacto que essas violações acarretam na vida deles e quais medidas podem ser adotadas para garantir sua

proteção e como se tornar um consumidor que conhece os seus direitos pode contribuir positivamente em suas vidas.

É importante frisar que esta pesquisa é relevante em decorrência da vulnerabilidade do consumidor diante da grande quantidade de violações no comércio eletrônico, como a falta de informação clara e adequada sobre os produtos e serviços, a publicidade enganosa, a prática de preços abusivos, atrasos na entrega, produtos de baixa qualidade, dificuldades na troca ou devolução de mercadorias e até mesmo a invasão de privacidade e roubo de dados pessoais.

Assim sendo, este trabalho, que decorreu de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica se divide em três capítulos com o objetivo de proporcionar uma maior compreensão sobre o tema abordado.

METODOLOGIA

No que diz respeito à metodologia, será adotado o método hipotético-dedutivo, com base em pesquisas já realizadas, utilizando-se como método de exploração bibliográfica, analítica e descritiva. Para isso, as informações serão coletadas de fontes como livros, artigos, notícias, jornais e dissertações, a fim de embasar o estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O estudo em questão tornou possível o entendimento sobre o início das primeiras transações comerciais e a importância do desenvolvimento de leis específicas para regular essas atividades, visando proteger e salvaguardar os interesses dos consumidores. Além disso, contribuiu para a compreensão do conceito de consumidor e sua posição vulnerável em relação aos fornecedores de produtos e serviços, abordando também as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Foi enfatizado que a Constituição da República Federativa do Brasil buscou proteger o direito de defesa e a proteção do consumidor como uma garantia fundamental, atribuindo ao Estado a responsabilidade por essa proteção, conforme estabelecido em lei. Além disso, foi demonstrado que, para alcançar esse objetivo, o Estado deve utilizar o conjunto de normas e princípios do nosso sistema jurídico, incluindo os princípios da dignidade da pessoa humana, da boa-fé objetiva, da informação, da proteção contra práticas abusivas e da vulnerabilidade, os quais orientam as relações de consumo.

Foi observado que o consumidor é inherentemente considerado vulnerável por estar na posição mais fraca na relação de consumo e está frequentemente sujeito a diversas formas de vulnerabilidade.

Esse estudo também abordou acerca das relações jurídicas de consumo proporcionando ao consumidor entender como funciona essas relações no contexto das compras virtuais ao discutir o tema do Direito do Consumidor. O advento das tecnologias digitais e o crescimento do comércio eletrônico transformaram significativamente a forma como os consumidores realizam as suas compras.

Adiante, por meio do estudo em questão, foi possível analisar a aplicação do Direito do Consumidor e da nova legislação do comércio eletrônico no contexto das transações online. Proporcionando dessa forma conhecimento para os consumidores sobre seus direitos. Essa aplicação destaca os direitos garantidos aos consumidores, tais como: o direito de arrependimento da compra, que permite ao consumidor desistir da aquisição no prazo estabelecido; o direito de devolução e troca de produtos, assegurando que o consumidor possa retornar ou trocar um produto insatisfatório; o cumprimento das ofertas por parte dos fornecedores, garantindo que as condições combinadas sejam respeitadas; a obrigação de transparência na publicidade, evitando práticas enganosas ou informações falsas; o atendimento

ao cliente de forma eficiente, de modo a solucionar dúvidas e resolver problemas de forma ágil e satisfatória; e, por fim, a garantia de segurança nos pagamentos e tratamento de dados pessoais dos clientes. É de fundamental importância levar esse conhecimento para os consumidores.

Esses direitos visam proporcionar um ambiente de compras online seguro, transparente e que respeite os interesses e necessidades dos consumidores. Ao destacar a aplicação dessas garantias legais no comércio eletrônico, é possível promover a confiança e a proteção dos consumidores, fortalecendo o relacionamento entre fornecedores e clientes nesse contexto cada vez mais presente em nosso cotidiano.

A grande problemática desse estudo é identificar as principais violações enfrentadas pelos consumidores no mercado digital e compreender o impacto que essas violações acarretam na vida deles e quais medidas podem ser adotadas para garantir sua proteção. Dessa forma para trazer uma resposta ao proposto foram analisados casos de violações aos direitos dos consumidores com base em decisões judiciais no Brasil, casos esses que envolvem cobranças indevidas, descumprimento de ofertas, dificuldades de comunicação, produtos com defeitos e vícios, assim como a falta de informações adequadas. Por meio desse estudo foi possível compreender como funciona na prática essas violações, a pesquisa trouxe uma explicação objetiva sobre essas violações, proporcionando ao consumidor um entendimento preciso sobre o assunto. Observou-se que, apesar da preocupação do Estado em regular práticas ilegais e garantir a proteção dos consumidores, na prática, surgem muitos litígios judiciais devido às dificuldades encontradas pelos fornecedores de produtos e serviços digitais em oferecer a segurança e a qualidade necessárias aos consumidores.

Essa problemática evidencia a necessidade de aprimorar as normas e as práticas adotadas pelos fornecedores, a fim de garantir o respeito aos direitos dos consumidores no ambiente digital. As consequências das violações sofridas pelos consumidores, como mencionadas acima, geram prejuízos significativos, entre esses prejuízos, podemos citar a perda financeira devido a práticas comerciais desleais, a aquisição de produtos ou serviços de baixa qualidade ou até mesmo perigosos para a saúde e segurança, a falta de acesso a informações claras e precisas sobre os produtos ou serviços oferecidos, a dificuldade em obter reparação por danos causados por produtos defeituosos ou serviços inadequados, e a violação da privacidade e segurança dos dados pessoais. Portanto, é essencial implementar medidas que estabeleçam uma relação justa e equilibrada entre fornecedores e consumidores, assegurando a segurança e a qualidade dos produtos e serviços digitais disponibilizados.

Por fim, foi realizada uma análise dos meios de proteção para o consumidor em compras virtuais. Para buscar a intervenção do Estado na defesa de seus direitos. Para isso, foi estabelecido um sistema nacional de defesa do consumidor, derivado do Código de Defesa do Consumidor e do Decreto-Lei 2181/1997, que regulamenta a organização desse sistema.

REFERÊNCIAS

DE ALMEIDA, João Batista. **Manual de direito do consumidor**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. **Manual de direito do consumidor: à luz da jurisprudência do STJ**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2011.

SILVA, Michael César; DOS SANTOS, Wellington Fonseca. O direito do consumidor nas relações de consumo virtuais. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 15, n. 30, p. 119-119, 2012.

SENNA, Isolete Eliane. Direito do consumidor. **Direito-Florianópolis**, 2009.

RACISMO ESTRUTURAL: O IMPACTO DO PERFILAMENTO RACIAL NAS ABORDAGENS POLICIAIS E NO PROCESSO PENAL

Felipe José Santana Souza¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: santanafelipefeh@gmail.com), Jéfter de Oliveira Sobreira², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

O racismo estrutural está intimamente compactado dentro da sociedade, sobre-excedendo o indivíduo e ramificando-se nos diversos vínculos pessoais e sociais pertencentes a comunidade política e jurídica de determinada ordem social. Dessa maneira, ele integra a sociedade de tal modo que transforma os sentidos e modifica as relações sociais transpassadas entre os indivíduos influenciando direta e indiretamente o modo de viver e compreender as relações interpessoais. Logo, com o intuito de descobrir o impacto do racismo estrutural nas relações sociais e sua interação, perfeita, com o perfilamento racial praticado pela polícia sobre indivíduos historicamente marginalizados, foi realizado o presente trabalho de conclusão de curso que tem como principal objetivo compreender o racismo estrutural interferência nas abordagens policiais, perfilamento racial. Ademais, esse estudo foi fundamentado em alguns componentes da história e nas legislações infraconstitucionais, Código Penal e Processo Penal.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Perfilamento racial; Sociedade; Policia; Abordagem.

INTRODUÇÃO

Durante logos anos, a população negra proveniente da África e a comunidade indígena foram hostilizadas pelos intitulados indivíduos superiores. Nesse tempo, aquelas eram utilizadas para servir e constantemente castigadas física e psicologicamente por aqueles que tinham o poder econômico, político e normativo. Isso, acontecia explicitamente e amparado pelo próprio corpo social. Com o passar das décadas, a escravidão foi deixada de “lado”. Todavia, na sociedade atual essa mácula não se evidencia pelos castigos físicos, atributos do período escravocrata, mas sobre outras perspectivas, por exemplo, olhares de menosprezo, tratamentos desiguais, palavras mascaradas por brincadeiras, desvantagens institucionais e estruturais (ALMEIDA, 2019).

Logo, a escravidão foi retirada, porém, o racismo estrutural foi transplantado no seu lugar. Com isso, o que outrora era evidenciado por chicotadas e grilhões, hoje, expressa-se de maneira simbólica através de discursos políticos, econômicos, científicos, ideológicos e jurídicos aptos a manter quase que exclusivamente infortúnios aos negros com uma característica de naturalidade o que preserva uma íntima relação entre seres opressores e os oprimidos. Logo, uma relação enraizada pela desproporcionalidade estrutural que acomete as sociedades e que mantém as desigualdades.

Além disso, o racismo é mais profundo do que as relações interpessoais. Relacionando-se com a política, economia e direito, arquitetando a estrutura social presente nas sociedades capitalistas, ou seja, ele é atemporal. Dessa maneira, há uma ilusão sobre o ideal de igualdade apregoados pelo Estado contemporâneo. Logo, a perpetuação das desigualdades sociais entre os seres humanos fundadas em estereótipos orgânicos, repugnância à pessoa negra, demonstra o seu caráter acrônico, ou seja, uma discriminação mitigada intemporal. (ALMEIDA, 2019).

Dessa maneira, seguindo o modo de pensar de Almeida (2019), o racismo estrutural relaciona-se intimamente com a segregação racial, a divisão espacial e temporal de indivíduos em localidades predeterminadas- bairros, guetos, periferias etc. Dessa forma, em um corpo social em que o racismo se faz presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de

maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reiterar práticas racistas já reputadas como “normais” no meio social. Por exemplo, o perfilamento nas abordagens policiais e a presunção de que pessoas negras estejam realizando crimes.

Nessa perspectiva, por exemplo, um caso que foi divisor de águas na luta contra o racismo foi o assassinato de George Floyd no dia 25 de maio de 2020 que suscitou protestos em massa em todo o mundo. Em resposta às manifestações o Conselho de Direitos Humanos da ONU promoveu um debate que, por conseguinte, gerou a resolução 43/1 que se referia à formação de um relatório que tinha como objetivo responsabilizar o racismo e as diversas formas de discriminação inerentes a violências policiais e por instituições do governo.

Ademais, nesse breve estudo, foi analisado o contexto do racismo estrutural na sociedade brasileira e observou-se que a arquitetura histórica dessa sociedade reservou ao indivíduo negro um lugar de subalternidade que perdura mesmo com as mudanças nas conjunturas e relações legais, persistindo a influência de uma cultura política de elites, dificultando a modificação desse paradigma, o que contribui para o acobertamento da percepção do racismo contínuo (ALMEIDA 2019). Portanto, há uma falsa percepção de igualdade entre negros e brancos na sociedade brasileira e isso é mascarado pela ideologia da democracia racial.

MARCO TEÓRICO

Ao coligir e desenvolver argumentações sobre o racismo no âmbito do Direito é uma tarefa árdua, pois apesar dessa disciplina ser apta a resolver conflitos, concepções como raça, cor, perfilamento racial, discriminação racial e preconceito não são compreendidos de forma satisfatória. Nesse sentido, essa dificuldade é atribuída a maneira como o tema é considerado no Estado brasileiro, dissimulado pela alegoria da democracia racial que estende seus fios a diversos setores construindo uma estrutura difícil de demolir e torturante para aqueles que a vivenciam.

Além disso, a gênese dessa reflexão vem com estudos fundamentados no livro Racismo Estrutural de Silvio Almeida e em outras bibliografias como, Jason Reynolds e Ibram X. Kendi, Adilson José Moreira, além de, leis infraconstitucionais, documentos das Nações Unidas, jurisprudências e doutrina que falam sobre o racismo estrutural e perfilamento racial. Tudo isso, com o objetivo de demonstrar a relação entre a sociedade brasileira, o racismo estrutural e impacto do perfilamento racial nessa sociedade.

Ademais, destaco-lhes a abordagem dos seguintes temas: discurso sobre o racismo; a concepção de raça e o surgimento do racismo moderno; raça e a cor no cenário brasileiro; nuances do racismo; perfilamento, preconceito e discriminação; reflexo do racismo estrutural; os racismo estrutural; fisionomia, estereótipos sociais e perfilamento racial; desigualdade racial e a alegoria da democracia racial no Brasil; abordagem policial discriminatória e em que consiste a fundada suspeita nas buscas pessoais; a importância da Constituição, das normas infraconstitucionais e internacionais no combate ao racismo.

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado na elaboração desse trabalho consiste numa abordagem com aplicação de materiais bibliográficos e documentais. Ele foi desenvolvido em fundamentações e embasamentos consagrados em materiais já confeccionados, principalmente livros, artigos científicos, teses de mestrado. Logo, tem natureza eminentemente teórica, pois dedica-se a fazer uma elaboração de ideias, conceitos e nuances jurídicas que envolvem a temática. Portanto, utilizou-se do método qualitativo de pesquisa para criação, desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De início, um dos principais objetivos era levar ao conhecimento do público o conceito do racismo estrutural, discriminação, perfilamento racial e evidenciar a incidência dessas práticas nas abordagens policiais. Com o aprofundamento dos estudos dos teóricos como Silvio Luiz Almeida, Adilson José Moreira dentro outros, percebe-se que o racismo estrutural não é uma prática recente e isolada, mas um fenômeno que está intrínseco a sociedade brasileira.

Além disso, mesmo com a superação da escravidão é perceptível que ainda vigora muito dela no corpo social e que grande parte das desvantagens sociais e institucionais são derivadas daquela. Por último, buscou-se entender sobre as abordagens policiais e o fenômeno da fundada suspeito e como resultado, através da análise qualitativa, tem-se que elas acontecem em grande maioria com fundamentos subjetivos e não objetivos como descreve o Código de Processo Penal o que evidencia a prática do perfilamento racial pelos agentes da segurança pública.

Por todo o exposto, fica evidente os diversificados traços de desigualdades e violências sofridas pelo indivíduo negro ultrapassam gerações e, atualmente, são inerentes ao que se denomina de racismo estrutural e que são transpassadas pelas instituições o que se chama de racismo institucional e, logo após, conduzida por agentes do Estado que recebe o nome de perfilamento racial. Tudo isso, está estruturado nas organizações políticas, econômicas e jurídicas da sociedade brasileira.

Além disso, o racismo brasileiro que se explicita de maneira disfarçada e não evidente, não é expresso apenas de modo individual e institucional, porém, é inerente às estruturas sociais brasileiras (ALMEIDA, 2019). Por conseguinte, no atual sistema é evidente que uma das formas mais degradantes de manifestação dessa cólera humana é a violência policial, que faz vítimas, ano após ano, indivíduos negros e principalmente homens jovens.

Desse modo, os diversos modelos de controle social sobre a vida dos indivíduos negros, principalmente após a abolição da escravatura, demonstram que houve sempre a tentativa de inferiorização desses indivíduos, ou seja, uma nova maneira de dominação, sempre modificada com o tempo, mas que relembram o encarceramento e as condições desumanas em que eram submetidos os negros escravizados no Brasil.

O sujeito alvo das arbitrariedades é o jovem negro, que na maioria das vezes é submetido a uma “zona sem direitos” em que sofre intensamente danos físicos, morais e psicológicos e, infelizmente, sob a supervisão e proteção do Estado. Além do mais, essas violações são sistemáticas e fundamentadas na seletividade. Entretanto, como demonstrado, não é um fenômeno contemporâneo, mas uma circunstância praticável desde a colonização e se mantém atualmente. Ademais, como trata-se de atos estruturais e institucionais incidem diretamente no processo penal e no direito penal, logo, há uma predisposição na criminalização de uns em contrapartida de outros, com isso o sistema perdura nas desigualdades.

Por conseguinte, através da perspectiva de reconhecimento da história e da instituição e manutenção de um direito antidiscriminatório, além da, aplicabilidade dos estudos das ciências criminais é que se poderá conhecer e reconhecer o racismo estrutural, institucional e as arbitrariedades sobre pobres e negros que se legitimam há séculos pelo Estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural/** Silvio Luiz de Almeida- São Paulo: Sueli Carneiro Pólen, 2019.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal, **HC nº 82.424/RS**; Paciente: Siegfried Ellwanger; Impetrante: Werner Cantalício; Relator: Moreira Alves; 2003; Lex: jurisprudência do Supremo tribunal Federal; Rio Grande do Sul.

BRASIL. **Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em 1 de novembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.459/97, de 13 de maio de 1997**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm. Acesso em 1 de novembro de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em 1 de novembro de 2023.

MOREIRA, Adilson José. **Tratado de direito antidiscriminatório**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

MARCÃO, Renato **Curso de processo penal** / Renato Marcão. 4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MOREIRA, Adilson José; FABRETTI, Humberto. “Masculinidade e criminalidade em Moonlight: um estudo sobre as relações entre identidade e delinquência”. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, vol. 19, n. 2, 2018.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**, Tomo IV, 21 edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1993.

MATOS, Camila Tavares de Moura Brasil. **A percepção da Injuria Racial e Racismo entre os Operadores do Direito**. São Paulo, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros Editora, 2005. p. 15.

ANÁLISE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA RURAL

Francisca Ivanete dos Santos¹, (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: francisca.ivanete@fvj.br); Orientadora: **Acemira Maria Ferreira Ribeiro²,** (professora especialista do Curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo trata-se de uma análise da conjuntura dos segurados especiais da previdência social, os trabalhadores rurais brasileiros, expondo as necessidades inerentes às normas legais atinentes a esta categoria, explanando dentro de um padrão a perspectiva da seguridade social. Também apresenta uma cronologia da história previdenciária e sua evolução, seus avanços e recuos constantes, fazendo uma investigação histórica da evolução normativa da seguridade social no Brasil demonstrando as categorias do segurado especial, dentro da previdência social. De forma mais específica, e valendo-se de dados bibliográficos e documentais, usando recursos a fontes secundárias, as normas, Constituição Federal e Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, apresentar de forma reflexiva como base o princípio da solidariedade que rege o sistema de seguridade social como um todo, e indicadores socioeconômicos que demonstram uma realidade desproporcional em diversos aspectos na zona rural do país. Ao final, apresenta considerações que, longe de se pretenderem definitivas, almejam se somar a outros tantos estudos e contribuir para uma necessária reflexão e a difusão de informações de indiscutível importância para o aperfeiçoamento das relações de consumo nos dias atuais.

Palavras-chave: aposentadoria; especial; reforma; previdência.

INTRODUÇÃO

Esse estudo teve como objetivo apresentar um trabalho voltado para análise dos requisitos para a concessão de aposentadoria por idade rural aos trabalhadores rurais, considerando os desafios e as facilidades atuais, que surgiram devido às alterações na legislação e nos procedimentos para reivindicar esse direito. Ele também descreve a jornada enfrentada pelos trabalhadores rurais até que a aposentadoria seja concedida. Destacando, a relevância do percurso que o Beneficiário enfrenta diante as exigência previdenciária no processo probatório para comprovar atividades agrícolas por 15 anos atividades ininterruptas, sendo esse procedimento administrativo , no aplicativo meu INSS, que requer domínio digital, amplitude de provas documentais que requer um esforço que muitos Beneficiário desconhecem, Isso inclui identificar as dificuldades que eles enfrentam para comprovar seu direito, que geralmente envolvem a apresentação de evidências não registradas, e avaliar as facilidades introduzidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para simplificar o processo de previdência social. Além disso, esta monografia terá como base principal a Lei nº 8.213/91, que estabelece o Plano de Benefícios da Previdência Social, com foco especial nos artigos que abordam a aposentadoria por idade rural. O objetivo é identificar os critérios e os desafios enfrentados pelos seguros especiais nesse contexto, a fim de identificar eventuais falhas, lacunas ou desafios que possam afetar a efetividade do sistema previdenciário brasileiro. Sendo assim, o trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. Para tanto, proceder-se-á, no primeiro capítulo vamos apresentar um estudo da previdência social, elencando uma síntese histórica de seus avanços e recuos. No segundo capítulo, abordaremos a aposentadoria por idade rural, que é o foco desta monografia. Este capítulo incluirá subcapítulos que abordarão os seguintes tópicos: conceito e noções gerais de aposentadoria por idade rural, os segurados especiais, os meios de comprovação da atividade rural e as dificuldades causadas nesse processo. Isso permitirá uma análise mais aprofundada do

tema central deste trabalho. No terceiro capítulo, serão listados os entraves e facilidades relacionadas à concessão da aposentadoria por idade rural, considerando a análise dos critérios e dos desafios na apresentação de provas. Este capítulo abordará e discutirá como o processo administrativo digital, as mudanças nos métodos de comprovação e a falta de uniformidade nas decisões dos servidores ao julgar os processos. Com base no que foi discutido neste trabalho, podemos concluir que as recentes alterações no processo administrativo previdenciário e na legislação relacionada à reforma por idade rural, juntamente com as dificuldades enfrentadas pelos segurados ao comprovar o exercício da atividade rural, um ônus que recai sobre eles, tornam a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural um processo mais desafiador. Neste contexto quando benefício administrativo é desfavorável ao Beneficiário, inicia-se o contencioso litígio, ainda no seguimento administrativo com a interposição do recurso ordinário para a Junta de Recursos da Previdência Social, no prazo legal de trinta dias, contado continuamente da data da ciência da decisão.

MARCO TEÓRICO

O marco teórico desta pesquisa foi fundamentado em pesquisa bibliográfica, artigos científicos, também em doutrinadores, e em leis. A lei nº 8.213/1991, no seu art. 1º aborda sobre a previdência social, mediante suas contribuições, e direitos aos benefícios, a lei 13.846/2019, que determina que a partir de janeiro de 2023 o CNIS será o meio exclusivo de prova da condição e comprovação do tempo de serviço por parte do segurado especial, sendo essa, mais uma das alterações do meio de prova que visam simplificar o procedimento. Também foram elencados os princípios fundamentais por meio da constituição de 1988. A Emenda Constitucional n. 103/2019, 12 de novembro de 2019 que trouxe grandes mudanças não muito benéficas ao agricultor, tendo este que comprovar 180 meses trabalhados em atividades rurais, além de ter alterado a idade mínimo sendo mulher 55 para 57 e posteriormente para 62 anos e homem de 60 para 62 anos, posterior a 65 anos.

METODOLOGIA

As técnicas de pesquisa empregadas são de natureza bibliográfica e qualitativa, baseando-se em fontes de informações disponíveis em sites institucionais e organizacionais, bem como em bibliotecas virtuais. A pesquisa será conduzida com critérios de pesquisa relacionados à concessão da contribuição rural.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho bibliográfico qualitativo, abordou o direito previdenciário, o seu conhecimento e estabelecimento dentro do Direito da Seguridade Social com objetivo de compreender os mecanismos da legislação, princípios, garantias e autonomia dentro de nosso ordenamento jurídico. Este estudo proporcionou uma análise abrangente do procedimento administrativo para concessão de aposentadoria rural, revelando nuances complexas e desafios enfrentados tanto pelos Beneficiários quanto pela administração pública. Diante das reflexões apresentadas, é possível destacar algumas conclusões relevantes. Por fim, é importante destacar que o tema abordado engloba situações de grande interesse para aqueles que dependem de previdência social para obter benefícios. Neste contexto quando benefício administrativo é desfavorável ao Beneficiário, inicia-se o contencioso litígio, ainda no seguimento administrativo com a interposição do recurso ordinário para a Junta de Recursos da Previdência Social, no prazo legal de trinta dias, contado continuamente da data da ciência da decisão. O Beneficiário pode entrar na via judicial contra o Estado, nessa fase necessita dos advogados, na via judicial só se mostra como alternativa quando não há mais o que ser feito na via administrativa. O que não se aconselha, mormente as decisões administrativas em grau de recurso tenham se mostrado bem mais eficazes que a visão dos magistrados, é que se deixe de esgotar a via recursal no âmbito do Conselho de Recursos, quando violado o princípio da dignidade da pessoa humana. Para melhorar a falta de preparo técnico dos beneficiários no processo, Considerando o trabalho exposto ,segue sugestões é necessário adotar abordagem práticas e estratégias que facilitem a compreensão e a participação efetiva do Beneficiário, seguem algumas sugestões: Desenvolver material educativo claros e objetivos; adotar recursos visuais; convém que os sindicatos conscientizem aos agricultores da importância de armazenar provas; buscar colaboradores com organizações locais, como escolas, centros comunitários e organizações não governamentais com realizações de sessões para disponibilizar esclarecimento presenciais especializados, com campanhas de conscientização os Beneficiário e Sistema Previdenciário, culminaram no princípio da equidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional n. 103/2019, 12 de novembro de 2019.

BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [2015].

BRASIL. Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custo, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999].

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL: PRINCÍPIO E DIREITO CONSTITUCIONAL

Francisca Valfisia da Silva¹, Aluna do Curso de Direito da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: valfisia@hotmail.com, Orientador² Xeila Maiane da Silva Freitas Professor Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: xeila.freitas@unijaguaribe.edu.br.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo principal identificar se a Educação enquanto Direito Fundamental, princípio e norma constitucional é garantida a todos. Se esse direito é efetivado, assegurando acesso, universalização e a permanência a todos os estudantes nas faixas etárias e etapas escolares conforme o dispositivo constitucional. A importância dessa temática, é clara, é explícita, pois a educação deve ser a base de toda a sociedade livre, consciente, emancipada. O Direito à Educação representa assim, uma possibilidade, uma oportunidade para garantir que a nação seja democrática, conchedora dos seus direitos e deveres. O interesse pela presente pesquisa dá-se ao fato da nossa Carta Magna, A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, postular, assegurar dentro do Estado Democrático de Direitos a educação como direito fundamental.

Palavras-chave: direito educacional; educação; justiça social; direitos humanos.

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo principal identificar se a Educação enquanto Direito Fundamental, princípio e norma constitucional é garantida a todos. Se esse direito é efetivado, assegurando acesso, universalização e a permanência a todos os estudantes nas faixas etárias e etapas escolares conforme o dispositivo constitucional.

De forma mais específica, a pesquisa procurou perceber quais mecanismos são utilizados na consecução do objetivo supracitado e quais os desafios institucionais encontrados para a promoção desse Direito. Procuramos identificar ainda o papel da educação pública no desenvolvimento e bem-estar da sociedade. A educação pública é Justiça Social, procuramos refletir como a Educação se relaciona, se conecta, com Direitos Humanos na promoção da dignidade da pessoa humana. O Direito à Educação representa assim, uma possibilidade, uma oportunidade para garantir que a nação seja democrática, conchedora dos seus direitos e deveres.

Como resultados, desdobramento, observamos pelas leituras, pesquisas realizadas que o Direito à Educação está assegurado, mais que muitas vezes, em virtude de algumas limitações, de vários fatores e/ ou elementos, nem todos conseguem usufruir de forma satisfatórias dos direitos proclamados, contudo reforçamos o papel da sociedade e das instituições, de vigilantes e guardiões desse direito, devem cobrar e corroborar para que o Direito à Educação, chegue a todos, sem distinção.

MARCO TEÓRICO

Nesse estudo estudamos, pesquisamos vários autores e referências bibliográficas. Teve como âncora a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pois é quem garante a educação como direito fundamental, assegurando que para se exercer a cidadania de forma plena, se faz necessário reconhecer a importância da educação, pois a mesma é um direito fundamental e para usufruir deste a educação formal é a base que proporciona o mínimo de igualdade para que se tenha cidadania, devendo o Estado assegurar esse direito. O direito à educação exige que todos reflitam sobre a natureza jurídica da universalização desse direito fundamental, com a necessária implementação de políticas públicas que são essenciais para efetivação desse direito.

Em Bobbio, (1992, p.16), podemos refletir que o problema fundamental em relação aos direitos do homem, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político, segundo o autor. O que precisa ser assegurado cotidianamente aos cidadãos, são as garantias, e não os direitos, propriamente ditos. Os direitos já estão regulamentados, mas precisam ser efetivados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), regulamenta, materializa, norteia, mostra como o direito à educação, que é dever estatal, deve acontecer. Apresenta a escola como espaço de formação de cidadania e percebe-se ainda um avanço no social, democrático, quando coloca a liberdade e a tolerância como bases para o ensino.

METODOLOGIA

A pesquisa, ora apresentada, no que se refere à sua perspectiva teórico-metodológica, assume o referencial bibliográfico, crítico, caracterizando-se como uma investigação de abordagem qualitativa.

O estudo em termos teóricos metodológicos baseou-se em autores como Minayo (2005). Foi utilizado documentos, livros, artigos, produções científicas variadas. Sobre pesquisa qualitativa, Minayo (*loc cit.*) afirma que ela responde a questões muito particulares, porque se preocupa, nas ciências humanas e sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, quando envolve a temática educação, a abordagem qualitativa ganha espaço e significado, pois trabalha com um universo de descobertas subjetivas, trabalha com um universo de significados, motivos, causas, aspirações, crenças, valores, posturas e atitudes, o que equivale a um espaço mais profundo, denso, das relações e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, ou mensurados. A análise constituiu o foco central da discussão.

CONCLUSÕES FINAIS

Como resultados, desdobramento, observamos pelas leituras, pesquisas realizadas que o Direito à Educação está assegurado, mais que muitas vezes, em virtude de algumas limitações, de vários fatores e/ ou elementos, nem todos conseguem usufruir de forma satisfatórias dos direitos proclamados, contudo reforçamos o papel da sociedade e das instituições, de vigilantes

e guardiães desse direito, devem cobrar e corroborar para que o Direito à Educação, chegue a todos, sem distinção.

Esse Direito muitas vezes latente, é atual e clama por justiça. Precisa-se discutir e criar mecanismos para que a qualidade da educação possa ser exigida pelo sistema de justiça, muito embora não represente a solução, a garantia da oferta de qualidade para aqueles que estão matriculados, mas reverbera em um significativo mecanismo de controle da ação Estatal, fazendo com que se usufrua dos direitos proclamados em nossa legislação.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 14 out. 2023.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2007.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre a minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2003.

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 13.846/2019 NA COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL PELO SEGURADO ESPECIAL

Francisco Deusivando Lemos Silva¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – e-mail: vando.silva@fvj.br), Orientador (a)², (Professora Xeila Maiane da Silva Freitas do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – e-mail: xeila.freitas@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a nova metodologia de ratificação da atividade rural pelos trabalhadores rurais classificados como segurados especiais após a publicação da Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 e quais seus impactos no acesso a benefícios previdenciários. Parte-se desde uma evolução histórica sobre a proteção previdenciária dessa parcela de trabalhadores até as recentes alterações legislativas, de forma que se busque demonstrar que em razões de diversos fatores que envolve esse grupo de segurados obrigatórios, tais mudanças normativas acabaram por restringir e cercear o acesso dos segurados especiais a proteção da Previdência Social.

Palavras-chave: direito; seguridade social; atividade rural.; segurado especial; lei 13.846/2019.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui exposta possui como principal objetivo abordar a nova metodologia para a comprovação do tempo de trabalho rural pelo segurado especial para fins de acesso a benefícios previdenciários, após a publicação da lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, de forma que seja possível perceber quais os reflexos decorrentes das recentes alterações legislativas no que tange ao acesso dos trabalhadores rurais caracterizados como segurados especiais à Previdência Social. O denominado segurado especial ao lado do empregado, do empregado doméstico, do trabalhador avulso e do contribuinte individual é considerado segurado obrigatório da Previdência Social, conforme dispõe o inciso VII do art. 11 da lei 8.213/1991, que de uma forma bem genérica envolve o produtor rural, desde que exerça a atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, ou o seringueiro ou extrativista vegetal, bem como o pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca sua profissão habitual ou principal meio de vida.

Diante dessa particularidade se faz essencial o estudo detalhado de todos os elementos que envolvem o segurado especial, tais como a filiação, enquadramento e comprovação da atividade, visto que constituem parte do processo para obtenção de benefícios previdenciários.

MARCO TEÓRICO

A CF/88 instituiu uma nova ordem jurídica e de imediato, tratou de igualar os direitos sociais ali listados tanto para os trabalhadores urbanos quanto para os rurais. Instituiu ainda a figura do segurado especial, completa inovação, passando a garantir proteção a essa classe de trabalhadores.

É possível perceber um tratamento diferenciado a essa classe de segurado obrigatório, principalmente no que diz respeito ao recolhimento facultativo da contribuição, sendo que, caso opte por não recolher, ainda assim, fará jus a alguns benefícios, sempre no valor de um salário mínimo, e desde que comprovado o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses correspondente à carência do benefício pretendido.

Nesse sentido, segundo (Berwanger, 2018, p. 15), “se é, ao menos em tese, o trabalho que vincula o trabalhador ao sistema previdenciário, agiu bem o constituinte ao determinar uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre rurais e urbanos”. Segundo Martinez (2013), a amplitude do conceito refere-se a vários tipos de pequenos produtores, que exercem a atividade rural de forma individual, ou, sob o regime da economia familiar, com vistas à subsistência, na condição de proprietários, parceiros, meeiros ou arrendatários, de pequenas frações de terra.

Para que possamos melhor compreender as alterações trazidas pela lei 13.846/2019 na forma como é comprovado o exercício de atividade rural para fins de acesso aos benefícios previdenciários, torna-se importante entender como era a sistemática anterior, para que posteriormente seja possível a realização de um paralelo entre ambas as sistemáticas. Segundo Savaris (2014), a regra predominante no direito previdenciário brasileiro, é a de que as circunstâncias de interesse dos segurados e dependentes podem ser comprovadas por qualquer meio de prova.

Ainda segundo Savaris (2014), a necessidade de início de prova material se justifica na exigência de que o reconhecimento desse fato de caráter relevante e singular para o Direito Previdenciário se opere com segurança jurídica. Nessa lógica, tendo em vista que o Poder Público não dispõe da estrutura necessária para a avaliação da veracidade dos fatos alegados pelas testemunhas, faz-se fundamental a exigência de elementos de prova que surgem a partir de circunstâncias alheias ao conflito administrativo e jurisdicional.

Representando completa inovação no cenário legislativo, a lei 13.846/2019, foi criada com a finalidade principal de combater fraudes e de analisar processos que apresentem indícios de irregularidade ou potencial risco de realização de gastos indevidos na concessão, no recurso ou na revisão de benefícios administrados pelo INSS. No tocante exclusivamente ao segurado especial, merece atenção o art. 38-A, segundo o qual, o Ministério da Economia manterá sistema de cadastro dos segurados especiais no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), podendo firmar acordo de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com outros órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal para a manutenção e a gestão do sistema de cadastro.

Tal sistema preverá a manutenção e a atualização anual do cadastro e conterá as informações necessárias à caracterização da condição de segurado especial. Em igual destaque, citamos o art. 39-B, que em seu §1º determina que a partir de 1º de janeiro de 2023, a comprovação da condição e do exercício da atividade rural do segurado especial ocorrerá, exclusivamente, pelas informações constantes do cadastro a que se refere o art. 38-A.

METODOLOGIA

Por tratar-se de um estudo multidisciplinar, buscou-se o devido aprofundamento do estudo em trabalhos e teses atinentes ao objeto de investigação e que ancorassem teoricamente a referida pesquisa. Dessa maneira, para a construção desse trabalho, busca-se alicerçar uma pesquisa bibliográfica em textos legais, a fim de que haja fundamentação teórica, elaborada através de materiais já publicados sobre o assunto em questão. Desse modo, a metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho envolve a busca por conhecimento por meio de estudos de teses, doutrinas, dissertações, artigos e textos legais, prestigiando, assim, como já explanado, a pesquisa de enfoque bibliográfico.

RESULTADOS E DISCURSSOES

Inicialmente, é preciso ter em mente que a lei 13.846/2019 apesar de ter sido editada com o viés de trazer objetividade, clareza e segurança na forma de comprovação da atividade rural pelo segurado especial, acabou por burocratizar e enrijecer drasticamente a metodologia de comprovação do exercício de atividade rural. É evidente que as mudanças legislativas cercearam a liberdade de meios de prova do tempo rural no âmbito administrativo ao impor a construção de um cadastro de segurados especiais, sendo, portanto, está a única forma prevista para a comprovação do exercício de atividade rural.

Diante disso, cria-se um cenário em que tais mudanças legais acabaram por instituir graves barreiras para comprovação do tempo rural trabalhado pelo segurado especial, visto que praticamente impõe coercitivamente esta classe de segurados obrigatório à inscrição e atualização anual no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS.

Destaca-se ainda que, tais mudanças, fere de forma significativa o princípio da universalização da cobertura e do atendimento, o qual, relembrase, segundo Ivan Kertzman (2015), tem por conteúdo a perspectiva de que toda a população deve ser protegida dos riscos sociais, através do sistema de Seguridade Social, de forma que no tocante à Previdência Social, esta deve ser disponibilizada a generalidade dos trabalhadores que exerçam atividades remuneradas e lícitas, sejam elas urbanas ou rurais, sem distinções

CONSIDERAÇOES FINAIS

De forma objetiva, o presente trabalho teve por finalidade básica analisar a nova forma de comprovação do exercício de atividade rural pelo segurado especial para fins de acesso a benefícios previdenciários, conforme alterações promovidas pela Lei 13.846/2019, de forma que seja possível avaliar quais os impactos perante essa parcela de segurados obrigatórios e estabelecer parâmetros frente aos princípios constitucionais e previdenciários relacionados ao tema.

Diante desse contexto, faz necessário ressaltar de forma sucinta, segundo as lições de Castro & Lazzari (2020), que a partir de quando o CNIS atingir 50% dos segurados especiais conforme o PNAD (art. 25, § 1 da EC 103/2019), a comprovação da condição e do exercício da atividade rural do segurado especial ocorrerá exclusivamente pelas informações constantes do CNIS. Para o período anterior a essa data, o segurado especial comprovará o tempo de exercício da atividade rural por meio de autodeclaração ratificada por entidades públicas credenciadas, nos termos do disposto no art. 13 da Lei n. 12.188/2010, e por outros órgãos públicos, na forma prevista no Regulamento.

REFERENCIAS

BERWAGNER, Jane Lucia Wilhelm. **Segurado Especial: O Conceito Jurídico para Além da Sobrevida Individual**. Juruá: Curitiba, 2013.

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário**. 12. Salvador: Juspodvm, 2015. p. 731. Vol. Único.

LAZZARI, João Batista e CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 5.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de Direito Previdenciário**. 5. São Paulo: LTr, 2013.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Operação Pente-Fino e Minirreforma Previdenciária**. Porto Alegre: Paixão Editores, 2019.

O PRÍNCIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COMO LIMITADOR DO PODER PUNITIVISTA DO ESTADO

Francisco Fábio Matias Moura¹, (aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: 2018226700@fvj); Jéfter de Oliveira Sobreira², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

O trabalho realiza uma análise profunda da legitimidade do Princípio da Presunção de Inocência como um instrumento inibidor de condenações injustas, examinando as garantias proporcionadas por esse princípio no ordenamento jurídico brasileiro. Justifica a importância dessa salvaguarda constitucional como um freio ao poder punitivo que é conferido ao Estado.

A metodologia utilizada inclui a qualitativa com levantamento bibliográfico de obras acadêmicas (teses e dissertações) e livros jurídicos, bem como a análise documental de leis e jurisprudências. O trabalho aborda, ainda, os entendimentos de renomados teóricos sobre a importância da garantia de se presumir inocente, apresentando a definição jurídica do Princípio da Presunção de Inocência e analisando sua origem histórica em conexão com transformações sociais e políticas. Além disso, explora a implementação desse princípio no Brasil, influenciada por evoluções sociais e adesões a pactos internacionais. O estudo expõe legislações infraconstitucionais que se relacionam tanto de maneira positiva quanto negativa com a garantia da presunção de inocência, destacando o entendimento de doutrinadores sobre essas divergências. Ademais, é borda os meios pelos quais o Estado busca efetivar essa salvaguarda, sublinhando a necessidade de supervisão pelos órgãos estatais para assegurar a legitimidade do processo penal. Além disso, é dissertado sobre as últimas interpretações do Supremo Tribunal Federal, incluindo a decisão sobre a constitucionalidade da execução da pena após condenação em segunda instância e os efeitos dessa decisão. Por fim, é destacado a importância contínua da observação do Princípio da Presunção de Inocência para evitar condenações precipitadas, de maneira que, assim, a verdadeira justiça seja feita.

Palavras-chave: Presunção de Inocência; Princípio; Direito Penal; Direitos Fundamentais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso propõe uma análise aprofundada da

legitimidade do princípio da presunção de inocência como limitador do poder punitivista estatal. O objetivo geral é examinar as garantias proporcionadas pela implementação desse princípio no ordenamento jurídico brasileiro. Os objetivos específicos incluem verificar se a persecução penal entra em conflito com o referido princípio e se este atua como um fator inibidor de condenações injustas.

Ademais, as justificativas destacam a relevância dessa garantia constitucional para com o acusado de um crime, sublinhando seu papel como instrumento de freios e contrapesos dos poderes conferidos ao Estado, bem como contribuir para evitar a arbitrariedade inerente ao poder legítimo de punição detido por aquele. A metodologia que será utilizada inclui a qualitativa com levantamento bibliográfico de obras acadêmicas (teses e dissertações) e livros jurídicos, bem como a análise documental de leis e jurisprudências. Nesse contexto, no primeiro capítulo do presente trabalho serão abordados entendimentos dos mais renomados teóricos que dissertam a respeito das diferenças entre princípios e regras, destacando as suas diferenças e complementariedades de seus papéis na garantia da estabilidade e previsibilidade de direitos no ordenamento jurídico nacional.

Será explorada ainda a definição jurídica do princípio da presunção de inocência, explanando as definições dadas por doutrinadores que o melhor define. Será mostrada a origem da referida garantia constitucional na sociedade, bem como sua evolução histórica, cuja é intrinsecamente ligada às transformações sociais e políticas que ocorrerão ao longo dos séculos e como essas mudanças sociais, marcadas por revoluções passadas, influenciaram na construção desse princípio.

No segundo capítulo serão abordados os fatores que conduziram à implementação do Princípio da Presunção de Inocência no Brasil, influenciada pelas mudanças nas constituições brasileiras e pelas participações do país em pactos internacionais, bem como os objetivos pelos quais fizeram com que o legislador na Constituição Federal de 1988 inserisse no art. 5º a garantia a presunção de inocência.

Ato continuo, serão analisadas as legislações infraconstitucionais que delineiam a persecução criminal, além de como deve ser a atuação dos órgãos de justiça criminal (Policia, Ministério Público e Poder Judiciário), os quais devem alinhar-se em suas atividades assegurando a promoção de preceitos legais já existentes.

Assim sendo, será feita análise da legislação processual penal, a partir das prescrições legais existentes naquela norma, bem como dos entendimentos doutrinários que serão expostos, no que diz respeito às prisões cautelares em comparação a defesa da presunção de inocência.

Por último, no terceiro capítulo, será abordada à garantia a segurança pública como direito social previsto na CF-88, cuja será destacado a necessidade de haver um equilíbrio ponderado entre o princípio da presunção de inocência e o direito à segurança pública. Será ainda exposto, por meio de prescrições legais e entendimentos doutrinários que os órgãos estatais tem a responsabilidade de garantir a aplicação das leis e prevenir a prática de atos ilegais, de maneira que a abordagem, a investigação e a condenação devem ser sempre baseadas em fundamentações previstas no ordenamento jurídico nacional.

Outrossim, será dissertado sobre a efetivação do princípio da presunção de inocência junto aos poderes do Estado, trazendo à tona as mudanças pelas quais o Estado deve buscar enfeitar a referida garantia. O trabalho apresentará ainda a necessidade de observação do aludido princípio pelos órgãos estatais para que assim busque efetivar aquele direito, demonstrando, a partir de entendimentos doutrinários, como deve ser fundamentada a abordagem policial, a investigação, a acusação e a custódia cautelar e permanente, para que dessa forma seja assegurada a promoção do princípio da presunção de inocência, de maneira a garantir a legitimidade do processo penal e, consequentemente, da condenação criminal.

Por fim, o trabalho apresentará em sua totalidade análises de renomados

doutrinadores sobre a garantia à presunção de inocência, bem como as últimas interpretações do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema, com destaque para a decisão que julgou inconstitucional a execução da pena após condenação em segunda instância e os efeitos da sua inobservância. Na conclusão, o feito será contextualizado, demonstrando que a implementação contínua desse princípio no ordenamento jurídico nacional, ressalta a importância de evitar condenações precipitadas e, consequentemente, o vilipendio de direitos que foram consagrados ao logo dos séculos.

MARCO TEÓRICO

Como fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Reale (1986 e 2003), Mello (2000), Ávila (2008 e 2012), Lenza (2020), Alexandrino (2016), Foucalt (1999), G IACOMOLLI (2016), Nucci (2005) e (2020), Mirabette (2001), Tourinho (2004), Di Pietro (2010), Lopes (2013) e Karam (2009, para fortalecer e aprimorar a pesquisa bibliográfica. Dessa forma abordando as análises históricas, conceituais e garantistas relacionadas ao tema em estudo, ressaltando para a defesa do Princípio da presunção de Inocência no âmbito da atuação estatal.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada inclui a qualitativa com levantamento bibliográfico de obras acadêmicas (teses e dissertações) e livros jurídicos, bem como a análise documental de leis e jurisprudências.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em síntese, o presente trabalho de conclusão de curso ressalta a importância do princípio da presunção de inocência em um Estado democrático de direito como instrumento limitador do poder punitivista que é conferido ao Estado, princípio aquele que está consagrado no rol dos direitos e garantias fundamentais previstos na CF-88. Ao longo do trabalho, evidencia-se que a evolução histórica da humanidade foi fundamental para o surgimento dessa garantia constitucional, servindo como um instrumento de equilíbrio de poderes conferidos ao Estado e seus agentes. Sua inclusão no ordenamento jurídico brasileiro não apenas refletiu uma tendência contemporânea, mas também atendeu a demandas internas e externas por instrumentos que promovam os direitos humanos.

Observa-se ao longo do trabalho que a referida garantia constitucional não é absoluta, admitindo exceções legítimas e proporcionais. Embora, em princípio, o acusado deva enfrentar o processo penal em liberdade, o legislador brasileiro estabeleceu que em situações excepcionais qualquer pessoa passível de responsabilidade criminal possa ser paciente de medidas e prisões cautelares, sem que ainda exista decisão condenatória transitada em julgado. Nesse contexto, conclui-se que o direito à presunção de inocência não deve ser considerado ilimitado, dada a natureza excepcional daquelas medidas, cujo propósito é preservar elementos essenciais do processo criminal, prevenindo danos irreparáveis à vítima, ao autor e à sociedade.

Outrossim, infere-se do trabalho que a abrangência do princípio da presunção de inocência, conforme evidenciado no terceiro capítulo, não se limita somente ao âmbito jurídico. Ele se estende significativamente à esfera da segurança pública, sendo consagrado na CF-88 como um dever do Estado. Nesse cenário, destaca-se a necessidade premente de um trabalho imparcial por parte dos órgãos e agentes responsáveis por garantir a segurança pública. Devendo, pois, adotarem uma atuação profissional isenta de preconceitos e intuições

pessoais, com o intuito de preservar os direitos individuais dos cidadãos. Dessa forma, nota-se que essa exigência não apenas fundamenta a eficácia da segurança pública, mas também resguarda os princípios essenciais para uma futura persecução criminal legítima, posto que, foram observadas as garantias que são intitulados ao paciente da atuação estatal.

Ademais, constata-se que a observância do princípio da presunção de inocência por parte do Estado e de seus agentes não apenas garante a justiça individual, mas também desempenha um papel crucial na preservação dos direitos consagrados no ordenamento jurídico nacional, prevenindo possíveis arbitrariedades estatais. Logo, esse direito não deve se limitar à sua interpretação literal, vendendo, pois, representar um compromisso estratégico e abrangente do Estado, assegurando, verdadeiramente, a justiça e o respeito aos direitos fundamentais de cada cidadão. E, por conseguinte, ao manter esse princípio como alicerce do tratamento dispensado aos investigados, o Estado cumpre sua obrigação de proteger não apenas a sociedade, mas também a integridade daqueles que enfrentam o sistema jurídico acusatório, desejando que seja observada a garantia da presunção de inocência.

Assim sendo, vê-se que o princípio da presunção de inocência reforça a imperativa necessidade de manter essa presunção como alicerce crucial no tratamento de alguém que é presumido ser autor de um crime. À vista disso, o Estado, seus poderes e seus agentes públicos devem atuar como guardiões dessa garantia fundamental ao longo de todo o processo penal, até que uma decisão condenatória ou absolutória definitiva seja proferida. Essa garantia constitucional visa evitar injustiças e preservar a integridade do acusado frente aos poderes que são conferidos ao Estado. Dessa forma, ampliando a responsabilidade estatal para além da proteção da sociedade, abrangendo também a do acusado, prevenindo o vilipêndio de direitos fundamentais e individuais consagrados ao longo dos tempos.

REFERÊNCIAS

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo : Malheiros, 2000.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

LOPES JR, Aury. **Prisões Cautelares**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO INQUÉRITO 4781/DF INSTAURADO DE OFÍCIO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Francisco Jean de Oliveira Silva¹, (Aluno do curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe,
E-mail: francisco.jean@fvj.br); Sandro Luís Brito Novais², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe,
E-mail: sandro.novaes@fvj.br).

RESUMO

O cenário político pós-eleição presidencial de 2019 no Brasil foi marcado por uma intensa polarização, alimentada pela disseminação exponencial de notícias em meio digital. O radicalismo político e o ódio tornaram-se proeminentes, destacando-se notícias falsas envolvendo sobremaneira os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e seus familiares. Em resposta a esse contexto, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, instaurou o Inquérito 4.781/DF em 14 de março de 2019, visando investigar a propagação de *fake news*, denúncias caluniosas, ameaças e infrações contra a honra dos membros da Suprema Corte. A instauração do inquérito sem prévia comunicação à Procuradoria Geral da República gerou controvérsias, levantando questionamentos sobre possíveis violações constitucionais. Este trabalho monográfico propõe analisar a constitucionalidade do Inquérito 4.781/DF, com objetivos específicos, como a apresentação dos princípios constitucionais norteadores do processo penal, a exposição dos sistemas processuais penais adotados no Brasil, a análise da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 572 e a verificação de violações normativas.

Palavras-chave: constitucionalidade; inquérito; ofício; supremo; tribunal.

INTRODUÇÃO

Em 2019, após a corrida presidencial, o país vivia um cenário de polarização política, com uma repercussão midiática exorbitante. As polêmicas envolvendo os dois lados da moeda, o radicalismo político e ódio tomaram conta do país. Em plena era digital, a disseminação de notícias cresce exponencialmente, atingindo dimensões inimagináveis. Porém, nem toda informação transmitida é dotada de veracidade, e é neste terreno que surgem as *fakes News* ou notícias falsas, consubstanciadas em informações inverídicas propagadas irresponsavelmente com fins diversos, mas invariavelmente espúrios. No período referido, notícias infundadas tiveram como alvo precipuamente os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e também

familiares destes, e a proliferação de tais inverdades logo fez com que o assunto restasse sob os holofotes da grande mídia nacional, escalando a já instalada polarização social, acirrando ânimos e, por conseguinte, dando azo a comportamentos –alguns extremados– notadamente nas redes sociais, os quais, conforme juízo preliminar do presidente do Pretório Excelso, teriam configurado crimes contra ditas autoridades. Na linha do acima descrito, e como forma de tomar as medidas cabíveis diante de tais fatos, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, no dia 14 de março de 2019, através da portaria GP 69/2019 instaurou o inquérito 4.781/DF, “considerando a existência de notícias fraudulentas (*fake News*), denunciações caluniosas, ameaças e infrações revestidas de *animus calumniandi, diffamandi* e *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros e familiares”; e ainda “que velar pela intangibilidade das prerrogativas do Supremo Tribunal Federal e dos seus membros é atribuição regimental do Presidente da Corte (RISTF, art. 13, I);”. De tal forma, tem-se como objetivos específicos deste trabalho monográfico: (a) apresentar os princípios constitucionais norteadores do processo penal aplicáveis ao inquérito 4.781/DF; (b) expor os sistemas processuais penais e analisar qual sistema foi adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro; (c) analisar os argumentos e fundamentação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 572; (d) verificar se a instauração do inquérito violou normas constitucionais e infraconstitucionais; e, por fim, (e) analisar a receptividade do Artigo 43 do RISTF pela Constituição Federal de 1988, levando ao inexorável questionamento: é constitucional a instauração do inquérito 4781/DF pelo próprio Supremo Tribunal Federal?

MARCO TEÓRICO

O cenário político brasileiro, marcado pela intensa polarização após a corrida presidencial de 2019, trouxe à tona não apenas divergências ideológicas, mas também desafios cruciais para a estabilidade institucional. Nesse contexto, a disseminação de notícias falsas, especialmente direcionadas aos membros do Supremo Tribunal Federal (STF) e seus familiares, suscitou a instauração do inquérito 4.781/DF, liderado pelo então presidente do STF, ministro Dias Toffoli. A decisão de instaurar o referido inquérito sem prévia comunicação à Procuradoria Geral da República (PGR) e a designação específica do ministro Alexandre de Moraes como relator sem sorteio provocaram intensas discussões sobre a constitucionalidade de tais medidas.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou o método exploratório, levantando informações e familiarizando-se com o tema. Bem como foi realizada a pesquisa bibliográfica, analisando livros, *websites*, revistas e artigos científicos, e uma pesquisa documental, examinando documentos escritos relacionados ao problema em estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No decorrer do estudo, os sistemas processuais penais foram examinados, evidenciando a adoção do sistema acusatório pelo ordenamento jurídico brasileiro. A análise dos princípios constitucionais norteadores do processo penal ressaltou a importância de princípios como o devido processo legal, contraditório e ampla defesa. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 572 foi minuciosamente explorada, expondo os argumentos e fundamentações que fundamentam a análise da constitucionalidade do inquérito. Foram identificadas possíveis violações de normas constitucionais e infraconstitucionais, gerando controvérsias e questionamentos relevantes. Ao investigar a receptividade do Artigo 43 do Regimento Interno do STF pela Constituição Federal de 1988, foi possível analisar de forma

crítica a base normativa que fundamenta o inquérito 4.781/DF. Diante da vasta gama de informações levantadas, é possível concluir que o inquérito 4.781/DF apresenta complexidades constitucionais que demandam uma reflexão mais profunda. A instauração do inquérito pelo próprio STF gerou tumulto jurídico e levantou questões sobre a separação de poderes e o devido processo legal. As considerações finais desta pesquisa não buscam oferecer uma conclusão definitiva, esgotando o tema, mas sim destacar a importância do debate acerca da constitucionalidade do inquérito em questão. O estudo contribui para o entendimento das complexidades jurídicas envolvidas e sugere a necessidade de avaliações mais aprofundadas sobre o papel do STF na condução de investigações dessa natureza. Por fim, ressalta-se a relevância do tema não apenas para a comunidade jurídica, mas para toda a sociedade, uma vez que envolve questões fundamentais relacionadas à preservação das instituições democráticas e ao respeito aos princípios constitucionais que regem o Estado de Direito. O debate continuado sobre a constitucionalidade do inquérito 4.781/DF é essencial para o fortalecimento do sistema jurídico brasileiro e para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ABDOUNI, Adib. *Fake news e os limites da liberdade de expressão*. 1. Ed. São Paulo. AAA Editora. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Regimento Interno do STF**. atualizado até novembro de 2012. Brasília: STF, 2012. Disponível em:
<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInternano/anexo/RISTF.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 100.825**. Relator p/ acórdão: Aldir Passarinho. Brasília, DF, 05 abril 1984. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 jun. 2023.

CAMPOS, Guilherme Josué Quintana. **O inquérito das fake news e a arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 572**: sistema acusatório em crise. 2022. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Curso de Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis, Canoas, 2022. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/927422db-e319-4a75-9eae-1021a769594d/content>. Acesso em: 18 nov. 2023.

OS CRIMES PRATICADOS ATRAVÉS DA INTERNET E O AVANÇO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Gustavo da Costa Maciel¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: gustavo.maciel@fvj.br), Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredo.narciso@fvj.br).

RESUMO

À medida que a tecnologia avança e a internet se expande, tornando-se cada vez mais acessível, o risco de indivíduos se tornarem vítimas de cibercrimes aumenta, tornando necessária uma legislação robusta para combater e prevenir tais atos. O presente trabalho examina a evolução da internet e esclarece o que constitui um cibercrime, além de analisar a natureza das principais atividades ilegais praticadas no ambiente virtual. O presente estudo tem como objetivo analisar as ferramentas que o legislador brasileiro criou e como os crimes praticados através da internet vêm sendo punidos. Esta pesquisa foi desenvolvida através da análise de doutrinas, leis atuais, recorrendo a obras bibliográficas e um raciocínio dedutivo. Ao concluir três capítulos, observa-se que o cibercrime permanece como uma questão para o direito brasileiro, que busca se adequar à veloz e profunda evolução da tecnologia e dos atos ilícitos virtuais.

Palavras-chave: crimes virtuais; internet; legislação; cibercriminoso; dispositivo informático.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico permitiu uma maior circulação de informações, pessoas e produtos. Com o surgimento da internet, houve um aumento significativo no número de indivíduos com acesso a dispositivos digitais, como celulares, computadores e *tablets*. Isso abriu novas possibilidades de interação social, tornando mais fácil a coleta e o compartilhamento de informações pessoais, além da comunicação com pessoas em qualquer ponto do mundo.

Evidentemente o assunto em questão é um problema contemporâneo e que requer um estudo aprofundado, pois os crimes cibernéticos vitimizam milhares de pessoas diariamente e são cometidos de várias maneiras. Além disso, a Constituição Federal garante a inviolabilidade da intimidade, honra e vida privada, que são diretamente afetadas por essas infrações. Portanto, é crucial examinar como o Direito Brasileiro se adaptou a essa nova realidade tecnológica e o que ainda pode ser feito para garantir uma aplicação ainda mais eficaz das normas.

O objetivo desse estudo é analisar as ferramentas que o legislador brasileiro criou e como os crimes praticados através da internet vêm sendo punidos, descrevendo as modalidades criminosas praticadas através da internet e o modo como a legislação brasileira vem os acompanhando, no sentido de coibir esses crimes nos meios digitais, que estão evoluindo de forma cada vez mais frequente.

Sem dúvida, a Internet é um espaço que oferece inúmeros benefícios para o nosso cotidiano. No entanto, é essencial estar alerta para as armadilhas às quais os usuários estão expostos. Para isso, não há outra solução senão conhecer e saber identificar os riscos, permitindo-nos aproveitar ao máximo algo que já se tornou indispensável em nossa rotina diária.

METODOLOGIA

Este estudo se propõe a realizar uma análise abrangente da tipificação dos crimes digitais na legislação penal brasileira, bem como a legislação específica para tais delitos. Além disso, busca-se entender a dinâmica dos crimes que utilizam meios digitais como ferramenta para a prática de delitos.

A metodologia adotada para este trabalho é a pesquisa bibliográfica, fundamentada no estudo de obras jurídicas e artigos científicos relacionados ao tema, além da análise da legislação vigente. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Inicialmente, foram discutidos os aspectos históricos do surgimento da internet e a evolução da legislação aplicada aos crimes virtuais. De acordo com JESUS: “Para a doutrina internacional, os crimes virtuais tiveram início na década de 1960, quando foram identificadas as primeiras referências sobre o tema, cuja maior parte foi de delitos de alteração, cópia e sabotagem de sistemas computacionais”. Ao tratar do assunto CASSANTI, acrescenta: “Crimes virtuais são delitos praticados através da internet que podem ser enquadrados no Código Penal Brasileiro resultando em punições como pagamento de indenização ou prisão.” (CASSANTI, 2016).

Posteriormente, será realizada uma análise dos tipos de crimes mais comumente cometidos por meio de dispositivos informáticos. De acordo com Marco Túlio Viana, em seu livro Fundamentos de Direito Penal Informático; “São aqueles em que o bem jurídico protegido pela norma penal é a inviolabilidade das informações automatizadas (dados).” (VIANA, 2003).

Os crimes cibernéticos, como a inserção de dados falsos em sistemas de informações, invasão de dispositivos informáticos, fraude eletrônica e pornografia infantil, são práticas ilegais que têm se tornado cada vez mais comum no mundo digital. Esses crimes são tipificados na legislação penal brasileira, que prevê punições severas para os infratores. A inserção de dados falsos e a invasão de dispositivos são crimes previstos no Código Penal Brasileiro, enquanto a fraude eletrônica foi recentemente adicionada pela Lei n. 14.155. A pornografia infantil, por sua vez, é proibida tanto na internet quanto fora dela, e a lei prevê a remoção rápida do conteúdo ilegal.

Finalmente, o estudo se concentrará nos crimes tipificados no Código Penal de 1940, no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como nas novas leis inseridas pelo legislador brasileiro para combater os crimes digitais. Esta análise permitirá uma compreensão mais profunda da abordagem legal atual para lidar com crimes digitais no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este trabalho procurou examinar o advento da internet, bem como as características e conceitos do cibercrime e do cibercriminoso, discutindo também as tipicidades das principais

condutas ilícitas praticadas no ambiente virtual. Os objetivos principais da pesquisa foram apresentar o surgimento de novos crimes de acordo com a evolução da informática, expondo o conceito de internet, os principais crimes cibernéticos, quem são as vítimas e a facilidade da prática da malfeitoria e as formas de penalizar, de acordo com as normas jurídicas brasileiras.

Quando se iniciou o presente trabalho de pesquisa constatou-se, com base nas análises realizadas, a importância crucial do estudo sobre a temática dos crimes cibernéticos na atualidade. O cibercrime tem crescido de forma alarmante à medida que a internet continua a se expandir e ganhar popularidade.

Conclui-se que, atualmente, existem legislações que visam proteger efetivamente a privacidade dos usuários de dispositivos informáticos. Compreende-se que o sistema jurídico penal brasileiro ainda está em um percurso para alcançar eficácia na prevenção e punição de tais crimes cibernéticos. A solução não será uma tarefa fácil, mas já é perceptível que não será resolvida apenas com a aplicação das leis penais. A estratégia sensata a ser adotada é incluir políticas criminais na educação e uma estrutura de investigação criminal.

REFERÊNCIAS

- CASSANTI, Moisés de Oliveira. **Crimes Virtuais, Vítimas reais.** Rio de Janeiro: Brasport, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- JESUS, Damásio Evangelista de. **Manual de Crimes Informáticos.** São Paulo: Saraiva, 2016, p. 12.
- VIANA, Marco Túlio. **Fundamentos de direito penal informático:** Do acesso não autorizado a sistemas computacionais. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 13-26.

ASPECTOS TEÓRICOS E ANÁLISE JURISPRUDENCIAL ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL EM RAZÃO DO ABANDONO AFETIVO.

Ingrid Vitoria Lima Carvalho¹, (Aluna do curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Vale do Jaguaribe- UNIJAGUARIBE, e-mail: ingrid.vitoria@fvj.br); Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno², (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata sobre a aplicabilidade da responsabilidade civil nos casos de abandono afetivo por parte dos genitores. Para tanto, este visa demonstrar a definição de abandono afetivo e a análise dos aspectos teóricos e jurisprudenciais para a configuração do dano moral em razão do abandono afetivo. Pretende-se, por meio de técnica bibliográfica, atenuar os efeitos da negligência, da falta de amparo e afeto por parte de seus genitores, abordando a responsabilização civil nos casos de abandono afetivo. Na presente pesquisa faz-se uso do método dedutivo, com fundamentação na técnica da pesquisa de fontes bibliográficas tais como doutrina, legislação, artigos científicos e jurisprudências. Posteriormente, apresenta-se uma apreciação sobre a definição, características e requisitos da responsabilidade civil, aprofundando a ação e danos causados a outrem em decorrência disto. Portanto, argumenta-se que quando alguém aciona o Judiciário com o intuito de reparar os danos causados pelo abandono afetivo parental, não se trata simplesmente de pedir uma compensação monetária pela sua dor, mas de uma forma aliviar parcialmente as consequências prejudiciais do dano mental criado dentro personalidade. Por fim, uma compreensão jurídica do tema e a aplicabilidade da responsabilidade civil nestes casos. Com a realização deste estudo, esperamos demonstrar se é possível a responsabilização civil dos pais e como isso pode acontecer.

Palavras-chave: Abandono afetivo; Danos morais; Responsabilidade Civil; Família.

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido analisa o abandono afetivo nas relações familiares, com isso, a presente pesquisa tem como objeto de estudo a possibilidade de responsabilização civil dos pais por danos morais decorrentes do abandono afetivo em relação a seus filhos, demonstrar uma evolução histórica da ideia, conceito de família, executando, para tanto, uma análise doutrinária e jurisprudencial no que concerne o tema.

O abandono afetivo trata-se de uma temática recentemente repercutida pela sociedade, surgindo diante das inúmeras incompatibilidades em relação a sua aplicabilidade no âmbito familiar, considerando os recorrentes descumprimentos dos deveres de assistência, cuidado, zelo e companhia dos pais em relação aos seus filhos, conforme prevê na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A necessidade humana de constituir família não é apenas uma questão de presença e de economia, mas também emocional, criando condições favoráveis ao desenvolvimento da personalidade de um indivíduo, principalmente quando este se encontra em fases iniciais, pois as crianças e adolescentes são os que na maioria das vezes mais sentem falta de afeto parental. Com isso, passamos a analisar parâmetros jurisprudências legais previstos e vigentes, justificando amoldar uma nova possibilidade de indenização do ascendente em face do abandono afetivo.

Diante disso, os objetivos específicos foram definidos da seguinte maneira, analisar e apresentar jurisprudências favoráveis ao que se refere a reparação civil, constantes evoluções sociais acerca do assunto, danos causados a criança, e se dever de indenizar é cabível.

O trabalho acadêmico foi estruturado em três capítulos. Inicia-se com uma contextualização histórica, conceitos e finalidades a respeito da responsabilidade civil, a possibilidade da responsabilização civil pelo abandono afetivo, demonstrando um breve posicionamento, em relação aos requisitos pressupostos para que haja a necessidade de indenizar.

Em seguida analisa-se o abandono afetivo como dano moral, com o intuito primordial de compreender o que é o abandono afetivo, a caracterização e quais as consequências decorrentes e a pretensão da reparação moral pelo dano extrapatrimonial oriundo do descumprimento por parte dos genitores.

Por último, fez-se uma análise do entendimento jurisprudencial acerca do assunto e explorar a problemática, abordando a possibilidade da aplicação da responsabilidade civil nos casos em que há abando afetivo por parte do genitor.

Deste modo, foi tratado no presente trabalho, a ideia da existência de uma indenização em razão dos danos morais causados pela falta de afetividade, devem ser abordadas e efetivadas no ordenamento jurídico brasileiro; as visões no contexto geral sobre este assunto e de qual forma as decisões judiciais são formuladas para julgar esses casos concretos.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Dias (2017), Tartuce (2011), Cavalieri Filho (2014), Gonçalves (2014), Lôbo (2009), para fundamentar e enriquecer o referencial teórico. Nesse sentido, apresentado a evolução do conceito de família, desde a era primitiva, conceito de responsabilidade civil e suas obrigações, em seguimento a relação existente entre a falta de afetividade e a responsabilidade civil, levantamento dos principais conceitos jurídicos para o dever de indenizar, com observação aos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do abandono afetivo e seus traumas causados a terceiros.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho foram através da pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e com caráter descritivo. Buscando-se em teses, livros, artigos científicos, legislação vigente no país, conteúdos publicados em sites, bem como entendimentos jurisprudenciais. Assim, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre o tema e a importância que o mesmo tem para o Direito de Família e as decisões jurisprudenciais dos Tribunais brasileiros no que se refere a reparação do dano afetivo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante de todo o exposto, é possível perceber que o trabalho trata de um assunto muito corriqueiro na sociedade. Com isso, a tentativa de compreensão dos impactos no âmbito familiar foi o maior foco da presente pesquisa, com o intuito de entender de como o Direito encontra-se norteando sobre as entidades que formam as famílias.

A família é e sempre foi a base da sociedade, e assim como o seu conceito, se modifica a cada mudança da sociedade, atendendo os anseios do meio social. Com isso, entende-se que, com a severidade das sanções por danos psicológicos a incidência do abandono afetivo pode ter uma diminuição, não que isso reduza o número a zero, mas diminuirá em comparação com o início da incidência dos casos.

Diante desse cenário, foram analisados os aspectos gerais da família, seus princípios fundamentais, a definição de abandono afetivo e de responsabilidade civil à luz da legislação e da doutrina brasileira.

Pode-se memorar que todos os direitos devem ser protegidos, ao passo em que o abandono afetivo não é apenas um ato de abandono, mas também uma privação do direito de conviver com os pais, em grande parte devido ao próprio desejo de moderação ou por livre e espontânea vontade e desejo de não permitir que a criança participe do seu cotidiano, sem breves razões para que exista essa distância emocional. Configurando assim um dano psicológico que viola a dignidade humana, princípio este consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil.

Pelos danos morais sofridos e cometidos, o valor em que o acusado de cometer o abandono pagará, acarretará em um prejuízo financeiro, dessa forma o réu acaba sendo punido, pensando duas vezes antes de cometer o abandono afetivo. Além disso, nota-se que os tribunais são permanentes e imparciais em suas decisões, julgando de forma favorável a criança que foi abandonada, e condenando o réu por dano moral, resultando em um alto valor quantitativo, conforme analisado nos julgados transcritos na presente pesquisa, é necessário analisar cada caso especificamente, o abandono afetivo não afeta apenas os pais, mas também afeta os filhos, não tão somente fisicamente, mas uma vida inteira, carregando problemas psicológicos e deixando rastros, em muitos casos difíceis de apagar. Junto com isso, surge a necessidade de um julgamento justo e célere por parte das autoridades competentes, colocado de forma imparcial, para que a criança seja capaz de restaurar sua vida.

A análise da jurisprudência demonstrou a importância do princípio do cuidado e do afeto nas relações com crianças ou adolescentes, levando em consideração a importância da convivência com os pais. Mas quando esse abandono acontece por parte dos pais, gera impactos negativos na vida da criança, seja ele físico ou psicológico.

O judiciário não busca impor os sentimentos dos pais aos filhos, pois são questões subjetivas e os juízes cabem analisar objetivamente as obrigações atribuídas aos pais, observando se há negligência ou não nas obrigações inerentes aos pais. Concluímos, portanto, que se os casos levados aos tribunais forem julgados com cautela, a compensação pelo abandono afetivo pode tornar-se uma ferramenta extremamente adequada para a nova função familiar das organizações, podendo até desempenhar um papel educativo.

Portanto, com base na jurisprudência e na doutrina, foi confirmado que existe a possibilidade de responsabilidade civil nestes casos, e os pais serão responsáveis por indenizar em virtude dos danos morais ocasionados. Portanto, a elaboração deste estudo é considerada satisfatória, vez que proporcionou um maior estudo na área do direito de família.

REFERÊNCIAS

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014

DIAS. Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** Revistas dos Tribunais. 2017. 12. ed. p. 561.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014

LÔBO, Paulo. **Direito Civil:** Famílias. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil:** volume único. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método 2011

A PRISÃO CIVIL NA SITUAÇÃO DO DEVEDOR DE ALIMENTOS

Tayse Barbosa Lima e Jaqueline Franco da Silva¹, (alunas do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: (tayse.lima@fvj.br e jaqueline.silva@fvj.br); Orientadora: **Sara de Lima Santos**², (professora do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: sara.santos@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O trabalho apresentado tem como principal objetivo aprimorar a discussão a respeito da prisão civil do devedor de alimentos, com o intuito de analisar se tal medida é realmente eficaz para a satisfação do cumprimento da obrigação alimentar. De início, a pesquisa procura estudar a base histórica, a forma como a questão da prisão civil era tratada anteriormente. Podendo assim ser realizada uma avaliação de como anda a evolução jurídica no Brasil nesse sentido. O que muito se vê, são empenhos na adoção de medidas de coesão, apenas com o objetivo de privar o indivíduo de sua liberdade, sem a menor preocupação ou cuidado sobre como essas medidas podem ser muito mais prejudiciais que eficazes. No cenário atual, se torna comum o aparecimento de famílias desprovidas de assistência especializada no amparo ao impacto que o evento da prisão civil ocasiona. Assim, o presente trabalho busca tratar do estudo da eficácia ou da falta dela nas relações que envolvem o advento da prisão civil. O objetivo do presente trabalho, é de forma comparatista, mostrar que existem meios alternativos à prisão, que podem trazer muito mais benefícios para todas as partes envolvidas nesse processo. Necessário frisar sobre a ausência de medidas de assistência e apoio. O referido estudo busca impulsionar a implementação de soluções que venham de forma concreta, apresentar o devido respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: obrigação alimentar; prisão civil; eficácia; relações familiares; medidas alternativas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, está diretamente ligado ao impacto que a prisão civil provoca na vida de todos os envolvidos nesse processo. Procura-se expor a posição e o ponto de vista de todos nesse contexto extremamente delicado.

No primeiro capítulo, será analisado o contexto histórico e toda sua evolução. Trará a fundo o contexto da obrigação de alimentos no direito brasileiro, expondo seu conceito, características e finalidades. Analisando a natureza jurídica e a visão da constituição referente a prisão civil, fazendo uma análise do princípio da dignidade da pessoa humana.

Para o segundo capítulo foi analisado o instituto da prisão civil, quanto a sua eficácia ou não, até onde a prisão consegue atender seu objetivo, e onde ela passa a ser mais um empecilho que um benefício, que agrava o real objetivo do processo, que é a efetividade da obrigação alimentícia, e sua importância para a dignidade da pessoa humana. A problemática apresentada, está relacionada ao fato de como a prisão acaba interferindo e prejudicando ainda mais esse processo, como as relações, principalmente, o ponto mais frágil nesse processo que é o alimentando, são prejudicados com o evento da prisão civil. Será realizado um levantamento em paralelo com outros países. Nesse contexto o trabalho apresenta um balanço dos casos de prisão Civil no Brasil nos últimos anos.

O trabalho expõe uma análise das ações já aplicas e sua respectiva eficácia e aborda também uma questão pouco explorada, a defesa do executado. De igual forma far-se-á uma reflexão sobre como as relações familiares são afetadas durante esse processo. Devido à complexidade do tema, se torna necessária uma avaliação acerca da relação familiar, como esse processo afeta de maneira significativa a vida de todos. Nesse contexto, foi apresentado um estudo a respeito do impacto da prisão na assistência ao beneficiário de alimentos, como o psicológico do alimentando reage nesse momento delicado e muitas vezes incompreendido por ele.

Por fim, no terceiro capítulo, é exposto como os envolvidos nesse processo estão sendo assistidos. Sendo apontadas medidas alternativas, que possam vir a ser efetivas e eficazes para o cumprimento da obrigação alimentar, mostrando que a restrição da liberdade como meio de coerção para o adimplemento da obrigação, se torna questionável na medida em que são oferecidas alternativas modernas e eficazes para garantir tal cumprimento. Sendo evidenciado uma maior participação do Estado nessa relação. Desta forma é possível sugerir a adoção de um modelo eficiente de persecução, que quando comparado com a legislação adotada em outros países, pode atingir o real objetivo da obrigação alimentar, sem que seja necessário o encarceramento do devedor.

MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica está alicerçada nos autores: Pinto (2017), Lima (2018), Dias (2010), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando os impactos deste instituto nas relações familiares e na sociedade.

METODOLOGIA

Os métodos utilizados para a execução do presente trabalho deram-se através da pesquisa qualitativa, com cunho bibliográfico de caráter descriptivo. A fundamentação está embasada em livros, artigos científicos, legislações vigentes no país, conteúdos publicados em sites, bem como entendimentos jurisprudenciais. Assim, com o objetivo de enriquecer e aprofundar-se os conhecimentos sobre o tema e a importância que ele tem para o Direito de Família.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante de todo o exposto, é possível perceber que o tema do trabalho é um tanto delicado, no qual fica evidenciado o quanto este assunto traz um impacto para a unidade familiar.

O que se pretende esclarecer neste momento, é se realmente existe eficácia no advento da prisão, se encarcerando o devedor de alimentos realmente vai solucionar o problema e se essa medida vem apresentando resultados que realmente colaboram para a solução do problema.

Dessa forma, se torna importante entender um pouco mais a forma como essa questão é tratada em outros países, foi realizada uma avaliação a respeito de como outros países conseguem atingir o objetivo de cumprimento da obrigação, utilizando meios diferentes, porém, extremamente eficazes.

Um fator que acarreta ainda mais complicações nesse sentido, é de que o sistema prisional nacional apresenta uma deficiência na quantidade de vagas destinadas ao preso por dívida alimentar, à medida que aumenta a população carcerária, essa situação se agrava. Em todas as partes do Brasil, inúmeros presídios são interditados por não apresentar o mínimo de respeito aos direitos fundamentais do indivíduo, essa superlotação se deve a presos que cometem crimes de esfera penal, então, como se espera que o possam haver de fato, celas especiais destinadas a presos por dívidas de alimentos em todas as regiões do país? Essa é uma obrigação do Estado, que tem como principais objetivos e dever, a proteção dos direitos humanos.

A unidade familiar é uma ferramenta de extrema importância para a manutenção da vida em sociedade e esse tema, referente a pensão alimentícia, é delicado, apresenta uma demanda que abrange tanto a esfera legal quanto a social, por se tratar de relações entre genitores e filhos. O assunto fica ainda mais sensível quando se trata das formas de coerção para o cumprimento da obrigação alimentar, o direito deve buscar priorizar o afeto na relação entre os membros da unidade familiar. Dessa forma, entende-se que a busca pela manutenção da estrutura familiar precisa ser priorizada durante esse processo, pois pode deixar marcas que se estenderão para toda a vida dos envolvidos.

O direito brasileiro, apresenta medidas coercitivas de adimplemento da obrigação alimentar, cabendo ao juiz, diante do caso concreto, a adoção de medidas necessárias ao cumprimento da obrigação. Os julgadores estão optando cada vez mais por medidas alternativas que não acarretem ainda mais complicações ao processo, com isto, a reflexão sobre a adoção de meios menos danosos se torna cada vez mais necessária.

Diante do exposto, fica claro que o devedor de alimentos não encontra auxílio e nenhum apoio do governo, existindo apenas a atenção em métodos de coerção, não havendo nenhuma preocupação ou disponibilidade do Estado, em adotar medidas que possam ajudar o devedor que realmente não possui condições no cumprimento dessa obrigação.

O que se tem percebido é que a prisão como forma de coerção, se trata de uma medida que gera pouca ou nenhuma eficácia na vida tanto do devedor como do alimentando, por vezes essas crianças são obrigadas a processar a mudança que esse processo de cumprimento da obrigação alimentar acarreta em suas vidas. Nesse sentido, percebe-se que se torna necessária uma maior assistência por parte do Estado voltada a esses dependentes, e não somente apoio financeiro, mas uma assistência psicológica voltada a atender esse tipo de necessidade.

Ressalta-se que o presente estudo não defende que a prisão civil deve ser totalmente afastada do ordenamento jurídico brasileiro, pois não se pode negar que a medida apresenta importante poder de coerção, mas, que existem formas que podem contribuir para uma melhor solução nos casos de inadimplência alimentar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**
Brasília, DF: Senado, 1988;

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 7 ed. rev. atual. e ampl.

São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010;

LIMA, Rodrigo Ferreira. **Inadimplemento da Pensão Alimentícia e Contexto Familiar.**

PINTO, Marcos José. A Prisão Civil do Devedor de Alimento, 2018; Constitucionalidade e Eficácia, 2017;

A APLICABILIDADE DA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDOS EXTRAJUDICIAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA

Jeane da Rocha Gomes¹, (aluna do curso de bacharelado em direito da faculdade do vale do jaguaribe-fvj, e-mail: jeane.gomes@fvj.br); orientadora: Acemira Maria Ferreira Ribeiro², (professora especialista do curso de bacharelado em direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: (acemira.ribeiro@fvj.b)).

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo geral apresentar de forma clara o instituto da homologação de acordos extrajudiciais nas relações de trabalho e suas alterações através da Reforma Trabalhista de 2017, visando sua aplicabilidade, bem como a sua teoria e prática. As informações proporcionarão ao leitor uma imagem geral e ao mesmo tempo individualizada sobre os acordos extrajudiciais no âmbito trabalhista como um método alternativo de resolução de conflito rápido e eficaz. É utilizado a pesquisa bibliográfica, através de fontes primárias como a Constituição Federal, a Consolidação das Leis Trabalhistas e fonte secundárias, doutrinadores e artigos científicos. Serão expostos, ao final, a validade da homologação sem assistência do sindicato, a importância da fiscalização do Ministério do Trabalho nos acordos firmados entre empregado e empregador. Portanto, por meio da análise dos fundamentos teóricos da homologação de acordos e legislação aplicável, será demonstrado como poderá ocorrer o procedimento do acordo e seus efeitos para as partes da relação trabalhista. Ao final, apresenta considerações que, longe de se pretenderem definitivas, almejam se somar a outros tantos estudos e contribuir para uma necessária reflexão e a difusão de informações de indiscutível importância para o aperfeiçoamento das relações de trabalho nos dias atuais.

Palavras-chave: acordos; extrajudiciais; reforma; trabalhista.

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a jurisprudência sobre os acordos extrajudiciais na justiça do trabalho, a fim de verificar como os tribunais têm interpretado e aplicado a homologação, e identificar eventuais problemas e soluções na prática judicial.

Assim, o estudo buscará demostrar os grandes avanços trazido pela lei 13.467/2017, mais conhecida como Reforma Trabalhista, que trouxe uma série de alterações no campo material e processual da Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo hoje ter uma regulamentação para os acordos extrajudiciais na seara trabalhista, que anteriormente não

existia, pois não era feito a homologação de tais acordos na justiça, diferentemente de agora que possui uma eficácia legislativa. Visando garantir a proteção dos direitos trabalhistas e a efetividade da autonomia privada do trabalhador, sem desconsiderar a necessidade de segurança jurídica e celeridade na resolução de conflitos trabalhista.

Permitindo assim, explicar o instituto dos acordos extrajudiciais no ambiente de trabalho, como uma forma alternativa de resolução de conflitos rápida e eficaz, evitando custos, sem a necessidade de recorrer ao judiciário para solucionar lides. Buscando também sanar a falta de conhecimento para não acarretar em desigualdades entre as partes, trazendo a importância da visão técnica dos magistrados para o controle e garantia dos direitos trabalhistas na homologação dos acordos.

O acordo extrajudicial na justiça do trabalho, estar previsto no artigo 855-B da CLT, é realizado entre empregador e empregado extrajudicialmente, pelos Advogados destes. As partes não podem ter o mesmo Advogado, e nem advogados distintos de um mesmo escritório de advocacia para que não haja conflito de interesses. Sendo que, sem auxílio e intervenção do Estado, após consenso detalhado entre as partes, apresentam conjuntamente à Justiça do Trabalho para “homologação judicial” do respectivo acordo. Buscando esclarecer noções essenciais para a compreensão do tema desta pesquisa monográfica, tais como os mecanismos de soluções e métodos alternativos de soluções.

Diferentemente de como tramita um processo de justiça contenciosa, em face da acumulação de lides levadas ao exame do Judiciário, o que enseja diversas críticas à via judiciária de solução de conflitos, de forma a favorecer o crescente fortalecimento da "*justiça privada*". Assim, muitas foram as pessoas, tanto físicas, quanto jurídicas, que adotaram, para resolução de seus conflitos, os acordos extrajudiciais.

A problemática aqui se destaca pelo fato de a forma de resolução de conflitos, onde as próprias partes encontrem o melhor acordo, a melhor resolução para suas avenças, estar relacionada ao tema proposto, que será desdobrado em:

Os acordos extrajudiciais na justiça do trabalho trazem realmente uma maior satisfação para as pessoas que buscam solução para seus conflitos, com celeridade e sendo capaz de observar os princípios que regem o direito do trabalho, como um ramo essencialmente protetor?

Dessa forma, a monografia se divide em 3 capítulos de desenvolvimento. O primeiro deles é o capítulo 2, que tem por objeto o estudo do contexto histórico e jurídico da homologação de acordo extrajudicial nas relações de trabalho, buscando de forma breve demonstrar a evolução histórica da homologação de acordos trabalhistas no Brasil, sem esquecer de falar o papel da homologação na proteção dos direitos trabalhistas e sua importância para garantir a justiça nas relações de trabalho e o acordo extrajudicial como possibilidade de acesso à justiça.

No segundo capítulo de desenvolvimento, tem por objetivo as condições para a homologação de acordo extrajudicial, em subtópicos o conceito de jurisdição, a implantação de homologação de acordos extrajudiciais, requisitos legais, rito procedural e critérios para homologação do acordo.

O terceiro capítulo de desenvolvimento, vem buscar definir aplicabilidade do acordo extrajudicial, em subtópicos a renúncia e transação e os direitos trabalhistas, a justiça do trabalho como mero órgão homologador, objeto do acordo extrajudicial na justiça do trabalho e o acordo como cláusula de quitação plena.

Para finalizar, no último capítulo serão pautadas as conclusões extraídas ao longo de todo o estudo. Apresentando as considerações que, longe de se pretenderem definitivas, almejam se somar a outros tantos estudos e contribuir para uma necessária reflexão e a difusão de informações de indiscutível importância para o aperfeiçoamento das relações de trabalho nos dias atuais.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: TEIXEIRA FILHO (2017), SILVA Homero (2017), MEIRELES Edilton (2017), CASSAR Vória (2017), BARROS Alice (2003), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Dessa forma, apresentando as visões dos doutrinadores quanto a aplicabilidade da homologação de acordos extrajudiciais nas relações de trabalho após a reforma trabalhista. A problemática aqui se destaca pelo fato de a forma de resolução de conflitos, onde as próprias partes encontrem o melhor acordo, a melhor resolução para suas avenças, estar relacionada ao tema proposto, que será desdobrado em: Os acordos extrajudiciais na justiça do trabalho trazem realmente uma maior satisfação para as pessoas que buscam solução para seus conflitos, com celeridade e sendo capaz de observar os princípios que regem o direito do trabalho, como um ramo essencialmente protetor?

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, o método a ser utilizado foi o lógico-dedutivo, onde se traçou, inicialmente, o sistema de referência bibliográfico adotado, delimitando-se o objeto da pesquisa, para desenvolvimento das premissas fundamentais, notadamente relativas à Constituição Federal e a Consolidação das Leis Trabalhistas. Tendo em vista o manuseio de doutrina, investigação de jurisprudências, bem como artigos e legislações pertinentes ao tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Esse trabalho buscou demonstrar o instituto da homologação de acordo extrajudicial na justiça do trabalho, assim, o estudo buscou demostrar os grandes avanços trazido pela lei 13.467/2017, mais conhecida como Reforma Trabalhista, que trouxe uma série de alterações no campo material e processual da Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo hoje ter uma regulamentação para os acordos extrajudiciais na seara trabalhista, que anteriormente não existia, pois não era feito a homologação de tais acordos na justiça, diferentemente de agora que possui uma eficácia legislativa. Visando garantir a proteção dos direitos trabalhistas e a efetividade da autonomia privada do trabalhador, sem desconsiderar a necessidade de segurança jurídica e celeridade na resolução de conflitos trabalhista. Ou seja, apesar de ser uma prática antiga, somente após a regulamentação foi possível demostrar todos os requisitos necessários, sendo utilizada como prática alternativa para solução de conflitos.

Sendo assim, garante às partes da relação de emprego uma forma competente e rápida de resolução de conflitos sem infringir os direitos confiados ao trabalhador pela legislação celetista. Assim, após a análise das características dos acordos extrajudiciais na esfera trabalhista e da forma como trata a relação de base, pode-se afirmar que ele é um mecanismo perfeitamente adequado para ser aplicado nas relações de trabalho.

A presente monografia teve como finalidade conceituar os meios alternativos de solução de conflitos, todos os procedimentos necessários são utilizados com a finalidade de solucionar os conflitos existentes entre pessoas que buscam ou tutelam algo. Com este estudo, conseguiu-se verificar a eficiência, agilidade e segurança que esses métodos trazem para aqueles que os utilizam, pois independentemente de serem meios extrajudiciais, possuem a segurança de que a sociedade precisa e a celeridade que os conflitos requerem.

A homologação de acordo extrajudicial, utilizada de forma adequada e nos limites da boa-fé, traz em si uma série de benfeitorias, como economia de tempo e recursos, permitindo que as partes envolvidas resolvam suas diferenças de forma mais rápida e econômica do que

através de um processo judicial, a flexibilidade: as partes têm mais liberdade para negociar e chegar a um acordo que atenda às suas necessidades específicas, ao invés de depender de uma decisão judicial que pode não ser satisfatória para ambas as partes, a preservação do relacionamento: em situações de conflito no ambiente de trabalho, podem ajudar a preservar o relacionamento entre empregador e empregado, evitando animosidades e ressentimentos que poderiam surgir de um litígio prolongado, a confidencialidade: podem ser mantidos em sigilo, o que pode ser importante para proteger a reputação das partes envolvidas, redução de incerteza: as partes podem evitar a incerteza associada a um processo judicial, onde o resultado pode ser imprevisível, maior controle sobre o resultado: as partes têm mais controle sobre os termos do acordo, ao invés de depender de uma decisão judicial que pode não ser favorável a ambas as partes, menor desgaste emocional: evitando um processo judicial que pode reduzir o estresse e a ansiedade associados ao litígio, permitindo que as partes se concentrem em seguir em frente, e um cumprimento mais eficaz: uma vez que as partes concordaram voluntariamente com os termos.

Ademais, a utilização de acordos extrajudiciais contribui para a redução da sobrecarga do Poder Judiciário, possibilitando a concentração de recursos e esforços em casos mais complexos. Portanto, os benefícios dos acordos extrajudiciais na justiça do trabalho se mostram significativos e relevantes, representando uma importante ferramenta para a efetivação da justiça.

Outro aspecto importante é o impacto financeiro dos acordos extrajudiciais. Ao evitar processos judiciais longos e custosos, as empresas podem economizar recursos significativos, enquanto os trabalhadores podem receber compensações mais rapidamente. Isso pode ser especialmente relevante em momentos de crise econômica, quando a agilidade na resolução de conflitos pode ser crucial para a sobrevivência das empresas e para o sustento dos trabalhadores.

Por fim, os acordos extrajudiciais também contribuem para a desafogar o sistema judiciário, permitindo que os tribunais se concentrem em casos mais complexos e de maior impacto social. Isso pode resultar em uma maior celeridade e eficiência na resolução de processos judiciais, beneficiando não apenas as partes envolvidas, mas também a sociedade como um todo.

Portanto, o tema de acordos extrajudiciais na seara trabalhista como importante e impactante, pois oferece uma alternativa mais ágil, eficiente e justa para a resolução de conflitos trabalhistas, beneficiando tanto as empresas quanto os trabalhadores e a sociedade.

Cabe destacar que os acordos extrajudiciais terão uma visão técnica dos magistrados para o controle e garantia dos direitos trabalhistas para só assim haver a homologação dos acordos. Tendo como exemplo os seguintes requisitos: 1) averiguação, pelo juiz, da presença de conflito que justifique a realização do acordo; 2) na suposição de manifestação de simulação, é sugerido ao juiz a não homologação do acordo; 3) aproveitamento das penas por litigância de má-fé, conforme os arts. 793-A a 793-D da Consolidação das Leis do Trabalho; 4) atividade judicial e extrajudicial pelo Ministério Público do Trabalho frente às empresas que regulamente praticam a lide simuladas ou acordo simulados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maira Santana Gama. **Reforma Trabalhista:** uma análise à luz dos princípios constitucionais e dos princípios basilares do Direito do Trabalho. Porto Alegre, 2018.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho.** 9. ed. São Paulo: LTr, 2013.

BAZERMAN, Max H.; NEALE, Margaret A. **Negociando Racionalmente.** São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELES, Edilton. **Homologação Judicial de Acordo Extrajudicial**. In: MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique (orgs.). A Reforma Trabalhista e seus impactos. Salvador: Juspodivm, 2017.

A CRISE HUMANITÁRIA DOS POVOS YANOMAMIS E A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Júlia da Costa Nogueira Oliveira¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: julia.oliveira@fvj.br); Me. Sandro L. B. Novais², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: sandro.novaes@fvj.br).

RESUMO

Este trabalho aborda a crise humanitária vivida pelos povos yanomamis durante e pós-pandemia de COVID-19. O presente estudo investiga se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei nº 6.001/1973, que preconizam a defesa dos povos originários, cumprem efetivamente com tal desiderato, tendo como referencial especificamente a dignidade de nossos índios. Nessa linha, objetiva-se perscrutar a efetividade dos direitos fundamentais das populações ianomâmis situadas entre os estados de Roraima e do Amazonas. A metodologia utilizada é a dedutiva, baseando-se na legislação específica e na jurisprudência dos tribunais pátrios, além de pareceres do Ministério Público, bem como artigos publicados em periódicos diversos, manuais jurídicos e textos extraídos da *internet*. A análise indica que se faz necessário incrementar a rede de proteção dedicada ao povo yanomami, de modo que estes possam viver dignamente, com todas implicações que tal direito fundamental carreia consigo, como melhoria nos serviços de saúde, acesso a alimentação, água potável, saneamento, segurança, etc., fundamentais para a sobrevivência de tais povos conforme os ditames constitucionais e normativos.

Palavras-chave: crise humanitária; ianomâmis; efetividade; dignidade; pessoa humana.

INTRODUÇÃO

O cuidado com os recursos naturais tem se apresentado cada vez mais complexo, e entre as dificuldades que se destacam nesse sentido, encontra-se a necessidade de dedicação aos interesses dos indígenas. Isso porque essas comunidades, rotineiramente, tendem a ser desconsideradas, por grupos específicos, como fundamentais para o devido cuidado com a humanidade, uma vez que estes são os responsáveis pela dedicação com o meio ambiente. Especificamente os Yanomamis têm sido historicamente afetados pelo contato com a sociedade ocidental, o que resultou em doenças, conflitos com outros grupos indígenas, além da perda de terras e recursos naturais. Esses problemas persistem até o século XXI e a luta pelo direito à

terra e à vida continuam sendo uma questão importante para os Yanomamis e outros grupos indígenas na região amazônica. Diante as informações apresentadas, o estudo busca responder a seguinte problemática: frente a crise enfrentada pelos povos originários Yanomamis, está sendo aplicada de forma efetiva os direitos fundamentais que aos indígenas compete? Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa busca analisar a aplicabilidade dos direitos fundamentais em relação aos povos originários situados entre o estado de Roraima e o estado Amazonas. Com relação aos objetivos específicos, estes visam: entender os direitos previstos no artigo 5º da constituição, onde são previstos à vida, liberdade, igualdade, saúde, segurança, lazer, educação, moradia, trabalho, sobretudo a assistência aos desamparados; compreender sobre a situação sanitária dos povos originários por meio das plataformas de governo federal; e Discorrer sobre a aplicação concreta dos princípios ambientais em relação aos povos Yanomamis.

MARCO TEÓRICO

Há muito tempo vem-se discutindo os problemas climáticos no Brasil, posto que, entre os anos de 1985 e 2019, cerca de 87,2 milhões de hectares de áreas de vegetação nativa foram destruídos. De pronto, é possível identificar que os números são altos, mas eles são ainda mais alarmantes entre os anos de 2018 e 2019. Levando-se em consideração os desastrosos números de desmatamentos nos últimos anos, vale relembrar que no governo do ex-presidente Bolsonaro houve, em 22 de abril de 2020, uma reunião gravada em vídeo amplamente divulgado pela mídia, na qual o então Ministro do Meio Ambiente, sr. Ricardo Salles, sugeriu reduzir o rigor das normas de proteção ambiental, para aumentar a amplitude do desmatamento e demais agressões ao meio-ambiente, aproveitando-se da crise global gerada pela pandemia de COVID-19. Importa salientar que, em diversos lugares, os lixões estão próximos a rios, o que, consequentemente, causa a contaminação dos caudais, que são extremamente importantes para a sobrevivência de muitas pessoas, além da fauna e da flora. Neste ponto, faz-se relevante apontar, por exemplo, os problemas enfrentados atualmente pelas populações que dependem do rio Amazonas para sobreviver (ANDRADE, 2022).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi a bibliográfica com o método dedutivo, tomando como base os seguintes recursos: legislação específicas, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF e Supremo Tribunal Judiciário - STJ, além do uso de pareceres do Ministério Público. A produção acadêmica contemplou o uso de artigos publicados em periódicos, acórdãos de tribunais, manuais jurídicos e textos oriundos da Internet.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na CF/88, o princípio da dignidade da pessoa humana, se remete a um cuidado que se desenvolve por meio de ações efetivadas em conjunto por meio de medidas que cabem aos Estados e Municípios e do Distrito Federal, uma vez que a sociedade brasileira se desenvolve a partir de um Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988). O garimpo ilegal é a atividade que se apresenta como fator crucial para a existência dos problemas que se somam na grave crise que se instalou junto aos povos ianomâmis, posto que a mineração clandestina tem trazido doenças, fome, desnutrição infantil e violência, incrementando exponencialmente os óbitos dentre esses povos originários. É reconhecido que “o negacionismo do presidente Jair

Bolsonaro, e seus ministros, pode ser percebido nos atos oficiais editados pelos principais órgãos de proteção ao meio ambiente cujos conteúdos, essencialmente, atentam contra a segurança da biodiversidade nacional” (MISSIATTO *et al.*, 2021, p. 02). Calvi (2019) alerta sobre o país ter 10 milhões de hectares abrigando esse povo, além dos Ye’kuana, mas com os problemas visíveis, vivem ali também cerca de 7 a 10 mil garimpeiros ilegais, nas intermediações dos rios Mucajáí e Uraricoera, buscando ouro. É possível entender que a Lei nº 14.701/ 2023 é uma ressalva a mais para o cuidado com as terras e dignidade dos povos indígenas, uma vez que ao existir, diante de lei, uma ressalva de quem pode ou não ter acesso as comunidades, permite a criminalização daqueles que nestes cenários vierem a invadir e cometer crimes como desmatamento ou mesmo garimpo ilegal. A partir dos problemas de saúde enfrentados pelos povos durante e após a pandemia COVID-19, ficou evidente que o Estado não consegue atender a todas as demandas que surgem nesse contexto. Como é possível identificar, a Lei reconhece a importância de garantir os costumes de um povo, respeitando as suas comunidades, a liberdade e o direito para continuarem vivendo de acordo com suas crenças, mantendo interação, com os membros da sociedade sempre que considerarem conveniente. Afirma-se ser crucial, sobretudo, maior apoio ao cuidado com o território destes povos, uma vez que são, fundamentais para o cuidado com o meio ambiente e os recursos naturais que se encontram em território brasileiro. É perceptível que os povos indígenas, em particular os yanomamis, foco desta pesquisa, estão desprotegidos em relação à dignidade da pessoa humana, uma vez que foram facilmente expostos à situação de esquecimento pelo Estado, o que permitiu a invasão do garimpo ilegal, por um longo período de tempo, garantindo adoecimentos e óbitos entre seus membros, permitindo o entendimento de que os direitos fundamentais que aos indígenas compete, não são atendidos de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Iara de. **Crise ambiental no Brasil pode atingir “ponto de não retorno”**. observatorio3setor, 2022. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/crise-ambiental-no-brasil-pode-atingir-ponto-de-nao-retorno/#:~:text=Entre%201985%20e%202019%2C%20o,acentuou%20em%20todo%20o%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 02 nov. 2023.

CALVI, Pedro. **Violência, problemas para a saúde e meio ambiente: a exploração de ouro em território Yanomami**. Câmara dos deputados, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdham/noticias/violencia-problemas-para-a-saude-e-meio-ambiente-a-exploracao-de-ouro-em-territorio-yanomami>. Acesso em: 10 out. 2023.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca et al. **A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente**. Margens, v. 15, n. 24, p. 85-102, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/10049/7564>. Acesso em: 02 nov. 2023.

AVALIAÇÃO DE RISCO DE PSICOPATAS EM SANÇÕES PENAIS: COMO GARANTIR JUSTIÇA E EFICÁCIA

Katarina Dias Amarante¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. e-mail: katarina.amarante@fvj.br); Cleidiany Kelly Silva Cavalcant², (Coordenadora e Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: cleidiany.cavalcante@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O objeto desta pesquisa está relacionado na área do Direito Penal, mas especificadamente ao Direito Criminal, tendo como finalidade de discorrer a respeito da avaliação de risco de psicopatas em sanções penais, como devem ser garantidos a justiça e eficácia dessas sanções. O assunto foi aludido a partir da análise das pesquisas clínicas, leis, jurisprudências e doutrinas, com o intuito de expor os efeitos gerados com as sanções penais impostas aos psicopatas, sobretudo se dessa forma está sendo sanções justas e eficaz para ressocialização desses indivíduos. O trabalho relatou sobre a evolução histórico social desses indivíduos desde as sociedades primitivas até a atualidade. Geralmente, os níveis de psicopatia são avaliados usando uma escala como a *Psychopathy Checklist Revised* (PCL-R), criado pelo psicólogo Robert D. Hare, que leva em consideração características como manipulação, falta de empatia, comportamento antissocial e impulsividade. A pesquisa de *Psychopathy Checklist Revised* (PCL-R) foi o instrumento que mais colaborou para o desenvolvimento do diagnóstico e do tratamento desses indivíduos, incluindo com as definições tratadas no âmbito do Direito Penal. Deste modo, o teste de Robert Hare, conhecido com *Psychopathy Checklist Revised* (PCL-R) tornou-se um elemento primordial nas relações de diagnóstico e suscetivelmente do tratamento, onde deveria ser tutelado pelo ordenamento jurídico brasileiro, mas especificadamente pelo Código Penal, para que sejam postas as sanções penais necessárias a cada caso concreto. Por conseguinte, esses indivíduos conquistaram proteção legal, passando a dispor de sanções que melhor se adequem a suas situações, no caso de seus transtornos mentais. Esta equiparação de direitos específicos aos psicopatas, garantiu a todos esses indivíduos sobre os efeitos jurídicos inerentes à suas condições, além de extinguir quaisquer distinções entre indivíduos psicopatas e não psicopatas, dado a melhor resolução para cada um, tratando cada caso de acordo com os elementos necessários para sanções justas.

Palavras-chave: psicopatas; culpabilidade; direito penal; diagnóstico; tratamento.

INTRODUÇÃO

Esta monografia aborda sobre a crescente ocorrência de crimes cruéis, muitas vezes associados a crimes cometidos por portadores de doença mental, especialmente psicopatas. Destaca a importância de compreender a psicopatia como um transtorno de personalidade antissocial, derivado das disciplinas de saúde mental. A pesquisa visa analisar os reflexos das avaliações penais aplicadas a indivíduos psicopatas, especificamente no âmbito do Direito Criminal. Utilizando metodologia bibliográfica e documental, o trabalho é estruturado em três capítulos: o primeiro explora a psicopatia, seus aspectos históricos, causas, níveis e avaliação de risco; a segunda abordagem da culpabilidade do psicopata à luz da norma penal brasileira, com ênfase na teoria normativa pura; e o terceiro discute a aplicação de penas às psicopatas, destacando o sistema penal brasileiro, como medidas de segurança, a carência de uma política criminal relevante e a necessidade de um projeto de lei. A autora defende uma abordagem individualizada na análise desses casos, considerando a importância da culpabilidade e a busca por avaliações penais e ressocialização específicas, registrando a complexidade desses indivíduos no contexto legal.

METODOLOGIA

Essa monografia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, sendo utilizada a partir do conteúdo encontrado em livros, artigos, dissertações, teses, leis, doutrinas e jurisprudências; sendo utilizada também a pesquisa descritiva, sendo analisado registros de casos já existentes para ser analisados e correlacionados os fatos ou fenômenos, sem manipulá-los, sendo escolhidos casos de fácil acesso ao público, através das mídias; juntamente com a pesquisa descritiva, será utilizada a pesquisa documental, pois utilizarem os documentos para fazer uma investigação mais profunda dos casos, com o objetivo de descrever e comparar os costumes, comportamentos, diferenças e outras demais características em comum nas pessoas com psicopatia (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 221). A pesquisa bibliográfica foi usada nesta monografia a partir do levantamento de referência teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como páginas de web sites, artigos científicos e livros. As informações retiradas das pesquisas bibliográficas foram de suma importância para a construção da minha monografia. A pesquisa documental foi usada nesta monografia a partir de três etapas, sendo a primeira etapa de pró-análise onde eu como pesquisadora, defino quais são os meus objetivos da pesquisa documental, a segunda etapa é da organização dos documentos, onde eu como pesquisadora irei separar os documentos, as informações, formando uma ficha para melhor registrar as constatações sobre cada dado existente e a terceira etapa de análise dos resultados, eu como pesquisadora organizei as minhas fontes e classifiquei.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Esta monografia abordou os desafios que a psicopatia apresenta ao sistema judicial, desde a definição do transtorno até a decisão sobre a imputabilidade do infrator e a aplicação de sanções penais. Defende a compreensão da psicopatia como um transtorno de personalidade, considerando as psicopatas como imputáveis e passíveis de penas. No entanto, destaca que, devido às características da personalidade psicopática, a função preventiva da pena, relacionada à ressocialização, muitas vezes não se concretiza. Propõe a implementação do teste PCL-R no ordenamento jurídico brasileiro para identificar psicopatas no sistema prisional, com a necessidade de legislação específica e avaliação técnica interdisciplinar. Conclui-se que a interseção entre a psicopatia e a norma penal brasileira requer uma abordagem cuidadosa e multidisciplinar para equilibrar a justiça, a proteção da sociedade e a compreensão das particularidades desse transtorno.

REFERÊNCIAS

- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 18. ed. Rio de Janeiro, 2017. p. 542-545. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/a-doutrina-na-pratica/agravantes-e-atenuantes-genericas-1/concurso-de-circunstancias-agravantes-e-atenuantes>. Acesso em: 6 nov. 2023.
- PIMENTA, Tatiana. Psicopatia: como identificar um comportamento psicopata. **Blog Vittude**, 2017. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/psicopatia-como-identificar-um-psicopata/>. Acesso em: 8 set 2023.
- SILVA, Ana Beatriz B. **Mentes perigosas:** o psicopata mora ao lado. 1. Ed. 2008, p. 89-133.
- TRILHANTE. **Fixação da Pena:** Terceira Fase - Aplicação das Causas de Diminuição e Aumento da Pena, Trilhante. Disponível em: <https://trilhante.com.br/curso-teoria-da-pena-2/aula/fixacao-da-pena-terceira-fase-aplicacao-das-causas-de-diminuicao-e-aumento-da-pena-2>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- TRINDADE, Jorge. **Psicopatia:** A máscara da justiça. Porto Alegre, 2009, p. 150. Disponível em: http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=item-global&doc_library=SEN01&doc_number=000847642. Acesso em: 20 nov. 2023.

FEMINICÍDIO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL

Larissa Silva Oliveira¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: larissalvr947@gmail.com), Xeila Maiane da Silva Freitas², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: xeila.freitas@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O termo feminicídio refere-se ao assassinato da mulher pela condição de ser mulher e/ou por razão da condição do gênero feminino. Nessa perspectiva, esse trabalho investiga a violência sofrida por mulheres por sua condição feminina, adicionando-se a circunstância qualificadora de feminicídio ao crime de homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal Brasileiro. Ademais, objetiva-se em analisar como o patriarcado contribuiu para a naturalização desse tipo de violencia no ambito privado, bem como, identificar as possíveis mudanças de comportamento dos agentes, em virtude da inclusão da qualificadora de feminicídio no crime de homicídio. Destacam-se como principais bases teóricas: Rocha (2009), Froes (2023), bem como a própria Lei 13.104/15 (2015). A figura feminina é, historicamente, minorizada, vista apenas, como aquela que cuida do lar e dos filhos. Por esse motivo, a criação da lei do feminicídio mostrou-se como um passo necessário para o combate a violência contra a mulher, porém, a lei sozinha não se mostra suficiente para os propósitos aos quais foi destinada, especialmente pela baixa redução no número de mulheres mortas vítimas de feminicídio. Assim, é importante a implantação de outros mecanismos que venham a contribuir com a lei, para que dessa forma esses números possam ser expressivamente reduzidos.

Palavras-chave: feminicídio; mulher; gênero; violência.

INTRODUÇÃO

A existência de casos envolvendo violência contra a mulher na sociedade mostra-se de maneira alarmante, por isso, esse estudo busca discorrer sobre as diversas violência sofrida por mulheres pela condição do gênero feminino e praticada por pessoas que tenham relação íntima e de convívio social e afetivo, tendo em vista a alteração sofrida do artigo 121 do Código Penal Brasileiro, no qual foi adicionado ao crime de homicídio a circunstância qualificadora de feminicídio.

Essa pesquisa analisa a existência das mudanças jurídicas ocorridas e de que forma elas modificaram a conduta humana para o cometimento de homicídio contra a mulher em função de seu gênero, afetando o comportamento de seus agentes.

Nessa perspectiva, a Lei nº 13.104/15 cria o feminicídio no ordenamento jurídico penal brasileiro e reflete, drasticamente, no direito penal, ao fazer incluir a qualificadora, tendo como causa o aumento de pena no crime de homicídio, e prevendo, expressamente, que o feminicídio deve agora ser punido como homicídio qualificado.

Por isso, essa pesquisa visa analisar a violência sofrida por mulheres por sua condição feminina, adicionando-se a circunstância qualificadora de feminicídio ao crime de homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal Brasileiro, bem como identificar as possíveis alterações ocorridas, a partir da mudança estruturais da sociedade, em virtude da inclusão da qualificadora de feminicídio no crime de homicídio.

REFERENCIAL TEÓRICO

Rocha (2009), traz em seu texto, informações de extrema relevância para a compreensão, acerca da vida das mulheres durante a história, visto esses entendimentos serem necessários à observação dos percursos vívidos para que se chegassem a números bastantes significativos em relação a violência contra a mulher.

Em seu texto, ao discorrer sobre as mulheres durante os períodos da história, Rocha (2009) afirma, por exemplo que “as regras de descendência eram patrilineares; os casamentos, patrilocais; a herança e a sucessão, determinadas pelo lado masculino”, ou seja, o homem passa a ser o grande dominador, tendo a responsabilidade de controle de seus bens, incluindo a vida das próprias mulheres.

Continuando nessa visão, Froes (2023), apresenta, de acordo com o trecho em que diz que “foi (n)a revolução burguesa que as mulheres vislumbraram a tão sonhada emancipação feminina”, é possível perceber mudanças históricas para a vida das mulheres, que começaram a ocorrer, mesmo a passos lentos.

Infelizmente, mesmo durante a atualidade, a visão machista de dominação do homem sobre a mulher permanece, por conseguinte, a violência contra a mulher, especialmente a doméstica, continua atuante na sociedade, por isso, fez-se necessária a criação, primeiramente, da Lei Maria da Penha e em seguida, de Lei que torna o feminicídio como qualificador ao homicídio. Ambas, são de grande importância e se mostram, diariamente, como indispensáveis para a proteção e garantia dos direitos das mulheres no Brasil.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada no estudo foi baseada em uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória e teórica. Foram realizadas pesquisas em diversas fontes, incluindo as principais publicações que abordam o tema em questão, bem como buscas online, onde se encontram uma grande variedade de informações disponíveis.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O crime em análise nesse trabalho pode ocorrer em diferentes formas, e pode se apresentar de diversas maneiras, como: o feminicídio íntimo, que são os crimes cometidos por homens com os quais a vítima teve ou tem uma relação íntima, familiar ou de convivência, como esposos, companheiros, namorados ou ex-namorados; feminicídio não íntimo, sendo aqueles cometidos por homens com os quais a vítima não tinha relação íntima, mas em que havia uma relação de confiança, hierarquia ou amizade, como amigos e colegas de trabalho,

assim também, o feminicídio por conexão, que são aqueles em que as mulheres foram assassinadas porque se encontravam na “linha de fogo” de um homem na tentativa de assassinar outra mulher, algo depende do tipo de vínculo entre a vítima e agressor.

Em via da diminuição dos acasos de violência contra a mulher, no dia 10 de março de 2015 entra em vigor no Brasil a Lei 13.104/2015, que definiu o crime de feminicídio, com isso, o Brasil tornou-se o 16º país da América Latina a adotar uma legislação que abordava tal tema.

Com essa nova lei, o homicídio deixa de ser considerado simples e passa a ser qualificado, sendo classificado como um crime hediondo. Além disso, a lei estabelece causas de aumento de pena (de um terço até a metade) nos seguintes casos: quando o crime for cometido durante a gestação; nos três meses após o parto; contra uma pessoa menor de 14 anos; contra uma pessoa com mais de 60 anos; contra uma pessoa com deficiência e na presença de um ascendente ou descendente da vítima. A penalidade para esse crime passa a ser de 12 a 30 anos de prisão.

Dessa maneira, ressalta-se a importância que o tema possui para a sociedade atual, principalmente por uma parcela significativa dela ser composta por mulheres, visto que vive-se em uma cultura baseada no machismo, oriunda da lógica patriarcal de organização social.

Observa-se, também, que esses traços de violência e machismo, são construções culturais, sendo então, traços criados pela sociedade, o que torna-os passíveis de mudanças, visto que a sociedade vive em constante modificação.

Além disso, conclui-se que a tipificação desse tipo de conduta representa um grande avanço quanto aos direitos das mulheres, especialmente no que diz respeito a igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de Março de 2015. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 24 de nov. 2023.

BRASIL. Mapa Nacional da violência de gênero. **Senado Federal.** Disponível em:
<https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em: 19 de set. de 2023.

CEARÁ. Violência contra a mulher no Ceará: Taxa de mortalidade por agressões para os anos de 2012 a 2017. IPEC, 2019. Disponível em:
https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/10/EnfoqueEconomicoN210_01_09_2019.pdf. Acesso em: 5 de out. 2023.

FRÓES, Fadja. Memória e violência contra a mulher: o feminicídio como último ato da dominação masculina. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

ROCHA, P. Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dia dos patriarcado. Belo Horizonte: Leitura, 2009.

O ENTENDIMENTO DO PORTE DE ARMAS PARA MULHERES COM MEDIDA PROTETIVA

Letícia da Costa Almeida¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: leticia.costa@fvj.br; Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe)

RESUMO

A pesquisa busca contextualizar historicamente a violência, explorando a Lei 11.340/06 e a proposta de alteração na lei de armas (PL 6278/2019). O foco está no entendimento do porte de armas por mulheres com medidas protetivas, visando fortalecer a autodefesa e garantir a segurança das mulheres. A Lei Maria da Penha, criada em 2006, visou coibir a violência doméstica. A análise da PL 6278/2019, que propõe o porte de armas para mulheres com medidas protetivas, revela uma situação complexa. Estudos indicam que, em algumas circunstâncias, mulheres treinadas no uso de armas podem sentir-se mais capazes de se proteger. A eficácia depende da implementação responsável, incluindo treinamento especializado e avaliações psicológicas rigorosas. Com base nos dados levantados, destaca-se a necessidade de um maior esforço do governo brasileiro para combater a violência contra a mulher. A criação de novas leis, como a PL 6278/2019, e o reforço das políticas de proteção são fundamentais para reduzir o número de feminicídios. Além disso, é crucial intensificar as políticas educacionais para que as mulheres compreendam melhor seus direitos, buscando encerrar o silêncio e a dor associados à violência contra a mulher.

INTRODUÇÃO

A violência cometida contra mulheres no âmbito doméstico manifesta-se em especial na relação entre homem e mulher, envolvendo por vezes discriminação, ciúmes, preconceito e em muitos casos resultando em feminicídio. Essa violência de gênero é considerada um fenômeno social e cultural, ainda cercado pelo silêncio, pela dor e pelo medo. A eleição do tema deveu-se a relevância que envolve falar em políticas efetivas para a proteção dessas mulheres, sendo a violência doméstica apenas uma parte introdutória desse problema tão cruel na vida de milhares de mulheres.

Palavras-chave: Violência de gênero; Feminicídio; Medida protetiva; Liberdade.

OBJETIVOS

Esta pesquisa tem o objetivo primário de contextualização histórica da violência e da criação da Lei 11340/06, trazendo o entendimento da PL 6278/2019 e seus efeitos na proteção

às mulheres vítimas de violência. Para tanto, objetiva-se analisar o porte de armas para mulheres com medidas protetivas para fortalecer a capacidade de autodefesa e garantir segurança pessoal dessas mulheres. Pretende-se a partir deste trabalho compreender políticas eficazes de proteção à mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica.

METODOLOGIA

Esta monografia se estruturou com foco ao que acontece no Brasil e no mundo, devido ao objeto estudado e ao objetivo, tem a classificação, adotando como referência AMARAL, 2017; CORRÊA, L. R., 2010; CUNHA, 2018; YAMAMOTO, 2006; SILVA, 2007; CASARINO, 2013; CASIQUE; FUGUERATO, 2006.

O método foi o **indutivo**, devido à amostragem e natureza das amostras após considerar um número significante de casos particulares. Busca-se inferir regras que constituem a fundamentação. Assim, podemos notar que a conclusão obtida foi alcançada pela observação. Portanto, são baseadas na observação sistemática dos fatos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei 11.340 de 2006, popularmente conhecida como "Lei Maria da Penha", em concordância com o art. 226, §8º, CF, foi promulgada com o intuito de estabelecer mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Constitui-se como uma resposta legal a um desafio persistente, abrangendo alterações legislativas e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para assistência, proteção, resguardo e acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, bem como medidas preventivas.

A análise dos resultados sobre a PL 6278/2019 que altera a lei 10.826/03 para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres com medida protetiva, proposta apresentada pelo deputado Sanderson (PSL/RS) em 04/12/2019, revela um panorama multifacetado. Estudos indicam que, em algumas circunstâncias, mulheres que possuem treinamento adequado no uso de armas de fogo podem sentir-se mais capacitadas para se proteger.

A eficácia do porte de armas para mulheres com medidas protetivas está intrinsecamente ligada à implementação responsável dessa prerrogativa. A promoção de treinamento especializado, avaliações psicológicas rigorosas e medidas de segurança adequadas são essenciais para mitigar potenciais riscos associados. A discussão em torno dessa questão complexa deve considerar dados variados, garantindo uma abordagem informada na busca por soluções que promovam a segurança e o empoderamento das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, com base nos dados levantados, fica clara a necessidade de um esforço ainda maior do poder público brasileiro para combater a violência contra a mulher, sendo que para isso se faz necessária a criação novas Leis como a PL 6278/2019 e intensificar as políticas de proteção às mulheres com o objetivo de tentar reduzir o número de feminicídios, intensificar as políticas educacionais existentes no país a fim de garantir às mulheres um melhor entendimento de seus direitos e assim tentar acabar com o silêncio e a dor que envolve a violência contra mulher.

REFERÊNCIAS

SILVA, Sérgio. **Preconceito e discriminação:** as bases da violência contra a mulher. ISSN 1414-98893. Psicol. Cienc. Prof. vol.30 no.3, Brasília,

YAMAMOTO, Caio. **A evolução dos direitos das mulheres até a criação da Lei n.11.340/2006.** 2011.

CASIQUE, Letícia; FUREGATO, Antônia. Violência Contra as Mulheres: Reflexões Teóricas. **Revista Latino am. Enfermagem**, 2006.

AMARAL, Anderson: **Os Direitos Humanos fundamentais das mulheres na Sociedade Brasileira Moderna.** 2017

A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS GESTANTES NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO BRASILEIRO

Letícia da Silva Ribeiro¹, (Aluna do Curso de Direito da UniJaguaribe, e-mail: leticiasr1808@gmail.com), Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor da UniJaguaribe, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise crítica da violação dos direitos humanos enfrentada pelas gestantes que estão privadas de liberdade no sistema penitenciário feminino no Brasil. A análise aborda o aspecto histórico e social que contribuiu para a consolidação das prisões, a legislação que protege os direitos das mulheres presas e os dados coletados em uma pesquisa realizada em 2016, que revelam as condições estruturais das prisões femininas e o perfil das mulheres que estão detidas. Nesta análise, discute-se a importância da prisão domiciliar para garantir direitos mínimos às gestantes privadas de liberdade e aos seus filhos em gestação, conforme debatido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Projeto de Lei nº 64/2018. A pesquisa abrange a formação da visão social e política que atravessa o sistema prisional brasileiro, os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais em um Estado Democrático Constitucional: o princípio da dignidade humana, bem como a maternidade e a prisão: uma situação histórica, simbólica e real, as políticas públicas para garantir as garantias constitucionais às gestantes presas, entre outros aspectos. Os achados revelaram que a violação dos direitos das grávidas no sistema penitenciário brasileiro é uma realidade presente, o que dificulta a concretização dos objetivos estabelecidos pelas resoluções, portarias e jurisprudência relacionadas ao assunto.

Palavras-chave: sistema prisional brasileiro; direitos humanos; encarceramento feminino; gestantes; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A pena de prisão embora inicialmente considerada eficaz para a reabilitação do infrator, tem se mostrado obsoleta ao se comprovar que seu propósito não é alcançável (NETO; CORDEIRO, 2023). De fato, quando uma mulher é presa, ela não apenas perde o direito mencionado, mas também outros direitos humanos mínimos, como a autonomia de consciência, e pode se sentir anormal ou subestimada. Nos casos das mulheres que estão na prisão e que estão grávidas, os estigmas e a precarização continuam sendo ainda mais acentuados. Objetivou-se analisar a possível transgressão dos direitos humanos nas penitenciárias brasileiras em relação a esse público-alvo; o provável não cumprimento de medidas jurídicas e; as finalidades das políticas públicas de enfrentamento a esta problemática que reverbera na sociedade brasileira contemporânea.

METODOLOGIA

Estudo do tipo bibliográfico e documental, envolvendo, sobretudo, o “encarceramento feminino”, e a “maternidade no cárcere”, bem como a “violação” de prerrogativas humanas e constitucionais. Optou-se por referências selecionadas no Google Acadêmico considerando a abrangência de conteúdo; do tipo descritiva, transversal, qualitativa, entre outras. Usaram-se legislações, normas e jurisprudência para compor a parte jurídica do trabalho. Eliminaram-se estudos duplicados e que não apresentaram todas as unidades temáticas propostas pelo trabalho: (1) A evolução histórica-social da pena; (2) O Estado Democrático de Direito; (3) Representações sociais da mulher delinquente; (4) Dados epidemiológicos da criminalização feminina no Brasil; (5) Direitos constitucionais das gestantes presas; (6) Exemplificações de violações de direitos humanos de gestantes enclausuradas e; (7) Políticas de enfrentamento. A seleção dos artigos deu-se de modo crítico, sumariando os pontos mais pertinentes e que respondiam aos questionamentos da monografia. As seguintes perguntas orientadoras foram: A conjuntura histórica do sistema prisional brasileiro, especialmente a representação social da mulher, é relevante para compreender a violação dos direitos humanos? Os direitos humanos e fundamentais são adequadamente abordados na literatura criminológica? O princípio da dignidade humana está sendo efetivamente aplicado no sistema prisional brasileiro? As prisioneiras grávidas têm condições adequadas para dar à luz e cuidar de seus filhos recém-nascidos? As políticas públicas para combater a violação dos direitos das gestantes presas são eficazes no contexto atual do sistema prisional brasileiro? O presente estudo foi construído atentando-se às normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas, nº 6023/2018 e aos preceitos do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UniJaguaribe.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No capítulo I, discorreu-se sobre o sistema escravista brasileiro na metade do século XIX, os aspectos inerentes ao cumprimento da sanção privativa de liberdade, a eclosão do Código Penal – CP – de 1890 e seus preceitos punitivos, o Decreto nº 16.588 de 16 de setembro de 1924 e elaboração do sursis, o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 que originou o CP atual, a questão retributiva e preventiva da sanção, assim como o princípio da dignidade humana no sistema prisional do Brasil.

No capítulo II, abordaram-se os fatores históricos e dados epidemiológicos do encarceramento feminino brasileiro, a evolução epidemiológica das mulheres privadas de liberdade entre 2000 e 2016, a maternidade e a prisão: conjuntura histórica e real, como também as Regras alicerçadas nos direitos humanos aplicadas às gestantes presas.

No capítulo III, elucidaram-se os direitos e as garantias da mulher e mãe no encarceramento brasileiro, as tensões e os desafios da mulher presa e gestante durante o parto e as políticas públicas de enfrentamento à violação de direitos destas mulheres na penitenciária: a descrição das modalidades que sistematizam as equipes de saúde no sistema prisional.

Dentre os autores que embasaram os capítulos acima, destacam-se: (NETO, 2022), (BACKES; LOPES, 2019), (BRASIL, 1988, online) e (BRASIL, 1984, online).

Observaram-se e concluíram-se de modo geral: (1) a violação de direitos humanos de crianças e adolescentes como exemplo da precariedade do sistema prisional brasileiro à época; (2) a ideia da pena centrou-se, ao longo dos anos, na reparação do dano; (3) houve uma disparidade semântica quanto aos direitos humanos e os direitos fundamentais embora tenham constado dados sólidos sobre o assunto; (4) as inúmeras falhas que envolvem o princípio da dignidade humana no Brasil: a limitação de tal princípio somente ao campo teórico; (5) a visão passiva e submissa atribuída à mulher; (6) a desigualdade social e a privação econômica como motivos para a inserção feminina ao crime; (7) a escassez de vagas e o crescente aumento de

mulheres delinquentes nas penitenciárias brasileiras; (8) a proteção dos cuidados materno-infantis como escopo primário para as gestantes presas; (9) os aspectos inerentes à amamentação na prisão, aos critérios da prisão domiciliar e do uso de algemas em grávidas e; (10) a importância de políticas públicas para as populações em questão, especialmente gestantes presas, pobres e com baixa instrução.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 agos. 2023 às 02h39.

BRASIL. Lei nº 7.210, de Julho de 1984. Regulamenta os arts. 4, 14 e 19 – Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7210&ano=1984&ato=c6fUTUU9EeBpWT4ac>. Acesso em: 15 agos. 2023 às 02h44.

NETO, Fernando Sakamoto; CORDEIRO, Norberto Teixeira. Execução penal: uma análise da responsabilidade do Estado para com o apenado. **Revista Ibero – Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, Bahia, v. 9, n. 5, p. 2410 – 2421. 2023. Disponível em:
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9990>. Acesso em: 11 nov. 2023 às 20h33.

NETO, José João Barbosa. **O fim dos açoites no Brasil Império: análise crítica da lei nº 3.310 de 15 de outubro de 1886.** 2022. 30 f. Monografia (Trabalho de Graduação Interdisciplinar em Direito), Orientador – Dr. Júlio César de Oliveira Vellozo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Disponível em:
<https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/eede253b-1a6d-47d7-9e5d-e988fa72496b/content>. Acesso em: 02 set. 2023 às 00h17.

A PERSISTÊNCIA DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO NORDESTE BRASILEIRO: A VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO

Liry Raquel Honório Rocha¹, (Aluna do Curso de Direito da UniJaguaribe, e-mail: liry.raquel@fvj.br); Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor da UniJaguaribe, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO

Este trabalho buscou discorrer sobre a escravização contemporânea no Nordeste Brasileiro atentando-se às análises principiológicas, legislativas e sociais que envolvem o trabalho análogo à de escravo. O percurso metodológico deu-se de forma quali-quantitativa e através de um aglomerado de estudos científicos, leis, normas e jurisprudência. Os estudos abordaram as relações trabalhistas, os constituintes fáticos-legais do vínculo empregatício, a natureza civil do trabalho, assim como a ideia contratualista e não contratualista relacionada à relação de emprego e de trabalho. Abordou-se também os aspectos específicos da escravidão contemporânea no Nordeste Brasileiro, perfil epidemiológico e sociodemográfico dos agentes envolvidos. Discutiram-se ainda as políticas públicas de enfrentamento, a relevância dos órgãos governamentais, os membros e as formas de diligências empreendidas pelos departamentos que buscam a supressão do trabalho análogo à de escravo. Os estudos evidenciaram que o trabalho semelhante à escravidão ainda está enraizado na conjuntura brasileira, sobretudo em estados do Nordeste, inviabilizando, desse modo, a concretização da Constituição no tocante ao princípio da dignidade humana. Além disso, observam-se a predominância e a relação do trabalho escravo a determinados grupos sociais. Em síntese, depreendeu-se que a constante prevenção, identificação e reintegração do trabalhador resgatado mostra-se como algo sólido para buscar a cura dessa mazela socioeconômica.

Palavras-chave: direitos humanos; escravidão contemporânea; nordeste brasileiro; trabalho escravo; políticas de enfrentamento.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão que aborda a escravidão contemporânea – especialmente o trabalho em condições análogas à escravidão – possui como justificativa o fomento pessoal e científico em aprofundar a análise desse tema. No século presente, o trabalho escravo finalmente é reconhecido como uma séria violação dos direitos humanos, após muita luta. A tipificação penal representou uma grande alteração para os trabalhadores que estavam nas situações mencionadas, pois agora eles têm o direito de se manifestar, seguindo a lei federal para conseguir um trabalho justo. Objetivou-se discorrer sobre a escravização contemporânea no Nordeste Brasileiro atentando-se às análises principiológicas, legislativas e sociais que envolvem o trabalho análogo à de escravo.

METODOLOGIA

Configurou-se como sendo um ajuntamento de dados científicos envolvendo “contrato de emprego”, “escravização contemporânea”, “trabalho análogo à de escravo”, “nordeste brasileiro” e “combate ao trabalho escravo atual”. Tratou-se de uma metodologia dedutiva, pela qual se buscaram conclusões específicas sobre uma temática geral. Os estudos foram selecionados através do Google Acadêmico, sobretudo aqueles publicados entre 2019 e 2023, com a intenção de categorizar referências mais atuais sobre o assunto. Selecionaram-se, dentre outras, análises descritivas, exploratórias, qualitativas, quantitativas e dissertações. A presença de legislações, resoluções e normas jurídicas foram analisadas de forma crítica e objetiva. Eliminaram-se estudos duplicados e anais de congresso. Os filtros específicos usados, dentre outros, foram: (1) Teoria Contratualista; (2) Teoria Acontratualista; (3) Trabalho forçado; (4) Condição degradante de trabalho; (5) Princípio da Dignidade Humana; (6) Trabalho escravo rural; (7) Trabalho escravo urbano e; (8) Inspeção do Trabalho. Os artigos foram pré-selecionados por meio do título e do resumo. Categorizaram-se autoria, ano de publicação, método empregado, objetivos, resultados, discussões e conclusões dos artigos. O presente estudo esteve alicerçado nos princípios normativos da ABNT 6023/18.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O nexo jurídico e a disposição legal do contrato de emprego relacionaram-se: (1) Aos seus domínios socioeconômicos e constitucionais; (2) À investigação da essência jurídica ao campo do Direito; (3) À relação contratual exposta na Teoria Contratualista e; (4) À soberania fática entre operário e chefe na Teoria Acontratualista. As relações de emprego associaram-se aos constituintes fático-legais, como a pessoalidade, e aos constituintes jurídico-institucionais, como a legalidade do objeto contratado.

No que toca à violação do princípio da dignidade humana e a escravização contemporânea no nordeste brasileiro, os autores discorreram sobre: (1) Os conceitos relacionados ao trabalho análogo à de escravo segundo o art. 49 do Código Penal; (2) A prática do empregador – a posse ilegal de documentos dos funcionários – desrespeitando, assim, as legislações trabalhistas; (3) A violação social do trabalho segundo previsto no art. 1 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988); (4) Os altos índices de Autos de Violação na Região Nordeste referentes ao trabalho escravo (COLATINO, 2020); (5) As taxas de trabalho escravo notificados no Maranhão, Bahia, Paraíba, Ceará, Piauí, Pernambuco, entre outros (MOURÃO; ABRANTES, 2020) e; (6) O perfil socioeconômico e cultural dos trabalhadores em condições análogas à de escravo – analfabetos e pobres, e dos empregadores – pecuaristas, brancos com formação universitária e donos de grandes propriedades.

Os principais artigos infringidos diante dos casos de trabalho escravo foram: art. 29, art. 41, art. 53, art. 74, art. 444, art. 459 e art. 444 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (BRASIL, 1943).

Quanto aos mecanismos, medidas processuais e órgãos incumbidos no combate ao trabalho escravo destacaram-se: (1) Bahia, Ceará e Pernambuco como os maiores índices de Autos Lavrados de Violação; (2) A ausência de FGTS como a Ementa mais Atuada no Nordeste; (3) A Auditoria-Fiscal atuando na identificação (condições do trabalhador, presença de acidente do trabalho e a busca pela carteira de trabalho dos operários) e na notificação dos casos encontrados; (4) O art. 630 da CLT – a informação sobre o número e a descrição da autuação; (5) Plano Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo I e II (PNETE); (6) Conatrae e o Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo; (7) Pacto Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e Cadastro de Empregadores – Portaria Interministerial Nº 2/2011 e; (8) A ação de

reintegração do operário resgatado em condições semelhantes à de escravo ao trabalho digno e formal, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Atestou-se, assim, que a perpetuação do trabalho análogo à de escravo na região nordestina decorre das múltiplas violações aos direitos humanos e aos regimentos trabalhistas, em especial na inexistência de um vínculo laboral benéfico e constitucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 5452, de 1º de Maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis de Trabalho.** 1943. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm. Acesso em: 13 set. 2023 às 15h49.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **As emendas constitucionais e as emendas constitucionais de revisão.** 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2023 às 17h45.

COLATINO, Eduardo Lucena. **Vigilância do trabalho escravo/degradante no estado de Alagoas: diagnóstico e perspectivas.** 2020. 92 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/48728>. Acesso em: 08 set. 2023 às 02h01.

MOURÃO, Danielly Elery; ABRANTES, Carla Susana Alem. Estudantes africanos dos PALOP em Redenção, Ceará, Brasil: representações, identidades e poder. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Redenção/CE, v. 25, n. 1, p. 64 – 81. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/38767>. Acesso em: 13 set. 2023 às 18h28.

OS ANIMAIS DOMÉSTICOS COMO SUJEITOS DE DIREITOS E A EVOLUÇÃO DAS LEIS NO ÂMBITO DO DIREITO ANIMAL

Márcio Barbosa Pereira¹, (aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: marcio.pereira@fvj.br); Jéfter de Oliveira Sobreira², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho objetiva perquirir uma análise acerca da evolução das leis no ordenamento jurídico brasileiro no que tange aos direitos dos animais domésticos, buscando compreender em primeiro plano a discussão acerca da natureza jurídica e da capacidade de serem considerados sujeitos de direito. Nesse escopo, a pesquisa se consubstanciou no desenvolvimento de quatro capítulos, sendo o primeiro essencial no entendimento amplo do tema uma vez que abordará o contexto histórico do reconhecimento dos animais na vida social e familiar, assim como o entendimento de filósofos como Aristóteles e Pitágoras. O segundo capítulo se debruçará pelo reconhecimento jurídico dos animais e a importância do princípio da senciência. O terceiro capítulo dessa pesquisa analisará a evolução da legislação que trata sobre os direitos dos animais, com breve enfoque a algumas leis federais, estaduais e municipais (com atenção às leis do município de Aracati/CE) que inovaram e foram importantes no que se refere à causa animal. O quarto capítulo buscará se debruçar sobre a visão animalista dos tribunais de justiça e tribunais superiores no que tange aos casos envolvendo os animais, com citações de conexões de outros ramos do Direito e o Direito Animal. A justificativa do trabalho se mostrou concretizada tendo em vista que o direito dos animais se mostra ser um ramo necessário e emergente do Direito, uma vez que busca proteger não somente o meio ambiente, mas a vida dos animais não humanos, que há muitos anos mostram que são capazes de desenvolver relações e criar laços com os seres humanos, merecendo status e consideração por parte das normas jurídicas. Consciente da incapacidade de esgotar todo o tema, dado à sua relevância e extensão, e no azo de afunilar mais o debate que envolve animais domésticos.

Palavras-chave: animais; direitos fundamentais; princípio da senciência; sujeitos de direitos.

INTRODUÇÃO

A questão dos direitos dos animais tem ganhado crescente relevância na sociedade contemporânea, refletindo uma mudança significativa na forma como os seres humanos percebem e interagem com outras espécies. Ao longo da história, a filosofia desempenhou um papel fundamental na evolução do pensamento sobre os direitos dos animais, ajudando a definir os debates e as perspectivas que moldam essa área de estudo. O presente trabalho de pesquisa busca contribuir também para uma compreensão mais profunda das questões legais e éticas que

envolvem a relação entre humanos e animais não humanos num mundo em constante evolução e para isso é essencial compreender a evolução do entendimento de que animais não humanos devem ser considerados sujeitos de direitos e para isso será necessário fazer um mergulho na história e nas diversas visões filosóficas, que influenciaram posições diferentes, mas todas voltadas à discussão da relevância dos animais na vida das pessoas. Dessa forma, a referida pesquisa objetiva mostrar que nos últimos anos, desenvolveu-se no campo jurídico um fenômeno notável que reflete as preocupações morais e éticas na constante evolução da sociedade contemporânea. O estabelecimento e o reconhecimento dos direitos dos animais emergiram como uma questão crítica e complexa que transcende as barreiras disciplinares e as fronteiras geográficas. Compreender a evolução dos direitos dos animais ao longo da evolução da sociedade permitirá também analisar os fatores que moldaram esta trajetória e como eles se refletem nos debates hodiernos. Neste contexto, também se buscará abordar os fundamentos teóricos do direito animal e as perspectivas éticas e filosóficas que influenciam a forma como os animais são percebidos e legalmente protegidos. Além disso, investiga-se as leis e tratados internacionais que contribuíram para a promoção global da causa animal..O quarto capítulo explora casos de direito animal em tribunais e fatos que repercutiram no país que envolveram crimes de maus-tratos a animais (caso da cadelinha Manchinha e do cachorro Sansão) e que contribuíram para a alteração da Lei de Crimes Ambientais, com o aumento da pena nos casos de maus-tratos a cães e gatos.

MARCO TEÓRICO

Embora a presente pesquisa defenda a necessidade de discutir a evolução das leis que abordam a causa animal e ciente da incapacidade de esgotar a temática ampliando o olhar para todas as espécies de animais, há uma inclinação voltada mais aos animais domésticos, tendo em vista que tratar acerca dos animais silvestres e exóticos caberia um direcionamento doutrinário e jurisprudencial mais específico. O primeiro capítulo explorará a evolução filosófica dos direitos dos animais, desde as concepções antigas até as abordagens contemporâneas, analisando como as diferentes correntes de pensamento filosófico influenciaram a percepção dos direitos dos animais ao longo do tempo. Autores como Gomes (2001), Ryder (2008), Galvão (2011), Singer (2000), Thomas (2010), Cavalcante (2020) e outros consubstanciaram a primeira parte da pesquisa. O segundo capítulo enfocará os direitos legais dos animais não humanos como tema central, explorando um aspecto mais progressista do direito animal, fazendo uma breve análise do reconhecimento jurídico da personalidade animal e trazendo ainda uma comparação entre os direitos humanos e os direitos dos animais, autores como Ryder (2008), Mello (2009), Coelho (2003), Oliveira (2008), Bobbio (2004) e outros foram essenciais na construção do referido capítulo. Da mesma forma, o terceiro capítulo abordou a legislação competente, no âmbito federal, estadual e municipal, com breve ênfase às leis do município de Aracati e na sequência, o quarto capítulo buscou expor discussões animalistas sob a perspectiva dos Tribunais Superiores de Justiça com breves comentários às decisões mais emblemáticas e debatidas na sociedade e na comunidade jurídica, demonstrando o quanto a causa animal e o reconhecimento aos mesmos dentro das famílias e no dia a dia está cada vez mais presente, modificando não apenas a sociedade em si, mas principalmente todo o direito.

METODOLOGIA

A metodologia que mais coube como apropriada foi a bibliográfica qualitativa e documental, pois faz uso de diversas obras desenvolvidas por outros autores e estudiosos acerca do assunto tratado. Aponta-se a pesquisa bibliográfica, que usa arquivos como livros, artigos,

dissertações e afins para fundamentar o estudo e responder a problemática da pesquisa, assim como atender aos seus objetivos traçados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A presente monografia teve como propósito investigar o reconhecimento dos animais como sujeitos de direitos e a evolução das leis no contexto do Direito Animal. Durante a trajetória desta pesquisa, foi possível observar a crescente conscientização acerca da importância de considerar os animais não apenas como propriedades, mas como seres sencientes merecedores de proteção legal. A evolução das leis no âmbito do Direito Animal reflete um progresso significativo na compreensão da relação entre humanos e animais. Desde os primórdios, os animais foram tratados predominantemente como objetos de uso humano, entretanto, as mudanças legislativas destacadas ao longo deste trabalho indicam uma transição em direção ao reconhecimento de sua intrínseca dignidade e valor. O debate sobre a concessão de direitos aos animais é complexo, envolvendo considerações éticas, sociais e culturais. O avanço legislativo observado sugere uma sociedade mais atenta às questões de bem-estar animal e uma disposição crescente para estabelecer limites claros à exploração e crueldade. Contudo, é crucial reconhecer que ainda há desafios a serem superados. A implementação efetiva das leis existentes, bem como a criação de novas legislações que abordem lacunas específicas, são passos essenciais para assegurar uma proteção eficaz aos animais. Além disso, a conscientização pública desempenha um papel crucial na promoção de uma coexistência mais compassiva entre seres humanos e animais. Esta pesquisa, ao abordar a interseção entre direito, ética e bem-estar animal, espera contribuir para o diálogo em curso e inspirar reflexões adicionais sobre como podemos moldar um futuro mais justo e compassivo para todas as espécies que compartilham nosso planeta. Ao percorrer os caminhos da evolução das leis no ordenamento jurídico brasileiro no contexto dos direitos dos animais, esta pesquisa buscou desvelar os contornos de uma discussão vital sobre a natureza jurídica desses seres e sua capacidade de serem considerados sujeitos de direito. Nos quatro capítulos que compuseram este trabalho, foi feito um mergulho em um panorama que transcende o âmbito jurídico, abraçando a história, a filosofia, a legislação e relembrança de alguns casos que repercutiram nacionalmente e trouxeram à baila a necessidade de mais rigidez nas penas que envolvem crimes contra os animais, assim como o debate importante sobre o dever que todos têm de proteger os animais e de coibir atos cruéis.

REFERÊNCIAS

ACKEL FILHO, Diomar. **Direito dos Animais**. São Paulo: Themis, 2001, p. 170.

ARACATI. **Lei nº. 549/2021, de 18 de agosto de 2021**. Disponível em:
https://www.aracati.ce.gov.br/arquivos/1476/LEIS%20MUNICIPAIS_549_2021_0000001.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:
https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988_atual/_134_.asp. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 9.605 de 1998 – Lei dos Crimes Ambientais**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.605%2C%20DE%2012%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20san%C3%A7%C3%A7%C3%85es%20penais,ambiente%2C%20e

%20d%C3%A1%20outras%20prov%C3%A1ncias.&text=Art.,-2%C2%BA%20Quem%2C%20de. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 11 out. 2023.

O PAPEL DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA VIDA DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Marcos Vinícius de Moraes Barreto¹, (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: marcos.vinicio@fvj.br); Orientadora: **Acemira Maria Ferreira Ribeiro²**, (professora especialista do Curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo trata do papel fundamental que o Benefício de Prestação Continuada – BPC possui na vida das famílias de baixa renda. São mostradas as definições e características da assistência social, como um dos tripés da seguridade e feita uma minuciosa análise acerca do benefício assistencial ao deficiente e benefício assistencial ao idoso, de forma a externar a sua importância pago pelo governo como um redutor das desigualdades sociais. São mostrados os critérios para a concessão do Benefício de Prestação Continuada, com o amparo legal na Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) e no Decreto nº 6.214/2007, sendo ambos primordiais para a construção de cada capítulo aqui escrito. Sustenta-se em termos metodológicos, no processo de pesquisa bibliográfica (também chamado de revisão de literatura), sendo utilizados como fontes livros, legislações, artigos científicos, doutrinas para embasar o tema da pesquisa com relevantes considerações de renomados juristas e pesquisadores que em muito contribuirão para o resultado final. Outra metodologia utilizada na presente pesquisa foi a descritiva quantitativa, utilizando-se como instrumentos questionários com pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada, por meio de perguntas respondidas por estes que tinham o intuito de mostrar como o recebimento do BPC afetou na qualidade de vida de cada família e qual a perspectiva delas sobre o procedimento até a concessão do benefício. Ao final, foram obtidos dados com a resposta dos questionários e feito a representação por meio de gráficos das respostas obtidas, mostrando os resultados alcançados. A partir da junção da parte teórica e da parte prática, se tornará possível o entendimento da dimensão do benefício e do impacto que ele causa na vida das famílias de baixa renda.

Palavras-chave: assistência social; baixa renda; seguridade; benefício de prestação continuada.

INTRODUÇÃO

O Benefício de Prestação Continuada, incluído na Assistência Social é o instituto de principal análise da presente pesquisa, sendo mostrado seus tipos, conceitos, características e critérios por meio do uso da Lei 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), do Decreto nº 6.214/2007 e das mudanças introduzidas pela Lei nº 14.176/2021. O presente estudo define importantes conceitos que circundam o tema principal, como o da Seguridade Social e da Assistência Social, sendo mostrado um breve histórico da Assistência Social e sua evolução até

os dias atuais. É de se destacar a busca na pesquisa de mostrar uma grande parte das informações atinentes ao Benefício de Prestação Continuada, as etapas necessárias para concessão do benefício e a ótica dos beneficiários sobre todo o procedimento, impactos e sobre o próprio BPC em si, por meio da aplicação dos questionários. A conceituação teórica do BPC ao deficiente e do BPC ao idoso, seus critérios e diferenciações, são feitos por meio de pesquisa bibliográfica que facilitam o entendimento do tema abordado, dando uma base para a aplicação da parte prática. É buscado por meio dos questionários realizados traçar o perfil das famílias de baixa renda, analisando as condições socioeconômicas de cada uma antes e após a concessão do benefício. São aplicados questionários com dez beneficiários, onde são feitas perguntas referentes ao benefício que recebem, que buscam concluir observações pertinentes sobre o fenômeno estudado, afim de serem sugeridas melhorias e possíveis correções. Após toda a realização da sustentação teórica e da união com a parte de pesquisa de campo, a construção do projeto de pesquisa se mostra mais sólida e pode ser visualizado de maneira ainda mais minuciosa o papel do Benefício de Prestação Continuada, tendo o tema tratado um alto grau de relevância.

MARCO TEÓRICO

Doutrinadores como Fabio Zambitte Ibrahim, Flávia Piovesan, Francisco Clayton Brito Júnior, Mattia Persiani, foram bastante usados na conceituação teórica de importantes institutos da presente pesquisa, como segurança, assistência social e o próprio Benefício de Prestação Continuada. Nos capítulos que exigiram uma maior conceituação teórica foram utilizados como legislações primordiais a Lei nº 8.742/1993, o Decreto nº 6.214/2007 e a Lei nº 14.176/2021 para embasar e solidificar o tema abordado. São utilizados ainda artigos da Constituição Federal, do Decreto nº 6.949/2009 (Convenção Internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência) e da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa idosa), para definir importantes conceitos e critérios sobre o BPC ao deficiente e o BPC ao idoso durante a abordagem da temática. A utilização de artigos científicos e de outras monografias se faz bastante presente para a modelagem do presente trabalho e construção de um sólido material de pesquisa.

METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica (com recurso a fontes secundárias, como importantes legislações que tratam sobre o tema, mormente a doutrina de renomados juristas e estudiosos do tema, presente em livros, revistas e artigos difundidos em publicações especializadas e de reconhecido *status acadêmico e científico*), aplicação de questionários com beneficiários que recebem o Benefício de Prestação Continuada e método descritivo quantitativo (na análise dos dados obtidos a partir dos questionários realizados, por meio da representação de gráficos).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considerando os objetivos gerais e específicos traçados na presente pesquisa, o resultado alcançado trouxe importantes perspectivas acerca do Benefício de Prestação Continuada, muito em virtude da pesquisa de campo aplicada. As respostas dos beneficiários ao questionário trouxeram consigo relevantes aspectos referentes ao Benefício de Prestação Continuada que devem ser tratados com uma maior atenção. Foi visto a partir de tudo isso a importância do benefício causa na vida das famílias de baixa renda e a transformação na qualidade de vida que ele gera pra cada indivíduo. Entretanto, mediante as respostas dos

beneficiários e insatisfações trazidas por eles próprios foi visto pontos importantes que podem ser corrigidos ou melhorados, dentre os quais pode ser citado a demora na análise dos benefícios e a indisponibilidade de vagas para perícia médica na agência do INSS do Aracati, que tem causado prejuízo financeiro aos beneficiários, que se veem obrigados a se deslocar para outro município para passar por essa etapa. Os resultados alcançados foram bastante satisfatórios, uma vez que entender como funciona a vida das minorias, os índices de pobreza e vulnerabilidade social alarmantes que aumentam cada vez mais e a perspectiva de pessoas que estão inseridas nesse contexto socioeconômico são de fundamental importância para a busca de caminhos e soluções para mudança desse panorama. O Benefício de Prestação Continuada surgiu como um importante mecanismo para atenuar a desigualdade social existente, onde o estudo aprofundado do benefício na parte teórica e na parte prática feito nesse trabalho pode contribuir para a solidificação do conhecimento do BPC e a mostra da vivência e perspectiva trazida por cada beneficiário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências.

SILVA, Rodolfo Inácio Assis. Um estudo sobre o benefício assistencial de Prestação Continuada – BPC. 2011. 73 folhas. Monografia apresentada ao curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Sousa-PB, 2011.

O CREAS COMO EQUIPAMENTO PÚBLICO DE GARANTIA AOS DIREITOS SOCIAIS

Maria Fernanda Fernandes Ribeiro¹, (discente do curso de bacharelado em direito do centro universitário vale do Jaguaripe, e-mail: fernanda.fernandes@unijaguaribe.edu.br), **Acemira Maria Ferreira Ribeiro²,** (docente do centro universitário vale do Jaguaripe, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo trata do papel desempenhado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), como um equipamento público voltado para a garantia dos direitos sociais. Este órgão, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), concentra esforços na proteção e atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Ao se debruçar sobre as nuances do CREAS, percebe-se sua abordagem especializada, lidando com questões complexas que vão desde violência doméstica até o enfrentamento de situações de exploração sexual. Este espaço visa não apenas intervir em crises, mas também prevenir o agravamento de problemas sociais, adotando uma abordagem proativa. A atuação do CREAS envolve uma equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais e outros profissionais capacitados. Essa diversidade de especializações permite uma resposta mais abrangente às demandas apresentadas, considerando a singularidade de cada caso. Além disso, o CREAS busca promover a autonomia e a reinserção social dos usuários, por meio de ações que estimulem o desenvolvimento de habilidades e a reconstrução de vínculos familiares e comunitários. A perspectiva adotada é a de que o apoio social é essencial para a construção de trajetórias mais saudáveis e satisfatórias. Utiliza-se uma abordagem metodológica exploratória no processo de pesquisa bibliográfica, estudos desenvolvidos por especialistas / doutrinadores acerca do tema. Também recorre a pesquisa documental, através da análise de fontes primárias como legislações pertinentes, especialmente a Constituição Federal, o Código Civil e o Código de Processo Civil.

Palavras-chaves: atuação; CREAS; garantia; proteção; social.

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, é um equipamento da Assistência Social de suma importância e que ainda é muito desconhecido, mas que possui uma atuação direta com pessoas que sofreram alguma violação de direitos ou estão sofrendo negligências. E decorrente dessas violações, possui uma ligação direta com o Poder Judiciário.

E quando nos referimos em auxiliar da justiça, não é fazer o trabalho do Poder Judiciário, mas trabalhar em conjunto para a resolução dessas violações causadas aos indivíduos

ou famílias usuárias do equipamento, afinal, os acompanhamentos são realizados por profissionais especializados.

A partir desses acompanhamentos realizados pelo equipamento e os relatórios feitos em cada atendimento é possível os órgãos de defesa atuar diretamente na proteção dessas vítimas e na responsabilização do violador e assim, em conjunto, ser restituídos os laços familiares desses indivíduos.

Essa articulação dos órgãos de defesa de direitos tem o papel de garantir o acesso à justiça e a mecanismos que protegem legalmente os direitos, assegurando a sua defesa e responsabilização do violador.

A principal importância do CREAS, é informar a esses indivíduos e famílias quais os principais órgãos de defesa de direitos, a forma de acesso e encaminhamentos, conforme as suas demandas.

Outra articulação entre os dois sistemas, são os estudos de casos, que tem por objetivo reunir esses profissionais para estudar, analisar e avaliar as particularidades específicas de uma situação e assim, possibilitar a definição de estratégias e metodologias adequadas para melhor atender esses indivíduos ou famílias e obter a resolução de tais problemas, sendo realizado de forma criteriosa, buscando a preservação das informações.

O CREAS é fundamental para o acesso à justiça e a efetivação das políticas públicas de proteção, uma vez que seus serviços são voltados para a garantia de direitos, a prevenção, o enfrentamento de situações de violência e a promoção da cidadania.

Nesse contexto, o estudo sobre o CREAS como equipamento de efetivação das políticas públicas de proteção visa compreender sua importância para a garantia dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O CREAS também pode oferecer atendimento psicossocial aos usuários, prestando apoio emocional e psicológico nas questões em que estão envolvidos. Isso pode incluir tantos casos de violência doméstica quanto ações judiciais relacionadas a questões de saúde mental, como a interdição de pessoas com transtornos mentais.

O centro também pode atuar na prevenção de situações de violação de direitos, como abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes ou trabalho infantil. Nesse sentido, pode realizar campanhas de conscientização e mobilização da comunidade, promovendo a cultura de direitos e a valorização dos espaços de participação social.

Também pode ser visto como um importante facilitador de acesso à justiça, ao prestar atendimento e orientação aos usuários que enfrentam dificuldades para compreender e acessar seus direitos, além da intervenção direta que possui nos casos, facilitando assim a compreensão da justiça na melhor procedência dos casos.

Neste viés, a presente pesquisa está dividida em três capítulos, onde o primeiro, visa abordar o histórico sobre a criação do CREAS, apresentando seu conceito, atribuições e princípios norteadores que o rege.

No segundo capítulo, abordará o centro como equipamento público de proteção, apresentando a sua legislação, os serviços ofertados e seus procedimentos para o acompanhamento das famílias ou indivíduos inseridos no serviço, se utilizando das leis regulamentadoras e a visão dos doutrinadores.

Neste viés, após apresentar o equipamento público, no terceiro capítulo apresenta-se a efetivação dos direitos sociais, as garantias das políticas públicas, seus efeitos e entraves.

Portanto, o CREAS como equipamento público de garantia aos direitos sociais se apoia no trabalho de profissionais qualificados, na articulação com redes de apoio, na abordagem preventiva e na promoção da cidadania, adotando essa abordagem integrada, o CREAS contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, onde os direitos sociais são efetivamente protegidos e promovidos.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Georgenor de Sousa Franco Filho (2020), Departamento de Proteção Social Especial (2011), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social (2005), Gabriela Lotta (2019), Simone Gonçalves de Assis (2018), para fundamentar e aprimorar a revisão bibliográfica, buscando-se abordar as análises históricas, conceituais e príncipio-lógicas relacionadas ao tema em foco.

METODOLOGIA

Será utilizada uma abordagem metodológica exploratória no processo de pesquisa bibliográfica, estudos desenvolvidos por especialistas / doutrinadores acerca do tema. Também recorre a pesquisa documental, através da análise de fontes primárias como legislações pertinentes, especialmente a Constituição Federal, LOAS, ECA e Resolução nº 33/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social, conhecido como CREAS, tem sua origem e evolução intrinsecamente ligadas à construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. O SUAS foi criado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, representando uma mudança significativa na abordagem das políticas sociais no país. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, criando as bases para a construção de políticas públicas nessa área. (Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993)

Os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/88) são fundamentais para garantir a dignidade e a justiça social no Brasil. Esses direitos são consagrados nos artigos 6º a 11 da CF/88 e abrangem diversas áreas, como saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados.

O CREAS tem como objetivo oferecer atendimento especializado a indivíduos e famílias que vivenciam situações de violência, abuso, exploração, negligéncia, entre outras formas de violação de direitos. A criação desse centro reflete a preocupação em garantir uma abordagem mais específica e qualificada para casos que demandam intervenções mais complexas.

Ao longo dos anos, o CREAS passou por ajustes e aprimoramentos em sua estrutura e funcionamento, visando sempre a melhoria na qualidade do atendimento. Sua atuação abrange desde o acolhimento inicial até a elaboração de planos de acompanhamento e a promoção de ações que visam à autonomia e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Uma das atribuições fundamentais do CREAS é realizar o acolhimento e escuta qualificada dos usuários, promovendo um ambiente seguro e livre de julgamentos. Essa abordagem humanizada é essencial para estabelecer uma relação de confiança, facilitando a compreensão das demandas e necessidades apresentadas pelos assistidos. (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009)

O CREAS, é orientado por princípios basilares que fundamentam sua atuação no contexto da assistência social no Brasil. Esses princípios são essenciais para nortear as ações e garantir uma abordagem consistente e ética no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de acordo com o Artigo 4º, estabelece cinco princípios basilares que fundamentam a assistência social no Brasil.

Esses princípios são diretrizes essenciais que orientam a formulação e execução das políticas sociais, assegurando uma abordagem coesa e ética na promoção do bem-estar e na redução das desigualdades sociais. (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, § 4º)

A principal base legal para a atuação do CREAS encontra-se na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituída pela Lei nº 8.742/1993. Essa legislação estabelece as diretrizes gerais da assistência social no Brasil, definindo o CREAS como um dos equipamentos fundamentais para o atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. (Lei nº 8.742/1993)

A legislação pertinente ao CREAS é diversificada e abrangente, refletindo o compromisso do Estado brasileiro em assegurar a proteção social e a garantia de direitos. A atuação desse equipamento está intrinsecamente ligada ao cumprimento dessas normativas.

A equipe multiprofissional do CREAS, composta por assistentes sociais, psicólogos, advogados, entre outros profissionais, desempenha um papel crucial na implementação desses serviços. A interdisciplinaridade e a abordagem colaborativa são características centrais, permitindo uma compreensão holística das situações apresentadas pelos usuários.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um componente fundamental da política de assistência social no Brasil, operando por meio de equipamentos como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

No contexto específico de violações de direitos, a garantia das políticas públicas no CREAS implica em procedimentos claros e eficazes para o enfrentamento dessas situações. Isso inclui a atuação em parceria com órgãos de proteção e defesa, bem como a promoção de ações educativas e preventivas na comunidade. A garantia dos direitos humanos deve ser um princípio norteador em todas as intervenções do CREAS. (Política Nacional de Assistência Social Pnas/ 2004 / Norma Operacional Básica NOB/SUAS)

Os efeitos da efetivação dos direitos sociais são vastos e abrangentes. Eles transcendem o indivíduo, influenciando positivamente comunidades inteiras e moldando o curso de uma nação. Ao investir na realização desses direitos, construímos uma sociedade mais justa, inclusiva e resiliente, onde cada indivíduo tem a oportunidade de prosperar e contribuir para o bem comum. (Direitos Sociais: Efetividade e Aplicabilidade, JusBrasil)

A superação desses desafios requer investimentos consistentes, integração efetiva entre os diversos setores, capacitação contínua dos profissionais, redução da burocracia, aprimoramento dos canais de comunicação e um compromisso renovado com a promoção dos direitos sociais como pilar fundamental da assistência social. Essa jornada, embora complexa, é indispensável para construir uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com a proteção integral de seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria nacional de assistência social, **Política nacional de assistência social Pnas/ 2004 / Norma Operacional Básica NOB/SUAS**, Brasília, 2005. Disponível em:
chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS, **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**, Brasília, 2011. Disponível em:
<chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://aplicacoes.mds.gov.br/snras/documents/04-caderno-creas-final-dez..pdf>

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO. Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência social, **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial**, Brasília, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/03/2.-Caderno_Curso-de-Prote%C3%A7%C3%A3o-social-no-SUAS-a-indiv%C3%ADduos-e-fam%C3%A7%C3%A3o-situa%C3%A7%C3%A3o-de-viol%C3%A7%C3%A3o-e-outras-viola%C3%A7%C3%A3o%C7%C3%B5es-de-direitos.pdf

FILHO, Georgenor de Sousa Franco. **Direitos sociais na Constituição de 1988:** breve estudo sobre os direitos do art. 6º da Constituição da República, Tomo Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Edição 1, Julho de 2020.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDES. **CREAS é referência no atendimento a vítimas de violações de direitos e violências**, 27/01/20 às 15h09 - Atualizado em 17/02/20 às 16h34.

CRIPTOLAVAGEM: ESQUEMATIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

Maria Heloisa Nunes de Lima¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.heloisa@fvj.br), Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: e-mail: alfredo.neto@fvj.br)

RESUMO

Esta monografia irá analisar o processo histórico do crime de lavagem de dinheiro e o surgimento das criptomoedas no sistema econômico, desde as primeiras tentativas frustradas de criar criptomoedas até o sucesso astronômico do Bitcoin, que se tornou uma nova forma de investimento descomplicado e descentralizado, que ganhou visibilidade pelo mundo todo, durante uma crise na bolsa de valores em Nova Iorque. Assim, abordará a descrição de conceitos importantes para a compreensão de como ocorre o funcionamento do sistema bitcoin, tais como rede peer-to-peer e plataforma Blockchain, bem como descrever a maneira como este sistema pode ser utilizado, sob a perspectiva das três fases do crime de lavagem de dinheiro. Após, isso nos levará até a abordagem da evolução normativa que tratam e regulamentam as criptomoedas, com grande foco na legislação brasileira vigente, em ênfase da Lei Ordinária n º 1.4478/2022. A metodologia utilizada para esta pesquisa acadêmica, foi bibliográfica e científica, dividida de maneira coerente e harmoniosa em três capítulos.

Palavras-chave: bitcoin; criptomoeda; lavagem de dinheiro; normatização.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, recentemente, acerca de investimentos em moedas virtuais e sua alta rentabilidade. É notório que esta modalidade tem crescido gradativamente em todo o mundo, apostando altamente em transações 100%(cem por cento) virtuais e protegidas por tecnologia criptografadas. Outro ramo que tem apostado neste tipo de segurança é o WhatsApp, garantindo que as mensagens enviadas em sua plataforma sejam acessadas apenas pelos remetentes e destinatários finais, assim funciona o sistema de segurança das criptomoedas, em especial o Bitcoin.

Com o surgimento de novas formas de aplicar e investir dinheiro, concentradas em transações virtuais, em um sistema totalmente descentralizado, sem previa regulamentação e interferência estatal e bancária, novos riscos ameaçam a segurança econômica, deixando lacunas para as organizações criminosas inserir dinheiro ilícito no mercado, desviando a atenção de sua origem. Com o passar dos anos e os avanços das tecnologias, o mercado das criptomoedas começou a tomar espaço no meio financeiro e consequentemente, regulamentações de serviço.

No entanto, com o surgimento de inúmeros casos de crimes contra o sistema financeiro, usando moedas digitais e seus respectivos sistemas, levanta-se diversos questionamentos a respeito da eficácia da normatização atual. Com base nos posicionamentos dos principais órgãos de combate ao crime de lavagem de dinheiro, os órgãos de controle financeiro e

analizando o presente ordenamento jurídico, busca-se analisar a efetividade das normas existentes e debater a necessidade de novas propostas.

METODOLOGIA

A estratégia metodológica da presente monografia, baseia-se no estudo da obra Bitcoin, Lavagem de Dinheiro e Regulamentação, da autora brasileira Christina Mariani da Silva Telles (2020), que conforme sua narração, busca investigar a utilização do Bitcoin para a prática do crime de lavagem de dinheiro. Ou seja, objetiva-se aqui, traçar um panorama do crime de lavagem de dinheiro em conjunto ao funcionamento do mencionado sistema. Outro ponto norteador para a pesquisa, foi a Lei Ordinária de nº 1.4478/2022, que ficou conhecida como “lei das criptomoedas”, que passou a regulamentar sua funcionalidade. Será utilizado para fins de fundamentação, artigos já existentes, escritos por Pablo Diego de Albuquerque Pereira (2019), Arielli Tavares Cota (2020), Vladimir Aras (2023). Pretende-se mostrar com esse estudo, os caminhos que a utilização desses sistemas de criptoativos levam, dando aos criminosos, a possibilidade de burlar o sistema convencional e lavar dinheiro, através de compras de bitcoin ou enviando moedas aos conhecidos paraísos fiscais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante disso, este trabalho monográfico, buscou abordar pontos de extrema relevância ao tema discutido, buscando compreender o contraste entre o crescimento no uso das moedas virtuais com o retardado das normas jurídicas sobre este assunto. É imprescindível que o ordenamento jurídico acompanhe as necessidades da sociedade e busque promover sua eficácia normativa. O sistema Bitcoin, surgiu com o intuito de revolucionar o universo das transferências financeiras, no entanto, isso gerou várias possibilidades para as organizações criminosas lavarem dinheiro.

É imprescindível a discussão deste tema, mediante as diversas vertentes geradas por ela, pois encontra-se aqui, um conflito de interesse, quanto aos pontos positivos e vantajosos do uso das criptomoedas nos dias atuais, principalmente considerando seu valor no mercado, e a facilitação de lavar dinheiro usando o sistema, considerando as diversas possibilidades de manter-se em anonimato e a falta de interferência das instituições bancárias e estatais.

Conclui-se que, de fato o Brasil tem caminhado junto com a regulamentação do uso das moedas virtuais como uma das formas de prevenção e estipulado metas e ações de combate à lavagem de dinheiro. No entanto, ainda é possível encontrar lacunas na letra da lei e uma baixa efetividade em seu cumprimento. Questiona-se a necessidade de novas implementações, e adequações a normatização vigente, pois, é notório que em alguns pontos da lei, ainda são necessários textos mais explícitos. Apesar de existir no ordenamento jurídico, legislação regulamentaria, ainda é constado baixa eficácia, conforme própria portaria do BACEN, exposta no capítulo 3.

Destaca-se que no ramo do Direito é necessário que as fontes formais estejam sempre em constante modificações, acompanhando os fatos sociais. Assim, em um apanhado geral, do contexto analisado, verifica-se que isto vem acontecendo, no entanto de uma maneira lenta e pouco efetiva, o que gera a necessidade de um pouco de celeridade nos aperfeiçoamentos das leis em relação as demandas. Como as recomendações do Gafí, proibir o uso não seria a melhor alternativa, considerando principalmente por tratar-se de um sistema descentralizado e sem uma representação, a melhor alternativa é buscar cada vez mais, uma legislação adequada.

O caminho a se percorrer ainda é longo, não existem formas definidas para extinguir de vez a prática criminosa, porém é fato que caminhamos na direção certa. Alguns países e plataformas de pagamento, optaram por seguir linhas diferentes, restringindo o uso das moedas

digitais em suas plataformas de pagamento. Eis então o questionamento, na hipótese de uma regulamentação preventiva mais eficaz, o uso seria liberado?

REFERÊNCIAS

TELLES, Christiana Mariani da Silva. **Bitcoin, Lavagem de Dinheiro e Regulamentação.** [Sem Local]: Juruá, 2020. 164 p. Disponível em: https://www.jurua.com.br/cliente_dig.asp. Acesso em: 03 nov. 2023

COTA, Arielli Tavares. **Lavagem de dinheiro:** uma analise da teoria da cegueira deliberada aplicada no sistema penal brasileiro. 2020. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade de Goiás, Goiânia, 2020. Cap. 3.

VIEIRA, Juliane Queiroz de Oliveira. **O crime de Lavagem de dinheiro e seus aspectos penais.** 2018. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2018. Cap. 3.

PEREIRA, Caio Muniz. **Criptomoedas como meio facilitador do crime de Lavagem de Dinheiro.** 2022. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Cap. 3.

PEREIRA, Pablo Diego de Albuquerque. **Criptomoedas:** seriam essas formas viáveis de dinheiro°. 2019. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Cap. 3.

BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Lavagem de Dinheiro:** aspectos penais e processuais penais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

ARAS, Vladimir. Os aspectos penais da lei Brasileira dos criptoativos. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 88, p. 267-300, abr. 2023. Bimestral.

REFLEXOS DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA APLICADA NO DIREITO SUCESSÓRIO

Maria Rafaela de Oliveira Ribeiro¹, (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: rafaela.ribeiro@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno²,** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O objeto desta pesquisa está relacionado na área do Direito de Família e do Direito Sucessório, tendo como finalidade discorrer a respeito dos reflexos da filiação socioafetiva aplicada no direito sucessório. O assunto foi aludido a partir da análise das leis, jurisprudências e doutrinas, com o intuito de expor os efeitos gerados com o reconhecimento da filiação socioafetiva, sobretudo os de ordem patrimonial, como o direito à herança. O trabalho relatou sobre a evolução histórico social da família desde a pré-história, Grécia e Roma, finalizando no Brasil, e como eram as relações familiares. A Constituição Federal de 1988 foi o instrumento que mais colaborou para o desenvolvimento da instituição familiar, incluindo com diversas mudanças no âmbito do Direito de Família. Desta modo, o afeto e tornou-se um elemento primordial nas relações familiares, passando a ser tutelado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Por conseguinte, os filhos afetivos também conquistaram proteção legal, passando a dispor dos mesmos direitos atribuídos aos filhos biológicos. Esta equiparação de direitos, garantiu ao primeiro todos os efeitos jurídicos inerentes à sua condição, além de extinguir qualquer distinção entre o filho afetivo e o filho biológico, principalmente no direito sucessório dos pais.

Palavras-chave: filiação socioafetiva; família; sucessão; relações familiares.

INTRODUÇÃO

Perante os séculos, o conceito de família estava consubstanciado na noção de casamento, ou seja, duas pessoas ligadas a um matrimônio, por meio de uma certidão de casamento. Na atualidade o conceito de família é compreendido de forma ampla, tendo em vista que a Constituição da República de 1988 estabeleceu, a igualdade entre os filhos e a igualdade entre marido e mulher, por meio do poder familiar, ao qual antes o detentor era o esposo. Desta maneira, cumpre salientar que o principal pilar formador dessas relações é o afeto. O objetivo central deste trabalho é analisar os reflexos da filiação socioafetiva aplicada ao direito sucessório decorrente do reconhecimento dessa filiação. Ao escolher o tema para elaboração deste trabalho, explorou-se analisar os temas pertinentes no meio social, como o direito de família, sobretudo em relação à seara do direito de sucessões, a qual é responsável por designar a sucessão de uma pessoa, após sua morte. No decorrer do trabalho, serão utilizados entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, considerando que o direito sucessório do filho socioafetivo até o presente não é um direito expressamente garantido no ordenamento jurídico brasileiro. Sendo assim, pergunta-se: É possível a aplicabilidade de direitos sucessórios aos filhos socioafetivos?

Hodiernamente, a socioafetividade é essencial na relação familiar, haja vista que as pessoas se unem com o comprometimento mútuo de amor, carinho, dedicação, cuidado inigualavelmente em razão do afeto existente entre elas. Posto isso, o afeto, quando for o principal elemento em uma família, a qual não possui vínculos biológicos entre os familiares e, presente o mesmo, está perante de uma família socioafetiva, a qual deve obter igual tratamento destinado às demais famílias. Levando-se em consideração que a família é a base da sociedade, ela merece atenção e proteção especiais, de modo que o afeto deve ser desenvolvido com a primazia na caracterização do vínculo de filiação, proporcionando ao filho socioafetivo a oportunidade de buscar o reconhecimento de sua filiação, para que tenha garantido seu direito à sucessão em igualdade com os outros filhos. O reconhecimento da filiação socioafetiva é de grande relevância ao ordenamento jurídico brasileiro, de modo que se valoriza o elo afetivo, demonstrando que pais são aqueles que se dedicam única e exclusivamente na criação dos filhos, gerando-lhes o essencial à sua subsistência, amor e afeto, e assumindo o papel de pais e conscientemente em função do amor. A Constituição Federal proíbe qualquer distinção no que concerne à filiação, concedendo-lhes direitos provenientes de sua relação paterno filial de forma homogênea, o que se justifica o direito à herança ao filho socioafetivo, quando presentes os elementos da posse de estado de filho e da afetividade.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Dias (2022), Lobo (2021), Diniz (2022), Madaleno (2018), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Dessa forma, apresentando as visões dos doutrinadores quanto aos direitos dos filhos socioafetivos em concorrência com os biológicos. A filiação socioafetiva é aquela baseada nas relações de afeto, carinho e amor entre os familiares. Sendo assim, seria possível um filho socioafetivo, ou seja, aquele filho não biológico, criado pela afetividade entre seus pais, ter direito a uma possível herança destes?

METODOLOGIA

Para desenvolver o presente estudo, utilizou-se pesquisas bibliográfica e documental. Tendo em vista o manuseio de doutrina, investigação de jurisprudências, bem como artigos e legislações pertinentes ao tema. Ademais, revela-se a necessidade de investigações transdisciplinar, considerando que não existe legislação para a herança do filho socioafetivo, buscou-se o intercruzamento de informações em diferentes ramos do direito tal como o Direito Civil e o Direito Constitucional.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este trabalho buscou demonstrar sobre a evolução da família e da filiação socioafetiva, especialmente logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que extinguiu quaisquer distinções entre os diferentes tipos de filhos, transmitindo a importância destas mudanças para a legislação e a sociedade, principalmente no que se refere à possibilidade do direito à sucessão ao filho socioafetivo. A filiação socioafetiva é garantida aos pais e filhos que se consideram, com a relação de afeto, solidariedade, convivência, carinho e a posse de estado de filho, sendo esses de maneira duradoura e contínua, com o filho ante a sociedade, mesmo ciente que ele não é seu filho biológico. O instituto da filiação socioafetiva, embasada no elo de afeto por pais e filhos, manifestando que a socioafetividade é essencial na sociedade contemporânea, e que não pode mais ser desprezada, visto que gera direitos e obrigações em diversas esferas. Nesse norte, o Código Civil de 2002, conheceu o parentesco natural ou civil,

que garante que a filiação pode acontecer de outra forma que não seja a genética, sendo assim tanto a adoção e a filiação socioafetiva estão amparadas pela lei infraconstitucional. Deste modo, discorreu-se quanto as regras de direito sucessório, amparadas no Código Civil de 2002, onde foram versados todos os elementos imprescindíveis, para que o sucessor assim seja considerado legítimo, da mesma forma que foram apresentadas, conforme a doutrina, as espécies de sucessões admitidas no direito brasileiro e seus sujeitos. Baseado no levantamento de tais espécies sucessórias, levantou-se a questão principal deste trabalho, ao qual trata de o direito ao filho socioafetivo receber por herança e se haverá quaisquer distinções entre o filho biológico. Permite-se afirmar que o filho socioafetivo tem direito de receber por herança, não podendo haver qualquer distinção ou hierarquia entre o biológico e o socioafetivo. Ambos possuem os mesmos direitos. Por fim, baseado na legislação, doutrina e jurisprudência, percebe-se que no Direito Sucessório o filho socioafetivo tem garantido todos os efeitos inerentes a sua condição, o que inclui o direito à herança, sem que exista qualquer tipo de discriminação ou preconceito por isto.

Portanto, sendo cada vez mais presente na sociedade a filiação socioafetiva, conclui-se, nesse trabalho, que ela acarreta efeitos jurídicos sucessórios, os mesmos poderão ser tutelados pela legislação, corroborando a filiação socioafetiva visando o melhor interesse do filho.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** 26. ed. V.5. São Paulo: Saraiva, 2022.

GONÇALVES, Paulo Roberto. **Direito Civil:** direito de família. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LOBO, Paulo. **Direito Civil:** Famílias. 11. ed. São Paulo:Saraiva,2021.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família.** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018

FARIAS, Cristiano C.; ROSENVOLD, Nelson. **Curso de Direito Civil.** Famílias. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.v. 6.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil:** direito das sucessões. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense,2019.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil - Direito de Família.** 9. ed. v.6. São Paulo: Atlas, 2009.

AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA RELAÇÃO ENTRE O DIREITO DE FAMÍLIA E A PSICOLOGIA JURÍDICA

Mariana Medeiros Beserra¹, (Aluna do Curso de Direito da UniJaguaribe, e-mail: mariana.beserra@FVJ.BR),
Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor da UniJaguaribe, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com)

RESUMO

Na Síndrome da Alienação Parental – SAP –, há a presença de posturas negativas e caluniosas de um genitor (a) em relação ao outro. Em vista disso, os vínculos afetivos se transformam em sentimentos de desprezo e raiva em consequência da alienação, causando diversos transtornos biopsicossociais ao infante e/ou ao adolescente. Assim, o objetivo deste estudo foi examinar as consequências jurídicas que englobam a SAP, além da análise da psicologia jurídica relacionada a esse tipo de caso. Empregou-se um levantamento bibliográfico mediante um método dedutivo através de estudos indexados no Google Acadêmico, Jurisprudência Brasileira, Scielo, Lilacs, entre outros. Selecionaram-se estudos gratuitos, disponíveis integralmente, na Língua Portuguesa, caráter atemporal, usando-se de termos específicos. Diante dos resultados, observou-se que o princípio da afetividade se manifesta na disposição jurídica fazendo uso de um novo pensamento da estrutura familiar: a preservação do elo. No campo jurisdicional, o Direito das Famílias tem buscado cada vez mais proteger a personalidade, seguindo os constantes progressos e objetivando valores que estão alinhados com a dignidade humana. Por isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, a Lei nº 8.069/90, a Lei nº 10.406/02, a Lei nº 12.318/10, assim como a Lei nº 11.698/13 foram os dispositivos constitucionais elaborados para regulamentar e resguardar o bem-estar geral do menor. Elucidou-se ainda que a guarda compartilhada tornou-se um recurso essencial para diminuir os estorvos associados à SAP, como a sensação de abandono do infante e/ou adolescente em desfavor ao protetor vítima da alienação. Na SAP, o psicólogo jurídico exerce um papel primordial nas Varas de Família, atentando-se ao aparelho psíquico do agente alienado e do alienador, com o fito de identificar a configuração fatídica de alienação parental e as implicações emocionais e físicas dessa perturbação familiar. Ademais, por meio de análises técnicas, laudos e perícias fundamentadas na legislação, a psicologia jurídica tem-se mostrado protagonista na resolução de conflitos envolvendo o distúrbio alienatório, haja vista que nas apelações cíveis, a ação do psicólogo perito é basilar para a determinação da conduta, corroborando, dessa maneira, para inibir a perpetuação de atitudes difamatórias de um genitor a outro guardião, bem como agir de maneira pontual para prevenir os agravos decorrentes da SAP. Diante disso, concluiu-se que a psicologia jurídica e o Direito em suas vertentes civis e regimentares são importantes para resolver problemáticas que compreendem a SAP.

Palavras-chave: princípio da afetividade; síndrome da alienação parental; direito de família; psicologia jurídica.

INTRODUÇÃO

A programação da criança, pós-desagregação familiar conturbada, à adoção de condutas caluniosas e de desprezo para com um dos genitores denomina-se Síndrome da Alienação

Parental (SAP). No âmbito do inconsciente, a alienação é um processo que pode ser disfarçado pela aparente vontade do alienador de promover uma convivência harmoniosa entre o genitor alienado e os filhos. Deste modo, em casos judiciais, o psicólogo jurídico utiliza-se de laudos psicológicos, técnicas periciais e escuta qualificada para a identificação da SAP. Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral examinar as consequências jurídicas que englobam a SAP, além da análise da psicologia jurídica relacionada a esse tipo

de caso. Os objetivos específicos foram: (1) Analisar, à luz da literatura, o princípio da afetividade em face à alienação parental; (2) Dissertar acerca da guarda compartilhada em casos de síndrome da alienação parental e; (3) Investigar a procedência da perícia psicológica, segundo a literatura, diante da alienação parental em juízo.

METODOLOGIA

Estudo do tipo bibliográfico, método dedutivo e um levantamento de dados com base na literatura, utilizando-se do delineamento qualitativo, a fim de sintetizar informações sobre a temática escolhida. Desenvolveram-se as seguintes etapas: (1) a seleção da amostra; (2) a análise por meio do título e/ou do resumo e; (3) a interpretação dos resultados e aspectos éticos. Selecionaram-se estudos gratuitos, disponíveis integralmente, em português e com intervalo atemporal. Excluíram-se, por sua vez, fichamentos, anais de congresso, cartas ao editor e estudos duplicados. O presente estudo esteve em consonância com a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT nº 6023/2018). Buscou-se responder aos seguintes questionamentos: Qual a possível relação entre o princípio da afetividade e a alienação parental? Quais os aspectos jurídicos atrelados ao outorgamento da custódia em casos de alienação parental? Será que tão-só a desagregação familiar influencia o surgimento da alienação parental? De que forma podem-se equilibrar os aspectos jurídicos e a questão afetiva da prole com os pais em casos de alienação parental? Será que as análises da psicologia jurídica em infantes e/ou adolescentes supostamente vítimas de alienação parental são importantes para atestar tal hipótese?

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao longo da pesquisa, das análises e das leituras, observou-se que a definição de organização familiar progrediu na lógica de privilegiar a afeição das relações humanas (SILVA et al., 2019). O afeto se converte na base do encadeamento familiar, característico do vínculo entre os seus constituintes (NORÓES; JÚNIOR, 2017). A indispensabilidade de se incluir na escrita jurídica uma proteção satisfatória aos segmentos sociais que carecem de proteções asseverou, por si mesmo, que não houve um avanço na legislação nestas situações (LIMA, 2020). No outorgamento da custódia a só um dos genitores, terá preferência o que mostre melhores condições para fazê-la, conforme discorre o art. 1.583, §3º, do Código Civil (LIMA; SILVÉRIO, 2020). A tutela conjunta nasceu da imprescindibilidade de ser construído um regulamento que atendesse, de forma mais igualitária, a todas as maneiras de instituição familiar, resguardando o melhor interesse do infante e possibilitando aos pais maior envolvimento na vida de seus descendentes e para compensar as insuficiências da custódia unilateral. Trata-se de promover o confronto com o problema da alienação, para que o foco esteja na restauração do equilíbrio no seio da família descendente, criando oportunidades de reconciliação entre os marginalizados, e estão também a ser feitas tentativas para permitir e proporcionar isso. Isto é conseguido através da partilha da vida familiar concreta e agora é gratuita e completa. De acordo com Souza e Neto (2023), uma das primeiras solicitações

apresentadas à Psicologia pelo Judiciário foi relacionada à psicopatologia, por meio do uso indiscriminado do diagnóstico psicológico para avaliar e regular pessoas. Essa postura adota um discurso fundamentado em modelos teóricos que enfatizam a natureza e sua influência, focando no sujeito e sugerindo que ele pode se moldar independentemente de seu contexto. Seu propósito é contribuir com teorias e técnicas, visando auxiliar nos diferentes casos judiciais. Devido à sua natureza recente, a disciplina carece de uma bibliografia abrangente que possa apoiar a prática diária dos profissionais que trabalham nessa área. Em todo o mundo, a atuação do Psicólogo Jurídico tem se mostrado relevante e satisfatória no sistema judiciário. Esses profissionais se destacam por empregarem uma técnica especializada, requisitando o saber da ciência jurídica para exercer suas atribuições. No âmbito de um processo judicial, o papel do psicólogo consiste em auxiliar o juiz, utilizando seu conhecimento e apresentando aos documentos a realidade psicológica das pessoas envolvidas. Em situações de conflitos familiares, é essencial contar com a participação de um psicólogo, uma vez que estamos lidando com um aspecto extremamente sensível da condição humana, que envolve o seu mundo de relações mais próximas. O psicólogo, na Vara de Família, tem a possibilidade de atuar como perito, assistente técnico ou também como mediador.

REFERÊNCIAS

- LIMA, Rogério Gonçalves; SILVÉRIO, Thaynara Barbosa. **A mediação como solução dos conflitos familiares derivados da alienação parental.** 2020. 48 f. Monografia (Bacharelado em Direito), Orientador: Professor Mestre Rogério Gonçalves Lima, Faculdade Evangélica de Rubiataba, Goiânia, 2020. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/17777>. Acesso em: 24 agos. 2023.
- LIMA, Sara Karolyne Ferraz. **Síndrome da alienação parental (SAP) a família, a criança e a lei.** 2020. 37 f. Monografia (Bacharelado em Direito), Prof. (ª) Orientador(a): Maria Cristina Vidotte, Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/668>. Acesso em: 24 agos. 2023.
- NORÓES, Mariane Paiva; JÚNIOR, Antônio Jorge Pereira. A abordagem antropológica e jurídica da afetividade no direito de família mediante o uso do diálogo socrático em sala de aula. **Revista Argumenta**, Jacarezinho/PR, v. 12, n. 28, p. 57 – 77, dez. 2017. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/0ebeda3f1271ece9e90bd57845f8fbb/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031966>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- SILVA, Eduardo Stulp; CASTRO, Nayara Vicente. **Quais são os danos causados pela (in)aplicabilidade da lei nº 12.318/2010 na alienação parental?** Anuário Pesquisa e Extensão UNOESC São Miguel do Oeste, Santa Catarina, v. 4, n. 12, p. 121 – 132. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/21203>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- SOUZA, Ana Eloise da Silva; NETO, Lara Cecília Trigueiro Félix. **Atuação do poder judiciário diante de crimes psicopatológicos.** 2023. 22 f. Monografia (Bacharelado em Direito), Orientador: Prof. Samara Trigueiro Félix da Silva, Universidade Potiguar, Natal, Rio Grande do Norte, 2023. Disponível em:
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35715>. Acesso em: 24 ago. 2023.

A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO PARA A MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ-CE

Nayara de Lima Barbosa¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: nayara.barbosa@fvj.br); Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredo.neto@fvj.br)

RESUMO

Trata-se de um trabalho de monografia que tem como objetivo, analisar as possíveis motivações que levam a população icapuiense a infringir, de forma recorrente, as normas contidas no Código de Trânsito Brasileiro. A partir desse ponto, o presente texto elucida a história do trânsito brasileiro, advindo da Revolução Industrial, com a criação de automóveis, estradas e por consequência, a necessidade de regras e sinalizações, diante da sobrecarga de veículos circulando e sinistros de trânsito ocasionados. Sendo este o ponto de partida. Está dividida didaticamente em três capítulos. Inicialmente, ressalta-se a evolução histórica dos automóveis, das estradas e das legislações acerca do assunto. Em seguida, é apresentado como funcionava e como funciona o trânsito de Icapuí, seu órgão responsável e as dificuldades em manter a ordem pública viária. Após, é analisado o histórico cultural, sendo apontado como a principal razão das variadas infrações cometidas hodiernamente, demonstrando o impacto que a conhecença acarreta na comunidade como um todo. Por fim, o produto alcançado em virtude desta monografia expõe a discussão de alternativas para tentar reverter a situação de indiferença para com as normas de trânsito da população do município em destaque, sendo estas, políticas públicas permanentes de educação para o trânsito.

Palavras-chave: educação; trânsito; CTB.

INTRODUÇÃO

Este projeto tem por objetivo entender o que acontece na realidade da população de Icapuí. Analisar as motivações que levam a população icapuiense a infringir, de forma recorrente, as normas contidas no Código de Trânsito Brasileiro, investigando quais os motivos para os habitantes manterem sólidos hábitos errôneos nas vias de sua cidade, em seu cenário atual.

Analizar o histórico cultural, sendo apontado como a principal razão das variadas infrações cometidas hodiernamente. Demonstrando o impacto que a conhecença está acarretando na comunidade como um todo. Tendo como ponto principal os condutores de veículos que infringem as leis de trânsito.

O estudo aprofundado deste assunto se dá pelo interesse de buscar compreender a constância da sociedade icapuiense de fugir às normas de trânsito, dificultando assim, a manutenção da ordem pública em seu município, levando também à exaustão as autoridades e os agentes de trânsito do município cearense.

Diante de que, após 03 anos de constante educação desenvolvida pelos órgãos competentes à segurança viária, período de 2019 a 2022, antes de se iniciar com as respectivas autuações, foi constatado que a maioria dos municípios ainda insistem em desobedecer o Código

de Trânsito Brasileiro (CTB), de forma a se manter ainda um elevado número de infrações de trânsito cometidas pelos habitantes, como ultrapassagem proibida, estacionamento irregular, falta do uso de itens obrigatórios de segurança, entre outras.

METODOLOGIA

A metodologia empregada na elaboração deste estudo foi a de pesquisa bibliográfica e científica que consistiu na exposição do pensamento de autores sobre o presente tema, juntada de dados apresentados pela Autarquia de Trânsito do município de Icapuí e análise destes.

A estratégia metodológica da pesquisa é baseada nos estudos de especialistas no trânsito. A relevância acadêmica e social desta pesquisa pretende contribuir para um melhor esclarecimento acerca desse assunto, não só para quem vivencia as demasiadas infrações no município de Icapuí, mas também para as pessoas que reconheçam que o CTB deve estar agregado às transformações sociais, políticas, econômicas e principalmente culturais de uma região.

No primeiro capítulo da monografia, pretende-se tratar sobre a história do trânsito brasileiro e da sua legislação. Logo após, sobre o trânsito de Icapuí, relatando a sua integração ao Sistema Nacional de Trânsito e alguns dados relevantes acerca de infrações e sinistros. Já no terceiro e último capítulo, será feito uma análise da importância de políticas públicas serem aplicadas e a educação para o trânsito.

MARCO TEÓRICO

A fundação da Autarquia de Trânsito Municipal de Icapuí - ATMI - no ano de 2019, gerou intriga entre os municípios que negavam adequar-se às normas impostas pelo CTB, como a utilização regular de item obrigatório de segurança. Alguns indivíduos aderiram ao cumprimento dessas normas. No entanto, ainda não se apresentam resultados totalmente satisfatórios, diante de uma considerável parte da população ainda desacatar a lei, não contribuindo significativamente para a redução das transgressões como estipulado e devido. (ATMI, 2023). Esse tipo de comportamento impróprio aos cidadãos, leva a vários questionamentos, de forma a tentar entender o porquê ainda se presencia tantos infratores nas ruas, que mesmo recebendo penalidades, continuam dificultando a manutenção da ordem pública na urbe que habitam.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diferente de como é vista por outros olhos, não é sua finalidade punir, pelo contrário, sendo a paz entre os indivíduos da sociedade que todos os dias necessitam encarar o trânsito de alguma forma, seja dirigindo um veículo ou como pedestre.

Tal finalidade também é garantia de segurança para a sociedade. Em que pese o caminho percorrido, o estudo analisou a realidade do município de Icapuí, desde a fundação da Autarquia Municipal de Trânsito até os dias atuais, pois, conforme se explica, tal órgão de fiscalização encontra dificuldades em agir de forma plena e garantir sua finalidade, a segurança viária.

A pesquisa científica revela que há muito o que fazer em relação a esse tema, começando pelo primordial de todas as bases, a educação, necessitando de políticas públicas permanentes lançadas não somente pelo governo, mas em construção com a população, garantindo o bem estar de todos.

Assim, como elucidado no texto, com base em alguns pesquisadores e especialistas, a educação é o principal caminho, tanto para a nova geração de futuros condutores, sendo estas as crianças de hoje, que não têm hábitos tão profundamente enraizados, com mentes mais flexíveis e moldáveis, quanto para a população adulta de Icapuí, que mesmo tendo padrões de pensamento mais estabelecidos, tornando a mudança mais desafiadora, ainda assim podem passar a reconhecer e valorizar as novas normas que lhe são cobradas atualmente.

Por fim, para completar o estudo, foi discutido a realidade atual de Icapuí, com dados acerca das infrações, sinistros e óbitos ocorridos nesse ano de 2023, analisando como anda a adaptação dos habitantes do município cearense após 04 anos de existência da ATMI, sendo verificado que muitos desrespeitam as leis. Toda a discussão foi à luz do Código de Trânsito Brasileiros e artigos de especialistas do tema, utilizando-se da hermenêutica para interpretar tais normas.

Desse modo, o estudo concluiu-se por entender ser necessária a discussão acerca da elaboração de políticas públicas voltadas à educação para o trânsito no município de Icapuí, mostrando-se a solução mais adequada para reverter a situação caótica e para a manutenção da ordem pública na urbe em questão

REFERÊNCIAS

- GERMOSGESCHI, P. **A Cultura De Transgressão Das Leis No Brasil.** 2019. Disponível em: <https://www.cursoderedacao.net/artigo/a-cultura-de-transgressao-das-leis-no-brasil-136#:~:text=Como%20a%20quest%C3%A3o%20da%20transgress%C3%A3o,se%20agrava%20por%20raz%C3%B5es%20hist%C3%B3ricas>. Acesso em: 22 nov. 2023
- SOARES, E. C. M. DA COSTA, J. D. **Influência das Políticas Públicas na Gestão de Trânsito e na Aplicação do CTB.** 2019. Disponível em: <https://files.antp.org.br/2019/10/8/influencia-das-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- GOV.BR. **Municipalização - Senatran.** 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/municipalizacao-senatran>. Acesso em: 01 set. de 2023.
- LOPES, Valdilson Aparecido. **Educação para o trânsito e prevenção de acidentes.** 1. ed. Curitiba: Intersaber, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- ICAPUÍ. Autarquia de Trânsito Municipal de Icapuí. **Estatísticas Operacionais.** 2022.

OS EFEITOS DA MULTIPARENTALIDADE E A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

Patrícia Gisele de Sousa da Silva¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: patricia.gisele@fvj.br), Acemira Maria Ferreira Ribeiro², (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br)

RESUMO

O estudo teve como objetivo geral analisar a possibilidade de uma multiparentalidade no contexto familiar tradicional. Para tanto, foi necessário abordar o conceito de família e dissertar sobre a multiparentalidade e parentalidade socioafetiva, além de explorar a natureza jurídica do direito de família. Também buscou-se analisar como se dá o vínculo afetivo e a aceitação da multiparentalidade no contexto familiar tradicional. Descreveu-se os principais princípios que podem ser aplicados no direito de família, analisando sua evolução e construção ao longo do tempo até os dias atuais. Além disso, descreveu-se a filiação socioafetiva e sua construção no cotidiano. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, com referências em autores relevantes, como Maria Berenice Dias, doutrinadora referência em Direito de Família que trouxe conceitos importantes sobre família e Estado. Christiano Cassetari, doutor em Direito Civil pela USP e Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, juiz de direito e juiz do trabalho, respectivamente, autores de diversas obras jurídicas no âmbito do Direito Civil, bem como em doutrinas, artigos já publicados e decisões judiciais, a fim de explorar as questões relacionadas à multiparentalidade e parentalidade socioafetiva no direito de família. Esta pesquisa contribuiu para uma compreensão mais ampla das transformações no conceito de família e como questões relacionadas à multiparentalidade e parentalidade socioafetiva são abordadas no âmbito jurídico. Portanto, considerou não apenas os aspectos legais, mas também reconheceu a relevância dos aspectos emocionais nas relações familiares, enriquecendo assim a análise dessas dinâmicas familiares.

Palavras-chave: paternidade; socioafetiva; multiparentalidade; vínculo; familiar.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal da pesquisa é analisar a possibilidade de uma multiparentalidade no contexto familiar tradicional. Tendo como objetivos específicos: a) conceituar família e dissertar sobre a multiparentalidade e parentalidade socioafetiva; b) analisar como se dá o vínculo afetivo e a aceitação da multiparentalidade no contexto familiar tradicional; c) descrever sobre os principais princípios que são possíveis de serem aplicados no direito de família; d) analisar sua evolução e como deu a sua construção até nos dias de hoje; e) Descrever a filiação socioafetiva e sua construção no cotidiano.

Para a construção das principais ideias, serão utilizados como referências os seguintes autores: Maria Berenice Dias, doutrinadora referência em Direito de Família que trouxe conceitos importantes sobre família e Estado. Christiano Cassetari, doutor em Direito Civil pela USP e Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, juiz de direito e juiz do trabalho, respectivamente, autores de diversas obras jurídicas no âmbito do Direito Civil.

Com a intenção de alcançar os objetivos propostos, inicialmente busca-se esclarecer o conceito de multiparentalidade, destacando como uma pessoa pode ter mais de dois pais ou duas mães. Além disso, serão apresentados os princípios que regem essa matéria, a saber, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, o princípio da afetividade e o princípio da paternidade responsável. A seguir, será realizado um estudo sobre a socioafetividade e a paternidade decorrente da filiação socioafetiva, caracterizada pelo reconhecimento da paternidade não com base em laços sanguíneos, mas sim na ligação afetiva entre um adulto e uma criança. Esse reconhecimento jurídico ocorre quando um homem ou uma mulher obtém respaldo legal para a relação afetiva que mantêm com uma pessoa, independentemente de laços sanguíneos.

Por fim, serão analisados os efeitos da paternidade socioafetiva, bem como as obrigações alimentares decorrentes dessa relação. Serão abordados os impactos do registro de nascimento e os direitos sucessórios ligados à relação socioafetiva.

MARCO TEÓRICO

Doutrinadores como Carlos Roberto Gonçalves, Christiano Cassettari, Maria Berenice Dias, Rolf Madaleno, Maria Helena Diniz, foram bastante utilizados na conceituação teórica de importantes institutos da presente pesquisa, como multiparentalidade, conceito e evolução histórica, princípios aplicáveis a multiparentalidade, socioafetividade e filiação, efeitos da paternidade socioafetiva. Nos capítulos que exigiram uma maior conceituação teórica foram utilizados como legislações primordiais a Lei nº 8.069/90, Lei nº 6.015/73, Lei nº 10.406/2002 e jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça, 2005, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2001, para embasar e solidificar o tema abordado. São utilizados ainda artigos da Constituição Federal de 1988, Código Civil de 2002, para definir importantes conceitos sobre filiação socioafetiva e paternidade socioafetiva. A utilização de artigos científicos e de outras monografias se faz presente para a construção do presente trabalho e construção de sólido material de pesquisa.

METODOLOGIA

A metodologia para se chegar às conclusões pretendidas é de pesquisa bibliográfica com base em doutrinas, artigos já publicados, jurisprudências e a legislação dos principais doutrinadores do direito civil, utilizando-se do delineamento qualitativo, a fim de fazer uma análise aprofundada sobre a temática escolhida. Desenvolveram-se as seguintes etapas: (1) a seleção das informações estudadas; (2) a análise por meio do assunto com doutrinas e jurisprudências e; (3) a aplicação dos resultados obtidos por meio da pesquisa. Selecionaram-se estudos gratuitos, disponíveis integralmente, em livros e artigos científicos. Excluíram-se, por sua vez, fichamentos, anais de congresso, cartas ao editor e estudos duplicados. O presente estudo esteve em consonância com a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT nº 6023/2018). Buscou-se responder aos seguintes questionamentos: Conceituar família e dissertar sobre a multiparentalidade e parentalidade socioafetiva; analisar como se dá o vínculo afetivo e a aceitação da multiparentalidade no contexto familiar tradicional; descrever sobre os principais princípios que são possíveis de serem aplicados no direito de família; analisar sua evolução e como deu a sua construção até nos dias de hoje; descrever a filiação socioafetiva e sua construção no cotidiano.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao longo desta pesquisa, o foco foi esclarecer a complexidade da multiparentalidade, destacando como uma pessoa pode legítima e legalmente ter mais de dois pais ou mães. Isso envolveu a análise detalhada dos princípios fundamentais que norteiam essa temática, com destaque para o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, o princípio da afetividade e o princípio da paternidade responsável.

Ao explorar a socioafetividade e a paternidade que surge desse tipo de relação, vimos como o reconhecimento legal vai além dos laços de sangue, baseando-se na conexão afetiva genuína entre um adulto e uma criança. Esse reconhecimento jurídico valida as relações afetivas, independentemente dos laços biológicos, abrindo caminho para uma visão mais aberta e inclusiva da parentalidade.

Adicionalmente, analisamos os efeitos da paternidade socioafetiva. Concluímos que, uma vez reconhecida a filiação socioafetiva, esta passa a ter efeitos jurídicos respaldados pela Constituição, sem distinção entre os filhos, conforme estabelecido no art. 227, § 6º da CFB/88.

Quanto à problemática da multiparentalidade no contexto familiar tradicional, concluímos que, embora possa ser vista como uma forma positiva e possível, sua aceitação requer regras claras, excluindo objetivos financeiros. A multiplicidade de pais ou mães na vida de uma pessoa é valorizada pela possibilidade de proporcionar carinho e afeto essenciais para um desenvolvimento saudável, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de constituição familiar.

Assim, este trabalho oferece uma visão clara sobre a multiparentalidade e os direitos sucessórios na filiação socioafetiva, contribuindo para o entendimento e aceitação de diferentes formas de família, ressaltando a importância do afeto e cuidado nas relações parentais.

REFERÊNCIAS

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva**. Grupo Gen-Atlas, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2023.

MADALENO, Rolf. **Direito de família I Rolf Madaleno**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL E A RESSOCIALIZAÇÃO DO EX-APENADO NA SOCIEDADE

Rita Ákila Lima Queiroz¹, (Aluna do Curso de Direito da UniJaguaribe, e-mail: rita.akila@fvj.br);
Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor da UniJaguaribe, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo discorrer sobre a violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro, bem como os aspectos intrínsecos à ressocialização do apenado ao seio social. O método utilizado deu-se através de um compilado de referências científicas e da jurisprudência constitucional e penal. Selecionaram-se estudos indexados na língua portuguesa, disponíveis gratuitamente, recorte temporal indeterminado, considerando a relevância e a atualização dos dados encontrados. Realizou-se a leitura crítica e aprofundada dos estudos a partir do título e/ou do resumo. Em teoria, está dividida em três capítulos. Inicialmente, a análise acerca dos direitos fundamentais e dos direitos humanos sob uma ótica ideológica e filosófica, bem como a aplicação do princípio da dignidade humana no âmbito penitenciário. O segundo capítulo refere-se à precariedade existente no sistema prisional do Brasil, as informações epidemiológicas sobre a temática em pauta destacando ainda o Estado de Coisas Inconstitucional em face à realidade carcerária contemporânea. No terceiro capítulo, abordar-se-ão os aspectos concernentes à reintegração do preso à sociedade considerando a proposta, os objetivos e os fatores de implementação do Método da Associação de Proteção aos Condenados (APAC). Portanto, nota-se a manutenção de condutas transgressoras quanto aos direitos dos presos no aparato prisional brasileiro e a importância do método APAC para a reintegração do delinquente.

Palavras-chave: direitos humanos; superlotação prisional; sistema brasileiro; ressocialização.

INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa humana é a base do sistema normativo e constitucional do Brasil. A Lei de Execução Penal (LEP), dispositivo legal de sanção, em seus arts. 87, 91 e 92, estabelece especificações para a ressocialização do preso e a diminuição da reincidência criminal. Neste sentido, a educação e a profissionalização do ex-apenado podem ser ferramentas importantes para a reinserção do delinquente à sociedade. A busca pelo entendimento acerca das problemáticas que envolvem a conjuntura carcerária brasileira e a possível violação de direitos humanos nos estabelecimentos prisionais fomentaram a construção da monografia. A superlotação prisional e sua íntima relação com a infração de prerrogativas constitucionais justificaram a construção do trabalho. Logo, este trabalho objetivou identificar as possíveis infrações das garantias e direitos humanos dos presos no sistema penitenciário brasileiro. Os objetivos específicos designaram-se como sendo: (1) Identificar a possível fragilidade do sistema carcerário brasileiro quanto ao cumprimento dos direitos humanos; (2) Elucidar sobre o elo instaurado entre a negligencia governamental e a superlotação carcerária nos

estabelecimentos prisionais brasileiros e; (3) Analisar a implementação do método apaqueano na esfera federal e municipal para a ressocialização do apenado.

METODOLOGIA

O percurso metodológico construído deu-se de maneira aprofundada e analítica, utilizando-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica. As unidades de análise foram: “direitos humanos”, “direitos fundamentais”, “princípio da dignidade humana”, “imperativo categórico de Kant”, “perfil epidemiológico no contexto do sistema prisional brasileiro”, “Estado de Coisas Inconstitucional”, “Ressocialização” e “Método APAC”. Os estudos selecionados compreendiam pesquisas dissertativas e exploratórias, editoriais, metanálise, estudos sistemáticos, entre outros. Foram excluídos estudos duplicados, fichamentos, artigos pagos e/ou não disponíveis na íntegra. A apreciação dos achados foi possível mediante a leitura do título e do resumo, bem como através de filtros específicos, como: (1) Violation de Direitos Humanos e; (2) Sistema Prisional Cearense. O tabelamento dos dados foi realizado por meio do objetivo e do método utilizado nos artigos selecionados. Usou-se uma análise pura, a fim de aumentar as informações acerca do tema estabelecido. A ABNT nº 6023, de 2018, norteou a construção da monografia.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na análise filosófica e ideológica sobre direitos humanos e fundamentais, destacaram-se, dentre outras, as seguintes informações: a) a universalização obrigatória dos direitos; b) o art. 3 da CF/1988 – a formação de uma sociedade livre e segura para todos; c) os direitos fundamentais como garantias lícitas e asseguradas constitucionalmente e; d) os conflitos contemporâneos como exemplos de violação de direitos humanos (BARROS; CAMPELLO, 2020). Na percepção de Kant sobre o assunto em questão, evidenciaram-se: a) a dinamização dos direitos segundo um raciocínio filosófico; b) a doutrinação do comportamento, o *dever-ser*, do homem de acordo com o imperativo categórico e; c) a junção da dignidade humana e da moralidade como significação da existência do homem (SANTO, 2020). No contexto prisional brasileiro, o princípio da dignidade humana esteve relacionado ao poder estatal de punir os criminosos e proteger a ordem social; à contemplação de promover a integridade total do delinquente no ambiente carcerário através de normas e resoluções e; ao art. 40 da Lei de Execução Penal – a garantia da integridade física e moral dos presos (QUEIROZ, 2015). Quanto aos dados epidemiológicos relacionados ao sistema prisional brasileiro, destacaram-se, dentre outros: a) o alto índice de presos, cerca de 650 mil, enclausurados; b) a presença de 9.826 presos, em 2023, no Ceará, em regime fechado e; c) cerca de 450 mil presos no Brasil são homens e possuem entre 35 a 45 anos (MACHADO, 2023). Contudo, observou-se a violação de tal princípio em algumas situações: (1) a desqualificação dos agentes penitenciários; (2) a inadequação e a ineficiência das estruturas prisionais; (3) a superlotação carcerária; (4) o descumprimento ao art. 2 da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948; (5) A escassez de cuidados médicos, odontológicos e medicamentosos; (6) a inexistência de programas educacionais sólidos ao delinquente; (7) o descontrole da gestão penitenciária e o agravamento das violações dos presos e; (8) a omissão do Estado diante de tais infrações de direitos humanos. O Estado de Coisas Inconstitucional destaca alguns pontos relevantes, a saber: a) a infração de direitos por parte do Estado; b) o art. 1 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), o qual enfatiza sobre as ações do Estado para garantir os interesses da população e; c) o reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional nas prisões brasileiras posteriormente à Medida Cautelar nº 347, de 2015. A ressocialização do ex-apenado compreendeu: a) a necessidade de planejamento e incorporação de políticas públicas; b) a visão humanizada do

Método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados; c) o trabalho articulado da APAC com o Poder Judiciário; d) o caráter diferenciado da APAC no que se refere à participação ativa dos ex-apenados na tomada de decisões e; e) o papel da APAC na diminuição da reincidência criminal e na profissionalização do ex-detento (COSTA, 2023).

REFERÊNCIAS

BARROS, Ana Carolina Vieira; CAMPELLO, Lívia Gaigher Bósio. O direito ao desenvolvimento conceitual e inserção da biodiversidade como quesito chave para o fortalecimento dos direitos humanos. **Revista Argumentum**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 67 – 78. 2020. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1377/825>. Acesso em: 16 out. 2023.

COSTA, Roberta Oliveira. **Sistema prisional de Manaus/AM e os projetos de ressocialização: Aplicabilidade dos projetos ressocializadores**. 2023. 50 f. Orientadora - Prof.^a Dra. Kércia Rocha Andrade. Monografia (Bacharelado em Serviço Social), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/6897>. Acesso em: 16 Out. 2023.

QUEIROZ, Mariana Lucena. A abordagem feminista das relações internacionais e violações de direitos humanos no Brasil: uma discussão sobre o sistema prisional. **Revista Transgressões**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 5 – 31. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/8713>. Acesso em: 16 agos. 2023.

MACHADO, Elaine Drummond. Estado x ressocialização: o grito de dor dos apenados e a violação dos direitos humanos. **Revista Processus Multidisciplinar**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 32 – 41. 2023. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/965>. Acesso em: 16 Out. 2023.

SANTO, Marília Espírito. A tese da analiticidade na fundamentação da metafísica dos costumes. **Revista da Sociedade Kant Brasileira**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 220 – 231. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/studiakantiana/article/view/89990>. Acesso em: 16 Out. 2023.

A RESSOCIALIZAÇÃO DOS MENORES INFRATORES NA SOCIEDADE

Sâmia Samara Silva Ferreira¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: samiasamarass@gmail.com); Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredo.neto@fvj.br)

RESUMO

Objetiva-se analisar alguns critérios importantes que ajudam a ressocialização dos menores infratores em nossa sociedade. No presente trabalho foi exposto a realidade que perdura nessa geração, e quais são os elementos que estavam agravando a situação de inúmeros adolescentes. Foi apresentado de maneira aprofundada as medidas socioeducativas que estão elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho, medidas essas que buscam reeducar aquele menor que comete atos infracionais. É importante ressaltar que os atos infracionais não são cometidos como crime tipificado lá no Código Penal, bem como essas medidas socioeducativas também não tem um caráter punitivo. Foi desenvolvido três capítulos devidamente fundamentados com conceitos, leis e entendimentos doutrinários. Uma das metodologias usada nesse trabalho foi a qualitativa, onde buscou-se compreender a complexidade do tema e os detalhes das informações obtidas através de vários meios de pesquisa. A pesquisa foi básica, explicativa, qualitativa e bibliográfica, e observou-se que apesar das inúmeras disposições legais, garantindo direitos e deveres aqueles menores, na hora de sua aplicação não tem tanta eficácia, deixando falhas e brechas nessa prática de ressocialização e inserção do menor.

Palavras-chave: ressocialização; medidas socioeducativas; menor infrator.

INTRODUÇÃO

Optou-se por verificar se o Estado realmente cumpre o seu papel quando a questão é ressocializar os menores infratores, apesar das leis previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não é algo garantido na prática. Está cada vez mais comum a alta taxa de menores que acabam se envolvendo com a criminalidade, e o questionamento que fica é o de saber quais as causas que contribuem para essa delinquência infantil. Para que possa resolver o problema, torna-se necessário filtrar aspectos negativos, para descobrir a origem do problema.

Foi identificado que além de o Estado não cumprir o que de fato a lei dispõe, os pais desses adolescentes são o causador número um para que o jovem entre no mundo do crime de forma precoce. E quando falamos em fatores causadores é de extrema importância também falar da sociedade, que ao invés de acolher esses jovens infratores, acabam por afastá-los mais ainda, fazendo com que esses adolescentes acabem buscando e encontrando amparo nesse mundo marginalizado.

Quando buscamos por dados vemos que as áreas mais afetadas por essa delinquência infantil são as periferias, onde fica mais difícil de o Estado acessar diretamente. Sem contar que são dentro dessas comunidades onde existem a maior taxa de famílias totalmente desestruturadas, onde muitos desses jovens não tem o mínimo existencial, muito menos uma

boa e estruturada rede de apoio. Ademais as perguntas que são feitas durante a elaboração deste trabalho é se realmente é possível que haja de fato essa ressocialização.

Ao falar das medidas socioeducativas é notável que elas não ter um caráter punitivo, o objetivo delas é de educar, disciplinar e inserir aquele jovem em seu ambiente familiar e escolar, dito isso é perceptível o nível de gravidade de cada medida, elas são aplicadas de acordo com cada caso concreto, é necessário analisar vários critérios, mas o mais importante é analisar o ato infracional cometido, mensurar a gravidade daquele ato, para a partir daí saber se a medida que será imposta será uma leve ou uma mais gravosa.

Então logo de cara tem o primeiro capítulo falando o conceito geral da ressocialização e qual a sua previsão legal, de acordo com o Estatuto da criança e do adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Por fim, esse capítulo vai concluir falando a respeito da delinquência infantil, como já dito anteriormente existem uma série de fatores que contribuem para que isso ocorra, e nessa parte final do capítulo um vai dizer uma adentrada inicial nesses pontos.

Logo em seguida, no capítulo dois vai se descrito como todo o processo de ressocializar acontece, porque temos previsão legal para que haja de fato essa inserção, mas não fica evidente de fato acontece na prática. Esse capítulo ainda vai falar sobre uma das medidas socioeducativas mais importante, olhando de ponto de vista mais lógico. Torna-se necessário enfatizar a medida de semiliberdade pelo valor que ela carrega, ela se destaca porque se torna mais branda ao comparar-se com a medida de internação, por exemplo. Ela é mais intuitiva na vida do menor infrator, desenvolve esses jovens através de projetos que buscam educar e desenvolver aptidões.

Ao analisar possíveis causas que afetam o processo de ressocialização desse menor infrator, pode-se notar três fatores que de fato prejudicam e impossibilitam essa inserção. A começar pelos pais, a imagem de família que aquele jovem vai ter são o pai e a mãe, e a maioria desses adolescentes não tem uma família bem estruturada, muito pelo contrário. Então, ao se ter um ambiente familiar totalmente desestruturado e uma influência negativa dos pais, aquele jovem acaba entendendo aquilo como algo a se fazer, tendo com influencia aquilo.

Depois vem o Estado, que tem seu compromisso para com aquele menor e mesmo assim não pratica como deveria ser feito. Podemos notar que em sua grande maioria esses jovens vivem em periferias e frequentam escolas de baixo índice escolar, são justamente esses lugares que se tornam inacessíveis para o Estado trabalhar, facilitando a inserção desses adolescentes ao mundo criminalizado. E por fim tem a sociedade que ver com maus olhos aquele menor infrator, ao invés de acolhe-los, usando de meios específicos e até mesmo redes de apoio. Mas na prática não vemos isso acontecer, consequentemente o índice de jovens sem assistência social necessária só aumenta.

Neste trabalho, almeja-se discutir sobre essa causa social que deveria ser tratada com mais seriedade e importância, pois, a vida desses jovens importa a todos de uma sociedade que vive em conjunto, nada mais justo que dar meios que possibilitem um bom crescimento e amadurecimento desses menores.

METODOLOGIA

Esta monografia estruturou-se com fulcro numa pesquisa que, devido ao objeto estudado e ao objetivo, tem a seguinte classificação, adotando como referência principal o Estatuto da criança e do adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Quanto à natureza, foi básica, pois buscou principalmente novas articulações teóricas que expliquem a realidade. Quanto à abordagem, foi qualitativa, ao objetivar a explicação de todo esses fatores que contribuem ou não para a ressocialização do menor infrator. Foram usadas leitura de Lei e entendimentos doutrinários, bem como, BITENCOURT, Cezar Roberto (2012), LIBERATI, Wilson Donizeti (2015), MORAES, B.M (2009). Essa pesquisa enfatiza seus objetivos exploratórios e

descritivos, buscando entender e desmistificar o cenário complexo que esses jovens infratores se encontram, em uma realidade difícil e complexa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao longo da pesquisa, dos entendimentos e das leituras, observou-se que, para se entender o que leva essa dificuldade em ressocializar os menores infratores devem-se considerar mais do que o aspecto social. Além do Estado, é preciso associar a sociedade e principalmente a estrutura familiar desses jovens, porque se se tratando de fator principal que determina o futuro desses jovens, pai e mãe contribuem drasticamente para inserir os filhos ao mundo do crime.

Com isso, fica difícil inserir esse jovem na sociedade novamente, porque leva em consideração não só os pais, mas também o Estado que não cumpre com sua função de zelar e garantir os direitos e deveres desses infratores. Logo, conclui-se que com o presente sistema que o Estado e a sociedade apresentam, não existe uma possibilidade sequer de inserir esses jovens infratores, torna-se impossível ressocializar alguém que nunca fez parte de fato de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm 20 maio.2018. Acesso em: 02 out. 2023.

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** Parte Geral. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAES, B.M. RAMOS, H.V. MACIEL, K.R.F.L.B. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente:** Aspectos Teóricos e Práticos: A Prática de Ato Infracional. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

ANÁLISE DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE EXCLUSÃO DO HERDEIRO NECESSÁRIO EM RAZÃO DE ABANDONO AFETIVO.

Sara de Lima Neres¹, (Aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: sara.neres@fvj.br); Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno², (Professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa acadêmica analisa a possibilidade da exclusão do herdeiro necessário em razão de abandono afetivo tanto dos ascendentes com os descendentes e vice-versa, em face a ausência de legislação específica ao tema em apreço no ordenamento jurídico brasileiro, embora a constante evolução das entidades familiares e o valor jurídico da afetividade no seio das famílias. Tendo como norte de pesquisa o objetivo de desenvolver uma análise acerca do desamparo afetivo como uma das possibilidades de exclusão deste herdeiro através da deserdação sob a ótica da legislação vigente e dos princípios constitucionais que amparam os núcleos familiares, em especial o da afetividade. Para atender os fins dispostos, nesta pesquisa seguiu-se a seguinte estrutura: inicialmente partiu-se de uma premissa histórica acerca da concepção de família no direito brasileiro e a relação existente com o direito sucessório. Em seguida, buscou-se compreender o instituto da sucessão, suas características, modalidades sucessórias e as formas existentes de exclusão do herdeiro no diploma civil. Na sequência, analisou-se o princípio da afetividade e sua relevância no direito de família brasileiro à luz da Constituição Federal de 1988. Por fim, averiguou-se a possibilidade do abandono afetivo como causa de exclusão do herdeiro necessário da herança, bem como os Projetos de Lei em trâmite no Congresso Nacional, que tratam sobre a temática. Para alcançar o objetivo da presente pesquisa acadêmica, a metodologia adotada consiste na pesquisa documental, mediante a verificação da legislação, doutrina, jurisprudência e projetos de lei em caráter de tramitação. Dentre os resultados obtidos, tem-se a possibilidade da exclusão do herdeiro necessário em razão do rompimento do laço afetivo, ampliando o rol das causas de exclusão sucessória através de uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: abandono afetivo; exclusão; família; herdeiro necessário; sucessão.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por tema a análise da possibilidade jurídica de exclusão do herdeiro necessário em razão de abandono afetivo, verificando acerca da existência da referida possibilidade face ao ordenamento jurídico vigente.

Inicialmente, tem-se que a hipótese formulada ao problema apresentado busca analisar uma solução jurídica capaz de sanar a lacuna legislativa existente sobre o tema em apreço, ampliando as causas de exclusão sucessória, que embora não prevista no Código Civil vigente, desafiam o nosso ordenamento jurídico bem como sua lógica atual, valores e princípios que o embasam.

Com isso, no início da pesquisa buscou-se abordar a evolução acerca da concepção de família no direito brasileiro em face da sua constante evolução ao longo da história com o

advento da Constituição Federal de 1988 a qual possibilitou o reconhecimento de outros arranjos familiares com fulcro nos princípios previstos na norma constitucional. Logo mais, tratou-se sobre a intrínseca relação existente entre o Direito de Família e o Direito Sucessório, ao que pese a evolução da entidade familiar e a necessidade desta evolução ser resguardada pelo ramo do direito sucessório em virtude dos reflexos desta evolução.

Em seguida, apresenta-se o instituto do Direito Sucessório, examinando-se os principais dispositivos previstos na norma civilista quanto à sucessão legítima e testamentária, sendo apenas a última que enseja a exclusão do herdeiro necessário por deserdação, as formas de exclusão, a figura do herdeiro, além das causas atualmente previstas que resultam na exclusão do herdeiro e os requisitos necessários no ordenamento jurídico brasileiro.

Ao fim, pretendeu-se analisar a possibilidade do abandono afetivo como hipótese de exclusão da sucessão à luz do princípio da afetividade, os entendimentos doutrinários, a influência na jurisprudência pátria acerca da hipótese em apreço e os projetos de lei em tramitação acerca do tema.

Desse modo, foi tratado no presente trabalho em decorrência das transformações sociais que trouxeram uma nova concepção de família com fulcro no princípio da afetividade, e diante do Direito Sucessório atrelado ao Direito de Família, há a necessidade de adequá-lo a esta nova realidade, reconhecendo que o direito de herdar não se enquadra como absoluto, e em casos no qual o herdeiro necessário descumpra com seus deveres familiares, constitucionalmente previstos, este poderá deixar de fazer jus a sua quota da herança, seja por parte dos ascendentes em relação aos seus descendentes ou vice-versa.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Dias (2015), Lôbo (2019), Tartuce (2017), Gonçalves (2019), para embasar e enriquecer o referencial teórico. Nesse sentido, apresentando a evolução da concepção de família à luz dos princípios que regem as relações familiares, e consequentemente a relação existente com o Direito Sucessório, o levantamento dos principais conceitos jurídicos para a identificação do herdeiro necessário, com observação aos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do abandono afetivo e seus impactos na sociedade.

METODOLOGIA

Para a realização do trabalho, optou-se pela pesquisa documental, adotando-se o levantamento por meio da análise das disposições legais, através das doutrinas, artigos, monografias, legislação, projetos de lei e do entendimento jurisprudencial acerca do tema em apreço, com fundamento nos princípios gerais do Direito e nos costumes que se alteram naturalmente no decorrer da história da sociedade, em razão das constantes transformações, com o fito de embasar e enriquecer a presente pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Embora as hipóteses da exclusão sucessória estejam taxativamente disciplinadas nos artigos 1.814, 1.962 e 1.963 do Código Civil, a constante evolução das entidades familiares e a relevância do princípio da afetividade como elemento primordial destas relações, demonstram a necessidade de readequação do direito sucessório a esta nova realidade, e o preenchimento da lacuna legislativa no cenário brasileiro, sendo o objetivo central do presente trabalho a análise da possibilidade do abandono afetivo como causa de exclusão do herdeiro necessário da

herança, por meio do instituto da deserdação tanto em face dos pais com os filhos e vice versa à luz da legislação vigente e dos princípios primordiais do direito de família.

Dessa maneira, observa-se que o instituto da deserdação traz consigo o único meio existente até então na legislação vigente, de manifestação de caráter expresso da vontade do autor da herança de afastar o herdeiro necessário da sucessão, com isso, o privando da quota a qual lhe seria cabível, o que somente é possível através do ajuizamento de uma ação declaratória de deserdação, onde o beneficiário da deserdação deverá provar a autenticidade da causa atribuída na cláusula testamentária que resulta na exclusão do herdeiro.

Para tanto, analisou-se a importância do princípio da afetividade e suas nuances em decorrência da sua aplicação na jurisprudência pátria em virtude do notável valor jurídico que o afeto ganhou no decorrer das transformações das entidades familiares.

Embora o diploma civil não traz em suas linhas o termo afeto, é perceptível o seu reconhecimento por meio da previsão do parentesco de origem diversa da consanguínea, onde por exemplo, é reconhecida a igualdade entre os filhos, ratificando a afetividade enquanto elemento formador da família com relevante valor jurídico a ser garantido e protegido em todas as relações.

Acerca da posição doutrinária, esta é praticamente uníssona em assegurar que as causas tanto da indignidade quanto da deserdação previstas no Código Civil são taxativas, não permitindo uma interpretação extensiva ou analógica, isto é, só seria possível a aplicação das hipóteses previstas expressamente em lei. Em que pese alguns doutrinadores, mesmos que em sua minoria, já reconheçam que o afeto se tornou um valor constitucional, compondo um novo molde das relações familiares, e com isso seria possível a aplicação da analogia, utilizada com cautela autorizando sua aplicação em situações que possuam os mesmos valores em conflito.

Enquanto na jurisprudência pátria, como visto nos julgados analisados na pesquisa, não há um entendimento pacífico acerca do tema, algumas decisões remetem ao rol taxativo do diploma civil, não admitindo sua interpretação extensiva, enquanto outros buscam aplicar a extensão da interpretação do dispositivo legal, desde que comprovado o desamparo afetivo e as consequências ocasionadas ao autor da herança.

Quanto aos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam da possibilidade de ampliação legislativa das causas de exclusão do herdeiro da sucessão, atualmente existem dois, reconhecendo, em ambos, o rompimento do laço afetivo como uma de suas hipóteses, com o fito de preencher a lacuna legislativa acerca do abandono afetivo como causa de exclusão sucessória, revelando a importância deste estudo acadêmico, face a ausência de legislação específica.

Com isso, a hipótese de pesquisa levantada foi comprovada, havendo a necessidade de regulamentação do presente tema na legislação vigente, considerando que o Supremo Tribunal de Justiça já reconhece a violação do dever de cuidado como motivo suficiente gerador do dever de indenizar, entende-se cabível a deserdação do herdeiro necessário por igual reflexão. Por essa razão, conclui-se que o descumprimento dos deveres familiares por parte do herdeiro necessário, em especial os deveres de cuidado e convivência, pode e deve ser considerado causa suficiente para permitir o afastamento deste herdeiro da herança, já que corroboram para que este não faça jus ao ato de suceder.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Lei 10.406, de 1º de janeiro de 2002: Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 10. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

LÔBO, Paulo. **Direito civil.** sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. v. 6.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das sucessões.** 10. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. 6.

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS: ADEQUAÇÃO E INCLUSÃO À REALIDADE SOCIAL VIGENTE

Suzianne Correia de Matos¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. Aracati-CE, 2023. E-mail: suzicmatos@gmail.com); Jaks Douglas Uchoa², (Orientador – Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. Aracati-CE, 2023. E-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

A família homoafetiva é uma realidade, no mundo e na sociedade brasileira e, com ela, o Direito de Família vem sendo reinterpretado, juridicamente, com vistas à concessão do direito de adoção por esse novo tipo familiar. Com base nessa realidade, esta monografia, cujo foco foi a adequação e a inclusão social do Instituto da Adoção por casais homoafetivos, teve por objetivo geral, contextualizar a adequação e a inclusão social vigentes no processo de adoção por casais homoafetivos, no Brasil, definindo-se por objetivos específicos: discutir sobre o processo de adoção no Brasil; reconhecer a adequação e ou legalidade da adoção por casais homoafetivos e compreender o cenário e a inclusão social no processo de adoção por casais homoafetivos. Tratou-se de uma investigação teórica, do tipo monográfica, com objetivo descritivo e exploratório e ênfase qualitativa, realizada no período de março a novembro de 2023. Os principais resultados versaram sobre aspectos importantes a cerca o tema, como: o processo de adoção no Brasil; adequação e legalidade da adoção por casais homoafetivos e o cenário e a inclusão social no processo de adoção por casais homoafetivos. Os achados mais importantes levaram à conclusão principal de que, apesar da união homoafetiva ser legalmente instituída e, por conseguinte, a adoção também o seria, a adoção homoparental é, socialmente, permeada por preconceitos e desinformação, tornando a realidade social vigente, desfavorável, apesar dos avanços já conquistados.

Palavras-chave: adoção; família; heteronormatividade; homoafetividade.

INTRODUÇÃO

A união entre pessoas do mesmo sexo vem conquistando, no cenário social e do Direito brasileiro, a definição de um novo tipo de família e, como tal, merecedora da proteção do Estado e dos direitos assegurados aos cidadãos brasileiros, inclusive, os Direitos de Família. A adoção, na sua mais variada definição, pode ser interpretada à luz do Direito Constitucional, com ênfase para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Direito Penal, além de outras abordagens psicossociais atreladas ao tema. Ainda, sob a égide constitucional, a adoção pode ser considerada, por si própria, um ato afetivo que permite à criança ou adolescente uma convivência familiar, fundamentada no amor, no reconhecimento, na educação e na proteção, a fim de lhe garantir segurança e apoio indispensáveis para ao seu pleno desenvolvimento. Devendo-se, para tanto, considerar-se o princípio do melhor interesse da criança que tem por objetivo, favorecer um ambiente saudável ao seu desenvolvimento. No que concerne à adoção por casais homoafetivos, tudo iniciou quando, no ano 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por unanimidade, a união estável entre pessoas homoafetivas, instituindo-se, assim,

uma nova entidade familiar, na sociedade brasileira. Isso contribuiu para a realização do primeiro casamento civil entre pessoas do mesmo sexo que conseguiram converter a união estável em casamento, concedido a um casal homoafetivo masculino, da cidade de Jacareí, no estado de São Paulo, naquele mesmo ano. A partir de então, amparados pela CF de 1988, os casais homoafetivos vêm pleiteando a adoção de crianças e adolescentes como forma de constituírem, legalmente, uma família, realidade que levou ao crescente número de adoções por casais homoafetivos em países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Escócia (THOMÁS AUGUSTO, 2023) e mesmo no Brasil que aumentou de dois casos em 2005 (SANTOS, 2014) para 3.800 adoções em 2021, ainda que concentrados no estado de São Paulo e nos estados da Região Sul (MENON, 2022), o que justificou o interesse pelo tema. Foi a partir desse contexto que se evidenciou o problema da pesquisa, aqui, apresentado, através da seguinte pergunta norteadora: qual é a realidade social vigente que permeia a adoção por casais homoafetivos, no Brasil? Para justificar a ocorrência do problema da pesquisa, definiu-se como hipótese principal o fato de que, apesar da união, legalmente, instituída entre duas pessoas do mesmo sexo ser um direito civil e, que, por conseguinte, a adoção é permitida, legalmente, haja vista que não existem impedimentos legais para tal com base na orientação sexual homoafetiva, ainda que não exista uma lei específica para a adoção por esse tipo de casal, a adoção homoparental é, socialmente, permeada por preconceitos e desinformação.

OBJETIVO

O objetivo geral da monografia foi contextualizar a adequação e a inclusão social vigente no processo de adoção por casais homoafetivos, no Brasil. Enquanto por objetivos específicos, pretendeou-se: discutir sobre o processo de adoção no Brasil; reconhecer a adequação e ou legalidade da adoção por casais homoafetivos e compreender o cenário e a inclusão social no processo de adoção por casais homoafetivos.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma investigação teórica do tipo monográfica, com objetivo descritivo e exploratório e abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada no período de março a novembro de 2023, cuja elaboração constou de cinco capítulos, sendo o primeiro capítulo a introdução que abordou aspectos gerais sobre o tema e descreveu o trabalho de forma genérica; o segundo capítulo discutiu o processo de adoção no Brasil; no terceiro capítulo trabalhou-se a adequação e a legalidade da adoção por casais homoafetivos enquanto no quarto capítulo enfatizou-se o cenário e a inclusão social acerca do processo de adoção por casais homoafetivos. Por fim, no quinto e último capítulo, fez o fechamento da pesquisa com apresentação das principais conclusões.

RESULTADOS

A pesquisa rendeu importantes resultados, sendo que os principais apresentaram aspectos significativos a cerca o tema, como: o processo de adoção no Brasil, no qual se discutiu a evolução da adoção brasileira, as mudanças sociais, consequentes da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) em relação à família e os avanços trazidos por ela; a adequação e legalidade da adoção por casais homoafetivos com vistas ao reconhecimento do direito à adoção por esses casais; as dificuldades e entraves no Poder Judiciário quanto à adoção homoparental e, por fim, os resultados contextualizaram o cenário e a inclusão social no processo de adoção por casais homoafetivos, com ênfase para o preconceito social em face da adoção por esse novo

tipo de família, as políticas e campanhas que visem o esclarecimento sobre o tema e a criação e implantação de projetos que garantam os diretos assegurados na Norma Constitucional.

DISCUSSÃO

Os resultados indicaram que não existe qualquer penalidade para um casal homoafetivo que queira candidatar-se à adoção, pois a orientação sexual não constitui crime e, portanto, não descredencia a pessoa ou casal homoafetivo ao processo de adoção. Contudo, vários condicionantes estão, intrinsecamente, relacionados à garantia dos direitos jurídicos e sociais, constitucionalmente, assegurados e entendidos enquanto direitos fundamentais do cidadão e, que, obviamente, se estendem à pessoa ou casal homoafetivo no que se refere à adoção de crianças e adolescentes. O fato de não existir lei específica que ampare a adoção homoparental, tem dificultado o processo, pois a concessão da adoção fica à mercê de um juiz que a julga conforme o seu próprio entendimento. O que nem sempre é favorável aos adotantes, haja vista que o tema é, fortemente, carregado de preconceito e desinformação, corroborados pela falta de campanhas ou projetos que enfatizem a discussão do tema e desmistifiquem informações errôneas a cerca da educação familiar dos filhos de pessoas ou casais homoafetivos que, na grande maioria dos casos, baseia-se na afetividade, no respeito e no amor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação permitiu analisar vários condicionantes que estão, intrinsecamente, relacionados à garantia dos direitos jurídicos e sociais, constitucionalmente, assegurados e, que, obviamente, se estendem à pessoa ou casal homoafetivo, no que se refere à adoção de crianças e adolescentes, concluindo-se que a pesquisa conseguiu cumprir os objetivos propostos e comprovar a hipótese que justificava a ocorrência do problema. Por fim, a pesquisa concluiu que, pesar da união homoafetiva ser, legalmente, instituída e, por conseguinte, a adoção também deveria ser, uma vez que não existem impedimentos legais para tal, com base na orientação sexual homoafetiva, ainda que não existam regras específicas para a adoção por esse tipo de casal, a adoção homoparental é, socialmente, permeada por preconceitos e desinformação, tornando a realidade social vigente, desfavorável, apesar dos avanços já conquistados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 set. 2023.

MENON, Isabella. Adoção de crianças por pais gays dobra no país, mas se concentra em SP e no Sul. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 ago. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/adocao-de-criancas-por-pais-gays-dobra-no-pais-mas-se-concentra-em-sp-e-no-sul.shtml#:~:text=No%20ano%20passado%2C%20houve%203.800,Paulo%>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SANTOS, D. A. Família para uma criança: considerações sobre a adoção de crianças por casais homoafetivos. In: **18ª Redor - Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e nas Práticas Científicas**. Universidade Federal rural de Pernambuco (UFRPE). Recife, 24 a 28 de nov. 2014. Disponível em: <http://www.ufpb>.

br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2137/820. Acesso em: 17 jun. 2023.

THOMÁS AUGUSTO. Adoção homoafetiva: legalidade e preconceitos. **Telavita**, 2023. Disponível em: elavita.com.br/blog/adocao-homoafetiva/. Acesso em: 16 jun. 2023.

OS EFEITOS DA IMPLANTAÇÃO DO CEJUSC NA COMARCA DE ARACATI VISANDO A GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA

Tainá Soares dos Santos¹, (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: taina.sores@fvj.br), **Acemira Maria Ferreira Ribeiro²**, (Orientadora e Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br)

RESUMO

O estudo aborda a implementação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) na Comarca de Aracati, Ceará, visando facilitar o acesso à justiça. Utilizando abordagem quantitativa, a pesquisa analisa a eficácia de métodos autocompositivos durante as audiências. Fundamentado em revisão teórica sobre acesso à justiça e regulamentação de conciliação e mediação, o trabalho emprega pesquisa documental, considerando legislações como a Constituição Federal e o Código de Processo Civil. Baseia-se nos resultados das audiências de 2022, conforme o artigo 334 do CPC, com o propósito de identificar os impactos positivos da implementação do CEJUSC na ampliação do acesso à justiça por meio de alternativas eficientes na resolução de conflitos.

Palavras-chave: acesso; Aracati; CEJUSC; justiça.

INTRODUÇÃO

O princípio constitucional do acesso à justiça está disposto no inciso XXXV do Artigo 5º da Constituição Federal, mas a problematização social e jurídica em torno de tal princípio vai para muito além do que está posto no papel, pois tem relação direta com a vivência de milhões de brasileiros que buscam pelo acesso à justiça. Este estudo aborda o princípio constitucional do acesso à justiça, destacando desafios enfrentados pelo sistema judiciário, como demoras e custos elevados. O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) é apresentado como uma alternativa para aliviar tais problemas, reconhecendo a importância da participação das partes na construção de desfechos justos. As mudanças sociais e legislativas, como a Resolução nº 125/2010 e as leis 13.105/2015 e 13.140/2015, fortalecem métodos consensuais de resolução de conflitos, evidenciados nos CEJUSCs. Neste contexto, este estudo visa analisar o acesso à justiça sob a ótica da aplicação desses meios consensuais de solução de conflitos, além de apresentar suas qualidades aos cidadãos. Utilizando como metodologia a análise quantitativa, através de pesquisa explicativa, com resultado, através da análise dos dados obtidos num período de 1(um) ano, sendo este o ano de 2022. A questão central gira em torno de determinar se esses métodos consensuais realmente contribuem para o acesso à justiça e demonstrar a amplitude desse acesso na cidade de Aracati/CE através do CEJUSC. O CEJUSC de Aracati é visto como uma solução para a sobrecarga do sistema judiciário local, buscando efetivar o acesso à justiça. O estudo se divide em três partes: enquadramento teórico do acesso à justiça, destaque para os CEJUSCs e métodos consensuais, e avaliação da evolução desses processos em Aracati, considerando princípios e legislação vigente. O objetivo é compreender

os impactos positivos e desafios da implementação do CEJUSC, contribuindo para a eficácia desses mecanismos na promoção de uma sociedade justa e conciliatória.

MARCO TEÓRICO

O marco teórico desta pesquisa é fundamentado numa extensa pesquisa bibliográfica, que abrange diversas fontes e documentos jurídicos relevantes. A base constitucional é estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que serve como um ponto de partida para a compreensão dos princípios legais envolvidos na pesquisa. O Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015, é uma peça chave, delineando os procedimentos e normas pertinentes ao processo judicial. Juntamente com a Lei da Mediação, Lei nº 13.140/2015, essas legislações fornecem um arcabouço jurídico abrangente para a análise da resolução consensual de conflitos. A Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça é uma referência importante, estabelecendo diretrizes para a promoção da conciliação e mediação no âmbito judiciário, destacando a busca por alternativas ao contencioso. O referencial teórico também incorpora contribuições de doutrinadores notáveis, como Mauro Cappelletti, Bryant Garth, Gustavo Silveira Borges, Mônica Abdel e Pedro Lenza. Suas análises e perspectivas enriquecem a compreensão dos temas envolvidos, trazendo insights valiosos para a pesquisa. Além dessas fontes primárias, a pesquisa se apoia em outras fontes bibliográficas, como monografias e artigos científicos, ampliando o escopo de análise e garantindo uma abordagem abrangente e embasada. Este referencial teórico fornece uma base conceitual e normativa necessária para a investigação da resolução consensual de conflitos no contexto jurídico abordado pela pesquisa.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa tendo como metodologia a análise quantitativa, e através de pesquisa explicativa analisar a eficiência dos métodos autocompositivos de resolução de conflitos nas audiências. Para isso, foi realizado um estudo conceitual e teórico acerca do acesso à justiça, a instituição e regulamentação da conciliação e mediação no processo comum. Recorre a pesquisa documental, através da análise de fontes primárias como legislações pertinentes, especialmente a Constituição Federal - CF, Código de Processo Civil - CPC, Leis Ordinárias e a fontes secundárias como a doutrina.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O minucioso estudo dos efeitos do CEJUSC na comarca de Aracati destaca sua eficácia na garantia do acesso à justiça. Ao longo de 2022, foram realizadas 608 audiências, resultando em 130 acordos adequados. A análise revela variações sazonais, com picos notáveis em maio e agosto, com dinâmicas específicas. A participação ativa das partes é crucial para o sucesso do processo conciliatório, e a ausência representa um desafio. A devolução de 470 processos à vara de origem aponta desafios e oportunidades de aprimoramento na mediação. É imperativo identificar padrões e implementar melhorias para reduzir o retorno aos trâmites tradicionais. O estudo destaca a importância de iniciativas educativas para a eficácia dos órgãos judiciais. As frentes educativas podem ser orientadas pelos Tribunais de Justiça locais e pelos próprios CEJUSCs, promovendo uma nova consciência cidadã. Os efeitos do CEJUSC além dos números, representam uma mudança cultural e institucional que fortalece o acesso à justiça. O CEJUSC, como agente transformador, contribui para uma justiça mais eficaz, ágil e acessível. O estudo enfatiza não apenas os resultados obtidos, mas a necessidade contínua de aprimoramento e a importância de disseminar a cultura do consenso. O CEJUSC, ao se firmar como uma alternativa eficaz, não apenas resolve conflitos, mas também promove uma abordagem

colaborativa e eficiente na resolução de disputas, alinhada aos princípios fundamentais de acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil.

BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

CAPPELLETTI, Mauro. GARTH, Bryant. Northfleet, EllenGracie. Acesso à Justiça.
Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Fabris. 1988

ALIENAÇÃO PARENTAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL

Tamires Rocha da Silva¹, (Aluna do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: tamires.rocha@fvj.br), Orientador: Esp. Jéfter de Oliveira Sobreira², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: jefter08@gmail.com)

RESUMO

Este estudo analisa a incorporação da Responsabilidade Civil nos casos de separação conjugal, especialmente quando surge a prática da Alienação Parental. Esse estratagema, usado por um dos genitores para difamar o outro, visa dificultar o direito de convívio entre genitor e filho. A Alienação não apenas compromete diversos direitos da criança, do adolescente e do genitor prejudicado, mas também suscita a intervenção de diferentes instrumentos legais, notadamente a interpretação dos tribunais. Nesse contexto, examina-se como os tribunais abordam a Responsabilidade Civil nos casos de Alienação Parental, explorando conceitos, tipologias e evolução das configurações familiares. Utiliza-se uma abordagem metodológica exploratória, de pesquisa qualitativa, onde será feito levantamento bibliográfico (artigos, dissertações, jurisprudências) e análise documental (leis, códigos, normas). Por fim, é discutido as disposições da Lei da Alienação Parental, oferecendo meios alternativos para combater esse fenômeno, sem prejudicar a responsabilização civil ou criminal do alienador.

Palavras-chave: Alienação Parental; Responsabilidade Civil; Direito Civil.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, inicialmente, examinaremos como o aumento significativo dos divórcios nos últimos anos tem intensificado as disputas pela guarda das crianças, evidenciando um aumento na ocorrência dos atos de Alienação Parental. Embora essa prática já existisse anteriormente, sua discussão agora se tornou mais ampla.

O termo "Alienação Parental" ganhou notoriedade por volta da década de 1980, sendo introduzido pelo psiquiatra Richard Alan Gardner após suas pesquisas sobre o comportamento humano pós-divórcio. Em situações de separação, muitas vezes conflituosas e dolorosas, um dos cônjuges ou terceira parte, impactada por sentimento de tristeza e vingança em relação ao outro, pode utilizar o filho como meio de causar mágoa ao genitor e concretizar sua vingança. Em muitos casos, o perpetrador pode não perceber o dano causado à criança, resultando no afastamento de um dos genitores.

No passado, não existia legislação específica em nosso ordenamento jurídico para regulamentar essa síndrome na sociedade brasileira. Diante da crescente necessidade de atenção a esse fenômeno, surgiu a Lei 12.318, datada de 26 de agosto de 2010. Essa legislação, além de fundamentar-se nos princípios constitucionais, também considerou o Código Civil em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A responsabilidade civil perante a alienação parental envolve a análise de condutas que causam prejuízos psicológicos e emocionais à criança e ao genitor alienado. Em casos de

comprovada alienação parental, o genitor alienador pode ser responsabilizado legalmente, sujeito a medidas como a inversão de guarda, ampliação do regime de convivência, intervenção psicológica e possíveis indenizações por danos morais. A legislação específica, como a Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010), oferece dispositivos para combater esse fenômeno, priorizando o bem-estar da criança e a manutenção de relações saudáveis entre genitores e filhos. A responsabilização civil busca reparar os danos causados, destacando a importância do papel do sistema judicial na promoção de justiça e proteção dos direitos familiares.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Dias (2016), Diniz (2011), Figueiredo (2014), Gonçalves (2014), Silva (2011), para fundamentar e aprimorar a revisão bibliográfica, busca-se abordar as análises históricas, conceituais e princiológicas relacionadas ao tema em foco, centrado principalmente na legislação que trata da alienação parental.

METODOLOGIA

Será empregada uma abordagem bibliográfica e documental nesta pesquisa. Para isso, serão utilizadas fontes como a metodologia de pesquisa qualitativa, onde será feito levantamento bibliográfico (artigos, dissertações, jurisprudências) e análise documental (leis, códigos, normas).

Por sua vez, a técnica documental se valerá da norma legal pertinente ao caso em questão, destacando principalmente a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 12.318/2010, o Código Civil, a Lei nº 8.069/1990, entre outras legislações pertinentes.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A infância representa uma fase essencial no desenvolvimento biológico de cada pessoa, iniciando-se no nascimento e estendendo-se até a adolescência. Durante esse período, ocorrem múltiplas transformações físicas e psicológicas que influenciam a formação da personalidade e das habilidades cognitivas. É crucial compreender as mudanças na concepção de infância ao longo do tempo para ajustar políticas públicas e práticas sociais, proporcionando um ambiente saudável e estimulante para o desenvolvimento das crianças. Essa compreensão ajuda a sociedade a se adaptar às necessidades das novas gerações, promovendo um crescimento saudável e equitativo para todas as crianças.

Em resumo, a infância no Brasil foi profundamente influenciada pelo capitalismo e pela cultura portuguesa, que não reconheciam a criança como um sujeito de direitos. Contudo, com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, houve mudanças significativas na forma como a infância é concebida no país. A criança passou a ser reconhecida como um sujeito de direitos, protegida contra violências e abusos.

O poder familiar representa o conjunto de direitos e responsabilidades concedidos aos pais para zelar pelo bem-estar e desenvolvimento dos filhos menores, envolvendo o dever de prover apoio, sustento e orientação, bem como influenciar na formação da personalidade dos filhos.

Certamente, é notório que a concepção de família já percorreu um longo caminho, embora ainda existam vestígios de um conceito antiquado de família na sociedade contemporânea. Afinal, a família não é um conceito universal, mas sim uma composição de indivíduos, cada um com sua própria maneira única de pensar e viver. No entanto, em um contexto mais amplo, percebe-se que o ideal de família avançou em paralelo com a evolução da sociedade. Essa transformação ainda está em curso, visto que, como mencionado anteriormente,

a definição e a percepção de família são fluidas e estão constantemente em mutação. Este processo contínuo de redefinição reflete a adaptabilidade da instituição familiar às diversas realidades e valores presentes em nossa sociedade em constante transformação.

A criação da lei de alienação parental foi uma resposta necessária para proteger as crianças dos danos psicológicos causados pela alienação parental. Ao aumentar a autonomia do Estado para intervir nessas situações, a lei visa salvaguardar o bem-estar emocional e mental das crianças, garantindo que elas possam manter relações saudáveis e amorosas com ambos os genitores. A aplicação rigorosa dessa lei é fundamental para criar um ambiente seguro e estável para as crianças envolvidas.

A alienação representa uma forma grave de abuso emocional, deixando marcas profundas nas crianças envolvidas. Quando não é identificada e tratada a tempo, pode resultar em consequências significativas ao longo da vida, incluindo problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, ressentimento em relação aos genitores, sentimento de rejeição e culpa. Frequentemente, a resolução desse cenário só ocorre quando o indivíduo atinge a maioridade e pode se libertar do genitor que detinha sua guarda.

É fundamental reconhecer que a alienação parental é um quadro clínico grave, afetando não apenas a criança, mas também o genitor alienado.

Com base nos estudos conduzidos, fica evidente que o maior número dos casos da síndrome estudada, a figura materna foi identificada como o genitor alienante. Esse comportamento começa a se manifestar durante o processo de separação, quando uma série de emoções negativas, como rejeição, mágoa e rancor, acumulam-se devido ao rompimento conjugal. Mesmo sem evidências concretas de traição, surge a sensação de traição por parte do cônjuge que deseja deixar o núcleo familiar.

Essas atitudes prejudiciais afetam drasticamente o desenvolvimento da criança, como discutido anteriormente.

No âmbito da legislação citada, o comunicado destaca que a simples constatação da alienação parental pelo judiciário, em muitos casos, é eficaz para deter a prática, o que é notável em termos de prevenção e educação. Alinhado a esse alerta, é essencial implementar outra medida: ampliar o convívio do genitor alienado com o menor, conforme estipulado pela Lei.

Essa medida é de extrema importância para reverter a situação e restabelecer os laços familiares entre o genitor e o menor, devendo ser implementada com urgência. Além disso, o legislador pode impor a penalidade da multa, também estabelecida por lei, com o objetivo de incutir no alienador o temor da punição, dissuadindo-o de cometer o ato ilícito. Diferentemente da multa administrativa prevista pelo ECA, a multa mencionada anteriormente tem caráter judicial. Conclui-se, portanto, que a convivência dos filhos com ambos os genitores é essencial e benéfica para o seu desenvolvimento. Embora haja casos que exigem investigações detalhadas sobre a capacidade mental dos pais, de modo geral, a alienação parental causa sofrimento a todas as partes envolvidas. É crucial ressaltar que a Lei de Guarda Compartilhada e a Lei da Alienação Parental atuam em conjunto, visando o bem-estar do menor e protegendo-o dos danos que a prática da alienação pode causar.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Síndrome da Alienação Parental o que é isso?**
<http://www.apase.org.br>. Acesso: 20 jul.2016.

DINIZ. MARIA HELENA/ **Curso de direito civil brasileiro.** São Paulo, Saraiva, 2011.
Referência: 2011. Disponibilidade: Rede Virtual de Bibliotecas

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação parental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. **Direito civil brasileiro**. São Paulo, Saraiva, 2014.
Referência: 2014. Disponibilidade: Rede Virtual de Bibliotecas

SILVA, Denise Maria Perissine da Silva. **Guarda Compartilhada e Síndrome de Alienação Parental**. E. ed. São Paulo: Armazém do Ipê, 2011.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET: E OS PERIGOS DA REGULARIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS PELA PL 2630/20

Valsino ribeiro de lima júnior¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: valsinov20@gmail.com; Jéfter de Oliveira Sobreira², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

A liberdade de expressão na Internet pode ser considerada um assunto novo, que teve o seu nascimento proveniente da surgimento da Internet 2.0 que chegou com o surgimento de grandes plataformas de redes sociais, que mudaram a forma de comunicação é de divulgação de conteúdos, desta forma foi preciso que os estados nacionais frente a essa situação onde suas antigas ferramentas de controle de discursos não seriam mais suficientes para regular à forma como a discursos é as opiniões eram divulgadas nessa era digital, e necessário que fique claro que a inclusão digital é importante onde todas as pessoas devem ter acesso à Internet, para que possam adquirir conhecimento é expressar sua opinião desta forma manter o direito democrático de todos em relação a inclusão digital, Discursos é notícias mentirosas com o objetivo de conseguir alguma coisa em benefício próprio existe desde a antiguidade, porém no século XXI um fenômeno surgiu em meio a era digital as Fake News, fenômeno esse definido como informações que são propagandas em massa que podem ou não ser verdadeiras, em geral essas notícias falsas eram propagandas em função de difamar ou prejudicar alguém que não é do seu agrado político ou social, é bom ficar claro que os eventos políticos são os locais em que mais se debatem o termo Fake News, onde os estados nacionais buscam formas de controlar as os discursos falsos gerados pelas Fake News dentro das Redes Sociais buscando a manutenção do estado democrático evitando ataques a democracia nacional sem retirar a liberdade de expressão dos membros da sociedade.

Palavras-chave: liberdade de expressão; internet. fake news; ferramentas de controle; redes sociais; estados nacionais

INTRODUÇÃO

É notório que com o passar dos anos a tecnologia mundial se desenvolveu bastante, desta forma os meios de disseminação de informação também se desenvolveram, no passado só era possível se obter informações e notícias por meio de jornais, canais de televisão, revistas e rádio, atualmente a internet nos entrega tais informações na palma da nossa mão com muita facilidade e em tempo real. Desta forma é quase impossível algum acontecimento, seja político, social ou originário de desastres ambientais, não chegar aos ouvidos da população mundial.

Todavia, no século XXI surgiu o fenômeno das *fake news*, a divulgação de informações falsas existe desde os primórdios da terra, desta forma levando em conta a velocidade com que as informações são passadas, atualmente começou um enorme debate relacionado a essas *fake*

News, no Brasil o debate chegou ao seu auge durante as eleições presidenciais, levando a criação do Projeto de Lei 2036/2020, chamado pelos seus defensores como PL da *fake news*.

Logo, será analisado a apresentação de diferentes vertentes a respeito da liberdade de expressão na internet, sobre as ferramentas de regulação que existem para regular discursos portanto será analisado se a regulação pode ser benéfica e evitar a disseminação de fake News e prejuízos sociais, econômicos, políticos, ou regulação pode ser prejudicial para liberdade de expressão, pois haveria censura e restrição de pensamento.

MARCO TEÓRICO

Ao analisar e desenvolver argumentações sobre a liberdade de expressão não era digital é uma tarefa difícil pois este é um tema novo onde ainda não se existem muitas concepções e formas de se resolver um conflito existente entre as grandes plataformas digitais e os estados nacionais, neste sentido gera uma dificuldade gera uma dificuldade de se analisar a questão da regulação de discursos pelas plataformas onde regulação Essa era feita somente pelo Estado no passado, portanto o estado agora procura utilizar de novas ferramentas para também manter a regulação e o controle dos discursos da era moderna.

Além disso, a reflexão perante o tema demonstra a origem histórica e social da regulação de discursos além da importância da inclusão digital a respeito do direito de todos ao acesso à informação em diretrizes para a busca de conhecimento intelectual e social.

Ademais, destaco-lhes a abordagem dos seguintes temas: revolução da internet 2.0; Fake News; novas e velhas ferramentas de regulação de discursos onde será analisado mais a fundo todos esses temas

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado na elaboração desse trabalho consiste numa abordagem com aplicação de materiais bibliográficos e documentais. Ele foi desenvolvido em fundamentações e embasamentos consagrados em materiais já confeccionados, principalmente livros, artigos científicos, teses de mestrado. Logo, tem natureza eminentemente teórica, pois dedica-se a fazer uma elaboração de ideias, conceitos e ideias jurídicas que envolvem a temática desta forma, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa para criação, desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De início, um dos principais objetivos era levar ao conhecimento do público o conceito de liberdade de expressão na internet, internet 2.0, novas e velhas ferramentas de regulação e a forma como essas ferramentas podem ser usadas na realidade e também como a regulação da internet ocorre e seus benefícios e malefícios dentro das plataformas de rede social.

Além disso, disso será analisado como o desenvolvimento da internet criou uma nova forma de expor opinião e discurso na era digital os surgimentos de grandes empresas de tecnologia que competem juntas a soberania dos estados nacionais pelo controle de discursos e opiniões na atualidade dentro das mídias digitais

Por todo o exposto, fica evidente que existe um grande conflito entre as grandes plataformas de redes sociais como youtube, facebook junto ao estados nacionais onde, os dois vivem em uma grande disputa de cães e gatos pelo domínio e controle dos discursos, além disso o cidadão fica no meio desse conflito de gigantes

Desse modo, os diversos modelos de controle de discursos que outrora existiram parecem não ser mais tão eficazes sobre o controle de discursos então o nascimento de novas ferramentas de controle se fazem necessário modos de controle de discursos existem em todo lugar do mundo para fazer valer a soberania nacional em função das mídias sociais que parecem seguir seus próprios termos referentes as liberdade de expressão dentro do âmbito digital.

Logo através das diretrizes existentes dentro das plataformas digitais e necessário que o estado busque se atualizar a era moderna e busca novas ferramentas de regulações perante aos discursos e as opiniões provenientes das mídias sociais pra que possa existir um controle por patê do estado mais que seja uma regularização bem feita e que não seja ruim para nenhum dos lados nem para as empresas e nem par o consumidor final no caso os usuários das plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

COSTA, Edmilson José Costa *o fenômeno das fake news nas redes sociais e sua influência no poder nacional*

NITRIN, I Rodrigo Vidal. **Liberdade de expressão nas redes sociais:** o problema jurídico da remoção de conteúdo pelas plataformas Tese de Doutorado

KOLBE JÚNIOR, Armando. **Governança e regulações da internet no Brasil e no mundo.** 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 30 nov. 2023.

O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: UMA ANÁLISE DO DIREITO DOS PORTADORES DA SÍNDROME DE SJÖGREN EM RELAÇÃO AO SERVIÇO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Vitória Caroline de Freitas Barbosa¹, (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, *e-mail:* vitoriac.barbosa@fvj.br); Jéfter de Oliveira Sobreira², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, *e-mail:* jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar a compreensão da saúde ao longo da história da humanidade, bem como os avanços e direitos relacionados à saúde. Além disso, pretende compreender como os pacientes com Síndrome de Sjögren descobrem e são tratados, bem como sua relação com o Sistema Único de Saúde (SUS), diante de suas condições de pacientes reumatológicos que necessitam de medicações, exames e acompanhamento de diversas especialidades. Como objetivo específico, o estudo pretende captar com clareza a visão dos pacientes com síndrome de Sjögren diante das condicionalidades para conseguirem vivenciar os diversos direitos definidos por diversas leis, e apreender a percepção deles como pacientes. O processo metodológico apresentado foi através da pesquisa qualitativa, como forma de compreender e analisar as percepções dos sujeitos envolvidos. A princípio, foi tomada por base a pesquisa bibliográfica, como suporte para adquirir maior entendimento ao assunto em questão. Para a análise sobre a percepção dos usuários, foram feitas entrevistas através do Google Forms, utilizando um questionário que foi lançado em grupos de pacientes com síndrome de Sjögren para que aquelas que se dispuseram a colaborar pudessem participar. A pesquisa foi feita por meio virtual, após os pacientes da reumatologia clicarem no link ao qual foi disponibilizado em grupos de pacientes com síndrome de Sjögren. Essas pessoas eram então direcionadas para a página do questionário. O questionário utilizado foi respondido por 30 pacientes. A partir dos dados coletados, estes serviram de análise como forma de entendimento para obter um norte de como avaliar a percepção dos pacientes com síndrome de Sjögren frente ao direito à saúde vivenciado no Brasil.

Palavras-chave: Direito à Saúde; Reumatologia; Síndrome de Sjögren; Sistema Único de Saúde.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um importante meio de redução da desigualdade social, pois garante acesso gratuito e universal aos serviços de saúde. Antes da década de 1980, o sistema público de saúde brasileiro era restrito às pessoas que contribuíam para a previdência social, mas com a Constituição Federal de 1988, a saúde foi reconhecida como um direito de todos e dever do Estado. Afim de garantir esse direito, o Sistema Único de Saúde foi criado e hoje oferece uma ampla diversidade de serviços de saúde, os quais incluem a atenção básica, atenção especializada, atenção hospitalar e ações de promoção e prevenção da

saúde. Além disso, o SUS também responsável pela vigilância sanitária e epidemiológica, o que contribui para a prevenção de doenças e nos remete ao enfrentamento recente à doença infecciosa causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2. Por se tratar de um importante instrumento de inclusão social, o SUS garante o acesso à saúde para todos, independentemente de sua condição social ou econômica, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida da população ao promover a prevenção de doenças e a promoção da saúde. Entretanto, mesmo possuindo políticas públicas e o direito fundamental à saúde previsto na Constituição Federal, ainda assim existe um aumento da necessidade de judicialização para que exista a prestação de tratamentos, medicamentos e acompanhamentos médicos para que ocorra uma intervenção a fim de que o direito à saúde seja efetivo no acesso igualitário.

MARCO TEÓRICO

No período da pré-história a saúde era muito diferente do contexto conhecido e vivenciado atualmente, pois com o acesso limitado aos alimentos, água potável e aos cuidados médicos, as doenças eram comuns e mortais. Havia várias causas para as mortes na pré-história, como por exemplo os ferimentos causados por acidentes, guerras e ataques de animais, mas as principais causas eram as doenças infecciosas que eram doenças transmitidas por meio do contato com animais infectados, da água contaminada ou do ar, causando por exemplo a tuberculose, a pneumonia, a malária e a febre tifoide. Ao longo da pré-história, a saúde das pessoas começou a melhorar gradualmente, devido a uma série de fatores que envolvem o desenvolvimento da agricultura, pois o cultivo dos alimentos tornou a dieta dessas pessoas mais equilibrada e rica, fornecendo assim os nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo e contribuindo para a prevenção de doenças, do mesmo modo o desenvolvimento das técnicas de higiene, como lavar as mãos e os alimentos. Essas práticas ajudaram a prevenir a propagação de doenças. Durante a história da saúde no Brasil, é possível observar diversos avanços e retrocessos. Dentre os períodos que se destacaram no Brasil em relação à saúde, é possível mencionar o período colonial, o período imperial, o período republicano e o período democrático. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema público de saúde universal e gratuito, o qual foi criado pela Lei N° 8.080/90, de 19 de setembro de 1990, dispondo sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e também sobre o funcionamento dos serviços. O SUS é um marco na história da saúde brasileira e deve ser direcionado de forma compartilhada entre o Governo Federal, Estadual e Municipal através da Lei N° 8.080/90 que estabelece a Universalidade, a Integralidade e a Equidade como princípios do Sus, tal como estabelece que as diretrizes correspondem à Descentralização, à Regionalização, à Hierarquização e também à Participação da comunidade.

METODOLOGIA

Essa pesquisa tornou-se exploratória, pois tratou-se de um estudo realizado a partir de um levantamento bibliográfico com fontes confiáveis, tais sejam: artigos, monografias, dissertações e teses, com o intuito de analisarmos essas informações e confrontá-las com o que diz a Constituição Federal, assim como serão realizadas a coleta e a análise de dados através de entrevista do público escolhido para buscar entender como as normas jurídicas são aplicadas na prática e como esse público é beneficiado ou prejudicado, compreendendo assim o impacto do direito à saúde na vida das pessoas que possuem a Síndrome de Sjogren. Buscando assim, atingir o objetivo principal que é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho monográfico teve como objetivo analisar como a saúde foi vivenciada no percorrer da história da humanidade e como o direito à saúde é vivenciado atualmente por pacientes com Síndrome de Sjögren, trazendo conceitos e legislações referentes à reumatologia no Brasil. Para a realização desse trabalho, foi necessário buscar legislações referentes ao tema, pesquisas bibliográficas e também pesquisa de campo, a qual através de dados colhidos via Google Forms, foi possível entrevistar pessoas de todo o país. De início foram feitas abordagens através dos percursos históricos sobre a saúde no contexto brasileiro, bem como de forma mais ampla no contexto mundial, assim como pesquisas sobre as políticas sociais, legislações brasileiras referentes ao direito à saúde, instrumentos internacionais, para em seguida adentrar na realidade do direito à saúde de pacientes da Reumatologia com Síndrome de Sjögren. Tendo em vista que o direito à saúde é um direito garantido à todos, assim como o direito à informação sobre a doença autoimune, pois é essencial para que cada paciente compreenda sua doença, tome as melhores decisões sobre seu tratamento e participe ativamente do processo de tomada de decisões. Essas pessoas também possuem o direito de proteção contra a discriminação, que ocorre quando são impedidas de receber tratamento médico ou outros serviços públicos ou privados, expostas a riscos desnecessários ou tratadas de forma diferente, seja de maneira discriminatória ou estigmatizante. Outra observação importante entre tantas aqui colhidas com os relatos das entrevistadas, foi em relação ao tempo para ter um diagnóstico assertivo, pois muitas vezes apesar de realizar todos os exames necessários, ainda assim o diagnóstico não é estabelecido, e quando finalmente o diagnóstico é definido e consequentemente o início ao tratamento para a melhoria da saúde, ainda faltam orientações sobre o quadro clínico e também sobre os direitos garantidos à essas pessoas. Como resultado, a maioria desses pacientes reconhecem que o direito à saúde não tem sido garantido em suas vidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 26 out. 2023.

DENDASCK, Carla. **A Evolução Histórica da Saúde Pública.** 2016. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/a-evolucao-historica-da-saude-publica>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ROCHA, Thiago dos Santos. **A violação do direito à saúde sob a perspectiva do erro médico.** Curitiba: Editora CRV, 2016.

SÍNDROME de Sjögren- Sociedade Brasileira de Reumatologia – 2022. Disponível em: <https://www.reumatologia.org.br/doencas-reumaticas/sindrome-de-sjogren/>. Acesso em: 11 out. 2023.

A CULTURA PUNITIVISTA DO BRASIL NO GRANDE ENCARCERAMENTO EM MASSA: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI N° 11.343/2006 (LEI DE DROGAS)

Vitória França da Silva¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: vitoria.franca159@gmail.com); Mayara de Andrade Santos Travassos², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: mayara_andrade7@yahoo.com.br)

RESUMO

O Brasil, classificado como o terceiro país com maior taxa de encarceramento global, apresenta um notável aumento na população prisional, sendo a Lei n° 11.343/2006 (Lei de Drogas) uma das principais causas desse fenômeno. Esta legislação figura como o segundo crime mais recorrente no país, responsável por aprisionar 35,1% da população carcerária brasileira. Com base nos dados mais recentes do INFOOPEN (junho de 2022), o Brasil registra 834.746 pessoas presas, sendo 215.466 delas detidas por violações da Lei de Drogas, com o tráfico de drogas emergindo como o delito preponderante em termos de aprisionamento. A diferenciação ambígua entre traficante e usuário, carente de critérios objetivos, é apontada como fator primordial para o expressivo número de detenções relacionadas à Lei de Drogas. Este estudo aborda a cultura Punitivista no Brasil no contexto do grande encarceramento em massa, centrando-se na análise da Lei n° 11.343/2006. Para isso, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica, analisando o contexto histórico das primeiras legislações que restringiam o uso de substâncias ilícitas globalmente. Além disso, investigou-se a entrada do Brasil na luta contra as drogas, traçando a evolução das legislações sobre drogas até a promulgação da Lei n° 11.343/2006 e delineando o perfil das pessoas presas por essa legislação, através do fator da seletividade penal. A pesquisa revelou que a Lei de Drogas é um fator significativo na superlotação carcerária, impactando de maneira desproporcional indivíduos vulneráveis, como a população negra e economicamente desfavorecida. Conclui-se que o Brasil adota uma postura cada vez mais punitivista, buscando tornar as leis mais rigorosas para combater a criminalidade e desfazer a percepção equivocada de impunidade nas leis brasileiras. Nesse processo, as garantias fundamentais são negligenciadas, resultando no contínuo aumento da população carcerária.

Palavras-chave: drogas; encarceramento em massa; seletividade penal; impunidade; punitivismo penal.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal abordar a cultura punitivista do Brasil sob a perspectiva do grande encarceramento em massa, fazendo uma análise a partir da Lei N° 11.343/2006 (Lei de Drogas). Atualmente, o Brasil é o terceiro país que mais encarcela no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e China, conforme os dados disponibilizados pelo International Centre for Prision Studies – ICPS, sendo a vigente política criminal de combate às drogas um dos fatores fundamental para superlotação do sistema prisional brasileiro.

Considerando o contexto apontado acima, cabe descrever como ocorreu a política de combate às drogas no mundo e como surgiram as primeiras legislações pautando sobre a criminalização do uso e do porte de substâncias consideradas ilícitas. Ademais, cabe salientar como a política de guerra às drogas se transformou na questão principal em debate em diversos países, transformando-se em uma política de combate/guerra em nível internacional.

Portanto, será um dos objetivos do presente estudo analisar o ingresso do Brasil no debate da guerra às drogas, investigando as principais motivações em relação a criminalização de determinadas substâncias e inquirindo-se como a Lei N°. 11.343/2006, contribuiu com a superlotação carcerária no sistema prisional.

A princípio a Lei 11. 343, de 23 de agosto de 2006 surgiu da necessidade de prescrever medidas de reinserção social para usuários e dependentes de drogas, além de trazer em seu escopo penas diversas para usuário e traficante, resultando em uma diferenciação entre os dois, sendo o usuário de acordo com o art.28 da referida lei aquele que adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Já o traficante por sua vez é aquele que importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Essa distinção entre traficante e usuário foi bastante celebrada pelos estudiosos da área jurídica que enxergavam a nova lei como solucionador dos problemas enfrentados pela antiga Lei nº 6.368/76 (Lei de Tóxicos). Entretanto com o perpassar do tempo, ficou nítido que a Lei 11.343/2006 trouxe mais problemas do que soluções para esfera de combate às drogas no Brasil. De acordo com os dados do INFOOPEN/JUN2022 (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), a quantidade de pessoas custodiadas no sistema penitenciário, atualmente, é de 830.714 (oitocentos e trinta mil setecentos e quatorze) pessoas, da quais 215. 466 (duzentos e quinze mil e quatrocentos e sessenta e seis) estão detidas pelos crimes relacionados ao tráfico de drogas, correspondendo a 35,1% da população prisional brasileira (DIREITO penal da guerra às drogas, p. 449).

Sendo um dos fatores preponderantes para vultosos números de detentos advindo dos crimes relacionados ao tráfico de drogas a forma como é feita a diferenciação entre traficante e usuário, que normalmente fica a critério dos policiais tal distinção, ocasionando subjetividades/discricionariedades em relação a cor da pele, raça e classe social dos sujeitos julgados pela suposta prática de tráfico de drogas. Desta forma, o legislador acabou equivocando-se ao deixar impreciso a quantidade necessária de substância que seria indispensável para fazer a distinção entre usuário e traficante.

METODOLOGIA

Ante o exposto, o presente trabalho partiu da necessidade de entender como a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) está relacionada ao fenômeno do grande encarceramento em massa no Brasil, além de analisar a cultura punitivista em que o país está inserido e como o punitivismo implica na ampliação de leis mais severas para crimes de pequeno/médio gravidade, assim como ocorreu com a Lei de Drogas e recrudescimento das penas relacionados aos crimes de tráfico.

Além de sua relevância acadêmica, este estudo possui natureza básica e busca produzir conhecimento, concentrando-se na melhoria de teorias científicas já existentes. Para alcançar os objetivos propostos e uma melhor compreensão deste trabalho, adotou-se uma abordagem quantitativa, utilizando dados atuais do INFOOPEN/JUN 2022 em relação à superlotação prisional no Brasil.

Ademais, foi realizada uma pesquisa explicativa, analisando a Lei nº 11.343/2006 e seus impactos na superlotação carcerária. Para coletar os dados necessários, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, consultando livros e artigos relacionados ao tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como propósito analisar a Lei nº 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, sob a perspectiva do fenômeno do grande encarceramento em massa que caracteriza a realidade brasileira. Adicionalmente, visou conduzir uma investigação sobre o Punitivismo Penal presente no contexto jurídico do Brasil. O estudo abrangeu uma análise da evolução das primeiras medidas repressivas relacionadas às drogas, desde a proibição do ópio na China até as políticas de "guerra às drogas" desenvolvidas pelos Estados Unidos.

Ao longo da pesquisa, empreendeu-se uma investigação do contexto histórico das legislações que versam sobre a criminalização do uso e comércio de substâncias no ordenamento jurídico brasileiro, culminando na promulgação da Lei 11.343. Nesse contexto, foram avaliados os dispositivos dessa legislação no que tange às definições dos perfis do traficante e do usuário, a seletividade penal da lei em relação aos segmentos mais vulneráveis da sociedade, bem como os impactos do encarceramento em massa desencadeado por essa normatividade específica.

Os objetivos da presente pesquisa foram atingidos de maneira satisfatória, uma vez que, por meio da abordagem metodológica bibliográfica, foi possível analisar o contexto histórico ocorrido no século XVII, marcado pela proibição do consumo e comércio do ópio, fenômeno que se disseminou por diversos países. Tal análise contribuiu para uma compreensão das legislações subsequentes relacionadas ao uso e comércio de outras substâncias psicotrópicas. Destaca-se a observação do fenômeno do Punitivismo Penal presente em todas as legislações desenvolvidas desde o século XVII até as normativas vigentes no século XXI.

Dessa forma, constatou-se que a Lei 11.343 desempenha um papel significativo no fenômeno do encarceramento em massa observado no Brasil. A análise do contingente carcerário atual, composto por 834.746 indivíduos, revelou que o crime de tráfico de drogas é a segunda causa mais comum de encarceramento no país, posicionando-se logo após os delitos patrimoniais.

Os crimes tipificados pela Lei 11.343/2006 contribuem com 215.466 dessas prisões. Adicionalmente, a pesquisa possibilitou a análise do perfil dos indivíduos julgados por essa legislação, evidenciando sua tendência seletiva em relação a fatores como raça, classe social e local de residência, impactando de maneira desproporcional as camadas mais vulneráveis da sociedade. Em 2005, a população carcerária brasileira registrou a detenção de 91.843 indivíduos de ascendência negra.

Contudo, em 2022, esse número experimentou um aumento notável, atingindo a cifra alarmante de 442.033 afrodescendentes encarcerados. Esta evolução representa uma participação significativa, correspondendo a 68,2% da totalidade do sistema prisional brasileiro, em contraste com os 30,4% de indivíduos de ascendência branca que compõem a população carcerária. Conclui-se, portanto, que este estudo representa uma contribuição significativa para a sociedade brasileira como um todo. Isso se justifica pelo fato de que o conhecimento acerca da criminalização de substâncias psicotrópicas é escasso, e a maioria da população desconhece os eventos que levaram à criminalização das drogas. Ademais, no contexto brasileiro, o estudo destaca o fenômeno do encarceramento em massa, uma realidade pouco conhecida pela maioria dos cidadãos.

Tal análise desmistifica a concepção de que o Brasil é um país caracterizado pela impunidade, demonstrando, ao contrário, que o país efetua punições substanciais. Este fenômeno é particularmente impulsionado pelo pensamento punitivista que tem se disseminado

pelo país, resultando na ampliação das leis e penas, assim como na diminuição das garantias fundamentais, refletidas no discurso de "bandido bom é bandido morto".

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. 17. ed. [s. l]: Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital, 2023. 360 p. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1976.

LEVANTAMENTO Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen-jun/2022): Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN**, 2022. Disponível em: www.gov.br. Acesso em 10/11/2023.

VALOIS, Luís Carlos. **Direito Penal da Guerra às Drogas**. 4. ed. Belo Horizonte: São Paulo: Editora D' Plácido, 2021. 694 p.

WORLD Prison Brief. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

Educação Física

NATAÇÃO E COORDENAÇÃO MOTORA: MELHORA DO DESEMPENHO ESCOLAR NO PÚBLICO INFANTIL

André Cosme Marques da Silva¹, (Aluno do Curso de Educação Física bacharelado do Centro Universitário do Vale do Jaguaripe e-mail: andre.silva@fvj.br), Lucas Romério da Costa Lima², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaripe, e-mail: lucasromeriotreinador@gmail.com).

RESUMO

No ventre materno, somos protegidos e mantidos pelo líquido amniótico, desde o início a movimentação. “Permite a movimentação fetal, auxiliando no desenvolvimento muscular”, nos auxilia no desenvolvimento muscular. Nascemos com a característica vital da respiração, assim, de aquáticos nos tornamos seres terrestres. A memória uterina nos acompanha desde então, afinal somos 70% água. A prática da natação e esportes correlatos é a indicação natural que potencializa aspectos: locomotor, cardiorrespiratório, social, dentre outros da nossa saúde física e mental, desde crianças. A natação quando aplicada ao processo de desenvolvimento infantil, contribui com a ativação, amadurecimento do cérebro, a criança passa a ter melhor domínio do espaço e uma resposta mais rápida a estímulos nervosos, resultando numa progressiva melhora da cognição e coordenação motora. Em ambiente escolar, acontece maior facilidade de interpretação e solução de problemas, além da promoção da socialização. Nossa objetivo com este estudo é analisar, qualificar e quantificar a importância da natação no público infantil. O método exploratório utilizado pautou-se na observação em loco de atividades de recreação em escola circense e aulas de natação, em locais diferentes, somada a análise comparativa e qualitativa de estudos científicos. Nossa crítica pontua opiniões de pesquisadores, sendo que há consenso sobre os benefícios da natação. Concluímos que as crianças praticantes da natação se saem melhor nos testes do que as não praticantes, comprovando desta forma, a validação do ensino da natação como prática esportiva para melhora cognitiva da criança e do pré-adolescente.

Palavras-chave: natação; coordenação motora; psicomotricidade.

INTRODUÇÃO

Pouca atenção se dá ao desenvolvimento motor de crianças em idade escolar. Governo e pais desavisados nem falam sobre o assunto que é de vital importância na formação da criança. Nossa proposta é incluir a natação como uma das ferramentas aplicada à melhoria da cognição, trabalho psicomotor e coordenação motora de crianças nas escolas. Podemos aprender mais, mais rápido e com eficiência, só precisamos de um motivo ou de uma necessidade vital. Nossa sobrevivência como espécie, está ligada à nossa condição como “homo sapiens”, que nos possibilita aprender em situações adversas, replicar conhecimento e nos adaptar ao ambiente. Essa característica inerente a cada indivíduo é chamada de cognição. É no processo cognitivo que se desenvolvem capacidades intelectuais e emocionais, isto é, pensamento, memória, raciocínio, compreensão, percepção etc.

Nossa proposta é incluir a natação como uma das ferramentas aplicada a melhoria da cognição, trabalho psicomotor e coordenação motora de crianças em idade escolar.

A prática da natação deve ser considerada e aplicada do bebê ao idoso, a pessoa com necessidade especial ou em processo de reabilitação; mulheres gestantes etc. Numa criança recém-nascida, as mudanças iniciam com movimentos espontâneos até aproximadamente os doze meses. Em sequência, são adquiridos movimentos rudimentares e fundamentais, no período dos dois anos aos sete anos de idade.

Além disso, a pedagogia da psicomotricidade na natação também enfatiza a importância do respeito ao ritmo individual de cada aluno, valorizando suas conquistas e incentivando a superação de desafios. Isso contribui para a construção de uma autoimagem positiva e para o desenvolvimento da autoconfiança.

Com o conhecimento coletado até o momento, observamos o notável desenvolvimento psicomotor da criança praticante do esporte natação. Esta forma de trabalho, associada à natação, se torna a principal referência na aprendizagem, baseada no movimento como catalisador de sensações, emoções, sentimentos, evidenciando fatores cognitivos e psicomotores.

A primeira vez não se esquece. Independente que seja dolorosa ou agradável, as experiências ficarão gravadas na memória, elas irão determinar a maneira como se desenvolverão as características sócio afetivas do homem.

A natação desenvolve na criança através a imaginação, o ato de aprender brincando, com interesse, estimulando nela o prazer da descoberta de suas potencialidades além do raciocínio, autoconfiança e o desejo da pesquisa e conhecimento pelo novo”.

A escolha do tema levou em conta a grande contribuição que a atividade aquática pode proporcionar no ambiente escolar após observar as dificuldades desse público quanto a concentração e aprendizado. Como componente principal para solucionar esse problema, a psicopedagogia acompanha o desenvolvimento do indivíduo desde a infância, utiliza análises baseadas em testes de psicomotricidade, para tratar distúrbios, disfunções físicas e cognitivas do organismo.

MARCO TEÓRICO

(GIROTTI, 2020) “O ambiente escolar é um ótimo lugar para desenvolver as habilidades motoras. As aulas de educação física e atividades artísticas que envolvem escrita e pintura são exemplos de momentos nos quais a escola pode ajudar o desenvolvimento motor do aluno”.

(FREITAS, 2022) “A psicomotricidade é uma ciência interdisciplinar que explora as relações entre o movimento, a cognição e as emoções”.

(CHAVES, 2023) “Na área motora, existem benefícios no desenvolvimento do esquema corporal, do equilíbrio muscular, do repertório motor, da coordenação geral e segmentar e dos vários eixos envolvidos no movimento”.

(GRACCO, 2023) “Este vídeo do YouTube, apresenta uma entrevista no canal do prof. Dr. Caio Gracco, com a prof.a. Renata Rodrigues, sobre o tema: Explicando a psicomotricidade nas aulas de natação para bebês aos pais”.

METODOLOGIA

Foi adotada como método, a pesquisa exploratória e descritiva com foco na proposta de oferecer ao profissional de ed. física elementos pontuais para o aprofundamento do assunto, direto ao ponto.

Assim, 70% do trabalho é de material descritivo, onde a leitura ou visualização foi, interpretada e descrita. Algumas experiências adquiridas através dos estágios que constam da grade curricular serviram de inspiração para a busca de argumentação e propostas, nos outros 30%, estão às fontes secundárias com pesquisa exploratória de textos científicos. A abordagem do tema proposto vai contemplar referências de artigos científicos, sites oficiais, revistas científicas, todos relacionados ao mesmo, prevalecendo apenas os mais relevantes.

A pesquisa quantitativa realizada, baseou-se na coleta de informações que busquem auxiliar o profissional de ed. física na identificação e escolha de nichos de mercado referentes aos itens,

natação, psicomotricidade e coordenação motora, posto que a formação e especialização na área seja promissora após a recente legalização da profissão de psicomotricista.

Inserimos informações relevantes à discussão, seguindo um roteiro que aos poucos vai acrescentando novos elementos. Com base no tema escolhido para o artigo (Natação e coordenação motora: melhora do desempenho escolar no público infantil).

Com uma abordagem progressiva e com tópicos interligados, chegamos na abertura de discussão entre duas fontes de pesquisa, ao final comparamos resultados e apresentamos proposta de solução para um dos problemas observados.

Os dados coletados foram ordenados por ordem de relevância, do início para o final. Após triagem, as informações menos relevantes foram descartadas a partir da proximidade técnica e teórica do tema deste artigo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Chegamos ao ponto central de nossa discussão, após identificarmos e analisarmos os efeitos da cognição juntamente com a composição química do nosso organismo.

Nosso cérebro ainda precisa de muito estudo para que se tenha o mínimo de informação sobre o seu funcionamento, mas o pouco que se sabe permite uma primeira abordagem e discussão sobre como as ligações neurais se dão no ambiente psicomotor. Natação e psicomotricidade, são irmãs, posto que uma é impraticável sem a outra e a outra tem no ambiente aquático seu habitat natural.

A atenção a formação psicomotora de crianças pode se tornar no futuro prioridade comparada ao da alfabetização ou ainda mais prioritária que ela por conta de que vem antes da alfabetização. Depende-se de uma boa formação quanto a questão da psicomotricidade para que se crie nas escolas um ambiente em que se tenha produtividade e isto somente acontece quando a entidade consegue planejar, elaborar e implementar condutas que envolvem os relacionamentos interpessoais entre os agentes envolvidos, no caso: alunos, professores, corpo administrativo, pais e comunidade.

A questão é que não se pode ficar na dependência que o Estado constituído promova esse bem-estar social amplo e irrestrito. Muitas dessas políticas, inclusive, que seriam muito bem aproveitadas, não conseguem adesão parlamentar para seguirem adiante.

O tema é complexo e necessitaria de outro artigo científico falando a respeito, mas o que se pretende dizer com esse comentário, é que é possível a criação de um ambiente em que se possa trabalhar a questão da psicomotricidade aplicada a práticas aquáticas, sem que para isso se dependa exclusivamente do estado pra tal.

Este projeto foi realizado satisfatoriamente e os resultados das pesquisas cumpriram o papel de dar suporte a proposta pretendida, dentro do que estava previsto inicialmente.

Este projeto limitou-se a pesquisas documentais, porém robustas, que o tornam de fácil entendimento e absorção de conceitos básicos.

O aqui exposto não esgota o assunto, que é novo em termos de legislação, sendo comum na busca de artigos científicos a cerca deste, a unanimidade quanto aos vários benefícios da natação e a relevante obtenção de resultados oriundos de sua prática.

Há espaço para muitos outros questionamentos sobre o tema, observando que é farta a quantidade de publicações e artigos científicos, que variam de superficiais a altamente técnicos com notória comprovação científica.

REFERÊNCIAS

CHAVES. A Psicomotricidade e o meio aquático: Quais os benefícios? Site, 2023.

FREITAS, Julia. **Descubra como ser um psicomotricista de sucesso.** Site Manual de ingenuidades, 2022.

GRACCO, Caio. **Visitando a Canguru Natação.** Campina, SP, 2023.

GIROTTTO, Paula. Tipos de coordenação motora. **Blog - Dra. Paula Girotto.** São Paulo, SP, 2023.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA NO COMBATE À OBESIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Pedro Henrique Maia Nogueira Salvatori¹, (Aluno do Curso de Educação Física – Bacharelado do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: salvatoripedro1@gmail.com; Lucas Romério da Costa Lima², Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: lucas.lima@fvj.br.

RESUMO

Os múltiplos fatores como dietas inadequadas, sedentarismo e predisposição genética tem contribuído para o aumento da obesidade no Brasil e no mundo em todas as faixas etárias da vida. O objetivo do trabalho é analisar os desafios enfrentados pela sociedade contemporânea no combate à obesidade na adolescência, com foco em identificar os principais fatores de risco e causas da obesidade na adolescência. O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa de caráter descritivo, com abordagem qualitativa. Foram selecionados artigos científicos publicados entre os anos de 2018 a 2023, que discorram sobre a obesidade na adolescência no idioma português, publicados nos últimos cinco anos. Foram encontrados 36 artigos de acordo com os fatores de inclusão de limitantes da pesquisa. Após serem analisados, foram selecionados 20 artigos. Os artigos encontrados mostram um campo interdisciplinar de pesquisa, representado por estudos da área de saúde, educação, comportamental, social, com recorrências do tema saúde mental, a relação da obesidade com violência, abuso de substâncias. A obesidade tem sido um problema de saúde pública, que tem progressivamente, afetado os adolescentes. O estudo mostrou que há associação da obesidade com diversas alterações como as alterações metabólicas, falta de bons hábitos alimentares, problemas familiares, e falta de atividade física, todos estes eventos são predisponentes a obesidade.

Palavras-chave: nutrição adolescente; obesidade; saúde pública; sedentarismo.

INTRODUÇÃO

A adolescência está relacionada a um estágio do desenvolvimento que é caracterizado por mudanças biológicas e psicológicas que podem causar ansiedade e sofrimento, incluindo o surgimento da sexualidade e a dificuldade em construir uma identidade própria como alguns dos elementos associados a essa fase. Todas essas mudanças, somadas a outros fatores, podem contribuir para que os adolescentes tenham uma dieta desbalanceada e muitas vezes, uma vida sedentária.

Os múltiplos fatores como dietas inadequadas, sedentarismo e predisposição genética tem contribuído para o aumento da obesidade no Brasil e no mundo em todas as faixas etárias da vida. O rápido desenvolvimento tem sido um fator significativo no aumento dos casos de obesidade, uma vez que os alimentos estão cada vez mais disponíveis, atraentes e acessíveis, enquanto dispositivos e equipamentos tecnológicos também contribuem para o aumento do sobrepeso e da obesidade, pois favorecem o sedentarismo.

O cenário brasileiro no tocante a obesidade na adolescência se torna preocupante, pois pode-se dizer que a obesidade vem aumentando significativamente em todas as faixas etárias e classes sociais no Brasil e é considerada um grande problema de saúde pública. Os fatores que contribuem para a obesidade na sociedade atual podem ser tanto genéticos quanto relacionados à ingestão excessiva de gordura e calorias. Além disso, a falta de atividade física não é mais o único fator responsável pelo aumento da obesidade, uma vez que o uso de dispositivos eletrônicos e tempo excessivo em frente às telas podem agravar o problema.

A participação dos pais e responsáveis também se torna primordial neste processo, visto que, o trabalho dos profissionais fica mais difícil se esses indivíduos não estimularem

hábitos de alimentação saudável e balanceada e a prática de atividade física.

Sendo assim, a obesidade na adolescência constitui-se um indicador preocupante na saúde que a sociedade enfrentará no futuro e que terão impacto nos avanços dos sistemas de saúde. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho de revisão de literatura é analisar os desafios enfrentados pela sociedade contemporânea no combate à obesidade na adolescência, com foco em identificar os principais fatores de risco e causas da obesidade na adolescência.

MARCO TEÓRICO

A adolescência é uma fase marcada por dificuldades e vulnerabilidades, relacionado aos hábitos alimentares e aos processos de amadurecimento humano (Neves, 2021). Um dos problemas que podem ocorrer durante a adolescência é a obesidade, caracterizada como uma doença crônica não transmissível, podendo causar várias complicações, sendo atualmente considerada um dos principais problemas de saúde pública, com caráter multifatorial, disseminando entre os fatores psíquicos, metabólicos, ambientais e genéticos (Neves, 2021).

Nos últimos anos, a obesidade na população jovem está sendo considerada uma epidemia global. Uma das causas da obesidade é o aumento dos maus hábitos alimentares, pois os jovens consomem alimentos com alta carga energética, deficientes de nutrientes e com substâncias nocivas à saúde (Silva *et al.*, 2017). A obesidade nos adolescentes pode sobrevir também na falta de atividades físicas, pois muitos deles passam muito tempo nas redes sociais, televisões e jogos interativos contribuindo para o agravamento desse distúrbio (Falquete *et al.*, 2020).

Nesse sentido, podemos afirmar que a prática regular de exercícios físicos traz inúmeros benefícios, proporcionando uma melhor qualidade de vida e prevenção de doenças crônicas. Portanto, medidas simples como atividade física moderada e alimentação balanceada, pode-se reduzir drasticamente o excesso de gordura corporal.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa de caráter descritivo, com abordagem qualitativa. Foram selecionados artigos científicos publicados entre os anos de 2018 a 2023, que discorram sobre a obesidade na adolescência no idioma português, publicados nos últimos cinco anos.

O banco de dados utilizado foi a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), através das seguintes bases de dados para a seleção dos artigos científicos: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS) e National Library of Medicine (Medline), onde foram buscados artigos científicos na língua portuguesa dos últimos cinco anos. A pesquisa foi realizada com a utilização dos seguintes descritores oficiais (DeCS, 2017): “Obesidade”, “adolescência”, “saúde escolar”. O cruzamento foi feito pela busca avançada, utilizando-se o booleano *and*. Foram excluídos artigos fora da faixa temporal supracitada, bem como artigos fora do tema central, ou com idiomas opostos ao de escolha, também será considerado fator de exclusão resumos simples ou expandidos publicados em anais, cartas editoriais, além de arquivos indisponíveis para download ou pagos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foram encontrados 36 artigos de acordo com os fatores de inclusão delimitantes da pesquisa. Após serem analisados, foram selecionados 20 artigos, os quais estão dispostos na tabela 01, através de uma sinopse dos dados. Os artigos encontrados mostram um campo interdisciplinar de pesquisa, representado por estudos da área de saúde, educação,

comportamental, social, com recorrências do tema saúde mental, a relação da obesidade com violência, abuso de sustâncias, etc.

Através dos artigos apresentados nos resultados é possível verificar que a obesidade se trata de um estado mórbido caracterizado por um conjunto de sinais e sintomas atribuíveis a mais de uma causa. É um estado em que o percentual de gordura corporal no indivíduo se encontra elevado por causa de um desequilíbrio entre a ingestão e o gasto de energia, redundando em um armazenamento excessivo de energia no tecido adiposo, é considerada como o principal problema de saúde pública. (Neves *et al.* 2021).

A adolescência é um período onde as células adiposas irão aumentar, assim como o seu tamanho, que é o processo chamado de hiperplasia e hipertrofia, respectivamente (Filho, 2020). E um dos fatores que fazem com que essas células aumentem nos adolescentes é principalmente a inatividade física e o excesso de comida, sendo assim um grande fator que pode levar adolescentes a obesidade. A obesidade na adolescência acarreta algumas consequências, tais como, perturbações ao nível de metabolismo e ao nível cardiovascular, fraco desempenho escolar, depressão e risco aumentado de desenvolver perturbações alimentares (Sahoo *et al.*, 2015).

A obesidade tem sido um problema de saúde pública, que tem, progressivamente, afetado os adolescentes. O estudo mostrou que há associação da obesidade com diversas alterações como as alterações metabólicas, falta de bons hábitos alimentares, problemas familiares, e falta de atividade física, todos estes eventos são predisponentes a obesidade. A importância de hábitos saudáveis adquiridos desde a infância, podem contribuir para prevenção de doenças causadas pela obesidade, além disso, a falta de atividade física e o alto tempo destinado às redes sociais e em frente à televisão, são associações que levam a obesidade. Portanto, compreende-se que o presente trabalho mostra que os maus hábitos rotineiros, sejam eles alimentares ou físicos, bem como a influência familiar são os principais fatores que influenciam para contribuir para essa comorbidade que vem assolando jovens de forma precoce.

REFERÊNCIAS

FALQUETE, Heloísa *et al.* Saúde Pública e desigualdades: Brasil em tempos de pandemia. **Revista Sem Aspas**, p. 41-60, 2020.

FILHO, J. W. D. Os benefícios da musculação no combate à obesidade (Trabalho de conclusão de curso). **Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO**, Fortaleza, CE, Brasil, 2020.

NEVES, Simone Carvalho *et al.* Os fatores de risco envolvidos na obesidade no adolescente: uma revisão integrativa. **Ciência & saúde coletiva**, v. 26, p. 4871-4884, 2021.

SAHOO, K., *et al.* Childhood obesity: causes and consequences. **Journal of family medicine and primary care**, v. 4, p. 187, 2015.

SILVA, G. L. *et al.* Idade de introdução de alimentos ultraprocessados entre pré-escolares frequentadores de centros de educação infantil. **Jornal de Pediatria**, v. 93.n. 5. p. 508-516, 2017.

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO MOTOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COM CRIANÇAS DE 4 A 7 ANOS: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Vitória Caroline Bastos de Oliveira¹, (Aluno do Curso de Educação Física – Licenciatura da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: bastosvitória01@gmail.com; José Ossian Almeida Souza Filho² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: ossian@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar a importância do desenvolvimento motor na educação infantil com crianças na faixa etária de 4 a 7 anos. Na Educação Infantil, o desenvolvimento motor é um dos aspectos mais importantes da formação integral da criança. É nesse período que ela adquire as habilidades básicas necessárias para a realização de atividades motoras cotidianas, como andar, correr, saltar, subir e descer escadas, manipular objetos, etc. O desenvolvimento motor está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento global da criança. As habilidades motoras, divididas em duas categorias principais - habilidades motoras grossas (como correr, saltar e pular) e habilidades motoras finas (como desenhar, recortar e amarrar os sapatos) - têm um impacto profundo no crescimento físico, cognitivo e emocional da criança. Portanto, o estímulo adequado e a promoção do desenvolvimento motor são cruciais para garantir um início de vida saudável e bem-sucedido. A coleta de dados foi realizada nos indexadores SciELO e Google Acadêmico. Foram encontrados 48 arquivos, dos quais somente 5 foram selecionados e incluídos na amostra. Inferiu-se que o desenvolvimento motor das crianças de 4 a 7 anos está intrinsecamente ligada à prática de atividades físicas.

Palavras-chave: desenvolvimento motor; educação infantil; crianças de 4 a 7 anos.

INTRODUÇÃO

Ao tratar do panorama da história da psicomotricidade nos remete à análise de fatos históricos da Antiguidade, com valorização, culto e cuidado com as habilidades físicas do corpo, atribuindo-se a este o ápice da virilidade humana. Dessa maneira, com o passar dos anos, o corpo adquiriu inúmeras atribuições.

A psicomotricidade é a base fundamental para que a criança possa estabelecer um melhor domínio corporal, e com isso desenvolver um processo de ensino aprendizagem com uma melhor qualidade nas diversas disciplinas escolares, melhorando a desenvoltura da mesma em relação aos conteúdos desenvolvidos tendo um melhor rendimento no seu processo de ensino aprendizagem (Rossi, 2012).

O objetivo deste trabalho foi analisar a importância do desenvolvimento motor na educação infantil com crianças na faixa etária de 4 a 7 anos. Vale destacar também que entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas.

O objetivo deste estudo é analisar as implicações da prática docente destinada à inclusão nas aulas de Educação Física no município de Aracati – CE; caracterizar as práticas inclusivas dos professores de Educação Física existentes nas aulas de Educação Física e investigar, com base nos relatos dos professores de Educação Física, os níveis de interação dos estudantes com deficiência física nas aulas de Educação Física Escolar.

MARCO TEÓRICO

A psicomotricidade é a base fundamental para que a criança possa estabelecer um melhor domínio corporal, e com isso desenvolver um processo de ensino aprendizagem com uma melhor qualidade nas diversas disciplinas escolares, melhorando a desenvoltura da mesma em relação aos conteúdos desenvolvidos tendo um melhor rendimento no seu processo de ensino aprendizagem (Rossi, 2012).

Fontana (2012) relata que a educação psicomotora necessita ser considerada como base na educação das séries iniciais e principalmente na educação infantil.

Segundo Rossi, (2012) relata que a psicomotricidade mal desenvolvida pode causar vários retardos no desenvolvimento da criança, fazendo com que ela venha a se atrasar no seu processo de aprendizagem, por isso, que é de grande importância o trabalho psicomotor ser aplicado desde cedo, pois assim a criança terá mais tempo para desenvolver-se em relação aos aspectos psicomotores.

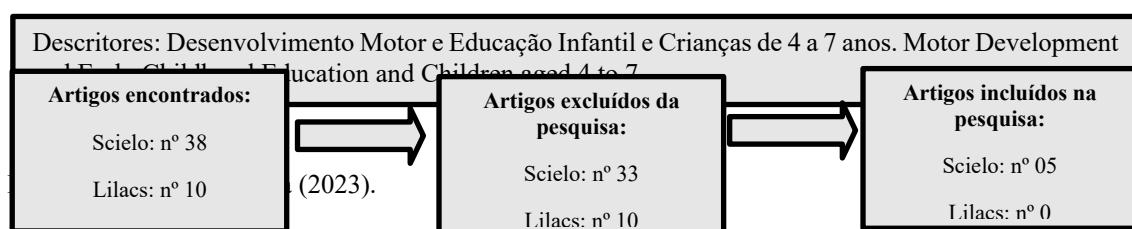
METODOLOGIA

O método do presente trabalho caracterizou-se como alusiva ao método revisão integrativa da literatura, do tipo qualitativo. A revisão integrativa da literatura é uma metodologia que possibilita a condensação de conhecimento e a narração dos resultados de pesquisas relevantes na prática. Ela tem sido vista como um mecanismo importante no resumo dos estudos disponíveis sobre determinado tema e norteia a prática alicerçada em conhecimento técnico, ou seja, para a prática fundamentada na evidência (Sousa *et al.*, 2017).

O trabalho foi realizado no período de outubro a dezembro de 2023, utilizando os seguintes descritores: desenvolvimento, motor e educação infantil. Estes foram traduzidos para a língua inglesa, apresentando-se como: *development, motor and early childhood*. Mediante às bases científicas anteriormente mencionadas, a escolha dos artigos científicos considerou, previamente, a análise do resumo: admitindo-se ou descartando a possibilidade dos mesmos serem ou não incluídos no presente estudo através da correlação com a temática.

Realizamos uma avaliação preliminar com base nos títulos e uma revisão completa dos resumos dos materiais disponíveis. Em seguida, conduzimos uma análise seletiva, aprofundando nosso estudo nas fontes que se mostraram pertinentes para a elaboração do trabalho. Posteriormente, procedemos com uma análise detalhada, com o objetivo de classificar e resumir as informações contidas nas fontes, a fim de obter resultados relevantes em resposta à questão de pesquisa.

Figura 1: Metodologia para obtenção de artigos científicos.



RESULTADOS E CONCLUSÕES

O resumo das principais informações dos artigos que fazem parte da amostra do trabalho é apresentado no quadro 01.

Quadro 01 – Caracterização das publicações de acordo com autor(es), amostra, objetivo do trabalho e resultados principais:

AUTORES	AMOSTRA	OBJETIVO	RESULTADOS PRINCIPAIS
Amanda Freitas Vasconcelos	Participaram desse estudo 200 crianças de ambos os sexos (101 do sexo feminino e 99 do sexo masculino). 4 escolas do Distrito Federal foram analisadas, 1 (Jardim de Infância Cruzeiro Velho), 2 (Jardim de Infância 208 Sul), 3 (Jardim de Infância 415 Norte) e 4 (Jardim de Infância 108 Sul).	Avaliar a influência de um Programa de Educação Física (PROEFI) no desempenho motor das crianças de cinco a sete anos de idade da rede pública do plano piloto do Distrito Federal.	Os meninos se mostraram com desempenhos significativamente melhores que as meninas nos dois testes, possivelmente advindos das diferenças físicas, sociais e culturais, que na maioria das vezes, direciona aos meninos mais estímulos e maior facilidade em atividades que envolvam força e velocidade.
Renata Rocha Santana; Manuelle Clebiana Lira Silva; Thayana Fernandes Moreira; <i>et al.</i>	Participaram do estudo 60 crianças entre 4 e 6 anos, 31 crianças do sexo masculino e 29 do sexo feminino.	Investigar a prevalência de alteração no desenvolvimento motor de pré-escolares, e identificar fatores biopsicossociais associados a alteração no desenvolvimento motor fino e grosso.	Os resultados da pesquisa indicam a necessidade de explorar melhor as habilidades motoras finas na educação infantil, tendo em vista que são fundamentais para o desempenho da criança na fase escolar.
Kelly Andara de Azevedo	Participaram do estudo 18 meninas, com idades entre 7 e 10 anos, matriculadas em uma escola particular de Porto Alegre, divididas em 2 grupos.	Verificar a influência de um programa de iniciação à ginástica rítmica sobre o desenvolvimento motor e a percepção de competência das crianças.	Os resultados encontrados nos fazem refletir sobre os efeitos dos programas de atividade física sistemática sobre o desenvolvimento motor de crianças.
Décio Rodrigues; Érico Leal Avigo; Marlon Magnon Valdevino Leite; <i>et al.</i>	Participaram deste estudo 50 crianças: 25 tiveram educação física com um professor da área e 25 crianças tiveram atividades com o professor responsável pela turma.	Verificar os efeitos de diferentes contextos no desenvolvimento das habilidades motoras fundamentais e no crescimento somático de crianças no ensino infantil.	Os resultados mostraram diferenças claras no desenvolvimento das habilidades motoras grossas, com desempenho superior de crianças que tiveram aulas de educação física com professor da área comparado com o desenvolvimento das crianças que tiveram atividade com uma professora polivalente.
Maria Cristina Chimelo Paim	A amostra foi constituída por 46 alunos da pré-escola, com idade entre 5 a 6 anos, sendo 27 do sexo masculino e 29 do sexo feminino, oriundos de uma escola estadual na cidade de Santa Maria.	Verificar o desenvolvimento motor de crianças pré-escolares, na faixa etária de 5 - 6 anos.	Os resultados indicaram que os sujeitos avaliados, com 6 anos de idade, apresentam índices médios superiores no desenvolvimento motor (processo) quando comparados aos sujeitos com 5 anos.

REFERÊNCIAS

- FONTANA**, Cleide Madalena. **A importância da psicomotricidade na educação Infantil.** 2012. Disponível em:
http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4701/1/MD_EDUMTE_VII_2012_03.pdf. Acesso em: 11 outubro 2023.
- LE BOULCH**, Jean. **O desenvolvimento psicomotor.** Porto Alegre: Artmed, 1992.
- ROSSI**, Francieli Santos **Considerações da psicomotricidade na educação infantil.** Vozes do Vale: 2012. Disponível em: <http://ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Considerações-sobre-a- Psicomotricidade-na-Educação-Infantil.pdf>. Acesso em: 11 outubro 2023.
- SOUZA**, Luís Manuel Mota; **VIEIRA**, Cristina Marques; **SEVERINO**, Sandy; **ANTUNES**, Vanessa. **A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem.** Revista Investigação em Enfermagem. Portugal, v. 2, n. 1, p. 17 – 25, 2017. Disponível em: <http://www.sinaisvitaais.pt/images/stories/Rie/RIE21.pdf#page=17>. Acesso em: 11 outubro 2023.

A IMPORTÂNCIA DO TREINAMENTO FÍSICO PARA MULHERES NO PERÍODO GESTACIONAL: BENEFÍCIOS, RISCOS E RECOMENDAÇÕES

Wesley Islan Da Silva Costa¹, (Aluno do Curso de Educação Física bacharelado do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: wesley.silva@fvj.br); Lucas Romério da Costa Lima², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: lucasromeriotreinador@gmail.com).

RESUMO

A prática de exercícios físicos sempre esteve presente na vida dos seres humanos, baseado nos seus benefícios o presente estudo aborda a relevância do treinamento físico para mulheres durante a gestação, com o objetivo de destacar os benefícios dessa prática para a saúde tanto da gestante quanto do feto. O estudo tem como objetivo mostrar a importância do treinamento físico adaptado a esse período específico, analisando seus impactos positivos e negativos na saúde da gestante. O método utilizado incluiu revisão bibliográfica, estudos e buscas de artigos nas bases de dados como Google acadêmico, Scientific Electronic Library (Scielo) e Pubmed, onde teve como base de pesquisa os seguintes descritores: Saúde materna, treinamento físico para gestantes, atividade física e bem-estar fetal. Assim, 06 estudos atenderam aos objetivos da pesquisa e foram incluídos neste estudo. O treinamento físico durante a gestação mostrou resultados que evidenciam melhorias significativas na saúde materna e fetal, respaldando a eficácia da prática durante este período. Como conclusão, destaca-se a importância da promoção de uma prescrição de exercícios físicos adequados nesse contexto, visando o bem-estar integral da gestante e do bebê.

Palavras chaves: saúde; treinamento físico; gestantes; atividade física; bem-estar fetal.

INTRODUÇÃO

A atividade física é um dos componentes do treinamento físico e está presente durante toda a vida humana. Muitos estudos relatam que a atividade física previne diversas doenças. A prática contínua, juntamente com um programa adequado de exercícios físicos, irá trazer diversos benefícios para a saúde. Por tanto é preciso que ela esteja presente durante toda a vida.

A gestação é um dos momentos mais importantes na vida de uma mulher. Durante esse período a mesma passa por inúmeras alterações, tanto fisiológica quanto psicológica e acredita-se que, com um acompanhamento e uma prescrição adequada de exercícios físicos, é possível que a gestante possa adquirir diversos benefícios para a saúde. (BARBOSA., 2022, p. 2)

Existem diversas formas de prescrever um treinamento físico para gestantes, visto que a prática traz inúmeros benefícios para a mãe e para o feto. Benefícios como, a redução do aparecimento da hipertensão, diabete gestacional, diminuição da dor na lombar, do colesterol ruim, ocorre o equilíbrio hormonal, diminuição das dores musculares e a melhora da atividade fetal. (SILVA *et al.*, 2020, p. 86454)

Durante o período gestacional a mulher pode sofrer com alguns problemas de saúde, no entanto existem problemas que podem ser bem mais graves para ela e para o bebê. Problemas como diabetes mellitus gestacional (DMG), hipertensão gestacional (HG) e pré-eclâmpsia (PE). Um programa adequado de treinamento físico pode prevenir essas doenças. (SOARES. p. 58, 2022).

MARCO TEÓRICO

Quando se fala de saúde e qualidade de vida para gestantes, não se deve esquecer que os benefícios do treinamento físico provêm de uma prescrição adequada para esse público,

exercícios específicos que contribuam com a prevenção de doenças decorrentes da gestação. Um programa de exercícios supervisionados e bem estruturados serão sempre a melhor opção para se ter uma boa (QV) para todos os públicos. (KRZEPOTA *et al.*, 2018)

No entanto, mesmo com todos os benefícios apresentados ainda existem muitas mulheres que por receio ou falta de informação prefere optar pela não prática do treinamento físico. Isso se dá por diversos motivos, um deles é a forma como foi propagada a informação dos malefícios da prática para gestantes. (SOUZA *et al.*, 2019, p. 27)

Segundo (SOUZA *et al.*, 2019) em um estudo que buscava avaliar o nível de atividade física de 127 gestantes da Unidade Básica de Saúde (UBS) em um município nordestino, mostrou que, pouco mais da metade das gestantes do local eram insuficientemente ativas (52,6%).

Esses dados mostram que ainda existe um grande desafio que os profissionais da Educação Física precisam vencer, visto que são eles os maiores informantes sobre o tema em questão. No entanto, com todas as pesquisas e estudos que existem atualmente, ainda é comum se ter profissionais que optam pela não prestação de serviços para o público de gestantes. (BARROS *et al.*, 2021, p. 117)

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, com o intuito de demonstrar a importância do treinamento físico para mulheres no período gestacional. O estudo foi realizado com artigos científicos, sites oficiais, livros e revistas científicas, entre os anos de 2017 a 2023, que abordaram o tema exposto.

As publicações deveriam apresentar mulheres gestantes entre 18 a 40 anos e que não apresentassem nenhum tipo de contraindicação para a realização de exercícios resistido. Para a elaboração do estudo foram realizadas pesquisas por textos completos, disponíveis em bases de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico, os mesmos apresentados em língua portuguesa e língua inglesa, utilizando os seguintes descritores: treinamento resistidos, gestantes, período gestacional, saúde e bem-estar de gestantes.

Após a aplicação de filtros de data de publicação de 2017 e 2023, e utilizando os descritores: treinamento resistido, gestantes, período gestacional, saúde e bem-estar gestacional, foi encontrado 789 artigos, foram analisados os títulos dos mesmos que possuíam uma inovação e traziam informações importantes sobre o tema proposto e após ser utilizado os critérios de exclusão foram escolhidos 6 artigos que continham o conteúdo mais relevantes para a pesquisa. Para a realização da análise de dados, os mesmos serão expostos, além de identificar a importância do treinamento físico e exemplificá-los, os principais benefícios para o bem-estar das gestantes. Esse trabalho não necessita passar pela aprovação do comitê de ética, por se tratar de uma pesquisa de revisão integrativa de literatura.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para os resultados, após concluir a fase inicial do estudo, foram coletados dados relevantes e que atenderam aos objetivos da pesquisa. Com base nos critérios de inclusão e exclusão, os estudos foram selecionados com base nos critérios definidos na metodologia. Os estudos foram analisados a fim de destacar as principais informações referente ao tema abordado. No total foram seis (n=6) artigos selecionados.

Após a leitura completa dos artigos selecionados, foram discutidos os principais benefícios do treinamento físico durante a gestação e como essa prática era vista pelas mulheres. O treinamento físico pode ter diversos benefícios na saúde da gestante, porém se não orientado da forma correta a mulher pode ter complicações durante a gestação.

Os resultados apresentados neste estudo, indicam que o treinamento físico adaptado às necessidades das gestantes oferece benefícios significativos tanto para a saúde materna quanto para o desenvolvimento fetal. Ficou evidente que, quando acompanhado por profissionais da saúde, o exercício regular não só apresenta benefícios significativos, como também está associado a uma redução nas taxas de complicações gestacionais e no pós-parto, além de contribuir para a melhoria do bem-estar emocional das gestantes.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rafael F. **A importância das atividades físicas na gestação.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/1085>, p. 12, Acesso em: 20 março 2023.

SILVA, Mayara S. *et al.* **Exercícios físicos durante a gestação:** os benefícios para a mãe e o bebê. **Brazilian Jornal of Development**, 6 (11), p. 86454-86469, 2020.

SOARES, Bárbara Q. **Prevalência da pré-eclâmpsia,** fatores de riscos e desfechos em gestantes cadastradas no sis pré-natal do município de Ipatinga. **Saberes Interdisciplinares**, 14 (especial), p. 58-58, 2022

Krzepota J, *et al.* Relationships between Physical Activity and Quality of Life in Pregnant Women in the Second and Third Trimester. **Int J Environ Res Public Health**, 2018 Dec 5;15(12):2745. doi: 10.3390/ijerph15122745. PMID: 30563083; PMCID: PMC6313753.

SOUZA, Vilson A, *et al.* Nível de atividade física de gestantes atendidas em unidades básica de saúde de um município do nordeste brasileiro. **Caderno Saúde Coletiva**, p. 27 (2), 2019.

Enfermagem

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO CONSEQUÊNCIA DE VULNERABILIDADES SOCIAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Adrylene Praxedes Moraes¹, (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, adrylene.moraes@fvj.com); Karina dos Santos Nogueira², (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, karina.santos@fvj.br); Sabrina Silva dos Santos³ (Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br).

RESUMO

O objetivo desse estudo é compreender, através da literatura científica, como as vulnerabilidades sociais influenciam no aumento da gravidez na adolescência. A adolescência é caracterizada por diversas alterações físicas, sendo associado a uma maior vulnerabilidade relacionada a fatores comuns dessa fase da vida. Além disso, com as vulnerabilidades sociais, cada vez mais recorrentes, o adolescente também está sujeito a outros aspectos adversos, dentre eles a gestação precoce. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada através busca de artigos nas bases de dados online, LILACS, SCIELO, MEDLINE/PUBMED, IBECS e BDENF. A gravidez na adolescência tem grande impacto na vida das meninas que engravidam, aspectos como baixa escolarização, relações familiares violentas ou conflituosas, ausência ou insuficiência de recursos financeiros e serviços de saúde, configuram-se vulnerabilidades sociais, esses são fatores que favorecem direta ou indiretamente a ocorrência da gravidez na adolescência. A gravidez precoce apresenta um forte fator de risco na adolescência, dificultando um amadurecimento saudável e a evolução socioemocional dessas meninas, aumentando os aspectos vulneráveis pré-existentes, onde as consequências negativas para saúde da adolescente e do recém-nascido tendem a ser mais frequentes. Nesse sentido, é fundamental a realização de ações que promovam a redução da vulnerabilidade social, a garantia dos direitos sexuais, acesso a pré-natal de qualidade, para assim possibilitar aos jovens oportunidades e escolhas sobre o seu futuro e reduzir a incidência de complicações materno-fetais.

Palavras-chave: gravidez na adolescência; vulnerabilidade social; adolescente.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é caracterizada por diversas alterações físicas, pelo estadiamento do crescimento e desenvolvimento morofisiológico e pelas mudanças psicológicas, cognitivas e sociais, ocorrendo entre o período de 10 a 19 anos de idade (Brasil, 2018).

O período da adolescência está associado a uma maior vulnerabilidade relacionada a fatores comuns dessa fase da vida. Os adolescentes, estão mais susceptíveis ao uso de álcool e outras drogas, Infecções Sexualmente Transmissíveis- IST's, iniciação sexual precoce, gravidez na adolescência, entre outros (Nascimento; Lippi; Santos, 2018).

Segundo Nascimento, Lippi e Santos (2018), a gravidez na adolescência, é um evento que pode determinar agravos de ordem familiar e social, com graves efeitos para a vida da mãe adolescente, filho e família. Supõe-se também, que a gravidez na adolescência pode estar relacionada à falta de informação, orientações adequadas sobre sexualidade e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e aos insumos para a contracepção.

Diante do exposto, o objetivo desse estudo é compreender como as vulnerabilidades sociais influenciam no aumento da gravidez na adolescência, como podem afetar o processo de desenvolvimento gravídico-puerperal e descrever as consequências da gestação precoce na vida das adolescentes.

2 METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão integrativa. Para guiar a pesquisa, formulou-se a seguinte questão: *Quais as produções científicas acerca de como as vulnerabilidades sociais influenciam no aumento da gravidez na adolescência?*

A identificação dos artigos na literatura foi realizada em bases de dados online, LILACS, SCIELO, MEDLINE/PUBMED, BDENF e IBECS.

Definiram-se como critérios de inclusão, produções em português, espanhol e inglês, sem delimitação temporal; artigos disponíveis na íntegra, tendo como eixo norteador a pergunta e os critérios de seleção. Foram excluídos teses, dissertações, monografias e editoriais. O levantamento foi realizado no mês de novembro de 2023.

Dos estudos selecionados, após serem lidos na íntegra, decidimos utilizar 14 artigos, por serem mais esclarecedores sobre a questão proposta. A discussão foi feita de forma descriptiva exploratória, tendo como subsídio os artigos selecionados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gravidez na adolescência, é um fato cada vez mais recorrente na sociedade contemporânea, todavia, constitui um sério problema de saúde pública. Diante disso, inúmeras pesquisas têm abordado esse assunto, na perspectiva de entender as características associadas a gestação precoce.

Diante dos resultados encontrados e de acordo com os objetivos do estudo, a análise da pesquisa resultou em duas categorias, a saber: I- Influências das vulnerabilidades sociais no aumento da gravidez na adolescência. II- Impactos do processo gravídico-puerperal em adolescentes no contexto de vulnerabilidades sociais.

I- Influências das vulnerabilidades sociais no aumento da gravidez na adolescência.

A gravidez na adolescência, decorre da iniciação sexual precoce, ocasionando riscos ao desenvolvimento biológico, psicológico e social, das adolescentes grávidas, consequentemente aumentando o estado de vulnerabilidade, com comprometimento socioeconômico, desestruturação familiar e abandono escolar.

A gestação na adolescência, vem se tornando uma preocupação para saúde pública, passando a ser considerada como problema social, sendo mulheres pobres e negras as mais acometidas pela gestação na adolescência (Aguiar; Gomes, 2021).

Os estudos apontam que a gravidez na adolescência, acomete principalmente meninas com renda familiar baixa, tornando um ciclo de vulnerabilidade social ainda maior, considerando a falta de escolarização, consequentemente a falta de participação no mercado de trabalho, por despreparo educacional, elas acabam se submetendo a subempregos com baixas remunerações, diminuído a qualidade de vida e aumentado a precariedade já existente anteriormente a gestação (Aguiar; Gomes, 2021).

Diante disso, uma vez que aspectos como baixa escolarização, relações familiares violentas ou conflituosas, ausência ou insuficiência de recursos financeiros e serviços de saúde, além de poucas perspectivas profissionais e de futuro, configuram-se vulnerabilidades sociais, esses são fatores coletivos e individuais que favorecem direta ou indiretamente a ocorrência da gravidez na adolescência.

II- Impactos do processo gravídico-puerperal em adolescentes no contexto de vulnerabilidades sociais.

A gravidez na adolescência deve ser evitada, devido uma gama de aspectos negativos atrelados a esse fenômeno. A maternidade precoce pode acarretar riscos gerais ao

desenvolvimento tanto da saúde física, como psicológica, e ainda de desenvolvimento social e de cidadania (Manfredo; Cano; Santos, 2012); (Oliveira-Monteiro *et al.*, 2014).

Miura *et al.* (2014), ressaltam que a gravidez na adolescência é considerada uma gestação de risco, com múltiplas repercuções possíveis em termos a saúde materno-fetal e a efeitos psicossociais desfavoráveis, como inserção precoce na vida laboral, dificuldade nas relações sociais e imaturidade para estabelecer uma relação satisfatória com os filhos.

Ademais, enfatizamos como a gravidez precoce traz prejuízos as adolescentes em todos os cenários abordados. Portanto, diante das evidências científicas apresentadas, políticas de saúde sexual e reprodutiva do adolescente, devem ser elaboradas e priorizadas, no sentido de potencializar a educação sexual preventiva desde cedo, promovendo um diálogo condizente com a realidade social em que eles estão inseridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, identificamos que as iniquidades sociais estão fortemente associadas a ocorrência de gravidez na adolescência. A gravidez precoce apresenta um forte fator de risco na adolescência, dificultando um amadurecimento saudável e a evolução socioemocional dessas meninas, aumentando os aspectos vulneráveis pré-existentes, onde as consequências negativas para saúde da adolescente e do recém-nascido tendem a ser mais frequentes.

Por tanto, esperamos com esta pesquisa reforçar as práticas de promoção a saúde e a elaboração políticas públicas para mitigar as situações de vulnerabilidade social enfrentada pelos adolescentes. E ainda, que os programas propostos pelas políticas públicas já existentes, sejam fortalecidos e efetivamente desenvolvidos, com o propósito de minimizar riscos e vulnerabilidades, respeitando adolescentes como seres humanos dotados de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Camilla Moura; GOMES, Kilma Wanderley Lopes. Gravidez na adolescência e violência doméstica no contexto da atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, [s. l.], v. 16, n. 43, p. 2401-2413, 15 jul. 2021. DOI: [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc16\(43\)2401](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc16(43)2401). Acesso em: 13 de nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica / 2º. ed.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 233 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf. Acesso em: 12 de set. 2023.

MIURA, Paula Orchiucci; PASSARINI, Gislaine Martins Ricardo; FERREIRA, Loraine Seixas; PAIXÃO, Rui Alexandre Paquete; TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury; BARRIENTOS, Dora Mariela Salcedo. Vulnerabilidade cumulativa: Estudo de um Caso de Violência Doméstica, Toxicodependência e Gravidez na Adolescência **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [s. l.], v. 48, n. 2, p. 55-61, dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0080-623420140000800009>. Acesso em: 12 de nov. 2023.

NASCIMENTO, M da. S do; LIPPI, U. G.; SANTOS, A da. S. Vulnerabilidade social e individual e a gravidez na adolescência. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 15-29, 7 ago. 2018. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. <http://dx.doi.org/10.18554/reas.v7i1.1890>. Acesso em: 07 set. 2023.

TRABALHO DE ENFERMAGEM E SUA RELAÇÃO COM A SÍNDROME DE BURNOUT

Alexandre Rodrigues de Lima¹, (Aluno pesquisador. Orientando. Graduando do curso de Enfermagem, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: alexandrelima7837@gmail.com); Amália Gonçalves Arruda², Pesquisadora responsável. Orientadora. Enfermeira. Mestre em Saúde Pública. Vinculada à Secretaria Municipal de Beberibe e Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: amaliagoncalves@fvj.br)

RESUMO

Estudo do tipo exploratório, descritivo com abordagem quanti qualitativa tendo como objetivo avaliar a existência de sinais e sintomas referentes a Síndrome de Burnout entre a equipe de enfermagem e os impactos na assistência. Realizado em hospital geral, no município de Aracati-Ce, tendo como sujeitos 13 enfermeiros e 11 técnicos de enfermagem. Os dados foram coletados através da utilização da escala validada de *Maslach Burnout Inventory* (MBI), acrescido de algumas questões abertas e tabulados através de tabelas e gráficas utilizando o software Excel. Verificou-se que 52% dos sujeitos em estudo se apresentam no nível 3 da escala caracterizando a fase inicial de Burnout; que os principais estressores são a sobrecarga profissional e a insatisfação salarial e que dentre as estratégias para aliviar o estresse estão esairecer a mente, atividades físicas, mas alguns não encontram ânimo para fazer algo para melhorar. Conclui-se que é necessário um olhar ampliado da gestão e dos próprios profissionais para sinais e sintomas de exaustão para que estes não evoluam para síndromes psíquicas afetando o indivíduo e sua assistência prestada.

Palavras-chave: esgotamento profissional; assistência de enfermagem; saúde mental.

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

A Síndrome de Burnout (SB), também conhecida como síndrome do esgotamento, é considerada como um distúrbio emocional caracterizado principalmente por sinais de estresse, esgotamento físico e exaustão (Brasil, 2022).

O termo burnout foi formulado em 1974 pelo psicanalista Freudenberger o qual usava para se referir aos envolvidos na assistência a usuários de drogas. Inicialmente, a SB era tida por três pilares: exaustão emocional, despersonalização/cinismo e baixa realização profissional, mas, outros estudos demonstram que a SB pode surgir embora o profissional sinta o desgaste laboral, sinta-se satisfeito com o trabalho e não pense em mudar de profissão (Vieira; Russo, 2019; Nascimento et. al., 2022). A SB é comumente observada em atuantes da área da saúde, mas será que a enfermagem é uma profissão tão estressante ao ponto de a equipe desenvolver sintomas desta síndrome?

O conceito e a forma que a enfermagem é vista sofreu mudanças com o tempo. Florence Nightingale, precursora da enfermagem moderna conceituava a enfermagem como uma arte que requeria delicadeza e aprendizado. Já a definição de Virginia Henderson é mais condizente com a realidade da assistência de enfermagem na atualidade, já que defende que a função da enfermagem é dar assistência ao indivíduo no empenho das atividades para recuperar ou manter a sua saúde, já fazendo referência ao papel de reabilitador e educador, condizente a prevenção de doenças e promoção de saúde (Nascimento et.al., 2022).

Pesquisas realizadas no ano de 2022 demonstraram que a aparição de sinais e sintomas referentes a SB não é apenas dado pela carga excessiva de trabalho ou pressão psicológica. Estudos comprovam que as múltiplas responsabilidades rotineiras trazem prejuízos físicos e mentais ao indivíduo. Ressaltando a equipe de enfermagem, além de lidarem com a dor do paciente, altas demandas nos atendimentos, cargas exaustivas, baixa renumeração, condições

insalubres no ambiente laboral, desvalorização no serviço por parte da população e até mesmo pela gestão, conflitos familiares, vulnerabilidades sociais dentre outros fatores, afetam o emocional do profissional.

O estudo pretende avaliar a existência de sinais e sintomas referentes a Síndrome de Burnout entre a equipe de enfermagem e os impactos na assistência tendo como objetivos secundários: analisar os estressores laborais e sociais prevalentes nestes profissionais; verificar a existência de sinais e sintomas de SB na equipe de enfermagem.

PERCUSO METODOLOGICO

Estudo do tipo exploratório, descritivo com abordagem quanti qualitativa, realizado em hospital geral, localizado no município de Aracati-Ce.

A pesquisa foi realizada com a equipe de enfermagem, abrangendo técnicos e enfermeiros que trabalham na instituição. Foram abordados profissionais de enfermagem da assistência e da gerência. Participaram do estudo 24 profissionais de enfermagem sendo 13 enfermeiros e 11 técnicos de enfermagem.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário validado que utiliza como ferramenta a escala de MASLACH BURNOUT INVENTORY (MBI) (Maslach; Jackson, 1981; Fonte, 2011).

Os dados foram tabulados através de planilhas utilizando o Microsoft Excel e apresentados através de gráficos, quadros e tabelas advindos da aplicação do questionário. Assim, colaborando para a análise interpretativa e descritiva desses dados sob a luz da literatura que aborda o tema.

A pesquisa obedeceu a todos os preceitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde - CNS 466/12 e 510/16 (Brasil, 2012, 2016), foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Unijaguaribe através da Plataforma Brasil sendo aprovada com o parecer de número: 6.290.514.

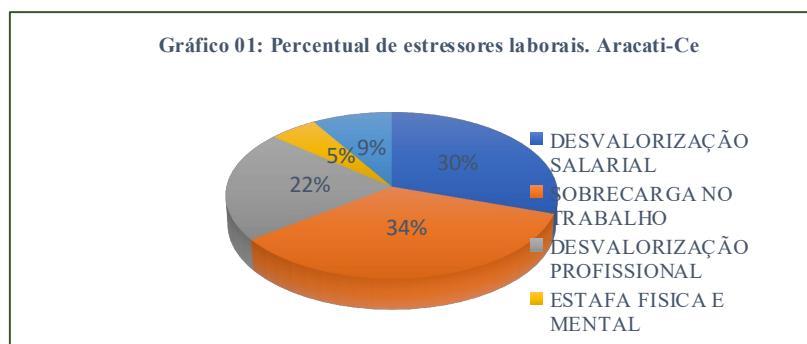
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Identificação dos sujeitos em estudo.

A equipe de enfermagem da instituição é composta por 68 profissionais, sendo 39 técnicos de enfermagem e 29 enfermeiros, mas a adesão a pesquisa foi baixa, totalizando 24 profissionais (35,2%), destes 13 enfermeiros (44,8% dos enfermeiros) e 11 técnicos de enfermagem (28,2% dos técnicos).

Identificação dos estressores laborais

O gráfico 1 a seguir aponta os fatores estressores presentes indicados pela equipe de enfermagem, enfatizando que cada participante pôde indicar mais de um fator.



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A luz dos dados coletados e catalogados é notório que a sobrecarga no trabalho, seguido pela desvalorização salário e desvalorização profissional são os principais fatores estressantes dos participantes da pesquisa.

Por fato, a SB é regida por três dimensões interrelacionadas e codependentes: exaustão emocional, despersonalização e redução do sentimento de realização pessoal. A exaustão emocional surge ao contato prolongado com situações que permeiam a capacidade do indivíduo, assim sobrecregando e podendo levá-lo a uma associação do sentimento de frustração a situações que não estão sob seu controle, gerando insatisfação em realizar atividades que outrora lhe traziam orgulho e satisfação (Maslach; Leiter, 2008; Carlotto; Câmara, 2008).

Os sujeitos em estudo apresentaram sintomas de exaustão quando mencionaram “Não atinjo meus objetivos”; “tenho insatisfação”; sintomas de despersonalização: “insensibilidade”; “baixo desempenho”; “sentimentos de insegurança” e sintomas de redução da realização profissional quando mencionam: “desmotivação”; “insegurança”.

Sondagem da Síndrome de Burnout entre os profissionais em estudo

Observa-se que dentre os participantes do estudo 52% encontram-se no Nível 3 para Síndrome de Burnout que os enquadram na fase inicial de Burnout, também ressaltando que há 13% dos profissionais em fase considerável de burnout e 17% estão na instalação do Burnout. Somando-se os níveis 3, 4 e 5, pode-se dizer que 82% já merecem atenção quanto a uma investigação mais criteriosa quanto a síndrome.

Gráfico 02- Categorização dos profissionais organizado através da somatória de seus questionários em níveis para Síndrome de Burnout. Aracati-Ce, 2023.



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O diagnóstico da síndrome de burnout é dado por profissionais da saúde, especificamente por médicos psiquiatras e psicoterapeutas, onde iram orientar a melhor forma de tratamento conforme a especificidade e individualidade de cada indivíduo. Porém, muitas pessoas não procuram ajuda médica, seja por receio ou desconhecimento da síndrome ou não aceitação, tal negligência pode agravar significativamente estes casos (Brasil,2023).

Estratégias para amenizar o estresse de acordo com os praticantes do estudo

As três atividades mais citadas como desestressores foram “espairecer os pensamentos”, “não fazer nada por estar cansado demais para fazer algo” e atividade física. Inicialmente precisaria de um aprofundamento maior para compreender o que exatamente os respondentes consideram como “espairecer os pensamentos” e quais são as estratégias para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa alcançou seu objetivo, o seu nível foi satisfatório, mas houve algumas limitações para o desenvolvimento da pesquisa, principalmente a limitação de tempo do pesquisador e a não colaboração da equipe de enfermagem, pois embora todos tenham concordado em participar e responder o questionário, muitos deixaram o formulário em branco.

Diante dos resultados, é preocupante o estado em que a equipe se encontra, pois, tais fatores descritos pelos profissionais podem resultar em consequências negativas durante a assistência. A exaustão física e mental é a das mais relevantes pois limita as faculdades mentais, sendo assim, uma pessoa exausta não terá a mesma competência de alguém com ânimo.

Faz-se necessário a conscientização da síndrome no meio da equipe de enfermagem e estímulo para a mesma buscar atividades que possam dar-lhes algum prazer fora do ambiente do trabalho e tratamento para estes sinais e sintomas, tratamento que precisa ser realizado através de assistência profissional. A contratação e expansão da equipe seria viável para evitar a sobrecarga do trabalho citada por tantos profissionais.

Uma enfermagem saudável mentalmente é capaz de transformar o ambiente, a empatia pela equipe e pelos gestores devem ser praticadas, a enfermagem unida torna-se uma base forte para aprimorar a assistência.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde de A a Z. Síndrome de Burnout.** Site oficial. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout>. Acesso em: 17 de julho de 2023.

CARLOTTO, Mary S.; CÂMARA, Sheila G. Análise da produção científica sobre a Síndrome de burnout no Brasil. **Psico**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 152-158, 2008

MASLACH, C.; JACKSON, S.E. (1981), A medição do esgotamento experimentado. **J. Organiz. Behav.**, 2: 99-113.1981. <https://doi.org/10.1002/job.4030020205> Acesso em 13 de agosto de 2023.

NASCIMENTO, F. S. P. do. et.al. Análise dos riscos da Síndrome de Burnout nos profissionais de enfermagem da atenção primária. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 96, n. 38, p. e-021230, 2022. DOI: 10.31011/reaid-2022-v.96-n.38-art.1338. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1338>. Acesso em: 13 ago. 2023.

VIEIRA, I.; RUSSO, J. A. Burnout e estresse: entre medicalização e psicologização. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.29, n. 2, p. e290206, [online], 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/57RLsw3NPS4YRKzMLHPGyTy/#>. Acesso em 13 de julho de 2023.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A MULHERES QUE SOFRERAM ABORTO

Anna Jéssica Bizerra de Oliveira¹, (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: annajessica-2010@hotmail.com), Ana Jéssica Correia Gomes², (Aluna do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: anajessicacorreia@gmail.com), Fabianne Ferreira Costa Róseo² (Professora do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fabianneprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

As doenças psicológicas são um problema de saúde pública de extrema relevância. Em pacientes que sofreram interrupção da gravidez, evidencia-se uma elevada frequência de casos de doenças psicológicas após o aborto e receio em engravidar novamente. Dessa forma, dada a sensibilidade do tema, é necessária a assistência do enfermeiro às mulheres que passaram por esse problema, de forma a estabelecer acompanhamento e reabilitação no período pós-aborto. O estudo tem como objetivo geral descrever a assistência do enfermeiro frente às mulheres que sofreram aborto. Estudo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa. Organizaram-se e analisaram-se os dados pela técnica da análise de conteúdo temática. Foram investigados cinco enfermeiros que atuam no Hospital e Maternidade Santa Luísa de Marillac, em Aracati-CE. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, composta por nove questões norteadoras, obedecendo aos critérios de inclusão: enfermeiros que atuam na assistência a mulheres que sofreram aborto e que trabalhem no mínimo há 1 ano na maternidade, aplicada no período de 6 a 8 de novembro/2023. Evidenciou-se como se dá a assistência de enfermagem e acompanhamento às mulheres no processo de abortamento e pós-aborto, como é possível tornar esse atendimento mais humanizado, estabelecendo diálogo, escuta ativa, e fornecendo suporte físico e emocional, buscando minimizar o risco de problemas psicológicos futuros. Corroborando com os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, o projeto foi autorizado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, Parecer nº 6.459.974 e CAAE nº 74961623.7.0000.9431 e regido pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do CNS.

Palavras-chave: aborto; assistência de enfermagem; humanização da assistência.

INTRODUÇÃO

Ao lidar com o processo de abortamento é fundamental que os profissionais de saúde prestem uma assistência humanizada e qualificada, obedecendo a protocolos de saúde onde essa assistência não se abstenha apenas ao âmbito hospitalar. Com isso é de grande magnitude que os profissionais de saúde saibam lidar com essa intercorrência, e que a assistência de enfermagem não se baseie apenas ao período de internação. De acordo com Bernstein et al. (2022) e Oliveira et al. (2022) cerca de 20% das gestações terminam em aborto espontâneo e a maioria desses abortos acontecem no primeiro trimestre, apresentando dessa forma uma estimativa de 23 milhões de abortos, a nível mundial, onde a cada minuto ocorrem 44 perdas gestacionais. Cerca de 10% das perdas gestacionais ocorrem em mulheres de 25 a 29 anos. E quando a idade da mulher aumenta para mais de 45 anos, aumenta para 53% o risco da perda gestacional. (BERNSTEIN et al., 2022). Após o acontecido do aborto, dentre o período de meses, é notório que grande maioria das pacientes que sofreram aborto se tornam depressivas. O choque e o luto podem abranger eventos psicológicos a curto e a longo prazo. Devido ao grande trauma que a mulher sofre, por planejar a gestação e ela ser interrompida, o aborto pode ocasionar sérios problemas hemorrágicos, cólicas intensas, esterilidade, e grandes problemas psicológicos e

emocionais. Muitas delas se sentem culpadas por não conseguirem levar adiante a gestação, acabam se culpando e achando que o problema é delas por não conseguir manter o feto em seu ventre. Com isso, muitas mágoas, tristezas e desespero passam por sua mente e em alguns casos, são condenadas por seus companheiros. (ARAÚJO, 2020). Diante disso, o presente estudo tem como objetivo geral descrever a assistência do enfermeiro frente às mulheres que sofreram aborto e como específicos: identificar na visão dos enfermeiros de que forma o aborto implica nas questões psicoemocionais das mulheres; evidenciar as dificuldades que os enfermeiros enfrentam na assistência a mulheres em processo de aborto e averiguar como é feito o acompanhamento das mulheres que sofreram aborto após a alta hospitalar.

METODOLOGIA

Estudo de caráter descritivo-explorativo com abordagem qualitativa. A abordagem descritiva-exploratória com enfoque qualitativo. A pesquisa foi desenvolvida no Hospital e Maternidade Santa Luísa de Marillac, localizada no município de Aracati – CE. A coleta de dados ocorreu no período de 6 a 8 de novembro de 2023, por meio de uma entrevista semiestruturada, constituída por 9 (nove) questões subjetivas específicas que conduziram o diálogo sobre aspectos importantes que foram abordados. Seguiu uma ordem cronológica para manter o foco da entrevista, que abrangeu o acolhimento da mulher pós aborto, a assistência do enfermeiro e os cuidados prestados no seguimento das mulheres pós-aborto. Antes de iniciar a entrevista foi apresentado aos participantes, o Termo de Autorização de Gravação de Voz que foi assinado, autorizando a devida ação. Utilizou-se o aparelho celular para a gravação, posteriormente os relatos foram transcritos e analisados, à luz da literatura específica sobre o assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo cinco enfermeiros, com idade entre 30 e 42 anos. A maioria do sexo feminino, somente um do sexo masculino. Quanto ao tempo de atuação na profissão variou de 2 anos a 16 anos. Todos possuem Especialização em Enfermagem Obstétrica. Diante disso, foi elaborado quatro categorias para discorrer sobre o assunto. Categoria I, discorreu a cerca da humanização e multidisciplinaridade na atuação do enfermeiro à mulher em situação de abortamento. Assim, após analisar os depoimentos sobre a atuação do enfermeiro à mulher em situação de abortamento identificou-se que a humanização do cuidado e o apoio da equipe multidisciplinar composta por enfermeiro, obstetra, psicólogo e assistente social é essencial diante do sentimento de perda. Na categoria II, destacou-se as Dificuldades vivenciadas por enfermeiros na atuação á mulher em situação de abortamento. Ao serem questionados quanto a maior dificuldade enfrentada na assistência às mulheres em processo de abortamento, evidenciou a não aceitação do aborto pela mulher e enfatizaram o medo relacionado aos procedimentos que serão realizados, muitas vezes em virtude da demora que o processo de abortamento pode levar ou pelo imaginário de situações de sofrimento ilustradas em depoimentos. Na categoria III, Negação do processo de aborto: atuação do enfermeiro, observou que os profissionais de saúde, especialmente o enfermeiro e o psicólogo, estão diretamente ligados à assistência a mulher em processo de aborto, que deve ocorrer de forma humanizada e não só atentando para a dor física como também para a dor psicológica e ao acolhimento, que são essenciais nesse momento. E na última, categoria IV discorreu sobre a realidade do planejamento reprodutivo no cuidado a mulher pós-aborto na rede de assistência á saúde. O planejamento reprodutivo pós-abortamento envolve a oferta de métodos contraceptivos, a fim de evitar que a mulher seja acometida de outro aborto no futuro, principalmente nos casos de aborto provocado em que o emprego da anticoncepção imediata é tida como eficaz para redução do risco de novos abortamentos, uma vez que mulheres nessa

condição muitas vezes não estão preocupadas com o risco de uma nova gestação e não usam métodos contraceptivos de forma espontânea. (BRASIL, 2014). Constatou-se depois do estudo, que o acompanhamento das mulheres pós-aborto após a alta hospitalar é responsabilidade das Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou do Centro de Saúde Reprodutiva existente no município. Dessa maneira, infere-se que a anticoncepção imediata, que pode ser realizada ainda no momento da internação, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2014) não é realizada, nem tão pouco é feito o aconselhamento reprodutivo da mulher na maternidade como observado em algumas entrevistas. As discussões do estudo destacam a importância de um atendimento humanizado e acolhedor para as mulheres que sofrem aborto, pois essa é uma experiência emocionalmente difícil e muitas vezes traumática. A experiência do luto e os significados do momento traumatizante são marcados, especialmente, por eventos fantiosos, lembranças tristes e idealizações acompanhadas de torturas psíquicas. Por sua vez, Cardoso et al. (2021) afirmam que a mulher precisa ser acolhida desde a sua entrada na unidade de saúde, devendo a equipe multiprofissional se responsabilizar por ela, escutando as suas necessidades e proporcionando que ela expresse os seus sentimentos para um melhor entendimento dos diversos significados do aborto tanto para a mulher quanto para os familiares.

CONCLUSÕES

A assistência do enfermeiro a mulheres que sofreram aborto é fundamental, visto que muitas mulheres encontram-se com medo e desamparadas nessas situações, podendo ter um impacto significativo em sua saúde e qualidade de vida. O estudo forneceu informações importantes sobre como prestar assistência direta às pacientes e ajudá-las a lidar com as consequências emocionais do aborto. O atendimento humanizado e acolhedor é fundamental para garantir a recuperação física e emocional das pacientes e os enfermeiros têm um papel fundamental nesse processo, além de fornecer informações e suporte emocional aos familiares. Para tanto, é importante que o enfermeiro possua conhecimentos e habilidades especializadas para lidar com as especificidades e necessidades dessas mulheres. Diante disso, ressalta-se a importância da formação acadêmica e da constante atualização sobre o tema para que o enfermeiro possa garantir uma assistência humanizada e de qualidade com essas mulheres. Por fim, este estudo destaca a importância do enfermeiro no cuidar, acolher e fazer desse momento de dor, um processo mais humanizado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Andressa Damares et al. O enfrentamento da mulher após o aborto Espontâneo. **Revista Uniítaloo em Pesquisa**, São Paulo, v. 10, n.3, p. 42-57, jul. 2020. Disponível em: <http://pesquisa.italo.br/index.php?journal=uniitalo&page=article&op=view&path%5B%5D=399&path%5B%5D=332>. Acesso em: 02 dez. 2022.

BERNSTEIN, Christofer Adiel et al. Impacto psicológico no pós-aborto espontâneo: uma revisão narrativa. **Promoção e Proteção da Saúde da Mulher – ATM**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, p.135-150, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/236714/001137340.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção humanizada ao abortamento:** norma técnica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. – 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf. Acesso em: 02 dez. 2022.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2022. Trata de pesquisas e testes em seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de junho de 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdfvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 15 nov. 2022.

CARDOSO, Verônica Barreto et al. Humanização na assistência de enfermagem à mulher em situação pós-abortamento. **Revista de Enfermagem da UFPE** on line. 2021; v. 15:e245659 DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.245659>.

OLIVEIRA, Maria Tânia et al. Fatores associados ao aborto espontâneo: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v.20, n.2, p. 373-384, abr-jun, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/tX8xjD4L48d5wRfPnfY6RkF/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 05 dez. 2022.

STREFLING, Ivanete da Silva Santiago et al. Cuidado integral e aconselhamento reprodutivo à mulher que abortou: percepções da enfermagem. **Escola Anna Nery**, v.17, n.4, p. 698-704, out-dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/HVZ6W6zL9YSNXR8VwGjmX8x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA À MULHERES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Anna Késya da Silva Pereira¹, (Aluna do curso de Enfermagem da UniJaguaribe. E-mail: annakesya72@gmail.com), Fabianne Ferreira Costa Róseo², (Professora do Curso de Enfermagem da UniJaguaribe, E-mail: fabianneprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Os enfermeiros devem exercer funções objetivas e subjetivas que assegurem a atenção à mulher respeitando sua liberdade sexual e reprodutiva, assim como a proteção de sua saúde. Desse modo, objetivou-se identificar a atuação do enfermeiro na promoção da saúde sexual e reprodutiva às mulheres. Para esse propósito foi realizado um estudo de revisão integrativa, de cunho qualitativo, considerando o período entre 2012 e 2023, utilizando as bases de dados: Lilacs, Scielo, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde, que resultou na seleção de treze estudos publicados de acordo com a semelhança entre os artigos elegíveis e a ordem crescente do ano de publicação. A coleta de dados processou-se entre setembro e outubro de 2023. Além disso, foi pesquisado também em livros, leis e diretrizes. Evidenciou-se que a saúde reprodutiva e sexual da mulher é um assunto que possibilita muitas discussões no campo da saúde, uma vez que sua indicação na Atenção Primária à Saúde tem potencial e competência para assegurar a autonomia feminina ou omitir seus direitos reprodutivos e sexuais. Considera-se, a relevância da atuação dos enfermeiros nesse campo desenvolvendo ações educativas, acesso a informações sobre planejamento familiar e uso de métodos contraceptivos e a participação ativa de indivíduos, nos serviços de atenção primária para a redução de gestações indesejadas e de risco, de abortos clandestinos e diminuição do número de infecções sexualmente transmissíveis.

Palavras-chave: enfermeiro; saúde sexual; saúde reprodutiva.

INTRODUÇÃO

O Século XX na opinião dos pesquisadores Santos, Santos e Guimarães (2023) foi uma fase de ressignificação na área da saúde, tanto na execução de direitos fundamentais constitucionais, como também nas práticas assistenciais e nos conhecimentos médicos. Transcorreram mudanças convincente e associado a essas mudanças verificou-se a transferência do papel materno nos cuidados aos filhos, aos padrões quantitativos da procriação e comportamento sexual. Assim, diversas políticas públicas foram desenvolvidas em prol da saúde da mulher no Brasil, pelo Ministério da Saúde (MS). A mais apropriada foi o Planejamento Familiar, hoje visto como planejamento da saúde sexual e reprodutiva, olhando a mulher e o homem, com liberdade para a escolha de ter ou não filhos. Os profissionais de saúde precisam não somente de competência técnica, como também de conhecimentos culturais para oferecer orientações e cuidados para uma adequada abordagem considerando a saúde sexual e reprodutiva da mulher.

MARCO TEÓRICO

O Ministério da Saúde, estabelece que o planejamento da saúde sexual e reprodutiva, seja orientado por meio das ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos, e técnicas disponíveis para regulação da fecundidade. O Planejamento da Saúde Sexual e Reprodutiva (PSSR), além de atender a um dos direitos fundamentais das mulheres, o de regular a própria fecundidade, traz como benefício direto a possibilidade de redução do número de gestações indesejadas, e por consequência, de abortos

inseguros. (BRASIL, 2017). De acordo com Santos, Santos e Guimarães (2023), o planejamento Familiar é oferecido para as famílias na Atenção Básica, com o objetivo de garantir direitos iguais atuando na prevenção, limitação ou aumento da família, considerando não apenas a mulher como público alvo e sim todos os integrantes em fase reprodutiva. Para Paixão et al. (2022), o conjunto de ações que visam promover a saúde, a sua manutenção e promoção, mais que atuação para diagnósticos, prevenção de agravos, reabilitação e tratamento é denominado Atenção Primária à Saúde – APS. Nesse cenário, a saúde reprodutiva e sexual da mulher tem como objetivo a educação em saúde para o fortalecimento da sua autonomia em seu direito reprodutivo e em sua liberdade de decidir quantas vezes quer reproduzir. Nesse sentido, a promoção da Saúde é delineada como a capacitação das pessoas e comunidades para modificar os determinantes da saúde em benefício da própria qualidade de vida, conforme a Carta de Ottawa. (CANADÁ, 1986). A promoção da saúde refere-se a um conjunto de práticas para melhorar a qualidade de vida e é considerada uma estratégia do setor saúde para a melhoria da qualidade de vida da população. Diante deste cenário, a enfermagem desempenha no contexto social, político e ético, realizando um trabalho necessário, fundamental e relevante para o bem-estar da sociedade.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, de cunho qualitativo. Para direcionar o estudo, utilizou-se a seguinte pergunta norteadora: como acontece a atuação do enfermeiro na promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres? Assim foi selecionado o material, e feita a pesquisa nas bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Com esse fim, foram utilizados os seguintes descritores: Enfermeiro; Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva, utilizando-se do operador *booleano AND* entre os descritores. Como critérios de inclusão foram selecionados artigos publicados em inglês e português, no período de 2012 a 2023, gratuitos e disponíveis na íntegra que respondiam à questão norteadora e aos objetivos do estudo. A amostra final que foi constituída por 13 artigos que resultaram em duas categorias temáticas: Cuidados de enfermagem em Saúde sexual e reprodutiva e Atuação do enfermeiro no planejamento reprodutivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os enfermeiros contribuem para uma melhor prestação do serviço de saúde às mulheres, trabalhando para a promoção de ações ao incentivo da saúde reprodutiva e sexual da mulher, na implementação de Programa de Planejamento Familiar (PF), busca ativa das usuárias e a divulgação do programa na triagem, não somente realizando atendimentos individuais em demanda como indicam, Santos, Vieira e Peixoto (2023). Além disso, os enfermeiros atuam na realização de exames e durante as consultas, enfatizam as questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. Nesse sentido, destacam-se as atribuições de desenvolvimento de ações educativas e orientações proporcionando espaços de discussão. Abílio (2018) expõe que o enfermeiro tem a responsabilidade principal de orientar e informar de modo correto em relação aos métodos contraceptivos permanentes, considerado sua difícil reversão e nesses casos o número de sucessos é exígua. O profissional de enfermagem pode fazer uso de materiais educativos e padronizar suas ações e desse modo tanto ajuda na apresndizagem e autonomia do usuário como melhora a saude reprodutiva. Concorda-se com Paixão et al. (2022), que os profissionais da saúde no âmbito da saúde reprodutiva e sexual da mulher atuam no aconselhamento sobre o planejamento familiar e para procedimentos clínicos, também em acompanhamento de ações clínicas, relacionadas no cuidado integral da mulher.

Nesse sentido os enfermeiros atuam exercendo funções objetivas e subjetivas afirmando a atenção à mulher em respeito à sua liberdade sexual e reprodutiva e a proteção de sua saúde, atendendo todas as suas dimensões humanas. Santos, Santos e Guimarães (2023) contribuem mostrando que a enfermagem tem como função crucial conhecer a usuária, e também fazer a verificação do seu histórico pretendendo apontar quanto as opções de contraceptivos que mais seja apropriado ao seu perfil. Ventura *et al.* (2022) explicam a grande relevância deste profissional, pois ele desenvolve seu trabalho empenhado em reduzir a morbimortalidade materna e infantil, propiciando aos usuários acesso aos serviços de saúde, voltado para o atendimento de suas necessidades e permitindo uma vida sexual e reprodutiva saudável e protegida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises feitas por meio desse estudo acerca da atuação do enfermeiro na promoção da saúde sexual e reprodutiva da mulher, percebe-se como comprometimento para a prática, a oportunidade da consolidação das abordagens de cuidado e da promoção do bem-estar sexual e também reprodutiva das mulheres e que tenham suas necessidades de fato acolhidas. Considera-se que entre as mulheres e os profissionais da enfermagem deve existir sempre a troca e o vínculo com o propósito de promover, de proteger o exercício da sexualidade e da reprodução pela mulher. Mesmo que persistam dificuldades para a realização de uma consulta de saúde sexual e reprodutiva que oferte todos os métodos contraceptivos que as mulheres têm direito, ainda quando essas dificuldades são procedentes de demandas estruturais vindas do descrédito e desmonte de políticas públicas de saúde e do Sistema Único de Saúde. Compreende-se que a mulher é a protagonista de seu processo saúde-doença, e sendo assim, deve estar à frente e no cerne dessa conjuntura voltada para a sua saúde sexual e reprodutiva, sendo, portanto, incentivada a envolver-se e cuidar. Conforme a Organização Mundial de Saúde, a saúde sexual exige um parecer de conduta positiva e atenta da sexualidade, das relações sexuais, da perspectiva de viver, sentir e permitir experimentações prazerosas e do sexo seguro, livre de todo tipo de violência. Desse modo, os enfermeiros, também devem orientar e incentivar as mulheres-pacientes para que sejam autoras do seu processo de cuidado. Considera-se, a relevância da atuação dos enfermeiros no que se refere a saúde reprodutiva e sexual das mulheres postas na sociedade com tantas desigualdades por meio de ações educativas, acesso a informações com relação ao planejamento familiar e uso de métodos contraceptivos e a participação ativa de indivíduos, sejam homens e mulheres nos serviços de atenção primária para a redução de gestações indesejadas e de risco, de abortos clandestinos e diminuição do número de infecções sexualmente transmissíveis e tantas outras situações.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Renato Augusto Ferreira. Contribuição do Planejamento Reprodutivo na saúde sexual e reprodutiva de homens e mulheres no Brasil: Revisão Integrativa. 22f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Enfermagem) - Faculdade de Ceilândia/ Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2018.

PAIXÃO, Tatiane Taiz et al. Cuidados de enfermagem em saúde reprodutiva à mulher na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 10, n. 4, p. 812-824, out/nov. 2022.

SANTOS, Elislândia Garcia; SANTOS, Geovana Ramos; GUIMARÃES, Tatiana Maria Melo. Acesso de mulheres à consulta de enfermagem com ênfase na saúde reprodutiva:

revisão integrativa. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v.4, n.6, p.1-15, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3233/2466>. Acesso em: 10 nov.2023.

SANTOS, Arianne Gabrielle, VIEIRA, Emilly Cardoso; PEIXOTO, Sarah Gabrielle Rodrigues. O papel do enfermeiro no planejamento sexual e reprodutivo. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 4, n.3, 2023 ISSN: 2675-8008. Disponível em: <https://ime.events/conasc2023/pdf/20317#:~:text=O%20papel%20do%20Enfermeiro%20%C3%A9,estabelecidos%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde>. Acesso em: 05 nov.2023.

VENTURA, Hemmly Nóbrega et al. O papel do enfermeiro no programa de planejamento reprodutivo: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v.96, n.40, 2022. e-021330 (2022).

PRECEITOS BIOÉTICOS NA ASSISTÊNCIA EM UTI'S AOS NEONATOS E SUAS FAMÍLIAS

Brunna Dara Barbosa da Gama¹ (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: brunnadara7@gmail.com), Emanuelle Sampaio Almeida Pinto² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuelleprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral averiguar, na bibliografia científica, a aplicabilidade dos preceitos bioéticos na assistência de enfermagem em UTIs aos neonatos e suas famílias. Constituiu-se em um estudo de tipo descritivo, de abordagem qualitativa, em que o levantamento e a coleta de informações ocorreu pela revisão da literatura pré-existente. A revisão de literatura apontou que a forma como a assistência é prestada pode contribuir negativa ou positivamente no processo de saúde e doença do neonato, o que está relacionado e pode afetar diretamente o seu crescimento e desenvolvimento. Por tal, evidencia-se que a presença dos enfermeiros nas UTIN é de grande e indispensável valia, visto que, por tudo neste trabalho evidenciado e explorado, é o profissional no qual se estabelecem os cuidados mais variados, desde os mais básicos até os mais elaborados, evidenciando a amplitude de suas práxis.

Palavras-chave: bioética; enfermagem; neonatos; assistência.

INTRODUÇÃO

A Bioética, como ética da vida, enfrenta desafios que vão além da ciência, priorizando a dignidade humana. Surgida na metade do século XX, influenciada por fatores socioculturais, destaca-se como campo em crescimento, especialmente na Enfermagem. A implementação de tecnologias em UTIs neonatais pode afetar as relações entre profissionais e pacientes. (LEONE; PRIVITERA; CUNHA, 2001).

Origina-se situações em que esse público alvo (neonatos) e seus familiares/responsáveis estão ou não sendo atendidos pela equipe de Enfermagem de forma humanizada, considerando toda a singularidade e especificidade da circunstância, ou esse atendimento demonstra acontecer de forma mecanizada e sem relações interpessoais ou ainda, observa-se no meio acadêmico e profissional pessoas leigas ao serem questionadas por tal assunto, evidenciando a necessidade de vivências ou de aquisição de saberes por parte dos profissionais/acadêmicos sobre o cuidado que leva em conta preceitos bioéticos

Após a reflexão sobre algumas leituras relacionadas ao tema surge a pergunta: a equipe de enfermagem aplica os preceitos bioéticos? Diante da escassez de estudos na Enfermagem, esta pesquisa visa compreender a aplicabilidade dos preceitos bioéticos na assistência em UTIs neonatais.

MARCO TEÓRICO

A bioética está dividida em alguns princípios fundamentais que visam abordar questões éticas surgidas durante o desenvolvimento de procedimentos envolvendo seres vivos de diversas espécies, para que possamos compreendê-la melhor. Os seus princípios consistem em beneficência - fazer o bem, sempre garantindo dignidade ao paciente e considerando-o em sua totalidade; maleficência - evitar o mal; autonomia - utilizada para tratar das questões éticas garantindo a liberdade de decisão e a justiça que se refere a igualdade de tratamento onde a equidade deve sempre prevalecer (JUNQUEIRA, 2010).

Durante o processo de formação do profissional, observa-se que o ensino está voltado para a preparação do mesmo diante de situações em meio a patologias ou anomalias. Por outro lado, na realidade após esse período de formação, na prática encontra-se desafios associados a insegurança, morte, incertezas e assim mostrando que apenas o conhecimento científico adquirido não é suficiente para uma atuação eficiente, causando também limitações profissionais. Essas limitações por sua vez acabam ocasionando um impacto na assistência ao paciente e sua família (SILVA; MENDONÇA, 2010).

METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão de literatura integrativa, uma abordagem que combina rigorosamente estudos de diversas metodologias, incluindo delineamentos experimental e não experimental, para integrar resultados. Essa revisão desempenha um papel crucial na construção do conhecimento científico, permitindo a emergência de teorias, identificação de lacunas e criação de oportunidades para pesquisas específicas. Não se limita à sumarização, mas envolve organização e discussão aprofundada de um tema de pesquisa. (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

O estudo utilizou as bases de dados Scielo, Lilacs, Medline e BDENF, empregando descritores como "preceitos bioéticos enfermagem" e "bioética neonatal enfermagem". A análise abrangeu artigos de 2009 a 2020, escritos em português, espanhol e inglês, com tradução completa e gratuita disponível. A exclusão automática de estudos repetidos e fora do escopo, assim como teses, dissertações, monografias e artigos sem tradução para o português, foi realizada. Os estudos selecionados foram registrados, lidos e organizados em um quadro usando o modelo validado por Galvão (2005), garantindo a pertinência das informações e minimizando erros na transcrição para assegurar a precisão na verificação dos registros.

A análise dos dados foi conduzida por meio da abordagem da análise temática. Esta metodologia envolveu a divisão do texto em unidades menores, que foram definidas como categorias temáticas. Posteriormente, realizou-se um reagrupamento sistemático dessas categorias para uma análise mais aprofundada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após explorar as bases de dados, 2.616 resultados foram identificados, mas 2.491 foram eliminados devido à falta de pertinência ao escopo do estudo. A avaliação de resumos e objetivos dos 126 artigos restantes resultou na exclusão de 118, deixando 9 para investigação mais aprofundada, seguindo critérios previamente estabelecidos.

Após a utilização da Prática Baseada em Evidências (PBE) utiliza a estratégia PICO, foram selecionados 9 artigos, dos quais foram analisadas e retiradas as informações que norteiam a presente pesquisa.

Após a análise dos artigos pode-se perceber que a garantia dos direitos da criança, conforme a legislação vigente, é essencial para proporcionar um ambiente de cuidado neonatal que incluaativamente a família. Contudo, as pesquisas destacam um desafio, como a resistência dos profissionais de enfermagem à participação familiar, a falta abordagem durante o período de formação sobre temas que envolvam principalmente a bioética e a falta de integração efetiva nas práticas de cuidado. Transformar as Unidades de Tratamento Intensivo Neonatal (UTIN) requer uma abordagem humanizada, bioética, empática e reconhecendo a importância da tecnologia, mas sempre com uma reflexão ética para promover um cuidado completo e diferenciado, considerando tanto aspectos técnicos quanto humanísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

Assim, destaca-se a significativa e essencial contribuição dos enfermeiros nas UTIN. Este profissional assume a responsabilidade por uma gama abrangente de cuidados, desde os mais fundamentais até os mais complexos, demonstrando a amplitude de suas práticas.

Deste modo, a saúde passa a ter maior notoriedade na vida das pessoas, não apenas quando esta falta ou é afetada de modo mais gravoso. Por tal, ações que vão de encontro à garantia da saúde básica acabam por ser mais cobradas pela população. Logo, na realidade dos neonatos e das famílias também.

Analisa-se, assim, que a saúde básica, ao ganhar maior destaque, pode ser aprimorada, oferecendo meios e dispositivos para que pessoas nas mais variadas faixas etárias, tais quais as que usam de UTINs, possam ser melhor atendidas e, num cenário de geral, evidencia-se fraquezas, mas potencializa-se aptidões, desde estas sejam fruto de uma busca por melhorias constantes, não apenas paliativas.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Vol. 5, n.11 PP 121-136, Belo Horizonte; 2011.

JUNQUEIRA, Cilene Rennó. **Bioética, conceito, fundamentação e princípios.** São Paulo. 2010.

LEONE, S.; PRIVITERA, S.; CUNHA, J. T. (Coords.). **Dicionário de bioética.** Aparecida: Editorial Perpétuo Socorro/Santuário, 2001.

SILVA, L C; MENDONÇA, A R A. Neonatologia e terminalidade da vida: as implicações bioéticas da relação equipe de saúde-paciente-família. **Revista Bioética.** Vol.18, n.03 PP. 667-690, Brasília; 2010. Disponível em:
https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/593/599. Acesso em: set.2022.

ATRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO

Daniel Lopes da Silva¹, (Aluno do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: daniellopesroot@gamil.com), Amália Gonçalves Arruda², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

Estudo do tipo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa, tendo por objetivo primário descrever as atribuições da enfermagem nas unidades básicas de saúde no enfrentamento da depressão pós-parto. Realizado nas unidades da Estratégia de Saúde da Família do município de Fortim-CE, tendo como sujeitos enfermeiros que atuam nas referidas unidades básicas. Os dados foram coletados através de entrevista semiestruturada e os discursos deram origem a 04 categorias temáticas. Verificou-se que os enfermeiros da atenção básica enfrentam desafios no manejo da consulta de enfermagem com uma paciente com DPP; que visualizam a complexidade biopsicossocial que envolve a DPP precisando ampliar a compreensão de comunicação e relacionamento terapêutico; que o fluxo de atendimento ainda se confunde com apenas encaminhamentos para especialistas. Conclui-se que a DPP é uma realidade vivenciada pelos enfermeiros da atenção básica requerendo maior capacitação profissional, elaboração de protocolos terapêuticos, ampliação da rede, flexibilização dos gestores quanto a assistência voltada para a necessidade do paciente/família/comunidade e não apenas para atingir metas governamentais.

Palavras-chave: depressão pós-parto; enfermagem da atenção primária; saúde materna.

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

O período da maternidade após o parto é um momento em que a mãe encontra-se com expectativas e ideações de um período no qual ela deve atuar de forma compromissada e perfeita, sem abrir margem para ambivalência afetiva de pensamentos relacionados ao momento em que se encontra, tendo em mente a romantização de uma maternidade sem dificuldades e problemas, que ao se deparar com a realidade do processo, pode se sentir surpresa e incapaz de proceder com o momento e atividades a ela designadas, podendo piorar o quadro se ela não possuir nenhum suporte do parceiro ou apoio familiar, se for mãe solteira, apresentar sinais de disforia ou apresentar sinais de depressão desde o período gestacional (MULLER, MARTINS; BORGES, 2021).

Compreende-se a depressão pós-parto - DPP - como período no qual a genitora após o nascimento da prole desenvolve e apresenta sinais e sintomas de tristeza profunda, solidão, insegurança, frustração tanto em relação a quebra de expectativas de uma maternidade perfeita e sem estresse, como também frustração no seu desempenho como “mãe” na falta de aptidão para cuidados prestados ao filho (RICE; INGRAM; O’MAHEN, 2022).

A enfermagem pode atuar de forma assistencial para conduzir essa situação da melhor maneira possível, seja no apoio ou suporte que as mães não encontram em seu ambiente familiar, ou direcionando a mãe para práticas integrativas e complementares, encaminhando para tratamento psicológico ou psiquiátrico, e orientando quais as maneiras corretas de se realizar o autocuidado e dar o suporte necessário que o bebê necessita (LACEY PEZLEY et al., 2022).

Dessa forma, os profissionais de enfermagem devem realizar um acolhimento e atendimento completo e aprofundado visando identificar as vulnerabilidades existentes na vida da mãe e em que tipo de ambiente ela está inserida, identificando o nível de segurança da

mesma, se ela possui apoio e suporte do parceiro e/ou da família, se há algum caso anterior de ansiedade e/ou depressão gestacional, entre outros fatores de risco que influenciam no desenvolvimento da DPP, com a finalidade de ofertar o tratamento mais adequado para a mãe acometida por essa doença, investindo em melhorias para o bem-estar físico, mental e social dos envolvidos, evitando riscos e problemas futuros tanto à genitora como à sua prole, assegurando assim uma boa qualidade de vida para a saúde dos mesmos.

A pesquisa objetivou descrever as atribuições da enfermagem nas unidades básicas de saúde no enfrentamento da depressão pós-parto.

METODOLOGIA

Estudo do tipo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa, realizado com 07 enfermeiros das unidades de Estratégia de Saúde da Família localizadas no município de Fortim-CE. Os critérios de escolha das unidades foram ter apresentado casos de puérperas com depressão pós-parto.

Os enfermeiros em estudo foram identificados por pseudônimos que dizem respeito a sentimentos e emoções que envolvem mulheres com depressão puerperal: TRISTEZA-sujeito 1, VERGONHA-sujeito 2, MEDO-sujeito 3, AMBIVALENCIA-sujeito 4, DESPERANÇA-sujeito 5, RAIVA-sujeito 6 e CONFUSÃO-sujeito 7.

O instrumento de coleta de dados escolhido foi a entrevista semiestruturada. A organização e análise dos dados seguiu a vertente descrita por Minayo (2002), respeitando as fases de organização (fase exploratória, pesquisa de campo e tratamento de dados). Os áudios gravados foram transcritos e a apreciação dos dados foi realizada a partir da técnica de análise temática que geraram 04 categorias temáticas.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Unijaguaribe através da Plataforma Brasil sendo aprovada com o parecer de número 6.290.517.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após coletar os dados e realizar análise criteriosa dos discursos foram estabelecidas quatro categorias temáticas, cada uma delas contendo subcategorias que conduzem as discussões acuradamente.

Nuances do pré-natal e consulta puerperal na visão dos enfermeiros

Nesta categoria apresenta-se conceitos básicos sobre o pré-natal para os enfermeiros em estudo assim como suas concepções sobre a consulta puerperal.

“Com relação ao pré-natal, eu acho esse um momento muito importante para a mulher. Então ela quer todo o apoio, principalmente o apoio da Unidade Básica de Saúde, como também o da família.” (MEDO)

“Porque muitas das vezes a gente pode sim fazer uma visita puerperal, mas é uma visita que você vai fazer o teste do pezinho, vai orientar sobre os cuidados com as mamas, né?” (VERGONHA)

“Mas eu acho muito interessante de enfermeiro ir naquele momento, porque é um momento apoiador (...). Então, isso eu acho interessante, a gente está... Ah, mais próximo. (DESPERANÇA)

Segundo o Ministério da Saúde o pré-natal e consulta puerperal com qualidade e humanização são vitais para saúde da mãe e do seu filho, onde para conquistar a qualidade e humanização precisa-se: desenvolver uma nova visão sobre o processo saúde-doença, observando o indivíduo de maneira holística e em sua totalidade física, mental, social, ambiental, econômico e cultural; definir as bases do relacionamento entre os indivíduos

envolvidos na produção de saúde; e desenvolvimento de condutas de respeito aos direitos humanos (BRASIL, 2005).

Fatores internos e externos que influenciam na depressão pós-parto na visão dos enfermeiros da atenção básica.

“(...) quando a paciente já tem um histórico de ansiedade, que não chegue nem mesmo a uma depressão, eu já faço o acompanhamento dela também com a psicóloga.” (RAIVA)

“Nós orientamos sempre sobre essa questão do medo, essa questão que você quer sobre depressão, eu peguei só uma gestante aqui na unidade.” (TRISTEZA)

“[...], é mãe solteira, ou algum risco, aí a gente coloca que ela é de risco e a gente já entra com as interferências.” (AMBIVALENCIA)

De toda forma alguns processos internos e externos, bem como fatores fisiológicos, psicológicos, sociais, culturais e físicos influenciam no bom desenrolar do cuidado materno e neonatal. Para Muller, Martins e Borges (2021), a mulher é carregada de expectativas, mudanças e desafios, onde a mulher tenta equilibrar as tarefas a ela atribuídas na condição de mãe, juntamente com mudanças hormonais, físicas e emocionais, onde a mãe irá se deparar com uma nova rotina, e que pode ser diferente do que ela imaginou.

Depressão pós-parto e responsabilização da mulher: reflexões sobre o relacionamento terapêutico.

“O esclarecimento de que tentar passar para ela uma naturalidade, que isso é algo mais natural possível, certo?” (RAIVA)

“Nosso desafio é tentar conseguir apoio de todo mundo, tipo a família, parceiro, confiança dessa gestante, para que ela possa ser mais clara possível, né? E que a gente possa também, de certa forma, conscientizá-la da situação, para que ela entenda isso e nos ajude a ajudá-la.” (VERGONHA)

A comunicação terapêutica (CT) propicia o desenvolvimento da empatia, tornando-se um caminho no qual o profissional e usuário possam saber onde estão no vínculo do processo do cuidado. Também contém o pensamento terapêutico, a escuta, a empatia, a atenção as emoções dos pacientes, acompanhamento das reflexões dos pacientes, ajuda o paciente para aumentar sua dignidade, autorreflexão, o respeito e a auto-observação (HADDAD et al., 2011).

Condução da depressão pós-parto na atenção básica: fluxo de atendimento, entraves e possibilidades.

“Se a gente conseguir ver alguns indicadores para depressão, a gente já encaminha para a psicóloga e faz esse acompanhamento, porque muitas das vezes essas mulheres querem só conversar, desabafar, passar alguma coisa para a gente que elas não conseguem passar em casa. (...) Se é necessário, vai para psiquiatra.” (MEDO)

“Pronto, porque a gente pode, eu vou dizer, em geral, que eu poderia fazer, né? Que seria a psicóloga, depois da psicóloga, seria a encaminhamento para o médico, do encaminhamento médico, seria a necessidade de ir para a psicoterapia, ou não, né? Depende muito da questão, de acompanhamento.” (DESESPERANÇA).

De forma geral as intervenções durante o período perinatal que oferecem apoio individual de profissionais de saúde e colegas que incentivam por meio de vários ambientes como sistema de saúde, comunidade e casa, obtém resultados positivos na melhora de resultados da saúde mental (LACEY PEZLEY et al., 2022). Dessa forma se faz necessário o apoio e auxílio tanto da mãe, como do pai, do sistema de saúde a fim de promover melhores tratamentos e cuidados para essas puérperas que foram acometidas por DPP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo foi possível compreender, na visão do enfermeiro da atenção básica, o conceito de DPP, seus sinais e sintomas, os fatores de risco que desencadeiam a DPP, quais os sentimentos e percepções que a mulher perpassa dentro do período perinatal, identificar as ferramentas e recursos que podem ser utilizadas pelos enfermeiros para promover um tratamento e relacionamento terapêutico adequado para a puérpera.

Foi possível perceber quais as estratégias que o enfermeiro utiliza para ofertar uma consulta adequada com a quantidade de recursos existentes na unidade, bem como tomar conhecimento de carência e formas de aprimoramento e melhorias para realização mais adequada e integral no âmbito da saúde da mulher e sua saúde mental após o parto.

Conclui-se que a DPP é uma realidade vivenciada pelos enfermeiros da atenção básica requerendo maior capacitação profissional, elaboração de protocolos terapêuticos, ampliação da rede, flexibilização dos gestores quanto à assistência voltada para a necessidade do paciente/família/comunidade e não apenas para atingir metas governamentais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

HADDAD, Jerusa Gomes Vasconcellos. et al. A comunicação terapêutica na relação enfermeiro-usuário da atenção básica: um instrumento para a promoção da saúde e cidadania. **O Mundo da Saúde**, São Paulo: 2011;35(2):145-155.

MULLER, Erildo Vicente; MARTINS, Camila Marinelli e Borges; OLIVEIRA, Pollyanna Kássia de. Prevalência de transtorno de ansiedade e depressão e fatores associados no pós-parto em puérperas. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil versão on-line**. v. 21, n. 4, p. 995-1004, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93042021000400003> Acesso em: 17 set. 2022.

PEZLEY L, et al. Efficacy of behavioral interventions to improve maternal mental health and breastfeeding outcomes: a systematic review. **Int Breastfeed J.** v 5, n. 12, p. 67, 2022.

RICE C; INGRAM E.; O'MAHEN, H. A. qualitative study of the impact of peer support on women's mental health treatment experiences during the perinatal period. **BMC Pregnancy Childbirth.** v. 6, n. 22, p. 689, 2022.

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MÃES DURANTE O ALEITAMENTO MATERNO

Estefania Maria Maciel de Oliveira¹, (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: estefania590@gmail.com), Sabrina Silva dos Santos², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br).

RESUMO

Sendo fundamental para o crescimento e desenvolvimento da criança, o aleitamento materno promove resultados significativamente positivos na vida de quem está sendo amamentado. Rico em nutrientes necessários ao seu corpo, é adaptável a cada fase da criança, promovendo benefícios desde a infância até a vida adulta. Tendo como objetivo levantar as dificuldades enfrentadas pelas mães durante o aleitamento materno, esse estudo se caracteriza como uma revisão narrativa de literatura constituída pela interpretação e observação crítica do autor. Os resultados mostraram que mesmo tendo apoio familiar, algum conhecimento de gestações anteriores, as mulheres ainda se sentem despreparadas para amamentar. Portanto, foi possível concluir que, mesmo as mães sabendo dos benefícios do aleitamento materno para seus bebês, acabam desistindo de mantê-lo por não terem tido informações necessárias para lidar com as dificuldades encontradas e assim superá-las.

Palavras-chave: aleitamento materno; desmame precoce; lactantes.

INTRODUÇÃO

O Aleitamento Materno - AM traz muitos benefícios à saúde do bebê e da mãe, esse é o único alimento que ele precisa até os 6 meses de vida e que serve como complemento até os 2 anos de idade. Valiosa fonte de nutrientes e anticorpos, é fundamental para sua saúde e desenvolvimento, gera laço afetivo e é o alimento ideal para o bebê (Brasil, 2001). Estudos apontam que vários são os fatores que estão interferindo na prevalência do aleitamento materno pelas mães, tais como: a pega e posição da criança durante a amamentação, ao uso de bicos de mamadeira e chupetas, a dificuldade em abocanhar a aréola ou ainda quando a mãe tem o mamilo invertido ou plano, o que acaba afetando e induzindo ao desmame precoce, resultando em problemas para o bebê (Brasil, 2022). A fim de evitar esses problemas maternais, a família e comunidade devem caminhar juntas, possibilitando que esse momento da amamentação aconteça de maneira saudável e prazerosa para todos envolvidos. Ainda na consulta de pré-natal, deve-se trabalhar a confiança da mulher em sua capacidade de amamentar. Vale ressaltar a importância do acompanhamento nas consultas de pré-natal pelos profissionais, os quais deverão ser capazes de identificar as dificuldades que a mãe pode vir a ter com o aleitamento materno, orientando-a sobre esses cuidados (Barsano, 2014). A equipe de enfermagem tem papel fundamental frente a essas dificuldades vividas por muitas mulheres durante esse período de aleitamento (Carvalho, 2012). A abordagem sobre os benefícios, dificuldades e encorajamento da gestante durante o pré-natal e puerpério, ajudará significativamente nas tomadas de decisões futuras. O enfermeiro e equipe podem desenvolver ações eficazes para incentivar o aleitamento, como: acolher a mãe e a família; agir com empatia; demonstrar interesse em apoiá-los, elogiar e incentivar; oferecer orientação escrita, se necessário (Souza, 2014).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, que busca descrever e discorrer sobre determinado assunto, em concepção teórica e contextual. (ROTHER, 2007). Para selecionar os artigos foi feita uma busca nas bases de dados: (LILACS) e (SciELO), utilizando-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da Biblioteca Virtual em Saúde: "Aleitamento materno", "Amamentação" e "desmame precoce", utilizando o operador booleano "AND" para cruzamento das palavras-chave. Quanto aos critérios de inclusão, foram selecionados artigos que abordassem a temática com ênfase nas dificuldades enfrentadas pelas mães, considerando o idioma português e trabalhos publicados nos últimos cinco anos, entre os anos de 2019 a 2023. Foram excluídas produções em outros idiomas, sem texto na íntegra e que não respondessem à temática. Inicialmente foram selecionadas 79 produções científicas que passaram por critérios de exclusão, resultando em 09 artigos selecionados que atenderam os critérios de inclusão por responderem a questão norteadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos analisados foram desenvolvidos no Brasil, sendo eles publicados em revistas da área de saúde. Quanto ao delineamento dos estudos, um dos artigos era do tipo transversal, um prospectivo, um multicêntrico, um observacional, um metodológico, dois descritivos e dois estudos do tipo revisão integrativa da literatura. O mais recente estudo foi publicado no ano de 2019 e o mais antigo no ano de 2023. Os materiais coletados foram lidos na íntegra, relacionados e analisados criticamente. Todos os 09 artigos abordaram as dificuldades enfrentadas pelas mães durante o aleitamento materno, evidenciando que fissuras mamilares, mastite, pega do bebê na mama, baixa produção de leite, falta de informação e apoio, rotina de cuidados adotadas pela maternidade, neonato receberam fórmula infantil como complemento na maternidade, anatomia dos mamilos, uso de chupeta, crenças sobre o leite ser fraco, parto cesariana e retorno ao trabalho ou escola foram fatores decisórios para o sucesso da amamentação.

CONCLUSÃO

Visto que o aleitamento materno é o mais adequado alimento para crianças de até seis meses de vida e complemento até os dois anos de idade, algo comum entre os artigos analisados, deixam evidentes que mesmo sabendo de toda importância que o aleitamento materno proporciona ao bebê, muitas das mães passam por todo o período de gestação sem saber como superar algumas dificuldades que possam vir a ter. O objetivo proposto foi alcançado e chegou-se a conclusão que a sociedade e o governo devem ter um olhar diferenciado junto essas mães e profissionais envolvidos nesse processo. Com esse estudo, foi possível verificar a relação entre educação em saúde, influências sociais e a capacidade da mãe em amamentar. Por fim, que esse estudo sirva de subsídio para um atendimento mais direcionado a essas mulheres, com profissionais capacitados, atualizados e comprometidos em fazer promoção em saúde.

REFERÊNCIAS

BARSANO, Paulo Roberto. **Saúde da criança e do adolescente**. São Paulo: Érica, 2014.

BRASIL. Ministério da saúde. **Atenção básica à saúde da criança; Texto de apoio para agente comunitário de saúde; Atenção integrada às doenças prevalentes na infância - AIDPI**. Ministério da saúde. Secretaria de políticas de saúde, departamento de atenção básica, instituto materno infantil de Pernambuco, IMIP. Brasília, DF: Ministério da saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da saúde. **Dificuldade durante a amamentação?** conheça algumas medidas que podem ajudar. 2022. Disponível em:
<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/agosto/dificuldade-durante-a-amamentacao-conheca-algunas-medidas-que-podem-ajudar>. Acesso em: 17 set. 2022.

CARVALHO, Silvana Denofre. **o enfermeiro e o cuidar multidisciplinar na saúde da criança e do adolescente.** São Paulo: Atheneu 2012.

ROTHER. Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** Acta paul enferm [Internet]. 2007Apr;20(2):v–i. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 10 out. 2023.

SOUZA, Aspasia Basile Gesteira. MATA, Esmeralda Lopes da. Aleitamento materno e a iniciativa Hospital amigo da criança. In: SOUZA, Aspasia Basile. Gesteira. **Enfermagem Neonatal:** cuidado integral ao recém-nascido. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2014. cap. 7, p. 79.

CARACTERÍSTICAS E FATORES DE RISCO NA GESTAÇÃO EM IDADE MATERNA TARDIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Fernanda Ellen da Silva Vieira¹, (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fernandaellendasilva@gmail.com); Naianne Domingos de Lima¹ (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: naiannedomingos@gmail.com); Fabianne Ferreira Costa Róseo², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fabianneprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A gestação tardia ou em idade avançada é aquela que acontece na idade igual ou superior a 35 anos. Configurando-se como um fenômeno do mundo atual, a média de idade materna tem aumentado constantemente, sendo reflexo de melhores condições educacionais, formação profissional e uma maior inserção de mulheres no mercado de trabalho. O objetivo desse estudo é identificar as características socioeconômicas e fatores de risco das mulheres que decidem engravidar tardiamente, bem como, compreender os motivos pelos quais as mulheres têm escolhido adiar a maternidade. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio de artigos publicados nas bases de dados *online*: LILACS, SCIELO, MEDLINE/PUBMED, COCHRANE, BDENF e IBECS. Foram selecionados 14 artigos científicos publicados entre 2018 e 2022 posteriormente agrupados em três categorias temáticas: Mundo contemporâneo e adiamento da maternidade; Fatores de risco e resultados perinatais da gestação tardia e Assistência de enfermagem no pré-natal das mulheres com idade materna avançada. A coleta de dados ocorreu de setembro a outubro de 2023. Evidenciou-se que a escolha por ter filhos mais tarde, é consequência das mudanças do mundo contemporâneo, onde a mulher ascendeu ao mercado de trabalho e a familiar tomou uma nova conjuntura. Mulheres que engravidam tardiamente apresentam condições socioeconômicas mais favoráveis, com níveis educacionais mais altos. Todavia, a gravidez em idade avançada é uma gestação de alto risco, especialmente se a mulher tiver comorbidades preexistentes.

Palavras-chave: idade materna; gravidez de alto risco; fatores de risco.

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute na mudança do papel da mulher na sociedade contemporânea, a população feminina está cada vez mais participativa em todas as esferas da vida, com isso as mulheres passaram a adiar a maternidade, decidindo que esse processo aconteça mais tardiamente. Assim, o Mistério da Saúde considera gestação tardia ou em idade avançada aquela que acontece na idade igual ou superior a 35 anos. (BRASIL, 2022).

Configurando-se como um fenômeno do mundo atual, a média de idade materna tem aumentado constantemente, sendo reflexo de melhores condições educacionais, formação profissional e uma maior inserção de mulheres no mercado de trabalho, além disso, ainda existe um amplo desenvolvimento tecnológico da medicina reprodutiva, oferecendo uma variedade de métodos contraceptivos, de alta eficiência. (TIBES-CHERMAN et al., 2021).

Diante do exposto, pretende-se com esse estudo, identificar as características socioeconômicas e fatores de risco das mulheres que decidem engravidar tardiamente, bem como, compreender os motivos pelos quais as mulheres têm escolhido adiar a maternidade.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa (RI) da literatura. Para direcionar o estudo, utilizou-se a seguinte pergunta norteadora: o que as pesquisas científicas identificaram quanto

aos fatores de risco e características socioeconômicas das mulheres que engravidam em idade tardia?

O levantamento das pesquisas foi realizado por meio de consultas nas bases de dados LILACS, SCIELO, MEDLINE/PUBMED, COCHRANE, BDENF e IBECS. A coleta de dados ocorreu no período de setembro a outubro de 2023.

Utilizaram-se como critérios de inclusão: artigos disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados entre os anos de 2018 a 2022, versão *online* e gratuita que tratam sobre a temática deste estudo e seus objetivos.

Além disso, os critérios de exclusão constituíram: editoriais, cartas ao editor, monografias, teses e dissertações, revisão integrativa e resumos publicados em anais de eventos. A amostra final que foi constituída por 14 artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A descrição dos estudos deu-se por meio da elaboração de três categorias temáticas a saber: 1) Mundo contemporâneo e adiamento da maternidade, 2) Fatores de risco e resultados perinatais da gestação tardia, e 3) Assistência de Enfermagem no pré-natal das mulheres com idade materna avançada, descritas a seguir.

3.1 Mundo contemporâneo e adiamento da maternidade

Diante das transformações tecnológicas e socioeconômicas da contemporaneidade o papel da mulher mudou na sociedade. Nesse viés, pode-se considerar que as mudanças no estilo de vida feminino colaboraram para mudar o perfil da idade gestacional. (MARTINS; MENEZES, 2022).

Evidencia-se que o mundo contemporâneo exerce forte influência sobre gestar em idade tardia, sobretudo pelo novo papel da mulher na sociedade, e da sua autonomia em decidir o momento de ser mãe, o que envolve aspectos socioeconômicos e culturais, apesar de ser sabido que a gestação tardia pode influenciar na saúde materna e fetal.

3.2 Fatores de risco e resultados perinatais da gestação tardia

Estudos apontam que as mulheres com a idade materna avançada, têm maior probabilidade de apresentar doenças crônicas pré-gestacionais, complicações durante a gestação e perinatais. Os autores citam como principais doenças pré-gestacionais a hipertensão e diabetes, sendo responsáveis por desfechos perinatais negativos, internação em terapia intensiva, hipoglicemia neonatal, prematuridade e dificuldade respiratória do recém-nascido, baixo peso ao nascer, natimortalidade e parto via cesariana (TIBES-CHERMAN et al., 2021).

Para Tibes-Cherman et al. (2021), a pré-eclâmpsia e as doenças hipertensivas estão como principal causa de morte materna no Brasil, sendo a faixa etária entre 32 a 38 anos, a que apresenta maior risco, além disso, a hipertensão e as hemorragias são fatores que frequentemente estão associados a complicações gestacionais, representando 32,2% das mortes registradas em gestantes.

Diante dos resultados das pesquisas, ficou evidente que a gestação tardia é um fator de risco obstétrico importante, sendo um fator preponderante em desfechos adversos perinatais, principalmente para aquelas mulheres que apresentam comorbidades prévias à gestação, e para aquelas que não possuem doenças anteriores, essas têm maior probabilidade de desenvolvê-las durante a gestação pelas condições inerentes ao envelhecimento, todavia o pré-natal adequado pode evitar desfechos desfavoráveis.

3.3 Assistência de enfermagem no pré-natal das mulheres com idade materna avançada

A diversidade dos riscos apresentados pela gestação em idade avançada, tanto para a mãe quanto para criança, reverbera a necessidade de uma atenção especial a essa população. Nesse cenário, a enfermagem tem papel crucial na assistência a mulher que pretende ter ou tenha uma gestação tardia, no sentido de promover uma linha de cuidados físicos e biológicos, pautado no diálogo, acolhimento e escuta qualificada (ALDRIGHI et al., 2021).

Diante disto, é indispensável uma atenção adequada, a mulher que deseja postergar sua gestação, de maneira a apoiar e orientar sobre os riscos, estimulando uma mudança no estilo de vida, prevenindo comorbidades, para enfim, planejar a gestação de forma que esta, não venha trazer agravos para a saúde materno-fetal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a análise geral dos artigos conclui-se que as características socioeconômicas, das mulheres que engravidam tardivamente apresentam duas vertentes, aquelas que já tiveram filhos, apresentam baixas condições econômicas e educacionais, e que por falta de planejamento reprodutivo, engravidaram novamente, e aquelas mulheres com condições socioeconômicas mais favoráveis, com níveis educacionais, mais altos, que decidem postergar a primeira gestação, por escolha própria.

Todavia, mesmo não havendo um consenso sobre a idade ideal para gestar, a gravidez após os 35 anos, apresenta diversos fatores de risco a saúde materna e neonatal, entre eles podem-se destacar, hipertensão e diabetes gestacional, pré-eclâmpsia, placenta prévia, descolamento prematuro de placenta, tendo como consequência desfechos perinatais negativos, a saber, como o risco de natimorto, restrição do crescimento fetal intrauterino (RCIU), morte neonatal, baixo ou alto peso ao nascer, baixo índice de Apgar.

Sendo assim, é possível compreender que uma gravidez em idade avançada é uma gestação de alto risco, especialmente se a mulher tiver comorbidades preexistentes. Nesse cenário, é importante que os profissionais da saúde, principalmente o enfermeiro, ofereça orientações valendo-se da educação em saúde, para as mulheres que pretendem postergar a gestação, com vistas a mudanças do estilo de vida e planejamento da maternidade.

REFERÊNCIAS

ALDRIGHI, Juliane Dias; RIBEIRO, Suelen da Silva; CHEMIM, Andressa Kachel; WALL, Marilene Loewen; ZUGE, Samuel Spiegelberg; PILER, Adriana Aparecida. Ocorrência de complicações no período gestacional em mulheres com idade materna avançada. **Revista Baiana de Enfermagem**, [s. l.], v. 35, p. 01-11, 13 maio 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v35.43083>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Manual de gestação de alto risco** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 692p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

MARTINS, Polyana Loureiro; MENEZES, Rachel Aisengart. Gestação em idade avançada e aconselhamento genético: um estudo em torno das concepções de risco. **Physis: Revista de**

Saúde Coletiva, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 01-21, 27 set. 2022. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312022320218>. Acesso em: 07 set. 2023.

TIBES-CHERMAN, Chris Mayara; CAMARGO, Carla Regina Moreira; FLORES, Lucinári Jupir Forner; SILVA-SOBRINHO, Reinaldo Antonio; SILVA, Rosane Meire Munhak da; ZILLY, Adriana. Perfil clínico da gestação tardia em um município brasileiro de fronteira.
Enfermagem em Foco, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 223-229, 2021. DOI:
<http://dx.doi.org/10.21675/2357-707x.2021.v12.n2.3571>. Acesso em: 10 set. 2023.

FRAGILIDADE DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA VIOLENCIA OBSTÉTRICA NA SAÚDE PÚBLICA

Francisca Edinara Oliveira Silva¹, (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: narialinda2018@gmail.com), Emanuelle Sampaio Almeida Pinto², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuelleprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Este estudo objetiva realizar uma análise bibliográfica sobre a importância dos profissionais de enfermagem no atendimento de parturientes e puérperas que sofrem violência obstétrica. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com método qualitativo, a busca dos estudos foi realizada no período de agosto a dezembro de 2023 nas seguintes bases de dados de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a PubMed. Conclui-se que a relevância da educação para gestantes, familiares e comunidade em geral, visando empoderar as mulheres e promover a busca por um parto respeitoso. A enfermagem, ao integrar essas práticas educativas, pode desempenhar um papel fundamental na promoção da conscientização e na prevenção da violência obstétrica.

Palavras-chave: enfermagem obstétrica; revisão; violência.

INTRODUÇÃO

O termo violência obstétrica (VO) surgiu na América Latina no ano 2000, juntamente com os movimentos sociais em defesa do nascimento humanizado, fruto de uma opressão patriarcal que leva à repressão, objetivação dos corpos femininos, limitando seu poder e suas maneiras de expressão. A mulher, nesse cenário, é destituída de sua identidade, fragmentada, deixando sua totalidade e passando a ser apenas um útero (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Em se tratando do atendimento as parturientes, observa-se que os profissionais da saúde, reproduzem a violência de gênero contra mulheres no ambiente hospitalar, evidenciando a hierarquia sexual, mulheres pobres, negras, adolescentes, sem pré-natal ou sem acompanhante, usuárias de drogas, vivendo em situação de rua ou encarceramento estão mais sujeitas a negligência hospitalar e omissão de socorro (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

A capacitação dos profissionais de saúde constitui a Política de Humanização, compreendendo que a falta de qualificação profissional em atuar nas demandas de cuidado obstétrico pode contribuir para a promoção, sustentação da violência obstétrica (PAULA *et al.*, 2020). Cabe, portanto, aos profissionais da enfermagem se educarem em temas políticos e direitos humanos, promovendo o empoderamento da mulher, já que a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres está nos objetivos de desenvolvimento sustentável (SANTOS *et al.*, 2021).

Diante destas questões, o estudo tem por objetivo realizar uma análise bibliográfica sobre a importância dos profissionais de enfermagem no atendimento de parturientes e puérperas que sofrem violência obstétrica.

MARCO TEÓRICO

O crescente número de cesáreas no Brasil indica a relevância da atual discussão a respeito do tema, principalmente em virtude da ocorrência de cirurgias cesáreas desnecessárias. O Brasil é classificado como o segundo país no mundo com maior índice de cesarianas, com um total de 57% dos partos realizados através deste método (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Entretanto a OMS em 16 de junho de 2021 estabeleceu que os percentuais adequados de partos cesarianos sejam de até 15% em relação a proporção de nascimentos. Observa-se que apesar de existirem Políticas Públicas de Atenção ao Parto e Nascimento, estas não têm garantindo a assistência da saúde centrada na mulher, para que haja uma diminuição significativa de intervenções desnecessárias e a autonomia da mulher (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

METODOLOGIA

A busca dos estudos foi realizada no período de agosto a dezembro de 2023, onde o levantamento bibliográfico foi realizado através do endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados de dados: Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a PubMed. Foi utilizada a seguinte estratégia de pesquisa realizando buscas em bases científicas, utilizando o formulário de busca avançada nas bases de dados, com o emprego dos descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “violência”, “enfermagem”, “obstétrica”, juntos ao operador booleano “AND” e aos critérios de inclusão que foram aplicados para composição da amostra.

Quanto aos critérios de elegibilidade, foram inclusas publicações que estavam disponíveis na íntegra, gratuitos, no período de 2017 a 2023, nos idiomas: português e artigos em inglês e espanhol que tiveram sua versão traduzida para o português de forma gratuita; e que estejam de acordo com os objetivos do estudo.

Conforme o emprego dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), de posterior foram estabelecidos 36 arquivos sobre a temática proposta, todavia depois de executar os critérios de inclusão e exclusão, restaram apenas 10 artigos sobre a temática.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na pesquisa publicada por Rodrigues et al (2017), os autores traçam um breve histórico sobre a Lei do Acompanhante, criada em 2005 para orientar instituições públicas e privadas sobre o direito de um acompanhante de livre escolha da parturiente, a pesquisa relata todo o percurso de fortalecimento da lei, desde a garantia do acompanhante como acomodação adequada e fornecimento de alimentação para quem acompanha a mulher.

Em concordância, Zanchetta e Santos (2021) no seu estudo cita a Rede Cegonha como um aliado ao combate às violências contra a mulher e o Humaniza SUS que é uma garantia dessas políticas e de que elas serão acessadas pelas mulheres e todos aqueles que precisam do atendimento.

No texto de Rodrigues et al. (2017), o autor apresenta entrevistadas que vivenciaram situações de violência obstétrica e uma delas cita: “As enfermeiras falam que isso é normal, não te dão nenhum auxílio maior [...]”, na maior parte das respostas dadas pelas entrevistadas aparece o nome “médico” ou “profissionais”, específico nessa, a entrevistada cita como as enfermeiras contribuem para a normalização da violência obstétrica.

Em contrapartida, Zanchetta e Santos (2021) argumentam em seu estudo que um enfermeiro educado politicamente é um forte aliado ao combate as violências obstétricas, além de mudanças no modelo de assistência obstétrica com a participação de enfermeiros obstetras, a autora ainda afirma que “Enfermeira(o)s gestoras(es) são agentes de implantação da prática de Enfermagem baseada em evidências, oferecendo uma cultura e um ambiente de suporte para elevar a qualidade da assistência”.

O estudo conclui sobre a relevância da educação para gestantes, familiares e comunidade em geral, visando empoderar as mulheres e promover a busca por um parto

respeitoso. A enfermagem, ao integrar essas práticas educativas, pode desempenhar um papel fundamental na promoção da conscientização e na prevenção da violência obstétrica.

A escassez de estudos específicos sobre a fragilidade da enfermagem nesse contexto destaca a necessidade de mais pesquisas e intervenções direcionadas. A inclusão de protocolos claros, treinamentos específicos e o estabelecimento de políticas institucionais são passos essenciais para fortalecer a atuação da enfermagem na prevenção da violência obstétrica.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, D., et al. A violência obstétrica na percepção das multíparas. **Revista Gaúcha Enfermagem**, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190419>. Acesso em: 13 set. 2022.
- PAULA, E. et al. Violência obstétrica e o atual modelo obstétrico, na percepção dos gestores em saúde. **Texto Contexto Enfermagem**. v., 29, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0248> Acesso em: 13 set. 2022.
- RODRIGUES, D. P. O descumprimento da lei do acompanhante como agravio à saúde obstétrica. **Texto contexto - enferm.** v., 26,n., 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017005570015>
- SANTOS, M. et al. Ampliando vozes sobre violência obstétrica: recomendações de advocacy para enfermeira(o) obstetra. Escobar HPV. **Escola Anna Nery**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/dCpZMxm4BHpmB5nFwgwLWDL/> Acesso em: 13 set. 2022.

IMPACTOS CAUSADOS PELA AMPUTAÇÃO DE MEMBROS NA VIDA DE PACIENTES COM DIABETES:UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Francisca Vanessa da Silva¹, (Acadêmica do último período do curso de graduação em enfermagem da UniJaguaribe – Centro Universitário)); Rebecca Palhano Almeida Mateus², (Cirurgiã-Dentista pela Universidade Federal de Fortaleza do Ceará; Mestra em Odontologia pela Universidade de Fortaleza; Orientadora, Professora efetiva do Curso de Bacharelado em Enfermagem Da UniJaguaribe–Centro Universitário, Campus Aracati, Ceará (CE), 2023. Email: repalhanoam@gmail.com)

RESUMO

O diabetes mellitus é uma doença crônica que pode levar a amputações e afetar todos os aspectos da vida. Esta revisão integrativa da literatura analisou o impacto da amputação em pacientes com diabetes, utilizando bases de dados como Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e *Índice Bibliográfico Espanhol em Ciências de la Salud* (IBECS). Foram selecionados seis artigos científicos que evidenciaram que uma pessoa com diabetes que tem um membro amputado pode passar por várias emoções e sensações, desestruturando sua vida. A cirurgia de amputação pode deixar a pessoa fragilizada e emocionalmente instável, além de sentir dor no membro amputado. Estudos mostram que a qualidade de vida pode ser reduzida em diabéticos com amputações, especialmente em casos de amputações maiores. A perda de uma parte do corpo afeta a autoestima, a mobilidade e a capacidade de realizar atividades diárias. No entanto, pessoas com deficiência ainda podem ter uma boa qualidade de vida ao superar limitações e encontrar equilíbrio entre mente, corpo e espírito.

Palavras-chave: diabetes mellitus; amputados; complicações do diabetes; qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A amputação de membros em pacientes com diabetes pode ter um impacto significativo em suas vidas. Além das implicações físicas, como a perda de um membro, existem também implicações psicológicas, sociais e econômicas a serem consideradas. Em termos físicos, a amputação de membros pode limitar a mobilidade do paciente, afetar sua capacidade de realizar atividades diárias e até mesmo causar dor crônica. A reabilitação e o uso de próteses podem ajudar a minimizar esses impactos, mas mesmo assim, a adaptação a uma nova forma de locomoção pode ser desafiadora. É com base nessas nuances que perpassam a amputação de membros com pessoas que vivem com diabetes que esse estudo recai.

MARCO TEÓRICO

Esse estudo se propôs trabalhar na vertente da Revisão Integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010), tentando analisar através da literatura científica atual as mudanças causadas pelo impacto da amputação em pacientes com diabetes. Para tanto, foi utilizado material publicado em bases científicas consagradas e que pudessem dar maior visibilidade e viabilidade ao tema proposto. Uma vez que as questões abordadas nesta pesquisa são de extrema relevância social, científica e profissional. Ao compilar essas informações em um trabalho acadêmico, estamos contribuindo para o avanço do campo científico e fornecendo evidências empíricas.

METODOLOGIA

Para alcançar a finalidade proposta, foi realizado uma revisão integrativa da literatura (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010) desenvolvido com a utilização do agregador de bases da Biblioteca Virtual em Saúde, onde pesquisou-se na Literatura Latino-Americana e Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Sistema *Online* de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), *Índice Bibliográfico Español en Ciencias de la Salud* (IBECS). Para subsidiar nas buscas foi utilizado Descritores em Ciências da Saúde (DEC's), sendo estes “diabetes mellitus”, “amputados”, “complicações do diabetes” e “qualidade de vida”.

Durante o processo de busca utilizando os descritores foram encontrados 292 artigos, sendo 39 textos completos, os demais foram retirados por se tratarem de resumos, documentos de anais ou textos que para terem acesso deveriam ser pagos. Dos 39 artigos, 11 estavam duplicados e portanto, foram retirados. Dentre os 28 haviam 17 que eram relatos de caso e foram excluídos por não conversarem com a temática, se tratavam de documentos onde a amputação eram em animais e testes laboratoriais. Após isso, com a leitura de títulos e resumos, foram recrutados 11 artigos, os demais não apresentaram congruência com o propósito da análise por tratarem de assuntos específicos de determinadas regiões. Após leitura na íntegra, foram descartados cinco, por não agregarem no objeto de estudo desta pesquisa. Logo, foram selecionado um total de seis artigos, onde estes constituirão o corpus desse estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Verificou-se nos estudos que existe uma baixa densidade de informações sobre esse assunto, onde o material evidencia que uma pessoa com diabetes que tem um membro amputado, pode passar por várias emoções e sensações, desestruturando toda sua vida, caso este não tenha o acolhimento necessário.

Do ponto de vista psicológico, a amputação pode levar a uma série de emoções negativas, como tristeza, raiva, frustração e até mesmo depressão. A perda de um membro pode afetar a autoestima e a imagem corporal do paciente, causando dificuldades no relacionamento com os outros e prejudicando a confiança em si mesmo (CORREIA *et al.*, 2022).

Socialmente, a amputação pode levar a uma série de desafios. Pode haver estigma e discriminação associados à deficiência física, o que pode levar ao isolamento social e à exclusão. A participação em atividades sociais e profissionais também pode ser dificultada devido às limitações físicas e emocionais causadas pela amputação. Em termos econômicos, a amputação de membros pode levar a uma série de despesas adicionais, como custos com próteses, terapias de reabilitação e adaptações na casa e no local de trabalho (LEON-JIMENEZ *et al.*, 2021).

Além disso, a perda de um membro pode afetar a capacidade do paciente de trabalhar e ganhar renda, resultando em dificuldades financeiras. Como resultado de todos esses impactos, é fundamental que os pacientes com diabetes que passaram por uma amputação de membro recebam suporte abrangente, que inclua cuidados médicos, reabilitação física e emocional, apoio psicológico e assistência social (MONTERROZA; NORIEGA, 2020). O objetivo é ajudar esses pacientes a se adaptarem às mudanças em suas vidas, recuperar a funcionalidade e melhorar sua qualidade de vida.

Nesse aspecto, pode-se inferir que os estudos mostraram que a amputação pode ter um impacto significativo na saúde mental e emocional dos indivíduos, independentemente da causa da amputação (MORAIS, ZULEICA 2012; MONTERROZA; NORIEGA, 2020; LEON-JIMENEZ *et al.*, 2021). Além dos efeitos físicos, a amputação de membros pode levar a desequilíbrios psicológicos, como depressão e ansiedade, e interferir no desempenho, nos papéis sociais, na independência e na capacidade afetiva das pessoas (GABERRA, 2010;

CORREIA *et al.*, 2022). Esses efeitos são especialmente relevantes para pacientes com diabetes, considerando que a amputação é uma das principais complicações da doença (BRITO *et al.*, 2005; LUZ *et al.*, 2010; CORREIA *et al.*, 2022). É fundamental que os pacientes recebam um suporte abrangente, incluindo cuidados médicos, reabilitação física e apoio psicológico, para lidar com as consequências físicas e emocionais da amputação e promover sua qualidade de vida e bem-estar geral. Este estudo estimulou reflexões profundas e pode contribuir para pesquisas futuras sobre o tema. Além de mostrar a importância do cuidado dos profissionais de enfermagem, no rastreamento, prevenção e monitoramento do paciente com diabetes, e com os pacientes diabéticos amputados.

REFERÊNCIAS

- BRITO, D.D.; ISERNHAGEN, F.C.; DEPIERI, T.Z. Tratamento fisioterapêutico ambulatorial em paciente submetido à amputação transfemoral unilateral por acidente motociclístico: estudo de caso. **Arquivo de Ciências da Saúde Unipar**, Umuarama, v. 9, n. 3, set./dez. p.175-180, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/leona/Downloads/admin,+193-699-1-CE.pdf. Acesso em 28 nov. 2023.
- CORREIA, E. de F.; SANTOS, W. C. F.; CUNHA, B. P. V. da; SOUZA, S. L. da S.; RAPOSO, B. R. da C.; QUEIROZ, L. K. L. de ; SILVA, J. M. da ; FEITOSA, A. de O.; ZAIDAN, Y. L.; NASCIMENTO, J. W. A. do . Main risk factors for lower limb amputation in patients with diabetic foot: a systematic review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 8, p. e59511831599, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31599>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- GABARRA, L. M. **Estados emocionais, formas de enfrentamento, rede de apoio e adaptação psicossocial em pacientes amputados**. [Dissertação]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93889>. Acesso em 28 nov. 2023.
- LEON-JIMENEZ, F; *et al.* Seguimiento de pacientes con pie diabético en un hospital de alta complejidad del norte del Perú. **Anales de la Facultad de Medicina**, Lima, v. 82, n. 2, p. 124-130, abr. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1025-55832021000200124&lng=es&nrm=iso. Acesso em 28 nov. 2023.
- LUZ, S. R. *et al.* Úlceras de pressão. **Geriatría e Gerontología**, v. 4, n. 1, p. 36-43, 2010. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/ggaging.com/pdf/v4n1a06.pdf>. Acesso em 27 nov. 2023.
- SOUZA, M. T; SILVA, M. D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v 8, n. 1, p. 102106. Disponível em: <<http://www.scielo.br/br/pdf/eins/v8n1/pt167-4508-eins-81-0102>>. Acesso em 28 nov. 2023.
- MONTERROZA, D. I. M; NORIEGA, A. A Conductas de autocuidado del pie en pacientes diabéticos amputados. **Horizonte de Enfermería**, v. 31, n. 1, p. 17-29, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/05/1223717/17-29.pdf>. Acesso em 20 nov. 2023.

MANEJO DE UMA PARDA CARDIORRESPIRATÓRIA: AUTOAVALIAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM.

Francisco Brasil da Rocha Neto¹, (Aluno do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: brasil_neto07@hotmail.com); Amália Gonçalves Arruda², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

Estudo que objetiva promover uma autoavaliação do conhecimento de profissionais da enfermagem sobre suas habilidades no contexto de uma RCP. Do tipo descritivo com abordagem quantitativa, realizado em duas instituições de emergência localizadas no município de Aracati-Ce tendo como sujeitos do estudo enfermeiros. Os dados foram coletados através de questionário formulado de acordo com as diretrizes de ressuscitação cardiopulmonar (RCP) da *American Heart Association*, consolidados em planilhas do Excel e apresentados através de tabelas e gráficos, acrescidos de análise descritiva. Verificou-se que os enfermeiros se autoavaliam positivamente no manejo de uma RCP principalmente no diagnóstico inicial de uma parada cardiorrespiratória; para identificar um ritmo de parada em um monitor/desfibrilador; para identificar as causas passíveis de reversão durante uma parada cardiorrespiratória; em relação aos cuidados a serem administrados após um retorno de circulação espontânea e mais de 50% consideram-se capacitados para essa atuação com eficiência.

Palavras-chave: parada cardíaca; enfermagem em emergência; autoavaliação.

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

As doenças cardíacas têm sido uma preocupação de saúde pública de proporções globais, com um impacto significativo na morbidade e mortalidade da população. De acordo com dados epidemiológicos, as doenças cardiovasculares representam uma das principais causas de óbito em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 17,9 milhões de mortes foram atribuídas a doenças cardiovasculares em 2019, o que equivale a cerca de 32% de todas as mortes registradas globalmente (WHO, 2021).

Em 2020, houve atualização das diretrizes da American Heart Association (AHA), em que ocorreu a elaboração de uma revisão acerca da parada cardiorrespiratória. Essa emergência constitui-se como a interrupção súbita de pulso arterial e respiração, sendo imprescindível que o manejo dessa situação seja de domínio dos profissionais da saúde em geral (AMERICAN HEART ASSOCIATION, 2020).

Considerando-se a gravidade desses casos e a grande dependência dos cuidados de enfermagem, é necessário que o profissional de enfermagem preste uma assistência especializada ao paciente em parada cardiorrespiratória, o que reclama uma preparação e uma autoavaliação contínua de como estão as habilidades necessárias para esse manejo.

Desse modo, a partir do descrito, surgiu a seguinte questão norteadora: como os enfermeiros se autoavaliação quanto a sua atuação diante de uma parada cardiorrespiratória?

Estudo com objetivo principal promover uma autoavaliação do conhecimento de profissionais da enfermagem sobre suas habilidades no contexto de uma RCP e objetivos secundários: avaliar o contexto prático de uma RCP dentro do trabalho de profissionais da enfermagem;

METODOLOGIA

Estudo descritivo-exploratório com abordagem quantitativa, desenvolvido no Hospital Municipal Eduardo Dias (HMED) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no município de Aracati, Ceará.

A população dos enfermeiros das duas unidades soma um total de 39 profissionais. Os 39 profissionais correspondem a 100% da população, no entanto apenas 22 profissionais aceitaram participar da pesquisa e responderam ao questionário, correspondendo a aproximadamente 56,41% da população. 15 profissionais não tiveram interesse em participar (38,46%) e 2 estavam de férias (5,13%).

A coleta foi realizada através da aplicação de um questionário formulado pelo autor, utilizando a escala de confiança, de acordo com as diretrizes de ressuscitação cardiopulmonar (RCP) da *American Heart Association* (2020). Seguiu a ordem mantendo o foco no relato dos profissionais na perspectiva de três determinados períodos, identificação, manejo e cuidados pós parada cardiorrespiratória.

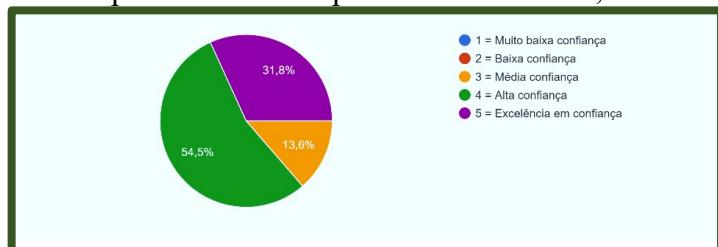
Os dados foram organizados no software Microsoft Excel versão Microsoft 365 (build 1992420150), apresentados através de gráficos e tabelas e posteriormente analisados de forma descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após analisados os questionários os resultados serão apresentados em três etapas: 1. Autoavaliação do conhecimento de profissionais da enfermagem sobre suas habilidades no contexto de uma RCP: Aspectos de MAIOR autoavaliação positiva; 2. Autoavaliação do conhecimento de profissionais da enfermagem sobre suas habilidades no contexto de uma RCP: Aspectos de MENOR autoavaliação positiva; 3. Potencialidades e desafios da enfermagem no manejo de uma PCR.

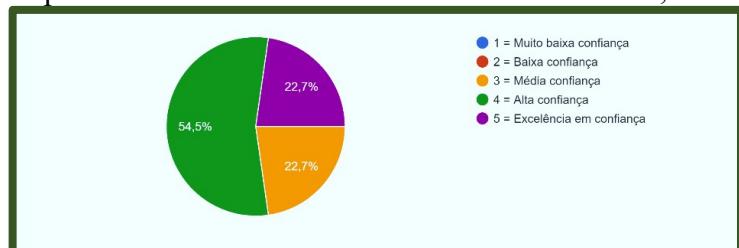
Autoavaliação do conhecimento de profissionais da enfermagem sobre suas habilidades no contexto de uma RCP: Aspectos de MAIOR autoavaliação positiva.

Gráfico 1: Análise de confiança dos profissionais de enfermagem no diagnóstico inicial de uma parada cardiorrespiratória. Aracati-Ce, 2023.



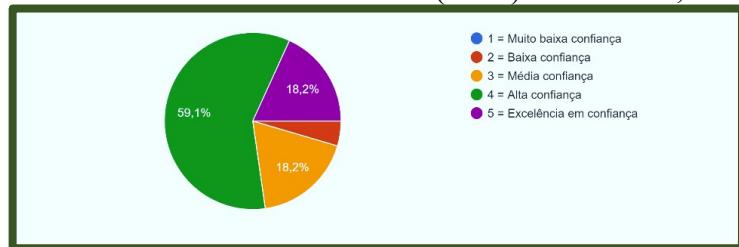
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Gráfico 2: Análise de confiança dos profissionais de enfermagem para identificar um ritmo de parada em um monitor/desfibrilador. Aracati-Ce, 2023.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Gráfico 3: Análise de confiança dos profissionais de enfermagem para operar um Desfibrilador Externo Automático (DEA). Aracati-Ce, 2023.



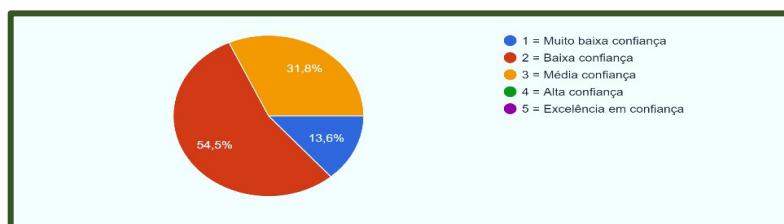
Fonte: dados da pesquisa, 2023

Ao comparar com os dados obtidos por Sousa et al (2020) em estudo realizado em Sergipe, foi identificado que 60,5% dos entrevistados obtiveram êxito ao serem questionados quanto ao conhecimento adequado aos sinais e sintomas de uma PCR. Resultados similares podem ser justificados por serem clássicos da condição patológica do paciente.

Identifica-se que 54,5% dos entrevistados conseguem ter alta confiança na identificação de um ritmo de parada em um monitor/desfibrilador (**Gráfico 3**). Resultado semelhante com os dados obtidos por Antonelo (2023) no Paraná, onde 66,7% da amostra sabia identificar um ritmo em um monitor/desfibrilador. Sabe-se que a identificação correta é fundamental para determinar intervenções apropriadas para tal emergência.

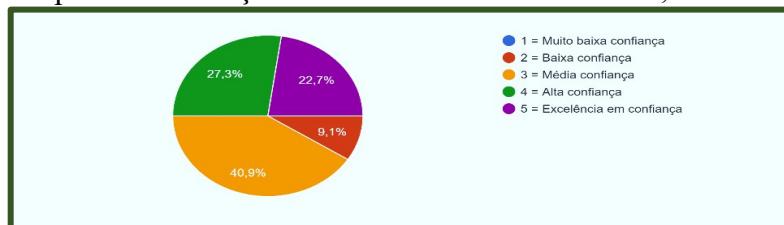
Autoavaliação do conhecimento de profissionais da enfermagem sobre suas habilidades no contexto de uma RCP: Aspectos de MENOR autoavaliação positiva.

Gráfico 6: Análise de confiança dos profissionais de enfermagem com relação a técnica de acesso intraósseo em meio a uma RCP. Aracati, 2023.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Gráfico 7: Análise de confiança dos profissionais de enfermagem sobre a carga de choque para desfibrilação em meio a uma RCP. Aracati, 2023.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

O acesso intraósseo (IO) trata-se de uma técnica bastante utilizada em situações de emergências, sobretudo quando o acesso venoso periférico (AVP), a depender do estado clínico do paciente, torna-se difícil ou impossível. A técnica se resume à inserção de um dispositivo ou agulha no espaço intraósseo para administração de fluidos (AMERICAN HEART ASSOCIATION, 2020).

Ao analisar o **Gráfico 7**, é observado que 9,1% dos profissionais sentem uma baixa confiança com relação ao uso do aparelho, 40,9% sentem média confiança, 27,3 sentem alta confiança e apenas 22,7% sentem uma excelência em confiança ao operar o desfibrilador. Estudo equiparado ao de Turcatto (2013) em Minas Gerais, onde dos 16 participantes, 43,8% apresentaram dificuldade no atendimento à PCR, sendo 28,7% ao operar o desfibrilador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou promover uma autoavaliação do conhecimento de profissionais da enfermagem sobre suas habilidades no contexto de uma RCP, atuantes em unidades de urgência e emergência na cidade de Aracati-Ce.

Os resultados apresentados mostram a alta confiança dos profissionais enfermeiros e destreza em realizar os protocolos disponibilizados pela *American Heart Association* (AHA). Verificou-se as principais potencialidades e desafios encontrados pelos profissionais. Dentre as potencialidades estão a proatividade, os anos de experiência, qualificação e disponibilidade de aprender.

Já os desafios apresentados por os sujeitos do estudo foram dificuldade de manter a sincronia da equipe, quantitativo insuficiente, trabalhar com profissionais sem qualificação adequada, dificuldade de operar alguns equipamentos.

Conclui-se que esta pesquisa tem relevância para a enfermagem, tendo em vista a possibilidade de fomentar momentos de autoavaliação nos múltiplos espaços de trabalho do enfermeiro aqui com foco na emergência clínica. As obrigações diárias, muitas vezes impedem o profissional de refletir sobre a sua práxis sendo a autoavaliação uma importante ferramenta para ajustes, assim como favorece o amadurecimento, contribuindo com o desenvolvimento individual e coletivo, proporcionando melhorias e ampliação dos cuidados dos profissionais de enfermagem.

REFERÊNCIAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Destaques das diretrizes de RCP e ACE**. American Heart Association. 2020. Disponível em: https://cpr.heart.org/-/media/cpr-files/cpr-guidelines-files/highlights/2020eccguidelines_portuguese.pdf . Acesso em: 29 ago. 2023.

ANTONELO, Mariangela de Abreu. *et al.* Conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre parada cardiorrespiratória em emergência hospitalar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 08, Ed. 01, Vol. 02, pp. 114-131. Janeiro de 2023. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/emergencia-hospitalar>. Acesso em: 01 set. 2023.

COFEN. **Resolução do COFEN 543/2017**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-5432017_51440.html. Acesso em: 29 ago. 2023.

SOUZA, P.H.S.F.; SANTOS, L.C.; SANTOS, V. R.; TORRES, R.C.; ALMEIDA, T.F.; AZEVEDO, M.V.C. **Conhecimento de discentes de enfermagem acerca da parada cardíaca e reanimação cardiopulmonar**. Disponível em: <https://revistasaudedeocoletiva.com.br/index.php/saudedeocoletiva/article/view/1074/1273>. Acesso em: 01 set. 2023.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PROCESSO DE MORTE PERINATAL

Grasiele Ribeiro da Silva¹, (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: grasieler33@gmail.com); Fabianne Ferreira Costa Róseo², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fabianneprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O período gestacional é um momento relevante na vida de uma mulher, porque ela se prepara por meses para receber um filho, construindo expectativas a seu respeito e desenvolvendo um sentimento ímpar sobre este novo indivíduo que chegará ao lar. Diante deste cenário, cabe ao enfermeiro auxiliar a sanar as dúvidas das novas mães, bem como estabelecer uma relação de confiança entre ela e o momento vivenciado, sobretudo, quando a chegada da criança não acontece como planejada. Objetivou-se descrever a assistência de enfermagem no processo de morte perinatal. Desenvolveu-se estudo exploratório de campo, abordagem qualitativa. Os dados foram organizados e analisados pela técnica da análise de conteúdo temática. Foram entrevistados sete profissionais de enfermagem, três enfermeiras e quatro técnicas de enfermagem que atuam no Hospital e Maternidade Santa Luísa de Marillac, em Aracati-CE. A coleta de dados ocorreu de 30 de outubro a 7 de novembro/2023. O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, aplicada aos profissionais obedecendo aos critérios de inclusão. Frente aos resultados comprehende-se que a comunicação dos profissionais de enfermagem junto às gestantes e seus familiares é fundamental para que as situações narradas aconteçam com responsabilidade e confiança. Identificou-se ainda que as profissionais de enfermagem precisam ser devidamente capacitadas para comunicar o óbito perinatal, de forma a confortar as mulheres acerca de não se sentirem culpabilizadas pelo ocorrido. Conclui-se que a empatia e o planejamento da assistência são fundamentais para o cuidado psicológico da mulher que se encontra em situação de luto.

Palavras-chave: enfermagem; família; luto; perinatal.

INTRODUÇÃO

O período gestacional é um momento relevante na vida de uma mulher, uma vez que a mesma se prepara por meses para receber um filho, construindo expectativas a seu respeito e desenvolvendo um sentimento ímpar sobre este novo indivíduo que chegará ao lar. Entre as emoções, também se encontram as questões de medo, relacionado ao parto em si, a qualidade de vida da criança, e, sobretudo, se irá conseguir cuidar desse sujeito como é necessário. (SCHMALFUSS; MATSUE; FERRAZ, 2019). Neste sentido, cabe destacar o papel do enfermeiro, sendo este profissional devidamente relevante para auxiliar a sanar as dúvidas das novas mães, assim como também estabelecer uma relação de segurança entre ela e o momento vivenciado. Assim, é possível afirmar que o enfermeiro prepara a mãe para todos os momentos que irá vivenciar nesse processo. Importante esclarecer que a pesquisa busca responder as seguintes problemáticas: Os profissionais de enfermagem estão qualificados para lidar com o processo de perda perinatal? A forma pessoal como cada profissional de enfermagem vivencia a perda perinatal, influencia na assistência prestada pelos mesmos? Com relação aos objetivos do estudo, o geral pretende descrever a assistência de enfermagem no processo de morte perinatal. E no que tange aos objetivos específicos, elencam-se: investigar como o profissional de enfermagem comprehende o processo de perda perinatal e identificar as ações adotadas pelos profissionais de enfermagem na atenção a puérpera e família com perda perinatal.

MARCO TEÓRICO

A mortalidade perinatal ocorre entre a 22^a semana de gestação e o sexto dia completo de vida após o nascimento da criança. Cabe destacar que as causas de morte perinatal são comuns, portanto, é necessária uma atuação conjunta do contexto de saúde. Ainda é importante apontar que as estratégias para minimizar a mortalidade neonatal ajuda a reduzir também a mortalidade materna. (NOBREGA et al., 2022). Com relação ao distanciamento familiar, tende a ocorrer porque a interrupção do ciclo da vida antes do tempo esperado faz com que existam diversos impactos sociais na vida da mulher, considerando o âmbito familiar, pessoal e conjugal, como já mencionado. O profissional da enfermagem nesse momento é ainda mais relevante porque precisa direcionar aqueles que estão em volta da mulher, não deixando que o isolamento aconteça em excesso e esta seja acometida por doenças psíquicas, como depressão, ansiedade, entre outros transtornos. Entre os sintomas que ainda podem acometer a mulher e que pode levar ao sofrimento extremo trata-se do próprio suicídio, e é por essa razão que devem haver estratégias utilizadas pelos profissionais da enfermagem para que prestem a devida assistência.

METODOLOGIA

Foi desenvolvida uma pesquisa de campo exploratória, de abordagem qualitativa. O estudo foi realizado no Hospital e Maternidade Santa Luisa de Marillac, localizada no município de Aracati – CE, que realiza suas atividades por meio da Rede de Saúde Vicentina Margarida de Naseau. O Hospital Santa Luísa de Marillac conta com 05 enfermeiros e 12 técnicos de enfermagem, sendo estes distribuídos na obstetrícia, alojamento e berçário. Mas na escala fixa da obstetrícia são 05 enfermeiros e 04 técnicos. Participaram do estudo sete sujeitos, sendo três enfermeiras e quatro técnicas de enfermagem, ocorreram ainda duas recusas, de duas enfermeiras. A coleta de dados ocorreu no período de 30 de outubro a 7 de novembro de 2023. Foram utilizados como critérios de inclusão: profissionais de enfermagem que atuam na maternidade no mínimo há 1 ano, maiores de 21 anos e que vivenciaram o processo de perda perinatal. A organização e análise dos dados ocorreram por meio da categorização temática baseada na teórica Minayo (2009) que descreve e divide o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa em três etapas: (1) Fase exploratória, (2) Trabalho de campo, e (3) Análise e tratamento do material empírico e documental, sendo esta etapa subdividida em três procedimentos: ordenação dos dados; classificação dos dados; análise propriamente dita. Corroborando com os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, o projeto foi autorizado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe (UNIJAGUARIBE), pelo Parecer nº 6.459.960 e CAAE nº 74969723.6.0000.9431. O estudo foi regido pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Tendo em vista todas as interfaces que a gestantes/puerperas vivenciam no processo de luto, e todas as transformações ao seu redor, além do corpo, hormônios, pensamentos, sentimento e afins. Se faz necessário, para obter uma assistência de qualidade significativa na vida dos envolvidos, peças chaves, ou seja, profissionais que possam contribuir com sua experiência, profissionalismo e principalmente empatia e humanização. Compreende-se que esta preparação está mais relacionada a capacidade de identificar o sofrimento dos familiares, ou seja, transcende a necessidade de capacitação para que o profissional lide com as pessoas, relacionando-se mais a ter ou não empatia por aquelas famílias que são acompanhadas pelos enfermeiros. O aprimoramento do comportamento ético do profissional passa pelo processo de construção de uma consciência individual e coletiva, pelo compromisso social e profissional configurado pela responsabilidade no plano das relações de trabalho com reflexos no campo

científico e político (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2012). A sociedade está acostumada a seguir um ciclo de vida, ou seja, os pais morrem antes dos filhos. Entretanto, quando o oposto acontece, sobretudo, quando o sujeito é ainda bebê, o cenário se torna complexo, sendo fundamental que existam profissionais e também um cenário familiar forte para auxiliar, sobretudo, a mãe, que carregava a criança a aceitar com resiliência o acontecido. Por isso a importância do planejamento para a devida comunicação a família, uma vez que se trata de uma notícia impactante. O trabalho em equipe é uma forma eficiente de estruturação, organização e aproveitamento das habilidades humanas. Possibilita uma visão mais global e coletiva do trabalho, reforça o compartilhamento de tarefas e a necessidade de cooperação para alcançar objetivos comuns. A concepção de trabalho em equipe está vinculada à de processo de trabalho e vem, portanto, sofrendo transformações ao longo do tempo, caracterizando-se pela relação recíproca entre as dimensões complementares de trabalho e interação. (PEREIRA; RIVERA; ARTMANN, 2013). Diante as informações que se apresentam ao longo da pesquisa, é possível enfatizar que o problema de pesquisa desse estudo foi respondido, sobretudo, ao identificar que os profissionais de enfermagem fazem uso de estratégias específicas para conseguir prestar uma assistência de qualidade para as mulheres que vivenciam o processo de morte fetal. Entre as estratégias estão principalmente relacionadas a comunicação efetiva e clara entre a paciente e a equipe de enfermagem, uma vez que este profissional tem contato direto com as mulheres e seus familiares. Identificou-se que o acolhimento é fator preponderante nesse processo de transmitir informação do óbito quando se fizer viável, visto que as mulheres tendem a se sentir culpadas sobre o ocorrido. Ficou claro que ao enfermeiro é fundamental que identifique o familiar capaz de auxiliar nesse processo de transmitir informações para as pacientes, como uma forma de empatia ao caso. É um meio de explicar o que ocorreu durante o parto, enfatizando as informações que outrora já tinham sido transmitidas, como possibilidade a gestante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2022. Trata de pesquisas e testes em seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de junho de 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 15 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009. 54 p. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

NOBREGA, Aglaer Alves da et al. Mortalidade perinatal no Brasil em 2018: análise epidemiológica segundo a classificação de Wiggleworth modificada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/PbGVP7GjGKDyLG9q46KdZnP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

SCHMALFUSS, Joice Moreira; MATSUE, Regina Yoshie; FERRAZ, Lucimare. Mulheres em situação de feto: assistentes de enfermeiros. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, p. 365-368, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/t7mkLN3f56xTD8kTZSDsT4x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2022.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE E FAMILIARES NO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO ÂMBITO HOSPITALAR

Isabelle Soares¹, (Aluna do Curso Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: isasoares5001@gmail.com); Emanuelle Sampaio Almeida Pinto², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuelleprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Na assistência em saúde os serviços de urgência e emergência são essenciais, sendo considerados serviços abertos no Sistema Único de Saúde. Diante da temática se objetivou conhecer a assistência da equipe de enfermagem aos pacientes e familiares no atendimento de urgência e emergência no âmbito hospitalar. O estudo se trata de uma revisão da literatura com abordagem Integrativa. Foram exploradas três bases de dados LILACS, MEDLINE e SCIELO. Foram incluídos na pesquisa, estudos publicados entre os anos de 2012 a 2022, sendo analisados 11 artigos. Com os resultados obtidos foi observado uma falta de preparo, capacitação, recursos e sobrecarga de tarefas aos profissionais das unidades causando a redução dos atendimentos humanizados e promoção de saúde.

Palavras-chave: urgência e emergência. âmbito hospitalar. assistência de enfermagem.

INTRODUÇÃO

As unidades de urgência e emergência que são destinadas ao atendimento de pacientes com problemas agudos e com alta complexidade e gravidade devem ter uma assistência eficaz, rápida e imediata quando há risco iminente de morte, tendo em vista que o profissional de enfermagem deve estar preparado para contribuir em conjunto com a equipe para ofertar uma assistência de qualidade (SOUSA *et al.*, 2019).

O enfermeiro tem um papel fundamental no atendimento de urgência e emergência, desde a sua atuação na assistência até gerenciamento do serviço. Tem total autonomia para decisões com capacidade de avaliar, cuidar para resultar numa assistência integral e sem danos aos pacientes. Vem atuando na classificação de risco, supervisão e capacitação da equipe, reposição do carro de emergência, avaliação da assistência prestada, realização da sistematização da assistência de enfermagem, dentre diversos procedimentos (SANTANA *et al.*, 2021).

Sendo assim, o profissional de enfermagem no âmbito hospitalar, vem apresentando um importante papel no contexto de gerência dessas unidades de urgência e emergência, onde há situações em que apenas o enfermeiro terá que lidar, e é nesse momento que as orientações à equipe terão uma influência quanto à sua competência como profissional. São pontos cruciais, para o desenvolvimento, coordenação e manutenção da ordem da unidade, para um funcionamento adequado tanto da prestação da assistência quanto na estrutura física e operacional da área hospitalar em questão (SILVEIRA; ASSUNÇÃO, 2020).

As unidades de urgência e emergência hospitalares são setores que demandam a equipe de enfermagem como o primeiro a ter contato com o paciente, sendo o enfermeiro na realização da classificação de risco, onde é atividade privativa da categoria (SANTANA *et al.*, 2021). Dessa forma, a equipe precisa realizar um acolhimento e assistência humanizada onde muitas das vezes nesses setores são esquecidas pelos protocolos e rotinas existentes. Contudo, os serviços de emergência hospitalar com rotinas aceleradas de demandas, tornam-se locais de muita tensão e estresse para os envolvidos, seja ele profissionais de saúde, pacientes e familiares. Nesse contexto, espera-se estar oferecendo segurança, atendimento rápido e eficaz, além de um efetivo apoio emocional ao cliente (RADAELLI; COSTA; PISSAIA, 2019).

MARCO TEÓRICO

Na assistência em saúde os serviços de urgência e emergência são essenciais sendo considerados serviços abertos no Sistema Único de Saúde (SUS). Todavia, em face de inúmeros fatores como: problemas de estruturação das redes de atenção à saúde, demanda excessiva, escassez e desajustes no dimensionamento de recursos humanos, escassez de recursos materiais, violência e acidentes de trânsito, tudo isso sobrecarrega os serviços. Contudo, a inadequação no dimensionamento de recursos humanos neste tipo de serviço compromete a qualidade do atendimento (SOUSA *et al.*, 2019).

A área da urgência e emergência no âmbito do SUS necessita de atenção especial, tendo em vista o crescimento da demanda por atendimento em função dos acidentes, da violência urbana e da insuficiente estruturação da rede, o que tem gerado muitas das vezes superlotação e sobrecarga de trabalho nesse setor. Com isso, vem acarretando altos índices de rotatividade de profissionais insatisfeitos com o trabalho, o que pode impactar negativamente na assistência (CUNHA *et al.*, 2019).

A enfermagem na procura por uma excelência no seu atendimento, faz se necessário buscar além do conhecimento técnico e científico para atuar com rapidez na assistência de qualidade aos pacientes, levando também em consideração os sentimentos e as necessidades de cada um. Todavia, percebe-se uma interação distante dos profissionais e pacientes nesses setores, no qual é centralizado apenas nos procedimentos a serem executados, deixando de lado uma assistência humanizada através do diálogo aos pacientes e familiares (RADAELLI; COSTA; PISSAIA, 2019).

METODOLOGIA

O estudo se trata de uma Revisão da Literatura com abordagem Integrativa (RIL). O estudo foi realizado utilizando três bases de dados: a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e a Scientific Electronic Library Online-SCIELO. A pesquisa foi realizada no período março a dezembro de 2023. Foram incluídos na pesquisa, estudos publicados entre os anos de 2012 a 2022, sendo artigos científicos escritos em português, assim como espanhol e inglês que tenham a tradução na íntegra e disponíveis gratuitamente.

Foram excluídos os estudos repetidos e aqueles cujos resultados se distanciarem do objetivo da pesquisa, dissertações de mestrado, monografias, teses de doutorado e artigos em língua estrangeira que não tinham tradução gratuita.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Não se vê com frequência relatos de profissionais que possuem suporte de suas instituições empregatícias para cuidar de sua saúde mental, acarretando em automatização do serviço, afastamento do consciente humano e consequentemente reduzindo a qualidade dos serviços prestados, os profissionais acabam deixando de ver o paciente como ser humano e ver apenas a doença, em outras situações (SANTOS *et al.*, 2023).

De acordo com os resultados obtidos com a pesquisa há despreparo provindo de diversos fatores internos e externos, mas que atuam de forma intrínseca na causa principal a qual pode ser enfatizado que é a redução ou ausência de um atendimento humanizado de qualidade e uma promoção de saúde eficaz.

Dos fatores expostos nesta revisão bibliográfica foram centralizados: profissionais descapacitados para um serviço humanizado, ausência de recursos humanos e insumos e sobrecarga de trabalho e/ou tarefas. Todos esses fatores juntos corroboram para um

adoecimento profissional, baixa na qualidade dos serviços assistenciais prestados e possível agravamento do quadro de saúde do paciente e desestabilização biopsicossocial dos familiares.

REFERÊNCIAS

CUNHA, V. P. et al. Atendimento a pacientes em situação de urgência: do serviço pré-hospitalar móvel ao serviço hospitalar de emergência. **Enfermería Actual de Costa Rica**. n.37 San José Jul./Dec. 2019. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682019000200001. Acesso em set de 2022.

RADAELLI, C.; COSTA, A. E. K; PISSAIA, L. F. O cuidado humanizado no ambiente de urgência e emergência: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, vol. 8, núm. 6, pp. 01-16, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662197037>. Acesso em set de 2022.

SILVEIRA, H. S.; ASSUNÇÃO, P. J. S. **Atuação dos profissionais de enfermagem nos atendimentos de urgência e emergência**. [internet], Gama-DF, 2020. Disponível em: https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/937/1/Priscila%20J%C3%A9ssica%20Silva%20Assun%C3%A7%C3%A3o_0003652_Hudson%20Soares%20da%20Silveira_0002853.pdf. Acesso em set de 2022.

SOUZA, K. H. J. F. et al. Humanização nos serviços de urgência e emergência: contribuições para o cuidado de enfermagem. **Rev Gaúcha Enferm**. 40:e20180263.2019; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rge/a/PX7vJwFyrRTsVm3jgMk8rRN/>. Acesso em out de 2022.

SANTANA, L. F. et al. Atuação do enfermeiro em urgência e emergência: revisão integrativa da literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.4, p.35994-35006. Apr 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/27870/22055>. Acesso em set de 2022.

ALZHEIMER E SEUS CUIDADORES.

Jéssica de Oliveira Silva¹, (Aluna do Curso de enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: jessicaoliveiraenfer@gmail.com); Amália Gonçalves Arruda², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

A doença de Alzheimer se caracteriza como uma patologia degenerativa, de curso lento e progressivo. Estudo exploratório com abordagem qualitativa, no qual o objetivo foi averiguar a atuação do enfermeiro nos cuidados de pessoas idosas com Alzheimer e a seus cuidadores. A pesquisa foi realizada nas unidades de Estratégia Saúde da Família no município de Itaiçaba-Ce, com a participação de quatro enfermeiros. O instrumento da pesquisa foi uma entrevista semiestruturada e a análise gerou três categorias temáticas. Verificou-se que há uma alta incidência de casos de Alzheimer na atenção básica, mas o fluxo de atendimentos é precário; que a assistência de enfermagem se configura nas orientações de cuidados baseados em sintomas apresentados sejam eles dos pacientes como dos cuidadores e que as ações de promoção de saúde, normalmente ocorrem nos ambulatórios através de atividades que estimulem o cognitivo e ou promovam saúde mental. Concluiu-se então que se faz necessário qualificar os profissionais e ampliar a rede de assistência para garantir melhor qualidade no atendimento de pacientes com Alzheimer e seus cuidadores.

Palavras-chave: atenção primária a saúde; enfermeiro; alzheimer; saúde mental; cuidador.

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

Sabe-se que o envelhecimento populacional vem crescendo a cada dia e com ele surge as demências. A doença de Alzheimer se caracteriza como uma patologia degenerativa de curso lento e progressivo que destrói a memória e outras funções como linguagem, conceitos e julgamentos (PINHO; RACHED, 2017).

No Brasil, a Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAz) refere que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 35,6 milhões de pessoas pode ter sido acometido pela doença de Alzheimer, sendo possível dobrar o número desses casos em 2030 e triplicar em 2050 (BRASIL, 2020). A OMS estima um gasto de 818 bilhões de dólares, onde cada ano esse valor pode aumentar, juntamente com a população idosa. E quando se refere a renda familiar aos cuidados com o idoso com síndrome de Alzheimer compromete cerca de 66% podendo chegar a 80% caso o idoso apresente alguma outra patologia crônica (BRASIL, 2020).

Quando se refere aos cuidados e atuação do enfermeiro, deve-se observar estágios iniciais da doença e orientações devem ser realizadas para reabilitação da mesma, incluindo exercícios de memória para que haja redução da perca de memória (PINHO; RACHED, 2017).

O enfermeiro tem o poder de executar e elaborar diagnósticos com os cuidados necessários para o paciente e desse modo torna-se indispensável a conexão entre os profissionais que desempenham o cuidado ao idoso. A ação da enfermagem consiste em auxiliar o cuidador realizando algumas intervenções, onde o objetivo é a proteção contra alguns transtornos como ansiedade, depressão e pânico (SALES et al., 2019).

O enfermeiro é o gerente do cuidado que atua de forma direta nas atividades a comunidade promovendo os cuidados dos usuários para que seu estado de saúde seja abrangente. O cuidado da equipe de enfermagem desempenha um papel fundamental na vida do idoso e seus cuidadores, fortalecendo o vínculo familiar e social do paciente e agindo de forma direta nos tratamentos não farmacológicos (CRUZ et al., 2021).

O estudo tem como objetivo principal averiguar a atuação do enfermeiro nos cuidados de pessoas idosas com Alzheimer e a seus cuidadores e como objetivos secundários: descrever a realidade de idosos com Alzheimer no âmbito da atenção básica; apresentar os cuidados de enfermagem voltados para idosos com Alzheimer e a seus cuidadores; identificar os principais desafios na assistência de enfermagem voltados para idosos com Alzheimer e a seus cuidadores.

METODOLOGIA

Estudo de caráter descritivo-exploratório com abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada nas unidades de Estratégia Saúde da Família localizada no município de Itaiçaba-CE.

A pesquisa foi desenvolvida com quatro (04) profissionais de enfermagem que relataram e identificaram situações nos serviços de saúde para o atendimento de idosos com Alzheimer e seus cuidadores no âmbito da atenção primária de saúde. Visando garantir o sigilo na identidade dos participantes da pesquisa, os mesmos foram identificados pela letra E, seguindo a ordem numérica correspondente ao período de realização da entrevista (E I; E II; E III; E IV).

A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada. A análise dos dados se deu pelos fundamentos de Minayo (2002), respeitando a ordem de organização que se divide em três etapas (fase exploratória, trabalho de campo e tratamento do material).

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Unijaguaribe através da Plataforma Brasil, e foi aprovado através do parecer de número 6.154.533.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a leitura e interpretação dos discursos surgiram as seguintes categorias temáticas:

Alzheimer na atenção básica: como se configura a incidência e fluxo de atendimento.

Inicialmente buscou-se identificar dentre os entrevistados a relevância do atendimento do Alzheimer, de forma individual, dentro da atenção primária de saúde gerando respostas negativas identificando o Alzheimer como patologia não preconizada pelo Ministério da Saúde no nível da atenção básica

“Não tratamos diretamente o Alzheimer, pois infelizmente não é algo trabalhado pelo Ministério da saúde, muitas vezes idoso vem ao posto de saúde ou até mesmo em visita domiciliar para tratar outra patologia e aproveitamos para uma avaliação geral.” (E III)

“em todas essas áreas existem idosos com Alzheimer, tanto no caso mais leve como o mais grave” (E II).

“o atendimento da grande maioria é feito a domicílio, mas o idoso que consegue se locomover, vem até o posto acompanhado do cuidador”. (E II)

“os idosos com Alzheimer na minha área (...) são bem assistidos tanto pela saúde da atenção primária aqui na UBS, como dá atenção especializada, alguns deles fazem o acompanhamento na atenção especializada, que são os hospitais secundários e até mesmo terciário, esse encaminhamento primeiro partiu daqui da UBS”. (E IV).

Cabe destacar que de acordo com o Ministério da Saúde, no Brasil há centros de referências do Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo tratamento multidisciplinar integral e tratamento medicamentoso gratuito para pacientes com Alzheimer (BRASIL, 2021), no entanto, estes são raros em municípios de pequeno porte.

A doença acomete idosos acima de 65 anos de idade, onde há prevalência entre as mulheres. Acredita-se que no Brasil cerca de 2 milhões de pessoas apresentem demência, sendo de 40% a 60% acometidos pelo Alzheimer e também pode acontecer casos genéticos podendo apresentar sintomas leves, moderados, graves e gravíssimo (IBGE, 2019).

Foi perceptível a importância das consultas de enfermagem, tendo o enfermeiro como o profissional presente para auxiliar os idosos portadores de Alzheimer, nas suas necessidades imediatas, visando sempre o bem-estar do mesmo onde, geralmente, esses clientes vem a unidade acompanhados de seus cuidadores.

Assistência de enfermagem na atenção básica aos idosos com Alzheimer e seus cuidadores

Considerou-se relevantes identificar a classificação do enfermeiro quanto a casos leves, moderados e graves de Alzheimer na sua área territorial.

“nos casos leves o que a gente pode identificar é aquele paciente que está com perca de memória (...) o moderado é o paciente que está com dificuldade de se comunicar verbalmente e de realizar as atividades de casa; já o grave é aquele idoso que está com muita agitação, não consegue realizar nenhuma atividade de rotina, insônia” (E I).

“Nos casos leves incentivamos alguns jogos para a memória. No moderado incentivamos a conversar e jogos motores. Já nos casos graves incentivamos todas as terapias complementares, jogos de memória, conversas, grupos de idosos, entre outros” (E III)

“(...) a gente realiza uma orientação geral, como cuidar da alimentação, prevenir quedas, orientar as medicações direitinho e o mais importante deixar que o idoso se comunique com outras pessoas e o não isole do mundo, pois isso prejudica ainda mais a saúde do mesmo” (E II).

“Acredito que o maior desafio que encontro é essa questão da classificação e também os recursos que são “zero”, trabalhamos essa doença por conta própria pois ela não é frisada pelo Ministério da Saúde que ainda hoje vê o idoso muito como hipertenso e diabético e isso é muito triste pois o Alzheimer aumenta todos os dias e infelizmente é uma doença de avanço rápido, se não tratada corretamente” (E IV).

Santos et al. (2021) referem que quanto mais avançado o grau do Alzheimer maior a progressão do declínio funcional na realização de atividades diárias com crescente dependência do cuidador.

Algumas literaturas apontam a eficácia do tratamento não farmacológico em pacientes portadores de Alzheimer. Segundo Laurindo Cruz et al. (2021), estes métodos objetivam a melhora cognitiva, visando velar a capacidade de desenvolver atividades de rotina e melhorar a qualidade de vida do paciente.

O cuidado oferecido pelo enfermeiro é mais que um ato, é uma grande responsabilização, promovendo vínculo humano e afetivo. O enfermeiro deve estar em constante atualização, pois ele é o gerente do cuidado e que ao aprender o nível das fases e as consequências, pode planejar, orientar e executar diversas atividades para o cuidado com o idoso, cuidadores e familiares (CRUZ et al., 2021)

Ações de enfermagem da atenção básica visando a promoção da saúde dos idosos com Alzheimer e a seus cuidadores

“para promover a qualidade de vida do idoso com Alzheimer, nós tentamos oferecer a integralidade. (...) Que esse idoso seja atendido em todas suas fases, em todas suas queixas, em todos os seus padrões. Então nós tentamos fazer uma consulta bem elaborada” (E IV)

“com pacientes de moderado a grave a gente tenta a ajuda de outros profissionais, como psicólogos, tanto para o cuidador como o paciente, dependendo de como está o paciente a gente sempre faz esse encaminhamento, fora as orientações que passamos na consulta, para que o paciente tenha uma ajuda melhor. no caso existe uma parceria entre psicólogo, enfermeiros e médico, tanto para a saúde mental do paciente como do cuidador” (E I)

“(...) incentivar a independência, criar rotinas, tornar o ambiente mais seguro, medidas para a falta de memória, estimular uma comunicação eficaz, estimular a prática de exercícios físicos” (E II)

Cabe destacar a atuação do enfermeiro na forma de cuidado na saúde mental do paciente e cuidador, lembrando sempre a importância de saúde física e mental está sempre em harmonia. Para que o corpo esteja bem, a mente precisa estar bem.

O enfermeiro é o profissional que atua em diferentes atividades de promoção da qualidade de vida, com isso é possível estruturar grupos de apoio e encontros, aprendizagem e troca de experiências para o idoso e familiares. Com isso, o enfermeiro pode auxiliar na ação em saúde resolutiva e duradoura (CRUZ et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou analisar o serviço prestado pela equipe de enfermagem com relação a atuação do enfermeiro no cuidado tanto da pessoa idosa com Alzheimer, como também de seu cuidador, onde foi observado do acolhimento até o atendimento e encaminhamento desse público.

Verificou-se que há uma alta incidência de casos na atenção básica, mas o fluxo de atendimentos é precário; que a assistência de enfermagem se configura nas orientações de cuidados baseados em sintomas apresentados sejam eles dos pacientes como dos cuidadores e que as ações de promoção de saúde, normalmente ocorrem nos ambulatórios através de atividades que estimulem o cognitivo e ou promovam saúde mental.

Concluiu-se então, que o enfermeiro tem um papel fundamental na vida do idoso com Alzheimer e seus cuidadores, seja por meio das orientações ou cuidados prestados, que vai desde o diagnóstico ao estado mais grave da doença. Também se faz necessário qualificar os profissionais e ampliar a rede de assistência para garantir melhor qualidade no atendimento de pacientes com Alzheimer e seus cuidadores.

Com isso é de grande importância o enfermeiro sempre procurar possuir conhecimentos e habilidades específicas para lidar com esse público. Espera-se que o estudo contribua na sensibilização de profissionais e gestores quanto ao conhecimento e a importância da assistência e cuidado de enfermagem ao idoso portador de Alzheimer e a seus cuidadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Dispõe sobre diretrizes e normas.**

FAGUNDES et al., Políticas públicas para os idosos portadores do mal de Alzheimer. Revista **Fun Care Online**. 2019. Disponível em:
http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6836/pdf_1. Acesso: 13 set. 2022.

FARIAS E B A; Scardoelli M G C; Castro V C; Nishida F S. Vivencias de cuidadores familiares de pessoas idosas com doença de Alzheimer. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-966682>. Acesso: 14 set. 2022.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População e área territorial da cidade de Itaiçaba. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/itaicaba.html>. Acesso: 25 out. 2022.

LAURINDO CRUZ et al., Capacitação nos cuidados de enfermagem em idosos com Alzheimer. 2021. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/23277/6/CAPACITACAO%2520DO%2520ENFERMEIRO%2520NOS%2520CUIDADOS%2520DE%2520ENFERMAGEM%2520EM%2520IDOSOS%2520COM%2520ALZHEIMER%2520teste%2520%25281%2529.pdf&ved=2ahUKEwi5n6H6sqb6AhWDrpUCHfQCAW4QFnoECAgQBg&usg=AOvVaw26GO1Y-MI5RvlPDP55jOVR>. Acesso: 13 set. 2022.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Analise qualitativa, teoria, passos e fidedignidade. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/abstract/?lang=pt>. Acesso: 03 nov. 2022.R

Regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 mai. 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso: 03 nov. 2022.

SALES et al. A enfermagem no cuidado com o idoso portador de Alzheimer. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/download/235/174/&ved=2ahUKEwjS24CtuKb6AhVnr5UCHW4-Dr0QFnoECAwQAQ&usg=AOvVaw0rJ2l4GneNttj-9iAycLAE>. Acesso: 20 set. 2022.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Joás Crispim da Silva¹, (Aluno do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: joascrispimsilva@gmail.com), Sabrina Silva dos Santos², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br).

RESUMO

Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como uma síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico dificultando a cognição, a linguagem e a interação social da criança. Esse estudo tem como objetivo de compreender o acolhimento de crianças com autismo na atenção primária, visto que ao longo dos anos têm surgido muitas crianças com transtorno do espectro autista. Dessa forma surgiu o despertar para pesquisar as dificuldades que os enfermeiros enfrentam nesse acolhimento. Pesquisa de abordagem qualitativa de caráter descriptivo-exploratório. A pesquisa foi realizada em duas unidades de estratégia de saúde da família e uma unidade com duas equipes na cidade de Icapuí-CE e teve a participação de quatro enfermeiros. Busca-se conhecer de qual forma esse acolhimento é realizado com as crianças que tem o transtorno e relataram as suas experiências profissionais durante a consulta de enfermagem no pré-atendimento e pós-atendimento. A partir das entrevistas foi possível identificar as diversas formas que ocorre dentro do sistema de saúde pública, em seus diferentes níveis de atendimento, de forma que possa ser melhor compreendida em seu conceito prático. A maneira como as crianças são acolhidas na atenção primária é inicialmente na puericultura onde o enfermeiro tem papel fundamental nesse atendimento, a consulta de puericultura o enfermeiro observa o marco do desenvolvimento, a fala, peso, altura, se existe algum atraso no desenvolvimento das crianças é encaminhado para o neuropediatria. Entrevistados relatam a dificuldade no acolhimento de crianças com autismo e expõe a falta de capacitações.

Palavras-chave: autismo; acolhimento; unidade estratégia da família.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como uma síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico dificultando a cognição, a linguagem e a interação social da criança. Sua etiologia ainda é desconhecida, entretanto, a tendência atual é considerá-la como uma síndrome de origem multicausal envolvendo fatores genéticos, neurológicos e sociais da criança. Estima-se que, atualmente, a prevalência mundial do TEA esteja em torno 70 casos para cada 10.000 habitantes, sendo quatro vezes mais frequente em meninos (Pinto, 2016, p. 2).

De acordo com o IBGE¹ (2022), estima-se que há cerca de 2 milhões de autistas no Brasil. A população total no país é de 200 milhões de habitantes, o que significa que 10% da população estaria no espectro. Segundo a OMS² (2022), uma a cada 160 crianças é autista no Brasil. Estima-se que dentre 200 milhões de habitantes, cerca de 2 milhões são autistas, ou seja, isso se destaca por motivo das pesquisas, em anos passados já existiam crianças com esse diagnóstico, porém a ciência não havia evoluído como nos dias atuais

MARCO TEÓRICO

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

² Organização Mundial de Saúde

Segundo Kanner (1943), o autismo infantil foi definido inicialmente como o distúrbio autístico do contato afetivo, como uma condição com características comportamentais bastante específicas, tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, ou seja, ele comenta que a abordagem etiológica do autismo infantil, salientava a existência de uma distorção do modelo familiar, que ocasionará alterações no desenvolvimento psicoafetivo da criança. O modelo familiar como o autor cita problematiza ainda mais o psicológico da criança; uma família que não tem uma visão ampla sobre o que é o autismo e o que são as sensibilidades que essas crianças sentem eleva o índice de prejuízo à saúde.

O diagnóstico no Brasil, segundo Pinto (2016), em sua pesquisa o autor busca entrevistar familiares que tem filhos com diagnóstico de autismo, para averiguar como eles se sentem após o resultado do diagnóstico. Mães que receberam o diagnóstico não estavam preparadas psicologicamente e preferem não acreditar, a ficha para elas não caíram, algumas das mães preferem não aceitar. O pai se distancia, a mãe se aproxima.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, realizada por meio de entrevista semiestruturada. Segundo Minayo, (2009, p.64-66), a entrevista semiestruturada tem por objetivo facilitar entre o pesquisador e entrevistado, dialogando sobre o tema sem se prender à indagação formulada.

A pesquisa foi realizada em três Unidades de Atenção Primária a Saúde (UAPS) sendo uma unidade com duas equipes localizadas no município de Icapuí-CE. A seleção da unidade parte do objetivo de conhecer as experiências dos enfermeiros atuantes no acolhimento de crianças com transtorno do espectro autista TEA, as facilidades e dificuldades que os profissionais enfrentam. Segundo (VIAJALI, 2022), o município de Icapuí está localizado no litoral do Ceará, em divisa com o estado do Rio Grande do Norte. Icapuí área territorial 421,440 km², população estimada com 20.183 pessoas (IBGE, 2021).

Na cidade de Icapuí existem 8 UAPS, os profissionais que atuam são tec. enfermagem, enfermeiro, médico, dentista. Residentes de enfermagem, fisioterapia e dentista. Núcleo de atendimento psicopedagógico de Icapuí (NAPI) atende crianças com dificuldades de aprendizagens. Associação AMAAI- Associação de mães e amigos dos autistas e outras deficiências do município de Icapuí.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista semiestruturada. O instrumento de coleta foi composto por 4 (quatro) perguntas norteadoras. As entrevistas dos quatro participantes do grupo amostral (TABELA 1) foram gravadas em um aparelho iphone7plus e armazenadas numa pasta específica no gravador de voz, guardada como documento no arquivo do celular.

A criança tem certo medo do profissional, é preciso ter habilidades e criar estratégias para acolher a criança. Como a entrevistada comentou, foi se adaptando mesmo ao convívio com a criança sem ter recebido capacitação. Segundo Barbosa & Nunes apud Oliveira (2018 p.2), esclarece que é suma importância que a equipe de enfermagem se aproprie do conhecimento de como reconhecer as características comportamentais e atitudinais de uma pessoa com TEA. Atualmente, não existe um tratamento específico e eficaz para trabalhar com autistas, pois cada situação exige que o profissional de saúde criar alternativas para lidar com ela. Portanto, para que o enfermeiro possa lidar com este sujeito com TEA, ou simplesmente

autismo é necessário conhecer seu cliente em suas características e o assisti-lo mediante a suas necessidades (BARBOSA; NUNES, 2017)

As respostas realizadas pelos participantes estão em concordância com as literaturas apresentadas anteriormente, fazendo com que suas assistências estejam sendo prestadas com base científica. Os entrevistados apresentam os mesmos desafios prestados ao acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

Os desafios relatados pelos entrevistados são justamente o acolhimento, a abordagem em si. Relatam que sentem dificuldade em fazer a abordagem porque a criança quando entra no consultório não fica quieto, fica mexendo em algum, os pais não se concentram para ouvir porque fica observando o filho.

Verificando as fragilidades nesse acolhimento, os enfermeiros relatam que sentem falta de capacitações para prestarem um atendimento mais qualificado para as crianças com TEA. As dificuldades são de a criança comparecer as consultas de enfermagem, comparecer na unidade. Quando elas comparecem elas sentem medo dos profissionais, por exemplo, como o entrevistado relatou acima, as crianças se assustam com medo da vacina, fazem escândalo, choram, rolam no chão, e os profissionais ficam sensíveis a essa conduta. Como o entrevistado relatou em sua fala, muitos das vezes esse acompanhamento de vacina é feito a domicílio, porque se não assustam as outras crianças.

Para melhoria no acolhimento de crianças com autismo, seria bom mais capacitações para os profissionais, especializações, treinamentos. Visto que os profissionais enfrentam grande desafio nessa abordagem. É de suma importância a atuação do enfermeiro na puericultura para ir observando o marco do desenvolvimento dessa criança para a partir desse momento ir construindo hipótese diagnósticas. Esse trabalho pode contribuir em nosso despertar para buscar mais capacitações para fazer um bom acolhimento a crianças autistas. Sabendo que essa abordagem ela não começa apenas no consultório de enfermagem, mas sim na recepção e com toda a equipe.

REFERÊNCIAS

JUNIOR, Edgard. OMS afirma que autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo. **ONU News**, 2017. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/04/1581881-oms-afirma-que-autismo-afeta-uma-em-cada-160-criancas-no-mundo#:~:text=OMS%20afirma%20que%20autismo%20afeta%20uma%20em%20cada%20160%20crian%C3%A7as%20no%20mundo,-2%20Abril%202017&text=Este%20domingo%2C%2020de%20abril,ONU%20News%20em%20Nova%20Iorque>. Acesso em: 12 dez. 2023.

KANNER L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, v. 02, p. 217- 250, 1943.

MAIA, Fernanda Alves. et al. Importância do acolhimento de pais que tiveram diagnóstico do transtorno do espectro do autismo de um filho. **Cad. saúde colet.**, n., 24, v., 2, Apr-Jun, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/n6ZpCNpT9cSjLWVxVvVrYMr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** ed., Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em:

http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercuções nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572>. Acesso em: 12 dez. 2022.

A TRANSDISCIPLINARIDADE DA GENÉTICA PARA A PRÁTICA DA ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Laura Gabriela Rodrigues Porfirio Maia¹, (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, e-mail: gabriela.rodrigues@fvj.br); José Ossian Almeida Souza Filho², (Professor Mestre do Centro Universitário Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: ossian@fvj.br).

RESUMO

A aplicação da Genética na prática clínica da enfermagem é de grande valia, sendo altamente relevante para a profissão, uma vez que os enfermeiros desempenham papel crucial na coleta de históricos familiares, identificação de riscos genéticos, aconselhamento genético e fornecimento de informações aos familiares. Esta revisão da literatura integrativa tem por objetivo apresentar a transdisciplinaridade da genética para a prática da enfermagem. Trata-se de uma revisão da literatura integrativa, realizada de agosto e novembro de 2023. Onde foram consultadas literaturas associadas a coleta de dados nas bases teóricas e bibliográficas (LILACS e PubMed). Para o cruzamento dos descritores, utilizou-se um protocolo operacional booleano AND: Transdisciplinarity AND Genetics AND Nursing. Foram incluídos artigos publicados entre os anos 2017 e 2020, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, completos e gratuitos, publicados em bases indexadas na área de Genética e Evolução e da Promoção e Prevenção da Saúde em revistas nacionais e internacionais. Foram excluídos do estudo: artigos repetidos, anais de congresso, cartas ao editor, artigos científicos incompletos. A enfermagem tem o poder de se incluir na Genética, mas, por deveras vezes, achismos de que não se pode fazer parte, foi excluída de tal possibilidade. Se vê, porém, totalmente possível que o enfermeiro geneticista seja tratado igual, mediante sua profissão e mediante sua equipe, tendo ele efetivamente o mesmo patamar e obtendo os mesmos conhecimentos necessários para realizar sua especialidade em Genética. Pode-se concluir que a transdisciplinaridade entre Genética e Enfermagem tem uma influência significativa na prática clínica, promovendo uma abordagem abrangente e individualizada ao cuidado do paciente, assim contribuindo na integração do conhecimento genético na prática cotidiana da enfermagem.

Palavras-chave: transdisciplinaridade; genética; enfermagem.

INTRODUÇÃO

Esta revisão da literatura integrativa destaca a importância da Genética na identificação de doenças raras e destaca a necessidade de os estudantes e enfermeiros adquirirem conhecimentos nessa área. Mudanças significativas foram feitas recentemente, especialmente com os desenvolvimentos em Genética e Genômica. A Resolução nº 468/2014 do Conselho Federal de Enfermagem autoriza o papel essencial do enfermeiro no Aconselhamento Genético. Os profissionais de enfermagem precisam ter um conhecimento sólido em Genética e base molecular dos processos bioquímicos, o que lhes permite avaliar o impacto dos componentes genéticos em diversas condições de saúde. O avanço da tecnologia genética e o aumento do papel dos enfermeiros no aconselhamento genético ampliam suas práticas genéticas. A transição da era clínica para a genômica da medicina personalizada implica uma mudança no diagnóstico e tratamento de doenças, considerando a interação entre genes e ambiente. Isso exige competências específicas e uma abordagem personalizada do perfil genômico do indivíduo. Os enfermeiros também devem estar preparados para responder a perguntas sobre resultados de testes genéticos e ter uma compreensão sólida do aconselhamento genético. A inclusão da Enfermagem em Genética e Biologia Molecular como uma especialidade reconhecida pela legislação destaca a importância do ensino abrangente nessa área. Para incentivar os estudantes de enfermagem a se especializarem em Genética, é fundamental priorizar o estudo dessa disciplina, registrando-a como parte legítima da

enfermagem e tornando-a acessível e revigorante. O objetivo desta revisão da literatura integrativa é apresentar a transdisciplinaridade da Genética na prática da enfermagem.

METODOLOGIA

Esta revisão da literatura integrativa foi feita por pesquisa bibliográfica, sendo utilizada a partir do conteúdo encontrado em livros, artigos, dissertações, teses, revistas, jornais e resoluções; sendo utilizada também a pesquisa descritiva, sendo analisado registros de casos já existentes para ser analisados e correlacionados os fatos ou fenômenos, sem manipulá-los, sendo escolhidos casos de fácil acesso ao público, através das mídias; juntamente com a pesquisa descritiva, será utilizada a pesquisa documental, por utilizarem os documentos para fazer uma investigação mais profunda dos casos, com o objetivo de descrever e comparar os costumes, comportamentos, diferenças e outras demais características. A pesquisa bibliográfica foi usada nesta revisão da literatura integrativa a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como páginas de web sites, artigos científicos, livros, revistas e jornais. As informações retiradas das pesquisas bibliográficas foram de suma importância para a construção da minha revisão da literatura integrativa. A pesquisa documental foi usada nesta revisão da literatura integrativa a partir de três etapas, sendo a primeira etapa de pró-análise onde eu como pesquisadora, defino quais são os meus objetivos da pesquisa documental, a segunda etapa é da organização dos documentos, onde eu como pesquisadora irei separar os documentos, as informações, formando uma ficha para melhor registrar as constatações sobre cada dado existente e a terceira etapa de análise dos resultados, eu como pesquisadora organizei as minhas fontes e classifiquei.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A transdisciplinaridade entre Genética e Enfermagem tem uma influência significativa na prática clínica, promovendo uma abordagem abrangente e individualizada ao cuidado do paciente, assim contribuindo na integração do conhecimento genético na prática cotidiana da enfermagem. Profissionais de enfermagem estão cada vez mais desempenhando um papel crucial na aplicação dos avanços genéticos para oferecer cuidados mais personalizados e eficazes. No entanto, existem desafios significativos na integração da referida área na prática de enfermagem e que precisam ser abordados. Esses desafios incluem a necessidade de educação continuada, dilemas éticos relacionados à genética do paciente e a adaptação dos protocolos de cuidado para incorporar abordagens mais relevantes.

REFERÊNCIAS

- AMAYA-REY, M. C. D. P. Enfermería Genética y Genómica: una trilogía actual y del futuro. *Avances en enfermería*, v. 33, n. 2, p. 197-198, 2015.
- CALZONE, K. A.; KIRK, M.; TONKIN, E.; BADZEK, L.; BENJAMIN, C.; MIDDLETON, A. The Global Landscape of Nursing and Genomics. *Journal of nursing scholarship: an official publication of Sigma Theta Tau International Honor Society of Nursing*, v. 50, n. 3, p. 249–256, 2018.
- COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN 468/2014** – Normatiza a atuação do enfermeiro no Aconselhamento Genético. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-04682014_29065.html. Acesso: 27/11/2023.

SANTOS, Flória Aconselhamento genético em doenças complexas: câncer, psiquiatria e cardiologia como modelos. **Rev Lat Am Enf.** 2003.

SANDEL, Michael J., tradução CAROLINA, Ana M. **Contra a perfeição (Ética na era da engenharia genética)**. 1. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2013.

PSICOLÓGICOS NOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM ADVINDOS DA PANDEMIA DE COVID-19

Maria Teresa Silva Teixeira¹, (Aluna do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, -mail: 2017124460@unijaguaribe.edu.br); Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

A COVID-19 foi considerada uma emergência global. Essa pandemia acarretou bastante efeitos à saúde mental dos profissionais da saúde, em especial aos profissionais da enfermagem. O estudo trata-se de uma revisão bibliográfica com foco nos conteúdos referentes aos efeitos psicológicos nos profissionais de enfermagem advindos da pandemia de COVID-19. A amostra dos dados coletados se resume em 13 (treze) artigos científicos. Percebe-se à proporção que a doença causou, ainda causa e causará, de um modo geral. Assim sendo, entende-se como resultado necessário, além de tornar-se extremamente essencial, a busca de estratégias de enfrentamento como principal meio de intervenção e apoio psicológico especializado. Com base nos acontecimentos históricos mais recentes, o caso da COVID-19, foi considerado dentro dos registrados da história o de maior grandeza. Portanto, conclui-se que, fica claro a importância e a necessidade de pesquisas e esclarecimentos reais sobre os impactos da COVID-19 para melhor entendimento das repercussões psicológicas e psiquiátricas de uma pandemia.

Palavras-chave: COVID19; enfermagem; assistência à saúde mental.

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 foi considerada uma emergência global (BRASIL, 2020). Essa pandemia acarretou bastante efeitos à saúde mental dos profissionais da saúde, em especial aos profissionais da enfermagem (BONI, et al. 2020). De maneira geral, as fragilidades emocionais junto aos profissionais da enfermagem geraram um cenário de desequilíbrio, tornou-se alarmante, a linha de frente dessa classe (HUMEREZ, et. al. 2020). A presente situação, emergiu em inusitados sentimentos de medo, da incerteza do plantão do dia seguinte, a dúvida de quantos pacientes sobreviveram a batalha, quantos já teriam partido durante a noite, todo esse conjunto influenciou de forma negativa no comportamento e bem-estar geral desses profissionais (PRADO, et. al. 2021). Em resposta à crise vivida causada pela COVID 19 a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que passados três anos da declaração de emergência sanitária de importância internacional (BRASIL, 2020). Diante de tais perspectivas, reflexões e exposições, a pesquisa tem como objetivo geral descrever as consequências psicológicas causadas pela pandemia junto aos profissionais de enfermagem e os principais recursos de apoio prestados. E como objetivos específicos analisar os fatores psicológicos associados aos profissionais da equipe de enfermagem durante a pandemia da COVID-19; observar ações que visem à melhoria das condições de trabalho da enfermagem após a pandemia; e especificar os danos causados à saúde mental dos profissionais de enfermagem durante a pandemia da COVID-19.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão bibliográfica com foco nos conteúdos referentes aos efeitos psicológicos nos profissionais de enfermagem advindos da pandemia de COVID-19. O levantamento dos artigos científicos ocorreu com base nas publicações bibliográficas produzidas pelo Ministério da Saúde, bem como informações gerais na área de ciências da saúde através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), SAGE jornal e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), acerca do tema escolhido buscando fundamentar os objetivos elencados.

Para a análise dos dados, procurou-se interpretar os sentidos das ideias centrais dos estudos. Após a seleção dos textos, procedeu-se à leitura constante e organizou-se o corpus de análise, conforme os objetivos do estudo. Em seguida, foram identificados os registros e agrupados em categorias temáticas que emergiram das publicações. Sendo assim, a organização dos artigos desta revisão foi apresentada de forma estruturada e sucinta, procurou-se analisar as características metodológicas dos estudos e principais resultados. Após esse agrupamento, os resultados foram analisados e discutidos conforme a literatura pertinente com base em três tópicos desenvolvidos a seguir: o conhecimento da pandemia da COVID 19; as consequências da pandemia da COVID 19; e os impactos desta para os profissionais da enfermagem. A amostra dos dados coletados se resume em 13 (treze) artigos científicos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diversos fatores aterrorizavam ainda mais a situação real vivida, o medo dos profissionais da contaminação, transmissão, e ser o causador do contágio da doença (MOREIRA, 2017). De acordo com a variabilidade ou piora do estado de saúde dos pacientes, aumentava a angústia dos profissionais de enfermagem junto com a ansiedade, em sua maior parte, principalmente os que atuavam em setores críticos (HUMEREZ, et. al. 2020). Assim sendo, entende-se como resultado necessário, além de tornar-se extremamente essencial, a busca de estratégias de enfrentamento como principal meio de intervenção e apoio psicológico especializado, entre outras, exercícios de relaxamento, e disponibilidade da melhoria e aperfeiçoamento das condições de trabalho restaurando e preservando de forma integra a saúde física e mental dos profissionais de saúde (PRADO, 2021).

Portanto, conclui-se que, fica claro a importância e a necessidade de pesquisas e esclarecimentos reais sobre os impactos da COVID-19 para melhor entendimento das repercussões psicológicas e psiquiátricas de uma pandemia, é preciso também, levar em consideração as principais implicações e emoções envolvidas antes, durante e após o ocorrido dos profissionais de enfermagem que atuaram na linha de frente durante a pandemia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 467, de 20 de março de 2020a.** Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de COVID-19. Disponível em:
<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-467-de-20-de-marco-de-2020-249312996>.
Acesso em: 25 out. 2023.

HUMEREZ, DC, Ohl RIB, Silva MCN. Saúde **mental dos profissionais de enfermagem do Brasil no contexto da pandemia Covid-19:** ação do Conselho Federal de Enfermagem. Cogitare enferm;25:e74115. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.74115>. Acesso em: 01.12.2022.

MOREIRA, A. S.; Lucca, S. R. Apoio psicossocial e saúde mental dos profissionais de enfermagem no combate ao COVID-19. Revisão integrativa de literatura. Apoio psicossocial-saude-mental-profissionais-enfermagem-combate-covid-19.pdf. 2017.

PRADO, AD, Peixoto BC, Silva AMB, Scalia LAM. A saúde mental dos profissionais de saúde frente à pandemia do COVID-19: uma revisão integrativa. **Rev Eletrônica Acervo**

Saúde. 46:e4128. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e4128.2020>. Acesso em: 30.11.2022.

ENTRAVES NO CUMPRIMENTO DA JANELA TERAPÊUTICA EM CASOS SUSPEITOS DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO

Merioatã Nunes do Nascimento¹, (Aluno do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: merioata.nunes@gmail.com); Emanuelle Sampaio Almeida Pinto², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuelleprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Esse estudo tem como principal objetivo identificar os fatores que levam a demora no atendimento para casos suspeitos de acidente vascular encefálico. Para a realização dessa pesquisa foi feito um estudo com base qualitativa, utilizando o método exploratório/descriptivo. O estudo foi realizado na unidade de pronto atendimento (UPA) do município de Aracati e teve como população os profissionais enfermeiros da unidade, sendo a amostra aqueles que atuam na classificação de risco. Para realização da coleta dos dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada. Um dos principais pontos a serem identificados como um dos principais causadores da demora dessa oferta de tratamento adequado para o caso clínico do paciente, foi a burocratização da central de regulação para que fosse acionado o samu para transferência do paciente para um hospital adequado.

Palavras-chave: acidente vascular encefálico; assistência de enfermagem; enfermeiros.

INTRODUÇÃO

Muito se ouve falar de pessoas que tiveram familiares acometidos por doenças neurológicas; dentre as comentadas, a que recebe mais destaque, tendo em vista uma maior frequência, é o acidente vascular encefálico (AVE). Observa-se inúmeras dúvidas acerca de diagnósticos, prevenção e/ou tratamento. Portanto, faz-se necessário o aumento de estudos e pesquisas relacionadas ao AVE, para que haja a disseminação das informações para a população comum.

Um dos principais problemas comentados acerca dessa temática é a demora para que seja realizado um primeiro atendimento à essas pessoas com suspeitas de AVE, sejam esses entraves por questões de sistematização interna da unidade hospitalar, locomoção, ou até mesmo a falta de conhecimento acerca dos sintomas apresentados. Por motivo de tais estorvos, a maioria dos pacientes desencadeiam sequelas que podem ser leves ou graves, podendo levar a óbito (BRANDÃO, 2020).

MARCO TEÓRICO

O acidente vascular encefálico, também conhecido como acidente vascular cerebral (AVC), tem um conceito genérico de apenas descrever um comprometimento da função neurológica. Existem duas formas de AVE que são elas: anóxico-isquêmicas, correspondente a uma vasoconstrição ocasionando uma ineficiência de suprimento de oxigênio nos tecidos cerebrais e substratos, e hemorrágicas que é o extravasamento de sangue que podem ser dentro ou em algumas estruturas do sistema nervoso central. Também existem os subtipos que para os isquêmicos são lacunares, ateroscleróticos e embólicos, e para os hemorrágicos são intraparenquimatosos e subbracnóides (CHAVES, 2000).

No ano de 1996 o único método aprovado para que fosse utilizado como o tratamento em pacientes com AVC isquêmico em fase aguda era o ativador do plasminogênio tissular recombinante (rtPA), que deveria ser utilizado dentro de 3 horas após o início dos sintomas (MARTINS, 2006).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa realizada com uma abordagem qualitativa, utilizando o método exploratório/descriptivo. Para a coleta de dados desse estudo foi realizada uma entrevista semi-estruturada. Segundo MINAYO (2018), a entrevista semi-estruturada é feita por meio de um diálogo que já tenha um propósito a ser seguido, porém, pode ser modificado no decorrer da conversa por motivos de assuntos relevantes para a pesquisa.

A pesquisa foi realizada na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Dr. Xavier Maia, localizada no município de Aracati no estado do Ceará. O município de Aracati é uma cidade no interior do estado do Ceará e está localizada no Vale do Jaguaribe, no litoral leste.

Esse estudo tem como população todos os profissionais enfermeiros que atuam na (UPA), tendo como grupo amostral os enfermeiros que atuam na classificação de risco. Foi realizada a entrevista semiestruturada com todos os enfermeiros que se enquadram nos critérios. A entrevista teve uma duração média de seis minutos, e foi realizada em uma sala reservada, houve a utilização de um gravador de voz para armazenar as informações obtidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista semiestruturada. O instrumento de coleta foi composto por 11 perguntas norteadoras. Seis das onze perguntas foram escolhidas, e apresentadas em pontos para discussão.

Os principais sinais e sintomas apresentados por indivíduos que foram acometidos por acidente vascular cerebral são déficits neurológicos, cefaleia intensa, no qual podem estar relacionados a outros acontecimentos como náuseas e vômitos, fraqueza na face, braços ou pernas (sendo mais comum acometer um dos lados do corpo), dificuldade para deambular, rebaixamento de nível de consciência e perda motora (BORK, 2022).

As falas apresentadas pelos participantes andam em concordância com as literaturas apresentadas anteriormente, fazendo com que suas assistências estejam sendo prestadas com base científica. Vale ressaltar que todos os entrevistados relataram os mesmo sinais e sintomas, dentre eles, os transcritos no texto anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

Foi possível observar a grande preocupação e responsabilidade dos enfermeiros para que o atendimento fosse realizado o mais breve possível, levando em consideração a grande importância que é a classificação de risco, onde o enfermeiro tem a primeira visão do paciente e consegue identificar os principais sinais e sintomas do mesmo e determinar o nível de prioridade a partir do quadro clínico do paciente. E também, consegue-se ver a angústia dos enfermeiros com os casos que chegam na unidade, demonstrando preocupação com a saúde pública e educação em saúde da comunidade como num todo.

Um dos principais pontos a serem identificados como um dos principais causadores da demora dessa oferta de tratamento adequado para o caso clínico do paciente, foi a burocratização da central de regulação para que fosse acionado o samu para transferência do paciente para um hospital adequado. Porém, essa demora não advinda da unidade para central, e sim, da central para o envio da unidade de suporte do SAMU para que fosse realizado a transferência.

REFERÊNCIAS

BORK, L.C.A. **Gerontologia educacional sobre acidente vascular cerebral.** Disponível: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/79548/R%20-%20D%20-%20LUANY%20CAROLINE%20ADAMOVICZ%20BORK.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
Acesso: nov 2023.

BRANDÃO, P.C.; FERRAZ, M.O.A.; SAMPAIO, E.S. Retardo na chegada da pessoa com acidente vascular cerebral a um serviço hospitalar de referência. **Revista Nursing**, 2020. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1046/1206>. Acesso: set 2022.

CHAVES, M.L.F. Acidente vascular encefálico: conceituação e fatores de risco. pag 372. **Rev Bras Hipertens**, vol 7(4): outubro/dezembro de 2000. Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/merioat%C3%A3/Accidente_vascular_encefalico_conceituacao_e_fatore.pdf
Acesso: set 2022.

MARTINS, S.C.O. Protocolo de atendimento do AVC isquêmico agudo. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Rio Grande do Sul**, - n., 07, 2006. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/sbc-rs/revista/2006/07/Artigo09.pdf>
Acesso: set 2022.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Ciência e saúde coletiva. Editora vozes; 26ºedição. Disponível em: https://cursoextenso.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf
Acesso: set 2022.

PRÁTICAS NÃO FARMACOLÓGICAS PARA A HUMANIZAÇÃO DO PARTO NORMAL

Rebeca Maria da Silva Paiva¹, (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: rebecamspaiva@gmail.com); Emanuelle Sampaio Almeida Pinto², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuelleprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar como as práticas não farmacológicas podem contribuir para a humanização do parto normal. Realizou-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa. Identificou-se que a presença da enfermagem obstétrica é fundamental para o fornecimento de uma assistência menos intervencionista e, consequentemente, mais humanizada, reduzindo, portanto, o uso de métodos farmacológicos ou mesmo práticas desnecessárias; o manejo das boas práticas proporciona autonomia para as parturientes; os métodos não farmacológicos contribuem significativamente para o alívio da dor no processo de parto e parto. Nota-se a necessidade de um reforço da importância da equipe de enfermagem obstétrica no processo de parto e parto, tanto pela sua capacidade de postergar intervenções invasivas e favorecer os métodos não farmacológicos, como também pela habilidade de constituir vínculos com as parturientes através do manejo de boas práticas, conduzindo à mulher ao protagonismo do seu processo de parto.

Palavras-chave: Humanização. Parto. Enfermagem obstétrica.

INTRODUÇÃO

No cenário da produção de saúde, o sistema brasileiro ainda tem grandes desafios para a oferta de atenção integral e de qualidade às mulheres durante a assistência obstétrica. Todavia, ainda que apresentem essas dificuldades, é possível identificar cenários com grande potencial de agir para uma efetiva mudança na atenção ao parto e nascimento, como o reforço de práticas que garantam qualidade e humanização ao parto. As práticas não farmacológicas baseadas em evidências funcionam como uma estratégia eficaz para melhorar a qualidade da assistência obstétrica (CARVALHO; GOTTEMS; GUILHEM, 2022).

O uso de tais práticas de atenção ao parto e nascimento possibilitam um modelo de assistência que considera a implementação das evidências científicas, de acordo com critérios de utilidade, eficácia e risco, e a eliminação de intervenções desnecessárias. As enfermeiras obstétricas estão inseridas neste modelo obstétrico e são componentes fundamentais, uma vez que estudos mostram melhoria na qualidade da assistência ao parto com a presença dessas profissionais, além de risco reduzido de intervenções e sensação de controle da experiência do parto pelas mulheres (KLEIN; GOUVEIA, 2022).

Tendo em vista essa temática, é necessário que se conheça a aplicação dos métodos não farmacológicos, visando à promoção e o aumento da sua utilização e, assim, propor melhorias quanto às práticas em saúde. Neste contexto, torna-se apropriado avaliar como as práticas não farmacológicas podem contribuir para a humanização do parto normal.

MARCO TEÓRICO

Os métodos não farmacológicos (MNF) para alívio da dor no trabalho de parto são estratégias utilizadas durante o trabalho de parto para um melhor manejo dessa assistência. Entre os métodos estão as técnicas de relaxamento, a hidroterapia, massagem, estimulação elétrica transcutânea e deambulação. O seu uso proporciona a redução da dor e dos níveis de estresse e ansiedade, além de apresentar efeitos positivos na diminuição do tempo de trabalho de parto (GALLO et at., 2018).

Sabe-se comprovadamente que intervenções desnecessárias, realizadas sem indicação, prejudicam a progressão natural do trabalho de parto. Deve-se focar no cuidado na mulher, o incentivo à utilização das boas práticas obstétricas, a redução das intervenções desnecessárias e invasivas, a desmedicalização da saúde, dando prioridade aos métodos não farmacológicos, reforçando a autonomia e ao protagonismo da mulher (CARVALHO; GOTTEMS; GUILHEM, 2022).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa, sendo este um método de pesquisa que visa avaliar criticamente e sintetizar trabalhos sobre temas específicos de forma sistemática, ordenada e abrangente (ERCOLE et al., 2014).

A busca dos estudos foi realizada no período de janeiro a agosto de 2023, onde o levantamento bibliográfico foi realizado através do endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados de dados, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foi utilizada a seguinte estratégia de pesquisa realizando buscas em bases científicas, utilizando o formulário de busca avançada nas bases de dados, com o emprego dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Humanização”, “Parto”, “Enfermagem obstétrica” juntos ao operador booleano “AND” e aos critérios de inclusão que foram aplicados para composição da amostra.

A análise dos dados que passaram pelos critérios de admissibilidade foi feita em três etapas. Na primeira etapa, foi realizada a leitura avaliativa e analítica de títulos e resumos, na segunda etapa foram selecionados os artigos para leitura na íntegra, levando como referência a questão do estudo, continuado pela interpretação e comparação entre produções e as partes que compõem cada uma, encontrando informações e indicativos relevantes que dissitem acerca de como a literatura tem mencionado sobre as contribuições das práticas não farmacológicas para a humanização do parto normal. Na terceira etapa foram realizados fichamentos de forma a organizar os dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabe-se comprovadamente que intervenções desnecessárias, realizadas sem indicação, prejudicam a progressão natural do trabalho de parto. Portanto, entende-se, a partir dos resultados apresentados, que a presença da enfermagem obstétrica é fundamental para o fornecimento de uma assistência menos intervencionista e, consequentemente, mais humanizada (CARVALHO et al., 2022).

No manejo das boas práticas, torna-se extremamente importante a constituição de vínculo entre enfermeiras obstétricas e as mulheres no processo de parto. Destaca-se o valor da relação de confiança, processo essencial para que consigam reconhecer as demandas das parturientes, de modo que possam favorecer a tranquilidade para as mesmas no parto (OLIVEIRA et al., 2019).

Quanto a utilização dos métodos não farmacológicos, pode-se ressaltar diversos benefícios para a mulher durante o trabalho de parto. Eles auxiliam nos cuidados as necessidades das parturientes, promovendo conforto, segurança e redução da ansiedade. Por isso, para que ocorra melhor condução do trabalho de parto e melhores resultados perinatais, é importante que os métodos não farmacológicos para o alívio da dor sejam empregados às parturientes desde o momento de sua admissão (CABRAL et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

Em vista dos argumentos apresentados, observou-se que a presença da enfermagem obstétrica é fundamental para o fornecimento de uma assistência menos intervencionista e, consequentemente, mais humanizada, reduzindo, portanto, o uso de métodos farmacológicos ou mesmo práticas desnecessárias.

Notou-se, também, que o manejo das práticas não farmacológicas, através da enfermagem obstétrica, proporciona um ambiente seguro de acolhimento para a parturiente, proporcionando-lhe autonomia e respeito pela sua fisiologia. Para tal, faz-se necessário a constituição de vínculo entre enfermeiras obstétricas e as mulheres no processo de trabalho de parto e parto.

Observou-se, ainda, que as práticas não farmacológicas contribuem significativamente para o alívio da ansiedade e dor no processo de trabalho de parto e parto. É visto que, apesar de haver comprovação no que diz respeito aos benefícios desses métodos, nem sempre é de conhecimento das parturientes sobre sua eficácia e que essa falta se dá pela ausência de informação durante os atendimentos de pré-natal.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, E. M.; GOTTEMS, L.M.P.; GUILHEM, D.B. **O ensino das boas práticas obstétricas na perspectiva dos preceptores da Residência.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3ctRPgfzzyKWPGfgFkJ6BsK/?lang=pt#>. Acesso em: set. 2022.
- KLEIN, B.E.; GOUVEIA, H.G. **Utilização de métodos não farmacológicos para alívio da dor no trabalho de parto.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/SfvvfycwrH64ZDQKWq7NMJK/#>. Acesso em: set. 2022.
- GALLO.R.B.S.; SANTANA, L.S.; MARCOLIN, C.A. et At. **A aplicação sequencial de intervenções não farmacológicas reduz a gravidade da dor do trabalho de parto, retarda o uso de analgesia farmacológica e melhora alguns desfechos obstétricos: um ensaio clínico randomizado.** Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1836955317301455?via%3Dihub>. Acesso em: set.2022.
- OLIVEIRA, P.S.; COUTO, M.T.; GOMES, N.P. et At. **Boas práticas no processo de parto: concepções de enfermeiras obstétricas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/XnCkCBbKR4JBjdfqTxPm36K/?lang=pt#>. Acesso em: set.2022.
- CABRAL, B.T.V.; ROCHA, M.C.S.; ALMEIDA, V.R.M., et At. **Medidas não farmacológicas para alívio da dor do parto: revisão sistemática.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/Mv4rQpcxTkJSZwrwM9JTRjk/?lang=pt#>. Acesso em: set.2022.

Stefanny Lima da Silva¹, (Aluna do Curso de Bacharel em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: limasteh01@gmail.com), Amália Gonçalves Arruda², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: amaliagoncalves@fvj.com).

RESUMO

O vírus da imunodeficiência humana (HIV) é o agente responsável pela síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) que afeta o sistema imunológico. A contaminação do HIV em gestantes é um acontecimento com um alto índice de prevalência na população brasileira.

Objetivo: Relatar o papel do enfermeiro na assistência voltada às gestantes infectadas pelo HIV.

Metodologia: Trata-se de uma abordagem qualitativa por meio de uma revisão de literatura do tipo integrativa, onde foi dividido em sete etapas, utilizando artigos publicados encontrados nas bases online: BVS – Biblioteca Virtual de Saúde; BDENF – Base de Dados em Enfermagem; LILACS - Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde e SCIELO - Scientific Electronic Library Online.

Resultados e Discussões: foram encontrados 71 artigos registrados, que após a aplicação dos filtros e análises dos artigos na íntegra resultaram em 17 selecionados para compor a amostra desta revisão. Os estudos analisados evidenciaram que o papel do enfermeiro na assistência a gestantes vivendo com HIV não se restringem a apenas uma forma mecânica de cuidados físicos determinada por protocolos, mas estende-se a uma atenção que visa a aceitação, saúde mental, interação familiar e ações interdisciplinares para o enfrentamento do momento marcado por dúvidas, dores e preocupações. **Conclusão:** tornou-se irrefutável o papel da enfermagem em um cuidado integral e holístico no âmbito assistencial na ESF e na enfermagem obstétrica às gestantes com HIV e seu cuidado para evitar a transmissão vertical do vírus.

Palavras-chave: HIV; pré-natal; transmissão vertical; assistência de enfermagem.

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

O vírus da imunodeficiência humana (HIV) é o agente responsável pela síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) que afeta o sistema imunológico prejudicando as defesas do organismo contra infecções. Quando se trata do HIV na gestação, o principal problema é a possibilidade da transmissão do vírus para o feto, conhecida por transmissão vertical (TV), que é a principal forma de infecção em menores de 13 anos (FERREIRA et al., 2020).

A contaminação do HIV em gestantes tem um elevado percentual na população feminina brasileira, mesmo com campanhas e programas governamentais de prevenção (SANCHES, 2019). Segundo o boletim epidemiológico de HIV/Aids do Ministério da Saúde (MS) em 2021, no período de 2000 até junho de 2021, foram notificadas no país 141.025 gestantes infectadas com HIV, das quais 7.814 no ano de 2020, com uma taxa de detecção de 2,7/mil nascidos vivos (BRASIL, 2021).

O enfermeiro, em conjunto com uma equipe multiprofissional, realiza atividades de prevenção da TV do HIV desde a realização da testagem anti-HIV até o tratamento profilático das mães soropositivas e do RN. Além de desenvolver ações de promoção de saúde através de estratégias de sensibilização aos cuidados necessários para prevenir a transmissão (LIMA et al., 2017).

O enfermeiro e toda a equipe multiprofissional deve ter um olhar holístico e sensibilizado a esta gestante, levando em consideração seus medos e fragilidades mediante ao cenário em que a mesma se encontra, uma vez que, já não é apenas a sua saúde o motivo de preocupação, mas também o medo de transmitir o vírus para o seu filho e a impossibilidade de amamentá-lo, momento este tão íntimo e afetivo entre mãe e filho.

Diante destas questões, o presente estudo tem por objetivo relatar como a enfermagem pode agir na assistência voltada às gestantes infectadas pelo HIV em diversas etapas da gestação.

METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de uma revisão integrativa de literatura com característica exploratória.

A questão norteadora do presente estudo foi: qual o papel do enfermeiro na assistência prestada a gestantes infectadas pelo HIV? No intuito de respondê-la, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com um corte temporal de 10 anos, nas seguintes bases de dados online: BVS – Biblioteca Virtual de Saúde; BDENF – Base de Dados em Enfermagem; LILACS - Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde e SCIELO - Scientific Electronic Library Online. Afim de facilitar a pesquisa, empregou-se os seguintes descritores (DeCS) e palavras-chave: HIV, pré-natal, transmissão vertical, assistência de enfermagem, combinadas ao operador booleano “and”, nos idiomas português, inglês e espanhol.

O estudo compete a uma análise descritiva qualitativa, onde inicialmente, foi realizado uma leitura exploratória com base no título e leitura completa dos resumos. Após isso, foi realizada uma leitura com olhar crítico e seletivo afim de investigar a relevância dos artigos para a construção desta revisão integrativa. Para isso, incluiu-se artigos de pesquisas originais, trabalhos de conclusão de curso, artigos em idioma estrangeiro (inglês e espanhol) e artigos com data de publicação entre 2013 e 2023 que atendiam a ideia da pergunta norteadora. Para os critérios de exclusão, foram excluídos desta pesquisa revisões bibliográficas, matérias de jornais, artigos duplicados e que não correspondam aos descritores utilizados.

Após a leitura do título e resumo desses estudos, cumprimento aos critérios de inclusão e exclusão, leitura integral dos pré-selecionados e pré-elegíveis, foram escolhidos 17 (dezessete) artigos para compor a amostra final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a leitura minuciosa dos artigos foram sendo encontradas unidades analíticas que deram origem a 3 (três) categorias temáticas apresentadas a seguir.

Reflexões das políticas e protocolos que embasam a assistência a mulher com HIV

No que se refere a pessoas soropositivas que carregam com si os estigmas da privação da felicidade, observa-se que através do serviço de saúde, esses indivíduos conseguem firmar dificuldades e dúvidas que acometem sua vivência cotidiana. O adoecimento da alma os torna sensíveis e carentes de atenção, não apenas no cuidado terapêutico, mas também no emocional. Diante do exposto, a Política Nacional de Humanização (PNH) propõe que seja realizado uma assistência de forma humanizada a estes indivíduos, prezando pelo acolhimento, escuta qualificada, resolutividade, tornando assim, um serviço eficaz que proporciona um cuidado seguidos dos princípios da integralidade e equidade do SUS (ROCHA et al., 2015).

É necessário o fortalecimento de políticas públicas para as ações adequadas de controle da TV do HIV. Deve-se investir na qualidade do serviço da atenção primária, com ênfase na capacitação precoce das gestantes para o pré-natal e aumento na realização de teste rápido. (GOMES; DE OLIVEIRA; FONSECA, 2015).

Algumas medidas de prevenção da transmissão materno-infantil têm sido adotadas pelo MS desde 1996. As medidas de profilaxia preconizam o oferecimento do exame anti-HIV a todas as gestantes, e para as infectadas, aconselha-se o uso de anti-retrovirais (ARVs) durante gestação e parto (NASCIMENTO et al., 2013).

Grávida soropositiva e suas inquietações.

Muitas vezes, a gestante soropositiva confronta-se com as dores oriundas do pensamento de que a mãe que dará a vida se transformará em uma mãe “perigosa”, o que exige esforço suplementar para tentar integralizar este pensamento. O nascimento da criança que venha a ter a probabilidade de ser soropositivo, mas que o diagnóstico definitivo sai alguns meses depois do parto, gera nas mães um sentimento de ansiedade e angústia (LORENÇO; AFONSO, 2009 apud NASCIMENTO, et al, 2013).

A possibilidade de mulheres soropositivas serem mães não significa dizer que não terão crianças saudáveis, desde que tenha um bom acompanhamento para efetivar este desejo (NASCIMENTO et al., 2013). Os olhares e cuidados a essas mulheres devem ser de forma integral, holística, de modo que seus medos e estigmas presentes sejam considerados (LIMA et al., 2017).

A complexidade da assistência de enfermagem a mulher infectada pelo HIV.

O enfermeiro juntamente com a equipe deve realizar atividades afim de prevenir a TV, desde ações que incluem a testagem anti-HIV até o acompanhamento da profilaxia da gestante e RN exposto. Além de desenvolver estratégias educativas de promoção da saúde, visando a sensibilização das mulheres para a adesão de cuidados necessários para a prevenção da TV (LANA; LIMA, 2010 apud LIMA, 2017).

Vale destacar a inserção do enfermeiro na assistência, enfatizando a importância dos diagnósticos de enfermagem para planejar possíveis intervenções, devendo este estar apto para a realização de um atendimento acolhedor, integral e individualizado, regido por conhecimentos científicos com base na sistematização da assistência de enfermagem (SAE) (ROCHA et al., 2015).

É possível que o enfermeiro desenvolva uma assistência que venha a considerar a família um ser-participante do cuidado, buscando a integralidade da assistência ao casal, efetivando as políticas públicas e ações que proporcionam a diminuição de índices da morbimortalidade por TV do HIV em crianças (LANGENDORF et al., 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo, foi possível perceber que, além da assistência de forma mecanicista preconizada pelos protocolos, a enfermagem também abrange cuidados no que se refere a saúde mental dessas mulheres, buscando medidas interdisciplinares para o enfrentamento da realidade marcada por dor, sofrimentos, estigmas e preocupações.

É preciso investimento político e municipal para a qualificação dos profissionais que atuam neste cenário, bem como espaço adequado e campanhas de ações, cuidados e promoção da saúde destas mulheres.

Após a análise das três categorias temáticas presentes neste estudo, tornou-se irrefutável o papel da enfermagem no âmbito assistencial na ESF e na enfermagem obstétrica a gestantes com HIV e seu cuidado para evitar a transmissão vertical do vírus.

Os achados desta revisão que buscou compreender o papel do enfermeiro na assistência prestada a gestantes infectadas pelo HIV tornam-se relevante para o estudo de acadêmicos, docentes e profissionais para que possam compreender as diversas fases do cuidado, bem como, para os profissionais desta área, uma oportunidade de auto avaliação do cuidado prestado e propostas de melhoria.

No que se refere a mudanças para a melhoria do cenário, sugere-se o maior investimento na capacitação profissional, busca ativa de mulheres soropositivas que desejem ser mãe para a adesão do planejamento familiar visando a profilaxia e educação em saúde para população e profissionais.

Por fim, o estudo possibilita um amplo conhecimento sobre o assunto debatido, contudo, limitou-se a um corte temporal de 10 anos, onde dentro deste período, predominam os artigos publicados entre 2013 a 2017, tendo assim, poucos artigos recentes.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, G. C. F. et al. HIVAIDS e a transmissão vertical: Compreensão de gestantes soro positivas. **Enferm Foco**. Pará, Brasil, v. 11, n. 6, p. 151-156, jan. 2021. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3923/1070>. Acesso em: 16 set. 2023.

GOMES, D. M.; DE OLIVEIRA, M. I. C.; FONSECA, S. C. Avaliação da testagem anti-HIV no pré-natal e na assistência ao parto no Rio de Janeiro – Brasil. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.** Recife, Brasil, v. 15, n. 4, p. 413-423, out-dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/wdMQwWfR4twVd9GRHSPmCHh/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LANGENDORF, T. F. et al. Profilaxia da transmissão vertical do HIV cuidado e adesão desvelados por casais. **Rev Bras Enferm**. Brasil, v. 69, n. 2, p. 254-260, mar-abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/HHxFQ4hySMxsqkXN8n5xpyJ/>. Acesso em: 19 out. 2023.

LIMA, A. C. M. A. C. C. et al. Transmissão vertical do HIV reflexões para a promoção da saúde e cuidado de enfermagem. **Av Enferm**. Ceará, Brasil, v. 35, n. 2, p. 179-187, abr. 2017. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/09/888411/transmissao-vertical-do-hiv-reflexoes-para-a-promocao-da-saude-_qP8gwM0.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

NASCIMENTO, C. S. et al. Desejo de maternidade frente ao diagnóstico de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. **Revista Baiana de Enfermagem**. Salvador, Brasil, v. 27, n. 3, p. 239-248, set/dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/8390/8383>. Acesso em: 15 out. 2023.

Viviane França Da Silva¹, (Aluna do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: vivianefranca539@gamil.com); Amália Gonçalves Arruda², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

A infância e adolescência são fases que possibilitam a existência de vulnerabilidade em relação ao desenvolvimento de transtornos mentais, associado as intensas transformações biopsicossociais. Estudo qualitativo, exploratório-descritivo com objetivo descrever a assistência de enfermagem da atenção básica no cuidado de crianças e adolescentes com transtornos mentais. Realizado na Estratégia da Saúde da Família do município de Beberibe-Ce, tendo como público-alvo seis enfermeiros. O instrumento de coleta de dados tratou-se de uma entrevista semiestruturada e análise foi feita através de quatro categorias temáticas. Verificou-se que a atenção a saúde mental de crianças e adolescentes tem aumentado na atenção básica mas que os profissionais tem dificuldade no manejo; que a família e a escola são vistas como corresponsáveis no surgimento de transtornos mentais em crianças e adolescentes; que a atuação principal do enfermeiro é acolher e posteriormente buscar ajuda especializada e que as principais fragilidades são o baixo número de especialistas em saúde mental e as potencialidades são a capacidade de escuta e vínculo inerentes do enfermeiro. Conclui-se que o estudo promove reflexões para a área da enfermagem se aprofundar sobre a temática com formações especializadas em saúde mental infantojuvenil, abordando questões específicas relacionadas a essa faixa etária.

Palavras-chave: atenção primária a saúde; assistência integral à saúde da criança e do adolescente; profissionais de enfermagem; saúde mental.

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o ano de 2022 obteve um marco de pessoas com transtornos mentais desde a virada do século. Nesse sentido, a OMS destaca que, em 2019, quase um bilhão de pessoas possuíam algum transtorno mental, sendo que 14 % são adolescentes. Esse relatório publicado pela OMS coloca em visibilidade a necessidade de mudanças para poder promover e melhorar a saúde mental (OMS, 2022).

A enfermagem em saúde mental evoluiu muito nos EUA, oferecendo a formação de estruturas de tratamento junto com os centros de orientação infantil. Em 1930, deu início a abertura de centros de internações especializadas voltadas para crianças. Os enfermeiros nessas unidades hospitalares têm o papel de cuidar das necessidades físicas, do controle de medicações controladas dessas crianças e ainda desenvolver em prol da construção de uma relação entre elas (DELANEY et al., 2018).

O cuidado integrado é conhecido como a conexão entre saúde mental e física em que os problemas de saúde mental se apresentam com frequência com relação a queixas somáticas. Na OMS, o cuidado primário tem como melhores exemplos a África do Sul e o Brasil, onde os enfermeiros oferecem serviços de saúde mental e ainda fornecem treinamentos para trabalhadores do cuidado primário de saúde mental (DELANEY et al., 2018).

A intervenção do enfermeiro é muito importante para a atenção e o cuidado mental dos adolescentes e, através de um olhar mais clínico, é mais simples atender as necessidades e os problemas de saúde mental apresentados por eles. Nesse sentido, é necessária uma equipe preparada para que possa identificar e compreender quais problemas que estão interferindo de forma negativa em suas vidas (TEIXEIRA et al., 2020).

O presente estudo teve como objetivo principal descrever a assistência de enfermagem da Atenção Básica no cuidado de crianças e adolescentes com transtornos mentais e objetivos secundários: abordar sobre os conceitos de transtornos mentais em crianças e adolescentes; discorrer sobre o histórico de cuidado de saúde mental com crianças e adolescentes e por fim, averiguar as potencialidades e fragilidades dos profissionais de enfermagem da atenção básica no âmbito do cuidado de crianças e adolescentes com transtornos mentais.

METODOLOGIA

O estudo argumenta uma abordagem qualitativa de método exploratório-descritivo. A pesquisa foi realizada na unidade de Estratégia da Saúde da Família, localizada no município de Beberibe no estado do Ceará. Foram selecionadas seis unidades de saúde, duas na região urbana e quatro na região rural.

O público-alvo da pesquisa foram 06 profissionais de enfermagem que trabalham nas unidades de saúde do município de Beberibe-CE, nas unidades selecionadas. Visando garantir o sigilo na identidade dos sujeitos da pesquisa, estes foram identificados pela letra E, seguida de um número de identificação (1, 2, 3, 4, 5, 6).

A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada. A análise dos dados analisou o conteúdo da temática de acordo com as fases de organização feita através dos dados obtidos respeitando a ordem de organização que seguem em três etapas (fase exploratória; trabalho de campo e tratamento do material).

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Unijaguaribe sendo aprovado com número de parecer 6.087.480.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a análise dos discursos dos enfermeiros foram identificadas ideias chaves que favoreceram a elaboração de categorias temáticas apresentadas a seguir.

Dialogando sobre a realidade do transtorno mental em crianças e adolescentes na atenção básica

“Transtorno é qualquer problema que gere dificuldades no desenvolvimento, seja físico ou psicológico da criança.” (E 1)

“A evolução ainda vem de maneira moderada na minha visão. Temos alguns casos que chegam na unidade básica e percebo que o município está evoluindo rapidamente, motivos a investigar.” (E 2)

“As alterações mentais e psicológicas nas crianças e adolescentes como autismo, hiperatividade, depressão que está sendo bem constante, entre outros.” (E 5)

A saúde mental não está relacionada apenas na ausência de doenças mentais, mas também no conjunto de funcionamento da pessoa em si e no âmbito da sociedade. Ela está ligada a sensação completa de bem-estar físico e a homeostasia corporal.

Silva et al. (2020) relatam que nos últimos anos aumentou a preponderância de transtornos mentais em crianças, contabilizando atualmente entre 10 a 20% possuindo um ou mais tipos de transtornos mentais. Além dos diagnósticos do transtorno mental também destaca que as crianças revelam tipos de comportamento como a dificuldade na aprendizagem, psicomotora e exposição de problemas afetivos.

Bittencourt et al., (2020) discorrem que a infância e adolescência são períodos em que estão mais suscetíveis ao desenvolvimento de transtornos mentais, com isso afeta diretamente de forma negativa no âmbito da vida em si.

Concepções de enfermagem sobre a responsabilização da família, escola e serviços de saúde nos casos de transtornos mentais em crianças e adolescentes

“Quando chega alguma criança ou adolescente que a mãe fala que o paciente está com algum transtorno mental, nós observamos geralmente que é algum problema em casa ou na escola.” (E 3)

“No caso os pais nem todos aceitam quando a psicóloga observa a criança que tem alguma especialidade. Muitos pais recusam porque acham a criança “doida”. (E 4)
“... esses adolescentes quando chegam aqui muitas vezes eu acho que eles querem ter um padrão de vida que não podem, muitas vezes eles não têm orientação em casa, o pai e a mãe, a própria família não dá limites, não tem aquela conversa e geralmente mãe e pai trabalham.” (E 3)

Para Del Prette e Del Prette (2003), os problemas escolares dos alunos dependem de fatores endógenos e exógenos aos alunos, e que se manifestam, principalmente, em ambientes escolares, pois é onde a socialização da criança e adolescente é mais diversificada.

O entrevistado 3 discorre que os pais possam ter culpa no desenvolvimento do transtorno mental nos filhos por não colocarem limites em seus filhos, como também buscar um padrão de vida que não podem ter.

O enfrentamento dos transtornos mentais são diversos e abrangem ações por parte dos pais que muito pouco são compreensíveis ao adoecimento do filho, sendo que o apoio familiar é considerado fundamental para combater as possíveis dificuldades (REINLADO et al, 2018).

Atuação de enfermagem com crianças e adolescentes com transtornos mentais na atenção básica.

“Quando chega alguma criança geralmente como é feito, as agentes de saúde já conversam nas casas, já passam fazendo as visitas no domicílio onde identificam algum problema, elas encaminham para mim (enfermeira).” (E 1)

“Se eu vejo que não resolvo, mas faço a primeira triagem e depois passo para a doutora e as vezes não passam por mim, coloco diretamente para a doutora e ela encaminha para o CAPS.” (E 3)

“Eu acho que o papel da enfermagem o principal é escuta terapêutica e ver realmente a criança como um todo.” (E 6)

Percebe-se em todas os discursos o enfermeiro como profissional de confiança para essa primeira escuta e avaliação da criança e adolescente, que geralmente vem acompanhado de um responsável, no entanto o próximo passo do fluxo sempre é encaminhar a outro profissional como médico e ou psicólogo não ficando claro o papel do enfermeiro após esse encaminhamento.

A escuta terapêutica é uma ferramenta de atendimento usufruída para compreender da melhor forma as necessidades do paciente estimulando o diálogo mais aberto assim promovendo um acolhimento direcionado e a autorreflexão.

Fragilidades e potencialidades da assistência de enfermagem a crianças e adolescentes com transtornos mentais na atenção básica

“Nós encaminhamos para o psicólogo, para o Neuro pediatra outro também que é muito difícil conseguir atendimento, até mesmo o acompanhamento ao psicólogo que é mais rotineiro se torna mais entrave no tratamento dessas crianças e adolescentes.” (E 1)

“A falta de profissionais na área da psiquiatria e da psicologia. Uma realidade até dessa unidade, nós temos uma demanda muito grande de criança, adolescentes e adultos para passar pelo psicólogo, mas infelizmente não tem.” (E 4)

Percebe-se assim a baixa quantidade e especialidades de profissionais da rede, dificultando o diagnóstico precoce e o direcionamento especializado, com isso também gerando uma grande demanda de atendimentos.

Percebe-se a necessidade de profissionais mais capacitados e especializados voltado para a saúde mental, pois há a necessidade de ampliamento do olhar para além da saúde física e

reconhecer a saúde mental como indissociável de qualquer contexto e ação realizada (NUNES, et al., 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou analisar o serviço prestado pela classe de enfermagem em relação ao atendimento de crianças e adolescentes com transtornos mentais que são atendidos na atenção básica, onde observa-se o acompanhamento, acolhimento e o atendimento a esse público.

Verificou-se a dificuldade que esses profissionais têm em identificar algum tipo de transtorno mental e qual conduta deve ser tomada diante dessa situação, assim gerando um grande fluxo de atendimentos para os especialistas, muitas vezes sem protocolo da própria unidade de saúde ou do município. Além disso, destaca-se a baixa de quantidade de profissionais especializados no âmbito da saúde mental, favorecendo a falta de direcionamento correto para receber pacientes do público infanto-juvenil com transtornos mentais.

As potencialidades apresentadas foram a capacidade de escuta e potencial de formação de vínculos, inerentes ao enfermeiro da atenção básica. Já as fragilidades foram a alta demanda deste público com poucos profissionais especializados (como psiquiatras e psicólogos) na rede de saúde do município, além da baixa ou ausente especialização e ou capacitação dos enfermeiros direcionada a saúde mental, dificultando o suporte a esses atendimentos.

Conclui-se que o estudo promove reflexões para a área da enfermagem se aprofundar sobre a temática com formações especializadas para enfermeiros em saúde mental infantojuvenil, abordando questões específicas relacionadas a essa faixa etária, como transtornos do desenvolvimento, bullying, automutilação e outros desafios comuns.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Marina Nolli et al. **Validação de conteúdo e aparência de um manual educativo para promoção à saúde mental infantil.** 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20202143694>. Acesso em: 01 set. 2022.

DELANEY, R. K.; COOPER, L. J.; NSHMEREWIRE, Sylvia. The practice of child mental health nurses. **IACAPAP e-textbook of child and adolescent mental health**, p. 1-17, 2018. Disponível em: https://iacapap.org/_Resources/Persistent/7422dd6b47109f892edffdc9d764c6f59dab4063/J.11-ENFERMEIRO-Portuguese-2021.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.

DEL PRETTE, Z. A. P; DEL PRETTE, A. **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem:** questões conceituais, avaliação e intervenção. Campinas: Alinea, 2003.

NUNES, Vanessa Veloso et al. Primary care mental health: nurses' activities in the psychosocial care network. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. 2020, v. 73, n. Suppl 1 [Acessado 22 Novembro 2023], e20190104. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0104>. Acesso em: 01 set. 2022.

OMS. **OMS divulga Informe Mundial de Saúde Mental:** transformar a saúde mental para todos. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/oms-divulga-informe-mundial-de-saude-mental-transformar-a-saude-mental-para-todos/>. Acesso em: 03 set. 2022.

Farmácia

O USO DO ÔMEGA 3 NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES.

Adélia Cristina Frnandes Lins¹, (aluna do curso de Bacharelado em Farmácia da Unijaguaribe, e-mail: adeliacristina.lins@fvj.br); Orientador: **Francisco Wanderlei Lima Silva²**, (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Farmácia da Unijaguaribe, e-mail: Wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

Os ácidos graxos ômega-3 compõem uma família de ácidos poli-insaturados, dos quais se destacam como fisiologicamente notáveis o ácido eicosapentaenoico (EPA; 20: 5n-3) e o ácido docosanyaenoico (DHA; 22: 6n-3). Quantidades consideráveis de EPA e de DHA podem ser encontradas em preparações farmacêuticas concentradas, em frutos do mar, em tecidos de mamíferos marinhos e em suplementos como óleos de peixe e óleo de figado de bacalhau. O objetivo desse estudo foi documentar que os ácidos graxos ômega-3 são uma alternativa para prevenir doenças cardiovasculares e destacar as propriedades terapêuticas que reduzem o risco dessas doenças. A metodologia apresenta uma revisão bibliográfica de literatura narrativa, documentada em artigos, livros e periódicos. A escolha do levantamento dos acervos científicos ocorreu entre abril e maio de 2022, as plataformas virtuais selecionadas foram: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), na biblioteca eletrônica *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) o que resultou em 9 artigos para as discussões. Os estudos demonstram redução do risco de parada cardíaca, regulando as propriedades elétricas do músculo cardíaco, reduzindo as arritmias ventriculares e o risco de morte súbita. Os ácidos graxos ômega-3, eicosapentaenoico (EPA), docosanyaenoico (DHA) em princípio, possuem uma série de ações biológicas que melhoram a saúde cardio-metabólica. Conclui-se que a utilização da suplementação com ômega-3 é muito importante para pessoas com doenças cardiovasculares pois reduz os riscos de morte e melhora a qualidade de vida. Apesar de muitos estudos existirem a respeito, são necessários mais estudos, principalmente para se chegar em consenso sobre a quantidade ideal para ser suplementada.

Palavras-chave: ômega-3; benefícios; doenças cardiovasculares; infarto agudo miocárdio.

INTRODUÇÃO

O ômega 3 é um grupo de óleos graxos poli-insaturados ômega 3 de cadeia longa (n-3 *Omega-3 polyunsaturated fatty acids* - PUFA) com múltiplas ligações duplas. Os principais tipos de ácidos graxos ômega-3 de cadeia longa incluem o ácido eicosapentaenoico ou EPA e o ácido docosanyaenoico – DHA, podem ser encontrados em peixes e frutos do mar. Outro ácido de grande importância é o ácido alfa linolênico – ALA que pode ser encontrado na linhaça, canola e nozes.

Sabe-se que tais ácidos são capazes de reduzir as concentrações plasmáticas de triglicerídeos, alterar a síntese de prostaglandinas, estimular a produção de óxido nítrico, reduzir o estresse oxidativo, modular a coagulação sanguínea e abrandar a vasoconstrição estimulada por catecolaminas.

Com o presente estudo pode-se concluir que a suplementação com o ômega-3 diminui os riscos de desenvolver doenças cardiovasculares, contribuindo no tratamento de pessoas já acometidas com tais problemas de saúde. O ômega-3 pode ser suplementado com formulações farmacêuticas isoladas, ou uma dieta rica em peixes, frutos do mar, folhas verdes, linhaça.

METODOLOGIA

A metodologia do estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica narrativa, foram selecionados para as discussões 9 artigos com dados de publicações nacional e internacional, o material foi selecionado entre abril e maio de 2022 correspondendo ao período de 2001 a 2021

utilizando os bancos de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), na biblioteca eletrônica *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os benefícios para a saúde dos ômega-3 são numerosos, pois estão envolvidos no processo de circulação sanguínea, promovendo efeitos benéficos no sistema cardiovascular, cérebro, pele, visão e sistema nervoso, evitando ataques cardíacos ou derrames. Cardiologistas profissionais indicam que comer peixes ricos em ácidos graxos ômega-3 duas vezes por semana reduz em 29% a possibilidade de desenvolver problemas cardíacos.

Em relação ao índice de concentração de ômega-3 que deve ser administrado, vai depender do metabolismo individual de cada pessoa, e ainda há controvérsias sobre a concentração do indicador ideal em vários países como Japão, Canadá, Suíça, Reino Unido e Austrália. Curiosamente, esses países recomendam a mesma concentração de ômega-3 na dieta e suplementação, com consumo médio de 0,3 a 0,5 g/dia de EPA + DHA e 0,8 a 1,1 g/dia de ALA, o que permite uma redução significativa na mortalidade por doenças cardiovasculares.

A Sociedade Brasileira de Cardiologia - SBC não fornece recomendações quantitativas quanto ao consumo de ácidos graxos ômega-3 na prevenção primária, mas ressalta a importância de pelo menos duas refeições semanais à base de peixe para reduzir o risco de doenças cardiovasculares e suplementar 1g dele 3 vezes ao dia para pacientes do grupo de alto risco após IAM, como fortes determinantes de benefícios relacionados ao consumo.

Conclui-se portanto, que o estudo demonstra como a suplementação com o ômega-3 é interessante pois são inúmeros os seus benefícios, melhorando a qualidade vida e diminuindo riscos de morte por doenças cardiovasculares. São necessários mais estudos a respeito pois muito ainda precisa ser entendido, ainda ocorre discordâncias sobre quantidades ideais a serem consumidas.

REFERÊNCIAS

MARTINS, M.B; SUAIDEN, A.S; PIOTTO, R.F; BARBOSA, M. Propriedades dos ácidos graxos poliinsaturados Omega 3 obtidos de óleo de peixe e óleo de linhaça. **Rev. Inst. Ciênc. Saúde.** v. 26, n. 2, p. 153-156, 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rn/a/RrbqXWrwyS3JHJMhRCQwJgv/>. Acesso em: 05 maio 2022.

SANTOS, I. K. S; GONÇALVES, R. C. C. Efeitos da suplementação de ácidos graxos poliinsaturados ω-3 em pacientes com doenças cardiovasculares. **Braspen J**, São Paulo, v. 4, n. 31, p. 371-378, 29 jul. 2016. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-847402>. Acesso em: 05 maio. 2022.

AVEZUM, A.; GUIMARÃES, H.P.; LERWANGER, O.; PIEGAS, L. Aspectos epidemiológicos do infarto agudo do miocárdio no Brasil. **Rev. Bras Clin Terap.** 31(02): 93-96, junho 2005. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1066270>. Acesso em: 09 abr. 2022.

ANDRADE, P.M.M; RIBEIRO, B.G; CARMO, M.G.T. Suplementação de ácidos graxos ômega 3 em atletas de competição: impacto nos mediadores bioquímicos relacionados com o metabolismo lipídico. **Rev Bras Med Esporte** 12 (6) • Dez 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbme/a/sx7MN68gGg4fqBFTnbzxDFk/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SANTOS, R.D, et al. I Diretriz sobre o consumo de gorduras e saúde cardiovascular. **Arq. Bras. Cardiol.** 2013; 100(3):1-40. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/abc/a/3TLGLy5VWGfTZfvZr8DxBHf/?lang=pt#>. Acesso em: 05 maio. 2022.

MÉTODOS CONTRACEPTIVOS HORMONAIIS – UM PANORAMA PARA ATENÇÃO FARMACÊUTICA

Alana da Costa Bezerra¹, (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: alana.costa@fvj.br), José Ossian Almeida Souza Filho², (Docente do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: ossian@fvj.br)

RESUMO

A contraceção pode ser classificada como um modo de prevenção intencional, aderindo diversos métodos físicos, químicos e comportamentais. Nesse sentido, o profissional farmacêutico se faz fundamental para orientar, ensinar e tirar dúvidas sobre uso adequado de tais método contraceptivos, principalmente os hormonais. O objetivo do presente trabalho foi apresentar os métodos contraceptivos hormonais como panorama para atenção farmacêutica. A coleta de dados foi realizada nos indexadores SciELO, LILACS e PubMed. Foram encontrados 845 arquivos, dos quais somente 09 foram selecionados e incluídos na amostra. Foi observado que atenção farmacêutica sobre métodos contraceptivos é um componente essencial dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, proporcionando aos pacientes o conhecimento e a confiança necessária para tomar decisões conscientes em relação à sua saúde reprodutiva.

Palavras-chave: métodos contraceptivos; agentes anticoncepcionais femininos; atenção farmacêutica

INTRODUÇÃO

A contraceção pode ser classificada como um modo de prevenção intencional, usando métodos adversos como fármacos, substâncias químicas, procedimentos cirúrgicos, planejamento sexual etc. (JAIN; MURALIDHAR, 2011).

A partir da evolução da pílula e seu surgimento, foram abertas portas para novos e diversos métodos hormonais contraceptivos, como, por exemplo, injeções e implante hormonal. Desenvolveram-se, assim, os estudos sobre os anticoncepcionais que ganharam espaço e visibilidade no final do século XX até os dias atuais (RACCAH-TEBEKA; PLU-BUREAU, 2020).

A orientação sobre os métodos contraceptivos é essencial para evitar uma gravidez indesejada, fato que tem levado muitas mulheres ao aborto não seguro, o que pode ser evitado quando se tem a orientação correta (VIEIRA, 2010).

Com base no exposto anteriormente, a atenção farmacêutica tem crescido, mostrando sua importância para as orientações cabíveis ao tema abordado. O profissional farmacêutico é fundamento para orientar, ensinar e tirar dúvidas, entre outras atividades inerentes ao uso de método contraceptivos hormonais.

Esse estudo acadêmico justificou-se pela importância da atenção direta do farmacêutico no uso dos métodos contraceptivos hormonais, por ter uma demanda alta de dispensação, seja na farmácia comercial ou pelo SUS. Nesse ínterim, a falta de orientação para uso de anticoncepcionais pode gerar um risco de saúde pública, pois existem efeitos adversos e colaterais no uso incorreto dessas medicações.

O objetivo do presente trabalho foi apresentar os métodos contraceptivos hormonais como panorama para atenção farmacêutica.

METODOLOGIA

O método do presente trabalho caracterizou-se como alusiva ao método revisão integrativa da literatura, do tipo qualitativo. O trabalho foi realizado no período de agosto a novembro de 2023, utilizando dos seguintes descriptores: métodos contraceptivos; agentes anticoncepcionais femininos; atenção farmacêutica; atenção integral à saúde da mulher. Os

artigos científicos relacionados à temática foram acessados nos seguintes indexadores: SciELO, LILACS e PubMed. Os critérios de inclusão foram: artigos dos anos 2018 a 2023, publicados na língua portuguesa, espanhola e/ou inglesa, disponíveis na íntegra e gratuitos, do tipo estudos qualitativos, pesquisas analíticas, sínteses descritivas, estudos quali-quantitativos e estudos transversais. Já os elementos de exclusão foram: monografias; revisão de literatura; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado e doutorado; artigos publicados em dois ou três indexadores.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O estudo de Olsen et al. (2018) trata-se de uma pesquisa bastante complexa em relação ao uso de métodos contraceptivos, mostrando o aumento do uso e a procura de anticoncepcionais. Diversas mulheres alegaram a falta de conhecimento sobre o seu uso, tanto pelo nível de escolaridade de algumas, como pela carência de orientação do profissional de saúde. Nesse estudo é dito que a maioria das jovens entrevistadas fazem uso de métodos contraceptivos por conta própria, custeando todo o consumo, tendo a farmácia comercial como seu principal ponto de acesso. Tendo em vista que a maioria das jovens e adultas que são sexualmente ativas buscam sempre a farmácia comercial para adquirir seu anticoncepcional, mostra-se, diante disso, que a atenção farmacêutica se torna inegociável.

Ferreira et al. (2018) afirmam que a maioria das mulheres que participaram da pesquisa confirmou sua confiança no método contraceptivo indicado pelo profissional da saúde, seja ele médico ginecologista ou farmacêutico, demonstrando, assim, o peso da influência que esse tem sob a saúde sexual feminina. Devido à falta de conhecimento sobre o assunto abordado, várias mulheres optam por indicações; mas, não basta apenas isso. É importante saber como administrar os anticoncepcionais, assim como qualquer outro medicamento, pois eles também têm seus fatores de risco e a falta de conhecimento pode resultar em possíveis problemas de saúde, como o descontrole hormonal/infecções.

Segundo Silva e Rocha (2021), é fundamental que os farmacêuticos passem informações claras sobre a melhor forma de realizar o tratamento com métodos contraceptivos, além de esclarecer dúvidas sobre as formas corretas do uso de medicamentos, mostrando, também, as possíveis contraindicações e interações medicamentosas e contribuindo, de forma efetiva, para minimizar os riscos da medicação e reações adversas. A atenção farmacêutica promoverá, portanto, um atendimento personalizado, humanizado e cientificamente correto sobre o uso dos métodos contraceptivos.

Diante da discussão apresentada, a orientação do farmacêutico sobre métodos contraceptivos desempenha um papel fundamental na promoção da saúde reprodutiva e no empoderamento das pacientes para fazerem escolhas informadas. É inegável que grande parte da população feminina carece de conhecimento diante dos métodos contraceptivos, mesmo sendo tão comum sua comercialização e uso. Tendo em vista que o farmacêutico tem propriedade sobre diversos medicamentos e suas posologias, sua orientação diante desse assunto se torna inegociável, visando melhorias para a saúde sexual feminina, a qual tem tido suas falhas.

A orientação farmacêutica sobre métodos contraceptivos é, portanto, um componente essencial dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, proporcionando aos pacientes o conhecimento e a confiança necessária para tomar decisões conscientes em relação à sua saúde reprodutiva.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, H. L. O. C. et al. Social Determinants of Health and their influence on the choice of birth control methods. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 72, n. 4 , p. 1044–1051, 2019. doi: 10.1590/0034-7167-2017-0574. Acesso em: 20 ago. 2023

JAIN, R.; MURALIDHAR, S. Contraceptive methods: Needs, options and utilization. **Journal of obstetrics and gynaecology of India**, v. 61, n. 6, p. 626–634, 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13224-011-0107-7>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OLSEN, J. M. et al. Práticas contraceptivas de mulheres jovens: inquérito domiciliar no Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de saude publica**, v. 34, n. 2, p. e00019617, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Xwfk8VDJJcTryPkxNcbpvrn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2023.

RACCAH-TEBEKA, B.; PLU-BUREAU, G. **L'histoire de la contraception s'écrit encore**. 2020. Gyneco-online.com. Disponível em: <https://www.gyneco-online.com/gynecologie/lhistoire-de-la-contraception-secrit-encore>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, Andreza Kalline; ROCHA, Rafela. Atenção farmacêutica no uso de métodos contraceptivos: uma revisão narrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, e122101623365, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/23365-Article-283359-1-10-20211209.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

O CUIDADO FARMACÊUTICO NA AVALIAÇÃO DOS PERIGOS DECORRENTES DO USO DE FÁRMACOS PARA EMAGRECER

Andrea Lopes Mendonça¹, (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: andreamendonca@fvj.br), Arthur da Silva Rebouças², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: arthur.reboucas@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

No Brasil, depois do período da pandemia do coronavírus, um em cada quatro pessoas pode ser considerada ou obesa, totalizando mais de 40 milhões de brasileiros. A mesma pesquisa, a qual foi realizada em 2019 pela Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, afirmou que quase 100 milhões de indivíduos estão acima do peso ou com excesso de peso, o que é um dado assustador, tendo em vista as prerrogativas de se ter uma tendência de muitas pessoas serem acometidas pela obesidade.

Palavras-chave: emagrecimento; assistência farmacêutica; fármacos.

INTRODUÇÃO

Ainda nesse contexto, pode-se frisar que no Brasil, depois do período da pandemia do coronavírus, um em cada quatro pessoas pode ser considerada ou obesa, totalizando mais de 40 milhões de brasileiros. A mesma pesquisa, a qual foi realizada em 2019 pela Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, afirmou que quase 100 milhões de indivíduos estão acima do peso ou com excesso de peso, o que é um dado assustador, tendo em vista as prerrogativas de se ter uma tendência de muitas pessoas serem acometidas pela obesidade (CAMPOS, 2020). O papel do farmacêutico tem uma importância, de modo geral, na saúde pública e privada, em especial no SUS. Nesse contexto, o profissional da farmácia deve, dentro das suas ações, fazer com que o paciente tenha uma qualidade de vida e com bem-estar. Para que isso aconteça, se faz necessário que haja uma estreita comunicação assertiva entre o profissional e o paciente a fim de que se sonda seus anseios e motivações. Diante disso, é notório a busca pelo corpo perfeito estereotipado pela mídia, um corpo magro, e nessa conjuntura, muitas pessoas usam remédios para emagrecer, muitas vezes, acarretando em complicações e reações para a vida do paciente. Cada vez mais, portanto, verifica-se o desejo das pessoas se mostrarem e se manterem dentro de um padrão estético que valoriza o emagrecimento, o que faz com que muitos procurem os fármacos para emagrecer de forma autônoma, se automedicando, e o que ainda gera mais problemas, é que o uso dessa automedicação, muitas vezes, é feita com associações a outros remédios, ou seja, por meio de uma polimedicação, o que acarreta a curto, médio prazo complicações e efeitos adversos que prejudicam o organismo e a qualidade de vida desses sujeitos. Nesse contexto, o objetivo da presente investigação foi analisar o papel do farmacêutico diante dos riscos do uso excessivo dos fármacos para emagrecer, ressaltando a relevância desse profissional no que tange à orientação da população sobre os possíveis efeitos colaterais desses medicamentos, assim como seu uso correto.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho se configura como uma revisão integrativa com caráter qualitativo. Nesse contexto, entre os meses de agosto e outubro de 2023 realizou-se o processo de busca, seleção e escolha dos artigos científicos nas seguintes bases de dados, a saber: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS),

empregando os descritores: emagrecimento; fármacos, emagrecer e assistência farmacêutica, disponível nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Os critérios de inclusão foram relacionados ao contexto amplo dos artigos científicos, como o período de publicação de pelo menos 4 anos de vigência, ou seja, os trabalhos publicados entre 2019 a 2023 foram escolhidos, somado ao fato de responderem ao objetivo e a pergunta norteadora. Além disso, os artigos devriam ser escritos em Língua Portuguesa, serem publicados na íntegra e terem rigor científico, bem como serem gratuitos nos arranjos das plataformas e estarem de acordo com as normas da ABNT e terem uma ligação direta com os direitos humanos. Já os critérios de exclusão foram as repetições de trabalhos, a vigência ser igual ou superior a 5 anos, os artigos científicos que se encontravam incompletos, com inconsistências e que não eram gratuitos, além dos trabalhos que não respondiam à pergunta problema, que foi usada no projeto de pesquisa. Dessa forma, em primeira instância, ao fazer a busca inicial seguindo os descritores “obesidade”, “assistência farmacêutica” e “revisão bibliográfica” foram encontrados um total de 40 artigos, porém, com o processo didático de seleção usando a base de critérios de exclusão, na etapa final, restaram 10 trabalhos a serem analisados, todos voltados a questão norteadora e ao tema central da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se ressaltar que o aumento do hábito de se automedicar bem como o excesso de anorexígenos por pessoas brasileiras vem tendo números preocupantes, o que motivou o interesse de se repensar uma discussão sobre o controle e a comercialização desse tipo de fármaco, uma vez que o sujeito pode ficar com dependência dessas substâncias além de sofrer o risco de efeitos adversos no organismo (FORTES *et al.*, 2019). Ainda refletindo acerca dos efeitos do uso desse tipo de fármaco, Silva *et al.* (2019) apontam que a prática de consumo em excesso ou em desmedida dos remédios, os anorexígenos, pode provocar vários problemas e efeitos adversos no indivíduo, tais como crises de ansiedade ou até o desenvolvimento do Transtorno de Ansiedade Generalizada – TAG, insônia, disfunção no humor, mudanças de comportamento, bem como alguns surtos psicóticos (paranoias e alucinações auditivas e visuais). Rang e Dale (2020) frisam, em relação a esses fármacos, em especial a sibutramina, que existem vários tipos de efeitos danosos que esses medicamentos, quando usados de forma indiscriminada, podem acarretar, como dores fortes de cabeça, a constância da boca seca, vômitos e náuseas, a intensificação da sudorese, a ocorrência de dispneia. Pode ocorrer também do indivíduo sofrer com constipação intestinal, alguns casos de vertigem, disfunção ou mudanças no paladar, taquicardia, hipertensão arterial, assim como a pressão arterial sistólica e diastólica, dentre outros sintomas e reações (RANG; DALE, 2020). Sobre essas questões do uso do fármaco, em especial da sibutramina, Lima *et al.* (2019) confere a atenção ao fato de que ela não pode ser usada em sujeitos que possuam o quadro clínico com doença arterial coronariana ou periférica, assim como pessoas que sofreram um acidente vascular cerebral ou, até mesmo, pacientes com hipertensão arterial disfuncionada. Esses casos não devem ter o consumo de tal substância, pois ela é contraindicada, e que se soma também aos pacientes que sofram e que façam tratamento de alguma doença relacionada ao sistema nervoso periférico e central (LIMA *et al.*, 2019).

CONCLUSÃO

Verificou-se, ao fim da investigação científica, que o tratamento da obesidade implica vários traços e características relacionados ao ato de emagrecer de forma saudável, o que se pode falar em mudanças de hábitos e dietas equilibradas, a fim de não necessitar do uso excessivo e constante de medicamentos para o emagrecimento. Entendeu-se que o tratamento

com medicamentos é viável como um processo auxiliar relacionado com a mudança de hábitos alimentares e a prática de exercícios físicos, a fim de fazer com que o indivíduo faça o tratamento da obesidade da forma menos prejudicial possível, evitando o desenvolvimento de patologias e efeitos colaterais oriundos dos fármacos no organismo.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. C. IBGE: obesidade mais do que dobra na população com mais de 20 anos. **Resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019.** Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/ibge-obesidade-mais-do-que - dobra-na-populacao-com-mais-de-20-anos>. Acesso em: 15.set.2021.

FORTES, R. C. Orlistat e sibutramina: bons coadjuvantes para perda e manutenção de peso? **Rev Bras Nutr Clin:** 2015.

LIMA, T. A. M.; *et al.* Análise das prescrições de sibutramina em drogaria. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 15, 2019.

RANG, H.P; DALE, M.M. **Farmacologia.** 9. ed. Porto Alegre: GEN Guanabara Koogan, 2020.

EFEITO DO USO CRÔNICO DE ANTI-INFLAMATÓRIO EM IDOSOS

Bruno Da Silva Paz¹, (Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: pbrunopaz@gmail.com); Rodolfo de Melo Nunes², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: rodofo.nunes@fvj.br)

RESUMO

Com o avanço da saúde movida pela tecnologia e as pesquisas científicas bem como os achados e as descobertas, hoje já é possível chegar na fase da velhice com saúde, atém mesmo em países subdesenvolvidos. Isso implica que a crescente população idosa no mundo faz com que haja mais idosos em muitas regiões do mundo, o que acarreta em escalas diferentes pelo sistema de saúde, pois a proporção e o tipo de doença nos idosos se diferencia dos mais jovens e das crianças. A presente investigação se configura em uma revisão de literatura do tipo de integrativo, com um viés qualitativo, já que o levantamento bibliográfico se pautou nas perspectivas dos resultados sobre o assunto. A pesquisa foi formada a partir da busca de dados teóricos e científicos, a partir de um processo metodológico que seguiu um cronograma e uma estrutura sistemática. O levantamento dos dados se deu na busca de bancos de dados, a saber: *S cientific Electronic Library Online* (SCIELO), MEDLINE, PUBMED, PUBSAÚDE, Manuais do Ministério da Saúde. Nessa conjuntura, ainda se percebeu que sobre as partes biomédicas e biomecânicas das doenças que acometem os idosos, muitas delas são tratadas com anti-inflamatórios, porém, mesmo com a fisiopatologia sendo tratada pelos fármacos, estes pelo uso contínuo e associados a outros medicamentos, faz com que haja uma disfunção e um desequilíbrio no corpo dos idosos, causando outras questões, como a insuficiência renal. Pelo fim da pesquisa, verificou-se que o tratamento com anti-inflamatórios tem cada vez mais aumentando, pois os médicos, na sua grande maioria, prescrevem este tipo de fármaco para os idosos já que eles agem diretamente no foco da inflamação

Palavras-chave: anti-inflamatório; idosos; fármacos.

INTRODUÇÃO

Com o avanço da saúde movida pela tecnologia e as pesquisas científicas bem como os achados e as descobertas, hoje já é possível chegar na fase da velhice com saúde, atém mesmo em países subdesenvolvidos. Isso implica que a crescente população idosa no mundo faz com que haja mais idosos em muitas regiões do mundo, o que acarreta em escalas diferentes pelo sistema de saúde, pois a proporção e o tipo de doença nos idosos se diferencia dos mais jovens e das crianças (CLOSS; SCHWNAKE, 2012).

E fazendo a abordagem sobre a população idosa, é importante destacar que o Estatuto do Idoso (2003) diz que toda e qualquer pessoa na terceira idade possui o direito subjetivo à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura, ao esporte, à habitação e ao transporte público. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009) fez projeções em relação à população e afirmou que até o ano de 2060 haverá uma parte ainda mais crescente de idosos, o que pode corresponder a 25,5% do total, e essa porcentagem vai corresponder ao número de pessoas com idade de 60 anos de idade.

Porém, falar em aumento da população idosa também remete ao fato de se pensar em outros desafios futuros, uma vez que com a crescente porcentagem da população idosa isso implica em desafios na sociedade, na economia e na saúde. Nesta pelo fato que a quantidade de idosos que usam o sistema de saúde é maior, o número de internações e ocupações de leito nos hospitais são bem mais frequentes por idosos, e além da superlotação por parte dessas pessoas, ainda se pode correr o risco de se ter pouca mão de obra trabalhadora, um número reduzido de

profissionais comparado ao número de pacientes. Logo, se faz necessário uma atenção detalhada dessa situação, pois os idosos fazem acompanhamentos e exames com mais frequência, o que pode gerar uma carência de assistência no sistema de saúde (RAMOS et al., 2008).

MARCO TEÓRICO

Portanto, os anti-inflamatórios, também conhecidos como anti-inflamatórios não esteroidais cuja sigla é AINES, se constituem como os fármacos mais prescritos pelos médicos aos idosos, o que faz ser também os medicamentos mais comercializados em todo o mundo no sentido geral. Tais remédios são usados para tratamentos de dores, tanto crônicas quanto agudas que são oriundas de inflamações. (HOWARD, 2004).

Tais fármacos podem ser considerados como analgésicos do tipo antipiréticos, uma vez que agem, de forma direta no local da inflamação, e por ser tão eficiente, a prescrição desse tipo de medicamento é intenso, mas provoca por outro lado outras complicações no organismo dos idosos, pois há as reações adversas (HOWARD, 2004).

Porquanto, tratar o envelhecimento é abordar sobre os fármacos que essa população usa, assim como as reações adversas que eles sentem, o que provoca uma diminuição gradativa da capacidade fisiológica do corpo do idoso, o que pode ser associado a outras questões que eles já sofrem (BUFFON et al, 2015).

Logo, o uso da polimedicação de forma simultânea tem o lado positivo que se refere ao tratamento de doenças, porém, aumenta de forma considerável o risco de se ter reações adversas, o que prejudica a qualidade da saúde do idoso (CASTEL-BRANCO et al, 2013).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Porquanto, depois do processo de busca e seleção das informações, construiu-se o quadro com a síntese dos artigos científicos selecionados a partir dos critérios de inclusão e de exclusão. Vale destacar que os artigos científicos foram lidos e analisados na sua integralidade, desde o resumo a parte principal, os resultados.

Assim, pode-se ressaltar que o uso desses fármacos de forma contínua pode aumentar a ocorrência e o aparecimento de doenças gastrointestinais e problemas emocionais e psicológicos (WONGRAKPANICH, et al, 2018).

Dessa forma, vale salientar que o mecanismo que causa as doenças gastrointestinais como reações adversas aos anti-inflamatórios são oriundos pelos AINES, uma vez que tais fármacos inibem a produção de prostaglandinas, provocando a diminuição e o consequente enfraquecimento da proteção mucosa do intestino, acarretando em hemorragia (WONGRAKPANICH, et al, 2018).

Ainda nesse contexto, Oliveira et al (2018) apontaram em seu estudo de um total de 170 pacientes idosos que foram entrevistados, que há uma estimativa de 14,7% de pacientes que usam os anti-inflamatórios, e fazem esse processo de forma autônoma, ou seja, pela automedicação, sem a prescrição médica.

Tal fato acarreta, pelo uso crônico dos fármacos, no caso os anti-inflamatórios, na diminuição de alguns pontos do corpo, enfraquecendo algumas regiões. Além disso, umas das implicações é o surgimento de quadros de nervosismo e de ansiedade, além do aparecimento de problemas gastrointestinais, que provoca vários tipos de incômodo, seja com pouca ou muita dor (OLIVEIRA et al., 2018).

REFERÊNCIAS

- HOWARD, P. A. 2004. Nonsteroidal anti-inflammatory drugs and cardiovascular Risk. **Journal American Coll Cardiology**, 43, 519-25. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18098232015000300475&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2023.
- WONGRAKPANICH, S; *et al.* A Comprehensive Review of Non-Steroidal Anti-Inflammatory Drug Use in TheElderly. **AgingandDisease**, [s. l.], v. 9, ed. 1, p. 143-150, Fev 2018. DOI 10.14336/AD.2017.0306. Disponível em:
<http://www.aginganddisease.org/EN/10.14336/AD.2017.0306>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- CASTEL-BRANCO, M. M. *et al.* As bases farmacológicas dos cuidados farmacêuticos: o caso dos AINEs. **Acta Farmacêutica Portuguesa**, [s. l.], ano 2013, v. 02, ed. 02, p. 79 - 87, 19 jul. 2013. Disponível em:
<http://www.actafarmaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/3>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ATENÇÃO FARMACÊUTICA NA CONSCIENTIZAÇÃO DOS RISCOS DO CONSUMO PROLONGADO DE MIP'S

Carolenny Brito Loureiro Paz¹, (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: carolennypaz5@gmail.com); Ana Karenina de Souza Gondim Pedrosa², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: anakarenina@fvj.br)

RESUMO

A Atenção Farmacêutica é formada por um conjunto de práticas que tem como objetivo conscientizar e orientar de forma plausível, para a proteção da saúde. O acompanhamento por parte do farmacêutico, instruir ou estipular e orientar o paciente na utilização correta do MIP's. O estudo trata-se de uma revisão de bibliográfica de caráter qualitativo, que tem por objetivo estudar, relacionar e descrever os fenômenos ligados ao tema da pesquisa. Buscou-se artigos nas bases de dado por exemplo, *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Pubmed, em que foram usados os seguintes descritores: *atenção farmacêutica; MIPs, automedicação*. O número de sete artigos (n=07) de estudos obtidos dentro da temática, considerando os critérios de inclusão e exclusão dos mesmos, com base nos critérios definidos na metodologia, atenderam ao objetivo da pesquisa e foram incluído nesta revisão. Apresentadas todas as argumentações e analisado todos os dados obtidos, diante dos estudos citados, verifica-se que os medicamentos isentos de prescrição são medicamentos que devem ser usados para tratar sintomas leves, para aliviar sintomas agudos, de baixa gravidade. Diante do exposto, o profissional farmacêutico é imprescindível no acompanhamento do paciente e conscientização quanto ao uso racional de MIP's. Para que a segurança e eficácia do fármaco seja alcançada de maneira positiva, sem causar danos à saúde do paciente, e seguir com o tratamento farmacológico adequado.

Palavras-chave: cuidado farmacêutico; MIP's; uso racional de medicamentos.

INTRODUÇÃO

A Atenção Farmacêutica é formada por um conjunto de práticas que tem como objetivo conscientizar e orientar de forma plausível, para obter resultados satisfatórios na promoção e proteção da saúde, orientar quanto ao uso correto dos medicamentos para melhorar sua eficácia (SANTANA et al., 2019).

Sendo, assim o cuidado farmacêutico é responsável pela saúde e bem-estar do paciente. Se tornando um elemento imprescindível para alcançar resultados que contribua para a qualidade e melhora de vida do paciente. A Atenção Farmacêutica começou na metade do decênio de 1980 nos Estados Unidos quanto uma sugestão de abordagem profissional, da qual se tornou essencial diante do vasto campo profissional farmacêutico (SANTANA et al., 2019).

Em 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) continua operando várias estratégias para firmar a Assistência Farmacêutica como uma política pública, indispensável a integralidade da atenção à saúde como direito social e dever do Estado. Continua o empenho para que a Assistência Farmacêutica continue tendo as ações voltadas, para a promoção e recuperação à saúde coletiva e individual, ao acolhimento e a prática racional de medicamentos. Enfatizando a responsabilidade entre o paciente e o farmacêutico, para saber a necessidade do paciente de forma mais ampla e objetiva para um atendimento e dispensação adequada. (COSTA et al., 2017).

Logo, o presente estudo de forma geral objetivou mostrar e conscientizar a importância e relevância da orientação sobre medicamentos, em relação ao uso de fármacos de venda livre

médica MIP'S, como o profissional farmacêutico é importante para a orientação adequada e especializada.

MARCO TEÓRICO

A automedicação é o ato de tomar medicamentos por contra própria sem prescrição médica. Essa prática acontece de forma corrente, em busca de um alívio imediato para dor, ou algum sintoma frequente levando a automedicação. Essa prática só se torna mais constante pelo fato de que esses medicamentos, como os MIPs, podem ser adquiridos de forma acessível, e sem prescrição médica (GUEDES; ANDRADE, 2021).

Esses medicamentos não podem ser usados de forma indiscriminada, pois cada um possui sua posologia e o tempo determinado do efeito para a segurança e eficácia. Tornando-se um problema de saúde pública, colocando em risco a condição da saúde dos usuários, podendo mascarar sinais e sintomas de diferentes doenças, dificultando o diagnóstico e a necessidade do tratamento correto (GUEDES; ANDRADE, 2021).

O farmacêutico, como profissional da saúde e prestador da assistência farmacêutica, tem papel fundamental na orientação e na conscientização do paciente, com informações sobre o que o uso irracional pode causar à saúde. Dados do sistema nacional de informações tóxico-farmacológicas apontam, que os medicamentos são os maiores responsáveis pelas intoxicações no país. Podendo levar a danos irreversíveis, ou até a morte (FERREIRA; JÚNIOR, 2018).

É essencial destacar que o uso de medicamentos como os MIP's, sendo utilizados de maneira correta, é considerado automedicação responsável, e faz parte do autocuidado, e do uso racional de medicamentos. Sendo, assim é necessário o acompanhamento por parte do farmacêutico, para indicar ou prescrever e orientar o paciente na utilização correta dos MIP's. Destacando a importância do profissional farmacêutico para prescrição e utilização correta dos MIP's (MOTA *et al.*, 2020).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para os resultados obtidos e organização, após concluir a fase inicial do estudo, foram coletados dados considerados relevantes para a construção da revisão, com bases nos critérios de inclusão e exclusão dos mesmos, foi iniciado estudos aos selecionados com base nos critérios definidos na metodologia. Os trabalhos foram analisados cautelosamente, a fim de destacar as principais informações relacionadas a temática abordada. A pesquisa incluiu sete ($n=7$) artigos, os quais foram divididos pelo ano da publicação, sendo em 2016.

Após a leitura completa dos artigos selecionados foram discutidos, os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) são fármacos regularizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, são fármacos de venda livre, mas que deve ser usado de maneira racional. O profissional farmacêutico tem um papel fundamental na orientação do MIP's.

Apresentadas todas as argumentações e análises, bem como diante das teorias dos autores citados nesse estudo, conclui-se que os medicamentos isentos de prescrição são fármacos utilizados para aliviar, tratar e prevenir quadros sintomáticos incluídos na categoria de baixa gravidade. Deve-se considerar que mesmo diante das condições da fácil aquisição desses medicamentos, não se pode descartar que estes fármacos podem causar efeitos colaterais, interações medicamentosas e complicações na saúde do paciente, além de outros problemas.

Diante do exposto, o profissional farmacêutico é imprescindível no acompanhamento do paciente e conscientização quanto ao uso racional de MIP's. Para que a segurança e eficácia do fármaco seja alcançada de maneira positiva, sem causar danos à saúde do paciente, e seguir com o tratamento farmacológico adequado.

REFERÊNCIAS

COSTA, Ediná Alves et al. Concepções de assistência farmacêutica na atenção primária à saúde, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, 2017.

CRUZ JUNIOR, Alex Fabiano da. **Automedicação de medicamentos Isentos de Prescrição (MIP)**. 2021.

PEDOTT, Leticia. **Análise da utilização de medicamentos isentos de prescrição por pacientes de uma farmácia da cidade de Erechim-RS**.2018.

RUIZ, Ana Carolina. A automedicação no brasil e a atenção farmacêutica no uso racional de medicamentos. **Revista saúde multidisciplinar**, v. 11, n. 1, 2022.

PERFIL DO USO DE ANTI-HISTAMINICO EM UMA FARMÁCIA COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA-CE

Crisnaiane Costa de Araújo¹, (Aluna do curso de Farmácia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, crisnaianecosta@gmail.com; Francisco Wanderlei Lima Silva² (Orientador – Professor Me. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, wanderlei.lima@fvj.com.br)

RESUMO

Os antialérgicos ou anti-histamínicos são os medicamentos mais usados para tratar as doenças alérgicas. São geralmente usados no tratamento da rinite alérgica, sinusite, dermatites, urticária, conjuntivite alérgica e outras doenças. A pesquisa foi realizada em uma farmácia comunitária, situada na cidade de Jaguaruana- CE, sendo um estudo descritiva com uma abordagem quali-quantitativa. A pesquisa coletou dados de 50 participantes, sendo 18 de clientes do sexo masculino (36%) e 32 do sexo feminino (64%). Os fármacos antialérgicos como é mais conhecido popularmente, esteve entre as drogas de primeira escolha junto aos portadores de alguma doença alérgica. Em se tratando de a terapêutica estar sendo realizada corretamente, 25 usuários afirmaram que realizam conforme prescrição (50%), porém 10 (20%) não seguiam devidamente e somente às vezes foram as respostas de 15 clientes (30%), comprovando que dentre os participantes a metade não seguem devidamente, e esse índice desfavorece o resultado desejado junto ao tratamento de escolha. Em se tratando de quem prescreveu o tratamento com anti-histamínicos, 32 participantes informaram ter sido indicação por terceiros (64%) e somente 18 afirmaram ter sido indicação médica (36%). Por fim, conclui-se que as atividades antialérgicas e anti-inflamatórias, juntamente com a evolução no perfil, vêm tornando o uso abusivo e contínuo com permanência duradoura.

Palavras-chave: anti-histamínicos; automedicação; alergia.

INTRODUÇÃO

Os antialérgicos ou anti-histamínicos são os medicamentos mais usados para tratar as doenças alérgicas. São geralmente usados no tratamento da rinite alérgica, sinusite, dermatites, urticária, conjuntivite alérgica e outras doenças (FERNANDES, 2018).

Uma classe de medicamentos com capacidade de combater alergias e vários mediadores envolvidos na fisiopatologia das doenças alérgicas, por exemplo: células T helper 2 -Th2, mastócitos, células epiteliais, macrófagos, células endoteliais, maturação de granulócitos e macrófagos, ativação e sobrevivência de eosinófilos (RANG, 2017).

A histamina continua sendo o principal fator envolvido na alergia, e exerce papel fundamental, uma vez que é uma substância conhecida como mensageiro químico produzida pelas células que regula a resposta imunológica, por isso ocasiona a maior parte dos sintomas (GIROTTTO, MATOS, OLIVEIRA, 2019).

Além disso, é produzida e armazenada nos grânulos citoplasmáticos de mastócitos e basófilos e liberada em grandes quantidades já durante a fase imediata da reação alérgica (ROBERT, 2018).

As gerações dos anti-histamínicos existem com classificações de medicamentos de dois tipos que incluem: os de primeira geração: hidroxizina ou clemastina, que diminuem os sintomas de alergia, porém provocam sonolência e os de segunda geração: cetirizina ou desloratadina, que não provocam sono (COSTA, et al., 2021).

Esse grupo de fármaco é utilizado como a droga de primeira escolha em algumas patologias sendo: reações alérgicas, dermatite alérgica, urticária, rinite alérgica, vertigem,

náuseas causadas por viagens, ou prevenção de vômitos pós-operatórios, alto imunes, entre outros (CARVALHO, 2018).

Nesses últimos dois anos, os anti-histamínicos ganharam ainda mais espaço no mercado consumidor devido a uma pandemia, tendo como agente causador o coronavírus que é uma família de vírus que causam infecções respiratórias acarretando a COVID -19, considera hoje como um problema de saúde pública global, por prejudicar a qualidade de vida do indivíduo afetado e o alto índice de letalidade (GOODMAN, 2019).

O acesso a medicamentos no Brasil registra diferentes recortes analíticos, um deles é o gasto das famílias com a necessidade da compra, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o custo com medicamentos foi o principal componente mencionado que atinge a renda das famílias brasileiras atualmente. Dentre os medicamentos mais consumidos nos últimos cinco anos foi registrado: vitaminas, anti-inflamatórios, antigripais, analgésicos e antialérgicos (CARVALHO, 2018).

Levando em consideração todos esses conceitos citados, o índice de saída dessa classe medicamentosa, a eficácia, bem como, identificação de fatores que possam interferirem na adesão ao tratamento, fica relevante a necessidade de uma assistência mais frequente do profissional farmacêutico, sob devidas orientações ao usuário no ato da compra, visando a melhoria do paciente e mantendo a qualidade de vida de um modo geral.

Partindo dessa perspectiva, este trabalho teve como justificativa a evidência que os problemas alérgicos tem causado a população global, bem como, o crescimento do consumo de anti-histamínicos como forma de tratamento, podendo prejudicar a qualidade de vida dos indivíduos afetados, sobretudo se não forem tratadas adequadamente.

O objetivo deste estudo foi acompanhar o consumo de anti-histamínicos em uma farmácia comunitária no município de Jaguaruana-CE. E como objetivos específicos avaliar o perfil de utilização dos medicamentos anti-histamínicos, descrever os efeitos adversos e interações medicamentosas dos anti-histamínicos, observar a incidência do alto consumo de antialérgicos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma farmácia comunitária, situada na cidade de Jaguaruana- CE, na região do litoral leste, no período de março a abril de 2023 com pacientes que fazem uso e compram medicamentos anti-histamínicos.

O estudo ocorreu de forma descritiva com uma abordagem quali-quantitativa. A exploração do objeto em apreço foi por meio de questionário disponibilizado para os grupos de clientes, selecionados de forma aleatória.

Inicialmente foi apresentado ao cliente o tema, a justificativa do trabalho e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, aplicado em duas vias, juntamente com o questionário. As questões incluíram dados pessoais tais como idade e sexo, bem como dados referentes ao medicamento: qual medicamento solicitado com ou sem a prescrição médica, o motivo da procura pelo medicamento, como se deu a escolha pelo medicamento em questão, se conhecia os possíveis benefícios e/ou danos causados pela prática da automedicação, se fez consulta ou solicitou orientação do médico alguma vez sobre o medicamento que estava adquirindo, se considerava importante essa orientação na dispensação de medicamentos, se faz uso correto da medicação, se retornou após tratamento, se realizou exames solicitados, se manteve o tratamento devidamente, se a medicação foi utilizada só pelo paciente ou repassada a terceiros.

Para a realização da coleta de dados foram observados os dispositivos legais que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução 196/96 do

Ministério da Saúde. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética com o número de parecer 6.038.328.

A coleta de dados foi realizada através do preenchimento de um questionário com 50 clientes usuários de anti-histamínicos, além das informações que cada usuário possuía por meio cadastrado no sistema informatizado existente na farmácia, onde foi possível também identificar o controle dessas medicações no estoque. Após a coleta dos dados, as informações descritas durante a pesquisa foram classificadas mediante avaliação, realizado cálculos amostrais distribuído nas três tabelas com a divisão em: características, número equivalente (n) e porcentagem (%).

A amostra foi composta pela participação de 50 pacientes para que o estudo mantivesse significância estatística.

Os dados colhidos por meio do questionário foram transcritos e tabulados, correlacionadas as informações relevantes e a análise estatística numérica em somas e o percentual referente através de tabelas, sendo elas: Tabela 1. Análise do perfil dos clientes, em relação à faixa etária e o sexo, Tabela 2. Dados referentes a diagnósticos da doença e os meios usados para detectar e Tabela 3. Dados referentes a dosagem, tratamento e pacientes que utilizam a medicação.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A temática deste estudo já é assunto que se encontra em discussão global há anos, pois se investiga sobre o rastreamento relacionado ao alto consumo de medicações de forma imprópria, tendo em foco os anti-histamínicos.

No total foram avaliados 50 questionários aplicados em clientes que concordaram em participar da pesquisa de farmácia comunitária do município de Jaguaruana, sendo 18 de clientes do sexo masculino (36%) e 32 do sexo feminino (64%). Dentre os clientes participantes 10 se enquadravam na faixa etária entre 18 a 24 anos (20%), 22 entre 25 a 39 anos (44%), 12 entre 40 e 59 anos (24%) e 06 com idade superior a 60 anos (12%) respectivamente. Os dados revelaram que a maior prevalência estava no uso da loratadina, citada por 25 pacientes (50%), em seguida a prednisolona citada por 15 pacientes (30%), seguindo com algumas outras citações como: allegra -D, hixizine e busonid com duas referências cada (4%) 2, histamina, coristina D, celestamine e clenil com uma referência cada (2%).

Foi possível ser visto na pesquisa que realmente os fármacos antialérgicos como é mais conhecido popularmente, estão entre as drogas de primeira escolha junto aos portadores de alguma doença alérgica. De acordo com Aquino (2020) estudos baseados no alto consumo apontam que as alergias podem se manifestar de diferentes maneiras, porém as respiratórias, asma, rinite e sinusite que são as mais presentes.

REFERÊNCIAS

AQUINO, D. S.; BARROS, J. A. C.; SILVA, M. D. P. da. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2533-2538, 2020.

CARVALHO, L.P. **Conheça sua alergia:** asma, rinite, eczema urticária. Rio de Janeiro: Revinter; 2018.

COSTA, *et al.* Utilização de medicamentos e fatores associados: um estudo de base populacional no Município de Campinas, São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(4):649-658, abr, 2021.

UTILIZAÇÃO DE FITOTERÁPICOS E PLANTAS MEDICINAIS EM UMA COMUNIDADE DE BEBERIBE –CE

Denis Lima das Chagas¹, (Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: denislima2015@yahoo.com); Orientador² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Rodolfo_k6@yahoo.com.br).

RESUMO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) esclarece planta medicinal como todo e qualquer vegetal que possui, em um ou mais órgãos, substâncias capazes de serem empregadas com a finalidade terapêutica ou que sejam precursores de fármacos semissintéticos. Trata-se de um estudo descritivo, observacional, transversal, de natureza quantitativa, tendo como população de estudo os moradores da comunidade de Sucatinga, um distrito da cidade de Beberibe, Ceará. A amostra foi composta por 60 moradores acima de 18 anos. O estudo abordará por meio de entrevista a forma e o motivo do uso de plantas medicinais e fitoterápicos na comunidade. Os resultados destacam uma alta eficácia percebida, uma variedade de partes de plantas utilizadas, diferentes origens de obtenção dessas plantas, uma ampla gama de espécies utilizadas e uma predominância do preparo na forma de chá. Podemos afirmar também que a prática de uso das plantas medicinais é uma maneira alternativa, simples e barata (ofertadas pelo Sistema Único de Saúde ou não) para o tratamento de patologias simples e quando orientados de forma correta torna-se seguro e eficaz.

Palavras-chave: fitoterápico; planta; chá medicinal.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) esclarece planta medicinal como todo e qualquer vegetal que possui, em um ou mais órgãos, substâncias capazes de serem empregadas com a finalidade terapêutica ou que sejam precursores de fármacos semissintéticos. A palavra fitoterapia é de origem grega, onde são combinados os termos *phito* =plantas e *terapia* = tratamento e, segundo o Dicionário Aurélio da língua portuguesa, significa “Tratamento de doença mediante o uso de plantas”. É o estudo das plantas medicinais e suas adaptações nos tratamentos de morbidades, sendo na prevenção, alívio ou cura das doenças. A utilização de plantas como recurso terapêutico se estende desde a antiguidade, no Brasil o primeiro boticário Jesuíta José de Anchieta assumia a primeira farmácia do estado de São Paulo onde, os medicamentos em sua grande maioria eram formados por plantas medicinais como por exemplo: o Sene (*Cassia angustifolia*), o manacá (*Brunfelsia uniflora*) e a copaíba (*Copaifera lagsdorffii*). Existem conceitos importantes para diferenciar métodos terapêuticos, como a alopatia, a homeopatia e a fitoterapia. Este primeiro diz respeito à medicamentos que irão produzir no corpo reação reversa aos sintomas que apresenta, no intuito de revertê-los ou diminuí-los. A Homeopatia faz referência a lei dos semelhantes, onde acredita-se que, para se tratar uma doença o corpo doente deve receber uma substância que provoque os mesmos sintomas quando administrada em um corpo saudável, este método terapêutico poderá ser usado em faixa etária diversas e tem como matéria prima de origem animal, vegetal e mineral.

Fitoterápico é um medicamento obtido com o emprego exclusivamente de matéria prima ativa vegetal, entendendo a planta medicinal, ou o derivado vegetal ou a droga vegetal, menos substâncias isoladas, com o intuito profilático, curativo ou paliativo. Sempre visando que sejam baseadas em verdades clínicas que sejam caracterizadas por uma constatação de sua qualidade.

A indústria de fitoterápicos é uma rica fonte de inovação para a saúde, pois fortalece a produção e exploração local, contando com a grande biodiversidade brasileira, aumentando assim a possibilidade de novas descobertas para a ampliação de opções terapêuticas a serem ofertadas principalmente aos usuários do Sistema Único de Saúde melhorando consequentemente a inclusão social e a atenção em saúde. A indústria de fitoterápicos ainda se encontra em desenvolvimento no mundo, mas que representa um avanço no setor farmacêutico no Brasil. Um dos desafios para a oferta dos fitoterápicos é a construção de marcos regulatórios entre a regulação da produção e o manejo sustentável, bem como o cultivo das plantas, a distribuição, formas de apresentação e dosagem de tais medicamentos.

Para o fortalecimento da utilização da fitoterapia no Brasil foram aprovados políticas de saúde tais como a política Nacional de Práticas Integrativas e complementares criada pelo Ministério da saúde através da portaria n° 971 de 2006, além da Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos na qual estimula a pesquisa priorizando a biodiversidade brasileira.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, observacional, transversal, de natureza quantitativa, tendo como população de estudo os moradores da comunidade de Sucatinga, um distrito da cidade de Beberibe, Ceará. A amostra foi composta por 60 moradores acima de 18 anos. O estudo abordará por meio de entrevista a forma e o motivo do uso de plantas medicinais e fitoterápicos na comunidade.

RESULTADOS E DISCURÇÃO

A pesquisa revelou dados significativos sobre o perfil dos participantes, com uma idade média de 40,64 anos, em sua maioria (33%) tinham entre 30 e 59 anos de idade. Quanto à distribuição por gênero, 28 participantes eram do sexo masculino, representando 47,46%, enquanto 31 eram do sexo feminino, perfazendo 52,54% do total. Em relação à escolaridade, observou-se uma diversidade, com 8,47% dos participantes sendo analfabetos, 16,95% com ensino fundamental, 57,63% com ensino médio e outros 16,95% possuindo ensino superior. No que diz respeito ao conhecimento sobre plantas medicinais, a grande maioria, 98,31%, afirmou ter familiaridade com pelo menos uma planta medicinal. Apenas um participante, representando 1,69%, admitiu não possuir esse conhecimento. Adicionalmente, a pesquisa revelou que 94,92% dos participantes fazem uso de plantas medicinais e fitoterápicos como parte de seus cuidados de saúde, enquanto 5,08% não utilizam esses recursos.

A organização mundial da Saúde relata que mesmo diante dos avanços tecnológicos e as descobertas que envolvem a área da saúde a população segue fazendo uso de medicina tradicional, bem como o uso de plantas medicinais e fitoterápicos, além de grande parte da população depender de agentes alternativos para a cura de doenças. 95% dos entrevistados da presente pesquisa utiliza pelo menos uma planta medicinal ou fitoterápico, vale ressaltar que a população entrevistada utiliza essas plantas para cuidados básicos a saúde.

CONCLUSÕES

Pode-se observar com esta pesquisa que a grande maioria da população entrevista conhece, utiliza e tem resultados satisfatórios com as plantas medicinais ou fitoterápicos, que esta cultura se estende de pessoas mais jovens aos mais idosos e que a variação de cultivo e de patologias tratadas recebeu destaque.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.** Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de plantas medicinais e fitoterápicos.** Brasília, 2006.

ETHUR, L.Z. et al. Comércio formal e perfil de consumidores de plantas medicinais e fitoterápicos no município de Itaqui - RS. **Rev. Bras. Pl. Med.** Botucatu - SP, ano 2010, v. 13, n. 2, p. 121- 128, 23 dez. 2010.

FERREIRA, Marcos Machado et al. **Plantas Medicinais e Fitoterápicos.** São Paulo: Conselho Regional de Farmácia, 2019.

GIOTTO, A. C. XI Atualização Técnico - **Científica da Fisioterapia.** 2016.

AS DIFICULDADES DE FARMACOTERAPIA EM PACIENTES HIPERTENSOS E DIABÉTICOS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE QUIXABA, ARACATI-CE.

Elaine Amaral dos Santos¹, (aluna do curso de farmácia do Centro universitário do Vale do Jaguaribe, Email: elaine.santos@fvj.br); Orientador: **Francisco Wanderlei Lima Silva²,** (professor Mestre do curso de bacharelado em farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, Email: wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

A diabete e a hipertensão são doenças crônicas não transmissíveis, e são doenças que se desenvolve no decorrer da vida, podem durar meses ou até uma vida inteira. Portanto, o presente estudo pretende destacar as dificuldades de farmacoterapia de pacientes hipertensos e diabéticos da UBS localizada no bairro de Quixaba, no município do Aracati, Ceará. Foi realizado um estudo do tipo descritivo, transversal e observacional com uma abordagem qualitativa. Foi feita uma coleta de dados na unidade de saúde e também em domicílio, no período de agosto e setembro de 2023, por meio de um questionário utilizando o teste de Morisky Green como referência. Dos entrevistados (90%) obtiveram hipertensão isolada e (60%) diabete isolada e (10%) tinha diabete e hipertensão associadas, sendo a maioria do sexo feminino, com faixa etária superior a 60 anos, com baixa escolaridade, o estilo de vida dos indivíduos apresentaram que o consumo de álcool e tabaco foram positivos, com 70% não fumantes e (85%) não consomem álcool. As condições clínicas mostram que o controle das doenças HAS e DM são positivos com (95%) dos hipertensos e (100%) dos diabéticos controlados. Dentre os entrevistados todos eles confirmaram ter acesso às medicações prescritas por via de compra, quanto por via popular, neste estudo não foram detectados problemas ao acesso de medicamento, e nem a adesão do tratamento medicamentoso, porém foram encontrados problemas no tratamento não farmacológico, com (65%) dos pacientes que não fazem exercícios físicos e (55%) deles acima do peso e (25%) com grau de obesidade.

Palavras-chave: farmacoterapia; adesão ao tratamento; idosos.

INTRODUÇÃO

O aumento crescente das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) ou como tem sido denominada a "epidemia de DCNT", afeta principalmente as pessoas com menor renda e escolaridade, por serem exatamente as mais expostas aos fatores de risco e com menor acesso às informações e aos serviços de saúde, acentuando ainda mais as desigualdades sociais. No Brasil, assim como em outros países, as DCNT constituem o problema de saúde de maior magnitude, sendo responsáveis por 72% das mortes, com destaque para os quatro grupos de causas de morte enfocados pela OMS: cardiovasculares; câncer; respiratórias crônicas; e diabetes.

A hipertensão arterial (HAS) e diabetes mellitus (DM) fazem parte de uma classe de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), representando, de forma mútua, uma das principais causas de óbitos em todo o país. A hipertensão e diabetes são doenças que apresentam vários aspectos em comum como a etiopatogenia: identifica-se a presença, em ambas, de resistência insulínica, resistência vascular periférica aumentada e disfunção endotelial; Fatores de risco, tais como obesidade, dislipidemia e sedentarismo; Tratamento não-medicamentoso. Cronicidade: doenças incuráveis, requerendo acompanhamento eficaz e permanente.

Para o tratamento e complicações dessas doenças é necessário seguir estratégias junto a uma equipe multidisciplinar onde serão passadas as informações de como seguir o plano medicamentoso, e não medicamentoso. O propósito de identificar problemas relacionados à farmacoterapia é ajudar os pacientes a atingirem suas metas terapêuticas e a obterem o máximo benefício dos medicamentos. Diferente do que se pode pensar, trabalhar com problemas da

farmacoterapia não impõe ao farmacêutico uma visão estreita focada no medicamento. Pelo contrário, exige do profissional uma visão integral do paciente, sua família e relações sociais, e uma postura voltada para o cuidado e não para o produto.

Portanto, a pesquisa foi realizada com o intuito de saber as dificuldades relacionadas a farmacoterapia em pacientes diabéticos e hipertensos em uma unidade básica de saúde de Aracati-CE, visando resolver e prevenir problemas no tratamento dessas doenças.

METODOLOGIA

Trata-se de uma análise do tipo descritivo, transversal e observacional com uma abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada na Unidade Básica de Saúde de Quixaba - Aracati - CE, com pacientes que estejam devidamente cadastrados no Sistema-Único de Saúde (SUS).

O estudo foi feito por homens e mulheres que estivessem sendo regularmente acompanhados pela equipe multiprofissional da unidade básica de saúde que sejam portadores de diabetes e ou hipertensão e que utilizam as medicações a mais de 6 meses, e tenham a idade mínima de 50 anos. Durante o período de coleta dos dados foram abordadas 60 pessoas, que após serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão foi possível aplicar o questionário em 20 pacientes. Dos 40 foram excluídos 23 que não aceitaram participar ou não souberam responder as perguntas do questionário de forma satisfatória, e 17 eram de faixa etária menor que 50 anos, alguns desses estavam em atendimento pela primeira vez ou a menos de 6 meses impossibilitando a coleta necessária de dados para interpretação. Os pacientes que aceitaram fazer parte da pesquisa se dirigiram individualmente para uma sala reservada, onde foi realizada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e logo após foi submetido a aplicação de um questionário. Foram feitas também aplicações de questionários em domicílio para pacientes com dificuldades de locomoção, sempre com a presença de um agente comunitário de saúde em sua área de abrangência. As entrevistas na UBS e em domicílio foram feitas no período de agosto a setembro de 2023.

O questionário foi feito para identificar as características sociodemográficas e econômicas, hábitos de vida, condições clínicas, medicamentos em uso, acesso aos medicamentos e automedicação.

Após a organização dos dados, foi utilizado para realizar a análise o Programa Excel®, da Microsoft Windows versão 2019, onde foram realizadas as tabulações e os resultados foram exibidos através de gráficos e tabelas.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, atendendo as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe das diretrizes e normas da pesquisa em seres humanos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Participaram da entrevista 20 pacientes acompanhados pela Unidade Básica de Saúde, em que a proporção de pacientes do sexo feminino foi consideravelmente maior que o sexo masculino, onde os resultados das faixas etária foram entre 50 a 85 anos, 2 (10%), são entre 50 a 60 anos, 10 (50%), de 60 à 70 anos, 7 (35%) 70 à 80 anos, 1 (5%) de 80 a 85 anos. A renda familiar oscilou entre R\$ 1.320,00 a R\$ 3.960,00, refletindo em uma renda per capita média de R\$ 1.930,00 ± 330,00. Dos entrevistados 7 (35%) eram analfabetos e 9 (45%) com ensino fundamental completo ou incompleto, 14 (70%) eram casados ou em união não formalizada assim como estão descritas as características sociodemográficas.

No controle da alimentação 95% dos entrevistados realizam algum tipo de controle sendo eles de sal, gordura, calorias e restrição de açúcar. Com relação a atividade física (65%) não praticam exercícios, com relatividade de alimentação e peso, consequentemente, (55%) dos

entrevistados estão sobre peso e (25%) com obesidade grau I, grau II e grau III.

Mostrou-se também que as condições clínicas dos entrevistados totalizam por 18 (90%) dos pacientes com hipertensão, desse grupo de hipertensos 8 (44,44%) obtem hipertensão isolados, 12 (60%) são portadores de diabetes e dentre esse grupo de diabéticos 2 (10%) com diabetes isoladas. O perfil de controle das doenças se mostra significamente positivos. Através dos dados colhidos nos questionários foi possível observar que 17 (94,45%) dos pacientes hipertensos responderam que tem sua pressão arterial controlada e 12 (100%) dos pacientes diabéticos tem sua glicose controlada revelando que os pacientes estão sendo acompanhados adequadamente na atenção primária da Unidade Básica de Saúde. Dos entrevistados 20(100%) deles confirmaram ter acesso as medicações prescritas tanto por via de compra quanto por via popular, e em relação a automedicação teve resultados positivo dentre os entrevistados, (80%) deles não fazem o uso de medicamentos sem prescrição médica, 75% dos entrevistados com uma ótima adesão medicamentosa.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, A. E. B.; CECCON, R. F.; FIGUEIREDO, J. H. C. Doenças crônicas não transmissíveis e suas implicações na vida de idosos dependentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 77–88, 25 jan. 2021.

MALTA, D. C.; SILVA JR, J. B. DA. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 22, n. 1, p. 151–164, mar. 2013.

MALTA, D. C. et al. Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil e suas regiões, 2000 a 2011. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 4, p. 599–608, dez. 2014.

MALFATTI, C. R. M.; ASSUNÇÃO, A. N. Hipertensão arterial e diabetes na Estratégia de Saúde da Família: uma análise da frequência de acompanhamento pelas equipes de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. suppl 1, p. 1383–1388, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Diabetes e Hipertensão Arterial Hipertensão arterial sistêmica (HAS) e Diabetes mellitus (DM): protocolo / Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Diabetes e Hipertensão Arterial. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001

PREVALÊNCIA E GESTÃO DE CANDIDÍASE EM IDOSOS COM DIABETES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Francisca Suinara Carvalho Rocha¹, (aluna do curso de farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: suinaracarvalhor@gmail.com); Francisco Wanderlei Lima Silva², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: wanderlei.lima@fvj.com).

RESUMO

A *Candida albicans* é um fungo que faz parte da microbiota comensal humana, habitando áreas como a pele, o trato digestivo e o sistema geniturinário. Em indivíduos com imunidade reduzida, esse fungo pode levar à candidíase, esta condição é especialmente relevante em pessoas com diabetes, que são mais suscetíveis a infecções. O estudo objetivou entender melhor a relação entre a candidíase e o diabetes no paciente idoso, na busca por soluções que melhorem o cuidado e a qualidade de vida destes pacientes. Dentre os 43 artigos inicialmente identificados, 7 forammeticulosamente escolhidos com base na sua relevância e contribuição para o entendimento do assunto. Indivíduos com DM são particularmente suscetíveis a complicações metabólicas e infecções, incluindo aquelas causadas por bactérias, fungos e vírus. Sendo o fungo Cândida albicans o mais prevalente em pacientes diabéticos

Palavras-chave: candidíase; diabete mellitus; idosos.

INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento é caracterizado pelas mudanças biológicas, psicológicas e sociais que a pessoa vivencia de forma única e individual. Com o aumento da expectativa de vida, a população envelhecida tem aumentado em todo o mundo tornando importante entender as características dos idosos e as formas de promover seu bem-estar (CONFORTIN et al., 2017). Dentre as principais características dos idosos, destacam-se a diminuição da capacidade física e da reserva funcional, maior suscetibilidade à doenças e lesões, maior suscetibilidade à doenças crônicas e degenerativas, menor velocidade de processamento cognitivo e maiores dificuldades de aprendizagem (D'ORSI et al., 2014). O Diabetes Mellitus (DM) é caracterizado por um distúrbio endócrino resultante de uma deficiência de insulina. Isso pode ser causado por uma secreção pancreática reduzida de insulina, liberação insuficiente do hormônio ou resistência periférica a ele. O entendimento da etiopatogênica do DM permite um melhor entendimento de sua fisiopatologia. Essa compreensão fornece uma base para o gerenciamento adequado de cada caso nas diferentes fases da vida de um indivíduo (DAMIÃO et al., 2016).

METODOLOGIA

Neste estudo bibliográfico, a metodologia adotada foi a revisão integrativa de caráter qualitativo, que permite a construção de um entendimento holístico e crítico acerca do fenômeno investigado. O processo metodológico foimeticulosamente delineado para assegurar a robustez e a relevância dos achados para a sociedade. Iniciou-se com a identificação rigorosa do tema, definindo claramente a hipótese que orientou a pesquisa. A seleção dos artigos seguiu critérios específicos de inclusão e exclusão, garantindo que o material selecionado estivesse alinhado com o objetivo da pesquisa e possuísse a relevância científica necessária. O processo de seleção incluiu uma busca detalhada nas bases de dados eletrônicas, tais como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SCIELO e LILACS, durante o período de agosto a outubro de 2023. Utilizou-se descritores pertinentes ao tema para filtrar e identificar artigos que tratasse das interações entre a candidíase e o diabetes em idosos, respeitando os parâmetros de tempo de

publicação e disponibilidade em língua portuguesa. Dentre os 43 artigos inicialmente identificados, 7 forammeticulosamente escolhidos com base na sua relevância e contribuição para o entendimento do assunto. Desta forma, o estudo assegura um entendimento aprofundado sobre a prevalência e gestão da candidíase em idosos diabéticos, proporcionando uma base sólida para futuras pesquisas e intervenções sociais e de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta inicial de dados, o estudo progrediu para uma fase de exame detalhado e avaliação dos artigos selecionados. Cada um dos 10 artigos incluídos foi lido cuidadosamente, com o objetivo de discernir as principais descobertas e conclusões apresentadas. Esta análise meticulosa teve como foco extraer as essências dos resultados reportados nas pesquisas, permitindo uma compreensão aprofundada das contribuições de cada estudo para o campo de conhecimento em questão. O Diabetes Mellitus (DM) é uma doença metabólica complexa, caracterizada principalmente pela hiperglicemia crônica, resultante de deficiências na cartilagem ou ação da insulina. Esta condição tem implicações significativas para a saúde pública, especialmente entre a população idosa (AUBERT; HERMAN, 2018). A *C. albicans* é um habitante comum da flora normal humana em mucosas, e o descontrole glicêmico crônico, típico em pacientes diabéticos mal gerenciados, pode influenciar negativamente processos imunes como fagocitose e quimiotaxia dos neutrófilos. Além disso, a diabetes pode comprometer o sistema vascular, dificultando o transporte de mediadores inflamatórios até os locais de infecção (MOHAMMIDI et al., 2016). Segundo Mohammidi et al., (2016), a relação entre a candidíase e idosos com diabetes é uma área de crescente interesse clínico e pesquisa devido à intersecção de várias condições que aumentam a suscetibilidade a infecções fúngicas nesse grupo demográfico.

CONCLUSÃO

A pesquisa destacou a *Candida albicans* como a espécie fúngica mais prevalente. O estudo remete a necessidade de um diagnóstico precoce e tratamento eficaz para minimizar o impacto da candidíase, que pode variar de incômodos locais a condições sistêmicas graves.

Embora o estudo tenha enfrentado desafios na obtenção de dados devido à escassez de literatura específica, a investigação contribuiu para um melhor entendimento da dinâmica da candidíase em idosos com diabetes. A pesquisa sugere a necessidade de mais estudos para investigar tratamentos inovadores e estratégias de prevenção mais eficazes para essa população vulnerável. Os dados apresentados poderão servir de base para políticas de saúde pública e práticas clínicas, levando a uma melhor qualidade de vida para os idosos com diabetes afetados por candidíase.

REFERÊNCIAS

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. **Standards of medical care in diabetes.** Diabetes Care. 2015.

ANDRADE M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

AUBERT, R. E; HERMAN, W.H. Global burden of diabetes, 1995-2025: prevalence, numerical estimates, and projections. **Diabetes Care,** 2018; 21(9):1414-31.

CONFORTIN, Susana Cararo et al . Condições de vida e saúde de idosos: resultados do estudo de coorte EpiFloripa Idoso. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 26, n. 2, p. 305-317, jun. 2017.

DAMIÃO, Charbel Pereira et al. Prevalência de deficiência de vitamina B12 em pacientes diabéticos do tipo 2 usando metformina: um estudo transversal. **Medical Journal**, São Paulo v. 134, p. 473-479, 20.

TRANSTORNO DO DEFÍCIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): DAS ESTRATÉGIAS TERAPÊUTICAS À FITOTERAPIA

Francisco de Assis Lira filho¹, (Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: assis.filho@fvj.br); Orientadora², (Professora Anielle Torres de Melo, e-mail: anielle.torres@fvj.br).

RESUMO

O estudo visou avaliar a eficácia dos fitoterápicos no tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em adultos, destacando sua pertinência como abordagem terapêutica complementar. Empregando uma metodologia embasada em revisões de literatura e análises qualitativas, sublinhou-se a carência de estudos clínicos robustos, ressaltando a necessidade premente de ensaios clínicos bem delineados para consolidar as evidências científicas. A abordagem integrativa, contemplando aspectos metabólicos e da microbiota, elucidou a intricada natureza do tratamento do TDAH. Neste contexto, a continuidade da pesquisa torna-se crucial para desenvolver estratégias terapêuticas mais individualizadas e pragmáticas no manejo do TDAH.

Palavras-chave: TDAH; fitoterápicos; tratamento. adultos.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) apresenta-se como um padrão comportamental que engloba dificuldades de concentração, impulsividade e inquietação mental, conforme OLIVEIRA (2022). O diagnóstico do TDAH é complexo, muitas vezes dificultado pela falta de conhecimento sobre seus sintomas, levando a uma interpretação errônea de comportamentos considerados normais na infância, conforme salientado por DANGALARONDO (2019).

A abordagem terapêutica do TDAH envolve acompanhamento médico e psicológico, frequentemente com o uso de medicamentos, dada sua origem neurobiológica e alterações nos neurotransmissores, conforme enfatizado por BARKLEY (2020). No entanto, a medicalização excessiva na infância pode levar a erros diagnósticos persistentes na vida adulta, como ressalta ROHDE ET AL. (2019).

O transtorno, comum na infância, pode se estabilizar na adolescência ou se agravar, gerando impactos significativos na vida adulta, afetando áreas como relacionamentos, profissão, saúde mental e estabilidade emocional, conforme discutido por BARKLEY (2020) e CASTRO (2018).

A literatura propõe abordagens multidisciplinares para o TDAH, não limitadas à medicina convencional, mas também considerando aspectos psicossociais e fitoterápicos, conforme indicado por OLIVEIRA (2022). O TDAH, muitas vezes mascarado pelos sintomas, gera comorbidades, afetando relacionamentos interpessoais, humor e organização, como apontado na pesquisa.

2 MATERIAIS E MÉTODOS OU METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem metodológica que envolveu revisão de literatura, pesquisa bibliográfica, análise qualitativa e descritiva. A pesquisa bibliográfica, conforme GIL (2010), envolve a análise de materiais impressos como volumes, periódicos e documentos mimeografados para compreensão do tema. Métodos qualitativos e descritivos, mencionados por MINAYO (2009) e SEVERINO (2007) respectivamente, exploram significados, relações e características de uma população ou fenômeno.

A revisão da literatura, essencial segundo BENTO (2012), foi realizada para compreender o estado atual do conhecimento na área, identificar lacunas e contribuir para a definição precisa do problema de pesquisa. Para este levantamento, foram utilizadas bases de dados como LILACS, MEDLINE e BDENF, com descritores como "TDAH", "Transtorno Déficit de Atenção", "Fitoterapia", "TDAH adulto", combinados com operadores booleanos para refinamento da busca.

Com critérios de inclusão precisos, como a seleção de artigos originais disponíveis eletronicamente entre 2018 e 2023 em inglês ou português, e a exclusão de revisões e duplicatas, a pesquisa encontrou 40 artigos. Após filtragem, 10 artigos foram selecionados para leitura completa e análise minuciosa, respondendo à pergunta de pesquisa proposta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

ROCHA ET AL. (2019) evidenciaram a escassez de dados sobre a relação entre TEA e epilepsia, ressaltando a importância de explorar essa ligação. A ênfase na detecção precoce e tratamento multidisciplinar foi reforçada por um caso clínico significativo, ampliando a compreensão dessa conexão.

FEING ET AL. (2020) adotaram uma abordagem farmacológica de rede para investigar interações entre componentes de Shichangpu e alvos associados ao TDAH, apontando uma possível eficácia desses compostos e oferecendo uma visão detalhada dos mecanismos potenciais.

SOUZA ET AL. (2020) destacaram a perspectiva da naturopatia no tratamento do TDAH, alertando para os riscos da medicalização exclusiva em substituição aos medicamentos alopáticos. Todos esses estudos, liderados por seus respectivos autores, ressaltam a importância do diagnóstico preciso, tratamento e pesquisa contínua para uma gestão eficaz da saúde mental.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos multidisciplinares sobre o TDAH destaca a complexidade e a diversidade de abordagens no diagnóstico e tratamento dessa condição. As pesquisas ressaltam a importância do diagnóstico precoce e da compreensão aprofundada das interações entre o TDAH e condições coexistentes, como ansiedade, depressão, epilepsia, autismo e outros transtornos.

Enquanto alguns estudos exploram abordagens farmacológicas específicas, como compostos de ervas naturais ou fitoterápicos, outros enfocam terapias complementares, como a naturopatia, e até mesmo intervenções comportamentais e cognitivas. Essa diversidade de perspectivas destaca a necessidade de uma abordagem holística, integrando tanto tratamentos convencionais quanto alternativos para promover uma gestão eficaz e personalizada do TDAH.

Apesar das descobertas promissoras em relação a diferentes intervenções, a maioria dos estudos ressalta a necessidade contínua de pesquisas mais específicas, ensaios clínicos robustos e análises a longo prazo. A colaboração entre profissionais de saúde, pesquisadores e especialistas é crucial para o avanço no entendimento e tratamento do TDAH, garantindo uma abordagem abrangente e direcionada às necessidades individuais dos pacientes. Essa integração de conhecimento pode eventualmente levar a estratégias terapêuticas mais eficazes e personalizadas, melhorando significativamente a qualidade de vida das pessoas afetadas pelo TDAH.

REFERÊNCIAS

BARKLEY, R. A. **TDAH**: transtorno do déficit de atenção com hiperatividade. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BENTO, António. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)**, v. 7, n. 65, p. 42-44, 2012. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/1172>.

CASTRO, C. X. L.; LIMA, R. F. de. Consequências do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na idade adulta. **Rev. psicopedagogia**, São Paulo, v. 35, n. 106, p. 61-72, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-84862018000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2023.

GARCIA, B. A. F. et al. **Extrato de alecrim (Rosmarinus officinalis)**: um antioxidante para estimular a concentração de pessoas com TDAH. 2022. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/10939>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOPUKUMAR, K., et al. Efficacy and Safety of Ashwagandha Root Extract on Cognitive Functions in Healthy, Stressed Adults: A Randomized, Double-Blind, Placebo-Controlled Study. Evidence-based complementary and alternative medicine: eCAM, 2021, 8254344. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34858513/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MIRANDA, Maria Irene. Convivendo e aprendendo com o TDAH: Um estudo de caso. **Revista Psicopedagogia**, v. 39, n. 118, p. 125-135, 2022.

NASCIMENTO, Iramar Baptistella do; BITENCOURT, Cristiano Rech; FLEIG, Raquel. Estratégias para o transtorno do espectro autista: interação social e intervenções terapêuticas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 70, p. 179-187, 2021.

OLIVEIRA, T.M. L. Os impactos dos sintomas do TDAH no adulto. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, [S. l.], v. 4, p. 26–46, 2022. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/41>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ROCHA, Caroline Cunha et al. Autismo associado à epilepsia: relato de caso. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 20, p. e337-e337, 2019.

ROHDE, L.A. et al. **Guia para compreensão e manejo do TDAH da World Federation of ADHD**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

ROLDAN, Mariane Menezes et al. **Aprendizagem auditivo-verbal e aspectos afetivo-emocionais encobertos pelo diagnóstico de transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH)**: estudo de caso clínico. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES INCLUÍDOS NO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Georgge Igor Maia Farias¹, (Aluno do curso de Farmácia Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: igorfarias77@outlook.com); José Damião da Silva Filho², (Professor Me. do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: damiao.silva@fvj.br).

RESUMO

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) é uma estratégia que visa garantir o acesso a medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Os medicamentos disponibilizados pelo programa são destinados ao tratamento de doenças consideradas de alta complexidade. O estudo objetivou caracterizar o perfil clínico-epidemiológico de pacientes incluídos no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica por meio da revisão integrativa da literatura. O estudo foi desenvolvido a partir da busca por estudos na base de dados Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Observou-se que a esquizofrenia paranoide foi considerada o diagnóstico clínico de maior predominância. Os medicamentos dispensados com maior frequência foram Olanzapina 10 mg comp, seguido da Olanzapina 5 mg comp e Risperidona 2 mg comp. Os medicamentos em uso necessitam de orientação farmacêutica para melhor adesão ao tratamento farmacológico e assim, obter uma efetividade terapêutica que ajude na qualidade de vida. A prática do acompanhamento farmacoterapêutico consiste em um modelo da atenção farmacêutica de grande importância para a otimização da farmacoterapia dos pacientes cadastrados no CEAF.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica; assistência farmacêutica.

INTRODUÇÃO

A Assistência Farmacêutica, através de suas ações e serviços voltados à saúde, busca aprimorar o seu processo de descentralização, reestruturando-a em três componentes: básico, estratégico e especializado. Segundo Tavares e Pinheiro (2014), o componente básico refere-se aos medicamentos e insumos que atendem aos agravos prioritários no âmbito da atenção básica. Já o componente estratégico, inclui medicamentos para o atendimento de programas elaborados pelo Ministério da Saúde, como programa de DST/AIDS, tuberculose, hanseníase e outras endemias focais, e o componente especializado, de acordo com a portaria nº 1.554, de 30 de Julho de 2013, relata ser uma estratégia de acesso a medicamentos no âmbito do SUS, que tem por finalidade, proporcionar a integralidade ao tratamento medicamentoso para os pacientes que necessitam de atendimento, em nível ambulatorial, cujas linhas de cuidado estão instituídas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas publicados pelo Ministério da Saúde. (BRASIL, 2013). O componente especializado da assistência farmacêutica (CEAF), criado em 1982, busca garantir estratégias de acesso aos medicamentos, destinados a doenças consideradas de alta complexidade no ponto de vista clínico-epidemiológico que requerem um tratamento prolongado ou até mesmo permanente, tornando-os, assim, demasiadamente caros. (CARIAS et al., 2022). Os medicamentos incluídos no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, são definidos por critérios de diagnóstico, indicação, tratamento, monitorização clínica e laboratorial através dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT), que visam uma adequada assistência para obtenção de resultados satisfatórios. (RONSONI et al., 2015). Nesse contexto, o presente estudo objetivou caracterizar o perfil clínico-epidemiológico de

pacientes incluídos no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica por meio de revisão integrativa da literatura.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, por meio da qual foi realizada uma busca de conteúdos através de estudos científicos, dando sequência a uma seleção mais específica, focando no tema em estudo, e, por fim, uma análise com definição da questão norteadora. O estudo foi desenvolvido a partir da busca por estudos na base de dados Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Após a leitura e seleção dos artigos, manuais e teses, a análise dos dados foi feita a partir do método qualitativo, utilizando-se a técnica de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), desenvolvida por Lefevre e Lefevre (2003), a qual tem como fundamento a teoria da representação social, com partes de discursos de sentido semelhante, por meio de procedimentos sistemáticos e padronizada. Nessa perspectiva, a análise constitui-se pela leitura dos estudos escolhidos e selecionados, na qual se buscou descobrir o real sentido que compõe o decorrente estudo, sob a forma de dados, onde se realizou uma nova análise, a qual se seguiu um padrão, atingindo assim, seu objetivo, além de distinguir uma base teórica e conceitual concernente ao destaque das etapas essenciais para compor o presente estudo.

RESULTADOS E DICUSSÃO

Depois da fase inicial do levantamento de dados, os procedimentos que se seguiram se constituíram na leitura e na análise dos artigos escolhidos baseados nos critérios de inclusão. Os artigos inclusos foram analisados na íntegra entre os meses de agosto a outubro de 2023 com a finalidade de extrair o cerne de cada resultado das investigações. Em relação aos 10 artigos selecionados, foram analisados tópicos relacionados aos resultados de cada publicação escolhida. Observa-se no estudo de Acurcio e colaboradores (2019) uma pequena diferença entre a frequência de pacientes atendidos no CEAF, onde as mulheres corresponderam a 50,4 % e os homens 49,6%. Essa diferença, ainda que mínima, pode ser explicada devido a maior procura dos serviços pelo público feminino. Além disso, é provável que as mulheres estejam mais influenciadas a fatores externos do que os homens, dentre eles, os fatores genéticos e hormonais, de tal maneira que isso poderá implicar diretamente na condição de saúde, sendo, portanto, necessária à medicalização. Por outro lado, a busca pelos serviços tende a expandir com a idade, em decorrência do aumento da incidência e da prevalência de doenças crônicas na população. Os medicamentos antipsicóticos foram considerados a principal classe farmacológica utilizada pelos pacientes do CEAF. Esses fármacos têm finalidade terapêutica para diversas condições psicóticas, sobretudo no tratamento da esquizofrenia. São classificados em típico ou de primeira geração (APG) ou atípicos ou de segunda geração (ASG). Com base na CID-10, o diagnóstico mais prevalente entre os usuários do componente especializado foi a esquizofrenia paranoide (CID F-20.0), considerada um subtipo clínico da esquizofrenia. Resultado apontado na pesquisa de Costa e Andrade (2012), a qual evidenciou que a maior parte dos usuários apresentou esquizofrenia paranoide. Entretanto, diverge com um estudo desenvolvido na cidade de João Pessoa-PB, em que o mesmo relata que a osteoporose é considerada o agravo mais ocorrente na região (Sousa, 2014). A isotretinoína é considerada o fármaco de primeira escolha pra o tratamento da acne grave. No estudo Meneses e Bouzas (2019), o diagnóstico encontrado foi de acne vulgar (CID L70.0), cuja anamnese mencionada nos LME's relatou que os pacientes estavam com lesão grau III. Conforme o PCDT (2020), esta classificação é referente à acne inflamatória do tipo nodulocística. Dentre o número de usuários que faziam o uso deste fármaco, quatro correspondiam ao sexo masculino e dois ao sexo

feminino, totalizando seis. Nota-se que os homens foram mais acometidos do que as mulheres. A asma predominantemente alérgica (CID J450) e a artrite reumatóide soro-negativa (CID M 060) também foram diagnósticos clínicos encontrados na população (PINHO, 2022).

CONCLUSÕES

O número de pacientes cadastrados do Programa de Medicamentos Especializados disponibilizado pelo SUS vem crescendo substancialmente. Diante desta circunstância, é imprescindível que ações sejam colocadas em prática para que o tratamento medicamentoso possa ser utilizado por todos os pacientes que lidam com algum tipo de patologia rara presente nos PCDT, garantindo assim, a integralidade no serviço de saúde.

Os resultados encontrados neste estudo possibilitaram identificar que a esquizofrenia paranoide foi considerada o diagnóstico clínico de maior ocorrência na população. Quanto aos medicamentos excepcionais, foi possível observar que a Olanzapina 10 mg comp, seguido da Olanzapina 5 mg comp e Risperidona 2 mg comp foram os mais dispensados. Além disso, foi possível alcançar um conhecimento, ainda que inicial, do perfil dos usuários atendidos na Central de Abastecimento Farmacêutico dos estudos analisados. Essas informações, quando associadas a outros estudos nessa área, poderão contribuir como subsídios teóricos para tomada de decisões no que se refere aos programas governamentais.

Conclui-se, então, que os medicamentos que hoje integram o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) consolidam o processo de criação de políticas públicas de saúde, principalmente na gestão da Assistência Farmacêutica no SUS.

REFERÊNCIAS

ACURCIO, Francisco de Assis et al. Perfil demográfico e epidemiológico dos usuários de medicamentos de alto custo no Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 263-282, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v26n2/07.pdf>. Acesso em: 14 out.2023.

CARIAS, Claudia Mezleveckas et al. Medicamentos de dispensação excepcional: histórico e gastos do Ministério da Saúde do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, p. 233-240, 2022. Disponível em:

[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0211/pdfs/IS31\(2\)044.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0211/pdfs/IS31(2)044.pdf). Acesso: 09 set. 2023.

COSTA, Jorge Alexandre Santos; ANDRADE, Kaio Vinicius Freitas de. Perfil dos usuários incluídos no protocolo de esquizofrenia em um programa de medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 35, n. 2, p. 446, 2012. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2011/v35n2/a2464.pdf>. Acesso em: 06 set. 2023.

COSTA, Jorge Alexandre Santos; ANDRADE, Kaio Vinicius Freitas de. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas: Asma** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Protocolos/Livros/LivroPCDT_VolumeII.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

PINHO, Laura Braga de. **Perfil dos usuários portadores de artrite reumatoide cadastrados na Farmácia de Medicamentos Especiais de Porto Alegre/Rio Grande do Sul**. 2022. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Farmácia) - Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96136/000898322.pdf?sequence=1>.
Acesso em: 17 out. 2023.

RONSONI, Ricardo de March et al. Avaliação de oito Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde por meio do instrumento AGREE II: um estudo piloto. **Cadernos de Saúde Pública**, Brasília, v. 31, v. 6, p. 1157-1162, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n6/0102-311X-csp-31-6-1157.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

TAVARES, Noemia; PINHEIRO, Rafael. Assistência Farmacêutica no SUS: avanços e desafios para a efetivação da assistência terapêutica integral. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília v. 8, n. 1, p. 49-56, 2014. Disponível em:
[file:///C:/Users/Windows/Downloads/1452-3585-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/1452-3585-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 22 set. 2023.

IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Josefa Isaíla Bezerra Nobre¹, (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: isaila.nobre@fvj.br); José Damião da Silva Filho², (Professor Me. do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: damiao.silva@fvj.br)

RESUMO

A pandemia da COVID-19 levou a mudanças rápidas e sem precedentes na vida de milhões de crianças e adolescentes. Houve um aumento significativo de problemas de saúde mental em crianças e adolescentes durante a pandemia, o que pode levar a distúrbios manifestados ao longo do tempo. Diante desse cenário mundial, o presente estudo descreve as repercussões da pandemia COVID-19 na saúde mental de crianças. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada a partir da busca por publicações científicas e portarias eletrônicas. Os seguintes descritores foram utilizados: COVID-19, isolamento social, pandemia, saúde mental, crianças. Problemas em sua saúde física e mental, envolvendo mudanças de comportamento, ansiedade, obesidade e sedentarismo. Torna indispensável a criação de estratégias para o retorno ao mundo pós pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: COVID-19; Saúde Mental; Crianças; Adolescentes

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) representou um risco urgente e global, cujas manifestações epidemiológicas, clínicas e fisiopatológicas ainda estão sendo documentadas (GUAN et al., 2020). Além de seu alto potencial de transmissibilidade, desenvolvimento de sintomas graves e letalidade, a COVID-19 manifesta um vasto espectro clínico, alterando de formas assintomáticas a sintomas respiratórios leves e casos graves de pneumonia (CARVALHO et al., 2020). Em resposta a essas características clínicas, como alta transmissibilidade, medidas de controle e prevenção, como restrição de contato, foram amplamente difundidas por órgãos de saúde, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Centro Europeu para Prevenção e Controle de Doenças (CEPCD). Essas medidas incluíram orientações sobre isolamento, quarentena em casos suspeitos, isolamento social, interrupção de aulas em escolas e universidades, além de quarentena em toda a população, visando reduzir os impactos, a incidência da doença e o número de mortes (FERGUSON et al., 2020).

A repercussão da COVID-19 na saúde das crianças é significativa, mesmo quando apresentam quadros clínicos mais amenos em comparação com adultos e idosos. Os efeitos indiretos incluem prejuízos no ensino, na socialização e no desenvolvimento, devido ao fechamento de instituições educacionais. Além disso, há quedas nas coberturas vacinais, aumento do uso de mídias/telas, epidemia de sedentarismo, aumento da fome e risco alimentar devido ao fechamento de escolas e perdas na receita familiar, entre outros (FIOCRUZ, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura onde a escolha dos estudos se deu no período compreendido entre os meses de fevereiro de 2023 a abril do mesmo ano, nas bases de dados, considerando o período de publicação do estudo 2020-2022: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs); e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Aplicou-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): COVID-19,

isolamento social, pandemia, saúde mental, crianças e adolescentes. Em seguida, deu-se a análise dos títulos e resumos, procurando selecionar os artigos que abordam a questão norteadora da pesquisa. Mediante seleção dos estudos foram executadas as leituras na íntegra que culminaram na análise de 10 artigos, que integram essa revisão.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os estudos indicaram que os impactos psicossociais podem persistir a longo prazo, manifestando-se tanto em transtornos psiquiátricos quanto em atitudes e pensamentos ansiosos e depressivos (LIU et al., 2020). A imposição da nova realidade devido às condições sanitárias da COVID-19 resultou em consequências, especialmente para o grupo infanto juvenil, cujo desenvolvimento pessoal foi afetado durante a pandemia. Portanto, é crucial avaliar os possíveis impactos na vida adulta dessas crianças, ou seja, os efeitos psicossociais a longo prazo provocados pelo isolamento social (CUI et al., 2020). Transtornos depressivos são caracterizados por tristeza intensa ou persistente, interferindo no funcionamento e frequentemente reduzindo o interesse ou prazer em atividades, muitas vezes associados a sintomas como ansiedade (O'SULLIVAN et al., 2021). No que lhe diz respeito, a ansiedade, pode ser classificada como um sentimento de angústia, apreensão ou incômodo, podendo abranger um vasto espectro de quadros psiquiátricos, como as fobias, síndrome do pânico e transtorno de ansiedade generalizada (CUI et al., 2020). O medo, como um estado emocional diante de uma ameaça inesperada, executa um papel crítico na manutenção da sobrevivência humana (RAVENS-SIEBERER et al., 2022). O distanciamento social pode aumentar problemas relacionados à saúde mental em crianças e adolescentes, resultando em solidão, uma experiência emocional dolorosa, com quase um terço dos adolescentes relatando altos níveis de solidão (LIU et al., 2020). Além disso, observa-se um aumento nos sintomas obsessivo-compulsivos, decorrente do medo de contaminação e do estresse, o que pode ter implicações significativas no desenvolvimento e na ampliação de desordens psicológicas (YEASMIN et al., 2020). Nesse contexto, uma comunicação aberta e empática torna-se essencial, permitindo que as crianças expressem suas emoções e preocupações sem julgamento. Criar um espaço de diálogo em família pode aliviar a ansiedade e fortalecer os laços emocionais. Manter uma rotina estruturada é crucial, já que a pandemia desorganiza a vida cotidiana das crianças, gerando sentimentos de desorientação e insegurança. Oferecer oportunidades de aprendizado, estimulando o desenvolvimento através de livros, jogos educativos e atividades artísticas, é fundamental. Além disso, tanto as crianças quanto os pais devem cuidar de sua saúde mental, encontrando tempo para relaxar, praticar o autocuidado e buscar apoio quando necessário, garantindo que estejam mais presentes e aptos a apoiar as crianças (PFEFFERBAUM, 2021).

REFERÊNCIAS

GUAN, W. J.; NI, Z. Y.; HU, Y.; LIANG, W.H.; OU, C. Q.; HE, J. X.; Características clínicas da doença coronavírus 2019 na China. *N Engl J Med.* 2020;382(18):1708-20. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7266766/>. Acesso em: 08 out. 2023.

CARVALHO P. M. M.; MOREIRA M. M.; OLIVEIRA M.N.A.; LANDIM J.M.M.; ROLIM NETO M.L. O impacto psiquiátrico do surto do novo coronavírus. *Psychiatry Res.*, 286:112902, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32146248/>. Acesso em 15 out. 2023

FERGUSON, N. M.; LAYDON, D.; NEDJATI-GILANI, G.; IMAI, N.; AINSLIE, K.; BAGUELIN M. **Impacto das intervenções não farmacêuticas (NPIs) para reduzir a**

mortalidade por COVID-19 e a procura de cuidados de saúde. London: Imperial College London; 2020. Disponível em:
<https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-NPI-modelling-16-03-2020.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Covid-19 e Saúde da Criança e do Adolescente, ago. 2020a. Disponível em:
https://www.iff.fiocruz.br/pdf/covid19_saude_criancas_adolescente.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023

CUI; LI; ZHENG. Serviços de saúde mental para crianças na China durante a pandemia de COVID 19: resultados de uma pesquisa nacional baseada em especialistas entre hospitais psiquiátricos para crianças e adolescentes. **European Child & Adolescent Psychiatry**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/fVpnLtzZYxs5DN7ZYQyhbFF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

LIU; HUANG; SHI; LU. Considerações de saúde mental para crianças em quarentena por causa da COVID-19. **The Lancet Child - Adolescent**. 2020

O'SULLIVAN, et. al. Um estudo qualitativo da saúde mental de crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19 na IrlandaIrlanda, 2021, **International Journal of EnvironmentalResearch and Public Health**. 2021. Disponível em:
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33504101/>. Acesso em: 15 out. 2023.

RAVENS-SIEBERER, et. al. Impacto da pandemia COVID -19 na qualidade de vida e saúde mental de crianças e adolescentes na AlemanhaAlemanha, 2021. **European Child & Adolescent Psychiatry**, 2022.

YEASMIN, et. al. Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental de crianças em Bangladesh: um estudo transversal. **Children and Youth Services Review**, 2020. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/9329>. Acesso em: 15 out. 2023.

PFEFFERBAUM. A associação entre fechamento de escolas e saúde mental infantil durante a COVID-19. **Current Psychiatry Reports**, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/decb23bc-9a85-4b12-a09b-27ddf9035cad>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CONTÍNUO DE ANTICONCEPCIONAIS

Lara Roberta de Carvalho Porto¹, (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail lara.roberta@fvj.br); José Damião da Silva Filho², (Professor Me. do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: damiao.silva@fvj.br)

RESUMO

A trombose é um distúrbio caracterizado pela formação de coágulos sanguíneos nas veias ou artérias. O uso contínuo de anticoncepcionais, especialmente pílulas combinadas que contêm estrogênio e progestagênio, pode aumentar o risco de trombose. No entanto, é importante observar que esse risco é relativamente baixo. O estrogênio presente nos anticoncepcionais orais pode aumentar a coagulação sanguínea, enquanto o progestagênio pode afetar a parede dos vasos sanguíneos. Isso pode levar à formação de coágulos prejudiciais. Além disso, outros fatores de risco, como histórico familiar de trombose, obesidade, tabagismo e idade avançada, podem aumentar ainda mais a probabilidade de desenvolver trombose. É importante destacar que o risco absoluto de trombose associado ao uso de anticoncepcionais é relativamente baixo, especialmente em mulheres saudáveis e jovens. No entanto, é vital consultar um médico antes de começar a tomar qualquer tipo de contraceptivo hormonal. O profissional de saúde fará uma avaliação individualizada dos riscos e benefícios, considerando o histórico médico, estilo de vida e outros fatores de risco.

Palavras-chave: trombose; anticoncepcionais; risco.

INTRODUÇÃO

O tromboembolismo é uma preocupação que todas as mulheres que usam anticoncepcionais possuem. Os AOs é um meio utilizado para impedir uma possível gravidez indejada, com esse método que pode possibilitar a mulher uma entrada na sociedade e também dominio sobre seu corpo. Os anticoncepcionais hormonais, contêm hormônios sintéticos, incluindo estrogênio e progestina, que são semelhantes aos hormônios produzidos naturalmente no corpo. O estrogênio é o principal responsável pelo aumento do risco de trombose associado aos anticoncepcionais hormonais.(BRANT, 2018). Estudos mencionam um aumento na ocorrência dos ET de 4 a 8 vezes em mulheres que usam AO. A propensão a esse estado pode ser genética ou obtida. No caso da obtida, o uso de AO é um dos fatores contribuintes. A partir da comercialização dos métodos contraceptivos, a trombose venosa vem perpetrando uma grande correlação aos seus efeitos adversos, estando direcionada ao uso dessas medicações hormonais, surgiu assim a necessidade de rever a concentração hormonal introduzidas nessas medicações, sendo assim concentraram baixas dosagens desses hormônios (SAMPAIO, 2016). Com o intuito de atingir esse objetivo, este estudo busca apresentar quais são os fatores que efetivamente possuem predisposição ao risco de trombose, demonstrando também que os anticoncepcionais possuem benefícios e que a probabilidade de ocorrer um trombo é baixa. Esse assunto será abordado por meio de uma revisão integrativa, com análise de estudos publicados

METODOLOGIA

O estudo teve como metodologia a revisão integrativa , que consiste na análise ampla de estudos publicados, buscando compreender de forma geral os riscos que os anticoncepcionais orais em uso continuo podem acarretar, e respondendo a questão que presidi: “Quais as evidências científicas que correlacionam o uso de métodos contraceptivos com a

ocorrência de eventos tromboembólicos?”. O levantamento dos artigos científicos foi realizado em bases de dados eletrônicas: biblioteca online US Library of Medicine (PUBMED), na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO), e no Google Acadêmico. Para a pesquisa, as palavras e descritores utilizados incluíram; métodos contraceptivos, tromboembolismo, medicamentos e reações adversas. O método de análise dos dados empregado foi um estudo de valor semântico, possibilitando uma melhor compreensão do resultado Com o propósito de obter publicações de artigos científicos relacionados ao tema de estudo do período de 2010 a 2022. A coleta de dados foi dividida em três momentos, primeiro delimitando a pesquisa através dos seguintes temas: O uso de anticoncepcionais, pode acarretar eventos tromboembólicos. Segundo, foi realizada a seleção do material bibliográfico excluindo os que não atendem aos critérios de inclusão. No terceiro, iremos nos aprofundar nos selecionados para extrair apenas as informações relevantes para a pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O processo de busca e seleção de materiais foi realizado aplicando os critérios de inclusão e exclusão. Assim, foram selecionados 10 artigos para abordar a questão norteadora. Os estudos trazem alguns exemplos da relação entre o evento trombotico e o uso continuo de anticoncepcionais. Primeiramente temos em estudos que a genética, idade, tabagismo e excesso de peso que são os principais ocorrentes de tromboelismo, os anticoncepcionais apenas podem aumentar o risco. (DOWMBROESKI, 2013). O risco de contrair trombose aumenta de 2 a 6 vezes em mulheres que usam AO, esse fato está diretamente ligado à quantidade de hormônios presentes nas pílulas anticoncepcionais que são os estragêno e progestagêno que faz parte da composição desses medicamentos. Estudos revelaram a conexão entre o risco de desenvolvimento de ET e a quantidade de estrogênio presente nos contraceptivos, levantando a hipótese de que o surgimento de trombose esteja ligado ao uso prolongado de pílulas anticoncepcionais e às dosagens elevadas de estrógeno contidas nesses medicamentos. Precisamente por essa razão, novos contraceptivos começaram a ser desenvolvidos com concentrações inferiores de estrógeno, numa tentativa de reduzir as ocorrências de trombose. (SILVA, 2018). Atualmente mulheres ainda possuem receio em relação ao risco de tromboembolismo associado aos anticoncepcionais orais, algumas por experiências pessoais ou conhecimento, porém a também mulheres que desconhecem o perigo que se automedicar sem prescrição médica pode levar a ocorrer o risco de trombose. No entanto vale ressaltar que a trombose é um risco relativamente baixo relacionado aos AOs e que a maior parte da população feminina que usa esse método contraceptivo não experimentam esse problema. Por isso o conhecimento e a busca por ajuda médica é necessária, pois com esse apoio podem receber uma avaliação adequada para saber se tem predisposição para desencadear trombose, como histórico pessoal e familiar, tabagistas, obesas e com idades avançadas. (SOUSA; ÁLVARES, 2018). De acordo com Sampaio et al. (2019), a contracepção oral com estrogênio/progestagênio tem efeitos na coagulação sanguínea, pois aumenta o fibrinogênio plasmático e a atividade dos fatores de coagulação, especialmente os fatores VII e X. Além disso, geralmente há uma diminuição na antitrombina III, que é um inibidor da coagulação. Também ocorre um aumento na atividade plaquetária, resultando em uma aceleração da agregação.

Essas modificações geram um estado de aumento da coagulação sanguínea que, em grande medida, parece ser equilibrado pelo aumento da atividade que dissolve o fibrinogênio. Pesquisas sobre os anticoncepcionais orais em uso atual revelam que os efeitos na coagulação dependem da quantidade de estrógeno e do tipo de progestagênio combinados. (Moreira,2011).

A utilização inadequada de medicamentos tem se tornado cada vez mais comum nos últimos tempos, trazendo problemas prejudiciais às mulheres que não buscam um tratamento adequado, aumentando os riscos para a saúde. Isso ocorre principalmente porque contraceptivos hormonais em geral têm altas taxas de interrupções, devido à baixa aderência causada por seus efeitos colaterais e indesejáveis efeitos hormonais, como perda da libido ou esquecimento de tomar os comprimidos diários. (Morais,2019). O ponto é que, apesar de ser necessário realizar muitas pesquisas para realmente compreender o papel verdadeiro dos anticoncepcionais orais, tanto quando usados em combinação quanto individualmente, na hemostasia, é provável que esses medicamentos aumentem consideravelmente o risco de ocorrência de eventos trombóticos. Esse perigo é ainda maior se a pessoa que os usa tiver predisposição genética, entre outros fatores. É exatamente por isso que é essencial ter conhecimento sobre o uso adequado desses medicamentos. Sempre devemos considerar a relação risco-benefício, porque, apesar de todos os riscos trombóticos associados aos anticoncepcionais orais, os benefícios ainda são maiores (Silva,2017)

REFERÊNCIAS

DOMBROWSKI, J.G.; PONTES,J.A; ASSIS,W.A.D.M. (2013). Atuação do enfermeiro na prescrição de contraceptivos hormonais na rede de atenção primária em saúde. **Revista brasileira de Enfermagem**, 66, 827-832. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/fQNhCRSvmzhFdmyfH9tX6Nx/abstract/?lang=pt>

DA SILVA, K.R.;HAYD, R.L.N. (2017) Risco de trombose relacionada ao uso de hormonas e evidenciada pela quebra de hemostasia: uma breve revisão. Disponível em:
<http://mensagitat.org/data/documents/v-12-p-11-15.pdf>

DE SOUSA, I. C. D. A.;Álvares, A. D. C. M. (2018). A trombose venosa profunda como reação adversa do uso contínuo de anticoncepcionais orais. **Revista de divulgação científica Sena Aires**, 7(1), 54-65. Disponível em:
<http://revistafacesa.senaires.com.br/index.php/revisa/article/view/304>

MACHADO, A. D. S. T.; Santos, L. O.; DA SILVEIRA, L. L.; FRANÇA, A. M. B.; CAVALCANTE, T. C. S. (2013). Adequação das práticas de distribuição de insumos do planejamento familiar no município de Maceió-AL. Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT-ALAGOAS, 1(3), 101-110. Disponível em:
<http://periodicos.set.edu.br/fitsbiosaude/article/view/1017>

MOREIRA, L. M. A. Métodos contraceptivos e suas características. In: **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual**. 3 ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 125-137.

MORAIS, L.; SANTOS, L. P.; CARVALHO, I. F. F. R. (2019). Tromboembolismo venoso relacionado ao uso frequente de anticoncepcionais orais combinados. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia**, 8(1), 85-109, 2009. Disponível em:
<https://revista.fasem.edu.br/index.php/fasem/article/view/195>

ALZHEIMER: UMA RELAÇÃO COM O SISTEMA COLINÉRGICO E SEUS TRATAMENTOS.

Larissa Pinheiro da Cunha¹, (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.cunha@fvj.br); José Damião da Silva Filho², (Professor Me. do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: damiao.silva@fvj.br)

RESUMO

A doença de Alzheimer é uma patologia neurodegenerativa associada principalmente a idosos, acima de 60 anos, sendo a causa mais frequente de demência e incapacitação destes. O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que busca avaliar a relação do sistema colinérgico com a doença de Alzheimer e trazer seus tratamentos, através de uma pesquisa nas plataformas virtuais: Scielo, LILACS e PubMed. Através de uma análise crítica da literatura científica, as evidências disponíveis nesses contextos foram compiladas e sintetizadas, gerando resultados. Estes resultados mostram que a relevância do sistema colinérgico nas doenças do sistema nervoso central vem sendo cada vez mais evidenciadas, que existem tratamentos farmacológicos e não farmacológicos e o principal tratamento farmacológico utilizado na doença de Alzheimer são os inibidores da colinesterase com memantina e que o objetivo deles é melhorar a qualidade de vida, pois ainda não existe cura para a doença de Alzheimer.

Palavras-chave: Alzheimer; doença degenerativa; farmacoterapia; colinérgico.

INTRODUÇÃO

A doença de Alzheimer (DA) É uma patologia neurodegenerativa que está relacionada com a demência e incapacitação. (Sant'Ana et al., 2018) A DA tem como característica a deterioração da memória e das funções cognitivas. Inicialmente a uma preservação da memória, mas com seu comprometimento progressivo logo são atingidos os processos ocupacionais, sociais e de aprendizagem, até os pacientes não conseguirem adquirir nenhum novo aprendizado e começar a incapacitação do indivíduo, até chegar na perda total da memória. (Forlenza et al., 2005) Cada vez mais são evidenciadas as relações do sistema colinérgico com as doenças do sistema nervoso central, como por exemplo, em pacientes com Alzheimer são observadas modificações neuroquímicas primárias no sistema colinérgico, essas modificações são na quantidade de receptores muscarínicos e na sinalização destes. (Ventura et al., 2010) Ainda não existe cura para a doença, mas existem tratamentos que melhoram a qualidade de vida desses indivíduos (Caramelli et al., 2022) Este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre a relação do sistema colinérgico com a doença de Alzheimer e trazer um pouco sobre seus tratamentos.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que consiste em fazer uma análise ampla de estudos publicados, buscando compreender de forma geral sobre a doença de Alzheimer e seus tratamentos, respondendo as questões norteadoras: “Qual sistema afetado poderia ser o foco?” “E os tratamentos? Como são feitos?”. O levantamento dos artigos científicos foi realizado nas bases de dados eletrônicas: PubMed, LILACS e Scielo. Utilizando termos de busca relevantes, como : “Alzheimer”, “Doença degenerativa”, “Farmacoterapia” , “Colinérgico. Para o levantamento foram utilizados os critérios de inclusão e exclusão, sendo eles: critérios de inclusão: artigos originais de trabalhos que abordassem sobre a Doença de Alzheimer, trazendo seus conceitos, índices e características; Trabalhos sobre os possíveis

tratamentos farmacológicos e não farmacológicos; Trabalhos relacionando o Alzheimer com o sistema colinérgico e trazendo um pouco sobre os principais receptores afetados. Este levantamento bibliográfico compreendeu trabalhos publicados nos idiomas português e inglês, com artigos de delimitação temporal dos últimos 20 anos e com relevância para o tema da pesquisa. E critérios de exclusão: Trabalhos duplicados, se um mesmo estudo for encontrado em diferentes fontes, é recomendado excluir as duplicações para evitar repetições de informações; Editoriais; Resumos de seminário; Congressos; Trabalhos não relacionados com o tema de pesquisa. Estes critérios de exclusão ajudaram a garantir que apenas artigos relevantes e de qualidade fossem incluídos na revisão, possibilitando uma análise abrangente e confiável sobre o tema abordado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O processo de busca e seleção de materiais foi realizado aplicando os critérios de inclusão e exclusão. Assim, foram selecionados 06 artigos para abordar a questão norteadora. Muitos estudos avaliam a eficácia dos inibidores da acetilcolinesterase e da memantina no tratamento da doença de Alzheimer nos pacientes em estágios leve a moderado. Alguns destes mostram que a combinação da memantina com o inibidor de acetilcolinesterase torna o tratamento mais eficaz do que apenas utilizando os inibidores da colinesterase. (Howard et al., 2012) Estudos mostram também que o tratamento não farmacológico é muito utilizado nos estágios leve a moderado, esses são estabelecidos com a criação de um plano de cuidados multidisciplinares que agem juntamente com tratamento farmacológico. Por isso é destacada a importância do diagnóstico precoce da doença de Alzheimer, para o início do tratamento adequado e uma estabilização mais rápida da doença. (Zanotto et al., 2023) Os estudos nos permitiram dicutir sobre o assunto chegando as conclusões: que o sistema colinérgico tem sua importância nas doenças do sistema nervoso central evidenciadas. A demência do tipo Alzheimer não tem cura e seus tratamentos visam apenas melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Os tratamentos não são apenas farmacológicos, há também várias outras formas de terapia evidenciadas que trazem benefícios para os pacientes e seus cuidadores. Há vários estudos que foram e estão sendo realizados para continuar a melhorar o tratamento da doença, visando melhorar a qualidade vida e impedir a progressão da doença.

REFERÊNCIAS

FORLENZA, Orestes V. Tratamento farmacológico da doença de Alzheimer. **Arquivos de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 32, p. 137-148, 2005.
<https://www.scielo.br/j/rpc/a/RtsYhwfHPBmSvpXgJHzdVWs/?lang=pt>

SANT'ANA, Natalia Jordy et al. Terapia antiamiloide: uma nova estratégia para tratamento da doença de Alzheimer. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, v. 16, n. 2, p. 127-131, 2018. <https://www.sbcm.org.br/ojs3/index.php/rsbcm/article/view/347>

CARAMELLI, Paulo et al. Tratamento da demência: recomendações do Departamento Científico de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento da Academia Brasileira de Neurologia. **Dementia & Neuropsychologia**, v. 16, p. 88-100, 2022.
<https://www.scielo.br/j/dn/a/qCcZ73tZ9Y9N93w7QngSWCq/>

VENTURA, Ana L. M. et al. Sistema colinérgico: revisitando receptores, regulação e relação com a doença de Alzheimer, esquizofrenia, epilepsia e tabagismo. **Arquivos de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 37, p. 66-72, 2010.

<https://www.scielo.br/j/rpc/a/TZmvQnDBxM9nDw39QCJhpsf/?lang=pt&format=html>

ZANOTTO, Luciane Fabrício et al. Doença de Alzheimer: um estudo de caso sobre o transtorno neurocognitivo que mais afeta idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 26, p. e230012, 2023.

<https://www.scielo.br/j/rbgg/a/gKhpzVBNRShbDP98jXKkXMN/?lang=en>

HOWARD, Robert et al. Donepezil e memantina para doença de Alzheimer moderada a grave. **New England Journal of Medicine**, v. 306, pág. 893-903, 2012.

https://www.nejm.org/doi/10.1056/NEJMoa1106668?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:crossref.org&rfr_dat=cr_pub%20%20www.ncbi.nlm.nih.gov

DEFICIÊNCIA DE VITAMINA B12 EM PACIENTES DIABÉTICOS EM USO DE METFORMINA

Maria Tatiana Sousa¹, (aluna do curso de Bacharelado em Farmácia da Unijaguaribe, e-mail: Tatiana.sousa@fvj.br); Orientador: **Francisco Wanderlei Lima Silva²,** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Farmácia da Unijaguaribe, e-mail: Wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a ocorrência e os fatores associados à deficiência de vitamina B12 em pacientes diabéticos que fazem uso de metformina como tratamento. No Brasil, o diabetes mellitus tipo 2 representa um problema de saúde pública, afetando uma parcela significativa da população. A metformina é utilizada como medicamento de primeira escolha para o tratamento oral do DM2, de acordo com as diretrizes da American Diabetes Association (ADA). Este estudo ressalta a necessidade de um acompanhamento clínico adequado, o monitoramento regular da vitamina B12 e a implementação de estratégias preventivas e terapêuticas para garantir a saúde e a qualidade de vida dos pacientes diabéticos em uso de metformina.

Palavras-chave: Diabete Mellitus; Vitamina B12; Metformina.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o diabetes mellitus tipo 2 (DM2) representa um problema de saúde pública, afetando uma parcela significativa da população. Estudos recentes apontam uma prevalência de 6,9% da população com mais de 18 anos com DM2, sendo 7,0% entre mulheres e 5,4% entre homens. O tratamento do DM2 envolve mudanças no estilo de vida, uso de uma variedade de medicamentos orais e, em casos mais graves e refratários, administração de insulina (NAZARO et al., 2018).

O tratamento do DM2 envolve frequentemente o uso de metformina, que demonstrou ser eficaz na redução dos níveis de glicose no sangue. No entanto, as preocupações em relação aos possíveis efeitos da metformina na absorção da vitamina B12 têm surgido ao longo dos anos, essas preocupações merecem uma investigação aprofundada.

A deficiência de vitamina B12 é uma condição clínica relevante, uma vez que essa vitamina desempenha um papel crucial em diversos processos fisiológicos, incluindo a formação de células sanguíneas e a manutenção do sistema nervoso. Portanto, entender a relação entre o uso de metformina e a deficiência de vitamina B12 é de suma importância para a saúde dos pacientes com DM2. Além disso, a detecção precoce e o manejo adequado da deficiência de vitamina B12 podem prevenir complicações graves, como anemia megaloblástica e danos neurológicos. Nesse contexto, este estudo visa preencher uma lacuna no conhecimento, fornecendo dados que podem orientar estratégias de monitoramento e intervenção para pacientes diabéticos em tratamento com metformina, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida desses pacientes.

Diante do exposto o estudo teve como objetivo analisar a ocorrência e os fatores associados à deficiência de vitamina B12 em pacientes diabéticos que fazem uso de metformina como tratamento, bem como investigar os sintomas clínicos e os impactos na saúde decorrentes da deficiência de vitamina B12 nessa população e verificar as estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento da deficiência de vitamina B12 nestes pacientes.

MARCO TEÓRICO

Foram utilizados artigos científicos obtidos através das bases digitais destacadas na metodologia. Dessa forma, apresenta-se discussões conceituais sobre o tema pesquisado, destacando para deficiência de vitamina B12 em pacientes diabéticos em uso de metformina.

METODOLOGIA

Este estudo, caracteriza-se como bibliográfico. Para coleta de dados, foram utilizadas as bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), da Scientific Electronic Library Online (SCIELO), da Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). O período de pesquisa abrangeu os últimos 10 anos, de 2013 a 2023, a fim de incorporar os estudos mais recentes e relevantes sobre o tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados obtidos a partir da revisão da literatura e da análise dos dados indicam que a deficiência de vitamina B12 é uma preocupação significativa em pacientes diabéticos que fazem uso de metformina. A associação entre o uso de metformina e a deficiência de vitamina B12 é bem documentada e tem sido objeto de estudo ao longo de várias décadas.

Um dos principais benefícios da metformina é a redução dos riscos cardiovasculares e mortalidade, além de contribuir para a perda de peso e prevenção do diabetes tipo 2. Uma droga é geralmente bem tolerada, com efeitos colaterais limitados, que não incluem hipoglicemia quando usada sozinha. No entanto, pode causar distúrbios gastrointestinais, risco de acidose láctica em certas condições clínicas, e notavelmente, deficiência de vitamina B12 (KONZEN et al., 2016).

A relação entre o uso prolongado de metformina e a redução dos níveis de vitamina B12 é um efeito colateral significativo. Acredita-se que isso ocorre devido à interferência do medicamento na absorção do fator intrínseco da vitamina B12 no íleo terminal, uma etapa crucial para a assimilação dessa vitamina pelo organismo. A deficiência de vitamina B12 pode resultar em complicações como neuropatias e anemias megaloblásticas (LUBINI et al., 2013).

A carência de vitamina B12 pode levar vários anos até se tornar aparente, mas suas implicações clínicas são significativas devido ao potencial de causar danos neurológicos graves. Esses danos podem incluir condições como demência, psicose e esquizofrenia. Além disso, níveis reduzidos dessa vitamina estão associados a uma diminuição na velocidade de condução nervosa e uma resposta diminuída ao toque, identificada por testes de monofilamento. Esta situação pode resultar em um uso aumentado e talvez desnecessário de medicamentos como antidepressivos tricíclicos e anticonvulsivantes (COSTA et al., 2020).

Os mecanismos subjacentes a essa relação incluem a interferência da metformina na absorção da vitamina B12 no íleo distal, bem como o efeito do IBP na absorção gástrica da vitamina. Além disso, a polifarmácia, comum em pacientes idosos e institucionalizados, pode agravar a deficiência de vitamina B12 devido ao efeito sinérgico na ingestão dessa vitamina. Portanto, a detecção precoce e a reposição adequada de vitamina B12 são cruciais para melhorar a qualidade de vida desses pacientes, além de reduzir os custos relacionados à saúde pública.

Deste modo, este estudo ressalta a necessidade de um acompanhamento clínico adequado e a importância do profissional farmacêutico para orientar esse paciente a importância de um monitoramento regular da vitamina B12 e a implementação de estratégias preventivas e terapêuticas para garantir a saúde e a qualidade de vida dos pacientes diabéticos em uso de metformina.

REFERÊNCIAS

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Standards of medical care in diabetes. Diabetes Care. 2015.

ANDRADE M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARAUZ, Edwin et al. Deficiência de Vitamina B12 relacionada ao Uso de Metformina. **Revista Médico Científica**, v. 33, n. 1, p. 52-63, 2020.

COSTA, Jardel Alves da et al. **Uso de Metformina em diabéticos tipo 2 e seu impacto na Vitamina B12:** implicações clínicas no Estado de Saúde. 2021.

DAMIÃO, Charbel Pereira et al. Prevalência de deficiência de vitamina B12 em pacientes diabéticos do tipo 2 usando metformina: um estudo transversal. **Medical Journal**, São Paulo v. 134, p. 473-479, 2016.

O IMPACTO DO USO DE PSICOFÁRMACOS NA PANDEMIA DA COVID-19

Marília Maciel dos Reis¹, (Aluna do curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, marilia.reis@fvj.br); Francisco Wanderlei Lima Silva², (Orientador – Professor Me. Do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, wanderlei.lima@fvj.com.br)

RESUMO

A grave crise social ocasionada pela pandemia da COVID-19, acarretou prejuízos para a população mundial. O estudo buscou discorrer acerca do impacto do uso de psicofármacos durante a pandemia da COVID-19. Foi uma revisão integrativa, realizado com artigos das bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde, na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde. Utilizou como critérios de inclusão publicações dos últimos 04 anos, em língua portuguesa e disponíveis em sua integralidade de forma gratuita. Foram excluídos artigos de revisão, relatos de caso, trabalhos pagos, escritos em línguas estrangeiras ou que não estivessem disponíveis em sua integralidade. Pessoas que estavam mais expostas às informações e que sempre pesquisavam para atualizar-se sobre o número de mortos e novos infectados foram as que mais desenvolveram transtornos psicológicos. O farmacêutico em contato diário com usuários de psicofármacos, é capaz de promover ações de conscientização sobre os riscos do uso contínuo desses medicamentos, a fim de mostrar outras possibilidades que proporcionem melhor qualidade de vida para esse público.

Palavras-chave: pandemia; COVID-19; psicofármacos.

INTRODUÇÃO

A pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19), que surgiu no fim do ano de 2019 em Wuhan, na China, rapidamente se espalhou pelo mundo, chegando ao Brasil ainda nos primeiros meses de 2020, trazendo inúmeras consequências drásticas, principalmente no âmbito psíquico da sociedade sobrevivente dessa dura realidade que ainda perdura (NOAL, 2020).

Diante de um panorama difícil de vivenciar como uma pandemia, é esperado que as pessoas apresentem transtornos mentais, como irritabilidade, angústia, tristeza, desenvolva insônia, falta de apetite ou muita necessidade de comer para “compensar” os problemas vividos, episódios de conflitos com familiares e problemas diversos que, o indivíduo estando em uma situação de vulnerabilidade psíquica, pode desencadear como consequência, a ansiedade e a depressão (NOAL, 2020).

A farmácia comunitária foi, se não o principal, um dos locais mais procurados pelas pessoas durante a pandemia. Nesse contexto, sendo o farmacêutico o profissional que acompanha de perto os problemas patológicos da população, é possível observar em cada uma, sinais e sintomas que apresentam e se estes são persistentes, se já fazem uso de psicofármacos, se precisam ser encaminhados para um psicólogo ou psiquiatra, ou identificar medidas não farmacológicas como praticar atividades físicas, balancear a alimentação e fazer uso de fitoterápicos, como tentativas de melhorar sua qualidade de vida.

Dessa forma, o presente trabalho se consolida como uma revisão integrativa de caráter quantitativo, com a finalidade de investigar qual foi o impacto da pandemia da COVID-19 em relação ao índice de usuários de psicofármacos e se a mesma foi ou não um agravante para tal fato.

METODOLOGIA

O estudo concretizou-se como uma revisão integrativa de caráter quantitativo, sendo consolidado a partir das seguintes etapas: escolha do tema; definição dos descritores; identificação e pesquisa nas bases de dados; arquivamento dos estudos encontrados e suas posteriores análises para resolução da pergunta em questão.

Buscou-se os artigos e estudos nas mais confiáveis bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), com o objetivo de encontrar publicações de artigos científicos relacionados ao tema de estudo do período de 2019 a 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A COVID-19, além de se desenvolver como doença respiratória, surgiu como uma grave crise social que intensificou problemas na saúde mental, deixando sequelas no psíquico da população mundial, bem maior do que o número de mortes, (FARO et al., 2020) sobretudo do Brasil, por já ser um país com alto índice de usuários de psicofármacos para tratar ansiedade e depressão. (NOAL, 2020).

Nos estudos de Duarte et al. 2020, através de uma pesquisa feita com 799 gaúchos, predominantemente do sexo feminino (82,7%) no início da pandemia da COVID-19, exatamente durante os oito últimos dias do distanciamento e os oito primeiros dias da flexibilização do decreto, levando em consideração a idade, sexo, profissão, se tinham filhos, a renda mensal, o impacto na renda durante a pandemia, se já tinham diagnóstico de transtorno mental, se faziam parte do grupo de risco ou moravam com algum familiar predisposto ao vírus, como e em qual frequência acompanhavam as informações sobre mortos ou novos infectados, ele conseguiu apontar alguns pré-requisitos na população para o adoecimento mental durante a pandemia.

Fazendo um comparativo para entender o que mudou entre o público de usuários de psicofármacos antes da pandemia da COVID-19, diferente de Duarte, Bernieri, et al. 2020, fez um estudo no ano inicial da pandemia, mas com dados anteriores à mesma, mais precisamente entre os anos de 2017 à 2019 e evidenciou que o uso de psicofármacos já estava em ascensão. Em pesquisa realizada em uma Unidade Básica de Saúde também no Rio Grande do Sul, ele investigou o perfil dos usuários de psicofármacos de uma unidade da atenção primária à saúde, analisando a correlação sociodemográfica e individual dos medicamentos consumidos.

Contudo, os autores se complementam de forma que Bernieri, em cenário pandêmico durante 2020, pesquisa o processo de ascensão do uso de psicofármacos pelos três anos anteriores e Duarte “confirma” os dados trazendo evidências de que as pessoas sofreram um agravamento do adoecimento mental durante a pandemia da COVID-19, sobretudo as mulheres, que continuaram no pódio do sexo mais afetado por doenças mentais. Porém, por mais que as mulheres se sobressaíam em todos os aspectos, anterior à pandemia, a faixa etária era de pessoas mais velhas, aposentadas, já no ciclo da pandemia, esse cenário muda para pessoas mais jovens, o que pode ser entendido pelo bombardeio de notícias e este sendo o público que mais tem acesso às redes, está suscetível a recebê-las, o que, consequentemente, foi provocando um declínio da saúde mental.

CONCLUSÕES

- O consumo de psicofármacos se intensificou durante a pandemia;

- Pessoas que estavam mais expostas às informações e que sempre pesquisavam para atualizar-se sobre o número de mortos e novos infectados foram as que mais desenvolveram transtornos psicológicos;
- O público feminino continuou como o principal no consumo de psicofármacos, tendo em vista às diversas atribuições delegadas as mulheres em todos os âmbitos da sociedade, além dessa ser a categoria que historicamente busca aos serviços de saúde com maior frequência;

REFERÊNCIAS

BERNIERI, Jamine; KORB, Arnildo; HIRDES, Alice; ZANATTA, Leila. Análise do consumo de psicofármacos por usuários da Atenção Primária à Saúde. **Revista Saúde e Pesquisa on-line** [internet] 2023 [acesso em 2023 set 10]; doi: 10.17765/21769206.2023v16n1.e11363.

DUARTE, Michael de Quadros; SANTO, Manuela Almeida da Silva; LIMA, Carolina Palmeiro; GIORDANI, Jaqueline Portella; TRENTINI, Clarissa Marcelli. COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 25(9):3401-3411,2020.

FARO, André; BAHIANO, Milena de Andrade; NAKANO, Tatiana de Cássia; REIS, Catiele; SILVA, Brenda Fernanda Pereira da; VITTI, Laís Santos. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 37, 2020. e200074. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>

NOAL, Débora da Silva; PASSOS, Maria Fabiana Damásio; FREITAS, Carlos Machado de. **Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19** - Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 342 p. Disponível em: https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/10/livro_saude_mental_covid19_Fiocruz.pdf

IMPORTÂNCIA DO CUIDADO FARMACÊUTICO A GESTANTE EM USO DE ANTIBIÓTICO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA¹

Micale da Silva Oliveira¹, (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: isaila.nobre@fvj.br); Francisco Wanderlei Lima Silva², (Professor Me. Do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: wanderlei.lima@fvj.br)

RESUMO

O período gestacional é definido por inúmeras mudanças fisiológicas, que podem resultar em uma vasta gama de sintomatologias e a transtornos menores como por exemplo: náuseas e refluxos. Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica narrativa, onde a escolha dos trabalhos foi compreendida em bases de dados online); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), entre os anos de 2019 e 2023. Inicialmente, foram identificados 25 estudos, onde após as filtragens, foram selecionados 10 estudos para compor essa revisão sistemática. Assim sendo, esse estudo assume grande importância, uma vez que relatou a atenção farmacêutica para puérperas, contribuindo para a elaboração de estratégias e campanhas objetivando expor e conscientizar a necessidade do farmacêutico clínico durante o período gestacional.

Palavras-chave: automedicação; medicamentos; atenção farmacêutica; gestação.

INTRODUÇÃO

A assistência farmacêutica voltada em especial para gestante apresenta uma abordagem ampla incluindo o feto, e que analisa todas as características intrínsecas e as alterações fisiológicas durante o desenvolvimento gestacional (MENDONÇA et al., 2021). Desse modo, a gestação se classifica como um período crítico quanto ao uso de medicamentos, considerando o fato de que muitos fármacos atravessam a barreira placentária chegando ao feto e podendo desencadear efeitos adversos como por exemplo a teratogenicidade (SANTOS et al., 2018). O uso de antimicrobianos durante o período gestacional se torna uma prática arriscada tendo em vista os possíveis efeitos teratogênicos desenvolvidos pelo uso indiscriminado desses tipos de medicamentos, além dos riscos associados à possibilidade de resistência antibacteriana. O uso indiscriminado de antimicrobianos pode trazer risco à saúde da criança e da mulher com prováveis efeitos a longo prazo (KOREN, 2016). Pelo menos 11 tipo de antimicrobianos de amplo espectro como as sulfonamidas e penicilinas têm a possibilidade de penetrar a barreira placentária podendo resultar em alterações epigenéticas e retardos do crescimento fetal (MUELLER et al., 2017).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura. A seleção dos artigos científicos foi realizada durante os meses de fevereiro a abril de 2023, nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs); e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Aplicou-se aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): gestante, antibiótico e automedicação. Portanto, a inclusão dos artigos no estudo ocorreu considerando a adoção dos seguintes parâmetros: artigo disponível na íntegra, com a versão online gratuita e produções em língua português e inglesa. Foram descartadas da amostra: editoriais; cartas ao editor; teses; dissertações; artigos que não atendiam o objetivo de estudo

proposto; artigos com método de revisão bibliográfica, e também publicações que se reprimam nas bases de dados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No período gestacional as infecções bacterianas são as principais situações que acometem mulheres durante este período, tem sua ocorrência ampliada a partir da sexta semana e apresenta maior incidência entre a 22^a e 24^a semana, tal dado é justificado em decorrência a alterações fisiológicas e anatômicas usuais da gestação, como mudanças da posição da bexiga, aumento do débito urinário, diminuição do tônus vesical, dilatação do sistema coletor, glicosúria, relaxamento da musculatura lisa, (presente em 70% das mulheres durante a gestação) e aminoacidúria favorecem a proliferação e estase bacteriana (FILHO et. al, 2021).

A antibioticoterapia é a terapêutica mais indicada, atualmente, para o tratamento das bacteriúrias na gestação, mas a longo prazo podem ocasionar mudanças na flora bacteriana vaginal e do trato digestivo, bem como no crescimento de microrganismos multirresistentes. (ALMEIDA, et. al, 2023). A escolha da terapêutica decorre de 3 fatores, sendo eles: sintomatologia, manifestações clínicas, e uma prescrição adequada. O diagnóstico de infecção bacteriana na gestação, mesmo que sem a presença de sintomas, já é um indício para iniciar o uso de antibióticos. O fármaco é escolhido a partir da tolerância do organismo, sendo prescrito pelo médico mediante os resultados do cultivo de urina juntamente ao resultado do antibiograma e analisando o risco de complicações ao feto possíveis pelo uso da droga. (ORTH, et. al, 2023). Quando a terapêutica não é executada corretamente, seja com o fármaco ou com a dose indicada, acaba por reduzir a eficiência, ocasionando ITU recorrentes ou de repetição em decorrência da resistência bacteriana pelos uropatógenos (ORTH et. al, 2023). De outro modo percebe-se que trabalhos acerca das ações farmacêuticas específicas para as gestantes são carentes e que os farmacêuticos não são estimulados a darem informações sobre os riscos teratogênicos associados aos fármacos por se sentirem falta de capacitação, e acabam encaminhando as gestantes para atendimento médico, entretanto se sabe que há uma variação de resultados quando se trata da observação dos farmacêuticos comunitários em associação aos medicamentos no período gestacional (MELO, et. al, 2020).

REFERÊNCIAS

- MENDONÇA, R. C. F. DE et al. Uso de Plantas Medicinais por Gestantes em uma unidade Básica de Saúde de Juazeiro do Norte - CE. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e47610313202, 2021b.
- SANTOS, S. L. F. DOS et al. Automedicação em gestantes de alto risco: foco em atenção farmacêutica. **Revista de Medicina da UFC**, v. 58, n. 3, p. 36, 28 set. 2018.
- MAZZU-NASCIMENTO, T. et al. Teratogens: A public health issue – A Brazilian overview. **Genetics and Molecular Biology**, v. 40, n. 2, p. 387–397, 2017.
- KUPERMAN A.A.; KOREN O.; Antibiotic use during pregnancy: how bad is it? **BMC Med** 2016; 14:91.
- MUELLER N. T; RIFAS-SHIMAN S. L; BLASER M. J; GILLMAN M. W; HIVERT M. F: Association of prenatal antibiotics with foetal size and cord blood leptin and adiponectin. **Pediatr Obes**, 2017; 12:129-36.

ALMEIDA, A. S; VASCONCELOS, D. T; CRUZ, L. T; FERREIRA, W. M. C: A importância da atenção farmacêutica para pacientes gestantes com hipertensão arterial. **Research, Society and Development**. v. 11, n. 16. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i16.37380>.

SANTOS. S. L. F; LOPES, E. M; MAGALHÃES, A. R. S; LIMA, J. P; OLIVEIRA, R. A; MORMINO, K. B. N. T; OTINI, K. N; NERI, E. D. R: Automedicação em gestantes de alto risco de uma maternidade de referência do estado do Ceará. **Brazilian Journal of Health Review**. v. 3, n. 2, p.3083-3097. 2020.

O USO DE CANABIDIOL EM DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS.

THE USE OF CANNABIDIOL IN NEURODEGENERATIVE DISEASES

Milena Florencio Martins¹ (Aluna do Curso de Graduação em Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: milenamartins14@hotmail.com); Francisco Leilson da Silva Lopes² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: francisco.lopes@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Canabinoides correspondem aos componentes da planta *Cannabis Sativa L.* Atualmente mais de 100 compostos foram encontrados na planta e a grande maioria são Canabinoides, os seus componentes mais conhecidos são o *tetrahidrocannabinol* (THC) e *canabidiol* (CBD). A presente pesquisa trata-se de uma revisão integrativa, tem como o objetivo de informar a segurança e aplicabilidade do Canabidiol (CBD) em patologias neurodegenerativas. A cannabis sativa vem sendo muito debatida nos últimos anos pelos seus efeitos terapêuticos, com suas variedades de fitocanabinoides, tal como CBD e o tetrahidrocannabinol (THC), que se destaca em efeitos na redução de dores, ansiedades, melhora do sono, espasticidade. Diante disso a pesquisa elencou como o CBD isoladamente e na junção com THC, trouxe resultados benéficos para enfermidades da Esclerose Múltipla, Mal de Parkinson, Alzheimer e Huntington. Conclui-se que embora os resultados benéficos, é indispensáveis novos estudos, com amostras maiores de pacientes, duração de tempo superiores, novas dosagem para novos resultados, diante disso, pesquisas clínicas que avalie a farmacocinética e farmacodinâmica para um medicamento mais seguro e eficaz.

Palavras-chave: cannabis medicinal; doenças neurológicas; canabinoides.

INTRODUÇÃO

Umas das drogas ilícitas mais utilizadas no Brasil é a *Cannabis Sativa*, conhecida pela população como maconha, uma planta que faz parte da família *Cannabaceae*, teve sua origem na Ásia Central (MATOS *et al.*, 2017).

Conforme Matos e outros (2017) Canabinoides correspondem aos componentes da planta *Cannabis Sativa L.* Atualmente mais de 100 compostos foram encontrados na planta e a grande maioria são Canabinoides, os seus componentes mais conhecidos são o *tetrahidrocannabinol* (THC) e *canabidiol* (CBD). O THC tem efeitos psicoativos, o CBD tem a capacidade de antagonizar o efeito do THC.

Na decorrência do uso de THC existe um potencial de estímulo a danos psicológicos, desenvolvimento de cânceres, problemas cardíacos entre outras doenças graves (NUNES *et al.*, 2017).

Segundo Pernoncini e Oliveira (2014) existem dois tipos de receptores que fazem parte do sistema endocanabinoides, que são CB1 e CB2, acoplados a proteína G. O receptor CB1 está ligado no sistema nervoso (SNC) sendo expresso nos terminais pré-sináptico. Consequentemente o CB1 causa uma regulamentação no controle dos movimentos do corpo, na memória, temperatura, aprendizagem, prazer, entre outros. Já o receptor CB2 é particularmente expressado nas células imune periféricas, ele está incluído na modulação do sistema imune, habitualmente o receptor CB2 não é ligado ao SNC e consequentemente não produz efeitos psicoativos. Com a identificação dos receptores CB1 e CB2 originou-se uma nova definição dos canabinoides, nomeou-se de endógenos (endocanabinoides), derivados da Cannabis (fitocanabinoides) e sintéticos. O primeiro endocanabinoide descoberto: Anandamida

(*N*-araquidoniletanomida) em seguida o 2-araquidonilglicerol (2-AG) (COSTA et al., 2011).

MARCO TEORICO

Os fitocannabinoides têm um grande papel na modulação de neurotransmissão, tal como: na dor, função metabólica, emoções. (PERNONCINI e OLIVEIRA, 2014).

O uso do canabidiol em pacientes com Doença de Alzheimer é capaz de agir na prevenção da neurotoxicidade e na redução da inflamação, portanto há uma minimização da lesão oxidativa e da neurodegeneração celular. Estudos mostraram que o THC teria benefícios na atividade motora noturna, na agitação e apetite. Apenas uma pesquisa realizada não comprovou resultados benéficos, no que define que a posologia não estaria adequada (BARBOSA et al., 2021).

O estudo sobre o uso de Cannabinoides em pessoas com a esclerose múltipla teve início quando houve relatos que a *Cannabis sativa inalada* melhoraria os sintomas da doença, como a dor neuropática e dores musculares através dos espasmos. Pesquisas realizadas em animais mostraram que essas dores foram reduzidas através da ativação do receptor CB1, onde ele tem um grande potencial de analgesia e no sistema endocanabinoide mostrou-se a diminuição da espasticidade (ROCHA; RIBERTO, 2023).

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa trata-se de uma revisão integrativa baseada nos artigos publicados nos últimos 10 anos (2014- 2023). A pesquisa pelos artigos foi feita através de bases de dados eletrônico como: Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PUBMED. Nesta busca foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: Cannabis medicinal; Doenças neurológicas; Cannabinoides.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A respeito do tratamento da Esclerose Múltipla (EM) em pacientes com espasticidades, um estudo realizado na Itália por Patti e colaboradores (2016) utilizou o medicamento Sativex (princípio ativo canabidiol e tetrahidrocannabinol). Foi registrado que em mais de 70% dos pacientes ocorreu uma melhora significativa das espasticidades em >20%, como resposta inicial e mais de 28% dos pacientes alcançou uma melhora da espasticidade em 30%.

Baseado nessas informações, é perceptível que o tratamento com os derivados da *Cannabis*, exibiu efeitos benéficos na vida dos pacientes com EM, trazendo uma qualidade de vida, melhorando a rigidez muscular e a espasticidade. Acrescenta-se ainda que, conforme Flachernecker Henze e Zettl (2014), houve melhora na qualidade de sono, redução de dor e cerca de 40% dos pacientes alcançaram uma diminuição de 30% de NRS e 50% dos portadores da EM com 20% a menos na escala de NRS.

Já no que diz a respeito à doença de Parkinson idiopática, uma pesquisa foi realizada em São Paulo, Brasil por Chagas et al (2014), desenvolvida em três grupos: placebo (óleo de milho), CBD 75mg/dia e CBD 300mg/dia. Foi realizado um questionário junto com a avaliação de sintomas da DP (UPDRS) e escala de efeitos colaterais (UKU). Verificou-se uma diferença nos resultados dos questionários entre os grupos, onde CBD 300mg/dia apresentou-se um melhor resultado em relação a mobilidade dos pacientes e o bem-estar.

Em se tratando da Doença de Alzheimer, segundo Palmieri e Vadala (2023) idosos entre 65 e 90 anos apresentavam sintomas de agitação, distúrbios do sono (REM), entre outros. Em seu estudo foi utilizado o medicamento Bedrocan (óleo contendo THC:CBD) por 12

semanas, foi observado uma regressão da agitação, evolução na qualidade do sono, aumento de apetite, menos ataque de violência e melhorias na habilidade mental.

Por fim de acordo com Moreno (2016) 25 pacientes com a doença Huntington foram selecionados para um ensaio piloto, com mais de 50% dos pacientes já em tratamentos com benzodiazepínicos. Divididos em dois grupos: Sativex-placebo e Placebo-Sativex, foram conduzidos ao ensaio onde foi relacionado os resultados entre si, demonstrou um resultado positivo em relação aos sintomas neuropsiquiátricos, como na distonia e movimentos oculares.

CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa observou-se que a *Cannabis sativa* vem sendo discutida com frequência, pois mostra-se benéficos efeitos terapêuticos em patologias, não só as citadas.

Conclui-se que apesar dos resultados positivos é indispensável novos estudos, com amostras maiores de pacientes, duração de tempo superiores, novas dosagem para novos resultados, pesquisas clínicas que avaliem a farmacocinética e farmacodinâmica para um medicamento mais seguro e eficaz.

REFERENCIAS

- ALMEIDA, C. M. O. et al. Cannabidiol for Rapid Eye Movement Sleep Behavior Disorder. **Movement Disorders**, São Paulo, SP, v.36, n.7, p.1711-1715, jul.2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33754375/>. Acesso em: 23 out. 2023.
- BARBOSA, A. et al. O potencial terapêutico do Canabidiol em doenças neurodegenerativas. **Acta Farmacêutica**. Minas Gerais, v.10, n.1, P. 85-103, abr.2021. Disponível em: <https://actafarmaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/238/221>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- BRUCKI. S. M. D. et al. Cannabinoids in neurology. **Brazilian Academy of neurology**. São Paulo, SP, v. 73, n. 4, p.371-374, mar.2015. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/anp/a/cBJ9YQppCC54HwNtJQJrbMg/?format=html&stop=next&lang=en#>. Acesso em: 24 agosto de 2022
- CHAGAS, M. H. N. et al. Effects of cannabidiol in the treatment of patients with Parkinson's disease: an exploratory double-blind trial. **Journal of psychopharmacology. Oxford, Inglaterra**, v. 28, n.11, p.1088-1098, nov.2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25237116/>. Acesso em: 24 out. 2023.
- COSTA, J. L. G. P. et al. Neurobiologia da Cannabis: do sistema endocanabinoide aos transtornos por uso de Cannabis. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, São Paulo, SP, v.60, n.2, p.111-122, jul.2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/sjLsV6Qg3S7YtQWnKqwnjWv/#>. Acesso em: 23 set. 2022

FREQUÊNCIA DA ANEMIA FERROPRIVA EM IDOSOS

Samara Helen Germano de Lima¹, (Aluna do curso de Farmácia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail - farmager02@gmail.com; Francisco Wanderlei Lima Silva², (Orientador – Professor Me. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail - wanderlei.lima@fvj.com.br)

RESUMO

A anemia é caracterizada como uma deficiência nos níveis de hemoglobina. Sendo, um problema de saúde pública por apresenta-se com predominância entre os idosos. Em que, dentre as anemias, há, a anemia por deficiência de ferro (ADF). No envelhecimento é frequente um declínio funcional, que estando associado com a anemia, porta-se, no aumento da fragilidade, no decaimento da qualidade de vida. Por isso, o estudo teve como objetivo, ao qual, foi realizado a investigação da ADF. O estudo foi do tipo descritivo, com uma abordagem retrospectiva, quali-quantitativa realizada no laboratório Otáviono Lustosa, localizado no município de Beberibe-CE. Foram coletados dados de janeiro à fevereiro de 2023, de 13 pacientes com idades igual ou maior que 65 anos, que realizaram os exames de hemograma, ferro sérico e ferritina. 5 (38,46%) deles eram do sexo masculino e 8 (61,54%) do sexo feminino. Três (60%) do sexo masculino estavam com hemoglobina abaixo do valor mínimo de referência o que foi caracterizado com anemia independente da causa. Duas do sexo feminino (25%) estariam com anemia. No total, 38,5% da amostra estava com anemia. Todos os pacientes se encontravam com valores de ferritina $> 30 \text{ ng/mL}$ o que não excluiu a presença da anemia. O ferro não se mostrou um parâmetro confiável para a avaliação da anemia. O farmacêutico tem papel fundamental no acompanhamento, diagnóstico laboratorial e prescrição de terapias com ferro em pacientes idosos.

Palavras-chave: anemia; ferritina; farmacêutico.

INTRODUÇÃO

A anemia é caracterizada como uma deficiência nos níveis de hemoglobina, uma proteína presente nas hemácias, que é responsável por realizar o transporte de oxigênio. Sendo desencadeada por múltiplos fatores, desde uma má nutrição até alterações genéticas (WHO., 2017).

É um problema de saúde pública, que se apresenta com predominância entre os idosos, em que, detém tendência a piorar devido o aumento da população idosa. (MACHADO et al., 2019) Entre 2019 e 2050, o número de pessoas com 65 anos ou mais em todo o mundo deverá mais que dobrar, enquanto o número de crianças menores de cinco anos deverá permanecer relativamente inalterado. Consequentemente, as projeções indicam que em 2050 haverá mais do dobro de idosos do que crianças menores de cinco anos.

Além disso, espera-se que em 2050 os 1,5 bilhões de pessoas com 65 anos ou mais no mundo superem os adolescentes e jovens de 15 a 24 anos. Em nível global em 2019, aproximadamente 9% das pessoas têm 65 anos ou mais. A proporção de pessoas idosas no mundo deverá atingir quase 12% em 2030, 16% em 2050 e pode chegar a quase 23% em 2100 (ONU., 2019).

Por consequência, o presente estudo investigou a AF nos idosos, devido ao seu crescente número na sociedade. Evidenciando assim, as causalidades que podem estar ligadas a esse fator e a importância do olhar clínico do farmacêutico frente está questão.

METODOLOGIA

O seguinte estudo gera-se de uma análise do tipo descritivo, com uma abordagem retrospectiva, quali-quantitativa. A pesquisa foi realizada no laboratório Otáviano Lustosa, localizado no município de Beberibe-CE.

Os dados foram coletados através do sistema de guarda de dados do laboratório, ao qual, foi fornecido diretamente pelo responsável do laboratório, com o objetivo de presar pelo sigilo dos dados de seus pacientes. Por meio do sistema, foram obtido os laudos dos pacientes que realizaram exames no período de janeiro à fevereiro de 2023, definidos pelos critérios de inclusão, sendo eles, homens e mulheres de 65 anos ou mais, que realizaram obrigatoriamente o hemograma (parâmetro norteador de anemia) e os demais exames, ferritina sérica (verificar a falta ou o excesso de ferro no organismo), índice de saturação da transferrina-IST (analisar a distribuição e o transporte do ferro), capacidade total de ligação do ferro-TIBC e ferro sérico.

Ao todo foram analisados os dados de 13 pacientes que se enquadraram nos critérios de inclusão e nos critérios de exclusão que seriam, não ter realizado dosagem de ferro sérico e ferritina sérica.

Após a organização dos dados, foi utilizado o Programa Excel©, da Microsoft Windows versão 2019, para organizar as tabulações e os resultados foram exibidos através de gráficos e tabelas.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, atendendo as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe das diretrizes e normas da pesquisa em seres humanos, e outorgada com parecer de nº 6.269.096

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Dos dados dos pacientes identificados de janeiro à fevereiro de 2023, foram encontrados conforme nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos 13 pacientes com idades igual ou maior que 65 anos, que realizaram os exames de hemograma, ferro sérico e ferritina. Dos 13 pacientes, 5 (38,46%) deles eram do sexo masculino e 8 (61,54%) do sexo feminino.

Conforme os resultados da hemoglobina nota-se que, três (50%) pacientes do sexo masculino (paciente 9, 10 e 13) estariam com hemoglobina abaixo do valor mínimo de referência para os parâmetros de normalidade do laboratório em estudo, o que na teoria poderia ser caracterizado com anemia independente da causa. Já quanto ao sexo feminino a anemia estaria presente nas pacientes 2 e 4, ou seja em 29% delas. Em uma visão global observa-se que a anemia esteve presente em 5 pacientes ou 38,5% da amostra.

Os pacientes 2 e 13, com anemia (hemoglobina abaixo de sua referência para o sexo e idade), mas sem denotação de valores abaixo da referência para ferro sérico e ferritina, apontando para uma anemia normocítica e normocrômica. Machado, (et al, 2019) também observou a presença de idosos com anemia normocítica e normocrônica, dado que, é possível encontrar esse tipo de anemia em sangramentos agudos e na anemia de doenças crônicas.

Nos pacientes 4 e 10, verificou-se a queda nos valores de hemoglobina, como também nos valores de ferro sérico, caracterizando-se como anemia por DF. Com o deficit de ferro a síntese de hemoglobina está comprometida, não decorrendo a combinação do ferro no seu estado ferroso com a protoporfirina, logo, a molécula de heme revela-se inexistente, não formando hemoglobina (HOFFBRAND, et al., 2012).

O farmacêutico também têm papel fundamental no controle da anemia em pacientes idosos ou não, pois a partir da publicação da RDCs 545 e 546 do Conselho Federal de Farmácia de (2013), houve a permissão para a atuação em consultórios clínicos, onde ele pode então utilizar de seu conhecimento para realizar prescrições acertivas com medicamentos isentos de prescrição e suplementações, entre eles o ferro, e assim tratar as anemias ferroprivas em pacientes que busquem o seu atendimento.

REFERÊNCIA

BRASIL, Conselho Federal de Farmácia. **Resolução CFF nº 585, de 29 de agosto de 2013.** Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 set. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf&ved=2ahUKEwjwzZfY_r6CAxUwpJUCHSXYBeoQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw3161pPIi5ymPY0rdsPDhRg. Acesso em: 11 de nov. 2023

HOFFBRAND, A. V.; MOOS, P. A. **Fundamentos em hematologia**, 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. Acesso em: 05 nov. 2023

MACHADO, I. E.; MALTA, D. C.; BACAL, N. S. ROSENFELD, L. G. M. Prevalência de anemia em adultos e idosos brasileiros. **Rev Bras Epidemiol**, Belo Horizonte, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/q47JnZ8YGgcqbN8gNDyQNjl/?lang=pt#:~:text=A%20preval%C3%A1ncia%20de%20anemia%20entre,das%20regi%C3%B3es%20Norte%20e%20Nordeste>. Acesso em: 01 set. 2022

United Nations. **World population prospects 2019: Highlights**. New York: United Nations, 2019. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/publications/world-population-prospects-2019-highlights.html%23:~:text%3DThe%2520world%27s%2520population%2520is%2520expected,United%2520Nations%2520report%2520launched%2520today.&ved=2ahUKEwiclM7-jqn6AhXzqZUCHT42D9cQFnoECAcQBQ&usg=AOvVaw0u6kgzdBrqrJswnzlHAf1f> Acesso em: 07 set. 2022

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Nutritional anaemias: tools for effective prevention and control**. Geneva: WHO, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241513067> Acesso em: 01 set. 2022.

ANÁLISE DO CONSUMO DE PSICOTRÓPICOS NO BRASIL: UMA REVISÃO

ANALYSIS OF THE CONSUMPTION OF PSYCHOTROPICS IN BRAZIL: A REVIEW

Sandy Silva Cruz¹, (Aluna do Curso de Graduação em Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Sandyscruz2@gmail.com); Francisco Leilson da Silva Lopes², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: francisco.lopes@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Este estudo aborda o uso de medicamentos psicotrópicos, fundamentais no tratamento de diversas patologias, mas sujeitos a riscos como dependência. A pesquisa visa analisar o consumo de medicamentos psicotrópicos em nível nacional. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, foram analisados artigos entre 2006 e 2023. Psicotrópicos como a fluoxetina e especialmente benzodiazepínicos, como: alprazolam, bromazepam, são globalmente prescritos, consumo desses medicamentos em nível nacional revela padrões notáveis, com flutuações nas quantidades prescritas ao longo dos anos. O aumento do consumo de antidepressivos, especialmente entre os jovens, está associado ao estresse ocupacional, com impactos acentuados durante a pandemia de COVID-19. A complexidade do uso de benzodiazepínicos é evidenciada pela prevalência global desses medicamentos. A análise destaca a importância de abordagens flexíveis na gestão do consumo, considerando a dinâmica em constante mudança na prática clínica. A conclusão enfatiza a necessidade contínua de monitoramento, pesquisa e intervenções para promover o uso racional de psicotrópicos, integrando abordagens medicamentosas e não medicamentosas, e buscando equidade no acesso para garantir a eficácia e segurança do tratamento.

Palavras-chave: psicotrópicos; consumo medicamentos; benzodiazepínicos; saúde mental.

INTRODUÇÃO

Os medicamentos psicotrópicos são utilizados no tratamento de várias doenças que podem ser conceituadas como patologias e possuem aplicações em várias situações clínicas, como doenças psiquiátricas e oncológicas. Porém, mesmo com diversas propriedades benéficas tais medicamentos podem apresentar vários riscos para a saúde das pessoas, ocasionando dependência física ou psíquica, sendo obrigatório que sejam utilizados de forma clinicamente e também de forma racional conforme orientações médicas (Gonçalves, 2012).

O tratamento medicamentoso envolve vários fatores, sendo, passível a ocorrência de erros. Em se tratando especificamente da prescrição e da dispensação de medicamentos psicotrópicos, há evidências de um grande problema de saúde pública no Brasil (Ferrari et al., 2013). Portanto, é de extrema importância aprofundar a discussão sobre o consumo desses medicamentos.

De acordo com a OMS, em seu ‘Plano de Ação para a Saúde Mental 2013-2020’, uma em cada dez pessoas no mundo sofreu de algum transtorno de saúde mental e foi estimado que as doenças mentais e neurológicas atingissem aproximadamente 700 milhões de pessoas e representem 13% do total das doenças do mundo, correspondendo a 1/3 das doenças não transmissíveis. Cerca de 350 milhões de pessoas sofreram de depressão e 90 milhões tiveram algum distúrbio pelo abuso ou dependência de psicotrópicos no período de 2013-2020 (Santos et al., 2018).

MARCO TEORICO

Sendo assim, este trabalho tem como objetivos realizar uma revisão na literatura para identificação de mecanismos de estudos que analisam as receitas e notificações dos medicamentos psicotrópicos; comparar os resultados obtidos por diferentes autores sobre os erros identificados nas receitas e notificações dos psicotrópicos baseado na recomendação da portaria nº 344/98 e identificar as classes de psicotrópicas mais utilizadas nos estudos avaliados.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é a responsável não só pela publicação da lista de substâncias e remédios controlados, como sendo o órgão que regulamenta seu consumo (Brasil, 2009). Os compostos sujeitos a regulação especial são aqueles que possuem efeito no sistema nervoso central (SNC), podendo resultar no desenvolvimento de dependência da natureza física (Brasil, 2015).

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo da literatura com um enfoque qualitativo. Para compilar a revisão, foram conduzidas buscas em bases de dados científicas, incluindo PubMed, Scielo. Os artigos selecionados durante a coleta foram criteriosamente avaliados quanto à relevância para o tema em análise. Os descriptores utilizados na busca foram "psicotrópicos", "notificações de receitas" e "Portaria 344/98". Os critérios de inclusão definiram que os artigos selecionados deveriam ter sido publicados entre 2006 e 2023.

A construção do referencial teórico foi fundamentada nos artigos identificados durante a revisão, que durou três meses de agosto a outubro de 2023, sendo essenciais para embasar a pesquisa. Os resultados obtidos foram organizados em quadros e tabelas, facilitando a apresentação e discussão dos principais achados à luz da literatura existente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante ressaltar que os psicotrópicos desempenham um papel crucial no tratamento do sofrimento humano, mas seu uso deve ser integrado a um cuidado abrangente, estabelecendo uma conexão mais ampla entre a farmacoterapia e a psicoterapia. A decisão de utilizar um psicotrópico deve ser baseada no diagnóstico, considerando possíveis comorbidades associadas. Destaca-se a importância do enfrentamento dos problemas de saúde mental na atenção à saúde das populações, visando minimizar a morbidade e promover o uso racional desses medicamentos, especialmente no contexto da atenção primária à saúde. Cipriani et al. (2018) sugerem que o tratamento de distúrbios depressivos não deve se limitar apenas a abordagens medicamentosas, mas também incluir medidas não medicamentosas para uma assistência mais efetiva e positiva.

É importante ressaltar que a variação nas prescrições pode ser influenciada por fatores como mudanças nas práticas clínicas, conscientização sobre os riscos associados e adaptações às necessidades em evolução da população local. Essa visão detalhada oferece uma avaliação mais precisa do cenário do consumo de psicotrópicos, sendo valiosa para profissionais de saúde, gestores e pesquisadores interessados na saúde mental da comunidade.

O aumento do consumo de antidepressivos está associado ao estresse ocupacional e ao surgimento de novas medicações. A classe mais utilizada, especialmente entre os jovens, é a dos Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina (ISRS), como a fluoxetina. A depressão, quando relacionada a doenças clínicas e comorbidades, influencia negativamente a evolução tanto do quadro psiquiátrico quanto da condição clínica ou comorbidade associada.

Diante dos achados de Ramos et al. (2020) é possível contextualizar o uso desses psicotrópicos em um cenário mais amplo. Os benzodiazepínicos emergem como uma classe medicamentosa globalmente relevante, sendo amplamente prescritos, como evidenciado pelos dados do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) no Brasil. Os princípios ativos Alprazolam, Bromazepam e Fluoxetina figuram entre os 100 medicamentos mais comercializados no país, indicando sua popularidade e importância na terapêutica, particularmente no tratamento da ansiedade e insônia

CONCLUSÃO

As considerações finais desta análise conjunta dos dados sobre o consumo de benzodiazepínicos em nível nacional destacam a complexidade e a importância do uso desses psicotrópicos. A prevalência global dos benzodiazepínicos ressalta a necessidade de abordagens cuidadosas na prescrição e monitoramento desses medicamentos, dada sua relevância terapêutica e riscos potenciais.

Portanto, as considerações finais destacam a necessidade contínua de monitoramento, pesquisa e intervenções que promovam o uso racional de psicotrópicos, considerando as complexidades individuais e contextuais. O foco na saúde mental, a integração de abordagens medicamentosas e não medicamentosas, e a busca por equidade no acesso a esses medicamentos são aspectos fundamentais para garantir que a terapêutica seja eficaz, segura e centrada no bem-estar global da população.

O papel essencial dos psicotrópicos no tratamento de transtornos depressivos é inegável, mas a abordagem deve ser guiada por práticas seguras, racionais e holísticas. O aumento do consumo de antidepressivos, especialmente entre os jovens, como evidenciado pelos estudos citados, demanda uma atenção especial aos fatores que influenciam essa tendência, incluindo o estresse ocupacional e o impacto do isolamento social, como observado durante a pandemia de COVID-19.

A consideração das nuances do consumo desses medicamentos não se limita apenas à análise estatística, mas também implica uma compreensão profunda dos determinantes sociais, econômicos e culturais que influenciam o comportamento de prescrição e uso. A prevalência de sintomas depressivos, conforme destacado por diversos estudos, incluindo aqueles relacionados a condições clínicas específicas, reforça a necessidade de uma abordagem integrada no tratamento de transtornos mentais

REFERENCIAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **SNGPC Resultados 2009**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/gestao/relatorios-de-atividades/relatorio-de-atividades-2009.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

BARROS, M.B.A et al. Report of sadness / depression, nervousness / anxiety and sleep problems in the Brazilian adult population during the COVID-19 pandemic. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 29, ed. 4, p. 1-12, 2020

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **O que devemos saber sobre medicamentos**. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/o-que-devemos-saber-sobre-medicamentos.pdf/view>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998.** Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1998.

RISCOS DA NEUROPATHIA DIABÉTICA

Ulisses Pereira Gonçalves¹, (Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email: Ulisses.pereira@fvj.br); Ana Karenina de Sousa Gondim Pedrosa², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe).

RESUMO

O diabetes mellitus se constitui como uma doença que cada vez mais está crescendo, se configurando uma questão de saúde pública. A intercorrência e a frequência em que as pessoas estão sendo acometidas ou desenvolvendo essa doença denuncia a gravidade e a importância de se pensar sobre a diabetes, uma vez que se pode pensar em um estado de epidemia, pois aumenta os casos de diabetes. Certifica-se que o indivíduo, dentro da conjuntura de uma doença perpassar outras, acometido pelo diabetes possui um alto risco de desenvolver outros males, ou seja, ele tem mais chances de desenvolver nefropatia, neuropatia e de sofrer um infarto. Portanto, a metodologia se configura como uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, com natureza descritiva, fazendo uma abordagem acerca dos riscos da neuropatia no diabetes mellitus. Desse modo, a presente investigação objetivou discutir sobre os riscos da neuropatia no Diabetes, destacando a importância da abordagem acerca desse assunto, uma vez que a Diabetes se configura como uma questão de saúde pública devido os crescentes casos de acometimento de tal mal nas pessoas.

Palavras-chave: diabetes; neuropatia; farmacêutico.

INTRODUÇÃO

Nesse contexto, itera-se que a quantidade de pessoas diabéticas aumenta, de forma progressiva, por causa do aumento da população, bem como do seu envelhecimento, assim como de outros fatores como a urbanização, o sedentarismo e a obesidade (SBD, 2020). Ressalta-se que uma das consequências acarretadas pelo diabetes mellitus é o fato de o indivíduo sofrer alterações microvasculares e macrovasculares, o que provoca tanto uma disfunção em alguns órgãos e como eles funcionam no organismo, como até o seu dano ou, até mesmo, a sua falência. Por conseguinte, pode-se atestar que por volta do ano de 1985 havia uma estimativa de 30 milhões de pessoas na fase adulta acometidos com diabetes mellitus, e tal estimativa cresceu de 30 para 135 milhões no ano de 1995, e no ano de 2002 esse marco chegou em 173 milhões e, nesse contexto, se projeta que no ano de 2035 tal estimativa chegue em 592 milhões (INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION, 2015).

METODOLOGIA

A metodologia se configura como uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, com natureza descritiva, do tipo integrativa, fazendo uma abordagem acerca dos riscos da neuropatia no diabetes mellitus. Desse modo, o trabalho bibliográfico teve como uma das etapas primárias a criação do conflito gerador, o qual se flutuou na pergunta: quais os riscos da neuropatia em um paciente acometido com diabetes mellitus? Posteriormente à etapa descrita anteriormente, fez-se a pesquisa na base de dados, a qual se concentrou no Scientific Electronic Library Online (SCIELO), PubMed, bem como em livros que norteavam acerca na neuropatia e do diabetes. Assim, para a realização da pesquisa se usou como critérios de inclusão os artigos

publicados do ano de 2000 a 2022, e como critérios de exclusão foram os artigos incompletos ou que não tivessem rigor científico com o tema proposto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Depois do processo da coleta de dados, a apuração e análise dos achados e aportes teóricos, criou-se a tabela com as principais informações sobre 10 artigos científicos. De acordo com a leitura feita, pode- se afirmar o que Araújo e Alencar (2019) abordaram em sua investigação, quando dispuseram que a neuropatia é uma das piores complicações que ocorrem no organismo das pessoas acometidas de diabetes mellitus.

O trabalho denominado “Limiar de sensibilidade cutânea dos pés em pacientes diabéticos através do pressure specified sensory device: uma avaliação da neuropatia.” de Carvalho et al, publicado em 2019, aborda a perda da sensibilidade, seja ela parcial ou total, da parte cutânea, o que faz o indivíduo não perceber uma rachadura, um pequeno corte ou escoriação, e isso pode levar a complicações como infecções, úlceras e amputações traumáticas que são irreversíveis. Ainda sobre essas questões trazidas pelos autores, é possível afirmar que para se dar o diagnóstico de que a pessoa desenvolveu a neuropatia é necessário passar por uma avaliação, denominada de sensibilidade pressórica ou avaliação de sensibilidade vibratória, o que mostra a porcentagem de sensibilidade na região inferior do pé de uma pessoa acometida de neuropatia e que possui diabetes.

Nesse contexto, Caiafa et al (2011) afirma que se faz necessário ter o controle do metabolismo tanto para a prevenção quanto para o tratamento da neuropatia em pessoas com diabetes melittus. Os remédios mais usados são os antidepressivos tricíclicos, os quais inibem a recaptação da serotonina, além desses há os anticonvulsivantes, bem como os antiarrítmicos e, por fim, os opioides. Todos esses fármacos são usados ou em combinação com outros métodos terapêuticos ou de forma isolada, uma vez que só se usa em combinação caso eles isolados não surtem efeitos.

Ainda sobre os cuidados, o que pode ser aliado como uma forma preventiva, Duarte e Gonçalves (2011) estipularam que a perda da sensibilidade dos pés é uma variável que implica em o paciente usar sapatos comuns que sejam apropriados, de preferência com os bicos largos e a caixa do dedo seja alto, a fim de evitar que se crie bolsas de sangue, pus ou outros tipos de secreções. Os sapatos devem ser, de preferência, ortopédicos, ou os mais largos possíveis para que o paciente não sofra com fissuras e outros machucados. Além disso, é importante que os indivíduos com a sensibilidade dos pés reduzida, se tiver rachaduras, corte, fissuras ou tiver o tipo de pele seca, é importante o uso de hidratantes que possam amenizar e evitar cortes nas plantas dos pés.

Diante da pesquisa, infere- se que a neuropatia diabética, em especial a dolorosa, se constitui como um tipo de mutação no sistema neurológico, o qual acomete diabéticos do tipo 1 e 2, de forma alarmante, pois grande parte desses pacientes acabam tendo essas alterações neurológicas e sofrendo, linearmente e gradativamente, as consequências no organismo e na vida em geral.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. M; ALENCAR, A. M. P.G. Pé de risco para o desenvolvimento de ulcerações e amputações em diabéticos. *Rev. Rene*, v.10, n.2, p. 19-28, 2009.

CAIAFA, J. S. et al. Atenção integral ao portador de pé diabético. *J. Vasc. Bras*, v.10, n.4, supl. 2, 2011

CARVALHO, V. F. et al. Limiar de sensibilidade cutânea dos pés em pacientes diabéticos através do pressure specified sensory device: uma avaliação da neuropatia. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, v.55, n.1, p. 29-34, 2019

DUARTE, N.; GONÇALVES, A. Pé diabético. **Angiologia e Cirurgia Vascular**, v.7, n.2, p. 65-79, 2011.

INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION, IDF Diabetes Atlas, International Diabetes Federation, Brussels, Belgium, 2th edition, 2015. Disponível em:
http://www.idf.org/sites/default/files/IDF_Diabetes_Atlas_2ndEd.pdf. Acesso em: 24 ago. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2013-2014. São Paulo: AC Farmacêutica, 2020. Disponível em:
<http://www.nutritotal.com.br/diretrizes/files/342--diretrizessbd.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

RISCOS DA NEUROPATHIA DIABÉTICA

Ulisses Pereira Gonçalves¹, (Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email: Ulisses.pereira@fvj.br); Ana Karenina de Sousa Gondim Pedrosa², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe).

RESUMO

O diabetes mellitus se constitui como uma doença que cada vez mais está crescendo, se configurando uma questão de saúde pública. A intercorrência e a frequência em que as pessoas estão sendo acometidas ou desenvolvendo essa doença denuncia a gravidade e a importância de se pensar sobre a diabetes, uma vez que se pode pensar em um estado de epidemia, pois aumenta os casos de diabetes. Certifica-se que o indivíduo, dentro da conjuntura de uma doença perpassar outras, acometido pelo diabetes possui um alto risco de desenvolver outros males, ou seja, ele tem mais chances de desenvolver nefropatia, neuropatia e de sofrer um infarto. Portanto, a metodologia se configura como uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, com natureza descritiva, fazendo uma abordagem acerca dos riscos da neuropatia no diabetes mellitus. Desse modo, a presente investigação objetivou discutir sobre os riscos da neuropatia no Diabetes, destacando a importância da abordagem acerca desse assunto, uma vez que a Diabetes se configura como uma questão de saúde pública devido os crescentes casos de acometimento de tal mal nas pessoas.

Palavras-chave: diabetes; neuropatia; farmacêutico.

INTRODUÇÃO

Nesse contexto, itera-se que a quantidade de pessoas diabéticas aumenta, de forma progressiva, por causa do aumento da população, bem como do seu envelhecimento, assim como de outros fatores como a urbanização, o sedentarismo e a obesidade (SBD, 2020). Ressalta-se que uma das consequências acarretadas pelo diabetes mellitus é o fato de o indivíduo sofrer alterações microvasculares e macrovasculares, o que provoca tanto uma disfunção em alguns órgãos e como eles funcionam no organismo, como até o seu dano ou, até mesmo, a sua falência. Por conseguinte, pode-se atestar que por volta do ano de 1985 havia uma estimativa de 30 milhões de pessoas na fase adulta acometidos com diabetes mellitus, e tal estimativa cresceu de 30 para 135 milhões no ano de 1995, e no ano de 2002 esse marco chegou em 173 milhões e, nesse contexto, se projeta que no ano de 2035 tal estimativa chegue em 592 milhões (INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION, 2015).

METODOLOGIA

A metodologia se configura como uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, com natureza descritiva, do tipo integrativa, fazendo uma abordagem acerca dos riscos da neuropatia no diabetes mellitus. Desse modo, o trabalho bibliográfico teve como uma das etapas primárias a criação do conflito gerador, o qual se flutuou na pergunta: quais os riscos da neuropatia em um paciente acometido com diabetes mellitus? Posteriormente à etapa descrita anteriormente, fez-se a pesquisa na base de dados, a qual se concentrou no Scientific Electronic Library Online (SCIELO), PubMed, bem como em livros que norteavam acerca na neuropatia e

do diabetes. Assim, para a realização da pesquisa se usou como critérios de inclusão os artigos publicados do ano de 2000 a 2022, e como critérios de exclusão foram os artigos incompletos ou que não tivessem rigor científico com o tema proposto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Depois do processo da coleta de dados, a apuração e análise dos achados e aportes teóricos, criou-se a tabela com as principais informações sobre 10 artigos científicos. De acordo com a leitura feita, pode- se afirmar o que Araújo e Alencar (2019) abordaram em sua investigação, quando dispuseram que a neuropatia é uma das piores complicações que ocorrem no organismo das pessoas acometidas de diabetes mellitus.

O trabalho denominado “Limiar de sensibilidade cutânea dos pés em pacientes diabéticos através do pressure specified sensory device: uma avaliação da neuropatia.” de Carvalho et al, publicado em 2019, aborda a perda da sensibilidade, seja ela parcial ou total, da parte cutânea, o que faz o indivíduo não perceber uma rachadura, um pequeno corte ou escoriação, e isso pode levar a complicações como infecções, úlceras e amputações traumáticas que são irreversíveis. Ainda sobre essas questões trazidas pelos autores, é possível afirmar que para se dar o diagnóstico de que a pessoa desenvolveu a neuropatia é necessário passar por uma avaliação, denominada de sensibilidade pressórica ou avaliação de sensibilidade vibratória, o que mostra a porcentagem de sensibilidade na região inferior do pé de uma pessoa acometida de neuropatia e que possui diabetes.

Nesse contexto, Caiafa et al (2011) afirma que se faz necessário ter o controle do metabolismo tanto para a prevenção quanto para o tratamento da neuropatia em pessoas com diabetes melittus. Os remédios mais usados são os antidepressivos tricíclicos, os quais inibem a recaptação da serotonina, além desses há os anticonvulsivantes, bem como os antiarrítmicos e, por fim, os opioides. Todos esses fármacos são usados ou em combinação com outros métodos terapêuticos ou de forma isolada, uma vez que só se usa em combinação caso eles isolados não surtem efeitos.

Ainda sobre os cuidados, o que pode ser aliado como uma forma preventiva, Duarte e Gonçalves (2011) estipularam que a perda da sensibilidade dos pés é uma variável que implica em o paciente usar sapatos comuns que sejam apropriados, de preferência com os bicos largos e a caixa do dedo seja alto, a fim de evitar que se crie bolsas de sangue, pus ou outros tipos de secreções. Os sapatos devem ser, de preferência, ortopédicos, ou os mais largos possíveis para que o paciente não sofra com fissuras e outros machucados. Além disso, é importante que os indivíduos com a sensibilidade dos pés reduzida, se tiver rachaduras, corte, fissuras ou tiver o tipo de pele seca, é importante o uso de hidratantes que possam amenizar e evitar cortes nas plantas dos pés.

Diante da pesquisa, infere- se que a neuropatia diabética, em especial a dolorosa, se constitui como um tipo de mutação no sistema neurológico, o qual acomete diabéticos do tipo 1 e 2, de forma alarmante, pois grande parte desses pacientes acabam tendo essas alterações neurológicas e sofrendo, linearmente e gradativamente, as consequências no organismo e na vida em geral.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. M; ALENCAR, A. M. P.G. Pé de risco para o desenvolvimento de ulcerações e amputações em diabéticos. **Rev. Rene**, v.10, n.2, p. 19-28, 2009.

CAIAFA, J. S. et al. Atenção integral ao portador de pé diabético. **J. Vasc. Bras**, v.10, n.4, supl. 2, 2011

CARVALHO, V. F. et al. Limiar de sensibilidade cutânea dos pés em pacientes diabéticos através do pressure specific sensory device: uma avaliação da neuropatia. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, v.55, n.1, p. 29-34, 2019
DUARTE, N.; GONÇALVES, A. Pé diabético. **Angiologia e Cirurgia Vascular**, v.7, n.2, p. 65-79, 2011.

INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION, IDF Diabetes Atlas, International Diabetes Federation, Brussels, Belgium, 2th edition, 2015. Disponível em:
http://www.idf.org/sites/default/files/IDF_Diabetes_Atlas_2ndEd.pdf. Acesso em: 24 ago. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2013-2014. São Paulo: AC Farmacêutica, 2020. Disponível em:
<http://www.nutritotal.com.br/diretrizes/files/342--diretrizessbd.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

Fisioterapia

PROTOCOLOS DE TERAPIA MANUAL NA DOR, FUNÇÃO E QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM DOR NA COLUNA TORÁCICA INESPECÍFICA: - UMA REVISÃO INTEGRATIVA

PROTOCOLS OF MANUAL THERAPY ON PAIN, FUNCTION AND QUALITY OF LIFE IN PATIENTS WITH NONSPECIFIC THORACIC SPINE PAIN: AN INTEGRATIVE REVIEW

Antônio Rogério da Silva¹, (Aluno do Curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, rogeriocalazans2014@gmail.com); Érisson Rubens Araújo Freitas², (Aluno do Curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, ft.erissonfreitas@gmail.com); Jefferson Pacheco Amaral Fortes³ (Orientador – Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, jefferson.fortes@fvj.br)

RESUMO

A dor classificada como aguda ou crônica, e pode vir acompanhada de outros sintomas, como rigidez, diminuição de funcionalidade e redução da qualidade de vida. O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura que objetivou responder à seguinte questão: Quais são os efeitos das técnicas de terapia manual na dor torácica inespecífica? O processo das pesquisas foi efetuado entre os meses de julho a setembro de 2023, nas bases de dados PubMed, Scopus, Embase e Web Of Science, resultou em 3246 artigos, após a triagem 09 deles foram selecionados para o estudo. Neste estudo, foram investigados os protocolos de terapia manual (TM), como mobilização articular, manipulações e liberação miofascial, em específico a dor torácica, e como desempenham um papel fundamental na promoção da qualidade de vida dos pacientes. Conclui-se que a aplicação das técnicas de terapia manual tem efeitos positivos no tratamento da dor torácica inespecífica, voltada para redução de dor, melhora de função e promoção de qualidade de vida de pacientes. vale salientar que são necessário outros estudos para aprofundar o tamanho do efeito clínico.

Palavras-chave: terapia manual; coluna torácica; dor torácica inespecífica.

1 INTRODUÇÃO

A dor na coluna torácica inespecífica (DCTI) é uma condição comum que afeta aproximadamente 16% da população adulta sendo caracterizada por dor na região torácica de causa não específica, como lesão, tumor, infecção em geral classificações de bandeiras vermelhas (Mandrekar; Venkatesan; Nagaraja, 2021). a dor pode ser classificada como aguda ou crônica, e pode vir acompanhada de outros sintomas, como rigidez, diminuição de funcionalidade e redução da qualidade de vida (Beltrão; Lima; Freitas, 2023).

Apesar das evidências científicas, ainda existem alguns gaps na literatura sobre a eficácia da TM na DCTI. Os estudos de Araújo et al. (2018) fizeram intervenção única de TM para DCTI, não está claro qual o protocolo de TM mais eficaz para o tratamento da DCTI, tendo em vista a redução da dor a longo prazo, podendo ser necessário mais de uma intervenção para uma melhor eficácia.

Diante da problemática apresentada e pela escassez de aporte na literatura, surgiu a inquietação para o desenvolvimento deste estudo, com o objetivo de explanar a modalidade fisioterapêutica fundamentada na terapia manual e seus métodos de aplicação, no tratamento da dor torácica inespecífica, com o intuito de auxiliar fisioterapeutas em suas condutas clínicas, na promoção significativa da melhora da dor, função e sua qualidade de vida.

2 MATERIAIS E MÉTODOS OU METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada de acordo com as diretrizes do PRISMA, que objetivou responder à seguinte questão: Quais são os efeitos da terapia manual na dor torácica inespecífica?

O processo das pesquisas foi efetuado entre os meses de julho a setembro de 2023. Foram realizadas buscas nas bases de dados de periódicos científicos: PubMed, Scopus, Embase e Web Of Science.

Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados entre 2013 a 2023, dos últimos 10 anos, ensaios clínicos, coorte e relato de casos envolvendo técnicas de terapia manual na coluna torácica, sejam elas isolados ou associados com outra técnica, em paciente com dor torácica inespecífica, artigos em Inglês, Português e Espanhol, e estudos desenvolvidos com terapia manual. Foram excluídos os artigos anteriores a 2013, de revisão de literatura, trabalhos de conclusão de curso, relatórios técnicos, estudos realizados com modalidades fisioterapêuticas que não abordassem intervenção de técnicas manuais na dor torácica inespecífica, estudos com animais e outras patologias.

Os revisores conduziram o estudo de forma independente. A busca pelos artigos a serem incluídos foi realizada analisando primeiro os títulos e resumos dos estudos na base de dados para selecionar artigos relevantes ao tema da pesquisa. Em seguida o estudo era lido na íntegra.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados PubMed, Scopus, Embase e Web Of Science, resultou em 3246 artigos, sendo excluídos 1587 deles considerados duplicatas (estudos encontrados em pelo menos duas fontes de dados), restando somente 1659 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos foram excluídos 1613 artigos, e selecionados 46 para serem lidos na íntegra. Depois da leitura do texto completo dos artigos, 09 deles foram selecionados para o estudo, sendo 3237 artigos excluídos no total.

Dentre os estudos analisados foram observados os fatores relacionados ao contexto de dor, função e qualidade de vida. Quanto à contextura de dor, (Basbaum *et al.*, 2009) corroboram que dor pode ser definida como um fenômeno multifatorial, onde lesão tecidual, aspectos emocionais, socioculturais e ambientais a unificam. Esta manifesta-se em cada indivíduo de forma diferente e única, pois cada um possui uma percepção individual dos efeitos neurobiológicos e efeitos biomecânicos. os estudos de Haleema & Riaz (2021) e Araujo *et al.* (2018) consentem efeitos e resultados significantes no tratamento da dor torácica inespecífica, sendo registrada considerações quanto a região manipulada da coluna dorsal (T1 a T12), o grau da manipulação e o fator tempo.

No que tange o fator função, os estudos de Haleema e Riaz (2021) corroboram quanto aos efeitos de melhora da mobilidade neurodinâmica e sua eficácia quanto aos efeitos biomecânicos percebidos.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os presentes estudos e a discussão confrontando os pontos relevantes e limitações de cada pesquisa, conclui-se que a aplicação das técnicas de terapia manual tem resultado significativo no tratamento da dor torácica inespecífica, corroborando com a hipótese inicial desta pesquisa, voltada para redução de dor, melhora de função e promoção de qualidade de vida de pacientes. vale salientar que é necessário outros estudos para aprofundar outros desfechos que por ventura podem não ter sido contemplados no presente estudo.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Francisco Xavier de *et al.* Autonomic function and pressure pain threshold following thoracic mobilization in asymptomatic subjects: A randomized controlled trial. **Journal of Bodywork and Movement Therapies**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 313–320, 2018.
- BASBAUM, Allan I. *et al.* Cellular and molecular mechanisms of pain. **Cell**, [s. l.], v. 139, n. 2, p. 267–284, 2009.
- BELTRÃO, Adryel Saint' Clair Linhares; LIMA, Daniele Gouvêa Von Haehling; FREITAS, Vera Pessanha De. A ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA DOR MUSCULOESQUELÉTICA CRÔNICA. **Ciência Atual – Revista Científica Multidisciplinar do Centro Universitário São José**, [s. l.], v. 19, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.saojose.br/index.php/cafsj/article/view/600>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- HALEEMA, Bibi; RIAZ, Huma. Effects of thoracic spine manipulation on pressure pain sensitivity of rhomboid muscle active trigger points: A randomized controlled trial. **JPMMA. The Journal of the Pakistan Medical Association**, [s. l.], v. 71, n. 7, p. 1720–1724, 2021.
- MANDREKAR, Shivani; VENKATESAN, Prem; NAGARAJA, Ravishankar. Prevalence of musculoskeletal chest pain in the emergency department: a systematic review and meta-analysis. **Scandinavian Journal of Pain**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 434–444, 2021. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sjpain-2020-0168/html>. Acesso em: 5 dez. 2023.

DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES EM LACTANTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

OSTEOMUSCULAR DISORDERS IN INFANTS: EXPERIENCE REPORT

Catharina Medeiro de Lima Ferreira¹, (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, medeiroscatharina82@gmail.com); Fernanda Lúcia Oliveira², (Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fernandalucia.fisio@gmail.com).

RESUMO

INTRODUÇÃO: O puerpério e o processo de amamentação, são etapas de extrema importância para o binômio mãe-bebê, nessa fase as mães passam por diversas mudanças, hormonais, físicas e mentais, que são capazes dificultar o aleitamento materno e o cuidado com o recém-nascido, dentre essas mudanças consideramos os distúrbios osteomusculares um fator de risco para o desmame precoce, devido às dores ocasionadas por eles, limitando as atividades diárias da mãe acometida. **OBJETIVO:** Relatar a experiência de uma acadêmica de fisioterapia sobre a presença distúrbios osteomusculares no puerpério. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A fisioterapia, como parte de uma equipe multidisciplinar, busca aprimorar a qualidade de vida das gestantes tanto durante a gravidez quanto após o parto, na perspectiva de promover uma postura adequada, orientar sobre a mecânica corporal correta durante a amamentação, treinar os membros superiores para os cuidados com o bebê e preparar as mamas adequadamente para a amamentação. Sendo assim, é essencial que seja oferecido um auxílio especial, para essas mulheres, por um profissional capacitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A fisioterapia obstetra é uma grande aliada, no apoio a mulher no ciclo gravídico-puerperal, estimulando o aleitamento materno, promovendo uma melhor qualidade de vida para as mães que são acometidas por distúrbios osteo musculares.

Palavras-Chave: amamentação; lactante; ergonomia.

1 INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é considerado crucial principalmente para saúde da criança, mas também para saúde da mulher. Sendo inserido no intervalo crítico, conhecido como “primeiros mil dias”, o aleitamento materno é período crucial para o aprimoramento metabólico das crianças (Brasil, 2015).

Os índices de abandono precoce do ato de amamentar permanecem altos, sendo necessário enfatizar o fortalecimento da promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno. Em contrapartida, possuímos os Distúrbios Osteomusculares que pode ser um fator do abandono do ato de amamentar, esses distúrbios possuem origem multifatorial (Moraes; Bastos, 2013) e, portanto, muitos são os fatores de risco que levam ao desenvolvimento desses distúrbios.

Sendo assim, esse trabalho tem o intuito de investigar a relação, entre a amamentação

e o acometimento osteomuscular de puérperas, e como o fisioterapeuta pode auxiliar no processo de aleitamento materno, evitando dores e desmame precoce. Por meio desse esclarecimento, deseja-se contribuir ao meio científico, além de gerar conhecimento das possíveis dores

decorrentes à amamentação, para melhor direcionamento das posturas aplicadas durante esse ato.

Para tanto, o presente estudo tem como objetivo relatar a experiência de uma acadêmica de fisioterapia de um caso de distúrbios osteomusculares em uma mulher no puerpério.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, realizado por uma acadêmica de fisioterapia durante a pesquisa para o trabalho de conclusão de curso na universidade Unijaguaribe.

O estudo foi realizado em agosto e setembro de 2023. Após o contato com a paciente portadora de distúrbios osteomusculares no puerpério, reverberou-se o interesse em pesquisar mais sobre o tema, para tanto, foi realizado uma pesquisa bibliográfica em bases de dados acadêmicos, Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico.

Para melhor embasar o relato de experiência, também foi desenvolvida uma entrevista informal com a puérpera lactante em questão, com a finalidade de associar os achados clínicos à teoria investigada. Em seguida, procedemos com a descrição do relato, consolidada através da literatura científica pesquisada, sobre a temática abordada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A paciente D.R.S, 23 anos, solteira, lactante há 4 meses, como renda fixa tem apenas os benefícios sociais ofertados pelo governo, trabalhava como costureira e garçonete antes do parto, mora com pai da criança, tem como principal queixa, fortes dores lombares, desde que começou a amamentar. Teve parto normal, com 38 semanas, sendo a terceira gestação, precedida de dois abortos. Afirma ter tido uma gravidez saudável, sem fatores de risco obstétricos. Amamenta exclusivamente até a data da pesquisa. A mesma descreve que as dores são persistentes, que tem dificuldade de realizar grandes esforços como levantar peso, correr... Mas principalmente se sente limitada a fazer tarefas domésticas como: como varrer a casa, passar pano no chão, afastar móveis e segurar o bebê no colo.

O puerpério é o período que ocorre após o parto, “durante o puerpério, a lactante possui dor, lacerações e edema agudos, desse modo, possuindo limitações nos momentos da amamentação e nas atividades de vida diária, podendo até interferir no vínculo mãe e recém-nascido” (Coutinho *et al.*, 2023, p. 03).

Diante dessa possibilidade, podemos associar a dor lombar referida pela paciente, com disfunções osteomusculares, decorrentes do puerpério, tendo em vista que a mesma relata o aparecimento das dores, logo após o parto.

Consideramos disfunções osteomusculares, uma gama de sinais e sintomas, como dor, parestesia, fadiga e limitação da amplitude de movimento, podem apresentar-se em qualquer momento da vida. Essas disfunções podem prejudicar o sistema osteomuscular, provocando desequilíbrio funcional do corpo, resultando em dor aguda ou crônica, redução da mobilidade e da participação social, diminuindo a qualidade de vida e comprometendo de sua saúde física e mental dos acometidos pela doença (Soares *et al.*, 2019).

Nesse contexto, tendo em vista todo o esforço físico, desempenhado pela mulher decorrente dos cuidados com o bebê e à amamentação, é recorrente a reclamação de mal-estar e dores no corpo e nos ossos após o parto.

Freitas *et al.* (2021), explica que, muitas alterações acontecem no corpo da mulher durante o período gestacional, dentre eles, destaca-se o ganho de peso corporal devido ao aumento das mamas, volume do útero e a grande retenção de líquidos. Esse processo favorece o deslocamento do centro de gravidade e uma variação maior do centro de força, afetando a coluna, alterando as suas curvaturas fisiológicas, resultando no surgimento de dores nas costas. Sendo assim, em decorrência das modificações que acometem as mulheres durante a gravidez que perduram o período puerperal, o aparecimento de dores é comum nesse período, deixando a mulher em estado mais vulnerável para o desenvolvimento de problemas físicos e mentais, consequentemente afetando a amamentação, colaborando para o desmame precoce.

Nesse interim, podemos considerar que o acometimento osteomuscular em puérperas, interfere fortemente na amamentação. O fato da paciente não ter desmamado precocemente, pode estar associado ao acompanhamento fisioterápico, que mesmo em atendimentos pontuais, apenas com orientações verbais sobre a importância do aleitamento materno, a paciente manteve o processo de amamentação.

É essencial que seja oferecido um auxílio especial, para essas mulheres, por um profissional capacitado, como orientações sobre o posicionamento correto, e quando necessário a realização de procedimentos terapêuticos, como, a estimulação elétrica TENS, aplicação de gelo, entre outros recursos que possam ser utilizados para facilitar esse momento (Coutinho *et al.*, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos concluir que o acometimento osteomuscular pode dificultar as funções de vida diária das mães, incluindo o cuidado com seus filhos, principalmente do que diz respeito ao aleitamento materno. Essas disfunções podem levar a mulher a também desenvolver sofrimentos mentais, por se sentir incapaz de cuidar do filho.

Nessa perspectiva o profissional da fisioterapia, pode exercer papel fundamental na prevenção desses agravos no puerpério, desenvolvendo ações de orientações sobre a postura adequada no momento de amamentar, posições variadas que a mulher pode adotar durante esse processo, além de realizar procedimentos fisioterápicos para melhorar as dores posturais da mãe.

Portanto, a fisioterapia obstetra é uma grande aliada, no apoio a mulher no ciclo gravídico-puerperal, estimulando o aleitamento materno, promovendo uma melhor qualidade de vida para as mães que são acometidas por distúrbios osteo musculares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança, Nutrição Infantil, Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. **Caderno de Atenção Básica** n.23, 2015.

COUTINHO, J. P; PEREIRA, G. C; SOUSA, G. R. P; MARTINS, A. F; SILVA, A. C. A; MUTOU, F. M. L. Atuação da fisioterapia no puerpério: uma revisão de literatura. **Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [s. l.], v. 4, n. 10, p. 01-18, 16 out. 2023.

FREITAS, L. S. G.; ROCHA, A. A. D.; COSTA, E. M.; SILVA, J. B. F E; SILVA, R. G. L; LINHARES, W. M. R; SILVA, J. G. Alterações posturais e nível de dor em mães com bebês de colo: um estudo transversal. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 501-509, 27 ago. 2021.

MORAES, P. W. T; BASTOS, A. V. B. As LER/DORT e os fatores psicossociais. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 02-20, jun. 2013.

SOARES, C. O; PEREIRA, B. F; GOMES, M. V. P; MARCONDES, L. P; GOMES, F. C. ; MELO-NETO, J. S. Fatores de prevenção de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho: revisão narrativa. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 415-430, set. 2019.

OS EFEITOS DA UTILIZAÇÃO DE PISTAS SENSORIAIS NA MELHORA DA MARCHA EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON

Gildevam Silva dos Santos¹, (discente do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: gildevam.santos@fvj.br); Francisco Basílio Júnior², (Docente do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: Francisco.junior@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Introdução: A doença de Parkinson (DP) é caracterizada como uma alteração neurodegenerativa progressiva que degenera os neurônios dopaminérgicos na substância negra. As pistas sensoriais atuam na estimulação de mecanismos corticais para ativar o movimento e superar o bloqueio motor. **Objetivo:** Este trabalho se propõe a avaliar os efeitos da utilização de pistas sensoriais em pacientes com doença de Parkinson na melhora da marcha. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa que consistiu no levantamento bibliográfico sobre a utilização de pistas sensoriais em pacientes com doença de Parkinson na melhora da marcha, sendo esta pesquisa realizada por meio da combinação de palavras-chave/descritores nas bases de dados Pubmed, PEDro e SciELO para identificar estudos no período compreendido entre 2008 e 2022, randomizados controlados e realizados em seres humanos. Foram excluídos estudos de revisão de literatura e sem texto completo disponível. **Resultados:** O processo de busca dos artigos resultou 69 referências, sendo apenas 13 destas utilizadas para embasar a revisão. **Considerações finais:** Foi possível inferir a efetividade das pistas/sinalização/sugestão sensoriais na melhora da marcha em pacientes com DP, alcançando, dessa forma, o objetivo proposto neste estudo. Dito isso, foram verificadas melhorias nos parâmetros específicos da marcha: comprimento do passo, cadência, velocidade e diminuição do FOG.

Palavras-chave: doença de Parkinson; pistas sensoriais; marcha.

INTRODUÇÃO

A doença de Parkinson (DP) é caracterizada como uma alteração neurodegenerativa progressiva que degenera os neurônios dopaminérgicos na substância negra. Afeta em média entre 7 a 10 milhões de indivíduos no mundo, prevalecendo no sexo masculino, e na faixa etária entre 70-79 anos de idade, não havendo evidências de discrepâncias segundo diferentes etnias (OLANOW et al., 2009; FERREIRA et al., 2018; SÁ, 2014; HIRS et al., 2016). Isto posto, um recurso terapêutico que tem sido evidenciado nas pesquisas científicas para melhora da marcha em pacientes com DP é a aplicabilidade de pistas sensoriais. As pistas sensoriais atuam na estimulação de mecanismos corticais para ativar o movimento e superar o bloqueio motor. Elas funcionam como mapas, compensando a baixa performance dos gânglios basais, que são responsáveis pela cadência e magnitude do movimento (LENNON; STOKES, 2015). Acredita-se nas potencialidades que os estímulos externos visuais e auditivos são capazes de fornecer para este público, com repercussões significativas na melhora da marcha e na prevenção de quedas. Entretanto, A caracterização de um protocolo de intervenção (tempo, intensidade, frequência de sessões etc.) ainda é uma limitação presente nos estudos atuais. Diante desta exposição, o presente trabalho consistiu em analisar nestes estudos a existência de diferenças no comprimento do passo, velocidade da marcha e tempo de apoio dos membros inferiores pós-intervenção, a frequência de episódios do congelamento da marcha pré e pós-intervenção e as repercussões no aprendizado motor em tarefas sequenciais pós-intervenção. Nesta pesquisa de revisão, pressupõe-se evidenciar que as pistas sensoriais têm efetividade clínica na melhora da marcha e redução de quedas em pacientes com doença de Parkinson (DP).

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram consultados artigos científicos nas bases de dados eletrônicas Pubmed (*National Library of Medicine*), PEDro (*Physiotherapy Evidence Database*) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). A busca se limitou aos artigos escritos em português e inglês no período compreendido entre 2008 e 2022. Foram utilizadas combinações entre as seguintes palavras-chave, consoante a pesquisa no DeCS (Descritores em Ciências de Saúde) e MeSH (*Medical Subject Heading*): *Parkinson Disease (Doença de Parkinson)*, Pistas (*Cues*), Marcha (*Gait*), Queda (*Fall*) e Pistas sensoriais (*Sensory cues*), combinadas com os operadores booleanos *AND* e *OR*. A consulta dos artigos científicos foi realizada conforme os seguintes critérios de inclusão: estudos publicados entre 2008 e 2022 e disponíveis de forma íntegra, indivíduos portadores apenas de doença de Parkinson (DP) sem patologias ou condições de saúde associadas, membros inferiores (MMII) íntegros, estudos em texto completos disponíveis. Foram excluídos estudos que abordaram indivíduos com patologias associadas, indivíduos acamados ou impossibilitados de deambular, amputados e idade cronológica superior a 80 anos, estudos publicados em outras bases de dados eletrônicas diferentes das elencadas, estudos publicados fora do período compreendido entre 2008 e 2022. Após uma primeira filtragem mediante os critérios de elegibilidade, na base de dados Pubmed, foram encontrados vinte e dois estudos, dezesseis na PEDro e seis na SciELO, baseando-se apenas na leitura de títulos e resumos que apresentassem em seus textos as palavras-chave do presente estudo. A catalogação dos dados na planilha Microsoft Excel foi construída pela caracterização do estudo e principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os estudos de Witek e Comella (2018), à medida que a DP progride, existe incapacidade associada, e as características não motoras como comprometimento cognitivo, depressão e apatia podem ser as repercussões clínicas mais incapacitantes. Pacientes com DP que apresentam quedas frequentes e marcha comprometida têm duas vezes mais chances de serem instalados em casa de repouso, tornando lógico considerar que o avanço da doença leva à institucionalização em lares de idosos. A instabilidade na marcha é uma característica particular desta patologia e se manifesta por meio da diminuição da velocidade global e congelamento da marcha, e festinação, que é descrita como frequência de passo aumentada com amplitude de passo reduzida (Griffin et al. 2011). Assim sendo, a qualidade de vida dos parkinsonianos é amplamente prejudicada, uma vez que os episódios de quedas aumentam à medida da progressão da doença, gerando medo ao caminhar e confinando o paciente acometido a períodos longos dentro de casa. Lee et al. (2012) relatou em sua pesquisa que o sistema proprioceptivo-motor anormal é a base da compensação hipométrica nos passos em DP, e que pistas externas podem ativar indiretamente vias dos gânglios da base, facilitando o bom desempenho no movimento, sendo justificada pela sugestão sensorial de “ir” pelo feedback vibrotátil. Seguindo essa linha de pensamento, os autores Stokes e Stack (2011) ressaltaram que, quando o movimento é gerado externamente com recurso de pistas sensoriais, as áreas parietal-lateral (superior), tálamo e pré-motoras encontram-se mais ativas, criando, assim, caminhos alternativos ao comprometimento dos gânglios basais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da exposição e análise dos 13 artigos abordados nesta revisão, foi possível inferir a efetividade das pistas/sinalização/sugestão sensoriais na melhora da marcha em pacientes com DP, alcançando, dessa forma, o objetivo proposto neste estudo. Dito isso, foram

verificadas melhorias nos parâmetros específicos da marcha: comprimento do passo, cadência, velocidade e diminuição do FOG, sendo justificadas pela atuação do feedback externo na organização da rede cortical de forma a fornecer informações sensoriais em prol da percepção do movimento ou atividade motora.

REFERÊNCIAS

O'SULLIVAN, Susan B. Doença de Parkinson. In: O'SULLIVAN, Susan B. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 3 de fev. 2010.p (928-973).

PEY-YUN, Lee et al. Protective stepping response in Parkinsonian patients and the effect of vibrotactile feedback. **Movement disorders: official journal of the Movement Disorder Society**, New York, v. 28, n. 4, p. 482-489, 28 abr. 2013.

CIONI, Matteo et al. Responsiveness to sensory cues using the Timed Up and Go test in patients with Parkinson's disease: A prospective cohort study. **Journal of Rehabilitation Medicine and Journal of Rehabilitation Medicine**, [S. l.], v. 47, n. 8, p. 824–829, 5 out. 2015.

ASHBURN, Ann et al. EXERCISE- and strategy-based physiotherapy-delivered intervention for preventing repeat falls in people with Parkinson's: the PDSAFE RCT. **National Institute for Health and Care Research, Winchester**, v. 23, n. 36, p. 1-150, 23 jul. 2019.

A EFICÁCIA DO TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO NA SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO

Ilma Soares Galvão¹, (Aluna do Curso de bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail:ilma.galvao@fvj.br), Fernanda Lúcia Oliveira da Silva Barros², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fernandalucia.fisio@gmail.com)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo apresentar uma Revisão Integrativa sobre a eficácia do tratamento fisioterapêutico da síndrome do túnel do carpo (STC), tendo como intuito de ser útil no esclarecimento de facilitar a compreensão de qual melhor aplicação de tratamento e melhores benefícios. A revisão integrativa da literatura foi realizada em quatro bases de dados, sendo estas: PEDro, Scielo, PubMed, Cochrane. Como resultado para incorporar o artigo foram achados 509 artigos, entretanto apenas 8 atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos. Dos protocolos analisados neste estudo ficou constatado que o tratamento com uso de ultrassom se faz fortemente aplicado e com resultados positivos, como também diferentes abordagens com o tratamento a laser e tens apresentaram efeitos positivos.

Palavras-chave: síndrome do túnel do carpo, tratamento, fisioterapia;

INTRODUÇÃO

A Síndrome do túnel do carpo afeta em boa parte da população trabalhista, haja vista que as atividades desenvolvidas no dia a dia são repetitivas, gerando uma sobrecarga, que por sua vez, desencadeia uma compressão do nervo mediano da mão. O diagnóstico e o tratamento devem ser realizados logo no início, pois a STC por se tratar de uma neuropatia periférica, está diretamente relacionada a flexão e extensão repetidas do punho associadas a compressões e vibrações na articulação, ou seja, atividades da vida diária. Um dos tratamentos mais eficazes, no processo de reabilitação da STC é a fisioterapia, que consiste na aplicação tanto de técnicas manuais como a mobilizações ativas das articulações para ganho da Amplitude de Movimento (ADM), liberação miofascial e fortalecimento muscular, como também a crioterapia e a eletroterapia, promovendo analgesia, para a redução da dor. Tendo isso em vista, com o intuito de auxiliar na performance dos profissionais da área da saúde no tratamento de pacientes portadores da STC, o presente estudo busca de forma metodológica e científica, apresentar uma revisão integrativa que proporcione uma visão quanto à eficácia do tratamento fisioterapêutico da síndrome do túnel do carpo, no estado atual da literatura.

MARCO TEÓRICO

No ano de 1854, Sir James Paget, descreveu pela primeira vez a Síndrome do canal cárpico, conhecida também como a Síndrome do Túnel do Carpo. Esta síndrome, consiste em uma neuropatia compressiva, na qual é resultante de um distúrbio que reduz a função da musculatura da mão devido uma compressão do nervo mediano, sendo possível detectar no nível do túnel do carpo, ou seja, na porção anterior do punho. Destaca-se que as causas podem ser as mais variadas, na qual é possível identificar em dois quadros, sendo eles: agudo e crônico. O quadro agudo é o mais incomum, causado na maior parte pelo aumento acelerado da pressão no túnel do carpo. As manifestações clínicas mais comuns da STC são as sensações de queimação, dor, formigamento, agulhadas, hiperestesia, hipoesesthesia e anestesia.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma Revisão Integrativa (RI), que foi dividida em cinco etapas, sendo elas: 1) Identificação do tema e seleção da hipótese da revisão integrativa; 2) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão; 3) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4) Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) Interpretação dos resultados. Sendo utilizada buscas por artigos em 4 bibliotecas virtuais como: PUBMED, PEDro, Medline e Cochrane.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aplicando as palavras chaves nas plataformas de pesquisa foi possível capturar cerca de 507 artigos, sendo 8 deles da plataforma Pedro, 11 da Scielo, 480 da PubMed e 8 da Cochrane, que foram selecionados de maneira seletiva de acordo com os critérios.

Artigo 01

AUTOR: Yi-Wei Chang *et al.*

TÍTULO: Comparative effectiveness of ultrasound and paraffin therapy in patients with carpal tunnel syndrome: a randomized trial.

OBJETIVO GERAL: O propósito deste estudo randomizado foi comparar a eficácia da combinação de uma órtese de punho com terapia com EUA ou terapia com banho de parafina no tratamento de pacientes com STC.

Artigo 02

AUTOR: Liang-Cheng Chen *et al.*

TÍTULO: Ultrasound-Guided Pulsed Radiofrequency for Carpal Tunnel Syndrome: A Single-Blinded Randomized Controlled Study

OBJETIVO GERAL: Avaliar a eficiência terapêutica do tratamento com radiofrequência pulsada guiada por ultrassom (PRF) do nervo mediano em pacientes com síndrome do túnel do carpo (STC).

Artigo 03

AUTOR: Sang Hoon Lee *et al.*

TÍTULO: Effect of Ultrasound-Guided Partial Release of the Transverse Carpal Ligament with a Needle in Patients with Refractory Carpal Tunnel Syndrome

OBJETIVO GERAL: Avaliamos o efeito da liberação parcial do ligamento transverso do carpo (LCT) guiada por ultrassom (US) com agulha 18-G em pacientes com STC refratária.

Artigo 04

AUTOR: Chuan-Chih Chen *et al.*

TÍTULO: Efficacy of laser acupuncture for carpal tunnel syndrome

OBJETIVO GERAL: O objetivo deste protocolo de estudo é investigar a eficácia da terapia com AL em pacientes com STC leve a moderada por meio de ultrassonografia do nervo mediano e oferecer parâmetros claros de LLLT.

Artigo 05

AUTOR: Xuan-Yan Guo *et al.*

TÍTULO: Ultrasound-guided needle release of the transverse carpal ligament with and without corticosteroid injection for the treatment of carpal tunnel syndrome

OBJETIVO GERAL: O objetivo deste estudo foi comparar o efeito clínico da liberação da agulha guiada por ultrassom do TCL com e sem injeção de corticosteróide na STC em estágio inicial intermediário.

Artigo 06:

AUTOR: Onur Armagan *et al.*

TITULO: Effects of placebo-controlled continuous and pulsed ultrasound treatments on carpal tunnel syndrome: a randomized trial

OBJETIVO GERAL: O objetivo deste estudo controlado por placebo foi avaliar os efeitos dos tratamentos de ultrassom pulsado e contínuo combinados com terapia com talas em pacientes com síndrome do túnel do carpo idiopática leve e moderada.

Artigo 07:

AUTOR: Atieh Habibzadeh *et al.*

TITULO: The efect of radial shockwave on the median nerve pathway in patients with mild-to-moderate carpal tunnel syndrome: a randomized clinical trial

OBJETIVO GERAL: Este estudo teve como objetivo avaliar o efeito de curto prazo da onda de choque radial na via do nervo mediano como um novo método modelo em pacientes com síndrome do túnel do carpo leve a moderada.

Artigo 08:

AUTOR: Jin Young Lee *et al.*

TITULO: Effectiveness of Ultrasound-Guided Carpal Tunnel Injection Using In-Plane Ulnar Approach

OBJETIVO GERAL: O objetivo deste estudo é avaliar o grau de melhora dos sintomas e a mudança dos achados eletrofisiológicos e ultrassonográficos após injeção local de esteróides guiada por ultrassonografia usando uma abordagem ulnar no plano na síndrome do túnel do carpo (STC).

CONCLUSÃO

Conclui-se que o trabalho teve como foco principal, apresentar todas as eficáciais do tratamento fisioterapêutico da síndrome do túnel do carpo de forma com que pudesse mostrar através de bancos de dados tratamentos eficientes para o público que tem a síndrome para que possa utilizar esses recursos de forma que alivie sua dor.

Dos protocolos analisados neste estudo ficou constatado que o tratamento com uso de ultrassom se faz fortemente aplicado e com resultados positivos, como também diferentes abordagens com o tratamento a laser e tens apresentaram efeitos positivos. É de suma importância realizar mais artigos com metanálises rebuscadas, para solidificar mais os resultados específicos procurados nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABOONK, M.S. Pathophysiology of carpal tunnel syndrome. **Neurosciences (Riyadh)**, 20, pp. 4-9, 2015.

ALEXANDRE, L. F.; DA SILVA ALVES, L. .; ALVES DA SILVA ROSÁRIO, I. R. .; MIRANDA PESSANHA, F. .; RIBEIRO MONTEIRO, M. . Síndrome do túnel do carpo: uma revisão bibliográfica. **Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 49–55, 2021.

AROORI, S.; ROY A.J. SPENCE. "Carpal tunnel syndrome." **The Ulster medical journal** v. 77,n.1, p.: 6-17, 2008.

ARMAGAN, O.; BAKILAN, F.; OZGEN, M.; MEHMETOGLU, O.; ONER, S. Effects of placebo-controlled continuous and pulsed ultrasound treatments on carpal tunnel syndrome: a randomized trial. **Clinics**, v. 69, n. 8, p. 524–528, 12 ago. 2014.

COSTA, A.M.C.; CURY, F. Benefícios da Fisioterapia na Síndrome do Túnel do Carpo. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 02, Vol. 02, pp. 5-19, Fevereiro de 2018. ISSN:2448-0959

CHANG, Y.-W.; HSIEH, S.F.; HORNG, Y.S.; CHEN, H.L.; Lee, K.C.; HORNG, Y.S. Comparative effectiveness of ultrasound and paraffin therapy in patients with carpal tunnel syndrome: a randomized trial. **BMC Musculoskeletal Disorders**, v. 15, n. 1, 26 nov. 2014.

CHEN, L.C.; HO, C.W.; SUN, C.H.; LEE, J.T.; LI, T.Y.; SHIH, F.M.; WU, Y.T. Ultrasound-Guided Pulsed Radiofrequency for Carpal Tunnel Syndrome: A Single-Blinded Randomized Controlled Study. **PLOS ONE**, v. 10, n. 6, p. e0129918, 12 jun. 2015.

CHEN, C.C.; WU, Y.T.; SU, Y.C.; SHEN, Y.P.; CHEN, FP. Efficacy of laser acupuncture for carpal tunnel syndrome. **Medicine**, v. 98, n. 30, p. e16516, jul. 2019.

DA SILVA, J.P.; VIEIRA, K.V.; SANTANA. Atuação Da Fisioterapia Na Reabilitação Da Síndrome Do Túnel Do Carpo: Revisão Bibliográfica. **Revista Saúde dos Vales**. ISSN: 2674-8584 V2 – N2 – 2021.

DE SOUSA, L.M.M. et al. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. **Nº21 Série 2-Novembro** v. 17, 2017.

GUO, X.Y.; XIONG, M.X.; LU, M.; CHENG, X.Q.; WU, Y.Y.; CHEN, S.Y.; CHEN, K.; ZHOU, Q.D.; WANG, L.; TAN, L.; QUAN, J.R.; HE, F.D.; CHEN, Q. Ultrasound-guided needle release of the transverse carpal ligament with and without corticosteroid injection for the treatment of carpal tunnel syndrome. **Journal of Orthopaedic Surgery and Research**, v. 13, n. 1, 3 abr. 2018.

HABIBZADEH, A.;MOUSI-KHATIR,R.; SAADAT, P.; JAVADIAN, Y. The effect of radial shockwave on the median nerve pathway in patients with mild-to-moderate carpal tunnel syndrome: a randomized clinical trial. **Journal of Orthopaedic Surgery and Research**, v. 17, n. 1, 25 jan. 2022.

LEE, S. H.; CHOI, H. H.; CHANG, M. C. Effect of Ultrasound-Guided Partial Release of the Transverse Carpal Ligament with a Needle in Patients with Refractory Carpal Tunnel Syndrome. **Pain Physician**, v. 25, n. 1, p. E141–E145, 1 jan. 2022.

LEE, J. Y.; PARK, Y.; PARK, K.D.; LEE, J.K.; LIM, O.K. Effectiveness of Ultrasound-Guided Carpal Tunnel Injection Using In-Plane Ulnar Approach. **Medicine**, v. 93, n. 29, p. e350, dez. 2014.

EFEITOS DO TENS NO CONTROLE DA DOR DURANTE O PARTO

Isabelle Angelino Nogueira¹, (Aluna do Curso de bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: isabelle.nogueira@fvj.br); Fernanda Lúcia Oliveira da Silva Barros², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fernandalucia.fisio@gmail.com)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo apresentar uma Revisão Integrativa sobre a eficácia da utilização da eletroestimulação transcutânea (TENS) na dor durante o trabalho de parto, tendo como intuito de ser útil no esclarecimento de facilitar a compreensão de qual melhor aplicação de tratamento e melhores benefícios. A revisão foi realizada em três bases de dados, sendo estas: PEDro, BVS, PubMed. Foram achados 66 artigos, onde apenas 9 atenderam aos critérios de elegibilidade. De acordo com a pesquisa realizada neste estudo ficou constatado que o tratamento com TENS é um método eficaz no alívio da dor durante o trabalho de parto, mas não tem impacto significativo na duração do alívio da dor e não interfere no tipo de parto.

Palavras-chave: parto; TENS; dor; fisioterapia.

INTRODUÇÃO

O uso da Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea, ou TENS, tornou-se uma solução suplementar notável para o alívio da dor, apoiada por vários estudos que demonstram sua eficácia. TENS envolve um gerador de pulso balanceado que administra impulsos elétricos através da pele em uma frequência, intensidade e duração de pulso específicas, utilizando várias formas de estimulação. Ao expor a pele a uma onda de pulso retangular bifásica através de eletrodos, a TENS serve como método de alívio da dor.

A base da iniciativa do mecanismo está enraizada na teoria do portão, formulada por Melzack e Wall. De acordo com esta teoria, o portão é fechado por estímulos das fibras AB, que então acionam o sistema de supressão da dor que vem de cima. Estimular a área com frequência de 50 a 150 Hz é suficiente para provocar esse efeito. É amplamente aceito que uma baixa frequência de pulsos de 2 Hz ajuda a diminuir a dor, aumentando os níveis de endorfinas produzidas pelo corpo.

MARCO TEÓRICO

Os primeiros relatos sobre a utilização da TEE em obstetrícia datam da década de 1970, na Escandinávia, onde foi introduzida como recurso não farmacológico para alívio da dor durante o trabalho de parto, e desde então tem sido amplamente utilizada em todo o mundo. A sua aplicação representa uma abordagem complementar e não pretende substituir outras técnicas já em uso, nem pretende ser o único recurso.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma Revisão Integrativa (RI), que foi dividida em etapas, sendo elas: 1) Identificação do tema e seleção da hipótese da revisão integrativa; 2) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão; 3) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4) Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) Interpretação dos resultados. Sendo utilizada buscas por artigos em 3 bibliotecas virtuais como: PUBMED, PEDro e BVS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da utilização dos descritores e suas combinações nas plataformas de pesquisas foi possível encontrar 66 artigos, onde 15 deles da plataforma Pedro, 46 da PubMed e 5 da BVS que foram selecionados de acordo com os critérios de elegibilidade.

Artigo 01

AUTOR: Ropke (2016)

TÍTULO: Uso de tecnologias não invasivas para alívio da dor durante o processo de parturição.

OBJETIVO GERAL: O objetivo desta revisão é averiguar a importância destas tecnologias e os pros que oferecem com base em evidências científicas.

Artigo 02

AUTOR: Santana *et al.*(2022)

TÍTULO: Aplicação de protocolo fisioterapêutico a mulheres na fase ativa do trabalho de parto melhora desfechos obstétricos: ensaio clínico randomizado [com resumo do consumidor]

OBJETIVO GERAL: Avaliar a eficácia dos programas de assistência não farmacológica ao parto na melhoria dos resultados obstétricos e perinatais para parturientes na fase ativa

Artigo 03

AUTOR: Reis *et al.* (2022)

TÍTULO: Eletroestimulação nervosa transcutânea (TENS) na redução da dor durante o trabalho de parto: uma revisão de escopo

OBJETIVO GERAL: Mapear evidências de saúde sobre o uso da terapia com eletroestimulação nervosa transcutânea (TENS) na diminuição da dor durante o parto.

Artigo 04

AUTOR: Njogu *et al.* (2021)

TÍTULO: Efeitos da estimulação elétrica nervosa transcutânea durante o primeiro estágio do trabalho de parto: ensaio clínico randomizado.

OBJETIVO GERAL: O objetivo deste estudo foi deliberar os efeitos da terapia com TENS no estágio inicial do trabalho de parto.

Artigo 05

AUTOR: Czech *et al.* (2018)

TÍTULO: Métodos farmacológicos e não farmacológicos de alívio da dor do trabalho de parto - estabelecimento de efetividade e comparação.

OBJETIVO GERAL: Avaliar a efetividade dos métodos farmacológicos e não farmacológicos de alívio da dor e compará-los.

Artigo 06:

AUTOR: Dias *et al.* (2022)

TÍTULO: Efeitos da adição de eletroestimulação transcutânea a medidas não farmacológicas na dor de parto: protocolo de estudo para ensaio clínico randomizado.

OBJETIVO GERAL: Avaliar os efeitos de métodos não farmacológicos de diminuição da

dor, associados ou não à aplicação da estimulação elétrica transcutânea (TENS), sobre a dor, a satisfação com o parto, a duração do trabalho de parto e as condições do recém-nascido.

Artigo 07:

AUTOR: Xiao, Yi, Wu (2018)

TITULO: Efeitos da eletroacupuntura na redução da dor do trabalho de parto e complicações no processo de analgesia de parto combinada raqui-peridural com analgesia peridural controlada pelo paciente.

OBJETIVO GERAL: Comparar os escores de dor e as taxas de complicações no processo de analgesia de parto entre os dois grupos.

Artigo 08:

AUTOR: Grymel-Kulesza *et al.* (2021)

TITULO: Comparaçao dos efeitos da estimulação com TENS e da imersão em água no alívio da dor do trabalho de parto sofrida por primíparas.

OBJETIVO GERAL: O objetivo deste estudo foi comparar a dor sentida por mulheres primíparas no trabalho de parto tradicional versus o trabalho de parto com estimulação TENS ou imersão em água.

Artigo 09:

AUTOR: Guðmundsdóttir *et al.* (2022)

TITULO: Uso do tratamento da dor no parto entre mulheres migrantes na Islândia: um estudo de coorte de base populacional.

OBJETIVO GERAL: Obter informações sobre a qualidade dos cuidados obstétricos intraparto e o uso de métodos de tratamento da dor por mulheres imigrantes durante o parto na Islândia.

CONCLUSÃO

Os resultados apontam que a TENS é um método eficaz no alívio da dor durante o trabalho de parto, mas não tem impacto significativo na duração do alívio da dor e não interfere no tipo de parto. Conclui-se que devem ser feitas mais pesquisas sobre o tema elencando e fechando protocolos para serem testando, com variáis variáveis fechadas, como classificação dos partos cesáreos e fisiológicos, além de outras características como perfil biopsicosocial para se ter resultados mais fidedignos sobre a utilização desse recurso.

REFERÊNCIAS

Czech, I.; Fuchs, P.; Fuchs, A.; Lorek, M.; Tobolska-Lorek, D.; Drosdzol-Cop, A.; Sikora, J. Pharmacological and Non-Pharmacological Methods of Labour Pain Relief—Establishment of Effectiveness and Comparison. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, [S.L.], v. 15, n. 12, p. 2792, 9 dez. 2018.

Dias, N.T.; Santos, P.R.; Cândido, T.A.; Pinto, R.M.C.; Resende, A.P.M.; Pereira- Baldon, V.S. Effects of the addition of transcutaneous electrical stimulation to non-pharmacological measures in labor pain: study protocol for a randomized controlled trial. **Trials** **23**, v.44, 2022. Grymel-kulesza, E.; Pawłowska, K.M.; Pawłowski, J.; Grochulska, A.; Belkius, M.; Jerzak, I. Comparison of the effects of TENS stimulation and water immersion on relieving labour pain suffered byprimiparas. **Ginekologia Polska**, [S.L.], v. 92, n. 7, p. 512-517, 30 jul. 2021.

Guðmundsdóttir, E. Ý; Nieuwenhuijze, M.; Einarsdóttir, K.; Hálfþánsdóttir, B.; Gottfreðsdóttir, H. Use of pain management in childbirth among migrant women in Iceland: a population :based cohort study. **Birth**, [S.L.], v. 49, n. 3, p. 486-496, 20 fev. 2022.

Njogu, A.; Qin, S.; Chen, Y., Yu, Lizhen; Luo, Yang. The effects of transcutaneous electrical nerve stimulation during the first stage of labor: a randomized controlled trial. **BMC Pregnancy Childbirth** **21**, 164, 2021.

Reis, C.C.S.; Dias, L.C.; Carvalho, L.B.; Alves Junior, L.B.; Imoto, A.M. Transcutaneous Nerve Electrostimulation (TENS) in Pain Relief During Labor: a scope review. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia / Rbgo Gynecology And Obstetrics**, [S.L.], v. 44, n. 02, p. 187-193, fev. 2022.

Ropke, J. Uso de tecnologias não invasivas para alívio da dor durante o processo de parturição. **R ev. Femina**. v.44, n.2, p.: 137-141, 2016.

Santana, L.S.; Gallo, R.B.S.; Quintana, S.M.; Duarte, G.; Jorge, C.H.; Marcolin, A.C. Applying a physiotherapy protocol to women during the active phase of labor improves obstetrical outcomes: a randomized clinical trial. **Ajog Global Reports**, [S.L.], v. 2, n. 4, p. 100125, nov. 2022.

Xiao, J.; Yi, W.; Wu, L. Effects of electroacupuncture on reducing labor pain and complications in the labor analgesia process of combined spinal–epidural analgesia with patient-controlled epidural analgesia. **Archives Of Gynecology And Obstetrics**, [S.L.], v. 299, n. 1, p. 123-128, 13 nov. 2018.

OS EFEITOS DOS EXERCÍCIOS TERAPÊUTICOS DA MUSCULATURA PÉLVICA NO TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NA GESTAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Livia de Sousa Lima¹. (aluna do Curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: liviasousa@fvj.br); Thaynnara Kelly Benicio Pereira², (aluna do Curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thaynnara.kelly@fvj.br), Orientador Fernanda Lúcia Oliveira da Silva Barros³ Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fernandalucia.fisio@gmail.com)

RESUMO

A gestação ocasiona várias alterações no corpo da mulher, podendo vir acompanhada de estados patológicos, como a incontinência urinária que é definida pela perda involuntária de urina. Esta pesquisa se propõe a identificar os efeitos dos exercícios para musculatura pélvica, acerca da qualidade de vida de mulheres grávidas com incontinência urinária, apresentar exercícios que melhoraram a função da musculatura pélvica e a eficácia deles na qualidade de vida do grupo em questão e identificar os tipos de IU em mulheres grávidas. O presente trabalho consiste em uma Revisão Integrativa de literatura, que é um método de pesquisa indicado como uma ferramenta de grande importância no campo saúde, por proporcionar a busca, avaliação crítica e síntese de evidências sobre o tema da investigação. A consulta dos artigos científicos foi realizada dentro do lapso temporal de 2012 a 2022. Dentre os 13 artigos encontrados, somente 6 entraram para o estudo, se tornando necessário mais pesquisas sobre esse tema. Da análise, concluímos que os exercícios terapêuticos são eficazes no tratamento da incontinência urinária em gestantes, promovendo uma melhor qualidade de vida e bem estar social.

Palavras-chave: incontinência urinária; exercícios terapêuticos; gestantes.

INTRODUÇÃO

A gravidez é um processo biológico para se entender em ordem o corpo da mulher após a fertilização, e preparar o corpo para gravidez, envolve a maior variedade de ajustes dos sistemas, e é considerada uma condição médica de alterações fisiológicas iguais ou maiores que aqueles que são observados em muitos estados patológicos (Mann *et al.*, 2010).

A incontinência urinária (IU) é considerada como a perda involuntária da urina. Em mulheres, a incidência de IU pode chegar até 25% com o avanço da idade, e é considerada uma das novas epidemias do século XXI, tornando-se mais grave com o aumento das expectativas médias. A prevalência de IU na vida de mulheres dos lares é maior que 50%, e apesar de isso interferir na qualidade de vida delas de maneira devastadora a IU feminina continua a ser “subdiagnosticada” e “subtratada” (Botelho; Silva; Cruz, 2007).

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os efeitos dos exercícios para musculatura pélvica sobre a qualidade de vida de mulheres grávidas com incontinência urinária; Apresentar exercícios que melhoraram a função da musculatura pélvica e a eficácia deles na qualidade de vida do grupo em questão e identificar os tipos de IU em mulheres grávidas.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma Revisão Integrativa de literatura, que é um método de pesquisa indicado como uma ferramenta de grande importância no campo saúde, por proporcionar a busca, avaliação crítica e síntese de evidências sobre o tema da investigação (Evangelista *et al.*, 2016). Realizou-se a busca nas bases de dados: Physiotherapy Evidence Database (PEDro), National Center for Biotechnology Information (PubMed) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os descritores foram eleitos através do Medical Subject Headings (MeSH) e descritores em Ciência da Saúde (Desh), utilizando o resultado nas

plataformas de busca: Pregnant Women, Urinary Incontinence, Exercise pelvic Floor, serão utilizados conectivos científicos denominados de operadores booleanos que será o AND. A consulta dos artigos científicos foi realizada conforme os seguintes critérios de inclusão: grávidas com idade entre menor que 45 anos, que estejam no período gestacional de 20 a 38 semanas, ensaios clínicos em português e inglês, dentro do lapso temporal de 2012 a 2022 e disponíveis de forma íntegra. Foram excluídos tratamentos cirúrgicos e gravidez de gêmeos, estudos publicados em outras bases de dados eletrônicas diferentes das elencadas.

RESULTADOS

Após uma pesquisa inicial foram encontrados 103 artigos somados nas três bases de dados: PubMed 78 artigos; SciELO 1 artigo e PEDro 24 artigos. Foi realizada uma filtragem mediante os critérios de elegibilidade , onde restaram 14 artigos no total. Com a leitura completa dos artigos e mediante aos critérios de elegibilidade restaram apenas 6 artigos para compor o presente estudo.

DISCUSSÃO

Segundo Jaffar *et al.* (2022),em um ensaio piloto randomizado de controle realizado com 26 mulheres grávidas com incontinência urinária, dividindo-as em dois grupos. O primeiro grupo foi o de intervenção que recebeu o aplicativo KEPT, enquanto o grupo controle recebeu atendimento pré -natal habitual. A fim de analisar a efetividade da execução de um ensaio completo para um aplicativo de treinamento muscular do assoalho pélvico, na melhoria da adesão aos exercícios entre mulheres grávidas com IU. Não foram mostradas diferenças relevantes entre os dois grupos em características fundamentais, exceto na intensidade dos sintomas de IU. Os autores Sut e Kaplan (2015) realizaram um estudo randomizado controlado, que avaliou os resultados dos exercícios dos MAP durante a gravidez e no período pós-parto.O estudo foi realizado com 60 mulheres, que foram divididas em dois grupos,o grupo Treinamento e o grupo controle. Houve um avanço considerável relacionado a força dos MAP no grupo Treinamento em relação ao grupo controle, o desempenho das funções miccionais foram prejudicados em ambos os grupos e o parto cesáreo teve maior predomínio no grupo controle. Os estudos mencionados acima, apontam que a utilização dos exercícios terapêuticos durante a gestação promovem resultados positivos na melhoria da qualidade de vida dessas mulheres, pois a Incontinência Urinária pode promover um isolamento social, prejudicando a prática de suas ocupações diárias. No entanto, todos os autores entendem que a prática desses exercícios devem ser realizados diariamente e com supervisão de um fisioterapeuta para se obter resultados melhores para essas gestantes.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que os exercícios terapêuticos promovem uma melhora na força dos MAP, reduzindo a quantidade de gestantes com Incontinência Urinária de Urgência (IUU) e Incontinência Urinária de Urgência (IUE). Os exercícios mais utilizados durante o processo de tratamento da IU foram os de kegel, que é específico para os músculos do assoalho pélvico, exercícios aeróbicos e o pilates. Isso acarreta um impacto positivo na qualidade de vida dessas mulheres, já que a Incontinência Urinária é um dos fatores que causa isolamento social. Além disso, preconiza-se a realização de mais pesquisas científicas voltadas a esse tema, que tenham uma metodologia apropriada e eficaz para o tratamento dessa disfunção nas mulheres, devido a escassez de estudos para o público gravídico.

REFERÊNCIAS

- MANN, L.; KLEINPAUL, J. F.; MOTA, C. B.; SANTOS, S. G. Alterações biomecânicas durante o período gestacional: uma revisão. **Motriz. Revista de Educação Física. Unesp**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 1-12, 12 abr.2010.
- BOTELHO, F.; SILVA, C.; CRUZ, F. Incontinência Urinária Feminina. **Acta Urológica**, [s. l.], v. 1, n. 24, p. 79-82, jan. 2007.
- EVANGELISTA, C. B.; LOPES, M. E. L.; COSTA, S. F. G.; BATISTA, P. S. S. B.; BATISTA, J. B. V.; OLIVEIRA, A. M. M. Cuidados paliativos e espiritualidade: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s. l.], v. 69, n. 3, p. 591- 601, jun. 2016.
- JAFFAR, A.; SIDIK, S. M.; FOO, C. N.; MUHAMMAD, N. A.; MANAF, R. A.; SUHAILI, N.; Preliminary Effectiveness of mHealth App-Based Pelvic Floor Muscle Training among Pregnant Women to Improve Their Exercise Adherence: a pilot randomised control trial. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 2332, 18 fev. 2022.
- SUT, H. K.; KAPLAN, P. B.; Effect of pelvic floor muscle exercise on pelvic floor muscle activity and voiding functions during pregnancy and the postpartum period. **Neurourology And Urodynamics**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 417-422, 3 fev. 2015.

OS EFEITOS DA INTERVENÇÃO FISIOTERAPÉUTICA NAS DISFUNÇÕES DO OMBRO DE MULHERES MASTECTOMIZADAS

Mateus de Lima Oliveira¹, (aluno do Curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: mateus.lima@fvj.br), Victória Nogueira Sombra², (aluna do Curso de Bacharelado em

Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: victoria.sombra@fvj.br); Orientador Fernanda Lúcia Oliveira da Silva Barros³, (professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fernandalucia.fisio@gmail.com).

RESUMO

O câncer de mama caracteriza-se pela desordenada proliferação das células do tecido mamário, sendo o tipo de neoplasia mais comum no mundo entre as mulheres. Dependendo do tipo e proliferação já existente do tumor, o tratamento mais utilizado é a intervenção cirúrgica, devido a sua capacidade de eliminar a lesão cancerígena e aumentar as chances de recuperação do paciente. A fisioterapia no pós-operatório de mastectomia atua no âmbito curativo e reabilitativo, com foco na prevenção de sequelas e complicações secundárias ao procedimento cirúrgico. Este trabalho é resultado de uma revisão integrativa que busca trazer informações sintetizadas acerca dos efeitos da intervenção fisioterapêutica no tratamento de disfunções no ombro de mulheres que passaram por cirurgia de mastectomia em decorrência do câncer de mama, baseado em evidências. Tem por objetivo apresentar os efeitos clínicos e benefícios da intervenção fisioterapêutica nas possíveis complicações funcionais do ombro no pós-operatório de mastectomia. Da análise concluímos que os tratamentos embasados pela fisioterapia são de total importância para a manutenção das atividades de vida diárias, como o ganho de amplitude de movimento e ganho de força do membro superior acometido.

Palavras-chave: mastectomia; ombro; fisioterapia.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama caracteriza-se pela desordenada proliferação das células do tecido mamário, sendo o tipo de neoplasia mais comum no mundo entre as mulheres. Estima-se que surgiram 66.280 novos casos no Brasil em 2022, dos quais 13.190 se concentram na região Nordeste do país. Sua ocorrência está ligada a fatores genéticos e hereditários, sendo a idade o mais importante, principalmente acima de 50 anos, mas também devem ser considerados os fatores ambientais, comportamentais e a história reprodutiva (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, 2022).

Dependendo do tipo e proliferação já existente do tumor, o tratamento mais utilizado é a intervenção cirúrgica, devido a sua capacidade de eliminar a lesão cancerígena e aumentar as chances de recuperação do paciente. Existem dois tipos de cirurgia: a conservadora de mama, que realiza remoção do tumor preservando o máximo de tecido possível, e a mastectomia, que é a forma de tratamento mais eficiente, porém de caráter mutilador (Pereira *et al.*, 2019).

Diversas complicações podem surgir em mulheres mastectomizadas, como: seroma, deiscências e aderências cicatriciais, perda da amplitude de movimento (ADM) do ombro, diminuição da força do membro afetado, dor no membro superior, diminuição da sensibilidade, rigidez articular e linfedema (Nascimento *et al.*, 2012).

A fisioterapia no pós-operatório de mastectomia atua no âmbito curativo e reabilitativo, com foco na prevenção de sequelas e complicações secundárias ao procedimento cirúrgico. Considerando o alto percentual de pessoas com câncer de mama e as abrangentes técnicas fisioterapêuticas utilizadas em favor dessas pacientes, vale ressaltar que existe uma carência de literatura sobre a temática proposta. Assim, o presente estudo tem o objetivo de apresentar os efeitos clínicos e benefícios da intervenção fisioterapêutica nas possíveis complicações funcionais do ombro no pós-operatório de mastectomia.

METODOLOGIA

Este trabalho é resultado de uma revisão integrativa que buscou trazer informações sintetizadas acerca dos efeitos da intervenção fisioterapêutica no tratamento de disfunções no ombro de mulheres que passaram por cirurgia de mastectomia em decorrência do câncer de mama, baseado em evidências.

As bases de dados utilizadas para obtenção de informações confiáveis foram: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e National Library of Medicine (Medline). A busca se limitou aos artigos escritos em língua portuguesa, inglesa e espanhola no período compreendido entre 2012 e 2023. As palavras chaves padronizadas foram “Physiotherapy”, “Shoulder”, “Mastectomy”, combinadas com o booleano AND.

Foram incluídos ensaios clínicos randomizados (ECR), estudos controlados que abordaram algum tratamento fisioterapêutico na reabilitação da funcionalidade do ombro de mulheres pós-mastectomia no período de 2012 a 2023. Selecionaram-se artigos com disponibilização na íntegra, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, com disponibilidade de texto completo em suporte eletrônico. Foram excluídas revisões sistemáticas, revisões narrativas e estudos publicados fora do período compreendido entre 2012 e 2023.

RESULTADOS

A pesquisa nas bases de dados selecionadas resultou em 35 artigos no total. Após a busca, foi realizada uma filtragem mediante os critérios de elegibilidade, onde restaram 1 na base de dados Medline, 4 no LILACS e 1 na SciELO. Com a leitura completa dos artigos encontrados foram excluídos 29 por não atenderem os critérios de inclusão propostos para este trabalho, restando 6 trabalhos para compor o presente estudo.

DISCUSSÃO

A realização da fisioterapia no pós-operatório de mastectomia melhora significativamente a funcionalidade do ombro e reduz a dor, possuindo um papel importante no tratamento das complicações pós-cirúrgicas do câncer de mama. Este trabalho avaliou os efeitos da intervenção fisioterapêutica nas disfunções do ombro de pacientes submetidos à mastectomia radical modificada, com o intuito de observar a influência da fisioterapia pós-operatória nos movimentos do ombro e seu impacto sobre as AVDs.

Espinoza-Oviedo *et al.* (2018), em amostra populacional avaliada de um estudo com mulheres mastectomizadas, aponta que a maior taxa de incidência do câncer de mama se dá em mulheres a partir dos 50 anos. O mesmo estudo demonstra que a Mastectomia Radical Modificada é a intervenção cirúrgica mais realizada, tendo uma prevalência de 69%. Neste tipo de cirurgia, ocorre a ressecção de toda a mama e linfonodos axilares, podendo causar diversos danos físicos à paciente. A escolha do tipo de cirurgia depende do estágio e das complicações do câncer.

O estudo de Martins *et al.* (2012), analisou a eficácia das técnicas de terapia manual na reabilitação da amplitude articular do ombro em uma mulher acometida por carcinoma ductal infiltrativo, mastectomizada do tipo Madden com esvaziamento axilar. As sessões foram realizadas em 10 dias, utilizando técnicas como: terapia manual, liberação escapular e mobilização articular do complexo do ombro. Após o protocolo de tratamento, a paciente foi reavaliada com auxílio de um goniômetro, onde verificou-se o ganho satisfatório da ADM.

Os estudos supracitados destacam que a aplicação de recursos fisioterapêuticos como exercícios e terapia manual logo após a cirurgia, trazem resultados positivos tanto no âmbito físico como no psicológico, pois permite à mulher retornar às suas atividades de vida diária (AVD) num período de tempo mais breve.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo destacam a importância de inserir a fisioterapia como parte integral do cuidado pós-cirúrgico para mulheres mastectomizadas. Isso não apenas promove uma recuperação física mais eficaz, mas também ajuda a restaurar a confiança e a qualidade de vida das pacientes, facilitando sua reintegração às atividades diárias e sociais.

Assim, entende-se que os tratamentos embasados pela fisioterapia são de total importância para a manutenção das atividades de vida diárias, como o ganho de amplitude de movimento e ganho de força do membro superior acometido. Portanto, as variadas técnicas oferecem conforto e bem-estar para essas condições.

REFERÊNCIAS

ESPINOZA-OVIEDO, J.; ORTEGA, M. A.; DÍAZ-CHANG, B. Evaluación de las alteraciones biomecánicas del tren superior post mastectomía en pacientes que asisten al Instituto Oncológico Nacional Dr. Juan Tanca Marengo (SOLCA) de la ciudad de Guayaquil. **Revista Lasallista de Investigación**, 15 No 2–2018.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. A situação do câncer de mama no Brasil: síntese de dados dos sistemas de informação. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

MARTINS, J. F.; VASCONCELOS, T. B.; SOARES, L. B. C.; CARDOSO, K. V. V.; MOREIRA, M. F. A. P.; MACENA, R. H. M.; CÂMARA, T. M. D.; SOUSA, C. T.; BASTOS, V.P.D. Terapia manual na restauração da amplitude articular do ombro em mulher mastectomizada. **Fisioterapia Brasil** - Volume 13 - Número 1 - janeiro/fevereiro de 2012.

NASCIMENTO, S. L.; OLIVEIRA, R. R.; OLIVEIRA, M. M.; AMARAL, M. T. Complicações e condutas fisioterapêuticas após cirurgia por câncer de mama: estudo retrospectivo. **Fisioterapia Pesquisa**; 19(3):248-55, 2012.

PEREIRA, A. P. V. M.; SANTOS, G. R. F.; FURTADO, L. F. T.; MOLINA, M. A.; LUZ, T. F. N.; ESTEVES, A. P. V. S. Impacts of mastectomy and mammoplasty on the life of women with breast cancer. **Cad. Saúde Pública**; 2(1):38-52, 2019.

DESENVOLVIMENTO DE UM PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO SOBRE REFLEXOS PRIMITIVOS EM UM AMBULATÓRIO DO CEARÁ

Tamires da Silva Nogueira¹, (aluna do Curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:tamires.nogueira @fvj.br; Orientadora Fernanda Lúcia Oliveira da Silva Barros², Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fernandalucia.fisio@gmail.com)

RESUMO

O Procedimento Operacional Padrão (POPs) é um documento que consta a descrição de como uma atividade deve ser realizada e de informações relacionadas a essa atividade. Seu objetivo é viabilizar que uma atividade seja realizada adequadamente e sempre da mesma forma por diferentes pessoas, de modo a garantir, com segurança e eficiência, o atendimento das necessidades dos clientes. A Fisioterapia motora é de total importância para avaliar os reflexos primitivos através delas será que se identificar a presença, a força e a simetria desses reflexos que poderá ser utilizadas para avaliar a integridade do sistema nervoso central e detectar anormalidades periféricas, como alterações musculoesqueléticas congênitas, ou lesões nervosas e através disso vai buscar as melhores técnicas para o desenvolvimento neuropsicomotor da criança, que ocorre por meio de técnicas que estimulem a percepção vestibular, visual e tátil. A fisioterapia motora está entre os procedimentos utilizados com a preocupação de diminuir o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor dos recém-nascidos através da cinesioterapia, integração, sensório motor, estimulação tátil, posicionamento fisioterapêutico, entre várias outras técnicas que vão contribuir para o desenvolvimento do RN.

Palavras-chave: procedimento operacional padrão; ambulatório; fisioterapia; reflexos primitivos

INTRODUÇÃO

O Procedimento Operacional Padrão (POPs) é um documento que consta a descrição de como uma atividade deve ser realizada e de informações relacionadas a essa atividade. Seu objetivo é viabilizar que uma atividade seja realizada adequadamente e sempre da mesma forma por diferentes pessoas, de modo a garantir, com segurança e eficiência, o atendimento das necessidades dos clientes.

Com a implantação de um Pop em uma unidade os profissionais desenvolvem mais segurança ao realizar suas atividades diárias dentro do seu campo de trabalho, pois vão ter um padrão para se guiar, com isso vão se sentir mais confiantes e seguro ao realizar uma tarefa.

Segundo a OMS (2011), os bebês são recém-nascido do seu nascimento até os 28 dias de vida, depois desse período já pode ser designado como apenas bebê ou lactente. Lactentes são os bebês que ainda vão ser amamentado, essa fase pode durar até os 2 anos de vida. Durante os primeiros meses de vida esses bebês vão apresentar características específicas que serão chamados de reflexos primitivos, são chamados assim porque serem controlados pelas partes mais primitivas do cérebro.

Esses reflexos são considerados fisiológicos nos primeiros meses de vida e vão desaparecer ou serão substituídos por movimentos voluntários em torno dos seis meses, ou mais precocemente, os reflexos primitivos são inibidos, até que a criança consiga ter controle sobre seus movimentos. A presença, a força e a simetria desses reflexos podem ser utilizadas para avaliar a integridade do sistema nervoso central e detectar anormalidades periféricas, como alterações musculoesqueléticas congênitas, ou lesões nervosas.

A Fisioterapia motora é de total importância para o desenvolvimento neuropsicomotor da criança, que ocorre por meio de técnicas que estimulem a percepção vestibular, visual e tátil. A fisioterapia motora está entre os procedimentos utilizados com a preocupação de diminuir o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor dos recém-nascidos através da cinesioterapia, integração, sensório motor, estimulação tátil, posicionamento fisioterapêutico, entre várias outras técnicas que vão contribuir para o desenvolvimento do RN.

METODOLOGIA

A seleção dos artigos ocorreu de forma remota desde que eles adentrassem no critério de inclusão que foi serem publicados entre o período de 2011 e 2023. Como critério de exclusão, a pesquisa fixou: adentrar resumos expandidos e artigos que não estavam na língua inglesa e portuguesa.

O estudo foi realizado segundo as diretrizes e normas estabelecidas pelo conselho nacional de saúde, através da Resolução número 466, de 12 de dezembro de 2012.

Os benefícios desta pesquisa foi mostrar a realidade do perfil de atendimento de ambulatório de neonatologia e pediatria, para que os próximos alunos e todas as pessoas envolvidas no cuidado possam ter um norte sobre a assistência a desenvolver, não a limitar só expandir.

O Pop tem como principal objetivo ajudar o ambulatório para servir como um documento que irá contém todas as descrições de como avaliar os reflexos primitivos mais vistos no ambulatório dá Unijaguaribe para assim ajudar o local de trabalho a se mantem mais eficiente por manter uma grande demanda de atendimentos.

RESULTADOS

Nessa pesquisa buscou-se usar os reflexos que possuem maior utilidade no ambulatório da Unijaguaribe, onde o público alvo é de neonatos e lactentes, o serviço é adentrado pelo retorno materno infantil para aplicação das vacinas e acompanhamento mensal pela equipe de enfermagem, onde se faz uma triagem avaliando ganho de peso e desenvolvimento dessas crianças, nesse momento eles são encaminhados para Unidade de Fisioterapia para avaliação neuropsicomotora, que ocorre com a aplicação de reflexos primitivos para avaliar a presença, ausência, simetria ou assimetria dos mesmos.

DISCUSSÃO

Com o POP sobre reflexos primitivos sendo aplicado na unidade é possível que os estagiários de Fisioterapia, desenvolvam mais confiança em realizar. Já os profissionais que possuem uma rotatividade, poderão se atualizar, e ter um norte utilizando o POP, pois ele engloba todas as informações sobre reflexos primitivos.

Os reflexos primitivos são respostas automáticas que os RN vão apresentar eles são total importância para descobrir algum problema neurológicos, com a fisioterapia motora os bebês vão ser capazes de serem analisados e buscar o melhor tratamento para prevenção de doenças futuras.

No estudo de Sohn e Lee (2011) foi avaliado os reflexos de Babinski, Moro e Sucção em recém-nascidos considerados prematuros, foi avaliado variáveis clínicas. O reflexo de Babinski e sucção se apresentaram simétricos e presentes com maior frequência. Isso também está relacionado a maior idade gestacional, peso, Apgar, menor tempo de internação. Já o reflexo de Moro, resultou em sua maioria em anormalidades, devido sua relação com os tônus muscular, baixa resistência, movimentos passivos e lentidão no braço, frequentes em prematuros, o que não determina uma condição patológica. Entretanto, percebe-se a maior incidência do Reflexo de Moro em pacientes com pressão do Plexo Braquial, que ocorre durante principalmente em partos difíceis que seja necessário usar fórceps.

CONCLUSÃO

Conclui-se que esse trabalho é de total importância acadêmica, pois se trata de um tema pouco visto no meio científico, além disso, o POP pode ajudar a unidade deixando registrado e facilitando aos profissionais e alunos envolvidos no cuidado a serem norteados por referências e atualidades no cuidado aos indivíduos que buscam assistência.

Destaca-se também de como a fisioterapia motora é de total importância para o desenvolvimento psicomotor no RN, assim ela busca trazer as melhores técnicas manuais para ajudar no desenvolvimento do bebê para através disso ele conseguir ter os seus marcos motores completos.

Assim, entende-se de como a utilização do Pop sobre reflexos primitivos pode ajudar a umidade de saúde a se manter mais eficiente para a comunidade. Trazendo sempre o melhor atendimento para que a umidade se torne um local de mais prestígio social e buscar também mais reconhecimento para o profissional fisioterapêutico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. R. *et al.* Fisioterapia Motora no Desenvolvimento Neuropsicomotor Infantil / Motor Physiotherapy in Neuro-Psychomotor Child Development. **ID on line revista de psicologia**, v. 13, n. 48, p. 684–692, 2019.

DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS E ESTRATÉGICAS. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CORRÊA, G. T. *et al.* Uso de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) comportamentais na realização de atividades profissionais. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 2, 2020.

SANTOS, G.T.S.; MASCARENHAS, M.S.; OLIVEIRA, E.C. A contribuição da fisioterapia no desenvolvimento motor de crianças com transtorno do espectro autista. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv.** v.21, n.1 São Paulo jan./jun. 2021

URZÊDA, R.N.; OLIVEIRA, T. G.; MARTINS, A. M.; FORMIGA, C. K. Reflexos, reações e tônus muscular de bebês pré-termo em um programa de intervenção precoce. **Rev. Neurociências**. v.7, n.4, p. 319-25, 2009.

VOLPI, S. C. P.; RUGOLO, L. M. S. S.; PERAÇOLI, J. C.; CORRENTE, J. E. Aquisição de habilidades motoras até a marcha independente em prematuros de muito baixo peso. **J. Pediatra.** v.86, n.2, p.143-148, 2010.

UTILIZAÇÃO DO DRY NEEDLING PARA O CONTROLE DA DOR EM PORTADORES DE EPICONDILITE LATERAL

Wilgner de Souza Barbosa¹, (Aluno do curso de fisioterapia do Centro Universitário do vale do Jaguaribe e-mail: wilgnersouza.123@hotmail.com); Fernanda Lúcia Oliveira da Silva Barros², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: fernandalucia.fisio@gmail.com).

RESUMO

A presente pesquisa engloba a técnica de Dry Needling (DN) utilizada no tratamento da Epicondilite lateral, como forma para compreendermos a melhor aplicabilidade e quais os benefícios da mesma e tendo como objetivo, verificar a eficácia do dry needling no controle da dor em indivíduos com a patologia supracitada, sendo uma revisão integrativa da literatura nas presentes bases de dados apresentadas a seguir: National Library of Medicine (PubMed), Physiotherapy Evidence Database (PEDro), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Cochrane Library, tendo como resultado para integrar o artigo, partindo dos critérios de inclusão e exclusão, restaram apenas 5 artigos ao total, mesmo utilizando as 4 bases de dados preconizadas nessa pesquisa. Considerações finais: Diante dos estudos mencionados, foi possível evidenciar que a aplicação do DN é bastante eficaz na patologia abordada, tendo uma repercussão positiva na dor dos indivíduos com epicondilite lateral, sendo evidenciado uma deficiência na literatura acerca do tema abordado.

Palavras-chave: epicondilite lateral; Dry needlling; dor; fisioterapia

INTRODUÇÃO

A epicondilite pode ser definida como uma lesão causada devido ao esforço repetitivo crônico, que irá acometer a estrutura tendínea do músculo, causando assim, alterações em sua estrutura e podendo degenerar a sua matriz (Zoppi Filho, 2004). Sendo que a epicondilite lateral afeta de 1% a 3% da população mundial (Coombes *et al.*, 2015).

Para Kalichman; Vulfsons (2010), a intervenção com Dry Needling é um procedimento de baixo custo, fácil de aprender e executar, além de apresentar um baixo risco por ser minimamente invasivo ao paciente que está sendo submetido ao procedimento. Contudo, o agulhamento a seco pode ser utilizado como uma forma de tratamento para dor crônica no sistema musculoesquelético.

O Presente trabalho torna-se importante, uma vez que, como exposto anteriormente a epicondilite acomete uma faixa etária que ainda está inserida no mercado de trabalho (Zoppi Filho, 2004) e muitas vezes a dor se torna incapacitante a ponto que o sujeito não possa mais realizar suas atividades laborais, ficando assim afastado delas, consequentemente gerando prejuízo financeiro. O presente estudo tem como objetivo verificar a eficácia do dry needlling no controle da dor em indivíduos com epicondilite lateral.

MARCO TEÓRICO

Almeida et al (2013), conclui que a melhor opção de tratamento para epicondilite lateral é uma combinação de tratamentos. Colaborando com o exposto, Uygur et al. (2017), falou em seu estudo que o agulhamento a seco é um método seguro e eficaz na patologia abordada, em consonância Etminan *et al.* (2019), diz que o uso do dry needling em conjunto com os diferentes protocolos terapêuticos pode resultar em um alívio mais rápido das sintomatologias, por fim Altas *et al.* (2022), aborda que a intervenção do dry needling é favorável na patologia discutida e tem repercussões positivas.

METODOLOGIA

O presente estudo, trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Essa abordagem permite que se faça um compilado da literatura já existente, fazendo com que o leitor tenha um entendimento maior do assunto abordado no estudo (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

A pesquisa foi desenvolvida, através de busca nas bases de dados, sendo elas respectivamente: National Library of Medicine (PubMed), Physiotherapy Evidence Database (PEDro), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Cochrane Library. No mês de julho ano 2023, foram explorados os trabalhos existentes, e recolhidos apenas o que se encaixasse nos critérios de inclusão.

Sendo utilizados os descritores selecionados de acordo com o Medical Subject Headings-MeSH, expostos a seguir: lateral epicondylitis, dry needling e pain, sendo utilizados também de forma associada com os operadores booleanos do tipo AND fazendo a combinação e encontrando a quantidade total de artigos, que estivessem dentro do período estipulado pela pesquisa que era de 2012-2022.

RESULTADOS E DISCURSÃO

Ao total foram encontrados 5 artigos que se encaixaram na pesquisa, onde, os artigos selecionados passaram por uma leitura minuciosa.

Artigo 01

AUTOR (ES): Elif Umay Altaş, Bilge Birlik, Şule Şahin Onat, Bengi Özogul Öz

TÍTULO: The comparison of the effectiveness of Kinesio Taping and dry needling in the treatment of lateral epicondylitis: a clinical and ultrasonographic study

OBJETIVO GERAL: Investigar os efeitos de curto e longo prazo das aplicações de Kinesio Taping (KT) e dry needling (DN) na dor, funcionalidade e força muscular em pacientes com epicondilite lateral por meio de questionários e ultrassonografia

Artigo 02

AUTOR (ES): Nathalie J Bureau , Patrice Tétreault , Philippe Grondin , Véronique Freire , François Desmeules , Guy Cloutier , Anne-Sophie Julien , Manon Choinière

TÍTULO: Treatment of chronic lateral epicondylitis: a randomized trial comparing the efficacy of ultrasound-guided tendon dry needling and open-release surgery.

OBJETIVO GERAL: Avaliar a eficácia do dry needling guiado por ultrassom e cirurgia de liberação aberta na redução da dor e melhora da função em trabalhadores com epicondilose lateral refratária a pelo menos 6 meses de tratamento não cirúrgico

Artigo 03

AUTOR (ES): Esat Uygur , Birol Aktaş , Emime Gül Yilmazoglu

TÍTULO: The use of dry needling vs. corticosteroid injection to treat lateral epicondylitis: a prospective, randomized, controlled study.

OBJETIVO GERAL: Verificar se o uso do dry needling seria tão eficaz quando o uso das injeções de corticosteroides

Artigo 04

AUTOR (ES): Zahra Etminan, Mohsen Razeghi, Farahnaz Ghafari Nezhad

TÍTULO: The Effect of Dry Needling of Trigger Points in Forearm's Extensor Muscles on the Grip Force, Pain and Function of Athletes with Chronic Tennis Elbow

OBJETIVO GERAL: Estudar o efeito da adição de dry needling aos métodos de fisioterapia de rotina, a fim de melhorar a força e a função de preensão e reduzir a dor, bem como diminuir os custos e a duração do tratamento

Artigo 05

AUTOR (ES): Esat Uygur, Birol Aktaş , Afşar Özkuṭ , Samet Erinç , Emime Gü̇l Yilmazoglu

TÍTULO: Dry needling in lateral epicondylitis: a prospective controlled study

OBJETIVO GERAL: verificar se o agulhamento a seco seria pelo menos tão eficaz quanto o tratamento de primeira linha para epicondilite lateral

Fonte: elaborado pelo autor

Diante de todo o exposto acima, Almeida *et al.* (2013), concluiu também que, a melhor opção de tratamento para epicondilite lateral é uma combinação de tratamentos. Isso condiz com a realidade clínica dos fisioterapeutas que não costumam praticar apenas um tipo de terapia, e sim a combinação de diversas técnicas como mostrou-se em alguns estudos.

CONCLUSÃO

Sendo assim, o dry needling é um método que vale a pena fazer parte do protocolo fisioterapêutico e ser utilizado dentro do tratamento. No entanto, é evidente que o acesso e a busca dos artigos são limitados, tendo em vista o pobre campo de estudos envolvendo essa temática e essas especificidades abordadas nessa pesquisa, sendo necessário o desenvolvimento de novos estudos científicos com maiores números de amostra, variabilidade da faixa etária e no sexo, especificidades, além de maior tempo de execução do estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.O.; SARAGIOTTO, B.T.; YAMATO, T.P.; PEREIRA, R.L.; LOPES, A.D. Tratamento fisioterapêutico para epicondilite lateral: uma revisão sistemática. **Fisioterapia em Movimento**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 921-932, dez. 2013.

ALTAS, E.U.; BIRLIK, B.; ONAT, Ş.Ş.; ÖZ, B.Ö. The comparison of the effectiveness of Kinesio

Taping and dry needling in the treatment of lateral epicondylitis: a clinical and ultrasonographic study. **Journal Of Shoulder And Elbow Surgery**, [s. l.], v. 31, n. 8, p. 1553-1562, ago. 2022.

BUREAU, N.J.; TÉTREAULT, P.; GRONDIN, P.; FREIRE, V.; DESMEULES, F.; CLOUTIER, G.; JULIEN, A.S.; CHOINIÈRE, M. Treatment of chronic lateral epicondylosis: a randomized trial comparing the efficacy of ultrasound-guided tendon dry needling and open-release surgery. **European Radiology**, [s. l.], v. 32, n. 11, p. 7612-7622, 28 abr. 2022.

COOMBES, B.K.; CONNELLY, L.; BISSET, L.; VICENZINO, B. Economic evaluation favours physiotherapy but not corticosteroid injection as a first-line intervention for chronic lateral epicondylalgia: evidence from a randomised clinical trial. **British Journal Of Sports Medicine**, [s. l.], v. 50, n. 22, p. 1400-1405, 2 jun. 2015.

ETMINAN, Z.; RAZEGHI, M.; GHAFARINEJAD, F. The effect of dry needling of trigger points in forearm's extensor muscles on the grip force, pain and function of athletes with chronic tennis elbow. **Journal Of Rehabilitation Sciences & Research**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 28-33, mar. 2019. Shiraz University of Medical Sciences.

KALICHMAN, L.; VULFSONS, S. Dry Needling in the Management of Musculoskeletal Pain. **The Journal Of The American Board Of Family Medicine**, [s. l.], v. 23, n. 5, p. 640-646, 1 set. 2010.

UYGUR, E.; AKTAŞ, B.; YILMAZOGLU, E.G. The use of dry needling vs. corticosteroid injection to treat lateral epicondylitis: a prospective, randomized, controlled study. **Journal Of Shoulder And Elbow Surgery**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 134-139, jan. 2021.

UYGUR, E.; AKTAŞ, B.; ÖZKUT, A.; ERİNÇ, S.; YILMAZOGLU, E.G. Dry needling in lateral epicondylitis: a prospective controlled study. **International Orthopaedics**, [s. l.], v. 41, n. 11, p. 2321-2325, 21 ago. 2017.

ZOPPI FILHO, A. VIEIRA, L.A.G; NETO, A.A.F.; BENEGAS, E. Tratamento artroscópico da epicondilite lateral do cotovelo. **Rev Bras Ortop**, v. 39, n. 3, p. 93-101, 2004.

LETRAS E PEDAGOGIA

A VALORIZAÇÃO DAS APTIDÕES ARTÍSTICAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Leslie José de Castro Silva¹, (Aluno do Curso de Letras do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, E-mail: leslie.silva@fvj.br); Kamillo Karol Silva², (Professor do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, E-mail: kamillo.silva@fvj.br)

RESUMO

Este trabalho busca realizar uma reflexão acerca da importância do reconhecimento e da valorização das competências e habilidades artísticas dos alunos nos espaços de ensino, tendo como base pesquisa realizada em uma escola pública de ensino fundamental da rede municipal da cidade de Icapuí. O estudo revela uma tentativa de compreender de quais modos os processos artísticos estão presentes no cotidiano e nas atividades da escola, assim como no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Foram utilizados como instrumentos de coleta a observação no campo de pesquisa e a aplicação de um questionário estruturado com professores e gestores da instituição. Entendendo a importância da arte na vida das pessoas, em especial, daquelas que estão se desenvolvendo e construindo suas percepções de vida, partimos do pressuposto que é preciso haver incentivos e meios de aproximar esse público dos movimentos e processos culturais e artísticos, e não há outro equipamento mais importante nesse processo que a escola. Diante do exposto, acreditamos que é necessário que a formação seja integral, para além do conhecimento sistematizado, ajude os alunos a aflorar suas inteligências e habilidades múltiplas. Por fim, constatamos que esse anseio ainda é um desafio na realidade, pois a falta de estrutura e recursos financeiros para viabilizar atividades de caráter cultural nas escolas é um problema pertinente, além da sobrecarga dos professores que estão empenhados em outras tarefas. No mais, as reflexões aqui realizadas demonstram a carência de políticas e projetos voltados ao fortalecimento da arte e dos movimentos culturais nos espaços educacionais.

Palavras-chave: arte; educação; escola; alunos; cultura.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a escola tem como papel fundamental na vida das pessoas: ensinar os conteúdos socialmente definidos tendo como base um conjunto de disciplinas curriculares sistematizadas. No entanto, a escola é também um espaço que possibilita o cruzamento de diferentes manifestações culturais e o encontro de pessoas pertencentes aos mais diversos grupos étnicos e sociais convivendo em um espaço comum. Dito isto, entendemos que cada indivíduo traz consigo laços e características inerentes ao contexto que está inserido, além de habilidades e aptidões que, quando exploradas, são de grande valia para o desenvolvimento pessoal e profissional do ser humano.

A escola, por ser um equipamento educacional de caráter também social tem uma grande responsabilidade sobre isso, mas na prática, apenas o conhecimento sistematizado é bem visto e valorizado. As instituições de ensino deveriam atuar para além da sala de aula, buscando incentivar, apoiar e promover o protagonismo estudantil a fim de validar aquilo que compete as suas aptidões, que nem sempre se resumem a cálculos, gramática ou a conteúdos geográficos, mas a dança, a música, a encenação, a pintura e a outros elementos que influenciam diretamente na formação integral de uma pessoa, historicamente, são desenvolvidas em contextos específicos e tais práticas, ficam “espremidas” no currículo escolar.

Na visão de Azevedo (2007), a arte é um bem mundial considerado patrimônio cultural da humanidade, pois, através da comunicação e expressão plástica, musical, dramática e literária, o homem deixou a sua história registrada através dos tempos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver a pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, por ser considerada a mais adequada para responder tal problemática. A pesquisa qualitativa permite uma compreensão mais aprofundada das experiências e perspectivas dos alunos em relação às atividades artísticas.

A abordagem enfoca não apenas os resultados tangíveis, mas também as nuances subjetivas que contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa escolha metodológica destaca a importância de ir além da mera mensuração de habilidades, buscando insights valiosos sobre o impacto da arte na formação cidadã e na construção individual na sociedade. Inicialmente, foi elaborado um questionário estruturado contendo perguntas inerentes ao problema apresentado. Posteriormente foram escolhidos alguns professores e o gestor da instituição para participarem da pesquisa. Durante a aplicação, foi possível fazer algumas observações no cenário de toda a escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os docentes entrevistados possuem entre 30 e 50 anos de idade, lecionam em instituições de ensino diferentes e responderam ao questionário com espontaneidade. O questionário era constituído pelas seguintes questões: 1. Em sua opinião, qual o impacto da arte/manIFESTAÇõES ARTÍSTICAS na relação ensino-aprendizagem? 2. Você acha a teoria das inteligências múltiplas importante? Ela faz parte da sua realidade? Justifique sua resposta. 3. O aluno deve ser capaz de se expressar e atuar por meio das experiências artísticas, segundo a competência 3 da BNCC. Você considera isso possível/importante? 4. A escola onde você trabalha tem buscado valorizar e reconhecer as aptidões e competências artísticas dos alunos? Se sim, como?

Com o objetivo de entender de que forma a arte é vista no contexto educacional, os professores foram indagados sobre os seus impactos na relação ensino-aprendizagem, e, de forma unânime, as respostas foram positivas, visto que todos justificaram a importância dos processos artísticos para uma educação mais prazerosa, didática e como fator determinante para um desenvolvimento pleno e integral dos alunos. E, de fato, quando trabalhada de forma concomitante a outras disciplinas, a arte torna tudo mais divertido, mais humanitário e possibilita a construção de pensamentos plurais e bem mais abrangentes. Segundo a psicóloga Lucilene Zavadzki, “por meio do criar em arte e do refletir sobre os trabalhos artísticos, pessoas podem ampliar o conhecimento de si e dos outros, lidar melhor com a raiva, tristeza, estresse, experiências traumáticas e desenvolver recursos físicos, cognitivos e emocionais.”.

Segundo a professora 4, “a colaboração da arte é significativa para o processo de ensino, pois ajuda a desenvolver habilidades e competências cognitivas nos educandos, além de aprimorar o repertório de conhecimentos e fortalecer a motivação pessoal e a autoestima.” (PROFESSORA 4, 2023)

A professora 2 salientou que “a aprendizagem se torna mais forte e satisfatória quando se há envolvimento cultural, possibilitando, inclusive, a descoberta de talentos nas salas de aula.” (PROFESSORA 2, 2023) Já o professor 3 reforçou que a “cultura de modo geral amplia a percepção de mundo e possibilita ao indivíduo construir sua própria autonomia, o senso crítico e torna-o protagonista na sociedade.” (PROFESSOR 3, 2023)

Todas as respostas foram pertinentes e significativas, já que, de fato, os processos artísticos verdadeiramente tendem a beneficiar e a enriquecer os espaços de ensino, entretanto, os professores precisam se conscientizar de que a arte precisa ser praticada e exercida no cotidiano escolar, mesmo que de maneira mínima, pois, o lúdico, o teatro, a dança, a pintura, o desenho, a criatividade, o conto de fadas, fazem parte de um momento em que os alunos se

expressam, comunicam e transformam a vida na relação com a arte, ou seja, “somos potencialmente criadores, possuímos linguagens, fazemos cultura” (PIRES, 2009, p. 47).

O professor tem grande responsabilidade em relação à promoção de atividades culturais nas salas de aula, mesmo quando a escola não tem condições estruturais ou financeiras de apoiar, pois ações básicas também são válidas, como: reservar um momento na aula para que o aluno que sabe cantar apresente sua habilidade aos colegas, assim como aquele que dança, que pinta, é literalmente oportunizar aos discentes um espaço de subjetividade, onde eles poderão ser quem são, de maneira pessoal, natural e espontânea. Lavelberg afirma que

“é necessário que o professor seja um “estudante” fascinado por arte, pois só assim terá entusiasmo para ensinar e transmitir a seus alunos a vontade de aprender. Nesse sentido, um professor mobilizado para a aprendizagem contínua, em sua vida pessoal e profissional, saberá ensinar essa postura a seus estudantes.” (2003, p. 12).

Desta forma, de acordo com Ferraz e Fussari (1993) por meio da arte o professor pode trabalhar com a sensibilidade, a possibilidade de relação criativa com o mundo, estimulando a expressão e reforçando o Eu de cada indivíduo, ampliando a consciência de suas potencialidades, a consciência do meio e a das possibilidades de atuar sobre ele.

Na educação contemporânea ainda se perpetua modelos de ensino pouco plausíveis para o desenvolvimento pleno do ser humano, um paradigma centrado em medir conhecimentos sistematizados e que invalidam as demais competências dos discentes. Em vista disso se faz imprescindível o estímulo das Inteligências Múltiplas no processo de ensino aprendizagem, não se restringindo apenas a valorização das inteligências linguísticas e lógica matemática, mas enaltecedo todos os tipos de inteligências, que são indubitáveis na aprendizagem dos alunos.

Nessa perspectiva é imprescindível que as instituições de ensino busquem sempre compreender as capacidades individuais dos alunos para que desenvolvam competências e habilidades pertinentes para viver em sociedade, sendo que a inteligência está interligada com a sua realidade, pois como aponta Antunes (2006, p. 12): “O indivíduo, portanto, não seria inteligente sem sua língua, sua herança cultural, sua ideologia, sua crença, sua escrita, seus métodos intelectuais e outros meios do ambiente”, nesse sentido, o professor como mediador do conhecimento necessita de um olhar atento para a diversidade do saber presente na sala de aula e utilizá-los para facilitar o processo ensino aprendizagem.

CONCLUSÃO

A inserção da disciplina de Arte no currículo escolar é uma conquista importante, porém não suficiente para o aprofundamento nos conteúdos. Isso ocorre também porque muitos professores a trabalham de forma isolada, sem associar a bagagem cultural e as habilidades artísticas dos alunos à realidade da sala de aula. Nesse sentido, a intervenção da escola torna-se necessária, uma vez que, conforme Freire destaca “ensinar Artes não é apenas transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a construção do conhecimento (1994, p. 52).”

Diante disso, é essencial que a escola repense suas práticas, busque inová-las continuamente e encare os desafios como oportunidades para construir uma educação de qualidade. O poder público deve estar mais consciente sobre a importância dessa causa e buscar apoiar ainda mais as instituições de ensino, proporcionando melhores condições de trabalho aos professores e destinando recursos específicos para a promoção de atividades culturais nas escolas.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando A. G. Multiculturalidade e um Fragmento da História da Arte/Educação Especial. In: BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no Ensino da Arte**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2007. p. 95-104.
- PIRES, E. **Proposta Curricular da Educação Infantil**. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2009.
- LABELBERG, R. **Para Gostar de Aprender Arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FERRAZ, Heloisa; FUSARI, Maria F. de Resende; **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.
- ANTUNES, Celso. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. 13.ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006. (Coleção Papirus educação).
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

A CONTRIBUIÇÃO DA AFETIVIDADE PARA A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Carolina Maia Silva¹, (aluna do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: carolina.silva@fvj.br); Renildo Franco da Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail renildo.franco@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

Este estudo objetiva compreender o papel da afetividade para a aprendizagem de crianças autistas na Educação Infantil. Para isso, buscou-se analisar como a afetividade contribui para o desenvolvimento de crianças autistas. Desse modo, realizou-se uma pesquisa de campo com seis professoras formadas em Pedagogia, onde um questionário foi aplicado com perguntas abertas levando em consideração as suas experiências dentro da sala de aula. A investigação pautou-se em autores como Carvalho (2004), Cunha (2015), Dantas (1992), Freire (2005), Alves (2000), Wallon (1975). Identificou-se que a afetividade contribui para o desenvolvimento de crianças autistas na Educação Infantil.

Palavras-chave: afetividade; autismo; educação infantil.

INTRODUÇÃO

Este estudo buscou compreender como a afetividade contribui para o desenvolvimento de crianças autistas, também descrever como o professor da Educação Infantil desenvolve atividade com foco na afetividade e identificar as estratégias afetivas dos professores para alunos com TEA (Transtorno do Espectro do Autismo). Para esse propósito, partiu-se da problemática: Como acontece o processo da afetividade com as crianças autistas na Educação Infantil?

O laço afetivo é mediador para o processo de aprendizagem de alunos com TEA. Dessa forma, a afetividade deve ser usada como estratégia para a aprendizagem dessas crianças. O (TEA) é um transtorno caracterizado pelo comprometimento de desenvolvimento da criança, pois afeta principalmente a comunicação e a interação social.

Nessa perspectiva, o afeto influencia o cognitivo da criança. É nessa relação do aluno e professor que são vivenciadas experiências de construção de conhecimentos

A escolha desse tema foi pensada para que houvesse estratégias de como pode ser colocado em prática a afetividade de alunos com TEA na Educação Infantil, a partir da observação e pesquisa. Por isso, é crucial que o professor esteja sensível para tomar a frente de situações onde sua escolha, agindo com cautela; pois os alunos são inconstantes.

No que fundamenta a ordenação da pesquisa, a introdução é apresentada em uma explanação sobre o tema abordado, seguida da pergunta da investigação, justificativa e objetivos, acompanhados da fundamentação teórica numa discussão relevante sobre a problemática. A metodologia foi um norte para os próximos passos e traz a avaliação dos caminhos desenvolvidos para a realização da investigação. A análise dos resultados traz as reflexões feitas em campo e as considerações finais expõem os principais resultados obtidos conforme foi traçado nos objetivos elencados acima.

MARCO TEÓRICO

A afetividade está relacionada de forma geral para a contribuição da aprendizagem. Ou seja, a afetividade permite que a adaptação dos alunos seja feita de forma cooperativa, sociável e incentivadora. A Teoria das emoções é de transcendência, pois de acordo com Wallon (1995),

a emoção é demonstração da afetividade. A criança, aos poucos, vai aprendendo a estar em um ambiente acolhedor para o processo de contribuição das crianças com TEA.

Neste modo, o afeto na relação do professor e aluno é essencial para o desenvolvimento dessas crianças. O educador é fundamental para o crescimento cognitivo, motor e afetivo do aprendente, pois é responsável por proporcionar um ambiente acolhedor para o crescimento deste aprendiz.

Freire (2005, p.58) afirma que: “o ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras.” Os professores precisam sempre estar em busca de conhecimentos para que seus objetivos sejam alcançados.

Torna-se importante que o professor atue com suas habilidades e que seu currículo se adeque às necessidades de seus alunos com TEA e que sejam garantidos e cumpridos os direitos de cada criança.

Existem recursos terapêuticos e afetivos que são feitos de maneira multiprofissionais para um melhor avanço. São feitas intervenções para garantir o bem-estar físico e emocional das crianças; entende-se também que existe a intervenção educacional que está ligada ao pedagógico.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada do Colégio Arte do Conhecimento, vale ressaltar que este é um nome fictício dado ao colégio, com 06 (seis) professoras. A escola localiza-se na cidade de Aracati-CE. Na realização do desenvolvimento do projeto, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa. Nesta perspectiva Brandão (2001, p. 13) diz que:

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa.

Neste contexto, a pesquisa qualitativa é feita em formato de questionário e valoriza-se os pensamentos dos entrevistados e a busca de respostas para as questões, através da observação, análise e descrição de cada entrevistado. A pesquisa também é exploratória. Para Malhotra (2001, p.106), ela “é um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo o fornecimento de critérios sobre a situação-problema enfrentada pelo pesquisador e sua compreensão”. Ou seja, procura obter informações para os problemas investigados.

No contexto dessa investigação, foram utilizadas pesquisas através do Google Acadêmico, artigos, livros e revistas com a finalidade de compreender melhor sobre a afetividade para a contribuição de aprendizagens de crianças autistas na Educação Infantil.

O estudo é descritivo, pois busca descrever, analisar e observar. Segundo Cervo e Bervian (1983, p. 55) “esse tipo de pesquisa procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos.” Essa investigação também se caracteriza como uma pesquisa de campo, que proporciona a compreensão do conhecimento em um contexto específico.

Um questionário acerca do tema, “afetividade e alunos com TEA”, foi aplicado com 6 (seis) professoras da Educação Infantil com o intuito de compreender o papel da afetividade para a aprendizagem de crianças autistas na Educação Infantil. Na pesquisa foram usados nomes fictícios tanto para instituição como para as pessoas pesquisadas de forma a preservar suas identidades.

Todos os convidados aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, buscando colaborar para o desenvolvimento da investigação. Por ser uma pesquisa qualitativa, a amostra envolveu apenas 6 pessoas, em um universo de 8 (oito) professoras da escola na educação infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender o assunto e a visão que as educadoras têm sobre a importância da afetividade para a aprendizagem de crianças autistas da educação infantil, foi utilizado um questionário com o instrumento de pesquisa *Google Forms* e um total de seis perguntas abertas para seis professoras da Educação Infantil do Colégio Arte do Conhecimento de Aracati-CE.

O questionário foi enviado para as docentes a partir do dia 15 de outubro. As professoras participantes da pesquisa e também o colégio, campo de pesquisa, receberam nomes fictícios, visando assegurar a integridade dos participantes. As educadoras foram: professora A atuante da sala do AEE; professora B, atuante no infantil 4; professora C, orientadora pedagógica; professora D, atuante no infantil 2; professora E, atuante no infantil 5 e professora F, atuante no infantil 3. Todas as profissionais com formação em Pedagogia e especializações.

Analizando todas as respostas do questionário, verificou-se que as docentes usam o afeto como algo primordial e essencial em suas aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

A afetividade é de especial relevância para a contribuição da aprendizagem de crianças com TEA na Educação Infantil. A relação afetiva é uma chave para o crescimento das crianças com TEA. Nesse sentido, a problemática que deu início à investigação foi: Como acontece o processo da afetividade com as crianças autistas na Educação Infantil?

Diante das análises dos resultados, pôde-se observar que a afetividade contribui de forma plena para o desenvolvimento de crianças com TEA, pois através disso pode ser criado o laço afetivo entre o professor e o aluno, sendo alcançado a confiança, a interação, aceitação e o acolhimento.

A pesquisa ainda abre espaço para futuras discussões. Este processo foi de grande importância, pois através das vivências foi possível conhecer e observar de perto a dimensão de como é feito o trabalho das professoras na Educação Infantil, que vivenciam intensamente as descobertas das emoções das crianças. Pôde-se perceber que as educadoras que fizeram parte dessa pesquisa desenvolvem métodos afetivos para contribuir para o crescimento dessas crianças com TEA. O laço afetivo envolve um diferencial para a vida dos pequenos, pois é partilhada a gentileza, a escuta e a vivência da primeira infância da melhor forma.

REFERÊNCIAS

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. Disponível em:
<https://www.evento.ajes.edu.br/educacao/uploads/resumos/20180704223734-L7cY.pdf>. Acesso em: 05 nov 2023.

BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001. Disponível em:
<https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em:
<https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/1701/1701>. Acesso em: 06 nov. 2023.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1995. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/educere/article/view/7346/3978>. Acesso em: 23 nov. 2023.

AS DIFERENTES FORMAS DE COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Ellen Colaço Nogueira¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail:elencolaco8@gmail.com), Artemízia Ribeiro Lima Costa², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).

RESUMO

A atual pesquisa foi pensada através de uma observação feita pela pesquisadora, onde duas crianças da mesma faixa etária estavam se comunicando, uma falava de forma bem explicativa e de total compreensão, já a outra tinha bastante dificuldade de se comunicar verbalmente, fazia isso de forma gesticular e sonora. Diante as observações, foi levantada uma pesquisa para saber se a comunicação na vida da criança é realmente importante, se a educação infantil trabalha os meios de comunicação e se a vivência nessa etapa ajuda no processo do desenvolvimento comunicativo infantil. Foram utilizados de referências os seguintes autores. Paulo freire (2003). Célestin (2004). Freinet (2004). Santos(2012). Rego(2003). Dessa maneira foi trabalhado com professores da educação infantil um questionário para saber se estão trabalhando corretamente a questão da vivência social em sala de aula e se estão agindo conforme a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. O questionário foi aplicado com 4 professoras atuantes da educação infantil na cidade de Beberibe-CE. Concluiu-se que, quanto mais cedo a criança aprende a se comunicar mais vantajoso para a mesma, por esse motivo é importante trabalhar a comunicação desde a educação infantil.

Palavras-chave: pesquisa; comunicação; educação infantil; BNCC;

INTRODUÇÃO

Hoje em dia existem diversos meios de se comunicar como a dança, a linguagem de sinais e os sons que são utilizados pelas pessoas como formas de interação no cotidiano de acordo com o ambiente social em que elas estão inseridas. Essas são as maneiras usadas para dar uma opinião, expressar a sua ideia, entre outros. E como ser humanos, temos a necessidade de socializar nos comunicando e expressando algo no meio social ao qual estamos inseridos.

Porém, o que muitos esquecem é que as crianças também tem essa necessidade de ser ouvida e compreendida, seja em qualquer roda de conversa que ela esteja. É interessante que esteja pronta para se comunicar de diversas formas. O primeiro ciclo social da criança é a família, mas quando ela começa a ir para a escola, sai de sua zona de conforto e aprende a se comunicar com outras pessoas, de forma completamente diferente a que estava acostumada, como diz Freire (2003), na escola, não basta apenas focar nos estudos; é igualmente crucial cultivar amizades e experiências de convivência.

A atual pesquisa visa informar quais são as formas de comunicação utilizadas pela criança. Tudo começa a mudar a partir do momento que a mesma entra em contato com a escola, por esse motivo o presente trabalho esclarece se é realmente importante o professor trabalhar a interação em sala de aula, e quais os meios utilizados para uma melhora da comunicação infantil.

Por essa razão o objetivo geral deste trabalho é mostrar se trabalhar os diversos meios de comunicação desde a educação infantil, é realmente importante para a vida da criança

Os objetivos específicos são: saber se os professores estão trabalhando de forma correta as várias formas de comunicação, qual a importância que estão dando a isso e o que estão fazendo para melhorar os diversos meios de comunicação.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), quando a educação infantil foi incluída na educação básica, esse passo foi uma vitória para o processo educativo, pois a partir desse ensino pode-se perceber uma melhora na forma em que as crianças se comunicavam com seus colegas com o passar do tempo, tanto em sala de aula como fora dela. E, com isso, houve uma inclusão maior, pois a criança era ensinada a se comunicar com todos.

A educação infantil é uma das principais séries para o aprendizado pois é onde eles vão ter os primeiros contatos com a educação por isso deve-se trabalhar de maneira lúdica com eles, pois chamando a sua atenção para o que irão aprender pois isso irá marcar e determinar toda a sua trajetória acadêmica.

Quando trabalhado de forma errada pode-se marcar de maneira negativa a vida de vários dos alunos e isso vai contribuir para o não progresso dos educandos, entende-se que como professor o cuidado e a maneira como o aprendizado é passado ao aluno são de extrema importância.

Trabalhar de forma lúdica, trazer brincadeiras e diversos desafios são maneiras de chamar atenção deles e fazendo isso se dá mais liberdade de ensinar e transformar o mundo acadêmico fazendo deles seres pensantes e questionadores.

Ao considerar as contribuições de teóricos como Santos (2012), torna-se evidente que a ludicidade é um elemento essencial para o crescimento das crianças, permitindo que os alunos expressem-se livremente e ajam espontaneamente, desde que as atividades sejam concebidas com essa abordagem.

O artigo estar divido em: Introdução, que traz a apresentação da pesquisa com seus objetivos. O referencial teórico faz um resgate a legislação e currículo na educação infantil, a comunicação para o processo de aprendizagem da criança, e estratégias para desenvolver na educação infantil a comunicação. A metodologia que conteve os seguintes passos, primeiro foi criado um formulário no google forms, depois enviado para as professoras da educação infantil, e em seguida o questionário foi respondido pelas mesmas, ao qual deu sequência a análise de dados que foi o passo seguinte, que apresenta as respostas das professoras e suas ideias sobre a comunicação na educação infantil, e finalmente as considerações finais que demonstram os resultados da pesquisa

MARCO TEÓRICO

Muitos pais não tem noção do que é a educação infantil. Nesta fase eles passam por um momento onde é necessário a interação com outras crianças, e é justamente nessa etapa que a criança na escola vai aprender a se comunicar, a ter noção de espaço, de tempo, a ter uma coordenação motora melhor, de certa forma a educação infantil é a base do desenvolvimento escolar. E temos que levar em conta que a educação é direito de todos, como cita o artigo 227, “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

A educação Infantil tem os direitos garantidos pela LDB (Leis de Diretrizes e Bases) e BNCC (Base Nacional Comum Curricular), elas têm o dever de guiar e proteger tanto os alunos como os professores, ensinando e garantindo os direitos e deveres dos estudantes.

A BNCC surgiu com o principal objetivo de ser a balizadora da qualidade da educação no país por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito, sendo norteadora para a construção da proposta curricular.

É importante tratar a comunicação infantil de forma necessária, trazendo na vida da criança a prática e a importância de se expressar e dar a sua opinião. Estimular a criança a ter vontade de estudar, de trabalhar em grupo, de ser um ser pensante e questionador fazendo com que saia de sua zona de conforto.

As cores, as imagens, os desenhos e o sons, estão sempre presentes no nosso dia a dia, e isso não seria diferente dentro de sala de aula, muito pelo contrário, é na fase da educação infantil, na fase onde se brinca, é justamente a fase onde mais se aprende, onde a criança mais se desenvolve e forma seu caráter a BNCC relata sobre isso,

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, e a cooperação, fazendo-se respeitar, e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades sem pré-conceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2018, p.10).

Dessa forma, Freinet (2004) orienta como estimular a comunicação com a criança e assim a compreensão da criança ficara mais fácil e nítida, o que implica no conhecimento sobre como o ato de se comunicar é parte da socialização.

Por esse motivo o lúdico e a vivência na educação infantil é vista na vida da criança como algo que a tornara mais comunicativa, ativa e participativa tanto na sua infância, quanto no decorrer de sua jornada. A partir das leituras realizadas, percebeu- se que é realmente necessário e importante que a criança comece a fazer parte de um ciclo social que não seja somente a família, com antecedência.

“A criança aprende brincando, por isso é preciso criar ambientes que estimulem a sua criatividade” (Paiva, 2008), estimula então criar, também, espaços que permitam a interação. A ludicidade na vida da criança é de extrema importância, ela aprende a se comunicar de diversas formas e o brincar é uma delas, por exemplo: mímica, dança, pintura, desenho, são formas que a criança usa para falar de forma não oral.

METODOLOGIA

O artigo apresenta uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo, com enfoque na temática central, visando analisar e buscar a resposta à problemática.

O objetivo da pesquisa é mostrar se trabalhar a comunicação desde a educação infantil é importante, utilizando a BNCC como base e suporte para a análise do trabalho, o método utilizado foi um questionário que foi aplicado com professoras da educação infantil.

A pesquisa foi realizada primeiro com um estudo teórico embasado em livros, artigos científicos e documentos legais. Em seguida, foi realizada a pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionário no Google Forms.

Além, da utilização de recursos bibliográficos como livros, artigos científicos e documentos para fundamentar e validar a escrita acadêmica. Oportunizando a pesquisadora relacionar a fundamentação teórica com a realidade pesquisada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim, podemos concluir que os professores estão trabalhando de forma considerada correta os diversos meios de comunicação, afinal não existe apenas um, mas diversos, que quando aplicados conforme orientados pela própria BNCC se torna mais fácil e eficaz, pois de certa forma ela facilita dando ideias utilizando os campos de experiências para o auxílio do docente. O questionário continha uma pergunta sobre essa questão, e todas disseram que utilizam constantemente os campos de experiência em sala de aula.

A pergunta consistia em: quais campos de experiência você utiliza para trabalhar a comunicação? E como vivência? As respostas foram: “O eu, o outro e o nós! Contribui na autonomia, imaginação, criatividade. Na resolução de problemas, conflitos”(P3). “Escuta, fala,

pensamento e imaginação”(P2). “Através das brincadeiras as crianças criam, convivem, e se comunicam”(P4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante as análises feitas podem-se concluir que trabalhar desde a educação infantil os diversos meios de comunicação é de uma grande importância para a criança. Vimos que quanto mais cedo o contato com outras pessoas, mais cedo se aprende a conviver em sociedade e a se expressar de várias formas.

Portanto, a vivência nessa etapa não deve ser deixada de lado, pois é nessa fase que a criança está dando os seus primeiros passos na grande jornada da educação, assim a comunicação com outras crianças vai ajudar nesse processo e deixar que viva isso de uma forma mais leve e comunicativa, para que ao crescer se torne um ser que não tenha medo de se expressar, de falar em público, não tenha problemas ao trabalhar em grupo e tenha alto confiança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

FREINET, Célestin. Elimine a cátedra e arregace as mangas!. In: FREINET, Célestin; BAPTISTA, J. Pedagogia do bom senso: Les dits de Mathieu. n. 7. ed. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**. Bebedouro-SP: Martins Fontes Editora, 2004. cap. Cap. 6, p. 72. Disponível em:
http://educacionmotriz.com/docs/FREINET_C_Pedagogia_do_bom_senso_2004.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

SANTANNA, Alexandre; NASCIMENTO, Paulo Roberto. A história do lúdico na educação. **The history of playful in education**, [s. l.], v. 6, ed. n. 2, mai. 2012.

INVESTIGANDO O PAPEL DOS JOGOS LÚDICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Francisca Ionara de Lima Rodrigues¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: ionara.rodrigues@fvj.br); Albano Oliveira Nunes², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: albano@fvj.br).

RESUMO

Este artigo objetiva verificar o papel do lúdico como um aliado do profissional de educação, e, a partir da temática, tem-se como intuito refletir sobre os instrumentos metodológicos voltados aos processos de alfabetização e letramento do público infantil. O lúdico, nessa relação, revela-se como um instrumento essencial, pois ajuda a despertar, na criança, a curiosidade e o prazer no processo educacional. Nesse contexto, a pesquisa reitera que exercícios lúdicos são indispensáveis para fomentar as práticas que envolvem a leitura e a escrita, pois são verdadeiros facilitadores dos relacionamentos e das vivências no contexto escolar. A inserção das atividades lúdicas na Educação Infantil é de grande importância para o crescimento das crianças. No entanto, este estudo trata da preocupação com a negligência constante das atividades lúdicas na visão e prática dos responsáveis pelo desenvolvimento das crianças pequenas. Por vezes, o tempo destinado às brincadeiras e jogos é reduzido em favor de atividades teóricas com características educacionais. Portanto, o objetivo deste artigo é debater possíveis contribuições trazidas pelas atividades lúdicas para o desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: lúdico; alfabetização; letramento; educação infantil.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda sobre o papel dos jogos lúdicos na educação infantil como ferramenta norteadora para o processo de alfabetização. Levando em consideração que a alfabetização e letramento são de suma importância na formação do ser humano. A pesquisa torna-se relevante ao objetivar a análise e coleta de dados que fundamentem e contribuam para o uso dos jogos na construção do letramento buscando a melhoria do processo ensino-aprendizagem das crianças no último ano da educação infantil.

Diante da análise de que educar não é apenas um repasse de informações, Kami e Deuries (1991 apud TEIXEIRA, 2012) dizem que o lúdico é um recurso dinâmico que irá garantir a eficiência da educação, embora seu uso exija métodos e práticas bastante delicadas, enfatizando ainda que “Educar é preparar para a vida”.

A utilização de jogos visa contribuir para o desenvolvimento da capacidade física, motora, emocional, cognitiva e social das crianças, entre outras habilidades. Aprendemos por meio de experiências e relações estabelecidas na escola. Este artigo tem como objetivo refletir sobre o papel das atividades lúdicas nos processos que envolvem tanto a educação inicial quanto a alfabetização das crianças.

MARCO TEÓRICO

A atividade lúdica traz para o cotidiano escolar várias emoções como a curiosidade do aluno a respeito do novo, diferente, brinquedo, música com isso lhe dará prazer em fazer as atividades, pois será dinâmico e a rotina no ambiente escolar será quebrada, desta forma o aluno se torna mais participativo e atuante.

Os educadores devem criar estratégias, inovar suas metodologias, dar sentido a aprendizagem e o lúdico e todos seus recursos como ferramenta pode ajudar o educador fazendo com que o processo de ensino aprendizagem seja motivador, criativo, sociável, facilitando um

bom resultado no desenvolvimento das disciplinas e formação dos alunos. Em concordância com Luckesi (2005) ele afirma que: A atividade lúdica é aquela que propicia a pessoa que a vive uma sensação de liberdade, um estado de plenitude e de entrega total para essa vivência. Viver uma experiência plena significa participar verdadeiramente de uma atividade lúdica isto é, envolver-se por inteiro, ser alegre, flexível e saudável. É por meio das brincadeiras que as crianças expressam seus sentimentos, aprendem regras, se colocam no lugar do outro. Com tudo isso faz a criança ir desenvolvendo seus conhecimentos e colocam em prática no dia a dia.

É possível dizer que o lúdico é um instrumento pedagógico que os professores podem utilizar em sala de aula como técnicas metodológicas na aprendizagem, visto que, por meio da ludicidade, os alunos poderão aprender de forma mais prazerosa, concreta, mais significativa, culminando para uma educação de qualidade.

Nesta perspectiva, chega-se à conclusão de que o ato de brincar na educação é de extrema relevância, não apenas para o desenvolvimento cognitivo, mas também para promover a autonomia da criança. A criança aprende por meio da brincadeira e se desenvolve de maneira mais efetiva tanto no ambiente escolar como em casa.

METODOLOGIA

A elaboração deste artigo incorporou uma abordagem descritiva, mediante uma pesquisa de caráter qualitativo e revisão bibliográfica, considerando a perspectiva teórica adotada. Esta abordagem buscou investigar “Analisar as possíveis atribuições do uso dos jogos na construção do letramento em crianças de cinco anos”.

Os dados primários foram obtidos por meio de um questionário semiestruturado respondido por professoras que atuam na área da educação Infantil na cidade de Aracati, e os dados secundários foram coletados a partir de livros, dissertações e artigos, que enriqueceu a pesquisa.

Neste tipo de pesquisa, a leitura é a principal técnica, pois, através dela identificam-se as informações contidas nos materiais selecionados. Para a realização desse trabalho, foram selecionados e estudados textos relacionados ao problema apresentado e esses foram tomados como referência para a fundamentação da temática e ponto de partida para a construção do instrumento de pesquisa.

Este artigo possui relevância ao apresentar o trajeto metodológico necessário para sistematizar as etapas pelas quais a pesquisa é desenvolvida, buscando, assim, proporcionar uma compreensão aprimorada acerca da temática central.

O objetivo deste estudo é simplesmente analisar o papel dos jogos lúdicos como facilitadores da aprendizagem na educação infantil. Portanto, não se deve pensar que o aprendizado não ocorra apenas porque o professor inclui brincadeiras na sala de aula. Pelo contrário, essa aprendizagem ocorre de forma natural, já que as atividades lúdicas despertam a curiosidade e promovem o conhecimento, complementando os ensinamentos que o educador já oferece aos alunos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A análise foi conduzida sob uma perspectiva descritiva qualitativa, utilizando as respostas obtidas do questionário mencionado anteriormente como fonte de informação. Neste sentido, as análises são realizadas com base nas respostas dos professores, cujos nomes não são divulgados, sendo identificados por letras do alfabeto, ou seja, professor A, B, C, D e E, preservando assim seu anonimato.

Foram conduzidas entrevistas/questionários via WhatsApp com os professores, a fim de obter suas preferências e opiniões sobre a temática.

Dessa forma, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa descritiva, coletando fatos, situações e opiniões no contexto estudado, utilizando narrativas sobre a percepção dos professores para uma produção significativa.

Diante dessa situação, é imprescindível que o professor esteja atento e comprehenda que toda atividade lúdica abordada por ele tem um propósito pedagógico, sendo uma forma de questionamento. Portanto, a criança não brincará de forma totalmente livre, mas estará envolvida na descoberta de seu próprio conhecimento por meio da ludicidade. Isso ocorre principalmente nos jogos com regras, nos quais a criança deve seguir as instruções para a formação do jogo.

De acordo com, Maluf (2003, p. 29) “As brincadeiras enriquecem o currículo, podendo ser propostas na própria disciplina, trabalhando assim o conteúdo de forma prática e no concreto”.

Portanto, é necessário que o professor forme uma parceria com a família, a fim de trabalharem juntos no desenvolvimento da criança em outras formas de ludicidade. Assim, a criança poderá obter um progresso satisfatório não apenas para aqueles que a acompanham, mas também para si mesma, gerando benefícios futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o papel dos jogos lúdicos na educação infantil foi realizada em escolas da rede pública municipal de Aracati-Ce. Foram identificadas as contribuições e os desafios encontrados pelos professores entrevistados sobre o tema abordado. Entende-se que, de modo geral, é na brincadeira que os alunos começam a se conhecer, a desenvolver novas estratégias e a se encantar com o processo de aprendizagem.

As crianças que brincam na escola, assim como em casa, têm uma compreensão muito mais perceptível do programa do que aquelas que não brincam. Afinal, é melhor aprender brincando do que apenas estudar de forma rígida e monótona, e muitas vezes sem realmente aprender. É fundamental que o professor proporcione liberdade aos alunos, incentivando-os a buscar o conhecimento.

O ato de brincar deve ser visto como algo encantador e mágico. É essencial que tanto o professor quanto o aluno se envolvam regularmente nesta prática. Deve também incentivar as crianças a desenvolverem competências como a atenção, a memória e a concentração, tendo em conta que as atividades lúdicas as ajudam a compreender as regras e os papéis sociais.

REFERÊNCIAS

TEIXEIRA 2012, Kami e Deuries 1991. **A importância do lúdico na educação.** Publicado por DA CONCEIÇÃO MENDES SILVA, B. Disponível em:
<https://monografias.brasilescola.uol.com.br/educacao/a-importancia-ludico-na-educacao-infantil.htm>. Acesso em: 22 nov. 2023.

LUCKESI 2005. GONÇALVES, J. et al. **Ludicidade e educação:** uma parceria que contribui para a aprendizagem. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_ped_artigo_jacqueline_goncalves_cordeiro_bordignon.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

MALUF 2003, p 29. **A participação do professor no processo de aprendizagem.** Revista científica. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/leitura-do-aluno>. Acesso em: 22 nov. 2023.

NAS PAREDES DA ESCOLA: DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Francisco Bruno Nunes do Carmo¹, (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: bruno.carmo@fvj.br); Adriana Valentim Wandermurem², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: adriana.valentim@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A escola é um espaço fundamental para a formação e desenvolvimento de crianças e jovens, não apenas no que diz respeito ao conhecimento acadêmico, mas também no que se refere à construção de valores, identidade e compreensão do mundo que os cerca. A pesquisa tem como objetivo principal realizar uma pesquisa com professores do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Finais a fim de fazer levantamento sobre como é o trato das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. O estudo também aborda como documentos que norteiam a educação nacional como: LDBEN (1996), PCN's (1998) e BNCC (2017) abordam o assunto para que o professor seja amparado ao discuti-lo em sala de aula e Leandro Colling (2018) que fala abertamente sobre gênero, sexualidade e educação. Quanto a metodologia, o estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa com questionário direcionado a 31 professores da rede pública de ensino na etapa de Ensino Fundamental: Anos Finais e Iniciais. A pesquisa constou que a maioria dos professores tem-se preocupado com o debate do assunto dentro da escola, mas que possuem pouca formação para lidar com as questões e que, o que sabem é resultado de suas próprias vivências ou pesquisas autodidatas.

Palavras-chave: educação; gênero; LGBTQIAP+; sexualidade.

INTRODUÇÃO

A temática deste estudo envolve as discussões de gênero e sexualidade dentro da escola, mas não em forma de combate de bullying, e sim, como o assunto é abordado nas salas de aulas e além delas, dessa forma, encontrou-se a justificativa para este estudo partir de vivências pessoais e como professor percebeu-se a fragilidade do trato do assunto dentro das escolas, e como futuro profissional e como LGBTQIAP¹ assumido é de extrema necessidade que haja dentro da escolas um debate sobre gênero e sexualidade.

Este estudo tem como objetivo principal realizar uma pesquisa com professores do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Finais a fim de fazer levantamento sobre como é o trato das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. O estudo também aborda como documentos que norteiam a educação nacional como: LDBEN (1996), PCN's (1998) e BNCC (2017) abordam o assunto para que o professor seja amparado ao discuti-lo em sala de aula. A pesquisa também utiliza em seu aporte teórico autores como Leandro Colling (2018) que fala abertamente sobre gênero, sexualidade e educação; Amanda Matos (2018) nas discussões sobre ideologia de gênero dentro da escola e Clarinês Hames; Adriana Toso Kemp (2019) nos questionamentos sobre os conhecimentos do professor sobre o assunto de gênero e sexualidade, além de outros autores que fortaleceram os argumentos apresentados na discussão.

MARCO TEÓRICO

³¹ Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

A temática envolvendo gênero e sexualidade é de grande importância no contexto da evolução da sociedade. A compreensão e aceitação das diversas identidades de gênero e orientações sexuais têm passado por uma transformação significativa ao longo dos anos, e torna-se cada vez mais necessário discutir como a construção e transformação humana nesse sentido têm contribuído para moldar uma nova sociedade mais inclusiva e igualitária (SEFFNER, 2020).

A construção do gênero é um processo complexo que envolve não apenas fatores biológicos, mas também sociais e culturais. Tradicionalmente, a sociedade tendia a enxergar o gênero como uma dicotomia rígida, onde as pessoas eram classificadas como homens ou mulheres com base em suas características físicas ao nascer. Hoje, comprehende-se que o gênero é uma construção social que vai além da biologia.

A questão da sexualidade também tem passado por transformações significativas. A orientação sexual de uma pessoa não deve ser uma fonte de discriminação ou preconceito. A aceitação e respeito por todas as orientações sexuais, incluindo heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e pansexualidade, são fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva (COLLING, 2018).

Em resumo, a construção e transformação das identidades de gênero e orientações sexuais estão desempenhando um papel fundamental na construção de uma nova sociedade mais igualitária e inclusiva. À medida que continuamos a evoluir, é importante trabalhar juntos para criar um mundo onde todas as pessoas sejam respeitadas e tenham a liberdade de serem autênticas em relação a sua identidade de gênero e orientação sexual.

De acordo com Leandro Colling, em seu livro Gênero, sexualidade e educação (2018) os conceitos de gênero começaram a surgir dentro do movimento feminista a partir da década de 60, mas não propriamente foi o movimento quem criou o termo, nos anos 40 o psicólogo Jhon Money utilizou o termo para definir crianças nascidas hermafroditas, ou seja, o conceito surgiu dentro de termos biotecnológicos (COLLING, 2018).

Posteriormente, o movimento feminista colaborou para desnaturalizar os gêneros das pessoas, quando Simone de Beauvoir (1949), afirma que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.”, ela já contribuía para a desconstrução de que os conceitos de gênero independem de fatores biológicos, mas que agregam muito mais os culturais.

A sexualidade, pode, em conceitos superficiais diz respeito à orientação sexual, que é sobre por alguém que se sente atraído emocional, romântica ou sexualmente. Para Colling (2018, p.41) “A sexualidade diz mais respeito às práticas sexuais das pessoas e a como essas pessoas se identificam em relação a essas suas práticas sexuais.” O pouco conhecimento das pessoas sobre o que é sexualidade as leva a acreditar que alguns problemas são apenas da comunidade LGBTQIAPN+.

Compreender os conceitos é fundamental para proporcionar um maior entendimento do ser humano e, em contexto, do alunado. Já que conhecendo como ele se identifica e compreendendo suas questões e acolhimento e o combate a preconceitos e desigualdades começa a ganhar força e eficácia.

A educação desempenha um papel crucial na formação dos jovens, não apenas no aspecto acadêmico, mas também na promoção da cidadania e na construção de valores e atitudes Nesse contexto, a inclusão de discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas pode ser vista como uma oportunidade para abordar questões importantes relacionadas à diversidade e aos direitos humanos

No entanto, a introdução de tais temas no currículo escolar tem gerado controvérsias em algumas partes do Brasil. O debate sobre gênero e sexualidade na educação muitas vezes se relaciona com a chamada "ideologia de gênero", um termo frequentemente usado de forma pejorativa por críticos para descrever a inclusão de discussões sobre diversidade de gênero e orientação sexual nas escolas.

Em resumo, a discussão sobre gênero e sexualidade na educação brasileira é complexa e envolve diferentes perspectivas. No entanto, a promoção da igualdade de gênero e o combate à discriminação e ao preconceito são objetivos importantes que devem ser considerados na construção de um sistema educacional mais inclusivo e voltado para os direitos humanos.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado com professores desde a Educação Infantil a Ensino Médio, Como técnica de pesquisa, utilizou-se a entrevista semiestruturada. De acordo com Maria Cecília Minayo (2013), a entrevista tem como matéria-prima a fala das/os interlocutoras/es. Menga Ludke e Marli André (2013:40) apontam que, diferentemente de outras técnicas, a entrevista, por seu caráter de interação, não estabelece uma relação hierárquica entre a/o pesquisadora/r e a/o pesquisada/o. Além disso, ela “[...] ganha vida ao se iniciar o diálogo entre entrevistador e entrevistado”. Conforme essas autoras, a grande vantagem da entrevista é o fato de que ela permite captar informações imediatas e correntes sobre os mais variados tópicos.

Este estudo tem como objetivo analisar e discutir as questões de gênero e sexualidade dentro da escola, como andam as noções dos profissionais docentes sobre o assunto e como/se abordam a temática em suas aulas. Para isso, foi realizada uma pesquisa com 31 professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, a coleta de dados foi feita a partir da plataforma on-line Google Forms e encaminhado aos professores pelo WhatsApp, nenhum dos participantes foi identificado e no momento de conversa foi informado sobre o sigilo perante o procedimento. Os dados coletados foram colocados em planilha no Excel para um apuramento melhor e preciso das estatísticas obtidas, em seguida foram gerados gráficos e separados por conteúdo de perguntas e agrupados na pesquisa para que fosse discorrido em cima dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os instrumentais de avaliação foram enviados através da plataforma Google Forms, o pesquisador enviou o link da pesquisa pelo aplicativo WhatsApp e os participantes respondiam de forma anônima, sem precisar informar dados pessoais. No total participaram da análise 31 professores atuantes do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Finais. A abordagem definida para o primeiro item direcionava para o que é expresso na Imagem 01 em 22 professores com ensino superior completo, 5 pós-graduados e 1 com superior incompleto. De acordo com o Censo Escolar de 2021 e 2022.

No segundo item os profissionais eram questionados sobre a etapa de ensino em que são atuantes, o Ensino Fundamental: Anos Iniciais obteve a maioria de profissionais, seguido dos Anos Finais, no Censo Escolar 2021/2022 do INEP, constatou que “[...] o ensino fundamental concentrou a maior parte dos profissionais da educação básica: 1.373.693 (62,7%) dos 2,2 milhões.” (INEP, 2022).

Quanto a formação acadêmica de cada participante foi indagada na terceira pergunta, onde o curso de pedagogia obteve o maior número de participantes, seguido por letras, história e educação física.

No que tange aos entendimentos dos profissionais sobre gênero e sexualidade foram direcionadas quatro perguntas, com respostas para “SIM”, “NÃO” e “TALVEZ”. Em análise, percebe-se que 22 dos participantes alegam conhecer os termos e os conceitos atuam no trato do assunto gênero, sexo e sexualidade, mas de acordo com a pesquisa feita por Clarinês Hames e Adriana Toso Kemp (2019), a maioria dos professores não trataram do assunto em sua dimensão afetiva e prazeroso, dando sempre opiniões mais moralizantes para o debate, o que leva-nos a crer que o conhecimento sobre os conceitos ainda são rasos ou argumentos baseados em teoria infundadas, que de maneira implícita, carrega preconceito.

No tocante as questões de presenciar violência de gênero, homofobia ou outros tipos de desrespeitos de crimes a sexualidade e gênero de alguém dentro da sala de aula e escola, foram feitas duas perguntas com respostas de “SIM”, “NÃO” e “TALVEZ”, obtendo o seguinte gráfico para a pergunta sobre se já havia presenciado atitudes desrespeitosas vindo de alunos ou profissionais dentro da escola.

A maioria das respostas foram para sim, essas violências podem ser de diversas formas além da física que é o ato extremo de violência, mas pode ser verbal e psicológica também. A violência começa muitas vezes nas séries iniciais onde alguns profissionais separam o que é “de menina” do “de menino”, “brincadeira de menina| brincadeira de menino”, para Furlani (2011), essa distinção é uma forma de contribuir para uma educação fragmentada e perpetua desigualdades entre os gêneros.

Quando questionados sobre a capacidade de lidar e discutir sobre gênero e sexualidade com os alunos em sala ou dentro dos planos de aula, a maioria dos professores responderam que “SIM”. O “SIM” prevalente dentro da pesquisa fortalece a teoria de que os professores buscam conhecimento sobre o assunto de forma autônoma e que estimulam os alunos a desenvolverem pensamento e posicionamento crítico, além de não ficarem presos em seus próprios universos.

No item onde indaga sobre a família ser considerada uma barreira quanto a estes assuntos, obtiveram-se 19 repostas para “SIM”, 11 para “TALVEZ” e 1 “VAZIA”, resultado apresentado abaixo na figura 14. A justificativa para que a maioria das respostas sejam sim é que a maioria das crianças e adolescentes (em especial os adolescentes) não se sentem confiantes ou não tem abertura em seus lares para falarem sobre assuntos que envolvem sexualidade, ou até mesmo, a forma como as crianças e adolescentes se sentem (TORRADA; RIBEIRO; RIZZA, 2020).

Discutir práticas de gênero e sexualidade em contexto escolar não deve ser encarado como um desafio isolado da escola, mas sim como uma oportunidade para criar parcerias efetivas com as famílias. A colaboração entre essas duas esferas contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, onde cada aluno é respeitado em sua singularidade, promovendo o entendimento mútuo e a aceitação da diversidade (TORRADA; RIBEIRO; RIZZA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de investigar como estão as discussões sobre gênero e sexualidade dentro da escola através dos profissionais que mais vivenciam a educação; os professores. Através de pesquisa os objetivos do estudo foram atingidos, os profissionais responderam a questionamentos sobre sua postura em relação a situações vivenciadas na escola e a como é abordagem do assunto em suas aulas ou plano de aulas.

A pesquisa constou que a maioria dos professores tem-se preocupado com o debate do assunto dentro da escola, mas que possuem pouca formação para lidar com as questões e que, o que sabem é resultado de suas próprias vivências ou pesquisas autodidatas. A pesquisa também conclui que os professores tem consciência da importância da participação da família quanto a esses assuntos e que somente com sua parceria é que situações de preconceito, violência e desigualdade poderão ser combatidas.

A pesquisa contribui de forma bastante significativa para o aprendizado de estudantes e demais profissionais da educação e torna-se um gancho para futuras pesquisas, o que torna-se um material de pesquisa também, já que a maioria das pesquisas feitas envolvendo as questões baseiam-se em tratos da sexualidade e não de gênero ou outras denominações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais - Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula:** relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico – racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

TORRADA, L.; COSTA RIBEIRO, P. R.; RIZZA, J. L. Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e sexualidade na escola. **Revista Contexto & Educação**, v., 35, n., 111, p. 46–63, 2020.:Disponível em:
<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9088>. Acesso em: 11 nov. 2023.

APRENDIZAGENS E DEMANDAS NA SALA DE AEE EM UMA ESCOLA DE BEBERIBE NA PERSPECTIVA DA PROFESSORA DA SALA DO AEE

Gabriela Nascimento dos Santos¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: gabriela.santos@fvj.br); André Soares dos Santos Paz², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: andre.paz@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O presente estudo, se concretizou na investigação as aprendizagens e as demandas na sala de AEE em uma escola de Beberibe na perspectiva da professora da sala do AEE, com o intuito de compreender os aspectos relacionados à prática voltada para o AEE (Atendimento Educacional Especializado), evidenciando o conhecimento e as ações que perpetuam o ambiente escolar, com a participação da família, escola e sociedade. Os objetivos deste trabalho consistem em identificar os benefícios que a sala de AEE pode proporcionar aos alunos atendidos, analisar a formação dos professores que atuam na sala de AEE e compreender as práticas pedagógicas utilizadas nela. Para atingir tais objetivos, a metodologia utilizada é baseada em analisar as demandas e as aprendizagens da sala de AEE, envolvendo o estudo de caso e o método qualitativo. Os resultados obtidos indicam a necessidade de investimento, para as salas que atendem os estudantes com alguma deficiência, precisam de mais recursos e os professores de suporte para facilitar o processo de aprendizagem dessas crianças, destacando-se a falta de recursos terapêuticos e a falta de formações continuadas para os professores. Diante dos resultados, conclui-se que essa pesquisa evidencia as demandas e as aprendizagens da sala de AEE, com foco na vivência da sala da educação especial na perspectiva de uma professora do AEE, contribuindo para ampliar conhecimentos sobre o assunto do campo de estudo.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado; escola; deficiência.

INTRODUÇÃO

No contexto educacional contemporâneo, a inclusão de alunos com necessidades especiais tem se destacado como um princípio fundamental. Em particular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel crucial ao oferecer suporte individualizado a alunos com diversidades funcionais. Este estudo concentra-se na análise das aprendizagens e demandas enfrentadas na sala de AEE, com foco na perspectiva da professora responsável pela condução desse espaço inclusivo em uma escola de Beberibe.

A pesquisa foi constituída em uma escola pública da rede municipal de ensino, onde se localiza na cidade de Beberibe-CE. A instituição escolar atende 160 alunos desde a educação infantil ao ensino fundamental II, a faixa etária dos estudantes é de 03 a 14 anos. A unidade de ensino tem como um dos seus objetivos a união de toda comunidade escolar na construção da educação e principalmente na inclusão dos alunos.

Os objetivos desta pesquisa são analisar as demandas e as aprendizagens da sala de AEE. O termo demandas se refere a quantidade de crianças que frequentam a sala especializada, a procura, a qualidade no ensino e o acesso dela, e as necessidades de melhoramento. Buscamos compreender quais demandas a sala de AEE precisa e como acontece o processo de aprendizagem das crianças com deficiência e explorar os conhecimentos compartilhados por meio das discussões e posicionamentos da professora e da escola.

Este estudo obtém sua relevância ao optar por abordar um assunto que ganhou mais enfoque atualmente dentro da área da educação, e que ao longo do tempo vem sofrendo mudanças positivas por consequência de lutas pelos direitos, conforme os marcos históricos que retratam vários contextos da educação especial e inclusiva. Além disso, a compreensão das perspectivas da professora do AEE pode informar perspectivas essenciais e eficazes para

atender às necessidades específicas dos alunos com diversidades funcionais em suas realidades contextualizadas.

MARCO TEÓRICO

A Educação Especial consiste em uma modalidade de ensino voltada para atender alunos com alguma deficiência, como transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, levando em consideração o que está sendo proposto no projeto político pedagógico de cada unidade escolar, juntamente a educação inclusiva que assegura a participação dos alunos a essa modalidade.

Esse atendimento possibilita aprendizagens aos alunos por meio da sala de AEE que está equipada para receber os mesmos, mediante as limitações advindas da deficiência de cada aluno. Esse ambiente torna-se fundamental para desenvolver habilidades necessárias e deve, portanto, ser tratado como (...) uma nova concepção da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência (BRASIL, 2007).

Na sala do AEE são realizadas atividades variadas que estão dentro da realidade de cada aluno, dentre elas, o auxílio para a vida diária e vida prática, os recursos de acessibilidade ao computador, a habilidade visual no caso das pessoas com baixa visão ou cegas, auxiliando as pessoas com surdez ou déficit auditivo e mobilidade. Para que todo esse trabalho seja realizado é necessário que cada criança tenha o seu PEI - Plano de Ensino Individualizado, instrumento que os professores das turmas vão usar em função de ajudar o professor desenvolver atividades em base das habilidades que estão com rendimento baixo.

Os profissionais da sala de AEE precisam se qualificar ainda mais, pois a cada dia que se passa, a demanda de crianças com algum tipo de deficiência aumenta, perante isso, se faz necessário a qualificação profissional de professores para atuar na sala de AEE, buscando novas estratégias e métodos para a evolução das crianças que são assistidas por esse profissional. Sendo assim, o professor da sala de AEE deve estar preparado para atuar em outros ambientes em que a modalidade de ensino educação especial e o atendimento educacional especializado estejam presentes.

METODOLOGIA

Inicialmente esta pesquisa foi planejada para ser realizado uma comparação entre uma escola com Sala de AEE e outra sem dentro do município, porém não foi possível pela falta de respostas positivas de profissionais para participar da entrevista mesmo que de forma anônima na cidade que seria pesquisada. Então a pesquisa foi redirecionada para outro aspecto, mas que ainda permanecesse o assunto inicial, no caso o pano de fundo que são as salas de AEE, porém agora na perspectiva de uma professora.

Dante dessa situação, somente uma professora participou da entrevista, mas isso não é um fator para que o estudo ficasse sem qualidade, com a entrevista em profundidade ocorreu o aprofundamento então em aspectos específicos da vivência da professora. De acordo com Moré (2015) “tendo em vista a idiossincrasia processos de constituição dos sujeitos, a pesquisa qualitativa não se legitima pela quantidade de participantes e sim pela qualidade, profundidade, detalhamento e contextualização de seus relatos”.

Com o intuito de analisar e ampliar os conhecimentos sobre a modalidade de ensino educação especial por meio da investigação sobre as aprendizagens e as demandas na sala de AEE em uma escola de Beberibe, objetivando através de observações e a entrevista realizada com a professora que trabalha no AEE, abordar assuntos levantados na entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do que foi investigado, o estudo pontua alguns aspectos do trabalho desenvolvido pelo AEE por argumentos abordados na entrevista de uma professora da sala do AEE em uma escola da zona rural de Beberibe, assim serão apresentadas reflexões geradas mediante as falas da professora.

Nesse contexto e a partir das respostas obtidas na entrevista, é possível perceber que a escola e a família prestam o suporte necessário, ainda é preciso que haja um comprometimento maior do governo para buscar medidas que melhorem o AEE, com as políticas públicas tornando o atendimento educacional especializado mais acessível para as crianças com deficiência e para os profissionais que trabalham na área. Mesmo diante de tantas falhas e falta de recursos, é importante que a sociedade possa buscar, analisar e colocar em prática a educação inclusiva e pensar o que se pode fazer referente a inclusão dessas crianças na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou compreender que o AEE necessita de mais recursos, o quanto as aprendizagens são essenciais para o desenvolvimento das crianças com deficiência, a formação continuada de professores para melhorar esse processo e o impacto positivo da participação da escola na educação desses alunos, os quais estão relacionados a prática educacional realizada nas salas de AEE. Isso condiz com o objetivo geral que é analisar as demandas e a aprendizagem da sala de AEE, ele foi alcançado e levado em discussões vários pontos extraídos da entrevista argumentados na análise.

Espera-se que esse estudo possa ter relevância para comprovar que todos merecem e devem ter um ensino de qualidade, e que através do trabalho desenvolvido na sala de AEE apresenta resultados na aprendizagem dos alunos que a frequentam, a sociedade também para que possa reconhecer que a inclusão é um direito do aluno com deficiência e o quanto ela é um assunto fundamental no nosso meio social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental.** MEC: SEESP, 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf. Acesso em: 10 nov 2023.

MORÉ, Cloo. **A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde.** In: Atas 4º Congresso Ibero-American em Investigação Qualitativa e 6º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação; 2015 ago. 5-7; Aracaju, SE. Goiânia: UFG; 2015. p. 126-31. Vol. 3. Disponível em: <https://ludomedia.org/publicacoes/livro-de-atas-ciaiq2015-vol-3-ciencias-sociais/>. Acesso em: 16 nov 2023.

A INTERFACE DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PEDAGÓGICO DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR

Jéssica Emanuela de Lima Feijo¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Unijaguaribe do Vale do Jaguaribe e-mail: jessica.feijo@fvj.br); Maria das Graças Silva², (Professora do Centro Unijaguaribe do Vale do Jaguaribe e-mail: maria.silva@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

A pesquisa aborda a interface da psicomotricidade na educação infantil, com foco no desenvolvimento de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Três professoras de uma instituição privada participaram da pesquisa, oferecendo insights valiosos por meio de respostas detalhadas a um questionário. As professoras reconhecem a relevância da psicomotricidade para o desenvolvimento integral, destacando desafios específicos enfrentados por crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista), como coordenação motora e interação social. Os resultados revelam melhorias nas habilidades motoras das crianças com autismo e enfatizam a contribuição significativa da psicomotricidade para o desenvolvimento emocional e comunicação não verbal das mesmas. As professoras observaram a participação ativa dessas crianças nas aulas de psicomotricidade, evidenciando a eficácia dessa abordagem. A análise proporciona uma compreensão abrangente do impacto prático da psicomotricidade na educação infantil. Além disso, oferece uma base sólida para discussões futuras e intervenções pedagógicas voltadas para crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista). A pesquisa destaca a importância de abordagens específicas e adaptativas, reconhecendo as necessidades particulares dessas crianças no contexto da psicomotricidade. Em suma, a pesquisa destaca a eficácia da psicomotricidade na promoção do desenvolvimento global de crianças com TEA na educação infantil, enfatizando a importância de estratégias pedagógicas inclusivas e personalizadas.

Palavras-chave: psicomotricidade; educação infantil; transtorno do espectro autista.

INTRODUÇÃO

A psicomotricidade é um conceito que engloba a interação entre aspectos motores e psicológicos, visando o desenvolvimento integral da criança. Na pedagogia, sua aplicação tem crescido significativamente, tornando-se uma ferramenta essencial no contexto da educação infantil, especialmente, para crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A falta de intervenções específicas pode resultar em barreiras significativas para seu desenvolvimento. Holdefer e Vilela (2022) afirmam que, mediante atividades que incorporam o movimento corporal, a criança autista tem a oportunidade de aprimorar suas habilidades de interação social, comunicação, linguagem e imaginação, trazendo assim um progresso mais significativo no âmbito escolar. Partindo disso, desse estudo visa compreender a aplicação da psicomotricidade no desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista no ambiente escolar.

MARCO TEÓRICO

Psicomotricidade na Educação Infantil

A psicomotricidade na Educação Infantil representa uma abordagem pedagógica abrangente, destinada a promover o desenvolvimento integral das crianças nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. Essa abordagem tem suas raízes em teorias desenvolvidas por estudiosos como Le Boulch e Wallon, que compreenderam a necessidade de integrar as dimensões motoras e psicológicas no processo educacional

De acordo com as pesquisas de Fonseca (1988), Piaget associa a inteligência à psicomotricidade, enquanto Wallon aborda o movimento como uma unidade inseparável de ação, pensamento e linguagem. No contexto da Educação Infantil, onde as crianças estão em uma fase crucial de desenvolvimento, a psicomotricidade emerge como um componente essencial para estimular as habilidades motoras e cognitivas, ao mesmo tempo em que atende às necessidades emocionais e sociais. Segundo Barreto (2000, p.32), o desenvolvimento psicomotor desempenha um papel crucial na prevenção de problemas de aprendizagem, bem como na reeducação do tônus, postura, direcionalidade, lateralidade e ritmo.

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurobiológica caracterizada por diferenças significativa. Andrade *et al.* (2023) vem relatar que os mesmos tem sintomas que abrangem uma ampla variedade, desde manifestações mais leves, caracterizadas por sutis dificuldades sociais, até casos mais severos em que a comunicação verbal é afetada e comportamentos estereotipados se destacam. A compreensão aprofundada do TEA é essencial para criar ambientes educacionais inclusivos e adaptados às necessidades específicas dos alunos com esse diagnóstico.

A educação psicomotora é descrita como uma educação fundamental na escola elementar, sendo concebida como o ponto de partida para todas as aprendizagens escolares. A adaptação de atividades para atender às necessidades individuais dessas crianças proporciona uma abordagem inclusiva, permitindo que elas participem plenamente das experiências educacionais. O desenvolvimento motor e as interações sociais estimuladas pela psicomotricidade podem desempenhar um papel crucial no apoio ao desenvolvimento dessas crianças, superando desafios específicos associados ao TEA (LE BOUCHÉ, 1982).

Interface entre Psicomotricidade e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A utilização da psicomotricidade no contexto do TEA demanda uma abordagem colaborativa entre profissionais da saúde, educadores e terapeutas. A troca de informações e estratégias entre esses profissionais é essencial para criar um ambiente de aprendizagem coeso e eficaz. A colaboração também se estende aos pais, proporcionando uma continuidade entre o ambiente escolar e doméstico, garantindo uma abordagem consistente e alinhada às necessidades da criança.

Em conclusão, a interface entre psicomotricidade e Transtorno do Espectro Autista oferece uma abordagem holística para o desenvolvimento de crianças com TEA no contexto educacional. Através da adaptação de práticas psicomotoras, considerando as especificidades de cada aluno, é possível criar ambientes inclusivos que promovem o desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional de maneira integrada e eficaz.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório descritivo. O instrumento metodológico utilizado foi um questionário somado a elementos de uma construção de revisão bibliográfica, contando com a participação de cinco professoras da educação infantil

que acompanham alunos diagnosticados com TEA em uma instituição privada. A escolha dessa instituição se deu pela mesma ter aula de psicomotricidade como algo presente e regular na sua matriz acadêmica.

Os procedimentos foram divididos em quatro fases. Na fase um, foi realizada uma revisão bibliográfica aprofundada para compreender teorias e práticas relacionadas à psicomotricidade e sua aplicação no contexto do TEA na educação infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após processo de análise e agrupamento de dados, as respostas foram organizadas em oito eixos que proporcionaram um diálogo efetivo entre si.

Eixo 1 - Compreensão do Conceito de Psicomotricidade:

No eixo 1, abordando a compreensão do conceito de psicomotricidade, as professoras A, B e C oferecem perspectivas distintas.

Eixo 2 - Desafios em Crianças com TEA:

No eixo 2, que aborda os desafios enfrentados por crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), as professoras A, B e C oferecem insights valiosos. A Professora A destaca desafios relacionados à atenção prolongada e compreensão emocional durante conflitos. A Professora B menciona desafios na coordenação motora fina, segurar lápis corretamente e na interação e expressão emocional, fornecendo insights práticos sobre áreas que demandam atenção nas atividades psicomotoras. A Professora C ressalta a importância da comunicação e socialização, reconhecendo a necessidade de estímulo individualizado.

Eixo 3 - Observação de Melhorias nas Habilidades Motoras:

No eixo 3, que aborda a observação de melhorias nas habilidades motoras, todas as professoras destacam melhorias significativas nas habilidades motoras finas e grossas das crianças com TEA.

Eixo 4 - Contribuição da Psicomotricidade para o Desenvolvimento Motor:

No eixo 4, que trata da contribuição da psicomotricidade para o desenvolvimento motor, as professoras enfatizam diferentes aspectos. Em conjunto, essas perspectivas reforçam a visão abrangente da psicomotricidade como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento motor na Educação Infantil, proporcionando uma base sólida para intervenções pedagógicas e práticas inclusivas.

Eixo 5 - Experiências Positivas da Psicomotricidade:

No eixo 5, que aborda as experiências positivas da psicomotricidade, todas as professoras relatam vivências bem-sucedidas, destacando a inclusão ampliada de crianças com TEA e os benefícios observados na interação social e na coordenação motora fina.

Eixo 6 - Contribuição para o Desenvolvimento Emocional:

No eixo 6, que aborda a contribuição para o desenvolvimento emocional, todas as professoras concordam que as aulas de psicomotricidade contribuem significativamente para o desenvolvimento emocional e expressão emocional das crianças com TEA.

Eixo 7 - Papel na Melhoria da Comunicação Não Verbal:

As percepções variadas sugerem que a psicomotricidade desempenha um papel positivo na promoção da comunicação não verbal, mas os resultados podem variar. A

diversidade nas respostas destaca a importância de estratégias adaptáveis, reconhecendo que as necessidades e progressos das crianças com TEA podem diferir.

Eixo 8 - Participação e Engajamento das Crianças com TEA:

No eixo 8, que aborda a participação e engajamento das crianças com TEA nas aulas de psicomotricidade, ambas as professoras observam uma participação ativa e engajada, em comparação com outras atividades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação ativa das cinco professoras enriqueceu a pesquisa, fornecendo insights valiosos por meio de respostas detalhadas a um questionário estruturado. Além disso, as professoras destacaram a contribuição significativa da psicomotricidade para o desenvolvimento emocional e aprimoramento da comunicação não verbal das crianças com TEA.

A participação ativa e engajada das crianças com TEA nas aulas de psicomotricidade é um testemunho prático do impacto positivo dessa abordagem. Essa constatação sugere que as atividades psicomotoras não apenas atendem às necessidades específicas dessas crianças, mas também promovem um ambiente inclusivo e estimulante.

Conclui-se, portanto, que a psicomotricidade emerge como uma ferramenta valiosa na promoção do desenvolvimento integral de crianças com TEA na educação infantil. As contribuições das professoras indicam não apenas a importância teórica dessa abordagem, mas também seu impacto prático na vida e no aprendizado dessas crianças.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. J. S. de; BRAGA, C. dos A.; FERREIRA, J. G.; RIBEIRO, V.; NONATO, G. A. A Psicomotricidade e o Desenvolvimento Infantil: Em Destaque a Psicomotricidade Relacional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 1153–1170, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10237>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARRETO, S. J. **Psicomotricidade**: Educação e Reeducação. 2. ed. Blumenau: Acadêmica, 2000.

FONSECA, V. da. **Psicomotricidade**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

HOLDEFER, C. A.; VILELA, F. R. A Importância da Psicomotricidade na Educação Infantil. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 11, n. 31, p. 231-241, 2022. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2169/1689>. Acesso em 09 out. 2023.

LE BOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor**: do nascimento até 6 anos. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jocastra Aquino da Silva¹, (Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jocastrahelopietra@gmail.com); Francisca Nilma da Silva Sousa², (Orientadora - Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: francisca.sousa@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender os desafios e possibilidades da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, além de identificar algumas estratégias de inclusão, para que se possa entender como de fato se efetiva a política de educação inclusiva no Brasil para crianças pequenas em idade escolar. Para tanto, faz-se o seguinte questionamento: quais são os principais desafios e possibilidades, vivenciados pelos professores, com relação a inclusão na educação infantil? Com a necessidade de responder à questão, a pesquisa parte de um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, com objetivos exploratório e descritivo. Vale-se do que autores como: Soares (2012), Mantoan (2015) e Schley (2016), dentre outros, têm a oferecer. É notório que a inclusão de crianças com deficiência (atípicas) é um problema vivenciado por vários professores no ensino regular. Mesmo sendo amparadas por lei, ainda é preciso não somente assegurar a vaga a escola, mas que as crianças sejam de fato, incluídas com igualdade e equidade. São muitos os desafios, mas as possibilidades são viáveis e podem ser concretizadas, se gestores, professores, família e sociedade civil trabalharem juntas, para efetivar essa política educacional já fundamentada e asseguradas pelas leis brasileiras.

Palavras-chave: desafios; educação infantil; inclusão; possibilidades; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as discussões sobre educação inclusiva são bem recorrentes nas pautas escolares, bem como nos âmbitos governamentais, pois é sentida a urgência de práticas de inclusão na escola, a começar pela educação infantil. Diante deste cenário, surge também a necessidade de profissionais qualificados para mediar o conhecimento em sala de aula, para assim garantir direitos adquiridos pela criança em idade escolar.

Percebendo a necessidade de aprofundar sobre a temática, este trabalho objetiva compreender os desafios e as possibilidades da inclusão de alunos atípicos na Educação Infantil, bem como conhecer os principais desafios da inclusão nessa etapa do ensino. Busca ainda identificar as estratégias de inclusão e analisar as principais dificuldades e possibilidades percebidas, tendo em vista responder ao seguinte questionamento: quais são os principais desafios e possibilidades, vivenciados pelos professores, com relação a inclusão na educação infantil?

Partindo de um estudo bibliográfico, este trabalho segue uma metodologia qualitativa, quanto a pesquisa em si, uma vez que se propõe a fazer uma revisão bibliográfica, buscando auxílio em autores, tais como: Soares (2012), Mantoan (2015) e Schley (2016), dentre outros. Espera-se, que o conteúdo deste possa ser útil em outras pesquisas, bem como possibilite a uma reflexão sobre a educação inclusiva em uma etapa tão significativa na vida da criança, que é a educação infantil.

REFERENCIAL TEÓRICO

No final da década de 80 para o início da década de 90 surgiram as discussões e as ações envolvendo uma educação inclusiva no Brasil “com a ideia de unir o ensino especial com regular”. No entanto, só houve uma investigação através da conferência Mundial sobre as

Necessidades Educativas Especiais em Salamanca no ano de 1994, que apresenta a garantia da “inclusão, através da aproximação das pessoas com deficiência, no ambiente escolar comum”, sendo atendida a diversidade em geral (SCHLEY, 2016, p.73)

Com o aumento da inclusão de crianças com deficiência na educação, as leis foram sendo específicas para que seja assegurado o acompanhamento complementar na escola do aluno nas escolas regulares. Todavia, muitas das unidades escolares, não têm suporte necessário para a criança com deficiência ser inserida com igualdade e equidade.

A educação infantil no Brasil é de responsabilidade de cada município, incluindo a adaptação das escolas de acordo com as necessidades dos alunos. O espaço escolar deve estar favorável para receber os alunos atípicos e isso é um grande desafio, principalmente para os professores que sofrem com a ausência de adaptação de currículo, onde a rede ao qual estão inseridos, não oferecem nenhum tipo de formação nesta área. É evidente que a escola necessita de profissional para fazer o acompanhamento adequado da criança, suprindo algumas das necessidades diagnosticadas. Esse é um dos desafios que estão em torno da efetivação da educação inclusiva na educação infantil.

Como primeira etapa da educação básica, deve ser a porta de entrada para uma educação inclusiva, possibilitando o direito de todas as crianças ao desenvolvimento socioafetivo, físico, intelectual e, ao mesmo tempo, o avanço na construção do conhecimento, independentemente de suas diferenças (BRASIL, 2005).

É possível perceber algumas características nas crianças atípicas, desde o desenvolvimento cognitivo, motor, linguístico e emocional. Essas se traduzem no desinteresse em estar em grupo, alteração de apetite, problemas de aprendizagem, medo excessivo, dentre outras, mas que são perceptíveis por profissionais qualificados. Abreu (2006) esclarece que as crianças com desenvolvimento atípico são aquelas que têm algum comportamento fora dos padrões normais e que podem ter origens diferenciadas como deficiência intelectual e transtornos na aprendizagem.

Ao verificar os comportamentos mencionados acima, o professor, que é o profissional mais próximo da criança, passa a compreender que cada deficiência é única, mesmo que os sinais sejam semelhantes, porque cada uma se comporta de uma forma diferente do seu par.

Oliveira (2023) revela que a relação entre professor e criança na inclusão não somente se estabelece pela presença das partes na sala de aula, como é fruto da afetividade e responsabilidade por meio da formação do aluno, quando facilita o seu empenho e a sua capacidade de realizar as atividades cognitivas e motoras. Ao fazer o trabalho inclusivo, o professor cria elos com a família, capaz de promover avanços surpreendentes no desenvolvimento da criança.

Pode-se ainda, vislumbrar no cenário da relação professor e criança com deficiência na educação inclusiva, a questão da justiça social, quando se permite que a mesma tenha acesso (condições de igualdade) e sejam respeitados nas suas especificidades (equidade), desde a mais tenra idade. Quando o professor constrói uma relação de reciprocidade, certamente a criança se sente acolhida no processo e as demais da sala são capazes de caminhar juntas.

Quando a escola inclui a criança na educação infantil e propicia meios para que esta se sinta acolhida no espaço da escola, desenvolve-se melhor, uma vez que, ao ser parceira da família, o acompanhamento se efetiva com maior visibilidade. É facilitada para a unidade escolar, a aquisição de informações sobre a criança com deficiência e isso facilita ao acompanhamento pela equipe de profissionais, quando a escola conta com esse tipo de atendimento.

Quando a família (pai, mãe, responsável) busca a escola e se sente acolhida, para opinar, caminhar junto, buscar alternativas para os problemas evidenciados, facilita o entendimento de que toda criança pode aprender algo, desde que seja trabalhado de acordo a atender as suas necessidades específicas.

No entanto, após quase 20 (vinte anos) da Declaração de Salamanca é possível vislumbrar, em algumas partes do País mudanças na forma de incluir a criança com deficiência na educação infantil. As leis vigentes asseguram um ambiente acolhedor, em que a criança possa se desenvolver mesmo com as limitações da deficiência apresentada. Muitos profissionais que não tiveram formação específica para a trabalhar com inclusão estão buscando por si mesmos, o aprendizado para romper com a barreira da exclusão escolar.

A concretização da política inclusiva se apresenta nas escolas públicas brasileira pela criação de salas de recursos multifuncionais, por política de formação dos professores em Atendimento Educação Especializado direcionado para atendimento das crianças com deficiências, bem como a transformação das práticas pedagógicas e gestão escolar no sistema de ensino (MEC/SEESP, 2008).

Ademais, a escola está abrindo as portas para o processo de inclusão de crianças pequenas (Educação Infantil), mesmo que de forma tímida, já é possível perceber avanços no acesso, permanência e sucesso de crianças com deficiência no espaço escolar. As ações estabelecidas por gestores, família, professores e, a própria sociedade civil tem se constituído em uma via de muitas mãos, com foco na inclusão com igualdade e equidade, para que prevaleça a justiça social no atendimento de crianças com deficiência em idade escolar.

METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa, pautou-se, na pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com objetivos descritivo e exploratório, evidenciando as relações que se tecem na educação infantil inclusiva, perpassando desafios e apontado as possibilidades para sua efetivação com qualidade, igualdade e equidade. Foi elaborado a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa e em plataformas digitais: *Scielo* e *Pepsic*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer as considerações sobre os desafios e possibilidades da inclusão de crianças na Educação Infantil, percebe-se que é um tema bastante discutido nos diferentes setores da sociedade educacional e política. Todavia, mesmo sendo um debate contemporâneo, na prática as dificuldades são inúmeras, sendo visualizadas através de escolas sem estruturas adequadas para receber as crianças com deficiências, professores sem qualificação para atender a demanda, familiares desinformados ou até mesmo que não aceitam a condição da criança, colaborando com o não desenvolvimento esperado do estudante.

Aduz-se ainda que, mesmo com as limitações no exercício da profissão, professores têm buscado se qualificar para atender a demanda e, assim, colaborar na formação das crianças, propiciando um trabalho pedagógico voltado para inclusão. Essa ação tem contribuído para que as unidades de ensino se adequem para atender a demanda, que a cada dia é crescente. É preciso fazer valer os direitos de inclusão da criança com deficiência na educação infantil, que é a etapa em que se dá o início de socialização e, a partir dessa etapa é possível vivenciar experiências que colaboram para o aprendizado e desenvolvimento da criança, mesmo que tenha alguma deficiência.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. F. Desenvolvimento de conceitos científicos em crianças com deficiência mental. [Dissertação] Mestrado, 2006, Universidade Católica de Brasília, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão introdução. [4. ed.]. Brasília: 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/introducao.pdf>
Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

OLIVEIRA, F. L. de. Desafios e perspectivas da inclusão escolar na Educação Infantil. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 30, 8 de agosto de 2023.
Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/30/desafios-e-perspectivas-da-inclusao-escolar-na-educacao-infantil>
Acesso em: 12 set. 2023.

SCHLEY, C. A.; Morell, J. C.; Offial, P. C. P. **Licenciaturas em foco**. UNIASSELVI, 20016.

USO DO MATERIAL CONCRETO NO ENSINO DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Joyce Valente da Silva¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: joyce.silva@fvj.br); Albano Oliveira Nunes², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: albano@fvj.br).

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir o papel do material concreto no ensino da matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. De forma específica, procurou compreender a utilização desse recurso no processo de ensino-aprendizagem, compreendendo como o professor desenvolve a prática em relação ao ensino da Matemática na sala de aula. Apresentam-se como referencial teórico: a concepção de ensino-aprendizagem, o processo de aquisição da aprendizagem e o ensino da Matemática, com o propósito de compreender as concepções, a realidade do ambiente educacional e relacionar as temáticas ao uso do material concreto. Diante disso, na metodologia, houve a contextualização de como ocorreria o processo de análise, o campo de pesquisa e público alvo. Em relação à pesquisa de campo foram realizadas em duas instituições do município de Aracati-CE, em que uma era pública e a outra particular com filantropia. Com o intuito de subsidiar essa pesquisa, foi aplicado um questionário destinado aos professores das turmas de 1º ao 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, que lecionam o componente curricular da Matemática. Sobre o referencial teórico foram citados autores, como Libâneo (1994), Piaget (1975), Cória Sabini (1998), Lucchesi (2011), entre outros que contribuíram para desenvolver e compreender sobre esse assunto.

Palavras-chave: material concreto; ensino da matemática; ensino-aprendizagem; professor; Anos Iniciais.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo realizar um estudo sobre o uso do material concreto no ensino da Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como uma ferramenta no dia a dia do educador em sala de aula, a fim de promover e propiciar um ensino de qualidade e eficaz, além de facilitar a compreensão dos assuntos. Nesse sentido, Paulo Freire (1996, p.24), aborda que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Por isso, o docente precisa estar em constante processo de análise e estudo, para que as estratégias e métodos sejam um meio que o mesmo possa utilizar em sala de aula, onde o material concreto, poderão ajudar no processo de ensino aprendizagem.

Os documentos analisados apontam para o carecimento de trabalhar a Matemática de modo mais simplificado, lúdico e prático, pois é notório a incidência da disciplina nos diversos âmbitos da execução da atividade humana (BRASIL, 1998 e BRASIL, 2018). Também, é notável o valor que a mesma possui no desenvolvimento e na formação das habilidades intelectuais, na composição da argumentação e pensamento lógico, em situações da vida cotidiana, entre muitos outros.

Portanto, este artigo proporcionará um estudo sobre o processo de ensino-aprendizagem relacionada ao ensino da Matemática, assim, também como o uso do material concreto no ambiente da sala de aula. A pesquisa foi realizada em duas instituições, localizadas no município de Aracati-CE, onde os respondentes eram professores de 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

MARCO TEÓRICO

A Matemática é uma ciência que se dedica ao estudo de objetos abstratos, como números, figuras e funções, por meio de métodos dedutivos e investiga as relações que existem entre eles. Assim, durante muito tempo, é vista como algo complicado de se entender, onde o estudante vê como algo “difícil” e “incompreensível”. Diante disso, procuramos primeiramente entender como ocorre esse processo de aquisição e desenvolvimento da aprendizagem, para assim, trabalhar o uso do material concreto dentro da sala de aula, relacionando o abstrato e o concreto, com bases nos estudos de Piaget, buscando assim, tornar o ensino da Matemática mais lúdico, atraente e agradável. Assim, o estudo trará contribuições para os estudantes do curso de Pedagogia, mas também para graduandos de áreas afins, assim também para os profissionais da educação, sendo uma forma de adquirir o hábito da utilização do material concreto no ensino da Matemática.

Segundo pesquisas, o uso de objetos e materiais concretos na atividade direta do estudante, é considerado uma fonte válida de construção do conhecimento (COLL, 1994, p.102). Dessa maneira, situações com o concreto são consideradas elementos das atividades pedagógicas, pois são ingredientes estimuladores do desenvolvimento, além de serem instrumentos que permitem ampliar e organizar a comunicação, a vivenciar situações de problemas e consequentemente as soluções, ou seja, um momento que possibilitará tanto a formação do aluno como a do professor.

Diante disso, o material concreto deve ser usado no ensino da matemática com um objetivo específico e com uma finalidade, de acordo com o planejamento, possuindo uma estruturação e compreensão dos conceitos matemáticos. Ressalta, que materiais estruturados, com Material Dourado, Blocos Lógicos, Cuisenaire e outros; são bem utilizados atualmente nas salas de aulas.

METODOLOGIA

A pesquisa teve como finalidade explorar no ambiente escolar, sobre a utilização do material concreto nos anos iniciais do ensino fundamental. De acordo com Minayo (1994), caracteriza a pesquisa como um processo de construção de uma determinada realidade a partir das dúvidas inerentes à atividade primordial da ciência. Logo, pode-se afirmar que a pesquisa consiste como um método de busca por soluções para questionamentos.

Diante disso, como instrumento de coleta de dados, optou-se pelo uso da aplicação de formulário eletrônico, encaminhado para professores das turmas de 1º ao 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, de duas instituições, uma pública e outra particular com filantropia, localizadas no município de Aracati-CE, com perguntas objetivas e subjetivas, com o objetivo de adquirir eventuais resultados para o estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A aplicação do questionário tinha como objetivo analisar e compreender a metodologia e o ponto de vista do professor em sala de aula no desenvolvimento de atividades do componente curricular da Matemática, como suas dificuldades ou seus benefícios, em relação ao material concreto nos anos iniciais do ensino fundamental. O mesmo foi enviado individualmente para cada professor em formato de formulário, onde tiveram um prazo de uma semana para completarem o mesmo.

Sobre o questionário houve perguntas para conhecer o perfil do respondente, como graduação, tempo de atuação na área, turma de atuação atualmente e sua rede de ensino, em seguida, o questionário com um total de oito perguntas, divididas em: duas perguntas objetivas e seis perguntas subjetivas. Para a análise dos dados, foram entrevistados um quantitativo de treze

professores do 1º ao 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental nos dois locais do estudo, onde todas são do gênero feminino, formados em Pedagogia.

Assim, pela análise de dados, percebeu-se, as principais diferenças e semelhanças entre o ensino na rede pública e na rede particular com filantropia, em relação ao ensino da Matemática utilizando o recurso do material concreto. Primeiramente, as duas instituições utilizam o material concreto frequentemente em sala de aula, em contrapartida, na rede particular, as professoras não possuem tempo de planejamento suficiente para proporcionar aos alunos um método mais concreto/lúdico, assim também, salas de aulas lotadas onde há diferentes níveis de aprendizagens, onde alguns podem não se beneficiar tanto do material concreto. Em relação às formações, a rede municipal proporciona uma vez no mês, relacionadas ao tema lúdico e concreto, garantindo uma aprendizagem mais ativa e significativa. Na rede particular com filantropia, os professores recebem formação uma vez na semana, mas não é focada nesta metodologia, as professoras, por livre e espontânea vontade buscam estratégias e metodologias que enriqueçam sua prática docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu entender sobre o uso do material concreto nos anos iniciais do ensino fundamental, relacionada ao ensino da Matemática, tendo como campo de pesquisa duas instituições, uma de rede pública e outra particular com filantropia, localizadas no município de Aracati-CE, a partir da aplicação de um questionário aos professores que atuavam nas turmas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Diante disso, por meio das análises, foi perceptível compreender a importância de trabalhar com recurso concreto na prática docente, tornando o desenvolvimento e a compreensão dos conteúdos de matemática de modo lúdico, prático e prazeroso, contribuindo para uma aprendizagem ativa e significativa. Assim, nas duas instituições escolares, os professores reconhecem a importância do material concreto como ferramenta que contribuirá na aprendizagem dos alunos no referido componente curricular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular- BNCC- Educação Básica. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: matemática / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes. 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

LUDICIDADE: O QUE É, SEU PAPEL E OS IMPACTOS QUE SUA AUSÊNCIA PODE ACARRETAR

Kelly Batista Silva¹, (aluna do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail : kelly.silva@fvj.br); Renildo Franco da Silva², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail renildo.franco@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender como a ludicidade ocorre em diferentes espaços escolares e seus impactos. Para isso, buscou-se investigar a contribuição da ludicidade para a aprendizagem das crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como também identificar os principais desafios enfrentados pelos professores na aplicabilidade prática do exercício da ludicidade e descrever atividades que utilizam a ludicidade como ferramenta da aprendizagem. Desse modo, realizou-se uma pesquisa de campo com seis professoras formadas em Pedagogia, onde um questionário foi aplicado com perguntas abertas levando em consideração as suas experiências dentro da sala de aula. A investigação pautou-se em autores como Hendler (2010), Kiya (2014). Piaget (1976) e Vygotsky (1984) . Identificou-se que a ludicidade vem sendo um grande aliado para os professores, porém há desafios a serem enfrentados.

Palavras-chave: ludicidade; aprendizagem; desafios.

INTRODUÇÃO

Este estudo buscou compreender como a ludicidade ocorre em diferentes espaços escolares, na perspectiva de entender como o termo “ludicidade e aprendizagem” vem sendo visto nas escolas, mostrando os seus impactos. A investigação da contribuição da ludicidade para a aprendizagem das crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental também foi crucial para a pesquisa. Buscou-se identificar os principais desafios enfrentados pelos professores na aplicabilidade prática do exercício da ludicidade e descrever atividade que utilizam a ludicidade como ferramenta da aprendizagem. Para esse propósito, partiu-se da problemática: Quais os impactos da falta da ludicidade na aprendizagem das crianças?

A palavra ludicidade tem uma origem, um sentido, que vem da palavra latina “Ludus” e significa “jogo” e brincar. Atualmente, é possível observar a dificuldade de algumas crianças e até mesmo pode-se perceber que seu interesse por brincar vem sendo substituído pelos meios digitais. Não que através dos meios não haja aprendizado, mas que o aspecto psicomotor também precisa ser trabalhado.

A palavra criança é sinônimo de brincar. Os primeiros meios sociais da criança são a família e a escola. Dessa forma, conhece o mundo da maneira em que é mais fluída, através da brincadeira, de recursos visuais e concretos. Passando da fase da pré-escola, chega-se aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, uma fase essencial para o desenvolvimento infantil.

No que fundamenta à ordenação da pesquisa, a introdução é apresentada em uma breve explanação sobre o tema abordado, seguida da pergunta da investigação a qual impulsionou a pesquisa. Logo em seguida, o marco teórico que abrange os objetivos da pesquisa, passando para a metodologia que apresenta os caminhos desenvolvidos para a realização da investigação. Em seguida os resultados e discussões que traz as reflexões feitas em campo, seguidas das considerações finais que expõem os principais resultados obtidos conforme os objetivos elencados.

MARCO TEÓRICO

Ao se referir a criança, uma palavra já vem à mente: Brincar. Gostar de brincar é algo natural desta fase, pois faz parte do seu desenvolvimento integral.

De acordo com Hendler (2010, p. 9) “O lúdico faz parte do mundo da criança. A escola, portanto, não pode ficar alheia a isso”. Através da escola, com os conteúdos, a criança adquire vários conhecimentos e habilidades que fornecem aprendizados.

Conhecendo as teorias de Piaget (1976) e Vygotsky (1984) no campo do desenvolvimento humano, pode-se perceber a necessidade de se utilizar o lúdico observando a necessidade de cada aluno.

Em todo contexto é encontrado desafios, e para a aplicabilidade da ludicidade não será diferente. Porém, o professor com uma visão ampla irá buscar os melhores meios para a execução de uma boa aula. O professor pode ir além dos livros tradicionais, ouvindo os seus alunos e os estimulando a viver e serem protagonistas o seu meio social. Um bom profissional poderá ultrapassar seus desafios da melhor forma tendo a ludicidade como sua aliada.

Na concepção de Kiya (2014, p. 14), “através do lúdico, o professor tem a chance de tornar sua prática pedagógica inovadora”, pensando além da sala de aula e dos objetivos escolares. Sendo uma forma de fazer os alunos aprenderem se divertindo, ainda aproxima a turma e cria um vínculo afetivo com ela. Diante disso, a pesquisa busca mostrar as contribuições do lúdico, seus desafios e repassar alguns recursos lúdicos para sua prática.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nas Escolas Princesa do Saber e Joana Bessa de Queiroz, com 6 professores. As escolas localizam-se na cidade de Beberibe-CE. Na realização do desenvolvimento do projeto, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa, seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa dá total valor aos depoimentos dos entrevistados, aos seus discursos e ao que querem transmitir. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa irá descrever com o máximo de detalhes os acontecimentos e os elementos que compõem a pesquisa.

A pesquisa também é exploratória, pois tem como principal objetivo proporcionar maior intimidade com o objeto de estudo. Nesse caso, é necessário “desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar” (KÖCHE, 1997, p. 126). Diante disso, foram utilizadas pesquisas através do Google Acadêmico, artigos, livros e revistas com a finalidade de compreender melhor sobre a ludicidade e aprendizagem.

O estudo é descritivo, pois traz a análise e a observação, registrando e correlacionando aspectos que envolvem fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. O pesquisador “procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 55).

Um questionário acerca do tema, “Ludicidade e Aprendizagem”, foi aplicado com 6 professores do Ensino fundamental Anos Iniciais com o intuito de Compreender como a ludicidade ocorre em diferentes espaços escolares e seus impactos. Na pesquisa foram usados nomes fictícios tanto para instituição como para as pessoas pesquisadas de forma a preservar suas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa buscou analisar as escolas Joana Bessa de Queiroz e Princesa do Saber, que estão localizadas no Município de Beberibe-CE. Desse modo, debateu-se sobre a visão de

cada instituição educacional, a respeito da ludicidade e da aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O instrumento de pesquisa utilizado para o aprofundamento da temática foi um questionário através do *Google Forms* contendo 8 perguntas abertas

A aplicação do questionário aconteceu a partir do dia 21 de setembro, com 6 docentes, 3 de cada instituição de ensino, as professoras receberam nomes fictícios, bem como as escolas, para resguardar a identidade dos sujeitos pesquisados.

O lúdico é essencial, pois agrupa valor ao conteúdo, podendo desacelerar o processo de ensino-aprendizagem. Há muitas crianças que aprendem rápido brincando, essa deve ser a essência do aprender, quando a criança sente prazer pelo conteúdo ensinado e consegue absorver e processar a informação.

A aplicação do questionário de pesquisa foi de suma importância para a elaboração dos resultados, construção das ideias e da pesquisa pois, através dele foram alcançadas respostas reais, críticas e construtivas relatadas pelas professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, possibilitando informações que enriqueceram a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ludicidade e aprendizagem são temas abordados que estão interligados. A cada momento, estudos estão sendo levantados para comprovar a eficácia que o lúdico pode trazer para a aprendizagem das crianças. Nesse sentido, a problemática que deu início à investigação foi: Quais os impactos da falta da ludicidade para a aprendizagem das crianças?

Percebeu-se, que existem diversas formas de aplicação do lúdico e o que o torna ainda mais relevante é que seu uso é interdisciplinar, que pode ser usado em todos os componentes curriculares. O seu auxílio diante das provas externas é significativo, pois tira a tensão e permite à criança o prazer de aprender brincando.

Essa pesquisa abre espaços para futuras discussões sobre a temática. Os pedagogos precisam adquirir conhecimentos e experiências visando sempre a contribuição de maneira dedicada e responsável na vida dos alunos. Essa vivência foi de suma importância, pois pôde-se observar práticas e visões das professoras em sua vida profissional, percebendo que não é só entrar na sala de aula, mas que há todo um planejamento por trás para que a aula alcance o objetivo principal que é educar para a vida.

REFERÊNCIAS

HENDLER, V. B. O Lúdico Nas Primeiras Séries Do Ensino Fundamental. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Cachoeiras, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142848/000993665.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 out. 2023.

KIYA, M. C. da S. O uso de Jogos e de atividades lúdicas como recurso pedagógico facilitador da aprendizagem. **Cadernos Programa de Desenvolvimento Educacional-PDE**, Paraná, [s. l.], v. 2. n. 1, p. 01- 45. Versão Online. 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_ped_pdp_marcia_cristina_da_silveira_kiya.pdf. Acesso em: 03 out. 2023.

PIAGET, J. Psicologia e Pedagogia. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense/ Universitária, 1976.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

A LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Larissa da Silva Félix Rodrigues¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: larissa.rodrigues@fvj.br), Artemízia Ribeiro Lima Costa², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).

RESUMO

O artigo aborda sobre a literatura infantil brasileira vinculada ao processo de alfabetização do 1º ano do ensino fundamental e a utilização desta como recurso metodológico para nortear o ensino aprendizagem em sala de aula, buscando a aquisição da leitura e da escrita. Apresenta-se como proposta a análise dos resultados obtidos em uma pesquisa de caráter qualitativo, desenvolvida por meio de questionários semiestruturados aplicados em entrevistas com a docente e os discentes de duas turmas de 1º ano da escola municipal escolhida para o estudo de caso. Além disso, utilizou-se recursos bibliográficos, como livros, artigos científicos e documentos, para embasar e autenticar a escrita acadêmica, estabelecendo conexões entre a fundamentação teórica e a realidade investigada. O estudo foi direcionado em resposta a problemática central: A literatura Infantil Brasileira vem sendo utilizada como ferramenta alfabetizadora na sala de aula? Objetivando de forma geral analisar se a literatura infantil contribui para a alfabetização na idade certa. E em específico identificar, compreender e avaliar a sua colaboração no desenvolvimento pleno da criança. Visando aprofundar as reflexões a respeito da temática central, tendo como base o referencial teórico, o documento: Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017). E autores como: Cagnetti (1996), Silva (2014), entre outros.

Palavras-chave: alfabetização; ensino fundamental; literatura infantil brasileira.

INTRODUÇÃO

O artigo versa sobre a literatura infantil brasileira como ferramenta norteadora para o processo de alfabetização. Levando em consideração que a literatura desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo, na construção do sujeito/leitor e no desenvolvimento da aprendizagem durante a infância.

Tendo como premissa a problemática: a literatura infantil brasileira vem sendo utilizada como ferramenta alfabetizadora na sala de aula? Baseada no objetivo geral: analisar se a literatura infantil brasileira contribui para a alfabetização na idade certa. Como também nos objetivos específicos: identificar o papel da literatura infantil brasileira no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais; compreender como a literatura infantil brasileira instiga as crianças ao interesse pela aquisição da leitura e escrita; e avaliar o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita a partir da apreciação e manuseio de livros literários.

No entanto, a fundamentação da pesquisa sucedeu a partir do referencial teórico, apresentado em tópicos vinculados a temática central, que destacam e referenciam teóricos, e documentos para validação e embasamento da escrita do trabalho acadêmico. O que proporciona articular a teoria com a prática por meio das análises e observações desempenhadas pela acadêmica como pesquisadora no campo de pesquisa.

Portanto, para sistematizar o percurso da pesquisa os procedimentos metodológicos são o estudo de caso, nas turmas do 1º ano de uma escola municipal de ensino fundamental. E a pesquisa qualitativa, por meio de questionários semiestruturados, aplicados em entrevistas com a docente e discentes dessa instituição de ensino escolhida. Por fim, a análise dos dados coletados durante a pesquisa.

MARCO TEÓRICO

A literatura infantil em conceito é arte, é linguagem, um conjunto de saberes ou habilidades de leitura e escrita, em nexo as técnicas da gramática, da retórica e da poética, ou seja, é a arte de ler e escrever com excelência (Cagneti, 1996).

O percurso histórico da literatura destaca que em cada período a mesma foi incluída e produzida de forma distinta de acordo com a época. Em alguns momentos enfatizando o caráter pedagógico, através de valores educacionais para formação cidadã, outros o lúdico para estimular o imaginário, a criatividade e a curiosidade da criança (Silva, 2014).

Sobre a literatura infantil no Brasil, observou-se que em cada época houve diversas vertentes sobre sua origem e percepção quanto a relevância em possibilitar as crianças a apreciação e manuseio de livros literários, não apenas para divertir o leitor, mas principalmente como ferramenta norteadora na alfabetização do país. Processo este que constitui e descreve as etapas do processo histórico até concepção atual sobre a literatura infantil brasileira que em produção contemporânea favorece um acervo amplo e diversificado ao pequeno leitor (Silva, 2014).

Levando em consideração esses aspectos, referente a educação no Brasil é de suma importância que o professor como mediador do ensino, assuma em sua prática pedagógica uma didática de ensino que disponha e facilite aos alunos o acesso à livros literários brasileiros, difundindo em suas aulas o reconhecimento e valorização aos autores locais e a cultura do seu país.

Segundo a BNCC (2017, p. 95) em destaque a formação do leitor literário conforme os Objetos de Conhecimento, aponta para a habilidade de: “Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade”. Compreende-se que para a construção do sujeito como leitor tem de ser mediada através de textos literários de caráter pedagógico como estratégia didática.

Mediante a afirmativas, entende-se que a proposta do ensino da literatura na escola, favorece o mais amplo e eficaz conhecimento, ao articular uma educação capaz de emancipar seus alunos, transformando a sociedade nos mais diversos âmbitos a serviço da cidadania.

METODOLOGIA

O artigo apresenta uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo, com enfoque na temática central, visando analisar e buscar a resposta à problemática. Sendo assim, o percurso metodológico ocorreu mediante a sistematização da pesquisa ao utilizar como procedimentos metodológicos o estudo de caso, que ocorre por meio de uma investigação aprofundada de um único caso, a turma do 1º ano de uma escola de ensino fundamental. E a pesquisa qualitativa, onde a coleta de dados ocorreu por meio de questionários, aplicados através de entrevistas registradas em gravação de áudio com a professora que leciona o componente curricular de língua portuguesa e alguns alunos das turmas em análise, oportunizando a pesquisadora relacionar a fundamentação teórica com a realidade pesquisada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta etapa do estudo, realizou-se uma análise dos dados coletados por meio das respostas as perguntas dos questionários aplicados com a professora e os alunos nas entrevistas. Com o intuito de obter uma análise comparativa entre a perspectiva da docente sobre sua prática pedagógica como mediadora do processo de alfabetização e os discentes nas vivências de aprendizagem em sala de aula.

Para o levantamento desses dados foram aplicados dois questionários semiestruturados, seguindo um roteiro previamente estabelecido baseado na temática central, nos objetivos e diante do contexto da problemática da pesquisa, possibilitando aos respondentes a flexibilidade de exprimirem com clareza e compreensão respostas espontâneas e articuladas em uma conversação direta e presencial.

Em análise das respostas ao questionário de entrevista aplicado com a professora que leciona nas turmas do 1º ano A e C da Escola Municipal de Ensino Fundamental escolhidas para o estudo de caso. Realizou-se o seguinte questionamento em resposta à pergunta norteadora do artigo: “Como professora alfabetizadora utiliza em suas aulas a literatura infantil brasileira como ferramenta norteadora para aquisição da leitura e escrita?”. A respondente afirmou: “*Sim! Até como já falei a literatura infantil ela é de grande importância para esses primeiros anos desse processo de alfabetização na vida da criança, porque a criança vai utilizar a imaginação e tornar ao mesmo tempo a ser um leitor crítico e reflexivo tendo uma melhor contribuição de forma única na aquisição para a leitura e a escrita*”.

Já na entrevista feita aos 4 alunos das turmas do 1º ano A e C a pergunta a seguir resultou em repostas espontâneas das crianças: “Enquanto alunos vocês se sentem motivados a aprenderem a ler e a escrever a partir de histórias de literatura infantil?” Evidenciado nas falas dos alunos: “*Sim! Porque eu aprendo a ler. Eu acho o livro bonito. Tem coisa para eu contar histórias (A2)*”. “*Sim, muito! Porque isso fica na minha cabeça o dia inteiro e eu fico tentando lembrar (A3)*”.

Em conclusão as entrevistas aplicadas relacionadas em uma análise geral, comprovam a unanimidade entre as respostas da professora e dos alunos, ao afirmarem que a literatura infantil está sendo utilizada, o que tem tornado o processo de alfabetização significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo almejou-se compreender a influência da literatura infantil brasileira como um guia essencial para o docente como mediador do ensino e na constituição da criança na etapa da alfabetização.

Durante o processo de pesquisa e por intermédio dos dados coletados, respondeu-se à pergunta norteadora em afirmativa de que a literatura infantil brasileira é utilizada na prática educacional para subsidiar avanços e aperfeiçoamento tanto da didática do docente quanto na assimilação e desenvolvimento do discente que está se alfabetizando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/linha-do-tempo-2017-dezembro/BNCCpublicacao.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

CAGNETI, Sueli de Souza. **Livro que te quero livre**. Rio de Janeiro: Nôrdica, 1996. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/download/21537/15864>. Acesso em: 07 maio. 2023.

SILVA, Maria da Conceição da. **A Literatura e o Incentivo à leitura**: Monteiro Lobato como Ponto de Partida. / Ed. Clube de Autores, 2014. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=0OU4BQAAQBAJ&pg=GBS.PA96>. Acesso em: 09 set. 2023.

O PAPEL DOS ASPECTOS SOCIOEMOCIONAIS DENTRO DO AMBIENTE ESCOLAR

Larissa Mariana Silva do Nascimento¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: larissa.mariana@fvj.br); Ana Sabrina Costa Oliveira Paixão², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: ana.paixao@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A formação global dos discentes é o objetivo central de uma educação de qualidade. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo precípuo refletir sobre a influência dos aspectos socioemocionais dentro do ambiente escolar, buscando também fornecer uma compreensão mais ampla e profunda acerca de temática. Para isso, foi realizada uma pesquisa explicativa com abordagem qualitativa, tento o questionário como instrumento permitindo a coleta de dados, opiniões e informações relevantes para a concretização da pesquisa. O questionário foi realizado online com 10 perguntas, onde foi possível obter respostas de profissionais da educação da rede pública e privada de ensino sobre a possível influência dos aspectos socioemocionais durante a prática docente diária dos educadores. Para o desenvolvimento do trabalho, houve uma divisão de tópicos no referencial teórico: o primeiro aborda acerca do contexto social na aprendizagem dos alunos, o segundo sobre o papel das emoções e da inteligência emocional no processo de ensino-aprendizagem e o terceiro explana acerca da escola tradicional e contemporânea e as questões socioemocionais. Os resultados obtidos proporcionaram a visualização de uma lacuna relacionada à formação profissional dos educadores, que necessita de uma maior atenção e de ações claras e precisas para sua resolução.

Palavras-chave: educação; aspectos socioemocionais; ambiente escolar.

INTRODUÇÃO

A formação integral do aluno deve ser o ponto chave de toda e qualquer educação que vise cumprir seu papel de formar indivíduos cientes do seu potencial transformador e da importância da criticidade e da ética para a transformação da sociedade e do mundo. Através do compartilhamento ativo do conhecimento é possível ampliar o contato com o mundo. Possibilitar ao aluno as oportunidades de evolução não só acadêmica, mas também pessoal é indispensável para uma educação de qualidade.

Ao longo dos anos, houve muitas mudanças na sociedade que refletiram na função das instituições escolares. O mundo está em constante inovação, muitas tecnologias surgem enquanto outras iniciam um processo aonde vão se tornando obsoletas. A relação com o acesso à informação e os conhecimentos também se alteram. Habilidades para resolver problemas e lidar com as emoções são cada vez mais necessárias. Não é possível cumprir o principal objetivo da educação, que é a formação integral sem levar em consideração os aspectos socioemocionais.

A partir das reflexões anteriores, evidencia-se que o presente trabalho foi elaborado à luz do questionamento: como questões socioemocionais impactam o processo de aprendizagem? Buscando respostas para esta indagação, a referida pesquisa tem como objetivo precípuo refletir sobre a influência dos aspectos socioemocionais dentro do ambiente escolar. No que concerne aos objetivos específicos, é possível citar: investigar os possíveis impactos positivos e negativos na aprendizagem dos discentes advindos dos aspectos socioemocionais, verificar se os educadores estão sendo preparados para lidar com questões socioemocionais dentro do contexto educativo e analisar se o âmbito emoções é trabalhado dentro da sala de aula.

A presente discussão foi dividida em tópicos. Inicialmente, o tópico introdução abordou acerca da temática e objetivos da pesquisa, logo em seguida, serão apresentados o

referencial teórico e a metodologia. A análise e discussão de dados juntamente com as considerações finais serão abordadas logo após. Como autores utilizados para a construção desse projeto é possível citar: Casel (2003), Fonseca (2016), Gil (2008), Rocha e Sampaio (2021) onde Gil fala sobre a pesquisa descritiva e o restante dos autores explana sobre os aspectos socioemocionais.

É válido ressaltar que uma educação desvinculada da realidade do aluno é incapaz de chamar a atenção do mesmo. Desse modo, fica clara a necessidade de se desenvolver práticas educativas de qualidade, para tanto, se faz fundamental levar em consideração os vários saberes e, não apenas, a cognição. Afinal, os estudantes têm emoções, a criação de vínculos com objetos do conhecimento, com os colegas de sala de aula, com os educadores que são e sempre devem ser mediadores do processo de ensino-aprendizagem, com seus amigos e familiares e com o mundo é algo inerente à raça humana. Portanto, esta pesquisa justifica-se por que os aspectos sociais, emocionais e cognitivos são essenciais à formação humana e devem ser trabalhados em conjunto.

MARCO TEÓRICO

Os seres humanos são seres relacionais, eles se formam na interação com outros. Por isso, o contexto social é capaz de influir na aprendizagem dos mesmos. A socialização ocorre dentro e fora das escolas, sendo assim, é necessário que o professor esteja atento à realidade e aos conhecimentos prévios de seu aluno.

Interações entre os indivíduos impactam na construção de conhecimento e de personalidade individual, por isso, é necessário dentro da sala de aula buscar desenvolver os educandos de forma integral. Todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem devem proporcionar as possibilidades necessárias para que os educandos possam construir seu conhecimento de forma ativa e consciente respeitando suas particularidades e limitações isso só é possível se os aspectos cognitivos, sociais e emocionais se desenvolverem de forma conjunta e harmoniosa.

Em relação às emoções é possível dizer que elas são importantes para o processo de mediação pedagógica. A afetividade permite a construção de um vínculo de confiança essencial para tornar a sala de aula um lugar propício ao processo de construção de conhecimento.

Segundo Fonseca (2016) a emoção é fonte de dados para provocar a imaginação segundo a necessidade dos indivíduos para que possam alcançar seus propósitos. Todo o desenvolvimento seja de pensamentos ou ações é permeado pelos sentimentos e emoções. Sendo assim, é imprescindível que a relevância da mesma para a dinâmica que envolve os ambientes de ensino seja algo de conhecimento comum a todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

Segundo Rocha e Sampaio (2021) o adequado desenvolvimento das habilidades socioemocionais proporciona a formação de indivíduos que conseguem compreender e gerenciar suas próprias emoções sejam elas boas ou ruins, diante dos desafios e situações diversas, o que é essencial para se adequar ao perfil dos profissionais desejados pelo atual modelo do mercado de trabalho. Para o desenvolvimento saudável pleno dos seres humanos ser concretizado todos os seus diferentes âmbitos precisam ser trabalhados.

Diante do exposto, é evidente a necessidade de se trabalhar as competências socioemocionais no ambiente escolar. Uma educação de qualidade não deve privilegiar nenhuma das dimensões essenciais à formação dos seres humanos, as mesmas devem ser trabalhadas de forma contínua e conjunta, pois só assim será possível obter um espaço de aprendizagem democrático, inclusivo e acolhedor das particularidades de cada aluno. Sendo assim, a importância dos fatores socioemocionais e da formação global dos discentes para a construção de uma educação de excelência é algo axiomático.

METODOLOGIA

A abordagem dessa pesquisa é qualitativa buscando compreender o real impacto dos aspectos socioemocionais para a aprendizagem dos discentes. Essa pesquisa caracteriza-se como descritiva, que de acordo com Gil (2008, p. 28) “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Este tipo de pesquisa é relevante, pois podem colaborar para a elaboração de novas ideias, percepções acerca da temática escolhida, favorecendo uma mudança na atuação prática.

No que concerne ao instrumento utilizado para a concretização da pesquisa, é possível apontar o questionário. Em relação à análise dos dados é possível afirmar que ela foi feita através da comparação entre as respostas das profissionais nas perguntas apontadas no questionário e as ideias de alguns teóricos voltados para a temática dos aspectos socioemocionais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Durante a construção da introdução desse trabalho foram expostos alguns questionamentos. Através da análise das respostas do questionário aplicado a 3 (três) professores da Educação Infantil da rede pública e 3 (três) professores da rede privada de ensino, que era composto por 10 perguntas, sendo 3 (três) subjetivas e 7 (sete) objetivas, foi possível realizar inferências acerca da educação e dos aspectos socioemocionais. No que concerne à graduação das professoras, é possível dizer que varia entre Letras e Pedagogia e Educação Especial. Todas as participantes são do gênero feminino.

No que concerne a importância dos aspectos socioemocionais e os possíveis trabalhos com eles dentro das salas de aula, os questionamentos realizados nas questões 3 e 4 os contemplam. Todas as educadoras, sem exceção afirmaram na questão 3 trabalharem os fatores socioemocionais em suas aulas. Indo ao encontro da questão 4, que foi uma pergunta aberta, em que deixaram claro sua concordância com a relevância dos aspectos socioemocionais para um desenvolvimento integral dos indivíduos, como se pode perceber no relato da professora 3 “*Sim. Quando o indivíduo sabe lhe dar com suas emoções, ele se torna mais confiante, capaz, consegue agir de forma autônoma e responsável e ainda, manter o foco no seu objetivo, sendo este, um ponto crucial para o processo de aprendizagem do aluno*”.

Em relação à pergunta 7, que foi elaborada em formato de caixa de seleção, onde é possível marcar mais de uma opção, foram feitos questionamentos voltados para a experiência das professoras dentro da sala de aula e os possíveis impactos de se trabalhar os aspectos socioemocionais dentro das instituições escolares. A opção mais marcada foi redução de conflitos, também foi marcado aumento de interesse e motivação pela aprendizagem, melhora na aprendizagem e perda de atenção e foco por parte dos alunos. É possível perceber divergências entre as opiniões das educadoras. Porém, para uma discussão mais embasada é necessário trazer para a análise uma das falas da CASEL sobre a aprendizagem social e emocional a qual intitulam *Social and Emotional Learning (SEL)*.

Crianças social e emocionalmente competentes e os jovens se dão bem com os outros. Eles sabem como se comunicar de forma eficaz. Eles são cooperativos. Eles negociam com outros para resolver problemas. Eles têm boas habilidades de recusa. Eles sabem quando e como procurar ajuda. Eles fazem uma contribuição positiva para as suas famílias e comunidades (CASEL, 2003, p. 5, tradução nossa)⁴.

⁴ Socially and emotionally competent children and youth get along well with others. They know how to communicate effectively. They are cooperative. They negotiate with others to solve problems. They have good

Diante do exposto pela CASEL, é essencial que o processo educativo busque desenvolver melhor a aprendizagem social e emocional para que os educandos possam se desenvolver por completo. Se faz necessário pontuar sobre o fato que mesmo tendo redução de conflitos como opção mais marcada e também a opção aumento de interesse e motivação tendo uma boa marcação por parte das professoras, a opção perda de atenção e foco também foi marcada, sendo assim, é necessário ofertar uma formação mais ampla para os profissionais da educação em relação a área de educação socioemocional para que eles possam exercer seus papéis de mediadores da aprendizagem de forma a colaborar de modo mais eficiente para sua própria evolução pessoal e profissional, assim como, para a evolução coletiva da sociedade na qual está inserido, através da preparação de educandos que tiveram acesso a uma educação preocupada com o seu desenvolvimento global.

REFERÊNCIAS

COLLABORATIVE FOR ACADEMIC, SOCIAL AND EMOTIONAL LEARNING (CASEL). **Safe and Sound**: An educational leader's guide to evidence-based social and emotional learning programs. Chicago: Illinois, 2003. Disponível em: <https://casel.org/safe-and-sound-guide-to-sel-programs/>. Acesso: 04 nov. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. *E-book*. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6598370/mod_resource/content/1/Livro%20Gil%2C%20Antonio%20Carlos.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

ROCHA, M. M. de; SAMPAIO, M. A. P. A importância do desenvolvimento das competências socioemocionais para a aprendizagem: Uma revisão de literatura. In: GOLÇALVES, M. C. S.; JESUS, B. G. de. (org). **Educação contemporânea**: reflexões. 1. ed. Belo Horizonte: Poisson, 2021. *E-book*. Disponível em:
https://poisson.com.br/livros/Educa_Contemporanea/volume17/Educacao_Contemporanea_vol17.pdf#page=50. Acesso: 22 out. 2023

ALFABETIZANDO ATRAVÉS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA E DA CULTURA LOCAL NA TURMA DE 2º ANO DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL NA LOCALIDADE DE PARAJURU/BEBERIBE-CE

Letícia Félix da Costa¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe –

refusal skills. They know when and how to seek help. They make a positive contribution to their families and communities (CASEL, 2003, p. 5).

UNIJAGUARIBE E-mail: leticia.felix@fvj.br); Kamillo Karol Ribeiro e Silva², (Professor do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE), E-mail: kamillo.silva@fvj.br

RESUMO

Este artigo refere-se ao uso da disciplina de história e da história local como ferramenta alfabetizadora na turma de 2º ano de Ensino Fundamental – Anos Iniciais. A pesquisa foi realizada em uma Escola de Ensino Fundamental, que se localiza no distrito de Parajuru, pertencente ao município de Beberibe-Ce. Essa pesquisa, de cunho qualitativo, tem o objetivo de evidenciar a importância da disciplina de história como instrumento alfabetizador e construtor do senso crítico e social dos alunos, a fim de que eles possam desenvolver a leitura e a escrita, compreender o seu próprio eu e os outros, introduzindo a história da localidade nos conteúdos abordados nos livros didáticos, fazendo com que os alunos possam conhecer seu passado para entender seu presente e trazer uma possível melhoria para o seu futuro. Com o intuito de executar este estudo, foi elaborado um questionário contendo sete perguntas e sendo aplicado com três professoras da instituição de ensino fundamental, onde as mesmas trouxeram discussões e experiências vivenciadas em sala de aula. Analisando as respostas das professoras, conclui-se que a disciplina de história e a cultura local é uma ferramenta alfabetizadora que pode ajudar no processo de ensino – aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: alfabetização; história local; ensino de história.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a temática do ensino da história e da cultura local como ferramenta utilizada na alfabetização de crianças no 2º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola localizada em Parajuru, que é um distrito de Beberibe-Ce. O objetivo é estudar a importância dessas ferramentas como importantes recursos, com vistas a contribuir no desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos.

Ensinar história no ciclo de alfabetização significa contemplar mais do que conteúdo. Trata-se também de desenvolver o senso crítico nos alunos. Usar a história local é uma estratégia eficaz, que mantém a atenção da criança no conteúdo porque é algo que ela já conhece e se identifica.

Ao utilizar a história local como estratégia pedagógica, os educadores têm a oportunidade de contextualizar o ensino, conectando o conteúdo acadêmico com a realidade vivida pelos alunos. Acredita-se que a leitura da história do seu lugar e a possibilidade de também escrevê-la podem instigar nas crianças o desejo de aprender, além de ensiná-las a valorizar o espaço ao qual pertencem.

É possível analisar e comprovar que a disciplina de história pode ser utilizada como uma ferramenta alfabetizadora, além de demonstrar a sua importância para promover a sua valorização nesse processo educativo, mapeando os elementos que compõe a história local e investigando as impressões dos professores de história sobre o uso da disciplina no processo de alfabetização.

Nesta perspectiva, ao relacionar a alfabetização e a história é possível estimular os alunos a desenvolverem a leitura, a escrita e a interpretação, pois acredita-se que ao ler a história do seu lugar e a possibilidade de também escrevê-la possa instigar nas crianças o desejo de aprender, além de ensiná-las a valorização do espaço a que elas pertencem, tornando-as produtoras de cultura, assim fortalecendo vínculos com a família e a comunidade e causando a transformação integral dos mesmos.

MARCO TEÓRICO

O ensino da história tem uma extrema importância no desenvolvimento do aluno. Além de conhecer o passado, ele se torna um indivíduo capaz de estar em sociedade, pois trabalha a empatia e o respeito a todos e o mesmo se torna protagonista da sua própria história.

Para atingir esse resultado, o estudante precisa refletir sobre seus valores e suas atividades cotidianas relacionando-os aos problemas que fazem parte do seu convívio, especialmente em sua localidade, como afirma Fonseca:

A proposta de metodologia de Ensino de História que valoriza a problematização, a análise crítica da realidade, concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos, que cotidianamente atuam, transformam, lutam e resistem nos diversos espaços de vivências: em casa, no trabalho, na escola. (FONSECA, 1997, p. 18)

As crianças são repletas de conhecimentos empíricos de suas vivências, de seu lugar, de suas famílias, da cultura e dos costumes que elas convivem diariamente formando um conjunto de saberes que fazem parte da história local, podendo ser excelentes ferramentas pedagógicas para o aprendizado da leitura e da escrita. Fonseca explora exatamente essa riqueza e diversidade nas pessoas quando afirma que:

Os alunos (no plural) são pessoas que têm histórias de vida diferentes, culturas e valores diversos. Por isso, não são mais consideradas no singular, meras ‘tábulas rasas’. Seus conhecimentos prévios, seus interesses, suas motivações, seus comportamentos e suas habilidades são importantes contribuições não apenas como ponto de partida, mas como componentes de todo o processo educativo. (FONSECA, 2005, p. 103)

As professoras entrevistadas alegaram que é possível alfabetizar por meio da disciplina de história, se apropriando de ferramentas acessíveis para uso em sala de aula, com foco na leitura e interpretação de texto, morfologia das palavras, tudo isso dentro dos conteúdos abordados na disciplina. Essa prática faz parte da interdisciplinaridade e contribui muito no interesse dos alunos na aula e no seu desenvolvimento, como afirma Maria Mustifaga:

A partir do momento em que os professores pensarem em elaborar metodo-logias de leitura que promovam o crescimento pessoal, possibilitem melhor organização social dos estudantes, e mais elevado nível intelectual, em todas as disciplinas, a leitura será significativa e os conhecimentos relevantes para os alunos. (MUSTIFAGA, 2008. p. 200)

Quando a criança se sente bem com uma abordagem em sala de aula, se identifica com os conteúdos e com a metodologia escolhida pelo professor, desperta em si interesse, concentração, respeito e participação voluntária no decorrer do trabalho docente e de suas atividades na escola, e a utilização da história local se mostra um meio bastante eficiente de alcançar esse propósito, e mais, promove a valorização e o cuidado e a difusão de culturas que muitas vezes têm sido esquecidas nos diversos livros didáticos.

METODOLOGIA

Na pesquisa, adotou-se um questionário semiestruturado para equilibrar direcionamento e espontaneidade nas respostas, aprofundando a compreensão dos temas. As respostas revelaram nuances negligenciadas por métodos rígidos, destacando a importância do contexto e das experiências individuais. Essa abordagem enfatiza a flexibilidade em métodos qualitativos para capturar a complexidade dos fenômenos estudados (MOREIRA, 2008).

O questionário foi composto por sete perguntas relacionadas à temática deste trabalho, direcionado a três professoras do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, onde as mesmas compartilharam suas experiências e ideias adotadas para o processo de alfabetização, onde a

ferramenta utilizada para atingir este objetivo é a disciplina de história e a história local dos alunos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este artigo busca demonstrar que o ensino da história e a história da localidade de cada criança, pode ser utilizada como uma ferramenta alfabetizadora e junto com as outras disciplinas, ajudar no desenvolvimento dos alunos e elevar os níveis da psicogênese dentro do ambiente escolar. Mediante as análises e discussões realizadas a partir do questionário feito com três professoras, notou-se que não há tantas divergências nas respostas, visto que, as mesmas concordam que a disciplina de história é um instrumento alfabetizador, que quando aplicado recursos geralmente utilizados em outras disciplinas, como leitura de textos, morfologia das palavras, ditados, entre outros, tem eficácia na alfabetização dos alunos.

Em relação ao ensino da história local, foi considerado ser de suma importância incluí-lo nas aulas junto aos conteúdos abordados nos livros didáticos, em decorrência de que os alunos precisam conhecer a sua localidade, para que assim possam aprimorar os seus conhecimentos prévios do local onde moram, e assim compreenderem os outros locais, podendo fazer comparações do processo histórico entre eles.

Deste modo, estarão desenvolvendo seu senso crítico e social, entendendo a si mesmos e ao próximo e criando a sua própria identidade. Portanto, é correto afirmar que o ensino da história e a história local é um recurso que tem potencial para alfabetizar os alunos, sendo utilizado sozinho ou junto com outras disciplinas, trazendo resultados significativos no processo de aprendizagem. Mesmo com as suas especificidades, é uma disciplina importante no currículo escolar, pois além de trabalhar a leitura e a escrita, ela trabalha o pessoal de cada aluno, ajudando no desenvolvimento dentro e fora da escola.

REFERÊNCIAS

FONSECA, S. G. **Ser professor no Brasil**. São Paulo: Papirus, 1997.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2005.

MOREIRA, A.F.B. (2008). **Pesquisa qualitativa em educação: um manual prático**. Petrópolis, RJ: vozes.

MUSTIFAGA, M.B. Leitura significativa – prática em todas as disciplinas do currículo escolar. **Visão Global**, Joaçaba, v. 11, n. 2, p. 195-216, jul./dez. 2008. Disponível em: [http://www.Vista do Leitura significativa – prática em todas as disciplinas do currículo escolar \(unoesc.edu.br\)](http://www.Vista do Leitura significativa – prática em todas as disciplinas do currículo escolar (unoesc.edu.br)). Acesso em: 18 nov. 2023.

A TECNOLOGIA E A ESCOLA E OS IMPACTOS DESTE ENLACE

Levy Rodrigues Monteiro¹, (aluno do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: 2020129228@fvj.br); Renildo Franco da Silva², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail renildo.franco@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

Este estudo objetiva investigar como a tecnologia pode impactar a aprendizagem de uma criança ou adolescente e a sua relação com a escola. Para isso, buscou-se analisar como esse recurso pode ajudar no ensino-aprendizagem no âmbito escolar, observar no que esse novo meio pode beneficiar ou quais riscos pode trazer para o aprendizado, mapear a visão sobre as interações da tecnologia com a educação. Desse modo, realizou-se uma pesquisa de campo com cinco professoras tanto da Educação Infantil, quanto dos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde aplicou-se um questionário com perguntas abertas levando em consideração as suas experiências dentro da sala de aula. A investigação pautou-se em autores como Freire (1996), Amorim e Virgílio (2010), Moran (2015) e Bertholo e Filatro (2009). Identificou-se que a escola, apesar de estar inserida em uma época tão moderna, ainda não se apropriou de forma intensa dos novos recursos tecnológicos, tanto pela falta de preparo quanto pela falta de investimento que possibilite sua utilização de forma mais contínua.

Palavras-chave: tecnologia; escola; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este estudo buscou investigar como a tecnologia auxilia o aluno no processo de ensino-aprendizagem, visto que o contexto no qual ele se encontra está muito ligado aos meios tecnológicos. Para esse propósito, partiu-se da problemática: quais os impactos que as novas tecnologias podem trazer na aprendizagem dos alunos?

A tecnologia ganhou força entre os mais variados espaços, inclusive na educação que em constante moldagem, se adapta. Adolescentes e crianças estão conectados, fazendo-se necessário saber como a escola tem agido frente a essa nova realidade. Há desafios nesse contexto, e os principais deles são a falta de planejamento quanto aos profissionais, escassez de material ou uso inadequado das tecnologias.

No que fundamenta à ordenação da pesquisa, a introdução é apresentada em uma sintética explanação sobre o tema abordado, seguida da pergunta da investigação, justificativa e os objetivos, acompanhado da fundamentação teórica, metodologia e a análise dos resultados traz as reflexões feitas em campo e as considerações.

MARCO TEÓRICO

A tecnologia tomou grande proporção atualmente, tomando espaço também dentro da escola. Freire (1996) afirma que deve haver uma relação entre tecnologia e educação, ambas como ajudantes na curiosidade, expressão criativa e cooperativa. Isto é, os dois interligados são de suma importância para a aprendizagem.

Há uma visão de que tecnologia é somente internet, utilizada apenas como acesso à utilidades que não tem vínculo com a educação, apontando a tecnologia como uma grande vilã e não como auxiliadora dos estudos. Segundo Amorim e Virgílio (2010), a tecnologia é facilitadora dentro do espaço educacional, e já está inserida no cotidiano dos alunos desde muito cedo, só não está presente diretamente em sua vida escolar.

A educação ainda sofre marcas do período da COVID-19, Petrella, Moraes e Silveira, 2022 p. 4 afirma que as interações dos jovens acabaram se limitando ao espaço doméstico e

tornando-os dependentes do meio online no contexto pandêmico. Assim, precisam de contato com o meio externo para vivencias e aprendizagens.

Moran, 2015 diz que a mescla entre sala de aula o e virtual é fundamental para trazer o mundo para dentro da escola. Os ambientes virtuais estão recheados de ferramentas que podem auxiliar no processo de aprendizagem da criança dentro de sua faixa etária e dentro também do limite de uso diário das telas. Há uma importância na utilização desse recurso, pois o aprendizado não se limita somente a sala de aula, mas há uma vastidão de experiências possíveis ou âmbitos que podem ser explorados pelas crianças e adolescentes por meio das tecnologias.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Escola Parceira, com professoras da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A escola localiza-se na cidade de Beberibe-Ceará. Na realização do desenvolvimento do projeto, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa, visando buscar resposta sobre como a tecnologia pode influenciar na educação, no ensino e na aprendizagem. É afirmado por Denzin e Lincoln (2006), que a pesquisa qualitativa é um campo de pesquisa que atravessa temas, disciplinas e campos, dessa forma, utilizou-se recursos como o Google acadêmico e livros.

A pesquisa é exploratória, pois tem a finalidade de buscar complementos para o que está sendo proposto através de visita ao campo de investigação, ou seja, sai da teoria e vai para a prática, como diz Piovesan e Temporini (1995) quando reforçam que uma das características da pesquisa exploratória.

A pesquisa é descritiva, pois como afirma Pedroso, Silva e Santos (2018) p.1 “este modelo de pesquisa é usado quando a intenção do pesquisador é conhecer a comunidade, suas características, valores ou problemas relacionados à cultura”.

Essa investigação também se caracteriza como uma pesquisa de campo. Carnevalli e Cauchick (1999) dizem que a pesquisa do campo é a que vem logo em seguida do estudo bibliográfico, pois aí é que o pesquisador vai traçar objetivos e levantar hipóteses e também escolher de qual forma a coleta de dados irá acontecer.

Um questionário acerca do tema “Tecnologia, escola e aprendizagem” foi aplicado na Escola Parceira. Na escola estudam 239 alunos e lecionam 21 professores. A amostra da pesquisa foi de 5 professoras. Por ser uma pesquisa qualitativa, a amostra envolveu apenas as 5 professoras respondentes do sexo feminino, as quais estão em média de 28 à 45 anos que responderam voluntariamente as questões e a escola e os professores tiveram suas identidades mantidas recebendo nomes fictícios.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa buscou investigar como a tecnologia pode impactar a aprendizagem quando inserida dentro da escola. Foi aplicado um formulário através do Google Forms na Escola Parceira, onde trabalham 21 professores, sendo entrevistados apenas 5 professoras da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental com 5 perguntas abertas sobre assunto.

Os docentes responderam o questionário a partir da data de aplicação que teve início no dia 16 de outubro. Para a escola e para os docentes foram criados nomes fictícios para que suas identidades fossem mantidas. A tecnologia é indispensável, porém os docentes ainda sentem a necessidade de sua maior presença quanto ao contexto educacional.

Após as professoras responderem o questionário foi avaliado e discutido acerca das respostas dentro de suas vivencias, contribuindo de forma bastante importante para elaboração do estudo, pois através das respostas, pode visualizar o que está sendo questionado a partir do ponto de vista das professoras quanto a tecnologia na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

Diante das análises dos resultados, as professoras respondentes do questionário pontuaram a insuficiência de recursos tecnológicos dentro da escola. É perceptível, que através das falas delas existe uma ausência quanto à utilização das tecnologias que por sua vez tornam o âmbito educacional mais dinâmico, moderno, atrativo, inovador. A tecnologia também pode ajudar a instigar o criativo e as novas experiências, mas quanto ao lado negativo, pode causar vícios, principalmente em buscar respostas sempre prontas em sites. Essa facilidade acaba privando-os de pensar e construir aprendizagens significativas.

Portanto, a tecnologia atualmente é de grande valia, sua presença é importante e até muitas vezes indispensável. Porém, apesar de todo o conhecimento que ela oferta, pode acabar trazendo riscos aos que a utilizam. Por isso, seu uso deve ser feito com responsabilidade para que se possa propor um ambiente de educação moderno, criativo e dinâmico. Essa pesquisa abre espaço para futuras discussões do assunto, visto que a educação e a sociedade sempre estão se moldando e se transformando. Desse modo, a tecnologia não deve ser usada somente para entretenimento da criança, mas para construção de saberes e adesão de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

CONTE E.; HABOWSKI A. C. ; BENITES M. R. As tecnologias na educação: Perspectivas freireanas. Congresso internacional de educação e tecnologias, 2018

VIRGÍLIA, L. A. S.; AMORIM I. M. S. O uso da tecnologia como facilitadora da aprendizagem do aluno na escola. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8 | jul-dez de 2010.

PETRELLA, S.; MORAIS, R.; SILVEIRA P. Dependência da internet e interação nos media sociais durante a pandemia. **Revista Ciências Humanas**, v. 15, e31, 2022.

MORÁN J. Mudando a educação com metodologias ativas. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Vol. II, 2015.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa**. 2.ed. São Paulo, 2007.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Prática de Saúde Pública, São Paulo, 1995

PEDROSO J. S. SILVA K. S. e SANTOS L. P. Pesquisa descritiva e pesquisa prescritiva. v. 9 n. 9 (2017): IX Jicex, 2018. Disponível em> <https://unisantacruz.edu.br/revistas-old/index.php/JICEX/article/view/2604>< Acesso em 03. Nov. 2023.

CARNEVALLI J. A.; CAUCHICK P. A. M. Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para realização de um estudo tipo survey sobre a aplicação do qfd no Brasil. São Paulo, 1999.

A ESCOLA E O PAPEL NA PREPARAÇÃO PARA O SPAECE: ANALISANDO O 2º ANO

Lissandra Gomes Militão¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: (lissandra.militao@fvj.com.br); Albano Oliveira Nunes², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: albano@fvj.br)

RESUMO

Este artigo apresenta discussões sobre o processo de preparação dos professores do 2º ano para o SPAECE, analisando suas percepções sobre as diretrizes da prova e como esta influência na metodologia dos docentes. Optou-se pela abordagem qualitativa, aplicando-se um questionário a quatro professores do segundo ano do fundamental. Para fundamentação teórica foram utilizados autores como: Castro (2009), Muniz (2016), Damiane (2008), dentre outros. A partir deste cenário, com base nas respostas dos docentes, pode-se concluir a importância dessa avaliação externa como ferramenta embasadora para abordar assuntos essenciais para os alunos, já que o SPAECE revela as carências educacionais dos alunos, permitindo aos professores compreender onde há necessidade de maior enfoque. Neste sentido, entende-se que para uma boa experiência tanto dos professores quanto dos alunos, surge a indispensabilidade de haver formações pedagógicas específicas, tanto como apoio e interação mútua entre os professores, a fim de garantir uma preparação abrangente e rica refletindo em uma boa aprendizagem e consequentemente obtendo-se resultados satisfatórios no SPAECE.

Palavras-chave: SPAECE; docente; metodologia; aprendizagem; ensino.

INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização e letramento nos primeiros anos de escolaridade desempenha um papel crucial na construção da base fundamental para o conhecimento e a formação integral do indivíduo, assim como na introdução dos estudantes em situações do cotidiano, conforme destaca SOARES (2004). A responsabilidade dessa fase é tão significativa que vai além do âmbito escolar, sendo destacada por Alavarse, Bravo e Machado (2013), que enfatizam a importância das avaliações externas na supervisão do desempenho dos sistemas educacionais.

No contexto educacional cearense, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) implementou o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Essa iniciativa, conforme Dantas (2015), visa avaliar objetivamente o nível de aprendizagem dos alunos por meio de provas referenciadas a descritores específicos, medindo suas capacidades e habilidades em áreas determinadas do conhecimento.

Castro (2009) destaca a importância de um sistema de avaliação para fornecer informações estratégicas sobre a situação educacional do país, avaliando o que os alunos estão aprendendo em relação aos conteúdos e habilidades essenciais. Os resultados do SPAECE, segundo a SEDUC, são utilizados para embasar políticas públicas e informar professores e gestores sobre o estado da educação básica, sendo essenciais para a melhoria do ensino-aprendizado.

Este estudo se propõe a analisar a percepção dos professores em relação à preparação dos alunos do 2º ano para o SPAECE, investigando como as escolas se mobilizam ao longo do ano para prepará-los. Além disso, examinará como o referido exame se insere nas iniciativas mais amplas de avaliação da aprendizagem no Brasil, seu papel na busca pela qualidade educacional e no debate público sobre os desafios enfrentados na área da educação.

Diante desse contexto, a pesquisa busca contribuir para a promoção da equidade educacional, o aperfeiçoamento do ensino e a constante busca pela melhoria da qualidade da educação no estado do Ceará. O estudo se insere em um cenário mais amplo de avaliação educacional, alinhado à busca contínua por um sistema de ensino mais eficaz e igualitário.

MARCO TEÓRICO

O SPAECE, como avaliação externa no Ceará, desempenha papel crucial na mensuração da qualidade do ensino. Estudos destacam desafios, como a pressão por resultados, que pode afetar a autonomia dos professores. No entanto, também evidenciam práticas positivas, onde os resultados são usados como instrumento de diagnóstico para desenvolver estratégias pedagógicas.

Os dados do SPAECE têm potencial para aprimorar a prática docente, proporcionando uma visão detalhada do desempenho dos alunos. Professores utilizam esses dados para adaptar métodos, considerando não só o conteúdo específico da prova, mas também o desenvolvimento de habilidades. Essa adaptação inclui o compartilhamento de práticas entre docentes e uma busca por estratégias pedagógicas diferenciadas, contribuindo para uma aprendizagem mais efetiva.

METODOLOGIA

O presente trabalho adota uma abordagem de revisão da literatura adotando uma abordagem de metodologia qualitativa, para proporcionar uma compreensão abrangente e enriquecedora do tema investigado. O objetivo central é compreender as experiências e percepções dos professores em relação à preparação dos alunos para o SPAECE, explorando os desafios enfrentados e as estratégias desenvolvidas para gerenciar a sala de aula de maneira eficaz.

A pesquisa abrange professores da rede pública que lecionam em turmas do 2º ano do ensino fundamental. Para coletar os dados, foi aplicado um questionário individualmente a cada participante. As perguntas foram cuidadosamente elaboradas para permitir que os professores compartilhassem suas experiências, desafios e estratégias na preparação dos alunos para o SPAECE.

A análise dos questionários será realizada de maneira minuciosa, sintetizando as principais informações no trabalho. Essa abordagem visa proporcionar uma visão abrangente das percepções dos professores e contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados no processo de preparação dos alunos para o SPAECE. Dessa forma, a metodologia mista adotada neste estudo visa enriquecer a pesquisa, integrando abordagens qualitativas para uma compreensão mais holística do fenômeno em questão.

ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa, quatro docentes foram entrevistados em novembro de 2023, respondendo a um questionário com 18 perguntas. As respostas, identificadas como R1, R2, etc., foram analisadas para compreender as visões dos professores sobre o SPAECE. O perfil dos entrevistados revelou predominância do sexo feminino e mais de 10 anos de experiência na educação.

Os docentes afirmaram que o SPAECE impacta positivamente na metodologia de ensino, gerando preocupação e estratégias de ensino mais eficazes. No entanto, um entrevistado expressou preocupações, alegando que a pressão para nivelar a turma é alta desde a educação infantil.

A análise mostrou que, para alguns docentes, o SPAECE é uma ferramenta eficaz para entender as carências educacionais e planejar estratégias. No entanto, um entrevistado sugeriu que há limitações na compreensão técnica de alguns gestores e professores em relação às avaliações.

Quanto à colaboração entre os professores, houve divergências, com alguns indicando influência positiva do SPAECE na interação e outros percebendo pouca colaboração. A presença ou ausência de programas de formação para o SPAECE também variou entre os entrevistados.

A pesquisa evidenciou que a pressão por resultados pode afetar negativamente os professores, especialmente quando não há suporte ou formação específica para o SPAECE. A interação entre os docentes e a compreensão crítica dos resultados foram destacadas como aspectos essenciais.

Em síntese, os resultados indicam que o SPAECE não apenas avalia, mas direciona as práticas diárias dos professores, gerando adaptações e reflexões. A relevância dos descritores da prova foi reconhecida, destacando a conexão entre os objetivos do SPAECE e os desafios reais enfrentados nas salas de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa focou nas diretrizes do SPAECE, especialmente para o 2º ano, e na percepção dos professores sobre a preparação para a prova. Os resultados destacaram a relevância dessas diretrizes na construção de uma base acadêmica sólida. Os professores adaptam suas abordagens pedagógicas para atender a esses temas, buscando não apenas sucesso no SPAECE, mas também uma prática acadêmica eficaz.

Os resultados indicaram que o SPAECE desempenha um papel fundamental na dinâmica escolar, influenciando a avaliação dos alunos e modelando a metodologia dos professores. As respostas variaram, mostrando diferentes perspectivas sobre o impacto do SPAECE na rotina escolar. Alguns elogiaram sua contribuição para enfrentar desafios na educação básica, enquanto outros expressaram preocupações, como a pressão para nivelar turmas e a falta de formação específica.

A diversidade de percepções destaca a complexidade do SPAECE, sendo uma ferramenta de avaliação e um direcionador das práticas educacionais. A pesquisa sublinhou a importância de interpretar os resultados das avaliações educacionais de maneira reflexiva e abrangente, além da simples classificação escolar.

A correlação entre a falta de formação e as dificuldades percebidas destaca a necessidade de suporte educacional para os professores. Conclui-se que compreender as experiências dos professores em relação à preparação dos alunos para o SPAECE requer abordagens mais amplas, reconhecendo a influência direta da prova na metodologia dos educadores.

Portanto, pode-se considerar que a pesquisa atingiu seu objetivo ao explorar as experiências e percepções dos professores, destacando a importância do suporte, formação e estratégias para enfrentar os desafios na preparação dos alunos para o SPAECE, visando resultados eficientes na prova e aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento:** caminhos e descaminhos. Porto Alegre, 2004.

ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M. H.; MACHADO, C. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12–31, 2013. DOI: 10.18222/eae245420131900. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/1900>. Acesso em: 22 dez. 2023.

DANTAS, Larissa Martins. **Avaliação externa e prática docente: o caso do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECe) em uma escola em Maracanaú-CE.** 2015. 150f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan/jun. 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2023.

A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA “FORMADORES DE ESTRELAS” ARACATI-CE.

Maria Elisângela Viana Maia¹, (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: elisangela.maia@fvj.br), Maria das Graças Silva², (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: maria.silva@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa apresenta a importância da música no processo de ensino e aprendizagem, analisa o papel da música na Educação Infantil, seus benefícios e sua aplicação no desenvolvimento da criança. Busca desenvolver habilidades, coordenação motora, trabalhar os sentimentos e preparar a criança para viver em sociedade, fazendo uma junção da música com as demais disciplinas. A música nos mostra que não é somente uma junção de sons e letras, mas, sim , um rico subsídio que pode fazer a diferença nas escolas, pois ela desperta o indivíduo para o mundo, para a mente e para o corpo, que facilita a aprendizagem e o processo de socialização dos educandos. Nessa perspectiva a investigação foi fundamentada a partir de referencial bibliográfico, valendo-se da contribuição de autores como, Freire (1992, Luria(19981), Borges (2003), e de documentos que norteiam a educação, como Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998).

Palavras-chave: educação; música; educação infantil.

INTRODUÇÃO

A escola é um dos principais espaços de construção dos sujeitos, pois contribui e auxilia no desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e cultural além de exercer um papel central na transformação da sociedade, tendo em vista que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, através da inserção nas instituições de ensino. Entre essas questões encontra-se a música na educação como uma ferramenta pedagógica de trabalho, como uma importante estratégia de ensino e essa modalidade para que seja considerada como instrumento que contribua para o pensar, aprender, conhecer, pesquisar, representar, dialogar e transmitir para outras pessoas os conhecimentos adquiridos de forma dinâmica.

Diante desse contexto, a contribuição da música na educação infantil é muito importante como uma ferramenta no desenvolvimento da criança, pois com a música se aprende a manter a rotina, a socializar com as demais crianças, compreender sobre o tempo, espaço, distância, compartilhar brinquedos, alimentos e isso tudo se aprende brincando, de forma divertida. A escola é um ambiente que o aluno desenvolve suas habilidades tanto emocionais, quanto afetivas, por isso a importância de trabalhar a música em sala de aula principalmente na Educação Infantil, onde acontecem as primeiras experiências da criança no ambiente escolar.

MARCO TEÓRICO

Com o interesse no desenvolvimento infantil e com as pesquisas sobre a educação infantil se aprofundando no ano 1998. O Ministério da Educação lançou o Referencial Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), como prática pedagógica. Como muitos autores veem a música na Educação Infantil? Para Siqueira e Bonfim (2017, p.15): se referindo ao uso da música como “Criador e facilitador de diversas atividades na área do conhecimento. É um recurso educativo a ser utilizado na pré-escola, e um meio de expressão de ideias e sentimentos”.

O papel da música na educação infantil é muito maior do que apenas entreter a criança. Pode-se com a mesma, trabalhar a coordenação motora, estimular habilidades para educação sócio emocional, auxiliar a percepção sonora e até mesmo a alfabetização infantil, pois ela é de

suma importância para despertar a atenção e concentração. Ajuda a criança a refletir, estimula a memória, colabora com a expressão corporal, além de ser uma ótima forma de brincar, divertir e aprender.

A música faz parte do desenvolvimento humano desde o início da história, onde os indivíduos ficaram mais sensíveis a ela, mostrando o quanto grande a sua importância na educação infantil, pois a mesma faz parte do homem como ser em diversos aspectos e da sociedade em que vive. Em relação à música no ambiente escolar, ela deve ser compreendida como ferramenta primordial no processo de evolução e formação dos alunos, podendo ser capaz de auxiliar no desenvolvimento cultural e psicomotor. Como afirma Ferreira (2002): a música no que toca ao sistema motor, ela é capaz de permitir a criança o aprimoramento de sua coordenação motora.

A valorização da música vem tendo êxito, pois ela é uma ferramenta poderosa na Educação Infantil, onde leva as crianças a desenvolverem suas habilidades, emoções, criatividade e autoconfiança em si. Se no contexto educacional for bastante trabalhada as questões emocionais, coletivas e sociais, essa criança tem mais facilidade de controlar seus impulsos e interagir socialmente e psicologicamente, crescendo preparadas para resolução de problemas pois, foi alicerçada suas raízes de aprendizagem através da música no contexto escolar. “A música é um vínculo expressivo para o alívio da tensão emocional, superando dificuldades de fala e de linguagem”. (BRÉSCIA, 2003, p. 38)

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, realizada a partir da revisão bibliográfica, fazendo a leitura de autores que discorrem sobre a temática abordada, utilizando os artigos e livros já publicados como embasamento para refutar ou concordar com as discussões apresentadas. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica é uma síntese dos principais trabalhos já realizados, responsável por fornecer dados relevantes sobre o tema que está sendo pesquisado.

Entretanto, para maior aprofundamento do tema, realizou-se também uma pesquisa de campo, que segundo Lakatos e Marconi (2003) é aquela que busca adquirir informações sobre um problema, procurando uma resposta, a confirmação de uma hipótese ou até mesmo descobrir novos fenômenos sociais. Para a realização da pesquisa de campo, foi utilizada a aplicação de um questionário, que conforme Severino (2007) é uma técnica para obter informações escritas, a partir de uma série de perguntas, que buscam conhecer as percepções dos pesquisadores sobre o assunto em debate.

O questionário foi aplicado via WhatsApp, contendo cinco perguntas dissertativas com quatro professores da Educação Infantil, que atuam em uma instituição pertencente à rede pública de ensino da instituição Barreiras dos Viana na cidade de Aracati – CE, buscando reunir informações a cerca da percepção desses profissionais sobre o tema abordado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Relação às questões da música na escola e aprimorar as discussões proposta pela pesquisa, aplicou-se o questionário, que aqui será descrito, expondo os principais pontos observados e relata Buscando investigar a percepção de docentes que atuam na Educação Infantil em duas pelas quatro professoras, que serão nomeadas pelas letras C, L, T, V, visando manter integridade e segurança das mesmas.

Diante do exposto, percebe-se que a música pode ser usada como uma ferramenta de memorização, é importante notar que o efeito da música na concentração varia de pessoa para pessoa, algumas crianças podem achar a música atrativa, enquanto outras pode se beneficiar

dela. Por isso é essencial adaptar a abordagem musical às preferências individuais e ao tipo de tarefa que a criança realiza.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que a aplicação do questionário foi de suma importância para a pesquisa, pois possibilitou conhecer a percepção de docentes que atuam na Educação Infantil, em turmas diferentes sobre o tema proposto, ou seja, a importância do trabalho com a música na Educação Infantil. Com a pesquisa foi possível observar as práticas pedagógicas dos profissionais, analisando como trabalhar música de acordo com a realidade dos mesmos, bem como contribuir para a reflexão sobre o papel da escola e do professor no desenvolvimento do aluno para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais.
Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília MEC/ SEF, 1998. v. 3. p.47-45. Disponível em: Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil – Formação pessoal e social.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003.

PRISCILA RODRIGUES DA CRUZ¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: priscila.cruz@fvj.br), ROSEANE BARBOSA CAPIBARIBE², (Professora Do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: roseane.capibaribe@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

Este trabalho analisa a importância da formação do professor ouvinte em Língua Brasileira de Sinais na educação bilíngue do aluno surdo. Esta pesquisa possui como objetivo mostrar a importância da formação do docente para garantir uma educação bilíngue responsável, significativa e consciente do seu papel enquanto educador de alunos surdos, bem como também, apontar a legislação que dispõe sobre a formação do professor para a sua efetivação. Para a realização deste estudo, contou-se com a revisão bibliográfica de renomados autores, visando reforçar a relevância do assunto pesquisado e, abordagem qualitativa realizada com docentes ouvintes, graduados em Pedagogia, Letras Libras e Língua Portuguesa, atuantes nos municípios de Aracati e Beberibe, estado do Ceará. Foi utilizado como método de coleta um questionário contendo oito perguntas, aplicado por meio do *Google Forms*, onde quatro professores responderam à pesquisa. Conforme os resultados obtidos que permitiram a percepção da necessidade que os professores têm em buscar por uma formação e capacitação aprofundada para o desenvolvimento da educação dos alunos surdos. Compreende-se, portanto, a significância de um tema dessa natureza contribuindo em perspectivas futuras, somando ao crescimento do profissional docente.

Palavras-chave: Professor ouvinte; Libras; aluno surdo; educação bilíngue.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar e refletir sobre a capacitação do professor ouvinte no ensino da língua de sinais na educação bilíngue de alunos surdos. É importante ressaltar, que quando o professor investe em capacitação, está investindo em qualidade e melhorias como um todo, o que impacta diretamente a formação dos alunos da instituição. Consequentemente, formando jovens mais capacitados e cidadãos com um preparo de qualidade, capazes de modificar a realidade ao seu redor.

Seguindo nesta observação surgiu o interesse pelo tema, o que se levou a indagar os seguintes questionamentos: Os professores, atualmente, estão preparados e capacitados para ministrar aulas para alunos surdos? Por que é importante que o professor tenha conhecimento da língua de sinais para promover a educação de surdo?

A partir deste cenário, o objetivo geral do estudo é demonstrar a importância da formação do profissional em Libras que irá atender, ensinar e auxiliar o aluno surdo na sala de aula regular, procurando desenvolver práticas e estratégias docentes para o ensino de incluir o surdo e fazer com que os demais alunos aprendam com eles também. Considerando este pressuposto, o objetivo específico deste trabalho é realizar um levantamento de como se dá a formação do professor ouvinte.

MARCO TÉORICO

Sabe-se que, no início da formação, o professor não adquire todos os conhecimentos necessários para atender todas as demandas de uma sala de aula, pois está varia de acordo com cada realidade. Portanto, é imprescindível que o professor continue estudando e se aprimorando através de formações em cursos, a fim de aprender ou interpretar suas práticas diárias, buscando aprimorar seus conhecimentos e habilidades. Torna-se necessário que os profissionais da área educacional busquem constante por uma qualificação para que assim, estejam preparados para

enfrentar os desafios que vem surgindo em sala de aula. Logo, frequentemente nos ambientes regulares de ensino onde há surdos, conforme descrevem Silva *et al.* (2015, p. 9) “os professores não são e nem recebem treinamentos para serem capacitados a ministrar aulas para alunos surdos. A realidade é que os alunos com deficiência auditiva acabam ficando frustrados por não compreenderem o que está sendo repassado”.

Apesar dos avanços legais no Brasil, ainda se deparamos com inúmeros desafios no espaço da educação de discentes surdos, tanto no nível básico quanto no ensino superior, causando prejuízos irreparáveis na sua aprendizagem. A falta de uso da Libras no processo educacional do indivíduo surdo no sistema de ensino regular tem como resultado a dificuldade de aprendizado. Uma vez que, Deus (2011, p. 10) afirma, “a falta de domínio de uma língua comum entre surdos e ouvintes dificulta, e até mesmo, impede a interação, a comunicação e a própria construção do conhecimento”.

O bilinguismo é um método educacional adotado pelas escolas que buscam proporcionar aos alunos surdos o acesso a duas línguas, tendo em vista que a Língua de Sinais é a língua materna e assim parte para o ensino da língua portuguesa como escrita.

Compreendemos que o bilinguismo vai muito além do simples uso de duas línguas. É uma aquisição educacional, que demanda transformações significativas em todos o sistema de educação para os surdos. “A abordagem educacional por meio do Bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social [...]” (DAMÁZIO, 2007, p. 20).

Nesse sentido, também se faz necessário a inclusão para a educação de surdos, uma vez que é cada vez mais evidente no ambiente educacional, dentro dessa perspectiva o professor possa desempenhar um papel fundamental ao proporcionar oportunidades de socialização e interação dentro da sala de aula tornando-as inclusas com o ensino bilingue.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nas escolas Futuros do amanhã no distrito de Parajuru, da cidade de Beberibe-Ce, e na Evoluir para crescer na cidade de Aracati, onde foi realizada por meio de uma entrevista semi estruturada, a qual, segundo Gil (1999), “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

O presente trabalho descreve um estudo de abordagem de pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e qualitativo. Para a discussão dos dados foi elaborado um questionário, mediante aos critérios de serem professores da área de pedagogia, letras Libras e portuguesas para ser realizado o levamento. Entrevista foi efetivada no mês de outubro com declarações coletadas através de um formulário realizado pela pesquisadora, contendo algumas perguntas subjetivas e foi realizado de maneira remota através da plataforma *Google Forms* com autorização de usar os relatos e opiniões como norte para embasar a pesquisa foram usados nomes fictícios para as instituições e letras do alfabeto para pessoas entrevistadas de forma a preservar suas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma unânime, foi perceptível que os professores entrevistados e suas respectivas intuições de ensino possuem perfis totalmente diferentes. Onde a escola Futuro do Amanhã demonstra não ser adequada para a educação do público surdos, pois, há uma carência exorbitante de profissionais não capacitados e despreparados. Contudo, a escola Evoluir para Crescer comprova que está apropriada para exercer e incluir os surdos no contexto educacional mostrando um ensino eficaz e de qualidade, contendo profissionais capacitados e preparado para a educação dos alunos surdos.

Portanto, apesar das adversidades conhecidas, é fundamental que os profissionais docentes busquem continuamente por novas oportunidades de formações, capacitações e especializações. Isso ocorre porque a educação está em constante evolução, o que traz consigo novos desafios aos quais os professores devem estar preparados para enfrentar e resolver. Assim, é necessário que os profissionais da educação estejam se atualizando constantemente para acompanhar o contexto educacional contemporâneo.

CONCLUSÃO

Após o estudo, pode-se inferir que a formação de professores ouvintes para o processo de ensino-aprendizagem de estudantes surdos é de suma importância, pois a maioria desses profissionais não está capacitada para lidar com esse público e frequentemente aplicam métodos de ensino semelhantes aos utilizados com alunos ouvintes. Desta maneira, entendemos que é fundamental para o professor estar sempre receptivo à educação contínua, a fim de manter sua prática pedagógica atualizada e em conformidade com as normas e métodos de ensino, visando alcançar o objetivo principal, que é a aprendizagem dos alunos surdos.

No entanto, ressalta-se que as observações em relação ao processo de ensino-aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais no ensino regular não se encerram com a conclusão deste artigo. Espera-se, portanto, que este estudo motive os professores ouvintes a se qualificarem na referida língua para atenderem o público surdo, a fim de que a inclusão desses alunos seja efetivamente realizada.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Disponível em: https://www.academia.edu/42358979/M%C3%A9todos_e_T%C3%ACcnicas_de_Pesquisa_Social_Antonio_Carlos_Gil_6_ed_2008.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

DEUS, Maria de Lourdes Fonseca de. **Surdez**: linguagem, comunicação e aprendizagem do aluno com surdez na sala de aula comum. 2011. Disponível em: www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp.../Maria-de-Lourdes-Fonseca.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

SILVA, Carlos Dyego Batista da *et al.* **Ensino de línguas para alunos surdos em escolas do pará e sergipe**. 2015. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/a-importancia-formacao-libras-do-professor-ouvinte-na-educacao-bilingue-aluno-surdo.htm>. Acesso em: 01 nov. 2023.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação Escolar de Pessoa com Surdez**: Uma Proposta Inclusiva. 2005. 122f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2005. Disponível em: repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252979. Acesso em: 28 set. 2023.

Samara dos Santos Duarte¹, (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: samara.duarte@fvj.br); Maria das Graças Silva², (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: maria.silva@fvj.br).

RESUMO

Ao observar o cenário mundial e a realidade das escolas do país, foi perceptível que a acessibilidade na educação especial está passando por muitos desafios, dentre estes, a falta de inclusão. Nesse contexto, a pesquisa propõe analisar a concepção dos professores e a visão de como está sendo a realidade, como acontece na prática a inclusão, acessibilidade, buscando mapear as estruturas físicas e profissionais. Além disso, com pautas interligadas a preparação para os professores receberem esses alunos, se os docentes passam por alguma formação ou palestras ofertadas pela gestão escolar. Diante das buscas e análises dos dados da pesquisa, foi observado que os professores não possuem preparação e capacitação para receber o público de neurodivergente, pois há apenas a sala de AEE como suporte, pois o processo de inclusão não acontece, ficou evidente na pesquisa, que as escolas precisam estar integradas para receberem os alunos. Observou-se também, que ainda existem muitas barreiras com a acessibilidade na educação especial.

Palavras-chave: educação especial; neurodivergentes; acessibilidade.

INTRODUÇÃO

A pesquisa está centrada em investigar a realidade em que se encontram as escolas, os desafios e as necessidades especiais em relação à acessibilidade, com o intuito de investigar se as escolas estão seguras para receber os alunos com necessidades especiais. Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivos: mapear quais estruturas a escola possui para receber os alunos, identificar qual a visão que as pessoas com necessidades especiais têm a respeito do contexto escolar e investigar como os indivíduos com deficiência se sentem na estrutura física escolar. Diante do exposto pergunta-se: como garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiência? Indubitavelmente as pessoas com necessidades especiais devem sentirem-se confortáveis e em segurança em relação ao ensino e aprendizagem, pois é sabido que os neurodivergentes necessitam de uma aprendizagem qualificada, especificada, assim, cabe a escola inclui-los, sem que haja exceção. De acordo com a Constituição Federal 208: prevê que é dever do estado com a educação será efetivado, entre outras, mediante a garantia de atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Destarte é dever do Estado arcar com todos os recursos apropriados e qualificados para todas as escolas regulares, a tendência é apenas crescer e eles necessitam de segurança para se sentirem confortáveis no ambiente escolar, se sentirem inclusos e serem aceitos, zelados e respeitados pelas suas diferenças, por tanto a estrutura física e acessibilidade é essencial não só nas escolas, mas em todos os âmbitos de vida, seja nas escolas, ruas, shoppings, praças. A declaração de Salamanca em (1994) traz a educação inclusiva como a possibilidade de “reforçar” a ideia de educação para todos como se, até então, alunos com deficiência e ou com outras necessidades educacionais especiais não frequentassem a escola.

MARCO TEÓRICO

A educação especial é a mobilidade que está inserida dentro do ensino regular, a qual está inclusa todos os indivíduos neurodivergentes, educanos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, a educação que possibilita o

atendimento educacional especializado e oferece recursos e serviços para o ensino e aprendizagem desses alunos. A (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional 9394/96 (Brasil, 1996), no capítulo III, art.4, inciso III, diz que é dever do estado garantir o “Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Na educação especial está inserida a importância da formação dos professores de (AEE) Atendimento Educacional Especializado devem ser capacitados e especializados por pedagogos (PCDS) Professores Capacitados Deficiência através de suas vivências e experiências, dar um leque de conhecimento é de suma importância para o desenvolvimento produtivo desses professores que estão atuando na sala de (AEE) Atendimento Educacional Especializado. Os docentes devem passar métodos usados na sala de aula para os responsáveis aplicarem em casa com seus filhos, usar sempre do lúdico da criatividade para que não venha se resumir somente a teoria e sim a prática. As salas multifuncionais são espaços de (AEE) Atendimento Educacional Especializado, nelas são oferecidos vários recursos de ensino e aprendizagem. A mesma tem que existir e está presente em toda rede de ensino tanto privada quanto pública, pois nela encontramos todos os tipos de recursos que trabalha as atividades especializadas, com jogos apropriados para alunos com deficiência física, livros de braille apropriados para alunos com deficiência visual, matérias especializadas para trabalhar com esse aluno que possui algum tipo deficiência ou transtorno.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho qualitativo, organizada a partir de revisão bibliográfica, na busca de investigar como está sendo a realidade das escolas em relação aos desafios da acessibilidade. A pesquisa tem como foco a interpretação e não na quantificação, dando ênfase na subjetividade, na perspectiva de trazer o conhecimento da realidade, em que os indivíduos com deficiência estão inseridos. Dessa forma, ao explicar os aspectos que diferenciam a pesquisa qualitativa e quantitativa, Dezin Lincoln (2006), destacam que o pesquisador qualitativo acredita que tem melhor condição de se aproximar da perspectiva do ator por meio da entrevista e da observação direta. Nesse contexto, para a realização da pesquisa, foi utilizado a aplicação do questionário com oito perguntas dissertativas, um método para obter informações escritas, uma série de perguntas feitas para os professores da escola “ Brito de Queiroz”, na perspectiva de conhecer a realidade, o questionário foi aplicado via Google Forms, com quatro professoras dos anos iniciais e finais do ensino fundamental que atuam na instituição pertencente à rede pública de ensino da cidade de Beberibe-Ce. Foi enviado um link via whatsapp para as professoras responderem.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Buscando investigar as percepções dos professores em relação aos desafios e avanços da acessibilidade na educação especial, a realidade que está atrelada a sala de aula e a escola em si, foi feito um questionário um formulário de pesquisa com perguntas norteadoras, dissertativas, na busca de mapear a visão dos docentes que estão presentes na sala de aula e que possui o contato direto com os alunos neurodivergentes, onde será apresentada as respostas constatadas pelos docentes na perspectiva de analisar os posicionamentos das quatro professoras participaram da pesquisa. As professoras participantes da pesquisa serão nomeadas pelas letras D, E, L e R. Indubitavelmente a aplicação do questionário de pesquisa foi de suma importância para a elaboração dos resultados, pois através do questionário, foram obtidas respostas concretas, críticas construtivas relatadas pelos professores dos anos iniciais e finais do fundamental. Em adição, a pesquisa possibilitou a observação das práticas de inclusão e acessibilidade, analisando suas visões e práticas aplicadas em sala de aula, na perspectiva de

investigar como está sendo a realidade e os desafios encontrados pelos professores. A pesquisa realizada buscou estudar e aprofundar sobre os desafios da acessibilidade na educação especial, buscando conhecer as percepções e posicionamentos dos docentes, com o intuito de analisar os debates das práticas pedagógicas e vivências na concedente e na sala de aula. Dessa forma a partir do desenvolvimento e aprofundamento bibliográfico e da pesquisa de campo realizada, foram obtidas imensuráveis contribuições e auferidas as considerações que serão enumeradas a seguir. Frente aos resultados dessa pesquisa pode-se analisar que a escola ainda está passando pelo processo de integração e inclusão, em virtude do acesso e disponibilidade e recursos apropriados para os indivíduos com deficiência, as docentes expõem que esse fato é de suma importância e que a inclusão deve estar presente na sala de aula, na concedente e que possa ser trabalhada. A pesquisa trouxe grandes contribuições, pois possibilitou aperfeiçoamento e enriquecimento profissional, ampliou a percepção sobre os desafios da acessibilidade na educação especial, a realidade vivenciada pelos professores da concedente “Brito Queiroz”, permitiu que os docentes abordassem suas ideias, posicionamentos e contribuições, que refletissem sobre suas condutas, buscando assim desenvolver a inclusão nas práticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Artigo 2008, Brasília: DF: Presidente da República, (2016). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. **Educação inclusiva:** As implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. 2.ed. Brasília, DF:Corde, 1997. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ensaio/a/WGGRRYtXpZDHNmM6XXhGzf/#:~:text=A%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Salamanca%20\(1994,especiais%20n%C3%A3o%20frequentassem%20a%20escola](https://www.scielo.br/j/ensaio/a/WGGRRYtXpZDHNmM6XXhGzf/#:~:text=A%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Salamanca%20(1994,especiais%20n%C3%A3o%20frequentassem%20a%20escola). Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da república, 2015. Disponível:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da república, 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 nov. 2023.

DEZIN, N. K.; LINCON, Y. S. **Pesquisa qualitativa:** rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da saber. Rev. Econ. Sociol. Rural 51(4) Dez 2013, Brasília. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/#:~:text=Ao%20explicar%20os%20aspectos%20que,entrevista%20e%20da%20observa%C3%A7%C3%A3o%20direta>. Acesso em: 10 set.2023.

O IMPACTO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Sâmya Maria da Silva Lima¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: samya.lim@fvj.br), Kamillo Ribeiro Silva e Ribeiro², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: kamillo.silva@fvj.br).

RESUMO

O artigo tem como objeto de investigação quais os impactos no processo de ensino-aprendizagem promovidos pelas manifestações culturais em um ambiente escolar, com tradições e crenças vivenciadas em uma escola de Paripueira, Beberibe-CE, a partir de aspectos trazidos por concepções de teóricos e pelo gestor da escola escolhida como campo de pesquisa. Ademais, o artigo traz evidências da importância de resgatar culturas e qual a sua relação com a educação. Para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados, usou-se como base uma metodologia de estudo de caso, que evidenciasse e envolvesse uma pesquisa qualitativa. O produto da pesquisa trouxe contribuições positivas para a fundamentação do artigo, autores como René Marc, Candau, Paulo Freire Terry Eagleton. Neste sentido, concluímos que o trabalho foi de grande relevância e evidencia que as manifestações culturais trazem resultados positivos e significativos para o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: cultura; impacto; ensino-aprendizagem; educação; currículo.

INTRODUÇÃO

O estudo tem como foco abordar o impacto causado pelas manifestações culturais, dentro do processo de ensino-aprendizagem, na comunidade de Paripueira, localizada na cidade de Beberibe-CE, visando discutir sua influência, além de estabelecer a importância de tais manifestações para o desenvolvimento de uma aprendizagem de maneira significativa. Busca-se também identificar as principais configurações de tais manifestações para a introdução delas no calendário escolar, sua importância para o currículo da escola, e assim, homologar os resultados da pesquisa desenvolvida.

As escolas não são apenas palcos para transmissão de conhecimentos, mas também é o lugar onde os alunos podem pôr em prática suas habilidades culturais, além de conhecer novas culturas, expressá-las e construí-las, dessa forma ampliando e aprimorando os conteúdos discutidos dentro das salas de aula, que por muitas vezes são construídos a partir de conhecimentos prévios e culturais de um povo.

A origem da ideia partiu de analisar a importância e impacto que as manifestações culturais desenvolvem no processo de ensino-aprendizagem, a fim de perceber o seu papel e sua necessidade na relação com a educação, tendo em vista que as manifestações culturais é toda a maneira em que um povo pode expressar sua cultura, dessa forma agregando ao desenvolvimento pleno do indivíduo, contribuindo na sua construção pessoal e para a sua formalização de socialização.

Sendo assim, este estudo tem por finalidade, pesquisar como a cultura tem um efeito grandioso na educação formal, desde que seus aspectos sejam percebidos com relevância no contexto educacional, gerando importantes significados nesse processo de ensino aprendizagem. Portanto, este artigo tem por finalidade discutir os aspectos e impactos causados pelas manifestações culturais no processo de ensino-aprendizagem, com foco nas tradições e costumes locais, a fim de resgatá-las e atribuir mais conhecimentos aos alunos.

MARCO TEÓRICO

A cultura de um povo é caracterizada pelo conjunto de crenças, rituais, festividades, subsídios, como modo de se vestir, se alimentar ou realizar algo. Ela é transmitida através da

educação e socialização dos conhecimentos e ideias manifestando-se em diversas formas, como música, dança, literatura, religião, culinária, as artes visuais e tornando-se parte fundamental da identidade e coesão de uma comunidade.

Partindo desse conceito, este artigo buscou trabalhar com a perspectiva dos autores, Paulo Freire, Terry Eagleton, Candau quando eles defendem que cultura e educação andam interligadas, garantindo assim uma qualidade e quantidade efetiva de conhecimentos para a elaboração deste projeto.

Terry Eagleton (EAGLETON, 2000, p. 11) afirma que “a cultura guarda em si os resquícios de uma transição histórica de grande importância, ele também codifica várias questões filosóficas fundamentais.” O autor e filósofo grego salienta que a cultura provoca a ideia da separação interior política da humanidade comum, resgatando os sentidos do espírito, privando do tempo aquilo que não pode ser mudado e dando diversidade a um grupo social.

Outro autor importante para o levantamento teórico da pesquisa é Paulo Freire, que em suas obras retrata por sua vez, experiências que vivenciou tanto no Brasil, quanto até mesmo fora das fronteiras do seu país de nacionalidade. Estabelecendo que para a formação de um homem crítico, o educador e filósofo, afirmou que a cultura é todo resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com os outros homens” (FREIRE, 1980) Ou seja, para Paulo Freire, a cultura não é apenas um conjunto de tradições e costumes, mas sim um elemento que influencia na maneira como as pessoas veem o mundo e se relacionam com ele.

Freire acreditava que a valorização da cultura popular era essencial para a formação de uma consciência crítica e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para ele, “os desenvolvimentos destes aspectos são os que vão regulando paulatinamente o poder cultural dos indivíduos.” (FREIRE, 2006).

Na perspectiva do pensamento de Paulo Freire, Candau, em sua obra “Educação escola e Culturas: construindo caminhos”, publicada na Revista Brasileira da Educação, estabelece o relacionamento íntimo existente entre a educação escolar e a cultura, ao afirmar que a escola é sem dúvidas, uma instituição cultural, portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados.(CANDAU, 2003)

Por meio da educação, o indivíduo tem a oportunidade de desenvolver habilidades e conhecimentos necessários para compreender e participar ativamente da cultura à sua volta, bem como criticá-la e propor mudanças quando necessário e é com essa crença que avançamos nas discussões.

METODOLOGIA

A metodologia abordada para designar dados à pesquisa, um estudo de caso, de uma escola, na abordagem qualitativa das manifestações culturais no processo de ensino-aprendizagem, com caráter da natureza de pesquisa exploratória.

O motivo da escolha deliberada desse método reflete a compreensão de que as experiências individuais, opiniões e emoções do gestor desempenham um papel vital na compreensão das manifestações culturais no ambiente educacional. Assim, ao seguir uma abordagem qualitativa, buscou-se investigar não apenas dados objetivos, mas uma compreensão mais rica e holística da interação entre cultura e ensino-aprendizagem.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Este tópico irá apresentar resultados oriundos de uma pesquisa qualitativa, onde inicialmente, serão explicitados uma liquidação da parte qualitativa de uma escola de ensino regular, em relação ao trabalho com manifestações culturais no currículo escolar e no calendário, qual a sua importância e influência, além do impacto causado no processo de ensino-aprendizagem, a partir de uma entrevista realizada com o gestor da escola analisada.

A entrevista com o diretor da Escola Ernesto Gurgel Valente apontou para a necessidade de trabalhar as culturas dentro de um ambiente escolar, desenvolvendo estratégias pedagógicas e intervenções. Projetos como o FEST EGV visam assegurar as tradições locais e gerar um maior conhecimento para os alunos, além de estreitar as relações da comunidade escolar.

Também foi detectado o quanto o diretor está empenhado em valorizar estas culturas da comunidade, assim como trabalhar com as manifestações artísticas dos alunos, com dança, capoeira, quadrilhas, teatros e escritas textuais envolvendo os mesmos neste processo cultural, de modo que, ao promover a participação de todos os envolvidos na comunidade escolar seja melhorado o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo foi benéfico à realização deste trabalho, isto posto que permitiu refletir e discutir, um tema de grande relevância que independentemente da temática ser de conhecimento de todos, vive em um momento de esquecimento, onde pouco se fala e pouco se introduz no contexto escolar.

Considera-se que, ao agregar mais conhecimentos, especialmente o de base local, com estreito diálogo ligado às manifestações culturais da comunidade, pode-se estimular o repertório sociocultural dos educandos, gerando uma valorização constante das memórias locais, principalmente daquelas que já estão caindo em esquecimento.

Portanto, para uma relação de ensino-aprendizagem mais efetiva aos alunos é necessário que a cultura esteja presente no ambiente escolar, que se interessem pelas raízes históricas do seu lugar e se apropriem das suas heranças culturais, a fim de aprimorarem seus conhecimentos. Também podendo agregar novas concepções que reafirmam as contribuições dos autores explorados, que salientam que a escola é um ambiente propício a discriminação da cultura e das histórias dos povos e principalmente do lugar em que vivem.

Dada a importância desta temática investigada, este estudo irá contribuir como um estímulo aos gestores, educadores e educandos sobre a necessidade de explorar as manifestações culturais no processo de ensino-aprendizagem e quais suas influências neste processo, que desta maneira o seu público (comunidade escolar) possam valorizar e reencontrar suas raízes históricas.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação escola e Cultura(s): construindo caminhos.** Revista Brasileira de Educação, 2003. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/26421881_Educacao_escolar_e_culturas_construindo_caminhos/link/0e605401f0c46d4f0ab04680/download. Acesso em: 20 out. 2023.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** São Paulo: ed UNESP, 2005. Disponível em: <https://culturasantanna.files.wordpress.com/2015/03/a-ideia-de-cultura-terry-eagleton.pdf>. Acesso em: 24 out. 23.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da liberdade: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Editora Moraes, 1980. Disponível em:

https://educacaointegral.org.br/reportagens/paulo-freire-em-seu-devido-lugar/?gclid=CjwKCAiAu9yqBhBmEiwAHTx5pxGp73zI1zQuASEweyf-IvwY1gmoKAke9dc1g8IXrkYTbI_alo-mtRoC37EQAvD_BwE. Acesso em: 19 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Disponível em:
<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO INFANTIL NA CRECHE “GRAÇA E LUZ” – BEBERIBE-CE

Suyane da Costa Batista dos Santos¹, (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: suyane.batista@fvj.br); Maria das Graças Silva², (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: maria.silva@fvj.br).

RESUMO

No contexto histórico da educação inclusiva, as pessoas com necessidades especiais durante o período colonial do Brasil, eram tratadas de forma desumana, a sociedade daquela época desconsiderava e excluía qualquer tipo de comportamento que não fosse “normal” para eles, ocasionando maus tratos e infanticídio durante muitos anos. Atualmente o preconceito ainda existe, mas felizmente frente às ações de leis e políticas públicas as pessoas com necessidades especiais conseguiram direitos. Neste contexto a pesquisa visa compreender e analisar como está esse processo de inclusão no ambiente escolar e como o profissional de apoio escolar vem desenvolvendo sua função em apoio a este direito aos alunos com deficiência. Como base para o estudo o levantamento bibliográfico foi a partir do estudo de documentos legais da educação brasileira, e para maior aprofundamento do estudo foi utilizado a pesquisa de campo, junto a um questionário com as profissionais que trabalham na creche de rede pública em Beberibe – CE, e coleta de dados para o aprimoramento da pesquisa. Mediante a pesquisa conclui-se que os profissionais tem estado a frente pela causa da inclusão e realizam sua função com dedicação e respeito para o cumprimento dos direitos e aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: educação inclusiva; educação infantil; apoio escolar.

INTRODUÇÃO

Sob o aspecto histórico da educação inclusiva é notório os avanços sobre o atendimento às necessidades educacionais aos alunos com deficiência mediante as políticas públicas de inclusão escolar que promovem o acesso a todos a escolarização, sobre uma série de conquistas. Nesse cenário, por um ambiente escolar inclusivo, destaca-se o (PAE) Profissional de Apoio Escolar, atuando de forma articulada com os professores em sala de aula regular e da sala de Recursos Multifuncionais (nas instituições que dispõe desta sala), entre outros profissionais no contexto da escola, acompanhamento aos alunos no horário do intervalo e em toda rotina escolar, sendo compreensíveis as necessidades das crianças oferecendo todo apoio que precisam. Em vista disso, a pesquisa objetiva contribuir para o estudo da inclusão escolar e destacar a valorização profissional do cuidador escolar que muito contribui para a pedagogia humanizada visto que age diretamente no ato de cuidar e educar, cujos estão inseridos na educação infantil em creches e pré-escolas, as quais devem por meio da secretaria de educação municipal contratar um cuidador escolar para o atendimento a toda demanda de alunos que necessitam desse apoio profissional, possibilitando o acesso de garantia de direitos, permanência no meio escolar e aprendizagem dos discentes. Portanto, visando em destacar o papel deste agente educativo, o artigo se desenvolve na análise de dados coletados pelo questionário, no qual se baseia a pesquisa, dentro desses aspectos destaca-se: fundamentação teórica, metodologia, caracterização dos sujeitos da pesquisa, análise e discussão e considerações finais que trarão mais relevância sobre as contribuições do profissional de apoio escolar na educação inclusiva.

MARCO TEÓRICO

Quando se trata de inclusão no ambiente escolar, o Profissional de Apoio Escolar (PAE), desenvolve um trabalho fundamental com as crianças com deficiência física e neurodivergentes, inseridas nas instituições de ensino exercendo seu papel no acompanhamento da rotina escolar, auxiliando os alunos dentro e fora de sala de aula, garantindo segurança, bem-estar e melhor adaptação, para atender as necessidades específicas de cada um, mediante a isto em sala de aula segundo o site Jusbrasil (2021), cada cuidador escolar, pode ficar responsável por até três alunos por turma, em cada turno. Com a intervenção deste profissional a inclusão escolar vem mantendo sucesso quanto a permanência, desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência no ambiente escolar e são garantidos por lei que regulamenta o ensino inclusivo, a (LDB) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que assegura por lei no capítulo V, artigo 58, a educação especial como uma modalidade de ensino, oferecida nas instituições escolares da rede regular de ensino para os discentes com neurodiversidades e deficiências físicas e demandas motoras. Portanto, é imprescindível a permanência do cuidador escolar na educação infantil, sabendo que ela será a base para as demais fases da educação, este profissional age como apoio às crianças com necessidades especiais tornando possível esta permanência na educação básica, pois de forma articulada em parceria com os demais gestores realiza suas funções com maestria conduzindo ao ensino.

METODOLOGIA

Com o propósito de compreender aspectos referentes ao tema trabalhado, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa de caráter qualitativo de cunho descritivo, realizada junto à seguinte Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146, de 2015, que vai estipular dentro do artigo terceiro, no inciso 13, a figura do profissional de apoio escolar, analisando outros meios como artigos científicos, livros, legislações e apostilas que abordam com mais eficiência sobre o tema. O estudo se caracteriza como bibliográfico, segundo Gil (2020), o pesquisador que coleta dados de fontes bibliográficas, tem a vantagem de uma pesquisa mais ampla, por estar coberto de uma gama de fenômenos que irão possibilitar mais informações claras e objetivas. Sendo elaborada por meio de observações sistemáticas, levantamentos de dados e questionário realizado via Google Forms, abrangendo dez perguntas dissertativas, enviadas para oito cuidadoras escolares da educação infantil, que trabalham na instituição Graça e Luz, obtendo o retorno de cinco profissionais. A coleta desses dados foi de suma importância para o fundamento de conclusão desta pesquisa na unidade, a qual faz parte da rede pública de educação, localizada no município de Beberibe – CE, objetivando as atribuições do profissional de apoio escolar nos princípios de educação inclusiva, que garantem a interação social e aprendizagem das crianças assistidas por estes profissionais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Por meio das falas das cuidadoras escolares atuantes na educação infantil, nomeadas com as vogais do alfabeto como Cuidadora escolar A, Cuidadora escolar E, Cuidadora escolar I, Cuidadora escolar O, e Cuidadora escolar U, através do questionário com dez questões, ficou claro que suas contribuições para uma escola inclusiva são de extrema importância para o desenvolvimento infantil, assim em parceria com todo corpo escolar respeitando a essas crianças em suas particularidades constroem uma escola inclusiva que segundo Aranha (2004), é aquela em qual o educando é peça principal na construção do fazer educativo da instituição, com liberdade na vida escolar para receber a instrução adequada e qualificada, onde o aluno tem o pleno exercer de seus direitos, nos quais resultam em uma aprendizagem significativa que contribui para seu exercício como cidadão, está escola está voltada em observar, conhecer e

respeitar as particularidades de cada aluno. O questionário busca destaca quem é este sujeito atuante como profissional de apoio escolar e suas vivencias na educação infantil, evidenciando a adaptação das crianças, inclusão escolar, relação do cuidador e família da criança assistida, relação da criança acompanhada com as outras crianças na creche, quais os desafios enfrentados em sala de aula, qual a função do cuidador escolar, quais suas contribuições para aprendizagem da criança, como a instituição e o cuidador escolar contribuem juntos para a inclusão escolar, formação profissional e como acontece a formação para atuação como profissional de apoio escolar. Em síntese, este artigo contribui para elaboração de novas pesquisas sobre o profissional de apoio escolar e suas contribuições para a educação inclusiva, bem como um documento norteador e enriquecimento de saberes a novos cuidadores escolares, pois a pesquisa contém leis que regulamentam a atuação e destacam a importância desse profissional no ambiente escolar, somando a isso o depoimento de outras cuidadoras escolares que favoreceram o resultado do estudo, contudo, atribuindo para a sociedade um novo olhar de que as crianças com deficiência são capazes de ser, viver, conviver e aprender em todos os ambientes em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Educação inclusiva:** v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Brasília: Presidência da Republica. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato 2011-2014/2012/Lei/L12764.HTM. Acesso em: 09 abr. 2023.

BRASIL, **Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC. 1996. BRASIL. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 05 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-ac-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental no recurso em mandado de segurança: agrg no rms 59850 ce 2019/0011742-6. Relator: Ministro Nefi Cordeiro, Brasília, DF, 5 dez. 2019. **Jusbrasil**, [Brasília, DF], dez. 2019, Disponível em:
<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/791719187/agravo-regimental-no-recurso-emmandado-de-seguranca-agrg-no-rms-59850-ce-2019-0011742-6?ref=serp>. Acesso em: 06 out. 2023.

AFETIVIDADE E SEU PAPEL NA APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO DO ALUNO: PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ARACATI

Taynara do Nascimento Mariano¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Unijaguaribe do Vale do Jaguaribe
e-mail: taynara.mariano@fvj.br); Albano Oliveira Nunes² (Professor do Centro Unijaguaribe do Vale do
Jaguaribe, e-mail: albano@fvj.br)

RESUMO

O artigo apresenta os resultados da pesquisa que objetivou analisar e descrever qual a perspectiva do professor acerca da provável relação entre o processo de construção do conhecimento e a afetividade. Logo, o foco do trabalho é abordar sobre a possível influência da afetividade na aprendizagem dos alunos, já que o educando é um ser complexo, com dimensões sociais, cognitivas e também afetivas. Inicialmente, foram feitas pesquisas acerca do conceito da afetividade, seguidos de uma abordagem sobre a interconexão entre aprendizagem e cognição, destacando como as ações afetivas podem estar associadas às práticas do docente. A metodologia incluiu a aplicação de um questionário que contou com a participação de 10 pedagogas, sendo cinco de uma escola particular e as outras cinco de uma rede privada filantrópica em Aracati-CE. Dessa forma, a análise foi feita de maneira qualitativa respaldada por um referencial teórico que abrangeu autores como Paulo Freire (1997), Henrri Wallon (1954) e Jean Piaget (1999), Souza e Soares (2019), Gonçalves e Silva (2022), entre outros. Diante da análise dos dados, constatou-se que a maior parte das professoras entendem a afetividade como um fator integrante da aprendizagem. Contudo, também foi observado que há uma parcela que ainda necessita de um maior aprofundamento no assunto.

Palavras-chave: afetividade; educação; aprendizagem; professor.

INTRODUÇÃO

A afetividade é um fator presente na vida dos seres humanos. Como indivíduos sociais e emocionais, esse elemento faz parte das vivências e experiências do homem. Diante disso, a dimensão afetiva no contexto educacional precisa ser considerada relevante e indispensável, para que, desse modo, o processo de ensino e aprendizagem torne-se significativo. Este estudo visa explorar cientificamente a afetividade no contexto escolar, com foco nas perspectivas dos professores da Educação Infantil. A problemática central da pesquisa é compreender, conforme as perspectivas dos professores da educação infantil, se a presença ou ausência da dimensão afetiva no ambiente educacional pode ter impactos significativos no processo de aprendizagem e formação dos alunos.

Com isso, a pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar essa possível relação a partir da prática docente, buscando entender como uma abordagem educativa que incorpora a afetividade pode influenciar a aprendizagem. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é relatar a influência da afetividade na aprendizagem e formação do aluno a partir da prática docente na Educação Infantil.

Além disso, visa descrever a percepção desses professores sobre a possível relação entre afetividade e o processo de aprendizagem, bem como analisar a prática pedagógica do professor que inclui o domínio afetivo no processo formativo na Educação Infantil. Assim sendo, para respaldar a pesquisa, foram utilizados autores como Jean Piaget (1999), Gonçalves e Silva (2022), entre outros que contribuíram para o enriquecimento do trabalho. Desse modo, o projeto foi dividido em alguns tópicos. Primeiramente será abordado sobre as informações preliminares, em seguida, falará sobre o referencial teórico, metodologia abordada e análise da coleta de dados.

MARCO TEÓRICO

Afetividade é um assunto bastante abordado, porém algumas vezes é tratada de forma equivocada, fazendo-se necessário um estudo aprofundado e respaldado, principalmente quando se trata da área da educação. Diante disso, Jean Piaget (1999) defendeu a ideia de que a afetividade seria uma energia que contribui, positivamente ou negativamente, para o sujeito realizar uma ação. Sabendo disso, é possível compreender que quando inserida em algum meio, há interferências, descartando a ideia de que é algo neutro ou imparcial.

Dessa forma, é necessário analisar se há interferências desse fator no âmbito da aprendizagem e como a prática docente está ligada a isso. Gonçalves e Silva (2022) também apresentam suas concepções acerca dessa temática, enfatizando que a afetividade é um recurso imprescindível no meio cognitivo, pois na sala de aula há sentimentos, o que pode contribuir para que o discente se sinta confortável para demonstrar suas opiniões, competências e habilidades. Isso indica que o afeto favorece para a formação de conhecimento.

Além disso, é preciso citar outro fator, a mediação, que ao ser desenvolvida durante o processo cognitivo, também tem seus efeitos no resultado, contribuindo para o sucesso ou fracasso do objetivo almejado. Isso porque o professor participa direta ou indiretamente do desempenho de melhorar as relações afetivas entre o aluno e o objeto de conhecimento, podendo então favorecer para uma aprendizagem mais significativa. Para que seja possível realizar uma prática significativa em sala de aula, é necessário ter o uso consciente e intencional da afetividade, visto que os objetivos só são alcançados quando se tem em mente o que se quer conseguir e quais atitudes são indispensáveis para isso.

Fica evidente então, que a organização e sistematização da prática docente precisa envolver a afetividade como uma ferramenta necessária para o processo de ensino e aprendizagem, fazendo isso de modo planejado. Diante desse fato, é necessário buscar compreender, a partir da perspectiva dos docentes, as principais influências de ação pedagógica que inclui a afetividade em seu currículo.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho tem como base uma pesquisa descritiva, este estudo buscou relatar e identificar a relevância e os impactos do fenômeno estudado. Já os resultados, foram tratados de maneira qualitativa, segundo Gibbs (2009), a pesquisa qualitativa concentra-se em compreender uma questão de estudo, considerando o contexto e os casos relacionados. O instrumento de pesquisa ocorreu através da aplicação de um questionário que abordou questões acerca da afetividade e aprendizagem, visando coletar as informações de forma confidencial, sem citar nome ou qualquer identidade dos profissionais.

No que diz respeito à interpretação e análise, os resultados foram adquiridos por meio do formulário composto por itens que aplicavam a escala de resposta de Likert. Este tipo de questionário é baseado em afirmativas com opções de respostas que mostram o grau de concordância do respondente, no caso do instrumento utilizado possuía cinco alternativas de respostas: 1- Discorda; 2- Discorda totalmente; 3- Não possui opinião formada sobre o assunto; 4- Concorda; 5- Concorda totalmente. Desta forma, busca-se captar informações quanto à visão dos respondentes, indo além da análise de respostas simplesmente dicotômicas do tipo sim e não, este tipo de análise possui fundamento na psicometria.

Desse modo, a metodologia do trabalho abordou de maneira clara e objetiva o ponto de vista dos profissionais que estão atuando e entrando em contato com os principais questionamentos acerca da temática, visando não só expor, mas comparar e examinar as principais questões sobre afetividade e cognição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação do questionário teve como objetivo analisar as possíveis implicações da afetividade quando inserida no contexto escolar. O mesmo foi composto por 10 perguntas objetivas e 01 de caráter subjetivo. O instrumento foi respondido por 10 professoras de duas escolas particulares da cidade de Aracati no período de duas semanas. As afirmações serão agrupadas para uma análise conjunta, sendo assim, poderão ser analisadas e comparadas com outras assertivas, com o intuito de observar se os respondentes entraram em discordância ou mantêm seus posicionamentos, bem como averiguar se demonstram domínio no assunto ou se o conhecimento sobre o assunto ainda é incipiente.

No que diz respeito às questões objetivas, apresenta-se a seguir as análises. Em relação à motivação, as afirmativas 7 e 10 descrevem sucessivamente: “*A motivação é um requisito que pode interferir no processo educativo.*” e “*A motivação não influencia diretamente o processo de construção do conhecimento.*” Sobre isso, segundo Silva (2018), a motivação interfere na relação do aluno com o objeto de conhecimento, podendo afetar positivamente ou negativamente. Diante desse contexto, o docente necessita motivar e proporcionar estímulos positivos para que o aluno possa ter um bom rendimento em sala de aula, visto que a motivação faz parte do processo de aprendizagem, assim, deve ser integrada como uma ferramenta para aperfeiçoar o desempenho dos alunos. Acerca dessas assertivas, algumas professoras demonstraram incertezas sobre o assunto, pois, na afirmativa 7, 10% delas marcaram a opção “Não tenho opinião formada sobre o assunto”, e na afirmativa 8, 20% marcaram essa mesma opção.

Ainda assim, a maior parte, representando 60%, indicou concordância com a primeira afirmação e 80% discordaram da segunda. Com isso, ao analisar as afirmativas 7 e 10, observa-se que, embora as professoras acreditem que a motivação interfere no processo de aprendizagem, ainda há alguns profissionais que não possuem uma argumentação definida. Colaborando com a discussão, na afirmativa 5 (*A prática pedagógica tem participação nas relações afetivas entre o aluno e o objeto de conhecimento.*), 100% das professoras manifestaram concordância com a proposição, todavia, dos 100%, 60% concordaram totalmente, demonstrando uma opinião mais firme.

Portanto, não há dúvidas que a atuação educativa pode causar impactos no objeto de conhecimento, podendo contribuir ou não para uma melhor rendimento e aproveitamento das aulas. Com base nos dados, foi possível verificar que todas as afirmativas tiveram um resultado positivo frente as expectativas previamente estabelecidas pela pesquisa, pois em todas elas, a maioria respondeu de acordo com a perspectiva dos autores referenciados, por exemplo, as assertivas 5 e 6, que abordam a influência da atuação docente sobre o objeto de estudo e a participação da afetividade na atividade docente, respectivamente, atingiram uma concordância de 100%. Isso indica que os docentes não apresentaram hesitação acerca das afirmações.

Dessa forma, é possível verificar uma consistência nas respostas, já que o texto das duas afirmativas apresentam similaridade em seu contexto, ambos declaram que a prática pedagógica influencia no objeto de conhecimento e formação do aluno, o que evidencia a relação da atividade docente e a afetividade. Sendo assim, a congruência entre as respostas faz sentido, indicando um padrão consistente que responde a pergunta da pesquisa. Além disso, ainda reflete o vínculo da atuação educativa e o domínio afetivo, apontando para uma resposta esperada acerca do vínculo entre afetividade e o processo educativo.

Logo, é possível inferir que a análise das respostas desempenhou um papel crucial para conhecer o ponto de vista dos professores da Educação Infantil acerca dos possíveis impactos da afetividade no âmbito educacional. Além disso, trouxe várias contribuições para elucidar se a afetividade poderia interferir na aprendizagem e formação dos discentes, ao mesmo tempo em que exemplificou os principais efeitos de uma prática pedagógica afetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como tema e objetivos analisar e descrever qual a perspectiva do professor acerca da provável relação entre o processo de construção do conhecimento e afetividade, procurando tratar da afetividade de maneira científica, tendo em vista que é uma temática que carece de uma abordagem científica. O estudo revelou que os professores entendem a afetividade como um fator fundamental e indispensável no processo de aprendizagem e formação dos alunos. Assim, a partir das perspectivas dos professores, evidenciou-se que a afetividade pode interferir sobre o objeto de conhecimento, podendo favorecer ou não uma aprendizagem significativa.

Além disso, tornou-se aparente que é preciso saber operar tanto as dimensões cognitivas quanto as afetivas, pois o ato de pensar está vinculado aos sentimentos. Partindo desse pressuposto, comprehende-se que na visão dos professores entrevistados, a dimensão afetiva pode exercer influência através das práticas pedagógicas, que precisam ser intencionais e pensadas. Frente aos resultados da pesquisa, constatou-se que os professores estão sempre buscando as melhores formas de inserir a afetividade em suas práticas pedagógicas, de modo intencional. Pois, ao saber os benefícios dessa ação, facilita a realização das metas e estimula uma aprendizagem e formação integral.

Dessa forma, é possível destacar que uma das principais contribuições desta pesquisa foi incentivar os docentes a ampliarem suas compreensões acerca da afetividade, elemento essencial para a educação das crianças. Além de proporcionar uma autoavaliação acerca do seu exercício, visando à formação de cidadãos idôneos, críticos e reflexivos.

REFERÊNCIAS

- CAMARA, S. **Psicologia da aprendizagem.** São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2015. *E-book.* Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/31143/pdf/152?code=QE0d4sAaXD6uQvurr6XcoZ7fS5TEkpFABgV+PNOCUDl9EQc01jqmSyocfPPn4VSx/mUF04fKM9eKwSM/ZaMAZQ=&f=false>. Acesso em: 21 mai. 2023.
- GIBBS, G. R. **Análise de dados qualitativos.** São Paulo, editora S.A, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=t1TWL4_w4cC&lpg=PA7&dq=pesquisa%20qualitativa%20&lr&hl=pt-BR&pg=PA3#v=onepage&q=pesquisa%20qualitativa&f=false. Acesso em: 04 jun. 2023.
- PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SILVA, E. C. et al. Afetividade e motivação na docência online: um estudo de caso. RIED. **Revista iberoamericana de educación a distancia**, 2018. Disponível em: <https://redined.educacion.gob.es/xmlui/handle/11162/150944>. Acesso em: 14 nov. 2023.

Victória Nogueira Araújo¹, (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: vitorianogueira691@gmail.com); Artemizia Ribeiro Lima Costa², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).

RESUMO

Este artigo tem como proposta expor os resultados de uma pesquisa voltada para a inclusão de crianças autistas na sala de aula regular dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola pública no município de Itaiçaba-CE. Assim, a pesquisa tem como objetivos fundamentar as características do transtorno do espectro autista (TEA), analisar o papel da inclusão na sala de aula e investigar como vem ocorrendo a formação docente continuada no contexto educacional inclusivo. Essa pesquisa é de caráter qualitativo e para as bases teóricas foram utilizados diversos autores como Fonseca (2016), entre outros. E documentos como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), DSM-5 (2013). Também foi utilizado como instrumento de pesquisa, um questionário através do *Google Forms*, aplicado a 6 professores, destes 5 formados em Pedagogia e 1 em Letras-Português. Os resultados desse artigo demonstram que a maioria dos professores buscam novos conhecimentos por meio de cursos on-line e presenciais, palestras, e esporadicamente, formação continuada, somente na semana do autismo, no entanto, ainda necessita ser proporcionado pela secretaria de educação e escola momentos de formações continuadas, para que os professores se sintam mais preparados e capazes de incluir crianças autistas.

Palavras-chave: inclusão; autismo; formação continuada.

INTRODUÇÃO

As dificuldades de uma verdadeira inclusão nas salas de aulas dos anos iniciais do ensino fundamental, viabilizou a elaboração do projeto de pesquisa no tema, sendo importante ressaltar também o vínculo pessoal que uma das autoras possui com o tema, através de sua vivência com seu sobrinho, que tem autismo. A partir disso, surgiu a urgência de realizar uma pesquisa específica em relação à inclusão de alunos com TEA nas salas de aula regular dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola pública da cidade de Itaiçaba, no Ceará. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo geral analisar e compreender como acontece a inclusão de crianças autistas nas salas de aula, com objetivos específicos de: fundamentar as características do TEA; investigar se os professores recebem formação continuada; e analisar o papel da inclusão. Diante disso, no decorrer desse artigo, o foco da investigação estava voltado para a pergunta problema: Como deve ocorrer a inclusão de alunos autistas na sala de aula regular. Dessa forma, é necessário destacar que através da explanação desse tema é possível divulgar este assunto, desconstruindo a ideia de muitas escolas no Brasil que excluem aqueles que são diferentes, esclarecendo o novo papel do educador frente à inclusão. Assim, entre os tópicos do referencial teórico estão: história da inclusão, compreensão do transtorno do espectro autista, concepção dos anos iniciais do ensino fundamental e formação continuada de professores para a inclusão de autistas.

MARCO TEÓRICO

Assim, somente no final do século XX houve a inclusão da educação para deficientes na política educacional brasileira. A partir daí, ocorreram várias mudanças e pessoas com deficiências passam a ser vista como pessoas capazes, apesar de suas dificuldades. A partir disso, deu-se início à busca pela inclusão de fato de crianças com autismo nas escolas,

especificamente nas salas de aula do ensino regular. Para acontecer a verdadeira inclusão e não apenas a integração dessas crianças nas salas. Então, o autismo é apontado como um problema de saúde pública mundial pela OMS. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (2013), referência mundial de critérios para diagnósticos, o autismo é caracterizado por diferentes aspectos, como dificuldades com a interação social, comunicação, e tendência a comportamentos repetitivos e restritos. Essas dificuldades incluem a dificuldade em manter um contato visual direto, olho no olho e também com aversão a barulhos, tendo muitas vezes um paladar seletivo. Portanto, percebe-se que o autista necessita de um olhar especial e precisa ser compreendido como pessoas capazes de adquirir conhecimentos, mediante a estratégias proporcionadas pelos professores, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, onde é a base para a aprendizagem de novos conhecimentos. É essencial que os alunos autistas sejam incluídos na sala regular, proporcionando interação social, bem como respeito a diversidade. Assim, continuando o assunto em relação a inclusão, os anos iniciais se trata de uma base indispensável para as outras etapas da formação educacional. Nesse período, os currículos pretendem continuar proporcionando momentos de aprendizagens lúdicos e também o desenvolvimento e conhecimento das potencialidades dos alunos, pois durante esse período as crianças estão passando por momentos de transformações em diversos aspectos, pois a mudança da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental é marcante para a vida das crianças. Diante disso, é de extrema relevância a formação e a capacitação de todos os professores para promover uma educação inclusiva para esses alunos, trabalhando as limitações dos mesmos. Já que, se determinada atividade for feita de maneira adaptada à sua dificuldade, eles conseguem realizá-las e assim estudam os mesmos conteúdos dos outros alunos da sala. Fazer adaptações das atividades e não diferenciação do conteúdo é essencial para a inclusão, sem excluir as crianças com TEA da sala. Visto que essa socialização e inclusão é importante em muitos aspectos como o respeito pelas diferenças e o desenvolvimento social das crianças com autismo.

METODOLOGIA

Neste artigo, a pesquisa foi desenvolvida através da abordagem qualitativa, que buscar conhecer a realidade do processo de inclusão nas salas de aula, um dos instrumentos a ser utilizado é o questionário, através do *Google Forms*. Pois através do questionário é possível ter uma visão mais aprofundada das respostas dos participantes. Diante disso, o questionário visa descrever como ocorre a inclusão das crianças autistas nas salas de aula regular dos anos iniciais do ensino fundamental, em uma escola pública do município de Itaiçaba-CE.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Questionário respondido por 6 professores, identificados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6. Assim, iniciando o questionário, A pergunta 3, questionou aos professores se eles recebiam formação continuada para trabalhar com crianças que possuem TEA, sendo pedido também para eles explicarem como são esses momentos. As respostas foram: 4 professores responderam que sim, já participaram de formações continuadas, conforme o professor P1 apresenta “*Sim, já participei de formações para trabalhar com crianças autistas e geralmente eram momentos de muitas aprendizagens, pois era possível aprender estratégias de como trabalhar com essas crianças, como chamar a atenção delas e consequentemente obter uma melhor aprendizagem*”, com respostas semelhantes o professor P6 também fala: “*Sim, a escola proporciona alguns momentos de formação acerca do assunto, como momentos de palestras e rodas de conversas com psicólogos ou profissionais com especialização na área, mas acontecendo somente na semana do autismo*”. Na questão 5, foi questionado que tipos de metodologias o professor

utilizava com crianças que possuem autismo na sala de aula, o P1 respondeu: “*Procuro trabalhar com atividades visuais, que chamem a atenção da criança com autismo, por exemplo*”, O P6 também declara “*De início busco sempre conhecer o meu aluno, o que ele gosta e também o que ele não gosta, manter uma comunicação com a família. Busco montar uma rotina com ele, principalmente visual pra que ele consiga visualizar o seu dia a dia na escola, assim ajudo a criança a se manter organizada. Uso os interesses da criança nas atividades, método que aplico na terapia ABA e vejo que funciona bastante. Dependendo da criança faço a adaptação das atividades, caso precise. Busco estimular a participação do aluno em sala, nas atividades e também socialmente com os colegas*”. Diante disso, a resposta do professor P1 e P6 são muito importantes para pesquisa, pois mostram que eles proporcionam realmente a inclusão das crianças autistas através das suas metodologias adotada. Isso demonstra que conhecem seus alunos e o que desperta a atenção e a aprendizagem de cada um, sendo também estratégias falada por autores importantes, como já foi citado no referencial teórico, quando Fonseca (2016) fala de estratégias importantes, como recursos visuais e rotina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teórica mostra que inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA), ainda hoje se encontra em processo, pois não acontece de forma adequada como deveria. Muitos professores ainda se sentem incapazes de ensinar esses alunos e proporcionar uma educação inclusiva. Mesmo assim, é possível perceber importantes avanços na escola citada nesse artigo, principalmente na busca de novos conhecimentos pelos professores, através da tecnologia, onde é possível participar de cursos on-line, palestras e muito mais sobre o autismo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

FONSECA, R.T.M. O trabalho protegido do portador de deficiência. Direito da pessoa portadora de deficiência. **Revista Da Faculdade De Direito De São Bernardo Do Campo**, 7. Ano 1, n 1. 1997. 135-140 p. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/view/764/380>. Acesso em: 12 mar. 2023.

Vitória Lima Barbosa (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: vitória.barbosa@fvj.br), Artemizia Ribeiro Lima Costa (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).

RESUMO

A proposta deste artigo é apresentar análises e resultados sobre a participação da família no processo de aprendizagem na Educação Infantil, em uma escola localizada na localidade de Boca do Forno, município de Aracati-CE. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a intervenção da família no processo de aprendizagem da Educação Infantil na escola, e os seguintes objetivos específicos: analisar como a escola reage a participação da família na aprendizagem; investigar o comportamento de alunos que são acompanhados e os que não são acompanhados pelas famílias; averiguar as ações que proporcionam a interação família-escola. Esta pesquisa possui caráter qualitativo e tem como base teóricos que contribuíram e ainda contribuem para a educação do Brasil, como: Brandão (2001) e Castro e Regattieri (2009), bem como também, documentos como BNCC (Brasil, 2017). Foi utilizado também como instrumento de pesquisa o *Google Forms*, contendo 9 (nove) perguntas dissertativas acerca do assunto estudado, aplicado a 4 (quatro) professoras, 3 (três) com formação em pedagogia e 1 (um) em pedagogia e ciência da religião. O resultado da pesquisa mostra que as professoras apoiam a participação das famílias no processo de aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: família; aprendizagem; escola.

INTRODUÇÃO

Para efeito de ponto de partida, acredita-se que a educação é a base para o avanço da sociedade. A partir de um processo educacional as pessoas vão tomando consciência de suas ações e, consequentemente, serão capazes de elaborar um plano para o crescimento pessoal, familiar e social. Com efeito, um ensino de qualidade já nos primeiros anos de vida da criança e a participação da família no processo de aprendizagem torna-se uma medida de extrema relevância.

Neste artigo vamos analisar o papel da família no processo de aprendizagem na educação das crianças e quais seus desdobramentos. A formação em período integral dos alunos é o ponto crucial para ser elucidado, pois a educação é a via transformadora de vidas, uma vez que constrói uma sociedade mais ética, com cidadãos críticos e cientes de seus direitos e deveres. O artigo além do objetivo geral, que norteia a pesquisa, possui também os objetivos específicos, tais como: analisar como a escola reage à participação da família na aprendizagem; investigar o comportamento de alunos que são acompanhados e os que não são acompanhados pelas famílias; e averiguar quais ações que promovem a interação família-escola.

MARCO TEÓRICO

A Educação Infantil é a primeira etapa em que os alunos possuem contato direto com a escola, englobando assim a tão importante e necessária fase dos 2 e 5 anos, que possibilitam o desenvolvimento de forma integral em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. A família é o primeiro convívio social da criança, é no convívio familiar que ela aprende as primeiras palavras, gestos e movimentos. Na escola, elas aprimoram o que já sabem, também, aprendem novas maneiras de ver o mundo, socializar e compartilhar sentimentos e experiências. Para Castro e Regattieri (2009, p.13), é impossível compreender o aluno, sem considerar o

contexto familiar que o mesmo está inserido, de igual modo é impossível dizer quem é o aluno sem conhecer suas circunstâncias sociais. Em nossa sociedade, a educação das crianças e dos adolescentes fica a cargo da família e da escola, estas são vistas como instituições socializadoras.

É indispensável a relação entre família e aluno. O âmbito familiar tem o poder de transformar o pensamento do aluno acerca da educação. Segundo a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) (Brasil, 2017), documento que norteia os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também, as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil, estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.

Portanto, acompanhar o filho na escola fará toda a diferença na aprendizagem do mesmo, o aluno se sentirá confiante para realizar atividades que antes achava impossível fazer, bem como também, ficará feliz em perceber que terá o apoio da família em todas as etapas de sua vida.

Os pais devem ter conhecimento do desempenho dos filhos, para que assim, seja possível existir uma ponte positiva entre família e a escola. É muito importante enfatizar que cada uma das duas partes tem sua função e responsabilidade na vida do aluno. A partir disso é indispensável um diálogo entre ambas, para que se chegue a um consenso de quais ações realizar em prol da educação e aprendizagem de cada aluno.

METODOLOGIA

No trabalho será utilizado o método qualitativo para desenvolver a pesquisa, em que será possível conhecer mais a fundo sobre a participação na aprendizagem dos alunos. O questionário visa conhecer, analisar e compreender como acontece e como interfere a participação da família no processo de aprendizagem dos alunos da Educação Infantil em uma escola pública localizada em uma comunidade do Aracati.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pergunta 9 vem questionar sobre a interação família-escola. “Opine sobre a interação família e escola”. A professora 1 fala da seguinte maneira: “*A educação não se faz sozinha, é necessário envolvimento assíduo da escola junto às famílias, ambas com suas responsabilidades que merecem destaque no desenvolvimento crítico do cidadão, ficando clara a necessidade de mais projetos que envolva as famílias, passando assim valorizar ainda mais a interação dessas instituições e consequentemente lutar em prol dos mesmos objetivos que é formar um cidadão com personalidade*”. A professora 2 disse: “*Ambas devem andar de mãos juntas pra alcançar bons resultados*”. A professora 3 disse: “*Essa interação se faz indispensável, pois a educação das crianças não é só responsabilidade da escola, mas inicia no lar com a participação da família e continua na escola sempre em parceria família/escola pois sem esse vínculo fica difícil realizar uma educação de qualidade com os alunos*”. A professora 04 falou da seguinte maneira: “*A parceria entre família e escola no processo de aprendizagem é necessária e indispensável, é preciso fortalecer ainda mais os laços, para juntas atuarem no processo de aprendizagem das crianças*”. A partir da resposta das quatro professoras é possível perceber o quanto é necessário e importante a interação entre família e escola, as duas quando unidas tornam a educação e a aprendizagem algo leve, tranquila e satisfatória, alcançando resultados positivos. Para López (2002, p.8) Em se tratando de um tema tão complexo como é o da educação, é impossível elaborar estratégias sem a participação efetiva das duas mais importantes instituições educacionais da sociedade atual: família e escola. Assim, segundo o autor, é necessário que a família e a escola se unam, com o intuito de traçar estratégias e

consequentemente, alcançar os objetivos comum entre ambas as partes. A pergunta 6 fala sobre as ações dos pais com os filhos, “Quais ações você pode citar para que os pais possam ajudar os filhos na aprendizagem em casa?” A professora 03 disse: “*Interagir com os mesmos durante a realização das atividades em casa, estimulando-os, demonstrando interesse pela educação dos filhos, conversando com os filhos sobre a importância da realização das atividades como forma de ampliar os conhecimentos*”. A professora 4 também deu sua contribuição, “*Acompanhar as atividades escolares, verificar junto ao professor o desempenho da criança ao longo do ano letivo, estimular as crianças a participarem ativamente das atividades propostas pela escola, entre outras*”. As professoras 3 e 4 afirmam sobre a importância dos pais incentivarem e participarem da resolução das atividades escolares, afirmando que ações como essa ajudam na aprendizagem do aluno, influenciando de forma positiva. Evidenciando assim, que a professora 1 e 2 também partilha da mesma opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educacional é indissociável da família. É importante a interação entre a família e a escola para que a educação aconteça de forma igualitária e participativa, principalmente, na Educação Infantil, a etapa que fizemos referência neste trabalho. O artigo mostra que a participação da família no processo de aprendizagem faz toda diferença, possibilitando uma aprendizagem de qualidade. Acredita-se que a afetividade é uma boa ferramenta para uma educação transformadora, fazendo com que os alunos se sintam motivados e seguros para aprender de forma livre, em vista do crescimento da sociedade

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília: Ministério das Comunicações, 1988. Disponível em:

https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf. Acesso em: 10 set. 2023

BRANDÃO, Z. A dialética macro/micro na sociologia da educação. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001. Acesso em: 03 nov. 2023

CASTRO, J. M; REGATTIERI, M (orgs.). Interação escola-família: subsídios para

práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192. Acesso em: 08 out. 2023

NUTRIÇÃO

**INFLUÊNCIA DA PUBLICIDADE NAS ESCOLHAS ALIMENTARES DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Alex Levy da Silva Rebouças¹, aluno do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Aracati-CE, E-mail: levysilva0601@gmail.com Scarlett Valente Batista², (Orientadora) Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Aracati-CE, e-mail: scarlett.batista@unijaguaribe.edu.br.

RESUMO

O presente artigo de revisão trata da influência da publicidade sobre as escolhas alimentares. Importa dizer que cada vez mais as mídias têm se especializado em publicidades que influenciam os consumidores a experimentarem alimentos diversos, muitos deles, altamente calóricos ou sem valor nutricional, mas com uma imagem visual e sabor extremamente prazeroso e chamativo. Esse estudo tem por objetivo discorrer sobre a temática da influência da publicidade sobre as escolhas alimentares. Sendo uma revisão integrativa da literatura, esta utilizou-se de informações através dos artigos científicos, coletados através das bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, PubMed (United States National Library of Medicine) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Em cada uma dessas bases encontrou-se materiais que auxiliaram na construção do presente artigo científico. Quanto aos resultados é possível inferir que as publicidades têm forte influências na escolha de produtos alimentícios em crianças, uma vez que as estratégias utilizadas tanto na confecção da imagem do produto, quanto em sua propaganda busca aguçar os sentidos das crianças, principalmente o paladar.

Palavras-chave: alimentos; dieta e nutrição; publicidade de alimentos; hábitos alimentares.

INTRODUÇÃO

A alimentação é um ato social, culturalmente constituído e não apenas envolve questões biológicas ou nutricionais, mas também psicossociais. Cada ser humano apresenta uma relação única com os alimentos a serem consumidos. Constituir hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis vai além da possibilidade econômica, da análise de custo-benefício ou de uma informação nutricional adequada (MATIAS; SANTOS, 2021).

No Brasil, a definição de consumo consciente de alimentos enfatiza aspectos que vão desde assegurar direitos básicos à alimentação, perpassando por noções de saúde e educação do consumidor até práticas socioculturais negociadas no dia a dia da população brasileira (AFONSO et al., 2022).

É importante destacar que o consumo de alimentos com alto índice calórico que normalmente são divulgados pelos meios de comunicação podem trazer malefícios à saúde das crianças e adolescentes, como, colesterol, diabetes, hipertensão arterial, dentre outras doenças, tanto a curto quanto a longo prazo. Por isso, há uma grande necessidade de que sejam encontradas soluções educativas para orientar as famílias (SANTOS et al., 2021).

No Brasil, a regulamentação das propagandas veiculadas a alimentos é feita pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária-CONAR. O CONAR é uma organização não governamental, fundada em 1980, que visa à promoção da liberdade publicitária, bem como defender as prerrogativas constitucionais da propaganda comercial. Sua missão é impedir que a publicidade enganosa ou abusiva cause constrangimento ao consumidor ou empresas (COSTA; MINEIRO, 2018).

MARCO TEÓRICO

A influência do marketing alimentar é poderosa e predominante, sendo capaz de moldar as atitudes alimentares dos jovens. Dada a necessidade de monitorar esse marketing para adolescentes, uma abordagem mais próxima é necessária para observar o conteúdo da publicidade. Deste modo, os adolescentes não são iguais às crianças, nem são alvo dos mesmos apelos: na verdade, há pouca vantagem em tentar explorar os apelos persuasivos do marketing de alimentos de uma perspectiva adolescente, se esses apelos identificados pelos adolescentes forem encobertos por aqueles que criam política e liderar esforços de monitorização. (ELLIOTT; TRUMAN; STEPHENSON, 2022).

Aproxima-se, assim, da compreensão que os hábitos alimentares são formados ainda na infância e que repercutem na vida adulta. Estes costumes alimentares começam no ambiente familiar, no qual a criança pode reproduzir o comportamento alimentar dos pais, estendendo a todas as relações sociais e culturais vivenciadas pela criança. Conforme a criança vai crescendo, acessando outros ambientes, como escola, parques, mercado e as mídias, ela descobre novos alimentos que muitas vezes não são saudáveis (CUNHA; CAVALCANTE, 2022).

METODOLOGIA

Buscou-se realizar uma abordagem exploratória, por meio de uma revisão integrativa da literatura. O levantamento bibliográfico teve seu início em 15 de outubro e findou-se 30 de novembro de 2023, foi realizado nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), United States National Library of Medicine (PUBMED), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores na busca pelas publicações: Alimentos, dieta e nutrição, publicidade de alimentos, hábitos alimentares e suas respectivas traduções em inglês (acrescidas dos operadores booleanos “AND” e “OR”), escolhidas mediante uma busca pelas palavras-chave. A primeira fase da seleção dos artigos consistiu na leitura dos títulos e resumos dos artigos recuperados na busca pelas bases de dados, sendo realizada a exclusão daqueles identificados como não relacionados à pergunta norteadora. Após a etapa de busca e escolha, deu-se início uma série de leituras dos artigos pré-selecionados verificando se esses artigos atendiam aos critérios de elegibilidade do estudo, sendo que por fim, retirado dos textos as informações principais as quais estão apresentadas logo abaixo. Os critérios de inclusão, foram artigos publicados em língua portuguesa e inglesa, entre os anos de 2018 a 2023, bem como aqueles que, através da leitura prévia, contribuíram para alcançar o objeto do estudo. Quanto aos critérios de exclusão foram: teses, dissertações, monografias e artigos fora da data estipulada, bem como aqueles não relacionados ao objetivo do presente estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na pesquisa realizada nas bases de dados SciELO, PUBMED, BVS e Google Acadêmico, considerando os descritores elencados, foram incluídos 10 artigos para compor a presente revisão integrativa. Dessa forma o texto logo abaixo apresenta detalhadamente o percurso metodológico, bem como os artigos encontrados para a construção desta pesquisa. É importante salientar que o percurso traçado se deu por meio de uma seleção criteriosa destes materiais, visto que após a escolha destes houve a leitura para a extração das principais informações. O Quadro 1, representado no trabalho acadêmico, traz o resumo dos 10 (dez) artigos que foram selecionados para a análise representada no esquema abaixo. A organização do Quadro 1 obedeceu a seguinte ordem: título do artigo, autor, ano de publicação, tipos de pesquisa, métodos e resultados.

Os artigos selecionados relatam claramente a influência das mídias nas escolhas alimentares e muitas delas demonstram uma influência negativa. Ou seja, as crianças, que são o

público mais desejável pelas mídias, são as que mais são afetadas com essas influências. Fruto dessa influência negativa são as doenças relacionadas ao consumo de alimentos, ultraprocessados, alimentos com alto teor de sódio, ricos em gorduras saturadas, bebidas açucaradas, alimentos fritos.

A respeito da regulamentação da propaganda de alimentos, realizada por meio da Resolução-RDC nº 24 de 15 de junho de 2010, a qual é voltada principalmente aos alimentos com teor elevado de açúcar, gorduras saturadas, gorduras trans, excesso de sódio e também aqueles produtos com baixo teor nutricional, trata em seu artigo 6º, que para estes produtos circularem no comércio é necessário trazer em suas embalagens informações e alertas sobre os possíveis riscos que os mesmos podem trazer à vida humana (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2010).

Conforme acentua Strauss e Conde (2021) as crianças vêm sendo expostas cada vez mais precocemente às mídias sociais, por isso, o hábito de assistir televisão vem sendo relacionado diretamente com o consumo de alimentos não saudáveis e aumento da incidência de obesidade infantil.

Na pesquisa de Kelly et al., (2019) os autores ressaltam que a quantidade de visualização de televisão comercial foi associada apenas à marca própria de alimentos e bebidas conectadas para aquelas crianças que relataram ter sido expostas a anúncios de televisão. Aquelas que assistiram à mais comercial e que foram expostas aos anúncios tinham as conexões de marca mais fortes.

Desta forma, nem sempre se consegue acompanhar tudo que a criança faz, assiste e come, porém, é importante ter atenção ao que está sendo inserido na rotina da mesma. Por sentirem culpa de não estarem acompanhando seus filhos, os pais cedem aos seus caprichos. O marketing sozinho não tem a capacidade de influenciá-los. Tudo vem acompanhado das demais influências, seja dos amigos, da escola, das campanhas publicitárias, etc. (SANTOS; HARDER, 2022).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução RDC nº 24, de 15 de junho de 2010. Diário Oficial da União, 2010. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/rdc0024_15_06_2010.html Acesso em: 17 dez. 2023.

COSTA, Adrienne Fernandes. **Influência da mídia nas escolhas alimentares infantis: uma revisão de literatura.** São Luís - MA. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Nutrição Clínica, Funcional e Fitoterápica) Faculdade LABORO. 2018. 20 f

CUNHA, Niágara Vieira Soares; CAVALCANTE, Iandra Karla Silva. A mídia e os padrões alimentares na infância. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. e13811830530-e13811830530, 2022. Disponível em:
<https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/30530/26347> Acesso em: 12 dez. 2023.

ELLIOTT, Charlene; TRUMAN, Emily; STEPHENSON, Nikki. Food marketing and power: teen-identified indicators of targeted food marketing. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 13, p. 7815, 2022. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9265287/pdf/ijerph-19-07815.pdf> Acesso em: 24 nov. 2023.

A AMAMENTAÇÃO COMO FATOR DE PREVENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Amanda Viana de Oliveira¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: amanda.viana@fvj.br); Gláucia Porto de Freitas², (Orientadora - Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.br).

RESUMO

A amamentação tem papel fundamental na prevenção da obesidade infantil, sendo ela uma doença crônica, vale ressaltar que o leite materno é um alimento completo e fornece à criança todos os nutrientes que são necessários para o seu bom desenvolvimento. Dessa forma, o estudo teve como objetivo avaliar bibliograficamente a eficácia da amamentação como fator de prevenção à obesidade na infância, tendo como base teórica as bases de dados Pubmed, Scielo e Medline. A metodologia utilizada no estudo foi uma revisão de literatura, foram utilizados 10 artigos científicos para o embasamento do presente estudo. A partir dos estudos foi possível observar que a amamentação exclusiva e duradoura tem um papel fundamental na prevenção de possíveis riscos genéticos, além de ser capaz de reduzir significativamente o IMC de crianças e adolescentes, dessa forma, se torna fundamental o incentivo a intervenções para combater o sobrepeso e a obesidade começando logo na infância. A pesquisa mostrou que a amamentação está associada com uma menor expectativa de desenvolver obesidade infantil, além de auxiliar no combate ao sobrepeso, tornando-se indispensável o incentivo à amamentação, a fim de promover a saúde do indivíduo e da coletividade.

Palavras-chave: aleitamento; crianças; obesidade.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o índice de sobrepeso e obesidade encontra-se bastante elevado, sendo um fator prejudicial à saúde principalmente nos primeiros anos de vida da criança, pois nessa fase a criança pode desenvolver a obesidade infantil. De acordo com dados da OMS, cerca de 42 milhões de crianças com idade menor que 5 anos apresentaram, em 2013, sobrepeso. Ressalta-se que esse dado é mundial. Além disso, no Brasil alguns estudos apontam prevalência de 15,8% (MACÊDO *et al.*, 2020). Nesse contexto, existem vários fatores que são responsáveis pelo desenvolvimento da obesidade na infância, como, fatores genéticos, metabólicos e fisiológicos, podendo ser uma porta de entrada para outras patologias ao longo da vida. Assim, de forma multifatorial, temos a formação de hábitos alimentares inadequados, como o incentivo da mídia ao consumo de alimentos não saudáveis, a introdução alimentar feita de forma incorreta, o desmame precoce, e por outro lado, distúrbios alimentares aliados ao desinteresse familiar (FERREIRA *et al.*, 2021). Desse modo, a amamentação torna-se imensamente importante na prevenção da obesidade, sobrepeso e mortalidade infantil, pois, ela é um alimento completo e capaz de ofertar todos os nutrientes necessários para que a criança cresça de forma saudável. Nesse contexto, a amamentação trás inúmeros benefícios para o bebê e para a mãe, sendo fundamental no desenvolvimento nutricional, pois atua fornecendo energia, proteção imunológica, além de suprir as necessidades nos primeiros seis meses, e continuar sendo indispensável no segundo ano de vida, como fonte de vitaminas, minerais, gorduras boas e proteínas (FILHO *et al.*, 2020).

MARCO TEÓRICO

De acordo com a OMS o aleitamento materno (AM) é recomendado na primeira hora após o nascimento do bebê, devendo ser exclusivo até os seis meses e continuar até os dois anos de idade. O ato de amamentar desempenha um papel protetor e essencial na prevenção contra doenças não contagiosas e na diminuição da taxa de mortalidade infantil, sendo fundamental para a saúde geral da criança e a prevenção de várias condições de saúde, sendo uma delas a obesidade infantil (TRINDADE *et al.*, 2021).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão de literatura. Que se propõe a observar se crianças amamentadas têm menos chances de desenvolver obesidade infantil. A pesquisa foi feita em outubro de 2023 e utilizou como bases de dados o Pubmed, a Lilacs e o Medline para encontrar artigos entre 2019 e 2023. Foram selecionados artigos em inglês traduzidos pela plataforma Tradutor DeepL e em português que se encaixavam nos critérios estabelecidos de inclusão e exclusão, passando por uma triagem de títulos, resumos e conteúdo completo para compor os resultados da revisão. Além disso, foram utilizados como descritores as palavras: aleitamento, criança e obesidade. Formando as Strings: Aleitamento AND Criança AND Obesidade; Suckling AND Child AND Obesity.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No total foram encontrados 174 artigos inicialmente, sendo 71 da Pubmed, 6 da Lilacs e 97 da Medline. Após passarem pelos critérios de inclusão e exclusão, e finalizar todas as etapas da triagem, foi possível resultar na escolha de 10 artigos para o embasamento do presente estudo, sendo 5 da Pubmed, 0 da Lilacs e 5 da Medline. Toda a pesquisa foi feita com o objetivo de avaliar bibliograficamente a eficácia da amamentação como fator de prevenção à obesidade na infância. Estudos, como o realizado por Huang *et al.* (2022), destacam que a amamentação exclusiva, e feita da forma correta pode exercer um papel fundamental na redução dos riscos à obesidade infantil, além de enfatizar sua importância em casos como hospitalizações, baixa estatura durante a infância, proteção imunológica, além, de ser capaz de suprir as necessidades nos primeiros seis meses, e continuar sendo importante no segundo ano de vida, como fonte de vitaminas, minerais, gorduras boas e proteínas. Nesse contexto, a pesquisa também revelou haver disparidades na prevalência da obesidade em relação ao aleitamento materno, no que se refere a crianças que foram amamentadas por menos de seis meses ou nunca amamentadas, elas acabam tendo maior probabilidade de virem a ser obesas. Huang *et al.* (2022) revelaram haver diferenças significativas na prevalência de diferentes estados nutricionais, como magreza, sobrepeso, obesidade e sobre peso/obesidade, e que tais diferenças são observadas em diversos grupos demográficos, incluindo diferenças por sexo, idade, área de residência e outras características, tais achados indicam a necessidade de considerar interações complexas entre padrões de alimentação e fatores demográficos ao avaliar os efeitos da amamentação no estado nutricional infantil. Isto posto, o estudo reforça os benefícios da amamentação na redução do risco de obesidade infantil, além de destacar a necessidade de mais coletas de dados e criação de políticas para combater esse importante problema de saúde pública.

CONCLUSÃO

Ao longo da pesquisa foi possível observar que a amamentação está relacionada com riscos reduzidos de desenvolver a obesidade na infância, sanando a pergunta norteadora que impulsionou o presente estudo. Além disso, a pesquisa destacou a relevância crucial da amamentação exclusiva para o crescimento saudável das crianças, concluindo que o ato de

amamentar desempenha um papel fundamental na luta contra a obesidade infantil, identificando a ligação direta entre amamentação, sensação de saciedade e regulação do peso. Portanto, à luz das evidências científicas revisadas neste estudo, fica evidente a importância de implementar iniciativas que promovam e incentivem o aleitamento materno, enfatizando seu valor nutricional e seu papel na prevenção do sobrepeso e de doenças relacionadas, visando o bem-estar tanto individual quanto coletivo.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, B. R.; COSTA, E. M.; FONSECA, M. E. R. M.; SANTOS, G. B. Fatores associados à obesidade infantil: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, [s. l.], v. 25, p. e6955-e6955, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/6955/4782>. Acesso em: 12 out. 2023.

FILHO, L. P. V.; SILVA, A. F.; PEREIRA, C. B. R.; FERREIRA, D. P.; DINIZ, I. P. T.; QUINTO, M. O.; VIEIRA, N. B.; SOUZA, R. T. N.; SOUZA, T. M. G.; BELO, V. M. A amamentação como prevenção da obesidade infantil: Uma revisão narrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 11146-11162, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/15786/12967>. Acesso em: 12 out. 2023.

MACÊDO, R. C.; RAMOS, C. V.; PAIVA, A. A.; MARTINS, M. C. C.; ALMEIDA, C. A. P. L.; PAZ, S. M. R. S. Associação entre aleitamento materno e excesso de peso em pré-escolares. **Acta Paulista de Enfermagem**, [s. l.], v. 33, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/qp5FyxKQhjrNcfvmCSMv6Nv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.

TRINDADE, C. D. S.; DE MELO, E. K. V.; DOS SANTOS, J. F.; FREITAS, F. M. N. de O. Influência do aleitamento materno na prevenção da obesidade infantil / Influence of breastfeeding on the prevention of child obesity. **Brazilian Journal of Health Review**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 24251–24264, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n6-052. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/39270>. Acesso em: 25 nov. 2023.

HUANG, H.; GAO, Y.; ZHU, N.; YUAN, G.; LI, X.; FENG, Y.; GAO, L.; YU, J. The Effects of Breastfeeding for Four Months on Thinness, Overweight, and Obesity in Children Aged 3 to 6 Years: A Retrospective Cohort Study from National Physical Fitness Surveillance of Jiangsu Province, China. **Nutrients**, [s. l.], v. 14, n. 19, p. 4154, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9571296/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Anna Crystina Cabral da Costa¹, (Aluno do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: anna.crystina@fvj.br.); Scarlett Valente², (Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: scarlett.batista@unijaguaribe.edu.br.)

RESUMO

A obesidade é amplamente reconhecida como uma epidemia global e representa um desafio significativo para a saúde pública, a preocupação se estende para o âmbito nutricional, com um aumento alarmante da prevalência da obesidade em crianças com menos de 10 anos. Assim, o objetivo do desse estudo é investigar os fatores relacionados à obesidade em crianças brasileiras menores de 10 anos de idade. O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura, a busca pelos artigos que compõem o presente estudo, foi realizada através das bases de dados PubMed, Medine via Biblioteca Virtual em Saúde, Lilacs via Biblioteca Virtual em Saúde e SciELO, tendo como critérios de inclusão: artigos que abordassem a obesidade infantil em crianças brasileiras menores de dez anos, indexados nas citadas bases de dados, publicados entre os anos de 2012 a 2023, em português, de acesso livre, bem como estudos observacionais, ensaios clínicos e revisões sistemáticas com metanálise, após a análise dos estudos coletados foram selecionados 10 artigos para o desenvolvimento da pesquisa. Analisando os dados coletados, observou-se que os principais fatores de risco para o desenvolvimento da obesidade infantil foram fatores socioeconômicos, além do tempo de aleitamento materno, a influência dos pais nas escolhas das crianças e o estilo de vida. Com isso, é possível perceber que se faz necessária a promoção do aleitamento materno exclusivo, assim como mais campanhas e programas assistências do Governo.

Palavras-chave: fatores de risco; obesidade; crianças; brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade é amplamente reconhecida como uma epidemia global e representa um desafio significativo para a saúde pública. Ela é considerada um fator de risco importante para condições como diabetes mellitus tipo 2, dislipidemia, hipertensão arterial e arteriosclerose. Além disso, a preocupação se estende para o âmbito nutricional, com um aumento alarmante da prevalência da obesidade em crianças com menos de 10 anos. O diagnóstico da obesidade infantil baseia-se na avaliação do Índice de Massa Corporal para idade (IMC-para-idade), utilizando pontos de corte estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Para crianças menores de cinco anos, os valores indicativos de obesidade são definidos como acima de escore $-z +3$, enquanto para aquelas com idades entre cinco e dez anos, o limiar é acima do escore $-z +2$. De acordo com estatísticas da OMS, aproximadamente uma em cada dez crianças em todo o mundo é afetada pela obesidade, totalizando assim cento e cinquenta e cinco milhões de crianças (CANTANHEDE *et al.*, 2020). Indica-se que a obesidade na infância tende a persistir na idade adulta, especialmente se não for controlada durante a adolescência, aumentando assim o risco de desenvolvimento precoce de hipertensão arterial e níveis elevados de colesterol. Conforme destacado no estudo conduzido por Almeida (2012), aproximadamente 80% das crianças que apresentam obesidade durante a infância também tendem a se tornar adultos obesos (ALMEIDA, 2012). Diante da gravidade da obesidade na infância e da relevância do tema, o presente estudo possui como objetivo investigar os fatores relacionados à obesidade em crianças brasileiras menores de 10 anos de idade.

MARCO TEÓRICO

A OMS aponta a obesidade infantil como não só um dos mais graves problemas de saúde pública desse século, como também uma doença mundial, encontrada em sua maioria em países de renda baixa e média nas zonas urbanas. No contexto brasileiro, o crescimento dos casos de obesidade na população é alarmante. Segundo dados do IBGE, nos anos de 2008 e 2009, 1/3 da população infantil brasileira de 5 a 9 anos estavam como o excesso de peso. Embora a obesidade seja considerada uma doença de origem multifatorial, destaca-se que a alimentação inadequada representa um dos impulsionadores dos problemas nutricionais, devido favorecer o consumo excessivo de energia. Levando em consideração a influência da alimentação dos pais nas escolhas das crianças, torna-se evidente que os hábitos alimentares dos filhos são moldados pelos fundamentos das escolhas inadequadas dos pais. Outros elementos ligados às práticas alimentares infantis estão associados à origem da obesidade, tais como o desmame precoce, a inadequada distribuição de alimentos durante a infância, a substituição do aleitamento materno pelo consumo excessivo de carboidratos, e o estilo de vida sedentário (VERDE *et al.*, 2014).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura, a busca pelos artigos que o compõem foi realizada através das bases de dados PubMed, Medine via Biblioteca Virtual em Saúde, Lilacs via Biblioteca Virtual em Saúde e SciELO, utilizando os seguintes descritores: fatores de risco; obesidade; crianças; Brasil. Para combinar os termos optou-se pelo uso do operador booleano *AND*, assim a estratégia de busca utilizada foi a seguinte: fatores de risco *AND* obesidade *AND* crianças *AND* Brasil e *risk factors AND obesity AND children AND Brazil*. Foram incluídos no estudo, artigos que abordassem a obesidade infantil em crianças brasileiras menores de dez anos, indexados nas citadas bases de dados, publicados entre os anos de 2012 a 2023, em português, de acesso livre, bem como estudos observacionais, ensaios clínicos e revisões sistemáticas com metanálise. Foram excluídos artigos de acesso restrito, revisão de literatura, revisão bibliográfica, estudos com animais, monografias, dissertações e teses, bem como aqueles envolvendo crianças fora da faixa etária estabelecida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 46 artigos no Pubmed, 133 artigos no Lilacs via BVS, 56 artigos no Medline via BVS, totalizado 235 artigos para análise. Através da leitura do título foram descartados 209 estudos, restando 26 para a leitura do resumo. Após a leitura do resumo foram excluídos 9 estudos, sobrando 17 para a leitura completa, onde desses foram excluídos 7 por não contribuírem com o objetivo da pesquisa, assim, restaram 10 artigos para o desenvolvimento presente estudo. Segundo Lourenço *et al.* (2018), a ausência de aleitamento materno exclusivo e o baixo nível socioeconômico atuam como os principais riscos para o ganho de peso rápido infantil (GPR). O aleitamento materno exerce um importante papel no começo da vida da criança, pois no momento em que ocorre o desmame, são oferecidos novos alimentos aos quais nem sempre são capazes de suprir as necessidades nutricionais, além de muitas vezes ultrapassarem as recomendações energéticas. Ademais, lactentes que possuem o tempo maior de aleitamento materno possuem maior proteção para o GPR, em razão de que a cada mês de oferta do leite materno, ocorre uma redução de 6% nas chances do rápido de ganho de peso na criança (LOURENÇO *et al.*, 2018). Corroborando com o estudo de Lourenço *et al.* (2018), o estudo de Filho *et al.* (2016) também apontou a condição socioeconômica como um fator de risco para o desenvolvimento da obesidade infantil, assim como também a localização das residências familiares na zona rural. Isso se justifica devido à dificuldade de acesso a

informações, assim com a constante escassez de alimentos e a falta de assistência médica (FILHO *et al.*, 2016).

CONCLUSÕES

De acordo com os achados trazidos pelos estudos nos últimos onze anos, observou-se que a ausência de aleitamento materno exclusivo atua como um fator de risco bem estabelecido para o desenvolvimento de obesidade infantil. Acompanhados dele, os autores encontraram relação entre a obesidade e os fatores socioeconômicos, influência dos pais nas escolhas das crianças, estilo de vida e estado nutricional materno, indicando existir um ciclo intergeracional da obesidade. Com isso, é possível perceber que as estratégias para o enfrentamento e controle do excesso de peso de peso infantil deve se basear nas práticas de promoção do aleitamento materno exclusivo, em razão da sua relevância para a saúde infantil, além do fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional nos diversos espaços que pais/responsáveis e crianças estejam inseridos, visando a promoção de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis baseadas no consumo de alimentos in natura e minimamente processados, bem como no fortalecimento dos programas assistências do Governo, visando a redução das iniquidades sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elisabete. Relação entre o tempo de aleitamento materno exclusivo e o IMC aos 6, 7, 8 e 9 anos de idade. **Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa**, Lisboa p. 67, 2012. Disponível em:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7376/3/660130_Tese.pdf#page=67. Acessado em: 16 out. 2023.

CANTANHEDE, Anderson; MARIANO, Eder. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares: revisão sistemática de literatura. **Journal Archives of Health**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 277–288, 2020. Disponível em:

<https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/ah/article/view/84>. Acesso em: 16 oct. 2023.

FILHO, Valter et al. Presença isolada e combinada de indicadores antropométricos elevados em crianças: prevalência e fatores sociodemográficos associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 21, p. 213-224, 2016. Disponível em:

<https://C:/Users/acrys/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/EPSLQNWG/>.

LOURENÇO, Adriana et al. Fatores associados ao ganho de peso rápido em pré-escolares frequentadores de creches públicas. **Revista Paulista de Pediatria**, [S. l.], v. 36, p. 292-300, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0462/;2018;36;3;00012>.

SCHUCH, Ilaine et al. Excess weight in preschoolers: prevalence and associated factors. **Jornal de Pediatria**, [S. l.], v. 89, p. 179-188, 2013. Disponível em:
<https://C:/Users/acrys/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/GCNPQ54K/>.

VERDE, Sara. Obesidade infantil: o problema de saúde pública do século 21. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 1-2, 2014. Disponível em:
<https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/3158/pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO E AS CONSEQUÊNCIAS DO DESMAME PRECOCE

Bianca de Sousa Barbosa¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: biancabarbosa1408@gmail.com); Maria Ivone dos Santos Barros², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.ivone@fvj.br).

RESUMO

O aleitamento materno é considerado uma estratégia eficaz para assegurar a sobrevivência das crianças de 0 a 5 anos, devido ao leite materno ser um alimento rico em nutrientes e de fácil absorção pelas crianças, sendo, portanto, esse fundamental para seus primeiros meses de vida. Diante essas informações, o estudo objetiva analisar bibliograficamente os benefícios do aleitamento materno e as consequências do desmame precoce. A metodologia usada para o êxito do estudo foi a revisão de literatura integrativa, por meio de um corte temporal de estudos já desenvolvidos sobre a temática tratada. Foram identificadas 53 análises, mas, após serem considerados os critérios de inclusão e exclusão, somente 10 foram incluídos nas discussões. Entre os resultados identificados, identifica-se que 13% dos índices de mortalidade das crianças são minimizados a partir do aleitamento materno. Ainda que a relação emocional entre mãe e filho se torna mais forte e que este é fundamental para prevenir adoecimento de ambos os sujeitos. É crucial salientar que, para que esse aleitamento seja realizado de forma adequada e com o tempo necessário, é relevante que as mães sejam conscientizadas da sua importância, uma vez que a falta deste pode causar, além do adoecimento da criança, o adoecimento da mãe, o que está relacionado ao câncer de mama e à depressão pós-parto. Conclui-se a relevância das palestras e orientações de multiprofissionais para as mães em postos de saúde.

Palavras-chave: aleitamento materno; desmame; mortalidade infantil; mortalidade de menores de 1 ano de idade.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é considerado uma estratégia eficaz para assegurar a sobrevivência das crianças de 0 a 5 anos. Isso se deve ao fato de o leite materno ser um alimento indispensável para esta fase da vida, uma vez que é rico em nutrientes e de fácil absorção pelas crianças (BRAGA *et al.*, 2020). Diversos estudos apontam sobre a relevância do aleitamento materno durante os primeiros meses de vida de uma criança, entretanto, apesar das mães serem conscientes desta importância, diversos fatores são preponderantes para que este cenário ocorra. O desmame precoce ocorre por causa de fatores físicos, como mamilos doloridos, abcesso mamário, candidíase. Mas também ainda se destaca os problemas com baixa produção de leite. Importante esclarecer que o aleitamento materno exclusivo é fundamental para garantir a saúde pública, visto que minimiza as possibilidades de determinadas doenças surgirem na fase adulta de um sujeito ou uma população. Para além disso, o aleitamento materno exclusivo permite que o acolhimento do indivíduo, minimizando problemas psíquicos posteriores. A partir destas informações, surge o objetivo do estudo que busca analisar bibliograficamente os benefícios do aleitamento materno e as consequências do desmame precoce.

MARCO TEÓRICO

Em um estudo realizado por Santos *et al.* (2019), as mulheres foram questionadas sobre a importância do aleitamento materno e os benefícios que esse apresenta para seus filhos. A pesquisa revelou que as mães afirmaram que o leite é um alimento de fácil digestão, protege

contra doenças, é completo e ainda permite o crescimento saudável do bebê. De acordo com os outros estudos, Santos *et al.* (2019) esclarecem que o aleitamento materno é indispensável para manter os laços afetivos entre mãe e criança, sendo este um laço que permanecerá por toda a vida. No entanto, de acordo com a pesquisa realizada por Moraes *et al.* (2019), apesar dos benefícios do aleitamento materno, algumas mães decidem pelo desmame precoce, uma vez que surgem dificuldades para o ingurgitamento mamário e lesões mamilares. Sendo assim, é crucial que os profissionais apresentem técnicas para que a amamentação seja realizada da melhor maneira possível, a fim de que as mulheres alcancem benefícios, além das crianças, pois elas estão relacionadas à perda de peso, à diminuição de sangramento no pós-parto, à aceleração da involução uterina e à própria economia familiar (MORAES *et al.*, 2019). Por fim, Moraes *et al.* (2021), enfatizam sobre muitas mulheres procurarem profissionais de saúde para ajudar na melhor maneira de amamentar as crianças durante seus primeiros seis meses de vida, uma vez que barreiras existem, mas compreende-se a necessidade de garantir esse aleitamento materno.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão de literatura integrativa, visando responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais são os benefícios do aleitamento materno e as consequências do desmame precoce? Visando alcançar os estudos necessários ao desenvolvimento pesquisa em questão, foram utilizadas as bases de dados: Pubmed, Scielo, Lilacs via Biblioteca Virtual em Saúde, Medline via Biblioteca Virtual em Saúde. Os descritores que foram utilizadas nestas bases de dados foram: Aleitamento materno; Desmame; Mortalidade Infantil; Mortalidade de menores de 1 ano de idade, através do operador *AND* entre as palavras, formando as seguintes *Strings*: aleitamento materno *AND* desmame *AND* mortalidade infantil *AND* mortalidade de menores de 1 ano de idade

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Das pesquisas selecionadas, 20% compreendem respectivamente os anos de 2019, 2022 e 2023. 10% relacionam-se as pesquisas desenvolvidas no ano de 2020 e 30% no ano de 2021. No estudo de Silva *et al.* (2020), destacou-se que, dentre os benefícios do aleitamento materno, estão as vitaminas e proteínas que a criança recebe do alimento, além de se torna mais imune a anticorpos. A redução de gastos orçamentários é um aspecto de benefício apresentado no estudo, sobretudo no que diz respeito às mulheres em vulnerabilidade social, além da redução dos riscos de morte em crianças com menos de cinco anos de idade (SILVA *et al.*, 2020). De acordo com Bortoloci *et al.* (2023), o aleitamento materno é benéfico, sobretudo, quando oferecido exclusivamente para crianças com menos de 02 anos de idade, uma vez que o cunho nutricional é expansivo, melhorando aspectos imunológicos, cognitivos e energéticos do organismo de uma criança em fase de desenvolvimento. Em relação ao estudo de Izidoro *et al.* (2022) verificou-se que as mulheres também se beneficiam quando amamentam exclusivamente, uma vez que há a prevenção de doenças como a diabetes tipo II e a hipertensão, mas ainda é relevante destacar a diminuição da possibilidade de contrair doenças infecciosas ou mesmo a depressão pós-parto. Conforme Izidoro *et al.* (2022) é relevante salientar os benefícios de prevenir o surgimento de câncer de mama, ovário e até mesmo útero, bem como o retorno do peso gestacional da mulher. É importante esclarecer que não somente as mulheres previnem doenças durante a amamentação exclusiva, mas também as crianças ficam menos suscetíveis. Isso fica evidente quando, na pesquisa de Izidoro *et al.* (2022), é demonstrado que 13% das mortes infantis na faixa etária inferior a cinco anos ocorrem devido à amamentação exclusiva. Além disso, as crianças têm um melhor estado nutricional e estão protegidas contra a possibilidade de sobrepeso, diabetes, problemas respiratórios, alergias e dificuldades na

cavidade bucal. E, os benefícios psicológicos relacionam-se ao melhor vínculo entre a mãe e o bebê (IZIDORO *et al*, 2022). Da análise dos dados apresentados ao longo do texto, é possível concluir que o problema de pesquisa foi respondido, uma vez que o objetivo era demonstrar os benefícios do aleitamento materno no desenvolvimento de crianças nos seis primeiros meses de vida. A pesquisa destaca, dentre os benefícios, a redução do peso corporal das mulheres após o parto, a diminuição do risco de sangramento e a aceleração da involução uterina. Ainda se identificou a menor possibilidade de diagnóstico de câncer de mama, ovário e útero. Como benefícios proporcionados às crianças, encontrou-se: o desenvolvimento motor pleno, a diminuição de problemas bucal, de mortes e de infecções, além de uma nutrição mais completa. O aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida de uma criança proporciona um vínculo cada vez mais próximo, o que contribui para melhorias psicológicas para ambos, mãe e filho.

REFERÊNCIAS

BORTOLOCI, Jhennifer Galassi *et al*. Conceito de livre demanda: olhar das puérperas em aleitamento materno exclusivo. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 5, p. 2716-2728, 2023. Disponível em:
<https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/9909/4719>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRAGA, Milayne Serra.; GONÇALVES, Monique da Silva.; AUGUSTO, Carolina Rocha. Os benefícios do aleitamento materno para o desenvolvimento infantil. Curitiba, **Brazilian Journal of Development**, 2020. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/16985/15832>. Acesso em: 20 out. 2023.

MORAES, Isanete Coelho de *et al*. Percepção sobre a importância do aleitamento materno pelas mães e dificuldades enfrentadas no processo de amamentação. **Revista de Enfermagem Referência**, n. 2, p. e19065-e19065, 2019. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/3882/388263752009/html/>. Acesso em: 25 set. 2023.

SANTOS, Eryka Maria dos *et al*. Avaliação do aleitamento materno em crianças até dois anos assistidas na atenção básica do Recife, Pernambuco, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 1211-1222, 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2019.v24n3/1211-1222>. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, Elane Pereira.; SILVA, Estela Tavares.; AOYAMA, Elisângela de Andrade. A Importância Do Aleitamento Materno Nos Seis Primeiros Meses De Vida Do Recém Nascido. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, 2020. Disponível em:
<https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/89/82>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NA DIABETES MELLITUS TIPO 2 EM IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Claúdia Ress Felix Pimenta¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: claudiaress2@gmail.com); Emanuelle Sampaio Almeida Pinto², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuelleprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O estudo aponta sobre a importância da atuação dos profissionais nutricionistas junto ao público idoso diagnosticado com diabetes mellitus tipo 2 (DM2), uma vez que estes sujeitos precisam melhorar sua alimentação para minimizar a possibilidade de progressão da doença ou mesmo garantir sua qualidade de vida. Assim, o objetivo da pesquisa é discutir a atuação do nutricionista junto à população idosa acometida pela DM2. A metodologia utilizada para alcançar este intento trata-se da revisão integrativa. Realizou-se um corte temporal-espacial para apresentar como os pesquisadores identificam a relação do nutricionista com a qualidade de vida dos idosos com DM2. Foram identificados 57 estudos, mas, após serem considerados os critérios de inclusão e exclusão, apenas 10 foram incluídos nas discussões da pesquisa. As discussões revelaram que o papel do nutricionista é indispensável para orientar, sobretudo, os familiares dos idosos com DM2 quanto à melhor alimentação para estagnar ou regredir os efeitos da doença no corpo. Além disso, é possível notar que o nutricionista pode atuar de forma individualizada com os idosos e seus familiares, compreendendo sua realidade cultural e socioeconômica, ajudando o público-alvo a manter a dieta, mesmo em uma situação financeira difícil.

Palavras-chave: alimentos funcionais; idoso; diabetes; nutrição.

INTRODUÇÃO

O diabetes mellitus (DM) é uma doença crônica que tem acometido grande parcela da sociedade, visto que se apresenta com um processamento diferente do açúcar no corpo. Calculase que apenas no ano de 2020, cerca de 9,3% de indivíduos com idades entre 20 e 79 anos tenham descoberto a doença (BRASIL, 2023). Destaca-se que a crescente dos casos de DM tipo 2 tem acometido entre adultos e idosos, cerca de 90% a 95% do total. Cabe apontar que o diabetes mellitus em idosos está associado a questões sociodemográficas, mas também comportamentais. Importante esclarecer que existem vários tipos de diabetes mellitus, sendo conhecido por tipo 1 e 2, o diabetes gestacional, entre outros. Mas voltando-se ao tipo 2 especificamente, cabe destacar que ocorre quando o corpo humano não mais produz insulina, estando intimamente associado a questões que envolvem o sedentarismo, a hipertensão e os problemas alimentares. Justifica-se este estudo por saber que a população idosa está em crescente, o que permite o entendimento de que a atuação de profissionais como o nutricionista precisará se apresentar cada vez com mais intensidade. Entre os anos de 2012 a 2017, a população idosa passou de 18%, chegando a 30,2 milhões de indivíduos. Acredita-se que até o ano de 2060, um quarto da população brasileira já tenha mais de 65 anos de idade, o que fomenta a necessidade do cuidado com a saúde desta parcela da sociedade. Considerando as infrações que são apresentadas, surge o seguinte problema de pesquisa: como deve ocorrer a atuação do nutricionista junto à população idosa acometida pela Diabetes Mellitus tipo 2? Com relação ao objetivo geral do estudo, o mesmo visa discutir a atuação do nutricionista junto à população idosa acometidos pela Diabetes Mellitus tipo 2.

MARCO TEÓRICO

É importante ressaltar que o diabetes mellitus tipo 2 (DM2) acomete em larga escala a população idosa. Isto porque esse público tem uma resistência intensa com relação à insulina endógena, ocorrendo devido a ações desenvolvidas na produção das células. Esta resistência ocasiona falhas na absorção de hormônios, importantes para sua qualidade de vida. Cabe destacar que existem diversos tratamentos para o cuidado com a doença DM2, entretanto, a atuação do nutricionista tem-se apresentado preponderante, considerando que uma dieta balanceada é fundamental para o bem-estar do sujeito. Relevante destacar que a atuação do nutricionista é ideal tanto para a doença em questão quanto para as comorbidades que são associadas ao contexto. Relevante esclarecer que o diabetes mellitus garante intensa mortalidade. De acordo com Portela *et al.* (2021), no ano de 2019 ocasionou cerca de 4 milhões de óbitos, em países distintos. Dessa forma, é importante que exista um controle no que tange a doença, por meio de dietas, monitorização da glicemia, desenvolvimento de atividades físicas e outras estratégias (EUFRÁSIO; MACHADO, 2019).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, visto que atua na busca de entender as mudanças que ocorrem junto à sociedade em um determinado cenário. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão de literatura integrativa, que se efetiva por meio da escolha de arquivos já desenvolvidos sobre o assunto tratado, visando responder ao problema de pesquisa desenhado, que é entender como deve ocorrer a atuação do nutricionista junto à população idosa acometida pela Diabetes Mellitus tipo 2. A revisão de literatura integrativa efetiva-se por meio fases específicas, sendo elas: a elaboração da pergunta norteadora, a busca ou amostragem na literatura, a coleta de dados, a análise crítica dos estudos incluídos, a discussão dos resultados e a apresentação da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Os critérios de inclusão para selecionar os estudos foram relacionados aos arquivos que foram elaboradores nos últimos cinco anos, aqueles que se apresentam na íntegra e que respaldem os objetivos do estudo. Os critérios de exclusão referem-se àqueles estudos que não respondem ao problema de pesquisa e aqueles duplicados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Inicialmente utilizando os descritores escolhidos foram encontrados 57 artigos, após a leitura dos títulos, resumos, objetivos e metodologias foram excluídos 47 artigos restando 10 artigos para serem analisados. Os 10 artigos selecionados a partir dos critérios de inclusão da presente pesquisa, estão dispostos nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Google Acadêmico. É crucial que o estado nutricional dos sujeitos diagnosticados com DM2 esteja presente no cuidado com os idosos, uma vez que sua imagem corporal e percepção da saúde quando se trata de uma doença como a diabetes reduzem a possibilidade de progressão da doença. Os idosos, principalmente de baixa renda tendem a ter dificuldades para cuidar de sua alimentação porque os postos de saúde de suas comunidades nem sempre tem em sua equipe profissionais nutricionistas. Ficou claro que, apesar de terem consciência da importância de se alimentar com frutas, poucos utilizavam os produtos. A complexidade da falta de assistência do Estado com às pessoas diagnosticadas com DM2, em termos de pouco ou nenhum apoio em relação à disponibilização de profissionais como o nutricionista para o cuidado com o paciente, uma vez que este é um problema de saúde pública. A pesquisa aponta sobre a importância de reverter este cenário porque é sabido que o nutricionista é indispensável para conseguir que

sejam desenvolvidas ações educativas para o equilíbrio nutricional de pacientes com DM2. Os profissionais nutricionistas são fundamentais para desenvolver junto aos pacientes com DM2 uma dietoterapia, uma vez que esta prática permite a reeducação alimentar do sujeito, assegurando que suas glicemias estejam em níveis adequados a partir de hábitos alimentares mais saudáveis (XAVIER *et al.*, 2021). Os idosos se apresentam bastante resistentes as dietas que a eles são direcionadas pelos profissionais, e que, portanto, estes precisam firmar parcerias com os familiares dos idosos, uma vez que a família é suporte fundamental ao cuidado com aqueles diagnosticados com DM2 que não conseguem se cuidar sozinhos. É importante o desenvolvimento de oficinas nas unidades de saúde onde os idosos e seus familiares frequentam, uma vez que junto a outros profissionais, ou seja, atuando de maneira multiprofissional se torna possível fazer com que estes consigam entender melhor sobre a importância do cuidado, sobretudo, no que tange a sua alimentação, restringindo alimentos ricos em gordura da sua dieta e minimizando o consumo do açúcar, uma vez que estes são fatores predominantes na fomentação do problema relacionado a diabetes. É possível concluir que a pesquisa sobre o tema não se encerra neste estudo, uma vez que existem variáveis que necessitam ser investigadas e que podem ser alcançadas através de uma pesquisa exploratória.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Diabetes (diabetes mellitus)**. Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/diabetes>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- EUFRÁSIO, Jéssica.; MACHADO, Mariana. Qualidade de vida para crescente população idosa do DF ainda é um desafio. **Correio Brasiliense**, 2019. Disponível em: https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/25/interna_cidadesdf,778993/qualidade-de-vida-para-crescente-populacao-idosa-do-df-ainda-e-um-desa.shtml. Acesso em: 16 mar. 2023.
- PORTELA, Raquel de Aguiar et al. Diabetes mellitus tipo 2: fatores relacionados com a adesão ao autocuidado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, 2022. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/reben/a/pWf9cPCnswr7gDzSKxJr7SG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- SOUZA, Marcela Tavares de.; SILVA, Michelly Dias da.; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2023
- XAVIER, Raysa Marreiros et al. A importância da intervenção alimentar e nutricional domiciliar em idosos portadores de diabetes mellitus tipo II. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 5, p. 19588-19605, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/36179>. Acesso em: 02 abr. 2023.

DETERMINANTES E CONDICIONANTES SOCIAIS NO CONTEXTO DOS HÁBITOS ALIMENTARES EM IDOSOS: ESTUDO DE REVISÃO

Crislene Nogueira da Silva¹, (Aluna do curso de Nutrição do Centro Universitário Unijaguaribe. e-mail: crisnogueiranutri16@gmail.com), Gláucia Porto de Freitas², (Orientadora; Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: glaucia.freitas@fvj.br).

RESUMO

O consumo alimentar inadequado aliado a falta da prática de atividade física tem papel crucial na saúde da pessoa idosa, proporcionando o aumento dos índices de sobrepeso, acometimento por DCNT, morbimortalidade, maior risco de contrair infecções e diminuição da qualidade de vida. O objetivo desse artigo de revisão foi investigar a relação dos determinantes e condicionantes sociais no contexto dos hábitos alimentares em idosos. O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e conta com fontes de caráter primário e secundário, diretrizes, leis e documentos oficiais do MS, datados entre os anos de 2018 a 2023. A maior parte das pessoas idosas portadoras de algum tipo de DCNT não tem atenção sobre o consumo de alimentos diet e light, além de maior prevalência entre os homens de não consumirem alimentos derivados do leite, que já tem evidências elucidadas sobre a redução do risco de câncer colorretal, doenças cardiovasculares, problemas ósseos e gastrointestinais. O padrão corporal está ligado diretamente ao nível e quantidade de informações sobre saúde e alimentação saudável que o indivíduo recebe, podendo se justificar pelo fato de pessoas obesas ou com baixo peso visitarem com mais frequência os serviços de saúde. Por fim, é crucial ressaltar que este estudo de revisão destaca a necessidade contínua de investigação. Lacunas identificadas indicam áreas específicas que requerem mais atenção e estudo, como a influência de fatores psicossociais específicos e a adaptação de estratégias de intervenção a diferentes contextos culturais.

Palavras-chave: hábitos alimentares; alimentação saudável; saúde do idoso.

INTRODUÇÃO

O consumo alimentar inadequado aliado a falta da prática de atividade física tem papel crucial na saúde da pessoa idosa, proporcionando o aumento dos índices de sobrepeso, acometimento por DCNT, morbimortalidade, maior risco de contrair infecções e diminuição da qualidade de vida. Evitar ou retardar doenças crônicas, cardiovasculares, câncer, acidente vascular cerebral (AVC), demência e outras mais que podem levar à incapacidade do indivíduo e a mortalidade, está ligado diretamente aos hábitos de vida saudáveis, entretanto alguns fatores estão envolvidos no acesso e possibilidade de coloca-las em prática, dentre eles, a situação financeira, posição demográfica, nível de escolaridade e cor (BRASIL, 2005).

O objetivo desse artigo de revisão foi investigar nas evidências científicas da literatura a relação dos determinantes e condicionantes sociais no contexto dos hábitos alimentares em idosos. Compreende-se que os mesmos, são fatores limitantes de práticas alimentares saudáveis nesse grupo populacional, e que a abordagem adequada pode potencializar a incorporação de hábitos saudáveis e contribuir para o envelhecimento saudável, prevenindo doenças e melhorando da qualidade de vida. O estudo firma sua relevância na perspectiva de contribuir com a melhor compreensão sobre a temática e servir de ferramenta para a reflexão e elaboração de políticas públicas mais abrangentes que fortaleçam a segurança alimentar aos idosos.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e conta com fontes de caráter primário, como artigos originais, monografias, teses e dissertações publicados em periódicos, como também fontes secundárias dos tipos revisão bibliográfica, diretrizes, leis e documentos oficiais do Ministério da Saúde, datados entre os anos de 2018 a 2023, nos idiomas português, inglês e espanhol.

A partir da importância de esclarecer os determinantes e condicionantes que moldam os hábitos alimentares em idosos, que foi a questão norteadora desse estudo, buscou-se artigos que abrangessem a temática, a partir das palavras chave e os seguintes descritores combinados aos pares: determinantes sociais, condicionantes sociais, hábitos alimentares e idosos saudáveis. Nas bases de dados *Pub Med*, *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e no site oficial do Ministério da Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Souza e seus colaboradores (2020), identificaram através de seu estudo desenvolvido em uma unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF) que a maior parte das pessoas idosas portadoras de algum tipo de DCNT não tem atenção sobre o consumo de alimentos diet e light, além de maior prevalência entre os homens de não consumirem alimentos derivados do leite, que já tem evidências elucidadas sobre a redução do risco de câncer colorretal, doenças cardiovasculares, problemas ósseos e gastrointestinais, nas mulheres observou-se o consumo elevado de bebidas açucaradas e refrigerantes, que proporcionam chances maiores de contrair a obesidade e diabetes mellitus tipo 2. Isso reflete a falta de informação sobre os benefícios e riscos que o consumo desses grupos de alimentos podem acarretar para a saúde.

O excesso de peso apresenta prevalência atual no grupo de homens e mulheres com mais de 60 anos, os números saltaram de 18,5% para 50,1% e 28,7% para 48,0% respectivamente, nas duas últimas décadas. Em relação a adoção de hábitos saudáveis, percebe-se maior adesão somente após o diagnóstico de alguma DCNT, o que válida ações de conscientização sobre a alimentação adequada como parte do tratamento não medicamentoso para as diversas patologias, mas ainda transparece a necessidade de incentivos maiores das ações de prevenção e educação alimentar (MARINHO; MANOCHIO-PINA; RAMOS, 2021).

Um estudo realizado no Piauí com o intuito de conhecer o estado nutricional e os hábitos alimentares da população do estado, mostrou que o feijão com arroz constitui a base principal das principais refeições do grupo, com altos índices de consumo. Além de ser um的习惯 regional e cultural muito forte das regiões Norte e Nordeste, existem benefícios nessa combinação, aumentando a quantidade de proteína ingerida e proporcionando a absorção de aminoácidos essenciais. A ingestão de frutas frescas, verduras e legumes também se mostrou adequada nos dados obtidos pela amostra (PEREIRA; SAMPAIO, 2019).

O padrão corporal está ligado diretamente ao nível e quantidade de informações sobre saúde e alimentação saudável que o indivíduo recebe, podendo se justificar pelo fato de pessoas obesas ou com baixo peso visitarem com mais frequência os serviços de saúde, para realizar acompanhamento da condição ou outros problemas associados. Um estudo realizado no Rio Grande do Sul em 2016, mostra que pessoas com baixo peso recebem até 3 vezes mais orientações que as obesas. Também alerta sobre as pessoas com peso considerado normal, mas que são analfabetos ou têm algum tipo de barreira social que dificulta o acesso à informação, serem excluídas da parcela que também merece atenção pela classe profissional, para ações de educação em saúde e orientações específicas que podem gerar impactos benéficos em seu estilo e qualidade de vida (SIMÕES; DUMITH; GOLÇALVES, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens realizadas no presente estudo fazem emergir uma clara compreensão da intrincada rede de determinantes e condicionantes sociais que moldam os hábitos alimentares em idosos.

Por fim, é crucial ressaltar que este estudo de revisão não esgota o campo de pesquisa, mas, ao contrário, destaca a necessidade contínua de investigação. Essa reflexão instiga futuros pesquisadores a expandirem e aprofundarem o conhecimento sobre como os determinantes e condicionantes sociais afetam os hábitos alimentares em idosos, contribuindo assim para a construção de abordagens mais efetivas e inclusivas no cuidado à saúde dessa população.

REFERÊNCIAS

Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde. **Envelhecimento ativo:** uma política de saúde. Brasília, DF, 2005. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023.

SOUZA, *et al.* Prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, hábitos alimentares e de atividade física numa Estratégia de Saúde da Família de Presidente Prudente –SP. **Conscientiae Saúde** vol. 19 n. 1, pag. 1-15, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.5585/conssaud.e19n1.18221>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MARINHO, J. R.T.; MANOCHIO-PINA, M. G.; RAMOS, S. B. Fatores associados à qualidade de vida, estado nutricional e políticas públicas dos idosos: revisão integrativa. **Revista Contexto & Saúde**, vol. 21, n. 44, pag. 130-148, 2021. Disponível em:
<https://orcid.org/0000-0002-7851-0508>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PEREIRA, R. L. M. R.; SAMPAIO, J. P. M. Estado nutricional e práticas alimentares de idosos do Piauí: dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN Web. **Revista Eletrônica Comunidade, Informação, Inovação e Saúde**, vol. 13, n. 4, pag. 854-862, out.-dez 2019. Disponível em:
<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1660>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SIMÕES, M. O.; DUMITH, S. C.; GONÇALVES, S. V. Recebimento de aconselhamento nutricional por adultos e idosos em um município do Sul do Brasil: estudo de base populacional. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, vol. 22, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/GzSx33Scdt9HCkGQVs3DCf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2023.

O PAPEL DA ALIMENTAÇÃO SOBRE A ESTEATOSE HEPÁTICA NÃO ALCOÓLICA EM PACIENTES COM SOBREPESO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Danilo Ribeiro da Costa¹, (Aluno do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: danylor304@gmail.com); Scarlett Valente Batista², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: scarlett.batista@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A pesquisa trata sobre a Doença Hepática Gordurosa Não Alcoólica (DHGNA), sendo este relacionado a gordura no corpo e consequente lesão inflamatória. A mesma é considerada uma doença silenciosa e acomete cerca de 20 a 25% da população mundial. A literatura aponta a importância do acompanhamento de uma equipe multiprofissional para que o cuidado com estes sujeitos aconteça com qualidade. Objetiva-se com este estudo realizar uma revisão sobre o papel da alimentação no controle da DHGNA. O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura, sendo incluídos estudos publicados entre os anos de 2013 a 2023. Entre as dietas identificadas como relevantes para o cuidado com a DHGNA estão a Dieta Convencional (CD), a Dieta Mediterrânea e a Dieta Mediterrânea-atividade física (MD-PA), sendo que algumas tendem a beneficiar mais aos homens que do que as mulheres. Os estudos apontaram ainda como necessário o período de 6 meses de dieta para que os benefícios sejam identificados.

Palavras-chave: hepatopatia gordurosa não alcoólica; figado gorduroso; alimentos, dieta e nutrição.

INTRODUÇÃO

A alimentação possui papel central na gênese de diversos agravos nutricionais. As práticas alimentares e o estilo de vida do século XXI, têm contribuído para a maior ingestão de açúcar simples, gorduras saturadas e alimentos ultraprocessados. (ALMEIDA *et al.*, 2021). A esteatose hepática se insere entre as diversas doenças que possuem relação com o consumo excessivo de alimentos desbalanceados nutricionalmente, entre os quais podem ser citados os ultraprocessados. No caso da Doença Hepática Gordurosa Não Alcoólica (DHGNA), a presença da gordura faz com que o sujeito seja acometido por lipotoxicidade, assim como lesão inflamatória. Sobre o diagnóstico da DHGNA, pode ocorrer por meio de biópsia hepática, porém o autor destaca que o exame possui limitações na sua indicação, visto a presença de riscos e complicações. O diagnóstico pode também ser realizado através de ressonância magnética com espectroscopia, a qual possui riscos reduzidos, contudo, cabe destacar o seu custo elevado que limita sua aplicabilidade. Dessa forma o objetivo do presente estudo é de realizar uma revisão sobre o papel da alimentação no controle da DHGNA.

MARCO TEÓRICO

A uma doença DHGNA é considerada silenciosa e que requer devido cuidado. Santana *et al.*, (2021) discorrem ainda sobre esta ser uma enfermidade que tem afetado cerca de 20 a 25% da população mundial, estando o indivíduo suscetível ao aumento das chances de ocorrência de insuficiência hepática, carcinoma hepatocelular e cirrose. É importante compreender ainda a influência do sobrepeso, o qual tem afetado grande parte da população, na gênese da DHGNA. O acúmulo excessivo de tecido adiposo favorece o acumulado de gordura no citoplasma dos hepatócitos. Para um melhor prognóstico dos indivíduos acometidos pela doença é necessário o acompanhamento por uma equipe multiprofissional, entre os quais se inclui o nutricionista, o responsável por determinar a melhor conduta nutricional aplicada a cada

indivíduo. É relevante frisar que a Doença Hepática Gordurosa Não Alcoólica associada ao sobrepeso possui intrínseca relação com a alimentação inadequada, todavia, existem outros fatores relacionados aos mecanismos da patologia, entre os quais podem ser citados, a individualidade metabólica, suscetibilidade genética e fatores ambientais. Fatores relacionados ao estilo de vida como dietas, sedentarismo e obesidade possuem também importante contribuição na gênese da doença.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura, o qual teve como pergunta norteadora: qual a influência da alimentação no controle da DHGNA trazida pela literatura nos últimos dez anos (2013-2023)? Importante enfatizar que a revisão integrativa de literatura é desenvolvida por meio de seis fases específicas, sendo: a elaboração da pergunta norteadora, a busca ou amostragem na literatura, a coleta de dados, a análise crítica dos estudos incluídos, a discussão dos resultados, por fim, a apresentação da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Para a seleção dos artigos a serem incluídos, primeiramente foram lidos os títulos e resumos dos artigos encontrados pela busca. O segundo passo foi realizar uma análise completa dos estudos, levando em consideração apenas aqueles que estavam relacionados ao objeto de estudo. Finalmente, após a leitura completa dos artigos submetidos a triagem, foram incluídas aquelas pesquisas que respaldam a pergunta que norteou o estudo, bem como estejam relacionadas ao objetivo do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Montemayor *et al.* (2022), a partir do consumo de peixes e legumes foi possível diminuir os problemas com DHGNA, reduzindo a gordura intra-hepática e a rigidez hepática. Esclareceu-se ainda na pesquisa que dificuldades com IMC, insulina, Hb1Ac, pressão arterial diastólica, colesterol HDL e ALT melhoraram consideravelmente quando os sujeitos foram submetidos a intervenções dietéticas hipocalóricas e atividades físicas, em concomitância. As intervenções dietéticas a que os sujeitos foram submetidos para a perda de peso tiveram duração entre 6 a 12 meses. Com relação ao estudo desenvolvido por Marin-Alejandre *et al.* (2019), ficou evidenciado que os pacientes foram submetidos a uma dieta específica, conhecida por Dieta Mediterrânea (MedDiet) e que após 6 meses de acompanhamento foi possível alcançar a diminuição da gordura hepática dos sujeitos. Para mensurar o êxito da dieta, os pacientes foram avaliados quanto a composição corporal, parâmetros bioquímicos, antropometria e a própria dieta. Uma análise com a Dieta Mediterrânea, comprovando que, após 6 meses, a dieta moderadamente hipocalórica personalizada permitiu a redução do acúmulo de gordura hepática e a rigidez hepática. O desafio é ter bons resultados junto a adultos com DHGNA com relação a intervenções dietéticas. O estudo em questão considerou uma recomendação dietética direcionada tanto pelas Diretrizes Dietéticas Australianas e quanto pela The Heart Foundation. As dietas utilizadas são consideradas tradicionais e buscam a composição de cereais integrais, vegetais, frutas, assim como a redução de alimentos industrializados, que são aqueles processados e com teor alto de açúcar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações alcançadas ao longo do estudo, foi evidenciado que a alimentação possui papel crucial para o controle da DHGNA, o que inclui a necessidade da mudança do estilo de vida com o consumo de alimentos menos calóricos alinhado a prática de

exercícios físicos, sobretudo, de força. Identificou-se ainda que, a depender da dieta, estas tendem a beneficiar mais o gênero masculino do que feminino, tal como as dietas cetogênicas. Neste sentido, é possível enfatizar que o objetivo da pesquisa foi alcançado, visto que buscava realizar uma revisão sobre o papel da alimentação no controle da DHGNA, e evidenciou-se que alimentos como proteínas/polifenóis vegetais verdes, cereais integrais, frutas, peixes e legumes são fundamentais para o processo de emagrecimento e redução de problemas com DHGNA.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mariana; LINHARES, Isabela; BRUM, Larissa; COELHO, Lucas; MACHADO, MANUELA. O impacto da má alimentação infantil à longo prazo na saúde do adulto. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, [s. l.], v. 39, p. e9272-e9272, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/9272>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- MARIN-ALEJANDRE, Bertha; ABETE, Itziar; CANTERO, Irene; MONREAL, Ignácio; ELORZ, Mariana; HERRERO, José; BOILLOS, Alberto; QUIROGA, Jorge; MARTINEZ-ECHEVERRIA, Ana; URIZ-OTANO, Juan; HUARTE-MUNIESA, María; TUR, Josep; MARTINEZ, Alfredo; ZULET, Ángeles. The metabolic and hepatic impact of two personalized dietary strategies in subjects with obesity and nonalcoholic fatty liver disease: the fatty liver in obesity (FLiO) randomized controlled trial. **Nutrients**, [s. l.], v. 11, n. 10, p. 2543, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6836315/>. Acesso em: 15 out. 2023.
- MONTEMAYOR, Sofía; BOUZAS, Cristina; MASCARÓ, Catalina; CASARES, Miguel; LIOMPART, Isabel; ABETE, Itziar; ANGULLO-MARTÍNEZ, Escarlata; ZULET, María; MARTÍNEZ, Alfredo; TUR, Josep. Effect of dietary and lifestyle interventions on the amelioration of NAFLD in patients with metabolic syndrome: The FLIPAN study. **Nutrients**, [s. l.], v. 14, n. 11, p. 2223, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9182851/>. Acesso em: 12 out. 2023.
- SANTANA, Jéssica; MOTA, Allan; GONZAGA, Yasmin; GOMES, Raphaella; MELO, Lívia; NORONHA, Victor; SANTOS, Anny; JESUS, Joseane; LIMA, Sonia; CRUZ, Josilda. Perfil metabólico e antropométrico dos pacientes obesos e não obesos portadores de esteatose hepática não alcoólica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. e5525-e5525, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5525>. Acesso em: 10 out. 2023.
- SOUZA, Marcela; SILVA, Michelly; CARVALHO, Rachel. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein (São Paulo), [s. l.], v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

O PAPEL DA NUTRIÇÃO COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS ALIMENTARES: BULIMIA E ANOREXIA

Dávila da Costa Lopes¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: davila.lopes@fvj.br); Orientador², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: scarlett.batista@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O foco da nutrição comportamental são as relações saudáveis, visando sanar o problema dos transtornos alimentares dos indivíduos no que concerne à bulimia e anorexia. O papel do profissional nutricionista é bastante relevante na busca de uma alimentação adequada e rica em nutrientes, ajudando assim a combater as dietas inadequadas que acabam resultando no desenvolvimento dos transtornos de tais patologias. Enfatiza-se que tanto a bulimia quanto a anorexia nervosa ocasionam nas pessoas restrições alimentares acentuadas, provocando nelas a compulsão alimentar e a repulsa em se alimentar. A anorexia e a bulimia provocam um caos na vida alimentar do indivíduo e uma dieta que poderia ser rica e saudável acaba sendo transformada em um pesadelo alimentar e para sanar essa problemática é de extrema importância a atuação do profissional em nutrição, sendo ele quem irá mediar, diagnosticar e receitar dietas alimentares no quesito da alimentação saudável.

Palavras-chave: nutrição comportamental; profissional nutricionista; dietas inadequadas; anorexia e bulimia.

INTRODUÇÃO

Na visão dos escritores Catão e Tavares (2020), dietas rigorosas resultam no desenvolvimento tanto da anorexia quanto da bulimia, gerando ainda a compulsão alimentar. Os referidos autores destacam a importância de um acompanhamento especializado de um profissional nutricionista a fim de que o paciente possa se libertar da anorexia e bulimia (CATÃO; TAVARES, 2020).

O medo de engordar e a ansiedade desenvolvem nas pessoas patologias nocivas à saúde humana, sendo o nutricionista, o profissional que ajudará a tratar esses transtornos. Para tratar a anorexia e a bulimia, o nutricionista, irá receitar uma dieta equilibrada com hábitos alimentares saudáveis.

Os distúrbios alimentares precisam ser tratados para que não evoluam para a saúde mental, afetando assim o lado psicológico das pessoas. Através do embasamento da pesquisa, pode-se compreender que tais distúrbios acabam iniciando ainda na fase infantil dos seres humanos, evoluindo no futuro para transtornos de bulimia e anorexia.

Quem sofre de bulimia e anorexia precisa ser acompanhado por um profissional especialista em nutrição, pois somente ele poderá traçar o diagnóstico correto, receitando uma alimentação adequada e ajudando a combater tais transtornos que são altamente patológicos para aqueles que as desenvolvem.

MARCO TEÓRICO

Os transtornos alimentares ocasionam no corpo das pessoas distúrbios que resultam em doenças como a anorexia e bulimia e na busca de sanar tais transtornos faz-se necessário adotarem os métodos que envolvem a nutrição comportamental, visando uma alimentação equilibrada e nutritiva.

A nutrição comportamental perpassa pela atuação do profissional em nutrição, uma vez que somente ele poderá indicar listas de alimentação saudável, revertendo assim os sintomas da bulimia e anorexia na vida das pessoas.

METODOLOGIA

O estudo é uma revisão integrativa de literatura de caráter qualitativo e a pergunta norteadora de embasamento do trabalho foi: Qual o papel da nutrição no que concerne ao tratamento dos transtornos alimentares: bulimia e anorexia?

A busca dos estudos foi realizada no período de agosto a novembro de 2023, onde o levantamento bibliográfico e de dados foi realizado através do: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), Scientific Electronic Library Online (Scielo) e a PubMed.

Foi utilizada a seguinte estratégia de pesquisa realizando buscas em bases científicas, utilizando o formulário de busca avançada nas bases de dados com o emprego dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Nutrição comportamental”, “bulimia nervosa” e “anorexia nervosa”, “behavioral nutrition”, “nervous bulimia” e “anorexia nervosa” juntos ao operador booleano “AND” e aos critérios de inclusão que foram aplicados para composição da amostra, sendo utilizada a seguinte estratégia de busca: nutrição comportamental AND bulimia nervosa OR anorexia nervosa, behavioral nutrition AND bulimia nervosa OR anorexia nervosa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Cuppari *et al.* (2019), as boas relações alimentares saudáveis dos indivíduos são o foco da nutrição comportamental, sendo o transtorno alimentar relacionado a má alimentação e ingestão de alimentos industrializados, tais transtornos comprometem o estado psicológico e nutricional dos pacientes (CUPPARI *et al.*, 2019).

O profissional em nutrição busca aplicar em seus pacientes uma alimentação adequada e rica em nutrientes, diminuindo os déficits alimentares e tornando assim o seu acompanhamento nutricional exitoso para todos (ALVARENGA *et al.*, 2019).

Os indivíduos que desenvolvem o transtorno da bulimia e anorexia acabam acreditando que “magreza” é sinônimo de beleza. Brito *et al.* (2021) dizem que o nutricionista ao ser preciso em seu diagnóstico sobre tais transtornos, levará seu paciente a compreender que a estética e a alimentação podem caminhar juntas (BRITTO *et al.*, 2021).

Com a ajuda do profissional em nutrição os transtornos alimentares podem ser combatidos (anorexia e bulimia) e é por isso que o nutricionista precisa possuir sensibilidade ao executar seu tratamento no paciente, colaborando para que o mesmo ultrapasse e supere as dificuldades impostas pela bulimia e anorexia, sendo que o paciente precisa ter consciência que deve assumir práticas alimentares corretas e saudáveis para poder assim eliminar em definitivo esses transtornos (SILVA; MARTINS, 2017).

Por meio dos artigos elegíveis que contribuíram para a fundamentação da pesquisa, pode-se compreender que terapias comportamentais e cognitivas contribuem para combater os transtornos anoréxicos e bulímicos. Destaca-se também as técnicas que envolvem a nutrição comportamental (entrevista motivacional, comer intuitivo e comer em atenção plena) que atuam como facilitadoras para superar os transtornos alimentares nas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate aos transtornos alimentares que resultam na anorexia e bulimia perpassa pela atuação do nutricionista, pois ele pode indicar terapias e uma alimentação adequada, visando a promoção de uma vida equilibrada.

O profissional em nutrição é aquele que possui o cuidado nutricional com seu paciente, buscando implementar metas de alimentação saudável, fortalecendo os vínculos de confiança entre ambos e assim sanando os efeitos nocivos causados pela anorexia e bulimia na vida das pessoas.

Para a mudança nos hábitos alimentares verdadeiramente poder acontecer, o paciente, precisa praticar por intermédio do atendimento de um nutricionista, a teoria comportamental-cognitiva ligadas ao comer pleno e sem restrições e podendo, dessa forma, combater a prática dos maus hábitos e transtornos alimentares.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA Marle *et al.* **Nutrição Comportamental.** 2. ed. Barueri, SP. Editora Manole. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.manole.com.br/nutricao-comportamental-2-edicao/p>. Acesso em: 3 out. 2023.

BRITTO, Ana Paula *et al.* **Transtornos alimentares-anorexia, bulimia, compulsão alimentar- em tempos de covid-19.** /S.L.J, 2021. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=BRITTO,+et+al.+Transtornos+alimentares-anorexia,+bulimia,+compuls%C3%A3o+alimentar+-+em+tempos+de+covid-19.+2021.&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart. Acesso em: 4 out. 2023.

CATÃO, Larissa Gomes; TAVARES, Renata Leite. Técnicas da nutrição comportamental no tratamento dos transtornos alimentares. **Revista Campo do Saber**, Paraíba, v. 3, n. 1, p. 2-13, maio. 2020. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/259>. Acesso em: 6 out. 2023.

CUPPARI, Lílian. **Nutrição Clínica no Adulto.** Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar - Nutrição - Nutrição Clínica no Adulto. 5^a Ed. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4745838>. Acesso em: 4 out. 2023.

SILVA, B.; MARTINS, E. Mindful Eating na Nutrição Comportamental. **Revista Científica Univiçosa**, Minas Gerais, vol. 9, n.1, p. 1-12, maio. 2017. Disponível em: <https://doceru.com/doc/n5cx0vx>. Acesso em: 5 out. 2023.

A INFLUÊNCIA DA NUTRIÇÃO NO QUE CONCERNE ÀS PRÁTICAS ESTÉTICAS SAUDÁVEIS

Emanuelle da Silva Braga¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuellebragas@gmail.com); Orientadora², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: (glaucia.freitas@fvj.br)

RESUMO

Todo e qualquer ser humano precisa se adequar a uma boa prática alimentar, sendo que esta deve ser também adequada as verdadeiras necessidades biológicas e sociais do indivíduo. O profissional especializado em nutrição é aquele que objetiva atuar para o bem-estar e qualidade de vida de seus pacientes. A inserção da boa prática alimentar receitada por um nutricionista faz com que as pessoas possam entender que a prática estética pode estar alinhada a uma boa alimentação diária. As práticas voltadas à área estética possuem aspectos positivos e negativos, devendo prevalecer os hábitos alimentares que visam uma qualidade de vida adequada. A atuação do profissional em nutrição é de suma importância para controlar e receitar dietas saudáveis, aliando assim uma vida alimentar equilibrada juntamente com as boas práticas estéticas.

Palavras-chave: prática alimentar; profissional especializado; alimentação diária; dietas saudáveis; vida alimentar equilibrada.

INTRODUÇÃO

Uma problemática na sociedade atual são os transtornos alimentares, cabendo as pessoas buscarem hábitos alimentares saudáveis para uma vida em plenitude. Conte *et al.* (2020), destacam os conceitos de “estado nutricional”, “segurança alimentar” e “nutrição saudável”, que para eles, são primordiais para a configuração de uma vida plena, aliando também a prática de exercícios físicos, trazendo assim a figura essencial do profissional nutricionista, visto que é ele quem pode diagnosticar e receitar práticas alimentares saudáveis aos seus pacientes (CONTE *et al.*, 2020).

O bem-estar da coletividade de uma população perpassa pela prática alimentar de caráter correto e adequado às necessidades dos indivíduos, sem contar que a beleza é um fator determinante na vida da pessoa que faz uso de uma alimentação rica em nutrientes e carboidratos, por exemplo.

A relação entre os aspectos nutricionais com as práticas estéticas contribui para a boa saúde das pessoas, revelando a influência da nutrição de forma positiva no que concerne às práticas estéticas de caráter saudável.

METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter bibliográfico e qualitativo, a fim de aprofundar os estudos a respeito da nutrição no que concerne às práticas estéticas saudáveis. A busca das publicações e dos dados se deu através dos sites: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e a PubMed. A base científica ocorreu por meio do emprego dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Influência da nutrição”, “alimentação saudável”, e “estética” e ” juntos ao operador booleano “AND” e aos critérios de inclusão que foram aplicados para composição da amostra.

Ao selecionar os artigos, levou-se em consideração artigos publicados entre os anos de 2018 a 2023 que abordavam a temática da importância da nutrição em relação às práticas

estéticas saudáveis, sendo excluídos os artigos que se repetiram nos resultados obtidos nas bases de dados e os que não disponibilizavam seu conteúdo completo nas bases.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na visão de Bastos *et al.* (2022), praticar hábitos saudáveis no que concerne à alimentação são de suma importância para a superação das barreiras alimentares impostas pelos padrões estéticos. Para os autores, o estado nutricional e alimentar deve acontecer na prática de todas as pessoas que também visam se adequar aos conceitos estéticos regidos pela sociedade contemporânea (BASTOS *et al.*, 2022).

A atuação do profissional em nutrição é salutar para a consolidação das boas práticas alimentares, cabendo ao nutricionista estabelecer relações afetivas e de confiança com o paciente a fim de que a alimentação saudável possa vir a acontecer de fato (COUTINHO *et al.*, 2021).

Os padrões alimentares para Oliveira *et al.* (2021), podem ordenar ou desordenar as práticas estéticas nos indivíduos, sendo reforçada a construção de hábitos saudáveis na vida das pessoas sempre. Os autores ainda enfatizam que o profissional especializado é um excelente parceiro para que a alimentação saudável venha acontecer realmente, reforçando que estética e alimentação andam lado a lado (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

Os autores Araújo e Bezerra (2021), trazem à tona o período da pandemia da covid-19, onde as pessoas mudaram drasticamente sua alimentação, surgindo daí inúmeras doenças decorridas tanto do vírus quanto do isolamento social, doenças mentais, por exemplo, tendo isso atrelado ao consumo excessivo de alimentos inapropriados à saúde humana, afetando gigantescamente os ideais alimentares saudáveis na população (ARAÚJO; BEZERRA, 2021).

Os artigos que embasaram o estudo contribuíram para afirmar que os padrões alimentares das pessoas foram modificados, impactando, por vezes, negativamente em suas vidas, podendo o nutricionista atuar para sanar os distúrbios alimentares, contribuindo para a consolidação das práticas que envolvem a estética saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação saudável, nos dias de hoje, é um desafio diário e a busca por uma dieta equilibrada é essencial para o bem-estar dos indivíduos, cabendo ao profissional nutricionista o papel de sanar os distúrbios alimentares que seu paciente venha a desenvolver.

As dietas restritivas podem afetar as funções cerebrais das pessoas, sendo relevante ao paciente fazer adesão a uma dieta prescrita pelo nutricionista. Por meio da avaliação nutricional é possível definir a adequação de nutrientes, eliminando a ideia de que padrões estéticos são incoerentes com uma alimentação adequada. A figura do nutricionista na vida dos indivíduos, aliada à prática de exercícios físicos, contribui com uma vida saudável, prevenindo doenças e garantindo longevidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Karyne Frota Prado; BEZERRA, Keila Cristiane Batista. Covid-19: mudanças no comportamento alimentar e aumento da obesidade no contexto do isolamento social. **Revista Arquivos Científicos**, Piauí, v. 5, n. 1, p. 11-19, maio. 2021. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/514>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- BASTOS, Maria Gabriella Ferreira *et al.* Vigilância alimentar e nutricional em Minas Gerais: uma contribuição para intervenções nutricionais? **Periódico Saúde e Pesquisa**, Minas Gerais, v.16, n.1, p. 11-20. set. 2022. Disponível em:

<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/11202>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CONTE, F. A; SCHWENGBER, M. S. V. Saberes nutricionais econômicos midiáticos e o cuidado com a alimentação: light, diet e zero. **Revista Espaço Acadêmico**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, p. 1- 23, maio. 2020. Disponível em:
<https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/48145>. Acesso em: 12 out. 2023.

COUTINHO, Kauane Bernardes *et al.* Alimentação adequada e as dietas da moda. **Repositório Universitário da Ânima**. Pouso Alegre, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/24009>.
Acesso em: 12 out. 2023.

OLIVEIRA, Olicélia Magna Tunico de et al. A influência da alimentação no envelhecimento e nas desordens estéticas: uma revisão integrativa. **Pesquisa, sociedade e desenvolvimento**, Rio Grande do Norte, v.10, n.12, p. 2-10, maio. 2021. Disponível em:
<https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/download/20333/18153/247442>.
Acesso em: 12 out. 2023.

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS A CONSTIPAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Estefany Gomes Fernandes¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: estefanylaluna@outlook.com); Maria Ivone dos Santos Barros², (Orientadora - Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.ivone@fvj.br)

RESUMO

O estudo destaca o grande número de crianças que sofrem de constipação intestinal, o que acarreta diversos problemas para seu desenvolvimento enquanto ser humano em processo de construção de identidade e crescimento. Compreendendo esse cenário, o objetivo dessa pesquisa é analisar bibliograficamente os fatores de risco associados a constipação infantil. A metodologia utilizada nesse estudo, se trata da revisão integrativa com abordagem qualitativa, fazendo uso de bases de dados como *Scientific Electronic Library Online* - SCIELO, a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS e o PUBMED. Diante dos resultados alcançados, 335 artigos foram localizados incialmente, e, após direcionar os critérios de inclusão e exclusão, foram obtidos 12 estudos. Foi demonstrado que o desmame precoce, a iniciação precoce no ambiente escolar e os maus hábitos alimentares são fatores fundamentais para o diagnóstico de constipação intestinal. Ainda é possível enfatizar o contexto familiar adoecido, os problemas financeiros, o *bullying* nas escolas, a falta de vitaminas no corpo de crianças com síndrome de Down e os problemas psicológicos enfrentados pelas mães das crianças. Dessa forma, conclui-se a relevância de mais estudos a respeito do tema, a fim de que novos riscos sejam apresentados à literatura em relação à constipação infantil.

Palavras-chave: criança; constipação infantil; fatores de risco.

INTRODUÇÃO

A constipação infantil relaciona-se a dificuldade que uma criança tem de evacuar, considerando um período de até um mês ou mais. Os sujeitos tendem a apresentar fezes duras e maiores do que comumente se identifica, tornando difícil a sua evacuação (SANTOS, 2022). É importante ressaltar que os problemas com constipação infantil afetam indivíduos em todo o mundo, podendo se iniciar a partir do primeiro ano de vida. Afirma-se que das consultas médicas infantis, 5% destas estão relacionadas a essa problemática e 95% dos distúrbios são considerados funcionais (LOPES, 2021).

MARCO TEÓRICO

Cabe destacar que entre as possibilidades que mais se apresentam para que se identifique a constipação infantil relacionam-se a introdução de alimentos a sua dieta, envolvendo cereais e alimentos sólidos, mas também o treinamento junto ao bebe para que ele consiga usar o banheiro e ao iniciar a vida neste no cenário escolar (IVNUK et al., 2023).

METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa se trata de uma revisão integrativa e teve como pergunta norteadora o seguinte questionamento: quais são os fatores de risco associados a constipação infantil? No que tange as bases de dados usadas para localização dos estudos que componham a revisão de literatura integrativa, estão: a *Scientific Electronic Library Online* - SCIELO, a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS via Biblioteca Virtual de Saúde

(BVS), o Medline via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), e o PUBMED. Com relação aos descritores, foram utilizados para busca as expressões “constipação intestinal”, “criança”, “fatores de risco”, “constipation”, “child”, “risk factors” juntamente do operador booleano “AND” entre as palavras, formando assim as seguintes strings: “constipação intestinal AND criança AND fatores de risco”, “constipation AND child AND risk factors”. Para que ocorresse a seleção dos estudos para compor os resultados do artigo, fez-se utilização de critérios de inclusão e exclusão. Com relação aos critérios de inclusão estão aqueles estudos elaborados nos últimos sete anos, se apresentam na íntegra para responder aos objetivos desta pesquisa e que foram escritos em Português e Inglês. E, no que tange aos critérios de exclusão relacionam-se aos estudos que não conseguiram responder ao problema de pesquisa, além daqueles que se apresentam de forma duplicada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao todo foram encontrados 335 artigos nas bases de dados, sendo desses, 48 no Scielo, 2 no Lilacs, 150 no Pubmed e 135 no Medline. Com a leitura dos títulos foram excluídos 260 artigos, sobrando 75 para a análise do resumo, e desses foram excluídos 50 por não se encaixarem no objetivo da pesquisa. Foi realizada a leitura completa de 25 artigos, sendo excluídos 13 por não atenderem aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, assim, foram utilizados 12 artigos para o desenvolvimento do estudo. Na visão de Carvalho (2016), as crianças ainda nos primeiros meses de vida tendem a apresentação contexto de constipação intestinal quando as mães inserem alimentos além do leite materno em sua dieta. Ou seja, o nutricionista precisa enfatizar para as mães a importância do aleitamento materno nos primeiros meses de vida da criança para evitar adoecimentos, entre os quais se apresenta o contexto de prisão de ventre que pode gerar outras complicações (CARVALHO, 2016). A pesquisa de Oliveira (2020), corrobora com o estudo de Carvalho (2016) quando afirma que o desmame precoce é um fator crucial para o quadro de constipação intestinal junto as crianças. O estudo ainda aponta sobre a infância apresentar intensos números de indivíduos com prisão de ventre porque estas fazem refeições prolongadas, tendem a recusar alimentos saudáveis ou são desinteressadas pela alimentação, causando restrição em seus hábitos alimentares com relação a fibras alimentares fundamentais para seu organismo. O mesmo estudo aponta sobre o pouco hábito em tomar água, complicando ainda mais as dores intestinais, piorando o contexto, ainda mais, quando as crianças se inserem no contexto escolar (OLIVEIRA, 2020).

CONCLUSÕES

Ao analisar os dados coletado ao longo da pesquisa, é possível notar que a sua questão foi resolvida, uma vez que os estudos selecionados enfatizam que, dentre os fatores de risco para a constipação infantil, estão a falta de ingestão de água, de alimentos como frutas e ainda aqueles que foram precocemente dispensados da amamentação exclusiva. Além disso, verificou-se que as crianças que vivem em ambientes de vulnerabilidade financeira, sofrem violência ou estão inseridas em ambientes escolares de forma precoce também apresentam maior incidência de constipação intestinal. Há evidência que há um estreitamento do vínculo entre mães e filhos, e quando a genitora enfrenta dificuldades psicológicas, as crianças tendem a apresentar sintomas de constipação. Os estudos também mostram que aquelas crianças que vivem em um contexto familiar que sofrem de alcoolismo, doenças graves ou bullying nas escolas também apresentam dificuldades para constipação intestinal. Conclui-se que o tema em questão deve continuar sendo amplamente discutido, uma vez que é preciso identificar mais riscos que estão relacionados aos problemas de constipação intestinal que as crianças

enfrentam. É relevante um estudo descritivo, que aborde mães de crianças que já tiveram problemas de constipação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Flávia Lima de. **Prevalência de constipação intestinal e fatores associados aos seis meses de idade.** Dissertação de Mestrado (Mestre em Saúde Coletiva), Feira de Santana- BA, 2016. Disponível em: <http://tede2.ufes.br:8080/bitstream/tede/634/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

IVNUK, Luana de Paula *et al.* Seletividade alimentar infantil: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 12, p. e130121244099-e130121244099, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/44099>. Acesso em: 15 nov. 2023.

LOPES, Carolina Endres. **Constipação intestinal infantil.** Trabalho Conclusão do Curso (Pós Graduação em Pediatria do Hospital de Clínicas), Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/236410/001138762.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2023.

OLIVEIRA, Marcela Barros Barbosa de. **Prevalência de constipação intestinal funcional em préescolares de Sergipe e associações com o aleitamento materno, comportamento alimentar e o estado nutricional.** Dissertação (Mestre em Ciências da Saúde), 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/17163>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SANTOS, Sarah Marcelo dos. **Constipação intestinal funcional na população pediátrica:** revisão de escopo. Trabalho de conclusão de curso (bacharel em Enfermagem), 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/33362>. Acesso em: 20 nov. 2023.

IMPACTO DA AMAMENTAÇÃO EXCLUSIVA NO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS PRÉ-TERMO

Estelita de Lima Gomes¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: Estelita.gomes@fvj.br); Emanuelle Sampaio Almeida Pinto², (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, Mestre em Fitotecnia com ênfase em Bioquímica e fisiologia Vegetal-UFC. Graduação Em Engenharia Agronómica- UFERSA. MBA em Gestão Estratégica em IES-FVJ. Graduada em Ciências Biológicas- UNIASSELVI. e-mail: emanuelleprof@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

A pesquisa enfatiza sobre avaliar os benefícios nutricionais e imunológicos da amamentação. Assim, o objetivo geral da pesquisa busca elucidar o impacto da amamentação exclusiva no estado nutricional de crianças pré-termo. Para tanto, desenvolveu-se uma revisão de literatura integrativa com abordagem qualitativa, fazendo uso de estudos publicados entre os anos de 2018 a 2023. A amamentação exclusiva desempenha um papel fundamental no estado nutricional e no desenvolvimento global de crianças pré-termo. É indispensável que políticas públicas e práticas clínicas sejam direcionadas no sentido de promover e apoiar a amamentação entre essa população específica. Esse investimento não só beneficia o estado nutricional da criança, mas também repercute positivamente em sua saúde a longo prazo, diminuindo riscos de enfermidades crônicas e melhorando a qualidade de vida.

Palavras-chave: amamentação; avaliação nutricional; criança pré-termo.

INTRODUÇÃO

O leite materno é considerado a alimentação mais completa para recém-nascidos e lactentes. A Organização Mundial de Saúde – OMS (2023) recomenda fortemente o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, e deve ser seguido pela introdução de alimentos complementares, mantendo-se a amamentação até os dois anos ou mais. A amamentação desempenha um papel crucial na promoção da saúde infantil e na prevenção de doenças e mortes prematuras.

Existe uma variação na composição do leite produzido por mães de bebês nascidos prematuros em comparação com as de bebês nascidos a termo. Essa distinção se deve, principalmente, ao maior risco que neonatos prematuros têm de enfrentar complicações gastrointestinais e respiratórias por conta de sua imaturidade. Assim, o leite dessas mães apresenta propriedades anti-inflamatórias mais marcantes, facilitando a maturação intestinal e fornecendo imunoproteção. Além disso, a composição nutricional e de defesa do leite de mães com bebês pré-termo é especialmente adaptada às demandas fisiológicas e imunológicas do sistema digestivo ainda em desenvolvimento do neonato, contendo maiores níveis de IgA, lisozima e lactoferrina (LIMA; GASQUEZ, 2022).

Investigar como a maternidade exclusiva pode melhorar o estado nutricional desses bebês é crucial diante desse cenário. Além de reduzir o risco de infecções e outras complicações, o leite materno contém nutrientes e anticorpos essenciais para o desenvolvimento saudável do bebê. No entanto, como os bebês prematuros têm necessidades, é fundamental entender os efeitos específicos da amamentação exclusiva.

Com relação ao objetivo geral do estudo, resolveu-se elucidar o impacto da amamentação exclusiva no estado nutricional de crianças pré-termo.

MARCO TEÓRICO

A complexa e única composição do leite materno oferece a crianças pré-termo não apenas nutrientes em proporções ideais, mas também componentes bioativos que apoiam a imunidade, o desenvolvimento neurocognitivo e a maturação do trato gastrointestinal. As vantagens transcendentais deste alimento natural justificam os esforços contínuos para promover e apoiar a amamentação exclusiva em neonatos pré-termo, assegurando-lhes um começo de vida otimizado e saudável (MOREIRA; SILVA; CAPOROSSI, 2020). É consenso no meio científico que a amamentação exclusiva oferece ao neonato uma gama diversificada de nutrientes e componentes bioativos essenciais para seu desenvolvimento, tais como proteínas, lipídios, lactose, oligossacarídeos, células vivas, água, enzimas, vitaminas e minerais. Para crianças nascidas pré-termo, cujo sistema digestivo e imunológico ainda está em processo de maturação, o leite materno atua não apenas como nutriente, mas também como um agente protetor (HORTA; SOARES, 2020).

Os recém-nascidos necessitam frequentemente de cuidados em unidades de terapia intensiva neonatal (UTIN) até saírem do cenário de perigo, esse início de alimentação depende em grande parte da atenção com a assistência técnica e social para promover a adaptação do recém-nascido durante a internação (LIMA; GASQUEZ, 2022).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, baseado nos estudos de Minayo (2009) que sinaliza a importância de uma investigação permeada de significados sobre dada realidade. No que concerne à metodologia, adota-se uma abordagem qualitativa. Ademais, a escolha metodológica, torna- se mais adequada, tendo em vista o objeto de estudo, onde vai aderir reflexões críticas e um estudo minucioso, com o intuito de avaliar os benefícios nutricionais e imunológicos da amamentação para os recém-nascidos pré-termo. A pesquisa consistiu em uma análise sistemática e crítica dos estudos e pesquisas já realizados, entre os anos de 2018 a 2023, sobre os benefícios nutricionais e imunológicos da amamentação para os recém-nascidos a termo.

Quanto aos critérios de inclusão, serão incluídos os estudos desenvolvidos entre os anos 2018 a 2023 que abordem integralmente os objetivos propostos neste trabalho de pesquisa.

Serão excluídos os artigos redigidos em língua inglesa que não possuam tradução completa para o português. Da mesma forma, serão descartados os trabalhos que não tenham sido publicados em sua forma completa e oficial. Além disso, somente serão considerados os artigos publicados nos últimos 5 anos, com o objetivo de garantir a atualidade e a relevância das informações.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No processo de triagem da busca de textos científicos foram encontrados inicialmente 846 artigos. Iniciou-se o processo de exclusão de duplicatas, são removidos os artigos que aparecem mais de uma vez nos resultados da pesquisa, removendo 72 artigos que já haviam sido identificados anteriormente. Em seguida, foi realizada a leitura dos títulos dos artigos, o que resultou na exclusão de mais 678 trabalhos que não se relacionavam diretamente com o tema proposto. A amamentação exclusiva tem um impacto significativo no estado nutricional de crianças pré-termo. Para melhor compreender os benefícios e as implicações dessa prática, uma revisão de 10 artigos científicos relacionados a esse tema. Esses artigos foram considerados fundamentais para a elaboração do presente estudo, apresentando informações consistentes e relevantes sobre o impacto da amamentação exclusiva no estado nutricional de crianças pré-

termo. Ao aprofundar-se na área temática selecionada para a presente pesquisa é vital ressaltar o papel único e insubstituível do leite materno no fornecimento de nutrientes e outras substâncias bioativas cruciais para esses neonatos. Neonatos pré-termo, pela própria natureza de seu nascimento antecipado, são particularmente vulneráveis a desafios nutricionais, metabólicos e imunológicos (HOLZBACH; MEDEIROS; JUNQUEIRA, 2018).

Os resultados encontrados demonstraram que a amamentação exclusiva oferece numerosos benefícios para a saúde e desenvolvimento de crianças pré-termo. Em primeiro lugar, o leite materno é um alimento completo, que supre as necessidades nutricionais dessas crianças, promovendo um crescimento e desenvolvimento adequados. Outro ponto fundamental observado foi que a amamentação exclusiva contribui significativamente para o estabelecimento de um vínculo afetivo entre mãe e filho. Esse vínculo favorece a recuperação e desenvolvimento neuropsicomotor da criança pré-termo, pois proporciona segurança, conforto e estabilidade emocional.

REFERÊNCIAS

- HORTA, Karen Crosara; SOARES, Ângela Mathylde. O desenvolvimento de crianças nascidas pré-termo ou prematuras. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 58467-58475, 2020.
- HOLZBACH, Luciana Carla; MOREIRA, Renata Andrade de Medeiros; PEREIRA, Renata Junqueira. Indicadores de qualidade em terapia nutricional de recém-nascidos pré-termo internados em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. **Nutrición clínica y dietética hospitalaria**, v. 38, p. 39-48, 2019.
- LIMA, C.F.A; GASQUEZ, A. Avaliação nutricional de crianças em amamentação exclusiva. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e327111335526-e327111335526, 2022.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **O desafio da pesquisa social**. 2009.
- MOREIRA, D.A; SILVA, N.E; CAPOROSSI, C. Neonatos críticos recebem a terapia nutricional parenteral em volume conforme suas necessidades prescritas? Estudo clínico observacional. **BRASPEN Journal**, v. 35, n. 4, p. 357-363, 2023.

A RELAÇÃO ENTRE A CIF E A AVALIAÇÃO NUTRICIONAL NA REABILITAÇÃO DE CRIANÇAS COM TEA

Jhulie Michelle da Silva¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jhulie.silva@fvj.br); Gláucia Porto de Freitas², (Orientadora - Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.br).

RESUMO

O uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) como linguagem padrão na prática clínica dos profissionais de saúde ainda é desafiador pela falta de disseminação do seu conteúdo. Tendo em vista o benefício da avaliação na perspectiva biopsicossocial e acompanhamento da condição de saúde, sobretudo dos pacientes com deficiência, este estudo teve o objetivo de compreender como tem sido feita a avaliação do estado nutricional de crianças com TEA e estabelecer a relação entre a CIF e avaliação do estado nutricional. A pesquisa foi fundamentada por meio dos dados coletados nas bases de dados *PubMed*, BVS(MEDLINE), SciELO, Lilacs e CAPES. Foram incluídos na análise 20 artigos científicos, os quais tiveram suas informações classificadas em tabela e contribuíram para identificar que não foram encontradas pesquisas que façam a associação entre a CIF e a avaliação nutricional ou o uso da linguagem proposta pela CIF nas avaliações do estado nutricional, mas através da descrição dos termos associados aos parâmetros da avaliação do estado nutricional foram encontrados os instrumentos de avaliação utilizados; as funções corporais que podem ser comprometidas, as comorbidades, o comportamento alimentar e as intervenções nutricionais mais relatadas.

Palavras-chave: CIF; TEA; comorbidades; avaliação nutricional.

INTRODUÇÃO

A CIF possui diversas aplicações, no que compete a universalização do uso da sua linguagem na prática clínica, gera benefícios quanto à avaliação e acompanhamento da evolução do paciente (WHO, 2003). Seu uso em conjunto a CID (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) amplia a visão de saúde para uma perspectiva mais humanizada de avaliação, compreendendo os sinais e sintomas físicos e psicológicos manifestados pelo corpo, mas também a qualidade de vida obtida por meio da interação do indivíduo com os fatores contextuais (Brasil, 2022). A descrição do transtorno para classificação das características está presente na CID e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), sendo perceptível a mudança de conceito no intervalo entre o I, publicado em 1952 e o último do ano 2014 (WHO, 2019). Diante do atual cenário, de diagnóstico precoce e em adultos, do conhecimento dos sinais do TEA, demanda dos sistemas e serviços de saúde o preparo dos profissionais para o atendimento do público alvo, de modo que enquanto profissional da saúde na área da nutrição, cabe investigar a hipótese de aplicação da CIF ao contexto da avaliação nutricional.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão exploratória descritiva para aprofundamento sobre o tema (Minayo, 2001). Para identificar os instrumentos de avaliação do estado nutricional e estabelecer uma relação com os conceitos componentes da CIF, a coleta partiu das bases de dados *PubMed*, BVS(MEDLINE), SciELO, Lilacs e CAPES, através do uso dos descritores associados: CIF, avaliação nutricional, TEA e dietética, dentro do recorte temporal dos últimos

cinco anos. Foram selecionados artigos em português e inglês a partir dos critérios de inclusão e exclusão, em seguida, após a leitura dos títulos e resumos foram salvos em pasta e lidos os artigos completos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No total foram encontradas 74 publicações, apenas sete com dados referentes a avaliação do estado nutricional e avaliação do consumo alimentar, as demais sessenta e sete foram encontradas da associação com o termo dietoterapia. Após a triagem com o uso dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados vinte e três para leitura do texto completo e nesta etapa, ainda foram removidos três trabalhos por tratarem de temas afins e metodologia de estudo de caso. A análise foi realizada sobre vinte artigos. No uso dos conceitos dos quatro componentes da CIF: funções corporais e estruturas anatômicas, atividade e participação e fatores ambientais, encontramos dentro da possibilidade de intervenção nutricional a maior suscetibilidade do “grupo de crianças TEA” comparadas às crianças sem esta condição. Logo, no atendimento nutricional a atenção necessária deve ser dada ao sistema gastrointestinal, a ocorrência de disbiose, dentre outras comorbidades, tais como a disfunção do processamento sensorial e alterações musculares da coordenação motora grossa e fina (Lemes *et. al*, 2023). Na execução da atividade de alimentar-se pode ser acompanhada por transtornos alimentares como a seletividade e a compulsão alimentar, sendo a dificuldade de comunicação uma das características do próprio TEA que tornam o momento das refeições difícil para as crianças e familiares (Lemes *et. al*, 2023). Na identificação dos fatores ambientais verificou-se a influência dos medicamentos, dos alimentos e o apoio familiar e dos profissionais de saúde. As intervenções dietéticas encontradas mais investigadas pela amostra envolveram os probióticos, a dieta livre de glúten e caseína, a suplementação de micronutrientes, a dieta cetogênica, terapias da medicina complementar e alternativa, para todas elas os autores foram categóricos da falta de evidências científicas sobre os efeitos nos sintomas do TEA.

CONCLUSÃO

O uso da linguagem da CIF no atendimento clínico demanda dos profissionais de saúde a participação em estratégias de formação profissional, sobretudo para o atendimento das pessoas com deficiência em conformidade ao modo de avaliação que trata a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei Nº 13.146/2015). Nesta pesquisa, foram identificados os instrumentais e parâmetros para avaliação nutricional de crianças com TEA, e a compatibilidade de informações quando associada a linguagem da CIF, de modo que torna-se possível o uso na avaliação nutricional. Não é objetivo deste estudo reduzir a linguagem da CIF e nem a complexidade que envolve sua operacionalização, contudo aproximar o leitor das reflexões atuais que envolvem o atendimento do público.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Incorporação da funcionalidade no processo de avaliação e cuidado em saúde da pessoa com deficiência. São Luís: UNA-SUS; UFMA, 2022.
WHO. World Health Organization. International classification of functioning, disability, and health. 2003.

LEMES, M. A.; GARCIA, G. P.; DO CARMO, B., L.; SANTIAGO, B. A.; TEIXEIRA, D. de B.; AGOSTINHO JÚNIOR, F.; COLA, P. C. Comportamento alimentar de crianças com

transtorno do espectro autista. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 72, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

LIM, J.-M.; LETCHUMANAN, V.; TAN, L. T.-H.; HONG, K.-W.; WONG, S.-H.; AB MUTALIB, N.-S.; LEE, L.-H.; LAW, J. W.-F. Ketogenic diet: A dietary intervention via gut microbiome modulation for the treatmentof neurological and nutritional disorders (a Narrative Review). **Nutrients**, v. 14, n. 17, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/journal/nutrients>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MAGNER, M.; THOROVÁ, K.; ŽUPOVÁ, V.; HOUŠKA, M.; ŠVANDOVÁ, I.; NOVOTNÁ, P.; TŘÍSKA, J.; VRCHOTOVÁ, N.; SOURAL, I.; JÍLEK, L. Sulforaphane treatment in children with autism: A prospective randomized double-blind study. **Nutrients**, v. 15, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/journal/nutrients> Acesso em: 10 jun. 2023.

MARC, M. A.; JASTRZAB, R.; MYTYCH, J. Does the gut microbial metabolome really matter? The connection between GUT metabolome and neurological disorders. **Nutrients**, v. 14, n. 19, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/journal/nutrients>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FATORES ASSOCIADOS AO DESMAME PRECOCE : UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Larice Santos Dos Anjos¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larice.anjos@fvj.br); Emanuelle Sampaio Almeida Pinto Orientador - Docente do Centro Universitario Unijaguaribe. Mestre em Fitotecnia (com ênfase em Bioquímica e Fisiologia Vegetal) UFC. Graduação Em Engenharia Agronômica - UFERSA. MBA em Gestão Estratégica em IES – FVJ. Graduada em Ciências Biológicas – UNIASSELVI. E-mail: emanuelleprof@unijaguaribe.edu.br

RESUMO

O desmame precoce é caracterizado pelo encerramento da amamentação materna e a oferta de outros alimentos antes da criança completar seu sexto mês de vida. Como consequência do desmame antes do recomendado ou da oferta antecipada de outros alimentos, estão o aumento das morbidade e da mortalidade infantil. Assim, o objetivo dessa pesquisa é analisar bibliograficamente os fatores associados ao desmame precoce. A presente pesquisa trata-se de uma revisão integrativa de literatura com abordagem qualitativa e utilizou as seguintes bases de dados: Pubmed, *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Medline via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As dificuldades atribuídas ao aleitamento materno exclusivo e seu desmame precoce estar interligada a disfunção da lactação que é um dos problemas enfrentados onde muitas vezes, fogem do controle de decisão da mãe. Destacaram-se como fatores de risco para o desmame precoce o nível socioeconômico das mães e os problemas enfrentados durante a amamentação, assim, conclui-se que as mulheres necessitam de uma assistência, assim como também um incentivo ao aleitamento materno.

INTRODUÇÃO

O leite materno é considerado a maneira mais ideal de se alimentar um recém-nascido, pois ele é um alimento completo nutricionalmente, além de possuir uma composição única e adequada para essa fase, e ser rico em fatores antimicrobianos. Devido o aleitamento materno fornecer todos os nutrientes necessários para o bebê, ele é essencial, por proporcionar o correto crescimento e desenvolvimento da criança, assim como auxiliar na imunidade e na prevenção de doenças (ALMEIDA; LISBOA, 2021). O desmame precoce é caracterizado pelo encerramento da amamentação materna e a oferta de outros alimentos antes da criança completar seu sexto mês de vida. Para que a amamentação tenha sucesso, é necessário que a lactante seja bem preparada e conheça sobre os aspectos que envolvem a prática, tais como, as técnicas corretas, a posição e os cuidados prévios e necessários a serem realizados diariamente nas mamas (PINTO *et al.*, 2020). Diante disso, esse estudo é primordial devido à grande importância do aleitamento maternos e das consequências causadas pelo desmame precoce. Assim, o objetivo dessa pesquisa é analisar bibliograficamente os fatores associados ao desmame precoce.

MARCO TEÓRICO

Embora sejam conhecidos os inúmeros benefícios da amamentação e sua relevância para a saúde dos indivíduos, o desmame precoce ainda é uma prática recorrente, representando assim um grave problema de saúde pública. No Brasil, assim como no mundo, o aleitamento ainda não é oferecido predominante entre as crianças, e grande parte delas não recebem o AME até os seis meses como é o recomendado (LEÃO *et al.*, 2022).

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão integrativa de literatura com abordagem qualitativa e teve o seguinte questionamento como pergunta norteadora: quais são os fatores que estão influenciam no desmame precoce? A busca dos estudos para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu por meio da coleta dados nas seguintes bases de dados: Pubmed, *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Medline via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A estratégia de busca utilizada na pesquisa nas bases científicas foi a utilização do formulário de busca avançada nas mesmas, com a utilização dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Aleitamento”, “Desmame” e “Fatores de Risco”, para o agrupamento dos descritores foi empregado o operador booleano a expressão *AND*, formando as *Strings*: “Aleitamento materno” *AND* “Desmame” *AND* “Fatores de risco”; “*Breast Feeding*” *AND* “*Weaning*” *AND* “*Risk Factors*”. Quanto aos critérios de elegibilidade, foram definidos como critérios de inclusão: artigos indexados nas citadas bases de dados escolhidas, artigos com texto completo disponível, artigos publicados nos últimos dez anos (2013 a 2023) e artigos no idioma português, inglês traduzidos pela plataforma *Tradutor DeepL*. Em relação aos critérios de exclusão, foram definidos: artigos duplicados, artigos de acesso restrito, revisão de literatura, revisão bibliográfica, estudos com animais, monografias, dissertações e teses, bem como aqueles que não atendiam ao objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O modelo final do trabalho constituiu em 10 estudos publicados nas bases de dados selecionadas, em relação as bases de dados, a Pubmed (n=5, 50%) apresentou a maior quantia de estudos selecionados, sendo seguida pela Lilacs (n=2, 20%), Medline (n=2, 20%) e Scielo (n=1, 10%). As dificuldades atribuídas ao aleitamento materno exclusivo e seu desmame precoce estar interligada a disfunção da lactação que é um dos problemas enfrentados onde muitas vezes, fogem do controle de decisão da mãe. Ou seja, as dificuldades enfrentadas nesse período, como a baixa produção de leite ou até mesmo o ingurgitamento mamário, acabam afetando nesta interrupção precocemente (STUEBE *et al.*, 2014). O processo de amamentação é uma tarefa difícil e em sua grande maioria desafiador, desse modo, é uma prática que necessita ser ensinada para que se obtenha sucesso. Assim, Silva *et al.* (2018) e Stuebe *et al.* (2014) destacam a importância da promoção da amamentação desde o pré-natal, pois é essencial o incentivo e a assistência ao aleitamento nessa fase, através da abordagem das técnicas de amamentação, os tipos de pega, e um bom ensinamento sobre os benefícios da amamentação exclusiva.

CONCLUSÕES

Foi possível identificar como fatores de risco para o desmame precoce o associado ao nível socioeconômico das mães e aos problemas enfrentados durante a amamentação. Dessa forma, é alta a influência sofrida pelos problemas sociais, culturais, psíquicos e econômico, na permanência do aleitamento materno exclusivo até os 06 meses de vida. Assim, conclui-se que as mulheres necessitam de uma assistência, assim como também um incentivo ao aleitamento materno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Chrislayne; LISBOA, Lídia. A importância do leite materno para o desenvolvimento dos recém nascidos. **Amazon live jornal**, [s. l.], v. 3, n.4, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://amazonlivejournal.com/wp-content/uploads/2021/11/A-importancia-do-leite-materno-para-o-desenvolvimento-dos-recem-nascidos.pdf>. Acesso em 03 nov. 2023.

LEÃO, Gabriela *et al.* Fatores associados ao desmame precoce da amamentação: uma revisão. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 7, pág. e11811727943, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27943>. Acesso em: 3 nov. 2023.

PINTO, Kelly *et al.* Prevalência do desmame precoce e suas principais causas / Prevalence of early weaning and its main causes. **Brazilian Journal of Health Review**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 717–728, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/6597>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SILVA, Leylla *et al.* Prevalência do aleitamento materno exclusivo e fatores de risco. **Saúde e Pesquisa**, Maringá (PR), v. 11, n. 3, p. 527-534, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/6871/3298>. Acesso em: 30 nov. 2023.

STUEBE, Alison *et al.* Prevalence and risk factors for early, undesired weaning attributed to lactation dysfunction. **Journal of Women's Health**, [s. l.], v. 23, n. 5, p. 404-412, 2014. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/abs/10.1089/jwh.2013.4506>. Acesso em: 30 nov. 2023.

TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES

Letícia Maria Guerreiro Marques da Silva¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. email: leticiaguerreiro345@gmail.com); Gláucia Porto de Freitas², (Orientadora - Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.br)

RESUMO

Ansiedade é um estado em que existe uma maior capacidade de observação e resposta que se traduz em determinados comportamentos defensivos do indivíduo. O comportamento alimentar muda de acordo com o estado emocional. A relevância de pesquisar essa temática para melhor compreensão dessa condição e com a perspectiva de uma melhor qualidade de vida. Após a revisão dos artigos selecionados, foi realizada a descrição dos principais achados em cada artigo selecionado e estruturada a discussão. Constatamos a importância do desenvolvimento de futuras investigações sobre o assunto, visando a prevenção dos transtornos alimentares, à elaboração de políticas públicas e ações multiprofissionais e intersetoriais de abordagem ao transtorno de ansiedade.

Palavras-chave: ansiedade; transtornos alimentares; compulsão alimentar.

1 INTRODUÇÃO

A ansiedade pode ser compreendida por um excesso de emoções e pensamentos, comprometendo o equilíbrio emocional e dependendo da sua intensidade, pode ser considerada patológica, a alimentação é considerada um determinante ambiental que desempenha um papel fundamental na saúde do corpo e da mente. Há indícios de que uma dieta saudável pode ter um papel protetor no desenvolvimento, progressão e no tratamento de alguns transtornos mentais (Costa et al., 2020).

Estimativas do novo relatório global apontam que o Brasil é o país com a população mais ansiosa do continente Latino-americano, chegando a afetar cerca de 9,3% das pessoas e sua maior prevalência está entre as mulheres e jovens (WHO, 2017).

A lagar desse pressuposto, em determinada etapa da vida, em geral os indivíduos possuem algum transtorno alimentar, devido à qualidade de saúde mental, alguns dos transtornos alimentares são causados pela ansiedade ou social, trazendo um certo impedimento na vida e bloqueios, cada dia aumenta a incidência no mundo, podendo trazer um prejuízo para a população (DE SETA *et al* 2017).

A alimentação é um determinante ambiental que desempenha um papel entre a saúde do corpo e da mente. Uma dieta saudável pode ter um papel protetor no desenvolvimento, e no tratamento de alguns transtornos mentais. Alguns estudos mostraram que uma dieta saudável está associada aos sintomas depressivos e outros. (COSTA et al., 2020).

Portanto, é importante destacar os neurotransmissores que são responsáveis pelas respostas aos estímulos neurais presentes no cérebro e a partir dos quais ocorre a inibição dos neurônios através da sinapse, e quando essa ansiedade se torna um problema recorrente, estes são os alvos primários de processos não desenvolvimentistas.

Desse modo, o objetivo dessa revisão foi verificar na literatura nacional estudos que aponte conteúdo relacionando transtorno alimentar e transtorno de ansiedade, não apenas os transtornos de ansiedade, mas também os transtornos psiquiátricos podem se desenvolver (KRUERGUER-BURG *et al.*, 2018). O transtorno de ansiedade traz situações recorrentes que diferem entre si quando se relaciona ao medo, recusa, esquiva e pensamentos negativos (COSTA *et al.* 2019).

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada em novembro de 2023, por meio das bases de dados *PubMed* (*National Center For Biotechnology Information*), e LILACS (Literatura Latino-Americana e Caribe em Ciências da Saúde). A seleção dos artigos foi feita inicialmente por meio da aplicação dos critérios pré-estabelecidos, e em seguida com o aprofundamento sobre o conteúdo de cada publicação, iniciando-se pela leitura dos títulos e resumos, e, em seguida, do texto das publicações na íntegra. Após a revisão dos artigos selecionados, foi realizada a descrição dos principais achados em cada artigo selecionado e estruturada a discussão. Os critérios de inclusão dos artigos revisados foi ser uma publicação entre os anos de 2018 a 2023 e estar na língua portuguesa, além de abordarem o tema do estudo de maneira relevante que contribuísse com os resultados esperados por este estudo. Foram critérios de exclusão a ocorrência da duplicitade nos resultados das buscas nas bases, além da indisponibilidade do conteúdo completo dos artigos.

3 RESULTADOS

No processo de seleção das publicações revisadas, inicialmente encontraram-se 75 artigos nas bases de dados pré-estabelecidas. Diante disso, após a análise dos resultados obtidos através da leitura integral e minuciosa da literatura inclusa, alguns pontos importantes relacionados ao transtorno de ansiedade podem ser elencados relacionados à desordens alimentares.

O excesso de peso tem uma importante associação com episódios recorrentes de compulsão alimentar, assim como as características demográficas e de estilo de vida, incluindo o consumo excessivo de álcool. Episódios recorrentes de compulsão alimentar são comuns e associados ao excesso de peso e/ou obesidade franca e a um padrão compulsivo de consumo de álcool (SOUZA *et al.*, 2016).

Os transtornos alimentares têm influências de aspectos genéticos, sociais e psicológicos. O ganho de peso está atrelado à percepção da autoimagem, que é cobrada por mídias, tornando-a um fator de peso para episódios ansiosos cada vez mais frequentes (FUSCO *et al.*, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que a ansiedade pode influenciar em transtornos alimentares, tais como a compulsão alimentar, que cresce a cada dia, e o aumento dos sintomas de impulsividade, isolamento social, e maior vulnerabilidade à depressão. Constatou-se a importância do desenvolvimento de mais investigações sobre o assunto, visando a prevenção do transtornos alimentares na abordagem mais integral ao transtorno de ansiedade, quando houver os dois quadros coincidentes. Esta revisão, buscou conhecer e entender as consequências causadas pela ansiedade no âmbito alimentar. Percebeu-se que a ansiedade pode influenciar em transtornos alimentares, tais como a compulsão alimentar, e o aumento dos sintomas de impulsividade, isolamento social, e maior vulnerabilidade à depressão.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, A., DE SILVA, U., ILESANMI, C., LIKITABHORN, T., MILLER, I., FIALHO, M. D. L. S., ... & RICHMOND, T. K. International consensus on patient-centred outcomes in eating disorders. International consensus on patient-centred outcomes in eating disorders. *The Lancet Psychiatry*, v. 10, n. 12, p. 966-973, 2023. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2215036623002651> Acesso em: 25/10/2023

BENETON, Emanueli Ribeiro; SCHMITT, Marina; ANDRETTA, Ilana. Sintomas de depressão, ansiedade e estresse e uso de drogas em universitários da área da saúde. **Revista da SPAGESP**, v. 22, n. 1, p. 145-159, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v22n1/v22n1a11.pdf> Acesso em: 25/10/2023

BLOC, Lucas Guimarães et al. Transtorno de compulsão alimentar: revisão sistemática da literatura. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 3-17, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2019000100001 Acesso em: 27/10/2023

CASSIA, Letícia da Silva; BARBOSA, Larissa Beatrice Granciero. Identificação da presença de ansiedade em mulheres adultas e sua relação com a compulsão alimentar. **J. Health Sci. Inst**, p. 134-139, 2019. Disponível em: https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/2020/12/05V37_n2_2019_p134a139.pdf Acesso em: 27/10/2023

CAUDURO, Giovanna Nunes; PACHECO, Janaína Thaís Barbosa; PAZ, Gabriel Machado. Avaliação e intervenção no transtorno da compulsão alimentar (tca): uma revisão sistemática. **Psico**, v. 49, n. 4, p. 384-394, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-969663> Acesso em: 28/10/2023

COSTA, Camilla Oleiro da et al. Prevalência de ansiedade e fatores associados em adultos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 68, p. 92-100, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000232> Acesso em: 01/11/2023

COSTA, Kercia Mirely Vieira et al. Ansiedade em universitários na área da saúde. In **II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde** (pp. 14-16). Disponível em: <https://editorarealize.com.br/> Acesso em: 02/11/2023

FONSECA, Natasha Kim de O. da et al. Impulsivity influences food intake in women with generalized anxiety disorder. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 42, p. 382-388, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32074229/> Acesso em: 03/11/2023

FUSCO, Suzimar de Fátima Benato et al. Ansiedade, qualidade do sono e compulsão alimentar em adultos com sobre peso ou obesidade. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 54, p. e03656, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/reeusp> Acesso em: 03/11/2023

HAY P, PALAVRAS MA, DA LUZ FQ, DOS ANJOS GARNES S, SAINSBURY A, TOUYZ S, APPOLINARIO JC, CLAUDINO AM. Physical and mental health outcomes of an integrated cognitive behavioural and weight management therapy for people with an eating disorder characterized by binge eating and a high body mass index: a randomized controlled trial. **BMC Psychiatry**. 2022 May 24;22(1):355. doi: 10.1186/s12888-022-04005-y. PMID: 35610603; PMCID: PMC9131673. Disponível em: <https://research-repository.uwa.edu.au/en/publications/physical-and-mental-health-outcomes-of-an-integrated-cognitive-be> Acesso em: 03/11/2023

JEBEILE, Hiba et al. Treatment of obesity, with a dietary component, and eating disorder risk in children and adolescents: a systematic review with meta-analysis. **Obesity Reviews**, v. 20, n. 9, p. 1287-1298, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31131531/> Acesso em: 03/11/2023

IMPACTOS NUTRICIONAIS DA INTOLERÂNCIA À LACTOSE NA QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS IDOSAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Luciane Marinheiro da Rocha¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: lucianerocha2255@gmail.com); Maria Ivone dos Santos Barros², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.ivone@fvj.br).

RESUMO

Dentre os problemas enfrentados pelos idosos, podemos citar os que dizem respeito à alimentação, sobretudo, ao consumo de lactose, uma vez na terceira idade o cálcio do corpo é limitado, e como para alguns sujeitos não é possível consumir leite, rico em cálcio, sendo fundamental uma dieta que substitua esse alimento. A metodologia utilizada na pesquisa trata-se da revisão de literatura integrativa, fazendo uso de bases de dados como Scientific Electronic Library Online - SCIELO, a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e a Medline via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), considerando os anos entre 2018 a 2023. Foram identificadas 35 pesquisas sobre o tema abordado no estudo, sendo que 08 estavam de acordo com os critérios de inclusão do estudo. Durante as discussões, percebeu-se que as mulheres sofrem mais com os problemas de intolerância à lactose, assim como as pessoas afrodescendentes. Os estudos revelaram que as idades que apresentam maior necessidade de cálcio no corpo estão entre as idades de 50 a 70 anos. Além disso, ficou demonstrado que é crucial que os nutricionistas analisem os perfis de cada paciente para direcionar uma dieta adequada às suas necessidades, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida e longevidade, sobretudo, entre os idosos. Conclui-se que é importante pesquisar mais sobre esse assunto porque a literatura é limitada e dificulta a compreensão.

Palavras-chaves: Idoso. intolerância à lactose; nutricionistas; qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) assim como a Política Nacional do Idoso (Lei Federal 8.842) e o Estatuto do Idoso (lei 10.741), é considerada pessoa idosa todo indivíduo que tenha entre 60 ou 65 anos de idade. Importante esclarecer que a população idosa tem crescido consideravelmente nos últimos anos. Estima-se que, até 2050, haverá cerca de 2 bilhões de idosos no mundo. Sendo assim, é crucial que as pessoas em idade adulta iniciem os cuidados necessários com a saúde. Dentre os problemas enfrentados por essa população, podemos citar os que dizem respeito à alimentação, sobretudo, ao consumo de lactose, uma vez que muitos idosos são intolerantes a esse tipo de alimento. No entanto, como se sabe, diversos alimentos têm o ingrediente do leite, sendo necessário ficar atento ao consumo dos alimentos escolhidos para a dieta. Dessa forma é possível notar a relevância da consulta ao nutricionista, uma vez este profissional pode direcionar uma alimentação adequada aos idosos, de forma que os sintomas sejam diminuídos e não haja progressão da doença. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022). Diante do exposto, assim como a grande relevância do tema, o objetivo do presente estudo é analisar os impactos nutricionais que a intolerância à lactose causa na qualidade de vida das pessoas idosas.

MARCO TEÓRICO

A relevância do cuidado com a alimentação do idoso que não pode fazer ingestão de leite porque a falta de cálcio permite o surgimento de doenças como osteoartrite, osteoartrose, osteopenia, minimizando a qualidade de vida dos sujeitos. Cabe destacar a importância do cuidado, sobretudo, com a mulher idosa, uma vez que este perfil é mais afetado sobre os problemas com intolerância a lactose. É destacado ainda acerca da relevância do acompanhamento de um profissional nutricionista, considerando que os problemas alimentares podem ser cruciais para diminuir a expectativa de vida de uma pessoa idosa. Em outro estudo destacou-se que 87% das pessoas que participaram da pesquisa e que eram intolerantes à lactose se tratavam de pessoas afrodescendentes. Também ficou evidenciado que as pessoas que foram submetidas a uma dieta sem lactose se apresentaram com mais chance de saírem de um cenário de Síndrome Metabólica. O cuidado dos nutricionistas junto aos pacientes com intolerância a lactose é fundamental para conseguir entender o poder da suplementação em sua dieta, uma vez que a população idosa, quando se apresenta com problemas com leite, tende a apresentar um risco nutricional, sobretudo, quando se pensa em sujeitos que tem uma condição socioeconômica baixa (SOUZA *et al.*, 2023).

METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, se tratando de uma revisão de literatura integrativa, partindo da seguinte pergunta norteadora: quais são os impactos nutricionais que a intolerância à lactose causa na qualidade de vida das pessoas idosas? O alcance dos estudos aconteceu por meio de bases específicas, sendo elas: a *Scientific Electronic Library Online - SCIELO*, a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e a Medline via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Para que os estudos fossem alcançados, foram utilizados os descriptores: Idoso; Intolerância à Lactose; Nutricionistas; Qualidade de Vida, sendo que entre estes foi utilizado o operador booleano AND, formando assim as seguintes *strings*: Idoso AND Intolerância à Lactose AND Nutricionistas AND Qualidade de Vida.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Conforme é mencionado no fluxograma que se destaca posteriormente, foram localizadas 35 pesquisas sobre a temática tratada nesse estudo, sendo que 08 destes foram inseridos nos resultados e discussões. Dos estudos destacados, 12,5% foram publicados nos anos de 2020 e 2021, respectivamente. 25% foram publicados em 2019 e 50% no ano de 2023. Compreende-se relevante o cuidado com a saúde humana, por meio de uma alimentação equilibrada, entretanto, cabe destacar que a terceira idade, especificamente, apresenta limitações, sendo fundamental o acompanhamento de nutricionistas, visando o cuidado com a saúde desses. Um dos problemas que surgem se trata da intolerância à lactose sentida por essa parcela da população, uma vez que grande parte dos alimentos concentram leite e precisam ser substituídos na alimentação dos idosos, a fim de que eles não se alimentem mal e se tornem desnutridos por não conseguir ingerir alimentação suficiente ao seu corpo (SILVA *et al.*, 2021). Dessa forma, fica esclarecido a relevância dos idosos terem atenção especializada da equipe interdisciplinar para que sejam superadas vulnerabilidades nutricionais dos indivíduos que se apresentam com intolerância à lactose. Compreende-se a importância dos idosos tomarem pelo menos quatro copos de 240 ml de leite para conseguirem ter cálcio suficiente no corpo, uma vez que com o passar da idade vão perdendo este. Porém com os problemas de intolerância a lactose é crucial que outros alimentos sejam colocados em sua alimentação, tal como verduras verde escuro (MACHADO *et al.*, 2023). A pesquisa também esclarece sobre a relevância do consumo de suplementação de cálcio e de vitamina D, visando evitar o diagnóstico de doenças ósseas. A

partir das informações que foram apresentadas ao longo do estudo, é possível identificar que o objetivo geral do estudo foi atendido. Isso se deve ao fato que os impactos nutricionais na vida de uma pessoa idosa com intolerância à lactose são complexos, uma vez que estão relacionados à baixa qualidade de vida, devido ao fato de se trata de uma faixa etária que necessita de alimentos ricos em cálcio, o que minimiza problemas de desnutrição e doenças como a osteoporose, osteoartrite, osteoartrose e osteopenia. Identificou-se ainda que o acompanhamento de um nutricionista é fundamental para que sejam indicados cálcios, por meio de suplementos nutricionais, considerando que estes são cruciais para substituir refeições que não são possíveis por meio da ingestão de lactose. A pesquisa ainda indica a relevância do consumo de vitamina D para inviabilizar o surgimento de doenças ósseas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Najara Amaral. **Associação dos níveis séricos de vitamina D e intolerância à lactose na síndrome metabólica.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas do Instituto de Ciências da Saúde), 2019. Disponível em: <https://repositoriodev.ufba.br/handle/ri/35199>. Acesso em: 12 out. 2023.

MACHADO, Luana *et al.* Análise do consumo alimentar, da suplementação e dos exames bioquímicos de cálcio e vitamina D em adultos e idosos atendidos em um ambulatório de nutrição. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 4, p. 17018-17038, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/62027>. Acesso em: 20 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021.** Agência IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, Amanda Bruna.; ARAÚJO, Kênnia Regina Santos.; CARVALHO, Luiza Marly Freitas. Evidências científicas sobre intolerância à lactose: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e509119331-e509119331, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9331>. Acesso em: 10 out. 2023.

O PAPEL DO NUTRICIONISTA NA PREVENÇÃO DO DIABETES TIPO 2 NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: ESTRATÉGIAS, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Maria Gilvânia Monteiro da Silva¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, maria.gilvania@fvj.br); Gláucia Porto de Freitas², (Orientadora - Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.br).

RESUMO

O papel do nutricionista na atenção primária à saúde, com foco na prevenção do diabetes tipo 2, permanece um tema relevante com diversos desafios. Este estudo busca destacar a importância da atuação do nutricionista na abordagem do diabetes tipo 2 na atenção primária, melhorando a qualidade de vida dos pacientes. Realizamos uma revisão de literatura nas bases Lilacs, Medline e Scielo. Os resultados, provenientes da análise metodológica, enfatizam a contribuição crucial do nutricionista na atenção primária, abrangendo desde ações preventivas até o compartilhamento de conhecimento com outros profissionais de saúde no cuidado aos pacientes com DM2. No entanto, enfrentamos desafios, como questões financeiras, necessidade de educação contínua em saúde, problemas de acesso e organização dos serviços de saúde, além de lacunas no conhecimento nutricional. Recomenda-se a realização de mais pesquisas para avaliar o impacto da atuação do nutricionista na atenção primária ao DM2, a fim de apoiar o desenvolvimento de estratégias que fortaleçam o acesso a esses profissionais e aprimorem o prognóstico dos pacientes.

Palavras-chave: atenção primária; nutricionista; diabetes tipo 2.

INTRODUÇÃO

O diabetes tipo 2 (DM2) é uma condição crônica que impacta o processamento da glicose pelo corpo, podendo resultar em complicações graves, como enfermidades cardíacas, neuropatia e comprometimento da visão. O aumento da incidência do diabetes tipo 2 nos últimos anos destacou-se devido às alterações no modo de vida e à disponibilidade de medidas preventivas, mudando-a em uma questão significativa de saúde pública (BRAGA *et al.*, 2019).

Nesta perspectiva, destaca-se a importância da adoção de uma dieta equilibrada como uma das principais estratégias preventivas. A atenção primária à saúde (APS) é reconhecida como o ponto inicial no acesso ao sistema de saúde, constituindo um espaço crucial para promover hábitos alimentares saudáveis e fornecer orientações relacionadas à prevenção e tratamento do diabetes tipo 2 na comunidade (BERBIGIER *et al.*, 2021).

O nutricionista possui a habilidade de fomentar, prevenir e tratar doenças vinculadas à alimentação, primordialmente o bem-estar do paciente. Dada a relevância desse grupo profissional, é de extrema importância integrar esses profissionais nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma vez que esse ambiente propicia a realização dessas iniciativas, contribuindo para melhorar o estado de saúde dos usuários do SUS, incluindo aqueles que enfrentam diabetes tipo 2. (SOUZA *et al.*, 2021).

Este estudo teve como objetivo avaliar a atuação do nutricionista na prevenção do diabetes tipo 2 no âmbito da atenção primária à saúde. Analisamos as estratégias adotadas, os obstáculos enfrentados e o impacto dessa intervenção na promoção da saúde da população, além do seu papel no aprimoramento das práticas e políticas de saúde pública externas à prevenção desta enfermidade crônica.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão bibliográfica com o intuito de examinar o papel desempenhado pelo nutricionista na prevenção do diabetes tipo 2 na atenção primária. O estudo foi elaborado em outubro de 2023, abrangendo artigos científicos publicados no período de 2017 a 2023.

Foram incluídos na análise os artigos acadêmicos que se destacaram pela inovação e pela contribuição significativa de informações relacionadas ao tema proposto, desde que estivessem redigidos em língua portuguesa. Excluíram-se trabalhos que, embora abordassem o diabetes tipo 2, não se concentraram especificamente no papel do nutricionista na prevenção desse distúrbio. Aplicaram-se, na triagem das publicações, os critérios de inclusão e exclusão, seguindo com a análise dos títulos e resumos dos artigos, sendo selecionados e lidos na íntegra, permitindo a escolha da amostra final composta por aqueles que são pertinentes ao objetivo do presente estudo.

A sistematização dos dados identificados nesta pesquisa e a organização da discussão foram concretizadas por meio da categorização das evidências científicas apresentadas nas publicações, evidenciando núcleos de sentido semelhantes por meio de uma análise qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao empregar os procedimentos recomendados, foram escolhidos 12 artigos de acordo com as restrições previstas para a investigação. A maioria dos estudos desenvolvidos foi divulgada no ano de 2021, sendo que a modalidade de metodologia que mais se sobressaiu entre as publicações selecionadas foram pesquisas de natureza qualitativa e transversal. Diante da identificação de resultados semelhantes e com o intuito de melhorar a organização do conteúdo da discussão, foram delineadas três categorias, nas quais se agruparam abordagens relevantes, alinhadas ao propósito deste trabalho, como detalhado a seguir.

A importância do Nutricionista na Atenção Primária

A APS representa o ponto inicial para a prevenção, promoção e reabilitação da saúde. É importante ressaltar que as habilidades do nutricionista se alinham precisamente a esses aspectos, pois podem orientar por meio de programas educativos em saúde, oferecer atendimentos personalizados e, consequentemente, sublinhar a relevância do trabalho em equipe multiprofissional no âmbito da atenção à saúde. (PEREIRA *et al.*, 2023).

Um estudo de natureza longitudinal, conduzido na cidade de Sete Lagoas, em Minas Gerais, evidencia que pacientes que recebem orientações diárias de profissionais apresentam uma adesão mais eficaz ao tratamento, quando comparados aqueles que recebem apenas informações básicas e esporádicas. (MOURA *et al.*, 2018).

Prevenção do Diabetes Tipo 2 e o seu prognóstico

As orientações em saúde representam abordagens positivas para estimular a prevenção e fornece diretrizes aos usuários para incorporá-los na sua rotina diária, prevenindo complicações na saúde (PAES *et al.*, 2022).

Estudos indicam que quanto mais informações as pessoas possuem sobre o diabetes tipo 2 (DM2), maiores são as chances de adotar medidas que previnam as complicações da doença, tanto para aqueles que já a possuem quanto para prevenir e modificar ações inadequadas (CORRÊA *et al.*, 2017).

No estudo de Moura *et al.* (2018), observou-se que, após a realização de programas educativos, atendimentos e orientações sobre o DM2, os usuários obtiveram resultados

impressionantes relacionados às mudanças nos hábitos alimentares, incluindo um aumento na ingestão de frutas e hortaliças.

Desafios para orientações nutricionais na prevenção do Diabetes tipo 2.

De acordo com uma entrevista conduzida por Portela *et al.* (2018), muitas vezes as recomendações dietéticas não são seguidas de forma rigorosa devido à falta de informações claras. Os profissionais de saúde muitas vezes deixam de explicar a importância de modificar os hábitos alimentares, deixando os benefícios e a necessidade dessas mudanças um pouco esclarecidas para os pacientes.

Os dados da pesquisa realizada por Pena *et al.* (2018), indicam que 63,6% dos participantes com diabetes buscaram aconselhamento nutricional por meio de encaminhamento médico, com 50,6% deles sem orientações prévias. O estudo destaca a presença do nutricionista apenas no Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF), e devido à alta demanda, já que horas semanais disponíveis não são suficientes para atender a todos, solicitando encaminhamentos para unidades próximas que oferecem esse serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura destaca a importância do nutricionista na Atenção Primária à Saúde (APS) para prevenir o DM2, ressaltando o seu papel como agente promotor da saúde. No entanto, o cenário da APS apresenta lacunas na cobertura nutricional, devido à escassez de profissionais para atender às demandas territoriais. Além disso, outros profissionais de saúde têm competência limitada em orientação nutricional. Essas lacunas evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas para melhorar essa situação.

O papel do nutricionista na APS é crucial para lidar com o DM2, abrangendo prevenção, promoção da saúde, tratamento e coordenação de condutas multiprofissionais. No entanto, desafios como falta de recursos, resistência dos pacientes às mudanças, falta de conhecimento sobre a importância do nutricionista, necessidade de educação contínua e dificuldade de acesso ao profissional persistem.

Diante desse quadro, sugere-se que futuras pesquisas explorem a eficácia de estratégias nutricionais na prevenção do DM2 em diferentes contextos socioculturais. Além disso, é crucial investir em políticas públicas que valorizem e integrem efetivamente o nutricionista na APS, atualizando seu papel estratégico na prevenção e controle de DCNT.

REFERÊNCIAS

MARQUES, M. B.; COUTINHO, J. F. V.; MARTINS, M. C.; LOPES, M. V. O.; MAIA, J. C.; SILVA, M. J. Intervenção educativa para a promoção do autocuidado de idosos com diabetes mellitus. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 1-8, jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/gs7Q8rTDjhL3CLsKPCQHnTj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2023.

CORRÊA, K.; GAUVÊA, G. R.; SILVA, M. A. V.; POSSOBON, R. F.; BARBOSA, L. F. L. N.; PEREIRA, A. C.; MIRANDA, L. G.; CORTELLAZZI, K. L. Qualidade de vida e características dos pacientes diabéticos. **Ciênc. Saúde colet.** 22, São Paulo, v.22, n. 3, p. 921-930, mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bw4wSmq63c6nSxTqthwKz8J>. Acesso em: 19 out. 2023.

MOURA, P. C.; PENA, G. G. P.; GUIMARAES, J. B.; REIS, J. S. Educação nutricional no tratamento do diabetes na atenção primária à saúde: vencendo barreiras. **Revista de APS**,

Minas Gerais, v. 21, n. 2, p. 226-234, abr-jun. 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15607>. Acesso em: 17 set. 2023.

OLIVEIRA, T. P.; TEIXEIRA, F. P. A importância do nutricionista para a promoção da saúde na atenção básica: uma revisão integrativa. **Revista Científica Multidisciplinar**, Caicó/RN, v. 4, n. 2, p. 1-11, fev. 2023. Disponível em:
<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2765>. Acesso em: 15 out. 2023.

SOUZA, M. S. S. Diálogos sobre a relevância do nutricionista na atenção básica: uma revisão narrativa. **Revista Científica Multidisciplinar**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, p. 1-10, set. 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/668>. Acesso em: 27 set. 2023.

A INFLUÊNCIA DO COMPORTAMENTO ALIMENTAR DOS PAIS NA CONTRIBUIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA OBESIDADE INFANTIL

Maria Teresa da Silva Ramos Porto¹, (aluna do curso de nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe.

E-mail: maria.teresa.r@fvj.br); Gláucia Porto de Freitas², (Orientadora – do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.br).

RESUMO

A obesidade resulta no acúmulo excessivo de gordura corporal, influenciando diretamente no estado nutricional do indivíduo. Em relação ao seu desenvolvimento no grupo infantil, tal patologia possui vários fatores contribuintes, sendo a base alimentar uma forma impactante e longínqua à vida da criança, devido a mesma replicar os hábitos do meio em que está inserida, refletindo em uma saúde instável futuramente. Para tanto, o comportamento alimentar dos pais na vida da criança, pode resultar na incidência da obesidade infantil, dessa forma é importante observar sua influência exercida. Através dessa revisão bibliográfica, dentre os anos de 2017 e 2023, atribuindo critérios de inclusão e exclusão, observou-se através dos 10 artigos selecionados, que o comportamento alimentar dos pais resulta em impactos na saúde da criança, dessa forma evidenciou-se que o papel do núcleo familiar é essencial ao combate da obesidade infantil e suas consequências. Em suma, é importante pensar em atividades que favoreçam e contribuam para ações de combate e prevenção a obesidade infantil, objetivando o conhecimento e conscientização do núcleo familiar, acerca de sua alimentação. Além disso, destaca-se através deste estudo, a importância de mais trabalhos acerca do comportamento alimentar dos pais e sua influência na saúde de seus filhos.

Palavras-chave: obesidade; crianças; pais; alimentação.

INTRODUÇÃO

A obesidade infantil é caracterizada por muitos fatores, que juntos a caracterizam. Diante disso, a forma que essa patologia se origina, é dentro de um contexto multifatorial, a qual incluem desde fatores genéticos ao desmame precoce, pelo fato de o aleitamento materno ser um fator de proteção a vida do bebê. Portanto, questões comportamentais e ambientais se interrelacionam a obesidade, evidenciando o sedentarismo e o consumo frequente de alimentos industrializados. Além disso, o comportamento alimentar dos pais, fortificam diretamente a construção dos hábitos alimentares da criança, sendo um fator correspondente a sua situação nutricional (ARAGÃO, 2017).

O contexto familiar é caracterizado como um forte colaborador ao comportamento e preferências alimentares, contribuindo na construção do caráter alimentar desenvolvido pela criança, pelo fato das primeiras experiências alimentares serem construídas neste núcleo. Através desses fatores, observa-se que os pais exercem também função de espelho ao seu filho, devido a criança comer aquilo que é oferecido a ela dentro do contexto familiar (SANTOS et al., 2020).

Através desse contexto, observando o cenário desafiador da tendência do aumento do diagnóstico de obesidade infantil, é relevante e necessário o estudo e aprofundamento acerca dessa temática, a fim de auxiliar na compreensão desta patologia e como o comportamento alimentar dos pais pode influenciar na saúde da criança. O presente trabalho tem como objetivo verificar na literatura disponível as evidências científicas que demonstram a relação entre o comportamento alimentar dos pais e a incidência da obesidade infantil.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, com a finalidade de avaliação do comportamento alimentar dos pais e sua relevância no desenvolvimento da

obesidade infantil. Dessa forma, o estudo fundamentou-se na coleta de informações em publicações em bases de dados científicas no mês de setembro de 2023.

Através da seleção de dados, com a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, incluindo publicações nos anos de 2017 e 2023, obteve-se a amostra de artigos revisados, considerando os que abordaram de maneira relevante a obesidade infantil, alimentação dos pais na influência dos filhos e comportamento alimentar de crianças.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Ao ser analisado os dados encontrados para o seguinte tema, foram selecionados um total de 17 artigos da plataforma, sendo excluídos 7 textos, finalizando ao total 10 artigos para a elaboração do presente estudo, com a finalidade de consolidar as principais informações acerca dos dados encontrados nas publicações eleita. Dessa forma, o presente estudo foi dividido em três categorias, para melhor contemplar a discussão.

Obesidade infantil: como pode desencadear?

A infância é uma fase de base para a construção da criança, dessa forma a alimentação nessa etapa da vida é um fator muito relevante, devido contribuir na saúde e desenvolvimento da mesma. Contudo a inserção inadequada do ato de nutrir a essa fase, pode ser considerado um estímulo ao desenvolvimento da obesidade infantil. Diante disso, tendo sido iniciada essa patologia de forma precoce, a mesma contribuirá ao surgimento de comorbidades, as quais influenciarão diretamente no estado nutricional da criança, ao qual implicará em uma expansão da obesidade a vida futura da mesma. Portanto, pode-se observar que o modelo e comportamento alimentar adotados na infância, são fatores relevantes para a construção da saúde (COSTA *et al.*, 2021).

Comportamento dos pais e os impactos na composição de hábitos alimentares dos filhos.

A estrutura alimentar do núcleo familiar já possui uma estrutura formada, que se deu desde a infância dos pais, mediante ao que era oferecido e tido como base da alimentação para aquele determinado período. Dessa forma, a dinâmica alimentar para com a criança, vai ser embasa aos hábitos decorrentes de sua própria família, a qual se caracterizam aos alimentos que são disponibilizados rotineiramente, em um contexto caracterizado por alimentos que fazem parte das condições daquela família. Portanto, cabe aos pais ou responsáveis pela criança, o papel de apresentadores em relação a alimentação (RIBEIRO, 2023).

A mesa de casa no contexto da prevenção à obesidade.

O termo mesa de casa refere-se a comida presente no dia-a-dia daquela família. Dessa forma a escolha acerca da alimentação que será oferecida, depende diretamente daquilo que o próprio núcleo comprehende sobre alimentação, pauta essa que reflete diretamente em seus hábitos alimentares, influenciando assim, na saúde. Diante disso, muitas questões são levantadas mediante ao contexto mesa, sendo influenciadores na modificação e caracterização da mesma. Através disso, fatores como a inserção da mulher ao mercado de trabalho, é um fator marcante ao processo de transição alimentar, pelo fato de promover mudanças na escolha e disponibilização dos alimentos (SILVA *et al.*, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A obesidade infantil é um fator alarmante que contém muitos fatores contribuintes e favoráveis ao seu desenvolvimento e ampliação. Observou-se por meio da revisão que os hábitos alimentares são pontos relevantes ao combate e prevenção da obesidade.

A alimentação da criança é formada no âmbito do núcleo familiar em que está inserida, envolvendo questões culturais e socioeconômica presentes. Dessa forma, a transmissão de hábitos alimentares, será embasada nos conhecimentos dessa família sobre alimentação adequada, envolvendo opiniões acerca dos benefícios e malefícios dos grupos alimentares. Foi possível observar que a consolidação da formação de bons hábitos alimentares, caracteriza-se como algo desafiador a família.

Diante do conteúdo revisado, foi possível concluir que os pais ou responsáveis detêm a desafiadora missão de contribuir na construção dos hábitos alimentares da criança. Dessa forma, é necessário o protagonismo do núcleo familiar, para assim incentivar a oferta de alimentos saudáveis, contribuindo assim, para uma melhor qualidade de vida, com o objetivo de prevenir e combater a obesidade infantil e suas comorbidades, contribuindo para um futuro saudável.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, S.G.A. Obesidade infantil: revisão de literatura. **Rev Med UFC**. Fortaleza, v. 57, n. 3, p. 47-50, abr. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28486>. Acesso em: 29 set. 2023.
- COSTA, J. S. P; AMARAL, M.V.C; SANTOS, G.C; VIEIRA, T.O; JESUS, G.M; VIEIRA, G.O; OLIVEIRA, A. M. A. Padrão de consumo alimentar e excesso de peso em pré-escolares: estudo transversal. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, Bahia, v. 12, n. 4, p. 1-16, dez. 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/17082>. Acesso em: 29 set. 2023.
- RIBEIRO, I.A. Aquisição de alimentos em domicílios brasileiros com e sem crianças. **Universidade do Estado do Rio de Janeiro- biblioteca Digital de Teses e Dissertações**, Rio de janeiro, fev. 2023. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/19659>. Acesso em: 29 set. 2023.
- SANTOS, K.F; COELHO, L.V.; CAETANO, M.C.R. Comportamento dos pais e comportamento alimentar da criança: Revisão Sistemática. **Revista Cuidarte**, Minas Gerais, v. 11, n. 3, p. 1-20, maio. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1152293>. Acesso em: 29 set. 2023.
- SILVA, M.A; MILAGRES, L.C; CASTRO, A.P.P; FILGUEIRAS, M.S; ROCHA, N.P; HERMSDORFF, N.H.M; LONGO, G.Z; NOVAES, J.F. O consumo de produtos ultraprocessados está associado ao melhor nível socioeconômico das famílias das crianças. **Ciência & Saúde Coletiva**, Minas Gerais, v. 24, n. 11, p. 4053-4060, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5zNN563ccPcxBLg4CsvNJzC/#>. Acesso em: 29 set. 2023.

IMPACTOS E PREVALÊNCIA DA OBESIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS

Suyan Facundo Sobreira¹, (Aluna do curso de Nutrição do Centro Universitário do vale do Jaguaribe, e-mail: suyan.sobreira@fvj.br); Gláucia Porto de Freitas², (Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.br).

RESUMO

A obesidade é definida pela OMS como uma epidemia global desafiadora, caracterizada pelo acúmulo de peso e gordura excessivos no corpo, podendo causar malefícios para a saúde. De acordo com Pesquisa Nacional de Saúde realizada pelo IBGE em 2019, a prevalência da obesidade entre os adolescentes chegou a 6,4%. O artigo tem como objetivo demonstrar a prevalência e analisar os impactos causados pela epidemia da obesidade em crianças e adolescentes brasileiros. As bases de dados utilizadas foram: Pub Med, *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Google Acadêmico e a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, considerando como relevantes um total de 18 artigos entre os anos de 2018 e 2023, além de documentos dos órgãos oficiais de saúde. A OMS apresenta uma projeção de que até 2035 mais de 30% das crianças e adolescentes do sexo masculino e 20% do sexo feminino estarão acima do peso Brasil. A indústria alimentícia tem grande impacto no perfil obesogênico infantil, por influenciar em mudanças na base da alimentação, ofertando alimentos industrializados ricos em sódio e calorias, que demandam pouco tempo e de fácil preparo. Mesmo sendo um assunto amplamente discutido faltam ações governamentais para a prevenção da obesidade e seus agravos. Por fim, o presente artigo trouxe novos dados e perspectivas sobre o assunto, que serão importantes para a comunidade científica e civil em novas pesquisas e ações.

Palavras-chave: obesidade; sobre peso; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000) define a obesidade como uma epidemia global desafiadora, principalmente entre crianças e adolescentes, caracterizada pelo acúmulo de peso e gordura excessivos no corpo, podendo causar malefícios para a saúde. Os riscos associados à obesidade são diferenciados a partir da concentração e distribuição de gordura no corpo, assim como, as condições socioambientais onde esse indivíduo está inserido.

No Brasil com relação ao cenário de saúde e doença aconteceram mudanças significativas nas últimas décadas, dentre elas, a transição epidemiológica com a diminuição da incidência das doenças infecciosas, aumento das taxas de peso e queda da desnutrição, proporcionando a alta prevalência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (BRASIL, 2014).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, a prevalência da obesidade entre os adolescentes chegou a 6,4% da população, com valores mais elevados para o sexo feminino alcançando 8%, quando comparado a taxa de 5,4% no sexo masculino (PNS, 2019; IBGE, 2020).

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a prevalência e analisar os impactos causados pela epidemia da obesidade em crianças e adolescentes brasileiros, apresentando os conceitos acerca da patologia e as políticas públicas voltadas para o tema. Mesmo sendo uma temática atual e muito discutida, ainda existem lacunas na produção científica sobre o assunto, o que fortalece a relevância do trabalho, que busca delimitar aspectos importantes que devem se tornar conhecimento de toda a sociedade, melhorando a compreensão sobre o tema e servindo como base para planos e estratégias de intervenção que possam causar mudanças reais.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e conta com fontes de caráter primário e secundário datados entre os anos de 2018 a 2023, nos idiomas português, inglês e espanhol. A partir da identificação da necessidade de se falar sobre os impactos e prevalência da obesidade em crianças e adolescentes no nosso país, que foi a questão norteadora desde presente estudo, fez-se uma busca de artigos que abordam a temática do sobrepeso e obesidade no público alvo escolhido, a partir das palavras-chaves, nas bases de dados: *Pub Med*, *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e os sites oficiais das organizações de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A OMS presenta uma projeção de que até 2035 mais de 30% das crianças e adolescentes do sexo masculino e 20% do sexo feminino estarão acima do peso no país, com um crescimento anual de 4,4% entre 2022 e 2035. Em relação ao impacto econômico, os gastos na saúde para tratamento da obesidade contabilizaram mais de 14 milhões em 2025, enquanto o montante utilizado na economia brasileira como um todo, com pessoas de IMC <25kg/m², somará um gasto maior que 48 milhões de reais no mesmo ano (OMS, 2023).

De acordo com o MS 18,9% das crianças menores de dois anos no Brasil estão com excesso de peso, que em números representa um total de mais de 300mil vidas, o estado do Sergipe tem a maior incidência com 29,2% e o Distrito Federal apresenta o menor percentual nacional com cerca de 12% (BRASIL, 2019).

A obesidade precoce aumenta as chances de se tornar um adulto obeso em até cinco vezes mais, trazendo dificuldades maiores a serem enfrentadas ao longo da vida. Parte dessas estão ligados aos problemas de saúde que serão frequentes e consequentemente mais graves. A redução da expectativa de vida está ligada diretamente aos problemas psicológicos, que afetam a maioria dos indivíduos obesos, pela insatisfação corporal e a cobrança da sociedade que ainda exige o seguimento de padrões estéticos, causando adoecimento e levando ao aumento dos casos de tentativas e suicídios (ARANHA; OLIVEIRA, 2020; MELO, 2021).

No cenário atual, é comum o acometimento por HAS, DM, resistência à insulina, dislipidemias, sofrimento mental, dores articulares, problemas cardiovasculares, se apresentando como comorbidades, e sinais como: piores relações interpessoais, desequilíbrio afetivo, maior agressividade, baixa tolerância a episódios frustrantes e menor grau de autoestima sendo mais expressivos em crianças e adolescentes com classificação de obesidade (CAPISTRANO, et. al., 2022).

A indústria alimentícia tem grande impacto no perfil obesogênico infantil, por influenciar em mudanças na base da alimentação, ofertando alimentos industrializados ricos em sódio e calorias, que demandam pouco tempo e de fácil preparo, o que atrai grande parcela dos pais a comprarem e ofertarem aos seus filhos, tendo como justificativa a falta de tempo devido as demasiadas atribuições de trabalho e da vida MENEGON; SILVA; SOUSA, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo de revisão foi possível identificar dados expressivos e alarmantes que comprovam a epidemia da obesidade em grande parte da parcela mais jovem da população, principalmente por estilo e hábitos de vida possibilitados pelos pais na infância, que posteriormente serão adotados e perpetuados por todos os ciclos, diminuindo a qualidade e expectativa de vida.

Mesmo sendo um assunto amplamente discutido ainda faltam ações governamentais para a prevenção da obesidade e seus agravos. Por fim, o presente artigo trouxe novos dados e

perspectivas sobre o assunto, que serão importantes para a comunidade científica e civil em novas pesquisas e ações.

REFERÊNCIAS

ARANHA, L. N.; OLIVEIRA, G. M. M. Circunferência da cintura, uma medida simples para a obesidade infantil?. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, vol. 114, n. 3, pag. 538-539, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36660/abc.20200031>. Acesso em: 18 de out. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção Primária à Saúde e informações antropométricas. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**, Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: <https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Pesquisa-Nacional-de-Saude-2019.pdf>. Acesso em: 25 de mar. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atlas da Obesidade Infantil no Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/dados_atlas_obesidade.pdf. Acesso em: 18 de out. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade**. Cadernos de atenção básica, Brasília, n. 38, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_obesidade_cab38.pdf. Acesso em: 10 de mar. de 2023.

CAPISTRANO, G. B. *et. al.* Obesidade infantil e suas consequências: uma revisão de literatura. **Conjecturas**, vol. 22, n. 2, mar./abr. 2022. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/614>. Acesso em: 17 de out. e 2023.

MELO, M. E. É hora de parar de pensar no tratamento da obesidade como um antivacina. **Arquivos de Endocrinologia e Metabolismo**, vol. 65, n. 5, pag. 523-524, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20945/2359-3997000000409>. Acesso em: 18 de out. de 2023.

MENEGON, R.; SILVA, W. G.; SOUSA, P. M. L.S. Obesidade Infantil: medidas de prevenção. **Research, Society and Development**, vol. 11, n. 13, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35512>. Acesso em: 17 de out. de 2023.

Organização Mundial da Saúde. **Obesidade: prevenindo e tratando a epidemia global**. Geneva: Organização Mundial da Saúde; 2000. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/42330>. Acesso em: 23 de mar. de 2023.

OBESIDADE INFANTIL: HÁBITOS FAMILIARES E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CHILDHOOD OBESITY: FAMILY HABITS, FOOD AND NUTRITIONAL EDUCATION

Walbelayne da Silva Moreira¹, (Aluna do curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: walbelayne.silva@fvj.br); Scarlett Valente Batista² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. E-mail: scarlett.batista@unijaguaribe.br).

RESUMO

A obesidade infantil no mundo atual, exclusivamente, nessas últimas décadas teve um aumento alarmante na prevalência, de modo que triplicou o número de casos, tornando o índice de sobrepeso bem maior, isto torna o ainda mais assustador, uma vez que crianças com sobrepeso, tem tendência para serem obesos já na infância ou na fase adulta. O estudo ora apresentado tem como objetivo analisar a influência dos hábitos alimentares familiares sobre a obesidade infantil. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura de caráter qualitativo com a perspectiva de um trabalho bibliográfico. Os estudos apontam que o ambiente familiar está relacionado à formação dos hábitos alimentares, podendo estar relacionado ao sobrepeso infantil. Os hábitos dos pais durante as refeições influenciam na educação alimentar dos filhos e na obesidade infantil.

Palavras-chave: nutrição da criança; obesidade infantil; educação alimentar e nutricional.

INTRODUÇÃO

A obesidade da população atinge uma grande parte dos indivíduos, elevando o risco para a ocorrência de doenças crônicas e multifatorial, de característica nutricional pertinente, que vêm se intensificando de uma forma preocupante tanto na sociedade brasileira contemporânea. A obesidade infantil apresenta-se como um problema de saúde pública mundial. A elevada prevalência de obesidade pode trazer resultados impactantes na vida das crianças, como implicações sociais, físicas e psicológicas, podendo reverberar na fase adulta. As práticas alimentares inadequadas na infância, caracterizadas pelo elevado consumo de alimentos ultra processados, os quais possuem alta densidade energética e elevado teor de gorduras *trans*, sódio e açúcares, se revela como um importante promotor da obesidade na infância (HENRIQUES et al., 2018). Portanto, o auxílio de um profissional da área de nutrição é essencial para o acompanhamento da saúde infantil, bem como para o desenvolvimento de educação nutricional com as crianças e seus familiares, objetivando promover hábitos saudáveis de alimentação dentro do ambiente domiciliar, casas, nas escolas e nos demais espaços que frequentam, devendo a atuação do nutricionista ser fortalecida dentro de uma estratégia planejada para o controle obesidade infantil e prevenção de desfechos de saúde negativos na vida adulta (BRASIL, 2021).

MARCO TEÓRICO

De acordo com Vieira (2021) a obesidade afeta a qualidade de vida das crianças negativamente, causando comorbidades, uma parte significativa dos obesos são acometidos da depressão e ansiedade em consequência da desvalorização estética do seu próprio corpo. Verga (2022) enuncia que a família influencia o comportamento alimentar da criança e contribui para mudanças que ocorrem nele. Compreendeu-se que a família procurar mudar seus comportamentos levando em consideração a necessidade de mudar os hábitos alimentares das crianças com obesidade, pois a distúrbio atinge a família em consequencia da responsabilidade

para o cuidado da criança e comprometimento com o tratamento. Para Lira; Souza e Cintra (2013) a obesidade infantil é prejudicial a vida da criança e a família é a base de melhoria dos hábitos alimentares, mas, devendo a família dialogar para mostrar a importância de uma alimentação saudável associada a atividade física que evita o sedentarismo e faz a diferença na diminuição do índice de obesidade infantil. Muller, Guimaraes e Canella (2023) comentam que o sedentarismo é uma das causas para o desenvolvimento da obesidade. Considerando o que os autores citados evidenciaram, sobre a formação dos hábitos alimentares é a partir da formação do paladar e da introdução de alimentos, que tais hábitos serão levados por toda a vida. Mas, sendo a infância um período no qual acontece muitas transformações, a criança pode desenvolver comportamentos alimentares impróprios, que poderão interferir no seu estado nutricional, e estão relacionados, particularmente, ao seu modo de vida, a cultura, assim como, as condições sociais em que vive (VIEIRA, 2021).

METODOLOGIA

A partir uma revisão integrativa de literatura de caráter qualitativo e exploratório com a perspectiva de um trabalho bibliográfico o qual tem como pergunta norteadora: Qual a influência dos hábitos alimentares familiares como determinante da obesidade infantil? Utilizando-se das etapas da revisão integrativa, os dados foram coletados entre agosto a outubro de 2023 nas bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), PubMed e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), esta considerada estratégia e plataforma operacional de cooperação técnica da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para gestão da informação e conhecimento em saúde, publicados em português e em inglês, que estejam disponíveis em acesso livre, publicados entre os anos de 2013 e 2023 e relacionados à pergunta norteadora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A obesidade infantil tem caráter assustador, sobretudo em algumas regiões e nas últimas décadas, tem apresentado um acentuado aumento na sua prevalência. Ademais, é apontado que crianças obesas possuem chances aumentadas de permanecerem obesas por toda a infância e fase adulta. Os achados demonstram que a obesidade infantil dentre os problemas de saúde pública pediátrica, configura-se como um dos maiores e inquietantes, uma vez que acomete crianças no mundo todo na faixa etária entre dois a dez anos de idade, principalmente. A incidência da obesidade infantil é atribuída aos ambientes nos quais o consumo em demasia de alimentos processados e ultra processados é alto e além disso ainda não há incentivo para a prática de atividades físicas. Da mesma maneira que são consumidos condicionantes da obesidade infantil também são consumidos alimentos pobres em nutrientes e com alto teor de açúcares e gorduras, ingestão indevida de bebidas açucaradas e falta de atividades físicas (HENRIQUES et al., 2018). Para Verga (2022) a família influencia o comportamento alimentar da criança e contribui para mudanças que ocorrem nele. A família é capaz de contribuir de modo positivo para a mudança do padrão de comportamento alimentar das crianças, ela tem um papel essencial tanto no incentivo da conduta alimentar quanto na fiscalização dos alimentos que as crianças consomem isso é um fator importante. (LIRA; SOUZA, CINTRA, 2013). A elevada prevalência de obesidade pode trazer resultados impactantes na vida das crianças, como implicações sociais, físicas, e psicológicas, podendo implicar na fase adulta. Percebeu-se a relevância do estudo da obesidade infantil e do papel familiar nesse contexto. Tanto os fatores fisiológicos quanto os psicológicos, podem acarretar prejuízos uma vez que há evidências de correlações entre a ansiedade, a depressão, as relações familiares e a obesidade na infância.

CONSIDERAÇOES FINAIS

A elevada prevalência de obesidade pode trazer resultados impactantes na vida das crianças, como implicações sociais, físicas, e psicológicas, podendo implicar na fase adulta. Percebeu-se a relevância do estudo da obesidade infantil e do papel familiar nesse contexto. Tanto os fatores fisiológicos quanto os psicológicos, podem acarretar prejuízos uma vez que há evidências de correlações entre a ansiedade, a depressão, as relações familiares e a obesidade na infância. Foi possível entender que a melhor tratativa da obesidade infantil, é a prevenção, o acompanhamento e incentivo dos pais, ou seja, da família associado ao apoio e assistência de profissionais de saúde, como o nutricionista. Faz-se necessária a atenção ao estado nutricional para que se possa equilibrar o controle do sobrepeso na infância. A família é muito importante, pois deve reconhecer seus padrões de comportamento, hábitos e rituais alimentares que podem enfraquecer ou não o estado nutricional da criança. Portanto, o sistema familiar, pode modular os padrões, rotinas ou costumes alimentares da criança com obesidade. Espera-se que este trabalho possa contribuir a respeito da obesidade infantil e hábitos alimentares da família, porque inclui a história de vida, sofrimentos, conflitos, valores, crenças e saberes das famílias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Obesidade infantil afeta 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos no Brasil.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://tecnoblog.net/366011/como-citar-ministerio-da-saude-nas-normas-abnt/>. Acesso em: 30 set. 2022.

HENRIQUES. P, et al. **Políticas de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil.** Ciência e saúde coletiva [online]. 2018, vol.23, n.12, pp.4143-4152. ISSN 1678-4561. Rio de Janeiro, dez, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9kPXT8rwxZcfXGWxnYJ7wTh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de mar.202.

LIMA VERDE, S. M. M. Obesidade infantil: o problema de saúde pública do século 21 / Childhood obesity: public health problem in the 21 century. **Rev. bras. promoc. Saúde,** 27(1)mar. 14, 2014.: Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=737332&indexSearch=ID>. Acesso em: 18 de set. 2023.

LIRA, A. K. de; SOUZA, D, C. C. de; CINTRA, V. M. Determinantes da obesidade infantil: um problema de saúde pública. **Temas em Saúde. Volume** 20, Número 1 ISSN 2447-2131 João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://temasemsaudade.com/wp-content/uploads/2020/02/20106.pdf>. Acesso em: 18 de set. 2023.

MULLER, S. V. M; GUIMARAES, A. P. R; CANELLA, G. C. da C. Obesidade infantil e consequências na qualidade de Vida. **Revista Saúde Viva Multidisciplinar da AJES,** Juína/MT, v. 6, n.9, jan./jun. 2023.

EFEITOS DO MAGNÉSIO DIMALATO NO CONTROLE DOS SINTOMAS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO: ESTUDO DE REVISÃO

Willana Castro Sena¹, (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: willanacastro738@gmail.com), Orientador², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: (glaucia.freitas@fvj.br)

RESUMO

Um importante aliado para melhorar os sintomas de ansiedade nas pessoas é através do uso do magnésio dimalato, já que ele não possui contraindicação, garantindo a agilidade cerebral, ajudando a combater a insônia. O uso desse magnésio é bastante eficaz para reduzir os transtornos de ansiedade e também da depressão, sendo de grande relevância e apoio ao paciente que deve ser acompanhando por um profissional nutricionista, visto que ele contribui para a prática dos bons hábitos alimentares. Quem busca a longevidade deve pautar sua prática alimentar de forma saudável, restritiva e consumir alimentos livres de agrotóxicos. É válido ressaltar que o magnésio dimalato exerce e atua na prevenção e tratamento do combate dos sintomas de ansiedade no organismo. O dimalato contribui para a função de coadjuvante potencial, possibilitando um melhor prognóstico aos pacientes diagnosticados com ansiedade.

Palavras-chave: aliado; magnésio dimalato; transtornos de ansiedade; hábitos alimentares; pacientes.

INTRODUÇÃO

Para os escritores Rocha *et al.* (2020), a função do magnésio dimalato é ajudar a diminuir problemas ligados ao stress, medo, insônia, reduzindo drasticamente os sintomas de ansiedade nas pessoas e assim promover o bem-estar da coletividade (ROCHA *et al.*, 2020).

O dimalato auxilia no combate a doenças crônicas. Após a pandemia do covid-19, as pessoas mudaram seus hábitos alimentares, passando a ingerirem produtos industrializados que são bastante nocivos à saúde humana e isso acabou acarretando o aumento dos casos de ansiedade da população. Uma alimentação saudável aliada de atividades físicas é tática bastante significativa para combater os sintomas de ansiedade.

A revisão visou contribuir na ampliação do acesso às informações aos profissionais de saúde e a população em geral, para melhor condução do controle da ansiedade, potencializando a adequação alimentar como importante ferramenta para melhoria da qualidade de vida.

METODOLOGIA

O estudo aborda uma revisão de literatura, de caráter qualitativo. O embasamento do estudo foi por meio da busca de artigos científicos publicados nos anos de 2018 a 2023, nos meses de agosto a novembro de 2023. A pesquisa pelas publicações foi feita por meio das seguintes bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e a PubMed.

Utilizou-se a estratégia de pesquisa, realizando buscas nas bases científicas com o emprego dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Alimentação saudável”, “Nutrição” e “Controle da ansiedade”, que fazem parte do operador booleano “AND”.

Após realizar triagem da lista de publicações obtidas das bases de dados pré-estabelecidas, e observando os métodos de inclusão e exclusão, foram eleitos os artigos para compor a amostra da revisão e a fundamentação dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os autores Fernandes *et al.* (2022), dizem que o contexto da alimentação saudável está ligado à saúde mental por meio da chamada neuronutrição, sendo as deitas que devem ser cumpridas pelos pacientes somente as que foram prescritas por um nutricionista (FERNANDES *et al.*, 2022).

O acompanhamento nutricional de um especialista em nutrição é primordial na prática da alimentação saudável. O profissional nutricionista dirá ao seu paciente dicas como: peso ideal, prática de exercícios físicos e dieta alimentar nutritiva (CONTE *et al.*, 2020).

Para Santos *et al.* (2022), a boa alimentação reduz os sintomas de ansiedade e que o uso de produtos industrializados pela população acabou afetando o âmbito cognitivo e alimentar dos indivíduos (SANTOS *et al.*, 2022).

Segundo Rocha *et al.* (2020), o magnésio dimalato atua no relaxamento muscular, nos batimentos cardíacos e no controle da pressão arterial, reduzindo drasticamente os sintomas de ansiedade no organismo. Já a deficiência de magnésio problematiza o funcionamento dos rins. Os autores reforçam que o dimalato é responsável por produzir o metabolismo celular adequado no corpo humano (ROCHA *et al.*, 2020).

O diálogo com os autores da base de dados e por meio dos artigos elegíveis, constata-se que o acompanhamento de um profissional formado em nutrição é indispensável para diminuir os transtornos de ansiedade, sendo o magnésio dimalato um grande aliado no combate a tais transtornos. Os autores que embasaram a pesquisa confirmam que o triptofano (dimalato) diminui realmente os níveis de ansiedade no organismo humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prevenção de problemas intestinais, redução das dores, controle da função muscular, melhoria da energia do corpo, redução do stress e da ansiedade, tudo isso são os benefícios da ingestão do magnésio dimalato.

É por meio dos neurotransmissores por intermédio desse magnésio que os sintomas de ansiedade podem ser reduzidos, a ausência desse referido magnésio acarreta depressão e ansiedade, por exemplo.

Os estudos comprovaram que a ansiedade e traços depressivos estão ligados à má ingestão de alimentos e que o magnésio dimalato contribui para a manutenção da saúde mental das pessoas, tendo como figura principal o profissional nutricionista que atua na prevenção desse agravo, aliando na prescrição nutricional, o magnésio dimalato.

É de salutar relevância a incorporação de hábitos alimentares saudáveis, tendo como papel determinante do nutricionista na vida dos pacientes, indo na perspectiva de que o magnésio dimalato exerce a função de coadjuvante potencial na prevenção e tratamento, possibilitando um melhor prognóstico aos pacientes diagnosticados com ansiedade.

REFERÊNCIAS

- CONTE, F. A.; SCHWENGBER, M. S. V. Saberes nutricionais econômicos midiáticos e o cuidado com a alimentação: light, diet e zero. **Revista Espaço Acadêmico**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, p. 1- 23, maio. 2020. Disponível em:
<https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/48145>. Acesso em: 2 out. 2023.

- FERNANDES, Helder Matheus Alves *et al.* **Neuronutrição na ótica da ansiedade e depressão:** perspectivas durante o processo de envelhecimento. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73228>. Acesso em: 3 out. 2023.

ROCHA, Ana Carolina Borges *et al.* **O papel da alimentação no tratamento do transtorno de ansiedade e depressão.** Brasília, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14412>. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS, Ana Lúcia Lima dos *et al.* Relação entre ansiedade e consumo alimentar: uma revisão de literatura. **Research Society and Development**, Sergipe, v. 11, n. 8, p. 2-26, ago. 2022. Disponível em:
<https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/download/31325/26729/356072>. Acesso em: 15 out. 2023.

PSICOLOGIA

DESAFIOS, EXPECTATIVAS E EMOÇÕES SENTIDAS POR RECÉM GRADUADOS EM PSICOLOGIA PELA UNIJAGUARIBE FRENTE AO CONTATO COM O MERCADO DE TRABALHO

Alane Lorrana Silva Lima¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: alane.lorrana@fvj.br); Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Inserir-se no mercado de trabalho é uma das principais expectativas produzidas pelos estudantes durante a formação, sendo atravessado por desafios característicos do mercado de trabalho e da categoria, podendo produzir emoções negativas e intensas nos profissionais. Podemos apontar as emoções de medo, insegurança e ansiedade como as mais citadas perante a tentativa de inserção. O objetivo da presente pesquisa é entender a dinâmica de contato com mercado de trabalho psicológico quanto à aspectos subjetivos, como as expectativas e anseios sentidos por cada indivíduo, assim como os desafios. Para isto, foi adotada a metodologia de pesquisa de campo associada à revisão bibliográfica, através do método de triangulação, utilizando-se de um questionário composto por dez perguntas abertas respondidas por meio do Google Forms. Os dados alcançados permitem concluir que a graduação, e principalmente, o período logo após a sua conclusão e tentativa de inserção no mercado de trabalho, são agentes de grande impacto emocional e social para os profissionais, sinalizando a importância de olhar para essas pessoas de forma mais humanizada

Palavras-chave: psicólogo recém formado; expectativas; desafios; mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

As emoções fazem parte da constituição de todo indivíduo, podendo ser pensada como um cenário complexo e momentâneo que surge em experiências de caráter afetivo, provocando alterações no funcionamento psicológico e fisiológico, com propósito de preparar o indivíduo para a ação (MIGUEL, 2015). Emoções são sentidas diariamente, no entanto, algumas fases da vida podem ser geradoras de emoções em níveis ainda mais intensos, a graduação, por exemplo, é um período que pode ser marcado por emoções de alegria, satisfação, medo, ansiedade, insegurança. Baixa-autoestima e confusão quanto à identidade profissional também são sentimentos comuns. O mundo do trabalho é ativo e mutável e sofre alterações significativas, após a pandemia de covid 19 isso se tornou ainda mais evidente, manifestando grande instabilidade nas condições de trabalho. Dessa forma, o profissional de psicologia, em especial, o recém formado, enfrenta alguns desafios no processo de inserção nesse mercado como baixa remuneração, carga horária exacerbada, demandas complexas, necessidade de formações continuadas, bem como dificuldade em captar e manter pacientes (CFP, 2022). Expectativas são produzidas diante de situações, e podem ser definidas como a “espera de algo”, atuando como estímulo para comportamentos e realizações de objetivos. O processo de formação é marcado pela criação de diversas expectativas. Segundo Ziliotto (2014), os psicólogos almejam reconhecimento profissional, crescimento da psicologia como ciência, melhor promoção de saúde mental com diminuição dos tabus relacionados à ela, e diminuição do sofrimento humano. A metodologia adotada na elaboração deste estudo foi a pesquisa de campo associada à pesquisa bibliográfica, a partir da técnica triangulação, com a aplicação de um questionário composto por dez perguntas abertas, que, aliada à literatura disponível sobre o assunto, promoveu discussões engrandecendo as informações sobre o tema investigado. O objetivo da presente pesquisa foi buscar compreender quais expectativas, desafios e anseios estavam presentes no processo de

inserção no mercado de trabalho como psicólogo recentemente formado pelo Centro Universitário Vale do Jaguaribe.

MARCO TEÓRICO

A formação superior é um período marcado por muitos desafios e expectativas, agente de produção de muitos estímulos e ativação de emoções. Segundo Simões (2013) durante a trajetória acadêmica o estudante vivencia situações geradoras de pressão psicológica e ansiedade, advindas do crescimento da responsabilidade e da imprecisão do futuro profissional. A graduação é fase de produção de muita expectativa. Os estudantes ansiavam por emprego, crescimento profissional, evolução da psicologia como ciência e promoção de saúde mental. No processo de inserção no mundo do trabalho, emoções como medo, ansiedade e insegurança surgem em resposta aos inúmeros desafios. Carga horária exarcebada, demandas complexas, tabus relacionados a saúde mental e pouco conhecimento sobre o papel do psicólogo são alguns deles. O estudo realizado pelo CFP (2022) mostra dados da situação empregatícia de profissionais de psicologia com até dois anos de formados em que 23,3% do gênero feminino, 23% do gênero masculino, e 22,2% não-binário não estão atuando no campo que compreende a psicologia. O mesmo estudo ainda afirma que as recém-formadas possuem uma renda baixa, pois 39,2% destas recebem até dois salários. Esse dado pode explicar a manutenção de um emprego simultaneamente à atuação em psicologia denunciando a precariedade da inserção no mercado psicológico.

METODOLOGIA

A metodologia empregada no presente estudo foi a pesquisa de campo aliada à pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método triangulação. A pesquisa possui como objeto de estudo os desafios, expectativas e emoções sentidas por recém graduados no curso de Psicologia pela UniJaguaribe frente ao contato com o mercado de trabalho. Para isto, optou-se por uma pesquisa qualitativa que permita compreender efetivamente a realidade desses profissionais. A amostra da pesquisa foi selecionada por conveniência tendo como critérios apenas indivíduos recém formados dentro do período de um ano e meio na UniJaguaribe, situada no município de Aracati estando atuando ou não na área que compreende a psicologia. A coleta de dados se deu a partir da aplicação de um questionário online composto por 10 perguntas abertas destinadas a dez indivíduos, sendo homens e mulheres, obedecendo aos critérios ditos acima. A importância da temática se mostrou pela escassez de estudos sobre o assunto e a relevância para estudantes e profissionais da área. Dessa forma, objetivou-se compreender melhor quais fatores atravessaram a tentativa de inserção do profissional em psicologia, não esgotando as fontes de estudo e sinalizando a relevância de mais pesquisas sobre o assunto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foi possível perceber que os profissionais nutriam expectativas de atuação e crescimento, e na prática, se depararam com contextos que dificultaram o cumprimento dessas expectativas, gerando diversas emoções. As emoções de medo, ansiedade e insegurança foram citadas de forma quase unânime pelos profissionais, além de sentidas de maneira desajustada em algum momento do processo, alertando para o quanto a graduação, e, principalmente, a tentativa de inserção no mercado de trabalho pode ser produtora de emoções em níveis intensos. Isto porque os desafios são inúmeros. Tabus em torno do que é saúde mental e a falta dela, pouco conhecimento sobre o papel exercido pelo psicólogo e sua importância para a saúde coletiva, remunerações baixas atrelada à carga horária gigante e demandas complexas são apontados

como desafios. Bem como a dificuldade da primeira oportunidade de emprego sem uma experiência prévia, necessidade de formação continuada e conhecimentos sobre marketing digital foram alguns dos desafios citados pelos profissionais. Esses desafios podem ser explicados pela possível incongruência entre a teoria e prática, e a falha na formação quanto à promoção de um conhecimento com profundidade e imensidão que prepare o profissional para exercer de maneira eficaz nos complexos contextos em que o psicólogo atua com o sujeito em sofrimento. Do ponto de vista do mercado de trabalho, os desafios giram em torno de

acompanhar a dinâmica empregatícia de cada categoria, e as mudanças contemporâneas, como o alcance da internet e o uso do marketing digital por profissionais atualmente

REFERÊNCIAS

MIGUEL, Fabiano. Psicologia das emoções: uma proposta integrativa para compreender a expressão emocional. **Bragança paulista**. v. 20, n. 1, p. 153-162. 2015. Acesso em: 14 out 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/FKG4fvfsYGHwtn8C9QnDM4n/>

QUEM faz a psicologia brasileira? : um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho : volume I :formação e inserção no mundo do trabalho / Conselho Federal de Psicologia. — 1. ed.— Brasília : CFP , 2O22. Acesso em: 18 out 2023. Disponível em:
https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf.

ZILIOOTTO, Denise et al. Concepções e expectativas de estudantes de psicologia sobre sua futura profissão. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de Fora. v.7 n.1. 2014. Acesso em: 14 set. 2023. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000100008#:~:text=Dentre%20as%20expectativas%20manifestas%20pelos,minimiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20sofrimento%20na%20sociedade

SIMÕES, Bruno. **Ansiedade, satisfação e bem-estar em finalistas e profissionais de psicologia em início de carreira**. 2013. Tese mestrado – Universidade dos açores. Ponte Delgada, p. 166. 2013. Disponível em:
<https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/3099/1/DissertMestradoBrunoMiguelNevesSimoes2014.pdf>. Acesso em: 13 agos 2023.

OS IMPACTOS DA MATERNIDADE NA PERMANÊNCIA E ASCENSÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Aline Maria Ribeiro Silva¹, (Graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail: aline.ribeiro@fvj.br); Acy Holanda Mota², (Docente do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, Mestre em Psicologia e Orientadora da pesquisa. E-mail:acy.mota@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O estudo discute os impactos da maternidade na permanência e ascensão da mulher no mercado de trabalho. O objetivo geral é investigar como a maternidade impacta a permanência e ascensão da mulher no mercado de trabalho. Quanto à proposta metodológica, partiu de uma abordagem qualitativa com o tipo de pesquisa sendo uma revisão integrativa de literatura. O levantamento de dados ocorreu através de uma ampla pesquisa nas bases de dados do Google Acadêmico Os resultados mostram que embora a maternidade seja uma experiência ainda muito valorizada, o trabalho também representa um lugar tanto de conquistas de autonomia como reconhecimento social, reforçando uma dicotomia no papel social da mulher que deseja crescimento profissional e desempenhar a atribuição de ser mãe concomitantemente. Dessa forma, observou-se que algumas mulheres optam por abdicar de suas carreiras ou da própria maternidade, da mesma forma que buscam alternativas como o empreendedorismo.

Palavras-chave: mulher; trabalho; carreira; maternidade

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a maternidade está além do gestar, pois transforma a trajetória feminina e influência nos diversos aspectos sociais, domésticos e físicos, conforme Antloga (2021). Assim, ao longo das últimas décadas, tem havido um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, impulsionado por mudanças sociais, avanços na igualdade de gênero e a busca por independência financeira e satisfação pessoal. No entanto, a maternidade muitas vezes apresenta obstáculos nesse caminho, afetando especialmente a trajetória profissional das mulheres.

Antloga (2021) enfatiza que o preconceito e a discriminação especificamente por serem mulheres ainda é um desafio real. O trabalho doméstico ainda tende a ser a maior parte da responsabilidade das mulheres, sendo elas trabalhadoras assalariadas ou não, evidenciando uma dupla precarização do trabalho feminino dentro do lar, com sobrecarga do papel de mãe e dona de casa, bem como fora do lar, com exploração e desvalorização de sua mão de obra. Partindo dessa explanação, este artigo levanta a seguinte problematização: como as mulheres após a maternidade, levando em consideração aspectos sociais, econômicos, culturais e emocionais, podem ser impactadas em relação a ascensão e permanência no mercado de trabalho?

O objetivo geral deste estudo se voltou para investigar como a maternidade impacta a permanência e ascensão da mulher no mercado de trabalho. Os objetivos específicos delimitaram-se em analisar como a maternidade afeta a progressão da carreira das mulheres, incluindo a perspectiva de promoções e aumento salarial, o impacto na remuneração e a dificuldade de equilibrar as demandas profissionais e familiares, assim como identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres mães no mercado de trabalho. Buscou-se, a partir da análise de conteúdo de estudos científicos previamente publicados dentro da temática proposta, descrever os principais impactos da maternidade no contexto do mercado de trabalho, enfatizando seus principais desafios.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de um estudo acerca dos impactos da maternidade na permanência e ascensão da mulher no mercado de trabalho, tendo como a finalidade a construção do conhecimento e de responder questões relevantes a partir de um estudo de abordagem qualitativa. Além disso, trata-se de uma revisão integrativa, a qual permite a inclusão de métodos diversos.

Para coletar os artigos, foi necessário realizar uma ampla pesquisa nas bases de dados Google Acadêmico, durante o mês de setembro de 2023. Diante disso, foram coletados 10 estudos para contribuir na elaboração desta pesquisa.

MARCO TEÓRICO

Conforme o estudo de Salvagni *et al.*, (2023), a experiência materna foi almejada e valorizada por suas interlocutoras, que veem a maternidade como um acontecimento relevante em suas vidas. Emídio e Castro (2022) relatam que a maternidade, que antes demandava da mulher dedicação em tempo integral e era considerada uma imposição social, foi ganhando novo formato à medida que a mulher foi construindo um lugar de mais autonomia, e consequentemente mais espaço no mercado de trabalho.

Salvagni *et al.*, (2023) revelam que as mulheres buscam uma divisão igualitária de responsabilidades com seus cônjuges, especialmente no que diz respeito aos cuidados com os filhos, o que, de certa forma, permite uma dedicação mais plena à carreira. Nesse viés, Waskiewicz e Knanan (2023) expõem que há uma nítida alteração nos papéis feminino e masculino, nos quais o homem divide tarefas domésticas e o cuidado com os filhos com suas parceiras, o que não era visto em outros tempos. Mendes (2017) destacou, a divisão de gênero no ambiente de trabalho, visto que ainda persiste e a falta de representatividade das mulheres em cargos de liderança era uma questão comum, sendo alegado que as mulheres não possuíam as competências comportamentais e a formação acadêmica necessárias para assumir certas posições.

Além disso, Emídio e Castro (2021) fortalecem a concepção de que embora as mulheres de sua amostra de estudo tenham abandonado suas carreiras para se doarem aos cuidados com os filhos, o trabalho continua ocupando para elas um lugar de conquistas, autonomia e reconhecimento social, o que indica a necessidade de uma reflexão sobre o trabalho feminino e as dificuldades enfrentadas. Ademais, Salvagni *et al.*, (2023) apontam que no que se refere à conciliação entre a carreira e maternidade, as redes de apoio são fundamentais, tais como família creches ou babás.

Mendes (2017) relata que que na impossibilidade de equilibrar igualitariamente a carreira com a maternidade, a adaptação pode ser considerada uma alternativa possível, permitindo que as mulheres consigam atender às cobranças sociais de serem mães dedicadas e bem-sucedidas no trabalho. Ainda para Mendes (2017), a mulher teve progressos no mercado de trabalho e alcançou posições de liderança, bem como conseguiu atuar em áreas consideradas anteriormente como exclusivamente masculinas, entretanto ainda se deparam com preconceito e desvalorização.

Salvagni *et al.*, (2023) apontam que a mulher que desenvolve atividades profissionais encara quase sempre uma dupla ou até tripla jornada de atividades, dessa forma, o ajuste oriundo das redes de apoio para possibilitar a conciliação de papéis é fundamental. Além disso, Emídio e Castro (2021) explanam que mulheres que abdicaram de suas carreiras em prol da maternidade, sentem o desejo de empreender por conta da flexibilidade de horários e possivelmente uma melhor conciliação dos papéis.

Políticas públicas bem como rede de apoio, legislação, ambiente familiar e ambiente organizacional que acolham essa mulher em sua totalidade são fundamentais para conciliação, ascensão e permanência das mulheres mães no mercado de trabalho.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sabe-se que a maternidade é um período na vida da mulher que muitas vezes vem como uma escolha difícil, visto que é uma questão importante para muitas mulheres, mas exerce um papel negativo sobre a participação no mercado de trabalho, reforçando a narrativa de que encarar a maternidade e o mercado de trabalho não é uma decisão simples.

Algumas mulheres cogitaram a possibilidade de não retornarem para o trabalho após o período de licença maternidade para se dedicarem à maternidade, entretanto, o desejo pela ascensão na carreira, a questão do orçamento familiar e o fato de sentirem-se produtivas foram as principais razões do retorno às atividades profissionais.

Diante da impossibilidade de equilibrar igualitariamente a carreira com a maternidade percebe-se como uma alternativa o empreendedorismo, permitindo um tempo parcial de trabalho, bem como uma flexibilidade de horário, atendendo de certa forma às cobranças sociais de serem mães dedicadas e profissionais bem-sucedidas, mas podendo gerar sobrecarga semelhante ao trabalho formal.

Quanto à desigualdade salarial de gênero e define-se essa problematização como algo que não é inerente à maternidade, mas sim na forma em que a sociedade. Entretanto, as que passaram por processos seletivos, atenderam às expectativas quanto a capacidade em exercer o cargo proposto, mas quando perguntavam sobre filhos, eram descartadas.

Para além das políticas públicas, poderiam ser realizadas ações básicas intrinsecamente no ambiente doméstico, com uma conscientização em relação a desigualdade de gênero. Além disso, verificou-se uma necessidade evidente das empresas em desenvolver programas que atendam às necessidades da mulher, proporcionando-lhes a possibilidade de conciliação profissional, pessoal e maternal, tais como espaços de amamentação, creches, flexibilidade de horários e outras estratégias para que essas mulheres não abduquem do seu potencial profissional e sejam acolhidas na conciliação de papéis como mães e profissionais.

REFERÊNCIAS

ANTLOGA, Carla Sabrina; SANTOS, Noemia de Morais. **Trabalho feminino: Desafios e perspectivas no Brasil**. Curitiba: Appris, 2021, 281p.

EMIDIO, Thassia Souza; CASTRO, Matheus Fernandes de. Entre voltas e (re) voltas: um estudo sobre mães que abandonam a carreira profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. e221744, 2021.

MENDES, A.P. **Labirinto de Cristal**: mulheres, carreira e maternidade, uma conciliação possível? Dissertação de Mestrado em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), 2017.

SALVAGNI, Julice *et al.* **MATERNIDADE E MERCADO DE TRABALHO**: A trajetória das mulheres no desenvolvimento de carreiras. **Confluências**: revista interdisciplinar de sociologia e direito. Niterói, RJ. Vol. 25, n. 1 (jan./abr. 2023), p. 18-42, 2023.

QUALIDADE DE VIDA: AS INTERFERÊNCIAS DO SONO NA SAÚDE MENTAL

Amanda Lima Monteiro¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: amanda.monteiro@fvj.br); Thahyana Mara Valente Lima², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O presente artigo destaca a relevância do sono na saúde mental e qualidade de vida, explorando a complexa interação entre hábitos de sono, saúde mental e comportamentos cotidianos. Inicia-se com uma introdução sobre a evolução do conceito de qualidade de vida, sendo examinado como componente essencial para o bem-estar, destacando-se a relação entre sua quantidade/qualidade e a saúde mental. Estudos recentes sustentam sua importância na reparação cerebral e física, relacionando a diminuição do sono a aumentos nas taxas de doenças físicas e mentais. A metodologia envolve revisão narrativa de literatura, selecionando trabalhos de 2013 a 2023 em português e inglês. A seção sobre a fisiologia do sono destaca sua indispensabilidade para a saúde humana, explicando as fases e a influência do ambiente. Dados epidemiológicos ressaltam a variabilidade na necessidade de sono e a prevalência da "epidemia silenciosa" da privação de sono. O impacto do sono na qualidade de vida é analisado, evidenciando as alterações causadas pela modernização e suas repercussões na saúde física e mental. Transtornos do sono são discutidos com base no DSM-V, destacando sua associação com doenças psiquiátricas. A Terapia Cognitivo-Comportamental é citada como abordagem eficaz, considerando fatores comportamentais e instrutivos. Ferramentas de regulação do sono, como a higiene do sono, são exploradas. O artigo conclui ressaltando a necessidade de conscientização sobre a importância do sono na promoção da saúde mental e qualidade de vida, enfatizando a responsabilidade do profissional de psicologia em considerar todas as dimensões biopsicossociais e espirituais dos indivíduos.

Palavras-chave: sono; fisiologia do sono; saúde mental; qualidade de vida; terapia cognitivo-comportamental.

INTRODUÇÃO

O conceito de qualidade de vida passa por um processo de constante elaboração, que busca descrever esse estado de bem-estar, com melhorias que alcançam as esferas econômicas, sociais e emocionais da vida de um indivíduo. Podemos também dizer que, a saúde mental se estabelece como um dos critérios importantes para que uma pessoa, se reconheça dentro dessa ideia de qualidade de vida. De acordo com Skinner (1974), o conhecimento que uma pessoa possui sobre si mesma agrega um valor intrínseco, perceptível somente quando o indivíduo se torna consciente de sua própria existência. Os comportamentos habituais de uma pessoa estão entre os inúmeros fatores que, envolvendo a vida cotidiana, atingem diretamente esse estado de bem-estar. Esses comportamentos, sejam eles disfuncionais ou não, estão diretamente relacionados com a saúde mental. O sono é um estado essencial para o organismo, ocupando cerca de um terço do tempo de vida, conforme apontam Kim, Tufik e Andersen (2017). Regulado por mecanismos biológicos internos é inerente a qualquer ser humano, a necessidade de dormir. Se tratando de um comportamento que acontece “naturalmente”, as condutas adequadas em relação ao sono são muitas vezes negligenciadas. A compreensão da relação entre o sono e a saúde mental desempenha um papel fundamental na busca pela promoção da saúde e qualidade de vida, objetivos centrais na atuação profissional em psicologia. É imperativo que a abordagem profissional seja holística, acolhendo as diversas demandas e considerando sempre a condição biopsicossocial e espiritual de cada indivíduo, sem negligenciar qualquer uma dessas

dimensões. Portanto, faz-se necessário dedicar atenção para os fatores fisiológicos essenciais, como o sono, que podem estar vinculados, e/ou interferir significativamente na qualidade de vida dos pacientes, e serão de extrema importância na condução das intervenções psicoterápicas.

MARCO TEÓRICO

É incontestável que o sono desempenha um papel fisiologicamente indispensável para a saúde humana. Conforme destacado por Walker (2018), a otimização proporcionada pelo sono e os prejuízos causados por sua insuficiência não pouparam "nenhum órgão importante no corpo ou processo no cérebro". A afirmativa ressalta a abrangência dos efeitos do sono em praticamente todos os aspectos do funcionamento do corpo e do cérebro, sublinhando sua importância integral para a saúde geral. Anteriormente, ao ser examinado, o sono era categorizado como um comportamento inativo. No entanto, Jansen *et al.*, (2007) o redefinem como um "estado biologicamente ativo", contradizendo concepções antigas que o consideravam apenas como um período passivo de repouso. Essa perspectiva atualizada sublinha a complexidade e a vitalidade do sono, destacando que envolve processos biológicos ativos que vão além da visão simplista de um estado de descanso passivo. É crucial destacar que o sono não é um processo monofásico; ao considerar o ato de dormir, ele é subdividido em duas fases igualmente importantes, embora distintas, como aponta Walker (2018). Essa distinção enfatiza a complexidade do sono, abordando suas diferentes fases e ressaltando a importância de compreender e considerar ambas para uma análise abrangente do sono. Mesmo com recomendações estabelecidas, é possível considerar a presença de uma "epidemia silenciosa" de privação de sono, na qual uma parcela significativa dos adultos em países desenvolvidos dorme menos de oito horas por noite, como destacado por Walker (2018). Essa observação enfatiza a prevalência generalizada de padrões inadequados de sono, indicando a necessidade de uma abordagem mais atenta e proativa em relação à promoção de hábitos de sono saudáveis na sociedade. O sono, sendo um comportamento natural, é muitas vezes absurdamente negligenciado, apesar de seu potencial impacto na vida humana. O que frequentemente se ignora é um preditor crucial para a regulação do sono: a intervenção nos hábitos diários. Walker (2018) destaca que, individualmente, o sono pode ocorrer de maneira passiva, sem a necessidade de esforços, ou de forma ativa, exigindo empenho. Assim, essa distinção destaca a importância de conscientização e esforços deliberados para cultivar hábitos saudáveis de sono, reconhecendo a influência significativa que as escolhas diárias têm na qualidade e na quantidade do sono.

METODOLOGIA

A metodologia científica adotada para este artigo foi a revisão narrativa de literatura, uma abordagem que permite a análise de fontes de pesquisa diversificadas, incluindo artigos, revistas científicas e leituras complementares. Essa escolha metodológica proporciona uma compreensão abrangente do tema, permitindo a síntese e interpretação de diversas perspectivas e descobertas na área, contribuindo para uma fundamentação sólida e informada. Os materiais examinados foram selecionados mediante busca nas bases de dados Scielo e Google Scholar, utilizando descritores fornecidos pelos sites Descritores em Ciências de Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH). Os operadores booleanos, como *Sleep Disorders* OR *Circadian Rhythm Sleep Disorder* OR *Sleep-Wake Cycle Disorders* OR *Sleep Wake Disorders* AND *Psychotherapy* OR *Cognitive Behavioral Therapy* AND *Sleep Hygiene* OR *Indicators of Quality of Life* OR *Mental Health*, foram aplicados para refinar a pesquisa. Optou-se por trabalhos nos idiomas português e inglês, publicados entre 2013 e 2023, totalizando 16.300

fontes. A exclusão de estudos fora do escopo temático foi realizada, e buscas manuais de trabalhos relevantes sobre a temática foram também conduzidas. Essa abordagem metodológica visa garantir uma ampla cobertura da literatura disponível e a inclusão de contribuições significativas para a investigação em questão.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considerando as informações encontradas nas literaturas selecionadas, é razoável atribuir ao sono uma parte significativa da saúde humana como um todo. Suas implicações fisiológicas permeiam toda a fisiologia de um indivíduo, tornando impossível ignorar os benefícios ou danos causados por ele. Apesar da quantidade considerável de pesquisas e estudos atuais sobre o sono, ele continua em um estado crescente de investigação. Mesmo sendo um fenômeno recorrente e diário, permanece com uma infinidade de aspectos a serem explorados. Isso destaca a complexidade do sono e a necessidade contínua de pesquisa para aprofundar nossa compreensão dos impactos do sono na saúde e na qualidade de vida. O desenvolvimento de hábitos reguladores da saúde mental, como a prática de atividades físicas, um padrão de alimentação saudável ou até mesmo atividades laborais, pode ser afetado quando o sono está em algum nível, mesmo que baixo, de privação. Ter consciência de que a aquisição de hábitos funcionais muitas vezes exige a extinção de comportamentos prejudiciais ressalta a importância do conhecimento claro sobre a quantidade, qualidade e influências do ambiente, comportamentos e outros aspectos da vida cotidiana que facilitam a hora de dormir. Essa compreensão é crucial para promover um sono saudável, contribuindo para o bem-estar mental e geral. Um dos princípios fundamentais do psicólogo é a promoção da saúde e da qualidade de vida. Destacando esse princípio, é essencial contribuir para a eliminação de qualquer negligência. Portanto, considerando o panorama geral do estudo realizado, fica claro a importância de expandir os cuidados com o sono e atender às necessidades associadas a ele. Reconhecer e abordar questões relacionadas ao sono não apenas contribui para a saúde mental, mas também se alinha ao compromisso fundamental de promover um bem-estar abrangente na prática psicológica.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5:** Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- JANSEN, J. M. *et al.* **Medicina da noite:** da cronobiologia à prática clínica. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- KIM, L.J.; TUFIK, S. ANDERSEN, M.L. **Neurofisiologia do sono.** In: *Manual do residente: medicina do sono.* Barueri: Manole, 2017.
- SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo.** São Paulo: Cultrix, 2006.
- WALKER, M. **Por que nós dormimos.** Editora Intrínseca, 2018.

A REPRESSÃO DA SEXUALIDADE FEMININA E EDUCAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO FAMILIAR

Anely de Oliveira Nogueira¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: anely.nogueira@fvj.br); Anna Paula Fagundes Bezerra², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: anna.bezerra@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Esta pesquisa propõe investigar como a repressão em torno da sexualidade feminina se relaciona com a educação sexual no âmbito familiar. Esse desenvolvimento foi estudado através de uma revisão narrativa de literatura de estudos que recobraram diálogos de referenciais teóricos e demonstram qualitativamente os fenômenos inerentes ao tema. A partir dos escritos estudados foi possível entender que, através de uma construção histórica a partir das relações de gênero, a repressão da sexualidade feminina impacta o acesso à educação sexual para meninas de forma multifacetada, de maneira que constrói um tabu em torno do debate. Portanto, foi possível concluir que na prática, a proibição e silêncio referente ao sexo, privando meninas e mulheres de acesso à informação sobre seus corpos desde seu primeiro ambiente de referência que é a família. Esse fato se reproduz em sociedade, comprometendo as políticas de educação e saúde da mulher, além de fazer da iniciação e vivência sexual feminina um momento solitário, inseguro e privado de acolhimento.

Palavras-chave: sexualidade feminina, educação sexual, repressão

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe pesquisar como a repressão em torno da sexualidade feminina se relaciona com a educação sexual no âmbito familiar. Para entender as nuances que atravessam a vivência da sexualidade feminina, o presente trabalho adota uma ótica construtivista que para Zucco e Minayo (2009) congrega abordagens que problematizam a universalidade da sexualidade humana. A partir disso, esse artigo aborda como a sociedade brasileira construiu historicamente sua dinâmica acerca da vivência sexual feminina, levando em consideração o fator colonial e catequizado de sua história. Dessa forma, é possível entender como essa construção vem se projetando na consciência coletiva, até seus pontos de interferência no psicológico de meninas e mulheres do país. Concernente a isso, ver na prática da vivência das pessoas quais são os tabus e repressões que permeiam essas questões, do mesmo modo como e a partir de quais estruturas se manifestam. Repressão essa que pode ser causadora de um silêncio tanto dos responsáveis, quanto dos adolescentes acerca da vida sexual, bem como impede o acompanhamento dessa fase como resultado da falta de confiança intrafamiliar.

MARCO TEÓRICO

Para uma análise do desencadear da sexualidade feminina no Brasil é imprescindível considerar a influência profunda da colonização e catequização, ao passo que elas foram construindo as percepções, normas e expressões ao longo dos séculos aos moldes do conservadorismo. Da mesma forma, destaca-se fator do patriarcado na vivência da sexualidade, com seus valores sexistas como predominantes na cultura ocidental, garantiram ao homem seu desempenho orgástico, inclusive fora da família, e limitando-se na mulher à procriação Byington, (2001). Sobre sexualidade feminina prevalece o proibicionismo através do silêncio, sobretudo com a negação de educação sexual. Essa herança perdura até os dias atuais, fazendo com que a família seja a primeira estrutura reproduzir essa repressão, pois segundo Ressel

(2011) protagoniza como percussora os valores sociais que repercutem no reconhecimento dessa dimensão na vida dos adolescentes.

METODOLOGIA

Com o objetivo de entender como a repressão sexual feminina impacta o acesso de meninas e mulheres à educação sexual, foi realizada a pesquisa por meio de uma revisão bibliográfica dos artigos científicos disponibilizados nas plataformas on-line Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Utilizando o método de pesquisa “revisão narrativa de literatura” foi analisado através das teorias estudadas como se constroem historicamente e culturalmente essas repressões, além de como ocorrem suas manifestações em sociedade. Para uma elucidação integrativa acerca da temática foram pesquisadas diversas fontes, desde escritos de teóricos mais antigos a artigos atuais. Para os resultados e discussões optou-se por estudos que ao passo que recobraram diálogos de outros referenciais teóricos, demonstrasse qualitativamente os fenômenos inerentes ao tema através de suas revisões, bem como de relatos de experiências e entrevistas por meio de pesquisa de campo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este estudo constata que a repressão da sexualidade feminina impacta o acesso à educação sexual para meninas de forma multifacetada, colocando-as num lugar de subordinação, passividade e desapoderando do direito de seus corpos. O resultado disso é o tabu gerado em torno da sexualidade menina, sendo esse, um dos mecanismos que silenciam as questões sexuais femininas na tentativa de através do discurso coibir a prática. Foi também demonstrado como essa repressão se materializa de maneira enraizada através da família enquanto primeira formadora do sujeito. O impacto devido a essa problemática, é a quebra de vínculo com os responsáveis por sua educação, o que ocorre devido a não confiança gerada pelo temor da repreensão. Logo, passa a se temer aqueles que deveriam ser a principal fonte de orientação segura e acolhedora: a família, marcando o início da vida sexual de solidão, insegurança e desinformação. Essa indiferença à educação sexual feminina não se resume apenas a ausência de diálogo sobre o tema, mas se sustenta significativamente na repressão pelo medo, que é uma das principais ferramentas de afastamento das mulheres de sua sexualidade. Medo do julgamento, medo de pecar, medo da gravidez indesejada e toda sua carga, dentre outros muitos medos que o tabu impõe. Dessa forma, essas normas sociais exercem sobre elas uma pressão que as inviabiliza, desregula e subtrai o domínio de algo que lhes é em essência natural e pertencente, causando sofrimento e ansiedade. Nessa perspectiva, algo que também se destaca é a contradição evidente na desproporcionalidade na cobrança inerente à conduta sexual entre homens e mulheres, e o fato de ela por si só não sustentar as projeções do conservadorismo na prática. Mediante a isso o estudo apresenta dados que mostram a iniciação gravidez entre adolescentes cada vez mais precoce no brasil. Tendo em vista os fatos, o que mais se mostra é uma negligência sobre o quanto essa menina estará vulnerável sem informações cruciais para começar uma vida sexual ativa. Deste modo, pode-se perceber que os esforços para afastar as meninas da prática da sua sexualidade através da repressão, proibição e tabu se mostram ineficazes. Além de ineficazes, apresentam o risco de estarem fazendo um efeito reverso ao seu aparente fim, visto que não evitam a gravidez indesejada, e ainda, prejudica o diagnóstico de doenças do sistema reprodutivo, tornando a vivência sexual feminina mais insegura, com consequências que seriam mais eficientemente evitadas com educação e acolhimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marta Araújo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Entre o desejo e o medo: as representações sociais das adolescentes acerca da iniciação sexual. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 40, p. 469-476, 2006.

BYINGTON, Carlos Amadeu Botelho. Ternura, sexo, dignidade e amor: um estudo das funções estruturantes pela Psicologia Simbólica. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, n. 18, 2001.

DESOUSA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 13, p. 485-496, 2000

RESSEL, L. B. et al. A influência da família na vivência da sexualidade de mulheres e adolescentes. Esc Anna Nery [Internet]. 2011 [cited 2017 Dez 15]; 15 (2): 245-250.

ZUCCO, Luciana Patrícia; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Sexualidade feminina em revista (s). **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 28, p. 43-54, 2009.

BULLYING: A VIOLÊNCIA CAMUFLADA NO AMBIENTE ESCOLAR E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS ALUNOS

Danielle Lourenço da Silva¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: danielle.silva@fvj.br); Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O *bullying* é um problema enraizado na comunidade escolar, podendo causar danos à saúde dos envolvidos e em muitos casos problemas irreversíveis. O presente trabalho apresenta dados obtidos através de uma pesquisa quantitativa-qualitativa, em que se investiga o *bullying* e os prejuízos à saúde mental das vítimas. A pesquisa mostra que a saúde mental daqueles que de alguma forma presenciaram o *bullying* não está das melhores e que esse fenômeno é algo que acontece constantemente e que pessoas estão sendo afetadas. Os resultados evidenciam que a maioria já passou por alguma situação envolvendo o *bullying*, seja praticado por alunos ou por funcionários. A pesquisa apresenta tanto o ponto de vista dos alunos, como dos funcionários em geral, com o objetivo de analisar as informações e mostrar dados relevantes e atuais sobre o assunto. É necessária a prevenção desse fenômeno no ambiente escolar, como forma de promover a saúde e a prevenção da violência escolar.

Palavras-chave: bullying; violência na escola; saúde mental.

INTRODUÇÃO

O propósito do estudo da presente pesquisa é a investigação do fenômeno *bullying*, proporcionando dados concretos e reais dentro do contexto escolar que sirvam de base para pesquisas futuras. A partir disso, analisar acerca dos acontecimentos desse evento, como isso tem prejudicado a saúde mental das vítimas, sendo que podem causar prejuízos para o resto da vida do indivíduo; e como a escola vem percebendo o fenômeno. É imprescindível apresentar dados atuais sobre a temática do *bullying* e a realidade na qual esse fenômeno está inserido. Diante do contexto atual, a condução deste estudo revela-se crucial, uma vez que o tema continua sendo obscurecido e minimizado pelas instituições escolares. No entanto, é uma realidade que ocorre diariamente e de forma persistente, causando transtornos muitas vezes irreparáveis na vida daqueles que estão sendo vítimas de violência. Este estudo não apenas lança luz sobre a persistência do *bullying*, mas também contribui para a percepção de que se trata de uma questão de saúde pública. Como relatam Costa e Miranda (2020 *apud* Lima *et al.*, 2021), os impactos resultantes desses atos na saúde mental das vítimas constituem uma questão grave de saúde pública, permeando a desigualdade social e a prática de ações que podem deliberadamente menosprezar os envolvidos.

MARCO TEÓRICO

Os eventos de *bullying* são entendidos como um fenômeno social que deve ser tratado com seriedade, em que nas décadas de 1970 e 1980, iniciou-se um certo interesse de alguns pesquisadores devido à percepção dos seus efeitos negativos, estavam acontecendo tragédias como suicídio, constrangimento, ameaças corriqueiras entre jovens e isso foi ligado ao fenômeno (Torres; Acevedo, 2009 *apud* Almeida; Lisboa, 2014). De acordo com o Ministério da Educação - MEC, o fenômeno pode ser compreendido como uma intimidação sistemática. Esse comportamento engloba qualquer forma de violência, seja física ou psicológica, que ocorre de maneira intencional e contínua, sem uma causa evidente aparente. A prática pode se

manifestar tanto em grupo, quanto de forma individual, envolvendo uma ou mais pessoas, e tem como propósito intimidar ou agredir a vítima (Brasil, 2015). Essa forma de violência busca estabelecer uma superioridade de poder entre os envolvidos, provocando sentimentos de angústia na vítima. A Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, define e regulamenta esse fenômeno, popularmente conhecido como *bullying* (Brasil, 2015).

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem quantitativo-qualitativa, visando aprofundar o tema investigado e possibilitar a construção de dados científicos. Proetti (2018), relata que as pesquisas quanti - quali possibilitam um olhar abrangente sobre as possibilidades futuras em estudos científicos, com isso facilitam o entendimento sobre novas descobertas, possibilitam avaliar e mensurar de maneira investigativa, assim como possibilita adquirir conhecimento sobre a relevância dos fatos estudados e com isso avaliá-los. A coleta de dados foi realizada através de métodos quantitativos, com informações estruturadas em gráficos e tabelas para facilitar a elaboração da análise estatística.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Dos 32 (trinta e dois) participantes, 22 (vinte e dois) eram alunos, compreendendo 09 (nove) do sexo feminino e 13 (treze) do sexo masculino. Os outros 10 (dez) participantes eram funcionários, sendo 6 (seis) do sexo feminino e 4 (quatro) do sexo masculino. Essa diversidade de participantes oferece uma perspectiva abrangente e enriquecedora sobre as experiências e percepções em relação ao *bullying* na escola, permitindo uma análise mais completa do fenômeno. Os impactos causados pelo *bullying* podem perpassar desde a vida escolar até a vida adulta, isso depende também de cada sujeito, além da potência em que essa violência chegou até o mesmo. Contudo, o sofrimento das vítimas não é nulo, além de existir a possibilidade de desencadear problemas já preexistentes, devido aos acontecimentos recorrentes e a pressão que é imposta (Silva, 2010 *apud* Pereira *et al.*, 2014). De acordo com a pesquisa, a maioria das ações de intimidação provêm dos alunos, assim como destacados em muitos estudos, mas também se sinalizou que também ocorre por parte dos funcionários da escola, o que gera um dado importante e preocupante. Durante a exploração dos resultados da presente pesquisa, a tristeza é apontada com o maior índice por aqueles que já foram vítimas de *bullying* e *cyberbullying*, estando acompanhada da raiva, desprezo, angústia e medo. A partir disso, foi aprofundado um pouco mais sobre o tema saúde mental, os resultados da pesquisa mostram que alguns alunos têm se sentido deprimidos e ansiosos antes e durante a escola, e que o 9º ano se destaca nesse sentido, além disso, existem aqueles que apontaram que sentem medo de ir para a escola, esses resultados possuem respostas mistas, embora a opção do “não” seja maior, ainda assim, existem aqueles que marcaram a alternativa “sim”, e o cuidado e atenção sempre serão necessários, pois mesmo sendo minoria ainda assim existem riscos. Percebe-se que o *bullying* é um problema que demanda de uma atenção maior, pois como a sociedade está em constante desenvolvimento, consequentemente as formas de violência acompanham essa evolução. Mesmo sendo um fenômeno antigo, atualmente ainda existe uma grande repercussão de casos, como mostra a pesquisa realizada, e junto a isso acompanha também uma bagagem de prejuízos à saúde mental dos envolvidos. Isso só aumenta a percepção de que é crucial a relevância de levar esse tema não só para as escolas, mas também para a sociedade. Entre as várias formas de praticar o *bullying*, cada uma delas foi identificada de alguma maneira, incluindo o *cyberbullying*. Essa diversidade de abordagens destaca a importância de trabalhar essa questão de maneira abrangente. Quando a figura de confiança, como funcionários da escola, está associada a comportamentos

prejudiciais, isso não apenas impacta o indivíduo diretamente afetado, mas também mina a confiança entre alunos e funcionários. Esse enfraquecimento do elo de confiança dificulta a comunicação efetiva, potencialmente levando à situação em que a vítima sofre em silêncio. Levantar essa pauta é fundamental para promover um ambiente escolar mais seguro, onde todos se sintam apoiados e respeitados.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, (2015). **Lei n. 13.185/2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF, 2015.

LIMA, Cristefânia Meirú *et al.* Promoção da saúde mental e enfrentamento ao bullying no ambiente escolar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. e42210514692-e42210514692, 2021.

SILVA, Lisete; MACEDO LISBOA, Carolina Saraiva. Habilidades sociais e bullying: uma revisão sistemática. **Contextos Clínicos**, 2014.

PEREIRA, Kris Kristoferson. Consequências e implicações do bullying nos envolvidos e no ambiente escolar. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, v. 1, n. 2, 2014.

PROETTI, Sidney. (2018). As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, 2(4). Disponível em: <https://doi.org/10.32459/revistalumen.v2i4.60> Acesso em 24 nov. 2023.

A PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO E A BUSCA POR MELHOR QUALIDADE DE VIDA: COMO A TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL PODE AJUDAR NESSE PROCESSO?

Débora Silva Raulino¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: debora.raulino@fvj.br); Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a depressão, visibilizando a busca pela qualidade de vida através da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) e suas respectivas bases de tratamentos. Trata-se de uma revisão sistemática, com abordagem qualitativa, a qual busca identificar e selecionar dados relevantes para embasar cientificamente esse tema. Na sociedade contemporânea, a depressão e seus impactos abrangem todas faixas etárias e tendem a afetar negativamente a qualidade de vida e bem estar emocional e psicológico dos indivíduos. Mostra-se que esse conjunto de intervenções pode desempenhar um papel crucial no tratamento, juntamente com uma análise aprofundada dos diferentes casos de depressão e a exploração dos vários métodos de tratamentos disponíveis, com ênfase na psicoterapia.

Palavras-Chave: depressão; qualidade de vida; terapia cognitivo comportamental; ativação comportamental.

INTRODUÇÃO

Perante aos impactos relacionados à saúde mental após a pandemia, a prevalência global de depressão aumentou cerca de 25% de acordo com estimativa da Organização Mundial da Saúde. Em nosso atual cenário é possível visualizar os diversos casos de afastamento do trabalho, motivado por algum transtorno mental no qual tende a chegar a níveis extremos de sofrimento caso não seja tratado. É correto evidenciar que a depressão vem aparecendo através de várias faces, atingindo todo tipo de cultura, faixa etária e classe social (Aros, 2008). Com isso, precisa-se pensar em soluções realmente eficazes, conseguindo sair do senso comum e buscar trazer qualidade de vida não só para pessoas acometidas pela depressão, mas para que também consiga-se frear esses níveis de desregulamento psíquico e emocional. Atualmente já existem diversos tratamentos para a depressão, sendo que muitas pesquisas demonstram a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) para esse tipo de transtorno. A justificativa do estudo reside na preocupação com os dados alarmantes ainda em crescimento da depressão, fazendo com que haja a necessidade de tornar esse tema ainda mais estudado e discutido, não apenas dentro do espaço acadêmico e científico, mas que consiga atingir o conhecimento da comunidade em geral, para que assim consiga-se contemplar um progresso diante do cuidado em saúde mental.

MARCO TEÓRICO

A princípio, os principais conceitos de modelo cognitivo-comportamental sobre a depressão surgiram na década de 1960, quando Albert Ellis e Aaron Beck evidenciaram que o referido transtorno é decorrente de pensamentos disfuncionais, denominados erros cognitivos. Tais distorções se relacionam com as crenças desadaptativas e ocasionam comportamentos e emoções disfuncionais (Neufeld, 2014). Nessa perspectiva, o paciente depressivo tende a fazer interpretações negativas automaticamente diante de situações ocorrente, apesar que existam explicações mais óbvias e plausíveis, esses pacientes moldam os fatos para que se encaixem em

suas conclusões negativas pré-formadas. Atualizado recentemente, o Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos mentais (DSM-5- TR, 2023), vai trazer os transtornos depressivos com uma certa especificidade, no qual, diante de cada transtorno depressivo existe uma característica comum que apresenta humor triste, vazio ou irritável, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam significamente a capacidade de funcionamento do indivíduo. O que vai diferir os sintomas presentes no indivíduo ou qual o transtorno em questão são os aspectos de duração, momento ou etiologia presumida.

METODOLOGIA

Esse artigo será analisado a partir do conceito de modelo cognitivo comportamental de Beck (1976), no qual a depressão surge a partir de uma vulnerabilidade cognitiva decorrente das experiências de vida, que resulta na formação de esquemas disfuncionais considerados negativistas, os quais, quando ativados, influenciam a interpretação que o indivíduo faz acerca dos eventos. Ou seja, dentro da tríade cognitiva, o indivíduo acometido provavelmente apresentará uma visão negativa de si mesmo, do mundo e do futuro. Assim, o artigo trata-se de uma revisão de literatura sistemática, no qual basicamente consiste em um método que visa a integração de informações simultâneas, a partir de procedimentos explícitos e sistemáticos, no intuito de identificar, analisar e avaliar os estudos que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos. A estratégia de busca seguida nesta pesquisa apresenta seis passos: definição da pergunta inicial; eleição dos descritores; identificação das bases de dados; definição dos critérios de exclusão e inclusão; coleta dos textos e análise dos estudos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em relação de como a depressão pode apresentar-se, como já discorrido, ela pode vir a desenvolver-se por diversos motivos, contextos, sintomas, e apesar de atualmente termos tratamentos eficazes, as pessoas afetadas ainda encontram muitos obstáculos aos tratamentos disponíveis, geralmente associados a falta de recursos, falta de informações, falta de profissionais treinados que consigam diagnosticar corretamente e o estigma social, que apesar de muitas deconstruções ao longo dos anos, os transtornos, a psicoterapia ou a psiquiatria ainda remete à algo negativo para uma grande parte da sociedade, impedindo assim a busca de qualidade de vida. E quando estuda-se sobre qualidade de vida, a maioria dos estudos nos remete a percepção no qual não existe um conceito amplamente aceito e concreto, pois essa definição está relacionada às percepções de cada grupo ou indivíduo. Mediante o exposto, a TCC entende que a aplicabilidade desse tratamento e a busca por qualidade de vida é desenvolvida de acordo com o objetivo e singularidade do paciente, e assim está diretamente ligada à predisposição do indivíduo, estando aberto e disposto a aplicar seu tempo e seus esforços para compreender suas emoções e pensamentos recorrentes. Por fim, vale ressaltar que existiram casos que o tratamento precisará da combinação da psicoterapia juntamente com a medicação prescrita por um psiquiatra, levando em conta o diagnóstico realizado, as necessidades desse paciente e os efeitos colaterais que podem trazer a curto e longo prazo.

REFERÊNCIAS

AROS, M. S. **Produção científica sobre depressão: Análises de resumos (2004-2007).** Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2008.

CRIPPA, José Alexandre de Souza (coord.). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM -5 -TR. 5**, texto revisado. Porto Alegre: Artmed Editora LTDA, 2023.

Neufeld, C. B. (2014). **Intervenções e pesquisas em terapia cognitivo-comportamental com indivíduos e grupos**. Novo Hamburgo: Sinopsys.

OPAS. Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência. 2 de março de 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

O PROCESSO DE ADOECIMENTO DAS MÃES: CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO

Denise Costa Rebouças¹, (Graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail: soudenisebr@gmail.com;
Acy Holanda Mota², (Docente do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. Orientadora da pesquisa), e-mail:acymota@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

Esse artigo pretende identificar o processo de adoecimento das mães com crianças diagnosticadas com transtornos do neurodesenvolvimento. Os objetivos específicos delimitaram-se em apresentar os transtornos do neurodesenvolvimento; caracterizar o cuidador das crianças com tal transtorno; e conhecer o processo de adoecimento das mães cuidadoras. A metodologia de pesquisa tem como base a pesquisa qualitativa através de uma revisão bibliográfica. Diante disso foram escolhidos artigos científicos, das plataformas: Google acadêmico, SciELO, Revistas eletrônicas, e Livros sobre o assunto para entendermos aspectos centrais e subjetivos. Portanto estudar e pesquisar essa temática particularmente foram de grande satisfação, pois através dessa pesquisa científica foram levantadas questões que não possuem muita visibilidade e podem trazer intervenções que modifiquem realidades sociais, e promovam a qualidade de vida e saúde mental.

Palavras-chave: psicologia; mães; adoecimento; neurodesenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Conforme a Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2014) O transtorno do neurodesenvolvimento é caracterizado como um déficit no desenvolvimento ocorrendo prejuízos ao funcionamento do indivíduo, como dificuldade de comunicação, motora e social. Os primeiros sinais do transtorno do neurodesenvolvimento aparecem na infância, nos períodos iniciais do desenvolvimento, principalmente na fase escolar, onde se observam o comportamento da criança, como a socialização, aprendizagem e linguagem.

Os transtornos do neurodesenvolvimento podem trazer diversos impactos, sobretudo em relação ao adoecimento. Segundo Georges Canguilhem (2000), o adoecimento é um fenômeno singular do sujeito e que abrange não só um, mas diversos fatores em todo o seu contexto, como: renda, história de vida, rede de apoio, pertencimento, acesso aos bens e serviço. Diante disso, percebe-se que além de ocorrer inúmeros motivos do adoecer, acontece também grande influência do contexto do sujeito.

Desde o diagnóstico inicial, ocorre um processo complexo de adaptação das mães. As crianças precisam de um maior tempo de cuidado, e manejo do cuidador, quando comparadas a crianças sem algum transtorno específico. O processo da infância é onde elas precisam de maior atenção e cuidados singulares, que serão essenciais para sua qualidade de vida futura. Como realizar acompanhamentos e intervenções clínicas adequadas a depender do transtorno. (SPB, 2019)

Diante disso vemos que muitos são os impactos na vida da mãe, cuidadora principal que investirá todo seu tempo ao cuidado da criança, como a sobrecarga emocional e física, falta de atividades de lazer, dificuldades financeiras e falta de rede de apoio. Fatores esses que influenciaram diretamente sua saúde física, emocional e mental. (Chaim, 2019)

Diante do exposto, o objetivo geral desse estudo voltou-se para identificar o processo de adoecimento das mães com crianças diagnosticadas com transtornos do neurodesenvolvimento. Os objetivos específicos delimitaram-se em apresentar os transtornos do neurodesenvolvimento; caracterizar o cuidador das crianças com tal transtorno; e conhecer o processo de adoecimento das mães com crianças diagnosticadas com transtornos do neurodesenvolvimento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a APA (2014), os transtornos do neurodesenvolvimento se manifestam na infância. Tais transtornos variam desde limitações muito específicas na aprendizagem até prejuízos globais em habilidades de linguagem e comunicação, sociais ou inteligência.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) descreve os transtornos do neurodesenvolvimento como déficits no desenvolvimento que atuam diretamente em processos como a vida acadêmica e profissional, pessoal, social. Podendo ocasionar limitações específicas nas funções executivas, e habilidades sociais. (APA, 2014)

Os transtornos do neurodesenvolvimento segundo a classificação do DSM-5 englobam diversos tipos. Dentre as quais podemos destacar: deficiências intelectuais, transtornos da comunicação, transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, transtorno específico de aprendizagem, transtornos motores, e outros transtornos do neurodesenvolvimento. (APA, 2014). Os transtornos que possuem mais visibilidade são: O transtorno do espectro autista (TEA), transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), e os transtornos da aprendizagem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa se baseará em uma pesquisa qualitativa através de uma revisão bibliográfica acerca da temática do adoecimento das mães de crianças diagnosticadas com transtornos do neurodesenvolvimento. A partir disso foram escolhidos artigos científicos, das plataformas: Google acadêmico, SciELO, revistas eletrônicas, e livros sobre o assunto para entendermos aspectos centrais e subjetivos, além de direcionar os pontos de vista e arcabouço teórico acerca da temática apresentada.

A revisão bibliográfica é onde o autor pode ter acesso a outros trabalhos, e selecionar o que condiz com sua pesquisa. Para melhor conhecimento teórico. Foram utilizadas como base as palavras chaves: Transtornos do neurodesenvolvimento; cuidadores; adoecimento; mães-cuidadoras. Partindo da seleção de materiais científicos publicados entre 2014 á 2023.

A pesquisa realizada trata-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Gonsalves, (2003, p. 68) esse tipo de pesquisa nos possibilita maior autonomia para a interpretação do fenômeno do estudo, bem como subjetividade e flexibilidade acerca da temática pesquisada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Barrozo B, 2015 ocorre uma centralização de tempo do cuidado para pessoas do neurodesenvolvimento, ou seja, o indivíduo acaba por não priorizar sua saúde, vida social. Esse levantamento também é relatado por Batista, 2008 quando afirma que além da vida social, ocorre um impacto também na vida profissional e financeira do indivíduo. Sendo as mães as cuidadoras principais quando se trata no cuidado integral da criança. Para, além disso, Batista acrescenta que os papéis e tarefas da casa também são colocados para o público feminino. (Barrozo b, 2015 et al Batista, 2008)

No que tange a perspectiva do papel desempenhando pelas mães Bosa & Sifuentes, 2010, alegam que elas também ficam responsáveis pelas múltiplas terapias, de tratamento para a criança, além da locomoção, quando elas possuem transporte próprio. No caso de não possuem veículo próprio, ficam a depender dos transportes da comunidade, pelas unidades de saúde. Os autores afirmam também que elas são as principais cuidadoras e em relação aos pais de onde vai partir a responsabilidade financeira da família. (Bosa & Sifuentes, 2010)

CONCLUSÕES

Diante do exposto no presente trabalho sobre a temática: O processo de adoecimento das mães: crianças diagnosticadas com transtornos do neurodesenvolvimento conseguiu-se analisar, através dessa pesquisa acadêmica o adoecimento das mães, em sua maioria as que possuem filhos diagnosticados com transtornos do neurodesenvolvimento. Os principais transtornos levantados foram os transtornos específicos de ansiedade e depressão, e também a exaustão mental, verificando-se assim um adoecimento em nível patológico como transtorno.

Quando se pesquisou sobre o referido tema, não há materiais suficientes focalizando na questão principal do adoecimento do cuidador-materno, salientando assim um trabalho acadêmico que levantou questões necessárias sobre esse determinado público específico, e todo o adoecimento que perpassa na vida das cuidadoras maternas. Analisar esse sofrimento psíquico, mental e emocional é de suma importância para dar mais visibilidade à temática na sociedade para assim ações serem desenvolvidas em questão a melhorar a qualidade de vida da mulher e reduzir assim seu adoecimento para não chegar a um nível patológico, como falado pelos autores em questão a falta de rede de apoio, políticas públicas que amenizem esse sofrimento psíquico, e esteja voltada para a saúde mental em nível de promoção à saúde, na estratégia de fortalecer o construto familiar, e dar assistência à criança e sua família.

Desse modo também se foi percebido que as cuidadoras precisavam se deslocar cotidianamente para as consultas e terapias no tratamento em múltiplos ambientes. Verificando-se assim a falta de uma estruturada localização adequada e gratuita para os serviços de atendimento multidisciplinar em transtornos do neurodesenvolvimento.

Portanto, estudar e pesquisar essa temática particularmente foram de grande satisfação, pois através dessa pesquisa científica foram levantadas questões que não possuem muita visibilidade e podem trazer intervenções que modifiquem realidades sociais, e promovam a qualidade de vida e saúde mental.

REFERÊNCIAS

Costa, J.C. (2018). Neurodesenvolvimento e os primeiros anos de vida: genética vs. ambiente. RELAdEI, **Revista Latinoamericana de Educación Infantil**, 7(1), 52-60. Acesso em: <http://www.usc.es/revistas/in-dex.php/reladei/index>

RESENDE, D. K. MATERNIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 4, p. 175 - 191, 5 jun. 2017.

LOPES, Caroline Oliveira. **Transtorno do espectro autista: um estudo bibliográfico sobre a evolução do conceito e as estratégias de inclusão propostas no período de 1996 a 2020.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BITTENCOURT BERTO, J. V.; BRAGA DE LIMA, D.; VASELECHEN RODRIGUES TEIXEIRA, H.; MATOS WEBER, F.; ZOZ BOLOMINI, J. fernanda; DA SILVA, R. Efeitos da prática de exercícios físicos por crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática. **Peer Review**, [S. l.], v. 5, n. 20, p. 184–200, 2023. DOI: 10.53660/1010.prw2578. Disponível em: <https://www.peerw.org/index.php/journals/article/view/1010>. Acesso em: 21 out. 2023.

CONSTANTINIDIS, T. C.; SOUZA PINTO, A. . Revisão Integrativa sobre a Vivência de Mães de Crianças com Transtorno de Espectro Autista. **Revista Psicologia e Saúde**, [S. l.], 2019. DOI: 10.20435/pssa.v0i0.799. Disponível em: <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/799>. Acesso em: 17 set. 2023.

TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL COMO INTERVENÇÃO PSICOTERAPÉUTICA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ernângela Coelho da Silva¹, (Graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail: ernangela.coelho@fvj.br); Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Docente do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer a respeito da aplicação da Terapia Cognitivo-Comportamental - TCC como intervenção psicológica para mulheres vítimas de violência. Quanto à proposta metodológica, tem uma abordagem qualitativa com o tipo de pesquisa sendo revisão integrativa de literatura, ou também conhecida como pesquisa bibliográfica. O levantamento de dados aconteceu através da leitura de livros, artigos e Leis, sendo efetuada uma ampla pesquisa em bases de dados. Os resultados mostram que existem diversas consequências da violência para as mulheres que vão desde as físicas até o adoecimento mental, tendo como fator inúmeros aspectos que variam de acordo com os casos, como dependência financeira, autoestima baixa e fragilidade emocional. Dessa forma, o papel da TCC para o fortalecimento e ferramenta de cuidado da saúde mental das vítimas de violência doméstica, através das diversas técnicas cognitivas e comportamentais, fortalece a autoconfiança e auxilia as vítimas a romperem com o ciclo de violência.

Palavras-chave: terapia cognitivo-comportamental; violência contra a mulher; psicoterapia.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde pública com proporções mundiais, sendo violência considerada pela Organização Mundial da Saúde o uso proposital da força ou do poder como forma de ameaça ou ação concreta, contra si mesmo, outras pessoas, grupo ou comunidade, que ocasiona ou com grande chance de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (OMS, 2002). Para melhor compreensão da violência diretamente relacionada às mulheres, é preciso trazer luz sobre dois conceitos relevantes e essenciais: gênero e patriarcado. Segundo a Lei nº 11.340 são considerados tipos de violência contra a mulher: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral. Sendo assim, é importante observar os tipos de violência, dentre elas, a violência física se caracteriza como qualquer ato que insulte sua integridade (Brasil, 2006). Destarte, por muito tempo não reconhecida como violência, a violência psicológica, traz inúmeros impactos na vida da vítima, dentre estes, estão a diminuição da autoestima, constrangimento, humilhação, insultos, ameaças, chantagens e diminuição da vítima (Jesus; Lima, 2018). Este trabalho justifica-se por acreditar na importância de se conscientizar profissionais da Psicologia sobre práticas baseadas em evidências, na avaliação, no acolhimento e na análise das condições psicológicas das mulheres vítimas de violência doméstica, seja no âmbito clínico, hospitalar ou onde se fizer necessário a atuação do profissional de Psicologia. A negligência desse embasamento científico na prática profissional, reflete em um fazer psicológico alheio às práticas.

MARCO TEÓRICO

Segundo Magalhães (2017), a idealização do lar como um lugar seguro, varia de acordo com os valores, crenças e expectativas de cada indivíduo, importante assim ressaltar que essa idealização por muitas vezes gera a criação de expectativas frustradas. Conforme Jesus e Lima (2018), esse comportamento pode ser reforçado pelo dito popular “*em briga de marido e mulher ninguém mete a colher*” silenciando assim a violência sofrida, sendo a maior preocupação permanecer com estrutura idealizada de família perfeita e harmoniosa. Ademais, Lima e Rodrigues (2022) apontam que a violência não se apresenta da mesma forma para todas as mulheres, sendo assim, é necessário identificar os marcadores sociais de classe, gênero e raça, algumas mulheres em situação de vulnerabilidade de renda sofrem de violência patrimonial onde essa mulher se encontra em um estado de dependência do cônjuge. Diante dos estudos sobre a relação entre gênero e violência, os papéis sociais de ser homem e de ser mulher são cercados por parâmetros estabelecidos pela sociedade. Alguns motivos semelhantes são apontados por Lima e Rodrigues (2022) e Jesus e Lima (2018) como exemplos, intimidação, manipulação, isolamento, rejeição, exploração, e ainda mulheres que sofrem de grande medo por viverem em uma situação de vulnerabilidade de renda o que as torna dependentes financeiras de seus agressores. Dantas *et al.*, (2021) também apontam que a violência pode afetar a saúde física, mental, sexual e reprodutiva das mulheres sendo comum os sintomas de depressão e ansiedade.

METODOLOGIA

O presente trabalho se trata de uma revisão integrativa, sendo essa uma metodologia que proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. Nesse modelo de estudos se faz necessário o cumprimento de alguns pontos como elaboração da pergunta norteadora, busca da literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos selecionados e discussão dos resultados (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Utilizou-se os seguintes descriptores: violência contra a mulher, saúde mental e TCC. Assim, foi realizada uma ampla pesquisa em bases de dados. Ao realizar a filtragem dos estudos, selecionou-se 10 artigos, sendo estes 07 da Scientific Electronic Library Online (SCIELO), primeira base de dados, e 06 da segunda base de dados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Delimitou-se os seguintes critérios de inclusão: estudos publicados entre o período temporal de 2011 a 2023, que estivessem em língua portuguesa e que fossem gratuitos. E como critérios de exclusão foram artigos duplicados e estudos estrangeiros.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A violência contra a mulher tem múltiplas faces e, para entender tal fenômeno, é necessário compreender outros marcadores tais como: classe social, posição na divisão social, grau de instrução, religião e, principalmente sexo. Sendo assim, as diferenças rígidas de papéis são fatores desencadeantes da vulnerabilidade das mulheres vítimas de violência doméstica, quanto maior as diferenças e subalternidade, maior a vulnerabilidade à violência doméstica (Magalhães *et al.*, 2022). Diante dos resultados, se faz necessário enfatizar o papel da TCC para o fortalecimento e empoderamento de mulheres vítimas de violência doméstica, através das diversas técnicas cognitivas e comportamentais a fim de trabalhar a identificação de crenças intermediárias, nucleares e pensamentos automáticos disfuncionais que fortalecem a permanência dessas vítimas. Através da psicoterapia e psicoeducação as mesmas podem assim fortalecer a sua autoconfiança e romper com o ciclo de violência. Diante do exposto, se faz necessário promover uma reflexão referente aos benefícios da TCC com mulheres vítimas de violência, pois a abordagem trabalha com a identificação de pensamentos automáticos,

modificação de crenças, emoções e comportamentos disfuncionais. Esses que são muito presentes em mulheres vítimas dessa violência que acabam adquirindo distorções cognitivas que são formas distorcidas de interpretar determinadas situações.

REFERÊNCIAS

BECK, J.S. **Terapia cognitivo-comportamental:** teoria e prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2022

BRASIL, **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Dispõe sobre a Lei Maria da Penha. Brasília: DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em: 25 mar. 2023.

JESUS, G. B.; LIMA, T. C. Mulher vítima de violência psicológica: contribuições clínicas da terapia cognitivo-comportamental. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde.** 2018;7(1):x-x. doi: 10.17267/2317-3394rpds.v7i1.1640. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7i1.1640> Acesso em: 25 mar. 2023.

MAGALHÃES, Sônia Maria Teixeira *et al.* **A violência doméstica e suas consequências para a saúde da mulher.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Saúde, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9682>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SOUZA, M. T. D.; SILVA, M. D. D.; Carvalho, R. D. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, 8, 102-106, 2010.

DESCONSTRUÇÃO DOS PRECONCEITOS ACERCA DA SEXUALIDADE DO IDOSO

Fabricio Rodrigues Firmino¹, (Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: fabricio.rodrigues@fvj.br), Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O envelhecimento populacional é uma realidade no Brasil, com estimativas de que em 2060 cerca de 25,5% da população será composta por idosos. Isso destaca a importância de abordar a sexualidade dos idosos, já que estudos mostram um aumento das doenças sexualmente transmissíveis nessa faixa etária. É fundamental desenvolver políticas públicas voltadas para essa questão. Além disso, é crucial compreender que o envelhecimento não é uma experiência única, mas sim um conjunto de vivências variadas. Esta pesquisa utilizou como abordagem metodológica a triangulação, como técnica entrevistas em profundidade e questionários com idosos. Conclui-se que muitos idosos se sentem excluídos pela sociedade à medida que envelhecem, mas alguns não têm medo de expressar sua sexualidade. Eles também relatam a falta de políticas públicas para apoiar sua sexualidade. Muitos não se protegem durante relações sexuais. A sexualidade para eles engloba o ato sexual, mas também outras formas de prazer. O papel social na vida deles é frequentemente confuso, e alguns não percebem as mudanças em suas rotinas à medida que envelhecem.

Palavras-chaves: sexualidade do idoso; sexo; velhice; preconceito

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade incontestável e inevitável em todo o mundo, inclusive no Brasil. O país está passando por uma transformação demográfica significativa, com a parcela de idosos (65 anos ou mais) aumentando de forma expressiva, de acordo com projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (IBGE, 2018) Esse envelhecimento traz à tona questões importantes, incluindo a sexualidade na terceira idade e as representações sociais associadas à velhice. Diante disto, fez-se necessário a pesquisa nesta área onde se tem uma escassez de estudos e políticas públicas. Portanto, o presente trabalho explora essa temática, buscando compreender como os idosos encaram e ressignificam a sexualidade nessa fase da vida, bem como oferecer uma perspectiva inovadora sobre o assunto e fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e estratégias de prevenção voltadas a essa população em transformação.

MARCO TEÓRICO

Buscou-se compreender como o processo de envelhecimento se relaciona com a sexualidade, explorando a percepção dos idosos sobre esse aspecto e analisando a compreensão da sociedade em relação a esse fenômeno. Na presente pesquisa, o objetivo foi desmistificar o tabu relacionado à sexualidade do idoso, juntamente com a falta de políticas públicas direcionadas às doenças relacionadas ao sexo e às representações sociais que o envelhecimento trás consigo, buscando uma abordagem mais aberta e inclusiva. Segundo Santos *et al* (2021), a percepção do corpo na terceira idade reflete a criação de estereótipos passados que a sociedade mantém sobre

os idosos, revelando a influência da sociedade. A pesquisa busca entender como experiências moldam a autopercepção, desafiando estigmas do envelhecimento. Neste contexto, a pesquisa busca examinar como as experiências passadas moldam a autopercepção dos idosos em relação ao corpo, enquanto simultaneamente desafia os estigmas e preconceitos associados ao processo de envelhecimento. Trazendo como teóricos principais deste estudo Vieira (2012), Dardengo; Mafra, (2018), Santos *et al.* (2021), estes autores, em especial Vieira, foi utilizado como referência neste artigo com sua pesquisa tanto sobre envelhecimento, sexualidade e as representações sociais na velhice.

METODOLOGIA

Para conduzir este estudo, foram empregados métodos que combinaram a revisão de literatura, bem como, a pesquisa de campo, tendo como abordagem metodológica, a triangulação, que segundo Campbell e Fiske (1959), garante robustez, validade científica e confiabilidade deste estudo, por isso foi adotada essa abordagem metodológica que incorpora múltiplos métodos de pesquisa. Isso visa aprimorar a eficácia e segurança da pesquisa. Como técnica de coleta de dados, utilizou-se as entrevistas em profundidade, que de acordo com Seidman (2019), se trata de um método bastante eficiente, onde se tem uma maior abrangência de informações coletadas e também trazendo as experiências e percepções dos entrevistados, com a aplicação de um questionário com 14 perguntas que foram respondidas por 06 participantes que são pacientes do Centro De Atenção Psicossocial - CAPS, sendo realizada no mês de outubro de 2023. A análise de dados se deu através do método qualitativo, pois o enfoque desta pesquisa está na experiência e subjetividade de cada participante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa abordou a sexualidade na terceira idade, explorando as mudanças decorrentes do envelhecimento. Além disso, examinou os papéis sociais dos idosos na sociedade contemporânea, culminando com uma reflexão sobre suas perspectivas em relação às políticas públicas. Nesta perspectiva para Vieira (2012) a sexualidade é um processo bem mais amplo e diversificado que engloba outras formas de prazer além do sexo ou mundanças de perspectiva no qual para determinados idosos a sexualidade é um simples abraçar estar junto outras formas de demonstrar afeto. Podemos perceber que tal fato citado pelo autor se reflete nas falas dos participantes pois foi observado que a sexualidade foi representada através de palavras como: ato sexual, carinho, desejo, prazer, afeto, alegria, amor, prazer carnal, bem estar, satisfação, se sentir vivo. Ainda segundo Vieira (2012) a repressão por parte da sociedade para com a sexualidade da pessoa idosa causa muitas adversidades e problemas para a vida do idoso, como o sentimento de solidão, repressão e baixa autoestima. Pode-se observar no decorrer da pesquisa que houve uma variação de respostas sobre o preconceito em torno de sua sexualidade. Porém, todos os participantes da pesquisa concordam que, ao envelhecer, a sociedade tende a excluí-los, para Santos *et al.* (2021), a ideia de beleza é como uma construção social em constante mutação, resultado da interação entre pensamentos pessoais e a dinâmica social que define o que é considerado bonito. Durante o andamento da pesquisa, evidenciou-se que 100% dos participantes acreditam que continuam sendo pessoas bonitas na velhice. Por fim, no que diz respeito ao âmbito assistencial, a questão da sexualidade em relação aos idosos é muitas vezes negligenciada tanto pela área da saúde quanto pelo poder público (VIEIRA, 2012). Assim como citado pelo autor, os participantes desta pesquisa também destacam a carência de consideração e o desinteresse em relação à sexualidade das pessoas mais velhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe uma valiosa contribuição ao entendimento da relação entre velhice e sexualidade, preenchendo uma lacuna em uma área carente de pesquisas e repleta de incertezas. Uma conclusão central é que a velhice não é uma experiência única, mas sim múltipla, e que a chegada à essa fase da vida não implica na ausência ou declínio da sexualidade. Assim, é imperativo enxergar o idoso de uma perspectiva macro, reconhecendo a amplitude e generalidade desse fenômeno. Os idosos percebem a sexualidade de maneiras diversas, influenciadas por seus contextos históricos, revelando que a experiência vai além do ato sexual e incorpora valores inegociáveis e diversas formas de prazer. Apesar da expectativa de mudanças no desejo sexual com a velhice, muitos idosos afirmam manter a mesma vontade. A associação errônea entre velhice e declínio frequentemente leva os idosos a se afastarem de atividades sociais, perpetuando preconceitos que limitam suas oportunidades. Quanto ao preconceito em relação à sexualidade dos idosos, a maioria dos entrevistados nega ter vivenciado discriminação, embora um relato destaque a existência desse preconceito, gerando receio de expressar a sexualidade. Destaca-se, assim, a urgência de mais pesquisas e a promoção de conscientização para assegurar que essa considerável parcela da população não seja negligenciada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

CAMPBELL, D.T.; FISKE, D. W. Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. **Psychological Bulletin, Illinois**, v. 56, n. 2, p. 81-105, mar. 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Projeção da população com 65 anos ou mais de idade em 2060. 2018.** Disponível em: Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047 | Agência de Notícias (ibge.gov.br). Acesso em: 27/09/2023.

SANTOS, Diana Paulo dos; BRITO, Josineide Santana; SANTOS, Maria Isabela Teles dos. **A Representação do Corpo Idoso no Processo de Envelhecer.** Paripiranga, 2021. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Psicologia) - Centro Universitário UniAGES.

SEIDMAN, Irving. Interviewing as Qualitative Research: A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences. **Teachers College Press**, 2006.

VIEIRA, Kay Francis Leal; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; SARAIVA, Evelyn Rúbia de Albuquerque. A sexualidade na velhice: representações sociais de idosos frequentadores de um grupo de convivência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, pp. 196-209, 2016. Disponível em: (<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6908>). Acesso em: 27/09/2023.

LUTO INFANTIL: COMO A CRIANÇA LIDA COM A DOR E SOFRIMENTO DA PERDA DE ALGUÉM SIGNIFICATIVO

Iasmin Freitas Silva¹, (Aluna do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: iasmin.freitas@fvj.br); Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. E-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

O objetivo principal deste estudo foi compreender como as crianças lidam com a dor e o sofrimento de alguém significativo, com ênfase na análise da experiência do luto na infância. A pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória baseada em revisão bibliográfica. Os resultados da pesquisa destacaram a importância de compreender e respeitar a compreensão cognitiva da criança em relação ao luto, assim como os métodos de enfrentamento, levando em consideração os aspectos naturais e as circunstâncias da morte, além dos fatores externos relacionados à criança, considerando também os comportamentos da família diante do falecimento e a natureza do vínculo entre a criança e a pessoa que faleceu.

Palavras-chaves: crianças; luto; família.

INTRODUÇÃO

Quando há a quebra do vínculo por morte, é necessário que a criança e sua família passem por um processo de reorganização emocional (FRANCO; MAZORRA, 2007). Posteriormente, vivenciei outras situações em que, mais uma vez, foi possível compreender a importância da estrutura familiar, assim como, o papel fundamental do psicólogo em todas as etapas do desenvolvimento, na formação da identidade pessoal. Acredita-se, portanto, que a intervenção do psicólogo pode ser aprimorada por meio de estudos e pesquisas relacionados ao luto infantil, visando atender a essa demanda de forma qualificada. Assim, será essencial para o exercício profissional do psicólogo consolidar tais conhecimentos.

MARCO TEÓRICO

O aparecimento da morte como um sinal distintivo do final da vida, é próprio do destino das pessoas, e isso tem passado por diversas interpretações ao longo da história, seja pela perspectiva filosófica, religiosa ou científica, com as prerrogativas positivas e negativas (RODRIGUES, 2022). Nesse sentido, Kubler-Ross (2017), percebe que no mundo ocidental vigente, a morte é um evento assustador, aterrorizante, um medo compartilhado por todos indivíduos, algo que terá consequências no processo de luto e na recuperação do indivíduo que experimenta uma perda. Contudo, a forma como a morte é concebida é dinâmica durante todo o desenvolvimento humano. A omissão de informação e conhecimento acerca do falecimento contribui para a formação de conceitos distorcidos, alimentando medos e culpa. Hamoui (2022, p,10) ao definir o luto explica que não significa que esteja sempre relacionado à morte, pode ser gerado por outras situações, términos e perdas. Kubler-Ross (2017), observa que esse processo pode dar-se de forma variável, através de vários estágios, como: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação substituindo um ao outro ou ainda

sendo manifestados ao mesmo tempo. Conforme o modelo, o luto segue fases, e a primeira fase trata-se é da negação da perda, o mecanismo de defesa logo após desenvolvido investida de absorver o impacto da morte de alguém, por exemplo.

METODOLOGIA

A partir da pesquisa bibliográfica e qualitativa, exploratória baseada em uma revisão e m livros, artigos, teses e dissertações, utilizando uma ficha de apontamentos, apontamentos como instrumento de registro. A síntese integradora foi adotada como referência para análise. Foi utilizado para o critério de inclusão artigos científicos nacionais em língua portuguesa e inglesa que abordam a temática do luto, publicados entre 2005 a 2022.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O processo de luto pode ser assimilado de duas maneiras diferentes. O luto normal caracteriza-se por um investimento saudável, ao contrário do luto patológico, que ocorre quando os processos do luto normal, são intensificados, tanto em termos de duração quanto de sintomas prejudiciais. Freud foi o primeiro autor a descrever o luto como algo doloroso, por haver a perda de um objeto de amor. Para ele, o luto não é uma patologia, uma vez que pode ser superado com o passar do tempo; o que ele considerava como patológico era a melancolia. Para compreender o impacto emocional da perda e do luto em crianças, é essencial explorar como elas concebem a morte ao longo do seu desenvolvimento cognitivo. Destaca-se a relevância de enfatizar as fases específicas do luto, a influência da causa da morte na compreensão e a importância da intervenção psicológica. Além disto, a idade da criança também desempenha um papel crucial no processo de confrontação do luto. Quanto mais forte o vínculo, mais difícil a superação da perda na infância, podendo ressurgir na fase adulta como fobias, ansiedade, pesadelos e insônia. A adaptação à perda requer uma reconfiguração para que a criança possa continuar a viver sem aquele que a vida finou-se, expirou, isso posto, influenciando o desenvolvimento, a sociabilização, o autoconceito, as emoções e o estabelecimento de futuros vínculos (LOUZETTE; GATTI, 2007). A intervenção em luto complicado deve promover essas tarefas, permitindo à criança elaborar o luto e dissipar sentimento de culpa, raiva e desespero. Kübler-Ross (2017) enfatiza a importância da exteriorização dos sentimentos como uma forma saudável de lidar com a perda. Em resumo, a explicação da morte para a criança deve ser adaptada à sua idade e nível cognitivo, evitando metáforas e eufemismos. A promoção de expressões emocionais saudáveis é fundamental para o desenvolvimento saudável da criança diante da perda. A omissão de informação e conhecimento acerca do falecimento contribui para a formação de conceitos distorcidos, alimentando medos e culpa. A vivência da perda é afetada e movida pelos padrões de relação familiar anteriores e pela reestruturação do sistema familiar após a perda. A dificuldade da experiência de luto excede em muito as capacidades e os recursos internos de muitas pessoas e, nestes casos, o serviço dos psicólogos revela-se essencial para as vítimas. O luto se manifesta de modo diferente e mudado para qualquer pessoa. Para alguns consegue acontecer por antecipação, como maneira de organização interna relacionada a alguma perda iminente, para outros consegue ser um luto retardado, quando o choque é bem notável e a pessoa não realiza ou quando não consegue enxergar a perda neste momento. Pais, educadores e psicólogos devem permanecer conscientes de que negar às crianças o direito ao esclarecimento, impedindo-as de vivenciar o luto e articular profundamente os seus sentimentos após o término de um vínculo emocional essencial é uma abordagem negativa que pode ter consequências graves. O psicólogo avalia primeiro a situação do indivíduo enlutada para desenvolver um plano de psicoterapia específico que forneça amparo para que a criança e a família possam lidar da melhor maneira possível com as exigências da vida quotidiana. Em

subsequência, comece a verificar os pontos-chave, o caminho para a aceitação, dando significado (existencial) à experiência da perda e a habilidade de prosseguir em frente. O desenvolvimento de uma estratégia clínica para terapia (seja restrito, de grupo ou familiar) geralmente terá um objetivo conveniente para quaisquer os acontecimentos de luto, principalmente superar o luto e construir apoio e alavancagem para que as pessoas possam se ajustar ao retorno à vida sem o falecido, e o estabelecimento de novos significados que podem ser entendidos tal como uma reestruturação de sua subjetividade e das novas possibilidades de existência que se revelam a partir desse momento.

REFERÊNCIAS

FRANCO, M. H. P., & MAZORRA, L. **Criança e luto:** Vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. Estudos de Psicologia. 2007. p. 24(4), 503-511. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a09.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023

HAMOUI, S. **O processo de luto sob a ótica da análise do comportamento:** uma revisão da literatura, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/27681>. Acesso em: 19. jun. 2023.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer:** o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. 10^a ed. São Paulo: WMF, 2017.

LOUZETTE, F. & GATTI, A. **Luto na infância e as suas consequências no desenvolvimento psicológico,** 2007. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0226.pdf>. Acesso em: 19. jun. 2023.

RODRIGUES, B. D. **Terapia de aceitação e compromisso: um caminho para a clínica do luto infantil.** Cadernos de psicologia, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p.866-888, jul./dez. 2022 – ISSN 2674-9483.

A IDEIA E O REAL: A PRESSÃO DAS REDES SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM JOVENS

Icaro Gabriel Nogueira Lima¹, (Aluno do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário UniJaguaribe – Icaro.lima@fvj.br); Thahyana Mara Valente Lima², (Psicóloga, Especialista em Psicologia Positiva, professora do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário UniJaguaribe. - Thahyana.valente@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O presente trabalho investiga a relação entre o uso intensivo de telas e redes sociais por jovens na faixa dos 12 a 18 anos e os altos índices de diagnósticos de Transtornos Alimentares (TA) nessa população. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória com base em uma Revisão Literária Integrativa. A abordagem metodológica envolveu a busca e seleção de estudos relevantes nas bases de dados acadêmicas, além da consulta a bibliotecas digitais e repositórios universitários. A análise dos dados seguiu um processo sistemático de identificação, seleção e extração de informações-chave de cada estudo selecionado. Os resultados dos estudos foram sintetizados e discutidos, destacando a relação entre o uso excessivo de telas e redes sociais e o aumento dos casos de Transtornos Alimentares em jovens. As contribuições teóricas dos autores Aline de Belo, Michel Foucault, Mirian Goldenberg, Táki Cordás e Mônica Duchesne foram essenciais para fundamentar essa investigação. Os achados desta pesquisa indicam que a exposição constante a estímulos presentes nas redes sociais, que muitas vezes promovem padrões inatingíveis de beleza e corpo, pode impactar negativamente o processo de formação de identidade em adolescentes e jovens adultos. Além disso, observa-se uma correlação entre o uso de telas e o desenvolvimento de comportamentos alimentares disfuncionais que podem evoluir para Transtornos Alimentares. Este estudo contribui para a compreensão dos fatores que podem influenciar o surgimento de Transtornos Alimentares entre jovens e destaca a importância de promover o uso saudável das redes sociais e a conscientização sobre os riscos associados à busca incessante por padrões de beleza irrealistas.

Palavras-chave: transtornos alimentares; redes sociais; uso de telas; jovens; identidade; revisão literária integrativa.

INTRODUÇÃO

Estudos recentes da OMS apontam que jovens na faixa dos 12 aos 20 anos passam uma média de 5,4 horas por dia usando seus smartphones, sendo expostos a estímulos quase mandatórios sobre como devem ser seus corpos. Esse fenômeno tem um impacto profundo no processo de formação de identidade que ocorre nesse período da vida, em especial na parcela feminina desse grupo. Com a disseminação das tecnologias de comunicação e a ascensão das redes sociais globais, o mundo testemunhou a transformação do conceito de "padrão de beleza" de algo regional e cultural para um ideal globalmente almejado por massas de indivíduos conectados. Nesse cenário, a busca pela transformação corporal tornou-se uma busca incessante, influenciada pelo desejo de se adequar a esse novo ideal, como observado por Mauss (1974). A conformidade a esses padrões é vista como um requisito para que a pessoa tenha algum tipo de "valor" na sociedade. Essa noção de valor, como discutida por Goldenberg (2011), é diretamente ligada à imagem corporal e à "boa forma", que são percebidas como

verdadeiros ativos nos mercados afetivo, sexual e de trabalho. Tendo isso em vista, esta pesquisa se propõe a lançar luz sobre o papel das redes sociais e das pressões sociais no desenvolvimento dos Transtornos Alimentares, contribuindo para uma compreensão mais completa das complexas interações entre cultura, corpo e saúde mental no mundo contemporâneo.

MARCO TEÓRICO

Considerando o debate presente diariamente em diversos grupos, academias e principalmente nas redes sociais virtuais a respeito da ideia de um “corpo perfeito”, o qual é “belo” e possui um valor social considerado alto por Goldenberg (2011), essa pesquisa busca evidenciar os fenômenos que podem associar o fenômeno da Imitação Prestigiosa do público para seus ídolos fitness e o crescimento dos números de casos de Transtornos Alimentares em jovens na faixa etária entre 12 a 20 anos. A pesquisa baseou-se principalmente nos trabalhos de Cordás (2004), Foucault (2013), Goldenberg (2011), De Belo (2020) e Duchesne (2002).

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem de Revisão Literária Integrativa, com foco qualitativo, permitindo uma análise abrangente da literatura relacionada ao tema. A pesquisa envolveu uma busca criteriosa em bases de dados acadêmicas, como PubMed, Scopus e Bvsalud (Pepsic), além de bibliotecas digitais e repositórios universitários. Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para selecionar os estudos relevantes. Os critérios incluíram pesquisas que abordaram o tempo de exposição a telas e redes sociais, a valorização das interações pelos usuários e a incidência de transtornos alimentares em jovens do sexo feminino (12-22 anos). Dos 13 artigos consultados, 8 foram selecionados. A coleta e análise de dados abrangeu estudos publicados nos últimos 20 anos (de abril de 2023 a julho do mesmo ano). O referencial teórico baseou-se em autores como Mauss, Goldenberg, Foucault, Duchesne, Cordás e Aline de Belo, explorando a relação entre o uso intensivo de telas e redes sociais por jovens e o desenvolvimento de transtornos alimentares neste grupo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas teorias apresentadas pelos autores já citados, buscou-se discutir os principais fatores que podem relacionar o aumento diário no uso de telas e redes sociais por jovens ao crescimento de casos diagnosticados de Transtornos Alimentares. Foucault (2013) enfatiza a idealização de um "corpo utópico" inatingível, o que pode levar a sentimentos de repulsa pelo corpo real. Esse desejo por um ideal inalcançável pode criar um conflito constante com o corpo real, uma concepção referida como o "corpo como campo de guerra." Esse conflito interno é mais frequentemente observado em mulheres. Segundo Goldenberg (2011) sociedade atribui um alto valor ao corpo magro e definido, evidenciado pelo "par ideal" nas preferências dos indivíduos. Em pesquisa conduzida por Goldenberg (2011), o corpo, especialmente as regiões abdominais e peitorais para homens e adicionando quadris para mulheres, emergiu como ponto de convergência nas respostas. Muitas pessoas com TAs têm dificuldade em reconhecer sua condição, tornando o apoio de amigos e familiares essencial. Atitudes e palavras cuidadosas podem desempenhar um papel crucial na recuperação dos pacientes. É importante reconhecer que o debate sobre causas, tratamentos e prevenção de TAs deve ser fomentado, e o ambiente virtual desempenha um papel fundamental nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta revisão, buscou-se destacar a ligação entre interações nas redes sociais e o desenvolvimento de Transtornos Alimentares, como a Compulsão Alimentar Periódica, Bulimia Nervosa e Anorexia Nervosa. As mulheres, maioria entre os usuários de redes sociais, são particularmente sensíveis a essas influências. No entanto, as redes sociais também têm potencial para prevenção, promovendo informações sobre alimentação saudável e criando ambientes virtuais positivos para a autoestima, equilibrando os riscos e benefícios das interações online. Portanto, é crucial entender essas dinâmicas para um uso mais saudável das redes sociais.

REFERÊNCIAS

CORDÁS, T. A. Transtornos alimentares: Classificação e diagnóstico. **Revista Psiquiatria Clínica**, v. 31, n. 4, p. 154-157, 2004.

DE BELO, Aline et al. Transtornos alimentares: Ficção ou realidade? **Portal dos Psicólogos**, 2020.

DUCHESNE, M.; ALMEIDA, P. E. M. Terapia cognitivo-comportamental dos transtornos alimentares. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 49-53, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Le corps utopique, les hétérotopies**. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2013. ISBN 978-85-66943-07-8.

GOLDENBERG, Mirian. Gênero, “o corpo” e “imitação prestigiosa” na cultura brasileira. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 543-553, 2011.

IDENTIFICAÇÃO DOS PRIMEIROS SINAIS DE AUTISMO NA INFÂNCIA: LÍNGUAGEM, COMPORTAMENTOS, E INTERAÇÃO SOCIAL

Janielle Barros da Silva¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: janiellebarros98@gmail.com; Thahyana Mara Valente Lima², (Professor Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O artigo fala sobre a identificação dos primeiros sinais de autismo, e quais são as áreas mais afetadas pelo transtorno. Para chegar no objetivo esperado foi feita uma pesquisa bibliográfica com base na revisão de literatura. A abordagem metodológica foi feita a partir da busca e seleção de resultados encontrados em livros e artigos que falavam sobre o autismo. Os resultados encontrados foram selecionados e revisados destacando a identificação dos primeiros sinais de autismo em três áreas específicas que são a linguagem, comportamentos e interação social, deixando claro também as causas do autismo, e os sentimentos dos pais diante do diagnóstico. Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas as contribuições dos autores Ana Beatriz Silva, Mayra Gaiato, Leandro Reveles (2012), Mayara Gaiato e Gustavo Teixeira (2018), Rodrigues (2022), Liliane Souza (2021), Gisela Moraes, Ladislau Nascimento, Giseli Tomarozzi (2022). As informações encontradas indicam que o transtorno do espectro autista é um transtorno mundial da maturação infantil, esse transtorno se manifesta antes dos três anos de vida da criança se estendendo durante toda a vida podendo também ser definido como uma condição comportamental, onde a criança apresenta prejuízos e alterações básicas, como por exemplo na interação social comportamentos e dificuldade na linguagem. Este estudo contribui para a compreensão e identificação dos primeiros sinais de autismo na infância e explica quais sentimentos surgem nos pais diante da descoberta do diagnóstico, desta forma servindo como fonte de pesquisas para pessoas interessadas no tema.

Palavras-chave: autismo; comportamentos; interação social; linguagem; sintomas

INTRODUÇÃO

Em 1943, Kanner atribuiu o termo “autismo extremo” à condição comportamental observada e o relacionou com fenômenos da linha da esquizofrênia. Em suas descrições das crianças estudadas, informa que estas apresentavam uma alheiação limiar já no princípio de suas vidas, não respondendo aos estímulos externos, vivendo “fora do mundo social” e mantendo uma relação inteligente com objetos”.

Os primeiros sinais de autismo são manifestados inicialmente nos três anos de vida se prolongando por toda a vida. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) aproximadamente 70 milhões de indivíduos no mundo são afetados por esse transtorno. O autismo foi caracterizado como um conjunto de sintomas que causam prejuízos na socialização, comunicação e no comportamento, mas isso não impede que a pessoa com autismo não consiga exercer seu papel social de forma satisfatória.

MARCO TEÓRICO

Sendo assim podemos definir o autismo como uma condição comportamental, onde a criança apresenta prejuízos ou alterações básicas em três níveis, comportamento, interação social, dificuldades na linguagem, alterações na cognição, comportamentos repetitivos ou estereotipados, essas características surgem nos primeiros anos de vida.

Este trabalho tem por objetivo compreender como funciona a identificação dos primeiros sinais de autismo na infância e explicar quais são as áreas afetadas pelo transtorno do espectro autista TEA e como os pais lidam com a descoberta do diagnóstico.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada na escrita do artigo foi a revisão de literatura, abordando a identificação dos primeiros sinais de autismo na infância, assim como suas possíveis causas. A revisão consistiu no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. Foram selecionados livros e artigos com até 02 anos de publicação, visando manter a pesquisa bibliográfica atualizada com o que há de mais atual no tema. A pesquisa aconteceu entre os meses de setembro de 2022 a julho de 2023, com base nos dados encontrados na plataforma Google Acadêmico. Foram encontrados 16 estudos sendo eles livros e artigos, após isso utilizamos os termos “autismo na vida adulta”, “benefício da intervenção precoce na criança autista” e autismo na velhice como detratores, chegando ao número de 6 recursos para revisar, desses 6 recursos três são livros e três são artigos, que se dedicaram a temática de quais os primeiros sinais do autismo, suas causas e sentimento dos pais diante da descoberta do diagnóstico de autismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente artigo buscou explicar como identificar os principais sintomas do autismo e quais são as áreas que esses sintomas mais prejudicam comprometendo o desenvolvimento e os tipos de disfunções que são afetadas, essas disfunções são denominadas como: disfunções sociais, disfunção da linguagem e disfunções comportamentais. Outro ponto muito importante que é abordado é as causas do autismo sendo uma delas a genética considerando o autismo como uma condição neurobiológica que causa alterações no código genético do feto que está em desenvolvimento no útero e a outra fatores ambientais isolados, pois os componentes ambientais são vistos como insultos graves provocados ao cérebro do feto que está em desenvolvimento durante o período gestacional. De acordo com Gaiato e Teixeira (2018), doenças congênitas como rubéola, encefalites, meningites, uso de drogas, parto prematuro entre outros fatores podem hipoteticamente produzir alterações nas estruturas cerebrais desencadeando o comportamento autista. E por último foi discutido os sentimentos dos pais ao descobrirem o autismo como eles lidam com a descoberta do diagnóstico o que eles sentem, como agem, pois muitos não sabem o que fazer diante deste momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto diante da descoberta do autismo os pais precisam de acolhimento e orientação para lidarem com o transtorno, para poder tornar a vida de seus filhos um pouco mais fácil diante dos sintomas que irão surgir, pois não é fácil para os pais lidarem com os sintomas de TEA de seus filhos pois a cada dia surge um novo obstáculo para ser enfrentado, sendo assim esses pais necessitam de um suporte que os ajude a enfrentar a situação como por exemplo ajuda de um psicólogo e outros profissionais com experiência na área do autismo, como também estudos que possam orientá-los a perceber os primeiros sinais do transtorno e como lidar com os sintomas do autismo que surgem durante o processo do tratamento do transtorno.

REFERÊNCIAS

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O reizinho autista:** guia para lidar com comportamentos difíceis. São Paulo: nversos, 2018.

RODRIGUES, Introdução ia autismo. Biblioteca digital de teses e dissertações da USP. São Paulo,1993. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-03092010-151245/publico/rodrigues2_do.pdf Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular.** Entenda o Autismo. Rio de Janeiro: Editora Fontana, 2012.

SOUZA, Liliane Pereira de. Autismo: **pesquisas e relatos.** Mato Grosso do Sul: Editora Inovar, 2021.

SEGURANÇA PSICOLÓGICA PARA PREVENÇÃO DO BURNOUT NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES

Jéssica da Silva Simões Segundo¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jessica.segmento@fvj.br); Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo entender o conceito de segurança psicológica e seu impacto no ambiente de trabalho, bem como o Burnout e suas implicações na saúde mental do colaborador. O objetivo geral é compreender como a Segurança Psicológica pode ser um fator preventivo do Burnout nas organizações. Para obter a compreensão sobre o tema foi utilizada a abordagem metodológica de revisão de literatura integrativa, onde são analisadas pesquisas que já existem sobre o assunto em investigação para a partir delas extrair resultados. A segurança psicológica diz respeito a um clima organizacional no qual as pessoas se sentem à vontade para falar, compartilhar ideias, observações, inquietações e falhas, sem medo de retaliações ou punições. Constatou-se que o desenvolvimento de uma cultura de segurança psicológica nas organizações e equipes pode auxiliar na prevenção do Burnout, pois promove um ambiente colaborativo e humanizado, permitindo que o colaborador expresse e compartilhe suas principais dificuldades, sendo desafiado por um ambiente de alto desempenho, mas com suporte e segurança psicológica.

Palavras-chave: segurança psicológica; burnout e organizações.

INTRODUÇÃO

Um estudo realizado pelo Instituto Ipsos (2021) apontou que 53% dos brasileiros sentiram declínio no bem-estar mental e emocional a partir do início da pandemia, estando em 5º lugar no mundo entre os 30 países entrevistados. Dentre as patologias que aumentaram em todo o mundo, destaca-se a Síndrome de Burnout. Segundo Benevides-Pereira (2012) a Síndrome de Burnout é um processo que se desenvolve a partir do estresse ocupacional, quando este se torna crônico. A motivação para o estudo desta temática surgiu do contato com o tema da segurança psicológica na prática do estágio e da observação da relação do adoecimento mental em ambientes que não dispõem de segurança psicológica. Segundo Edmondson (2020), A segurança psicológica refere-se a uma crença coletiva dentro de um grupo, na qual todos os membros acreditam que podem expressar suas ideias, fazer perguntas, compartilhar preocupações e admitir erros sem o temor de punição ou humilhação. O estudo ganha relevância destacada, uma vez que a Síndrome de Burnout tem emergido como uma preocupação cada vez mais presente. Isso se tornou evidente com a eclosão da pandemia, quando vários fatores convergiram, incluindo reduções no quadro de colaboradores devido à crise econômica, o temor de perda de emprego, a sobrecarga de responsabilidades sobre aqueles que permaneceram empregados e a incorporação do trabalho no ambiente doméstico por meio do *Home Office*. Este estudo propõe uma investigação por meio de uma Revisão Integrativa de Literatura a fim de esclarecer a relação entre a Síndrome de Burnout e a Segurança Psicológica. O objetivo é aprofundar a compreensão de como a Segurança Psicológica pode desempenhar um papel preventivo contra o Burnout nas organizações. Esse processo busca não apenas definir o

conceito de Segurança Psicológica, mas também examinar seu impacto no ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que se aborda o Burnout e suas implicações na saúde mental dos colaboradores. A revisão integrativa da literatura é um método de pesquisa que possibilita a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências existentes sobre um tema específico. O resultado final é um panorama do conhecimento atual sobre o assunto investigado, com o potencial de informar a implementação de intervenções eficazes na prestação de cuidados e na redução de custos. Além disso, essa abordagem ajuda a identificar lacunas ou fragilidades no conhecimento, que, por sua vez, podem orientar o desenvolvimento de futuras pesquisas (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

MARCO TEÓRICO

Edmondson (2020) afirma que a segurança psicológica é um conjunto de crenças vivenciadas no clima organizacional no qual as pessoas se sentem à vontade para se expressar, compartilhar preocupações, ideias, sugestões, erros e acertos sem medo de constrangimento ou represália. A segurança psicológica não se trata de concordar cegamente com todas as propostas ou elogiar ações, mesmo quando estão equivocadas. Em vez disso, trata-se da liberdade de discordar com empatia e honestidade, o que permite o surgimento de conflitos produtivos. Tal estratégia pode ser utilizada como fator preventivo para o Burnout, segundo Maslach e Leiter (1997), a síndrome de burnout é uma síndrome multidimensional constituída por exaustão emocional (EE); desumanização, que seria o distanciamento das relações pessoais (despersonalização – DE); e reduzida realização pessoal (RP) no trabalho, esses três componentes aparecem associados.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo foram a abordagem qualitativa, utilizando a técnica de revisão integrativa da literatura. A condução de uma revisão integrativa segue as etapas delineadas por Mendes, Silveira e Galvão (2008), que compreendem a formulação do problema, a busca por amostras de literatura, a coleta de dados, a análise crítica, a discussão dos resultados encontrados e a apresentação da revisão/síntese do tema específico. Para a coleta de dados, foram utilizadas as seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e Google Acadêmico. Foram selecionados artigos científicos, dissertações, livros e revistas especializadas que continham informações relacionadas ao tema. Para a busca dos estudos, foram empregados os descritores "Segurança Psicológica" e "Burnout". Os critérios de inclusão para o material de estudo abrangiam textos disponíveis nas bases de dados escritos em língua portuguesa e publicados no período de 2006 a 2023. Os critérios de exclusão envolviam a exclusão de trabalhos publicados de forma incompleta, com recorte temporal anterior a 2006 e que não estivessem alinhados com o objetivo da pesquisa. Sendo encontrados 08 textos no Scielo, 12 no Google Acadêmico. Destes foram selecionados 07 que respondem ao objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A realização deste estudo proporcionou *insights* valiosos sobre o papel da segurança psicológica nas organizações e como ela pode desempenhar um papel fundamental na prevenção do Burnout. Ademais, ficou evidente que a construção de um ambiente de segurança psicológica tem impactos significativos na saúde e na produtividade dos colaboradores, bem como no desempenho global da organização. Colaboradores submetidos a estresse crônico,

desumanização, exaustão emocional e reduzida realização pessoal tendem a apresentar um desempenho e produtividade reduzidos. As empresas que desejam se manter inovando e crescendo em um mundo em constante transformação, precisam sair da cultura de comando e controle, onde os colaboradores têm medo de correr riscos interpessoais, e se sujeitam às pressões mais extremas para manter o trabalho- a custo da própria saúde mental e passar a construir um ambiente organizacional mais humano, um clima de segurança psicológica onde os colaboradores possam estar saudáveis emocionalmente e engajados para contribuir e agregar valor através dos seus talentos e criatividade. Pretendeu-se com este estudo incitar reflexões sobre esse tema tão crescente, mas ainda pouco discutido no ambiente laboral. Ao longo dos anos, a segurança do trabalho se estabeleceu dentro das organizações, mas considerando essencialmente o aspecto físico do colaborador, a pandemia evidenciou a importância da saúde mental e o quanto ela é essencial. Sugere-se futuras pesquisas sobre a relação da ansiedade com o Burnout e do adoecimento mental no contexto das organizações, compreendendo que o tema se mostra cada dia mais relevante diante das realidades ocupacionais vivenciadas.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa. Considerações sobre a síndrome de burnout e seu impacto no ensino. **Boletim de psicologia**, v. 62, n. 137, p. 155-168, 2012.

EDMONDSON, A.C. **A organização sem medo:** criando segurança psicológica no local de trabalho para aprendizado, inovação e crescimento. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

INSTITUTO IPSOS. **One Year of Covid-19:** mais da metade dos brasileiros afirma que saúde mental piorou desde o início da pandemia. 2021. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/one-year-covid-19-mais-da-metade-dos-brasileiros-afirma-que-saude-mental-piorou-desde-o-inicio-da/>. Acesso em: 28 out. 2023.

MASLA, C. H. Cristina.; LEITER, Michael. **A verdade sobre Burnout:** como as organizações causam estresse pessoal e o que fazer a respeito. São Francisco: Editora Jossey-Bass, 1997.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R.C.C.P; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, out-dez., 17(4), p. 758-64, 2008

PREVALÊNCIA DA PSICOPATIA EM MULHERES E SUA SUBNOTIFICAÇÃO

Karla Cibele Costa Guimarães¹, (Aluna do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: karla.cibele@fvj.br); Thahyana Mara Valente Lima², (Professora do centro universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Este trabalho aborda a Prevalência da Psicopatia em Mulheres e sua Subnotificação, explorando um fenômeno frequentemente negligenciado na literatura científica. A psicopatia, caracterizada por traços de personalidade desviante e comportamentos antiéticos, tem sido predominantemente estudada em homens, resultando em uma lacuna de conhecimento sobre sua manifestação nas mulheres. Este estudo visa compreender o assunto, investigando tanto a prevalência da psicopatia em mulheres quanto os fatores subjacentes à sua subnotificação. A subnotificação é influenciada por estereótipos de gênero e pelas formas únicas pelas quais a psicopatia se manifesta em mulheres. Por meio de uma revisão bibliográfica, este trabalho examina as diferentes expressões da psicopatia em mulheres e os desafios associados à sua identificação precisa. Além disso, destaca a importância de considerar as características específicas do gênero ao diagnosticar e tratar a psicopatia. Os resultados desta pesquisa revelam que a psicopatia não é exclusivamente um fenômeno masculino e que as manifestações em mulheres podem ser mascaradas por estereótipos tradicionais de gênero. As abordagens de avaliação e intervenção existentes precisam ser adaptadas para abranger as peculiaridades da psicopatia feminina, visando uma detecção mais precisa. O conhecimento adquirido neste estudo pode informar profissionais de saúde mental, acadêmicos e formuladores de políticas sobre a necessidade de reconhecer e abordar a psicopatia em mulheres, evitando a subnotificação e promovendo um tratamento mais equitativo. Portanto, este trabalho destaca a importância de uma compreensão mais abrangente da psicopatia em ambos os gêneros, enfatizando a necessidade de superar estereótipos e melhorar os métodos de identificação para fornecer intervenções eficazes e justas.

Palavras-chave: psicopatia em mulheres; prevalência; subnotificação; diagnóstico; traços de personalidade.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho explora a prevalência da psicopatia em mulheres, destacando o desafio da subnotificação. Robert Hare desenvolveu o Psychopathy Checklist (PCL) em 1970, uma ferramenta adotada para avaliar a psicopatia, com 20 características pontuadas. Posteriormente, Hare melhorou a abordagem, resultando no PCL-R, ainda a principal ferramenta de diagnóstico para psicopatia. A psiquiatra Ana Beatriz (2008) sugere que os psicopatas têm uma configuração cerebral que limita conexões interpessoais. A incidência de psicopatia em mulheres é significativamente menor que em homens, representando menos de metade dos casos. A subnotificação da psicopatia em mulheres é devido a estereótipos de gênero e à natureza camouflada do transtorno. Características psicopáticas podem se manifestar de maneiras distintas entre homens e mulheres, levando a erros de diagnóstico. Grann (2000) encontrou que, em teste com 36 homens e 36 mulheres, 31% dos homens e 11% das mulheres apresentaram psicopatia.

Apesar da diferença percentual, o grau de psicopatia teve pouca variação entre os sexos, com médias de 19,42 para homens e 17,78 para mulheres. Estudos, como o de Caroline Logan em (2011), destacam as características e impactos do comportamento psicopata em mulheres, especialmente em contextos familiares e relacionamentos próximos. A agressão em mulheres psicopatas é mais psicológica do que comportamental. Crimes cometidos por mulheres assassinas recebem menos atenção pública; quando revelados, muitas vezes agem em conjunto com homens, justificando seus atos por coerção ou amor ao parceiro. Este estudo busca investigar a prevalência da psicopatia em mulheres e entender os fatores que podem contribuir para a subnotificação. Essa análise é crucial para informar profissionais de saúde mental, melhorar estratégias de avaliação e intervenção adaptadas ao gênero feminino. Em vista disso, o trabalho é relevante como recurso de pesquisa, contribuição para profissionais de saúde mental e alerta à sociedade sobre a prevenção em mulheres com transtorno de personalidade antissocial.

2 MARCO TEÓRICO

A psicopatia, um conceito complexo que aborda traços de personalidade desviante e comportamentos antiéticos, tem sido foco na psicologia e psiquiatria. Contudo, a pesquisa predominante em homens resultou em uma compreensão limitada da prevalência em mulheres. Embora os autores destaquem estudos sobre a psicopatia, identificar o transtorno em mulheres é desafiador devido à subnotificação. A pesquisa indica uma menor quantidade de casos diagnosticados em mulheres, levantando a possibilidade de subdiagnóstico. Estudos revelam diferenças percentuais na prevalência entre sexos, mas a gravidade da psicopatia pouco varia. As mulheres psicopatas impactam o ambiente familiar de maneira dissimulada, elogiando outros para exercer controle. A psicopatia em mulheres assassinas muitas vezes passa despercebida devido à menor atenção pública. Crimes cometidos em conjunto com homens e alegações de coerção são comuns. A pesquisa baseou-se principalmente nos trabalhos de Robert Hare (1996), Grann (2000), Caroline Logan (2011), Ana Beatriz Barbosa Silva (2008) e Ney Fayet Jr. (2018).

3 METODOLOGIA

Este artigo propôs uma revisão bibliográfica abrangente sobre a prevalência da psicopatia em mulheres e os fatores que contribuem para a subnotificação dessa condição. Foram incluídos estudos abordando a psicopatia em mulheres, sua prevalência e fatores associados à subnotificação, considerando também amostras mistas de homens e mulheres. A pesquisa foi conduzida por meio de uma busca sistemática em plataformas digitais, como PubMed, Pepsic, Scielo e Google Acadêmico, utilizando termos-chave específicos. Fontes secundárias, como revistas acadêmicas, dissertações, obras literárias, materiais não científicos, vídeos explicativos e podcasts com profissionais, enriqueceram a compreensão da temática. No desenvolvimento do estudo, foram consultados 9 recursos bibliográficos, incluindo 6 livros e 3 artigos. Os livros abrangem a psicopatia em geral, com foco na psicopatia em mulheres, além de uma obra sobre o feminismo. Os artigos tratam da aplicação da escala HARE PCL-R em homens e mulheres, mulheres detentas e a relação entre indivíduos com transtorno de personalidade antissocial envolvidos em homicídios e o sistema legal. A produção acadêmica foi subdividida em três tópicos: O Poder Social da Mulher; O Conhecimento dos Profissionais de Saúde Mental; e A Importância do Diagnóstico Eficiente e a Atuação do Profissional. Vale ressaltar que, durante o processo de seleção, 6 artigos foram descartados por não se alinharem ao foco da pesquisa. Além disso, o Código de Ética Profissional do Psicólogo não apresenta disposições específicas sobre a temática, enfatizando a importância de os psicólogos

observarem os princípios fundamentais em todas as áreas de atuação, incluindo estudos e pesquisas científicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o século XIX, as mulheres eram controladas pelos desejos masculinos, mesmo com avanços feministas. Mulheres psicopatas expressam seu poder social de maneiras sutis, muitas vezes prejudicando parceiros e filhos. Estudos mostram discrepância na prevalência, mas não na intensidade do transtorno entre os gêneros. A disparidade de gênero reflete menor sensibilidade emocional em homens, levando a taxas menores de crimes violentos por mulheres. Impulsividade não é prevalente, mas insensibilidade, propensão à violência e falta de culpa são características compartilhadas. Mulheres psicopatas em papéis de cuidado, como enfermeiras, têm casos notórios de serial killers. Ana Beatriz Barbosa discute a consciência limitada dos psicopatas, enfatizando que, apesar do transtorno, sua parte racional permanece intacta. O tratamento é possível, mas a cura definitiva não. Robert Hare destaca que psicopatas têm total ciência de seus atos, mas carecem de emoções. Mulheres psicopatas desafiam estereótipos até o final do século XX, com Ney Fayet Jr. Mencionando a possível subidentificação de homicídios femininos. Critérios do PCL-R correlacionam-se mais com homens, enquanto comportamento promíscuo é associado a mulheres. A importância de diagnóstico eficaz destaca a complexidade da psicopatia, muitas vezes influenciada por estereótipos. Maior atenção aos estudos de diagnóstico é crucial, pois mulheres com traços antissociais enfrentam riscos ao longo do tempo, impactando aprendizado, saúde emocional, relacionamentos e maternidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas revelam subnotificação da psicopatia em mulheres devido a expressões sutis, comportamentos sociais aceitáveis, e características que facilitam a evasão à detecção. Estereótipos de gênero influenciam a percepção dos profissionais de saúde, levando a um viés diagnóstico e exacerbando a subnotificação. A subnotificação da psicopatia em mulheres impacta negativamente famílias e sociedade, gerando um ciclo de comportamento antissocial não tratado. Isso distorce a percepção da prevalência, influenciando estratégias de prevenção e intervenção. Compreender essa complexidade é crucial para aprimorar práticas clínicas e políticas de saúde mental, promovendo abordagens sensíveis ao gênero e diagnósticos eficazes. Enfrentar o desafio da subnotificação pode melhorar os sistemas de saúde mental e políticas públicas, buscando o bem-estar das mulheres afetadas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. B. Razão e sensibilidade: um sentido chamado consciência. In: MENTES Perigosas: O Psicopata Mora ao Lado. [S. l.]: FONTANAR, 2008. Cap. 1. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://lelivros.love/book/download-mentes-perigosas-o-psicopata-mora-ao-lado-ana-beatriz-barbosa-silva-em-epub-mobi-e-pdf&ved=2ahUKEwiYwbP3_av6AhU8vJUCHb9xA1EQFnoECA8QAQ&usg=AOvVaw2KBkydJtFvbz3c0e7_1FQw. Acesso em: 7 ago. 2023.

GRANN, M. O PCL – R e gênero. **Jornal Europeu de Avaliação Psicológica**, v. 16, p. 147 - 149. 2000. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1027/1015-5759.16.3.147>. Acesso em: 15 set. 2023.

HARE, R. Sem Consciência - O Mundo Perturbador Dos Psicopatas Que Vivem Entre Nós. [S. l.]: Artmed Editora, 1993. Disponível em: <https://docubra.com/doc/1v5v>. Acesso em: 15 set. 2023.

LOGAN, C. "La femme fatale: a psicopata feminina na ficção e na prática clínica". **Mental Health Review Journal**, v. 16, n. 3, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/13619321111178078>. Acesso em: 15 set. 2023.

JUNIOR., N. F.; DOS SANTOS, J. L. T.; CAVEDON, B. Z. Do profiling psicológico criminal na identificação de serial killers do gênero feminino. **Elegantia Juris**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/124753>. Acesso em: 16 set. 2023.

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E POSSÍVEIS CAUSAS DO ADOECIMENTO MENTAL DE PROFISSIONAIS DA GESTÃO DE PESSOAS: A SÍNDROME DE BURNOUT EM PAUTA

Kátson Roberto Nunes Ferreira (Graduando do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail: katson.ferreira@fvj.br); Acy Holanda Mota (Docente do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. Orientadora da pesquisa) e-mail:acymota@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O estudo discute os impactos da Síndrome de Burnout nos profissionais da Gestão de Pessoas. O objetivo geral as principais estratégias de prevenção da Síndrome de Burnout nos profissionais de Gestão de Pessoas. Quanto à proposta metodológica, partiu de uma abordagem qualitativa com o tipo de pesquisa sendo uma revisão integrativa de literatura. O levantamento de dados ocorreu através de uma ampla pesquisa nas bases de dados do Google Acadêmico. Os resultados mostram que embora a Síndrome de Burnout tem a cada ano ficado mais presente nas organizações, principalmente após a pandemia da Covid 19, dessa forma o ambiente de trabalho era para ser um lugar de realização profissional e pessoal, um lugar de conquistas, mas que devido ao aumento da busca incessante de resultados, nesse mercado tão competitivos, sem levar em conta os limites desses profissionais, tornando esse ambiente em estressor, que muitos profissionais acabam adoecendo. Dessa forma, observou-se que é preciso criar estratégias de prevenção urgentes nas organizações acerca da Síndrome de Burnout, para evitar seu adoecimento e o afastamento, cuidando assim da saúde física e mental dos mesmos.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout; Saúde Mental; Gestão de Pessoas; Prevenção.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a Síndrome de Burnout segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (2022), é uma doença ocupacional que surge por causa do trabalho. Devido a incidência do aumento significativo em diversos países, como o Brasil. Doença essa que causa adoecimento físico e mental em profissionais da Gestão de Pessoas, causando muitas vezes seu afastamento de suas funções laborais por um longo de tempo e às vezes de maneira definitiva.

Para Silva (2000), o aumento da pressão e nível de exigências dentro do ambiente de trabalho, as quais os profissionais são expostos diariamente, podem desencadear doenças, entre as quais, ansiedade, síndrome do pânico, alcoolismo, dependência química, estresse que ultrapassa o ambiente de trabalho, e se não forem cuidadas, podem levar a um estado de depressão. Muitos profissionais vêm a cada dia apresentando de uma maneira preocupante, essas doenças, sem saber de fato como surgiu, como lidar e como buscar tratamento adequado.

Diante do exposto, o objetivo geral do estudo é identificar as principais estratégias de prevenção da Síndrome de Burnout nos profissionais de Gestão de Pessoas. Os objetivos específicos delimitaram-se em: entender as principais causas do adoecimento mental de

trabalhadores da Gestão de Pessoas; analisar as principais estratégias de prevenção da Síndrome de Burnout.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de um estudo acerca dos impactos da Síndrome de Burnout na vida dos profissionais da Gestão de Pessoas de uma forma simples e objetiva. Considerando os objetivos propostos neste estudo, a abordagem escolhida foi a qualitativa. Quanto ao tipo de pesquisa, optou-se por realizar uma Revisão Integrativa de Literatura

Para a coleta de dados, foram utilizadas pesquisas realizadas através do Google acadêmico. Para uma melhor filtragem na escolha dos materiais, fez-se necessário elencar critérios de inclusão e exclusão, onde foram incluídos estudos da língua portuguesa, publicados nos últimos 07 anos (2016-2023), estudos gratuitos e que respondessem aos objetivos da pesquisa. Foram excluídos materiais pagos, estudos estrangeiros, e publicados fora do período temporal estabelecido. Salienta-se que a busca pelos artigos ocorreu durante o mês de outubro de 2023. Diante disso, foram escolhidos 07 (sete) materiais coletados no Google Acadêmico.

MARCO TEÓRICO

Conforme o estudo, a Gestão de Pessoas que exerce um papel fundamental nas organizações, relacionadas à administração e ao desenvolvimento dos colaboradores, que tem a competência de criar ambientes saudáveis e produtivos, para que os colaboradores se sintam motivados, engajados e valorizados, acabam sendo bastantes pressionados e cobrados diante desse mercado tão competitivo em que vivemos, em busca de colaboradores que possam a cada dia alcançar metas e lucratividades nas organizações. (CARMO *et al.*, 2023).

Diante disso, percebe-se que esses profissionais são expostos a níveis estressores em grande escala, vindo apresentar indícios de fatores reais da Síndrome de Burnout (SB). A SB se manifesta por meio de respostas emocionais às situações de estresse crônico em decorrência as relações intensas no ambiente corporativo, ou de colaboradores que criam grandes expectativas relacionada ao seu desenvolvimento profissional e total dedicação à profissão com o objetivo de elevar a carreira profissional que futuramente decorre de um processo gradual de desgaste no humor e desmotivação acompanhados de sintomas físicos e psíquicos. (SANTOS *et al.*, 2022).

Diante disso, cabe trazer aqui um resumo das principais causas que desencadeiam o surgimento desta síndrome, tais como: Alta pressão psicológica no ambiente de trabalho; Nível demais de competitividade; Carga horária longa e exaustiva; Ambiente de trabalho nocivo entre trabalhadores; Falta intervalos necessários; Responsabilidade excessiva (LUZ *et al.*, 2021).

Logo, esses fatores presentes nesses profissionais, ocasionará um adoecimento físico e mental, que serão descritos por sintomas visíveis numa escala permanente, precisando de cuidados na saúde que muitas das vezes resultará no seu afastamento do trabalho laboral para se tratar. Essas causas foram citadas para compreender como a SB se inicia de fato, que consequentemente diante desses fatores, sintomas apareceram de forma leve, mas que com o passar do tempo diante da permanência dos fatores, que irá ocasionar o agravamento dos sintomas.

Refletindo sobre as implicações dessas causas, é relevante mencionar alguns indicadores que podem apontar para a presença da Síndrome de Burnout. É crucial que os Profissionais de Gestão de Pessoas estejam atentos a sinais como: fadiga intensa, tanto física quanto mental; frequentes dores de cabeça; alterações no apetite; dificuldades para dormir; lapsos na concentração; sentimentos de incompetência; mudanças abruptas no humor; isolamento social; pressão arterial elevada; dores musculares persistentes; problemas

gastrointestinais; e variações nos batimentos cardíacos, conforme apontado por Barreto e Vieira (2020). Estes sintomas coletivamente ressaltam a premente presença da Síndrome de Burnout em nosso cotidiano.

Conforme discutido anteriormente, foi evidenciado como determinadas causas podem desencadear sintomas que afetam profundamente os profissionais de Gestão de Pessoas com a Síndrome de Burnout, especialmente quando confrontados com níveis elevados de estresse decorrentes da incessante busca por resultados. Nesse contexto, torna-se possível observar uma variedade de reações físicas e psicológicas que se manifestam nos profissionais por meio de sintomas discerníveis.

Portanto, adquirir compreensão sobre essa condição laboral é de suma importância para a formulação de estratégias eficazes. O conhecimento acerca da existência do Burnout deve ser disseminado a todos os membros das organizações, proporcionando uma percepção tanto a nível organizacional quanto pessoal diante dos primeiros indícios da Síndrome de Burnout, conforme destacado por Soldera e Martins (2017).

Diante do exposto, é crucial enfatizar a necessidade de implementar medidas preventivas que resultem em um aumento significativo na qualidade do ambiente de trabalho. Dentre essas medidas, destacam-se diálogos contínuos acerca da melhoria das condições laborais, tanto de maneira individual quanto em grupo. A implantação de políticas de reconhecimento para valorização profissional, a realização de palestras sobre saúde, a introdução de práticas como ginástica laboral, a oferta de treinamentos e a formação de grupos de intervenção emergem como estratégias essenciais. (LUZ *et al.*, 2021).

Diante do exposto, é crucial enfatizar a necessidade de implementar medidas preventivas que resultem em um aumento significativo na qualidade do ambiente de trabalho. Dentre essas medidas, destacam-se diálogos contínuos acerca da melhoria das condições laborais, tanto de maneira individual quanto em grupo. A implantação de políticas de reconhecimento para valorização profissional, a realização de palestras sobre saúde, a introdução de práticas como ginástica laboral, a oferta de treinamentos e a formação de grupos de intervenção emergem como estratégias essenciais. (LUZ *et al.*, 2021).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do exposto, torna-se evidente que a Síndrome de Burnout surge como resultado de prolongados níveis de estresse no ambiente de trabalho, afetando tanto os aspectos físicos quanto mentais desses profissionais e gerando uma sobrecarga que permeia diversas esferas de suas vidas. As implicações dessa carga excessiva para os profissionais de gestão de pessoas manifestam-se em desafios delicados, com repercussões que se estendem não apenas a esses indivíduos, mas também às organizações de maneira abrangente. Esse cenário compromete tanto o desempenho pessoal quanto profissional, destacando a importância de abordagens preventivas e de suporte para preservar o bem-estar e a eficácia no ambiente de trabalho.

Diante desse panorama, torna-se crucial que líderes e gestores adotem estratégias preventivas para mitigar o surgimento da Síndrome de Burnout nas organizações. Investir em medidas preventivas não apenas representa uma economia financeira, mas também evita a possível ausência temporária ou permanente de profissionais essenciais. Entre as estratégias recomendadas estão a implementação de políticas voltadas para a saúde desses colaboradores, proporcionando conhecimentos sobre o gerenciamento do estresse, diretrizes sobre práticas de autocuidado, e oferecendo acompanhamentos psicológicos preventivos que englobem terapias para preservar e avaliar a saúde mental desses profissionais. Essas ações não apenas promovem um ambiente de trabalho mais saudável, mas também contribuem para o bem-estar duradouro e a produtividade sustentável da equipe.

Portanto, a prevenção sempre será a opção mais assertiva para as organizações, evitando problemas de ordem financeira e humana e promovendo equilíbrio para líderes, gestores e profissionais

REFERÊNCIAS

CARMO, Cássia Laureano de Lima; DOS SANTOS, Mariana Fernandes Ramos; MOÇO, Camila Medina Nogueira. Síndrome de burnout no contexto dos profissionais de Gestão de pessoas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 9, p. 668-680, 2023.

SANTOS, Élide de S.; SOUSA, J. dos S. de.; SUNHIGA, G. E.; COSTA, D. H. Como a Gestão de Pessoas tem sido influenciada por meio da Síndrome de Burnout e qual o seu impacto na Administração. **E-Acadêmica**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. e1132143, 2022.

LUZ, A.C. *et al.* **A gestão de pessoas frente a síndrome de burnout**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Técnico em Administração), ETC Profª Anna de Oliveira Ferraz, 2021.

BARRETO, N.P.M.; VIEIRA, P.L.C. **Síndrome de Burnout**: um estudo sobre suas causas nos colaboradores e as respectivas responsabilidades da empresa. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior em Gestão Comercial) apresentado à Faculdade de Tecnologia de Assis, 2020.

OLIVEIRA SOLDERA, Lais Luisa; MARTINS, Leandro Gonçalves. Síndrome de Burnout: conceitos e observações para os gestores de recursos humanos. **Leopoldianum**, v. 43, n. 119-20, p. 12-12, 2017.

ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DO AFETO FAMILIAR NO DESEMPENHO SOCIAL DE CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM TOD (TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR).

Laís Carvalho Barbosa¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: lais.barbosa@fvj.com.br); Anna Paula Bezerra², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: anna.bezerra@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O presente trabalho traz questões relativas ao Transtorno Opositor Desafiador (TOD), abordando seus sintomas, características e toda a problematização social existente em torno da criança diagnosticada. Tem como metodologia a pesquisa bibliográfica integrativa, com viés qualitativo, que se utiliza do método explicativo como parâmetro para que fosse possível realizar as intersecções pertinentes aos objetivos. Obteve-se como resultado, após a devida busca, leitura e classificação de artigos, que o afeto familiar é um elemento diferencial chave na abordagem diante de crianças com o problema, sendo um fator extremamente necessário para o convívio social dos mesmos e positivo no auxílio de tratamentos. A falta de conhecimento sobre o problema ainda é algo que dificulta bastante a vida desses infantes, trazendo barreiras de preconceito e intolerância que devem ser amplamente combatidas e evitadas. Conclui-se assim que deve haver um trabalho em torno da difusão das questões ligadas ao TOD, pois somente através da melhor informação e conscientização que será possível se alcançar o convívio esperado para essas crianças, com a devida redução dos impactos sociais do transtorno, numa correlação entre ambiente familiar e o mundo externo, principalmente a escola.

Palavras-chave: transtorno; TOD; afeto; criança; família.

INTRODUÇÃO

Desde sempre, criar, cuidar e educar uma criança são tarefas singelamente nobres, mas concomitantemente desafiadoras, onde, mesmo com todo o desenvolvimento de tecnologias inerentes ao século XXI para esse suporte, não são capazes de afastar as inúmeras dificuldades e problemáticas existentes nessa missão. Ainda assim, com tais avanços e estudos dos dias atuais na área, torna-se, teoricamente, mais viável diagnosticar transtornos comportamentais que tendem a serem, consequentemente, mais presentes em nosso cotidiano e que podem afetar o desenvolvimento infantil, seja no trato com as pessoas ao seu redor ou mesmo com o mundo externo como um todo.

Nesse diapasão, temos o Transtorno Opositor Desafiador (TOD), que é um transtorno psiquiátrico infantil caracterizado por um padrão persistente de comportamento desafiador, desobediente e até hostil com relação a figuras de autoridade na vida da criança, englobando pais, cuidadores e professores. De acordo com o DSM-5 (2014), crianças diagnosticadas com TOD possuem geralmente um padrão comportamental de características de mau humor, raiva, irritação e desafiante, trazendo aspectos de vingança e perda da calma, podendo, ainda, se incomodar facilmente. Tais circunstâncias já deixam bem evidentes as dificuldades sociais com

que esses infantes têm de lidar, fazendo com que seja necessário analisar não somente os fatores que contribuem para o surgimento, mas principalmente a questão das condições de afeto e acompanhamento da situação dentro de seu seio familiar.

Antes de tudo, cabe inicialmente esclarecer que é fundamental haver uma diferenciação do que é de fato sintoma, dentro das características já citadas, daquilo que seria um comportamento típico e natural da infância, já que é comum observarmos alguns desses traços nesse período da vida das crianças. Segundo Ribeiro (2023), é crucial levar em consideração alguns critérios para essa dissociação, como o padrão persistente e a duração deste comportamento, que deve ter uma frequência considerável e não ser resultado apenas de um episódio transitório. A severidade, a interferência e o contexto são ainda outros elementos a serem considerados, pois dizem respeito a gravidade dos comportamentos e como estão interferindo na vida daquela criança, afetando suas relações e até mesmo o desempenho escolar.

O papel familiar, por si só fundamental e singular para o desenvolvimento de qualquer ser humano em formação, desempenha uma função vital para que a criança diagnosticada não fique imersa em um círculo vicioso, já que se torna difícil de conviver com os sintomas e, em grande parte dos casos, já carrega uma carga anterior considerável, responsável pelo desenvolvimento do transtorno, o que requer um cuidado e atenção ainda maior por parte da família.

Diante dessa situação, o objetivo da pesquisa concentra-se em compreender a influência do afeto familiar no desempenho social de crianças diagnosticadas com TOD, de modo a verificar, com base na bibliografia pertinente, de que forma as relações familiares afetam o comportamento e desenvolvimento infantil das crianças que apresentam esse transtorno.

MARCO TEÓRICO

É importante reconhecer a relação entre o Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e o processo de socialização infantil. Como as crianças diagnosticadas com TOD frequentemente apresentam padrões persistentes de comportamento desafiador e hostil em relação a figuras de autoridade, é crucial examinar como esses padrões se desenvolvem no contexto das interações sociais.

Uma das possíveis origens do TOD na primeira infância, remete a traumas e situações ligadas ao ambiente familiar, o que torna a situação bastante complexa para a criança diagnosticada e sua família, que fatalmente terá que passar por uma alteração comportamental, carecendo de adaptações, acompanhadas da devida informação sobre o problema e da mentalidade de que mudanças deverão ocorrer no trato diário. O grande desafio é que isso tem de ocorrer ao mesmo tempo em que o infante já apresenta um comportamento de maior animosidade, hostilidade e agressividade, impulsionados pelo TOD, requerendo assim um esforço conjunto ainda maior por parte de todos que compõem esse núcleo familiar, a fim de evitar com que algumas daquelas situações iniciais, que possivelmente deram causa ou colaboraram com o problema, não se repitam. (TEIXEIRA,2014).

Urge a necessidade de se falar mais sobre o TOD e difundir seu conceito, sintomas e complexidade, tendo em vista que muitas pessoas sequer conhecem o problema, não tendo assim capacidade e o trato necessário para lidar da melhor maneira em situações com crianças portadoras do transtorno. Não é incomum a confusão que se pode ter sobre os já citados aspectos comportamentais do problema e traços naturais do comportamento infanto-juvenil, como “birras” e teimosias. Mais importante até do que trazer esclarecimentos para dentro do ambiente familiar, esse fomento da informação é crucial para o ambiente externo, sobretudo a escola, local naturalmente frequentado pelas crianças e onde costuma se desenvolver as primeiras interações e relações sociais.

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma revisão de literatura, o que implica no exame, obtenção e constatação de bibliografias e outros materiais que culminem com o propósito do estudo, ou seja, onde se busca demonstrar a eficácia da rede familiar no processo de desenvolvimento das crianças que apresentam TOD. A revisão da literatura se destaca justamente assim, pela busca de fundamentação teórica em materiais previamente publicados. No contexto deste estudo, foram consultados livros e artigos científicos disponíveis em plataformas digitais. Como delimitador de inclusão, as palavras utilizadas para a busca de trabalhos que abordam o tema foram: Transtorno opositor desafiador em crianças; Importância da família no desenvolvimento infantil e Intervenções familiares para TOD.

Os critérios de inclusão e exclusão para selecionar os artigos relevantes alocados, tratam de estudos que foram publicados em língua inglesa ou portuguesa, nas áreas de Psicologia Social abordando a importância e o impacto da família no desenvolvimento infantil, especialmente em crianças que apresentam o transtorno desafiador opositor. Serão excluídos artigos que não se relacionam com o objetivo da pesquisa, os que estão sem acesso completo ou que não estejam dentro dos critérios de inclusão.

Após a criteriosa seleção dos artigos científicos alinhados com os parâmetros preestabelecidos, abrangendo todas as delimitações mencionadas, procedeu-se à minuciosa leitura desses trabalhos. Durante essa etapa, priorizou-se a análise aprofundada dos fatores que tratam sobre a eficácia do ambiente familiar como suporte fundamental para evolução da criança. O intuito foi não somente identificar as contribuições já consolidadas na literatura científica, mas também compreender sobre a rede de elementos que moldam a influência da família no desenvolvimento psicossocial de crianças com TOD.

ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos estudos encontrados e devidamente analisados, constatou-se que a abordagem e maneira de lidar, no trato diário, pode ser o grande fator diferencial positivo na vida de crianças diagnosticadas com TOD, com condutas pautadas no afeto, carinho e compreensão sendo importantíssimas ferramentas para o desenvolvimento social e humano desses infantes. Mais do que simplesmente demonstrar o sentimento em si, trata-se de proporcionar a devida atenção, cuidado e equilíbrio nas questões ligadas à educação, regramento e bem-estar do convívio.

De acordo com BRITO, ROSA e TRINDADE (2014), às interações sociais, principalmente com familiares, moldam as percepções da criança sobre autoridade e normas sociais, portanto é essencial destacar a importância da socialização na construção do conhecimento moral para compreender como dão-se as relações pessoais e o desenvolvimento do comportamento desafiador em crianças com diagnóstico de TOD.

As dificuldades ligadas a discussão da temática vão além da falta de conhecimento popular geral sobre o tema, já que se observou que os estudos sobre o transtorno em si são pouco explorados, com o foco recaindo muito mais sobre sua influência e efeitos no ambiente escolar, geralmente dividindo as atenções, nesse ponto, com outros tipos de transtornos de ansiedade, de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) ou transtorno de conduta, que podem, inclusive, também darem causa ao TOD. (RIBEIRO, 2023). O afeto familiar emerge não apenas como um componente mitigador, mas como um pilar fundamental da resiliência.

Baião (2022) et al elenca que pais que possuem treinamentos adequados podem utilizar do vínculo familiar como forma de agregar efetivamente no progresso comportamental de

crianças com o TOD, explanando assim a necessidade do vínculo afetivo como um elemento de significativa relevância na mitigação dos impactos negativos do TOD nas interações sociais.

Em suma, como sugestão para perspectivas futuras, indica-se o desenvolvimento de intervenções personalizadas no contexto do Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD) destacando a importância de reconhecer as variações individuais nas experiências das crianças e em seus ambientes. De modo que para aprimorar a abordagem terapêutica e educacional, é fundamental explorar estratégias específicas como: Avaliação Multidimensional e o Perfil Individual da Criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração todo o material analisado e incorporado, ficou evidenciado na pesquisa que o afeto familiar é um elemento crucial na vida de crianças diagnosticadas com TOD, auxiliando de maneira efetiva não apenas no tratamento, como também sendo parte integrante para o desenvolvimento social desses indivíduos.

Obviamente que os desafios envolvendo a educação e criação de um infante diagnosticado com TOD não se encerram dentro desse contexto, mas certamente novas perspectivas se abrem quando se parte do pressuposto do afeto, do real auxílio, equilíbrio, carinho e cuidado com aquela vida que depende ainda mais dessa colaboração e parceria de seu seio familiar e ciclo de pessoas ao redor, para poder de fato florescer bem e saudavelmente.

Portanto, pode-se concluir que o objetivo do presente trabalho de compreender a influência do afeto familiar no desempenho social de crianças diagnosticadas com TOD foi atingido, tendo em vista que a literatura defende a importância da família como um pilar essencial para contornar as situações conflituosas geradas pelas características deste transtorno e de modo a ressaltar que as relações afetivas familiares contribuem diretamente para o desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. ISBN:978-8582710883.

BAIÃO, Araceli Beatriz Ribeiro; HERÊNIO, Alexandre Castelo Branco; CARVALHO, Ariana Lúcia Alves. Transtorno Opositivo Desafiador e o contexto familiar: uma revisão bibliográfica. **Psicologias em Movimento**, v. 2, n. 2, p. 19-32, 2022.

BRITO, Carolina Oliveira de; ROSA, Edinete Maria; TRINDADE, Zeidi Araújo. O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 401-413, dez. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200012&lng=pt&nrm=iso. acessos em 09 nov. 2023.

RIBEIRO, Maiara. "**TOD: Entenda o que é o Transtorno Opositor Desafiador.**" Drauzio Varella, 22 maio de 2023. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/pediatrica/tod-entenda-o-que-e-o-transtorno-opositor-desafiador/>. Acesso em: 19/10/2023.

TEIXERA, G. **O Reizinho da Casa:** Manual para Pais de Crianças Positivas, Desafiadoras e Desobedientes. 1, ed. Rio de Janeiro: BestSeller. 2014.

A IMPORTÂNCIA DA APLICABILIDADE DAS HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS COM CRIANÇAS ATÉ SEGUNDA INFÂNCIA

Lilia Regina Oliveira da Silva¹, (Aluna do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. Email: lilia.silva@fvj.br); Roberto Gomes da Silva², (Professor universitário do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: robertogpsicologo@gmail.com).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar como a aplicabilidade de determinadas competências socioemocionais podem ajudar crianças em um desenvolvimento infantil efetivo assim, podendo ajudá-las nas resoluções de problemas. Utilizando do método de revisão bibliográfica narrativa, foram usados nove artigos para a produção do trabalho de conclusão de curso que aqui foi resumido.

Palavras-chave: habilidades socioemocionais; comportamentos agressivos; empatia

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo mesclar em um único artigo as bases teóricas que possam contribuir para uma perspectiva que diga que a aplicabilidade das habilidades socioemocionais deve ajudar em um desenvolvimento saudável no decorrer do desenvolvimento infantil até a segunda infância. Utilizando de uma metodologia de revisão bibliográfica narrativa.

Dito isso, o trabalho também busca conscientizar pais e profissionais em como uma educação baseada em habilidades socioemocionais ajuda na resolução de problemas das crianças ao longo de seu desenvolvimento.

Piaget (1964) separa o desenvolvimento infantil em fases: sensório-motor, dos 0 aos 2 anos de idade; Pré-operatório, dos 2 aos 7 anos; Operacional concreto, dos 7 aos 11 anos e o operacional formal, dos 11 ao fim da adolescência. O presente artigo, utilizou as fases desde o lactente até o fim da segunda infância, ou seja, da fase operacional concreta.

Alguns autores dizem que os pais são responsáveis por redirecionar o comportamento das crianças ao longo do seu desenvolvimento (Alvarenga; Piccini, 2001).

MARCO TEÓRICO

O Instituto Ayrton Senna (2022), traz que as habilidades socioemocionais são as competências que o ser humano desenvolve com o objetivo de identificar, sentir e nomear emoções para ajudar na resolução de problemas. Del Prette e Del Prette (2001) trouxeram que a

família é a responsável por compartilhar valores e crenças para as crianças. Assim, sendo o primeiro pilar dos complexos sociais presentes em nossa sociedade.

Piaget (1964) traz também que durante a primeira infância, os pais são modelos comportamentais para seus filhos, assim, essa fase exerce um principal momento para a utilização e execução de determinadas competências que os pais identificam como importantes para seus filhos.

Assim, o artigo busca entender se uma educação utilizando certas habilidades socioemocionais, principalmente a empatia, pode reduzir comportamentos agressivos e ajudar nos processos sociais das crianças. Explicando também, que os pais e responsáveis são fatores primordiais nesse processo.

METODOLOGIA

Foi utilizado uma revisão bibliográfica narrativa. Com nove artigos pesquisados nos sites e de pesquisa acadêmica: *SciELO* e *Google Acadêmico*. Buscando por palavras chaves, como: “Habilidades Sociais”, “Habilidades socioemocionais infantil”, “Empatia e agressividade crianças” etc.

Utilizando esses artigos e passando por uma análise da opinião do autor, buscava-se identificar a importância de uma aplicabilidade das competências sociais e emocionais, no decorrer do desenvolvimento infantil, assim como a utilização de alguns recursos lúdicos, como histórias infantis, também ajudam no desenvolvimento saudável de habilidades sociais, se realizado de maneira efetiva. (Dias-Corrêa *et al*, 2016).

Importante destacar também que, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) está acima do código de ética do psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Assim, o artigo destaca isso, para compartilhar essa informação com os demais leitores.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com a utilização da empatia demonstrou-se que a frequência de comportamentos agressivos diminuía. (Pavarino *et al*, 2005) Assim como, determinados comportamentos durante as três fases do desenvolvimento infantil, aumentaria as competências sociais e emocionais das crianças, assim, ajudando-as a um desenvolvimento funcional.

Separando por estágios de desenvolvimento: Na fase lactente, deve ser oferecido ao bebê um ambiente seguro e estável, assim como, os responsáveis devem responder às necessidades da criança de forma responsável, ou seja, de maneira correta. Um exemplo seria o de o bebê chorar por estar sentindo algum tipo de dor, e os responsáveis responderem lhe dando algum remédio que diminuiria os sintomas dolorosos.

Na primeira infância, as crianças tendem a ver os pais como figuras endeusadas, assim, dando muito poder às falas e aos comportamentos dos mais velhos (Piaget, 1964). Como aplicação das habilidades socioemocionais podemos citar, a utilização de histórias infantis com foco nos comportamentos desejáveis dos personagens, também, tempo de qualidade e comunicação aberta e baseada em respeito e compreensão.

Já na segunda infância, o pensamento social e individual entram em questão, fazendo assim, as crianças externalizam comportamentos que já foram aprendidas nas fases anteriores, e é nesta fase, que o uso da competência socioemocional “empatia” virá à tona. E todas as relações sociais serão baseadas nesta habilidade: Empatia e respeito. Assim, abrir espaço para um amplo leque de informações e sentimentos que virão dos infantes é essencial para que os mesmos se sintam em ambiente seguro para compartilhar todas suas dúvidas e confusões que possam vir a aparecer.

REFERÊNCIA

ALVARENGA, Patricia; PICCININI, Cesar. Práticas Educativas Maternas e Problemas de Comportamento em Pré-Escolares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [s. l.], p. 449-460, 2001. Disponível em: <https://prc.springeropen.com/>. Acesso em: 17 set. 2022

PAVARINO, Michelle Girade *et al.* O desenvolvimento da empatia como prevenção da agressividade na infância. **PSICO**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 127-134, 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico>. Acesso em: 17 set. 2022

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1964. 146 p.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA NO ENFRENTAMENTO DA DEPRESSÃO EM PACIENTES COM FIBROMIALGIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Luana Santiago Costa Torres¹, aluna do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, luana.santiago@fvj.br; Acy Holanda Mota², Orientadora e professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, acy.mota@unijaguaribe.edu.br

RESUMO

A Fibromialgia é uma doença crônica caracterizada pela presença constante de dor, porém de causa ainda desconhecida. Além da dor, os sintomas comuns incluem fadiga, distúrbios do sono e dificuldades cognitivas, como lapsos de memória e concentração. A depressão é constituída por vários sinais e sintomas, como a diminuição no interesse e no prazer pelas atividades antes prazerosas: perda ou aumento significativo de peso, insônia ou hipersonia, agitação ou retardo psicomotor, fadiga ou perda de energia, diminuição na velocidade do pensamento e da concentração, entre outros. A depressão pode agravar a percepção de queixas como a dor e a fadiga, tornando-as mais intensas e difíceis de tolerar. Um indivíduo com dor crônica comumente apresenta comorbidade psíquica, principalmente a depressão, ocasionando em incapacidade, além de impactos na qualidade de vida e convívio familiar e social. Portanto, a fibromialgia e vários da depressão podem ser desencadeadores um do outro. Este trabalho tem como objetivo, através de uma revisão bibliográfica, mostrar a importância da psicoterapia no enfrentamento da depressão em pacientes com fibromialgia. Ao final pode-se constatar através da bibliografia que com o auxílio da psicoterapia, os pacientes com fibromialgia conquistam melhorias dos sintomas da depressão, além de apresentar diminuição do quadro doloroso e melhorar a qualidade de sono, elevam a confiança, autoestima e autonomia, se permitem a dividir experiências que apenas eles passam, estreitando laços e compreendendo que outras pessoas podem entender as suas dores.

Palavras-chave: fibromialgia; psicoterapia; tratamento.

INTRODUÇÃO

A Fibromialgia é uma doença crônica caracterizada pela presença de dor constante, de causa ainda desconhecida. Além da dor, também são presentes sintomas de fadiga, distúrbios do sono e dificuldades cognitivas, como lapsos de memória e concentração. Devido a impossibilidade de ser detectado por exames laboratoriais, o diagnóstico é definido apenas de forma clínica e por isso pode ser facilmente confundido com outras doenças, ou muitas vezes não ser levada a sério se não for acompanhada por um profissional especialista (MONTEIRO, OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2021).

É importante ressaltar que por ser uma síndrome de dor muscular de origem complexa e pouco esclarecida, a falta de compreensão diante do não reconhecimento da dor, que é invisível para aqueles que não sentem, e da normalidade de exames laboratoriais e de imagens, transmite a ideia de simulação dos sintomas. Diante do questionamento quanto à aparência saudável e frente à subjetividade dos sintomas agrava o sofrimento daqueles que convivem com a fibromialgia (POSSAMAI, 2022).

Não há como comprovar que o indivíduo está sentindo dor crônica, pois a reação do corpo é diferente do que na dor aguda. O paciente não fica agitado, nem suando frio, como aconteceria por exemplo se o paciente estivesse tendo um infarto ou uma crise de cólica renal. Na dor crônica, não há expressões de dor, na maioria das vezes com aspecto calmo e demonstrando boa comunicação. A reação a dor só é notada na presença de depressão, do afastamento social, das alterações de sono e do cansaço constante. Sociedade Brasileira de Fibromialgia (2011).

Martins e Vandenberphe (2006) afirmam que o processo psicoterapêutico deve possibilitar ao paciente com fibromialgia a compreensão da experiência dolorosa, e ajudá-lo a desenvolver habilidades e alternativas mais eficazes para a resolução de problemas que o impedem de encontrar a qualidade de vida.

Diante dessas informações, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender a importância da psicoterapia no enfrentamento da depressão em pacientes com fibromialgia e tem como objetivos específicos relatar como ela pode contribuir no enfrentamento da depressão desses pacientes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Síndrome da Fibromialgia pode ser definida como uma síndrome de dor crônica e difusa de causa não-inflamatória, apesar de o diagnóstico ser realizado em função da presença de dor difusa, existem quadros clínicos bem diversificados. (FELDMAN, 2004, p. 363).

No ano de 2010, o Colégio Americano de Reumatologia (CAR) novos critérios preliminares diagnósticos, baseado na quantidade de regiões dolorosas do corpo; na presença e gravidade da fadiga; das alterações de sono que geralmente é relatada na sensação de cansaço maior do que antes de dormir, e da dificuldade cognitiva que envolve a memória e concentração. Foi excluída a palpação dos pontos dolorosos com a aplicação da pressão de 4kg. Diante da diversidade do quadro clínico e da inexistência da elaboração de um diagnóstico laboratorial ou exames de imagem característicos que fossam identificar a doença, o diagnóstico da fibromialgia é baseado no julgamento a experiência de cada médico. (HEYMANN, Roberto E. et al. 2017).

A dor crônica prejudica os aspectos físico, psicológico e social dos pacientes, gerando prejuízos em diferentes âmbitos da sua vida, ocasionando preocupações, sentimento de incapacidade, incertezas e medos. Um Indivíduo com dor crônica geralmente apresenta comorbidade psíquica, principalmente a depressão, ocasionando em incapacidade, além de impactos na qualidade de vida, convívio familiar e social (MESSIAS; et al, 2020).

Segundo Santos et al. (2012), a relação entre a fibromialgia e a depressão pode ser comprovada através da cartilha elaborada pela Sociedade Brasileira de Fibromialgia (2011), uma vez que a fibromialgia é caracterizada pela presença obrigatória de dor difusa e crônica. Assim, existem, pelo menos, três teorias que podem explicar a relação entre a dor e a depressão: na primeira a dor provoca depressão, devido às consequências estressantes causadas por ela; na segunda a depressão e dor partilham as mesmas raízes patofisiológicas e; na terceira, a depressão provoca dor, devido ao aumento da sensibilidade dolorosa.

Apesar de haver relação entre dor e depressão, e da depressão ser diagnóstico psiquiátrico comum em doentes com patologias clínicas, frequentemente, ela não é identificada

e consequentemente não tratada; devido as semelhanças entre os sintomas das doenças dolorosas e da depressão, o que solicita ainda mais a importância do diagnóstico por um profissional especialista (TEIXEIRA, 2006).

A fibromialgia é entendida como um diagnóstico que envolve muitos aspectos multifatoriais, que deve ser considerado em sua perspectiva terapêutica, o impacto negativo causado pela fibromialgia na qualidade de vida dos pacientes. O acompanhamento através da psicoterapia em pacientes com fibromialgia pode contribuir trazendo benefícios como: aprender a conviver com a dor e melhorar a qualidade de vida (LIMA; CARVALHO, 2008).

Os pacientes com fibromialgia exibem comportamentos que no cotidiano necessitam ser modificados e/ou substituídos para que esses pacientes consigam viver melhor com a dor e com seus sintomas. Além disso, esses pacientes necessitam do apoio emocional, pois precisam que alguém os escute e entenda sobre seus sofrimentos e suas angústias. (MAGAGNIM, 2008).

A psicologia possui várias formas e intervenções diferentes que são capazes de ajudar o indivíduo no enfrentamento da síndrome fibromiálgica e diminuição dos sintomas, além de poder ajudar a ressignificar o momento e fazer com que a comunicação das dores (físicas ou emocionais) sejam feitas de forma mais eficaz, trazendo benefícios consideráveis e relevantes no processo do paciente (DE CASTRO; et al, 2022).

METODOLOGIA

A pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, apoiado no raciocínio lógico e que usa métodos científicos, no intuito de encontrar soluções para problemas pesquisados. Entre os tipos de pesquisa, a bibliográfica é uma abordagem que se baseia em materiais já existentes, como livros e artigos científicos (GUERRA, 2023).

Este trabalho é um estudo de revisão bibliográfica para analisar a importância da psicoterapia no enfrentamento da depressão em pacientes com fibromialgia, que se baseou na análise de documentos como livros, artigos científicos, dissertações e teses acadêmicas.

A pesquisa bibliográfica realizada utilizou as palavras-chave relacionadas ao tema, como "fibromialgia", "psicoterapia", "tratamento". Os resultados da busca foram separados dos demais artigos escolhidos para composição do referencial teórico e foram explanados de forma discursiva nos resultados.

Os trabalhos selecionados foram encontrados nas bases de pesquisa Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciElo), com filtros de pesquisa dos anos de 2003 a 2023, sem filtros de tipos de pesquisa e de idiomas para poder abranger o máximo de possibilidades. Foram excluídos aqueles que não se aprofundavam sobre os benefícios da psicoterapia em pacientes com fibromialgia.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Possamai (2022) expressa que a depressão pode agravar os sintomas da fibromialgia, sugerindo que pode ocorrer redução da funcionalidade do paciente, bem como maior percepção de estresse e maior intensidade dos sintomas depressivos que uma pessoa saudável.

Diante disso, percebe-se a necessidade da psicoterapia para o auxílio desses pacientes. Martins e Vandenberghe (2006) afirmam que processo psicoterapêutico deve possibilitar ao paciente com fibromialgia a compreensão da experiência dolorosa, e ajudá-lo a desenvolver habilidades e alternativas mais eficazes para a resolução de problemas que o impedem de encontrar a qualidade de vida.

Oliveira e Camões (2003) relatam que o psicólogo pode ajudar esses pacientes de várias formas, dentre elas: psicoterapia, aconselhamento, gerenciamento da dor e estresse, biofeedback, relaxamento, estratégias de reação.

Magagnin (2008) diz que o psicólogo é a pessoa adequada para trazer benefícios a estes pacientes por conhecer e tratar as implicações psicológicas, a particularidades de cada paciente, proporcionando-lhes uma compreensão sobre a síndrome, fornecendo informações para uma melhor aceitação da doença e da medicação.

Os artigos selecionados destacam a significativa importância da psicoterapia no tratamento da depressão em pacientes com fibromialgia. Ao abordar não apenas os sintomas físicos, mas também as dimensões psicológicas e emocionais, a psicoterapia oferece uma abordagem abrangente que pode melhorar a qualidade de vida desses pacientes. A integração dessas intervenções psicológicas no cuidado global é crucial para promover uma recuperação mais completa e eficaz diante da complexidade dessas condições coexistentes.

Em resumo, pode-se constatar através da biografia que com o auxílio da psicoterapia, os pacientes com fibromialgia conquistam melhorias dos sintomas da depressão; além de apresentar diminuição do quadro doloroso e melhorar a qualidade de sono; elevam a confiança, autoestima e autonomia, se permitem a dividir experiências que apenas eles passam, estreitando laços e compreendendo que outras pessoas podem entender as suas dores.

A conscientização sobre a fibromialgia é o primeiro passo para compreensão e apoio àqueles que convivem com a síndrome. Ela é uma condição complexa, invisível para muitos, mas completamente visível para quem sente. A construção de mais estudos que abordem a temática e forneça a compreensão da sociedade, principalmente de indivíduos que convivem com portadores da síndrome, são necessários para o fortalecimento da rede de apoio para os pacientes e tornar a fibromialgia visível para aqueles que não a sentem.

REFERÊNCIAS

MAGAGNIN, Ana Paula Soares. **A Contribuição Da Psicoterapia No Tratamento Da Síndrome Da Fibromialgia.** 2008. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, Tubarão, 2008.

POSSAMAI, Thayla Ribeiro Pegorete. **Presença de fibromialgia em indivíduos com depressão: uma revisão integrativa.** 2022. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências em Saúde, Universidade Federal de Mato Grosso, Sinop, 2022.

SANTOS, Emanuella Barros dos *et al.* Avaliação dos sintomas de ansiedade e depressão em fibromialgicos. **Rev Esc Enferm Usp**, São Paulo, p. 590-596, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA. **Fibromialgia – Definição, Sintomas e Porque Acontece.** 2011. Elaborada pela Comissão de Dor, Fibromialgia e Outras Síndromes Dolorosas de Partes Moles. Disponível em: <https://www.reumatologia.org.br/orientacoes-ao-paciente/fibromialgia-definicao-sintomas-e-porque-acontece/>. Acesso em: 23 set. 2023.

TEIXEIRA, Manoel Jacobsen. Dor e depressão. **Revista Neurociências**, [s. l], p. 44-53, 2006.

IMPACTOS GERAIS DA AUSÊNCIA DE PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Maria Gabriele Marinho dos Anjos¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: gabriele.marinho@fvj.br); Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

Objetivou-se com esta pesquisa averiguar de que forma a falta do acompanhamento do profissional de Psicologia, durante o período gestacional, impacta na organização do tornar-se mãe. O ciclo gravídico puerperal é permeado de mudanças que requerem atenção multiprofissional, em que a assistência do pré-natal psicológico é de suma importância para o bem-estar mental materno. A pesquisa foi realizada por meio do método qualitativo exploratório, com o qual inicialmente buscou-se fomentar o estudo com pesquisas bibliográficas acerca do tema e secundariamente foi realizada pesquisa de campo. Para coleta de dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas combinadas à técnica de observação participante. Foram entrevistadas cinco puérperas advindas do acompanhamento pré-natal oferecido pela rede pública de saúde, no qual elas não tiveram acesso ao pré-natal psicológico. Para análise de dados, utilizou-se a análise temática de conteúdo, pois através das respostas e percepções das participantes da pesquisa pôde-se perceber quais as dificuldades mais latentes que as puérperas enfrentaram (ou ainda estão enfrentando) e que poderiam ter sido previamente trabalhadas no pré-natal psicológico, caso elas tivessem tido esse suporte. Espera-se que a presente pesquisa contribua para o incentivo de novos estudos acerca da importância do acolhimento psicológico sobre o ciclo gravídico puerperal.

Palavras-chave: Pré-natal psicológico; puerpério; saúde mental materna.

INTRODUÇÃO

O período gestacional provoca na mulher e seu companheiro mudanças de vida que exigem certa atenção em vários âmbitos (BENIGNA *et al.*, 2004). Sabe-se que existem mudanças psicológicas, hormonais e sociais que quando não são bem assistidas podem gerar problemas psicológicos e sociais à mulher, ao meio em que vive e ao bebê (RIBEIRO *et al.*, 2021). A presente pesquisa buscou avaliar se a ausência do pré-natal psicológico impacta na saúde mental materna, e, na harmonia das relações que a rodeiam. Portanto, comprehende-se que o pré-natal psicológico se configura como uma ferramenta de auxílio neste período transformador, para agregar um olhar mais voltado ao emocional dos novos pais. Um modelo de preparação para a natalidade que não englobe e considere os eventos psicossociais que acontecem durante o processo pode gerar diversas consequências que aflijem não somente uma

família, mas a sociedade (RIBEIRO *et al.*, 2021). Isto transforma a experiência de tornar-se mãe mais conturbada do que deve ser, para além dos fatores imutáveis que causam conflitos internos e externos.

MARCO TEÓRICO

Os desafios da maternidade abrem um leque de possibilidades do que pode vir a acontecer dentro do psíquico da mãe e, consequentemente, ao bebê que é afetado pelas emoções que são geradas nela. A mulher que se encontra em estado de lassidão emocional dentro do ciclo gravídico puerperal, sem um suporte, pode desalentar e ficar suscetível à disforia puerperal e, em casos mais graves, depressão pós-parto, ansiedade puerperal, psicose puerperal, etc. Com isto, o pré-natal psicológico, além de oferecer um espaço seguro para que a mulher possa trabalhar demandas relativas às adaptações do período, também serve como ambiente de rastreio e prevenção de transtornos relativos à gravidez e ao puerpério. Portanto, utilizou-se como embasamento os achados teóricos de Benincasa (2019), Almeida *et al.* (2016) e outros autores, acerca do pré-natal psicológico ser uma ótima ferramenta de cuidado às gestantes e puérperas, pois proporciona ambiente adequado para que o psicólogo consiga rastrear e prevenir agravantes psicológicos e para que a mulher consiga vivenciar uma experiência positiva do ciclo gravídico puerperal.

METODOLOGIA

A presente pesquisa iniciou-se com levantamento bibliográfico para reunir aparato teórico acerca do assunto, por se tratar de uma temática que envolve debates complexos em torno do fenômeno do nascimento. Logo após, foi feita a pesquisa de campo através de abordagem exploratória e qualitativa, com auxílio das técnicas de observação participante e entrevista. A entrevista se categorizou em semidiretiva, composta por questionário aberto com sete perguntas previamente determinadas, visando coletar informações sobre o estado de saúde mental atual materno, perspectivas pré e pós-nascimento do bebê e como estava se seguindo o puerpério. As entrevistas foram realizadas com 05 mulheres, todas tendo sido acompanhadas pela rede pública de saúde durante a gravidez e estando em menos de 60 dias de puerpério na data da entrevista. Para análise de dados, utilizou-se a análise temática de conteúdo, no qual as respostas coletadas foram destrinchadas e subdivididas em temas principais para possibilitar a observação dos núcleos de sentido das respostas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Através da entrevista das cinco puérperas que não obtiveram o auxílio de pré-natal psicológico, pôde-se perceber determinadas vivências em comum. Notadamente, algumas delas apresentaram queixas sobre o fato de não se sentirem preparadas para o que estavam vivenciando. Percebe-se que, apesar da gestação ser um período no qual a mulher é bombardeada de informações em virtude da preparação para o nascimento do bebê, ainda assim, é uma fase de poucas informações sobre os detalhes das vivências mais intrínsecas da mulher no contexto puerperal. Outra barreira encontrada por algumas participantes no puerpério foi a solidão, mesmo havendo presença de redes de apoio. Isso se dá porque a atenção antes voltada para a gestante, enquanto mulher, agora está ali para auxiliá-la a se adaptar ao papel de mãe. Além disso, a amamentação foi apontada como elemento dificultoso no puerpério, corroborando com o que Martins (2018) fala sobre a amamentação poder ser um processo de muitos atravessamentos e dificuldades que pode resultar em desprazer, ainda que a mãe saiba a sua importância. Também foi pontuada a frustração de algumas puérperas por terem sido submetidas ao parto cesariano, tendo idealizado o parto natural. Por fim, também foram notadas nas falas das participantes, diversas outras temáticas que poderiam ter sido trabalhadas no pré-

natal psicológico, como, hesitação em demonstrar sentimentos negativos pela maternidade decorrente da expectativa social sobre as emoções da mãe, medo do futuro, afastamento de amizades, privação de sono, dificuldades na conciliação de vínculo entre o(s) filho(s) mais velho(s) com o bebê que chega, etc. Através dessa pesquisa, pôde-se confirmar a necessidade de o pré-natal psicológico ser oferecido concomitantemente aos serviços pré-natais já oferecidos rotineiramente no Sistema Único de Saúde (SUS). Os dados obtidos apontaram temáticas frequentemente já citadas na literatura como processos difíctulosos do ciclo gravídico puerperal, demonstrando o quanto o profissional de Psicologia teria questões a trabalhar em um pré-natal psicológico. Portanto, a pesquisa cumpriu seu objetivo de dar voz às mulheres no puerpério e observar, a partir das experiências delas, de que forma o problema em questão contribui para o aumento de risco de surgimento de labilidade emocional e/ou transtornos mentais relacionados à gravidez e puerpério. Espera-se que o presente estudo contribua de forma positiva com a formulação de novas pesquisas acerca do tema e que seja sucessivamente debatido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Natália Maria de Castro; ARRAIS, Alessandra da Rocha. O Pré-Natal Psicológico como Programa de Prevenção à Depressão Pós-Parto. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 36, n. 4, p. 847–863. out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001382014>. Acesso em: 16 set. 2023.

BENIGNA, Maria José Cariri; NASCIMENTO, Wezila Gonçalves do; MARTINS, Joânia Lopes. Pré-natal no programa saúde da família (psf): com a palavra, os enfermeiros. **Rev. Cogitare enfermagem**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 23 - 31, dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1713/1421>. Acesso em: 07 out. 2023.

BENINCASA, Miria; FREITAS, Vivian Brandão de; ROMAGNOLO, Adriana Navarro; JANUÁRIO, Bruna Setin; HELENO, Maria Geralda Viana. O pré-natal psicológico como um modelo de assistência durante a gestação. **Revista da SBPH**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 240-255, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151608582019000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 set. 2022.

MARTINS, Bruna Marina Melo. **Nas alcovas da amamentação:** o sofrimento psíquico de mulheres que apresentam dificuldades em amamentar. 2018. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/23310>. Acesso em: 29 out. 2023.

RIBEIRO, Yasmin Clara Fernandes; BARBOSA, Maria Clara Nolasco Alves; SILVA NETO, Antonio Rodrigues da; VISGUEIRA, Filipe Levy Leite; ARAÚJO, Thiago de Souza Lopes; MARQUES, Gabrielle Agostinho Rolim. O impacto da assistência pré natal para gestantes em situação de rua. **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 10, n. 14, p. e62101421512, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.21512. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/21512>. Acesso em: 07 out. 2023.

IMPACTO DO VÍCIO EM PORNOGRAFIA NOS RELACIONAMENTOS AMOROSOS

Maria Raiany Souza Costa¹, (Aluna do curso de Psicologia do Centro Universitario do Vale do Jaguaribe, e-mail: raiany.souza@fvj.br), Thahyana Mara Valente Lima², (Professora do centro universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apontar os impactos decorrente do uso excessivo de pornografia em relacionamentos amorosos e discutir os fatores de risco para a saúde da relação, como também para a saúde neurológica dos próprios indivíduos. Poderia um comportamento subjugar um sentimento como o amor? O presente artigo visou elucidar as consequências do vício na relação amorosa e alertar para uma visão mais saudável sobre a questão que norteia o presente artigo. É imprescindível entender como o comportamento de vício em pornografia prejudica o bem-estar mental e emocional do indivíduo, bem como sua percepção sobre sexualidade e compromisso e de que forma tais consequências interferem no relacionamento amoroso de um casal.

Palavras-chave: vício; pornografia; relacionamentos; cognição; amor.

1 INTRODUÇÃO

O vício em pornografia foi velado e rechaçado por muitos anos, através de uma ótica que enxerga a sexualidade como um tabu a ser marginalizado. Porém, as consequências do uso desmedido desse comportamento, trazem consigo alterações emocionais e neurológicas capazes de interferir na saúde e bem estar do indivíduo. O tema do artigo é Os Impactos do vício em pornografia em relacionamentos amorosos, e a pergunta norteadora que guiará a discussão centraliza-se na dúvida de que o vício em pornografia pode subjugar sentimentos e emoções dentro de um relacionamento amoroso, contribuindo para desentendimento, erros ou dessensibilização emocional entre um casal. Mateusz Gola *et.al* (2017) conduziu um ensaio clínico onde mapeou por meio de ressonância magnética a atividade do núcleo *accubens* — onde a dopamina é liberada para motivar a busca da recompensa, e mostraram imagens de dinheiro (controle positivo) e imagens que sugeriam a pornografia (como mulheres seminuas). Foi apresentado que todos os participantes reagiram ao estímulo monetário, mas os que sofriam com problemas com a pornografia, ao verem a simples menção ao objeto de vício, tiveram uma resposta dopaminérgica maior que o outro grupo, e inclusive, maior que a predição de recompensa do dinheiro. O estudo constatou que as pessoas que usam pornografia frequentemente têm um aumento significativo de ansiedade comparado aos que não praticam o ato regularmente, e tendem a usar mais substâncias com potencial viciante. (GOLA *et al*, 2017). As consequências na vida cotidiana de um indivíduo viciado em pornografia e que se utiliza

dessa ferramenta para o prazer sexual desproporcional apresenta: incapacidade de controlar os impulsos sexuais; a disfuncionalidade erétil, (Wilson, 2014), que fere o componente de atração na teoria do amor triangular (Sternberg, 1986). Nesse contexto, se relaciona que o uso exagerado de estímulos pornográficos pode estar associado a problemas no relacionamento amoroso, podendo também ser a causa do desentendimento. A medida em que o uso da pornografia não se torna mais regular para o indivíduo, a mudança de humor, regulação da ansiedade e atratividade em parceiros reais é notada (Wilson, 2014), além de outros benefícios como otimismo e prazeres cotidianos, onde grande influência advém da regulação hormonal.

2 MARCO TEÓRICO

A discussão do tema se dá pela popularização do comportamento de vício em pornografia e referência cultural exposta em redes sociais e de fácil acesso à população. Além do fato pouco aceito que comportamentos também podem viciar e sua execução neurobiológica acontece nas mesmas áreas cerebrais que vícios em substâncias como cocaína ou álcool. O referencial teórico baseou-se principalmente em pesquisas científicas como o de Mateusz Gola (2017). Burtaverde (2021) e Mehmod Qadri (2023) sobre as implicações fisiológicas e comportamentais referentes ao vício, com a colaboração de teóricos como Sternberg (1986), Szymanski e Stewart-Richardson (2014) e Gary Wilson (2014) com a ligação entre o vício e a virtude dos relacionamentos amorosos,

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de um estudo acerca dos impactos que o vício em pornografia pode trazer dentro de relacionamentos amorosos, a partir de um estudo de abordagem qualitativa. O artigo se trata de uma revisão narrativa, sendo essa uma metodologia que proporciona a síntese de conhecimento, análise e incorporação e aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. A seleção de artigos para a construção desta pesquisa será baseada nos seguintes descritores: Vício em pornografia; mudanças neurológicas a partir do vício; relacionamentos amorosos. Sendo o material estudado no período de agosto de 2023 a novembro de 2023, em fontes seguras como a revista *Nature*, *Pubmed*, *Scielo* e *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V)*. Será aprovado o uso de fontes a partir de artigos acadêmicos; tese de doutorado; e o uso de sites confiáveis da internet; além da contribuição de livros de autores da área estudada. Como fonte secundária, foi utilizado a contribuição de videoaulas de professores da área de psicologia comportamental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todo comportamento tem propensão ao vício, não somente a ingestão de substâncias. A diferença é que o comportamento não altera artificialmente a produção de dopamina — principal neuromodulador envolvido no vício —, ela é aumentada de forma endógena, ou seja, se origina no interior do organismo. Por isso o vício em substâncias e fármacos se torna mais agressivo que os comportamentais, pela quantificação rápida adicionada no organismo (DELANOGARE, 2022). A pornografia aumenta a produção de dopamina no núcleo *acubbens*, onde os neurônios dopaminérgicos liberam este neuromodulador para influenciar a motivação em prol buscar uma determinada recompensa. Para o cérebro viciado em pornografia, a mera menção ou a visualização que lembre ou remeta aos filmes pornográficos já gera o aumento de dopamina no núcleo *acubbens*, não precisando necessariamente assistir (Gola *et al*, 2017). Isso se chama Predição de Recompensa – quando se prevê uma possível recompensa, o nível de dopamina no seu cérebro aumenta automaticamente (DELANOGARE, 2022). Vícios em

substâncias e vícios comportamentais abrangem desejos frequentes, descontrole, e negligência de responsabilidades, além dos efeitos modificantes na personalidade e no bem-estar psicológico do indivíduo (Qadri *et al.*, 2023). Segundo Sternberg (1986), o sentimento amor é caracterizado pela presença de três componentes fundamentais: intimidade, paixão e decisão/compromisso. Cada um deles forma um vértice de um triângulo metafórico, compondo a teoria do amor triangular. Outro ponto importante na medição dos impactos nos relacionamentos são os efeitos sobre a libido e romance, onde a principal causa é a construção de parâmetros corporais e estéticos atribuídos aos parceiros, que advém de comparações com o próprio conteúdo pornográfico (WILSON, 2014). Ao analisar a listagem de Wilson (2014) sobre os componentes da teoria do amor triangular (Sternberg, 1987), se observa principalmente grande incidência sobre o componente de atração, que teria seu conceito prejudicado pela falta de atratividade do parceiro, e falta de motivação para a conquista/romance.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vício em pornografia afeta silenciosamente uma grande parcela da população mundial. Esse hábito de estimulação sexual pode estar ligado com diversos parâmetros de adoecimento nos indivíduos, e o principal são os relacionamentos amorosos. A abordagem deste tema pode ser culturalmente vista como impudor, mas não se nega a necessidade de se falar sobre. Os estudos científicos confirmam uma atividade no cérebro resultante do vício em pornografia, como o aumento do nível de ansiedade nos usuários e a alteração na predição de recompensa do indivíduo (Gola *et.al.* 2017). Mesclando com as fontes teóricas secundárias acerca dos relacionamentos amorosos, podemos concluir que o vício em pornografia incide sobre questões de compromisso, atratividade e relações sexuais saudáveis, além de influenciar na preferência sexual por fantasias e estereótipos de corpo não condizentes com a realidade; e ser fonte de desentendimentos na relação por frustração sexual, sentimento de traição e perda da sensibilidade hormonal.

REFERÊNCIAS

DELANOGARE, E. **O que a pornografia faz no cérebro (segundo a ciência).** Reservatório de dopamina, [s. l.], março 2022. Disponível em <https://reservatoriodedopamina.com.br/blog/efeitos-da-pornografia-no-cerebro/> Acesso em: 20 de agosto de 2022.

GOLA, M. et al. Can pornography be addictive? An fMRI study of men seeking treatment for problematic pornography use. **Neuropsychopharmacology**, [s. l.], v. 42, n. 10, p.2021-2031. 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5561346/pdf/npp201778a.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

QADRI, H. M. et al. Physiological, Psychosocial and Substance Abuse Effects of Pornography Addiction: A Narrative Review. **Cureus**, [s. l.], v.15, n.1. 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9922938/pdf/cureus-0015-00000033703.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

STERNBERG, R. J. A triangular theory of love. **Psychological Review**, [s. l.], v.93, n.2, p. 119-135, 1986. Disponível em: http://pzacad.pitzer.edu/~dmoore/psych199/1986_sternberg_trianglelove.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

WILSON, G. **Seu cérebro na pornografia:** pornografia na internet e a ciência emergente do vício, Inglaterra: Commonwealth, 2014.

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO DA CIRURGIA BARIÁTRICA.

Maria Silviane Ribeiro Lima¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: silvianelima32537@gmail.com); Thahyana Mara Valente Lima², (Professor Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O estudo possui o objetivo de apresentar os benefícios do acompanhamento psicológico no pré e pós-operatório da cirurgia bariátrica. Para chegar no objetivo esperado foi feita uma pesquisa bibliográfica com base na revisão de literatura. A abordagem metodológica foi feita a partir da busca e seleção de resultados encontrados em artigos. Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas as contribuições dos autores Taira Souza (2017), Crislayne Cunha (2020), Joana Müller (2019), Caroline Flores (2014), Tainan de Souza e Suely Cristina (2019), Anne Caroline (2020), Júlia Oliveira (2021). As informações encontradas indicam que o psicólogo pode ajudar os pacientes a terem uma qualidade de vida, diante das mudanças que vão ser geradas a partir do momento de início de tratamento para a cirurgia, observa-se que a cirurgia é geradora de extremas alterações na vida do paciente, a partir de sua alimentação, até a estrutura corporal que irá modificar completamente. Inclui também toda perspectiva formada para o pós-cirúrgico, e de que modo a vida melhora após o procedimento.

Palavras-chave: Cirurgia Bariátrica; Obesidade; Avaliação psicológica; Pacientes bariátricos; Impactos Psicológicos.

INTRODUÇÃO

Nesse contexto, segundo Flores (2014), a obesidade, nos últimos tempos, transformou-se em epidemia mundial. Dados alarmantes da Organização Mundial de Saúde divulgados há pouco tempo mostram que, em 2008, mais de 200 milhões de homens e 300 milhões de mulheres estavam obesos. Além do mais, 65% da população vive em países em que o sobrepeso e a obesidade matam mais do que o baixo peso e a desnutrição. O aumento prevalência da obesidade, em nível mundial, tem desassossegado as autoridades e solicitando esforços, da parte de profissionais implicados em seu tratamento, contendo médicos e alias profissionais da área de saúde, com objetivo de descobrir alternativas para direção adequada dessa doença. Neste contexto, a cirurgia bariátrica vem tornando-se apontada como única possibilidade concreta no comando da obesidade, uma vez que disponibiliza proveitos que vão mais adiante de perda de peso considerável e demorada, e engloba redução das comorbidades relacionadas, remissão de sintomas de depressão e ansiedade, avanço no desenvolvimento sexual, elevação do nível de atividade e evolução completo da qualidade de vida.

Como tratamento da obesidade, que muitas vezes está acompanhada da compulsão alimentar, tem-se a cirurgia bariátrica. Trata-se de um procedimento cirúrgico destinado ao tratamento da obesidade mórbida ou obesidade grave e às doenças relacionadas a obesidade, ocasionando de forma mais rápida o emagrecimento do indivíduo.

MARCO TEÓRICO

Este artigo tem por objetivo descrever a importância do acompanhamento psicológico, pré e pós-cirurgia bariátrica, assim trabalhando o psicológico desses pacientes obesos para que ele realize uma cirurgia bem-sucedida e atinja seus objetivos.

A importância do papel do psicólogo só foi realmente reconhecida quando começaram a surgir as “complicações”, para as quais os médicos não conseguiram explicar com razões concretas, isto é, clínicas ou cirúrgicas.

Assim, o desempenho de um bom acompanhamento psicológico no pré-operatório influencia enormemente nas reações do paciente no pré, durante a cirurgia e pósoperatório. Existindo relações entre o estado emocional da paciente nessas três fases da cirurgia.

É primordial o trabalho do psicólogo em todas as etapas relacionadas à cirurgia, tanto o pré-operatório, o transoperatório quanto o pós-operatório. Os pacientes, no período préoperatório com grande frequência, são reticentes ao encaminhamento para o psicólogo, pois pensam que serão avaliados se estão aptos ou não psicologicamente para a cirurgia. Na área da Psicologia, a avaliação diz respeito à coleta e análise de informações psicológicas do paciente, que permite ao profissional traçar um perfil, segundo um paradigma específico da Psicologia, podendo assim realizar diagnóstico, prognóstico e encaminhamento.

METODOLOGIA

O presente trabalho é uma revisão de literatura, sobre a importância de acompanhamento psicológico para o paciente que passará por cirurgia bariátrica, onde consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. A revisão de literatura foi realizada a partir de pesquisas anteriores, em artigos, teses entre outras.

A busca dos estudos foi realizada no mês de março de 2023 com base nos dados encontrados na plataforma Google acadêmico, utilizando termos de pesquisa como “Alterações psíquicas vivenciadas por pacientes que realizaram a cirurgia bariátrica”, “Impactos psicológicos em pacientes submetidos à cirurgia bariátrica”, “Avaliação psicológica para a cirurgia bariátrica”. Vale ressaltar que, durante o processo de seleção, 10 (dez) artigos foram descartados, uma vez que envolviam estudos sobre a cirurgia bariátrica na adolescência, cirurgia bariátrica e gravidez, cirurgia bariátrica e metabólica, não se alinhando com o foco da pesquisa chegando ao número de 07 (sete) recursos para revisar.

No prosseguimento deste estudo, foram informados 07 (sete) recursos bibliográficos, sendo artigos que se aplicam a temática, onde 03 (três) se dedicam a avaliação psicológica, 01 (um) sobre possíveis alterações psíquicas, 01 (um) acerca dos impactos psicológicos, 01 (um) se refere intervenções psicológicas no processo emocional de pacientes no pré e pós-cirúrgico, e por fim os pontos de vista psicossociais da cirurgia bariátrica: do pré ao pós operatório.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É considerável estar atento à possibilidade de um cenário depressivo após a cirurgia bariátrica, visto que ela pode gerar complicações psíquicas mais graves por exemplo uso de drogas, alcoolismo e suicídio, tornando-se isso a maior causador de óbitos em pacientes que manifestaram transtornos psíquicos após a cirurgia. Os pacientes submetidos à cirurgia

bariátrica se tornam mais vulneráveis, podendo substituírem o comer por outros comportamentos, garantindo que isso pode ocorrer em consequência do não acompanhamento psicológico após a cirurgia. O acompanhamento com esse profissional no pré e pós-cirúrgico e o trabalho em uma equipe multidisciplinar, cujo propósito é proporcionar saúde física e mental, é de grande importância, pois tem o objetivo de reduzir os impactos negativos do procedimento, assim como prever provável falha no processo do pós-cirúrgico. Consequentemente, os resultados não necessitam somente da equipe, como também dá equilíbrio e comprometimento do paciente nesse procedimento, conforme supramencionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, a importância do estudo sobre as consequências da cirurgia bariátrica e os aspectos multifatoriais a ela relacionados, o que abrange os aspectos advindos da obesidade, o papel que a sociedade ocupa para esse indivíduo e como o seu meio familiar será capaz de influenciar em todo o processo. Além disso, evidencia a importância da psicologia perpassar pela preparação para a cirurgia até o seu pós-operatório, investigando o melhor entendimento do indivíduo acerca suas angústias já presentes e requisitos futuros provenientes do processo cirúrgico. Sendo assim, pesquisas futuras nesse contexto podem obter novas concepções e guiar condutas que irão colaborar para que pacientes que passarão pela cirurgia bariátrica tenham bons resultados.

REFERÊNCIAS

- SOUZA, Taira Elisa. “Seus problemas acabaram”? alterações psíquicas vivenciadas por pacientes que realizaram a cirurgia bariátrica a partir de literatura científica. **Psicologia Pedra Branca**, 2017.
- CUNHA, Crislayne Stephane Oliveira et al. Impactos psicológicos em pacientes submetidos à cirurgia bariátrica. TCC-Psicologia, 2020.
- MÜLLER, Joana. Avaliação psicológica para a cirurgia bariátrica: a percepção dos pacientes. **Psicologia-Pedra Branca**, 2019.
- FLORES, Carolina Aita. Avaliação psicológica para cirurgia bariátrica: práticas atuais. ABCD. **Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva**, São Paulo, v. 27, p. 59-62, 2014.
- SILVA, Tainan de Souza Lima; CRAHIM, Suely Cristina de Souza Fernandes. A importância da auto avaliação e acompanhamento psicológico para o paciente de cirurgia bariátrica. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 1, 2019.

FADIGA POR COMPAXÃO: UM DESAFIO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DE CUIDADOS E SAÚDE

Pedro Henrique da Costa Silva¹, (Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: pedro.silva@fvj.br); Thahyana Mara Valente Lima², (Psicóloga, Especialista em Psicologia Positiva, professora do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

No mercado de trabalho atual, a saúde física e mental dos profissionais, principalmente da área da saúde, está sendo afetada por uma série de dinâmicas contemporâneas. Pesquisas recentes mostram um aumento preocupante de problemas de saúde, tanto físicos como mentais, associados ao trabalho nesta indústria. Estes problemas têm múltiplas fontes, incluindo o ambiente de trabalho, cargas de trabalho excessivas, uso inadequado de substâncias e vulnerabilidade emocional, com impacto na vida profissional e pessoal dos funcionários. A área da saúde exige um alto nível de investimento emocional, pois o comprometimento com o cuidado dos pacientes pode, paradoxalmente, ser prejudicial à saúde do profissional. A compaixão desempenha um papel vital, mas pode levar a problemas de saúde mental, como estresse e fadiga. A fadiga por compaixão é o fenômeno em que os profissionais de saúde ficam emocionalmente exaustos após lidar com um evento traumático, comprometendo gradativamente a qualidade do seu atendimento e aumentando o risco de depressão e ansiedade. Um projeto de revisão da literatura está a explorar a relação entre a fadiga por compaixão e uma variedade de factores, incluindo características demográficas, condições de trabalho, estratégias de sobrevivência e programas de apoio. Os resultados destacam que as mulheres têm maior probabilidade de desenvolver o transtorno e o treinamento específico e os traços positivos de personalidade podem ajudar a controlá-lo. Fatores organizacionais como falta de recursos e longas jornadas de trabalho também desempenham um papel importante. Além disso, as estratégias de enfrentamento variaram com base na estabilidade emocional e outros traços de personalidade do profissional de saúde, sendo mais benéficos aqueles com maior estabilidade emocional. A eficácia dos programas de apoio no local de trabalho varia dependendo do contexto cultural e do público-alvo, mas podem ser valiosos para mitigar estes desafios.

Palavras-chave: fadiga por compaixão; satisfação por compaixão; *burnout*; profissional da saúde; enfrentamento.

INTRODUÇÃO

As dinâmicas trabalhistas contemporâneas têm desencadeado impactos significativos na saúde física e mental dos profissionais, bem como na qualidade de vida. Isso é uma preocupação recorrente em estudos recentes, sobretudo na área da saúde. Essas pesquisas têm

identificado um aumento no adoecimento relacionado ao trabalho entre os profissionais da saúde, afetando tanto o aspecto físico quanto o mental. Esses problemas de saúde decorrem de diversos fatores, incluindo o ambiente de trabalho, as demandas no cuidado, o uso indevido de substâncias e a fragilidade emocional, impactando a saúde dos trabalhadores dentro e fora de suas atividades profissionais. O trabalho na área da saúde vai além da técnica, envolvendo o compromisso de cuidar do próximo, o que pode ser prejudicial à saúde do profissional devido a esse envolvimento emocional. O compartilhamento de experiências traumáticas é uma característica intrínseca ao trabalho na área da saúde, visando sempre proporcionar cuidados humanizados e melhorar a qualidade de vida do paciente. A compaixão desempenha um papel central, mas precisa ser gerenciada para entender as condições de saúde e doença do trabalhador, já que pode levar a problemas de saúde mental, como estresse e fadiga. A fadiga por compaixão, definida por Figley (1995), ocorre quando profissionais de saúde experimentam emoções e comportamentos naturais após lidar com eventos traumatizantes ou ao tentar ajudar pessoas traumatizadas. Isso afeta gradualmente esses profissionais, levando à despersonalização e a uma diminuição na qualidade do atendimento, além de aumentar os riscos de depressão e ansiedade.

MARCO TEÓRICO

Considerando a falta de conteúdo sobre o tema proposto dentro do Brasil, buscou-se identificar os pontos em evidência até o momento. Para atender aos objetivos propostos, discorreu-se acerca das seguintes temáticas: fadiga por compaixão e as correlações com dados demográficos; fadiga por compaixão e a relação com fatores do trabalho; mecanismos de enfrentamento; e programas de apoio no local de trabalho, onde se baseiam inicialmente na definição do conceito proposta por Figley (1995), a abrangência da ferramenta ProQOL, demonstrando os aspectos da fadiga por compaixão por Stamm (2010) e tendo uma estrutura mais robusta sobre os impactos dessa demanda estudada por Keidel (2002)

METODOLOGIA

A busca dos estudos foi realizada no mês de abril de 2023 nas bases eletrônicas: Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Índice Bibliográfico Español em Ciencias de la Salud (IBECS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Foram empregados os descritores e/ou sinônimos segundo os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH). Para a combinação dos descritores, foram considerados os termos booleanos AND e OR conforme o sistema de busca de cada base de dados, utilizando a pesquisa avançada baseando-se em três descritores principais: conceito (fadiga por compaixão), população (profissionais de cuidado) e o contexto (métodos de enfrentamento).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que mulheres são mais propensas a essa condição e serem mais satisfeitas no trabalho. Além disso, a categoria profissional pode ser relevante para o desenvolvimento do *burnout* e a experiência individual afeta o profissional, fazendo com que acabe evitando um relacionamento mais profundo e evitar a apatia com eles. Profissionais com treinamento específico tendem a ter maior satisfação no trabalho devido à sua capacidade de lidar com as demandas específicas do trabalho. Os principais fatores preditivos da fadiga por compaixão incluem cuidados primários, localização urbana e turnos de trabalho. Além disso, fatores organizacionais, como falta de pessoal, recursos insuficientes, relações inadequadas com gerentes e colegas, e longas horas de trabalho, desempenham um papel importante. Em

algumas áreas, como profissionais de animais de laboratório, ter um bom relacionamento com os animais também pode ser um fator relevante para a fadiga por compaixão. A satisfação por compaixão está relacionada a traços de personalidade positivos, como extroversão, abertura à experiência, amabilidade e conscienciosidade, bem como à aceitação neutra da morte. Por outro lado, a fadiga por compaixão está relacionada ao evitamento da morte. Os métodos de enfrentamento variam conforme a estabilidade emocional e outros traços de personalidade dos profissionais de saúde, com aqueles com alta estabilidade emocional tendo estratégias benéficas, enquanto os de baixa estabilidade emocional tendem a adotar mecanismos prejudiciais, aqueles que tem alta amabilidade usam recursos de *mindfulness*, meditação, buscam ajuda profissional e fazem atividade física. Profissionais com altos escores de conscienciosidade utilizam de estratégias de autocuidado, atividade física e buscam ajuda profissional. Os profissionais extrovertidos acabam por buscar conversar com amigos ou família e recorrem à religião, enquanto os menos extrovertidos têm uma relação de desapego emocional do trabalho. Já aqueles mais abertos a experiência buscam educação sobre o problema. Além disso, programas de apoio no local de trabalho podem ser úteis, mas sua eficácia depende do contexto cultural e do público-alvo, tendo variações de acordo com cada país, comumente, direcionando recursos para a realização de atividades fora do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo proporcionou conhecimentos gerais sobre o tema no mundo. Pode-se perceber que O dado demográfico referente a sexo é relevante, fatores de trabalho, de modo geral, são extremamente relevantes no desenvolvimento da fadiga por compaixão. Os métodos de enfrentamento que os profissionais tomam, são, em suma, positivos e geram benefícios para lidar com o problema. Os programas de apoio podem ser importantes para dar suporte, porém o tipo de apoio e sua efetividade variam por fatores socioculturais. Entretanto, esse é uma temática pouco pesquisada no Brasil, tanto em pesquisas de campo, como, consequentemente, em análises sobre dados coletados.

REFERÊNCIAS

FIGLEY, Charles R.. Compassion fatigue: coping with secondary traumatic stress disorder in those who treat the traumatized. New York: Brunner/Mazel Publisher, Inc, 1995. 292 p.

STAMM, Beth Hudnall. **The Concise ProQOL Manual**. 2. ed. Pocatello, Id: Proqol.Org, 2010. 74 p. Disponível em: <https://img1.wsimg.com/blobby/go/dfc1e1a0-a1db-4456-9391-18746725179b/downloads/ProQOL%20Manual.pdf?ver=1622839353725>. Acesso em: 21 jun. 2023.

KEIDEL, Gladys Catkins. Burnout and compassion fatigue among hospice caregivers. **American Journal Of Hospice And Palliative Medicine®**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 200-205, maio 2002. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/104990910201900312>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/104990910201900312>. Acesso em: 01 dez 2023.

DIFÍCULDADES NO PROCESSO DE FOCO NO AQUI-E-AGORA: AS ANGÚSTIAS DOS PENSAMENTOS DISFUNCIONAIS NO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO

Raimundo Luiz Bezerra da Silva Monteiro¹, (Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: raimundo.monteiro@fvj.br); Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O presente artigo busca compreender o fenômeno da ansiedade que atualmente é considerado um dos maiores transtornos que acarreta sofrimento psíquico e impede que o indivíduo vivencie sua vida de forma saudável, sob o ponto de vista da Gestalt-terapia. Trazendo uma perspectiva voltada para a importância do psicoterapeuta compreender o fenômeno da ansiedade bem como seus aspectos funcionais e disfuncionais e também auxiliar o paciente no processo de não conseguir presentificar as angústias causadas pelos pensamentos disfuncionais no aqui-e-agora dentro do processo terapêutico. Visando estabelecer através de uma revisão de literatura integrativa uma compreensão da ansiedade, em termos gestálticos, que possibilite uma visão peculiar para uma estratégia terapêutica sobre o fenômeno como ele surge na clínica, trazendo alguns termos da abordagem gestáltica e a contribuição de grandes pensadores da abordagem.

Palavras-chave: ansiedade; angústias; gestalt-terapia; psicoterapia e processo.

INTRODUÇÃO

Segundo a classificação oficial do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V-TR, a ansiedade pode ser compreendida como um sentimento de desconforto em uma situação que pode se constituir uma ameaça para indivíduo que está apreensivo, angustiado ou aflito, e geralmente é também acompanhado de sintomas físicos como taquicardia, dificuldade em respirar e sudorese (DSM-5-TR- 2023). A Gestalt-terapia é uma abordagem psicológica criada por Fritz Perls, Paul Goodman e Ralph Hefferline (1951), os autores dizem que a GT possui uma base fenomenológica e existencial considera o ser humano de forma subjetiva, valorizando sua singularidade e responsabilidade no campo do fenômeno aqui-e-agora. O presente resumo busca aprofundar a compreensão do fenômeno ansiedade, em termos gestálticos, possibilitando fomentar uma peculiar estratégia psicoterapêutica sobre o fenômeno em seu perfil disfuncional, de modo a explicar a eficácia do papel do psicólogo na intervenção clínica. Construindo um material que auxilie na compreensão das angústias ocasionadas pelos pensamentos disfuncionais na ansiedade e o não conseguir presentificar esses pensamentos no aqui-e-agora, sob o ponto de vista da Gestalt-terapia. Segundo Costa, Lopes e Samardi (2017), a intervenção psicoterapêutica visa a reconstrução e ampliação da capacidade de contato com o processo de *awareness*, sendo um conteúdo que confronta a ansiedade em suas raízes mais profundas. Nessa perspectiva, buscou-se também identificar formas de intervenções psicológicas, bem como a maneira que o Gestalt-terapeuta vai compreender os pensamentos

disfuncionais, a neurose, os ciclos de contato e o fenômeno da ansiedade nas diversas relações do indivíduo. O interesse pela temática surgiu a partir de uma experiência pessoal que levou à uma reflexão sobre a necessidade de aprofundar os conhecimentos referentes à temática e compreender de que maneira o Gestalt-terapeuta poderá atuar nos pontos já supracitados. A partir dessa reflexão surge a necessidade de produzir um material que possa auxiliar estudantes e profissionais da psicologia que atuem com o referencial teórico da Gestalt-terapia e que foquem seus estudos na ansiedade, ou então, são generalistas que buscam ter noção sobre ansiedade, visto que a temática é extremamente relevante dentro da prática do psicólogo nos diversos espaços profissionais.

MARCO TEÓRICO

De acordo com a classificação oficial do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V-TR, os transtornos de ansiedade se caracterizam por uma combinação de medo, ansiedade intensa e alterações comportamentais relacionadas. Esses transtornos, embora frequentemente concorram entre si, podem ser identificados por meio da análise minuciosa de dois principais componentes: a presença de situações temidas e evitadas, e a natureza dos pensamentos ou crenças associados a essas situações. O DSM-5-TR (2023) ainda ressalta que os transtornos de ansiedade não devem ser confundidos com sentimentos normais de medo ou ansiedade, pois se caracterizam por serem excessivos ou persistentes além dos limites considerados apropriados para o estágio de desenvolvimento em questão. Segundo Freitas (2016) a Gestalt-terapia é uma abordagem fenomenológica e existencial, onde a sua ênfase recai sobre a forma que o cliente percebe e processa os fenômenos do campo vivencial, sobretudo na sua relação terapêutica onde ocorre o processo de desenvolvimento da *awareness* para que o mesmo possa dar-se conta das suas questões com mais clareza. Perls (1988, p. 87) resumiu o lidar terapêutico da Gestalt-terapia em cinco perguntas de natureza fenomenológica e existencial, que são elas: “O que você está fazendo?”, “O que você sente?”, “O que você quer?”, “O que você evita?”, e “O que você espera?”. O autor ainda fala que tais perguntas buscam o desbloqueio da experiência imediata, próprias para justificar e expor os fatos da vivência do cliente. Os bloqueios impedem que a excitação do indivíduo flua de forma imediata para a ação, sendo esta a definição principal da abordagem gestáltica sobre o fenômeno da ansiedade (Perls, 1988). Sendo assim, estas questões devem nortear o olhar clínico do psicoterapeuta, dando sentido na sua relação com o cliente, com o intuito de proporcionar a reconstrução do processo de *awareness*, sendo esta uma ação terapêutica eficiente sobre a ansiedade.

METODOLOGIA

A técnica de pesquisa utilizada no presente artigo foi a revisão de literatura integrativa, a partir de obras de autores relevantes para a tema abordado, bem como o uso de fontes secundárias, utilizando-se de artigos acadêmicos, dissertações, livros e revistas que auxiliaram na compreensão da temática abordada. Dessa forma, o presente artigo foi desenvolvido buscando responder à pergunta norteadora, que voltou-se sobre como as angústias ocasionadas pelos pensamentos disfuncionais na ansiedade e o não conseguir presentificar esses pensamentos no aqui-e-agora, podem ser compreendidos sob o ponto de vista da Gestalt-terapia no processo psicoterapêutico.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

É notável que vivemos em uma época caracterizada pela ansiedade, na qual a pressa para lidar com a constante avalanche de informações, a multiplicidade de tarefas e a

autocobrança por desempenho rápido e perfeito são evidentes. Existe uma demanda implacável para evitar erros, tudo isso em um espaço de tempo cada vez mais curto. Infelizmente, a maioria das pessoas se vê desprovida de recursos para liberar o estresse e a frustração resultantes da dificuldade em viver plenamente no presente, no "aqui-e-agora". Como consequência desse cenário, o corpo e a mente tornam-se vulneráveis ao desenvolvimento de transtornos de ansiedade e suas manifestações disfuncionais. Percebeu-se que para a Gestalt-terapia, o indivíduo precisa reencontrar sua capacidade de ter e manter contato com seu meio, inclusive com suas necessidades emocionais e físicas. O indivíduo precisa estar em movimento e aberto para as experiências que lhes possibilitem crescimento pessoal e lhe mostrem formas de ser no mundo. Além disso, ao revisar literaturas sobre a prática na clínica com a Gestalt-terapia, foi possível compreender que a existência de um encontro único com o indivíduo e suas experiências e vivências e, logo subentendemos que ser um Gestalt-terapeuta é estar sempre aberto para esse encontro e preparado para auxiliar o paciente no desenvolvimento da sua autopercepção, *awareness* e presença do indivíduo, para que a ansiedade deixe de atuar de forma excessiva e disfuncional. Portanto, espera-se que o presente trabalho seja relevante, pois, pode ser útil como fonte de pesquisa para estudantes e profissionais que atuam como Gestalt-terapeutas e ainda que o assunto contribua para o aprimoramento das práticas clínicas e desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Virginia Elizabeth Suassuna Martins; LOPES, Maisa Roberta Pereira Ramos; SAMARIDI, Isadora. A vivência do aqui-e-agora na relação terapêutica na abordagem gestáltica. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 303-312, ago. 2017. ISSN 1983-7828. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4969> Acesso em 02 ago. 2023.
- FREITAS, Julia Rezende Chaves Bittencourt de. A relação terapeuta-cliente na abordagem gestáltica. **IGT na Rede**, v. 13, n. 24, p. 85-104, 2016.
- MANUAL Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: **DSM-5-TR**, 5^a edição, texto revisado. American Psychiatric Association. Tradução: Daniel Vieira, Marcos Viola Cardoso, Sandra Malas Mallmann da Rosa. Revisão técnica: José Alexandre de Souza Crippa, Flavia de PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.
- PERLS, Fritz. **A Abordagem Gestáltica e Testemunha Ocular da Terapia**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- .

LUTO: ABORDAGENS CLÁSSICAS AO FENÔMENO E CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO

Renam Barros Lima¹, (Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário UniJaguaribe. E-mail:renam.lima@unijaguaribe.edu.br); Orientadora Thahyana Mara Valente Lima², (Professora Centro Universitário UniJaguaribe. E-mail: thahyana.valente@fvj.br)

RESUMO

O presente resumo expandido tem por objetivo descrever perspectivas teóricas relacionadas à conceituação e ao manejo clínico do fenômeno do luto, além de tecer sobre contribuições da Terapia de Aceitação e Compromisso ao campo da terapia do luto, a partir de uma revisão narrativa da literatura para sintetizar dados de obras consolidadas na área e produções contemporâneas que complementam as lacunas necessárias para o progresso da pesquisa.

Palavras-chave: psicologia; luto; terapia de aceitação e compromisso; comportamento; abordagens.

INTRODUÇÃO

Ao observar o desenvolvimento das sociedades humanas em seus diversos níveis e fatores integrantes, infere-se que as experiências de perdas absolutas e simbólicas são recorrentes em todos os contextos em que há seres humanos, tanto em formas naturais causadas pelo desenvolvimento, como também em formas acidentadas de ordem inevitável e incontrolável.

Ao longo do tempo as formas de lidar com tais perdas tornaram-se objeto de estudo, dando espaço à denominada terapia do luto, enfocando nos meios para que a reação a tais perdas ocorra de forma saudável e sem prejuízos significativos, compreendendo o fenômeno e manejando clinicamente a partir de referências teórico filosóficas de abordagens psicológicas como a psicanálise, a psicologia humanista e análise do comportamento.

Para além das formas classicamente utilizadas para a terapia do luto, o desenvolvimento continuo da ciência comportamental contextual possibilitou atualizações significativas com novas perspectivas de manejo, como a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), que enfatiza a inevitabilidade das experiências dolorosas ao lidar com a perda e a possibilidade de engajamento em ações e estratégias para ressignificar a vivência.

No entanto, a escassez de materiais direcionados a relacionar o luto e a ACT em língua portuguesa, torna inacessível a ampla difusão de suas contribuições à área.

MARCO TEÓRICO

Dentre as perspectivas mais recorrentes ao conduzir o processo terapêutico do luto, destaca-se a psicanálise freudiana na qual Freud (2006) define o processo de luto ao discorrer que “o luto de modo geral, é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração

que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém e assim por diante”, ou seja, é um processo de adaptação saudável em que a pessoa enlutada é capaz de discernir qual é a perda objetal e direcionar suas emoções a este foco

No que se refere ao direcionamento das emoções, uma vez instaurado o flagelo em sua estrutura mental, o indivíduo direciona toda sua energia libidinal à própria perda, sendo incapaz de reservá-la a investimentos externos como a novos objetos, compreendendo que a libido é o que mobiliza e impulsiona a mente a viver neste momento destaca-se, então, a notória ausência de interesse para interação com o mundo exterior, ou seja, o processo é internalizado a partir de uma experiência externa que direciona a experiência ao nível interior exclusivamente.

Ao considerar as abordagens humanistas o luto passa a ser compreendido, segundo Freitas (2013), “como a ausência da co-corporeidade do tu na relação eu-tu, o que não significa um esvaziamento do mundo, mas uma apresentação de um novo mundo, de uma nova forma de presença do outro, exigindo um novo sentido”, ou seja, o luto manifesta-se como um ajustamento do indivíduo à nova realidade que se configura após a perda.

Ao analisar o fenômeno do luto na ótica da análise do comportamento, observa-se que, enquanto um comportamento complexo culturalmente moldado e implicado ao processo natural desenvolvimento humano, é possível de aplicação dos princípios básicos da ciência comportamental. Nesse âmbito, Gimenes (2016) descreve como uma extinção operante o processo descrito em outros meios como elaboração do luto, o que se caracteriza pelo retorno ao comportamento operante prévio à perda.

Dessa forma, ao deparar-se com a operação estabelecida de morte ou perda de outros reforçadores relacionais, define-se o estado de privação inerente à extinção, fornecendo o contexto para três efeitos anteriores ao retorno do nível operante, sendo eles o aumento na frequência da resposta, o aumento na variabilidade da topografia da resposta e evocação de respostas emocionais. (MOREIRA; MEDEIROS, 2019).

Para relacionar a Terapia de Aceitação e Compromisso ao manejo do luto é fundamental compreender que em sua base teórica e métodos de condução terapêutica, o alcance da experiência saudável, denominada de Flexibilidade Psicológica, ocorre ao se vivenciar a experiência tal como ela ocorre, sem esquivar-se das manifestações dolorosas do comportamento e aproximando-se de ações significativas que moldem o reajuste a longo prazo, compreendendo as seis dimensões da experiência psicológica, a saber: aceitação, desfusão, self-como-contexto, atenção flexível ao momento presente, valores e ações significativas.

De acordo com Gaitán, Ortega e Chávez (2017) é comum que ao depararem-se com as perdas, as pessoas busquem evitar contato com sentimentos e situações desconfortáveis de ansiedade, tristeza ou perda de controle. Ingressando em processos como distanciamento da realidade da perda ao buscar manter contato com o que foi perdido, apegando-se aos reforços estabelecidos anteriormente e evocando constantemente a presença do estímulo ou pessoa perdida através de lembranças.

Nesse contexto, concomitantemente à importância de avaliar cada processo afetado pela perda, é fundamental desenvolver uma relação terapêutica aberta, acolhedora e bem estabelecida, para através dela alcançar “uma mudança progressiva no paciente, uma vez que a variação e a preservação seletiva de novos comportamentos sociais permitirão relacionamentos fortes e psicologicamente flexíveis” (GAITÁN; ORTEGA; CHÁVEZ, 2017), sendo este ambiente terapêutico o contexto para modelar os comportamentos previamente à generalização para outros ambientes.

METODOLOGIA

O artigo deriva-se de pesquisa bibliográfica narrativa a partir de obras selecionadas considerando como parâmetro a abordagem abrangente ao fenômeno, a relação com as abordagens psicológicas clássicas e as perspectivas de desenvolvimento histórico e cultural do luto na sociedade.

A pesquisa foi estruturada em três etapas, a saber: compreensão das diversas perspectivas da morte na relação luto-sociedade, conceituação e manejo do luto dentro das abordagens psicológicas clássicas e contribuições da Terapia de Aceitação e Compromisso para a terapia do luto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Uma observação proeminente que emerge das discussões levantadas é a indispensabilidade da compreensão multifatorial e sociocultural do fenômeno do luto, percebendo-o para além de uma instância mental, e assimilando as contribuições das diversas formas já existentes para conduzi-lo rumo a uma experiência saudável.

Em última análise, à medida que consideramos as informações e possibilidades esboçadas, evidencia-se que há espaço para uma investigação mais aprofundada sobre as abordagens comportamentais contextuais aplicadas na promoção de saúde e em contextos de perda e despatologização do luto. Além disso, a implementação prática de capacitações acadêmicas direcionadas à temática, promovendo espaços para considerações e atualizações acerca de possibilidades terapêuticas para além das abordagens pioneiros, pode estimular expansões significativas no campo da terapia do luto.

Apesar de ser uma temática inerente experiência humana e à prática clínica em psicologia, constatou-se que ainda é necessário investimento em desenvolvimento teórico nas produções da área, visto que ampla variedade das produções já existentes não contemplam a totalidade das experiências vividas pelos indivíduos contemporaneamente, pois baseiam-se em construtos engendrados por contextos sociais e culturais há muito ultrapassados pela constante transformação das sociedades e culturas ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

FREITAS, J. L. Luto e fenomenologia: uma proposta compreensiva. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 97-105, 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 out. 2023.

FREUD, S. Luto e melancolia. In: FREUD, S. A **história do movimento psicanalítico, Artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914- 1916)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 243-266.

GIMENES, L. S. Análise do comportamento e outros sistemas. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, [s. l.], v. 12, n. 1, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/4018/4183>. Acesso em 15 nov. 2023

MOREIRA, M. B; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

GAITÁN, J. I. C; ORTEGA, M. A. R; CHÁVEZ, Z. I. O. Duelo: Tratamiento basado en la terapia de aceptación y compromiso (ACT). Editorial El Manual Moderno, 2017. Ebook.

UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE REVITIMIZAÇÃO E CULPABILIZAÇÃO DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Vanessa Fernandes de Oliveira¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: vanessa.oliveira@fvj.br); Mayra Serley Barreto de Oliveira², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: mayra.serley@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a analisar os processos de culpabilização e revitimização de vítimas de violência sexual. Para isso, foram analisados os contextos históricos e sociais que estiveram presentes na estruturação desses fenômenos e debateu-se sobre a revitimização dentro dos órgãos de justiça, demonstrando-a através da análise do caso Mariana Férrer. As metodologias utilizadas foram a revisão bibliográfica e documental aliada à pesquisa de campo com abordagem qualitativa e quantitativa. Além disso, foram empregadas as técnicas de análise do discurso e análise de conteúdo na sentença do caso Mariana Férrer, na audiência e nos comentários feitos a ela na página do *YouTube* onde foi publicada. Dessa forma, pretendeu-se estimular os debates acerca da naturalização desses fenômenos na sociedade e dentro do sistema de justiça brasileiro, destacando a importância da implementação de medidas de proteção às vítimas adultas de violência sexual para evitar sua exposição a essas novas formas de violência.

Palavras-chave: violência sexual; revitimização; culpabilização; Mariana Férrer.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou analisar os mecanismos psicossociais, culturais e jurídicos que estão envolvidos nos processos de culpabilização e revitimização de mulheres vítimas de violência sexual a partir do caso Mariana Férrer. Esse caso diz respeito a um processo de estupro de vulnerável que gerou grande discussão, não apenas popular, como também jurídica, após a divulgação de um dos vídeos da audiência de instrução e julgamento onde o advogado de defesa do réu proferia diversas ofensas à vítima, Mariana Borges Ferreira. Devido a divulgação e a grande repercussão de mídias e documentos referentes ao processo, foi possível analisar como ocorreram a revitimização e a culpabilização da vítima neste caso. A naturalização desses fenômenos tem contribuído para fortalecer a cultura do estupro, inclusive dentro dos órgãos de justiça, gerando um novo trauma às vítimas, com consequências que afetarão todos os âmbitos de sua vida (Nascimento, 2019). Segundo Schreiner (2008), existe uma tendência por parte da sociedade em atribuir culpa às vítimas, integral ou parcialmente, pela violência que sofreram. Essa responsabilização pode partir tanto da comunidade da qual o indivíduo é integrante, quanto de profissionais do sistema de justiça no exercício de sua profissão, caracterizando o conceito de revitimização, ou vitimização secundária. Considerando que cada indivíduo participa ativamente da construção e incorporação dos fenômenos sociais de sua comunidade (Saffioti, 1987), questiona-se em que momento da construção da nossa sociedade a mulher foi subjugada de tal maneira que se tornou natural tratá-la como culpada até quando é vítima. Diante disso, o

objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como ocorre o processo de culpabilização das vítimas de violência sexual pela sociedade e pelo sistema de justiça brasileiro.

MARCO TEÓRICO

A violência sexual possui uma variedade de possibilidades de estudo no campo acadêmico, dentre eles estão os fenômenos da revitimização e culpabilização das vítimas que foram objetos de análise neste trabalho. Entretanto, é impossível analisar com responsabilidade e precisão científicas qualquer fenômeno fora de seu contexto histórico, social e político, e no que se refere à culpabilização e revitimização de mulheres vítimas de violência sexual, ainda existe uma forte ligação entre o atual cenário dessa prática e suas origens histórico-sociais. Assim, foram utilizados como base teórica os achados de Nascimento (2019) e Schreiner (2008), acerca da origem e naturalização da dominação masculina sobre a mulher na sociedade, que estão no cerne das violências de gênero. Além disso, discorreu-se sobre a vitimização secundária dentro dos órgãos de justiça através de autores como Andrade (2021), que faz uma análise do reflexo dessa cultura no sistema jurídico brasileiro e como isso contribui para o processo de revitimização das vítimas de abuso sexual. Por fim, foram analisados os discursos sociais e jurídicos sobre os crimes sexuais, observando a manifestação dos fenômenos citados a partir dos eventos ocorridos no caso Mariana Férrer.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para realização deste estudo se iniciaram com a revisão bibliográfica, que serviu de fundamento teórico para posterior pesquisa documental e pesquisa de campo com abordagem qualitativa e quantitativa. No desenvolvimento da pesquisa documental foram utilizados documentos oficiais e jurídicos referentes ao caso Mariana Férrer, que foram analisados através da técnica de análise do discurso. Em seguida, realizou-se uma pesquisa de campo de caráter quantitativo e qualitativo, onde foram analisados os comentários feitos na página da plataforma *YouTube* onde foi publicado o vídeo de uma das audiências de instrução e julgamento do caso. Para isso, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, que segundo Marconi e Lakatos (2002), analisa por meio de categorias sistematizadas e previamente determinadas o conteúdo das comunicações de massa, levando a resultados quantitativos e permitindo testar hipóteses sobre o conteúdo das publicações.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com o objetivo de observar como acontecem os processos de culpabilização e revitimização das vítimas de crimes sexuais a partir de um caso concreto, foram apresentadas as análises da audiência de instrução e julgamento do caso Mariana Férrer, dos comentários feitos a ela no *YouTube* e da sentença do processo. As análises da audiência e da sentença permitiram observar diversos trechos onde fica notória a parcialidade no ato e na Decisão. Na audiência, a vítima foi humilhada e silenciada sempre que possível pelo advogado de defesa do réu, além de não ter recebido o suporte adequado por parte do Juiz e do seu Defensor Público, caracterizando a revitimização. Apesar disso, a divulgação do vídeo e da sentença que absolveu o réu, dividiu a opinião pública a respeito da vítima, muitos passaram a culpá-la e criticá-la por diversos motivos. Essa responsabilização é tão comum e pode ocorrer de maneiras tão sutis que se naturalizam dentro daquela cultura, às vezes de maneira imperceptível (Schreiner, 2008). No entanto, considerando a grande repercussão do caso Mariana Férrer é possível observar o desenvolvimento desse processo através da análise dos comentários no vídeo da audiência

publicados no *YouTube*. Ao todo foram examinados 400 comentários, selecionados aleatoriamente de acordo com a exibição automática da plataforma, e classificados de acordo com as seguintes categorias: comentários positivos, negativos, ambíguos e indeterminados. Constatou-se que, apesar da liberação do vídeo completo da audiência ter revelado mais humilhações direcionadas à Mariana, a opinião popular em sua expressiva maioria se voltou ainda mais contra ela. Os resultados demonstraram que, em nossa sociedade, ainda é fortemente difundida a cultura de responsabilização das vítimas e que o sistema de justiça brasileiro não está isento de gerar a revitimização. Nesse sentido, a aplicação do Depoimento Especial na escuta de vítimas adultas de violência sexual poderia ser um recurso valioso, alcançando objetivos que vão além de minimizar os efeitos do trauma nas vítimas. Pretendeu-se nesse estudo fomentar debates acerca do tratamento dado pela sociedade e pelo sistema de justiça brasileiro às vítimas de violência sexual, destacando a importância da implementação de medidas de proteção às vítimas adultas desses crimes para prevenir sua exposição a essas novas formas de violência.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Camille de Moura. **Depoimento especial:** estudo da metodologia e discussão sobre a possibilidade de sua aplicação em ações penais de crimes sexuais face a vítimas maiores de 18 anos. 2021. 59 p. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal do Ceará/UFC, Fortaleza, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/58343>. Acesso em: 15 ago. 2023
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- NASCIMENTO, Gerlany Silva do; FREITAS, Ricardo de Brito Albuquerque Pontes de (Orient.). **Processo de revitimização nos crimes sexuais contra a mulher.** 2019. 60 p. TCC (graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36261>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987. Col. Polêmica, 11^a impressão. 2010.
- SCHREINER, Marilei Teresinha. **O abuso sexual numa perspectiva de gênero:** o processo de responsabilização da menina. 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91004>. Acesso em: 12 ago. 2023.

O ATOR E O PERSONAGEM: A VISÃO PSICOLÓGICA DA VIVÊNCIA ARTÍSTICA

Vitória de Oliveira Nascimento¹, (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: vitoria.nascimento@fvj.br); Dra. Abda de Souza Medeiros², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: abda.medeiros@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O artigo explora a interação entre atores e personagens no palco, com ênfase na perspectiva psicológica. Analisa como essa dinâmica influencia a construção dos personagens, considerando tanto os elementos técnicos da atuação quanto os impactos psicológicos. Aborda a influência da personalidade do artista na representação, questionando se a interpretação de papéis complexos pode afetar a saúde mental. Utiliza teorias de renomados estudiosos, como Stanislavski (1994), Pavis (2008), Freud (1914) e Moreno (2012), para fundamentar a discussão sobre a relação entre o "eu real" e o "eu representativo" do ator. A metodologia adotada é uma revisão bibliográfica, analisando estudos e relatos de atores. Além disso, destaca a interconexão entre Psicologia e expressões artísticas, explorando como as artes cênicas podem ser um espaço para o crescimento emocional e criativo.

Palavras-chave: psicologia; eu representativo; eu real; ator; personagem.

1 INTRODUÇÃO

O artigo explora a complexa dinâmica entre atores e personagens no contexto teatral, focando nos aspectos psicológicos dessa interação. Analisa os impactos na construção do personagem, considerando tanto elementos técnicos da atuação quanto os aspectos psicológicos do artista. A pesquisa questiona como a personalidade do ator influencia a montagem cênica e se a interpretação de papéis desafiadores pode ter efeitos adversos na saúde mental, especialmente quando técnicas teatrais são mal aplicadas ou quando os personagens são emocionalmente densos.

O referencial teórico inclui contribuições de renomados estudiosos, como Stanislavski (1994), Pavis (2008), Freud (1914) e Moreno (2012), explorando conceitos como o "eu real" e o "eu representativo". A metodologia adotada é a revisão bibliográfica, que incorpora relatos de atores em fontes públicas, como jornais e programas, para ilustrar experiências antes, durante e após a representação de personagens.

Além disso, o artigo destaca a relevância social e acadêmica, beneficiando profissionais e estudantes de Psicologia, bem como atores, diretores e estudantes de artes cênicas. Aborda a importância da Psicologia nas artes, sublinhando que técnicas teatrais devem ser aplicadas com sensibilidade para evitar impactos negativos na saúde mental dos artistas. O interesse pela pesquisa surgiu ao investigar a saúde mental de atores que interpretaram personagens emocionalmente intensos, observando a necessidade de psicoterapia após vivenciar profundamente a realidade do personagem.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A estratégia de pesquisa adotada no artigo se baseia nos conceitos de "eu representativo" (personagem) e "eu real" (ator), conforme proposto por Chacra (2010). A abordagem metodológica empregada é a revisão de literatura, de natureza narrativa e integralista, que combina ideias de diferentes autores para destacar convergências e divergências.

As fontes de informação incluem artigos acadêmicos, dissertações, livros e sites confiáveis da internet, proporcionando uma compreensão abrangente da temática. Além disso, são incorporados relatos públicos de atores provenientes de fontes respeitáveis, como jornais, programas, revistas e sites, com destaque para entrevistas relevantes. Também são referenciados relatos jornalísticos sobre atores notáveis, como Michael B. Jordan, Meryl Streep, Adriana Esteves e Bruna Marquezine, que passaram por sessões de terapia devido à interpretação de personagens específicos.

O objetivo central é integrar conhecimentos das áreas de Psicologia e artes cênicas, reconhecendo a influência significativa dessas disciplinas na individualidade física e psíquica do ser humano. A estrutura do artigo se divide em três tópicos: "O desenvolvimento do ator", que explora a construção da personagem e a preparação física e emocional do ator; "A dualidade ator-personagem", que discute a coexistência do eu real e representativo, considerando a visão dramática do tema; e "A visão psicológica do Eu representativo", que aborda a interpretação do personagem cênico à luz do psicodrama e da psicanálise.

No que diz respeito à ética na pesquisa, o artigo faz referência ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, salientando a inexistência de restrições investigativas sobre a temática abordada. Destaca-se a importância da observância dos princípios éticos, respeito e moralidade por parte do psicólogo, conforme estabelecido no artigo 16 do código de ética.

Quanto à aprovação ética, destaca-se que a pesquisa é dispensada do Comitê de Ética, conforme previsto na Resolução nº 510/2016, que se aplica apenas a pesquisas empíricas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da revisão bibliográfica, houve a integração das abordagens de Moreno (2012) e Stanislavski (1994), proporcionando um ambiente enriquecedor para o crescimento pessoal, autoexpressão e uma atuação autêntica e impactante do ator. A combinação dessas abordagens contribui não apenas para o desenvolvimento artístico, mas também para o equilíbrio mental e emocional dos artistas, reforçando a relevância da interseção entre teatro, psicologia e saúde mental.

O artigo abrange a evolução histórica da persona teatral, desde a máscara grega até a fusão mais complexa entre ator e personagem na dramaturgia contemporânea. Chacra (2010), por sua vez, contribui com a distinção entre o "eu real" e o "eu representativo", sublinhando que, no palco, o ator incorpora simultaneamente ambas as facetas. Uma questão central emerge: como o ator mantém o controle do "eu real" sobre o "eu representativo"? Nesse ponto, as perspectivas de Stanislavski (1994) e Freud (1914) entram em cena. Stanislavski (1994) enfatiza a importância de um equipamento psicofísico bem desenvolvido, enquanto Freud (1914) destaca a indivisibilidade do inconsciente do ator.

Também explora episódios de "ressacas emocionais", nos quais atores enfrentam desequilíbrios na saúde mental devido a métodos extremistas, como evidenciado pelos relatos de Michael B. Jordan e Meryl Streep. Essas experiências sublinham a intensidade do impacto emocional da imersão profunda no personagem, mesmo fora do palco. Destaca-se ainda como a associação do público entre o ator e o personagem pode ter repercussões na carreira artística. Experiências de atrizes brasileiras, como Adriana Esteves e Bruna Marquezine, ilustram como

críticas e rejeições relacionadas aos personagens podem afetar profundamente o bem-estar emocional dos artistas.

Em síntese, o texto proporciona uma exploração abrangente da psicologia do ator, destacando os desafios inerentes à sua arte, as diferentes abordagens teóricas e os impactos emocionais significativos que podem surgir na interseção entre o "eu real" e o "eu representativo".

A exploração das teorias de Moreno (2012), Freud (1914) e outros autores no contexto da atuação revela a multiplicidade de papéis que os atores desempenham, tanto nos palcos quanto na vida cotidiana.

Segundo Moreno (2012), a representação de papéis é uma parte intrínseca da existência humana, refletida tanto no teatro quanto na sociedade em geral. Dentro do psicodrama, o ator assume papéis psicodramáticos que proporcionam uma liberdade única de expressão, permitindo que ele explore sua realidade interior sem as restrições sociais impostas. A perspectiva psicanalítica de Freud (1914) destaca o papel do eu representativo como um espaço para a satisfação de desejos e pulsões, proporcionando uma forma de catarse ao ator. No entanto, surge um dilema ético relevante: até que ponto o ator pode se permitir, sem comprometer seus próprios valores morais? A diferenciação entre o ator e o personagem emerge como uma resposta ética, delineada por Stanislavski e Tórtsov (1994).

A abordagem ética, como apresentada por Pinto (2013), ressalta a liberdade de escolha do ator e a distinção crucial entre a conduta moral do personagem em cena e a vida real do ator. O encerramento do trabalho do ator quando a cortina desce simboliza a separação entre ficção e realidade, reforçando a responsabilidade individual do ator por suas escolhas éticas.

O exemplo do ator Christian Bale interpretando o personagem Patrick Bateman ilustra vividamente essa dicotomia. Bale, conhecido por sua dedicação aos papéis, personifica um personagem moralmente complexo no palco, mas sua vida fora dele é marcada por uma conduta totalmente diferente.

Em resumo, o espaço cênico oferece ao ator uma oportunidade única de vivenciar papéis, satisfazer pulsões e experimentar a espontaneidade, livre de julgamentos. No entanto, a distinção clara entre o fictício e o real é essencial para manter a saúde física, moral e psicológica do ator. Essa diferenciação preserva a integridade do ator como um indivíduo consciente de suas escolhas éticas, mesmo quando imerso na riqueza da representação teatral.

4 CONCLUSÃO

Este artigo estabelece uma conexão entre a Psicologia e as Artes Cênicas, promovendo um diálogo entre os métodos dessas disciplinas e examinando como elas influenciam o ser humano. A combinação de diferentes abordagens teóricas ofereceu uma compreensão abrangente do tema. Ao unir os conceitos de Stanislavski e Moreno, notou-se que suas técnicas interagem na construção de uma cena, mesmo com propósitos distintos. Destacando a dualidade entre o ator e o personagem como foco principal, percebe-se que a preparação do artista é crucial, envolvendo um constante trabalho de autoconhecimento e criatividade.

Assim, a individualidade do ator é explorada e conceituada em sua atuação em cena. A performance artística emerge como uma via para o autoconhecimento, amadurecimento moral e desenvolvimento de habilidades criativas que se estendem para além do palco. A ética do artista é aprimorada, pois ele comprehende que, sob a máscara do personagem, tudo é válido, mas fora dela é responsável por sua postura e ações. O trabalho do ator não se resume a ser outra pessoa, mas a utilizar suas experiências para dar vida ao personagem, integrando suas individualidades às características da personagem. Esse processo envolve esferas psíquicas, emocionais e físicas do ator, levando a um reconhecimento do seu eu interior, descoberta de

potencialidades e compreensão de desafios. O palco se torna um espaço terapêutico, livre de conservas e julgamentos, fomentando espontaneidade e criatividade.

Contudo, a crescente exigência de verossimilhança entre personagem e realidade no cenário artístico contemporâneo pode impactar negativamente os artistas, levando a consequências adversas para sua saúde mental. Nesse contexto, a Psicologia desempenha um papel crucial no tratamento dessas adversidades, evidenciando a importância de proteger e apoiar a saúde dos artistas. Diante disso, a integração do dispositivo cênico, representado pelas artes performáticas, com a Psicologia emerge como uma área a ser explorada mais profundamente. Essa união não apenas enriquece a compreensão nas áreas artísticas, mas também destaca a importância da promoção da saúde mental no contexto das artes.

REFERÊNCIAS

- CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. 2. ed. [s. l.]: Perspectiva, 2010. 128 p.
- FREUD, Sigmund. **Freud - Arte, literatura e os artistas**. [s. l.]: Autêntica, 2015. 344 p.
- MORENO, J. L. **O teatro da espontaneidade**. [s. l.]: Ágora, 2012. 192 p.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. 1º. ed. [s. l.]: Perspectiva, 2008. 512 p.
- PINTO, Pedro A. Henrques S. **Eu, o outro e nossas circunstâncias: o legado de Stanislavski para uma formação teatral eticamente comprometida**. 197 f. 2013. Tese (Doutorado) – Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A preparação do ator**. 41. ed. [s. l.]: Civilização Brasileira, 1994. 368 p.

